



# OS MUSEUS EM PORTUGAL DURANTE A 1.ª REPÚBLICA

*António Jorge Botelho Carrilho*

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em História

ORIENTAÇÃO: *João Carlos Pires Brigola*

ÉVORA, JANEIRO de 2016





# Os Museus em Portugal durante a 1.<sup>a</sup> República

António Jorge Botelho Carrilho

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em História,  
orientada pelo Professor Doutor João Carlos Pires Brigola

Évora, janeiro de 2016

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor  
em História, realizada sob a orientação científica do  
Professor Doutor João Carlos Pires Brigola.

Apoio Financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia através do  
Programa de Financiamento POPH/FSE.



*AOS MEUS PAIS E LUÍS*

## AGRADECIMENTOS

Não podemos deixar de agradecer a todos os que de algum modo nos deram ânimo para enfrentar os desafios que um trabalho deste tipo foi colocando ou contribuíram para o levar a bom porto.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais, Isaura e António Carrilho, que me deram não só o apoio moral mas também financeiro para prosseguir nesta aventura. Em segundo ao Luís, Freud, Zeus, Tita, Zorbas e Elvis, que compreenderam as minhas ausências e alheamentos em prol dos estudos necessários. Em terceiro aos meus primos Mário e Ausenda, que me abriram as portas da sua casa em Lisboa, onde tive que passar algumas temporadas para poder deslocar-me a vários museus, arquivos e bibliotecas. Em quarto aos meus primos Rui Miguel e Renata que me disponibilizaram a sua casa em Coimbra, para os mesmos efeitos. À Filomena Oliveira que fez o mesmo em Santarém, à Ana Sofia e ao Ricardo em Viseu, à Sofia Furtado e à Íris Oliveira pela sua paciência na leitura do trabalho, em busca das inevitáveis gralhas.

O meu agradecimento especial ao Doutor João Carlos Pires Brigola, mestre e amigo que me tem acompanhado desde o Mestrado em Museologia e que se prontificou a orientar-me neste desafio.

A minha gratidão aos Drs. Júlio Barroso e Joaquina Matos, que na qualidade de Presidentes da Câmara Municipal de Lagos, na qual exerço a minha atividade profissional, tornaram possível este projeto, concedendo-me as necessárias licenças sem remuneração.

Um particular obrigado:

- ao Professor Doutor Aires Oliva Teles, Presidente do Departamento de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, pela disponibilização de documentação digitalizada.
- à Dra. Alexandra Braga, do Museu de Lamego, que nos facultou o levantamento documental feito por si própria para a sua tese de mestrado, relativo à correspondência expedida por aquele museu entre os anos de 1917 e 1974 e o cadastro geral das coleções elaborado em 1940.
- à Dra. Ana Maria Afonso, Diretora do Museu do Abade de Baçal, por me ter recebido e facultado a consulta da documentação.
- à Dra. Ana Maria Gaspar, do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, que me acompanhou e deu preciosas orientações na pesquisa documental realizada.
- à Dra. Ana Paula Cardoso, do Museu Municipal Santos Rocha (Figueira da Foz), por me receber e facultar o acesso à documentação, na biblioteca especializada da instituição.
- à Dra. Ângela Pereira, da Divisão de Ação Cultural, Museus e Biblioteca da Câmara Municipal de Leiria, por me receber e pela ajuda facultada na busca e no acesso à documentação.
- à Sra. Angelina Pessoa, do Museu do Chiado, por me acompanhar na consulta da documentação e envio das fotocópias solicitadas.
- ao Dr. António Alegria, do Museu de Évora, por me ter recebido e facultado o acesso à Biblioteca da instituição.
- ao Sr. António Amaro das Neves, Presidente da Direção da Sociedade Martins Sarmento, pela disponibilização em formato digital de variadíssimos documentos.
- à Dra. Carmen Calixto do Museu da Cidade de Lisboa, que me acompanhou nas pesquisas efetuadas naquele museu.

- à Dra. Celina Bastos e à D. Narcisa Miranda, do Museu Nacional de Arte Antiga, que me deram todas as facilidades na consulta da documentação necessária na Biblioteca daquele museu.
- aos Drs. Elsa Rodrigues e Pedro Campos de Oliveira, do Museu João de Deus, que cederam alguns documentos digitalizados, como artigos de jornais, relatórios de gerência e fotografias e o tratamento de dados relativos a despesas de aquisição daquele museu, retirados dos Relatórios de Gerência da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus de 1917 a 1921, e dos Relatórios de Gerência da Associação de Jardins-Escolas João de Deus nos anos 1922 a 1926.
- à Dra. Filomena Gaspar, arqueóloga da Câmara Municipal de Abrantes, que facultou para consulta alguma documentação de arquivo da autoria de Diogo Silva Oleiro, primeiro Diretor do Museu D. Lopo de Almeida.
- ao Tenente Gonçalves Neves, do Museu de Marinha, por nos ter recebido e facultado o acesso à Biblioteca do Museu.
- à Dra. Isabel Cunha e Silva, Diretora do Museu D. Diogo de Sousa, que enviou digitalizações da parca documentação disponível sobre a história do museu anterior a 1980.
- ao Dr. João Alpuim Botelho, do Museu Municipal de Viana do Castelo, que facultou a sua Tese de Mestrado alusiva àquele museu.
- ao Dr. João Carlos Pereira Ribeiro da Silva, que facultou a sua tese de mestrado alusiva ao Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real.
- ao Prof. Doutor Joaquim Adelino Vicente, Responsável pela Biblioteca de Botânica da Universidade de Coimbra, pelas informações prestadas.
- ao Doutor José Manuel Brandão pela ajuda prestada na cedência de textos da sua autoria publicados em diversos títulos.
- ao Dr. Luís Bordalo, da Biblioteca Municipal de Lagos, que sempre me facilitou o acesso a alguns livros, muitas vezes excedendo os tempos regulamentados para a sua consulta domiciliária.
- à Dra. Madalena Cardoso Costa, técnica do Museu de Aveiro, que me acompanhou nas pesquisas no centro de documentação daquela instituição.
- à Dra. Maria de Jesus Monge, do Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, pelas orientações facultadas e pela documentação cedida.
- aos Drs. Maria João Silveira e Duarte Melo, do Museu Carlos Machado, pela documentação disponibilizada.
- à Dra. Margarida Ramos do Arquivo Histórico da INCM, pelo acesso disponibilizado.
- à Dra. Maria Helena Trindade, do Museu da Música, que colocou ao meu dispor o centro de documentação do museu.
- à Dra. Maria Cristina Duarte, do IICT, que me recebeu, disponibilizou alguma documentação relativa ao Jardim Colonial e Museu Agrícola Colonial.
- à Doutora Maria de Fátima Nunes, da Universidade de Évora, que me acolheu no Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência como unidade de investigação de acolhimento.
- à Doutora Maria Judite Alves, do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, por me receber e facultar documentação original ou digitalizada.
- à Prof. Doutora Maria Teresa L. Andresen, do Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, pelas pistas facultadas.
- ao Dr. Mário Gouveia, do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, que me acompanhou nas pesquisas naquele museu.

- ao Dr. Miguel Narciso, do Arquivo Municipal de Leiria, pela disponibilização de documentos digitalizados.
- ao Dr. Octávio Patrício, arquivista do Arquivo Histórico Municipal João Francisco da Mouca, de Moura, por ter-nos disponibilizado a documentação para consulta.
- à Dra. Paula Leandro, do Aquário Vasco da Gama, que me acompanhou nas pesquisas na biblioteca daquele espaço.
- aos Drs. Paulo Gama da Mota e Maria do Rosário Martins, do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, pelas informações prestadas.
- à Dra. Sara Carvalho, ex Arquivista da Câmara Municipal de Lagos, que então me facilitou a consulta domiciliária de todo o corpo legislativo dos últimos anos da Monarquia e da República.
- ao Dr. Sérgio Gorjão (Diretor) e D. Elisa Sampaio do Museu Grão Vasco, por me terem recebido e facultado parte da documentação existente.
- à Dra. Sónia Alves, do Museu Municipal de Portalegre, por me receber e me orientar para a consulta de alguma documentação.
- ao Dr. Vítor Gens, do Arquivo do Museu Nacional de História Natural e de Ciência, pelo acompanhamento que nos dispensou na consulta da documentação.

Por fim e para evitar esquecimentos, agradeço a todos os profissionais de museus, arquivos e bibliotecas de norte a sul do país, que me ajudaram a aceder à documentação das formas mais cómoda e rápida possíveis.

## RESUMO

Este trabalho procura perceber se houve ou não alterações significativas no panorama museológico nacional entre a Monarquia e a 1.<sup>a</sup> República, apreciando as propostas do regime implantado em 5 de outubro de 1910.

Os Governos republicanos apresentaram profícuas propostas legislativas, condicionando as instituições museológicas a diversos domínios: Anticlericalismo e Laicismo; Nacionalização dos bens da Casa Real; Defesa do Património; Serviços Culturais; Educação; Criação e Regulamentação de Museus; Desenvolvimento Económico. Este intrincado sistema gerou a primeira rede museológica assente em museus de âmbito nacional e regional, arbitrada por instituições tutelares em que se movimentavam homens de grande influência na cultura portuguesa (exemplos de José de Figueiredo e António Augusto Gonçalves).

Em termos museográficos, os museus continuaram a privilegiar a exposição massiva de bens, especialmente dos domínios da Arqueologia e da Arte, embora comecem a surgir maiores preocupações com a conservação, exibição e divulgação. Neste contexto, o Museu Nacional de Arte Antiga assumiu uma posição de vanguarda.

A República intensificou o debate sobre o papel social, cultural, educativo e económico dos museus.

**Palavras-chave:** 1.<sup>a</sup> República; Museus; Lei da Separação; Política Cultural; Conselhos de Arte e Arqueologia.



## ABSTRACT

### THE MUSEUMS IN PORTUGAL DURING THE 1<sup>ST</sup> REPUBLIC

This work aims to study the proposals of the Portuguese 1<sup>st</sup> Republic (started in October 5<sup>th</sup> of 1910) in what concerns museums, comparing them with those of the Monarchy.

The 1<sup>st</sup> Republic Governments were highly prolific regarding museum legislation, in several domains, such as: anticlericalism and laicism; nationalization of the Royal House property; heritage defence; museum regulations; creation of new museums; cultural services; education policies; economic development. This system generated the first museum network constituted by national and regional museums, ruled by tutelary institutions. In this context, important figures of the Portuguese cultural panorama such as José de Figueiredo and António Augusto Gonçalves had a relevant role.

The massive exhibition of items, especially of Arts and Archaeology, was prominent, but an increase of conservation and divulgation can also be testified. The National Museum of Ancient Art has taken a lead in Museography.

The Republic intensified the debate about the social, cultural, educational and economic roles of the museums.

**Keywords:** 1<sup>st</sup> Republic; Museums; Separation Law; Cultural Policy; Art and Archaeology Councils.

## ÍNDICE

	<b>Pág.</b>
Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Resumo	viii
Abstract	ix
Índice	x
Siglas e Abreviaturas	xviii
Índice de Ilustrações – Fluxogramas – Plantas – Mapas	xxii
<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b><u>Parte 1 – Do Museu Privado ao Museu Público</u></b>	<b>7</b>
Capítulo 1: Os pioneiros	7
Capítulo 2: A Museologia oitocentista e a defesa do Património	11
Capítulo 3: A necessidade de museus	19
Capítulo 4: O contributo dos Jesuítas para a Museologia Pedagógica portuguesa	35
<b><u>Parte 2 – A Primeira República: Nacionalização e Regionalização Museológicas</u></b>	<b>39</b>
Capítulo 5: Contextos ideológico, sociocultural e educativo	39
Capítulo 6: A legislação anticlerical	51
Capítulo 7: Contra a alienação do Património	63
Capítulo 8: O Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911: base da política cultural republicana	65
Capítulo 9: A apropriação dos bens da Monarquia e a sua musealização	71
Capítulo 10: O Ministério da Instrução Pública e outras tutelas	75
Capítulo 11: Os museus ao serviço da Educação	77
Capítulo 12: Em prol da Economia	85
Capítulo 13: A criação de Museus Regionais	89
Capítulo 14: Dissonâncias entre a legislação e a prática museológica	93
Capítulo 15: Coleções e formas de Exposição	95
Capítulo 16: Um museu evocativo do novo regime político: Museu da Revolução	101
Capítulo 17: A dissolução dos Museus Jesuítas e o Museu das Congregações	105
<b><u>Parte 3 – Os Museus na 1.ª República: estudos de caso e notícias</u></b>	<b>113</b>
Capítulo 18: Algumas considerações acerca do Público dos museus	115
Capítulo 19: Os museus da 1.ª Circunscrição Artística	121
<b>1. Museu Nacional de Arte Antiga</b>	<b>121</b>
<b><u>Antecedentes: Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia</u></b> .....	<b>121</b>
<b><u>Na República: Museu Nacional de Arte Antiga</u></b> .....	<b>122</b>
<b>a. As Coleções:</b> .....	<b>130</b>
<b>Aquisições onerosas</b> .....	<b>131</b>

<u>Ofertas</u> .....	135
<u>Legados</u> .....	138
<u>Transferências e depósitos</u> .....	138
<b>b. A Exposição</b> .....	144
<b>c. Extensão Cultural</b> .....	151
<b>2. Museu Etnológico Português</b> .....	154
<u><b>Antecedentes: um museu central de Arqueologia, Etnografia e Antropologia</b></u> .....	154
<u><b>Na República</b></u> .....	159
<b>a. As Coleções:</b> .....	166
<u>Expedições arqueológicas e etnográficas</u> .....	166
<b>b. A Exposição</b> .....	166
<b>c. Documentação das coleções</b> .....	169
<b>3. Museu Nacional de Arte Contemporânea</b> .....	172
<u><b>Historial</b></u> .....	172
<b>a. A formação de um museu</b> .....	172
<b>b. As Coleções</b> .....	182
<u>Fundo primitivo</u> .....	182
<u>Aquisições onerosas</u> .....	183
<u>Transferências e depósitos</u> .....	188
<u>Ofertas</u> .....	191
<u>Legados</u> .....	192
<b>c. A Exposição</b> .....	193
<b>4. Museu Nacional dos Coches</b> .....	195
<u><b>Antecedentes: Museu dos Coches Reais</b></u> .....	195
<u><b>Na República</b></u> .....	196
<b>a. As Coleções</b> .....	199
<u>Fundo inicial</u> .....	199
<u>Depósitos e transferências</u> .....	200
<u>Aquisições onerosas</u> .....	204
<u>Permutas</u> .....	205
<u>Ofertas</u> .....	205
<b>b. A Exposição</b> .....	205
<b>5. Museu Regional de Évora</b> .....	208
<u><b>Antecedentes</b></u> .....	208
<u><b>Na República</b></u> .....	209
<b>a. As Coleções</b> .....	217
<u>Fundo inicial</u> .....	217
<u>Transferências e Depósitos</u> .....	218
<b>b. A Exposição</b> .....	220
<b>6. Museu Regional de Beja</b> .....	221
<u><b>Antecedentes: Museu Arqueológico Municipal de Beja</b></u> .....	221
<u><b>Na República</b></u> .....	222
<b>a. As Coleções e a Exposição</b> .....	226

<b>7. Museu Regional de Faro</b>	230
<u><b>Antecedentes: o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique</b></u> .....	230
<u><b>Na República</b></u> .....	231
a. As Coleções .....	241
<b>8. Museu Regional D. Lopo de Alneida – Abrantes</b>	243
<u><b>Historial</b></u> .....	243
a. As Coleções e a Exposição .....	247
<b>Capítulo 20: Os Museus da 2.ª Circunscrição Artística</b>	255
<b>1. Museu Machado de Castro</b>	255
<u><b>Antecedentes: Museu do Instituto de Coimbra</b></u> .....	255
<u><b>Na República: um museu geral de Arte Geral</b></u> .....	257
a. As Coleções .....	262
<u>Transferências e depósitos</u> .....	262
<u>Incorporações</u> .....	266
b. A Exposição .....	267
c. O Museu de Ourivesaria da Sé de Coimbra: da criação à “extinção”	273
<b>2. Museu Regional de Aveiro</b>	283
<u><b>Antecedentes</b></u> .....	283
<u><b>Na República</b></u> .....	284
a. As Coleções .....	292
<u>Transferências e depósitos</u> .....	292
b. A Exposição .....	296
<b>3. Museu Regional de Leiria</b>	299
<u><b>Historial</b></u> .....	299
a. As Coleções e a Exposição .....	305
<b>4. Museu Regional de Grão Vasco – Viseu</b>	310
<u><b>Historial</b></u> .....	310
a. As Coleções .....	314
<u>Aquisições onerosas</u> .....	314
<u>Transferências e depósitos</u> .....	316
<u>Ofertas</u> .....	320
b. A Exposição .....	320
<b>5. Museu Regional de Lamego</b>	323
<u><b>Historial</b></u> .....	323
a. As Coleções e a Exposição .....	327
<b>Capítulo 21: Os Museus da 3.ª Circunscrição Artística</b>	329
<b>1. Museu Soares dos Reis</b>	329
<u><b>Antecedentes: o Museu Portuense, primeiro museu de Belas Artes em Portugal</b></u> .....	329
<u><b>Na República: Museu Soares dos Reis</b></u> .....	331
a. Coleções .....	334

<b>2. Museu Regional de Bragança</b>	336
<u>Antecedentes: o Museu Municipal</u> .....	336
<u>O Museu Regional: Direção de Álvaro Carneiro</u> .....	338
<u>A Direção de Francisco Manuel Alves</u> .....	342
<b>3. Museu Regional D. Diogo de Sousa</b>	347
<u>Antecedentes: dos projetos oitocentistas ao museu de Albano Belino</u> .....	347
<u>Na República</u> .....	350
<b>4. Museu Regional de Arte, Arqueologia e Numismática de Vila Real</b>	354
<b>Capítulo 22: Museus de outras tutelas – Região sul</b>	357
<b>1. Museu de Marinha</b>	357
<u>Os antecedentes da Escola Naval</u> .....	357
<u>Novos projetos para um Museu Nacional de Marinha</u> .....	358
<b>2. Museu de Artilharia</b>	362
<u>Antecedentes</u> .....	362
<u>Na República</u> .....	363
a. <u>As Coleções e a Exposição</u> .....	364
<u>O Museu Militar do Buçaco</u> .....	368
<b>3. Museu Geológico</b>	370
<u>Antecedentes</u> .....	370
<u>Na República</u> .....	371
a. <u>As Coleções e a Exposição</u> .....	374
<b>4. O Museu Numismático e Filatélico da Casa da Moeda e Valores Selados</b>	375
<u>Antecedentes</u> .....	375
<u>Na República</u> .....	376
a. <u>As Coleções</u> .....	378
<b>5. O Museu da Academia das Ciências de Lisboa</b>	381
<u>Antecedentes</u> .....	381
<u>Na República</u> .....	382
<b>6. Museu Arqueológico do Carmo</b>	385
<u>Antecedentes</u> .....	385
<u>Na República</u> .....	388
a. <u>Exposições e Coleções</u> .....	388
<b>7. A Sociedade de Geografia de Lisboa e a Museologia Colonial</b>	393
<u>Antecedentes</u> .....	393
<u>Na República</u> .....	395
<b>8. Museu Municipal de Estremoz</b>	398
<u>Historial</u> .....	398

<b>9. Museu Municipal de Redondo</b>	401
<b>10. Museu Municipal de Elvas</b>	403
<b><u>Antecedentes</u></b> .....	403
<b><u>Na República</u></b> .....	403
<b>a. As Coleções e a Exposição</b> .....	407
<b>11. Jardim Zoológico e de Aclimação de Lisboa</b>	410
<b><u>Historial</u></b> .....	410
<b><u>Na República</u></b> .....	412
<b>a. A Exposição e as Coleções</b> .....	415
<b>12. Museu Marítimo de Faro</b>	420
<b>13. Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia de Alcácer do Sal</b>	422
<b>14. De Aquário a Estação de Biologia Marítima: o Aquário Vasco da Gama</b>	424
<b><u>Os primeiros anos</u></b> .....	424
<b><u>Na República</u></b> .....	426
<b>15. Museu de São Roque</b>	435
<b><u>Antecedentes</u></b> .....	435
<b><u>As origens do museu</u></b> .....	435
<b>16. O Museu Instrumental do Conservatório e os congéneres particulares</b>	439
<b><u>Antecedentes</u></b> .....	439
<b><u>Na República</u></b> .....	441
<b>17. Museu da Cidade de Lisboa</b>	447
<b><u>Historial</u></b> .....	447
<b>18. Museu Rafael Bordalo Pinheiro</b>	452
<b><u>Historial</u></b> .....	452
<b>a. As Coleções e a Exposição</b> .....	455
<b>19. Biblioteca-Museu Municipal de Moura</b>	459
<b><u>Historial</u></b> .....	459
<b>20. Museu de São Nicolau</b>	463
<b>21. Museu João de Deus</b>	464
<b><u>Historial</u></b> .....	464
<b>a. As Coleções e a Exposição</b> .....	466
<b>22. Museu Distrital de Portalegre</b>	470
<b><u>Historial</u></b> .....	470
<b>a. As Coleções e a Exposição</b> .....	477

<b>Capítulo 23: Museus de outras tutelas – Região centro</b>	479
<b>1. Museu Municipal de Santarém</b>	479
<u>Antecedentes: Museu Distrital</u> .....	479
<u>Na República</u> .....	480
a. As Coleções e a Exposição .....	482
b. Casa-Museu Anselmo Braancamp Freire .....	484
<b>2. Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Figueira da Foz</b>	486
<b>3. Museu Municipal de Castelo Branco</b>	489
<u>Historial</u> .....	489
<u>Na República: uma nova vocação científica</u> .....	490
<b>4. Museu da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo</b>	496
<u>Historial</u> .....	496
a. As Coleções e a Exposição .....	499
<b>5. Museu Regional e Paroquial de Lorvão: exemplo de tenacidade     contra a centralização cultural</b>	501
<b>6. Museu Municipal de Alenquer</b>	505
<b>Capítulo 24: Museus de outras tutelas – Região norte</b>	507
<b>1. Museu Municipal do Porto</b>	507
<u>Do Museu Allen ao Novo Museu Portuense</u> .....	507
<u>A transição para a República</u> .....	509
<b>2. Museus da Sociedade Martins Sarmento</b>	514
<u>As origens</u> .....	514
<u>Na República</u> .....	518
a. Os primeiros passos do Museu de Alberto Sampaio (MAS) .....	521
<b>3. Museu Municipal Azuaga</b>	530
<b>4. Penafiel e o protelamento museológico</b>	532
<b>5. Museu Arqueológico de Barcelos</b>	534
<b>6. Museu Camilo</b>	536
<b>7. Um museu em Moncorvo: projeto não concretizado</b>	540
<b>8. Museu de Arte Regional de Viana do Castelo</b>	541
<u>Antecedentes</u> .....	541
<u>Na República</u> .....	541
a. As Coleções e a Exposição .....	543
<b>Capítulo 25: Museus de outras tutelas – Ilhas</b>	547

1. Museu Carlos Machado	547
<u>Antecedentes: Museu Acoriano</u> .....	547
<u>Na República: vocações artística e etnográfica regional</u> .....	548
2. Museu Regional da Madeira	552
<u>Antecedentes</u> .....	552
<u>Na República</u> .....	552
<b>Parte 4 – Museus de instituições de Ensino Superior</b>	557
<b>Capítulo 26: Museus universitários de Coimbra</b>	561
1. Museu de História Natural	561
<u>Historial</u> .....	561
a. Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico (MMG) .....	562
b. Museu, Laboratório e Jardim Botânico .....	566
c. Museu e Laboratório Zoológico .....	571
d. Museu e Laboratório Antropológico .....	576
<b>Capítulo 27: Museus universitários de Lisboa</b>	583
1. Museu Nacional de História Natural	583
<u>Historial</u> .....	583
a. Museu, Laboratório e Jardim botânico .....	585
b. Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico: “Museu Bocage” ..	590
c. Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico .....	595
<b>Capítulo 28: Museus universitários do Porto</b>	599
1. Da Academia Politécnica à Faculdade de Ciências	599
<u>Historial</u> .....	599
a. Museu e Laboratório de Botânica .....	601
b. Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico .....	604
c. Do Museu e Laboratório ao Instituto de Zoologia .....	606
c.1. Estação de Zoologia Marítima .....	609
d. Museu e Laboratório Antropológico .....	612
<b>Capítulo 29: Museus dependentes do Instituto Superior de Agronomia</b>	615
1. Jardim Botânico da Ajuda	615
2. Jardim Colonial e Museu Agrícola Colonial	618
<u>Os primeiros anos</u> .....	618
<u>Na República</u> .....	619
a. As Coleções e a Exposição .....	630
<b>Conclusão</b>	637
<b>Fontes e Bibliografia</b>	653



<b><u>Fontes manuscritas e impressas</u></b> .....	653
<b><u>Bibliografia</u></b> .....	699

**2.º Volume em formato digital (DVD): Apêndice Documental**

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AAG – António Augusto Gonçalves  
AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses  
AC – Arquivo das Congregações ou Administração do Concelho, consoante o contexto e capítulo em que se inscreve  
ACAA2 – Atas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> Circunscriçãog  
ACL – Academia das Ciências de Lisboa  
ACMF – Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças  
ADE – Arquivo Distrital de Évora  
ADF – Arquivo Distrital de Faro  
ADLRA – Arquivo Distrital de Leiria  
AHME – Arquivo Histórico Municipal de Estremoz  
AHMJFM – Arquivo Histórico Municipal João Francisco da Mouca (Moura)  
AHMS – Arquivo Histórico Municipal de Santarém  
AHSGMEC – Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação e da Ciência  
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino  
AINCM – Arquivo da Imprensa Nacional Casa da Moeda  
AJF – Arquivo do Dr. José de Figueiredo (do MNAA)  
AM – Francisco António de Almeida Moreira  
AMC – Arquivo do Museu de Ciência (Universidade de Lisboa)  
ARBAL – Academia Real de Belas Artes de Lisboa  
ARC – Academia Real das Ciências de Lisboa  
AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra  
AVG-EBM – Aquário Vasco da Gama – Estação de Biologia Marítima  
BPADE – Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora  
BPE – Biblioteca Pública de Évora  
CAA (1, 2, 3) – Conselho(s) de Arte e Arqueologia (da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> ou 3.<sup>a</sup> Circunscrição Artística).  
CABC – Comissão Administrativa dos Bens Culturais  
CAN – Conselho de Arte Nacional  
CB – Castelo Branco  
CCABE – Comissão Concelhia de Administração dos Bens do Estado  
CCABI – Comissão Concelhia de Administração dos Bens da Igreja  
CCBECR – Comissão Concelhia dos Bens das Extintas Congregações Religiosas  
CCELS – Comissão Central de Execução da Lei de Separação  
CCP – Comissão Central de Pescarias  
CE – Comissão Executiva  
CECMCB – Comissão Executiva da Câmara Municipal de Castelo Branco  
CECME – Comissão Executiva da Câmara Municipal do Concelho de Estremoz  
CJBC – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais  
CJBECR – Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas  
CL – Círculo de Leitores  
CM – Câmara Municipal ou Comissão de Monumentos (consoante o contexto).  
CMA – Câmara Municipal de Alenquer  
CMACE – Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Estremoz  
CMC – Câmara Municipal de Coimbra  
CME – Câmara Municipal de Elvas  
CMF – Câmara Municipal de Faro

CMG – Câmara Municipal de Guimarães  
CML – Câmara Municipal de Lisboa  
CMN – Comissão dos Monumentos Nacionais  
CMPTG – Câmara Municipal de Portalegre  
CMS – Câmara Municipal de Santarém  
CO – Comissão Organizadora  
*COLP – Collecção Official de Legislação Portugues(z)a*  
CR – Carlos Reis  
CSBA – Conselho Superior de Belas Artes  
CSMN – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais  
DFL – Decreto com Força de Lei  
DL – Decreto-Lei  
*DG – Diário do Govêrno*  
DGBA – Diretor ou Direção Geral de Belas Artes  
DGESBA – Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes  
DGISSSE – Diretor ou Direção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial  
DGMG – Depósito Geral de Material de Guerra  
*DN – Diário de Notícias*  
DO – Diogo Oleiro  
Doc. – Documento  
DR – Diário da República  
DRE – Diário da República Eletrónico  
DRR – Distrito de Reserva e Recrutamento  
EBAL – Escola de Belas Artes de Lisboa  
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian  
FLUL / FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Coimbra  
FMA – Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal)  
FMUC – Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra  
GAMNAA – Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga  
*GEPB – Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*  
GPE – Grupo Pró-Évora  
GS – Gonçalo Sampaio  
*HMEP – Historia do Museu Etnologico Português*  
IAA – Instituto Arqueológico do Algarve  
IHM – Instituto Histórico do Minho  
IHRU / SIPA – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana / Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.  
IICL – Instituto Industrial e Comercial de Lisboa  
IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical  
IN – Imprensa Nacional  
INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda  
IPPC – Instituto Português do Património Cultural  
ISA – Instituto Superior de Agronomia  
ISC – Instituto Superior de Comércio  
IST – Instituto Superior Técnico  
JBA – Jardim Botânico da Ajuda  
JC – Jardim Colonial  
JF – José de Figueiredo  
JLV – José Leite de Vasconcelos  
JV – Joaquim de Vasconcelos

(S)JZAL – (Sociedade do) Jardim Zoológico e de Aclimação de Lisboa  
JZ – Jardim Zoológico  
LACFCUC – Livro de Atas do Conselho da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra  
LASCAA23C – Livro de Atas das Sessões dos Conselhos de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Circunscrições.  
LASCAN – Livro de Atas das Sessões do Conselho de Arte Nacional  
LASCMP – Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Faro  
LASCMS – Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Santarém  
LMF – Luciano Martins Freire  
LV – Laurentino Veríssimo  
Lx. – Lisboa  
MA – Museu de Artilharia  
MAC – Museu Arqueológico do Carmo / Museu Agrícola Colonial  
MAS – Museu de Alberto Sampaio  
MCBP – D. Manuel Correia de Bastos Pina  
MDDS – Museu D. Diogo de Sousa  
MEP – Museu Etnológico Português  
MG – Museu Geológico  
MGV – Museu Regional de Grão Vasco  
MIP – Ministério de Instrução Pública  
MJC – Ministério da Justiça e dos Cultos  
MLA – Museu e Laboratório Antropológico  
MLMG – Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico  
MLZ – Museu e Laboratório Zoológico  
MM – Museu de Marinha  
MMB – Museu Municipal de Bragança  
MMC – Museu Machado de Castro  
MMCB – Museu Municipal de Castelo Branco  
MMG – Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico  
MMP – Museu Municipal do Porto  
MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga  
MNAC – Museu Nacional de Arte Contemporânea  
MNBA – Museu Nacional de Belas Artes  
MNC – Museu Nacional dos Coches  
MRA – Museu Regional de Aveiro  
MRB – Museu Regional de Bragança, ou de Beja (consoante o capítulo em que se encontra a sigla)  
MRBP – Museu Rafael Bordalo Pinheiro  
MRE – Museu Regional de Évora  
MRL – Museu Regional de Lamego  
MRLA – Museu Regional D. Lopo de Almeida  
MSR – Museu de Soares dos Reis / Museu de São Roque (consoante o capítulo)  
MZ – Museu Zoológico  
OIM – *Office International des Musées*  
Proc. – Processo  
RA – Regimento de Artilharia  
RAACAP – Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses  
RG – *Revista de Guimarães*  
RIA – Repartição de Instrução Artística

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
Séc. / Sécs. – Século / Séculos  
SGMF – Secretaria Geral do Ministério das Finanças  
SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa  
SMS – Sociedade Martins Sarmento  
s/n – sem número  
SPCN – Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais  
SPP – Sociedade Propaganda de Portugal  
TL / TBLSL – Tito Larcher / Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher  
UAMOC – União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES – FLUXOGRAMAS – PLANTAS – MAPAS

	<b>Pág.</b>
Fig. 1 – O Museu Histórico do Congresso, em São Bento (1920) .....	46
Fig. 2 – Manuel de Arriaga em visita presidencial à Sociedade Protetora dos Animais (1911) .....	47
Fig. 3 – O Museu de Instrumentos de Tortura da Sociedade Protetora dos Animais (1912) .....	48
Fig. 4 – A Sala do Regicídio no Museu da Revolução (1911) .....	50
Fig. 5 – Afonso Costa, Ministro da Justiça do Governo Provisório (1910) .....	51
Fig. 6 – Expulsão dos congregados religiosos, poucos dias depois da implantação da República (1910) .....	52
Fluxograma 1 – O percurso dos bens nacionalizados segundo a legislação anticlerical .....	58
Fig. 7 – António José de Almeida, Ministro do Interior do Governo Provisório (1910) .....	65
Fluxograma 2 – O Ministério de Instrução Pública em 1919 .....	76
Fig. 8 – O Museu Comercial do Instituto Superior de Comércio (1925) .....	87
Fig. 9 – Sala da Marinha no Museu da Revolução (1911) .....	101
Fig. 10 – Sala do Povo no Museu da Revolução (1911) .....	102
Fig. 11 – Sala do Exército no Museu da Revolução (pormenor, 1911) .....	103
Fig. 12 – Sala João Chagas no Museu da Revolução (pormenor, 1911) .....	103
Fig. 13 – Apreensão dos bens dos Jesuítas no Colégio do Quelhas (1910) .....	106
Fig. 14 – O Museu das Congregações, instalado na antiga Igreja do Convento do Quelhas (1921) .....	109
Fig. 15 – O Dr. José de Figueiredo, Diretor do MNAA entre 1911 e 1937 .....	124
Fig. 16 – Sala dos Primitivos Portugueses, MNAA (1912) .....	125
Fig. 17 – O Legado de Guerra Junqueiro (1923) .....	132
Fig. 18 – Sala de Nuno Gonçalves, MNAA (1912) .....	145

	<b>Pág.</b>
Fig. 19 – Sala de Arte Europeia, inaugurada em 1920 (MNAA) .....	147
Fig. 20 – Foto de grupo na inauguração da Sala de Pintura Espanhola, MNAA (1921) .....	148
Plantas 1 e 2: O Museu Nacional de Arte Antiga em 1924 .....	151
Fig. 21 – O Dr. José Leite de Vasconcelos .....	156
Fig. 22 – Entrada poente do Mosteiro dos Jerónimos, MEP (postal ilustrado) ...	158
Fig. 23 – Capa do Regulamento do MEP (1914) .....	165
Fig. 24 – Sala do 1.º Pavimento do MEP .....	168
Fig. 25 – Sala de Etnografia, MEP (3.º pavimento) .....	168
Fig. 26 – Sala de Pintura no MNAC (1914) .....	177
Fig. 27 – Uma sala do MNAC em 1922 .....	181
Fig. 28 – O picadeiro do Palácio de Belém em vésperas de acolher o Museu dos Coches Reais (1903) .....	195
Fig. 29 – O Salão principal do Museu Nacional dos Coches (1914) .....	200
Planta 3 – Espaços visitáveis do Museu Nacional dos Coches (1924)	207
Fig. 30 – Retrato de Frei Manuel do Cenáculo, da autoria de Giorgio Marini (1881) .....	208
Fig. 31 – Antigo Paço Arquiepiscopal de Évora .....	210
Fig. 32 – Palácio dos Condes de Soure .....	214
Fig. 33 – Virgem da Glória, parte central do antigo Retábulo da Sé de Évora, do Círculo de Gerard David .....	220
Fig. 34 – Antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja .....	225
Fig. 35 – Igreja do antigo Convento de Santo António dos Capuchos (Faro) ....	233
Fig. 36 – “O Menino entre os Doutores”, tela da autoria de Marcelo Leopardi, 1791 .....	242
Fig. 37 – Igreja de Santa Maria do Castelo (Abrantes) .....	246

	<b>Pág.</b>
Fig. 38 – António Augusto Gonçalves no Museu do Instituto .....	257
Fig. 39 – Pátio do Museu Machado de Castro em 1916 .....	259
Fig. 40 – Sala Renascença em 1916 (MMC) .....	270
Fig. 41 – Sala de Cerâmica (MMC) .....	271
Fig. 42 – Sala de Arqueologia Romana (MMC) .....	270
Fig. 43 – O Bispo-Conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina .....	274
Fig. 44 – Sala de Mobiliário, Museu Regional de Aveiro (1914) .....	297
Fig. 45 – Sala das Talhas, Museu Regional de Aveiro (1914) .....	297
Fig. 46 – Tito Larcher, Diretor-Conservador do Museu Regional de Leiria .....	299
Fig. 47 – Sé Catedral e Paço dos Três Escalões, sede do Museu Regional de Grão Vasco (Viseu) .....	311
Fig. 48 – Retrato de Almeida Moreira, Diretor do Museu Regional de Grão Vasco, Carvão da autoria de António Carneiro, 1927 .....	313
Fig. 49 – Antigo Paço Episcopal, sede do Museu Regional de Lamego .....	324
Fig. 50 – Autocaricatura de João Amaral, Diretor-Conservador do Museu Regional de Lamego, 1941 .....	325
Fig. 51 – Galeria do Museu Soares dos Reis .....	332
Fig. 52 – Antigo Paço Episcopal de Bragança, sede do Museu Regional .....	338
Fig. 53 – O Abade de Baçal, Francisco Manuel Alves, Diretor-Conservador do Museu Regional de Bragança .....	342
Fig. 54 – Uma sala do Museu Regional de Bragança .....	346
Fig. 55 – Antigo Paço Arquiepiscopal, sede do Museu Regional D. Diogo de Sousa .....	352
Fig. 56 – A coleção oceanográfica de D. Carlos patente no Museu da Liga Naval Portuguesa .....	358
Fig. 57 – A Sala do Risco na Escola Naval, onde funcionou ou Museu de Marinha .....	359



	<b>Pág.</b>
Fig. 58 – A Sala República, Museu de Artilharia (1913) .....	367
Fig. 59 – Outro aspeto da Sala República .....	368
Fig. 60 – Sala de Arqueologia Pré-Histórica, Museu Geológico .....	372
Fig. 61 – Edifício da Casa da Moeda, na Rua de São Paulo .....	376
Fig. 62 – Ruínas da Igreja do Convento do Carmo .....	386
Fig. 63 – Exposição de tapetes de Arraiolos no Museu do Carmo .....	389
Fig. 64 – Capa do catálogo da Exposição Olissiponense, de Alberto de Sousa (1914) .....	391
Fig. 65 – Aspeto da Secção de Cerâmica, da Exposição Olissiponense (1914) ..	392
Fig. 66 – Colégio de São Tiago, Elvas .....	405
Fig. 67 – Uma visita escolar ao Jardim Zoológico (1910) .....	414
Fig. 68 – O elefante Ipana com os seus tratadores (1920) .....	417
Fig. 69 – Sessão de alimentação do hipopótamo (1916) .....	419
Fig. 70 – O Aquário Vasco da Gama nos primeiros anos .....	424
Fig. 71 – Um grupo de visitantes contemplando alguns aquários (1914) .....	426
Fig. 72 – Sala de aquários de espécies exóticas (AVG, 1917) .....	430
Fig. 73 – O edifício do Museu Rafael Bordalo Pinheiro .....	452
Fig. 74 – Fotografia de Cruz Magalhães, maio de 1916 .....	456
Fig. 75 – Igreja de São Nicolau, Lisboa .....	463
Fig. 76 – O Museu João de Deus .....	465
Fig. 77 – Salão do Museu João de Deus .....	467
Fig. 78 – Convento de São Bernardo, em Portalegre .....	478
Fig. 79 – Museu Municipal de Santarém, em São João de Alporão .....	482
Fig. 80 – Sala de Arqueologia Pré-Histórica, Museu Municipal Santos Rocha ..	488

	<b>Pág.</b>
Fig. 81 – Paço dos Condes de Barcelos, fachada este, 2005 .....	534
Fig. 82 – Casa dos Barbosa Maciel adquirida para instalar o Museu de Arte Regional .....	546
Fig. 83 – Vista parcial do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, 1917 .	568
Fig. 84 – Sala de Coleções Nacionais do Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra .....	573
Fig. 85 – Colégio de São Boaventura, sede do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra até 1949 .....	579
Fig. 86 – Aspeto do Jardim Botânico da Universidade de Lisboa, 1911 .....	587
Fig. 87 – Panorâmica do Jardim Colonial .....	620
Mapa 1 – Distribuição concelhia dos museus em 1910 (antes da República) ....	647
Mapa 2 – Distribuição concelhia dos museus até maio de 1926 .....	648

## INTRODUÇÃO

A escolha do tema da presente Tese, cumprindo o caráter de ineditismo solicitado para a submissão de um trabalho à bitola académica, foi resultado de uma conversa informal com o orientador, o Professor Doutor João Carlos Pires Brigola, que nos informou de que a Primeira República ainda não se encontrava trabalhada de modo sistemático, do ponto de vista da História da Museologia nacional, o que se revestia de particular interesse pois na altura preparavam-se as comemorações do Centenário. Sendo nossa intenção investir na formação académica, aceitámos o desafio, e para melhor conseguir dar resposta às exigências de um Programa de Doutoramento resolvemos candidatar o projeto ao concurso anual da Fundação para a Ciência e Tecnologia para a atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento em 2009, de que resultou a bolsa com a referência SFRH/BD/66141/2009, e nos permitiu beneficiar de uma licença sem remuneração concedida pelo Município de Lagos, onde exercemos a nossa atividade profissional.

Existe até ao presente um trabalho abrangendo a evolução das estruturas nacionais de abordagem ao Património Artístico e Arquitectónico entre 1910 e 1932, nas vertentes da sua salvaguarda, classificação, conservação e restauro. Trata-se da Tese de Doutoramento de Jorge Custódio, intitulada *“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, apresentada à Universidade de Évora em 2008. Aborda, de forma lata, as políticas patrimoniais levadas a cabo no país durante a República e a Ditadura Militar que lhe pôs fim. Ainda que pela íntima relação com o tema os museus sejam abordados, o enfoque principal aponta para a identificação dos princípios, linhas orientadoras, normas e critérios da conservação e restauro do património, em especial o arquitectónico. A Tese de Doutoramento de Joana Baião, intitulada *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e Contributos no Panorama Historiográfico, Museológico e Patrimonialista em Portugal* (2014), é de igual modo importante, não só porque a Personalidade tratada pela autora atuou de forma profícua no período que nos ocupou, como foi o agente que contribuiu para algumas das principais mudanças operadas nos museus nacionais, quer do ponto de vista das políticas que tutelaram aquelas instituições, quer do ponto de vista da Museografia adotada no Museu Nacional de Arte Antiga, que pode ser considerada a primeira experiência de rutura parcial com as práticas oitocentistas.

Jorge Custódio esteve também envolvido numa série de eventos comemorativos do Centenário da Implantação da República. Destaca-se a coordenação da Exposição *100 Anos de Património: memória e identidade – Portugal 1910-2010*, de que resultou a edição de um catálogo com o mesmo título e onde encontramos uma série de contributos de reputados investigadores da área da Museologia, abordando assuntos intimamente ligados à temática que nos ocupa. Entre eles destacamos Henrique Coutinho Gouveia, autor de vários artigos sobre a história dos museus portugueses, quer mais focados sobre determinado museu ou período, quer mais generalistas, dando-nos um panorama geral sobre a evolução da Museologia portuguesa, como é o caso do seu artigo «*Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo*» (1985).

De um ponto de vista mais estrito, no decorrer da última década e meia têm sido elaboradas muitas teses de Mestrado adotando como tema central determinado museu ou determinada personalidade relacionada com o universo museal. Ao longo do nosso trabalho serão referidos alguns desses contributos, em especial na parte reservada aos estudos monográficos.

Enfim, existindo obra feita, admitimos que nenhum trabalho se focou exclusivamente sobre os museus durante o período em causa ou, tendo-o feito, jamais com a dimensão e abrangência que procurámos inculcar ao nosso.

A dissertação apresentada neste volume tem como objetivo genérico avaliar de que forma as elites políticas, culturais e educativas encararam a questão museológica durante a Primeira República, regime vigente em Portugal entre 5 de outubro de 1910 e 28 de maio de 1926.

Particularizando as metas contidas na premissa designada no parágrafo anterior, é nosso intuito avaliar rupturas ou continuidades no panorama museológico nacional, tendo em conta o funcionamento e o devir histórico das instituições previamente existentes ou criadas durante a 1.<sup>a</sup> República.

Importa também analisar as relações entre as entidades tutelares e o equilíbrio de influências por elas reclamado. Neste contexto, damos especial relevo aos museus de categoria nacional, regional e municipal, pois foi entre eles que a legislação oficial avançou com o maior número de propostas, configurando a primeira rede museológica nacional e regional, ou abrindo portas à multiplicação de museus de iniciativa autárquica.

Em suma: Que políticas nortearam os governantes no tocante aos museus? Que museus foram criados? Que diplomas legais procuraram regulamentar o seu funcionamento? Que museus transitaram do período anterior e que transformações sofreram? Que homens se destacaram na sua criação e gestão? Que discursos enformaram a sua constituição? Que coleções encerraram e como se constituíram? São todas questões a que procuramos responder.

A Primeira Parte desta Tese faz uma ligeiríssima retrospectiva sobre o século XVIII, coincidente com a tomada de consciência do Estado para a necessidade de classificar e proteger o Património Histórico e Artístico. Seguem-se as experiências museológicas pombalinas da Ajuda e da Universidade de Coimbra, estreitamente ligadas à crescente curiosidade pelos territórios ultramarinos, ou os museus de Cenáculo e José Mayne, abertos a cada vez maior número de pessoas, mas ainda com um carácter enciclopédista do ponto de vista dos acervos. O século XIX e as suas propostas económicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e científicas desencadearam crescentes preocupações com a classificação e a proteção do património, um incremento da investigação arqueológica e o surgimento de alguns dos principais museus nacionais, especialmente vocacionados para a Arte e a Arqueologia. Neste contexto, prestamos particular atenção aos discursos de algumas personalidades, assumindo a necessidade de museus, desde os mais elitistas aos destinados à formação das classes laboriosas. Não esquecemos também a distância que separa a Museologia pedagógica de um Estado predominantemente laico, da veiculada pelo ensino jesuítico, extinto pelo regime republicano.

A Segunda Parte relança o olhar sobre as condições que permitiram o crescimento do ideal republicano em Portugal, a partir da segunda metade do século XIX, e desbrava os instrumentos ideológicos e jurídicos que direta ou indiretamente enformam a realidade museológica nacional. Prestamos especial atenção: ao Nacionalismo e Regionalismo culturais, em torno dos quais se geraram estratégias de proteção dos bens históricos e artísticos, especialmente pela colocação de entraves à sua alienação e através da criação de museus de âmbito nacional e regional; aos valores anticlericais e laicos do regime, que suportaram vários diplomas usurpadores dos bens eclesiásticos em favor do Estado; à apropriação dos bens da Casa Real que juntamente com os anteriores implicaram um incremento museológico apto a receber uma grande multiplicidade de objetos; à organização dos serviços culturais e do Património através de um Decreto basilar que configurou a primeira rede museológica nacional; às tutelas

que, apoiadas em leis habilitantes, chamaram a si a capacidade de criar museus sem o aval das Circunscrições Artísticas; aos valores económicos e educacionais inerentes às instituições museológicas, legitimando-as; à busca de sintomas de rutura ou continuidade na realidade museológica portuguesa com a transição para um novo sistema político; à auscultação das idiossincrasias museológicas no período estudado, sobretudo do ponto de vista das opções museográficas; à destrição entre as realidades existentes e as anunciadas pelo vastíssimo corpo legislativo produzido.

As duas últimas partes procuram tratar monograficamente os museus do Estado, de várias corporações administrativas, de instituições privadas ou das principais instituições de Ensino Superior, do ponto de vista histórico e da configuração das exposições e das coleções. A primeira, subdividida em sete itens, faz uma retrospectiva dos museus tutelados pelas três circunscrições artísticas e outras instituições públicas e privadas. A segunda é reservada a museus tutelados por instituições de Ensino Superior, dado o seu peso do ponto de vista da Ciência e da Pedagogia, em detrimento da crescente dimensão pública.

Na medida do possível, as partes monográficas adoptam uma estrutura padronizada, olhando de relance para os antecedentes e principalmente para o período histórico que nos interessa, com as principais realizações, as coleções e a configuração das realidades museológicas em foco.

Também a nível pessoal e profissional, a elaboração da presente Dissertação afigurou-se uma mais-valia, pois como Técnico Superior Conservador de Museus numa Autarquia, a abordagem da problemática museológica nacional de um passado pouco longínquo amplificou-nos o sentido crítico necessário para questionar a realidade em que desempenhamos funções, no sentido de contribuir para o seu aperfeiçoamento.

A possibilidade de contribuir para melhor dar a conhecer a 1.<sup>a</sup> República do ponto de vista do universo museológico e a transformação deste trabalho num instrumento de enriquecimento intelectual para quem se interessa pelas matérias explanadas assumem prioridade na lista de objetivos.

Facilmente se identificarão lacunas no trabalho, três delas assumidas por nós de antemão, no reconhecimento da necessidade de fazermos escolhas, de impormos limites ao nosso trabalho, de assumirmos fraquezas operativas e acusarmos obstáculos colocados por fatores externos:

- A primeira respeita ao pouco relevo dado aos públicos dos museus, assunto que não desenvolvemos como gostaríamos porque não encontrámos matéria significativa

sobre o assunto nos locais que visitámos ou na bibliografia consultada, o que talvez também se justifique pelo facto de muitos dos museus estudados estarem ainda em organização durante a 1.<sup>a</sup> República, inviabilizando total ou parcialmente as visitas.

- A segunda é a da amplitude geográfica coberta pelas nossas pesquisas, deixando de lado as realidades museológicas dos territórios coloniais portugueses e centrando-nos nos museus da Metrópole e das Ilhas adjacentes.

- A terceira, por considerarmos que os museus de História Natural, os jardins botânicos e estações de Biologia das Universidades portuguesas de então eram os que assumiam verdadeira dimensão pública, justifica o facto de ignorarmos a existência de outros gabinetes, museus e laboratórios universitários.

Certamente haverá outras lacunas que não detetámos, mas anima-nos o sentimento de dever cumprido, que esperamos possa contribuir para enriquecer o repositório científico português.





## **PARTE 1 – DO MUSEU PRIVADO AO MUSEU PÚBLICO**

### **CAPÍTULO 1: OS PIONEIROS**

A necessidade de classificar e proteger o património histórico e artístico nacional encontrou os seus precursores na Academia Real de História (8 de dezembro de 1720) e no Alvará de 20 de agosto do ano seguinte, incumbindo a Academia e as Câmaras Municipais daquelas tarefas. Destas iniciativas terá resultado o primeiro museu de Arqueologia nacional, que não resistiu à viragem para a 2.<sup>a</sup> metade do século.

As viagens de estrangeiros a Portugal, como James Murphy e William Beckford<sup>1</sup>, na segunda metade do séc. XVIII também tiveram o seu papel para despertar as consciências nacionais para a premência da preservação da memória histórica.

Coleções, havia-as entre os membros das ordens sociais privilegiadas, que cultivavam um colecionismo ostentatório e eclético de bens artísticos, arqueológicos, espécimes de História Natural e curiosidades, constituindo gabinetes privados em que Arte e Natureza conviviam, com a finalidade utópica de reconstruir o universo em espaços exíguos, e que só a partir do Pombalismo começaram a servir mais amplamente finalidades científicas e a abrir-se ao público<sup>2</sup>. A partir do seu património pessoal, D. Pedro José de Noronha (3.º Marquês de Angeja) promoveu um jardim botânico no Parque do Monteiro Mor em meados do século XVIII e projetou um museu de História Natural (1782-1785) para o complementar, iniciativas orientadas por Domingos Vandelli, responsável pelas experiências museológicas pombalinas<sup>3</sup>.

Outro importante cultor de antiguidades e *naturalia* foi Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas<sup>4</sup>, Bispo de Beja, que em 1791 inaugurou o Museu Sesinando Cenáculo Pacence, com coleções arqueológicas, de História Natural, Numismática e Medalhística.

---

<sup>1</sup> Para pequenas biografias de James Murphy e William Beckford, consultar o sítio de internet do Mosteiro da Batalha, respetivamente em <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=255> e <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=256>.

<sup>2</sup> Cf. BRIGOLA, João Carlos Pires, *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII* [Texto Policopiado], Tese de Doutoramento em História, Universidade de Évora, 2000, 1.º vol, pp. 60-65.

<sup>3</sup> João Brigola chega a sugerir a hipótese de Angeja ser o fundador do primeiro espaço museológico português ainda existente, caso se comprovasse que a criação do Jardim Botânico do Parque do Monteiro Mor ao Lumiar datasse da década de 50 de setecentos. *Idem*, p. 411. Sobre o museu do Marquês instalado no seu palácio da Junqueira, *Ibidem*, p. 420.

<sup>4</sup> Frei Manuel do Cenáculo começou a colecionar muito cedo. Em Lisboa reuniu as primeiras pinturas e medalhas. Em Beja, cujo Bispado lhe foi entregue em 1777 (até 1802), alargou as suas coleções à História Natural, reunindo espécimes zoológicos, botânicos e minerais, e foi o grande responsável por coligir antiguidades artísticas e arqueológicas dispersas no Distrito, que deram forma ao *Museu Sisenando Cenaculano Pacense*. Em março de 1802, Cenáculo foi nomeado Arcebispo de Évora, transferindo para esta cidade os mais valiosos exemplares das suas coleções, reunidas quer no seu gabinete da Sé de Beja, quer no Museu Sesinando, suscetíveis de serem transportados. *Ibidem*, pp. 472-486.

A transferência de Frei Cenáculo para Évora em 1802 conduziu à dissolução do museu bejense e à inauguração, em março de 1805, do Novo Museu Cenáculo junto da Biblioteca Eclesiástica Pública, anexos ao Paço Arquiepiscopal, no Colégio dos Meninos do Coro da Sé. Ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX, arqueólogos como José Leite de Vasconcelos, Emile Hübner, Filipe Simões e Abel Viana, procurariam o paradeiro dos objetos de lapidária e de maiores dimensões que não foram conduzidos para Évora por Cenáculo, sendo distribuídos pelos museus municipal de Beja (fundado em 1892) e de Évora.

Em termos estatais, os primeiros museus devem-se ao Marquês de Pombal, responsável pela criação do Real Museu da Ajuda em 1768<sup>5</sup>. Seguiu-se-lhe em 1772 o Museu de História Natural da Universidade de Coimbra. Ambos os museus constituíram complexos multidisciplinares, tendo os métodos empírico e experimental adotados no ensino desempenhado especial papel no domínio da História Natural, da Química, da Física e da Botânica<sup>6</sup>. Alargavam-se os públicos, estabeleciam-se horários regulares de visitas, dotavam-se financeira, material e humanamente os novos espaços. Ambos os complexos museológicos mostravam futuros promissores, mercê das viagens filosóficas dos naturalistas (Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó, etc.), das relações de permuta com os seus congéneres nacionais e internacionais e da colaboração dos Governadores das Colónias e dos Embaixadores portugueses. Ao principal ministro de D. José I se deveu também a publicação do Aviso de 25 de janeiro de 1777, mandando guardar na Casa da Moeda, uma coleção de todas as moedas e medalhas cunhadas ou a cunhar, portuguesas e estrangeiras, e que se tornou o embrião do Museu Numismático e Filatélico daquela instituição, que abordaremos em devido tempo<sup>7</sup>.

Facilmente se infere a grandeza do Museu da Ajuda se recordarmos o “saque” que o naturalista Geoffroy de Saint Hilaire lhe fez em junho e agosto de 1808<sup>8</sup>. A

---

<sup>5</sup> Cf. VANDELLI, Domingos, *Relação da origem, e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Chymico, Museo de Historia Natural e Caza do Rysco*, ANTT, Maço 444, Caixa 555.

<sup>6</sup> Cf. *Estatutos da Universidade de Coimbra, vol. III – Cursos das Sciencias Naturaes e Filosoficas*, Coimbra, 1772, p. 229, disponível em [http://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3\\_3/UCBG-R-44-3\\_3\\_master/UCBG-R-44-5/UCBG-R-44-5\\_item1/P288.html](http://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R-44-3_3_master/UCBG-R-44-5/UCBG-R-44-5_item1/P288.html).

<sup>7</sup> INCM, *Matriz 19*, Boletim Interno, INCM, S.A., março, 2013, p. 4: *Apud* Aviso de 25 de janeiro de 1777: «huma moeda de cada cunho, e qualidade de metal, que se puderem hir achando, não só deste Reino, mas geralmente de todas as partes do Mundo: E semelhantemente tambem huma Medalha tambem de todas as qualidades de metaes, que for possível alcançar se, assim antigas como modernas para com o decurso do tempo se poder formar huma collecção dellas, que hajão de servir à utilidade publica, e noticia geral».

<sup>8</sup> Cf. *Relação dos productos naturaes que por ordem do General Junot levou d'este Real Museu M.<sup>r</sup> Geoffroy Geoffroy de S.<sup>t</sup> Hilaire em Junho e Agosto de 1808*, MNHN, Arquivo do Museu Bocage, Pasta

mesma sorte teve o museu de Cenáculo em Évora. À usurpação francesa juntaram-se outros fatores potenciadores da destruição e dispersão de coleções: cataclismos naturais; especulação e comércio de bens móveis; situação política; extinção das Ordens Religiosas.

A criação da Academia Real das Ciências em 24 de dezembro de 1779<sup>9</sup> constituiu um novo fôlego para a Museologia portuguesa. À sua sombra nasceu um museu de História Natural e Etnografia e um Gabinete de Física, antepassados do que viria a ser o Museu Nacional<sup>10</sup>. Por sua vez, no Convento de Jesus, da Ordem Terceira de S. Francisco, o Padre José Mayne criava um museu de História Natural, com medalheiro e uma pinacoteca (1792)<sup>11</sup>.

---

de Diversos, doc. 16. Vários espécimes de mamíferos, aves, répteis, peixes, insetos, crustáceos, herbários, fósseis, rochas e minerais foram escolhidos para ir enriquecer o Museu de História Natural de Paris.

<sup>9</sup> A Academia foi fundada por iniciativa do segundo Duque de Lafões e do Abade Correia da Serra, apoiados por Domingos Vandelli e pelo Visconde de Barbacena. Dividiu-se em duas classes, a das Letras e a das Ciências.

<sup>10</sup> Em 27 de agosto de 1836 o Museu da Ajuda foi transferido para a Academia, e seria progressivamente enriquecido pelas coleções de História Natural de D. Pedro V e D. Luís I.

<sup>11</sup> Em 1833, o Museu Maynense foi confiado à Academia Real de Ciências, o que foi confirmado pela Portaria régia de 23 de outubro de 1834.



## CAPÍTULO 2: A MUSEOLOGIA OITOCENTISTA E A DEFESA DO PATRIMÓNIO

No século XIX surgiram alguns dos principais museus portugueses, fruto de transformações políticas, sociais, religiosas e económicas e da renovação artística, literária e científica: a implantação do Liberalismo Político e consequente sociedade em vias de democratização apoiada na Ciência (laica e positivista), com vista a responder aos ideais de bem-estar e progresso da Humanidade<sup>12</sup>; a extinção das Ordens Religiosas e a ascensão social de novas classes; a riqueza e surto tecnológico provenientes da Revolução Industrial; o fomento económico, assente em bases científicas e tecnológicas; a renovação cultural no campo da Arte, influenciada pelo Romantismo Literário e Filosófico e pelo Nacionalismo dele derivado; o desenvolvimento das ciências arqueológicas e a consciencialização para a necessidade de inventariar e proteger o Património.

Depois de implantado o Liberalismo, o desenvolvimento científico e tecnológico verificado em Portugal foi decisivo para o desenvolvimento dos museus, ultrapassando os decadentes museus particulares, com insuficientes e obsoletas práticas de sistematização e exposição. Os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e do Porto (1836-37) conduziram ao progresso tecnológico, industrial e artístico, às exposições agrícolas e industriais e aos efémeros museus industriais e comerciais (1883-1899)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Segundo Ana Cristina Martins, o Positivismo aplicado à Museologia manifestava-se na reconstrução contemporânea do contexto dos objetos, organizados numa lógica sequencial e comparativa, em que não se descurava a perspetiva histórica local, regional e nacional, mas tão pouco a ecuménica e universal. Cf. MARTINS, Ana C. N., «O Museu Archeologico do Carmo e a descentralização cultural no século XIX», in *O Arqueólogo Português*, Série IV, 17, 1999, pp. 570-572.

<sup>13</sup> Os museus industriais e comerciais de Lisboa e do Porto foram o resultado de uma ideia que percorreu todo o século XIX e decorreram da separação entre Belas-Artes e Artes Industriais concretizada em meados daquele século. A consciência de que era necessária a aplicação de inovações técnicas para desenvolver a Economia levou à criação de várias associações de iniciativa privada, entre elas a Sociedade Promotora da Indústria Nacional em 1822 – entendida como criadora de riqueza material, incluindo a Agricultura e Comércio –, preconizada por Cândido José Xavier, com o objetivo de fornecer conhecimentos aos agentes económicos sobre as inovações científico-tecnológicas aplicáveis à Economia. A permuta de informações era assim encorajada entre todos os agentes económicos. Ao nível estatal, em 18 de novembro de 1836 e 5 de janeiro de 1837 eram respetivamente criados os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e do Porto, em que se previa desde o início a existência de museus industriais capazes de contribuir para a formação das classes operárias, em toda a sua cadeia hierárquica. Despertava, em simultâneo, a organização das primeiras exposições industriais. A Reforma do Ensino decretada em 20 de setembro de 1844 por Costa Cabral integrou os Conservatórios de Artes e Ofícios nas respetivas Politécnicas. Por Decreto de 30 de dezembro de 1852, de Fontes Pereira de Melo, foram extintos os Conservatórios e criados o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto, com os respetivos Museus Industriais, sempre incipientes e pouco apoiados, sendo substituídos em 1864, por decreto de 20 de dezembro, do Ministro João Crisóstomo, pelos Museus Tecnológicos, concebidos como coleções de modelos, desenhos, instrumentos, produtos e materiais que ilustrassem o ensino. Foram igualmente sol de pouca dura, cerceados com a Reforma do Ensino de 1869. Depois dos trabalhos da Comissão de 1875, designada para sugerir uma Reforma do Ensino Artístico e dos Serviços de Belas Artes, Museus e

Por outro lado, nas Politécnicas de Lisboa e do Porto (criadas em 1837), começavam a surgir os gabinetes científicos de apoio às cadeiras ministradas, nomeadamente a Botânica, a Zoologia, a Mineralogia e Geologia e mais tarde a Antropologia, contribuindo para notáveis descobertas científicas.

Em Oitocentos desenvolveu-se uma mentalidade atreita à defesa patrimonial, inspirada nas visitas de alguns estrangeiros, como o diplomata brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, o príncipe polaco Linchnovsky e o Conde da mesma nacionalidade, Athanasius Raczyński (1788-1874), testemunhas da negligência nacional face ao Património, nomeadamente o edificado. O primeiro utilizou pela primeira vez o termo *Manuelino* para designar toda a Arte do tempo de D. Manuel. O segundo manifestou-se contra a indiferença a que estavam votadas as obras-primas da Idade Média. O terceiro, diplomata em Portugal ao serviço da Prússia, não só deu a conhecer o nosso melhor património artístico, valorizando-o, como ajudou a estabelecer as bases da nossa História da Arte<sup>14</sup>.

---

Arqueologia, abriu-se um debate sobre a necessidade de museus, as tipologias de museus que mais conviria concretizar e a sua localização. É neste contexto que se inscreve a obra de Joaquim de Vasconcelos, intitulada *A Reforma de Belas Artes – Análise do relatório e projectos da Comissão Oficial nomeada em 10 de Novembro de 1875*, de 1877, em que o autor sugere a criação no Porto, de um Museu de Artes Industriais de carácter enciclopédico, manifestando-se igualmente um acérrimo defensor dos museus nas províncias, concorrendo para a formação cívica e artística e para a preparação profissional da população. Talvez sob sua inspiração se tenham criado os Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto (tendo sido nomeado Conservador do segundo em maio de 1884), por Decreto de 24 de dezembro de 1883 e no ano seguinte, por Decreto de 3 de janeiro de 1884, as Escolas Industriais e de Desenho Industrial, todos regulamentados por Portaria de 6 de maio seguinte. O museu de Lisboa foi instalado na ala poente do Mosteiro dos Jerónimos em 14 de janeiro de 1884. O do Porto inaugurou em 21 de março de 1886, no Circo Olímpico a leste do Palácio de Cristal. Cf. LEANDRO, Sandra, *Joaquim de Vasconcelos: Historiador, crítico de arte e museólogo*, Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, junho de 2008, 1.º vol, pp. 339 e ss. Sobre as associações promotoras da economia, no século XIX, ver MATOS, Ana Maria Cardoso de, «Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial», in *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996 (2.º-3.º), vol. XXXI (136-137), pp. 397-412. Além da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, a autora refere a Associação Industrial Portuguesa (1837), a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis (1840), a Associação Industrial Portuense (1852) e a Associação Promotora da Indústria Fabril (1860). Coloca em destaque o papel que estas associações tiveram no combate ao analfabetismo da classe operária e como forma de colmatar a inexistência do Ensino Técnico-Profissional estatal defendido desde a escolaridade primária, desenvolvendo para isso estratégias de conceder créditos ou recompensar as iniciativas que demonstrassem a qualidade dos produtos ou a modernidade das práticas. Realça posteriormente a introdução do Ensino Industrial oficial, a partir de 1852, prevendo-se a abertura de museus como complemento da formação ministrada (e que eram uma ambição desde a Sociedade Promotora), além das exposições industriais que começavam a fazer-se por todo o mundo.

<sup>14</sup> Para uma síntese sobre a obra de Rackzinski ver RODRIGUES, Paulo Simões, «O Conde Athanasius Rackzinski e a historiografia da arte em Portugal», in *Revista de História da Arte*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011, n.º 8, pp. 264-275 ([http://iha.fcsh.unl.pt/uploads/RHA\\_8\\_VA1.pdf](http://iha.fcsh.unl.pt/uploads/RHA_8_VA1.pdf)).

Em 1837 iniciou-se a publicação do periódico *O Panorama*. Entre os seus colaboradores destacou-se a figura de Alexandre Herculano, que em dois números de 1838 e outros tantos de 1839 ousou denunciar os “crimes” contra o Património, defendendo a sua salvaguarda<sup>15</sup>.

Em 13 de agosto de 1840, uma portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino impunha legislação proibindo toda e qualquer destruição de monumentos, na sequência da demolição da Igreja de Nossa Senhora da Asseiceira.

Almeida Garrett foi outro dos intelectuais românticos portugueses conscientes da importância da preservação do Património. No poema *Camões* (1825) insurge-se contra o deficiente estado de conservação de alguns monumentos e nas *Viagens na Minha Terra* (1843) denuncia os reparos e reconstruções dos templos antigos sem respeitar os estilos artísticos. A este autor coube a responsabilidade da publicação da revista *Belas Artes* no ano de 1857, na qual Costa Cascais sugeriu o que havia feito em 1854, n’ *O Panorama*: a criação de uma Comissão de Belas Artes<sup>16</sup>.

Em 1880, a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* era encarregue da primeira classificação dos monumentos e em 1882 surgiu a primeira Comissão dos Monumentos Nacionais, presidida pelo arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva<sup>17</sup>. No seio da CMN destacou-se a nomeação de dois Inspectores dos

---

<sup>15</sup> Logo no 1.º número do jornal, o artigo «A Architectura Gothica» denuncia o desprezo a que eram votados os monumentos e a necessidade de o Governo e os Municípios zelarem pela sua conservação. Cf. *O Panorama: Jornal Litterario e Instructivo*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 6 de maio de 1837, n.º 1, pp. 2-4. Atribuídos a Alexandre Herculano, ainda que não sejam assinados, surgem: no n.º 69 do mesmo periódico, de 25 de agosto de 1838, pp. 266-268, um artigo intitulado «Monumentos», que faz uma acutilante crítica ao ostracismo para que foi remetida toda a arquitetura anterior ao período de D. João V, em especial a do período medieval, com claro prejuízo para a arte nacional; continuando o artigo no n.º 70, de 1 de setembro de 1838, pp. 275-277, faz um périplo pelo país, dando exemplos do estado de ruína a que se deixou chegar tantos monumentos, acusando a indiferença portuguesa para com a arte em contraposição com a atitude de estrangeiros, mais atreitos à «veneração pelas antiguidades do nosso paiz» (p. 277); em 1839, nova chamada de atenção para a incúria relativamente aos monumentos, num artigo intitulado «Mais um brado a favor dos monumentos I», denunciando os trabalhos de «renovação» que deitaram por terra a arte vetusta e genuína da igreja da Colegiada de Guimarães e instando para a saída de legislação que proíba de uma vez por todas a destruição do património (*Idem*, 9 de fevereiro de 1839, n.º 93, pp. 43-45); uma segunda parte do artigo anterior, publicada no n.º 94, de 16 de fevereiro de 1839 (pp. 50-52), continua a enumerar exemplos de destruição (Santarém, Moncorvo), realçando a prática comum entre as vereações portuguesas de «fazer do velho novo» (p. 50). Tem também relevo a negação de museus, considerados como «cemiterios das artes» (p. 51). Reitera, por fim, a reivindicação de uma lei para a proteção dos monumentos, penalizadora dos infratores e que chamasse à responsabilidade as autoridades locais, numa perspetiva descentralizada.

<sup>16</sup> Cf. CASCAES, J. da Costa, «Monumentos», *Ibidem*, 8 de julho de 1854, III Série, vol. III, pp. 210-212.

<sup>17</sup> Cf. Joaquim Possidónio Narciso da Silva (Lisboa, 7/5/1806 – 3/3/1896). Formado em Arquitetura pela Escola de Belas Artes de Paris, regressou a Portugal em 1833 para desempenhar o cargo de arquiteto da Casa Real, devendo-se-lhe alguns projetos de remodelação de alguns palácios reais. Também foi determinante para a modernização dos estudos de Arquitetura em Portugal. A sua atividade mais profícua desenvolveu-se, contudo, no seio da Arqueologia, pois a partir da nomeação de D. Pedro V para o estudo

Monumentos, Ramalho Ortigão para o sul e Joaquim de Vasconcelos para o norte do país, com o intuito de analisarem o estado dos mais relevantes monumentos. Ramalho Ortigão acabou por compilar os resultados das suas críticas e observações na obra *O Culto da Arte em Portugal*, publicada em 1896 pela primeira vez. Por sua vez, em 1885 Joaquim de Vasconcelos “descobriu” o Político de S. Vicente de Fora<sup>18</sup>. Para suprir a lacuna da representação dos artistas na comissão, em 1899 foi substituída pelo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais.

A par da estada em Portugal de Emile Hübner (1861), que terá estimulado «o gosto pela arqueologia e por outras ciências auxiliares da História»<sup>19</sup>, surgiram também instituições apostadas em promover a investigação arqueológica nacional: a Sociedade Arqueológica Lusitana (1849); a Comissão Geológica (1857); a *Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* (1863)<sup>20</sup> fundou o primeiro museu

---

técnico dos monumentos nacionais (1858), não mais abandonou a dedicação à proteção e preservação do Património, que aliás culminou com a criação da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses em 1863. Cf. <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4221413> (30/12/2013).

<sup>18</sup> Segundo José de Figueiredo, na sua obra *Arte portuguesa primitiva. O pintor Nuno Gonçalves* (1910), a primeira descoberta “moderna” dos painéis terá sido da responsabilidade do entalhador Leandro Braga, que em 1882 efetuava obras de restauro no Paço Patriarcal de S. Vicente, patrocinadas pelo rei D. Fernando II. Tendo reparado nas tábuas que serviam de suporte ao trabalho dos operários, Leandro Braga resolveu chamar Columbano Bordalo Pinheiro para as apreciar, dando depois providências para a sua salvação. A análise crítica aos painéis foi entregue a Joaquim de Vasconcelos em 1885. A teoria da descoberta pelo entalhador e o mau uso dado aos painéis como andaimes são contrariados pela narrativa dos factos apresentada pelo Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos, que atribui a recuperação dos painéis a si próprio e a identificação da figura do Infante D. Henrique ao Visconde de Castilho. Sousa Viterbo, num artigo intitulado «O Museu de Bellas Artes», publicado no *Diário de Notícias* de 13 de agosto de 1901, terá sido o primeiro a sugerir a transferência dos painéis para o Museu Nacional de Belas Artes. Em 1905 Viterbo e D. José Pessanha, defendendo a transferência dos Painéis para o MNBA são confrontados com a posição de Elviro de Brito, que os remetia para um eventual Museu do Patriarcado, sobre o qual circulavam rumores. Em 1909, sob patrocínio do Conde dos Olivais e Penha Longa, José Pinto Leite, Luciano Martins Freire foi encarregue pela ARBAL do restauro do Político, com a anuência do Patriarca D. António Mendes Belo, com a condição da sua restituição imediata após a intervenção, o que não se verificou porque entre 6 e 11 de maio de 1910 os painéis foram mostrados ao público na sede da ARBAL, não voltando mais para o Paço Patriarcal pois alguns meses depois a República implantada proporcionou o quadro legislativo propício para entregar as obras ao novo MNAA. Cf. BAIÃO, Joana Margarida Gregório, *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e Contributos no Panorama Historiográfico, Museológico e Patrimonialista em Portugal*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialização em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, junho de 2014, pp. 171- 182.

<sup>19</sup> Cf. PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva, «O Museu Archeológico do Algarve (1880-1881), Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX», dissertação apresentada no Curso de Conservador de Museu no ano de 1973, in *Anais do Município de Faro*, n.º IX, 1979, p. 176. Emile Hübner suscitou vários esforços individuais nos campos da Epigrafia e Arqueologia, tais como os de Estácio da Veiga, Teixeira de Aragão, Martins Sarmento, Felipe Simões e Gabriel Pereira.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 178: «[A Associação] promoveu a realização de exposições públicas artísticas e arqueológicas. Criou, em 1867, o *Jornal ilustrado da Associação denominado «Arquivo de Architectura Civil», e em 1874 o «Boletim Architectónico da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses» [...] § Promoveu concursos premiados para as melhores memórias sobre Architectura e Arqueologia. § Fundou um curso elementar de Arqueologia (1885) [...] Realizou intensa propaganda no sentido de se criarem cursos de arqueologia religiosa nos Seminários das principais dioceses do País*



arqueológico português (1865), numa organização sem critério, próxima das «miscelâneas barrocas»; o Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica (Lisboa, 1880) foi determinante para o surgimento do Museu da Comissão Geológica e do «Museu Archeologico» do Algarve. Estes esforços não foram acompanhados da tendência geral. Continuava-se a fazer uma Arqueologia amadora, que enriquecia coleções particulares, nacionais e estrangeiras.

Aproximando-se o final do século XIX, assiste-se a um desenvolvimento amadurecido da Arqueologia nacional. Destacam-se, neste contexto, algumas iniciativas de relevo: as de Estácio da Veiga, interessado em regulamentar um programa oficial para o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos, bem como em criar as bases de um ensino elementar e superior da Arqueologia; a «Sociedade Carlos Ribeiro» (1888), apostada em desenvolver estudos no campo das Ciências Naturais e Sociais; o Museu Etnográfico Português, fundado em 1893 por José Leite de Vasconcelos para reunir objetos de múltiplas naturezas e dar a conhecer o povo português, sob as mais variadas vertentes. Este museu surgiu como um museu central de Arqueologia, com o objetivo de orientar todas as iniciativas nacionais deste setor, criando uma revista própria – *O Archeologo Português*, cujo primeiro número mensal data de 1895; a revista *Portugalia*, fundada em 1899 e dirigida por Ricardo Severo, com o objetivo principal de dar a conhecer os fundamentos da Pátria, através da publicação de estudos de caráter arqueológico, etnográfico e antropológico; a Sociedade Arqueológica Santos Rocha, datada de 1898, suporte científico do Museu Municipal da Figueira da Foz, criado em 1894, e fonte de estímulo a pesquisas e escavações arqueológicas, documentando e divulgando os vestígios encontrados.

As iniciativas esboçadas, resultado dos contributos de políticos, eruditos e viajantes estrangeiros, enformaram a supremacia disciplinar da Arqueologia nos museus portugueses ao longo do século XIX, visando estudar o território e coligir todos os testemunhos que permitissem a sua interpretação, quer do ponto de vista geológico, quer do ponto de vista arqueológico e antropológico.

Por outro lado, o Romantismo Literário e o Nacionalismo emergente com o Ultimato Inglês despertaram as elites culturais para a necessidade de salvaguardar os monumentos portugueses e o seu recheio.

---

para ilustração dos seminaristas, o que efectivamente aconteceu em Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Faro».

Além dos museus já referidos, surgiram também o Museu do Instituto de Coimbra (1874), o Museu Distrital de Santarém (1876), o Museu Arqueológico de Elvas (1880), o Museu da Sociedade Martins Sarmiento (1881-1884), o Museu Municipal de Alcácer do Sal (1894), o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique de Faro (1894), o Museu Municipal de Bragança (1897).

No campo da Arte, a legislação laicista de 1833 e 1834<sup>21</sup> implicou a necessidade de evitar a dispersão dos bens de maior valor. Nesse sentido, foi publicada a Portaria de 15 de julho de 1834, suspendendo «*a venda de quadros, painéis e pinturas pertencentes aos Conventos abandonados e que mais conviria fossem aplicados na formação de galerias nas respectivas províncias*»<sup>22</sup>. Sugere-se pela primeira vez a criação de museus regionais, que a República implementará, e para dar guarida provisória aos bens dos conventos extintos em breve iriam ser criadas as Academias de Belas Artes (1836).

Em 19 de fevereiro de 1836, o Ministro do Reino, Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, solicitou à Academia Real das Ciências uma listagem de todos os edifícios das extintas Ordens Religiosas dignos de serem protegidos pelo Estado, pelo seu interesse monumental e artístico. Em 17 de agosto seguinte, o novo Ministro do Reino, Agostinho José Freire, publicou uma portaria encarregando todos os Governadores Civis de supervisionar a segurança dos livros, manuscritos e bens artísticos dos conventos abolidos, de modo a se poderem formar bibliotecas e museus públicos nas capitais de cada distrito. A 25 do mesmo mês, o Ministro assinava uma portaria e uma circular, encarregando respetivamente: o Encarregado do Depósito das Livrarias dos extintos conventos de informar sobre os meios necessários para o mais rapidamente possível se fundar uma biblioteca e outros estabelecimentos nas capitais de distrito; o Governador Civil de Coimbra para indicar o melhor sítio para a instalação da biblioteca, do gabinete de raridades e de pintura<sup>23</sup>.

À sombra da Academia de Belas Artes do Porto colocou-se o primeiro museu público português, o Museu Portuense ou Ateneu de D. Pedro (1833). Por sua vez, a partir de 1836, a Academia de Belas Artes de Lisboa começou a constituir no extinto Convento de S. Francisco da Cidade um depósito de obras de arte para os futuros museus a criar no país, reconhecidos como uma necessidade para o desenvolvimento

---

<sup>21</sup> A Portaria de 4 de junho de 1834 incorporou na Fazenda nacional os bens das ordens extintas.

<sup>22</sup> Cf. CORTEZ, Fernando Russell, *A Academia Real de Belas-Artes e a protecção do património artístico, seu resultado na criação dos museus portugueses*, Sep. Rev. Belas-Artes, 4-6, Lisboa, 1984, p. 82.

<sup>23</sup> Cf. Portaria e Circular de 25 de agosto de 1836, in <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/87/p218>

moral e material da nação<sup>24</sup>. Em 1869 abria a Galeria Nacional da Academia e em 1884, na sequência da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola (1882), abriu na rua das Janelas Verdes o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia.

O período final da Monarquia assistiu também ao aparecimento de alguns museus de espécies vivas, fruto de uma tradição herdeira do período pombalino, apostada no desenvolvimento científico experimentalista e da educação e do ensino a nível nacional e que conduziu, entre outras realizações, ao surgimento da Escola Politécnica de Lisboa, criada por decreto de 11 de janeiro de 1837 e entregue ao Ministério da Guerra. Entre esses estabelecimentos, destacamos o Jardim Botânico anexo à Escola Politécnica (1858), o Jardim Zoológico e de Aclimação de Lisboa (1884), o Aquário Vasco da Gama (1898) e o Jardim e Museu Agrícola Colonial (1906).

---

<sup>24</sup> A Academia Real de Belas Artes de Lisboa foi objeto de portarias importantes para o futuro da Museologia portuguesa, publicadas em 30 de setembro de 1836: a primeira criou uma Comissão encarregue de administrar o Depósito das livrarias dos conventos extintos e de catalogar todos os bens depositados no Convento de S. Francisco da cidade, para posteriormente entregar à Academia os bens artísticos; a segunda portaria incumbia a Academia de selecionar as obras de arte que fossem importantes para o ensino artístico e as que deveriam ser enviadas aos museus distritais.



### CAPÍTULO 3: A NECESSIDADE DE MUSEUS

O espírito museológico vigente no último quartel do século XIX ficou marcado por dois acontecimentos que viriam a condicionar o ensino artístico e os serviços de museus, monumentos e Arqueologia: o relatório do Marquês de Sousa Holstein de 1864 e a Comissão<sup>25</sup> nomeada pelo Ministro do Reino por Decreto de 10 de novembro de 1875.

Em 1864, o Marquês de Sousa Holstein apresentou ao Governo um *Relatório*<sup>26</sup> sobre a Academia de Belas Artes, realçando a necessidade de oferecer melhores condições aos museus portugueses e obras de arte, dados o estado de abandono e negligência a que se encontravam votados. À perda irremediável dos objetos pela sua sujeição a condições deploráveis de conservação e à incúria humana, juntava-se a sua exportação, face à inexistência de leis que proibissem a alienação para o estrangeiro, do património artístico nacional<sup>27</sup>. Sousa Holstein sugere a criação de um museu histórico nacional, aludindo à recente criação de um museu na Escola Naval, que por ser especializado em artefactos ligados à vida marítima não daria guarida a muitos objetos ainda dispersos, pertencentes ao Estado<sup>28</sup>.

Do ponto de vista da Museologia, o Decreto de 1875 nomeando a Comissão, releva a importância dos museus como elemento civilizador, quer enquanto promotores dos estudos artísticos e históricos do país, quer como facilitadores do incremento industrial e da riqueza pública. A comissão foi encarregue de apresentar propostas para reformular o ensino artístico, muito deficiente e desadaptado aos novos desafios

---

<sup>25</sup> A comissão compôs-se pelas seguintes individualidades: Marquês de Sousa Holstein (Par do Reino e Vice Inspetor da ARBAL), Presidente; Luciano Cordeiro, Secretário; Conde de Samodães e Conde de Valbom (Pares do Reino e Ministros de Estado honorários); Carlos Maria Eugénio de Almeida (Par do Reino, Provedor da Casa Pia de Lisboa); Francisco de Assis Rodrigues (Conselheiro, Diretor Geral da ARBAL); Tomás de Carvalho (Sócio da Academia Real das Ciências e Diretor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa); António Augusto Teixeira de Vasconcelos (Sócio da ARC); Augusto Filipe Simões (Lente da FMUC); António Tomás da Fonseca (Professor da ARBAL); António Vitor de Figueiredo Bastos (Professor da ARBAL); Tadeu Maria de Almeida Furtado (Professor da Academia Portuense de Belas Artes); Augusto Carlos Teixeira de Aragão (Diretor do Gabinete Numismático da Ajuda); Joaquim Possidónio Narciso da Silva (Arquiteto das obras da Casa Real); José Maria Nepumoceno (Académico da ARBAL). Cf. *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia, offerecidas á Commissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 por um Vogal da mesma Commissão*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875.

<sup>26</sup> *Relatório do Ex.mº Vice-Inspetor, Marquez de Souza Holstein, dirigido ao Ex.mº Ministro do Reino, em 29 de Fevereiro de 1864, mencionando o estado em que se achava a Academia, as alterações que ocorreram desde Junho de 1862, e apontando algumas providencias para melhorar o mesmo Estabelecimento*, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 1, Pasta 11, Doc. 1.

<sup>27</sup> Cf. *Idem*, pp. 12-14.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 15. Refere-se ao Museu de Marinha criado por Portaria de 22 de julho de 1863.

económicos que visavam reavivar a indústria, e de propor melhores serviços de museus e monumentos, tendo como premissa a sua importância económica, enquanto formadores de artistas e artesãos e como atrativos turísticos que inevitavelmente atraem capitais. O trabalho da Comissão deveu muito ao seu Presidente eleito, o Marquês de Sousa Hostein, que anonimamente foi responsável pelas *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia*, datadas de 1875. Colocadas à disposição dos membros da comissão, foram um instrumento de trabalho essencial, na medida em que lhes pouparam o trabalho de diagnóstico e de identificação do problema, para seguidamente apontarem soluções. O documento de Sousa Holstein destaca a quase inexistência de museus no país, nomeadamente de um grande museu em Lisboa, digno de uma capital, comparativamente com outros países europeus, onde até pequenas cidades tinham museus distintos. Alerta também para a existência de muitos objetos nacionalizados, antigamente pertencentes às ordens religiosas suprimidas, espalhados pelos vários conventos e igrejas do país<sup>29</sup> em condições deploráveis. Por outro lado, refere que não se podia almejar museus de infindáveis obras-primas, uma vez que muitos bens artísticos e históricos foram vendidos ao desbarato ou se perderam nas várias vicissitudes da história nacional. Identificados os problemas e as necessidades, Sousa Holstein defende a criação em Lisboa de um museu central de Pintura (com uma secção de cópias dos grandes artistas representados nos museus europeus, uma secção de retratos e outra de pintura histórica), Escultura (obtida maioritariamente através de cópias obtidas por permuta com outros museus ou por doações, ou ainda pela cópia de esculturas arquitetónicas cujos originais pertencessem aos templos mais notáveis), Desenho, Gravura, Arquitetura e Arte Industrial, com peças já reunidas na Galeria da Academia de Belas Artes, em condições completamente inadequadas à sua boa conservação, mas também outras disseminadas por edifícios públicos ou pelos conventos extintos. Defendia igualmente a existência de um museu central de Arqueologia, dividido em secções de Numismática, Epigrafia, Estatuária, objetos de uso quotidiano, entre outros. Para início desse museu, contava com alguns objetos provenientes das escavações de Cetóbriga e de Alcácer do Sal reunidas na Academia, e com coleções de Numismática pertencentes ao Estado.

---

<sup>29</sup> Cf. *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia* [...], *Ob. Cit.*, pp. 27 e 28.

Complementarmente aos museus centrais pugnava pelo enriquecimento e alargamento do horário da Biblioteca de Belas Artes já existente na Academia e a existência de oficinas de Galvanoplastia e Fotografia e a melhor dotação da já existente oficina de Moldagem.

Da Comissão resultou um Projeto de Lei<sup>30</sup> realçando a importância dos museus no ensino, como «*elemento civilizador*» e como espaços de lazer, e a existência de muitas obras dispersas, passíveis de incorporar as coleções de vários museus provinciais<sup>31</sup>.

A Comissão mostrou-se favorável à existência de museus nas províncias onde existissem elementos significativos (Porto, Évora, Viseu e Coimbra) para ilustrar de forma original a realidade local. Refutava a existência de um museu em cada distrito e mais ainda a tendência para copiar, miniaturizando, os museus centrais da capital. Localmente, junto das Escolas de Desenho Industrial, fazia-se a apologia da instituição de museus de Arte Industrial, vocacionados para o ensino profissional, tendo em conta as atividades de maior ênfase nos respetivos locais (exemplo de Guimarães, com a Ourivesaria, e das Caldas da Rainha, com a Cerâmica).

Em outubro de 1868 Sousa Holstein, Teixeira de Aragão, Pereira da Costa e Vilhena Barbosa fundaram o Real Instituto Arqueológico de Portugal, no intuito de tentar organizar um museu nacional da especialidade. Uma tentativa gorada mas sintomática da afirmação, a breve trecho, da Arqueologia como uma das disciplinas fundamentais dos museus de âmbito nacional, a par da Arte.

Gabriel Pereira publicou em 1877 um artigo intitulado *Museus*<sup>32</sup>. Neste, registou a quase inexistência de coleções organizadas sistematicamente, com fins pedagógicos e científicos, bem como a tendência para o seu desmantelamento total ou parcial à medida

---

<sup>30</sup> O Decreto que estabeleceu a Reforma da Academia de Belas Artes data de 22 de março de 1881, tendo-se materializado na separação da Academia de Belas Artes da Escola de Belas Artes, cumprindo à primeira a promoção e desenvolvimento das Belas Artes e dos estudos arqueológicos e à segunda o ministério da formação artística aos artistas e ao operariado. A Academia Portuense de Belas Artes foi ignorada, mantendo os seus programas. Só a reforma decretada em 14 de novembro de 1901 incluiu a Academia do Porto, havendo um reforço dos estudos teóricos como o da História da Arte e a supressão da disciplina de Desenho vocacionada para a formação de operários fabris e artífices.

<sup>31</sup> Cf. Artigo 3.º do Projeto reorganizador do ensino das Belas Artes e da Arqueologia, escrito pelo Marquês de Sousa Holstein, no âmbito da Comissão criada em 10 de novembro de 1875, para proceder ao estudo das reformas necessárias às Belas Artes, em Portugal, in SANTOS, Maria Alcina R. C. A. dos, *Aspectos da Museologia em Portugal no século XIX*, Lisboa, 1996, p. 34.

<sup>32</sup> Cf. PEREIRA, Gabriel, «Museus», in *O Universo Ilustrado, Semanário de Instrução e Recreio publicado por uma Sociedade*, Typographia de Matos Moreira, Lisboa, 1877, pp. 309-311; Gabriel Pereira (n./m. Évora 1847-1911) foi tradutor de Clássicos e Diretor da Biblioteca Nacional entre 1888 e 1902.

que os seus coletores iam morrendo, por não haver da parte dos herdeiros menos ciosos ou menos propensos para «*trabalhos de espírito*»<sup>33</sup> interesse em continuá-las. O autor revela uma visão contemporânea, exaltando nos museus o seu papel de transmissor de conhecimentos, de descodificador dos fenómenos científicos, pela observação direta das suas manifestações, afastando, por seu turno, a ideia antiquada de que os museus eram meros repositórios de curiosidades acessíveis somente às elites. Remata o seu artigo elogiando as ações isoladas de uma minoria erudita, que contribuiu para o surgimento de alguns museus importantes no país, nomeadamente em Lisboa, Coimbra e Porto, despertando de forma ténue mas crescente a curiosidade dos viajantes e transmitindo esse esforço às regiões de província. Valorizava os museus regionais com coleções arqueológicas, artísticas e industriais, em detrimento da tendência implantada para a criação de museus meramente arqueológicos, que Gabriel Pereira considerava atrativos a uma elite mais demarcada, dando como exemplo o Museu Distrital de Santarém.

Em 1878, Augusto Carlos Teixeira de Aragão foi autor de um documento vincando as vantagens que um museu podia satisfazer. Trata-se do texto *Necessidade de Creação d'um Museu de Historia, de Artes de Ornamentação e de Antiguidades em Lisboa*. Eivado de nacionalismo e de sensibilidade histórica, estética e artística, o documento de Teixeira de Aragão expõe a indiferença a que estava votado o património cultural português e apela para a necessidade de suplantar a situação, em parte através das instituições museológicas, reconhecidas como locais preservadores e divulgadores da memória das populações, ilustradores da evolução das sociedades, numa perspetiva pedagógica, com vista ao progresso das ciências e das artes, do conhecimento em geral. Apesar de reforçar o papel central de Lisboa, advogando a criação de um Museu Nacional<sup>34</sup>, no que à localização geográfica dos museus dizia respeito Teixeira de Aragão atribuía o atraso dos estudos arqueológicos ao ensino insuficiente e à falta de museus. Para colmatar as lacunas, sugeria uma maior intervenção dos municípios na

---

<sup>33</sup> *Idem*, p. 310.

<sup>34</sup> Cf. *Necessidade da criação d'um Museu de Historia, de Artes de Ornamentação e de Antiguidades em Lisboa*, documento de 1878 da autoria de Teixeira de Aragão, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, processo 24, caixa 12: «*Lisboa, por todas as condições, deveria também possuir um importante museu nacional. Para isso seria necessario construir um edificio proprio e decente, e, embora fosse um sacrificio, deveria realizar-se. O governo que o pozesse em pratica teria feito uma empreza verdadeiramente patriotica e do mais elevado alcance civilizador*». Ver Doc. 1 em Apêndice Documental.



salvaguarda do património, mediante a criação de museus de Arqueologia nas capitais de distrito, a instalar nos paços dos concelhos, em igrejas ou anexos a bibliotecas<sup>35</sup>.

António Augusto da Rocha Peixoto<sup>36</sup> também relevou a importância dos museus regionais, particularmente como motor de divulgação das potencialidades locais de desenvolvimento económico, destacando a sua dimensão utilitária e didática e pondo de parte uma faceta mais erudita, que relegava para os museus nacionais. Partindo desta premissa, defendia a criação de museus distritais de História Natural, onde fossem exibidos os produtos naturais específicos de cada região, acompanhados de informações relativas à sua utilidade, valor e possibilidades de uso industrial<sup>37</sup>.

Também merece destaque Joaquim de Vasconcelos<sup>38</sup>, que defendia a introdução de um ensino artístico básico e médio, suscetível de cultivar o gosto da população portuguesa na sua generalidade, afastando-se das ideias mais conservadoras dos académicos que suportavam um ensino artístico elitizado. Dava relevo às artes tradicionais e decorativas como o melhor meio de sustentar o progresso artístico e industrial do país (as artes ao serviço da indústria), salientando a necessidade de as ensinar com base no Desenho e na Modelação. Propunha, para o efeito, a criação de museus industriais regionais<sup>39</sup>, porque acreditava que estes, em complementaridade com

---

<sup>35</sup> Teixeira de Aragão avança com os nomes das capitais de distrito ou cidades onde mais facilmente poderiam ser organizados museus: Braga, Coimbra, Évora, Guimarães, Lamego, Lisboa, Portalegre, Porto e Setúbal. Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, IPPC, Lisboa, jan./jun. 1985, vol. 1, n.º 1, p. 150.

<sup>36</sup> N. Póvoa de Varzim, 18/05/1866 – m. Matosinhos, 02/05/1909, naturalista, etnólogo e arqueólogo. Para uma pequena biografia de Rocha Peixoto, ver o sítio de internet da Universidade do Porto, na rubrica «Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto»:  
[http://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?P\\_pagina=1004207](http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004207)

<sup>37</sup> Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo», *art. cit.*, p. 157, fazendo menção ao artigo de Rocha Peixoto intitulado «Museus Regionais», publicado na *Revista de Portugal*, vol. III, de 1890.

<sup>38</sup> Joaquim de Vasconcelos (Porto, 1849 – 1936), debruçou-se sobre grande diversidade de domínios do conhecimento, tendo-se destacado, numa primeira fase, como musicólogo e posteriormente como historiador e crítico de Arte e museólogo. Deu grande importância ao ensino artístico, e particularmente ao do Desenho, como base para o progresso das Belas Artes e das artes industriais e caseiras. Tentou estruturar as bases do conhecimento da Pintura portuguesa dos séculos XV e XVI, promoveu várias exposições de arte industrial a partir do Centro Artístico Portuense e da Sociedade de Instrução do Porto. Foi o grande dinamizador do Museu Industrial e Comercial do Porto, incutindo-lhe um papel de primeira linha no ensino industrial e comercial e na valorização das estruturas económicas nacionais. Para uma biografia completa e atualizada desta eminente personalidade, ver LEANDRO, Sandra, *Ob. Cit.*

<sup>39</sup> Cf. ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, «Joaquim de Vasconcelos e a valorização das artes industriais», in *Actas do Colóquio Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*, Faculdade de Letras / Universidade do Porto, 1996, p. 235. A autora enumera algumas propostas avançadas por Joaquim de Vasconcelos em 1878, na sua obra *A Reforma do Ensino das Bellas Arte II (Analyse da segunda parte do Relatório Oficial)*, Porto, respeitantes à criação de museus temáticos regionais, tendo em conta a especialização industrial de cada região: de Olaria em Coimbra; Ourivesaria em Guimarães; Rendas em Setúbal, Peniche, Vila do Conde e Ilhas adjacentes; Marqueteria nas ilhas adjacentes; Ourivesaria, barro e azulejos no Porto.

escolas de arte aplicada, fossem não só de encontro às necessidades de aperfeiçoamento da produção nacional, mas também do enriquecimento individual dos cidadãos portugueses, elevando-lhes o gosto enquanto produtores e consumidores, contribuindo para o progresso das artes e dos ofícios e, em última instância, para o desenvolvimento económico<sup>40</sup>. Também criticou o centralismo cultural lisboeta e, concretamente, a inoperância da comissão criada em 1875 para propor a reforma do ensino artístico e dos serviços de museus, monumentos e bens arqueológicos. Assumiu uma posição dissidente à das Academias, renunciando à coleção de raridades e apostando na exposição de reproduções, facilitando a democratização da cultura pelo mais baixo preço com que se poderiam montar museus. Pela sua influência e de outros que comungavam das suas ideias, em 1884 foram criados os Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto, nos respetivos Institutos Industriais e Comerciais. Tiveram curta existência, sendo extintos em 23 de dezembro de 1899<sup>41</sup> por falta de meios e por terem sido considerados ineficazes para alcançar os objetivos inicialmente propostos. Numa conferência datada de 28 de janeiro de 1915, publicada no volume n.º 63, n.º 6 d’*O Instituto*, Joaquim de Vasconcelos aproxima-se mais do discurso oficial, defendendo a necessidade de levar por diante um enorme trabalho de inventário dos

---

<sup>40</sup> Cf. SANTOS, Paula Mesquita, *Os museus de arte de Lisboa e Porto e a sua relação com as artes industriais e o ensino artístico no século XIX*, Separata da Revista Museu, Círculo Dr. José de Figueiredo, Lisboa, 2000, IV Série, n.º 9, p. 198: Joaquim de Vasconcelos defende a criação de museus industriais como forma de «“ensino indirecto”, influenciador do “bom gosto” nas massas populares pela exposição de objectos de uso comum, produzidos pelas indústrias onde a arte tem aplicação».

<sup>41</sup> Chegou a ser publicado um decreto (n.º 445 de 22 de abril de 1915) determinando a entrega do acervo ao Instituto Industrial e Comercial do Porto para criar no edifício um novo museu, depois de se verificar não ter funcionado a Comissão Superior de Exposições criada quando foram extintos os museus industriais e comerciais de Lisboa e Porto, e de não ter sido cumprida a distribuição do acervo por diversas instituições (Sítio de internet do *Diário da República*, consulta efetuada em 20/06/2013 - <http://dre.pt/pdf1sdip/1914/04/06200/02390239.pdf>). A Lei Orçamental do Ministério de Instrução Pública (Lei n.º 410 de 31 de agosto de 1915), no seu artigo 82.º reconstituiu o Museu Industrial e Comercial do Porto, «o qual funcionará independentemente da direcção do Instituto Industrial e Comercial, mas sob a superintendência directa do Ministério de Instrução Pública» (Sítio de internet do *Diário da República*, consulta de 20/06/2013 - <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/09/18100/09500958.pdf>). Um novo diploma, com a data de 13 de novembro de 1915, foi publicado na 2.ª Série do *Diário do Governo*, n.º 268, autorizando obras no Palácio de Cristal onde se encontra instalado o Museu (Cf. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa - Ano de 1915 - Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, p. 641). Joaquim de Vasconcelos, reticente com a extinção do Museu Industrial e Comercial do Porto, de que era Conservador desde o início, conseguiu mantê-lo à sua guarda vendo publicada a legislação referida anteriormente, ficando no Palácio de Cristal até ao ano de 1927, em condições que se iam agravando progressivamente. Em 1932 deu-se a distribuição do espólio pelo Instituto Comercial em S. Lázaro, Museu Nacional Soares dos Reis, Escola Industrial de Faria Guimarães, Escola Prática de S. Bento (Santo Tirso), Conservatório de Música de Lisboa e Museu de Etnografia e História da Junta Distrital do Porto. Cf. LOUREIRO, Carlos, «O Museu Comercial e Industrial do Porto (1883-1899)», in SILVA, Armando Coelho Ferreira da; SEMEDO, Alice (coord.), *Colecções de Ciências Físicas e Tecnológicas em Museus Universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Secção de Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2005, pp. 198-199.

bens artísticos, que ocuparia facilmente toda uma geração, para depois poderem ser canalizados para museus, que por essa via passariam a ser faustosos<sup>42</sup>.

No contexto da museologia arqueológica predominante em Portugal, em que surgiram alguns dos primeiros museus públicos portugueses, tem papel especial Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896). Tido tradicionalmente como um centralizador dos monumentos no Museu Arqueológico do Carmo (1865), Ana Cristina Martins defende que ao entusiasmo de Possidónio Silva se deve o aparecimento de muitos outros museus de antiguidades, de norte a sul do país, reconhecendo-os como essenciais no processo de estudo, salvaguarda e divulgação do património e como meio pedagógico ao serviço da construção e consciencialização da História Local<sup>43</sup>.

No domínio da Arqueologia e da descentralização museológica destaca-se também a figura de Estácio da Veiga, defensor da criação de museus provinciais e museus distritais. Foi ao ponto de manifestar-se contra a criação de um museu central de Arqueologia, pois para ele o património arqueológico devia ser conservado nos locais ou regiões de origem, sendo um dos pioneiros dos museus de iniciativa individual, fruto de esforços e sacrifícios de homens apaixonados<sup>44</sup>.

José Leite de Vasconcelos é incontornável na consciencialização sobre a importância dos museus. Defendeu a criação de museus regionais com secções arqueológicas, etnográficas, antropológicas e histórico-naturais. O Museu Etnológico Português e a revista iniciada em 1895 funcionaram, aliás, como importantes fontes de encorajamento ao movimento museológico regional e local, apto a construir uma síntese do conhecimento geral do país.

---

<sup>42</sup> Cf. VASCONCELOS, Joaquim de, «Conferência» [28 de janeiro de 1915], in *O Instituto: Revista Científica e Literária*, Imprensa da Universidade, Coimbra, Junho de 1916, vol. 63.º, n.º 6, pp. 291-305.

<sup>43</sup> Cf. MARTINS, Ana C. N., «O Museu Archeologico do Carmo e a descentralização cultural no século XIX», *Art. Cit.*

<sup>44</sup> Sebastião Phillippes Martins Estácio da Veiga (Tavira, 1828 – Lisboa, 1891), muito para além de ter sido Cavaleiro da Casa Real Portuguesa, destacou-se como um dos primeiros arqueólogos oficiais portugueses. Após ter frequentado a Escola Politécnica de Lisboa, na qual iniciou a sua produção literária e científica, começou gradualmente a dedicar-se a fundo à Arqueologia, no âmbito da qual, ainda em atividade independente, recolheu inúmeros objetos antigos na sua província de nascimento, o Algarve. § A seguir ao inverno de 1876, após grandes chuvadas que desenterraram inúmeros testemunhos do passado, Fontes Pereira de Melo incumbiu-o de fazer o levantamento de todos esses objetos, no sul do país, com vista à atualização da *Carta arqueológica do Algarve*. Assumiu assim o papel de primeiro arqueólogo profissional em Portugal. Coligiu os objetos do Museu Arqueológico do Algarve, fundado em Lisboa no ano de 1880, e cujo espólio foi posteriormente incorporado no Museu Etnológico Português. § Em termos bibliográficos destacam-se, da sua autoria, as seguintes obras: *Plantas da Serra de Monchique* (1866); *Orquídeas de Portugal* (1886); *Romanceiro do Algarve* (1870); *Antiguidades de Mafra* (1879); *Memórias das Antiguidades de Mértola* (1880); *Antiguidades Monumentais do Algarve* (4 volumes, entre 1886 e 1891). Cf. PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva, *Ob. Cit.*

*O Culto da Arte em Portugal*, da autoria de Ramalho Ortigão<sup>45</sup>, editado em 1896, também procurou sensibilizar para a carência museológica do país, denunciando a inexistência, na própria capital, de um museu de Artes Industriais ou de Belas Artes devidamente documentado para melhor servir o público<sup>46</sup>. Mostrava-se concordante com a instalação de um complexo museológico nacional, multidisciplinar<sup>47</sup>, com museus de Pintura e Escultura, etnológico, industrial e de reproduções. O espaço visto como ideal para os acomodar era o Mosteiro dos Jerónimos, então ocupado com os museus Industrial e Comercial e Agrícola e Florestal. A ideia era aproveitar a traça retangular do edifício e o pátio interior para se fazerem espetáculos ou eventos de fomento agrícola e industrial e ao mesmo tempo permitir o acesso dos visitantes aos vários espaços, complementados com salas de estudo, de conferências, arrecadações, gabinetes de estampas, desenhos, iluminuras e biblioteca de Arte. A transferência do Museu Nacional de Belas Artes para aquele local permitiria ao Estado poupar dinheiro com a renda despendida nas Janelas Verdes.

Em 1901, José de Figueiredo publicou o livro *O Legado Valmor e a Reforma dos Serviços de Bellas-Artes*. Nessa publicação, além de considerar a História da Arte uma disciplina imprescindível no ensino artístico, em cujo âmbito foi apologista da criação de escolas regionais de arte, manifestou uma clara preocupação pela conservação e aumento das coleções dos museus. Aproveitou para deplorar a qualidade e a desorganização dos museus artísticos de Lisboa e do Porto – o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, o Museu Municipal do Porto e o Museu Portuense –, incapazes de cumprir o seu papel instrutivo junto de artistas, amadores e do público em geral, contrariando as principais razões de ser dos museus: a educação e a proteção patrimonial<sup>48</sup>. Além das lacunas graves nas coleções, também criticava a falta de critério na exposição, exibindo obras que não mereciam tal sorte, nomeadamente nos museus do Porto. Defendia, a par de uma conveniente inventariação e classificação dos objetos de arte, a edição de catálogos de baixo preço para os potenciais interessados. Este seu trabalho, que em parte se pode considerar premonitório, advoga também a existência de

---

<sup>45</sup> José Duarte Ramalho Ortigão (Porto, 24/11/1836 – Lisboa, 27/09/1915), foi escritor, bibliotecário da Biblioteca Real da Ajuda, vogal do Conselho dos Monumentos Nacionais e membro de diversas instituições científicas nacionais e estrangeiras, como a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia de História de Madrid, entre outras. Cf. [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=25764](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=25764) (30/12/2013).

<sup>46</sup> Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, António Maria Pereira, Lisboa, 1896, pp. 112-113.

<sup>47</sup> Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Museologia e Etnologia em Portugal, instituições e personalidades* [Texto policopiado], Universidade Nova de Lisboa, 1997, p. 96.

<sup>48</sup> Cf. BAIÃO, Joana Margarida Gregório (2014), *Ob. Cit.*, p. 385.

uma Direção centralizada dos serviços artísticos, concretizando-se na República com o Conselho Superior de Belas Artes. A obra em análise funcionou como uma rampa de lançamento para o autor, para que também contribuiu o seu casamento, pela mesma altura, com Ana Beatriz Fonseca, filha de uma abastada e influente família do Porto, com membros inseridos em Ministérios e Direções Gerais. No mesmo ano foi nomeado 1.º oficial da Direção Geral da Instrução Pública, assumindo a partir daí um papel ativo no processo de renovação do ensino artístico e no enquadramento nacional dos museus portugueses, que iria desembocar na implementação do Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, redigido por si, por Abel Andrade (Diretor Geral) e Luciano Martins Freire.

Segundo Teresa Pontes, no que toca aos museus, a posição de José de Figueiredo é, ainda que recorrentemente mal interpretada, bastante explícita. Esta dualidade pode explicar-se, a nosso ver, pelas disputas sobre a “posse” de determinados objetos entre JF, delegado do CAA responsável pela inspeção dos museus regionais de Évora, Faro e Beja e Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), e os responsáveis dos primeiros. Se por um lado defendia a criação de museus regionais de arte nas localidades que apresentassem uma produção artística significativa, funcionando como «*elemento essencial ao estudo e fixação das tradições locais*»<sup>49</sup> – como o de Olaria que defendeu para as Caldas da Rainha nas sessões do CAN de 30 de outubro e de 22 de dezembro de 1914<sup>50</sup> e de Cerâmica para Viana do Castelo, em sessão de 10 de julho de 1915<sup>51</sup> –, era apologista de uma coordenação técnica centralizada que garantisse o cumprimento das funções museais e a canalização para o Museu Nacional dos testemunhos mais significativos da arte portuguesa e das restantes Escolas, mesmo que provenientes de outras localidades. Em casos de conflito, dava prioridade ao MNAA, propondo uma política de permutas com os museus regionais, que deveriam coligir os testemunhos da produção artística da região<sup>52</sup>. A defesa da regionalização museológica suscitaria mais tarde um desabafo de JF, que ilustra bem a sua posição:

---

<sup>49</sup> Cf. PONTES, Teresa, *Museologia da Arte* [Texto Policopiado]: *conceitos e práticas de José de Figueiredo*, Tese de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova da Lisboa, 1999, p. 79 [Citando José de Figueiredo numa carta sua para o Ministro da Instrução, datada de 16 de julho de 1915]. Ver essa carta em Apêndice Documental – Doc. 2.

<sup>50</sup> Cf. Livro de Atas das Sessões do Conselho de Arte Nacional (1911-1921), Lisboa, AHSGMEC, pp. 55 e 64.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>52</sup> No jornal *República* de 11 de abril de 1911, JF defendeu a criação de museus de arte regionais, estabelecendo e diferenciando os critérios de incorporação adotados, relativamente aos museus nacionais. Assim, aos primeiros cumpria colecionar os testemunhos da produção artística da região, enquanto os segundos deveriam representar os principais artistas de todas as Escolas existentes. Cf. PONTES, Teresa, *Ob. Cit.*, p. 49.

«Tendo sido um dos colaboradores da Lei Artística em vigor e o autor da parte em que se faculta a criação d'aqueles museus [regionais] começo a arrepender-me do entusiasmo com que defendi esse principio. Tal é a desorientação com que a Lei tem sido n'esse ponto compreendida entre nós. (...) não há agora terra em Portugal, por mais pequena que ela seja que não se julgue com direito a um museu de arte e, digo museu de arte porque o museu arqueológico e etnográfico regional esse seria ideal que existisse por toda a parte»<sup>53</sup>.

Na última parte do excerto JF testemunha a opinião favorável que tinha pela multiplicação de museus arqueológicos e etnográficos.

A crescente mentalização para a necessidade de criar museus de forma controlada denota um amadurecimento claro de JF, pois na obra *O legado Valmor...* considerava que certas obras de arte deviam ser conservadas *in situ* – entenda-se no local onde se encontravam ou em museus regionais – depois de inventariadas e de serem enviadas as respectivas cópias para o Museu Nacional. Assim se conseguiriam obter de uma assentada um desenvolvimento salutar do Regionalismo, da Cultura das populações locais, do Turismo e da Economia.

Alfredo Keil foi a figura incontornável da Museologia Profética<sup>54</sup>, através da obra *Collecções e Museus de Arte em Lisboa*, de 1905. Trata-se de um pequeno livro em que se ocupa das potencialidades museológicas do país e da necessidade da sua implementação, para pôr cobro à indiferença pública pelas questões da arte e à sua alienação. Começando por fazer uma alusão ao vício colecionista emergente da sociedade portuguesa, não por questões científicas mas, na sua maioria, por questões de afirmação social, vaidade e ostentação, o autor realça a existência de poucos colecionadores com brio e bom gosto – como o Visconde de Daupias, em Alcântara – propensos a facultar à fruição pública as suas coleções, em sintonia com hábitos estrangeiros, ao contrário da maior parte das entidades privadas e públicas nacionais, que coligiam para deleite próprio ou para minorias estritamente selecionadas<sup>55</sup>. Denuncia, por outro lado, o desprezo com que as autoridades portuguesas deixaram sair do país tantas preciosidades de ourivesaria dos sécs. XVII e XVIII, à mercê de

---

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>54</sup> Alfredo Keil (Lisboa, 3/7/1850 – Hamburgo, 4/10/1907), músico, escritor e poeta, interessou-se também pela Pintura, de cunho romântico. Foi também um grande colecionador de obras de arte. Chamámos Museologia Profética à apologia de museus avançada por Alfredo Keil porque as suas denúncias e sugestões terão certamente inspirado realizações posteriores. Entre os museus sugeridos por Alfredo Keil, tomariam forma o Museu do Tesouro da Sé de Lisboa, o Museu Numismático e Filatélico da Casa da Moeda, o Museu do Conservatório Nacional, o Museu da Cidade de Lisboa e o Museu Nacional do Azulejo.

<sup>55</sup> Alfredo Keil destaca a coleção de numismática da Biblioteca Nacional, considerada muito incompleta, e que infelizmente, segundo o autor, só era mostrada por favor.

negociantes estrangeiros, bem atentos à genuidade da arte portuguesa, por não se terem desenvolvido no nosso país centros produtores de imitações, tão em voga em países como a Inglaterra, Alemanha, Bélgica e Itália. Deplora, enfim, o número reduzido de museus, a pobreza dos existentes, o desperdício de oportunidades para aumentar as coleções, a indisponibilização das existentes ao público e a falta de legislação que proibisse a exportação das obras de arte. A visão do autor está bem sintetizada na seguinte passagem:

*«Obtenha-se dos nossos dirigentes a criação de museus, exija-se-lhes a promulgação de leis análogas às que existem em muitos países estrangeiros, das quaes resulte uma protecção verdadeiramente eficaz para a Arte Nacional»<sup>56</sup>.*

A Academia das Ciências de Portugal, fundada por Teófilo Braga e António Cabreira em 16 de abril de 1907 e com estatutos aprovados já na vigência da República, em 26 de outubro de 1910<sup>57</sup>, também exerceu um papel fundamental nas questões patrimoniais, especialmente a partir de 1915, quando passou a ser parte integrante da Repartição de Instrução Universitária, do Ministério de Instrução Pública. António Cabreira, o seu principal dinamizador, apoiando-se nos principais objetivos da instituição – progresso da pátria pelo saber –, defendeu a especialização e a disseminação de museus de arte pelo país, como forma de proteção dos valores nacionais<sup>58</sup>. A acção prosélita da instituição, consubstanciada no seu desdobramento em vários institutos anexos de norte a sul do país foi, aliás, um excelente auxílio à criação de museus e ao desenvolvimento científico regional do país. Refiram-se, a título de exemplo, o papel do Instituto Histórico do Minho, do Instituto Arqueológico do Algarve e do Grupo Pró-Évora, importantes motores dos museus de Viana do Castelo, Faro e Évora<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> Cf. KEIL, Alfredo, *Collecções e Museus de Arte em Lisboa*, Livraria Ferreira & Oliveira, Lisboa, 1905, p. 53.

<sup>57</sup> Cf. *Diário do Govêrno*, n.º 19, I Série, de 27 de outubro de 1910, p. 186. Disponível no sítio de internet do Diário da República: <http://dre.pt/pdf1sdip/1910/10/01900/01860186.pdf>

<sup>58</sup> Os museus defendidos por António Cabreira suscitaram a seguinte posição de José de Figueiredo e Henrique Lopes de Mendonça: *«acerca da necessidade de multiplicar e especializar os museus, acentua que é mister não esquecer que os museus de curiosidades não devem prejudicar os museus de educação»*. Cf. *Actas da Assembleia Geral do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscção, 1911-1931*, ANBA, (Cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em formato digital em <http://digitalarq.dgarq.gov.pt/details?id=4611680>), p. 14.

<sup>59</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2008, pp. 866-870.

Entre os muitos contributos de relevo para os serviços dos museus, há que realçar a figura de Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher<sup>60</sup>, de quem voltaremos a falar na especificidade do Museu Regional de Leiria. Republicano fervoroso e maçom, autodidata, de entre outras áreas do conhecimento, dos assuntos históricos, arqueológicos e geográficos, Tito Larcher empunhou durante toda a vida a bandeira da instrução, que defendia como condição do desenvolvimento cívico e democrático. Foi precisamente nesse contexto que defendeu, numa base regional, a criação de museus em todas as capitais de distrito, subordinados às Juntas Gerais e subsidiados pelo Governo e Câmaras Municipais, com «*secções de etnologia, etnografia, história natural, indústria, e quando possível de arte e arqueologia*»<sup>61</sup>. Em janeiro de 1918 apresentou ao Secretário de Estado da Instrução – Alfredo de Magalhães –, uma proposta de «Bases de reorganização dos serviços das Bibliotecas, Arquivos e Museus». Nelas sugeria, para além dos museus distritais, que fosse criado um fundo especial para as suas despesas de conservação, incorporação e gestão. Defendia também: a existência, em cada distrito, de uma delegação do respetivo Conselho de Arte e Arqueologia, para arrolamento e conservação dos bens históricos, artísticos e arqueológicos, públicos e particulares; a isenção de franquias postais no envio de publicações para os serviços de bibliotecas, arquivos e museus; a normalização dos sistemas de catalogação e inventário e, no caso de os responsáveis exercerem as suas funções gratuitamente, a canalização das verbas que auferissem para o orçamento geral da respetiva instituição.

Em 10 de junho de 1922, no discurso de inauguração do Museu da Cidade de Lisboa, na Igreja do Carmo, pronunciado pelo membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Gustavo de Matos Sequeira, é feito um apelo ao auditório constituído por grande número de autarcas que se encontravam na capital para o Congresso Municipalista: a organização de estabelecimentos congéneres nas suas terras, invocando a necessidade de preservar o passado, a tradição e a história da região<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Tito Larcher (São João do Souto / Braga, 19/11/1860 – Leiria, 27/1/1932). Chegado a Leiria em 1895 para ocupar o cargo de escrivão tabelião, exerceu diversos cargos públicos, como Administrador do Concelho da Batalha. Em 1916 tornou-se bibliotecário e arquivista da Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria, instituições que juntamente com o Museu Regional se esforçou sempre por desenvolver. Cf. Sítio de Internet do Arquivo Distrital de Leiria, disponível em <http://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1034993> (30/12/2013).

<sup>61</sup> Cf. LARCHER, Tito, «Estudos de Regionalismo I: A divisão provincial em Portugal» (1926), in Arquivo Distrital de Leiria, *Estudos de Regionalismo I e II (Reedição facsimilada)*, Arquivo Distrital de Leiria, Outubro, 2006, p. 42.

<sup>62</sup> Cf. *Arqueologia e Historia*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1922, vol. I, p. 93: «*o que interessa e respeita a cada terra, a cada Município, tem cabimento nesses museus regionais, museus*



O Conselho de Arte Nacional foi um dos palcos fundamentais para se perscrutar o debate sobre a criação de museus. Em sua sessão de 14 de novembro de 1913, sendo apresentada pelo Presidente uma petição para a criação de um museu regional em Viseu, consegue-se perceber que a tendência geral dos vogais era favorável à criação de museus, como Luciano Martins Freire, D. José Pessanha, José Marques da Silva e Carlos Reis. Este último afirmava desejar «*o máximo desenvolvimento sobre o assunto de muzeus e que sejam criados muzeus regionais de arte moderna*»<sup>63</sup>, contemplados com a cedência temporária de algumas obras do Museu de Arte Contemporânea, que ele próprio dirigia. Opinião um tanto divergente era a do arquiteto Miguel Ventura Terra, que considerava excessivo o número de museus de caráter regional, defendendo a criação de museus por parte dos municípios ou, pelo menos, o subsídio destes últimos para a sua concretização. Também Joaquim Martins Teixeira de Carvalho era apologista da contenção no que à criação de museus dizia respeito. Na sequência de um ofício do CAA2 expondo a sua posição sobre a criação de um museu regional em Leiria, aquele vogal considerou não ser «*vantajosa a criação de pequenos muzeus, que, como instituições mínimas prejudicam os muzeus já criados*»<sup>64</sup>. Por sua vez, Marques da Silva defendia que jamais os museus fossem criados sem o conhecimento dos Conselhos de Arte e Arqueologia, a quem cumpria apresentar a proposta de criação de museus<sup>65</sup>.

Os Conselhos de Arte e Arqueologia foram, naturalmente, outro cenário privilegiado para o debate das questões museológicas, confirmando-nos a tendência para a defesa de uma proliferação racional dos museus. Não podemos esquecer que na constituição daqueles conselhos figuravam, a título efetivo, as personalidades encarregadas de dirigir as instituições museológicas centrais das três circunscrições, como José de Figueiredo, Carlos Reis, Luciano Martins Freire, Columbano Bordalo Pinheiro, José Leite de Vasconcelos, António Augusto Gonçalves e João Marques da Silva e Oliveira, aos quais se juntavam outras do meio artístico, arqueológico e académico. José Veloso Salgado, por exemplo, numa das sessões da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.<sup>a</sup> Circunscrição, confirma as nossas palavras. Sendo um pintor de renome no contexto nacional, e homem com uma vasta

---

*que não são mais do que reconstituição da fisionomia e do caracter de cada povoação e que virão a ser – a par das escolas – um dos essenciais elementos educativos do povo português».*

<sup>63</sup> Cf. «Sessão de 14 de Novembro de 1913», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional* (1911-1921), Lisboa, AHSGMEC, p. 29.

<sup>64</sup> Cf. «Sessão extraordinária de 14 de Julho de 1917», *Ibidem*, p. 123.

<sup>65</sup> Cf. «Sessão de 22 de Dezembro de 1914», pp. 65 e 66 e «Sessão de 10 de Julho de 1915», p. 84, *Ibidem*.

experiência no contexto do ensino artístico e da divulgação da Arte, defendia que se devia promover «a criação de Museus em todas as localidades, onde haja núcleos importantes de obras de arte [...] e que, procedendo assim, este Conselho dá um belo exemplo aos Conselhos de outras circunscrições»<sup>66</sup>. Se era apologista da criação, não dispensava a superintendência dos museus por parte do Conselho, e pontificava por uma maior seleção das obras de arte a adquirir para os museus em geral, visão partilhada por José de Figueiredo, que entendia que «tanto a centralização como a descentralização excessiva»<sup>67</sup> seriam de condenar.

Adães Bermudes, outro membro do CAA1, tinha uma visão mais restritiva da fundação de museus. Concordando com a supervisão dos CAA, defendia «a organização de um museu unico em Lisboa e de mais alguns, poucos, noutras cidades, porque só reunindo, centralizando o que ainda possuímos, poderemos constituir museus á altura dos estrangeiros. A disseminação, a especialização, levar-nos-hia a constituir muitos museus, mas nenhum com interesse bastante»<sup>68</sup>.

Por seu turno, Henrique Lopes de Mendonça considerava os museus um mal necessário, apesar de manifestar preferência pela manutenção dos objetos nos locais «para que foram destinados»<sup>69</sup>.

Atendendo aos factos históricos de cariz político e religioso que introduzem o regime republicano, é fácil perceber o quanto os museus eram imprescindíveis. Estavam em causa, não só as necessidades educativas da população, mas também a premência da salvaguarda dos bens. O número acrescido de objetos na posse do Estado obrigou-o a reformular os museus existentes e a incentivar ou apoiar a criação de outros, muitas vezes transformados em recetáculos dos grandes museus nacionais, na primeira rede museológica existente em Portugal. Assumiram-se como principais museus fornecedores os de Arte Antiga e Contemporânea, a partir de propostas avançadas por Columbano Bordalo Pinheiro, em duas sessões do CAA1. Na primeira, datada de 14 de junho de 1916, como Diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea havia pouco

---

<sup>66</sup> Cf. «Acta n.º 17», de 31/5/1912, in *Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição*, 1911-1917 (Livro 1), Academia Nacional de Belas Artes, Cota 3-A-SEC.181 (Cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em formato digital em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4611681>), p. 43.

<sup>67</sup> Cf. «Acta n.º 4» de 14/2/1912, in *Actas da Assembleia Geral do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição*, 1911-1931, Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes, (Cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em formato digital em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4611680>), p. 17.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 17.

mais de um ano, acusava a existência de muitas obras em arrecadação, sugerindo a sua transferência para os museus regionais de Évora e Faro, depois de instalados. Na segunda sessão, decorrida em 5 de junho de 1917, Columbano alargou o âmbito regional da colaboração inter-museal, propondo que os trabalhos em reserva e os que fossem adquiridos pelo Estado fossem «*distribuidos pelos museus do paiz, com o fim de valorizar esses museus e contribuir para a educação artística dos povos das respectivas localidades*»<sup>70</sup>. Em resposta à sugestão, a Comissão Executiva decidiu que a medida fosse também alargada ao Museu Nacional de Arte Antiga, e foram nomeadas duas comissões para escolher os objetos a dispensar de cada museu: para o MNAA, Veloso Salgado, Luciano Freire e José de Figueiredo; para o MNAC, os dois primeiros e Columbano Bordalo Pinheiro. Eis a visão museológica da época: conservar e educar.

---

<sup>70</sup> Cf. «Acta n.º 73», de 5/6/1917, in *Actas da CE do CAAI, 1911-1917, Cit.*, p. 180.



## CAPÍTULO 4: O CONTRIBUTO DOS JESUÍTAS PARA A MUSEOLOGIA PEDAGÓGICA PORTUGUESA

Como tivemos oportunidade de referir, as reformas pombalinas da Educação e Ensino levaram a uma grande transformação da Pedagogia em Portugal. O Alvará pombalino de 28 de junho de 1759 marcou grande cisão com o passado, proibindo o ensino jesuítico e impondo a crescente laicização. Desta resultou a criação do Ensino Secundário oficial, alvo de grande impulso com o decreto setembrista de 17 de novembro de 1836<sup>71</sup>, criando oficialmente os liceus, com péssimas instalações até 1923, comprometendo o ensino experimental pretendido. Só durante o período do Estado Novo o museu escolar foi consagrado como meio complementar do ensino liceal, em todo o país.

Atingindo o domínio público (década de 1830), os museus escolares e pedagógicos ocuparam uma categoria essencial da Museologia, quer no que toca o desenvolvimento do ensino, quer a formação profissional dos docentes<sup>72</sup>.

Contrariamente à frequência com que apareciam nos textos legislativos dos séculos XIX e XX, os museus escolares ganharam mais expressão durante o Governo de João Franco, quase no final da Monarquia, projetados nas novas instalações dos liceus da Capital, como o Camões, Passos Manuel e Pedro Nunes.

Os próprios Museu e Biblioteca Pedagógicos Municipais de Lisboa foram criados tardiamente, em 1883, integrando a Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio em 1887, dirigidos e organizados por Francisco Adolfo Coelho<sup>73</sup>. As

---

<sup>71</sup> Cf. Decreto de 17 de novembro de 1836, publicado no Diário do Governo nº 275, de 19 de novembro de 1836.

<sup>72</sup> Cf. MENESES, Maria de Fátima Pinto de, «Museus e ensino em Portugal – os museus escolares dos Colégios Jesuítas», in *Estudos de Castelo Branco: Revista de Cultura*, Junho de 2006, Nova Série, n.º 5, pp. 163-189 / Julho de 2007, Nova Série, n.º 6, pp. 164 e 165. A autora define museus escolares e pedagógicos. Os primeiros «*Eram espaços privilegiados de interação entre educação formal e não formal, e a sua finalidade era facilitar a aprendizagem através da utilização de objectos, que serviam de suporte à matéria curricular. Funcionavam como importantes recursos didáticos para professores empenhados nas mais modernas metodologias de ensino. Essencialmente foram mesmo os substitutos dos actuais meios telemáticos (cd's, internet...), numa época em que a alquimia do conhecimento deveria ser transmitida eficazmente através do contacto directo com os objectos*». Os segundos «*eram centros de investigação científica e de ensino, e não se destinavam apenas à incorporação, catalogação, conservação e exposição de colecções. Privilegiavam sobretudo a divulgação das mais modernas correntes pedagógicas, participação nas reformas educativas e na formação de docentes*».

<sup>73</sup> Com a Reforma do Ensino decretada por Costa Cabral em 20 de setembro de 1844, as Câmaras Municipais e outras associações locais foram autorizadas a fundar escolas primárias. A descentralização do ensino foi reforçada pela Portaria de 17 de novembro de 1859 que determinou que para a criação de novas escolas primárias seria dada preferência aos concelhos que cedessem os edifícios e o mobiliário para o efeito. Com a promulgação da Lei de 2 de maio de 1878, os municípios passaram a estar encarregues da instrução primária oficial, com sucesso considerável, já que até 1889 foram criadas mais de 500 novas escolas primárias, além

iniciativas merecem enfoque especial porque contrariamente à tendência de fazer museus escolares especialmente vocacionados para o ensino das Ciências Naturais, o plano do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa previa uma dimensão extensiva à área da Pedagogia propriamente dita e a todas as áreas do saber<sup>74</sup>. Em 1892, no âmbito da centralização da política educativa do Estado em detrimento das tutelas municipais, o museu passou a designar-se Museu Pedagógico de Lisboa, não resistindo à desagregação gradual que sofreria nas décadas seguintes<sup>75</sup>.

Paradoxalmente ao Decreto de Joaquim António de Aguiar de 30 de maio de 1834, extinguindo as Ordens Religiosas por serem consideradas culpadas dos males da nação (falta de população, atraso agrícola, comercial e industrial, atraso e obscurantismo no ensino), a Museologia Pedagógica de iniciativa estatal nunca passou de incipiente.

A despeito desse Laicismo, o regresso dos Jesuítas a Portugal em 1848 e a criação de alguns dos seus colégios, valorizando um ensino experimental e científico, proporcionou novo fôlego à Museologia Pedagógica, materializada em museus escolares de Ciências Naturais, Arqueologia e Etnografia<sup>76</sup>. O Colégio de Campolide criado em 1858 depressa viu nascer um museu, enriquecido com inúmeros espécimes naturais recolhidos pelos missionários jesuítas nas possessões ultramarinas portuguesas, pelos alunos e professores em excursões científicas pelo país, ou pelo Museu da

---

das obras de beneficiação nas já existentes. Cf. MENESES, Maria de Fátima de Faria Pinto de, *Museus e Ensino* [Texto Policopiado]: *uma análise histórica sobre os museus pedagógicos e escolares em Portugal (1836-1933)*, Tese de Mestrado em Museologia e Património, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 84-86: Na sequência da lei anterior, em 4 de julho de 1883 foi criada a Escola Primária Superior de Rodrigues Sampaio, objetivando o ministério dos estudos preliminares para carreiras industriais e outras, segundo um método intuitivo. Na sessão de 31 de dezembro de 1883, da Câmara Municipal de Lisboa foi nomeado o pessoal do Museu Pedagógico Municipal (Diretor: Francisco Adolfo Coelho; Conservador: João Marques da Silva; Contínuo: José Francisco Degner). Inicialmente só acessíveis aos professores das escolas municipais, centrais e paroquiais, com a aprovação do seu regulamento em 27 de agosto de 1885, o museu e biblioteca passaram a estar disponíveis para todos os interessados, num horário estabelecido do seguinte modo: nos domingos, das 11 às 15 horas, o museu estava aberto ao público em geral; nas 2.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> feiras a biblioteca estava disponível para os estudiosos previamente autorizados; na 6.<sup>a</sup> feira eram feitas visitas guiadas ao museu).

<sup>74</sup> O Museu Pedagógico Municipal de Lisboa dividia-se nas seguintes secções: Secção A – Construção e mobília, incluindo plantas, alçados e modelos de instituições educativas de várias idades e vocações, bibliotecas, museus escolares e populares; mobiliário para escolas infantis e para as restantes escolas; Secção B – Material para educação e ensino, antes da Escola (família, creche, asilo, Jardim de Infância, entre outros); para a educação e ensino na escola primária elementar e superior, complementar, escolas profissionais populares, cursos de adultos e de aperfeiçoamento geral ou industrial, escolas industriais, nos seguintes domínios: Leitura e Escrita, Ensino Instrutivo geral, Matemáticas, Cosmografia, Geografia, História Natural, Física e Química, Fisiologia e Higiene, História Social, Tecnologia, Desenho, Aguarela e Modelação, Música, Horticultura, Trabalhos Manuais de ambos os sexos, Ginástica com Jogos de Movimento; Secção C – Biblioteca; Secção D – Arquivo. Cf. MENESES, Maria de Fátima de Faria Pinto de, *Museus e Ensino* [...], *Op. Cit.*, pp. 84-86.

<sup>75</sup> Cf. MOGARRO, Maria João, «Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX)», in *Educatio Siglo XXI*, 2010, vol. 28, n.º 2, pp. 89-114.

<sup>76</sup> Cf. Meneses (2007), *Op. Cit.*, p. 171.

Junqueira pertencente ao 3.º Marquês de Angeja (1890) e outras compras e ofertas. Em 1909, o museu ocupava uma área expositiva de 38 metros de comprimento por 8,20 metros de largura. A qualidade da exposição e do mobiliário expositivo, as coleções numerosas, o rigor científico da conservação e documentação e o papel dos professores que se dedicavam a verdadeiras investigações científicas contribuíram para a transformação do museu e do Gabinete de Física que aí funcionava em Instituto de Ciências Naturais, aberto aos naturalistas em geral. Através da sua biblioteca, museu e laboratórios, o Instituto visava «desenvolver a investigação através de uma sistematização e maior aprofundamento dos recursos disponíveis»<sup>77</sup>. Dividia-se em duas secções: a de Ciências Físico-Químicas e a de Ciências Naturais<sup>78</sup>.

Equiparado ao de Campolide, o Colégio de S. Fiel em Louriçal do Campo foi fundado em 1863. Também tinha um museu, valorizado sobretudo por espécimes da flora portuguesa, de borboletas e outros insetos e pelas coleções científicas da *Brotéria*, revista de Ciências Naturais do colégio fundada em 1902 pelos padres jesuítas Joaquim da Silva Tavares, Carlos Zimmerman e Cândido Mendes.

Ambos os colégios atestam a resposta dos Jesuítas ao laicismo do ensino advogado pelas forças políticas republicanas emergentes, eivadas de um espírito positivista, que colocava a Religião num lugar oposto ao da Ciência e do Conhecimento. O ensino ativo do saber fazer dos colégios jesuítas conseguiu o que os liceus desprovidos de instalações e equipamentos laboratoriais não conseguiram: o desenvolvimento da ciência apoiada na experimentação, a partir de uma maior autonomia dos alunos.

A extinção dos colégios logo após a proclamação da República ocasionou o desmembramento das coleções dos respetivos museus e a sua disputa, especialmente entre as escolas e museus da capital. A comissão nomeada pelo Governo em 18 de novembro de 1910 para decidir sobre o destino dos bens decidiu restituir os que resistiram ao caos e à negligência dos episódios da Revolução, com exceção daqueles que lhes haviam sido emprestados por outras instituições<sup>79</sup>, mas o herbário do Jardim Botânico e o Museu Zoológico da Universidade de Coimbra receberam alguns acervos de S. Fiel.

---

<sup>77</sup> *Idem*, p. 175.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 177.

<sup>79</sup> Cf. CABRAL, João Paulo, *Gonçalo Sampaio, Vida e Obra – Pensamento e Acção*, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, Junho de 2009, pp. 120 e 121.





## **PARTE 2 – A PRIMEIRA REPÚBLICA:**

### **NACIONALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO MUSEOLÓGICAS**

«Se nossos antepassados não tivessem levantado tantos conventos, não sabemos onde hoje se alojariam tantos estabelecimentos do Estado, desde as academias até os quartéis da tropa»<sup>80</sup>

#### **CAPÍTULO 5: CONTEXTOS IDEOLÓGICO, SOCIOCULTURAL E EDUCATIVO**

Antes de entrarmos em especificações sobre parte significativa dos museus existentes em Portugal durante a Primeira República, convirá salientar alguns traços gerais da Museologia portuguesa naquele período e inscrever esse ramo da cultura no contexto mais alargado da situação sociocultural e jurídica portuguesa.

Ainda que tivesse despontado na década de 1820, o Republicanismo português foi investido das suas bases através da obra em dois volumes, intitulada *Estudos sobre a Reforma em Portugal* (1851 – 1855), de José Félix Henriques Nogueira. Este apelava para um Portugal republicano de pendor socialista e federalista, com poderes descentralizados em municípios fortes. Entre as principais propostas para o país figuravam: um regime político do povo para o povo, assente num regime parlamentar soberano, eleito por sufrágio universal, e por isso com competência para nomear um Governo composto por três membros; um sistema judicial imparcial, mais rápido e gratuito, sem pena de morte; a abolição do serviço militar obrigatório e a supremacia de uma guarda nacional em questões de defesa; um imposto único e progressivo com base nas rendas; a liberdade de expressão e comunicação; o apoio médico e social aos mais desfavorecidos; uma religião ao serviço do progresso moral; um municipalismo forte, apoiado em estruturas financeiras facilitadoras do incremento da Economia; um Estado mecenas ao serviço dos talentos nacionais; o associativismo de classe; o Federalismo dos estados ibéricos; o fim dos morgadios e dos direitos de progeneritura, e uma maior repartição da propriedade, liberta dos encargos onerosos; e por último a escolaridade acessível a todos.

Inspirada neste programa, surgiu uma segunda geração de homens como Teófilo Braga, Elias Garcia, Basílio Teles e Sampaio Bruno, apostados em difundir o ideário republicano e introduzindo um novo cavalo de batalha: o Laicismo em nome do

---

<sup>80</sup> Cf. *Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 20 de abril de 1911, 34.º Ano, n.º 1163, p. 83.

desenvolvimento da Ciência Positiva, e portanto adverso à Religião, nomeadamente ao proselitismo do poder papal e ao jesuitismo. Aos poucos, o Republicanismo afasta-se das teses socialistas e envereda por uma feição democrática e burguesa, dada a inexistência de um operariado numeroso que pudesse constituir o suporte de um rápido triunfo. É sob esta nova faceta que se constitui formalmente em 1876 o Partido Republicano.

O Ultimato Inglês de 11 de janeiro de 1890, atentando contra o imperialismo português em África, marcou o princípio do fim do regime monárquico constitucional. A primeira sublevação republicana abortara no Porto em 31 de janeiro de 1891, mas a partir de então o número de deputados republicanos cresceu exponencialmente, acompanhado pelo aumento de simpatizantes dos vários quadrantes da sociedade, em especial da média e pequena burguesia. A crise financeira e económica do país, o sistema partidário viciado e a ditadura de João Franco em 1907 concorreram para o atentado contra o Rei e o Príncipe Real em 1 de fevereiro de 1908. O último fôlego monárquico, encabeçado por D. Manuel II, expirava em 5 de outubro de 1910.

Desde antes de 1910, a propaganda republicana alertava para a «*necessidade urgente de resolver o problema cultural do país*», ainda que fossem reconhecidos aos últimos anos da Monarquia um esforço e êxito consideráveis, no que respeita à reforma da instrução e à criação de escolas, contribuindo para uma redução significativa da taxa de analfabetismo acima dos 7 anos de idade. Contudo, chegava aos 75,1% da população, colocando Portugal numa posição muito inferior à França, Bélgica e Suíça, por exemplo<sup>81</sup>. Esta situação constituiu um autêntico desafio para as elites republicanas, assumindo-a como uma charneira na sua propaganda.

Em abril de 1912 realizou-se em Lisboa um Congresso Pedagógico, incentivado pelo Chefe de Estado e pelo Governo, procurando resolver o atraso cultural da sociedade portuguesa. De entre várias propostas para instrução das populações, emergem as que procuravam colmatar a falta de escolas nas localidades mais isoladas

---

<sup>81</sup> Cf. OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *História de Portugal volume III – Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Editorial Presença, Lisboa, setembro, 1998, 13.<sup>a</sup> edição, p. 356: [continuação da citação] «É fora de dúvida que os governos monárquicos após 1820 – e mesmo antes – se tinham preocupado com a questão. Reformas da instrução, criação de escolas e outros meios de cultura haviam estado na ordem do dia de várias situações políticas, por vezes com excelentes resultados. A taxa de analfabetismo para maiores de sete anos baixara 5,3% nos últimos onze anos do regime (1910-1911), facto bem digno de consideração. § Todavia, estes resultados não se julgavam satisfatórios por muita gente. Sempre preocupados em comparar o País com as mais progressivas e as mais ricas nações do globo, os portugueses de então sentiam o seu atraso cultural ante uma França, uma Bélgica ou uma Suíça. Na verdade, em 1911, Portugal contava 75,1% de analfabetos (taxa global)».

do país, apostando-se para o efeito em cursos temporários de escolarização, em escolas móveis, em cursos noturnos para adultos de ambos os sexos, em leituras públicas e conferências populares.

Mal se instaurou, o novo regime alargou o Ensino Infantil e Primário, a título livre e oficial, a todas as crianças entre os 7 e os 10 anos de idade. Em 1913 criou escolas temporárias móveis, vocacionadas para a Educação de Adultos.

No Ensino Secundário as reformas não foram significativas mas, argumentando que «*o nosso atraso provém apenas da insuficiência do nosso ensino technico*»<sup>82</sup>, Brito Camacho desdobrou o Instituto Industrial e Comercial em dois institutos: o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio. O mesmo sucedeu com a Escola de Agronomia e Veterinária, desdobrada no Instituto Superior de Agronomia e na Escola de Medicina Veterinária. Por todo o país foram surgindo escolas técnicas agrícolas, comerciais e industriais.

No contexto universitário assiste-se à perda do monopólio coimbrão, com a criação das Universidades de Lisboa e do Porto, mais resultado de uma reunião de instituições pré-existentes do que da criação de novas, excetuando a Faculdade de Letras de Coimbra que substituiu a de Teologia, e a de Direito de Lisboa.

Além do relativo sucesso do Estado no combate ao analfabetismo, ainda que aquém do esperado, a República testemunhou o aparecimento de outras formas de difusão da cultura de massas. Paralelamente ao ensino oficial, surgiram manifestações livres de ensino e cultura, um pouco por todo o país, como as Universidades Livres e as Universidades Populares de Lisboa e Porto<sup>83</sup>, que ofereciam diversas conferências

---

<sup>82</sup> Cf. Introdução ao DFL de 23 de maio de 1911, in *Diário do Govêrno*, I Série, n.º 121, de 25 de maio, p. 2118, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/05/12100/21182120.pdf> (consulta efetuada em 13 de dezembro de 2013). Além do desdobramento do IICL, o decreto estabelece as bases de organização do IST, remetendo para futuro diploma a concernente ao Instituto Superior de Comércio. Este foi organizado pelo decreto de 7 de maio de 1912, publicado no *Diário do Govêrno*, I Série, n.º 111, de 13 de maio, pp. 1734-1739, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1912/05/11100/17341739.pdf>.

<sup>83</sup> Surgidas em países como a Hungria, Áustria, Espanha, Itália e Rússia, as universidades populares inspiraram as propostas republicanas portuguesas, que criaram no Porto a Academia de Estudos Livres em 1889 e que se prolongou até 1918. Em 1912 surgiu a Universidade Popular do Porto, ligada ao movimento da Renascença Portuguesa, tendo em Jaime Cortesão um grande animador, que por si só foi um marco para a renovação da historiografia nacional através da valorização da ação do povo na História. Em 21 de dezembro 1911, Alexandre Ferreira – obreiro da Loja Maçónica Montanha – criou a Universidade Livre de Lisboa, que abriu sucursais em Coimbra (1912) e na Figueira da Foz (1923). Em 1919, o professor Ferreira de Macedo dava início à Universidade Popular Portuguesa, com sede em Lisboa, e que durou até 1950. Em fevereiro de 1925, Tomás da Fonseca, Afonso Duarte e Viana de Lemos deram vida à Universidade Livre de Coimbra. Cf. SÁ, J. Victor de, «Universidades populares na 1.ª República», in AA.VV., *Universidade(s): História, Memória, Perpectivas, Actas 1 do Congresso História da Universidade 7.º Centenário, 5 a 9 de Março de 1990*, Comissão Organizadora do Congresso, Coimbra, 1991, pp. 471-476; VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, CL, Lx, 2013, pp. 486 e 487.

proferidas por voluntários não remunerados, passadas depois para opúsculos distribuídos gratuitamente ou a preços reduzidos.

A República reconhecia a importância do ensino como garante para a obtenção de uma profissão, da «*capacidade de produção*»<sup>84</sup> agrícola e industrial, da atividade comercial e do progresso técnico-científico.

Houve também a preocupação de editar livros nacionais e estrangeiros de mérito, do domínio da Ciência, da História e da Literatura. A produção de revistas históricas, literárias e de opinião suportava ideologicamente a grandeza de Portugal no passado, no presente e no futuro, propondo uma profunda regeneração cívica e cultural, domínios considerados como as principais causas do atraso português.

A República retomou o sentimento patriótico das duas últimas décadas da Monarquia, suportado fundamentalmente pelos partidários republicanos e socialistas. A História continuou a desempenhar um papel fundamental na construção de uma auto-estima positiva, realçando o papel dos maiores vultos portugueses, honrando-os em manifestações nacionais e locais, de carácter cívico e laico. Era o culto público aos heróis, destacando Camões como o patrono do novo regime, cujas comemorações no 10 de junho tinham grande eco em todo o país. As homenagens tomaram várias vezes a forma de museus, sugeridos por personalidades de primeiríssima linha do panorama cultural português, como Júlio Dantas, que defendia na sua crónica da *Ilustração Portuguesa* a criação de um «*Museu Camiliano*»<sup>85</sup>, enaltecendo iniciativas estatais e particulares de outros países. A criação do Museu Camilo em S. Miguel de Seide (1915), do Museu Rafael Bordalo Pinheiro (1916) e do Museu João de Deus (1917) inscreveu-se nesta conjuntura.

As medidas tomadas ao nível da instrução não atingiram o nível profícuo com que surgiram instituições científicas, literárias e artísticas durante o período em estudo. No entanto, estas mantinham-se localizadas nos principais centros populacionais, ficando à sombra desse impulso cultural a maior parte das localidades nacionais. Segundo Oliveira Marques<sup>86</sup>, procurou-se colmatar esta situação no contexto da cultura de massas, com a criação de museus regionais e locais em várias zonas do país, num

---

<sup>84</sup> Cf. *Terras de Bragança*, Domingo, 31 de janeiro de 1921, n.º 4, Ano I.

<sup>85</sup> Cf. VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *História de Portugal Volume XII A Primeira República (1910-1926)*, *História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, Editorial Verbo, Novembro, 2001, 2.ª Edição, pp. 285-295. O historiador cita DANTAS, Júlio, «Crónica», in *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 14 de julho de 1913, n.º 386, p. 33.

<sup>86</sup> Cf. OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *História de Portugal volume III – Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Editorial Presença, Lisboa, Setembro, 1998, 13.ª edição, p. 362.

contexto de descentralização defendido por vários eruditos a partir do último quartel do século XIX, como vimos no 3.º capítulo.

Estava também em jogo um nacionalismo exacerbado, que justificava todos os esforços para a conservação do património histórico, artístico e arqueológico<sup>87</sup> e para que o «*Estado, pelos seus delegados nas províncias*», promovesse nos museus exposições regionais de Folclore, Etnografia, Arte e Indústrias Populares<sup>88</sup>. Os museus regionais são, mais do que nunca, entendidos como «*a única esperança de salvação dos tesouros pátrios*»<sup>89</sup>.

Nesse contexto de defesa das riquezas nacionais, foram vários os homens de cultura (Alfredo Keil, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, José de Figueiredo, José Leite de Vasconcelos, Joaquim de Vasconcelos, Francisco Manuel Alves, António Augusto Gonçalves, etc.), que se insurgiram contra a alienação dos bens de interesse cultural, censurando todos os que colocavam a propriedade desses bens sob a esfera privada.

Embora, como veremos, tenham surgido durante o período em estudo alguns museus regionais no país, Cristina Pimentel considera que «*com o advento do Regime Republicano em 1910, a estrutura museológica portuguesa não sofreu alterações drásticas*»<sup>90</sup>, ou seja, houve uma continuidade das políticas museológicas portuguesas, relativamente ao regime monárquico constitucional. Efetivamente, muitas das premissas que a República levaria em conta na constituição de museus, eram já defendidas nos últimos anos do período monárquico. Merece relevo especial o papel atribuído aos museus nos campos da Ciência e da Instrução, por parte de um importante museólogo – Joaquim Maria Pereira Boto<sup>91</sup> – na introdução ao seu *Promptuario analytico dos carros nobres da Casa Real Portuguesa e das carruagens de gala*<sup>92</sup>.

---

<sup>87</sup> Cf. LACERDA, Aarão de, *Arte Portuguesa I: o Museu de Grão Vasco*, Edição do Autor, Coimbra, 1917, p. 125.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

<sup>90</sup> PIMENTEL, Cristina, *O Sistema Museológico Português (1833 – 1991)*, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Janeiro de 2005, p. 109.

<sup>91</sup> Joaquim Maria Pereira Boto (Alhandra, 1851 – Lisboa, 1907) foi, para além de eclesiástico, professor e arqueólogo, o fundador e primeiro organizador do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, de Faro, cidade à qual chegou após ter frequentado o Seminário de Santarém, onde também ensinou, e depois de ter exercido as funções de Reitor do Seminário de Rachol, na Índia. § Ao chegar a Faro, tornou-se professor de Ciências Eclesiásticas no Seminário e em 1882 assumiu o cargo de Vice-Reitor. § Em 1884 foi nomeado Cônego da Sé e em 1896 ascendeu à categoria de Monsenhor Camareiro Secreto do Papa. § Paralelamente às suas funções eclesiásticas e de docência, enquanto esteve no Algarve realizou várias explorações e recolhas arqueológicas, com destaque para as ruínas de Milreu, junto à aldeia de Estoi. Em 1899, Pereira Boto transferiu-se para Lisboa, sendo professor na Sé de Lisboa e capelão da Casa Real. § Para além de muitos artigos da sua autoria publicados n’*O Arqueólogo Português*, foi

Ainda que se possa falar de continuidade, ao nível legislativo deu-se um salto qualitativo muito grande, acompanhando o crescente anticlericalismo da política nacional e, conseqüentemente, a intensificação de um municipalismo ou regionalismo culturais, apostados em manter nas sedes de distrito, de região ou em determinadas localidades, as obras de arte espoliadas às igrejas, conventos e mosteiros, obstando à canalização desses bens para a Capital e, no pior dos casos, à sua alienação para o estrangeiro. A situação devoluta de paços episcopais e igrejas também favorecia a instalação de museus. Raquel Henriques da Silva salienta que, «*considerando a inexistência de uma política museológica, o novo regime foi imediatamente propositivo, em termos de produção legislativa*»<sup>93</sup>. Cristina Pimentel é da mesma opinião, afirmando que o novo regime apresentou «*as primeiras tentativas para dotar o património monumental e artístico do país de um quadro legal bem definido*»<sup>94</sup>.

Jorge Custódio defende que a 1.<sup>a</sup> República criou a primeira política estatal para o património artístico, arqueológico e monumental, implicando um conjunto de sinergias pautadas por um elevado grau de participação dos governos, dos técnicos da área e da sociedade em geral<sup>95</sup>. Admite também que algum do trabalho concretizado foi preparado no seio da Academia Real de Belas Artes, por uma comissão redatora constituída por José de Figueiredo, José Pessanha, Abel Botelho e João Barreira, para elaboração de um documento-projeto oficial da reforma dos serviços de instrução pública<sup>96</sup>. Antes do novo regime, tiveram lugar na Academia: a tentativa de organização dos serviços artísticos no Ministério do Reino; a crítica e defesa da reforma no Museu Nacional de Belas Artes; as bases para o inventário dos bens móveis; as bases da lei restritiva à exportação de obras de arte; a criação de uma comissão para inventariar e estudar a pintura portuguesa antiga; o estabelecimento dos principais critérios de

---

responsável pelo *Glossario critico dos principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique ornado com a planta do Milreu (Estoi) e respectiva interpretação ichonographica*. Cf. CARRILHO, António Jorge Botelho, *O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique (subsídios para a sua história)*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade de Évora, 2003, pp. 18-24.

<sup>92</sup> Cf. BOTTO, J. M. Pereira, *Promptuario analytico dos carros nobres da Casa Real Portuguesa e das carruagens de gala*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909, Tomo I, p. 22: «*É intuitivo que um Museu, para bem corresponder ao seu ideal, para ser pratico, proveitoso enfim, tem de engalanar-se com uns certos foros científicos, sublimando-se á altura de escola, que fale, e mentor, que ensine*».

<sup>93</sup> Cf. SILVA, Raquel Henriques da, «Os Museus: História e Prospectiva», in PERNES, Fernando (Coord.), *Panorama da cultura portuguesa no séc. XX*, Fundação de Serralves, Porto, 2002, vol. 3, p. 75.

<sup>94</sup> Cf. PIMENTEL, Cristina, *O Sistema Museológico Português (1833 – 1991)*, *Ob. Cit.*, p. 115.

<sup>95</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, «*Renascença*» *Artística e Práticas de Conservação e Restauo Arquitectónico em Portugal, durante a 1.<sup>a</sup> República*, Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2008, vol. 1, tomo 2, p. 692.

<sup>96</sup> Os três primeiros seriam, aliás, chamados a preparar o Decreto de 26 de maio de 1926, sobre o qual nos debruçaremos a devido tempo.

restauro da pintura antiga e a criação de uma oficina para o efeito; a promoção de maior intercâmbio e cooperação entre os ministérios tutelares das questões patrimoniais (Ministério do Reino e Ministério das Ordens Públicas)<sup>97</sup>. Em substituição das medidas avulsas e dispersas da Monarquia Constitucional, a República propôs uma uniformização tutelar das questões patrimoniais e museológicas pela criação de um Ministério da Instrução Pública em julho de 1913, abrindo caminho a uma cadeia de direção e conseqüentemente a uma maior articulação de diligências. Por sua vez, a prioridade de classificação monumental dos finais da Monarquia deu lugar a preocupações de proteção, salvaguarda, conservação e restauro dos bens patrimoniais. Enfim, instaurou-se uma política integrada de defesa, investigação e divulgação do Património, no seio da qual os museus vão ter o papel de maior sucesso. O autor destaca o seu novo significado social e cultural, a saída do marasmo em que viviam antes e depois da Comissão da reforma artística de 1875, aprovada por decreto de 22 de março de 1881. O acordar «*da sonolência e do anonimato*»<sup>98</sup>, – especialmente dos museus regionais, com falta de recursos financeiros, humanos e materiais –, caracterizou-se por um debate sobre o seu papel na sociedade, as questões técnicas e científicas da Museologia e da Museografia, a sua tipologia, coleções e funções.

Segundo Custódio, a 1.ª República colocou os museus como prioridade da sua política patrimonial, refundando os nacionais e criando uma rede de museus regionais, uns e outros enquadrados por uma tutela uniformizada com delegações descentralizadas, apostadas em gerir de forma sustentada e coordenada as várias realidades e em distribuir entre elas os bens resultantes do Laicismo do novo regime e da nacionalização dos paços reais, chamando à responsabilidade da sua gestão as elites patrimoniais locais. Em suma, o autor defende que a 1.ª República preconizou a primeira rede museológica, à qual a centralização dos serviços do Estado tentou dar uma unidade organizativa, coerente e articulada, respeitando a conceção individual dos museus em função das aptidões artísticas e industriais das localidades em que se foram implantando<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo (2008), *Ob. Cit.*, pp. 707 e 708.

<sup>98</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge, «Museus de educação, museus de curiosidade e museus de especialidade no tempo da 1.ª República: política institucional e experiências museográficas», in AA.VV., *A República, os Museus e o Património*, Ciclo de Conferências, Câmara Municipal de Coimbra, 2011, p. 19. O autor utiliza os termos “sonolência” e “anonimato” para descrever a situação dos museus municipais e regionais, mas também dos museus centrais ou nacionais, no que tocava a bases científicas e organizacionais, à falta de recursos financeiros e humanos especializados, à acumulação de coleções sem olhar a critérios de seleção e conservação, à deficiente divulgação e projeção social, *Idem*, pp. 26 e 27.

<sup>99</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo (2008), *Ob. Cit.*, p. 913, aludindo à obra de José de Figueiredo, intitulada *O Legado Valmor e a Reforma dos Serviços de Belas Artes*.

A função cultural dos museus assumiu feições de defesa patrimonial, motivada pela necessidade de salvaguardar os bens artísticos, outrora pertença da Igreja e das Congregações Religiosas. Em finais de 1913, a distribuição dos bens históricos e artísticos nacionalizados, organizada num esquema de pirâmide dos museus centrais para os museus regionais, tende a solicitar a existência de maior número destes últimos, dada a falta de espaço nos já existentes. Jorge Custódio refere, sobre o assunto, a existência de «*museus receptáculo*»<sup>100</sup>, destino dos quadros excedentários existentes nos dois museus centrais de Arte: o Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Arte Contemporânea<sup>101</sup>. Outra situação viável para os Conselhos de Arte e Arqueologia foi a manutenção dos bens nos locais originais, mediante o estabelecimento de museus especiais, como os tesouros de arte sacra das catedrais<sup>102</sup>.



Fig. 1 – O Museu Histórico do Congresso, em São Bento. Aspeto da sala do museu, com uma estátua colossal de D. Carlos, uma tela com D. Manuel II e um busto da República abaixo da anterior.

*Ilustração Portuguesa*, 18/12/1920, n.º 774.  
(Cliché Mala da Europa)

Em termos sociais, os museus serviram sobretudo a instrução pública e artística, e não tanto a investigação científica.

Houve maiores preocupações com os métodos expositivos e a adequação dos acervos aos espaços – num claro pioneirismo do Museu Nacional de Arte Antiga –, respondendo diretamente, quer às necessidades do público, quer à conservação dos objetos em exposição e em depósito. Diversificaram-se as disciplinas museológicas, apesar da primazia dos museus artísticos e arqueológicos idealizados para cada capital

<sup>100</sup> *Idem*, pp. 910-912.

<sup>101</sup> Em sessão do CAA1 de 5 de junho de 1917, José de Figueiredo e Columbano Bordalo Pinheiro, diretores do MNAA e do MNAC, respetivamente, dispuseram-se a escolher os quadros excedentários dos seus museus, para serem transferidos para os museus provinciais. Ficou assente que José de Figueiredo e Veloso Salgado fariam a seleção dos quadros do MNAA e Columbano, Veloso Salgado e Luciano Martins Freire seleccionariam os quadros do MNAC. Cf. CUSTÓDIO, José Manuel Raimundo, *Ibidem*, p. 893, citando CAA1, *Actas da Comissão Executiva*, Livro. 1.º - De 10 de Julho de 1911 a 20 de Dezembro de 1917. Livro – 181, pp. 79 e 80.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 894.



de distrito em gestão partilhada pelas instituições centrais, distritais e municipais. Ao valor pedagógico e didático dos museus acrescentam-se valores como o da curiosidade, da especialidade e da atração turística, resultando respetivamente em novos museus, como o da Revolução, o Histórico do Congresso<sup>103</sup> e o da Sociedade Protetora dos Animais<sup>104</sup>, para a primeira, museus Rafael Bordalo Pinheiro, Camilo, Numismático e Filatélico da Casa da Moeda e Instrumental para a segunda, de Mafra e de Barcelos para a terceira tipologia. A busca pela coerência de práticas no universo museológico estende-se à elaboração dos regulamentos internos, dos inventários e dos catálogos. Por influência de José de Figueiredo, o Museu Nacional de Arte Antiga representou o modelo experimental de novas museografias, tendo como bases a adequação dos museus aos espaços de instalação, a criação de ambientes estáveis para a conservação de objetos, a seleção rigorosa dos objetos a expor e a sua disposição cronológica e tipológica.



Fig. 2 – Manuel de Arriaga (3.º a contar da esquerda), em visita presidencial à Sociedade Protetora dos Animais, por ocasião da inauguração da sua nova sede, Rua de S. Paulo, n.º 55, 2.º andar, Lisboa.

*Ilustração Portuguesa*, 11/11/1911, n.º 303.  
(Cliché Benoliel, adaptado)

<sup>103</sup> O Museu Histórico do Congresso foi criado em 1920 pelo almoxarife Grijó na antiga sala de leitura do edifício de São Bento, constituindo-se por diversas curiosidades alusivas à Monarquia, às Congregações Religiosas e à recente República, especialmente da área da iconografia e estatuária, como telas e estátuas de reis e rainhas e bustos da República, mas também mobiliário. Cf. *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 774, Lisboa, 18 de dezembro de 1920, p. 390.

<sup>104</sup> A Sociedade Protetora dos Animais foi instalada por José Silvestre Ribeiro e cerca de seis dezenas de associados, em 28 de novembro de 1875 numa sala da Associação Civilização Popular. Em finais de 1911, a Sociedade instalou-se na Rua de São Paulo n.º 55, 2.º andar, em Lisboa. Por ocasião da mudança para o novo espaço, foi instalado um Museu de Instrumentos de Tortura, «apreendidos para obstar ao seu bárbaro emprego contra os animais» (Cf. *Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Caetano Alberto da Silva, Lisboa, 20 de abril de 1912, Ano 35.º, 35.º vol., n.º 1199, p. 85). Em novembro de 1911, a Sociedade e o seu recente museu foram visitados pelo Presidente da República Manuel de Arriaga, que se tornou sócio da instituição (Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 11 de novembro de 1911, n.º 303, p. 752). Em 1920, o museu estava aberto todos os dias úteis entre as 11 e as 15 horas (Cf. «Museus patentes em Lisboa», in *Revista de Turismo*, Lisboa, janeiro e fevereiro de 1920, ano IV, n.º 86 a 88, p. 111).

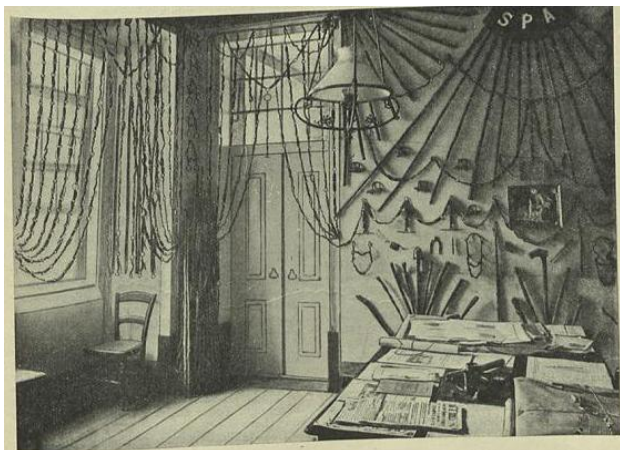


Fig. 3 – O Museu de Instrumentos de Tortura, da Sociedade Protetora dos Animais.

*Occidente*, 20/04/1912, n.º 1199.

Henrique Coutinho Gouveia, faseando o sistema museológico da Primeira República como a terceira parte de um processo iniciado no século XVIII, aceita a existência de caracteres de continuidade e de inovação relativamente à parte precedente, iniciada com o Liberalismo. A continuidade manifestou-se nos termos da diversidade tipológica dos museus e na expectativa de cumprirem desígnios científicos, educativos, patrimoniais, sociais e económicos, em função de um almejado progresso da Nação, assumido gradualmente pelo Estado. Ao nível da Museologia regional manteve-se a preponderância dos museus de Arte e Arqueologia, apesar de virem a lume alguns projetos museológicos de âmbito disciplinar mais abrangente<sup>105</sup>. No que toca a inovações, merecem destaque: «*a concepção de uma política museológica para o país*»<sup>106</sup>, adequadamente suportada por legislação que garantisse a proteção artística, a reorganização dos serviços de Belas Artes, Arqueologia e o Ensino Artístico, e a descentralização museológica devidamente coordenada pela Administração Central, a partir da tutela do novo Ministério de Instrução Pública.

Tipologicamente falando, o novo regime centrou as suas atenções nos museus nacionais e regionais, configurando-lhes uma reorganização disciplinar mais coerente e

<sup>105</sup> Henrique Coutinho Gouveia destaca: a tese de um «*“museu de antiguidades”* [complementado com] *uma exposição permanente de produtos da região*» defendido no Congresso Ribatejano de Santarém realizado em maio de 1923; o projeto de um Museu Etnológico anexo ao Instituto Etnológico das Beiras criado em 1919, apresentado pelo Dr. José Coelho no I Congresso Beirão, realizado em 1921; as propostas de criação, em Aveiro, de um Museu de Etnografia anexo a um «*Instituto de Estudos da Região do Vouga e da Beira Litoral*» e de um «*Museu Municipal de Arqueologia, Etnografia, Artes, Indústrias e Recordações*», sugeridas por Alberto Souto em 1929; o «*Museu Regional do Minho*» proposto por Cláudio Basto em 1926. Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, janeiro/junho, 1985, vol. 1, n.º 1, pp. 166-169.

<sup>106</sup> Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, «Museus da Primeira República: Inovação e continuidade» in CUSTÓDIO, Jorge (Coord.) et Al., *100 Anos de Património: Memória e Identidade: Portugal 1910-2010*, Instituto de Gestão do Património, Lisboa, 2010, p. 106.

sistematizada, especialmente no tocante aos primeiros: museus nacionais de Arte Antiga, de Arte Contemporânea, dos Coches, Etnológico Português, de História Natural. Assistiu-se ao surgimento de novos tipos de museus, essencialmente monográficos, como o Museu da Revolução de 5 de outubro, a casa-museu de Camilo, o Museu da Cidade de Lisboa, comprovando a introdução em Portugal, de duas tipologias novas da Museologia: as casas-museu e os museus de cidade. A publicação da *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*, em 1915, inaugurou em Portugal a biblioteca de obras de referência da Museologia<sup>107</sup>.

Outras referências dignas de nota são o alargamento dos horários dos museus e o incremento do seu papel educativo. Neste domínio destacamos as personalidades de José de Figueiredo, António Augusto Gonçalves, Joaquim de Vasconcelos e João Couto. Este último, ainda em Coimbra, por ocasião do seu Exame de Estado para poder lecionar nos liceus (1921), definia os museus como «*escolas onde se aprende em poucas horas e sem esforço o que dentro de quatro paredes de uma sala leva muito tempo e trabalho profícuo a ensinar*»<sup>108</sup>.

O regime republicano cedo percebeu que a sua consolidação e estabilidade dependiam da instrução, da difusão dos seus ideais às terras mais remotas da província. Instrumentos para o conseguir: as escolas, mas também os museus regionais, vistos como um veículo de educação pela Arte, de construção de uma auto-estima mobilizadora da ação dos portugueses no sentido do seu desenvolvimento moral e material. Assim se entende a constituição de um corpo legislativo de diversos domínios, aplicáveis à Museologia portuguesa: Anticlericalismo e Laicismo; apropriação dos bens da Monarquia; defesa patrimonial; política cultural; criação e regulamentação de museus; política educativa; desenvolvimento económico. Estes tópicos são desenvolvidos nas próximas páginas do presente trabalho.

---

<sup>107</sup> Cf. VASCONCELOS, José Leite de, *Historia do Museu Etnologico Português: 1893-1914*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915.

<sup>108</sup> Cf. MANAÇAS, Vítor Manuel Teixeira, *Museu Nacional de Arte Antiga: uma leitura da sua história 1911-1962*, Universidade Nova de Lisboa, 1991, I volume, p. 75.



Fig. 4 – A Sala do Regicídio no Museu da Revolução.  
*Ilustração Portuguesa*, 9/1/1911, n.º 255.

## CAPÍTULO 6: A LEGISLAÇÃO ANTICLERICAL

A Lei de 20 de abril de 1911, conhecida como Lei da Separação do Estado das Igrejas, é incontornável na abordagem aos museus e ao património histórico e artístico<sup>109</sup>. De forma drástica, foi colocada à disposição do Estado uma imensidão de bens móveis e imóveis que urgia administrar. Muitos bens móveis da Igreja foram entregues às Juntas de Paróquia, que ficavam encarregadas de zelar pelo cumprimento da lei e pela verificação dos inventários das corporações encarregadas do culto, em nome do Ministério da Justiça. A este era atribuído o poder de, por utilidade pública, expropriar os bens imóveis aplicados ao culto, a partir de 1 de julho de 1911, mesmo não pertencentes ao Estado ou aos corpos administrativos, e autorizar a sua alienação.



Fig. 5 – Afonso Costa, Ministro da Justiça do Governo Provisório da 1.<sup>a</sup> República, responsável pelas leis anti-congregacionistas e da Separação.  
*Occidente*, 20/10/1910, n.º 1144-45.  
(Cliché Mala da Europa)

A Lei da Separação foi uma grande machadada na ordem religiosa vigente e completou o que a Monarquia Constitucional iniciou com a extinção das ordens religiosas em 1833-1834, imediata no caso das masculinas e progressiva no caso das femininas. Por outro lado, somam-se aos diplomas imediatos à proclamação da República:

---

<sup>109</sup> Cf. Lei da separação do Estado das igrejas, in *Diário do Govêrno*, n.º 91, I Série, de 21 de abril de 1910, pp. 1619-1624, disponível no sítio de internet do *Diário da República*, em <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/04/09200/16191624.pdf>

- o Decreto com Força de Lei de 8 de outubro de 1910: restaurando as leis antijesuíticas de 3 de setembro de 1759 e de 28 de agosto de 1767, e o Decreto de 28 de maio de 1834, que extinguiu as ordens religiosas em Portugal continental, insular e domínios ultramarinos; anulando o Decreto de 18 de abril de 1901, que reabilitou algumas congregações religiosas, sob pretexto de instrução, beneficência e missão; expulsando imediatamente do país todos os Jesuítas e os membros das restantes ordens que não fossem portugueses de nascença; nacionalizando imediatamente os bens móveis e imóveis da Companhia de Jesus; mandando arrolar e avaliar os bens das restantes congregações<sup>110</sup>;



Fig. 6 – Expulsão dos congregados religiosos, poucos dias depois da instauração da República.

*Occidente*, 20/11/1910, n.º 1148  
(de Alberto Lima)

- a Portaria de 27 de dezembro de 1910: criando a Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, encarregue de administrar, arrolar, averiguar a posse e distribuir os bens das corporações extintas pelo Decreto de 8 de outubro<sup>111</sup>.

- o DFL de 31 de dezembro de 1910: regulando a guarda ou posse, pelo Estado, dos bens das congregações religiosas extintas; possibilitando a afetação dos bens a iniciativas de utilidade pública; permitindo a reclamação graciosa dos bens por terceiros, sob as condições expressas no diploma<sup>112</sup>.

<sup>110</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 4, de 10 de outubro de 1910, pp. 17 e 18, disponível no sítio de internet do *Diário da República*, em <http://dre.pt/pdf1sdip/1910/10/00400/00170018.pdf>.

<sup>111</sup> O Decreto de 6 de abril de 1911 definiu as novas atribuições da CJBECR. Cf. *DG*, n.º 80, I Série, de 7 de abril de 1911, pp. 1459 e 1460, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/04/08000/14591460.pdf>.

<sup>112</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 1, de 3 de janeiro de 1910, pp. 3 e 4, disponível no sítio de internet do *Diário da República*, em <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/01/00100/00030004.pdf>.

Entre as disposições da Lei da Separação têm realce alguns artigos estreitamente ligados com a realidade dos museus. O primeiro artigo que destacamos é o 62.º, determinando a passagem para a posse do Estado e dos corpos administrativos, de todos os bens móveis e imóveis aplicados ao culto católico ou para usufruto dos párocos e outros funcionários da Igreja Católica, excetuando os que tivessem proprietários bem definidos. Outrossim dispunha que os bens transferidos fossem arrolados e inventariados sem avaliação prévia e também que os móveis em risco de extravio fossem entregues «*provisoriamente á guarda das juntas de paróquia ou remetendo-se para os depósitos públicos ou para os museus*»<sup>113</sup>. Ficaram incumbidas do inventário comissões concelhias (CCI), compostas por administradores dos concelhos ou bairros, pelos escrivães da fazenda, em pessoa ou representados por empregados da sua confiança, e por um membro das juntas de paróquia respetivas. Estas comissões, cujo trabalho se iniciou a 23 de maio, estavam dependentes de uma *Comissão Central de Execução da Lei de Separação*, criada junto do Ministério da Justiça.

A Comissão Central de Execução da Lei da Separação (CCELS) foi instalada em sessão de 20 de maio de 1911, numa sala do Ministério da Justiça, tendo como membros Francisco José de Medeiros (Presidente), Alberto Aureliano da Silveira Costa Santos, Daniel José Rodrigues, Artur Augusto da Costa (Secretário) e José de Castro<sup>114</sup>.

A CCELS teve um importante papel no processo de crescimento das coleções dos museus, autorizando ou ordenando a entrega de objetos com valor histórico e artístico. As suas atribuições foram promulgadas em 22 de agosto de 1911 no «*Regulamento interno da Comissão Central de Execução da Lei da Separação e das comissões concelhias de administração dos bens que por virtude daquela lei pertencem ao Estado*»<sup>115</sup>. Constavam de dirigir o processo de arrolamento ou inventariação dos bens culturais católicos que passaram para a propriedade do Estado; guardar, conservar e

---

<sup>113</sup> Cf. *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, p. 701.

<sup>114</sup> Cf. «Acta da Instalação», in *Actas (1911-1916)*, Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Processo ACMF/Arquivo/CJBC/ACTAS/001, fl. 1 verso. Por portaria de 24 de agosto de 1911 foram nomeados como vogais da Comissão José da Encarnação Granado e José Augusto Abrantes Diniz Belém (cf. «Acta da Sessão de 28-8.º-1911», *Ibidem*, fl. 4 frente). Por portaria de 10 de maio de 1912, foi nomeado para ocupar o cargo de Presidente da Comissão, Artur Rodrigues Almeida Ribeiro (Cf. «Acta de 13-5.º-1912», *Ibidem*, fl. 4 verso e «Acta de 15-5.º-1912, *Ibidem*), por falecimento do primeiro Presidente – Dr. Francisco José de Medeiros. Em despacho de 18 de janeiro de 1913 foi nomeado Presidente da Comissão o juiz de direito Bernardo Nunes Garcia, em substituição do 2.º Presidente, que desempenhava então o cargo de Ministro das Colónias (Cf. «Acta da sessão extraordinária do dia 20 de Janeiro de 1913», *Ibidem*, fl. 16 verso). Em Junho de 1914, Almeida Ribeiro regressa à presidência da Comissão (Cf. «Acta da sessão ordinária de nove de junho de 1914», *Ibidem*, fl. 20 verso).

<sup>115</sup> Cf. *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1911, Ob. Cit.*, p.

administrar esses bens, até que fossem transferidos para o Ministério das Finanças e incorporados nos próprios da Fazenda Nacional; e recensear todos os ministros das várias religiões, em exercício no país. O conjunto de bens que à CCELS cumpria gerir e administrar incluía todos os que não fossem entregues à administração de outras entidades. Entre eles: os edifícios (igrejas, capelas, etc.) desnecessários à prática do culto e aqueles em que não se constituíram corporações encarregadas do culto até ao fim do ano de 1912; mobiliário e alfaias de culto desnecessários; os templos dos Jesuítas aplicados ao culto até à implantação da República; as partes dos paços episcopais, presbitérios e residências paroquiais desnecessários à residência dos prelados em exercício ou que não fossem destinados ao ensino da Teologia e os bens rústicos (quintas, passais, cercas, entre outros) anexos; títulos de dívida pública e bens móveis e imóveis consignados aos prelados, mitras, cabidos, colegiadas, entre outras entidades.

As Juntas de Paróquia receberam provisoriamente o depósito de muitos bens históricos e artísticos, até ser cumprido o artigo 76.º da lei em análise, que previa a organização de «*museus de arte regionais*». Para estes serem viáveis, a própria lei no seu artigo 90.º determinava que os imóveis antigamente destinados ao culto católico e que tinham deixado de ser necessários fossem usados para fins de beneficência, educação e instrução. Ora, entre os estabelecimentos de instrução figuram os museus e não foi obra do acaso a ocupação de antigos paços episcopais, seminários ou igrejas por museus, como os de Machado de Castro, Évora, Grão Vasco, Elvas, Portalegre, Bragança, Leiria, Faro, Lamego, etc.

Como prólogo à Lei de Separação foi publicado o DFL de 21 de janeiro de 1911, extinguindo o culto religioso na capela da Universidade de Coimbra, considerando-a monumento nacional e constituindo um museu de arte sacra com o seu tesouro, dirigido pelo Diretor do Arquivo da Universidade, secretariado pelo capelão-tesoureiro e mantido e vigiado pelo moço do órgão<sup>116</sup>.

Mal se instalou, a CCELS começou a emitir algumas circulares para sanar dúvidas e confusões a respeito do texto da Lei de Separação. A primeira, datada de 23 de maio de 1911, foi enviada aos Governadores Cíveis, instruindo-os para que no âmbito das suas competências recomendassem aos Administradores dos Concelhos a rápida

---

<sup>116</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 18, de 23 de janeiro de 1911, disponível no sítio de internet do *Diário da República*, em <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/01/01800/02770277.pdf>.



indicação dos membros das comissões de arrolamento<sup>117</sup>, trabalho que deveria ser feito num prazo de três meses. Ficavam excluídas desse inventário as capelas pertencentes a particulares e salvaguardados, ainda que inventariados, os bens necessários ao culto, colocados provisoriamente à guarda das Juntas de Freguesia até serem entregues às corporações encarregadas dos ministérios cultuais ou a um museu. Para efeitos do culto católico, a circular requeria que o Administrador do Concelho obtivesse dos párocos a indicação de que corporações de beneficência ou assistência ficariam encarregadas de o praticar, a partir do primeiro dia de julho. Uma segunda circular, datada de 4 de junho seguinte, esclarecia que ficavam excluídos de arrolamento os bens móveis e imóveis que comprovadamente pertencessem às misericórdias, ordens terceiras, irmandades, confrarias e outras associações congêneres, legalmente constituídas e com estatutos adaptados à recente lei (destacando-se a obrigatoriedade de não utilizarem, no exercício do culto, mais de 1/3 dos seus rendimentos), assegurando a sua existência ou a sua criação. Esta circular parece-nos importante para compreender o desenvolvimento ou a criação de alguns museus de instituições de pendor religioso: a Irmandade do Santíssimo Sacramento de S. Nicolau criou em Lisboa, em 1915, um museu nas dependências da sacristia da igreja do mesmo nome, em plena baixa pombalina; a Misericórdia de Lisboa manteve e desenvolveu o Museu de S. Roque, sobretudo a partir da década de 1930; a Irmandade da Rainha Santa Mafalda, criada em 10 de julho de 1886, conseguiu autorização do governo pela Portaria n.º 1219 de 8 de fevereiro de 1918 para levantar dos seus fundos de esmola a importância de 1395\$00 a aplicar nas obras de instalação de um museu de arte sacra na sala do capítulo do extinto Convento de Arouca. Pensada em 1917, a iniciativa beneficiou do contexto da República Sidonista instaurada em dezembro do ano anterior, mas foi adiada por questões financeiras e concretizada só em 1933, no piso superior da ala norte<sup>118</sup>.

---

<sup>117</sup> Uma circular n.º 4, datada de 21 de junho de 1911 especificava que também deviam ser arrolados os bens móveis e imóveis dos cabidos e colegiadas.

<sup>118</sup> Cf. Portaria n.º 1219 de 8 de fevereiro de 1918, in *Diário do Govêrno*, n.º 26, I Série, de 9 de fevereiro de 1918, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/02/02600/00850085.pdf> (Sítio de internet do DR). O Museu de Arouca é um caso de sucesso no contexto derivado da extinção dos conventos, pois grande parte do tesouro do mosteiro resistiu à centralização dos bens nas principais cidades do país, à cobiça de antiquários e particulares e beneficiou da proteção, primeiro das monjas, e depois dos habitantes da localidade, sonogando os bens, escondendo parte deles, inviabilizando a sua saída. Graças a essa salvaguarda, à proteção dos Monumentos Nacionais e aos esforços de alguns habitantes de Arouca, como Simões Júnior e Alberto Brito, o Museu Regional de Arte Sacra inaugurou em dezembro de 1933, com uma rica coleção de artes decorativas, especialmente de Ourivesaria e Tapeçaria. Ainda que só inaugurado naquele ano, as suas raízes remontam à Portaria atrás referida. Cf. VITORINO, Pedro, *Mosteiro de Arouca: o Museu*, Tipografia Popular, Figueira da Foz, 1937. Cf. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da, *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010): Espaços, momentos*,

Tem particular importância para o nosso estudo a circular n.º 11 de 13 de setembro de 1913, porque nos ajuda a enquadrar o destino dado a tantos objetos da Igreja. Foi enviada aos administradores dos concelhos para que organizassem o inventário especial dos bens culturais de interesse histórico e artístico e dos edifícios religiosos que pelo seu valor artístico, histórico ou documental merecessem o classificativo de monumento nacional<sup>119</sup>.

Facilmente se depreende que a Lei da Separação gerou grandes protestos entre as comunidades católicas mais fervorosas e entre os padres encarregues de gerir o culto, porque muitas igrejas tradicionalmente frequentadas pelos crentes foram secularizadas, a maioria dos objetos culturais seguiu o mesmo caminho e passou para as mãos do Estado, convertendo-os em meras obras de arte nos seus museus, e muitos ministros da religião, considerados como a base do conforto espiritual de muitos portugueses, foram afastados das suas atividades. Paralelamente, crescia o descrédito pelo novo regime político, incapaz de resolver os maiores problemas do país: o económico e social. A Guerra Mundial fazia subir de tom os protestos e abriu caminho ao consulado de Sidónio Pais, que chegou ao poder com a revolução de 5 de dezembro de 1917.

Durante o Sidonismo (dezembro de 1917 – dezembro de 1918), regime presidencialista e antiparlamentar, ganharam relevo os valores do Integralismo Lusitano, não apostado em regressar à Monarquia, mas voltado para os valores do país como um todo, cuja história passada deveria ser valorizada na mesma medida do presente. A instabilidade política permanente e a grave crise económica e financeira, intensificadas com a entrada de Portugal na I Guerra Mundial, foram aproveitadas pela «Nova República». Assim, ensaiou-se a primeira grande tentativa de acalmar o radicalismo republicano, o que não foi muito difícil, face à instabilidade vigente. Destacamos a promulgação da nova Lei da Separação, também conhecida como “Decreto Moura Pinto”, Ministro da Justiça e dos Cultos do Governo de Sidónio. Falamos do Decreto n.º 3856 de 22 de fevereiro de 1918<sup>120</sup>. A introdução ao diploma reconhecia a necessidade de se fazer uma apreciação rigorosa à anterior lei, nomeadamente para combater «*preceitos violentos, contendo um excesso de defesa, atentatórios da liberdade de consciência e do pensamento*», impróprios de uma

---

*museografia*, Tese de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade de Museologia e Património Cultural, orientada pelos Doutores José Manuel dos Santos Encarnação e José Maria Amado Mendes, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 147-149.

<sup>119</sup> Cf. Circular n.º 11 (minuta impressa), de 13 de setembro de 1913, do Presidente da CCELS (Bernardo Nunes Garcia) para os Administradores dos Concelhos. ACMF/CJCB/CIRCU/003, p. 9.

<sup>120</sup> Cf. DG, I Série, N.º 34, de 23 de fevereiro de 1918, pp. 127-131, <https://dre.pt/application/file/405054>

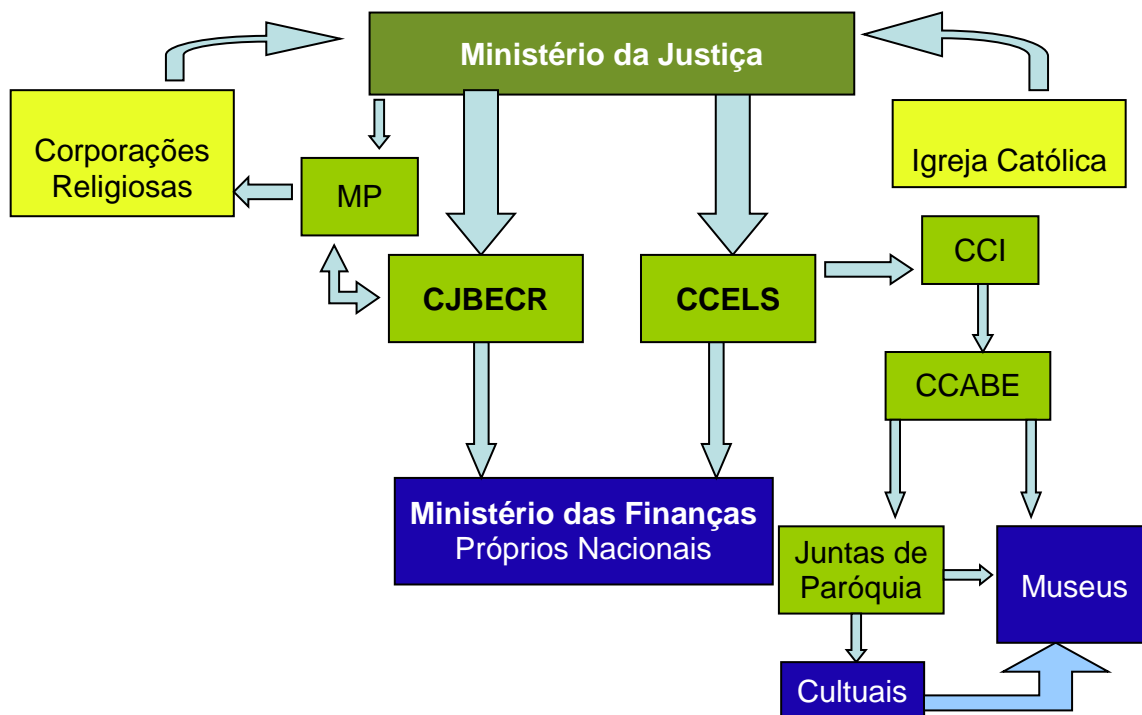
República que se afirmava laica e neutral em questões religiosas<sup>121</sup>. A atitude intolerante granjeara ao Regime perturbações e contestação por parte dos adversários, pelo que o novo decreto reconhece total liberdade de culto aos católicos, podendo reunir livremente e escolher a entidade que dirige o seu culto, sob mera fiscalização do Estado. Por outro lado, anuiu-se entregar os templos e objetos necessários ao culto, ao mesmo tempo que o prazo para reverterem para a fazenda pública os imóveis sem uso cultural passou a ser igual ou superior a três anos. Também no ensino de Teologia, o Estado passou a ser mero fiscalizador, entregando a escolha dos livros e dos professores e a organização dos programas às autoridades eclesiásticas, e cedendo gratuitamente os edifícios ainda não ocupados com outros serviços públicos. Quanto à propriedade dos bens culturais, é aberto um novo prazo de reclamação de três meses às entidades responsáveis pelo culto<sup>122</sup>. Tendo-se racionalizado o olhar sobre as contestações à Lei da Separação primitiva e concluído que muitos padres católicos se manifestaram, não contra o novo regime político, mas sim contra o radicalismo do Decreto, com o novo diploma os próprios padres vão ser compensados, sendo-lhes restituídas as funções anteriormente ocupadas e os direitos de auxílio do Estado em caso de necessidade. A partir de 10 de julho de 1918, o reatamento das relações com a Santa Sé comprometeria a aplicação da Lei da Separação, cuja influência, no que toca à questão da tutela dos bens eclesiásticos, não voltaria a ser a mesma dos anos 1911 a 1917, porque mesmo com o assassinato de Sidónio Pais, o regime restabelecido reiterou as relações de «*bom entendimento*» entre o Estado e a Igreja e «*o respeito recíproco das duas instituições*»<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup> Decreto n.º 3856 de 22 de fevereiro de 1919, in *DG*, I Série, n.º 34, de 23 de fevereiro de 1918, p. 128. (<https://dre.pt/application/file/405054>).

<sup>122</sup> Um exemplo destas solicitações foi o cónego José Duarte Dias de Andrade, que em 1918 reivindicou a entrega dos bens culturais e do tesouro da Sé de Coimbra.

<sup>123</sup> *Apud.* Discurso do Presidente da República Canto e Castro de abril de 1919, na cerimónia em que o novo Núncio Apostólico, Achilles Locatelli, entregou as suas credenciais ao Chefe de Estado português. Cf. LEAL, Ernesto Castro, «República portuguesa, secularização e novos símbolos (1910-1926)», in *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, FLUP, Porto, 2010, III Série, vol. 11, p. 124, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9009.pdf>.



Fluxograma 1: O percurso dos bens nacionalizados segundo a legislação anticlerical. Legenda de siglas: Ministério Público (MP); Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas (CJBECR); Comissão Central de Execução da Lei de Separação (CCELS); Comissão Concelhia de Inventário (CCI); Comissão Concelhia de Administração dos Bens do Estado (CCABE).

Apesar deste aligeirar do Anticlericalismo, os anos mais radicais da República veicularam a transferência para os museus, dos tesouros artísticos à guarda das mais variadas igrejas e corporações religiosas, situação que tenderia a inverter-se a partir da instauração da Ditadura Militar e do Estado Novo. A restituição de alguns tesouros às anteriores tutelas, condicionada pela sua utilização no culto e sugerida pelo Decreto n.º 11887 de 6 de julho de 1926 acabou por suscitar a criação de novos museus, tutelados pelas corporações religiosas.

Houve casos em que, apesar de nacionalizados, face à contestação de bispos e parócos que defendiam o valor sagrado e religioso dos tesouros das igrejas acima do valor histórico e artístico, aqueles se mantiveram nos seus locais de origem até serem reunidas condições para a sua musealização. Tratou-se de uma estratégia republicana para, de forma contemporizadora, economicamente viável e que supria a falta de espaço, se criarem museus especiais: os museus de catedral ou tesouros de arte sacra, anexos aos museus do Estado, e entregues à responsabilidade de clérigos esclarecidos,

chamados a ser vogais auxiliares dos Conselhos de Arte e Arqueologia<sup>124</sup>. Exemplos desta situação, encontramos-los nos Tesouros das Sés de Lisboa, Braga, Évora e Viseu.

No tocante ao Tesouro da Sé de Lisboa, para cuja inventariação havia sido nomeado Columbano Bordalo Pinheiro em sessão do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.<sup>a</sup> Circunscrição (CAA1) de 10 de julho de 1911, a CCELS resolveu entregá-lo com a respetiva casa-forte em 2 de junho de 1914 ao Museu Nacional de Arte Antiga e requisitar provisoriamente dois guardas, até o Diretor daquele museu aceitar a cedência<sup>125</sup>. Por sua vez, em reunião do CAA1 de 18 de junho, José de Figueiredo defendia a necessidade de definir as condições em que aquele Conselho aceitava a guarda e fiscalização do tesouro, propondo uma visita prévia, que foi aprovada. Com o apoio de Veloso Salgado e José Pessanha, era também da opinião que o tesouro se mantivesse na Sé, com exceção de uma cruz esmaltada de finais do século XVI, conhecida como Cruz dos Filipes, que devia ser entregue ao Convento de Cristo de Tomar, sua procedência original, ou a título de depósito ao MNAA, na inexistência de condições de segurança naquele local. O próprio JF pôs o Presidente da CCELS a par da sua posição em ofício de 24 de junho de 1914, que consistiu em informar os outros membros do CAA sobre não se responsabilizar pela receção do tesouro e que depois de avaliadas as condições de segurança na Sé no dia seguinte, seriam tomadas as diligências definitivas para a entrega ao CAA<sup>126</sup>. Na sessão do CAA de 28 de julho de 1914, a Comissão Executiva deliberou: assumir a superintendência e direção técnica daquele museu especial, por intermédio do Cónego Carlos Alberto Martins do Rego, eleito como vogal auxiliar em Assembleia Geral do conselho de 9 de julho de 1914; manter o tesouro no mesmo local, a título provisório, com exceção da cruz referida (que devia ser exposta em segurança no Convento de Cristo e só nessa impossibilidade ir para o MNAA), usando as verbas orçadas para as obras de adaptação de um anexo voltado para o arco da Rua do Limoeiro, para instalação definitiva do museu<sup>127</sup>. Em agosto

---

<sup>124</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *Ob. Cit.*, p. 894. O autor refere os casos dos cónegos Alberto Martins do Rego e Joaquim José de Faria e Silva, para os tesouros das Sés de Lisboa e de Évora, respetivamente.

<sup>125</sup> Cf. *Actas (1911-1916)* [1.º Livro de Actas das Sessões da CCELS], ACMF, ACMF/Arquivo/CJBC/ACTAS/001, Caixa 123, fl. 20.

<sup>126</sup> Cf. Ofício do Diretor do MNAA ao Presidente da CCELS, de 24 de junho de 1914, in ACMF, Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/299, Caixa 271.

<sup>127</sup> Cf. «Acta n.º 42 de 18/6/1914, p. 120; «Acta n.º 43» de 28/7/1914, pp. 123 e 124, in *Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, 1911-1917* (Livro 1), Academia Nacional de Belas Artes, Cota 3-A-SEC.181 (Cópia do ANTT, disponível em formato digital em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4611681>); Ofício do Presidente do CAA1, José Luis Monteiro,

seguinte, a CCELS entregou o tesouro a título de depósito ao CAA1, com o objetivo de instalar um museu nas dependências da Sé, com todos os encargos por conta da entidade cessionária<sup>128</sup>. Por seu turno, reunido em sessão de 14 de agosto de 1914, o CAA1 deliberou entregar o encargo da inventariação e instalação do acervo a uma comissão composta por José de Figueiredo, Luciano Martins Freire, António Augusto da Costa Mota e José Pessanha, e tornar o tesouro uma secção do Museu Nacional de Arte Antiga. O caso protelou-se e, em sessão de 30 de abril de 1917 do CAA, era lido um ofício da CCELS solicitando a escolha dos objetos de maior valor artístico que houvessem de ser incorporados oportunamente em museu especial, tendo sido escolhidos para o efeito José de Figueiredo, Costa Mota e o Cónego Rego. Em setembro de 1920, a CCELS informou o Comando Geral da GNR sobre a decisão de prover à iluminação da casa da guarda da capela de Santo António da Sé, onde se encontrava o tesouro, «*enquanto o Museu Nacional d'Arte Antiga não tomar conta dele, como lhe cumpre*»<sup>129</sup>. Em fevereiro de 1921, a Comissão Central mostrava vontade de não continuar a assumir as despesas com o tesouro, e instava o CAA1 para que ele fosse entregue ao MNAA, ameaçando entregar à Junta de Paróquia os objetos necessários ao culto e alienar os restantes<sup>130</sup>. Em 1924, o tesouro estava disponível para visita mediante autorização do tesoureiro, distribuindo-se por três salas (do Capítulo, Biblioteca, das Alfaias)<sup>131</sup>.

O Tesouro da Catedral bracarense, existente na sacristia após a implantação da República, foi entregue em 1929 à corporação encarregue do culto católico, até que por Decreto n.º 18127 de 25 de março de 1930 foi legalmente instituído com a finalidade de evitar a sua dispersão, ficando a cargo do Cabido.

Constituindo um núcleo de arte sacra instalado na própria catedral e tornado um anexo do Museu Regional, durante a República, o Tesouro do Cabido de Évora foi instituído graças às diligências do arcebispo D. Manuel Mendes da Conceição Santos, por Decreto n.º 18324 de 14 de maio de 1930.

---

para o Presidente da CCELS, de 3 de agosto de 1914, in ACMF, Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/299, *Cit.*

<sup>128</sup> Cf. *Actas (1911-1916)* [1.º Livro de Actas das Sessões da CCELS], *Doc. Cit.*, fl. 30 v.

<sup>129</sup> Cf. Sessão ordinária de 22 de setembro de 1920, in *Actas (1920-1923)* [3.º Livro de Actas das Sessões da CCELS], ACMF/Arquivo/CJBC/ACTAS/003, Caixa 123, p. 19.

<sup>130</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *Ob. Cit.*, p. 898. O autor baseia-se num ofício enviado pelo Presidente da CCELS enviado ao Ministério da Instrução Pública, datado de 19 de fevereiro de 1921. Ver também a acta da sessão ordinária de 16 de fevereiro de 1921, in *Actas (1920-1923)* [3.º Livro de Actas das Sessões da CCELS], *Doc. Cit.*, p. 42.

<sup>131</sup> Cf. PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal: Generalidades: Lisboa e Arredores*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 30 de Novembro de 1924, 1.º Vol, pp. 278 e 279.

No caso do Tesouro da Sé de Viseu, embora tenha sido entregue ao Museu Grão Vasco, nunca deixou as dependências capitulares em que se encontrava, passando, pelo Decreto n.º 20803 de 21 de janeiro de 1932, a constituir um tesouro autónomo do museu, dependente da hierarquia catedralícia.

A estratégia de salvaguardar o património integrado (nomeadamente a azulejaria) e colmatar a exiguidade dos espaços museológicos fez com que alguns edifícios fossem anexados a museus, tornando-se como que os embriões de futuros museus ou núcleos museológicos temáticos. A título de exemplo: o Convento da Madre de Deus, em Xabregas (Lisboa), foi entregue à fiscalização do CAA1, sendo nomeados como supervisores do espaço, em 7 de fevereiro de 1912, José Luís Monteiro e José de Figueiredo. Sob proposta de D. José Pessanha<sup>132</sup>, foi anexado ao Museu Nacional de Arte Antiga em maio de 1914<sup>133</sup>. Constituiu-se como um núcleo de património integrado e não um museu autónomo, pois segundo José de Figueiredo não tinha as condições necessárias para se tornar um museu «onde se exponham obras de arte extranhas ao edificio»<sup>134</sup>; a igreja do Convento de Nossa Senhora das Mercês ficou dependente do Museu Regional de Évora a partir de 1917<sup>135</sup>, e seria inaugurada como secção de artes decorativas em 1956, depois das necessárias obras de restauro e beneficiação do imóvel.

Outro diploma importante, que complementa a determinação inscrita na Lei de Separação sobre o poder do Ministério da Justiça expropriar, por utilidade pública, os imóveis anteriormente afetos ao culto, é a Lei de 26 de julho de 1912, regulamentando aquelas expropriações. Entre as situações previstas para justificá-las, encontramos duas que nos interessam especialmente: a «*Instrução pública: escolas de qualquer natureza, oficinas, campos de ensaio e estudo agrícola, bibliotecas e museus*» e também a

---

<sup>132</sup> D. José Maria da Silva Pessanha (n. e m. Lisboa, 10/11/1865 – 30/7/1939), foi um erudito arqueólogo, etnógrafo, crítico e professor de Arte e escritor. Fez o Curso Superior de Letras e o de Bibliotecário Arquivista, tendo sido nomeado amanuense no Arquivo da Torre do Tombo (1887) e posteriormente Conservador. Foi Professor de História da Arte na Escola de Belas Artes e vogal do CAA1 e da Comissão dos Monumentos Nacionais. Foi incumbido de funções como o inventário dos livros e documentos do Arquivo da Direção Geral de Marinha anteriores a 1865, a regulamentação do Dec. de 14/11/1901 reformando os serviços de Belas Artes, ou o inventário dos bens móveis dos antigos paços reais. Foi membro do Instituto de Coimbra, da AAP, da SGL, etc. Dirigiu a revista *Arte Portuguesa* com o pintor Casanova e colaborou em diversos periódicos, como a *Occidente*, o *Archeólogo Português*, etc. *GEPB*, Ed. Enciclopédia Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, s.d., vol. XXI, p. 472.

<sup>133</sup> Cf. «Sessão de 21 de Maio de 1914», in *Livro de Actas das Sessões do CAN (1911-1921)*, Lisboa, AHME, p. 46.

<sup>134</sup> Cf. «Acta n.º 8», de 6/1/1912, in *Actas da CE do CAA1, 1911-1917*, Livro 1, *Doc. Cit.* p. 17.

<sup>135</sup> Em sessão de 22 de abril de 1916, a CCELS defendia a entrega urgente da igreja ao Museu de Évora. Cf. *Actas (1916-1920)*, [Livro n.º 2, da CCELS], ACMF/Arquivo/CJBC/ACTAS/002, Caixa 123, p. 3.

*«Salvuarda do património artístico: monumentos históricos ou antiguidades nacionais quando na posse de entidades, que não cuidem da sua conservação»<sup>136</sup>.*

A nacionalização dos bens eclesiásticos preconizada pela 1.<sup>a</sup> República não deixou, assim, de justificar a instituição de novos museus, num processo que se intensificaria durante o Estado Novo, ainda que em novos moldes e em novas disciplinas.

---

<sup>136</sup> Cf. *COLP Anno de 1912*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 549. Também disponível em *DG*, I Série, n.º 185, de 8 de agosto de 1912, pp. 2812 e 2813, <http://dre.pt/pdfgratis/1912/08/18500.pdf>.



## CAPÍTULO 7: CONTRA A ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO

A inexistência de legislação que proibisse a exportação de obras de arte foi denunciada com veemência por Alfredo Keil, poucos anos antes de 1910. A Primeira República procurou logo resolver essa lacuna, com a promulgação do DFL de 19 de novembro de 1910<sup>137</sup>, conhecida como Lei da Proteção Artística. O diploma, projetado por D. José Pessanha e José de Figueiredo, determinou em primeiro lugar quais os objetos considerados artísticos ou arqueológicos, excluindo as obras de artistas vivos; em segundo lugar proibiu todas as corporações públicas ou privadas subvencionadas pelo Estado de alienar qualquer objeto de valor artístico ou arqueológico, sem prévia autorização do Ministério da tutela, e depois de consultadas a Academia de Belas Artes de Lisboa ou a Academia Portuense de Belas Artes; em terceiro, assegurou o direito de preferência do Estado sobre a aquisição dos bens colocados à venda; o artigo 4.º determinou a proibição da exportação de qualquer bem sem a prévia autorização do Governo, com consulta prévia das Academias de Belas Artes ou do Museu Etnológico Português; essa exportação era temporária e limitava-se à saída provisória de um objeto para que figurasse em exposições, e dizia respeito somente aos bens ainda não incorporados nos museus; o artigo 12.º determinava que o Governo podia transferir para um museu público, de preferência o mais próximo, e a título de depósito, os bens das entidades públicas em risco de perda. Os museus assumem, pois, o papel de estádio superior na salvaguarda dos bens artísticos e históricos.

A 27 de junho de 1912 foi publicada uma portaria nomeando José de Figueiredo e José Pessanha, enquanto membros do Conselho de Arte Nacional, e António Manuel Paulo, da Direção Geral das Alfândegas, para constituírem a Comissão encarregada de elaborar o Regulamento sobre a proteção dos bens artísticos e arqueológicos instituída pelo Decreto de 19 de novembro do ano anterior, a fim de a tornar efetiva<sup>138</sup>.

Como complemento dos diplomas anteriores, consideramos a Lei n.º 483 de 15 de janeiro de 1916, do Ministério de Instrução Pública, determinante para a regulação de condutas dos agentes encarregados de proceder ao arrolamento e conservação dos bens artísticos do Estado, ou da sua aquisição para os museus nacionais, passando a

---

<sup>137</sup> Cf. *DG* n.º 41, de 22 de novembro, in *COLP Anno de 1910*, IN, Lx., 1911, pp. 112-114.

<sup>138</sup> Cf. *DG* n.º 150 de 28 de junho de 1912, in *COLP Anno de 1912*, IN, Lx., 1913, pp. 419 e 420.

estar proibidos de negociar objetos daquela natureza e ficando obrigados a participar a posse dos que adquiriram ou adquirissem para uso pessoal<sup>139</sup>.

António Augusto Gonçalves, primeiro Diretor do Museu Machado de Castro, considerou a lei tardia e aplicada negligentemente, recordando que após 1912 o Ministério das Finanças «*poz em venda publica o mobiliario e objectos decorativos d'essas proveniencias e que pela fronteira aberta, cuja fiscalização só tarde e negligentemente se exerceu, saíram centenas de volumes preciosos*»<sup>140</sup>. A falta de regulamentação da Lei da Proteção Artística foi aliás um problema transversal a todo o período, não obstante as diversas tentativas para a sua efetiva resolução, no seio do Conselho de Arte Nacional e dos Conselhos de Arte e Arqueologia.

---

<sup>139</sup> Cf. DG, I Série, n.º 27 de 15 de fevereiro de 1916, <https://dre.pt/application/file/611986>.

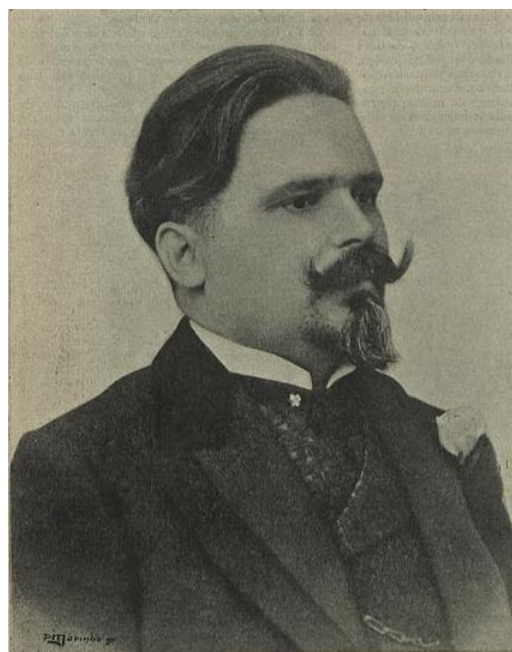
<sup>140</sup> Cf. GONÇALVES, A., *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro*, Tip. de “O Despertar”, Coimbra, 1929, p. 4.

## CAPÍTULO 8: O DECRETO N.º 1 DE 26 DE MAIO DE 1911: BASE DA POLÍTICA CULTURAL REPUBLICANA

O diploma que mais diretamente influenciou as instituições museológicas foi o Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, responsável pela reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, por trás do diploma esteve o contributo dos artistas republicanos, que beneficiaram de bolsas de estudo e de visitas a grandes centros europeus de Cultura e Arte, e que terão trazido para Portugal exemplos que os líderes políticos tentaram imitar, como os da França e da Itália, em que quer o setor público, quer o setor privado, contribuía ativamente para o desenvolvimento artístico<sup>141</sup>.

Fig. 7 – António José de Almeida, Ministro do Interior do Governo Provisório da 1.ª República, responsável pela assinatura do Decreto n.º 1 de 26 de maio.

*Occidente*, 20/10/1910, n.º 1144-45.  
(Cliché Mala da Europa)



Na elaboração do Decreto estiveram diretamente envolvidos dois expoentes da Museologia portuguesa: José de Figueiredo e António Augusto Gonçalves. O primeiro fez parte da comissão redatora. O segundo foi chamado a dar as suas opiniões, fazendo valer algumas: a autonomização dos serviços de Belas Artes do ensino; a eliminação da distinção entre a secção técnica e a secção de História e Crítica; uma maior restrição do artigo permitindo a transferência de obras de arte de uma circunscrição artística para outra; e o artigo respeitante à criação do Museu Machado de Castro, a que conseguiu incutir a categoria de «Museu Geral de Arte Geral», com coleções eruditas antigas, mas também modernas, com o fito de servirem de modelo às aprendizagens dos artífices industriais<sup>142</sup>.

<sup>141</sup> Cf. VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *História de Portugal Volume XII A Primeira República (1910-1926)*, *História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, Editorial Verbo, Novembro, 2001, 2.ª Edição, p. 353.

<sup>142</sup> Cf. SERRA, Carlos, *António Augusto Gonçalves [Texto Policopiado]: O Percurso Museológico*, Tese de Mestrado em Museologia e Património Cultural, Universidade de Coimbra, 2002, p. 138.

Na introdução ao diploma é feito um diagnóstico da situação do país, realçando a incúria dos governos anteriores pelo património artístico e arqueológico e pelo ensino artístico de vanguarda, que urgia implementar. Alerta posteriormente para as crescentes responsabilidades de um Estado democrático no âmbito da promoção das Artes e das Letras, como novo mecenas que substitui as antigas classes privilegiadas, entretanto extintas. Valoriza também a arte popular como requisito essencial para levar o povo a proteger a Arte. Defende, por fim, a descentralização da instrução artística, da posse de bens artísticos, dos museus e da defesa dos monumentos.

Para este efeito, o primeiro artigo determinou a criação de três Circunscrições Artísticas, com sede em Lisboa, Coimbra e Porto<sup>143</sup>, com os fins últimos de promoção da educação regional do povo, através da manutenção dos bens artísticos nos locais e ambientes para que foram feitos, da riqueza nacional e local, e de atração de turistas nacionais e estrangeiros. Em cada uma das circunscrições foram criados Conselhos de Arte e Arqueologia, com várias funções, das quais destacamos: a obtenção junto do Governo, das condições necessárias ao «*estudo, conservação e enriquecimento das colecções dos museus*»<sup>144</sup>; a organização de exposições e a aquisição de objetos artísticos e arqueológicos para os museus; escolher os objetos que pelo art.º 62.º da Lei de Separação neles tenham cabimento; superintender ao restauro das peças; a administração das suas dotações, das dos museus sob a sua superintendência e dos legados instituídos; arrolar os bens artísticos e arqueológicos suscetíveis de serem incorporados nos museus. Em face da legislação, assistimos à constituição de comissões dentro dos Conselhos, para se ocuparem dos museus de cada circunscrição. A nomeação, em sessão da assembleia geral do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, de 22 de janeiro de 1913, de Arnaldo Adães Bermudes, Luciano Martins Freire, António Augusto da Costa Mota e José de Figueiredo para acompanharem a criação e funcionamento dos museus provinciais da área de influência respetiva é um claro exemplo da situação.

Entre as disposições do capítulo IV tem relevo a dependência dos museus do CAA respetivo, por sua vez superintendidos pela Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial (art.º 25.º) e a identificação dos museus de cada

---

<sup>143</sup> A 1.ª Circunscrição compreendia os distritos de Santarém, Portalegre, Lisboa (sede), Évora, Beja, Faro e Ilhas; A 2.ª os distritos de Aveiro, Coimbra (sede), Viseu, Leiria, Guarda e Castelo Branco; A 3.ª, os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto (sede), Vila Real e Bragança. Cf. *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1911, Ob. Cit.*, p. 1159.

<sup>144</sup> *Ibidem*.

Circunscrição: na primeira, o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Arte Contemporânea, o Museu Nacional dos Coches e o Museu Etnológico Português (art.º 27.º); na segunda criou o Museu Machado de Castro (art.º 39.º), ao qual foi anexado o Museu de Arte Religiosa da Sé de Coimbra; na 3.ª o Museu Soares dos Reis (nova designação do Museu Portuense ou Ateneu de D. Pedro – art.º 38.º).

Pelo artigo 56.º é criado o Conselho de Arte Nacional (CAN)<sup>145</sup>, com importante papel consultivo na criação de museus artísticos e arqueológicos e na «*aquisição, construção ou adaptação de edifícios destinados a museus, ou a abrigar colecções artísticas em exposições nacionais ou estrangeiras*» (art. 57.º, 6.º). No âmbito do CAN, em 13 de dezembro de 1912, depois de reconhecida a necessidade de se rever que museus deviam ser conservados ou suprimidos, José Pessanha sugeriu a eleição de comissões pelos CAA's para executar aquela tarefa. Essas comissões tinham a incumbência de sugerir as alterações necessárias para que os museus cumprissem as suas atribuições, evitando a sua dissolução, e também pronunciar-se sobre os museus a extinguir, a manter ou a criar<sup>146</sup>.

Estava em causa a necessidade de coordenar, inspecionar e regular o funcionamento de todos os museus do país, independentemente da dimensão e tutela. Esse papel cabia superiormente ao CAN, cumprindo-lhe sancionar a criação de vários museus. Numa sessão sua, de 5 de março de 1914, António Ferrão – chefe da Repartição de Instrução Artística do Ministério de Instrução Pública – informou os vogais presentes da sua intenção de sugerir ao Ministro a necessidade de regulamentar os serviços dos museus, tendo ficado estabelecido que os regulamentos deveriam ser idênticos quanto às disposições relativas ao pessoal e especializados no que tocava às disposições relacionadas com os restantes itens, dadas as diferentes realidades museológicas<sup>147</sup>.

No contexto do Decreto n.º 1 insere-se a nomeação de José de Figueiredo como Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga em 29 de maio de 1911. Além das funções

---

<sup>145</sup> Substituindo o Conselho de Monumentos Nacionais.

<sup>146</sup> Cf. «Sessão de 13 de dezembro de 1912», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional* (1911-1921), Lisboa, AHSGMEC, p. 25. Ver também: «Acta 19», de 26 de janeiro de 1913, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição, Doc. Cit.* [cota 351], fl. 26; CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República, Ob. Cit.*, p. 930. O autor cita a proposta de José Pessanha aprovada em sessão do CAN, de 13 de dezembro de 1912, inscrita no *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional*, p. 25, AHSGMEC, cota 730.

<sup>147</sup> Cf. «Sessão de 5 de março de 1914», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional, Doc. Cit.*, pp. 43 e 44.

inerentes ao cargo num museu central, dele esperava-se a execução de uma reforma do ensino artístico e a ampliação da rede de museus do Estado. Em 1912 deslocou-se a Madrid em missão oficial, com a finalidade de procurar responder a questões por desvendar sobre a História da Arte portuguesa, e a partir dessas respostas produzir catálogos e inventários museológicos. Jurista de formação, JF destacou-se não só como Crítico e Historiador de arte, mas também pelo seu papel de relevo na chamada de atenção das elites governativas para a necessidade de dotar os museus de Arte e de Arqueologia de recursos humanos com formação superior e preparação para as funções museológicas, propondo a criação de cursos destinados à formação de conservadores, restauradores e preparadores de museus. Enquanto esses cursos não existissem, o Governo podia assumir a contratação do pessoal agregado que desejasse seguir carreira nos museus do Estado, sempre com prévio parecer favorável dos diretores dos museus. É neste fito que se inscreve a promulgação do Decreto n.º 1228 de 30 de dezembro de 1914<sup>148</sup>, concorrendo de forma positiva para colmatar os deficitários quadros de pessoal dos museus, ao passo que empreendia, sem encargos, a formação dos futuros funcionários superiores das instituições museais. A publicação do Decreto n.º 9746 de 29 de maio de 1924 deu uma importante achega para uma maior filtragem na ocupação dos quadros dos museus, condicionando os candidatos aos lugares de conservador a concursos de provas públicas nos principais museus de cada circunscrição ou de provas documentais nos restantes, exigindo-lhes a frequência prévia de cursos especiais das Escolas de Belas Artes e/ou o comprovativo de aprovação nos exames das cadeiras de Estética e História da Arte e de Arqueologia das Faculdades de Letras e o exercício de um tirocínio de dois anos até à ocupação efetiva do lugar<sup>149</sup>.

Apenas dezoito dias após a publicação do Decreto de 26 de maio, foi publicado outro estabelecendo os quadros de pessoal dos CAA, dos museus de Artiga Antiga, Arte Contemporânea, Coches, Etnológico Português, Machado de Castro, Soares dos Reis, e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto<sup>150</sup>. À frente dos museus referidos ficaram, respetivamente, José de Figueiredo, Carlos Reis, Luciano Martins Freire, José Leite de Vasconcelos e António Augusto Gonçalves, permanecendo temporariamente vaga a direção do Museu portuense.

---

<sup>148</sup> Cf. *Diário do Governo*, n.º 246, I Série, de 30 de dezembro de 1914, p. 1487 in <http://dre.pt/pdf1sdip/1914/12/24600/14871487.pdf>

<sup>149</sup> Cf. Decreto n.º 9746, in *Diário do Governo* n.º 119, I Série, de 29 de maio de 1924, pp. 771 e 772, <https://dre.pt/application/file/543461> (18 de novembro de 2014).

<sup>150</sup> Cf. Decreto de 13 de junho de 1911, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 140, de 17 de junho de 1911, pp. 2585 e 2586, in <http://dre.pt/pdfgratis/1911/06/14000.pdf>.

Deveu-se a José de Figueiredo a proposta de criação de um museu em todas as capitais de distrito, no intuito de difundir o gosto artístico por todo o país. Gradualmente, deu-se uma transformação do panorama museológico português, quer pela incorporação de instituições já existentes em novas instituições (exemplo do Museu de Arte Religiosa da Sé de Coimbra e do Museu do Instituto, que passaram a constituir núcleos do Museu Machado de Castro), quer pela reorganização de instituições já existentes (Museu Etnológico Português, Museu Nacional dos Coches), quer pela criação de outras (Museu Regional de Grão Vasco; Museu Regional de Aveiro).

O vanguardismo do Decreto não foi acompanhado pelo tímido desenvolvimento das realidades museológicas. A situação financeira das tutelas não permitia o necessário investimento para prover aos programas concertados que visassem, não só a adaptação e conservação dos edifícios às novas funções, mas também a exposição, investigação científica, conservação e difusão dos acervos. Os museus acabavam por não cumprir os projetos científicos e culturais que a República lhes imprimiu como instrumento ao serviço da renovação da sociedade e do seu progresso, acabando na maior parte das situações por se limitarem à guarda de raridades ou antiguidades patrimoniais, ou mesmo de simples velharias. Por outro lado, foram frequentes as situações de desrespeito às diretrizes previstas no seu texto, consubstanciadas na criação de museus sem o aval prévio das entidades investidas desse poder.

Mentalizado de que se impunham soluções para uma maior eficácia e coordenação dos CAA criados em 1911, o Governo resolveu promulgar o Decreto n.º 1657 de 15 de junho de 1915, rebatizando o Conselho de Arte Nacional criado pelo Decreto de 26 de maio como Conselho Superior de Belas Artes, e estabelecendo a sua organização e funcionamento no seio do Ministério da Instrução Pública. Entre as atribuições deste novo organismo com poderes consultivos e deliberativos, destacamos: o «*estudo directo da organização dos museus de arte e arqueologia do estrangeiro*», das suas instalações e estratégias de conservação das coleções; a emissão de pareceres «*sobre a fundação de museus artísticos e arqueológicos*», «*sobre a aquisição, construção ou adaptação de edifícios destinados a museus*»<sup>151</sup>; e sobretudo a inspeção

---

<sup>151</sup> Cf. Decreto n.º 1657 de 15 de junho de 1915: art. 17.º, § 7.º e art. 18.º, § 3.º e 6.º, in *DG*, I Série, n.º 113, de 15 de junho de 1915, p. 544, <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/06/11300/05430544.pdf> (Sítio de internet do *Diário da República*). O Decreto n.º 1422 de 13 de março de 1915 havia adaptado e reformulado os serviços do Conselho de Arte Nacional ao Ministério de Instrução Pública então criado. Com esse decreto, o conselho designou-se, efemeramente, Conselho Superior de Arte e Arqueologia. Cf. *DG*, I Série, n.º 56, de 20 de março de 1915, pp. 259-260, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/03/05600/02590260.pdf>.

dos museus regionais de Arte e Arqueologia existentes fora das sedes das três circunscrições, tutelados pelo Estado ou subvencionados a outras instituições<sup>152</sup>.

A ideia de inspecionar o funcionamento dos museus, discutida no seio do CAN, conduziu à eleição de José de Figueiredo para o cargo de Inspetor dos Museus Regionais em sessão de 10 de abril de 1915, cumprindo-se os pressupostos enunciados no artigo 19.º. Incumbido de sugerir boas práticas na gestão e organização dos museus, e fiscalizar a sua aplicação<sup>153</sup>, o cargo nunca foi confirmado por Despacho ministerial<sup>154</sup>.

O Conselho Superior de Belas Artes foi objeto de uma revisão jurídica, pela Lei n.º 1700 de 18 de dezembro de 1924<sup>155</sup>, que introduziu algumas alterações, nomeadamente: na constituição, integrando os Diretores dos museus pertencentes aos CAA's das três circunscrições; na Inspeção dos museus, que passou a estar a cargo dos Presidentes dos três Conselhos, houve um incremento das responsabilidades, ultrapassando a sugestão e fiscalização de práticas de funcionamento dos museus, para passar a ter o poder de autorizar e fiscalizar a impressão e a venda dos catálogos e das reproduções das peças em exposição. O resultado saldou-se em mais uma lei com uma tênue aplicação prática, que só viria a ser regulamentada pelo Decreto n.º 11445 de 13 de fevereiro de 1926<sup>156</sup>.

Os insucessos não retiram, contudo, o devido mérito ao Regime, pelo esforço empreendido em prol da conservação e divulgação do património.

---

<sup>152</sup> *Idem*, art. 17.º, § 11.º.

<sup>153</sup> As obrigações do Inspetor dos Museus Regionais «*eram visitar todos os museus regionais das três circunscrições, dando as orientações superiores emanadas do MIP, procedendo à inspeção e revisão do seu património, organização e cumprimento dos regulamentos internos*». Cf. CUSTÓDIO, “*Renascença*” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República, *Ob. Cit.*, p. 912. A eleição de José de Figueiredo foi confirmada em sessão do CAN de 19 de junho de 1915, em que foi também apresentada por D. José Pessanha a proposta de gratificação para o cargo. Cf. *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional, Doc. Cit.*, pp. 19 e 20.

<sup>154</sup> Cf. BAIÃO, Joana (2014), *Ob. Cit.*, p. 253.

<sup>155</sup> Cf. Ver, em especial, os artigos 6.º (§ 1.º e 4.º), 29.º e 30.º da Lei n.º 1700 de 18 de Dezembro de 1924, art. 6.º, n.º 1.º e 4.º, in *Diário do Governo* n.º 281, I Série, pp. 1858-1863, no sítio de internet do Diário da República, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1924/12/28100/18581863.pdf>. Também disponível em *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa Publicada no ano de 1924, 2.º Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1927, pp. 697-703.

<sup>156</sup> Cf. *Diário do Governo* n.º 34, I Série, de 13 de fevereiro de 1926, também disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1926/02/03400/01350147.pdf> (consulta efetuada em 26 de fevereiro de 2013).



## CAPÍTULO 9: A APROPRIAÇÃO DOS BENS DA MONARQUIA E A SUA MUSEALIZAÇÃO

Como complemento “profano” da Lei de Separação e de outros diplomas anticongregacionistas, apresentamos em primeiro lugar a Portaria de 13 de outubro de 1910, que nomeou uma comissão para fazer o arrolamento dos bens móveis e imóveis dos antigos palácios reais, fazendo a destriça entre os que pertenciam ao Estado e os da Casa de Bragança. A comissão, presidida pelo Professor da Escola Politécnica, António dos Santos Lucas, contava com três membros da Academia de Belas Artes (Columbano Bordalo Pinheiro, João Barreira e Luciano Martins Freire), dois vogais do Conselho de Monumentos Nacionais (Anselmo Braancamp Freire e José de Figueiredo), o Arquiteto Raul Lino e dois funcionários da Direção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais (Joaquim Freire Calado e Ludgero Quina)<sup>157</sup>. Até 1919, ano em que foi dissolvida, a comissão revelou-se fulcral e várias vezes foi confrontada com a reclamação de bens móveis nacionalizados, por parte dos membros da Família Real exilada<sup>158</sup>.

A portaria anterior preparou o caminho para a Lei de 24 de junho de 1912, que extinguiu a Superintendência dos Paços Reais e a Repartição das Equipagens, atribuindo ao Ministério das Finanças o encargo da guarda, conservação e administração dos bens móveis e imóveis dos extintos paços reais, através da Direção Geral da

---

<sup>157</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 8, de 14 de outubro de 1910, p. 55, disponível em formato digital em <http://dre.pt/pdf1sdip/1910/10/00800/00550055.pdf>. Por deliberação da Comissão Executiva do CAAI, da sua sessão de 19 de outubro de 1912, entre os vogais da comissão foram nomeados José de Figueiredo e Luciano Martins Freire para fazerem a seleção dos objetos existentes no Palácio das Necessidades, que deveriam ser entregues a título de depósito aos museus, sem prejuízo das investigações decorrentes sobre a propriedade desses bens. Cf. «Acta n.º 22» de 19/10/1912, in *Actas da CE do CAAI*, 1911-1917, *Cit.*, p. 59.

<sup>158</sup> As reclamações de bens por parte dos membros da Família Real exilada foram alvo de várias ponderações por parte de José de Figueiredo, um dos membros da comissão de inventário dos bens dos palácios reais. O Diretor do MNAA era claro ao considerar que, nem com provas dadas sobre a posse dos bens por parte dos Braganças, esses lhes deviam ser entregues, e que antes fossem depositados no museu sob a sua Direção. Dois ofícios enviados ao Secretário Geral do Ministério das Finanças, em 3 de novembro e 10 de dezembro de 1919, ilustram a posição do ilustre Diretor. No primeiro ofício, na iminência da abertura de novas salas do museu e dos pedidos para que algumas obras existentes nos Palácios da Ajuda e das Necessidades lhe fossem entregues, José de Figueiredo afirmava que ainda que a Família Real tivesse direito aos objetos reclamados, a melhor maneira de esses bens serem conservados era mediante entrega à guarda do MNAA. JF foi aliás perentório na sua posição relativamente ao assunto, defendendo que mesmo que as obras pertencessem à Família Real, jamais deviam ser-lhe restituídas, em compensação da saída de bens nacionais para os herdeiros de D. Fernando II na Alemanha, após a morte daquele. No segundo ofício, JF defende que as obras reclamadas pela Família Real são pertença do Estado e, portanto, devem ser condignamente guardadas no Museu Nacional de Arte Antiga. Entre outros, refere o quadro de Rubens (Casamento Místico de Santa Catarina) e um retrato de Pellegrini. Informa ainda que, tendo tido necessidade de consultar, no âmbito dos seus estudos de arte, os inventários das coleções reais, chegou à conclusão de que esses não existiam, acrescentando que os conhecimentos que conseguiu obter sobre algumas das peças foi à custa de muito trabalho, de anos, com pesquisas feitas em vários arquivos, que não os da Casa Real, e sobretudo estrangeiros. Cf. MNAA, Arquivo, *Copias da Correspondência Remetida, Janeiro de 1918 a Dezembro de 1919*, n.º 1.

Fazenda Pública, para a qual são transferidos os funcionários da antiga superintendência. Distribui também por vários Ministérios a pertença de palácios, quintas e tapadas e museus<sup>159</sup>. Também merece destaque o artigo 9.º, que estabelece nos palácios e dependências sem qualquer aplicação as visitas públicas, «*mediante taxas e condições a regulamentar*». Na sequência dos diplomas anteriores foi publicada a Lei do Ministério das Finanças, de 24 de julho de 1912, autorizando o Governo a separar e a entregar aos respetivos proprietários os bens particulares do Rei deposto e da sua família, salvaguardando as determinações legais de proteção de obras de arte inscritas no DFL de 19 de novembro de 1910<sup>160</sup>.

O processo de desamortização republicano, incidente sobre a Igreja e sobre a Casa Real, impôs o debate sobre o que fazer com os numerosos imóveis devolutos. No caso dos paços episcopais e outras instalações afetas ao culto católico, os responsáveis pelos museus parecem não ter tido dúvidas quanto à sua adaptação a finalidades museológicas. Já no que tocou à futura utilização dos antigos paços reais, o assunto gerou mais discórdia, com algumas personalidades a defender a adaptação daqueles imóveis a museus, outras mais oscilantes entre o seu aproveitamento para esse efeito e o seu uso para outros fins, e outras negando essa adaptação. José de Figueiredo encontra-se no grupo dos que manteve uma posição dúbia, chegando a defender a criação de museus recriando as ambiências vividas, nos palácios da Ajuda, Sintra e Queluz. Em outras situações considerou-os inadequados para servirem de museus artísticos, devido aos gastos de adaptação que implicavam e que por sua vez não mereciam o esforço, dada a inexistência de objetos de arte decorativa e de mobiliário suficientemente valiosos que o justificassem, e porque a sua localização geográfica também não era convidativa à generalidade do público. Em última linha considerava que os objetos de maior valor tinham que estar patentes no MNAA e que palácios como o da Ajuda ou das Necessidades serviriam muito bem para reservas de museus existentes ou a criar ou de equipamentos nacionais. Joaquim Maria Teixeira de Carvalho, Superintendente dos Paços Reais, defendia a necessidade de analisar caso a caso, mas para a instalação de estabelecimentos museológicos era apologista da construção de edifícios de raiz e no máximo admitia que um ou outro palácio servisse

---

<sup>159</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 150, de 28 de junho de 1912, disponível no sítio de internet do *Diário da República*, em <http://dre.pt/pdf1sdip/1912/06/15000/23012301.pdf>.

<sup>160</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 175, de 27 de julho de 1912, p. 2663, disponível no sítio de internet do *Diário da República*, em <http://dre.pt/pdf1sdip/1912/07/17500/26632663.pdf>.

de «*museu especial*», educando sobre modos de vida passados e doutrinando em prol da República, dando a conhecer os costumes dispendiosos e ociosos da Família Real<sup>161</sup>.

Postas as considerações anteriores e embora o Museu do Palácio Convento de Mafra tenha sido o único formalmente constituído como museu em 1911, ao tomar para si a responsabilidade dos antigos paços reais, a República também abriu ao público os Palácios Nacionais<sup>162</sup> da Vila (1911) e da Pena (1912), ambos em Sintra, o de Queluz e da Ajuda (1911). O primeiro, com Conservador desde 1923, terá sido disponibilizado para visitas logo em 1911, e segundo Maria Mota Almeida, somente alguns dias da semana, com os domingos a serem demasiado concorridos e provocando estragos graças à existência de poucos guardas. Teve entradas pagas a partir de 1913, sendo aberto ao público como museu de artes decorativas em 1940, depois das intervenções arquitetónicas e decorativas de Raul Lino<sup>163</sup>. Em sessão do Conselho de Arte e Arqueologia de 21 de abril de 1914, depois de uma visita feita àquele paço, José de Figueiredo não só denunciou a discrepância entre o recheio das salas e a época de construção, como chegou ao ponto de sugerir que se solicitasse ao Ministério das Finanças a entrega do imóvel à tutela do Conselho, como anexo do Museu Nacional de Arte Antiga, o que nunca se concretizou<sup>164</sup>. O segundo, depois de nacionalizado, esteve encerrado até 1912, altura em que abriu ao público<sup>165</sup>. Foi também durante a República que, sob proposta de Miguel Ventura Terra, se lançaram as bases para a reabilitação do palácio de Queluz e a sua constituição como uma secção museológica de mobiliário e artes decorativas anexa ao Museu Nacional de Arte Antiga<sup>166</sup>. Também se abriu à curiosidade pública, apesar de carecer de obras de conservação, tendo sido mobilado com recheio de outros palácios e edifícios nacionalizados. O Palácio da Ajuda,

---

<sup>161</sup> Cf. BAIÃO, Joana Margarida Gregório, *Ob. Cit.*, pp. 397-405.

<sup>162</sup> Em 16 de junho de 1910 ambos os palácios foram declarados monumentos nacionais, daí a designação adotada.

<sup>163</sup> Cf. ALMEIDA, Maria Mota, *A Realidade Museológica no Concelho de Sintra: contributo para o seu estudo*, Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Mário Canova de Magalhães Moutinho, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes, Lisboa, 2006, pp. 43-46. A autora usa como fontes o *Almoxarifado do Real Paço de Cintra - Registo d'officio desde 5 de Fevereiro de 1900 a 13 a Setembro de 1927* (por gentil cedência do Palácio na pessoa do Dr. José Carlos Silva) e FRANÇA, José-Augusto, "O Património Cultural – sentido e evolução" in *Direito do Património Cultural*, INA, 1996, p. 35.

<sup>164</sup> Em sessão da CE do CAA1 de 16 de agosto de 1916, José de Figueiredo voltou a insistir na necessidade de entregar os antigos palácios reais e o seu recheio artístico à superintendência técnica do Conselho, para colmatar a falta de especialização dos funcionários da Direção Geral da Fazenda e assegurar a conservação e conveniente apresentação dos objetos. Cf. «Acta n.º 64», in *Actas da CE do CAA1, 1911-1917, Cit.*, p. 166.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>166</sup> Cf. «Sessão de 28 de Agosto de 1914», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional, Doc. Cit.*, pp. 51 e 52.

encerrando praticamente todo o valioso recheio acumulado durante o século XIX, era visitável mediante autorização do Diretor Geral da Fazenda Pública. Os exemplos aflorados, não constituindo objeto do nosso trabalho, confirmam a incapacidade do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.<sup>a</sup> Circunscrição conseguir levar para a sua alçada a guarda dos palácios, que se mantiveram sob a administração do Ministério das Finanças, contrariando a tendência centralizadora do Ministério da Instrução Pública no contexto da gestão do património histórico e artístico.

## CAPÍTULO 10: O MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E OUTRAS TUTELAS

A Lei n.º 12 de 7 de julho de 1913 afirmou-se como uma medida legislativa de relevo para enquadrar jurídica e institucionalmente muitos dos museus portugueses. O diploma instituiu o Ministério da Instrução Pública, que passou a tutelar em substituição do Ministério do Interior, e ao mais alto nível, «*todos os serviços de instrução, no continente e ilhas adjacentes, à excepção das escolas profissionais que à data da presente lei estão subordinadas aos Ministérios da Guerra e da Marinha*»<sup>167</sup>. Ficaram adstritos ao novo ministério muitos dos museus portugueses, por intermédio das suas repartições: Instrução Primária e Normal; Instrução Secundária; Instrução Universitária; Instrução Industrial e Comercial; Instrução Agrícola; Instrução Artística (ver fluxograma 2).

Para percebermos a descentralização museológica e a criação de museus autonomizada dos poderes centrais ou seus delegados (CAA), que se verificou em alguns casos (como o Museu de Lorvão e de Portalegre), temos que atentar a mais duas leis, que suportaram e legitimaram essa atitude: a Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913<sup>168</sup> e a Lei n.º 506 de 11 de abril de 1916<sup>169</sup>.

A primeira das leis respeita ao funcionamento dos corpos administrativos, suas atribuições e competências, permitindo às Juntas Gerais de Distrito, Câmaras Municipais e Juntas de Paróquia, respetivamente, criar e/ou subsidiar estabelecimentos distritais, municipais e paroquiais de educação, beneficência e instrução (incluindo, portanto, os museus)<sup>170</sup>, e dotá-los dos recursos humanos, materiais e financeiros. Podiam igualmente deliberar sobre a aceitação de heranças, legados ou doações, e administrar todos esses bens, alienando os que pudessem dispensar. A segunda lei limitou-se a estender às juntas de paróquia a possibilidade de apoiar financeiramente

---

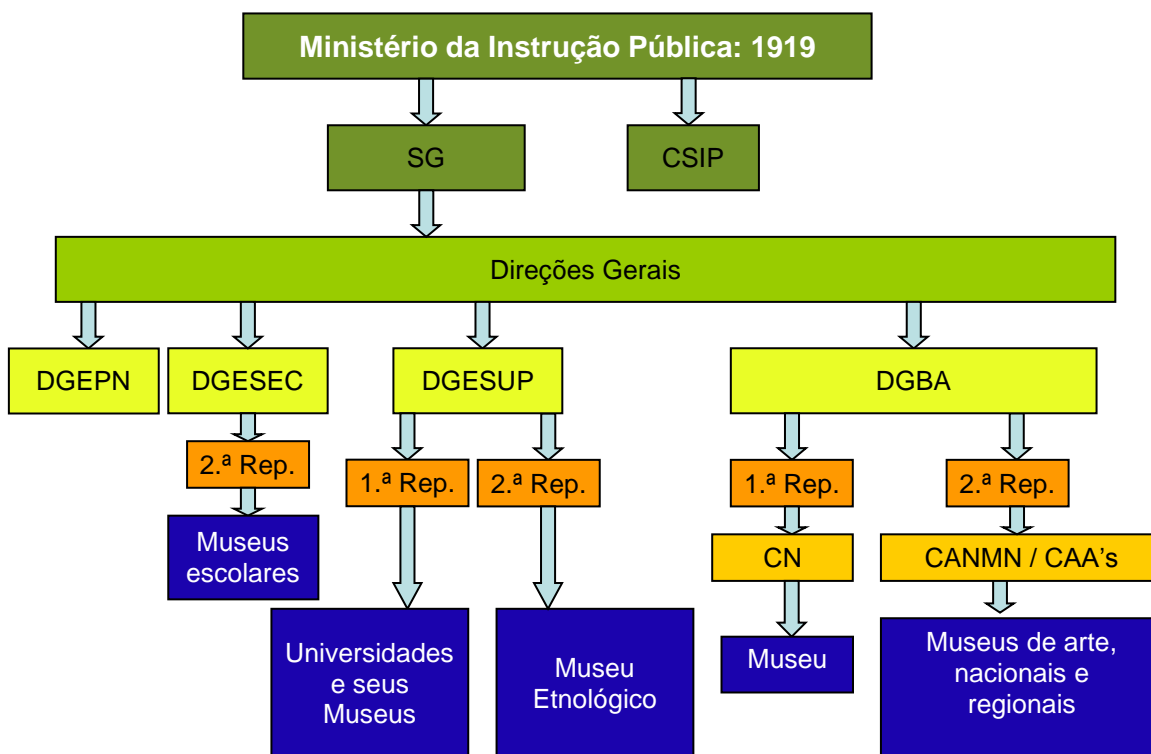
<sup>167</sup> Cf. «Lei n.º 12 de 7 de julho de 1913» publicado no *Diário do Governo* n.º 156, in *COLP Ano de 1913 - volume I (2 de Janeiro a 30 de Junho)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1914, p. 64 (*DG*, I S., n.º 156, de 7 de julho de 1913, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/07/15600/25092509.pdf>). Os serviços do Ministério da Instrução Pública foram regulamentados pelo Decreto n.º 5617 de 10 de maio de 1919, publicado em *DG*, I Série, n.º 98, pp. 961-966, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1919/05/09805/09610966.pdf>), depois de o próprio Ministério ter sido alvo de reorganização pelo DFL n.º 5267 de 19 de março de 1919.

<sup>168</sup> Cf. Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913, in *DG* n.º 183 de 7 de agosto de 1913, in *Diário da República Electrónico*: <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/08/18300/29132919.pdf> (consulta realizada no dia 3 de agosto de 2012).

<sup>169</sup> Cf. Lei n.º 506 de 11 de abril de 1916, in *DG*, I Série, n.º 70 de 11 de abril de 1916, in *Diário da República Electrónico*: <http://dre.pt/pdf1sdip/1916/04/07000/03150315.pdf> (consulta realizada no dia 3 de agosto de 2012).

<sup>170</sup> Cf. Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913, *Cit.*, artigos 45.º (n.º 6), 94.º (n.º 4) e 146.º (n.º 1), pp. 2914, 2916 e 2918.

estabelecimentos de instrução e educação que não estivessem sob sua administração, mas fossem de manifesta utilidade<sup>171</sup>. Trata-se de duas leis descentralizadoras que acabam por sustentar o que António Augusto Gonçalves denuncia na *Monitoria* em 1921, sobre o esvaziamento dos poderes dos Conselhos de Arte e Arqueologia e, paralelamente, motivam as críticas daquele Diretor face à proliferação de museus sem qualquer plano.



Fluxograma 2: O Ministério de Instrução Pública após a reorganização promulgada pelo Decreto n.º 5267 de 19 de março de 1919.

Legenda: SG (Secretaria Geral); CSIP (Conselho Superior de Instrução Pública); DGEPN (Direção Geral do Ensino Primário e Normal); DGESEC (Direção Geral do Ensino Secundário); DGESUP (Direção Geral do Ensino Superior); DGBA (Direção Geral de Belas Artes); 1.ª e 2.ª Rep. (Repartições); CN (Conservatório Nacional); CANMN (Conselho de Arte Nacional e dos Monumentos Nacionais); CAA (Conselhos de Arte e Arqueologia).

<sup>171</sup> *Ibidem*, artigo 94.º, n.º 5.

## CAPÍTULO 11: OS MUSEUS AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO

A Educação foi para a República um dos grandes cavalos de batalha, ainda no tempo da propaganda pré-regime. Embora se tivesse verificado um grande estímulo ao Ensino Secundário durante a Monarquia Constitucional, com a criação dos Liceus por todo o país a partir de 1836, prevendo-se nas suas instalações a existência de museus escolares como complemento ao ensino das Ciências Físico-Químicas e Naturais, a instabilidade política e financeira vivida em permanência não permitiu a construção de edifícios de raiz e, conseqüentemente, a existência de espaço disponível para a instalação de museus escolares<sup>172</sup>. Esta situação levou Joel Serrão a afirmar que a República acabou por «*administrar a herança monárquica mantendo, além do mais, o estatuto pedagógico estabelecido em 1895*»<sup>173</sup>, com João Franco. Na transição da Monarquia para a República encontravam-se em construção os novos edifícios dos liceus Camões, Passos Manuel e Pedro Nunes, de Lisboa, constituindo os únicos casos de sucesso no tocante à Museologia escolar como suporte às Ciências Físico-Químicas, Naturais e Geográficas, enquanto o resto do país, mesmo em cidades como Coimbra e Porto, apresentava panoramas muito pouco animadores.

A República introduziu alguns dos valores defendidos pela Educação Nova, resultando não em planos abrangentes de atuação, mas em experiências isoladas, sobretudo no meio urbano, ou em propostas sem concretização, mas que comprovam a importância crescente atribuída aos museus no processo de ensino-aprendizagem. A Educação Nova, surgida nas últimas décadas do século XIX como crítica à escola

---

<sup>172</sup> O Decreto de Passos Manuel, de 17 de novembro de 1836, criando os liceus e determinando que neles se instalassem um jardim experimental para a Botânica, um laboratório químico e um gabinete com secções de Física, Mecânica, Zoologia e Mineralogia, teve como principal entrave as dificuldades financeiras que inviabilizaram a construção de novos edifícios adaptados às instituições criadas e às suas valências. Considerados supérfluos pelas entidades governamentais, os museus acabaram por não ser concretizados na maioria dos casos, pelo que o Decreto de Costa Cabral de 20 de setembro de 1844 retira dos liceus as dependências museológicas. O regulamento do ensino liceal de Fontes Pereira de Melo, de 10 de abril de 1860, marcou o regresso do ensino científico aos liceus de Lisboa, Coimbra, Porto, Évora e Braga, determinando a instalação de uma biblioteca, um gabinete de Física, um laboratório químico e um museu de História Natural. No entanto, estes avanços e recuos legislativos, aliados a deficientes instalações em antigos conventos e seminários impossibilitaram a concretização eficiente das instalações museais escolares. O inquérito-circular do Visconde de Benalcanfor (Ricardo Augusto Pereira Guimarães), Inspetor do Ensino Secundário, enviado em 11 de dezembro de 1880 aos reitores dos liceus resultou num retrato desolador dos museus liceais, mesmo no Liceu Central de Lisboa, que apesar de tudo apresentava o melhor panorama. Tiradas as devidas conclusões, o inspetor defendia que era necessário criar um sistema uniforme de construção dos edifícios dos liceus, conforme se tratassem de liceus centrais ou nacionais, e dotados de instalações adequadas às necessidades e ao decoro do Ensino Secundário. Cf. MENESES, Maria de Fátima de Faria Pinto de, *Museus e Ensino* [Texto Policopiado]: *uma análise histórica sobre os museus pedagógicos e escolares em Portugal (1836-1933)*, Ob. Cit., p. 62.

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 75. Citando Joel Serrão.

tradicional e livresca, teve os seus anos dourados na década de 20 de 1900, com propostas de famigerados psicólogos ou pedagogos, como os franceses Alfred Binet e Roger Cousinet, os belgas Raymond Buyse e Ovide Decroly, os suíços Édouard Claparède e Adolphe Ferrière, o norte-americano John Dewey, a italiana Maria Montessori, o alemão Georg Kerschensteiner e o espanhol Lorenzo Luzuriaga. Defendiam, entre outros aspetos, o desenvolvimento de métodos ativos na Educação, ou seja, o papel dos próprios alunos na construção dos seus conhecimentos. Privilegiava-se o trabalho individual de cada aluno, assente na observação, na experiência, nas atividades manuais e na investigação, ao passo que o professor deveria ser o orientador, o consultor, o apoio na construção da síntese final, depois da apresentação individual do trabalho de cada aluno pelo respetivo autor e da sua comparação com os dos colegas.

Em Portugal também houve adeptos da educação progressiva. Tivemos já oportunidade de referir o papel pioneiro de Francisco Adolfo Coelho na fundação e direção do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa, em declínio a partir da legislação de 1892. A República ainda procurou recuperar o museu, designando Casimiro Freire para proceder ao seu inventário e organização, por Decreto de 5 de junho de 1915. Do trabalho resultou um relatório, entregue a 8 de março de 1916 ao Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública, em que sugeria que um inventário definitivo fosse feito depois de se transferir o remanescente do museu para as novas instalações da Escola Normal Primária de Lisboa em Alcântara, por Decreto de 23 de dezembro de 1916. A transferência efetivou-se em 1917, restando o Diretor Adolfo Coelho no corpo de pessoal do museu e posteriormente à sua morte em 1919 foi integrado na Biblioteca e Museu do Ensino Primário, dirigida por Adolfo Lima entre 1920 e 1942<sup>174</sup>.

Francisco Adolfo Coelho pode ser considerado o introdutor das ideias da Educação Nova no nosso país, em defesa da renovação do ensino pelo método ativo e pela supressão do ensino religioso e de memória ministrado nos liceus<sup>175</sup>. Na sequência daquele pedagogo, vieram outros com as suas propostas pedagógicas. Eis alguns exemplos:

---

<sup>174</sup> Cf. FELGUEIRAS, Margarida Louro, «Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica», in *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-São Paulo, jan./abr. 2011, vol. 11, n.º 1 (25), pp. 67-92.

<sup>175</sup> Adolfo Coelho apresentou as suas teses pedagógicas no âmbito das Conferências Democráticas do Casino realizadas em 1871. A sua conferência intitulada «A questão do Ensino» revelou-se um marco para o desenvolvimento da Pedagogia nacional, na medida em que afirma a capacidade do homem na formulação do seu próprio destino, num contexto de recriação do espírito e de desenvolvimento intelectual.



- Adolfo Lima (Lisboa, 1874-1943), bacharel em direito, pedagogo e professor, baseou a sua tese nas ideias de escola única, educação integral e autonomia dos educandos, tentando aplicá-las na Escola-Oficina n.º 1 de Lisboa, onde foi professor. Defendeu a existência de museus escolares de Ciências Naturais construídos pelos próprios alunos, como veículo do desenvolvimento integral das crianças, estimulando-lhes o prazer do sucesso e do colecionismo.

- Álvaro Viana de Lemos (Lousã, 1881-1972), pedagogo e professor, foi um dos grandes defensores da atualização permanente dos docentes e difusores da importância dos trabalhos manuais educativos. Como estudante do Colégio de Campolide, aprendeu a valorizar os museus escolares. Entendia-os «*como de organização complexa e variada que depende de muitas circunstâncias: da região, dos alunos, dos gostos e cultura do professor, do mobiliário em prateleiras, caixas, gavetas e armários que a escola possuía, etc.*»<sup>176</sup>. Por essa variabilidade, no seu entender, «*um museu escolar não pode regulamentar-se. Dele fazem parte amostras de produtos, estampas, recordações de excursões e de visitas de estudo, etc., tudo enfim que possa auxiliar o ensino intuitivo e prático*»<sup>177</sup>. A par dos museus escolares, defendia a existência de museus pedagógicos junto das Escolas Normais, nos grandes centros, com coleções naturais, de miniaturas, estampas, fotografias, clichés para projeção cinematográfica, arquivo de trabalhos de alunos e professores. Em complemento destes, relevava a importância dos museus municipais ou regionais como alvo prioritário de visitas de estudo, preferencialmente os que apresentassem «*de tudo uma hábil secção e com uma feição essencialmente prática, popular, regional e tradicional*»<sup>178</sup>.

- Augusto de Vasconcelos (1867-1951), médico, professor, político e diplomata, foi autor de uma obra de referência sobre o assunto, intitulada *Museus Escolares (sua necessidade, organização e funcionamento)* - 1918. Defendia os museus escolares como suporte do ensino intuitivo e experimental das Ciências Naturais e a sua implementação regional, adaptada às características do meio.

A crescente importância dos museus na Educação, que era tida, juntamente com a salvaguarda do património, como uma das suas principais razões de ser, culminou com a publicação de variada legislação, seguindo uma tendência do período monárquico

---

<sup>176</sup> Cf. MENESES, Maria de Fátima de Faria Pinto de, *Museus e Ensino* (2003), *Ob. Cit.*, p. 106 [citando Álvaro Viana de Lemos].

<sup>177</sup> *Ibidem*.

<sup>178</sup> *Ibidem*, p. 123 [citando Álvaro Viana de Lemos]. Álvaro Viana de Lemos e António Sérgio dirigiram a secção portuguesa da Liga Internacional para a Educação Nova, criada em 1921.

constitucional. Alguns dos principais museus nacionais passaram a estar vinculados ao Ensino, como complemento do ensino formal ministrado nos estabelecimentos universitários, secundários e primários, ou como espaço privilegiado para aulas práticas de algumas cadeiras curriculares. Entre os diplomas promulgados destacamos o Decreto de 16 de agosto de 1913, anexando pedagogicamente o Museu Etnológico Português à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, oferecendo aos alunos vários elementos de estudo para várias disciplinas<sup>179</sup>. Em 8 de setembro seguinte foi a vez do Decreto n.º 124, anexando o Museu Machado de Castro à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Com o Decreto n.º 1127 de 28 de novembro de 1914 as cadeiras de Estética e de História da Arte das Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra<sup>180</sup> foram anexadas respetivamente ao Museu Nacional de Arte Antiga e ao Museu Machado de Castro, colmatando a falta de professores no grupo de Filosofia e potenciando a existência de objetos ilustrativos dos conteúdos curriculares.

Para instaurar e regulamentar os trabalhos individuais educativos nos liceus com materiais didáticos suficientes, foram promulgados o Decreto n.º 896 e a Portaria n.º 239, ambos de 26 de setembro de 1914. Tais trabalhos, aplicados às disciplinas de Física, Química, Biologia, Geologia e Geografia, do Ensino Secundário, forneciam ao aluno competências de investigação, nomeadamente ao nível da observação e da experiência<sup>181</sup>. Os museus passam a ser reconhecidos como locais ou meios para a execução dos trabalhos, tal como os laboratórios e as saídas de campo, desenvolvendo no aluno «a sua educação científica, procurando criar nele hábitos de investigação e crítica»<sup>182</sup>, incentivando a sua autonomia e apostando numa vertente prática complementar à dimensão quase exclusivamente teórica do ensino<sup>183</sup>.

Outros exemplos ilustrativos da dimensão educativa dos museus são:

---

<sup>179</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 196, de 22 de agosto de 1913, p. 3139, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/08/19600/31393139.pdf>.

<sup>180</sup> Cf. *Diário do Governo* I Série, n.º 225, de 2 de dezembro de 1914.

<sup>181</sup> Cf. Decreto n.º 896 de 26 de setembro de 1914, p. 889.

<http://dre.pt/pdf1sdip/1914/09/17500/08890890.pdf>

<sup>182</sup> Cf. Portaria n.º 239 de 26 de setembro de 1914, *Ibidem*, p. 890.

<sup>183</sup> Existem várias referências a visitas de estudo realizadas no âmbito do ensino: o n.º 248 da *Ilustração Portuguesa*, de 21 de novembro de 1921, surge um artigo intitulado «A excursão das escolas ao Jardim Zoológico», alusivo às visitas dos alunos das escolas paroquiais de instrução primária àquele estabelecimento e outros de dimensão educativa e fabril, como forma de intensificar competências práticas preparatórias para os cursos liceais e superiores. Essas visitas eram normalmente orientadas pelos professores oficiais de instrução primária e realizavam-se às quintas-feiras, dia de descanso escolar; Também na *Ilustração Portuguesa*, n.º 269 de 17 de abril de 1911, é noticiada uma visita de estudo do Regimento de Infantaria n.º 1 ao Museu Nacional de Arte Antiga, na sequência de uma propaganda iniciada pelos oficiais junto dos subordinados, introduzindo na sua instrução prática as visitas a vários estabelecimentos científicos, educativos e culturais. Cf. «Figuras e Factos», in *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 17 de abril de 1911, n.º 269, p. 486.

- o Decreto n.º 1868 de 4 de setembro de 1915<sup>184</sup>, regulamentando o funcionamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, destinado à educação das filhas dos militares, criado por DFL de 25 de maio de 1911, com o intuito de valorizar o papel da mulher na sociedade, num meio termo entre o abandono a que foi votada a educação feminina no regime monárquico e os movimentos feministas radicais. Ministrando um ensino eminentemente prático, porque o objetivo principal era preparar as mulheres para a vida ativa, o Instituto funcionou com um regulamento provisório concedido por Despacho ministerial de 13 de agosto de 1913, urgindo aplicar um regulamento definitivo. O novo texto jurídico, resultante do acordo dos Ministérios da Guerra, Marinha, Finanças, Colónias e Instrução Pública, apresenta entre as suas determinações, a constituição de gabinetes de Física, Fotografia, Química e História Natural e de um museu escolar, como guardiões de todos os materiais considerados necessários ao ensino, com intervenção direta das alunas na sua organização e manutenção (artigos 279 a 288). Um testemunho datado de 1944, da professora Ofélia Serra Martins indica-nos que o museu de História Natural ainda não se encontrava suficientemente apetrechado, o museu comercial apresentava uma amostra de produtos e o gabinete de física detinha alguns instrumentos do antigo Colégio de Campolide<sup>185</sup>.

- o Decreto n.º 3091 de 17 de abril de 1917<sup>186</sup>, coligindo todas as disposições legais sobre o Ensino Secundário, e introduzindo algumas reformas, determina logo no seu artigo 2.º que todos os liceus devam ser instalados em edifícios adaptados ao ensino neles ministrado, e por isso dotados de espaços exteriores para a prática de exercícios físicos, e de mobiliário e material didático adequados. Por sua vez, o capítulo XII prevê a existência de instalações para as disciplinas de Geografia, Física, Química, Ciências Biológicas, Mineralogia e Geologia, dotadas do material necessário para a elaboração dos trabalhos práticos individuais, instituídos como obrigatórios. No capítulo XIII, sobre as excursões escolares e visitas de estudo, tidas como essenciais para o ensino objetivo das Ciências Físico-Químicas e Naturais, e para a formação cívica dos alunos, nomeadamente no respeito pelos monumentos, pelo trabalho e pela educação,

---

<sup>184</sup> Cf. Decreto n.º 1868, in *DG*, I Série, n.º 177, de 4 de setembro de 1915, pp. 898-926 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/09/17700/08980926.pdf> - Sítio de internet do *DR*). O Decreto n.º 8526 de 25 de setembro de 1922, mandando pôr em execução o regulamento introduz-lhe algumas alterações, mas o essencial no que toca aos museus mantém-se: Cf. *DG*, I Série, n.º 252, de 6 de dezembro de 1922, pp. 1427-1456 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1922/12/25200/14271456.pdf>).

<sup>185</sup> Cf. MENESES, Maria de Fátima de Faria Pinto de, *Museus e Ensino* [Texto Policopiado]: *uma análise histórica sobre os museus pedagógicos e escolares em Portugal (1836-1933)*, *Ob. Cit.*, p. 170.

<sup>186</sup> Cf. *DG*, I Série, N.º 60, de 17 de abril de 1917, pp. 259-294 (Sítio de internet do *Diário da República* - <http://dre.pt/pdf1sdip/1917/04/06000/02590294.pdf>).

recomendava-se a visita de estudo ao campo, monumentos, museus, fábricas, jardins botânicos e instituições de educação e de beneficência (artigos 146.º e 147.º, p. 271).

- o Decreto n.º 4650 de 14 de julho de 1918, introduzindo algumas reformas no Ensino Secundário e atualizando os vencimentos do pessoal, insiste na importância da existência de laboratórios e gabinetes escolares para os trabalhos práticos individuais de Física, Química, Mineralogia, Geologia, Ciências Biológicas e Geografia, recomendando mesmo que o Ensino Complementar não deveria ser ministrado nos que não possuíssem aquele tipo de instalações (art. 5.º, § 1.º, p. 1315). Por outro lado, no art. 32.º (p. 1317), defende-se a importância do método ativo e dos processos intuitivos de aprendizagem, baseados na observação, análise, comparação e classificação, especialmente nos dois primeiros anos do Ensino Secundário. Neste contexto, mais uma vez se releva a importância dos museus escolares<sup>187</sup>.

- o Decreto n.º 5002 de 27 de novembro de 1918<sup>188</sup>, regulamentando os programas das disciplinas da instrução secundária, é mais uma prova da importância concedida aos museus como complemento do ensino. Assim, as instruções relativas ao programa da disciplina de Narrativas Históricas, das 1.ª e 2.ª classes do Ensino Secundário, alvitraram a realização de visitas de estudo a museus, monumentos históricos, edifícios associados a tradições, arquivos e bibliotecas, para evitar a monotonia e a tendência para decorar sem compreender; no tocante às 1.ª e 2.ª classes das disciplinas de Ciências Naturais (Botânica e Zoologia), sugeria-se um ensino elementar apoiado na dedução e intuição das características dos principais animais e plantas, apelando à observação de preparações zoológicas e botânicas existentes em museus ou gabinetes de História Natural; o mesmo acontecia para as 1.ª e 2.ª classes das disciplinas de Física e de Química, convidando-se o professor e os alunos a executarem algumas experiências ou a observar alguns fenómenos básicos tendo como ponto de partida modelos existentes; a valorização da observação direta dos fenómenos e da experiência continua a ser apanágio das 3.ª, 4.ª e 5.ª classes, quer das disciplinas de Zoologia e de Botânica, quer

---

<sup>187</sup> Cf. Decreto n.º 4650 de 14 de julho de 1918, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 157, de 14 de julho de 1918, pp. 1314-1323 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/07/15702/13141323.pdf>). O decreto n.º 4799 de 8 de setembro de 1918 aprovou o regulamento da instrução secundária e consigna nas suas disposições os elementos respeitantes às instalações de materiais didáticos para os trabalhos práticos individuais e às excursões e visitas de estudo: Capítulo VIII, art. 130º a 142.º, pp. 1653-1654; Capítulo XII, art. 176.º a 185.º, pp. 1657-1658, Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 198, de 12 de setembro de 1918, pp. 1643-1679 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/09/19800/16431679.pdf> - Sítio de internet do *Diário da República*).

<sup>188</sup> Cf. Decreto n.º 5002 de 27 de novembro de 1918, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 257, de 28 de novembro de 1918, pp. 2015-2034 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/11/25700/20152034.pdf> - Sítio de internet do *Diário da República*).

de Física e de Química; no tocante ao Ensino Secundário Complementar de Letras (3.<sup>a</sup> secção, 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> classes), a disciplina de História de Portugal convida à visita a museus<sup>189</sup>; o mesmo se passa com as cadeiras de Ciências Físico-Naturais dos cursos complementares de Letras e de Ciências, 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> classes, onde os conhecimentos ministrados deveriam ter sempre como suporte as «*visitas a laboratórios, fábricas, jardins botânicos e agrícolas, jardins zoológicos, museus de zoologia, laboratórios de bacteriologia, museus de mineralogia e geologia e excursões escolares a minas e regiões geologicamente características*»<sup>190</sup>.

- o Decreto n.º 5240 de 13 de março de 1919, da iniciativa do Ministro da Instrução, Domingos Pereira, organizou junto da Escola de Belas Artes de Lisboa um museu escolar de Escultura Comparada. Entregue a João Barreira, professor de História Antiga e Medieval, o museu visava conglomerar num espaço único um conjunto de reproduções nacionais e estrangeiras de esculturas que ilustrassem a evolução artística, para usufruto do «*estudante, o amador e o simples curioso*»<sup>191</sup>. O projeto nunca foi concretizado.

A proficuidade legislativa foi bem além da sua aplicação prática, levando o Ministro da Instrução, João José da Conceição Camoesas, a apresentar à Câmara dos Deputados em 1923, uma *Proposta de lei sobre a reorganização da educação nacional*, considerada a primeira tentativa de implantar uma lei de bases do sistema educativo português. Embora não tenha sido aprovada, na sequência da queda do Governo de António Maria da Silva (9 de janeiro a 22 de junho de 1923) em que Camoesas se integrava, no dia a seguir à sua apresentação, o preâmbulo destaca as deficientes instalações dos liceus e a inexistência dos museus escolares previstos, excetuando-se os casos dos renovados liceus Camões, Passos Manuel e Pedro Nunes, e sugere a criação de um Museu Pedagógico Nacional e a remuneração compensatória aos professores que desempenhassem funções diretivas nos museus pedagógicos e escolares<sup>192</sup>.

---

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 2029.

<sup>190</sup> *Ibidem*.

<sup>191</sup> Cf. CORREIA, Vergílio, *Arte e Arqueologia*, Lisboa, 1920, p. 95. *Diário do Govêrno*, I Série, n.º 51, p. 410, <https://dre.pt/pdf1sdip/1919/03/05100/04100410.pdf>

<sup>192</sup> Cf. MENESES, Maria de Fátima de Faria Pinto de (2003), *Ob. Cit.*, p. 80.



## CAPÍTULO 12: EM PROL DA ECONOMIA

Outra dimensão que importa apreciar para enquadrar os museus a partir da 1.<sup>a</sup> República é a do Turismo, na medida em que aqueles foram assumidos como objetos turísticos. Embora tivessem exercido uma influência indireta sobre as realidades museológicas e não condicionassem a sua existência, ainda que permitam justificá-la, merecem destaque os seguintes instrumentos legais: o DFL de 16 de maio de 1911; o Decreto n.º 7037 de 17 de outubro de 1920; a Lei n.º 1152 de 23 de abril de 1921.

O DFL de 16 de maio de 1911<sup>193</sup> criou uma Repartição de Turismo no seio do Ministério do Fomento, orientada superiormente por um Conselho de Turismo de sete membros nomeados por três anos, permitindo a agregação de 24 membros entre artistas, engenheiros, escritores, arquitetos, etc. À repartição competia definir os potenciais alvos de interesse turístico, ajudando à propaganda nacional, no país e no estrangeiro. A promulgação do diploma está intimamente relacionada com a realização, em Lisboa, do IV Congresso Internacional de Turismo, entre 12 e 20 de maio de 1911, organizado pela Sociedade Propaganda de Portugal (organismo fundado em 28 de fevereiro de 1906)<sup>194</sup>. A preservação do património e a criação de museus são, mais do que nunca, entendidas

---

<sup>193</sup> Cf. DFL de 16 de maio de 1911 publicado no *Diário do Governo* n.º 115, I Série, de 18 de maio, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/05/11500/20152015.pdf> - consulta efetuada no dia 22 de outubro de 2012.

<sup>194</sup> À medida que o século XIX se aproximava do seu último quartel, verificou-se na Europa e no mundo ocidental uma tendência para o desenvolvimento do Excursionismo e do Turismo. Com a finalidade de apoiar os adeptos daquelas práticas e promovê-las, e na sequência do surgimento de associações congêneres em outros países europeus, surgiu a Sociedade Propaganda de Portugal (SPP), por iniciativa de Leonildo de Mendonça e Costa, fundador e Diretor da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Declaradamente independente das forças políticas, nas hostes da SPP enveredaram monárquicos e republicanos, apostados a elevar Portugal a um lugar de destaque no domínio do Turismo, mediante a publicação de guias de viagem, a promoção de bons hotéis, da rede viária e de meios de transporte com condições acessíveis para os amantes da prática do turismo e excursionismo. Cf. MATOS, Ana Cardoso de, BERNARDO, Maria Ana e SANTOS, Ana Luísa, «A Sociedade Propaganda de Portugal e o Congresso de Turismo de 1911», in *Actas do Congresso Internacional I República e Republicanismo*, Assembleia da República, Lisboa, 2010, pp. 393-403.

(<http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4456/1/ACM%20MAB%20Provas%20para%20rever.%202012.12.07.pdf> - consulta efetuada em 22 de outubro de 2012).

A SPP tinha como objetivos «organizar e divulgar o inventário de todos os monumentos, riquezas artísticas, curiosidades e lugares pitorescos do país; publicar itinerários, guias e cartas roteiras de Portugal; organizar ou auxiliar excursões; promover a concorrência de estrangeiros, e uma maior circulação de nacionais dentro do território; dar as informações que lhe sejam solicitadas; fornecer a hotéis, casinos, estabelecimentos hidroterápicos, empresas de transporte, etc, plantas de instalações, tabelas de preços e lista de objectos de uso corrente nos grandes centros de excursionismo; promover reformas e melhoramentos na instalação e regime de hotéis, transportes e serviços locais; e de uma maneira geral estudar todas as questões de interesse geral conexas com o fim da sociedade». Cf. [transcrição parcial do relatório da SPP, de 19 de dezembro de 1906] *Apud*. MATOS, Ana Cardoso de e SANTOS, Maria Luísa F. N. dos, «Os Guias de Turismo da cidade de Évora no contexto do turismo contemporâneo (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)», in *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 2001, II Série, n.º 5, p. 385.

como uma forte possibilidade de desenvolvimento económico e financeiro do país, tão depauperado de capital, carente de atrativos que motivassem a procura dos turistas estrangeiros e nacionais. Como parte integrante do Congresso, deu-se a inauguração do Museu do Palácio Convento de Mafra<sup>195</sup>, no dia 15 de Maio, para o que concorreu o Ministro das Finanças José Relvas, determinando que nenhum objeto saísse dos antigos paços reais. Se o grande promotor do museu foi o Ministro, o seu organizador foi José Queirós, que entre outras funções desempenhava o cargo de Conservador do Museu Nacional de Arte Antiga. Organizado em quarenta dias, com trabalhos prévios de reparação de algumas peças a exhibir, resultou na musealização das próprias dependências palacianas aproveitando, para as enriquecer, os objetos aí deixados pelos anteriores habitantes laicos e religiosos. Instalado em onze salas do andar nobre, distribuídas entre os dois torreões da fachada principal, correspondentes a grande parte da área anteriormente reservada aos Paços Reais, nele podiam observar-se peças de mobiliário e exemplares de outras artes decorativas, como cerâmicas e faianças, mas também pinturas, esculturas, paramentos, tapeçarias, etc. A juntar-se a estas salas do museu, estavam também disponíveis ao público algumas salas correspondentes aos quartos de dormir dos reais inquilinos. Do trabalho resultou uma pequena brochura, enumerando de forma muito sintética as salas e os respetivos conteúdos<sup>196</sup>.

O Decreto n.º 7037 de 17 de outubro de 1920 aprovou a criação e organização da Administração Geral das Estradas e Turismo (AGET), encarregada sobretudo de promover a construção e manutenção de uma rede viária suscetível de promover o desenvolvimento económico e o turismo nacionais. Dentro da estrutura funcional da AGET tem particular relevância a Repartição de Turismo pois, para além de colaborar com a Repartição de Estradas, de supervisionar e classificar as estâncias turísticas portuguesas, tinha o encargo de «fazer a propaganda de Portugal como país de turismo»<sup>197</sup>, e neste domínio incluem-se, inevitavelmente, os museus, como pólos de atração.

A Lei n.º 1152 de 23 de abril de 1921 estabelece «em todas as estâncias hidrológicas e outras, praias, estâncias climatéricas, de altitude, de repouso, de recreio

---

<sup>195</sup> Para uma descrição sucinta e esclarecedora do Museu de Mafra, ver: CHAVES, Luís, «Visitas de estudo: I – O Museu de Mafra», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Portuguez, 1916, Série 1, vol. 21, pp. 231-234 (Apêndice Documental, Doc. 3). Ver também JLV, «Miscelânea: 16. O Museu de Mafra», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Portuguez, Lisboa, Jan.-Set. de 1912, S. 1, vol. 17, n.º 1-9, pp. 185-187 [Citando o jornal *Diário de Notícias*, de 15 de Maio de 1912].

<sup>196</sup> Cf. QUEIRÓS, José, *Museu de Mafra*, Imp. Libanio da Silva, Lisboa, 1911.

<sup>197</sup> Cf. Decreto n.º 7037 publicado no DG n.º 209, I Série, de 17 de outubro de 1920, p. 1387, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1920/10/20900/13851391.pdf> - consulta efetuada no dia 22 de Outubro de 2012.



e turismo»<sup>198</sup>, Comissões de Iniciativa, marcadamente circunscritas às localidades classificadas como turísticas, tendentes a promover o desenvolvimento das estâncias por intermédio da realização de obras de interesse geral e pela tomada de iniciativas apostadas a aumentar a sua frequência.

Destacamos também alguns diplomas que atestam a importância dada aos museus, não só como locais de aprendizagem e experimentação, mas também como motores de desenvolvimento profissional e económico:

- a Lei n.º 304 de 4 de fevereiro de 1915, autorizando os Sindicatos Agrícolas a adquirir bens imobiliários numa dimensão máxima de 10 hectares, para cultivo e instalação de serviços de interesse público, como museus, bibliotecas, laboratórios, postos agrários, pecuários, etc.<sup>199</sup>, enfim, uma série de infraestruturas ao serviço da «aprendizagem» e «compreensão» das técnicas e dos problemas rurais<sup>200</sup>.



Fig. 8 – O Museu Comercial do Instituto Superior de Comércio, 1925. O seu primeiro Conservador foi o Dr. Joaquim José de Barros.

*Alma Nova*, abril-junho de 1925, III Série, n.º 28-30, vol. III, p. 43.

<sup>198</sup> Cf. Lei n.º 1152, in *DG*, n.º 84, I Série, de de 23 de abril de 1921, p. 635, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1921/04/08400/06350636.pdf> (consulta efetuada em 22 de Outubro de 2012).

<sup>199</sup> Cf. <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/02/02300/01440144.pdf> (consulta efetuada em 29 de maio de 2013).

<sup>200</sup> Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal volume XII: A Primeira República (1910-1926): História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, Editorial Verbo, Novembro de 2001, 2.ª edição, p. 241.

- o Decreto n.º 4845 de 23 de setembro de 1918, criando um Museu Comercial no Instituto Superior de Comércio, com dotação, receitas e despesas próprias, disponível ao público em geral, apesar de privilegiar os alunos da instituição. Como finalidades, destacavam-se a publicidade dos produtos portugueses nos circuitos comerciais nacionais e internacionais e a aprendizagem das técnicas de vanguarda usadas no estrangeiro para conquista de novos mercados, em suma, aumentar as exportações<sup>201</sup>, tidas como a base da verdadeira prosperidade económica do país. O diploma determinou também a instalação provisória do museu no Convento do Quelhas, onde funcionava o ISC aí inaugurado em 29 de novembro de 1913<sup>202</sup> (e atualmente o Instituto Superior de Economia e Gestão, até ser projetado um edifício próprio para o acolher). Quanto às suas secções, distinguiram-se as: de Tecnologia Industrial e Comercial (matérias-primas, produtos transformados e mercadorias nacionais e estrangeiras); de Acondicionamento (embalagem de mercadorias); de Economia e Estatística de produção, Exportações e Mercados Nacionais e Estrangeiros; Publicidade Nacional e Estrangeira<sup>203</sup>.

---

<sup>201</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 211, de 27 de setembro de 1918, pp. 1733 e 1734. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/09/21100/17331734.pdf>.

<sup>202</sup> Um artigo da revista *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 478, de 19 de abril de 1915, p. 508, refere que por essa altura já o seu Conselho Escolar estudava a «*instalação d'um grande muzeu comercial, que deixará de ser uma aspiração generosa para se converter n'uma realidade, logo que os recursos orçamentais lh'os permitam. É de crêr, porém, que a sua inauguração possa ser levada a efeito em 1916*».

<sup>203</sup> O Decreto de 7 de maio de 1912, que organizou o ISC, fala de forma muito sumária sobre o museu de matérias-primas e mercadorias (art. 42.º, 2.º), como estabelecimento anexo auxiliar de ensino, e do Conservador nomeado pelo Governo sob proposta do Conselho Escolar, e escolhido entre pessoas com larga experiência sobre o assunto (arts. 64.º, 66.º, 114.º e 115.º). Disponível em formato digital em <http://dre.pt/pdf1sdip/1912/05/11100/17341739.pdf>, *Cit.* A Lei de 5 de junho de 1913 estabeleceu as bases do ISC e curiosamente, embora não seja feita referência a um museu entre as valências ao serviço do ensino prático, a figura do Conservador de museu é apontada como pessoal auxiliar na base 10.ª (in *DG*, I Série, n.º 133, de 9 de junho de 1913, <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/06/13300/21232126.pdf>). O primeiro Regulamento do Instituto Superior de Comércio foi aprovado com o Decreto n.º 22 de 5 de julho de 1913, publicado no *DG*, I Série, n.º 155, da mesma data, pp. 2493 a 2498, <http://dre.pt/pdfgratis/1913/07/15500.pdf>. Refere no art. 43.º, 2.º, como estabelecimento anexo, o Museu de Matérias-primas e de Mercadorias, com um Conservador. O segundo regulamento foi publicado com o Decreto n.º 5102 de 11 de janeiro, publicado em *DG*, I Série, n.º 11, de 17 de janeiro de 1919, pp. 106-118. O Museu Comercial surge associado ao ensino prático (art. 5.º, § 2.º, c) como estabelecimento anexo (art. 47.º, 2.º). Além de servir o ensino no estabelecimento, o Museu Comercial estava também aberto a solicitações de entidades externas, públicas e particulares, de forma gratuita, desde que não houvesse necessidade de proceder a análises laboratoriais (arts. 49.º e 50.º). O capítulo VI do decreto dedica-se na íntegra ao museu, definindo os seus fins e secções, serviços anexos, pessoal e respetivas competências, receitas, despesas e relações institucionais (art. 135.º a 154.º). Disponível em formato digital em <http://dre.pt/pdf1sdip/1919/01/01100/01050118.pdf>, consulta efetuada no dia 13 de dezembro de 2013.

## CAPÍTULO 13: A CRIAÇÃO DE MUSEUS REGIONAIS

As diretrizes emanadas da Lei da Separação e o Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911 encorajaram um impulso museológico de carácter regionalista e a publicação de vários diplomas legais oficializando a criação de museus.

Algumas das instituições museológicas criadas assentaram em realidades já existentes, ou partiram de ideias formuladas durante o regime monárquico constitucional. A República, por seu turno, procurou pela primeira vez normalizar a fundação e funcionamento dos museus. O Estado procurava, acima de tudo, ter a última palavra a dizer como criador dos novos museus.

Estava também em questão uma remodelação disciplinar dos museus, com a Arte a tornar-se tão importante quanto a Arqueologia, resultado dos cânones anticlericais, acentuados com o novo regime. A apropriação pelo Estado, de igrejas, seminários, paços episcopais e conventos, e dos bens móveis neles contidos, obrigou a uma redefinição da rede museológica nacional. Como veremos, a grande maioria dos museus criados durante a 1.ª República foi instalada em edifícios ligados à Igreja Católica.

Na República foram publicados os seguintes diplomas criadores de museus:

- Portaria de 7 de junho de 1912: criando em Aveiro, no extinto convento de Jesus, um museu constituído pelos bens históricos e artísticos de antigas congregações religiosas e instituições públicas<sup>204</sup>, e nomeando os membros da Comissão Instaladora.
- Decreto n.º 256 de 31 de dezembro de 1913<sup>205</sup>: criando em Viseu um Museu Regional de Arte, junto à Sé, sem encargos para o Estado, com as despesas de instalação e conservação suportadas pela Câmara Municipal, mas com Direção Técnica da responsabilidade do CAA2. O Decreto n.º 2284-C de 16 de março de 1916 alarga o âmbito do museu para «*museu regional de obras de arte e peças arqueológicas com o nome de Museu de Grão Vasco*», a instalar na sala do Cabido da Sé e anexos.
- Decreto n.º 1355 de 16 de janeiro de 1915: cria em Évora um Museu Regional de Arte e Arqueologia, com uma secção de arte sacra instalada na Sé; designa como Diretor

---

<sup>204</sup> Cf. Portaria do Ministério do Interior, de 7 de junho de 1912, in *DG*, I Série, n.º 135, de 11 de junho de 1912, p. 2075, in <http://dre.pt/pdfgratis/1912/06/13500.pdf> (sítio de internet do *Diário da República*, consulta efetuada em 22 de abril de 2012).

<sup>205</sup> Cf. Decreto n.º 256 de 31 de dezembro de 1913, in *DG*, I Série, n.º 305, de 31 de dezembro de 1913, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/12/30500/48934893.pdf>

provisório António Joaquim Lopes da Silva, como Conservador da secção sacra Joaquim José Freire Faria e Silva e como guarda Luís Maria da Silva Ferreira<sup>206</sup>.

- Decreto n.º 2042 de 6 de novembro de 1915: criando em Faro um Museu Regional de Arte e Arqueologia, constituído pelo espólio do museu de Monsenhor Pereira Boto, a instalar no Convento de Nossa Senhora da Assunção<sup>207</sup>.

- Decreto n.º 2119 de 13 de novembro de 1915: criando em Bragança um Museu Regional de Arte, Arqueologia e Numismática, definindo como suas coleções iniciais o recheio do Paço Episcopal e o do Museu Municipal<sup>208</sup>.

- Decreto n.º 3074 de 5 de abril de 1917: criando em Lamego um «*Museu regional de obras de arte, arqueologia e numismática*», a instalar provisoriamente no Paço Episcopal, de cujo acervo se constituíram as coleções iniciais, juntamente com as do Convento das Chagas e do novo hospital<sup>209</sup>.

- Decreto n.º 3553 de 15 de novembro de 1917<sup>210</sup>: criando em Leiria, um Museu Regional de Arte, Arqueologia e Numismática, a instalar no Paço Episcopal, sob responsabilidade da Câmara Municipal, a quem incumbiam também as despesas de conservação. Dava-se finalmente andamento ao malogro da Portaria de 19 de dezembro de 1912, que segundo proposta do CAA2 foi promulgada para constituir a comissão encarregue de organizar e instalar um *Museu Regional, Artístico e Arqueológico*<sup>211</sup>.

- Decreto n.º 3782, de 26 de dezembro de 1917: criando em Beja um Museu Regional de Arte e Arqueologia, constituído pelos recheios da Mitra de Beja e do Museu Municipal, a instalar no Convento da Conceição, e entregue à gestão da Junta Geral do distrito<sup>212</sup>.

---

<sup>206</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 35, de 24 de fevereiro de 1915, p. 194, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/02/03500/01940194.pdf>.

<sup>207</sup> Cf. *DG*, n.º 231, I Série, de 11 de novembro, pp. 1245 e 1246, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/11/23100/12451246.pdf>. No original do decreto refere-se erroneamente o Convento de S. Bento.

<sup>208</sup> Cf. Decreto n.º 2119 de 13 de novembro de 1915, in *DG*, I Série, n.º 248, de 4 de dezembro de 1915, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/12/24800/13271327.pdf> (consulta efetuada em 14 de março de 2012).

<sup>209</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 53, de 5 de abril de 1917, p. 224, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1917/04/05300/02240224.pdf>

<sup>210</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 199, de 15 de novembro de 1917, p. 1126 <http://dre.pt/pdf1sdip/1917/11/19900/11261126.pdf> (consulta efetuada em 26 de novembro de 2012).

<sup>211</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 300, de 23 de dezembro de 1912, p. 4550, consultada em novembro de 2013 in <http://dre.pt/pdfgratis/1912/12/30000.pdf>.

<sup>212</sup> Cf. Decreto n.º 3782 de 26 de dezembro de 1917, in *DG*, I Série, n.º 20 de 29 de janeiro de 1918, p. 61, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/01/02000/00610061.pdf> (consulta efetuada em 30 de outubro de 2012).

- Decreto n.º 4011 de 28 de março de 1918: criou em Braga um Museu de Arqueologia e Arte Geral<sup>213</sup>, designado Museu D. Diogo de Sousa, a instalar no antigo Paço Arquiepiscopal, ficando a cargo da Câmara Municipal, mas com um Diretor Conservador nomeado pelo Governo e um guarda.

- Lei n.º 1175 de 1 de junho de 1921: criando na cidade de Abrantes o Museu Regional D. Lopo de Almeida, instalado na Igreja de Santa Maria do Castelo, suportado pela Câmara Municipal no que respeita às despesas de instalação e conservação, e dirigido pelo CAA1<sup>214</sup>, por intermédio de Diogo da Silva Oleiro.

- Decreto n.º 8410 de 6 de outubro de 1922: criando um Museu Regional na então vila de Chaves, a instalar provisoriamente na Câmara Municipal<sup>215</sup>, a quem cabem as despesas de instalação e conservação, tarefas que deveriam ser supervisionadas pelas entidades designadas pela legislação em vigor (CAA3). José Leite de Vasconcelos é autor da compilação de uma pequena notícia, datada de 1916, em que é avançada a informação de se ter constituído em Chaves uma comissão organizadora local para levar a efeito a criação do museu e de em Lisboa o professor da Academia de Belas Artes, Dr. João Barreira, flaviense de nascimento, se encontrar a tomar providências nesse sentido<sup>216</sup>. No entanto, o assunto parece ter esmorecido até à publicação do Decreto, que só seria concretizado com o aparecimento do Museu da Região Flaviense, depois de constituída nova Comissão Organizadora em sessão da Câmara Municipal de 18 de maio de 1929<sup>217</sup>, depois de em março se ter efetivado a elevação de Chaves a cidade.

- Decreto n.º 9527 de 22 de março de 1924: criando em Vila Real um Museu Regional de Arte, Arqueologia e Numismática, a instalar no edifício dos Paços do Concelho; as despesas de instalação, conservação, vencimentos e subvenções do pessoal da responsabilidade da Junta Geral do distrito de Vila Real, cumprindo às entidades previstas na legislação em vigor a supervisão da instalação, a direção e conservação

---

<sup>213</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 65, pp. 318 e 319, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/04/06500/03180319.pdf>. A criação de um museu em Braga foi alvo de muitas propostas locais e nacionais, ainda durante o século XIX. José Leite de Vasconcelos apresenta-nos um artigo intitulado «Museu Municipal de Braga» (in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, Março-Abril de 1897, S. 1, vol. 3, n.º 3-4, pp. 78-80), refletindo sobre a importância de um museu local em Braga, que contivesse os testemunhos da região, arqueológicos, mas também etnográficos, antropológicos e de História Natural.

<sup>214</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 111, de 1 de junho de 1921, p. 276, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1921/06/11100/07760776.pdf>

<sup>215</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 209, de 6 de outubro, pp. 1086 e 1087, In <http://dre.pt/pdf1sdip/1922/10/20900/10861087.pdf>.

<sup>216</sup> Cf. J.L.V., «Miscelânea arqueológica: 26. Museu de arte e arqueologia em Chaves», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, Jan.-Dez. 1916, S. 1, vol. 21, n.º 1-12, p. 361.

<sup>217</sup> Cf. SILVA, A. C. e CENTENO, M. S., *Museu da Região Flaviense: Da Idade dos Metais à Romanização: Roteiro da Exposição*, Edições Etnos, Chaves, 2005, 3.ª edição, p. 6.

artística<sup>218</sup>. A ideia de constituir um museu em Vila Real, de dimensão arqueológica, etnográfica, antropológica e histórico-natural, vem de finais do século XIX, proveniente das conversações entre José Leite de Vasconcelos e o Padre Manuel de Azevedo. O primeiro dos interlocutores, num artigo intitulado «Museu Municipal em Villa-Real (Tras-os-Montes)», datado de 6 de maio de 1894, sugere mesmo a instalação do museu no edifício da Câmara Municipal, mas como veremos a História reservou outros caminhos para o museu vila-realense<sup>219</sup>.

---

<sup>218</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 64, de 22 de março de 1924, <http://dre.pt/pdf1sdip/1924/03/06400/04250425.pdf>.

<sup>219</sup> Cf. *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, Janeiro de 1895, S. 1, vol. 1, pp. 39 e 40. Em outro artigo, de 1895, J.L.V. alude à resolução, tomada em sessão da Junta Geral do Distrito, datada de 20 de novembro de 1888, de reservar uma das salas do edifício da Junta Geral, em construção, para se criar um museu arqueológico distrital. A iniciativa não teve, contudo, qualquer outro desenvolvimento. (Cf. J.L.V., «Museu em Villa Real», in *O Archeologo Português*, M.E.P., Lisboa, Out.-Nov. de 1896, S. 1, vol. 2, n.º 10-11, p. 272).

## CAPÍTULO 14: DISSONÂNCIAS ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA MUSEOLÓGICA

Uma ideia a reter sobre os museus no regime republicano é o de um permanente distanciamento entre uma legislação de vanguarda e as condições em que os museus se esforçavam por sobreviver ou, até mesmo, ter existência concreta.

Encontrámos vários testemunhos documentais que nos reportam as reclamações feitas pelos Diretores dos museus às instâncias superiores, contra a insuficiência das dotações e a inadequação dos espaços. Aarão de Lacerda, um Historiador de Arte e Académico da Universidade do Porto, testemunhou nas suas visitas a alguns museus as deficientes condições em que se encontravam, e a que oportunamente aludiremos.

A dissonância entre o que a lei ditava e o que se concretizava encontra-se bem patente num panfleto de 1921, intitulado *Monitoria dirigida aos Srs. Ministros, Deputados e Senadores, ou quem suas vezes fiser...* Esta publicação alegava existir um completo desrespeito pelas bases que deveriam reger a salvaguarda dos bens patrimoniais, desde as leis de 1834 que extinguiram as ordens religiosas, colocando ao desbarato tantos bens artísticos, até à República, em que, de acordo com os detratores, se fundaram «*museus pela província, sem plano, á gandaia*»<sup>220</sup>. Surgiram destinados a recolher os bens que sobreviveram à incúria que permitiu a alienação dos bens eclesiásticos, mas muitas vezes não conseguiram travar a realização de leilões onde muito se dispersou. Também os Conselhos de Arte e Arqueologia eram acusados de não cumprir as funções de propaganda e vigilância artística, encontrando-se atolados na redação de ofícios, memoriais, alvitres e recomendações a que ninguém atendia.

No folheto em análise, a Lei de Separação é apontada como um diploma que rapidamente perdeu a vitalidade inicial e sucumbiu aos laivos reacionários e conservadores, que privaram o público da contemplação de muitas obras de arte que se mantiveram à guarda de corporações<sup>221</sup>.

José de Figueiredo e António Augusto Gonçalves apresentaram-se, amiúde, extremamente críticos relativamente ao desrespeito que as próprias entidades oficiais votavam às disposições legais estabelecidas em prol da defesa e da conservação dos bens artísticos e do seu encaminhamento para os estabelecimentos que tinham o papel de prover à sua salvaguarda. Várias vezes, em correspondência para as instâncias

---

<sup>220</sup> Cf. *Monitoria dirigida aos Srs. Ministros, Deputados e Senadores, ou quem as suas veses fiser, Acêrca do Museu Machado de Castro de Coimbra*, Typ. d'O Despertar, Coimbra, 1921, p. 3.

<sup>221</sup> *Idem*, p. 4.

superiores, os dois Diretores manifestaram o seu desagrado pela displicência com que se omitiam verbas tão necessárias para prover ao desenvolvimento das instituições ou se protelavam decisões essenciais à incorporação dos objetos de valor artístico nos museus do Estado. Um exemplo desse descontentamento decorreu numa sessão do CAA2, com AAG a deplorar a tendência das Juntas de Freguesia venderem os objetos de valor histórico e artístico à sua guarda, em vez de os depositarem no MMC, e a solicitar a intervenção do Governo Civil para o cabal cumprimento da Lei da Separação<sup>222</sup>.

A criação oficial de alguns museus nem sempre foi sinónima da sua existência imediata. Os casos dos museus regionais de Vila Real e de Chaves comprovam-nos isso mesmo, pois ambos se tornaram efetivos com alguns anos de atraso, relativamente à promulgação dos decretos que anunciaram a sua existência. Outros museus, apesar de criados não chegaram a existir, tais como: o Museu Agrícola Comercial criado pelo DFL de 3 de abril de 1911, no âmbito de uma nova reforma do ensino agrícola, e entregue à Associação Central da Agricultura Portuguesa<sup>223</sup>; o Museu Agrícola Nacional, considerado um estabelecimento anexo do Instituto Superior de Agronomia, organizado pelo Decreto de 19 de agosto de 1911<sup>224</sup>; o Museu e a Biblioteca Municipais de Alcobaça, para cuja instalação foram cedidas à Câmara Municipal, pelo Decreto n.º 904 de 30 de setembro de 1914 e pelo valor único de 20\$00, as ruínas da antiga Igreja Matriz<sup>225</sup>.

De outros, embora existentes, não se conhece qualquer diploma criador. Tal é o caso dos museus de Portalegre e Lorvão, cuja existência foi alavancada pela capacidade prevista nas leis n.º 88 de 7 de agosto de 1913 e n.º 506 de 11 de abril de 1916, de os municípios e outros corpos administrativos criarem instituições do género, contrariando outras disposições jurídicas que condicionavam a criação de museus aos pareceres prévios dos respetivos Conselhos de Arte e Arqueologia e do Conselho Superior de Belas Artes.

---

<sup>222</sup> Cf. *Acta n.º 127* de 7 de agosto de 1925, in *Actas das Sessões do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscção*, Livro 366, fl. 16 v. (AHSGMEC).

<sup>223</sup> Cf. *DG n.º 79* de 6 de abril de 1911, *COLP Ano de 1911*, IN, Lx., 1912, pp. 606-608.

<sup>224</sup> Cf. *DG n.º 198* de 25 de agosto de 1911, *Idem*, p. 1638.

<sup>225</sup> Cf. Decreto n.º 904 de 30 de setembro de 1914, in *DG n.º 177* de 30/9/1914, p. 898, <https://dre.pt/application/file/491592>.



## CAPÍTULO 15: COLEÇÕES E FORMAS DE EXPOSIÇÃO

Se a Arte e a Arqueologia obtiveram um lugar de destaque no contexto museológico da 1.<sup>a</sup> República, não podemos descurar a Etnografia, que desempenhou um papel de alguma importância no movimento de criação de museus locais e regionais, a que José Leite de Vasconcelos tanto prestou o seu apoio, e teve grande expressão no Museu Etnológico Português. Teresa Soeiro, na sua introdução à reedição do tomo X das *Memórias* do Abade de Baçal corrobora esta nossa afirmação:

«A Etnografia tornar-se-á na valência mais solicitada, existindo em alguns destes museus mesmo sem estar legalmente consagrada. O folclore regional e a etnografia artística tinham já na década de vinte muitos cultores, que os queriam ver presentes nos museus da respectiva área, ao lado também do espólio representativo da história local.»<sup>226</sup>

Este movimento será intensamente replicado durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, tendo como Vergílio Correia um dos principais mentores.

É indiscutível que nos últimos anos da Monarquia se intensificou a proteção dada pelos sucessivos Governos aos museus, resultando na publicação de diplomas legais de conteúdos favoráveis à boa saúde das instituições. Um desses textos jurídicos foi a Lei de 12 de junho de 1901, isentando de qualquer direito ou imposto aduaneiro «as heranças, legados, donativos e aquisições com destino aos museus, bibliotecas, escolas, institutos e mais serviços de ensino, caridade e beneficência»<sup>227</sup> pertencentes ao Estado.

Ao longo do século XIX assistimos a uma gradual especialização dos museus no concernente às suas coleções. O mesmo é dizer que se procedeu a uma maior definição da vocação disciplinar ou científica dos museus, destacando-se os museus de Arqueologia e de História Natural, em detrimento dos museus artísticos, que não vingaram como se esperava, devido à forma negligente com que se procedeu à nacionalização dos bens culturais das Ordens Religiosas extintas com a implantação do Liberalismo em 1834. Todos tinham já preocupações científicas, didáticas e patrióticas, pretendendo abrir-se ao maior número possível de cidadãos. Com as reformas do ensino

---

<sup>226</sup> Cf. SOEIRO, Teresa, «Introdução: Francisco Manuel Alves etnógrafo das terras bragançanas» in ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança: Arqueologia, Etnografia e Arte: Tomo X*, Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus / Museu do Abade de Baçal, Junho de 2000 [reedição], p. Xi.

<sup>227</sup> Cf. DG n.º 131 de 15 de junho de 1901, in *COLP Anno de 1901*, IN, Lx., 1902, p. 200.

artístico operadas a partir do último quartel do século, a Arte começou a ocupar o lugar de destaque que garantiu no regime político republicano.

À medida que o Século XIX avança, assiste-se a uma maior preocupação com a definição cabal do património móvel e imóvel a preservar, pelo seu valor excepcional. Em 27 de fevereiro de 1894, a Portaria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria que aprovou o Regulamento da Comissão dos Monumentos Nacionais definia-os como «*todos os edificios, construcções, ruínas e objectos artisticos, industriaes ou archeologicos*»<sup>228</sup> que fossem relevantes para reconstituir a história dos aspetos moral, intelectual e material da nação ou anteriores à sua formação encontrados em território português e para comemorar os factos de maior relevo da nossa história.

A legislação reguladora da criação ou funcionamento dos museus sugere-nos, por si mesma, a existência de critérios muito precisos sobre que coleções se pretendia reunir e como fazê-lo. Tomemos como exemplos os principais museus do país e perscrutemos um pouco da evolução das tendências.

O Decreto de 23 de dezembro de 1899, colocando o Museu Etnológico Português sob a alçada dos serviços do Conselho Superior de Monumentos Nacionais, define claramente as secções que deveriam constituir o museu: Arqueologia Pré-Histórica e Histórica; Etnografia Moderna; Antropologia Antiga e Moderna; todas de objetos nacionais, mas admitindo-se a hipótese de criar secções congêneres com objetos estrangeiros, para um exercício comparativo. O diploma refere com clareza que o acervo se devia constituir por objetos arqueológicos, antropológicos e etnográficos, coligidos entre instituições, edifícios ou terrenos do Estado, descobertos no âmbito de obras públicas ou escavações, sendo estas últimas reservadas àquele museu ou entregues aos Diretores de outros museus, mediante autorização do CSMN. Distingue inclusivamente as várias modalidades de ingresso de novos bens no museu, entre cópias obtidas de outros museus, depósitos, permutas, aquisições onerosas e explorações arqueológicas, sendo o seu transporte marítimo, fluvial ou terrestre feito a expensas do Estado<sup>229</sup>. Uma portaria de 10 de abril de 1901 faz uma abordagem ao estipulado, determinando o envio para o Museu Etnológico Português de todos os objetos

---

<sup>228</sup> Cf. DG n.º 16 de 28 de fevereiro de 1894, in *COLP Anno de 1894*, IN, Lx., 1895, p. 101.

<sup>229</sup> Cf. DG n.º 296 de 30 de dezembro de 1899, in *COLP Anno de 1899*, IN, Lx., 1900, pp. 876 e 877. Em 24 de dezembro de 1901 foi aprovada a organização do MEP, que passou à tutela direta da Direção Geral das Obras Públicas e Minas.

arqueológicos que surgissem em obras do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria<sup>230</sup>.

No tocante às Belas Artes, um Decreto de 4 de junho de 1901 determinou a aceitação do Legado Valmor, no valor de 70000\$000 réis, para o Museu Nacional de Belas Artes, para serem aplicados na aquisição de obras de arte nacionais e estrangeiras. Mais esclarecedora foi a Reforma do Ensino Artístico instituída com o Decreto de 14 de novembro seguinte, relevando não só a importância da História da Arte como meio de orientar e dar suporte à vida moral do povo português, mas também reconhecendo a necessidade de um museu de Arte Antiga que ilustrasse a evolução da Estética desde o Oriente e Antigo Egito, passando pela Grécia e Roma antigas, etc. A mesma potencialidade de dar a conhecer a História da Arte era atribuída aos museus arqueológicos. Para o Museu Nacional de Belas Artes, que subdividiu nas secções de Belas Artes e Artes Decorativas, o diploma indicava que as obras a expor fossem nacionais e estrangeiras *de «incontestavel merecimento artistico, que o Estado adquirir com o rendimento de 70:000\$000 réis, legados pelo Visconde de Valmor, e quaesquer outras verbas para esse fim destinadas»*, as obras apresentadas pelos candidatos a académicos efetivos da Academia, as obras executadas no estrangeiro por pensionistas do Estado e obras de arte doadas ou temporariamente depositadas<sup>231</sup>.

O já referido DFL de 19 de novembro de 1910 confirma a primazia da Arte e da Arqueologia (vigente no regime anterior) como objetos musealizáveis, comprovando que nada era aleatório nas tomadas de decisão que antecediam as incorporações ou depósitos e elucidando-nos sobre os objetos passíveis de ser considerados artísticos ou arqueológicos: *«esculturas, pinturas, gravuras, desenhos, moveis, peças de porcelana, de faiança e de ourivezaria, vidros, esmaltes, tapetes, arrases, tecidos, trajos, armas, peças de ferro forjado, bronzes, joias, leques, instrumentos musicos, manuscritos illuminados, medalhas, moedas, inscrições, e, ele um modo geral, todos os objectos que possam constituir modelo ou representar ensinamento para os artistas, ou sejam dignos de figurar em museus publicos de arte, e todos aquelles que, pelo seu valor documental ou pelas recordações ou tradições que lhes andem ligadas, mereçam o qualificativo de historicos»*<sup>232</sup>. Ficavam, para os efeitos previstos no diploma, excluídas as obras de artistas vivos. Por outro lado, sempre que os objetos na posse das corporações se

---

<sup>230</sup> Cf. DG n.º 79 de 11 de abril de 1901, in *COLP Anno de 1901*, IN, Lx., 1902, pp. 94 e 95.

<sup>231</sup> Cf. DG n.º 258 de 15 de novembro de 1901, *Idem*, pp. 889-894.

<sup>232</sup> Cf. DFL de 19 de novembro de 1911, *Cit.*, p. 113.

apresentassem em risco de perda, o Estado podia determinar o seu envio para os museus mais próximos. No caso de algum objeto estar em vias de alienação, o direito de preferência da sua aquisição para museu era exercido em primeiro lugar pelo Estado Português.

Para não nos repetirmos, porque ainda abordaremos o assunto nas especificidades dos museus tratados, cumpre-nos deixar umas últimas notas sobre as coleções. O Decreto n.º 1, como principal base da política cultural republicana, não só especificou as coleções dos principais museus existentes nas três circunscrições artísticas, como se preocupou em designar os responsáveis pelos trabalhos de proteção e arrolamento do património nacional, tendo como dois pólos principais os bens arqueológicos e artísticos. Esta dualidade é uma constante, mesmo ao longo das fontes que consultámos, onde o dinamismo do Museu Etnológico Português na recolha de bens arqueológicos e etnográficos por todo o país só encontra paralelo nas múltiplas diligências dos Diretores de alguns dos principais museus de Arte na obtenção de pinturas, imagens de santos, peças de cerâmica, alaias religiosas, de ourivesaria, mobiliário, tapeçarias, paramentos e livros iluminados provenientes das casas religiosas extintas de norte a sul do território nacional, mas também outras obras de arte religiosa e profana obtidas dentro e fora do país. O expoente máximo destas diligências foi o Museu Nacional de Arte Antiga, cujo Diretor se preocupou em adquirir em diversos centros produtores, com finalidades didáticas, comparatistas e de conservação, obras de pintura e, muitas vezes como complemento destas, peças de escultura e mobiliário da mesma época. Não esqueçamos também a influência exercida pela Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882 e de algumas congéneres mais modestas realizadas em Viana do Castelo e Aveiro para perceber como as Artes Decorativas alimentaram, desde o final do século XIX, a grande categoria a que genericamente designamos de «Arte», e que, juntamente com a «Arqueologia», se tornou uma das parcelas constantes da designação dos próprios museus, às vezes acrescidas da «Numismática», como vimos de relance nos decretos criadores dos museus regionais criados pelo novo Regime. Os regulamentos internos dos museus também corroboram o exposto neste título.

Quanto a questões museográficas, a Primeira República, imbuída de um espírito anticlerical e nacionalista, apostou na exibição maciça dos tesouros coligidos entre conventos e igrejas, para com ela afirmar a riqueza histórica e artística nacional. João Couto, num artigo verdadeiramente clarificador, deixa-nos perceber a tendência

museológica vigente quanto às exposições dos nossos museus durante aquele período. Privilegiava-se a exposição simultânea de todas as obras disponíveis, independentemente do seu valor; muitas vezes em más condições de visibilidade e com a defesa dos objetos negligenciada; conseqüentemente, por falta de espaço para tantos bens, nem sempre se tinha em conta a natureza didática que as exposições deviam ter<sup>233</sup>. Também não podemos esquecer que muitos dos edifícios em que se encontravam instalados os museus albergavam outros serviços e valências, não existindo os espaços técnicos especializados de reserva, laboratórios e outros de acesso privativo que todos os museus hoje se esforçam por ter, e que aliás são condição para a sua existência efetiva como instituição museal.

Apesar de um panorama geral propenso a exhibir sem a preocupação de selecionar as peças mais importantes, podemos afirmar com segurança que a Museologia com aplicação científica em Portugal teve os seus primórdios precisamente na 1.ª República, pelas mãos de José de Figueiredo e do Museu Nacional de Arte Antiga, que exerceu o papel de pioneiro a procurar reunir as condições ótimas de exposição e conservação das coleções. Conhecedor das realidades museológicas europeias e tomando como principais modelos a Alemanha e a França, José de Figueiredo colocou o MNAA na encruzilhada entre as heranças oitocentistas e as novas propostas que começavam a experimentar-se pela Europa, especialmente depois da 1.ª Guerra Mundial. Por um lado optou por soluções típicas dos últimos anos do século XIX e princípios do séc. XX, claramente inspiradas nas «salles d'époque» de Charles Molinier ou nos «Stimmungsräume» («period rooms») de Wilhelm von Bode, tentando recriar nas salas de exposição o ambiente original em que se integrariam os objetos, através de uma decoração consonante com a sua idade e características formais. Por outro, foi permeável às tendências que começaram a despontar após o primeiro grande conflito bélico de escala internacional, procurando incrementar as condições de

---

<sup>233</sup> Cf. COUTO, João, *As exposições de Arte e a Museologia*, palestra proferida em 7 de maio de 1950 na exposição de arte sacra, organizada por iniciativa do Governador Civil de Leiria, Dr. Afonso Zúquete, no Seminário Franciscano da mesma cidade, Lisboa, 1950, p. 3: «Até há poucos anos os objectos de toda a ordem que era necessário guardar, quer como lição das actividades e do gosto de tempos passados ou actuais, quer como exemplificação das matérias que eram versadas nas escolas, guardavam-se em estabelecimentos mais ou menos amplos, dispostos sem nexos e sobretudo sem critério que permitisse utilizá-los com a finalidade que havia determinado a sua recolha e apresentação. § Amontoados e mal valorizados, só aqueles que os haviam reunido, podiam deles tirar proveito e nenhum papel desempenhavam na cultura colectiva. § Reuniam-se a oito objectos bons e maus, com interesse ou sem ele, e o ensinamento que dos primeiros se podia obter era abafado pela massa inerte dos segundos. § Se isto sucedia nos museus científicos, eram os museus artísticos, dada a qualidade dos objectos que guardam, que mais sofriam».

segurança e conservação dos objetos, selecionar os objetos mais importantes para exibição e expô-los em contenção numérica no respetivo suporte (vitrina ou parede) com vista à sua valorização, atitudes próprias de um contexto em que se começa a investir na formação e diversificação das profissões museológicas e nos serviços educativos, de conservação e restauro e investigação e estudo das coleções, em consonância com um crescente debate internacional sobre as competências dos museus e o surgimento do *Office International des Musées* em 1926<sup>234</sup>.

Antes de avançarmos para outros títulos, uma última reflexão se impõe. Diz respeito aos edifícios que acolheram os museus. Em Portugal, o primeiro edifício construído de raiz para servir como museu ficou concluído em 1940. Foi construído nas Caldas da Rainha para o Museu José Malhoa, criado e instalado em casa provisória em 1933. A magreza orçamental portuguesa, a falta de investimento particular e mecenático nos assuntos culturais e a existência de muitos edifícios de uso laico e eclesiástico constituíram condições suficientes para que quase todos os museus existentes em Portugal tivessem ocupado edifícios com vocações distintas das museológicas. Poucos foram os casos em que os trabalhos de adaptação atingiram índices satisfatórios de sucesso para se dar resposta às necessidades de conservação do património histórico e artístico.

---

<sup>234</sup> Cf. BAIÃO, Joana Margarida Gregório (2014), *Ob. Cit.*, pp. 405-422; PONCELET, François, PONCELET, François, «Regards actuels sur la muséographie d'entre-deux-guerres», in *CeROArt, Conservation, exposition, Restauration d'Objets d'Art, Revue électronique*, 2008, n.º 2. URL: <http://ceroart.revues.org/565>

## CAPÍTULO 16: UM MUSEU EVOCATIVO DO NOVO REGIME POLÍTICO: MUSEU DA REVOLUÇÃO

Dois meses depois da implantação da República surgiu a primeira empresa museológica concretizada pelo novo regime, evocando os sucessos que derrubaram a Monarquia. Designado como Museu da Revolução, foi inaugurado em 29 de dezembro de 1910 com a presença de vários Ministros<sup>235</sup> e do Governador Civil de Lisboa – Eusébio Leão –, num anexo do extinto Colégio das Doroteias, comprado pelos Jesuítas em 1864, com piso térreo e 1.º andar, na Rua Miguel Lupi, e fazendo parte da cerca do Colégio do Quelhas.

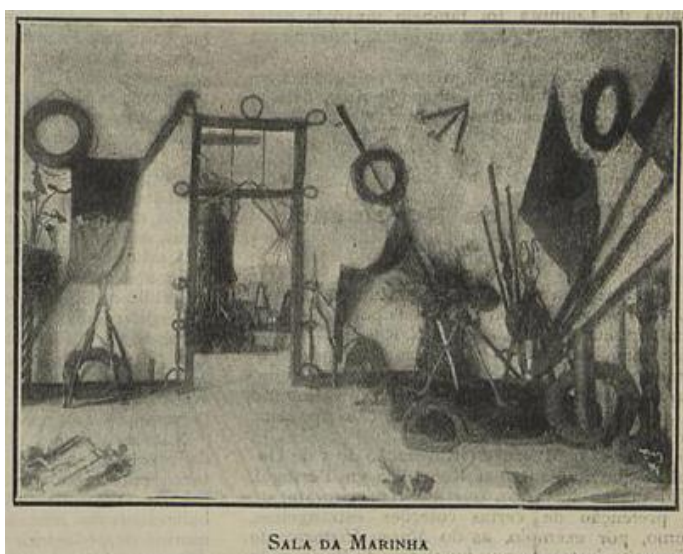


Fig. 9 – Museu da Revolução, Sala da Marinha.  
*Occidente*, 10/1/1911, n.º 1153.

Aberto ao público em 1 de janeiro de 1911, o museu foi promovido pela associação “O Vintém Preventivo”<sup>236</sup>, então dirigida pelo Dr. Guilherme de Sousa, com quem o Ministério da Justiça liderado por Afonso Costa acordou a entrega do Colégio (n.º 6 A da rua do Quelhas) para instalação do asilo para as crianças pobres, em especial as crianças órfãs cujos pais sucumbiram durante a revolução que implantou a República.

<sup>235</sup> Afonso Costa (Ministro da Justiça); Amaro de Azevedo Gomes (Ministro da Marinha); Bernardino Machado (Ministro dos Estrangeiros); Brito Camacho (Ministro do Fomento); Correia Barreto (Ministro da Guerra).

<sup>236</sup> Cf. PORTUGAL, Idalina, «O Museu da Revolução da I República Portuguesa nas paginas de *O Século*, 1910-1913: notas e comentários», Separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1993, p. 260: «O Vintém Preventivo, ou Vintém das Escolas, era uma “associação fundada pela Maçonaria em 1901 por iniciativa da loja ‘Elias Garcia’”. O Significado do seu nome “provinha da quantia uniforme de 20 réis (um vintém) que se iria pedir através de todo o país como preço de cada número de um periódico com igual nome”. Em Lisboa o *Vintém das Escolas* foi publicado entre 1902 e 1906 pela “Loja Liberdade”. Ligados ao Vintém Preventivo estiveram nomes bem conhecidos da Maçonaria Portuguesa: Heliodoro Salgado, Simões Raposo, Pinto de Magalhães, etc. A sua actividade foi dirigida para as populações mais carenciadas e assim criou “escolas primárias gratuitas – as primeiras escolas laicas em Portugal – bolsas escolares, cantinas e creches” em diversas localidades. A sua sede ficava no Largo de S. Carlos, n.º 4, 2.º, em Lisboa».

O seu organizador e Diretor foi Manuel Borges Grainha, de quem voltaremos a falar mais demoradamente no próximo item.

Fig. 10 – Museu da Revolução, Sala do Povo.

*Occidente*, 10/1/1911, n.º 1153.



Constituído inicialmente por cinco salas – Marinha, Exército, Documentos, Povo, Regicídio –, as opções museográficas revelam-nos um discurso apologético, simbólico, de grande carga sentimental e dramática em torno dos heróis republicanos mortos em nome da sua causa, e dos objetos que causaram ou testemunharam a destruição<sup>237</sup>. Em fevereiro de 1911 foi aberta uma nova sala, denominada «João Chagas», fazendo homenagem ao caudilho republicano que se bateu pelo novo regime em 31 de janeiro de 1891. Esta sala, na mesma linha discursiva das anteriores, expunha vários objetos que recordavam a primeira grande tentativa concertada de derrubar a Monarquia, nomeadamente bens pessoais do patrono<sup>238</sup>.

Aberto com regularidade entre as 11 e as 16 horas, nos domingos e nas quintas-feiras, gratuito para os grupos escolares em visita de estudo, oferecia muitas vezes concertos de música executados por várias bandas. Os preços das entradas e a venda de alguns elementos de *merchandising*, como por exemplo a reprodução facsimilada do Auto de Proclamação da República, revertiam a favor do Vintém Preventivo.

<sup>237</sup> Cf. *Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 10 de janeiro de 1911, Ano 34, vol. 34, n.º 1153, p. 6. Ver transcrição em Apêndice Documental – Doc. 4. Ver também *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 9 de janeiro de 1911, n.º 255, pp. 53-56.

<sup>238</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 20 de fevereiro de 1911, n.º 261, p. 234.



Fig. 11 – Museu da Revolução, Sala do Exército (Pormenor).

*Occidente*, 10/1/1911, n.º 1153.



A efemeridade do Museu da Revolução deve-se à tentativa monárquica frustrada de derrubar o novo regime, liderada por João de Azevedo Coutinho, na noite de 20 para 21 de outubro de 1913. Desta resultou precisamente, e em exclusivo, a destruição do museu.



Fig. 12 – Museu da Revolução, Sala João Chagas (Pormenor).

*Ilustração Portuguesa*, 20/2/1911, n.º 261.



## CAPÍTULO 17: A DISSOLUÇÃO DOS MUSEUS JESUÍTAS E O MUSEU DAS CONGREGAÇÕES

*«Este admirável museu que faz honra ao seu organizador – Snr. Borges Grainha – está destinado a ser uma das secções para o estudo da historia das religiões»*

José de Castro, 9 de março de 1925.<sup>239</sup>

Como já salientámos, a implantação da República retomou as leis que expulsaram os Jesuítas (1759, 1767) e extinguíram as ordens religiosas (1834). Em 8 de outubro de 1910 foram nacionalizados por completo os bens dos primeiros<sup>240</sup> e colocadas debaixo da tutela do Estado as coleções das congregações dissolvidas, autorizadas pelo Decreto de Hintze Ribeiro, de 18 de abril de 1901. Para arrolar os bens foi constituída, por Portaria de 27 de dezembro de 1910, a Comissão Jurisdicional dos bens das Extintas Congregações Religiosas<sup>241</sup>.

A este ambiente de espoliação e destruição não escaparam os museus dos colégios jesuítas já referidos, tendo sido saqueados, vandalizados e dispersos, sem que o Governo tenha tomado a tempo *«as providências necessárias para o evitar»*<sup>242</sup>. Esta situação gerou protestos da comunidade científica nacional e internacional, que utilizou a imprensa para apontar o dedo à lamentável perda das coleções, ainda que parcialmente conservadas por diversos museus do Estado ou recuperadas pelos proprietários, mediante intercessão dos governos dos seus países de origem. Falamos mais de uma perda do ponto de vista científico, dada a expulsão dos naturalistas que as formaram, entendiam e podiam documentar de forma sistemática, a fim de terem aproveitamento para a ciência. Algumas foram irremediavelmente perdidas e dispersas, sobretudo as dos naturalistas de nacionalidade portuguesa e as do Colégio de S. Fiel, cuja comissão nomeada pela República para fazer o arrolamento dos bens impediu a sua restituição.

---

<sup>239</sup> Cf. ANTT, AC.Liv.1239, *Livro de Honra do Museu das Congregações*, p. 1.

<sup>240</sup> Cf. Decreto de 8 de outubro de 1910, in *Diário do Governo*, n.º 4, 10 de outubro de 1910, p. 18, art. 8.º: *«Os bens das associações ou casas religiosas serão arrolados e avaliados, precedendo imposição de sellos; e os das casas ocupadas pelos jesuítas, tanto moveis como immoveis, serão desde logo declarados pertença do Estado»*. - <http://dre.pt/pdf1sdip/1910/10/00400/00170018.pdf> (consulta efetuada no dia 25 de outubro de 2012).

<sup>241</sup> Em 6 de abril de 1911 foi promulgado um DFL do Ministério da Justiça, atualizando as competências da CJBECR. Cf. *Diário do Govêrno*, I Série, n.º 80 de 7 de abril de 1911, pp. 1459-1460. <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/04/08000/14591460.pdf>

<sup>242</sup> Cf. MENESES, Maria de Fátima Pinto de, «Museus e ensino em Portugal – os museus escolares dos Colégios Jesuítas», in *Estudos de Castelo Branco: Revista de Cultura*, junho de 2006, Nova Série, n.º 5, pp. 163-189 / julho de 2007, Nova Série, n.º 6, pp. 164 e 196.

A expulsão dos padres da Companhia de Jesus e das outras congregações ocasionou a desocupação de vários imóveis. Entre esses edifícios encontrava-se a Residência da Rua do Quelhas (6), para onde Manuel Borges Grainha<sup>243</sup> – vogal da CJBECR –, transportou os documentos e objetos que Afonso Costa o encarregou de coligir e estudar<sup>244</sup>



Fig. 13 – Apreensão dos bens dos Jesuítas no Colégio do Quelhas.  
*Occidente*, 20/10/1910, n.º 1144-45.

A partir de junho de 1911 começaram efetivamente a chegar remessas de livros, manuscritos e diversos objetos (móveis, imagens, estátuas, hábitos, quadros, retábulos, entre outros), provenientes de diversas casas congreganistas, sendo entregues ao cuidado de Borges Grainha, que os acondicionou paredes-meias com o Museu da Revolução e com o Vintém Preventivo, ocupando também a antiga biblioteca e igreja da residência jesuíta.

A formalização da existência do Museu das Congregações só aconteceu com a promulgação do Decreto n.º 3410 de 28 de setembro de 1917, do Ministério da Instrução Pública. Considerava-se urgente sistematizar, mediante organização, classificação, catalogação e instalação conveniente, todos os bens recolhidos entre as casas religiosas, para servirem a instrução do povo e os estudos dos eruditos e historiadores. Partindo destas premissas e das instruções de Júlio Dantas – Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos – para que se constituísse um arquivo especial, por proposta dos Ministérios da Justiça e dos Cultos e da Instrução Pública foi decretada a criação do Arquivo das Congregações (AC), na dependência do segundo Ministério, por intermédio da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. Em questões

<sup>243</sup> Manuel Borges Grainha nasceu na Covilhã em 14 de janeiro de 1862, tendo-se mudado para Lisboa depois de romper com os estudos sacerdotais que o ocuparam até 1886, para frequentar o Curso Superior de Letras, que concluiu em 1899. Dedicou-se então ao ensino, mas também à escrita pedagógica e política. Simpatizante dos ideais republicanos, revelou-se um aceso anticlericalista, publicando artigos desse teor na imprensa. Foi também maçom, tendo sido iniciado na Maçonaria em 1893. Uma portaria de 24 de novembro de 1921 encarregou Borges Grainha de fiscalizar a aplicação da Lei da Separação e restantes leis congreganistas. Morreu em Lisboa no dia 4 de abril de 1925.

<sup>244</sup> Cf. «Arquivo das Congregações» in Arquivo Nacional Torre do Tombo, <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=1217649> – consulta efetuada em 24 de outubro de 2012.

organizacionais, tendo em conta a tipologia dos bens acumulados, o AC ficava subdividido em três secções independentes: arquivo, biblioteca e museu.

O Museu das Congregações compreendia iconografia, indumentária religiosa, liturgia, mobiliário, bandeiras e material pedagógico<sup>245</sup>.

O Decreto deu azo a que os objetos recolhidos desde o início da República se separassem pelas diferentes secções e se tomassem as restantes providências para abrir o museu e biblioteca ao público. Em termos de recursos humanos, o diploma em análise simplesmente confirma na Direção do AC, em comissão de serviço gratuita, Manuel Borges Grainha, proposto pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, a quem incumbia também destacar para o serviço funcionários adidos.

O Decreto de 8 de maio de 1918 concedeu autonomia administrativa às bibliotecas e arquivos do Estado, ficando o Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos impossibilitado de intervir quanto à dotação de pessoal e verbas orçamentais para esses estabelecimentos, deixando adivinhar mais complicações para a história desta e de outras instituições congéneres. No que toca ao AC, aquele decreto transformou-o num anexo do Arquivo da Torre do Tombo.

A instalação do museu foi lenta e atribulada, tendo sido constantemente ensombrada pela falta de recursos humanos e financeiros, comprometendo a logística de exposição, mas também a preparação do edifício para guardar em condições minimamente aceitáveis o acervo e para receber condignamente os futuros visitantes.

Os obstáculos à instalação e sobrevivência do museu não foram exclusivamente financeiros e humanos. Manuel Borges Grainha teve que enfrentar a concorrência de outras instituições, apostadas em ganhar espaço no complexo do Quelhas. Referimo-nos concretamente aos avanços do Instituto Superior de Comércio (ISC), que desde novembro de 1912 ocupava o n.º 6 A vizinho, correspondente ao antigo Colégio Jesuíta, e que em meados de 1921 cobiçava os espaços ocupados pelo AC no n.º 6, correspondente à antiga residência dos padres da Companhia de Jesus.

Esta situação motivou uma enérgica reação de Borges Grainha, que resolveu expor os inconvenientes de se aceder às pretensões do ISC. Em 13 de outubro de 1921 foi recebido por António Granjo, Presidente do Conselho de Ministros, que o encaminhou para o Ministro da Justiça, Raul Lelo Portela, a quem foram entregues três documentos. No primeiro, datado de 24 de setembro de 1921, Borges Grainha põe em

---

<sup>245</sup> Cf. Decreto n.º 3410 de 28 de setembro de 1917, in *Diário do Governo*, n.º 168, I Série, art. 3.º, § 1.º, p. 945. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1917/09/16800/09440945.pdf>

causa a continuidade das suas funções gratuitas, caso o Governo não resolvesse sobre o edifício em que se encontrava instalado o AC<sup>246</sup>. Acrescentava, em seguida, ser necessário concluir as obras iniciadas recentemente para abrir o museu ao público, em especial a colocação de janelas para impedir a entrada de água e evitar a degradação do edifício. Por fim, salientava a importante e gratuita coadjuvação de Agostinho de Almeida Paiva, professor de Inglês e Alemão no Liceu Passos Manuel, e solicitava que aquele colaborador não fosse transferido para uma escola fora de Lisboa, para poder continuar a ajudá-lo. O segundo documento ilustra a posição de Manuel Borges Grainha sobre as pretensões do ISC ocupar integralmente o edifício do Quelhas, para instalação de biblioteca e laboratório. Se por um lado frisa que os ministros do Comércio e da Justiça não se mostraram muito favoráveis à ideia, o próprio Grainha apresentou razões para o indeferimento: - segundo opinião de Vicente Luís Gomes (Presidente da CJBECR), o AC devia permanecer na casa mãe dos Jesuítas, de resto a que oferecia melhores condições; - a mudança de objetos de diversas naturezas atingia custos e riscos elevados, convindo evitar a dispersão das coleções; - a possibilidade de o ISC utilizar a cerca do convento. O terceiro documento ocupa-se da igreja anexa à casa, já reservada para incluir parte do museu, e cobiçada pelo ISC para instalar a sua biblioteca. Antes de ser tomada qualquer decisão, Borges Grainha alerta para a necessidade de: engenheiros especializados averiguarem se o rasgo de janelas necessárias numa biblioteca não ameaçaria a estrutura do edifício; se avaliarem os azulejos e a talha antes de serem removidos e alienados; contabilizar os custos financeiros de uma eventual mudança do AC para outro local; encarregar pessoal competente para procurar um edifício alternativo para instalar o AC, caso a igreja do Quelhas seja ocupada pela biblioteca do ISC.

A médio prazo, os argumentos de Borges Grainha parecem ter resultado, pois tomou as providências necessárias para aprontar o museu, sugerindo ao Ministro da Instrução Pública a conveniência de selecionar objetos sem interesse para leiloar, e usar as verbas obtidas para beneficiar as coleções e financiar as obras<sup>247</sup>. A 4 de junho de 1922 realizou-se um leilão, que rendeu 8136\$00, montante utilizado em vários melhoramentos.

---

<sup>246</sup> Cf. ANTT, ref. PT/TT/AC/M029.04, cota: AC/Mç. 29/mct. 4.

<sup>247</sup> Cf. Ofício 2/175 de 12 de maio de 1924, in ANTT, ref. PT/TT/AC/M029.04, Cota: Arquivo das Congregações, mç 29, mct. 4. Ver Apêndice Documental – Doc. 5.

A Câmara Municipal de Lisboa também prestou o seu contributo em alguns arranjos estéticos levados a cabo nas vésperas da abertura do museu ao público, designadamente no pátio de entrada – arranjo do empedrado, ajardinamento, colocação de uma estátua de S. Francisco de Assis a servir de fonte, fixação de azulejos<sup>248</sup>. Estes trabalhos mereceram o reconhecimento de Borges Grainha e a atribuição do nome «Pátio da Câmara Municipal de 1924» ao local intervencionado, homenagem que foi comunicada à Autarquia por ofício datado de 14 de outubro de 1924<sup>249</sup>.

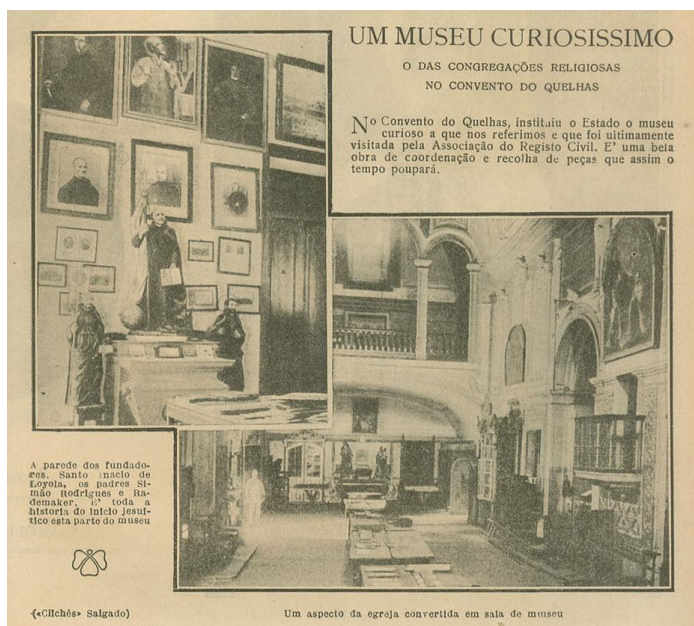


Fig. 14 – O Museu das Congregações, instalado na igreja do Convento do Quelhas.  
*Ilustração Portuguesa*, 6/8/1921, n.º 807.

Os aprestos para a abertura do museu ao público iam-se concluindo, fazendo-se sentir a necessidade crescente de recursos humanos, não só para arrumar e limpar as instalações, mas também para as vigiar em dias de visita. Parece, aliás, ter sido uma das principais razões do atraso na abertura do museu, pois a avaliar pela figura anterior, datada de 1921, e pelo conteúdo de um ofício dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, datado de 1 de julho de 1924, o museu já se encontrava pronto para abrir ao público, aguardando-se simplesmente a transferência de alguns serventes<sup>250</sup>. Numa tentativa de conseguir captar funcionários, e porque não havia qualquer dotação orçamental nem quadro de pessoal cabimentados para o AC, Borges Grainha não hesitou em pedir o auxílio de outras entidades<sup>251</sup>, como o Ministério da

<sup>248</sup> Cf. Ofício n.º 2/193 de 13 de agosto de 1924, de Manuel Borges Grainha – Diretor do AC – para o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, in ANTT, ref. PT/TT/AC/M029.04, Cota: Arquivo das Congregações, mç 29, mct. 4.

<sup>249</sup> Cf. Ofício n.º 2/215 de 14 de outubro de 1924, in ANTT, ref. PT/TT/AC/M029.04, Cota: Arquivo das Congregações, mç 29, mct. 4.

<sup>250</sup> Cf. Ofício n.º 2/183, *Ibidem*.

<sup>251</sup> O Ofício n.º 2/174 de 6 de maio de 1924 dirigido ao Ministro da Instrução Pública ilustra bem as preocupações do Diretor do AC: «*Exm.º Snr. Ministro da Instrução Publica § Depois de V. Ex.ª ter*

Instrução Pública, os Diretores de escolas primárias superiores (como a de Aldeia Galega, Almada e Sintra<sup>252</sup>), e a outros Ministérios<sup>253</sup>.

Uma missiva dirigida ao Ministério de Instrução Pública, datada de 25 de setembro de 1924, confirma o recrutamento precário de alguns recursos humanos, graças à colaboração do Ministério da Agricultura e da Escola Primária Superior de Almada, que dispensou alguns dos seus funcionários. Mas as carências de pessoal nos seus locais de origem, bem como as perspectivas de melhores salários na Torre do Tombo, rapidamente colocaram ao AC a necessidade de procurar pessoal excedentário em outras repartições do Estado<sup>254</sup>.

Os pedidos de colaboração estender-se-iam também às forças policiais, com as quais Borges Grainha pôde contar pela cedência de alguns agentes nos primeiros domingos em que o museu esteve aberto ao público, para assegurarem a «*guarda dos objectos e ordem dos visitantes*»<sup>255</sup>.

Estando pronto para ser inaugurado o museu, Borges Grainha tentou acordar com o Governo e com o Grémio dos Revolucionários Civis<sup>256</sup> – encarregue de organizar as Comemorações do Aniversário da Implantação da República –, a data da cerimónia. O Diretor era favorável à escolha do dia 5 de outubro (um domingo) por se comemorarem 14 anos sobre a data histórica que instaurou o novo regime. A instâncias do Grémio, o museu foi inaugurado no dia 4 de outubro de 1924 às 14 horas, com a presença do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes.

Em abril de 1925, provavelmente por se encontrar já doente, Manuel Borges Grainha foi substituído interinamente na Direção do AC por Aquilino Ribeiro. O novo diretor não tardou a apresentar ao Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos (Júlio Dantas) um circunstanciado relatório sobre a situação em que se encontravam os serviços a seu cargo. De entre os três equipamentos culturais, Aquilino Ribeiro dizia

---

*verificado de visu a necessidade urgente da transferência para este Arquivo de algum pessoal afim de se abrir ao publico o Museu já agora prompto na parte respeitante a sua organização, e bem assim a instante necessidade de salvaguardar a conservação do importante Arquivo e Biblioteca [...]», in ANTT, ref. PT/TT/AC/M029.04, Cota: Arquivo das Congregações, mc 29, mct. 4.*

<sup>252</sup> Cf. Ofícios n.º 2/178, 2/179 e 2/180, de 19 de junho de 1924, enviados por Manuel Borges Grainha, respetivamente, aos diretores das Escolas Primárias Superiores de Almada, Sintra e Aldeia Galega (atual Montijo), in ANTT, ref. PT/TT/AC/M029.04, Cota: Arquivo das Congregações, mc 29, mct. 4.

<sup>253</sup> Cf. Ofício n.º 2/177, de 19 de junho de 1924, enviado por Manuel Borges Grainha ao Secretário Geral do Ministério da Agricultura, *Ibidem*.

<sup>254</sup> Cf. Ofício n.º 2/202, de 25 de setembro de 1924, *Ibidem*. Ver Doc. 7 em Apêndice Documental.

<sup>255</sup> Cf. Ofício n.º 2/218, de 22 de outubro de 1924, do diretor do AC ao Comandante da Polícia de Segurança Pública, *Ibidem*.

<sup>256</sup> Cf. Ofício n.º 2/202 datado de 22 de setembro de 1924, do diretor do AC ao Presidente do Grémio dos Revolucionários Civis, *Ibidem*. Ver Doc. 6 em Apêndice Documental.



que «o denominado Museu é a secção melhor tratada e que não exige cuidados de intervenção, por agora»<sup>257</sup>. Paradoxalmente, sobre o arquivo e a biblioteca denunciava, respetivamente, a falta de um inventário e conseqüente classificação e catalogação que permitissem disponibilizar a documentação ao público, e o facto de a biblioteca não ser mais do que um depósito de livros, sem classificação, e muitos deles em adiantado estado de deterioração.

Em comum com a anterior Direção, Aquilino Ribeiro sentiu na pele a falta de recursos humanos e financeiros que pudessem colmatar os problemas relatados. Como em tantas situações da vida, as ambições tendem normalmente a regredir. O caso de Aquilino Ribeiro confirma a regra. No primeiro relatório apresentado a Júlio Dantas defendia o aumento de recursos humanos e o estabelecimento de uma dotação mensal para despesas de secretaria, serviços de catalogação e demais expediente<sup>258</sup>. Em ofícios posteriores dirigidos ao mesmo Inspetor, Aquilino Ribeiro continua a testemunhar as deficientes situações humana e financeira mas chega a limitar o seu pedido a «*um servente com urgência e a dotação respectiva*», denunciando a falta de limpeza, que «*data de meses e deve-se á Biblioteca Nacional que, a meu pedido e a titulo gracioso aqui enviou uma turma de mulheres assalariadas*»<sup>259</sup>.

Também as estratégias para conseguir entesourar algum dinheiro que fizesse face às despesas correntes foram similares às adotadas por Borges Grainha: a realização de leilões.

A história do Arquivo das Congregações e das suas secções enquanto espaços autónomos terminou com a sua incorporação física no Arquivo da Torre do Tombo – então localizado no Palácio de São Bento – pelo decreto n.º 18769 de 16 de agosto de 1930. A residência do Quelhas ficava assim disponível para acolher na sua plenitude o Instituto Superior de Comércio, hoje Instituto Superior de Economia e Gestão.

---

<sup>257</sup> Cf. Ofício n.º 236 de 25 de abril de 1925, do Diretor interino do AC (Aquilino Ribeiro) ao Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos (Júlio Dantas), *Ibidem*. Ver Doc. 9 em Apêndice Documental.

<sup>258</sup> *Ibidem*: «para corresponder ás necessidades da presente conjuntura, deverá compôr-se de 8 funcionários superiores, pelo menos, e 4 serventes. Atualmente ha em serviço neste Arquivo, provido definitivamente = um continuo, a titulo provisório = um funcionario (senhora) requisitado ao Ministerio da Guerra. Havia ainda uma amanuense, das Escolas Primarias Superiores, em comissão de serviço, mas que recebeu ordem de se apresentar na respectiva Secretaria, ordem a que convem obstar, se é possível. Alem desta organização, numericamente muito aquem das necessidades do Arquivo, será preciso estabelecer uma dotação mensal para despesas de secretaria, serviço de catalogação, e mais expediente».

<sup>259</sup> Cf. Ofício n.º 247 de 21 de janeiro de 1926, *Idem, Ibidem*.



### **PARTE 3 – OS MUSEUS NA 1.<sup>a</sup> REPÚBLICA: ESTUDOS DE CASO E NOTÍCIAS**

O Estado inaugurou na 1.<sup>a</sup> República o primeiro sistema museológico coerente, balizado por políticas descentralizadoras, mas alicerçado num sistema piramidal de museus nacionais e regionais, fiscalizado e controlado a partir das Circunscrições Artísticas, hierarquizadas no Ministério do Interior, e posteriormente da Instrução.

Contudo, a tradição museológica precedente continuou a desempenhar um importante papel no panorama nacional. É assim que se entende a existência de tutelas de museus diferenciadas, públicas e privadas.

A primazia da Arte e da Arqueologia nos museus convivia com a existência de coleções e museus especializados em outras áreas do saber ou da cultura material, com particular destaque para a História Natural e a Etnografia.

Neste grande item propomos uma viagem pelo universo individualizado da maior parte dos museus existentes em Portugal, entre 1910 e 1926, tendo em conta a sua história, o seu enquadramento institucional, os seus desafios, as suas coleções e as suas realizações.



## CAPÍTULO 18: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PÚBLICO DOS MUSEUS

Como dissemos na Introdução da presente Tese, não desenvolvemos o assunto dos públicos dos museus de uma forma sistemática e abrangente, porque não encontramos para a maior parte dos estabelecimentos estudados qualquer dado sobre os visitantes. Tal poder-se-á justificar, em primeira linha, pela existência precária de alguns daqueles equipamentos, às vezes só existentes no papel, com frequência em processo de instalação e por isso encerrados ao público, a tempo inteiro ou parcial.

A existência de números absolutos nem sempre é fácil de estabelecer, mesmo quando existem livros de visitantes. A configuração e a localização destes no final do percurso expositivo deixam em aberto várias hipóteses. A primeira é a de nem todos os visitantes quererem deixar registada a sua assinatura, outra é a de, por vezes, os visitantes poderem não se aperceber da existência de um livro do género para testemunhar a sua estada no museu ou até não saberem escrever.

Será mais importante vislumbrar no processo histórico as tendências que podem ou não suscitar um maior afluxo de público.

A primeira está estreitamente ligada com a importância educacional crescente dos museus, colocando-os num lugar de destaque como extensões da educação formal ministrada nas escolas e universidades, ou da instrução e formação cívica da sociedade em geral, justificando a gratuidade das entradas na maior parte das instituições.

A segunda remete para a relevância económica dos museus, tidos como importantes meios de desenvolvimento do Turismo, atividade que ganha maior preponderância no primeiro ano da República, e que como vimos motivou a realização no nosso país, do IV Congresso Internacional de Turismo, no âmbito do qual surgiu o Museu do Palácio Convento de Mafra. Começa a haver o entendimento de que ao abrir-se um museu está a ampliar-se significativamente a probabilidade de atrair visitantes e por seu turno as respetivas divisas.

A terceira prende-se com a ameaça de paralisação e degradação das vias de comunicação terrestre e marítima, a ameaçar paralisação e degradação. Contudo, o desenvolvimento das estruturas de suporte ao Turismo e à Economia em geral mobilizaram mais sensibilidades para a necessidade de incremento, interrompido com a eclosão da I Guerra Mundial<sup>260</sup>, mas num ritmo que denota crescimento.

---

<sup>260</sup> Antes da I Guerra Mundial, o *Anuário Comercial* referia que das 5 mil povoações citadas só 400 eram servidas por estações de caminho-de-ferro, por sua vez complementadas por uma rede de transporte de

A quarta, intimamente relacionada com a anterior, está relacionada com o aumento bastante significativo do número de veículos automóveis e de transportes coletivos terrestres (ferroviários, automóveis e marítimos) durante a República, encurtando as distâncias e o tempo dispendido nas deslocações, e possibilitando o aumento do número de passageiros em circulação pelo país, ou seja, de potenciais turistas<sup>261</sup>.

Encontrámos algumas referências a números de visitantes aos nossos museus que, embora não nos permitam uma visão sistematizada e comprovem a inconsistência no fornecimento de dados, deixam em certos casos entrever a tendência para um crescimento do número de visitantes nos estabelecimentos que foram oferecendo maior estabilidade ou evolução no seu funcionamento. A falta de dados regulares permite-nos perceber que muitos dos museus estavam mais preocupados em sobreviver às incertezas

---

tração animal. Apesar de tudo, entre 1900 e 1930 a rede ferroviária aumentou de 2380 para 3424 Km. A rede de estradas também não apresentava perspectivas animadoras, apesar da legislação produzida para mudar a situação: em 1913 o Governo de Afonso Costa fez aprovar uma Lei (22 de fevereiro) promissora para o incremento rodoviário, através da reclassificação das estradas e da autorização para a contração de empréstimos para a conclusão de lanços já iniciados e para a reparação de outros; a criação da Administração Geral das Estradas e Turismo por Decreto de 17 de outubro de 1920, em que se incluía um Fundo de Viação e Turismo; A Lei de 3 de setembro de 1924 autorizando a contração de um empréstimo de 15 mil contos para reparação de estradas. Quando a República foi instaurada havia 16 mil km de estradas, em 1925 havia 13387 km de estradas nacionais e distritais e 4 mil km de estradas municipais, o que revela apesar de tudo um ligeiro aumento dos quilómetros de estradas, sobretudo ocorrido antes da Guerra. Os portos marítimos nacionais, poucos e mal apetrechados, padeciam de grandes deficiências, que se mantiveram devido ao desvio de fundos para o esforço de guerra, e apesar de começarem a surgir Juntas Autónomas nos portos do país a partir de 1910, apostadas em empreender melhoramentos. Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira e ROLLO, Fernanda, «Os meios de circulação e distribuição» in SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal: Vol. XI: Portugal da Monarquia para a República*, Editorial Presença, Lisboa, 1991, 1.ª ed., pp. 146-163.

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 155-161: Em 1916, Portugal era o 11.º país da Europa no que tocava ao número de automóveis e camiões. Em 1923 deu-se um surto enorme no número de veículos existentes (entre carros, camiões e motociclos). Entre os períodos antes e após a I Guerra Mundial, o número de veículos aumentou sete vezes, com Lisboa a diminuir a percentagem diferencial relativamente ao resto do país, que se motorizava significativamente. Em 1926 no norte havia 80 carreiras de camioneta para transportar passageiros e no sul 50. O próprio número de embarcações mercantes a vapor e à vela de origem portuguesa revela o crescimento da movimentação de pessoas e mercadorias nos portos nacionais. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: volume XII: A Primeira República (1910-1926): História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, Editorial Verbo, 2001, 2.ª ed., pp. 215-219: O incremento da rede de caminhos-de-ferro foi visto pela República como um instrumento para a consolidação do próprio regime político, daí que tenha merecido a atenção dos Governos, apesar dos constrangimentos financeiros para o seu incremento. Durante a República foram adjudicados vários concursos públicos ou aprovados vários projetos para construção de lanços de via férrea: Portalegre (1913); Lagos (1914); linha entre Moura e Chaves, na margem esquerda do Tâmega (1915); abertura do entroncamento de Garvão, pala ligar as linhas do Vale do Sado e do sul e sueste (1915); ligação ferroviária entre Vila Real de Santo António e Aiamonte – Huelva (1915). A República, maculada pela participação portuguesa na Guerra, conseguiu, ainda assim, concretizar: a ligação ferroviária entre Grândola e o Lousal com passagem por Canal Caveira e ligando-se ao eixo ferroviário centro e sul; em 1920 foram estabelecidos comboios diretos diários entre Lisboa e Porto; em julho de 1922 foi inaugurado o ramal ferroviário de Portimão a Lagos; etc.

conjunturais que os influenciavam do que em contabilizar os agentes tidos como a principal razão da sua existência: os visitantes. Eis alguns exemplos:

- José de Figueiredo identifica um público do Museu Nacional de Arte Antiga constituído sobretudo por pessoas das classes médias e laboriosas, em detrimento das elites sociais e culturais<sup>262</sup>. João Couto refere num relatório de 1924 que no âmbito da exposição temporária da Vista Alegre, aquele museu «*viu as suas salas, contrariamente ao que sucede, repletas de visitantes*»<sup>263</sup>. Os totais anuais de visitantes nacionais e estrangeiros do MNAA nos anos de 1920 e 1921<sup>264</sup>, enviados como dados estatísticos solicitados pelo Diretor Geral de Estatística são casos isolados detetados em copiadores de correspondência, mas dão claramente uma ideia de que o número de visitantes portugueses era significativamente superior.

- No caso do Museu Regional de Évora, António Alegria refere unicamente o número de 1680 visitantes<sup>265</sup> no ano de 1922.

- A apresentação de totais anuais pelo Jardim Zoológico e de Aclimação de Lisboa para todos os anos do Regime é um caso quase único, que pode ser apreciado no capítulo respetivo.

- Temos dados para o Aquário Vasco da Gama para o período compreendido entre 1910 e 1921, período para o qual foram publicados relatórios pormenorizados sobre todos os aspetos relacionados com a vida da instituição, e que serão oportunamente referidos.

- Uma referência isolada aos 5911 visitantes do Museu Etnológico Português no ano de 1914, entre especialistas, curiosos e estudantes de vários níveis e estabelecimentos de ensino<sup>266</sup>.

---

<sup>262</sup> Cf. Entrevista de António Cobeira a José de Figueiredo na rubrica «Cronica Occidental», in *Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Caetano Alberto da Silva, Lisboa, 30 de novembro de 1912, 36.º Ano, n.º 1221, p. 258: «*E visto falar-lhe de frequencia, embora ela não seja o que devia sêr, é, contudo, maior do que muita gente supõe. As altas classes, salvo os amadores, não o frequentam tanto como seria para desejar, mas as classes medias e baixas visitam-no bastante. Como anteriormente á minha vinda para aqui, não havia mapa dessa frequencia, falta-me o elemento de comparação para averiguar da maior ou menor progressividade dessa frequencia. Mas atualmente e apezar do Museu só estar patente ao publico, por falta de guardas, ás quintas-feiras e domingos, essa frequencia passa normalmente de 3:000. Em um só dos ultimos domingos, excedeu 1:000, sendo tanta que foi necessario que se reforçasse a guarda habitual*».

<sup>263</sup> Cf. MNAA, AJF, Caixa 3, Pasta 3, Secção 3.4., Doc. 1: Relatório de João Rodrigues da Silva Couto, Conservador Adjunto do Museu, dirigido ao Diretor, o Dr. José de Figueiredo, em 28 de agosto de 1924. Ver Doc. 10 em Apêndice Documental).

<sup>264</sup> Visitantes no ano de 1920: Nacionais: 16742; Estrangeiros: 750; Total: 17492; Ano de 1921: Nacionais 17833; Estrangeiros: 987; Total: 18820. Cf. MNAA, *Copias da Correspondencia Remetida*, Livros n.º 2 e 3.

<sup>265</sup> Cf. ALEGRIA, António Miguel, «O Museu de Évora e o seu Público / Rupturas, Inovações e Continuidades (1915/1999)», in *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, Évora, 2001, II Série, n.º 5, pp. 365 e 366.

- Os números apurados por Henrique Coutinho Gouveia no livro de visitantes do Museu Regional e Paroquial de Lorvão<sup>267</sup>, criado com os pretextos de valorização do Mosteiro, fixação do património na localidade e atração turística, revelam um aumento consistente do número de visitas.
- Ao longo dos seus boletins, a Sociedade de Geografia de Lisboa foi publicando os relatórios anuais da sua atividade, nos quais figuraram os números de visitantes precisamente até 1926<sup>268</sup>, com um claro declínio ao longo de todo o período estudado.
- O livro de visitantes do Tesouro da Colegiada da Oliveira aberto em 1899 dá-nos a conhecer o número de visitantes nacionais e estrangeiros até 1931<sup>269</sup>, com um hiato relativo aos anos de 1914 a 1917 e ao de 1919.

---

<sup>266</sup> Cf. VASCONCELOS, José Leite de, *Historia do Museu Etnologico Português: 1893-1914*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915, p. 341.

<sup>267</sup> Visitantes entre julho e dezembro de 1921: 368; em 1922: 91 (sem registo nos meses de agosto, outubro, novembro e dezembro); em 1923: 274 (sem registo nos meses de janeiro a março); em 1924: 416; em 1925: 736; em 1926: 868. Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Para a história dos Museus Locais em Portugal: a propósito da criação do Museu de Lorvão*, col. Estudos e Materiais, Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Etnologia, Lisboa, 1984, n.º 5, pp. 13, 14 e 31.

<sup>268</sup> Totais de visitantes entre 1910 e 1926: 1910 – 50000; 1911 – 30000; 1912 – s/n; 1913 – 23000; 1914 – 22716; 1915 – 38000; 1916 – 25000; 1917 – 26856; 1918 – s/n; 1919 – 15000; 1920 – 20000; 1921 – 12000; 1922 – s/n; 1923 – 5000; 1924 – 4000; 1925 – s/n; 1926 – 3500. Cf. PEREIRA, Maria Manuela Cantinho, *Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Modernidade, Colonização e Alteridade* [Texto Policopiado], Tese de Doutoramento em Antropologia Social, ISCTE, Lisboa, 1999, p. 429.

<sup>269</sup> No livro de visitantes identificam-se visitantes nacionais das seguintes localidades ou regiões (por ordem alfabética: Abrantes, Aguada de Cima (Águeda), Águeda, Aguda, Airão (Guimarães), Alcobaca, Alenquer, Algés, Almodôvar, Alter do Chão, Alandroal, Altura, Amadora, Amarante, Amares, Anadia, Angra do Heroísmo, Arouca, Arcos de Valdevez, Aveiro, Azurara (V. Conde), Baião, Baltar, Barcelos, Barquinha, Barreiro, Beja, Besteiros, Bouças, Braga, Bragança, Cabeceiras de Basto, Cabeço de Vide, Caldas da Rainha, Caminha, Campo Maior (Portalegre), Carrazeda de Ansiães, Casa Branca, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Paiva, Castro Daire, Celorico de Basto, Cernache do Bonjardim, Chaves, Coimbra, Coimbrões (V. N. de Gaia), Colares, Covilhã, Cucujães, Custóias, Eixo (Aveiro), Elvas, Entre-os-Rios, Ervedal, Ervedosa (Vinhais), Escalhão (Fig. Cast.º Rodrigo), Esmoriz, Espinhel, Espinho, Esposende, Estarreja, Estremoz, Évora, Fafe, Famalicão, Fanzeres, Faro, Felgueiras, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Freamunde, Freixo de Espada à Cinta, Fronteira, Funchal, Fundão, Golegã, Gondomar, Gouveia, Grijó, Guarda, Guimarães, Ílhavo, Lamego, Leça da Palmeira, Leiria, Lisboa, Lousã, Lousada, Mação, Madeira, Maia, Margaride (Felgueiras), Marinha Grande, Matosinhos, Mêda, Melgaço, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Moita, Monção, Montemor-o-Novo, Murça, Murtosa, Negrelos (Santo Tirso), Nisa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Pedrógão Grande, Penafiel, Penela, Penela da Beira (Penedono), Pevidem (Guimarães), Pinhel, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Portalegre, Portimão, Porto, Praia do Ribatejo, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Redondo, Ribeira de Pena, Rio Tinto, Régua, Reguengos, Ruivães, Santarém, Santa Maria da Feira, São Mamede de Infesta, São Martinho do Campo, São Martinho do Porto, São Pedro do Sul, São Torcato (Guimarães), Santo Tirso, Serpa, Setúbal, Sinfães, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Soure, Sousela (Lousada), Taipas (Guimarães), Terras de Bouro, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Valença, Valongo, Valpaços, Viana do Castelo, Vieira de Leiria, Vieira do Minho, Vila da Ponte (Sernancelhe), Vila de Rei, Vila do Conde, Vila Flor, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Ourém, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Vila Real de Santo António, Vila Verde, Vilarinho do Bairro (Anadia), Vimioso, Vinhais, Viseu, Vizela, Vouzela; das antigas colónias: Angola (Luanda, Malanje), Cabo Verde (Ilha do Fogo) Goa, Guiné, Moçambique (Beira, Lourenço Marques, Quelimane), S. Tomé, Timor (Díli); também identificámos visitantes de outros países e ou regiões estrangeiras: Alemanha (Augsburgo, Baden-Baden, Berlim, Dusseldorf,



- Um relatório de 1924 sobre o Museu Camilo em S. Miguel de Seide, da autoria do primeiro Diretor, José de Azevedo e Menezes, dá-nos um total de 320 visitantes para um período compreendido entre 15 de outubro de 1922 e 6 de abril de 1924;
- O *Livro de Visitas* do Museu Municipal de Moura indica-nos um total de 995 no período compreendido entre 31 de Julho de 1915 e 31 de Março de 1926.
- Tito Larcher indicou, nos seus relatórios do Museu Regional de Leiria, dados estatísticos para os anos de 1917, 1918 e 1919, correspondendo aos anos em que o museu esteve aberto com regularidade.
- A Sociedade Martins Sarmiento, por exemplo, só começou a preocupar-se com a contabilização dos visitantes em 1934.
- Através da *Revista de Turismo* conhecemos o número de visitantes do Museu Rafael Bordalo Pinheiro no ano de 1916, ascendendo aos 518<sup>270</sup>.

A própria Direção Geral de Estatística apresentou grandes inconsistências no fornecimento de dados sobre os visitantes dos museus, o que desde logo nos permite levantar várias hipóteses sobre o assunto, desde a própria irregularidade de inquirição e divulgação de números por parte dos serviços estatísticos, o não fornecimento sistemático de informações por parte das instituições e a pouca preocupação destas em fazer o levantamento ou tratamento desses dados. Atentando aos Anuários Estatísticos publicados para o período estudado, verificamos que só o do ano de 1919 apresenta números, circunscritos a um universo muito limitado de museus. Os estabelecimentos e os números de visitantes referidos são os seguintes: Museu Nacional de Arte Antiga – 14131; Museu Nacional de Arte Contemporânea – 4390; Museu Nacional dos Coches – 19766; Museu Regional de Évora – 700; Museu Regional de Faro – 500; Museu de Arte Sacra da Sé de Coimbra – 600; Museu Machado de Castro – 4100; Museu Grão Vasco – 2685; Museu Municipal Francisco Tavares Proença Júnior – 4000; Museu Municipal Santos Rocha – 442; Museu Regional de Aveiro – 6000; Museu Regional de Lamego – 20000; Museu Regional de Leiria – 682; Museu Municipal do Porto – 1452; Museu

---

Hamburgo, Pomerânia), Argentina, Áustria, Brasil (Baía, Campinas, Lagoa, Manaus, Maranhão, Niterói, Pará, Pernambuco, Petrópolis, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo), China (Xangai), Espanha (Cádiz, Madrid, Vigo), Escócia (Edimburgo), França (Bar-le-Duc, Le Havre, Paris), Honduras, Inglaterra (Londres, Preston), Irlanda (Cork), Itália (Bolonha, Florença), Rússia (São Petersburgo, Sibéria), Uruguai (Montevideu). Os totais de visitantes entre 1910 e 1926 constam: de outubro a dezembro de 1910: 4; 1911: 188; 1912: 2; 1913: 17; 1918: 2; 1920: 70; 1921: 285; 1922: 303; 1923: 375; 1924: 238; 1925: 183; 1926 (até ao 28 de maio): 19.

<sup>270</sup> Cf. «Museu Rafael Bordalo Pinheiro – Estatística d’este Museu», in *Revista de Turismo*, Lx., 20 de janeiro de 1917, Ano 1, n.º 14, p. 106.

Municipal Azuaga – 720; Museus da Sociedade Martins Sarmiento – 578; Museu Regional de Bragança – 160<sup>271</sup>.

Vários registos referem as condições de acessibilidade aos museus por parte do público, numa tentativa de definir os seus direitos e obrigações. As principais referências surgem-nos nos regulamentos internos, que disponibilizam não só os horários de abertura, muitas vezes fazendo a distinção entre um público especializado e o público geral, como também as normas de acesso, normalmente relacionadas com a segurança e a reprodução dos objetos em exposição.

Podemos afirmar que a República intensifica a dimensão pública do museu, materializada em diferentes aspetos: a tendência para o alargamento dos horários de abertura ao público; a publicação de catálogos das coleções; a multiplicação dos grupos de amigos, refletindo uma maior participação cívica na vida das instituições; uma maior preocupação com a seleção dos objetos em exposição e com a produção de um discurso museográfico descodificado e acessível a todos os visitantes.

Viajemos agora pelo universo museológico nacional.

---

<sup>271</sup> Cf. Direção Geral de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal – Ano de 1919 – Capítulo IV – Instrução Pública*, Imprensa Nacional, Lx., 1922, pp. 195-197. Ver Doc. 11 em Apêndice Documental.

## CAPÍTULO 19: OS MUSEUS DA 1.ª CIRCUNSCRIÇÃO ARTÍSTICA

### 1. MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

«O Museu Nacional de Arte Antiga, com a sua actual vocação, nasce em 1911, com a divisão das colecções, a definição da sua cronologia e a acção modernizante de um director: José de Figueiredo»<sup>272</sup>

#### **Antecedentes: Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia**

Apesar de só em 1884 ter sido formalmente inaugurado o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, a sua constituição teve início após a extinção das ordens religiosas masculinas, quando começou a transferência dos bens históricos e artísticos existentes nos conventos e mosteiros para a sede da Academia de Belas Artes, no Convento de S. Francisco da Cidade, onde em 1869 abriu ao público a Galeria Nacional. O edifício que a acolhia carecia, contudo, de melhoramentos urgentes para prover à boa conservação do acervo coligido, que continha muitos «quadros que pedião algum arranjo, e ameaçavão total ruína se não se lhes acudisse»<sup>273</sup>. O mesmo acontecia com a coleção de estampas (cerca de mil segundo Holstein, sem contar com as estampas de Paris, que ascendiam a três milhões de provas, ainda que com poucas escolas representadas) e gravuras, em mau estado de conservação e acondicionamento, e sem uma sala digna para as expor. As razões acima enunciadas procuravam justificar o facto de, antes de 1869, não se disponibilizar ao público de forma regular a visita às colecções. A fraca dotação para aquisição de obras de arte era outro obstáculo apontado. As colecções formaram-se sobretudo com pinturas portuguesas, de Vasco Fernandes, Vieira Lusitano, Pedro Alexandrino, entre outros, e esculturas<sup>274</sup>, secção pouco desenvolvida e com peças pouco significativas, apesar de existirem ainda muitas disseminadas por diversos locais, queurgia coligir antes da sua perda.

Além das peças resultantes da nacionalização dos bens congreganistas, a Academia recebeu também doações e outros depósitos, como a coleção de cerca de mil desenhos originais da Imprensa Régia, em depósito desde 1844 na Academia e que por Portaria de 10 de Março de 1863 passaram a ser propriedade sua. Outras foram compradas de colecções particulares, como a da rainha Carlota Joaquina.

---

<sup>272</sup> Cf. PORFÍRIO, José Luís Gordo, «O Museu – Espaços e Exposição», in *Museu Nacional de Arte Antiga Lisboa, As Grandes Colecções*, Hirmer Verlag, Munique, Alemanha, 1999, p. 39.

<sup>273</sup> *Relatorio do Ex.mº Vice-Inspector, Marquez de Souza Holstein, dirigido ao Ex.mº Ministro do Reino, em 29 de Fevereiro de 1864, [...] Doc. cit., p. 4.*

<sup>274</sup> Cf. *Novo Guia do Viajante em Lisboa e seus arredores, Cintra, Collares, e Mafra, ornado com algumas vistas dos principaes monumentos de Lisboa*, J. J. Bordalo, Lisboa, 1853, p. 54

Um documento precioso para acompanhar o movimento de entradas na Galeria intitula-se *Registo, das ofertas, legados, depositos, e incorporações, de objetos de arte, de que a Academia de Belas Artes de Lisboa, foi depositaria*<sup>275</sup>, cobrindo o período de 1838 a 1898. Traça um percurso contínuo de ofertas e alguns depósitos. Na lista de benfeitores encontramos, como vultos mais importantes da sociedade, o próprio rei D. Luís e seu pai, o rei D. Fernando II. Outro importante benemérito foi o Conde de Carvalhido, Luís Augusto Ferreira de Almeida, a quem a Academia tem a agradecer a oferta de inúmeros quadros.

Em 12 de junho de 1884, na sequência da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola realizada em 1882, inaugurou no Palácio dos Condes de Alvor, à Rua das Janelas Verdes, o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia. Segundo José de Figueiredo, embora tenham sido adquiridas muitas obras de arte para o museu, este acabou por usufruir muito menos do que seria desejável das coleções expostas dois anos antes no certame ibérico. Graças ao Legado Valmor<sup>276</sup>, e não obstante a sua maior aplicação à aquisição de obras para o Museu Nacional de Arte Contemporânea, sempre foi conseguindo adquirir obras importantes, como grande parte da coleção Aragão. O museu continuou a coligir muitos objetos, fruto não só de doações, legados, ofertas e depósitos, mas também de compra e como proteção legal dos objetos pertencentes à Igreja, que foram nacionalizados com a Lei de Separação de 20 de abril de 1911.

### **Na República: Museu Nacional de Arte Antiga**

O Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) resultou da divisão do Museu Nacional de Belas Artes, instituída pelo Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, que originou também o Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC). Os moldes do desdobramento foram delineados na sessão de 10 de julho de 1911, da Comissão Executiva do CAA1, estabelecendo-se que no MNAA ficassem as obras de arte

---

<sup>275</sup> Cf. *Registo, das ofertas, legados, depositos, e incorporações, de objetos de arte, de que a Academia de Belas Artes de Lisboa, foi depositaria e que pelas sucessivas reformas dos serviços artísticos e nomeadamente pela de 1912, couberam, em partilha, ao Museu Nacional de Arte Antiga, excetuando os provenientes do depósito dos extintos conventos de frades, em 1833, e os dos conventos de freiras, que, natural e subsequentemente se foram extinguindo, objetos que constam de uma relação especial*, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 17. Ver Doc. 12 em Apêndice Documental.

<sup>276</sup> O Decreto de 4 de junho de 1901 determinou a aceitação do legado do Visconde de Valmor para o Museu Nacional de Belas Artes (70.000\$000 réis), para constituição de um fundo permanente aplicado à aquisição de obras de arte nacionais e estrangeiras, e para a Academia Real de Belas Artes de Lisboa (50:000\$000 réis), para subsidiar estudantes e artistas em deslocações de estudo e aperfeiçoamento no estrangeiro. Cf. *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902, p. 176. Também disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/133/p209>.

produzidas até 1850, apesar de Carlos Reis, designado para dirigir o MNAC, ter previamente avançado a proposta de no museu a seu cargo serem reunidas as obras a partir de início do século XIX. Esta proposta não vingou dada a perspetiva diferente de José de Figueiredo (JF), que argumentou referindo que artistas como Domingos Sequeira eram artistas do século XVIII, mas se mantiveram no ativo até meados do século seguinte, e que não conviria, portanto, separar as suas produções<sup>277</sup>.

Concordamos com Jorge Custódio, segundo o qual estamos perante um museu novo, pelas coleções e organização, fazendo dele a primeira experiência museológica científica portuguesa, graças à iniciativa de José de Figueiredo, seu primeiro Diretor<sup>278</sup>. Jurista que cedo trocou o Direito pela História e Crítica de Arte, JF manteve-se à frente dos destinos do museu entre 1911<sup>279</sup> e 1937, quando foi substituído por João Couto<sup>280</sup>.

---

<sup>277</sup> Cf. *Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição 1911-1917* (Livro 1), p. 1, Cópia do ANTT disponível em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4611681>.

<sup>278</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo Custódio, *Ob. Cit.*, pp. 916 e 917.

<sup>279</sup> José de Figueiredo (n. / m. Porto, 21/12/1872 – 18/12/1937). Estudou em Coimbra entre 1888 e 1893, obtendo o grau de Bacharel em Direito. Entre 1895 e 1901 viveu em Paris, cidade onde desenvolveu o seu amor pela Pintura Antiga e obteve os seus conhecimentos sobre História, Estética e Crítica de Arte, em cursos livres de Arqueologia e História da Arte na Escola do Louvre criada em 1881 para formar os conservadores dos museus franceses, em ateliers de artistas como Rodin, em leituras, por intermédio dos convívios com artistas simbolistas, historiadores de Arte e conservadores de museus como Salomon Reinach. Casado em 1901 com Ana Beatriz Fonseca, descendente de uma família abastada do Porto, entrou em contacto com pessoas influentes da Governação, ascendendo a cargos que iriam permitir a sua atuação no domínio da Cultura. Por influência de António Cândido, tornou-se 1.º Oficial da Direção Geral da Instrução Pública em 24 de novembro de 1901. Em 1902 tornou-se membro da Sociedade Nacional de Belas Artes e vogal do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (dezembro). Em dezembro de 1903 foi aceite como Académico de Mérito da Academia Real de Belas Artes, devido às suas relações com os Ministérios do Reino e das Obras Públicas. Nas sessões daquela última começou a revelar as suas preocupações no âmbito da Conservação Preventiva, defendendo a estabilização da temperatura nas salas de exposição de pintura sobre tábua e o registo fotográfico antes, durante e depois do restauro, e juntamente com Luciano Martins Freire conseguiu criar no Convento de S. Francisco uma pequena oficina de restauro de pinturas. Em finais de 1909, integrou juntamente com Lopes de Mendonça, Alfredo da Cunha, José Pessanha e Michel'angelo Lambertini a Liga de Educação Estética, que não teve continuidade durante a República. A José de Figueiredo se deveu o reconhecimento internacional de uma Escola Portuguesa, especialmente através da sua obra *Arte Portuguesa Primitiva: o Pintor Nuno Gonçalves* (1910), publicada em simultâneo com a exibição dos Painéis de S. Vicente em uma das salas da Academia (maio de 1910). Foi nomeado para o cargo de Diretor do MNAA por Decreto de 29 de maio de 1911, tomando posse no dia 13 de junho seguinte. Cf. PONTES, Teresa, *Museologia da Arte* [Texto Policopiado]: *conceitos e práticas de José de Figueiredo*, Tese de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova da Lisboa, 1999, pp. 16-35. Vide também BAIÃO, Joana Margarida Gregório (2014), *Ob. Cit.*

<sup>280</sup> Precederam José de Figueiredo na Direção os pintores António Tomás da Fonseca (1884-1894), António José Nunes (1894-1904) e Carlos Reis (1905-1911). Este último foi, de acordo com José de Figueiredo, completamente inapto para o cargo, havendo uma troca de acusações entre ambos em alguns artigos de jornais nacionais da época. A escolha de Carlos Reis, contrariamente ao que devia ter acontecido, não foi feita pela Comissão Executiva da Academia de Belas Artes, que havia escolhido o escultor Simões de Almeida, mas diretamente pelo Governo, gerando desde logo o desagrado dos membros da Academia. João Couto iniciou as suas funções no MNAA como Conservador Estagiário em 1924, em 1928 tornou-se Conservador Adjunto, passando a efetivo em 1932, destacando-se fundamentalmente nas atividades de extensão escolar. Em 1938 tornou-se Diretor do museu. Sobre o assunto, ver as teses já citadas de Teresa Pontes e Joana Baião.

O artigo 30.º do Decreto n.º 1 discrimina o pessoal do museu. Para além do Diretor havia três Conservadores, um Secretário, um Chefe de Pessoal Menor, um Porteiro, cinco Guardas Efetivos, nove Guardas Auxiliares e um Jardineiro.

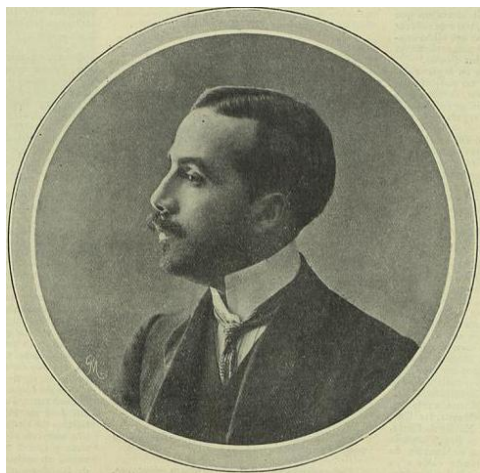


Fig. 15 – O Dr. José de Figueiredo, Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga entre 1911 e 1937.

*Occidente*, 30/11/1912, n.º 1221.

Apesar dos esforços de José Luís Monteiro, Luciano Freire e Veloso Salgado em 1901, para selecionar as obras de valor e ocultar as insignificantes, ao tomar posse como Diretor em 1911, José de Figueiredo deparou-se com «*um verdadeiro depósito em que a obra de arte autentica desaparecia apagada e perdida entre banalidades ou verdadeiros horrores*»<sup>281</sup>. A falta de critério dos Diretores António José Nunes e Carlos Reis, seus antecessores, refletiu-se a vários níveis: as salas de pintura «*continuavam pejadas de quadros [...] até à cimalha e sem os cuidados de conservação indispensáveis*»<sup>282</sup>. Nas outras secções os cuidados não eram melhores, com vitrinas repletas de objetos, sem qualquer seleção, ou esculturas sucedendo-se em plintos, muito próximos uns dos outros, pondo em causa a integridade dos objetos, mas também o interesse do público e o prestígio do museu, com um fraco carácter instrutivo. Acrescia a estes factos a impossibilidade de expor alguns quadros adquiridos havia pouco tempo pelo Legado Valmor.

A primeira preocupação de José de Figueiredo foi tratar das obras mais degradadas<sup>283</sup> com o auxílio de Luciano Freire, trabalho francamente favorecido pelo legado de Bento da Rocha Cabral (abril de 1921), no valor de 5000\$00, para restauro de

<sup>281</sup> Cf. FIGUEIREDO, José de, «O Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa», in *Atlantida: Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, Ano I [1915], vol. I, n.º 2, p. 150.

<sup>282</sup> *Ibidem*.

<sup>283</sup> No seio da ARBAL, D. José Pessanha lançou as bases para a inventariação das obras de arte (1 de março de 1910) e foi nomeada a Comissão de Inventário e Beneficiação da Pintura Antiga em Portugal (aprovada por Despacho Ministerial de 15 de abril de 1910), composta por Ramalho Ortigão, José de Figueiredo, José Pessanha, Manuel Macedo Pereira Coutinho e Luciano Martins Freire. Esta comissão manteve-se até ao final dos trabalhos de que estava encarregada, segundo o art. 55.º do DFL n.º 1 de 26 de maio de 1911. Cf. BAIÃO, Joana (2014), *Ob. Cit.*, pp. 167 e 168.

quadros. Depois veio a transformação das salas e a reorganização das exposições, passando pela reconstituição da vida palaciana para que o edifício remetia e pela necessidade de ampliar as instalações, contando para o efeito com a colaboração do arquiteto Adães Bermudes e José Luís Monteiro, logo em 1911.

Neste ano chegou a idealizar a construção de um edifício de raiz no Parque Eduardo VII, mas consciente da magreza orçamental do Estado e da prioridade de outras infraestruturas no campo da instrução, como os liceus, José de Figueiredo contentou-se com o palácio das Janelas Verdes, dadas a carga simbólica do edifício que acolhera a Exposição de Arte Ornamental e o Museu Nacional de Belas Artes, a solidez geológica da zona em que se encontrava construído, resistindo ao Terramoto de 1755, e a possibilidade de expandir o museu à igreja do antigo Convento de Santo Alberto<sup>284</sup>. Para conceber um autêntico museu, e não mais um depósito de objetos artísticos de valor artístico pouco coerente, José de Figueiredo viajou pela França, Alemanha, Holanda e Espanha, entre outubro e dezembro de 1911.

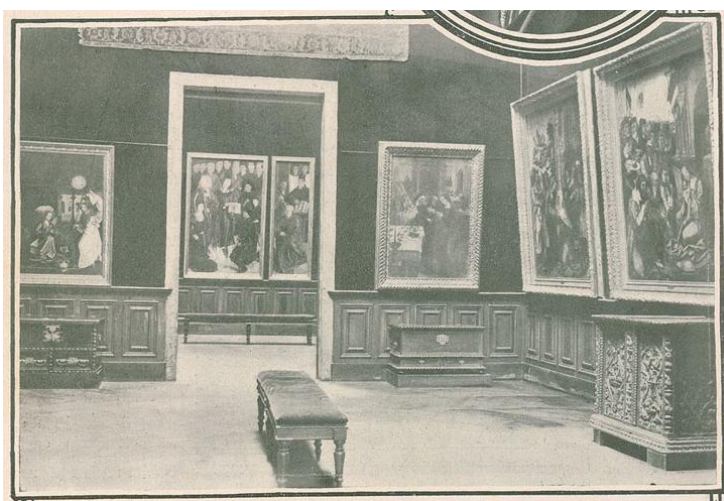


Fig. 16 – Sala dos Primitivos Portugueses. Um dos méritos de José de Figueiredo enquanto crítico de arte foi o reconhecimento de uma Escola Portuguesa de pintura, reconhecida internacionalmente.

*Ilustração Portuguesa*, 1/4/1912, n.º 319.

Em paralelo, preocupou-se em organizar os serviços de inventário, catalogação e investigação, em especial o registo de entradas, inexistente até então<sup>285</sup>, por estar consciente de que a conjuntura era propícia para o grande número de depósitos e incorporações, o que aliás explica também os atrasos do processo. Para a execução daqueles trabalhos, e «*a fim de estudar, em arquivos e colecções de arte, [...] pontos*

<sup>284</sup> Cf. COUTO, João, «Notas para a história da ampliação do Museu das Janelas Verdes», in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Lisboa, 1939, vol. I, n.º 1, p. 45. Ver também BAIÃO, Joana (2014), *Ob. Cit.*, p. 426.

<sup>285</sup> Cf. PINTO, Augusto Cardoso, «Relatório acerca dos Inventários do Museu das Janelas Verdes (1939)», in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Lisboa, 1944, vol. III, p. 47.

*obscuros da nossa história artística»*<sup>286</sup>, foi publicada a Portaria do Ministério do Interior de 27 de abril de 1912, autorizando José de Figueiredo a deslocar-se em serviço a Madrid, num período de oito dias, sem qualquer encargo para o Estado e sem quaisquer prejuízos para o serviço do museu. Data de 7 de junho desse ano uma nota de JF enviada ao CAA1, dando conta do estado de inventário do museu, na qual são distinguidos os núcleos pré-existentes e outros objetos entrados, dos procedentes dos espólios das corporações religiosas, sendo precisamente estes últimos que se encontravam simplesmente «*arrolados e inventariados tecnicamente, para base de catalogo»*<sup>287</sup>.

Para auxiliar o estudo e a produção de informação sistematizada sobre as coleções, em 1913 JF conseguiu apetrechar uma biblioteca privativa e especializada em Arte, que gradualmente foi contando com a boa vontade de variados beneméritos ou com a ginástica financeira e diplomática que o resiliente Diretor implementava. O sistema documental de José de Figueiredo enformou desde cedo um arquivo fotográfico, também ele privativo, contendo exemplares exteriores ao museu, mas onde tinham relevo todas as peças que respeitavam ao trabalho interno, desde as fotografias que acompanhavam o restauro de determinada peça às que testemunhavam os vários espaços museológicos ou objetos das coleções, para efeitos de divulgação. Nestes últimos casos, o MNAA contou sobretudo com trabalhos dos fotógrafos João Carlos Coutinho e Octávio Bobone<sup>288</sup>.

A criação dos Serviços Administrativos, ao abrigo da Lei Orçamental do Ministério do Interior, de 30 de junho de 1913, foi outra achega ao esforço de desenvolver o sistema documental<sup>289</sup>. Porém, os planos de inventariação traçados, que constavam de 23 livros de registo (4 de entradas gerais e 18 divididos por 11 secções tipológicas de peças) parecem ter-se resumido ao «*livro de fundo da Pintura e três folhas do livro 1 das Artes Industriais [...] todos os mais estão virgens de qualquer lançamento e conservam as suas páginas imaculadas como na hora em que saíram do prelo»*<sup>290</sup>. Em 1917 JF decidiu abrir um único livro geral de entradas. Abriu também

---

<sup>286</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 100, de 29 de abril de 1912, p. 1545. Disponível no sítio de internet do *Diário da República* em <http://dre.pt/pdfgratis/1912/04/10000.pdf>.

<sup>287</sup> Nota anexa a ofício de José de Figueiredo para o CAA1, de 7 de junho de 1912. *Copiador de Correspondência Remetida 1905-1917*. Apud BAIÃO, Joana Margarida Gregório (2014), *Ob. Cit.*, pp. 494-495.

<sup>288</sup> Cf. BAIÃO, Joana Margarida Gregório (2014), *Ob. Cit.*, pp. 496-500.

<sup>289</sup> Cf. *Diário do Governo*, Suplemento, I Série, n.º 150, de 30 de junho de 1913, <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/06/15001/00010002.pdf>.

<sup>290</sup> Cf. PINTO, Augusto Cardoso, *Ob. Cit.*, *Ibidem*.



quatro livros para distinguir a forma de entrada dos objetos: um de incorporações, um de legados e ofertas, um de aquisições onerosas (acrescentado por um livro de registo de faturas aberto em 1914) e um de depósitos.

A partir de 1924, sob proposta de João Couto, ao serviço como Conservador Estagiário, foram empregues novos modelos de verbetes, impressos, uns mais pormenorizados em formato A4 (complementados sempre que necessário por outros com bibliografia, informações e fotografias dos objetos) e outros sumários, em dimensões menores.

A publicação de um catálogo do museu, cuja inexistência chegou a ser criticada, quer por detratores, quer por amigos de JF, foi protelada pelo próprio com a justificação de as constantes incorporações de bens provenientes dos paços reais e da Igreja dificultarem o andamento dos estudos prévios e rigorosos das coleções e a conclusão dos trabalhos de reorganização do museu<sup>291</sup>. Em março de 1936 ficou pronto o primeiro catálogo-guia do museu, mas por falta de verbas só em 1937 José de Figueiredo resolveu publicar a primeira parte desse trabalho, intitulado *Algumas obras de arte do Museu das Janelas Verdes*. Em 1938, já sob a Direção de João Couto, foi publicado o *Catálogo-Guia do Museu das Janelas Verdes*. Este atraso não invalidou, como é óbvio, a divulgação do museu mediante a publicação de estudos mais orientados para determinado objeto ou de artigos em obras como o *Guia de Portugal* dirigido por Raul Proença, datado de 1924, que voltaremos a referir.

Para JF, a solução programática do museu passava pela criação de ambientes típicos de um palácio seiscentista, dispondo as obras em função do espaço existente, junto das suas contemporâneas, colmatando a impossibilidade de as colocar no seu ambiente próprio, tendência que era seguida nos países mais desenvolvidos, económica e culturalmente. Era o abandono do museu-galeria típico do século XVII e o *mise-en-scène* das obras, em ambientes simulados para lembrar realidades possíveis<sup>292</sup>.

Na entrevista a António Cobeira, já citada, publicada na *Occidente* de 30 de novembro de 1912, JF traça as linhas mestras seguidas na organização das exposições. O tradicional e caótico amontoamento de obras foi substituído por um método resultante

---

<sup>291</sup> Cf. BAIÃO (2014), *Ob. Cit.*, pp. 529-532.

<sup>292</sup> Cf. ROQUE, Maria Isabel, «Museologia oitocentista do património religioso em Portugal», in *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*, Lisboa, novembro de 2010, nº 6, p. 137. A autora cita José de Figueiredo, no título *O Museu Nacional de Arte Antiga*, Separata da Revista Atlântida, Lisboa, s.d. [1915], p. 152: «a obra de arte é apresentada no seu ambiente proprio, colocada entre as suas contemporaneas e disposta, entre elas, no local que o seu primitivo destino lhes teria presumivelmente dado [...] em que as obras expostas, representativas de todos os tempos desde os mais remotos até hoje, se exhibem em compartimentos onde tudo, desde o pavimento ao tecto, nos falla a mesma linguagem».

da súmula de dois critérios, para cativar os espíritos mais eruditos, mas também os visitantes sem qualquer conhecimento esttico e artístico: o científico – que respeitava à evolução histórica e aos centros de produção – e o artístico – relativo aos aspectos físicos, materiais, dimensionais e cromáticos das obras, em suma, a dimensão estética. Também foram levados em conta aspetos como a visualização e a conservação das obras, diminuindo a altura a que elas se exibiam (no caso de pintura) e tentando controlar a incidência da luz, de calor e de humidade nas salas em preparação<sup>293</sup>. Por outro lado, pretendia apostar numa seleção rigorosa das obras a expor, tendo em conta o seu valor artístico, e dispondo-as preferencialmente numa fila única e espaçadas entre si.

Este programa expositivo esbarrou com a falta de espaço, pelo que se optou por uma situação intermdia, contextualizando as obras entre as restantes o melhor possível.

O constrangimento espacial que comprometia o crescimento das coleções e a exposição de muitas obras recolhidas em depósito obrigou JF a pensar em soluções novas. Através da imprensa lançou uma campanha de opinião para angariar fundos para a ampliação do museu, reconhecida como a solução necessária desde muito cedo. Já em 1912 o próprio afirmava serem necessárias muitas salas e por isso havia que concluir o Palácio e prolongá-lo ao Convento das Albertas<sup>294</sup>. Para ganhar espaço, em sessão do CAA1 de 9 de setembro de 1914 obteve autorização para suprimir o serviço de incêndios que se afigurava desnecessário, dada a proximidade da central dos serviços municipais.

Além de uma mais abrangente exposição das coleções, José de Figueiredo entendia o crescimento do edifício como uma possibilidade de conferir ao museu a categoria de *museu laboratório* ou *museu oficina*, anexando-lhe uma biblioteca e uma sala de conferências<sup>295</sup>, essenciais para colmatar, nos alunos dos vários níveis de ensino e nos curiosos, a carência de conhecimentos artísticos. A ampliação pretendida foi

---

<sup>293</sup> Cf. COBEIRA, António, *Art. Cit.*, p. 258. «As salas do Museu de Arte Antiga, que pude visitar, são forradas dum carmesim acariciante. Ca-se do tecto uma luz de tonalidade suavssima, cuidadosamente graduada. Abre-se ao nosso olhar um ambiente magico de evocação e silencio. As taboas e telas expostas erguem-se a uma altura conveniente e em uma ordem de proporção rigorosamente estudada.»

<sup>294</sup> Cf. *Idem*; Num artigo intitulado «O Museu das Janellas Verdes», publicado n' *O Século*, de 26 de julho de 1911, uma entrevista a José de Figueiredo regista as suas opiniões sobre a necessidade de proceder a uma ampliação do edifício do Museu e aos melhoramentos das condições ambientais em que as peças se encontravam, Cf. *O Século*, 26 de julho de 1911, MNAA, Arquivo, Recortes de Imprensa, n.é 2428; A demolição do Convento das Albertas, salvaguardando a igreja, foi autorizada pelo Ministério do Interior em julho de 1911, Cf. *Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição*, 1911-1917 (Livro 1), *Cit.*, p. 3.

<sup>295</sup> Estes espaços e as salas de exposições temporárias, vistos como uma forma de dinamizar o museu e conferir-lhe uma dimensão educacional só foram concretizados durante a Direção de João Couto, vigente entre 1938 e 1962. Em 1952 foi criado o serviço educativo do MNAA.

inicialmente projetada pelo Arquiteto Arnaldo Redondo Adães Bermudes, chamado para executar o plano da ala oriental em 1915. No ano seguinte o projeto estava concluído e incluía não só o remate do edifício a nascente, como também a demolição do convento de Santo Alberto, a poente do palácio. Em 1917, JF informou Afonso Costa sobre o montante necessário para as obras: 150 contos para um período previsível de 4 anos. Em 1918 tinham início os trabalhos, mas segundo um projeto de José Luís Monteiro, optando-se pelo alargamento para o lado do Convento das Albertas contíguo ao palácio, utilizando-se a capela para exposição de um núcleo de arte sacra<sup>296</sup>. «Desaparece o Convento, abrem-se e enchem-se caboucos e constroem-se as paredes até ao primeiro piso. Porém, a obra parou aqui e assim se manteve até Setembro de 1937»<sup>297</sup>.

Os poucos recursos financeiros estatais comprometiam o crescimento e a reformulação dos espaços expositivos, situação que implicou a tomada de algumas medidas: em 1913 JF propôs, sem sucesso, a cobrança das entradas no museu, com as receitas a reverter para a instituição, mantendo-se a gratuidade aos domingos e a implementação de bilhetes especiais para artistas e investigadores<sup>298</sup>; a partir de 1918 passou a aceitar contribuições do Grupo de Amigos do Museu para custear os trabalhos de remodelação das salas de exposição. O projeto de ampliação implementado na totalidade seria da autoria do Arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade, nomeado para o efeito em 1929.

José de Figueiredo cedo se preocupou em assegurar uma plataforma de apoio ao museu, para colmatar as ínfimas dotações atribuídas pela Tutela. Movido por energia e iniciativa vigorosas, tratou de estabelecer os contactos necessários, aproveitando os amplos conhecimentos que tinha para estabelecer o Grupo de Amigos do Museu (GAMNAA), cujos estatutos foram aprovados em abril de 1912<sup>299</sup>. Lideravam o grupo

---

<sup>296</sup> Em 1940 foi inaugurado o novo edifício do museu, resultante da demolição do convento, da responsabilidade do arquiteto Rebelo de Andrade. Para assinalar a efeméride, abria nesse novo espaço a Exposição dos Primitivos Portugueses.

<sup>297</sup> Cf. COUTO, João, «A ampliação do Museu das Janelas Verdes», in *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Ed. Secretariado de Propaganda Nacional, Lisboa, fevereiro, 1943, n.º 13, vol. 3.º.

<sup>298</sup> Só em 1928 a gratuidade absoluta das entradas terminou, mas as receitas obtidas reverteram para o Estado e não diretamente para o museu. Cf. PONTES, Teresa, *Ob. Cit.*, p. 72.

<sup>299</sup> Cf. NORONHA, D. Francisco de, «José de Figueiredo (Director do Museu Nacional de Arte Antiga)» in *Occidente*, Caetano Alberto da Silva, Lisboa, 30 de novembro de 1912, 36.º Ano, n.º 1221, p. 258: «Art. 1.º - O "Grupo dos Amigos do Museu" Nacional de Arte Antiga será constituído pelos indivíduos que se interessam por este Museu, e tem em vista promover, por todos os meios, a divulgação, o engrandecimento e a instalação modelar das suas coleções. § Art. 2.º - Para realizar os seus intuitos, o "Grupo dos Amigos" do Museu Nacional de Arte Antiga fará ou provocará doações de obras de arte ou pecuniárias; promoverá depositos de obras de arte a praso determinado ou indeterminado; organizará

Henrique de Mendonça, Presidente da Assembleia Geral, Luís Fernandes, Presidente da Direção, e D. José Pessanha, Tesoureiro. Dele faziam parte personalidades ilustres como o poeta Guerra Junqueiro. A 13 de junho, JF informou a CE do CAA1 que o grupo já se encontrava organizado, com uma receita anual superior a 1200\$00, e obtinha autorização para editar reproduções de obras do museu em bilhetes-postais e outros formatos<sup>300</sup>.

O Regulamento do MNAA foi aprovado e publicado pelo Decreto n.º 2284-D de 16 de março de 1916<sup>301</sup>. Dividido em 9 capítulos, o texto inclui todas as disposições essenciais à organização e funcionamento do museu, do ponto de vista das coleções, dos recursos humanos, do horário e disciplina a observar nas dependências do museu.

Em 1924, José de Figueiredo sugeriu à tutela a compra da casa e do terreno que confinavam com o museu a nascente, para instalar o atelier de restauro de pintura, então localizado na Academia Nacional de Belas Artes, em péssimas condições<sup>302</sup>. À necessidade da nova valência acrescia a conveniência de manter o museu isolado de quaisquer outros imóveis, por motivos de segurança. Mais uma vez as aspirações foram adiadas, e só em 1935 o ministro das Obras Públicas – Duarte Pacheco – determinou que o projeto global de ampliação do museu fosse concluído, para se prosseguir com as obras. Os traços da autoria de Rebelo de Andrade ficaram prontos em abril desse ano.

### a. As Coleções

Herdeiro do museu da Academia de Belas Artes, o MNAA apresentou desde o início uma grandiosa coleção, aumentada a partir da República graças aos bens dos

---

*exposições especiaes; promoverá conferencias; fará publicações destinadas a tornar conhecidas e apreciadas as colecções do Museu; procederá á aquisição do material que julgue necessario para a valorização das obras expostas ou a expôr; e, em geral, empregará todos os meios adequados á consecução dos seus fins, sollicitando, sempre que assim o entenda, o auxilio do Parlamento, do Governo ou de quaesquer corporações officiaes, e, designadamente, das que tenham a seu cargo assuntos de Arte e de Archeologia». Sobre a reunião realizada para eleger os corpos gerentes, no dia 27 de abril de 1912, ver a transcrição do artigo do *Diário de Notícias*, de 28 de abril do mesmo ano, coligida por JLV em «Miscelânea: 18. Arte Nacional – “Os Amigos do Museu”», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, Jan.-Set. de 1912, S. 1, vol. 17, n.º 1-9, pp. 187-189. A formação do grupo valeu a JF um voto de louvor do Governo, publicado no *Diário do Govêrno* n.º 195 de 20 de agosto de 1912.*

<sup>300</sup> Cf. «Acta n.º 18», de 13 de junho de 1912, in *Actas da CE do CAA1*, 1911-1917, *Cit.*, pp. 44 e 45.

<sup>301</sup> Cf. *Diário do Govêrno*, I Série, n.º 51, de 16 de março de 1916, Suplemento, pp. 262C-262F, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1916/03/05101/CF.pdf>.

<sup>302</sup> Em 1936 passou finalmente a existir no edifício do MNAA o Instituto para o Exame e Restauro de Obras de Arte, substituindo a velha oficina de restauro instalada no Convento de S. Francisco da Cidade. Em 1940 ficou pronto, a nascente, o edifício autónomo para acolher as oficinas de conservação e restauro do museu, também da autoria de Guilherme Rebelo de Andrade, acompanhado por uma comissão constituída por João Couto, Fernando Mardel (substituto de LMF nas oficinas), o Físico Manuel Valadares e Luís Ortigão Burnay. Cf. BAIÃO, Joana (2014), *Ob. Cit.*, pp. 539-544.

palácios reais, dos bens das congregações extintas e da Igreja nacionalizados pelos decretos de 8 de outubro de 1910 e de 20 de abril de 1911, dos manuscritos iluminados dos arquivos e bibliotecas do Estado<sup>303</sup>, mas também derivados de uma política de aquisições e da generosidade de vários beneméritos. Entre estes últimos, destaca-se o GAMNAA, de que existem registos que nos dão a conhecer vários objetos incorporados, por oferta ou obtidos por intermédio das quotas anuais<sup>304</sup>. Na entrevista já citada, feita por António Cobeira a José de Figueiredo e publicada no *Ocidente* de 30 de novembro de 1912, é-nos referida a intervenção do GAMNAA na incorporação de ricos objetos de mobiliário e pinturas e no depósito de outros<sup>305</sup>.

A primeira verba atribuída pelo Estado para a compra de obras de arte data de 1914 e orçava em 10 mil escudos, quantia considerada sempre diminuta, contrariando os grandes conhecimentos artísticos de José de Figueiredo e as suas redes de contactos, que lhe permitiam aceder a objetos que importava adquirir. Mesmo com esses constrangimentos, JF procurou sempre não abdicar da compra dos objetos de interesse, adiantando muitas vezes do seu próprio bolso as verbas necessárias, pedindo empréstimos à família e a amigos, ou contando com os fundos do GAMNAA.

Distinguindo as formas de entrada de objetos entre aquisições onerosas, ofertas, legados e transferências/depósitos, apresentamos um panorama desse movimento, auxiliando-nos da documentação consultada no Arquivo do MNAA e no ACMF.

### Aquisições onerosas

Para comprar objetos, a maior parte das vezes inacessíveis às fracas dotações disponibilizadas pela tutela, o Diretor do MNAA fazia valer os seus conhecimentos para conseguir não só preços mais vantajosos, como também formas mais suaves de pagamento, chegando muitas vezes a pedir empréstimos a familiares e amigos, a fazer adiantamentos e a contrair créditos. Quando se tratava de leilões aproveitava o direito de preferência do Estado para selecionar as peças que mais interessavam. Contudo,

---

<sup>303</sup> A transferência dos manuscritos iluminados de carácter artístico, existentes nas bibliotecas e arquivos do Estado, foi autorizada em sessão do CAA1 de 24 de julho de 1911. Cf. «Acta n.º 2», in *Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscção*, 1911-1917 (Livro 1), p. 5.

<sup>304</sup> Cf. «Museu Nacional de Arte Antiga: a abertura das novas salas», in *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 12 de Abril de 1920, II Série, n.º 738, p. 259: «As quotas anuaes que, no fim de 1912, subiram logo a 1:232\$30, atingem agora 3:000\$00, tendo o numero de socios que, n'aquele ano, era de 107, passado a ser de 315. § As quantias applicadas pelo grupo em proveito do Museu, durante estes oito anos, somam 17:020\$30, tendo sido, para aquisições, cêrca de 10:000\$00 valorizados atualmente, graças ás condições vantajosíssimas em que essas compras foram feitas pela Direcção do Museu, em cêrca de sessenta mil escudos».

<sup>305</sup> Cf. COBEIRA, Antonio, «Cronica Occidental», *Art. Cit.*, p. 258.

saliente-se que a magreza dos orçamentos disponíveis permitiu sobretudo a aquisição de objetos de artes decorativas, já que a Pintura e a Escultura atingiam valores muito superiores.

José de Figueiredo realizou diversas viagens pela Europa, não só para apreciar o que em termos de Museologia se praticava lá fora e estudar assuntos artísticos, mas também para vasculhar as lojas de antiquários em busca de objetos com valor museológico. Entre a epistolografia enviada a Luciano Martins Freire, que o substituíra nas suas ausências, conseguimos identificar algumas aquisições novas: em Bruxelas, em novembro de 1913, adquiriu esculturas e mobiliário gótico, que no seu entender complementariam a rica exposição de pintura de primitivos<sup>306</sup>; em fevereiro de 1918 adquiria em Paris um *fauteuil* estilo D. João V<sup>307</sup>.

Muitas outras foram as ocorrências, de que deixamos aqui alguns exemplos:

- Em 1911 foram adquiridos: aos Armazéns Leal, o quadro «Adoração da Virgem», do séc. XVI, por 60 mil réis; pela quantia de 1700 escudos, um conjunto de 37 quadros de arte religiosa e profana pertencentes à coleção privada de Guerra Junqueiro<sup>308</sup>. À morte do poeta, em julho de 1923, o MNAA seria enriquecido com o seu valioso legado.



Fig. 17 – O Legado de Guerra Junqueiro, na residência do poeta.  
*Ilustração Portuguesa*, 25/8/1923, n.º 914.

<sup>306</sup> Cf. Carta de José de Figueiredo a Luciano Freire, escrita de Bruxelas em 6 de novembro de 1913, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 9, Doc. 2.2., manuscrito.

<sup>307</sup> Cf. Carta de José de Figueiredo a Luciano Freire, escrita de Paris em 24 de fevereiro de 1918, MNAA, AJF, Caixa 9, Doc. 5.1., manuscrito.

<sup>308</sup> Ver Doc. 13 em Apêndice Documental. Num artigo d' *O Mundo*, de 9 de julho de 1914, José de Figueiredo salienta algumas das obras da coleção do poeta, adquiridas para o MNAA.

- Em 1912, José de Figueiredo adquiriu do seu próprio bolso em Madrid um quadro da Escola Espanhola e duas miniaturas, sendo uma de Vicente Lopes, custando respetivamente 700 e 260 pesetas. O CAA1 deliberou adquirir os objetos em sessão de 20 de maio. Na mesma sessão decidiu-se comprar uma coleção de desenhos e quadros da coleção de Joaquim de Vasconcelos: 25 desenhos de Cavaleiro de Faria (200\$000 réis); dois desenhos, de Francisco de Holanda e Vanejas (30\$000 réis); nove desenhos de Sequeira (25\$000 réis); desenho de Assunção (30\$000 réis); desenho “*Apoteose a Junot*” (100\$000 réis) de Domingos Sequeira; álbum com 95 folhas, entre elas 34 desenhos de Sequeira, sobre costumes lisboetas (30\$000 réis); seis desenhos diversos (27\$000 réis); quatro aguarelas com os projetos dos tetos do Palácio de Queluz; desenho representando a “Lapidação de Santo Estêvão”, de autor desconhecido (25\$000 réis); desenho de Courtois (20\$000 réis); desenho de retábulo do séc. XVII (5\$000 réis); desenho de três custódias do séc. XVIII (3\$000 réis); desenho de um castiçal (1\$000 réis); aguarela representando uma tribuna, da autoria de Tinoco (3\$000 réis); aguarela representando “Fogo de artifício” (3\$000 réis)<sup>309</sup>. No leilão Fernandes Tomás, JF adquiriu a expensas suas um livro com águas-fortes da autoria de um artista do séc. XVII, denominado Palma, e que por deliberação do CAA1 foi adquirido para o museu por 10\$000 réis. Em agosto de 1912 foram adquiridos três quadros de Vieira Portuense – retrato, “A Música”, “A Pintura” (2500\$000 réis).

- Por conta da Lei Orçamental do Ministério do Interior, de 30 de junho de 1913, foram adquiridos diversos objetos, ato que resultou numa listagem pormenorizada das aquisições, respetivos vendedores e valor das peças adquiridas<sup>310</sup>, que importa registar pois dá-nos conta das entradas entre agosto de 1913 e setembro de 1917.

- Em agosto de 1913 foram feitas as seguintes aquisições: ao Visconde do Reguengo, um quadro da Escola Francesa, de Poussin, por 500\$00; ao Conde de Estarreja – João da Costa Macedo –, pelo valor de 400\$00, um quadro da Escola Holandesa, séc. XVII, representando o interior de uma igreja, da autoria de Gerard Houckgeest; José de Figueiredo comprou no Porto um armário entalhado e axaroadado por 140\$00 e uma caixa pelo valor de 20\$00.

- Relativamente ao ano de 1914: JF apresentou três miniaturas adquiridas em Paris nos últimos meses do ano anterior, um quadro de Brueghel no valor de 600\$00 e um

---

<sup>309</sup> Cf. «Acta n.º 16», de 20/5/1912, in *Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, 1911-1917* (Livro 1), *Cit.*, p. 39.

<sup>310</sup> Cf. *Registo de entrada das obras de arte, adquiridas para o Museu Nacional de Arte Antiga, por conta do Estado*, MNAA, AJF, Caixa 4, Pasta 8, Doc. 2. Ver Doc. 14 em Apêndice Documental.

esmalte de Limoges no valor de 4000 francos (janeiro); um baixo-relevo em buxo, séc. XVI, estilo manuelino, representando “A Natividade”, adquirido a Ricardo Malheiros, por 3000 francos (abril); peças de cerâmica, ao colecionador Jaime Bramão, do Porto (maio); várias miniaturas adquiridas no Porto pelo valor de 410\$00 (julho); um canapé do séc. XVIII, marcado com “R.Lx.a” (setembro).

- junho de 1915: “Diana e Orion” e “Aventura galante”, quadros da Escola Francesa, séc. XVIII, 2200\$00.

- em 1916: moldura do séc. XVI, 2000\$00, comprada ao Marquês da Foz (fevereiro); coleção de braços de balança, de ferro forjado com trabalho artístico, 500\$00 (abril); báculo de prata dourada, finais do séc. XVI, proveniente do Convento de S. Bento da Ave-maria (Porto), adquirido no leilão Azambuja; contador holandês, séc. XVII, decorado com pinturas da Oficina de Rembrandt, cuja quantia foi adiantada por alguns membros do GAMNAA; álbum de desenhos originais de Vieira Lusitano, organizado por Machado de Castro, por 300\$00, a Henrique José de Carvalho Prostès (junho); dois esboços do pintor espanhol José Antolinez, por 2000 pesetas, ao abrigo do Legado Valmor; uma salva de prata da autoria do ourives portuense João de Coelho Sampaio, ao antiquário João de Coelho Sanches (julho);

- Em 15 de maio de 1918, das mãos de José Duarte Jorge, um rosicler de ouro cravejado de diamantes, peça de ourivesaria portuguesa do séc. XVII, por 660\$00<sup>311</sup>;

- Em 1919, um quadro de Fyt adquirido por JF em Paris, ao antiquário Demotte, no valor de 7000 francos;

- Em abril de 1920 deram entrada no museu, por intermédio do GAMNAA, um desenho do séc. XVII, da autoria de J. Auber e três peças de cerâmica persa dos sécs. XII e XIII, adquiridas ao antiquário parisiense Demotte, pelo valor de 3500 francos;

- Em setembro de 1920 foram comprados em Paris um auto-retrato de Murillo e uma credência do séc. XVI;

- Outro documento revelador do enriquecimento das coleções do MNAA, e que será tomado como referência para outros museus, é uma listagem datilografada de 8 páginas, datada de 18 de julho de 1921, intitulada *Obras de arte pertencentes á colecção Ameal*<sup>312</sup>, escolhidas para alguns museus dos Conselhos de Arte e Arqueologia das três

---

<sup>311</sup> Cf. Recibo datado de 15 de maio de 1918, in MNAA, Arquivo, *Copias da Correspondencia Remetida, Janeiro de 1918 a Dezembro de 1919*, n.º 1.

<sup>312</sup> A coleção Ameal deve o nome ao seu proprietário, o primeiro Conde de Ameal, João Maria Correia Ayres de Campos (5/02/1847 – 3/7/1920), político do Partido Regenerador, Presidente da Câmara



*circunscrições*<sup>313</sup>. Dessa extensa lista de peças, subdividida em *Pintura, Escultura e Mobiliário, Cerâmica e Azulejos*, reverteram para o MNAA, além de algumas pinturas de autores portugueses e estrangeiros, dois contadores e uma grande variedade de peças de cerâmica<sup>314</sup>;

- Sagrada Família, Escola Italiana, adquirida pela verba orçamental para a compra de objetos da coleção Ameal, em 8 de abril de 1922.

- março de 1924 – álbum de desenhos de Noel, comprado a José Stepanski, por 2000\$00.

- fevereiro de 1925 – duas chapas de cobre com gravuras para água-forte, de Vieira Lusitano, representando alegorias, uma delas à morte do irmão do pintor, compradas a Maria da Salvação Santos, pelo rendimento do Legado Valmor.

- 1926: anel árabe de ouro e prata com uma ágata encastrada, adquirido a Margarida Maria Tenreiro Sarzedas, e um anel de ouro e esmalte com diamantes, séc. XVIII, a Josefa Dias<sup>315</sup>.

### Ofertas

O manuscrito intitulado *Registo das ofertas feitas ao Museu Nacional de Arte Antiga, desde 1905*<sup>316</sup> testemunha o potencial crescimento da biblioteca que o Museu iria constituir, nomeadamente através da receção de muitos catálogos de museus, de exposições de arte realizadas no Estrangeiro, de coleções privadas e de monografias artísticas. Das ofertas bibliográficas, na sua maioria da iniciativa de Luís Fernandes (Presidente do GAMNAA) destacamos, como meros exemplos, o *Inventaire générale du Musée du Louvre et du Musée de Versailles* entrado em 17 de junho de 1913; o catálogo do Museu Poldi Pezzoli, do Museu Cívico Geatano Filangieri e o inventário

---

Municipal de Coimbra, colecionador de arte e mecenas, foi agraciado com o título de 1.º conde de Ameal por D. Carlos, em 1901, quando do seu afastamento da vida política.

Cf. [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=34123](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=34123) e

[http://en.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_Maria\\_Correia\\_Ayres\\_de\\_Campos,\\_1st\\_Count\\_of\\_Ameal](http://en.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Maria_Correia_Ayres_de_Campos,_1st_Count_of_Ameal)

(consulta dia 6 de abril de 2011). Após a sua morte, e dadas as dificuldades financeiras da sua viúva – Maria Amélia de Sande Mexia Vieira da Mota, Condessa do Juncal – foram colocados à venda em leilão a maior parte dos bens artísticos da sua grandiosa coleção. Na altura foi um dos grandes leilões europeus, e a ele acorreram museus estrangeiros como o Prado e o Louvre.

<sup>313</sup> Cf. MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 10, doc. 1, de 18 de julho de 1921.

<sup>314</sup> Ver Doc. 15 em Apêndice Documental. Se, como veremos ao analisar os restantes museus a quem coube a sorte de receberem algumas das peças da coleção Ameal, na Pintura e Desenho houve uma maior repartição das obras, no que toca à Cerâmica, a maior parte das peças foi incorporada pelo Museu Nacional de Arte Antiga, o que causará algum despeito a António Augusto Gonçalves, no Museu Machado de Castro. Foi também com este museu que o MNAA dividiu vinte e nove lotes de azulejos, sem no entanto se discriminarem os que couberam a cada museu.

<sup>315</sup> Cf. MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 25.

<sup>316</sup> Cf. MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 18.

geral de desenhos do Museu do Louvre e do Museu de Versalhes, entrados em 23 de junho de 1914.

Quanto a outros objetos, destacamos várias ofertas, de diferentes intervenientes: quadro do primitivo português Fernão Gomes, da 2.<sup>a</sup> metade do séc. XVI, representando Moisés (dezembro de 1912); Moldura de talha estilo Renascença, executada na Escola Brotero, sob a direção de António Augusto Gonçalves, oferecida por Aurora de Macedo (julho de 1913); estátua em pedra, policroma, de finais do séc. XV, representando Sant’Ana, a Virgem e o Menino Jesus (Cleyde Keil, em 3 de fevereiro de 1914); também em fevereiro de 1914, um membro do Grupo de Amigos – César Pires – ofereceu um desenho de Joaquim Carneiro da Silva, artista do séc. XVIII; pires de porcelana chinesa antiga com brasão (Luís Keil, fevereiro de 1915); prato de porcelana Capo di Monti antiga (José Pires do Amaral, 29 de março de 1915); prato de porcelana com o brasão da Casa de Abrantes (Marquês de Abrantes, 12 de maio de 1915); em junho de 1915: “Santa Ana, a Virgem e o Menino”, escultura policroma do séc. XVI, pela viúva de Alfredo Keil; prato de faiança antiga de Albisola (Vasco de Almeida Moreira, 21 de junho de 1915); prato de faiança antiga portuguesa (Alfredo Bensaúde, 2 de agosto de 1915); duas tábuas de carvalho pintadas, resto de um painel representando Santo André (J. Barbosa, 12 de agosto de 1915); terrina e travessa de porcelana chinesa (Aurora de Macedo, 14 de março de 1916); travessa de faiança do Rato (João Henrique Tierno, 2 de junho de 1916); frasco de faiança antiga de Lisboa (D. António de Almada, 3 de março de 1917); por intermédio do GAMNAA<sup>317</sup>, entre 1916 e 1920, dois desenhos de Sequeira, executados para ornar a baixela Wellington, e também em 1920 dois desenhos, um de J. J. Heiber executado para gravura de um quadro de Rigaud, e outro à pena de J. C. Silva, para gravura; em maio de 1918, o museu recebeu de Artur de Santa Cruz Magalhães, «*um copo com tampa, de cristal gravado e lapidado, sem duvida fabrico português da primeira metade do seculo XIX e que vem enriquecer a respectiva secção*»<sup>318</sup> e do Dr. João de Deus Ramos, uma gravura de 1798; em dezembro de 1918, três quadros a guache do séc. XVIII, por Nuno Queriol; em 1919, três miniaturas persas e um quadro de Ribera – “A negação de S. Pedro” – oferecidos a JF em Paris, pelo antiquário Demotte<sup>319</sup>; em maio de 1919, um canjirão de faiança do

---

<sup>317</sup> Cf. MNAA, AJF, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 22.

<sup>318</sup> Cf. Ofício do Diretor do MNAA ao Sr. A. de Santa Cruz Magalhães, de 1 de maio de 1918, in MNAA, Arquivo, *Copias da Correspondencia Remetida, Janeiro de 1918 a Dezembro de 1919*, n.º 1.

<sup>319</sup> Cf. Ofício de José de Figueiredo, escrito de Paris em 2 de maio de 1919, para o Presidente do CAA1, in MNAA, Arquivo, *Copias da Correspondencia Remetida, Janeiro de 1918 a Dezembro de 1919*, n.º 1;

séc. XVII e o 1.º volume da revista “Museum”, por D. Antonio Gaudarillas Estrada, de Madrid, por intermédio do GAMNAA e 5 volumes da correspondência do 2.º Visconde de Santarém, e o catálogo da livraria do mesmo, também pelo GAMNAA; de Luís Fernandes (Presidente do GAMNAA), em abril de 1920, uma taça de faiança persa do séc. XII<sup>320</sup>; em agosto de 1920: sete peças de cerâmica, estilo Renascença, da autoria de Wenceslau Cifka, pelo antiquário Luís Costa; obtidos em Paris, em setembro de 1920: um retrato de homem da autoria de Frans Hals e “Javali e um pequeno burro” de Snyders, pelo colecionador de arte holandês Leonardus Nardus<sup>321</sup>; um pedaço de tecido de veludo e tela de ouro, veneziano, do séc. XV<sup>322</sup>; volume 31-32 da revista “Terra Portuguesa”, pelo editor D. Sebastião Pessanha, para a Biblioteca, em janeiro de 1922; em março de 1922, alguns pratos do séc. XVIII, por Manuel Emídio da Silva; setembro de 1922: uma separata da revista *Arqueologia e Historia*, com um trabalho sobre a Cruz Manuelina do Convento de Cristo de Tomar, da autoria do coronel Francisco Garcês Teixeira, que também ofereceu, e uma estampa em fototipia, representando um retrato do 1.º Marquês de Castelo Melhor, por Edgar Prestage; em setembro de 1924: um desenho de Noel representando um obelisco do tempo de D. Sebastião, provavelmente de 1780, que faz parte de um álbum adquirido pelo MNAA, por A. Trombnikoff, antigo Conservador do Museu de São Petersburgo; março de 1926: três molduras, por Eduardo Ramiro dos Reis.

---

*Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição*, 1918-1929 (Livro 2), Academia Nacional de Belas Artes (Cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em formato digital em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4611684>), fl. 16.

<sup>320</sup> Do GAMNAA faziam também parte Aurora de Macedo, Cleyde Keil, Amélia Augusta da Silveira Correia, Maria Forte Coelho de Sampaio, Fany Munró, Guerra Junqueiro, Dr. Camilo Pessanha, Visconde de Santarém, Jacinto Parreira, Adriano Júlio Coelho, Carlos Farrobo, Henrique de Mendonça, Conde de Santar, Dr. Francisco Falcão, Dr. António da Costa Cabral, Dr. Xavier da Costa, César Pires, Marquez da Foz, Francisco Ribeiro da Cunha, Marquez de Abrantes, Dr. Alfredo Bensaúde, Vasco d’Almeida Moreira, Dr. Afonso Lopes Vieira. Cf. FIGUEIREDO, José de, «O museu nacional de arte antiga, de Lisboa», in *Atlantida: Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil*, Imprensa Libanio da Silva, *Ob. Cit.*, p. 148.

<sup>321</sup> Em 5 de agosto de 1921, José de Figueiredo propôs ao Diretor Geral de Belas Artes a condecoração do doador com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Cf. MNAA, Arquivo, *Cópias da Correspondência Remetida*, n.º 2.

<sup>322</sup> Cf. Ofício de JF para o Diretor Geral de Belas Artes, de 11 de setembro de 1920, comunicando a sua chegada de Paris, no dia anterior (dia) e informando sobre as novas aquisições. MNAA, Arquivo, *Cópias da Correspondência Remetida Janeiro de 1920 – Dezembro de 1921*, n.º 2; *Actas da Assembleia Geral do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição*, 1911-1931, *Cit.*, p. 52.

## Legados:

Registamos os seguintes:

- Em julho de 1913, deram entrada no MNAA uns quadros da coleção de Carlos Quintela;
- Em setembro de 1913 é noticiada no *Mundo* a disposição testamentária do general Jacinto Parreira, que determina que entre as suas coleções fossem selecionadas por pessoa entendida, duas obras de arte para o museu. José de Figueiredo encarregou-se da escolha;
- Maio de 1918: legado do ator Augusto Rosa;
- De Luís Fernandes, do GAMNAA, entrado em 3 de fevereiro de 1923, e cadastrado numa exaustiva listagem<sup>323</sup>, em que cada peça aparece com um número de ordem e a designação. Maioritariamente constituído por objetos de cerâmica (porcelana, loiça, faiança, biscuit, azulejo) e vidro, mas também alguns de latão. Esse legado perfazia, de acordo com o documento consultado, 3035 peças, de vários tipos e formas: pratos, terrinas, travessas, jarras, jarrões, baús, canudos, chávenas, pires, tinteiros, galheteiros, estatuetas, bustos, chapéus, boiões, potes, gomis, fruteiras, tigelas, bacias, canecas, tabaqueiras, cinzeiros, bules, leiteiras, cafeteiras, bilheteiras, saleiros, açucareiros, etc.; e origens geográficas: Japão; China; Cantão; Itália (Capo di Monti, Génova, Florença); Portugal (Caldas, Vista Alegre, Viana, Madeira); Espanha (Pinet, Alcântara); França (Sèvres, Rouen, Tours, Paris, Limoges); Alemanha (Berlim, Dresda, Saxe); Áustria (Viena); Pérsia; Inglaterra (Deck, Derby, Davenport); Holanda (Delft); Dinamarca (Copenhaga); Brasil; Suíça; Jade; Noruega; Hungria<sup>324</sup>.
- Em janeiro de 1925, duas cadeiras do séc. XVIII, trabalho português, deixadas em testamento por Palmira Avelino;
- março de 1926: legado de Feliciano Bordalo Pinheiro: meia dúzia de pratos de fabrico francês, do início do séc. XIX, com o escudo dos Abrantes no reverso.

## Transferências e depósitos

Como museu central de Arte, o MNAA foi o que mais beneficiou do contexto de laicização e nacionalização dos bens da Igreja, tornando-se um dos seus principais

---

<sup>323</sup> Cf. *Números de ordem dos objectos legados pelo Sr. Luís José Fernandes*, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 14, doc. 2.

<sup>324</sup> Cf. Ofício de 1 de maio de 1922 dirigido ao Diretor Geral de Belas Artes, acompanhando o testamento de Luís Fernandes, in MNAA, Arquivo, *Copias da Correspondência Remetida*, janeiro de 1922 a dezembro de 1923, n.º 3. A Luís Fernandes sucedeu na presidência do Grupo de Amigos do museu, o Crítico de Arte Reinaldo dos Santos.

depositários. Entre as fontes de tantas preciosidades encontram-se, dentro e fora de Lisboa, as seguintes: Casa Pia de Lisboa; Igreja de Santos-o-Novo; Convento das Albertas; de S. Domingos de Benfica; Capela do Calvário; Igreja da Madalena; Convento de Santo António (Madre de Deus); Capela do Forte de S. Julião da Barra; Igreja do Sacramento; Recolhimento das Oblatas; Convento das Trinas; de Santa Joana; do Varatojo (Torres Vedras); dos Capuchos (Santarém); do Desagravo; recolhimentos do Grilo, Rato e Rosa; Igreja de S. Pedro do Rego da Murta (Alvaiázere – Leiria); Convento de Santa Teresa de Carnide; Paço Patriarcal de S. Vicente de Fora; Igreja de Santa Maria (Ourém); Convento das Salésias; de Santo António dos Capuchos; Igreja de Alcabideche; do Calhariz de Benfica; de Colares; Capela de Nossa Senhora da Luz de Carnide; Irmandade do Santíssimo e Igreja de Santa Cruz (Barreiro); Igreja de Nossa Senhora da Graça (Palhais – Barreiro); de Nossa Senhora da Encarnação (Apelação – Loures) e outras do mesmo concelho, como as de Frielas e Bucelas, a Capela de S. Roque e a Igreja de Santa Maria (Loures), a Capela de Nossa Senhora da Saúde (lugar de Montemor) e a Igreja de S. João da Talha; Igreja de S. Vicente de Alcabideche; de S. Domingos de Rana; Convento de Nossa Senhora da Graça (Igreja Paroquial de Santo André e Santa Marinha); Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (Carcavelos); de S. Mamede (Évora); Recolhimento das Picoas; CCBECR (1.º Bairro – Lisboa); igrejas de S. Manços e São Vicente do Pegeiro (distrito de Évora); Paço Episcopal do Funchal; Igreja da Vidigueira; Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo à Lapa; igrejas matrizes de Monforte e Arronches (distrito de Portalegre); Igreja de Santa Margarida (Lavradio – Barreiro); Convento de Santo António da Convalescença; Igreja de São Lourenço de Carnide; Paço Episcopal de Bragança; Capela do Livramento (Alcântara); igrejas de São Cristóvão, Graça, São Julião, Santa Justa e Rufina, Santa Luzia, São Nicolau, S. Pedro de Alcântara, do Salvador, Santa Marta (Lisboa); de Santa Maria da Alcáçova e Paço Episcopal (Elvas); Convento das Francesinhas; Hospital de S. José; Igreja dos Jerónimos; Quinta da Mitra (Santo Antão do Tojal – Loures); Capela de Santo Amaro (Alcântara); Ermida do Senhor Jesus do Cruzeiro (Ajuda); Igreja de Azóia; de Alhos Vedros; Convento das Mónicas; Igreja Matriz do Bombarral; Igreja da Cruz da Pedra (Lisboa)<sup>325</sup>; Junta Geral da Bula de Cruzada<sup>326</sup>.

---

<sup>325</sup> Ver Docs. 16, 17, 18 e 19 em Apêndice Documental.

<sup>326</sup> Cf. ACMF, CIBC/LIS/LIS/ADMIN/343: campanha guarnecida de prata; tinteiro de prata com 3 peças; par de castiçais de prata.

As providências de JF para aumentar as coleções do MNAA e simultaneamente preservar os bens de interesse histórico e artístico, existentes em igrejas espalhadas por todo o país ou à guarda do Estado estão muito bem documentadas, confirmando um intenso volume de entradas. Atentemos em alguns exemplos.

Em 31 de julho de 1911, um despacho do Ministro das Finanças autorizou a entrega de 144 objetos existentes na caixa forte da Caixa Geral de Depósitos<sup>327</sup>. Provenientes, quase todos, de diversas Arcas de Órfãos do país, eram, na sua maioria, de metal precioso.

Entre outubro e novembro de 1912 procedeu-se à seleção de objetos em múltiplos locais, de que resultou um documento precioso, dividido em seis partes, esclarecedor quanto aos bens recolhidos, mas um tanto desorganizado, sendo a primeira datilografada e as restantes manuscritas<sup>328</sup>. Único senão: só a primeira e a sexta partes nos indicam a procedência, enquanto as restantes só identificam o acervo recolhido. A primeira parte diz respeito a várias pinturas dos sécs. XV, XVI e XVII, escolhidas na Capela de Santo António da Madre de Deus. A segunda parte, manuscrita, diz respeito a objetos avulsos, como pinturas, mobiliário, peças de cerâmica, de vidro, gravuras e paramentos. A terceira parte inclui grande diversidade de peças, das mais variadas tipologias e materiais: objetos de cerâmica, de metal, imagens em madeira, talha, vidro, gravuras, etc. A quarta parte lista objetos escolhidos em 9 de outubro de 1912, de diversos tipos e materiais. A quinta parte do documento lista os objetos escolhidos em 12 de outubro de 1912, sobretudo pinturas, gravuras e peças de mobiliário. A última parte, respeitante a uma listagem de bens selecionados por José de Figueiredo em 31 de agosto de 1912, no Refúgio e Casas de Trabalho, com sede em Belém, escrita por responsáveis da instituição, em jeito de ata, incluía sobretudo objetos litúrgicos de metal e porcelana.

Outro documento regista os bens entrados entre 1919 e 1935<sup>329</sup>. No período que nos interessa, temos vários bens, todos provenientes do processo de Separação da Igreja do Estado: broche de ouro em forma de flor, com uma pedra branca (1919, procedente da Igreja de São Pedro de Alcântara); vários objetos entregues pela Caixa Geral de Depósitos em 1921, entre eles um rosicler de prata e ouro arrendado, com pedras falsas

---

<sup>327</sup> Cf. *Termo de entrega de um empréstimo de um conjunto de objectos depositados na Caixa Geral de Depósitos, ao Museu Nacional de Arte Antiga*, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 7, Doc. 3. Ver Doc. 20 em Apêndice Documental.

<sup>328</sup> Cf. *Listagem de objectos escolhidos para o Museu de Outubro a Novembro de 1912*, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 19. Ver Doc. 21 em Apêndice Documental.

<sup>329</sup> Cf. MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 2, doc. 25.

e diamantes (procedente da Igreja do Menino de Deus), um par de arrecadas de ouro (proveniente de Arronches), um rosicler de prata com diamantes engastados e uma pequena medalha de ouro com a Cruz de Cristo (provenientes de igrejas do Concelho de Évora); entregues pela CJBECR, dois amores-perfeitos de prata, com pedras falsas (1921, adquiridos no Leilão das Picoas, procedentes de Guimarães), um medalhão com miniatura e pedras falsas, um colar de prata com diamantes, em forma de laços, do séc. XVIII, em estojo de marroquim vermelho e um par de brincos de prata com diamantes e pingentes em forma de meia-lua, do séc. XVIII (1922, adquirida no leilão das Picoas, procedentes de Guimarães); entregues pela CCELS, um par de brincos de prata com crisólitas (1923, procedente da extinta Igreja de São Lourenço, em Alhos Vedros), uma insígnia da Ordem de Cristo e um colar com cruz em ouro e esmalte (1924, procedentes respetivamente da igreja de Aqualva e de Alcanena); um afogador de metal, três anéis com pedras, oito brincos, um colar com pedras e duas pulseiras de metal amarelo (1925, procedentes da antiga igreja do Hospital de São José).

A 17 de janeiro de 1921 recebeu vários objetos da capela de Santo Amaro em Alcântara<sup>330</sup>: imagens de Santo António e de Santa Escolástica em madeira; dezasseis painéis de Milagres; alto-relevo em mármore do séc. XVII (ex-voto); dois pratos em cobre batido, com relevos; banco de sacristia, com costas e assento de couro lavrado.

*A Relação dos objectos entrados no Museu em virtude da lei da Separação da Igreja e do Estado e da lei sobre as congregações*<sup>331</sup> é importantíssima para apurarmos a importância do Laicismo na construção do Museu Nacional de Arte Antiga. Trata-se de um texto datilografado de 20 páginas, em que são indicados os locais de culto religioso, residências e outras instalações congreganistas e os objetos deles procedentes, transferidos para o museu. Em alguns casos sabe-se a data em que estes objetos deram entrada, num período balizado entre 1911 e 1928.

Para além dos depósitos derivados da aplicação do Decreto de 8 de outubro de 1910 e da Lei da Separação, o MNAA foi contemplado com outros, de diversas origens. Destacamos o depósito temporário da Virgem da Anunciação da autoria de Vasco Fernandes, feito pelo Museu Regional de Grão Vasco em outubro de 1921, por não

---

<sup>330</sup> Cf. Ofício de 20 de dezembro de 1920, para o Diretor Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos, in MNAA, *Copias da Correspondencia Remetida, Janeiro de 1920 a Dezembro de 1921*, n.º 2.

<sup>331</sup> Cf. MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 13, doc. 1. Ver Doc. 16 em Apêndice Documental.

existir no MNAA qualquer quadro daquele pintor<sup>332</sup>. Temos também conhecimento dos depósitos de alguns particulares: um quadro do séc. XVI, Escola Holandesa, pelo Dr. Francisco Falcão (maio de 1912).

Houve situações em que foram contrariados os desejos dos museus na transferência de certos objetos para a sua guarda, depois de dilações no cumprimento dos despachos favoráveis das entidades competentes, pela resistência das corporações que os mantinham e se opunham à saída para os museus centrais, em detrimento das localidades onde esses bens existiam.

Um exemplo aconteceu quando, em 5 de julho de 1912, José de Figueiredo, enquanto Presidente interino da comissão encarregada de inventariar, tratar e expor os quadros anteriores ao século XVII (do CAA1), solicitou ao Presidente da CEELS a incorporação, a título de depósito, de algumas obras de arte existentes em igrejas de Torres Vedras<sup>333</sup>. Em 3 de agosto de 1912, o Presidente da Câmara Municipal daquela vila remeteu um ofício ao Presidente da CCELS, manifestando o seu desacordo e dos munícipes em geral, face à intenção de remover as «*preciosidades artísticas existentes*»<sup>334</sup> nas igrejas daquele concelho para o MNAA, argumentando que os objetos se encontravam em boas condições de conservação e defendendo que, se o objetivo era enriquecer as coleções daquele museu, tal devia ser feito unicamente pelos objetos que tenham perdido os lugares para os quais foram destinados, e jamais à custa dos bens artísticos que enformavam as tradições de tantos concelhos do país. Acrescentava que a remoção dos objetos seria um atentado para a Cultura do país, que concentraria todos os atrativos em Lisboa, em desfavor do desenvolvimento económico, pelo Turismo, das restantes regiões<sup>335</sup>. Pelas razões expostas solicitava a permanência dos objetos. Esta opinião foi secundada pelo Presidente da Junta de Paróquia de Santa Maria do Castelo – Francisco Firmino –, que acrescentava que a Câmara Municipal havia deliberado na sessão de 1 de agosto de 1912 a criação de um museu municipal, onde deveriam ser

---

<sup>332</sup> Cf. Ofício de JF a Francisco de Almeida Moreira, Diretor do Museu Regional de Viseu, de 11 de outubro de 1921, agradecendo-lhe a cedência temporária do objeto. MNAA, Arquivo, *Copias da Correspondência Remetida*, n.º 2.

<sup>333</sup> Cf. Ofício de José de Figueiredo ao Presidente da CCELS, de 5 de julho de 1912, in ACMF, Processo CJBC/LIS/TOR/ADMIN/061, Caixa 276. Os objetos requisitados eram: da Igreja de São Pedro três painéis pintados sobre madeira (século XVI), representando São Paulo, a Anunciação e a Natividade (na Igreja), um crucifixo e uma pintura sobre madeira (na Sacristia); da Igreja de Santa Maria do Castelo cinco painéis pintados sobre madeira (século XVI), representando a Natividade, a Visitação, a Anunciação, a Adoração dos Reis (Capela-mor) e a Ascensão de Nossa Senhora (Sacristia).

<sup>334</sup> Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras – Manuel Coelho da Graça – ao Presidente da CCELS, de 3 de agosto de 1912, in ACMF, Processo CJBC/LIS/TOR/ADMIN/072, Caixa 276.

<sup>335</sup> *Ibidem*.



guardados os objetos que «*por ventura não possam ser conservados no lugar onde estão*»<sup>336</sup>.

A desafetação do culto de um busto-relicário de Santa Engrácia em prata com predraria, do séc. XVI, nas mãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santa Engrácia, é outro exemplo gorado das intenções do MNAA. Tendo sido cedido ao museu pelos despachos ministeriais de 16 de novembro de 1923 e 2 de abril de 1924, a Irmandade reclamou invocando a necessidade do objeto no culto e as disposições testamentárias da Infanta D. Maria, benfeitora que fundou a igreja do Convento dos Barbadinhos, para onde encomendou a peça e que ainda hoje ali se encontra<sup>337</sup>.

Um episódio ocorrido na sequência de uma visita de Luís Keil e Vergílio Correia à Igreja Paroquial de Santa Maria em Loures, no âmbito da qual foram escolhidos alguns objetos (sanefas e cortinado de veludo grená), antes de se leiloarem os restantes, foi outro exemplo de desilusão. Apesar das diligências, os objetos foram vendidos, e José de Figueiredo manifestou a sua indignação junto do Presidente da CCELS, por serem desrespeitadas as atribuições do CAA e se perderem objetos de valor<sup>338</sup>.

O último exemplo referido indica-nos um mau processo de complementaridade entre a CCELS e o CAA. Normalmente, a relação de cooperação funcionava do seguinte modo: a CCELS solicitava o parecer dos Conselhos sobre o valor histórico e artístico de bens móveis e imóveis, antes de ser feita a alienação, seu abate ou cedência às entidades que os solicitassem; os segundos, como intermediários dos vários museus ou como instituições que tinham a obrigação de defender o património, reclamavam à primeira a sua guarda, entregando-o aos museus por si supervisionados.

De um modo geral, podemos considerar a existência de critérios na seleção dos objetos adquiridos, em especial nos comprados ou selecionados por intervenção direta de José de Figueiredo. Este fez os possíveis para coligir os bens artísticos antigos produzidos até 1850, independentemente da sua tipologia e da sua procedência. Para construir um museu com um discurso comparativo e didático representativo da evolução da Arte portuguesa, Europeia e das regiões em contacto com as potências do Velho

---

<sup>336</sup> Cf. Ofício do Presidente da Junta de Paróquia de Santa Maria do Castelo ao Presidente da Comissão Concelhia de Administração dos Bens Eclesiásticos de Torres Vedras (Artur Gouveia d'Almeida), de 9 de agosto de 1912, *Ibidem*.

<sup>337</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/LIS/LIS/PRDIV/019, Cx. 688, 1923-1924.

<sup>338</sup> Cf. Ofícios de José de Figueiredo dirigidos ao Presidente da Comissão Central de Execução da Lei de Separação, datados de 18 e 23 de maio de 1921, in MNAA, *Copias da Correspondencia Remetida, Janeiro de 1920 a Dezembro de 1921*, n.º 2.

Mundo, José de Figueiredo procurou adquirir objetos de diferentes centros produtores, que motivaram diversas deslocações no País e ao Estrangeiro, especialmente a França. Esse critério está bem patente na atenção prestada aos acervos, durante as suas deambulações pelas antigas casas congreganistas, igrejas, antiquários, leilões, entre outros, procurando exercer a sua influência e direito de preferência no bloqueio à alienação de determinado objeto ou cabimentar as verbas necessárias para a sua compra. A distribuição das peças pelos vários espaços do museu, segundo princípios cronológicos e afinidades artísticas e regionais também prova o zelo da política de aquisições, para as quais contribuía os membros do Grupo de Amigos ou outros colecionadores privados, cujo bom gosto e conhecimentos de arte eram uma mais-valia na probabilidade de obter bons objetos. Entre as principais produções artísticas obtidas, tiveram papel especial a Pintura, o Mobiliário, a Cerâmica, o Vidro, a Talha, a Escultura e a Ourivesaria.

### **b. A Exposição**

O crescimento das coleções obrigou a equacionar desde cedo a ampliação do museu. Acabado de chegar à direção do MNAA, José de Figueiredo deparou-se com salas «*pejadas de pinturas e obras de arte decorativa numa aglomeração que prejudicava o aspecto do conjunto e era absolutamente nociva à valorização dos objectos considerados de per si*»<sup>339</sup>. A reorganização do museu foi levada a peito desde o início pelo Diretor. Este procurou renovar as exposições segundo padrões inovadores e criar novos espaços para exibir as mais recentes aquisições. O objetivo era dar às salas o aspeto palaciano do edifício, mas também distribuir as peças de acordo com alguma afinidade epocal ou regional ou pelo seu prestígio ou raridade. A escassez de verbas e a sua disponibilização em parcelas imprimiu obrigatoriamente um ritmo lento e faseado às intervenções que se foram concretizando, constituindo «*pequenas remodelações*», seguidas de muito publicitadas inaugurações de novas salas na imprensa, que por sua vez era também usada como forma de conseguir exercer pressão pública sobre os Governos para captar novas dotações<sup>340</sup>.

Neste espírito, em 24 de março de 1912 ficaram prontas duas salas: a dos Primitivos Portugueses da Oficina de Lisboa (dos mestres de S. Bento e do Paraíso) e a

---

<sup>339</sup> Cf. COUTO, João, «Notas para a história da ampliação do Museu das Janelas Verdes», in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Lisboa, 1939, vol. I, n.º 1, p. 45.

<sup>340</sup> Cf. BAIÃO, Joana (2014), *Ob. Cit.*, pp. 443-445.

de Nuno Gonçalves<sup>341</sup>, correspondendo respetivamente às salas I e J, para as quais JF terá avançado com dinheiro pessoal para se executarem as substituições dos forros das salas com veludo aproveitado de reposteiros e outros pequenos arranjos. A exposição destas salas, partindo dos famosos Painéis de S. Vicente, propunha uma narrativa evolutiva de obras da Escola Portuguesa até à primeira metade do século XVI<sup>342</sup>.



Fig. 18 – Sala de Nuno Gonçalves. As tendências expositivas da época mostram o gosto pelas cores escuras nas paredes, o uso de tetos decorados remetendo para os palácios do século XVII, de lambris em madeira. A combinação entre Pintura e Mobiliário foi recorrentemente usada por José de Figueiredo. De realçar que os painéis de S. Vicente se encontram exibidos como sendo dois trípticos, de acordo com aquilo que o Diretor do MNAA sempre defendeu.

*Occidente*, 30/11/1912, n.º 1221.  
(Cliché Coutinho)

Em 18 de agosto de 1912 reabriram mais duas salas: uma de Pintores Estrangeiros dos sécs. XV e XVI (sala G), e outra para os portugueses do séc. XVI (sala H). Na primeira ganhou destaque o “S. Jerónimo” de Dürer, de mérito internacional. Em termos expositivos, realce para o esforço em minimizar o número de fileiras de quadros em exposição, dando realce aos mais importantes, e para a existência das vitrinas antigas, mantidas por falta de verbas para novas aquisições.

Em novembro de 1914 encontravam-se prontas para inaugurar três novas salas de Pintura, mas só ficaram disponíveis a 12 de maio do ano seguinte. Uma delas apresentou um sistema de suspensão de quadros importado, segundo JF, da coleção particular parisiense de Boyer, e constava da utilização de um friso metálico junto à cimalha, da qual eram suspensos cabos metálicos que suportavam os quadros, colocados com uma certa inclinação, para facilitar a contemplação, por intermédio da utilização de uma mola (aqui a inovação), que não só os prendia como os colocava na posição desejada<sup>343</sup>. Era a mais pequena das três e abrigou telas dos sécs. XIV, XV e XVI, com

<sup>341</sup> Cf. «Coisas d’Arte», in *O Século*, 24 de março de 1912, MNAA, Arquivo, Recortes de Imprensa, n.º 2428.

<sup>342</sup> Cf. BAIÃO, Joana (2014), *Ob. Cit.*, pp. 450-453.

<sup>343</sup> Cf. «Museu Nacional de Arte Antiga», in *Notícias*, 7 de novembro de 1914: «Na primeira das novas salas encontram-se o celebre Memling, restaurado por Luciano Freire, e a Virgem do Menino, a que se atribui o valor de 390 contos. § Nesta sala o sr. dr. José de Figueiredo, director do Museu, pôs em pratica um novo processo de suspensão de quadros, tão novo que só agora começa a ser adoptado nos museus francezes e por intermédio do nosso compatriota. § O sistema, no entanto, é francês, tendo sido inventado pelo industrial mr. Boyer, para a sua galeria particular. O director do nosso Museu, que teve ocasião de visitar essa galeria, notou o processo e não só o tomou para si como o indicou aos seus

motivos religiosos, de autores como Memling, Blé, Eduardo Português, Frei Carlos e Patimir (sala D). Na segunda (sala E), a mais ampla das três, foram introduzidos panos de parede falsa nos cantos da sala para minimizar os efeitos de sombra e assim harmonizar o ambiente onde se distribuíam os motivos religiosos e retratos de autores como Holbein o velho e o moço, Rafael, Bronzino, Andrea del Sarto, Dürer, Melzy, Luini, Antonio Moro, Sanches Coelho, Cristóvão de Morais, Luca Giordano, Rubens, Zurbaran e Ribera<sup>344</sup>. A terceira, reservada à Pintura Holandesa e Flamenga do séc. XVII (sala F), em que toma realce o *Depósito de armas* de Teniers, o moço. José de Figueiredo optou por guarnecer estes três novos espaços com mobiliário da época e até fabricado em alguns locais de origem das telas, como as cadeiras e bancos de Bruxelas da última sala, destinados ao público, e o parquet de madeira proveniente do recolhimento do Sacramento para forrar o chão deste último espaço.

No início de 1916, o Conservador José Queirós conseguiu disponibilizar ao público no rés-do-chão a sala de cerâmica (sala 3).

Uma carta de José de Figueiredo para o Diretor interino, Luciano Freire, de 20 de agosto de 1917, revela-nos a iminência da abertura de outras salas: de Ourivesaria; Escola Espanhola; Escola Portuguesa do séc. XVIII; Escola Francesa; escolas diversas do séc. XVIII e inícios do XIX<sup>345</sup>. A missiva apresenta-se como um importante

---

*colegas de Paris, que por seu turno o estão adoptando. § Ao longo da cimalha corre um varão de ferro ao qual vão prender-se, em gancho, varas de aço que sustentam o quadro. A inclinação do quadro, indispensável á vista, é dada por uma mola especial que ao mesmo tempo fixa o painel, por maior que seja. § O aspecto da sala é magestoso e as paredes são forradas de seda verde-ouro pálido, sobre «lambris» castanho. § A sala imediata, mais ampla, recebendo a claridade de um vasto lanternim, encerra alguns antigos quadros, esperando ainda posição definitiva. A dependencia está admiravelmente construída. Como a anterior, é forrada a pano, duma tonalidade mais escura, e no alto uma linda sanca executada por João Machado, de Coimbra, a quem o director do Museu enviou os competentes modelos. § Aos cantos parece terem tomado lugar definitivo os dois soberbos Sanches Coelho e na comprida parede estende-se um precioso tapete trazido para ali do thesouro artistico de S. Vicente de Fóra. § Na ultima sala terão lugar os holandezes e flamengos do seculo XVII, de que o Museu possui uma apreciavel colecção. § Ahí estão entre outros, aquele notavel Teniers, restaurado por Luciano Freire; o Backuysen, oferecido por Guerra Junqueiro, e um interior de igreja, considerado o melhor Hulgest conhecido. § Nessa sala admira-se um belo contador holandês, adquirido pelos amigos do Museu no espolio do Dr. Carlos Tavares, e ainda o “parquet” da época, trasladado para ali do antigo recolhimento do Sacramento, que lhe fica proximo. § Dentro dessa estancia, e com destino ao publico, encontram-se bancos de tesoura e cadeiras, executados em Bruxelas, segundo os modelos dos que se encontravam no “atelier” de Van Dick».*

<sup>344</sup> Este recurso museográfico foi introduzido por Frederik Schmidt-Degener no Boymans Museum de Roterdão em 1909. Cf. BAIÃO, Joana (2014), *Ob. Cit.*, pp. 457 e 458.

<sup>345</sup> Cf. Carta de José de Figueiredo para Luciano Freire, de 20 de agosto de 1917, in MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 9, Doc. 4.1, manuscrito: «*E uma coisa lhe peço é que se a minha ausencia se prolongasse, organisasse a sala de ourivesaria como eu a projectei: tecto de madeira no estylo do seculo XVII; portas e lambris de marmore, e pedra igual, e entre as portas, nos grandes intervalos, as tapeçarias (as duas maiores) da Relação. De ponta a ponta, tambem tapetes de marmore, de forma a ficar o parquet em trez tapetes de madeira, todos enquadrados de marmore. As vitrines sobre tapetes do seculo XVII, ao centro, encostando-se ás paredes o menos possivel. O ideal era que só ficassem nas*

testemunho das opções museográficas de JF, na medida em que identifica a nobreza dos materiais usados nos tetos, paredes e chão: a madeira e o mármore. Por esta altura, Joana Baião frisa que acontecimentos inesperados como a morte da mãe (1917) e do irmão Agostinho (1918) de José de Figueiredo e o desvio das verbas de despesas supérfluas para o esforço de guerra prorrogaram o período de intervenção em novas salas, pelo que só em 23 de março de 1920 abriram as salas B e C, reservadas à Arte Europeia<sup>346</sup>, acolhendo os objetos<sup>347</sup> resultantes da generosidade direta ou indireta dos Amigos do Museu. Em exibição, objetos de diversas categorias (cerâmica, pintura, mobiliário, iluminura), dispostos em vitrinas de madeira, envidraçadas e panorâmicas ou em paredes forradas de tecido que «o sr. Adriano José Coelho mandou fazer, por um modelo fornecido pelo Director do Museu»<sup>348</sup>. De frisar que estas salas se apresentavam muito mais sobrecarregadas de obras de arte, num claro propósito de enfatizar o papel do GAMNAA e de outros particulares (como o General Jacinto Barreira, o Conde de Santar, o poeta Guerra Junqueiro e o antiquário parisiense Georges Demotte) no enriquecimento das coleções<sup>349</sup>.



Fig. 19 – Aspeto de uma nova sala inaugurada em 1920, denotando uma multidisciplinaridade de objetos.

*Ilustração Portuguesa*,  
12/4/1920, n.º 738.

---

paredes em que não ficassem as grandes tapeçarias. Das tres salas novas do andar superior, a primeira, junto á pequena dos holandeses e flamengos, para a escola hespanhola; a imediate para a escola portuguesa do seculo XVIII, e a outra dividil-a-hia em duas, sendo uma d'estas para a escola francesa, ficando no logar de honra o Fragonard, dentro de uma caixa, e a outra para o sec. XVIII e começo do XIX de diversas escolas». Uma ata da CE do CAA1, de 30 de março de 1915 sugere-nos a instalação provisória de uma secção de Ourivesaria no piso térreo do museu, tendo sido nomeada uma comissão composta por José Luís Monteiro, José Pessanha e José de Figueiredo, para selecionarem na casa-forte do Palácio das Necessidades as peças mais notáveis, como a custódia dos Jerónimos e a cruz de D. Sancho (Cf. *Actas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição*, 1911-1917, *Cit.*, pp. 135-137).

<sup>346</sup> Cf. BAIÃO, Joana (2014), *Ob. Cit.*, pp. 463 e 464.

<sup>347</sup> Cf. «Museu Nacional de Arte Antiga: a abertura das novas salas», in *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 12 de abril de 1920, II Série, n.º 738, p. 258.

<sup>348</sup> *Idem*, p. 259.

<sup>349</sup> Cf. BAIÃO (2014), *Ob. Cit.*, p. 465.

Em abril do ano seguinte, a história do MNAA ficou marcada pela inauguração da sala de Pintura Espanhola, correspondente à sala C. Nela se expuseram obras de Murillo, Peredas, Ribera, Clemente Sanchez, Velásquez e Zurbaran, entre outros. De notar que à medida que iam sendo renovadas e abertas novas salas, iam sendo feitos ajustamentos no seu recheio, com vista a uma maior especialização de cada uma. É por isso natural que obras expostas na sala E, inaugurada anos antes, fossem transferidas para esta nova sala, devotada aos artistas de nacionalidade espanhola. Outra tendência nova nesta sala é a crescente simplificação – ainda que com recurso a alguns apontamentos de mobiliário –, quer no que toca às paredes (mais claras), quer no que respeita a quantidade de objetos. Trata-se de uma estratégia museográfica consonante com práticas experimentadas pela Europa no período entre as duas guerras, que se resumia à preocupação de valorização do objeto por si próprio, isolando-o o mais possível para facilitar a sua observação e neutralizando ao máximo os fundos ou desimpedindo os espaços circundantes<sup>350</sup>.

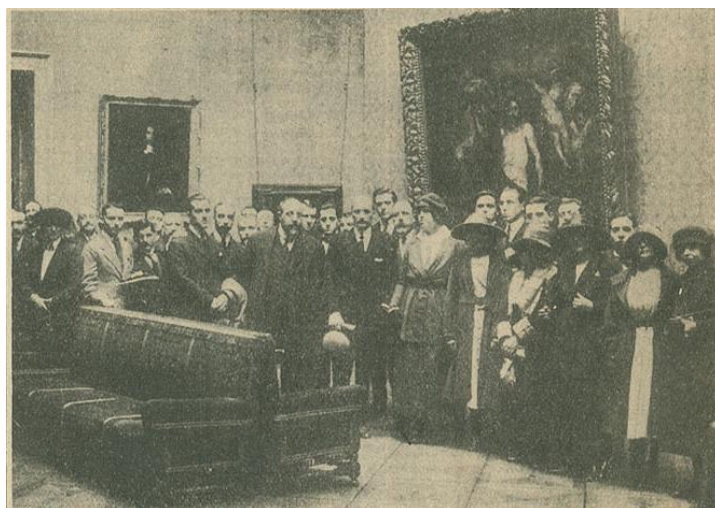


Fig. 20. Foto de grupo na inauguração da Sala de Pintura Espanhola.

*Ilustração Portuguesa*, 9/4/1921, n.º 790.

Como vimos, a morte de Luís José Fernandes resultou num importante legado ao Estado Português, destinado ao MNAA por testamento redigido em 4 de março de 1922,

<sup>350</sup> Esta estratégia, referida por François Poncelet como o «*désencombrement*» (descongestionamento), foi defendida por múltiplos museólogos e museógrafos, como Salomon Reinach, amigo de José de Figueiredo. Alguns profissionais dos museus chegaram a propor percursos distintos nos museus, uns vocacionados para o público generalista, com maior seleção de peças, e outros menos preocupados com a Museografia e mais vocacionados para expor o maior número de peças, para satisfação de especialistas (historiadores, críticos e alunos de arte e artistas, entre outros). Destaque para C. S. Stein, que na Conferência de Madrid de 1934, do OIM, apresentou dois exemplos de planta para o museu moderno, com os duplos percursos. Cf. PONCELET, François, *art. cit.*, pp. 13-15.

constituído maioritariamente por peças de cerâmica com os respetivos expositores. JF diligenciou imediatamente para que uma das salas do museu fosse disponibilizada para acolher a coleção. Inaugurou oficialmente em janeiro de 1924 com o nome de Sala Maria Emília, para homenagear a mãe do benemérito, segundo sua vontade expressa (sala Q). As nove vitrinas que faziam parte do legado apresentavam-se repletas de peças de cerâmica, em especial xícaras, sendo complementadas com mobiliário e tapeçarias das coleções do museu e por um retrato do falecido colaborador do museu, da autoria de Columbano<sup>351</sup>.

A seriação anterior permite-nos concluir que nas prioridades de renovação levadas a cabo por José de Figueiredo teve realce a Pinacoteca do museu, e dentre esta as obras dos primitivos da Escola Portuguesa que José de Figueiredo se esforçou por identificar e demarcar, o que aliás proporcionou os maiores traços de singularidade ao MNAA.

Em 1924, o museu ainda não se encontrava completamente instalado, mas o público tinha ao seu dispor, de terça a domingo<sup>352</sup>, um acervo significativo, dividido por várias salas entre o rés-do-chão e o andar nobre do edifício. No primeiro pavimento, destinado à Cerâmica, além do vestíbulo e do átrio, existiam quatro salas: sala 1 – com Cerâmica e Faiança, destacando-se os medalhões della Robia; sala 2 – Faiança portuguesa e estrangeira; sala 3 – Porcelana de origem asiática e europeia; sala Maria Emília (Q) – legado de Luís Fernandes, constituído por Cerâmica europeia e asiática a partir do séc. XVII. Em catorze salas do segundo pavimento distribuía-se as coleções de Pintura, Desenho, Ourivesaria, Tecidos e Indumentária Religiosa: sala A – Pintura Portuguesa do séc. XVIII, com destaque para obras de Vieira Lusitano, Vieira Portuense e Domingos Sequeira; sala B – destinada à Escola Flamenga, mas por organizar; sala C – Escola Espanhola, com obras de Murilo, Pereda, Zurbarán e Ribera; sala D – reservada às Escolas Flamenga e Holandesa, com quadros de Franz Hals, Teniers o moço, Houckgeest, Breughel, Van der Meer, entre outros; sala E – uma sala com obras de grandes pintores de diversas nacionalidades, como Holbein o velho, Melzi, Luini, Andrea del Sarto, Lucas Cranack, Dürer, Rubens, Lucas Giordano, Tintoretto, Cristóvão Lopes, Cristóvão de Moraes, Bronzino, Pieter Hoch, António Moro e Rafael; sala F –

---

<sup>351</sup> Cf. BAIÃO (2014), *Ob. Cit.*, pp. 477-480.

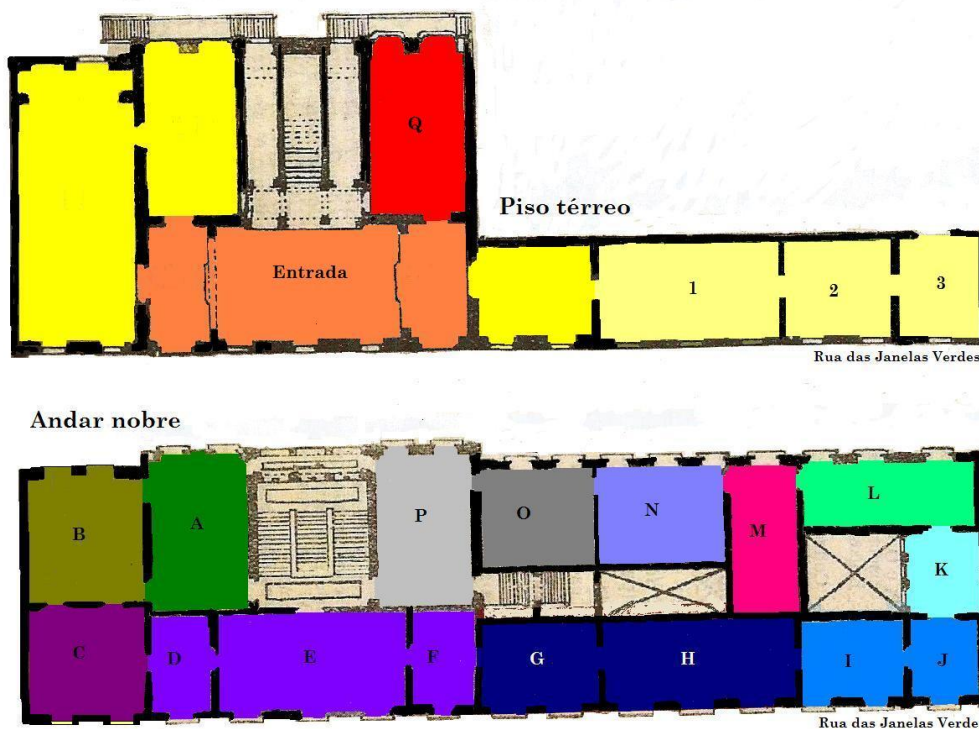
<sup>352</sup> No horário de inverno, o museu estava aberto entre as 11 e as 16.30 horas nos domingos e nas quintas-feiras e entre as 12 e as 16h30 nos restantes dias. No verão, encerrava às 17 horas, com o mesmo horário de abertura do horário anterior. Às segundas-feiras o museu estava encerrado ao público (PROENÇA: 1924, p. 358).

com obras de Primitivos Portugueses e Estrangeiros, entre eles Memling, Frei Carlos, Edward Portugalois, Hendrik Bles e Patinir; sala G – encerrando obras de Jan Provoost, Maarten van Heemskerck, Luis de Morales e Gossen van der Weyden, etc.; sala H – reservada a obras portuguesas da primeira metade do séc. XVI, de artistas como Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes, Jorge Afonso e Garcia Fernandes; sala I – continuando a anterior, com obras de Frei Carlos; sala J – do Político de Nuno Gonçalves, dispendo também a cadeira dita de D. Afonso V, do Convento de S. Francisco de Torres Vedras; sala K – retratos de Pellegrini, várias peças de mobiliário português da 2.<sup>a</sup> metade do séc. XVIII, a obra-prima de Hieronimus Bosh, Tentação de Santo Antão, e outras pinturas de Hemessen, Magnasco, Poussin, Opie, Vernet, Rigaud, Cristóvão Lopes, Gregório Lopes e Golzius; sala L – provisória de Ourivesaria, com peças de prata dourada e pedras preciosas como a custódia da Bemposta, uma cruz processional de prata dourada (séc. XIV) e um cálice românico do séc. XII, do mesmo material, ambos procedentes do Mosteiro de Alcobaça, entre outras peças de grande valor, arrumadas em diferentes vitrinas; sala M – de Mobiliário, com dois contadores – um flamengo e outro holandês – do séc. XVII, e algumas tapeçarias nas paredes; sala N – de Paramentaria, Tecidos indo-portugueses e Joalheria portuguesa, do séc. XVIII; sala O – exibindo Paramentaria, Tapeçaria e Mobiliário; sala P – de Desenhos, em que figuram exemplares de Domingos Sequeira. Segundo o gosto da época, as peças de mobiliário e as tapeçarias distribuíam-se um pouco por todas as dependências<sup>353</sup>.

---

<sup>353</sup> Cf. FIGUEIREDO, José de, in PROENÇA, Raul, *Ob. Cit.*, pp. 358-374.





Plantas 1 e 2: O Museu Nacional de Arte Antiga em 1924.  
 Legenda: Piso térreo: 1 a 3 – Cerâmica; Q – Sala Maria Emília.  
 Andar nobre: A – Pintura portuguesa séc. XVIII; B – Pintura flamenga; C – Pintura espanhola;  
 D – Pintura holandesa e flamenga; E – Pintura europeia dos sécs. XVI e XVII; F – Primitivos  
 portugueses e estrangeiros; G – Pintura europeia dos sécs. XV e XVI; H – Pintura portuguesa  
 do séc. XVI; I – Pintura portuguesa: Mestre de São Bento; J – Pintura portuguesa: Nuno  
 Gonçalves; K – Pintura portuguesa e estrangeira e mobiliário (sécs. XVI a XVII); L –  
 Ourivesaria; M – Mobiliário e tapeçaria; N – Paramentos, tecidos e joalharia portuguesa, séc.  
 XVIII; O – Paramentos, tapeçaria e mobiliário; P – Desenho.  
 COSTA, L. de Mendonça e D'ORNELLAS, Carlos, *Manual do viajante em Portugal*, 1924,  
*Apud. BAIÃO, Joana (2014), Ob. Cit., p. 451. (Adaptada).*

### c. Extensão Cultural

O MNAA promoveu algumas exposições temporárias, prática ainda pouco desenvolvida nos museus artísticos e arqueológicos do Estado. No ano de 1922 teve lugar a Exposição Comemorativa dos 10 anos do GAMNAA, patenteando-se alguns dos objetos incorporados por influência do grupo. Em maio de 1924 foi a vez da Exposição do Centenário da Fábrica Vista Alegre, com a edição de um catálogo, cujo dinheiro reverteu na íntegra para o museu, e acompanhada da conferência «História da porcelana da Vista Alegre», proferida por José Pessanha e promovida pelo GAMNAA. No ano seguinte uma exposição alusiva a Vasco da Gama, na semana comemorativa do navegador português. Em 1926, a realização de um Congresso de Ourivesaria em Lisboa motivou uma exposição da Baixela Germain e de algumas peças pertencentes às coleções do museu, cujas salas ainda se encontravam em preparação muito lenta, sendo

somente disponibilizadas ao público em 1934. Em 11 de abril de 1927 inaugurou uma pequena mostra de retratos do artista de origem húngara naturalizado inglês, Philip László.

O papel de José de Figueiredo na dignificação do MNAA, das suas coleções, e na sua equiparação a museus internacionais, com os quais interessava desenvolver relações de cooperação, conduziu à instauração de uma política de empréstimos. Estes eram alvo de cuidados extremos no movimento das peças, acompanhadas sempre por um «*courrier*». No caso das peças mais importantes, o próprio Diretor fazia o serviço, tendo chegado a pagar do seu próprio bolso as despesas da viagem. No período que nos ocupa, as obras de Bosch foram cedidas para figurarem numa exposição de arte belga realizada em Paris.

Além do contributo no aumento das coleções, o GAMNAA foi também responsável pela publicação de postais ou gravuras para venda<sup>354</sup> e pela promoção de conferências, das quais se publicavam opúsculos<sup>355</sup>. No período em estudo, o grupo promoveu as seguintes conferências: uma exclusiva para o grupo sobre os painéis intitulada *A poesia nos Painéis de S. Vicente*, por Afonso Lopes Vieira (26 de dezembro de 1914); *Goya, pintor de retratos* (por Aureliano de Beruete y Moret, 1914); *A paleta de Velásquez e Goya gravador* (idem, 1920); *Salomé dos primitivos* (por Manuel de Sousa Pinto, 1921); *Da reintegração dos primitivos portugueses* (por Afonso Lopes Vieira, 1923, com direito a publicação financiada pelo GAMNAA); *As tapeçarias da tomada de Arzila* (por Reinaldo dos Santos, 1925); *Os grandes escultores franceses do século XVIII. Falconet e Houdon* (por Louis Réau, 1925); *A história dos painéis de S. Vicente. Os painéis de S. Vicente* (por Jaime Cortesão, 1926); *As tapeçarias de D. Afonso V e as suas relações com os painéis de S. Vicente* (por Reinaldo dos Santos, 1926). De salientar que a primeira conferência, por ter sido realizada em uma das salas de exposição do museu, por falta de um auditório, obrigou a condicionar as entradas aos sócios do GAMNAA e a alunos premiados de alguns estabelecimentos de instrução de Lisboa. O sucesso foi tal que algumas das conferências seguintes se realizaram para um público mais generalista na sede da Sociedade Nacional de Belas Artes ou na Academia das Ciências de Lisboa. O Grupo promoveu também várias publicações: *A poesia nos*

---

<sup>354</sup> Em 1924 existiam para venda no átrio do edifício duas séries de postais ilustrados, uma série de 36 e outra de 20. Cf. FIGUEIREDO, José de, «Museu de Arte Antiga», in PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal: Generalidades: Lisboa e Arredores*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 30 de novembro de 1924, 1.º Vol., p. 358.

<sup>355</sup> «Museu Nacional de Arte Antiga: a abertura das novas salas», in *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 12 de abril de 1920, II Série, n.º 738, *Art. Cit.*, p. 259.

*Painéis de S. Vicente* (Afonso Lopes Vieira, 1915), reproduzindo a conferência com o mesmo título proferida pelo autor no final do ano anterior; *Discursos pronunciados no banquete oferecido pelos «Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa», ao académico espanhol Dr. Dom A. Beruete y Moret* (J.F. e Moret, 1916); *Estatutos do Grupo dos «Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa»* (1918); *A Baixela Germain da Antiga Corte Portuguesa* (Marquês da Foz, 1926).

Segundo Teresa Pontes, a ação de José de Figueiredo à frente do Museu Nacional de Arte Antiga distribuiu-se por quatro fases distintas, três das quais encaixadas cronologicamente na 1.<sup>a</sup> República. Na primeira fase, entre 1911 e 1917, além da criação do GAMNAA, das preocupações com a reformulação de algumas salas de exposição e com a transferência dos bens eclesiásticos para o museu, o Diretor procurou ampliá-lo. Na segunda fase, entre 1917 e 1924, correspondente a um período em que José de Figueiredo esteve a maior parte do tempo em Paris, o seu enfoque incidiu sobretudo sobre a aquisição onerosa de novos objetos. A terceira fase (1924-1932) corresponde ao período da internacionalização do museu, mediante a organização no estrangeiro, de exposições temporárias com algumas das principais obras do museu<sup>356</sup>.

A internacionalização do museu, do seu Diretor e da Arte Portuguesa foram, aliás, um bom mote para a participação de José de Figueiredo em vários congressos internacionais de História da Arte. O primeiro a contar com a participação do Crítico de Arte e Museólogo foi o Congresso de História da Arte de Paris, promovido pela Sociedade de História da Arte Francesa e realizado entre 26 de setembro e 5 de outubro de 1921. No certame JF apresentou as conferências «*La technique dans la peinture portugaise*» e «*Mariette et le Portugal*». Os restantes realizaram-se já fora do período estudado, em Bruxelas (1930) e Basileia e Berna (Suíça, 1936)<sup>357</sup>.

---

<sup>356</sup> PONTES, Teresa, *Ob. Cit.*, p. 68.

<sup>357</sup> Cf. BAIÃO, Joana Margarida Gregório (2014), *Ob. Cit.*, pp. 338-340.

## 2. MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

«... desempenhou, digna e brilhantemente, as suas altas funções e a sua missão dentro das concepções museológicas epocais: fazer ciência e divulgação do saber, realizar obra educativa e patriótica, articular a cultura portuguesa com a estrangeira, integrando diligente e prestigiosamente Portugal no movimento científico internacional.»<sup>358</sup>

### **Antecedentes: um museu central de Arqueologia, Etnografia e Antropologia**

As conclusões da Comissão de 1875 para organizar os Serviços de Património, as visitas de estrangeiros ao nosso país, o aumento das intervenções arqueológicas e o patriotismo pós-Ultimato consciencializaram para a necessidade de criar um museu nacional dos elementos que permitissem reconstituir a vida humana em solo português, desde os primórdios<sup>359</sup>. Com este propósito, no início de 1893 José Leite de Vasconcelos (JLV)<sup>360</sup> procurou o Ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, que em março seguinte o incitava a encontrar-se com ele na Secretaria do Ministério, depois de jantar, para entre aquele espaço e a casa do Governante conversarem sobre o museu<sup>361</sup>.

---

<sup>358</sup> Cf. MACHADO, João L. Saavedra, «Subsídios para a História do Museu Etnológico do D.<sup>or</sup> Leite de Vasconcelos», in *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Nova Série, Tomo 5, n.º 1, p. 227.

<sup>359</sup> Cf. VASCONCELLOS, José Leite de, *Historia do Museu Etnologico Português: 1893-1914*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915, p. 121: «tipos físicos, trajos, industrias, costumes, crenças, habitações, arranjo doméstico, gostos artísticos, folganças, a sobreposição das civilizações, pré-romana, romana, visigótica, arábica, e posteriores; tudo o que defina caracteristicamente o nosso povo».

<sup>360</sup> José Leite de Vasconcelos (Mondim da Beira, Tarouca, 7/7/1858 – Lisboa, 17/5/1941) começou ainda na sua terra natal a desenvolver estudos etnográficos, tendo como objeto os costumes da Beira Alta. Foi aí que através da imprensa local começou a publicar os seus primeiros estudos e curiosidades literárias. A sua mudança para o Porto em 1876 e a frequência do curso de Medicina entre 1881 e 1886, em que desenvolveu métodos minuciosos e analíticos precisos, contribuíram para o alargamento dos seus horizontes intelectuais à Poesia, à Etnografia moderna e à Filologia. Na década de 1880 iniciou o seu interesse pelos museus e pelos temas da História nacional, tendo visitado os museus Azuaga em Gaia (1882), Cenáculo em Évora (1888), e começado a colaborar com Martins Sarmiento para o enriquecimento do museu da SMS. O crescente interesse pela Arqueologia levou-o a publicar, com Mont'alverne de Sequeira, a revista quinzenal *Pantheon* (1880-1881), versando temas de Arqueologia, Mitologia, Religiões e Tradições Populares. Em 1882 foi a vez da *Bibliotheca Ethnographica Portuguesa*, dedicada aos estudos de Folclore e das tradições populares portuguesas em comparação com as estrangeiras. Em 1887 deu início à publicação da *Revista Lusitana*, que se manteria até 1941 e se revelou significativa para o avanço dos estudos filológicos e etnológicos portugueses, em sintonia com um discurso patriótico e nacionalista. A sua entrada para a Biblioteca Nacional como Conservador em dezembro de 1887 e o início da lecionação da cadeira de Numismática em 1888-89 fizeram-no desenvolver o seu interesse pelos museus, avançando com propostas de organização, desenvolvimento e conservação da coleção de Numismática da instituição, ao mesmo tempo que passou a ser patrocinado nas suas investigações arqueológicas, que sucederam às iniciadas a título particular, quando da sua colocação como clínico no Cadaval. A sua transferência para Lisboa coincidiu, pois, com o início da sua atividade museológica. Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Museologia e Etnologia em Portugal, instituições e personalidades*, Ob. Cit., pp. 100-139.

<sup>361</sup> O bilhete de Bernardino Machado para José Leite de Vasconcelos foi publicado pelo segundo na sua compilação intitulada *Historia do Museu Etnologico Português: 1893-1914*, Ob. Cit., pp. 281 e 282.

A 20 de dezembro foi promulgado o Decreto criando o Museu Etnográfico Português<sup>362</sup>. Nas considerações iniciais do diploma, os Ministros dos Negócios do Reino, João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, e das Obras Públicas Comércio e Indústria, Bernardino Machado Guimarães, aludiam às vantagens de um museu do género para os portugueses: a Educação; o conhecimento da própria História e das relações com os outros; um sentimento de nacionalidade com o fito do progresso<sup>363</sup>; o aperfeiçoamento das artes, incluindo as industriais. O museu fazia todo o sentido pois havia materiais ilustrativos das sucessivas ocupações do território português, dispersos por vários organismos do Estado e de outras entidades, ou ainda por recuperar do solo. Por outro lado, servia como complemento ao museu antropológico da Comissão Geológica instalado no edifício da Academia das Ciências, onde aliás também se instalou provisoriamente o novo museu, ficando criadas as condições para reunir num espaço único os objetos dispersos por várias instituições estatais, que não fossem parte integrante das suas coleções (exemplo do Museu do Algarve, depositado na Academia de Belas Artes), e para estimular futuras aquisições. O decreto estipulou: a divisão do museu em duas secções (Arqueológica, com objetos da Pré-História ao séc. XVIII; e Moderna), passíveis de se subdividirem nas subsecções pertinentes; a elaboração de um catálogo ilustrado para divulgar as coleções e atrair visitantes; o envolvimento das instituições do Estado e das autoridades municipais, administrativas, eclesiásticas e militares no crescimento do museu; o estabelecimento de um regulamento, de dotação própria e de uma Direção competente, não remunerada.

Dando cumprimento a esta última cláusula, no mesmo dia foi publicado um despacho nomeando JLV para dirigir o museu, o que fez até 5 de março de 1929. Neste ano, três dias antes da cessação das suas atividades, foi promulgado o Decreto n.º 16653, colocando um limite de idade na ocupação de funções públicas e obrigando JLV a abandonar o cargo. Era chegado o momento de homenagear o verdadeiro criador do museu e todo o serviço que ele prestara à pátria: o Decreto n.º 16624 de 18 de março de 1929 atribuiu ao museu a designação de Museu Etnológico do Dr. José Leite de Vasconcelos e em simultâneo a Direção Honorária sem qualquer remuneração ao homenageado.

---

<sup>362</sup> Cf. Decreto de 20 de dezembro de 1893 publicado no *Diário do Governo* n.º 289 de 21 de dezembro de 1893, in *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1893*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894, p. 992.

<sup>363</sup> *Idem*.



Fig. 21 – O Dr. José Leite de Vasconcelos.  
*Occidente*, 30/8/1913, n.º 1248.

O Museu Etnográfico Português ficou anexado à Direção dos Trabalhos Geológicos, dependente da Repartição dos Serviços Técnicos de Minas e da Indústria, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Instalou-se em 1894<sup>364</sup> numa sala da Comissão Geológica, constituindo-se inicialmente pelas coleções de Estácio da Veiga e de JLV, e em breve receberia outras do Estado e objetos obtidos por compra e doação. O espaço tornou-se insuficiente num instante, tendo sido ocupada nova sala, e em 1897 foi necessário acomodar a secção lapidar numa ala dos claustros do Convento de Jesus. Aquele ano marcou também a mudança de nome para Museu Etnológico Português (MEP), por Decreto de 26 de junho.

Por seu turno, um decreto de 23 de dezembro de 1899<sup>365</sup> veio dar nova organização ao museu, agregando-o ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, a quem caberia o seu enriquecimento. O museu viu reforçado o seu papel educativo, reorganizando-se em três secções nacionais com as respetivas subsecções comparativas estrangeiras, nos domínios da Arqueologia Pré-Histórica e Histórica, da Etnografia Moderna e da Antropologia Antiga e Moderna. O diploma introduziu também uma série de disposições favoráveis ao MEP: o direito exclusivo de proceder a escavações

---

<sup>364</sup> Também nesse ano de 1894 surgiu o principal órgão do MEP – *O Archeologo Português* – cujo primeiro fascículo data de 1895.

<sup>365</sup> Cf. Decreto de 23 de dezembro de 1899, in *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1899*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900, pp. 876 e 877.

arqueológicas em estações localizadas em terrenos do Estado, em montes, caminhos, matas, campos, etc.<sup>366</sup>; a proteção policial aos agentes encarregados das escavações; a gratuidade do transporte em vias-férreas, marítimas e fluviais do Estado, de todos os objetos com destino ao museu. Previa-se, à semelhança do que foi instituído com o decreto de criação, a edição de um catálogo impresso e admitia-se a publicação de monografias sobre determinados objetos, a fim de os divulgar e cativar o público. As entidades do Estado e os supervisores de obras públicas são responsabilizados a comunicar ao museu todas as notícias sobre a existência ou achamento de bens arqueológicos. Ao Diretor passou a ser feita uma retribuição de 500\$000 réis anuais. A auxiliá-lo, determinou o diploma que tivesse dois adjuntos do quadro de condutores de obras públicas e minas, um escriturário e dois guardas ou serventes<sup>367</sup>.

Na sequência da extinção do Museu Agrícola e Florestal de Lisboa<sup>368</sup>, e por despacho de 21 de novembro de 1900, o MEP foi transferido para o Mosteiro dos

---

<sup>366</sup> As estações arqueológicas consideradas eram castros, dolmens, grutas naturais e artificiais, minas antigas, necrópoles ou sepulturas isoladas. O direito de exploração podia ser cedido a diretores de outros museus públicos, mediante parecer favorável do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais.

<sup>367</sup> O decreto definiu que os lugares de escriturário e guardas do MEP fossem ocupados pelos funcionários com as mesmas funções nos extintos museu agrícola e industriais e comerciais, tendo a mesma remuneração. Importa aqui frisar que no mesmo dia 23 de dezembro de 1899 foi publicado um decreto que extinguiu os museus industriais e comerciais de Lisboa e do Porto, por terem sido considerados ineficazes no cumprimento das metas que lhes foram imputadas. Para além da extinção, aquele decreto definia que os funcionários dos museus passariam a desempenhar as suas funções nas Comissões de Exposições Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto criadas pelo mesmo decreto ou na Direção Geral do Comércio e Indústria, e caso não aceitassem seriam demitidos. De notar que, sendo da mesma data que o decreto que agregou o MEP ao Conselho Superior de Monumentos Nacionais, o decreto que extingue os museus industriais não prevê a transferência de qualquer dos seus funcionários para aquele museu. Cf. Decreto n.º 1 de 23 de dezembro de 1899, in *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1899*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900, pp. 817-818.

<sup>368</sup> O Museu Agrícola e Florestal de Lisboa foi criado por Decreto de 5 de novembro de 1888, regulamentado por decreto de 27 de dezembro de 1889 e inaugurado em junho de 1891, tendo-se instalado primeiramente no Palácio dos Condes de Almada ao Rossio e posteriormente transferido para os Jerónimos, extinguindo-se em 1900. A sua existência deveu-se a Elvino de Brito (1851-1902), que para além de Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria – onde aliás trabalhou grande parte da sua vida –, foi Diretor Geral da Agricultura, cargo em que procurou reorganizar, modernizar e desenvolver os serviços agronómicos, florestais e pecuários; reestruturar e promover o ensino agrícola e veterinário; promover os produtos nacionais no estrangeiro. Esperava-se do Museu Agrícola e Florestal que apoiasse o progresso das ciências agronómicas, assumindo um papel complementar ao ensino dessas ciências, como repositório de elementos de estudo e expositor dos produtos regionais e meios de produção. Cf. SEVERO, Ricardo, «Noticias: O Museu Agrícola e Florestal de Lisboa», in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes*, Publ. da Sociedade Carlos Ribeiro, Typographia Occidental, Porto, 1893, vol. II, pp. 138 e 139; GOUVEIA, Henrique Coutinho, «Museu etnológico português (1893-1914). Um projecto nacional e uma tentativa de conjugação disciplinar», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, n.º 6, pp. 197-209; MARTINS, Conceição Andrade, «Biografia do MOPCI Elvino de Brito», in *Academia.edu* - [http://lisboa.academia.edu/Concei%C3%A7%C3%A3oAndrademartins/Papers/1481742/Biografia\\_do\\_MOPCI\\_Elvino\\_de\\_Brito](http://lisboa.academia.edu/Concei%C3%A7%C3%A3oAndrademartins/Papers/1481742/Biografia_do_MOPCI_Elvino_de_Brito) (consulta efetuada no dia 4 de agosto de 2012).

Jerónimos. A mudança para as novas instalações só se efetivou a partir de 1902<sup>369</sup>, estando concluída em 1903.

Em 1901 o MEP sofreu nova reforma, quer do ponto de vista institucional, quer organizacional, pelo Decreto de 24 de dezembro<sup>370</sup>. Institucionalmente passou a estar diretamente subordinado à Direção Geral das Obras Públicas e Minas. Em termos organizacionais, dispondo de mais espaço nos Jerónimos<sup>371</sup>, compreende-se que lhe tenham sido atribuídas novas valências. Além das salas de exposição, o museu passou a dispor de biblioteca privativa, um gabinete de fotografia e desenho, uma oficina de conservação e restauro, orçamento próprio, um quadro de pessoal alargado (oficial de museu; um ou dois condutores; um escriturário ou apontador; um fotógrafo-desenhador; dois guardas; três serventes; dois coletores preparadores). O cargo de Diretor do museu passou a ser ocupado por nomeação vitalícia, recaindo sobre JLV. Por fim, determinou que o MEP abrisse definitivamente ao público, o que só aconteceu em 22 de abril de 1906, por ocasião do Congresso de Medicina.



Fig. 22 – Postal ilustrado, representando a entrada poente do Mosteiro dos Jerónimos, onde se alojou o Museu Etnológico Português, a partir de 1903. Legenda: «Portugal – Lisboa – Museu Ethnologico Português – Este museu, destinado a concorrer para o conhecimento das origens, evolução e caracteres do povo português, foi creado em 1893 pelo Sr. ministro Bernardino Machado; melhorado em 1899 pelo Sr. ministro Elvino de Brito; amplamente reorganizado em 1901 pelo Sr. ministro M.F. de Vargas, que em 1903 o dotou do bello edificio que hoje occupa. Consta de tres secções: archeologia, ethnographia moderna e anthropologia.»

MACHADO, João L. Saavedra (1965),  
*Ob. Cit.*

<sup>369</sup> Cf. JLV, «O Museu de Estácio da Veiga», in *O Archeologo Português*, MEP, Lisboa, junho de 1902, S. 1, vol. 7, n.º 6: «Esta collecção [de Estácio da Veiga], no seu conjuncto, esteve já exposta no edificio da Academia das Sciencias, onde primeiro se installou o Museu Ethnologico; actualmente anda sendo transportada, com o resto do Museu, para o edificio dos Jeronymos (Belem)».

<sup>370</sup> Cf. *Collecção Official de Legislação Portugueza Anno de 1901*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1901, pp. 1360 e 1361.

<sup>371</sup> Em 17 de fevereiro de 1903, o espaço do MEP era aumentado pela publicação de uma Portaria que conferia ao museu as salas e a mobília do extinto museu industrial. Cf. JLV, *Historia do Museu Etnologico Português*, *Ob. Cit.*, p. 4.



## Na República

A 1.<sup>a</sup> República impulsionou uma viragem significativa na história do MEP a partir do momento em que, pela promulgação do Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, passou a estar subordinado ao CAA1, trazendo-lhe repercussões negativas. O quadro de pessoal foi reduzido significativamente, extinguindo-se os lugares de fotógrafo-desenhador, escriturário e de condutores. O decreto valorizou sobretudo os museus de arte, entendidos como complemento ao ensino artístico e elemento primacial da educação em geral, e colocou o museu subordinado a um Conselho, que em termos científicos ignorava as disciplinas de Etnografia e de Antropologia, quando era evidente que o MEP prosseguia objetivos científicos que extravasavam os domínios da Arte e da Arqueologia, colocando esta segunda em íntima complementaridade com as duas primeiras. A situação de isolamento de JLV no CAA1 precipitaria os esforços no sentido de autonomizar o museu, como veremos no rescaldo do assunto seguinte.

Um aspeto determinante para perceber a história futura do MEP e a sua situação nos primeiros anos da República foi a Sindicância de que foi alvo, efetuada entre março e junho de 1913, e enquadrada num período de crise para a instituição. Para entendermos a questão na sua plenitude, torna-se necessário regressar ao ano de 1911, em que o museu passou a ter nova tutela e um quadro de pessoal menor. Da diminuição de funcionários resultou um avolumar das obrigações dos restantes e, conseqüentemente, uma deterioração das relações com o Diretor, acusado de grande exigência, de estar longos períodos ausente e de acumular funções que impediam o bom cumprimento das que lhe competiam no museu. A instabilidade das relações levou à instauração de vários processos disciplinares que resultaram, em 1912, na substituição da quase totalidade dos funcionários. Com este quadro relaciona-se o episódio das medidas disciplinares tomadas contra um funcionário do museu – Carlos Amorim Vassinon –, que depois de ser submetido a um processo em 22 de setembro de 1909, acabou por ser suspenso de funções várias vezes, até que em 30 de setembro de 1910 foi proposta a sua demissão definitiva, que se concretizou em outubro. O funcionário foi outro motor para uma acesa crítica a JLV nas páginas dos jornais republicanos, a cujo credo se juntou o dito funcionário, quando se inscreveu no Centro Republicano São Carlos, acusando o seu antigo Superior hierárquico de tendências reacionárias e déspotas.

O início político da crise teve lugar na sessão noturna da Câmara dos Deputados de 26 de dezembro de 1911, em que o deputado Fernão Boto Machado denunciou a

situação de dois guardas do MEP, a braços com um número excessivo de horas de trabalho consecutivas, percebendo um vencimento inferior ao dos seus colegas. Expostos os factos, propôs que se aumentasse o vencimento de 260 para 300 mil réis, lhes fosse fornecido um uniforme de trabalho e reduzido o número de horas de serviço. As sugestões foram consideradas impossíveis de satisfazer, por não estarem previstas em orçamento, sendo o deputado convidado a apresentar uma nova proposta em janeiro seguinte. Aproveitando o mote da discussão, o deputado Eduardo de Almeida aludiu à ilegalidade dos 500 mil réis de gratificação recebidos pelo Diretor, reportando-se ao decreto de fundação do museu. Ainda que reconhecesse que tal cargo devia ser remunerado, considerava-o ilegal por não estar previsto em orçamento. O Ministro do Interior – Silvestre Falcão – rematou a questão dizendo que o Diretor do museu em debate era JLV, e que o mesmo recebia a gratificação pelos serviços prestados como bibliotecário<sup>372</sup>.

Mal soube do sucedido, JLV escreveu ao seu detrator, salientando o trabalho árduo que vinha desenvolvendo no museu, deslocando-se por todo o país em busca de objetos para as coleções sem auferir de qualquer gratificação, e de que resultou uma soma de mais de 20 mil objetos compilados. Seguidamente informou o deputado de que começou a receber uma gratificação pelos serviços prestados, em troca da que havia perdido por deixar de ser professor do Liceu de Lisboa e informando que a mesma retribuição havia sido sucessivamente legalizada pelos decretos de 23 de dezembro de 1899, de 24 de dezembro de 1901 e de 26 de maio de 1911. Por fim, diz acreditar que as acusações imputadas se deviam à ação de António Mesquita de Figueiredo, que por despeito terá envenenado políticos e alguns órgãos da Imprensa. Para cercar mal-entendidos, convidava o deputado a visitar o museu, para que pudesse testemunhar o fruto do seu trabalho e concluir como era digno de retribuição pecuniária<sup>373</sup>.

Entretanto, sucediam-se novos processos disciplinares e o afastamento de quatro funcionários do museu (abril de 1912), por se revelarem pouco assíduos e pouco preparados para o desempenho das suas funções, o que se avolumava com a insuficiência de pessoal, gerando ainda mais instabilidade. Para suprir este problema foi criado, em 23 de dezembro do mesmo ano, o Regulamento Provisório dos Guardas, assinado por JLV e pelos dois guardas – João Ricardo Florindo Rodrigues e Basílio

---

<sup>372</sup> Cf. *Diário da Câmara dos Deputados, 19.ª Sessão (Nocturna), em 26 de Dezembro de 1911*, pp. 4, 10 e 11 [www.debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd](http://www.debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd) – consulta efetuada no dia 11 de julho de 2012).

<sup>373</sup> Cf. JLV, «Defensão do Museu Etnológico Português contra as Argüições Que um Sr. Deputado lhe fez no Parlamento», in *Historia do Museu Etnológico Português: 1893-1914, Ob. Cit.*, pp. 125-127.

Augusto Viana – que substituíram Herculano Pinto e Joaquim Paixão<sup>374</sup>, texto em que se privilegiava um bom atendimento aos visitantes, a vigilância da limpeza e segurança, a estatística de visitantes e os cuidados a ter na hora de encerramento do museu<sup>375</sup>.

Se o problema do vencimento que recebia mexeu com JLV, muito mais o afrontou a questão despoletada, ao limite<sup>376</sup>, na sessão da Câmara dos Deputados de 12 de março de 1913, com o deputado Eduardo de Almeida a voltar a colocar em cima da mesa algumas questões que atingiam diretamente a atuação de JLV<sup>377</sup>. Em suma, o deputado acusava-o: de não ter providenciado um inventário do museu e organizado livros de contas correntes; de guardar sem autorização superior, em dependências do museu, baús e caixas pertencentes a particulares; de ter conflitos com o pessoal, exercendo demasiada exigência sobre ele; de utilizar madeiras, o serviço do carpinteiro do museu e o dinheiro da venda de um *Plano Summario do Museu Etnologico Português* (publicado em 1906) para usufruto pessoal (peculato); de interditar aos visitantes a feitura de cópias e notas sobre os objetos; de não ter aberta ao público uma biblioteca especializada de relevo para estudiosos; de estar ausente por longos períodos e marcar o ponto pelo telefone; pedia também contas sobre o paradeiro dos objetos de ouro adquiridos para o museu. Conhecedor das acusações, no dia seguinte JLV pediu uma sindicância aos seus atos e a suspensão das suas funções. No dia 14 obteve do Ministério do Interior a desejada suspensão e no dia 15 de março saiu uma portaria nomeando os sindicantes: como Presidente o professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Agostinho José Fortes – e como Secretário Serafim Carneiro

---

<sup>374</sup> Os dois guardas foram sujeitos a uma sindicância conduzida pelo Dr. Xavier Cordeiro. Em sessão da Câmara dos Deputados de 26 de março de 1913, o deputado Eduardo de Almeida solicitou uma cópia da sindicância efetuada. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados, 59.ª Sessão Ordinária do 3.º Período da 1.ª Legislatura 1912 -1913, em 26 de Março de 1913*, p. 6 ([www.debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd](http://www.debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd) – consulta efetuada no dia 11 de julho de 2012).

<sup>375</sup> Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, «A crise do Museu Etnológico Português (1911-1913)», in *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série IV, 11/12, 1993-1994, p. 57.

<sup>376</sup> Antes de atingir uma dimensão política, a crise que envolveu a figura de JLV e o museu sob a sua Direção iniciou-se com o azedar das relações de amizade entre aquele e António Mesquita de Figueiredo, Bacharel em Direito. JLV relata a sua versão sobre as razões que levaram à deterioração da amizade, na introdução à resposta às questões apresentadas pelo sindicante. Em suma, denunciou que, por não ter acedido à compra de uma coleção de Arqueologia de Mesquita de Figueiredo e por lhe ter negado um lugar de preparador no museu, começou a ser alvo de uma campanha de maledicência em jornais como *O Paiz* e *A Alvorada*, do rancor de antigos funcionários afastados por má conduta e do amuo de César da Silva, a quem foi negada a prestação de serviço que se propunha fazer em nome do museu, catalogando a coleção de Epigrafia. Cf. «Defensão do Museu Etnológico Português contra as Arguições Que um Sr. Deputado lhe fez no Parlamento – Capítulo II – Sindicância do Museu Etnológico Português – Resposta do Director do mesmo Museu aos Quesitos apresentados pelo Sr. Sindicante», in *História do Museu Etnológico Português: 1893-1914, Ob. Cit.*, pp. 139-149.

<sup>377</sup> Cf. *Diário da Câmara dos Deputados, 55.ª Sessão Ordinária do 3.º Período da 1.ª Legislatura 1912 - 1913, em 12 de Março de 1913*, pp. 6 e 7 ([www.debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd](http://www.debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd) – consulta efetuada no dia 10 de julho de 2012). Ver Doc. 22 em Apêndice Documental.

Chichorro de Brito<sup>378</sup>. Iniciada a sindicância, que durou cerca de três meses, Eduardo de Almeida acrescentou novos pedidos, dados a conhecer ao sindicato em 3 de abril de 1913: documentos prestando contas sobre o vencimento e os direitos de mercê pagos pelo Diretor, as contas correntes e sobre a aplicação dos créditos extraordinários; uma cópia do inventário referindo as formas de incorporação dos objetos; um exemplar do catálogo impresso ou cópia do catálogo manuscrito; uma relação dos materiais enviados para a Exposição Arqueológica de Roma, de 1911, acompanhada da data da remessa; um relatório das missões científicas de JLV no Estrangeiro<sup>379</sup>. As inquirições apresentadas resultaram num processo de averiguações pautado por visitas ao museu e numa resposta por escrito por parte do sindicato, de 27 de abril de 1913, em que se encontram boas pistas para sabermos como se encontrava o museu em 1913: existia um livro de entradas no museu desde 1906, substituindo um inventário mais desenvolvido, porque muitas peças, por falta de espaço, se encontravam encaixotadas; havia um livro de conta corrente desde 1894; os objetos (120) e moedas de ouro (49) encontravam-se ocultados do público pois os guardas eram poucos e as infraestruturas de segurança inexistentes; quanto a catálogos já elaborados, contavam-se os de medalhas (editado parcialmente), objetos de ouro e prata, ex-libris, moedas portuguesas, figuras de bronze romanas e pré-romanas, parte das estampas, grande parte da Epigrafia e da Etnografia, a Biblioteca (com um de manuscritos parcialmente impresso).

O relatório do sindicante, datado de 6 de junho<sup>380</sup>, faz recomendações importantes para o museu: JLV devia assumir uma Direção menos personalizada; a necessidade de um regulamento que definisse bem o funcionamento do museu e as competências de cada funcionário; a possibilidade de os visitantes poderem tirar notas, desenhos ou fotografias dos objetos expostos; a necessidade de alargamento das instalações do museu para suprir as deficientes condições de apresentação das secções etnográfica e antropológica; a necessidade de remodelar o quadro de pessoal, com vista a uma maior profissionalização; a necessidade de maior apoio do Estado.

Além de ilibado das fortes acusações que lhe imputaram, JLV viu reconhecido o seu papel ao serviço da Ciência e da Pátria por uma portaria de louvor datada de 19 de

---

<sup>378</sup> Cf. Portaria de 15 de março de 1913, publicada em *Diário do Governo* n.º 64 de 19 de março de 1913, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa Ano de 1913 - volume I (2 de Janeiro a 30 de Junho)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1914, p. 155.

<sup>379</sup> Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 52.ª Sessão Ordinária do 3.º Período da 1.ª Legislatura 1912 - 1913, em 31 de Março de 1913, pp. 15 e 16. <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd>

<sup>380</sup> Foi publicado em *Diário do Governo*, n.º 147, de 26 de junho de 1913.

junho de 1913, que o reintegrou nas suas funções e lhe atribuiu os vencimentos que por força da sua suspensão provisória havia perdido.

Terminada a questão da Sindicância, em 7 de julho de 1913 foi decretada a criação do Ministério da Instrução Pública, com regulamento aprovado a 29 de outubro seguinte. O diploma revelou-se mais consonante com as expectativas do Diretor do museu, conferindo-lhe um novo enquadramento jurídico-institucional e reforçando o seu papel no contexto da pesquisa científica e do ensino. O novo Ministério passou a ser a nova tutela do MEP e dos outros museus antes pertencentes ao MI, que ficou adstrito a dois domínios: por Decreto de 16 de agosto foi anexado pedagogicamente à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa<sup>381</sup>, constituindo-se como um «*centro de estudos universitários de Arqueologia, Epigrafia, Numismática e Etnologia, muito frequentado pelos alunos daquela Faculdade*»<sup>382</sup>; em termos administrativos passou a estar dependente da Repartição de Instrução Universitária<sup>383</sup>.

No ano seguinte foi publicado o Regulamento do MEP, através do Decreto n.º 559 de 11 de junho de 1914. Teve o mérito de compilar todas as determinações relativas ao museu e de introduzir algumas especificidades nunca antes referidas, nomeadamente quanto ao funcionamento e às competências de cada um dos funcionários<sup>384</sup>. Respeitou, dentro do possível, as recomendações exaradas no relatório da sindicância. Redefiniu as secções principais: Arqueologia Pré e Proto-Histórica e Histórica; Etnografia Moderna (Continental e Insular); Antropologia Antiga e Moderna<sup>385</sup>. No «*Capítulo III – Da*

---

<sup>381</sup> JLV foi transferido da Biblioteca Nacional para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, por Decreto de abril de 1911, tendo-se efetivado a transferência em 22 de agosto de 1911. Iniciou a lecionação em Novembro desse ano, que manteve durante 3 anos.

<sup>382</sup> Cf. MACHADO, João L. Saavedra, «Subsídios para a história do Museu Etnológico do D.<sup>or</sup> Leite de Vasconcelos», *Ob. Cit.*, p. 56.

<sup>383</sup> Cf. Lei n.º 410 de 9 de setembro de 1915, publicada em *Diário do Governo* n.º 181, I Série, da mesma data. Este diploma constituiu a Lei Orçamental do Ministério de Instrução Pública, criado em 1913. O seu artigo 126.º determina a dependência do MEP face à Repartição de Instrução Universitária.

<sup>384</sup> Após a sindicância, e para evitar dúvidas foi introduzido no Regulamento do Museu um capítulo exclusivamente destinado a responder a duas respostas fundamentais: Quem (trabalha no museu)? O Quê (ocupa os vários funcionários do museu)?

<sup>385</sup> A parte IV da já citada *Historia do Museu Etnologico Português [HMEP]*, intitulada «Estado actual do Museu Etnologico (1914)» dá-nos um importante contributo para entendermos como se subdividiam, distribuían e arrumavam os objetos das várias secções e subsecções do MEP. A secção de Arqueologia, designada também como de Antiguidades Nacionais, obedecia a uma ordem cronológico-geográfica na disposição dos vários objetos e distribuía-se pelo rés-do-chão (pavimento 1) e 1.º andar (pavimento 2) e pelos dois barracões anexos ao edifício, designados como lapidários. Os objetos eram exibidos em armários envidraçados ou em estrados, dependendo das suas dimensões. Nesta secção encontram-se várias subsecções: a primeira, que JLV intitula como «I. Conspecto cronológico-geografico da nossa Arqueologia» incluía os objetos miúdos ou de maiores dimensões, ilustrativos dos vários períodos históricos de ocupação humana do território português, desde o Paleolítico até ao limiar da época Portuguesa. Incluía objetos de várias matérias-primas, recolhidos em diferentes locais, destacando-se materiais pétreos. Alguns objetos, pelas suas especificidades materiais e funcionais, encontravam-se

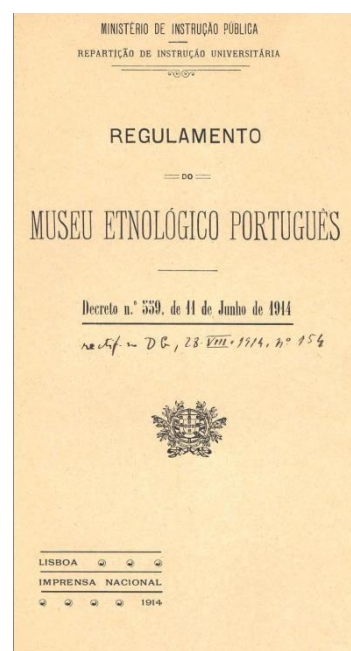
*exposição e arrolamento dos objectos do Museu», surgem algumas novidades, contrariando a generalidade dos regulamentos de museus neste período, omissos quanto às questões museográficas: a disposição dos objetos por ordem metódica; a arrumação dos de dimensões reduzidas dentro de armários envidraçados; o resguardo dos de maior valor material (ouro, por ex.º) enquanto não houvesse melhores condições de segurança, colmatado com a mostra de imagens gráficas; a numeração obrigatória de todos os objetos, com um ou mais números, para facilitar o seu inventário e estudo; a existência de um livro de entrada e inventário e de catálogos geral ou seccionados, com informações sobre a história dos objetos. O «Capítulo IV – Da abertura do Museu ao público» – determinava as condições de visita ao museu: disponível ao público seis horas diárias durante seis dias da semana (11-17h), exceto feriados e um dia semanal para folga do pessoal (segunda-feira), sendo gratuita a visita e proibida a receção de gratificações dos visitantes por parte dos funcionários do museu; visitantes livres de tirar notas, fotografias e desenhos dos objetos já publicados e com direito a receber todas as informações solicitadas, sendo reservada ao Diretor a decisão de autorizar cópias dos objetos inéditos e dos que se encontravam em cofre, bem como a sua análise;*

---

arrumados em armários ou espaços específicos, obedecendo a uma ordem cronológica e geográfica. Nesta situação encontrava-se a 2.ª subsecção arqueológica, intitulada «II. Joias de ouro e de prata» (*HMEP, Ob. Cit.*, p. 194), que pelo seu valor excepcional se encontrava ocultada dos visitantes comuns; a 3.ª, designada como «III. Figurinhas de bronze e outros objectos da mesma substância» (*Ibidem*); «IV. Monumentos lapidares» (*Ibidem*, pp. 195 a 197); «V. Moedas, medalhas e tésseas» (*Ibidem*, pp. 197 a 200). A secção Etnográfica, distribuída maioritariamente pelo 2.º andar (pavimento 3), em instalação provisória até melhor adaptação da sala, representava fundamentalmente o viver popular moderno, embora em confronto com algumas antiguidades, e dentro dessas vivências, reportava-se à vida privada e pública, à vida material e psíquica. Subdividia-se em dez subsecções, algumas delas também subdivididas: alimentação (*ib.*, pp. 203 e 204); casa e seu arranjo (*ib.*, pp. 204-211); vida individual e familiar (infância, amor e casamento e morte; vestuário e objetos relativos; vícios de fumar e cheirar; meios de transporte aquático e terrestre), *ib.*, pp. 212-220; evolução humana (caça, pesca, pastorícia e agricultura), *ib.*, pp. 220-228; religião e magia (igreja lusitana e catolicismo em geral; catolicismo popular; mitologia e superstição; amuletos e objetos congéneres), *ib.*, pp. 228-255; vida intelectual [história da escrita; escola primária; literatura de cordel; vida académica de Coimbra; história do livro (tipografia; encadernação; ex-libris); jornalismo; ciência; arte (arte popular; artes industriais como a cerâmica, a cestaria, a latoaria, etc.)], *ib.*, pp. 235-250; várias indústrias (indústria têxtil; do vestuário e anexas; curtumes; madeira; metalurgia) e profissões, *ib.*, pp. 250-252; vida social [folganças (brinquedos, jogos e espetáculos); comércio; pesos e medidas; história do correio e coisas anexas; papel selado e selos; heráldica; milícia; história de Portugal], *ib.*, pp. 253-256; vária (secção mondinense; curiosidades), *ib.*, pp. 257 e 258; etnografia insular (*ib.*, p. 258). A secção antropológica era a menos desenvolvida, constituindo-se simplesmente por crânios ditos das «raças da Lusitânia» e por ossadas antigas, encontrava-se igualmente instalada no 2.º andar (pavimento 3), mas também no rés-do-chão e 1.º andar, junto dos respetivos acervos arqueológicos, *ib.*, pp. 259 e 260. Tal como previsto nos vários diplomas legislativos, existia também uma Secção Comparativa, subdividida em: coleção colonial (África; Timor; Índia); objetos estrangeiros antigos e modernos (Oceania; América; Egito; Ásia antiga; Grécia antiga; Itália antiga e moderna; Áustria; Alemanha; Suíça; Bélgica; Inglaterra; França; Espanha); variedades; comparação do presente e passado portugueses, *ib.*, pp. 261-264. Outra secção, constituía-se por objetos indeterminados, acomodados num armário localizado no pavimento 2 (1.º andar), *ib.*, p. 265. Por fim, uma biblioteca, subdividida nas seguintes categorias: livros de uso; monografias e posturas; incunábulo; livros portugueses dos séculos XVI a XVIII; manuscritos (*ib.*, pp. 267-275).

entrada nas salas de exposição condicionada ao uso de vestuário adequado e à entrega prévia de bengalas, guarda-chuvas ou embrulhos ao guarda, pelo público; a manipulação de objetos e o ruído nas salas de exposição eram interditos. O 5.º Capítulo respeita às publicações do museu, mantendo a edição da revista *O Arqueólogo Português* e prevendo a de catálogos, permutáveis com publicações de outras instituições ou oferecidos a quem prestasse serviços ao museu ou que, por motivos de estudo, necessitasse deles. O 6.º remete para o pessoal do museu, constituído por um Diretor, um Conservador, dois Preparadores, dois Guardas e três Serventes, estabelecendo rigorosamente os perfis, os modos de seleção, as habilitações e as competências de cada uma das categorias profissionais, que se traduziam, respetivamente em: gerir recursos humanos e materiais e propor às instâncias superiores o que se afigurasse necessário para desenvolver o museu; velar pela conservação do edifício, das coleções e da exposição, incorporar, inventariar, catalogar e divulgar as coleções, secretariar e prestar serviço na biblioteca; incorporar, preparar e criar meios de expor as coleções e auxiliar o conservador; vigiar as salas e a limpeza das coleções e fazer serviço de portaria e estatística de visitantes; limpar as salas e as coleções, executar serviços de transporte. O regulamento era flexível sempre que fosse necessário substituir ou auxiliar determinado funcionário nas suas funções, para assegurar o cumprimento de todos os trabalhos. Consta-se mais uma vez que cabia aos guardas o maior número de horas de trabalho, e em condições extremamente duras, visto que, existindo só dois, tinham que se revezar entre si de modo a que estivesse sempre um guarda no museu, de dia e de noite.

Fig. 23 – Capa do Regulamento de 1914.  
[www.museuarqueologia.pt](http://www.museuarqueologia.pt)



O regulamento tentou corrigir ou tornar legais algumas situações que motivaram acusações ao Diretor no passado. O seu artigo 31.º procurou arbitrar as relações humanas no museu, impondo o respeito entre o Diretor e os restantes funcionários, destes entre si e para com o público, e a obediência dos segundos para o primeiro, salvaguardadas as situações de abuso de poder, a ser resolvidas por instâncias superiores<sup>386</sup>. Previa também a possibilidade de contratar pessoal assalariado, pago pela verba do museu, para colmatar a falta de recursos humanos.

### **a. As Coleções**

#### Expedições arqueológicas e etnográficas

A primeira década da 1.ª República registou um enriquecimento exponencial do museu, resultante de várias deslocações do pessoal do museu pelo território português. Entre 1911 e 1920, quer o Diretor, quer outros técnicos do museu realizaram várias expedições arqueológicas e etnográficas, percorrendo todo o país. Numa pequena síntese, temos os relatos das deslocações: de Félix Alves Pereira e Luís Chaves ao Outeiro da Assenta, perto de Óbidos, nos anos de 1911 e 1915, respetivamente; de Vergílio Correia aos concelhos de Sintra e Oeiras, a Conímbriga e à Serra das Mutelas (Torres Vedras) em 1912 e ao Alentejo (1913); de José Leite de Vasconcelos a Nelas e a Celorico da Beira (1912), Alto Alentejo (1912 e 1920), Cadaval (1913), Alentejo (1914 e 1915), Trás-os-Montes (1915 e 1916), Beiras (1916), Baixo Alentejo e Algarve (1917), Estremadura a Norte do Tejo (1918); de Luís Saavedra Machado, à última região referida (1920). Os relatos circunstanciados das expedições encontram-se na *Historia do Museu Etnologico Português* e em alguns artigos d' *O Archeologo Português*. Através da sua observação atenta podemos apurar uma quantidade significativa de objetos incorporados, das mais variadas proveniências e tipologias<sup>387</sup>.

### **b. A Exposição**

O período de crise referido deu lugar a um período de desenvolvimento, lançando-se um vasto e longo programa de remodelação e alargamento do museu, que então ocupava a ala meridional poente do edifício dos Jerónimos. A construção de um

---

<sup>386</sup> Cf. «Decreto n.º 559 de 11 de junho de 1914», in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1914, Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915, p. 253.

<sup>387</sup> Ver Docs. 23 e 24 em Apêndice Documental.



anexo foi autorizada por despacho do Ministério do Fomento – Francisco José Fernandes Costa – de 12 de dezembro de 1912.

Do ponto de vista da Museografia adotada, existe uma maior preocupação com a divulgação do saber, do que com a estética, pois JLV considerava que o MEP devia «contribuir, pela exposição permanente de objectos respectivos a todas as epochas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português»<sup>388</sup>. A ideia de exposição temporária nos museus não tem, aliás, grande peso na 1.ª República. Pela notória falta de espaço em muitos locais, a quantidade de materiais e a própria visão da época, a solução era expor em permanência a maior parte dos objetos existentes nas coleções. No MEP era seguido um plano de exposição que obedecia preferencialmente a uma ordenação cronológica e geográfica, sendo os objetos exibidos por períodos históricos, acompanhados de fotografias, plantas e desenhos das respetivas estações arqueológicas e monumentos. Os objetos surgiam, assim, reunidos por regiões, tipologias ou estações arqueológicas, devidamente ordenadas por princípios cronológicos. A segurança também não era descuidada, pelo que os bens de menores dimensões, facilmente manuseáveis, ficavam circunscritos a mostradores ou armários envidraçados, enquanto os de grandes dimensões eram exibidos sem barreiras. Os de maior valor intrínseco ficaram guardados em casa-forte, sendo exibidas ao público reproduções gráficas e modelos desses objetos. Para JLV era imprescindível a colocação de letreiros identificativos junto das peças, que referissem, não só a sua designação, mas também a proveniência e o responsável pela sua entrada, sendo este aspeto muito valorizado quando se tratava de ofertas, para incentivar junto dos visitantes essa modalidade de incorporação.

Em 1911 foi publicada uma folha volante intitulada *Visita do Museu Ethnologico Português (nos Jeronymos, Belem)*, assinada pelo Diretor com o intuito de indicar ao visitante o percurso aconselhado para melhor compreender o discurso museológico. Trata-se de um documento de uma única página que nada acrescenta ao plano sumário de 1906, fazendo uma simples síntese das secções existentes e da sua distribuição espacial pelo edifício. Em 1919 foi editada uma pormenorizada *Sinopse do Museu Etnológico Português*, dando a conhecer a sua organização espacial, a distribuição das coleções existentes e os modos de acondicionamento. Além disso, podemos inferir sobre a continuidade das obras iniciadas em 1914, já que em várias

---

<sup>388</sup> Cf. VASCONCELOS, José Leite de, *Historia do Museu Etnologico Português: 1893-1914, Ob. Cit.*, p. 91.

passagens daquela publicação se refere a circulação e instalação provisórias, o encerramento de salas por motivos de obras ou a inexistência de mobiliário para acomodar as coleções<sup>389</sup>. No salão central do primeiro pavimento, os mosaicos ainda não estavam acondicionados como se pretendia. A sala relativa à Pré-História, a de Antiguidades Romanas e Pré-Romanas e a de Numismática, todas no segundo pavimento, estavam ainda a ser intervencionadas.



Fig. 24 – Parte do pavimento 1. São visíveis alguns materiais pétreos encostados às paredes e no solo vários fragmentos de mosaico romanos.

MACHADO, João Luís Saavedra (1965),  
*Ob. Cit.*

O 3.º pavimento, onde se encontravam as secções de Etnografia e Antropologia denotava ainda uma instalação provisória, aguardando a mobília para o novo salão construído em anexo<sup>390</sup>. Sobre o lapidário anexo, dizia JLV que «*ainda não [estava] bem acomodado, para poder abrir-se ao público*»<sup>391</sup>. O empenho de JLV em resolver as situações que motivaram a sindicância de 1913 manifestou-se na colocação de um mostrador no centro do salão central do segundo pavimento, com modelos dos objetos de ouro, ocultados por questões de segurança.

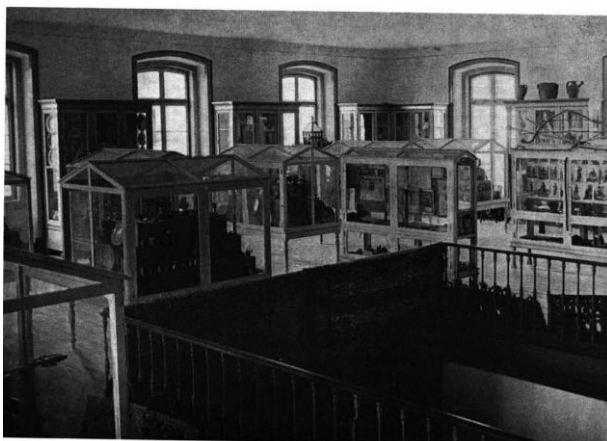


Fig. 25 – Sala de Etnografia no 3.º pavimento dos Jerónimos, ala poente.

MACHADO, João Luís Saavedra (1965),  
*Ob. Cit.*

<sup>389</sup> Cf. JLV, *Sinopse do Museu Etnológico Português*, Lisboa, 25 de novembro de 1919, p. 4.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>391</sup> *Ibidem*.

### c. Documentação das coleções

A sindicância movida a JLV contribuiu para prover a uma melhor organização, gestão e divulgação das coleções, coincidindo com um aumento da publicação de vários catálogos parciais n' *O Archeologo Português*.

No volume 15 da revista, datado de 1910, sob o título «Esculpturas prehistoricas do Museu Ethnologico Português», JLV descreve cinco peças do acervo, numa perspetiva comparativa com congéneres de outros museus portugueses e de outras regiões da Europa, profusamente ilustrada<sup>392</sup>. Em 1911, Pedro de Azevedo – colaborador habitual do MEP e membro da Academia das Ciências de Lisboa – descrevia três moedas romanas da antiga Olisipo (Lisboa)<sup>393</sup>, apresentando a legenda, âmbito ou proveniência e a forma de incorporação. No mesmo volume, e imediato ao artigo anterior, JLV descrevia um selo inquisitorial do século XVII existente no museu<sup>394</sup>. No mês de julho de 1913, o mesmo Pedro de Azevedo retomou a publicação iniciada em 1912, intitulada «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico». Dessa vez acrescentava 60 novas entradas, com a seguinte organização: numeração, local de emissão, data, resumo do conteúdo, dimensões<sup>395</sup>. Em 1914 publicou a última parte do trabalho, com o mesmo título e a mesma estrutura, discriminando 79 pergaminhos e 24 documentos em papel<sup>396</sup>. Datam também de 1914 os seguintes artigos: «Marcos miliários do Museu Etnológico Português», descrevendo três exemplares provenientes de Elvas, Ponte-de-Sor e Montalegre, com dados morfológicos, dimensões, conteúdo epigráfico, proveniência e os intermediários responsáveis pela sua recolha<sup>397</sup>; «Os “ex-votos” esculpidos do Museu Etnológico Português», da responsabilidade de Luís Chaves – Preparador do museu –, em que são descritos objetos de várias tipologias (membros e órgãos do corpo humano – 16; indicação de moléstias – 5; símbolos cristãos – 2; representação de animais domésticos – 4)<sup>398</sup>; também da autoria de Luís

---

<sup>392</sup> Cf. JLV, «Esculpturas prehistoricas do Museu Ethnologico Português», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 15, n.º 1-12 (jan.-dez., 1910), pp. 31-39.

<sup>393</sup> Cf. AZEVEDO, Pedro A. de, «Moedas romanas provenientes de Olisipo (Pertencentes ao Museu Ethnologico)», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 16, n.º 1-12 (jan.-dez., 1911), pp. 94 e 95.

<sup>394</sup> Cf. JLV, «Sello inquisitorial do sec. XVII», *Ibidem*, p. 95.

<sup>395</sup> Cf. AZEVEDO, Pedro A. de, «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, Lisboa, S. 1, vol. 18, n.º 7-12 (jul.-dez. 1913), pp. 108-129.

<sup>396</sup> Cf. *Idem, Ibidem, Ib.*, S. 1, vol. 19, n.º 1-6 (jan.-jun. 1914), pp. 46-83.

<sup>397</sup> Cf. JLV, «Marcos miliários do Museu Etnológico Português», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, Lisboa, S. 1, vol. 19, 1914, pp. 249-251.

<sup>398</sup> Cf. CHAVES, Luís, «Os “ex-votos” esculpidos do Museu Etnológico Português», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, Lisboa, S. 1, vol. 19, n.º 7-12 (jul.-dez. 1914), pp. 290-300.

Chaves, «A colecção de “milagres” do Museu Etnológico Português»<sup>399</sup> traz a lume a descrição detalhada de 27 ex-votos, segundo a seguinte estrutura: número de catálogo, legenda, características materiais (designadas como caracteres) e iconografia. Em 1915 acrescentou-lhe um apêndice em que figura um 28.º ex-voto, seguido de reproduções de alguns dos objetos catalogados<sup>400</sup>. Em 1917, Luís Chaves publicou a 1.ª parte do catálogo d’«Os registos de santos», que continuou em 1918 e concluiu em 1922<sup>401</sup>. Em 1919 saiu um catálogo dos ex-libris, dividido em duas partes ou séries. A primeira é da responsabilidade de um colaborador externo solicitado por JLV para o efeito, Álvaro de Azeredo, que não concluiu o trabalho por se ter ausentado de Lisboa. Consta da descrição de 44 ex-libris também descritos na obra *Ex-libris ornamentaes portugueses* de Aníbal Fernandes Tomás (Porto, 1905), 19 outros, 5 ex-libris exteriores e 7 carimbos<sup>402</sup>. A segunda parte é da responsabilidade de Luís Chaves, então Conservador interino do museu, subdividida nas mesmas categorias da primeira parte, contando 57 peças descritas<sup>403</sup>. Em 1919-20 foi a vez das «Estelas discoides antigas do Museu Etnológico Português»<sup>404</sup>, da autoria do seu Diretor, descrevendo e representando, por intermédio de desenhos de Saavedra Machado, onze peças. Em 1920-21, JLV assinou um artigo intitulado «Objectos arqueológicos de Alcoutim», alusivo a objetos pré-históricos e romanos recolhidos naquele concelho algarvio entre 1908 e 1919, com a colaboração do secretário da Câmara Municipal – António Torres<sup>405</sup>. Em 1921-22 Félix Alves Pereira – antigo Conservador – publicou a primeira parte do «Catálogo do Museu Etnológico Português», consagrada aos objetos do período Paleolítico. O catálogo apresenta 300 entradas, correspondentes nomeadamente a objectos em sílex talhado, não denominados nem classificados tipologicamente por opção do autor, por haver casos em

---

<sup>399</sup> Cf. CHAVES, Luís, «A colecção de “milagres” do Museu Etnológico Português», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, S. 1, vol. 19, n.º 1-6 (jan.-jun. 1914), pp. 152-176.

<sup>400</sup> Cf. CHAVES, Luís, «A colecção de “milagres” do Museu Etnológico Português – I. Apêndice à série publicada n’ *O Archeologo Português*, XIX, 152-176», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, S. 1, vol. 20, n.º 1-12 (jan.-dez. 1915), pp. 214-219.

<sup>401</sup> Cf. CHAVES, Luís, «Os registos de santos», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 22, n.º 1-12 (jan.-dez. 1917), pp. 345-385 / S. 1, vol. 23, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1918), pp. 81-103 / S. 1, vol. 25, 1921-1922, pp. 141-178.

<sup>402</sup> Cf. AZEREDO, Álvaro de, «Descrição dos “ex-libris” existentes no Museu Etnológico Português – 1.ª série», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, S. 1, vol. 22, n.º 1-12 (jan.-dez. 1919), pp. 69-88.

<sup>403</sup> Cf. CHAVES, Luís, «Descrição dos “ex-libris” existentes no Museu Etnológico Português – 2.ª série», in *Ibidem*, pp. 88-96.

<sup>404</sup> Cf. JLV, «Estelas discoides antigas do Museu Etnológico Português», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 24, 1919-20, pp. 291-293.

<sup>405</sup> Cf. JLV, «Objectos arqueológicos de Alcoutim», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 24, 1920-21, pp. 198-202.

que não era linear a sua determinação, preferindo simplesmente descrevê-los<sup>406</sup>. Estruturalmente, o autor apresentou cada objeto com número de catálogo, descrição material, morfológica e cromática, a proveniência e o número constante do livro de registo de entrada existente no museu. Em 1923-1924 JLV publicou «Figuras de bronze antigas do Museu Etnológico Português», descrevendo com minúcia 6 peças inéditas e referindo 17 já divulgadas, trabalho enriquecido com ilustrações de Saavedra Machado e Francisco Valença, desenhadores do museu<sup>407</sup>. Em 1925-26, publicou «Mós de carácter primitivo»<sup>408</sup>, descrevendo 9 objetos pré-romanos utilizados para a moagem de alimentos. Auxiliando-se com ilustrações de Francisco Valença, o Diretor não só descreve tipológica e morfológicamente cada um deles, como também explica o seu modo de funcionamento e a sua evolução até às mós cujo movente apresentava um orifício por onde se vertiam os alimentos a triturar.

Pelos serviços prestados ao país, o MEP foi objeto de reconhecimento oficial. Em 15 de fevereiro de 1918<sup>409</sup>, o Ministro da Instrução Pública José Alfredo Mendes de Magalhães publicou uma portaria atribuindo um louvor à Direção e à revista *O Archeólogo Português*. A esta juntou-se, em 1920, o *Boletim de Etnografia*, trazendo a lume variadíssimos artigos alusivos a usos e costumes do povo português e aos objetos por si utilizados, alguns deles representados no museu, como testemunhos da «*Arqueologia do presente*»<sup>410</sup>, termo utilizado por JLV referindo-se à Etnografia, na nota de abertura ao 1.º volume daquela publicação periódica, editada até 1938, com somente cinco exemplares, lançados irregularmente.

---

<sup>406</sup> Cf. PEREIRA, Félix Alves, «Catálogo do Museu Etnológico Português», in *O Archeólogo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 25 (1921-1922), p. 251[-287].

<sup>407</sup> Cf. JLV, «Figuras de bronze antigas do Museu Etnológico Português», in *O Archeólogo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 26 (1923-1924), pp. 29-36.

<sup>408</sup> Cf. JLV, «Mós de carácter primitivo», *O Archeólogo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 27 (1925-1926), pp. 55-57.

<sup>409</sup> Cf. *Diário do Govêrno* n.º 52, 2.ª Série, de 20 de fevereiro de 1918.

<sup>410</sup> Cf. JLV, *Boletim de Etnografia*, Museu Etnológico Português, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920, n.º 1, p. 5, in <https://archive.org/stream/boletimdeetnogra15museuoft#page/4/mode/2up> (consulta efetuada em 3 de dezembro de 2014).

### 3. MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA

«[...] os maiores mestres portugueses da pintura contemporânea, desde Miguel Lupi, Tomás da Anunciação, Silva Pôrto, Soares dos Reis e outros mortos ilustres, até os artistas vivos que de maior prestígio gozam, e também celebridades estrangeiras como Bonnat, Paul Lawrens, Cormon, Sula, Placencis, Angeli, etc.»<sup>411</sup>

#### Historial

##### a. A formação de um museu

O Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC) foi criado pelo Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, resultando da divisão do Museu Nacional de Belas Artes em dois museus, o de Arte Antiga e o de Arte Contemporânea. Contudo, a sua existência fora sugerida alguns anos antes, quando a lei de 22 de março de 1881, reformando as Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto, determinou que se fizessem exposições trienais de belas artes, para estimular o progresso das artes e a criação de museus de arte moderna.

Apesar de Carlos Reis ter reunido com o arquiteto Miguel Ventura Terra e José Alexandre Soares para equacionarem a construção de um edifício novo no Parque Eduardo VII, em terrenos que se esperava obter da Câmara Municipal<sup>412</sup>, o MNAC instalou-se, inicialmente a título provisório, no Convento de S. Francisco da Cidade (Lisboa), onde estavam instaladas a Biblioteca Nacional e a Academia de Belas Artes, desde a sua criação em 1836, convertida em CAA1 com a reforma de 1911.

Subordinado àquele Conselho e por decisão aprovada em sessão da sua Comissão Executiva, de 10 de julho de 1911, o MNAC foi contemplado, juntamente com o MNAA, pelo monopólio dos rendimentos do Legado Valmor para a aquisição de obras de arte.

O artigo 31.º do Decreto n.º 1 determinou que o quadro de pessoal se compusesse por um diretor-conservador, dois guardas efetivos e dois auxiliares, ficando as questões administrativas a cargo do escriturário do CAA<sup>413</sup>. A nomeação do Diretor incumbia ao Governo e a dos restantes funcionários era proposta pelo primeiro. Alguns anos mais tarde, em 1919, o quadro de pessoal do MNAC mantinha-se exatamente o

---

<sup>411</sup> Cf. Introdução do Decreto n.º 5338 de 22 de março de 1919, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa publicada no ano de 1919 Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921, p. 429.

<sup>412</sup> Cf. «Acta n.º 2», de 19 de agosto de 1911, in *Actas da Assembleia Geral do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscção, 1911-1931*, Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes, Cota 3-A-SEC.180 (Cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em formato digital em <http://digitalarq.dgarq.gov.pt/details?id=4611680>), p. 7: Acerca da reunião, «Ventura Terra disse estar certo de que, no Parque Eduardo VII, junto ao Palácio das Festas, a Câmara de bom grado cederia terreno para esse fim. O Conselho resolveu officiar nesse sentido à Câmara Municipal».

<sup>413</sup> Cf. *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa Anno de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.

mesmo: um Diretor com a gratificação de 400\$00; dois Guardas Efetivos com vencimentos de 396\$00 cada um; Dois Guardas Auxiliares que auferiam \$60 por cada dia de trabalho<sup>414</sup>. Esta situação não se compaginava com o crescimento e conservação das coleções, que requeriam a urgente reformulação do quadro de pessoal do museu. Nesse sentido, foi promulgado e publicado o Decreto n.º 5538 de 22 de março de 1919, criando o cargo de Conservador<sup>415</sup>.

O pintor Carlos Reis<sup>416</sup> (CR), que desde 1905 se encontrava à frente do Museu Nacional de Belas Artes, foi o primeiro Diretor do MNAC, cargo que manteve até 1914, ano em que foi substituído por Columbano Bordalo Pinheiro.

A história inicial do MNAC foi conturbada. Carlos Reis teve que enfrentar uma série de obstáculos, denunciados em correspondência às autoridades competentes. Num ofício de 23 de junho de 1911 enviado ao Ministro do Interior<sup>417</sup>, CR referia a inexistência de um edifício próprio, sugerindo que as coleções de arte contemporânea nacionais e estrangeiras fossem expostas nas «*galerias do edifício da extinta Academia de Bellas Artes*», a título provisório, aludindo ao peso histórico e ao prestígio das iniciativas aí realizadas<sup>418</sup>, às condições de iluminação mais apropriadas e ao facto de as

---

<sup>414</sup> Os guardas auxiliares trabalhavam quando se tornava evidente a necessidade de reforçar a vigilância dos museus, nos períodos de maior afluência de visitantes.

<sup>415</sup> Cf. Introdução do Decreto n.º 5338 de 22 de março de 1919, *Cit.*, p. 429.

<sup>416</sup> Carlos Reis (n. Torres Novas, 1863 – m. Coimbra, 1940) foi um pintor naturalista português, destacando-se como pintor paisagista, de costumes e como retratista. Frequentou a Escola de Belas Artes de Lisboa como aluno e nela foi professor da cadeira de Pintura de Paisagem entre 1895 e 1912, tendo sucedido a Silva Porto. Depois de ter terminado o curso, partiu para Paris em 1889 como pensionista do Estado com ajuda monetária do rei D. Carlos, com o fito de frequentar a Escola de Belas Artes de Paris, para aperfeiçoar a sua arte, tendo preferido frequentar sobretudo ateliers e museus. De regresso a Portugal em 1895 e ingressando como professor na EBAL, inculcou nos seus alunos a necessidade de captar a paisagem a partir do ar livre. Foi aliás um grande cultor do ar-livrismo na pintura, influência obtida das saídas de campo que fazia com o seu mestre, o pintor Silva Porto. Em 1900 fundou a Sociedade Silva Porto (vigente até 1912) na Escola de Belas Artes, com o objetivo de levar os seus alunos a saídas de campo de norte a sul do país e a fazer uma exposição coletiva anual com os trabalhos resultantes dessas viagens. Em 1911 fundou, com os mesmos objetivos, o Grupo Ar Livre, em vigor até 1923. Nos seus quadros de paisagens destacou-se o colorido vigoroso e a intensa luminosidade. Além de pintor e professor, foi diretor do MNBA (1905-1911) e do MNAC (1911-1914). Reconhecido nacional e internacionalmente, tendo recebido medalha de ouro em Dresda (Alemanha, 1907), o Grande Prémio no Rio de Janeiro (1919, 1922), medalha de honra da SNBA. Cf. SANTOS, Diana Gonçalves dos, *Carlos Reis e o Culto da Paisagem: Impressões Lumínicas e Cromáticas da Natureza*, <http://www.apha.pt/boletim/boletim3/pdf/DianaSantos.pdf> (acedido em 4 de dezembro de 2014); *Nova Enciclopédia Larousse*, Círculo de Leitores Lda. e Larousse, dezembro de 1998, vol. 19 pp. 5937 e 5938.

<sup>417</sup> Cf. Of. n.º 1 de 23 de junho de 1911, in MNAC, *Correspondência Expedida*, Livro 1.º, 1911-1919, p. 1.

<sup>418</sup> *Ibidem*: «Durante muitos anos estas galerias serviram para n'ellas se exporem ao publico uma grande parte das obras actualmente expostas no edificio das Janellas Verdes; n'ellas se fizeram as exposições da Sociedade promotora de Bellas Artes, e n'estes ultimos annos, o Gremio artistico, Sociedade Nacional de Bellas Artes, a Sociedade de Silva Porto, ali tem instalado as suas exposições, temporariamente, isto prova que não existe edificio algum com a luz apropriada a obras d'arte, como as que n'este se encontram».

obras adquiridas ao abrigo do Legado Valmor terem constituído desde o início, no Convento de S. Francisco, um museu de arte contemporânea, por falta de espaço no edifício das Janelas Verdes. Na reunião da Comissão Executiva do CAA1, de 10 de julho de 1911, decidiu-se: autorizar Carlos Reis a instalar o museu na galeria solicitada; entregar-lhe as obras de Pintura e Escultura adquiridas ao abrigo do Legado Valmor, com exceção das esculturas cujo peso não fosse suportado pelas salas da Academia, mantendo-se em depósito no MNAA, enquanto não se providenciasse a construção de uma cobertura de vidro em um dos pátios interiores do edifício de S. Francisco; que além das pinturas e esculturas fossem incorporados ou depositados no museu os objetos com merecimento histórico e artístico, desde que dentro do limite cronológico fixado; disponibilizar ao CAA1 a verba de 300 mil réis para transporte das obras e outras despesas de instalação do museu. Um despacho ministerial de 18 de julho de 1911 confirmou a cedência do espaço referido.

Iniciou-se assim o processo de organização do museu, que durou vários anos, num edifício a acusar muitos danos e a solicitar várias intervenções. Na sessão da CE do CAA1, de 24 de julho de 1911, foram apresentados dois ofícios de CR. Um solicitava reparos nas salas e outro demitia-o de qualquer responsabilidade sobre as obras de arte que lhe fossem entregues enquanto não fossem tomadas providências tendentes a garantir a sua segurança. Em resposta, o CAA resolveu entregar ao Diretor do MNAC as chaves das dependências necessárias para garantir que ele se responsabilizasse pelos objetos, solicitar ao Governo o início imediato das obras<sup>419</sup> e encarregar o seu Presidente – Abel Botelho – de apresentar à Assembleia Nacional Constituinte um Projeto de Lei que autorizasse o Governo a atribuir 300 mil réis para a instalação do Museu. Na sessão de 19 de agosto de 1911, CR informou os presentes sobre ter sido abordado por um engenheiro do Ministério do Fomento, para tratarem das obras a realizar no edifício. Em novembro de 1911 os trabalhos iniciaram-se depois de, em sessão do CAA de 1 daquele mês, ser lido um ofício de CR solicitando autorização para remover das salas a intervirm as obras de arte aí colocadas, tendo-se decidido colocar os quadros maiores no arquivo do Conselho e as restantes obras em local a combinar entre os Diretores do museu e da Escola de Belas Artes. É o próprio CR que testemunha o andamento das operações em ofício dirigido ao Presidente do CAA, de 8 de junho de 1912, justificando a inexistência de um catálogo pelo facto de muitas peças ainda não

---

<sup>419</sup> Cf. *Actas da CE do CAA1 1911-1917, Doc. Cit.*, p. 4.



estarem colocadas nos devidos lugares e não terem sido fotografadas. O ofício é também importante porque nos informa que o museu tinha na altura 124 objetos, permanecendo no MNAA as obras de escultura e desenho posteriores a 1850. Por outro lado, testemunha a tomada de consciência do Diretor para a existência de muitas obras com cabimento no novo museu, em posse do CAA1 e disseminadas por inúmeros edifícios do Estado<sup>420</sup>. A 17 de dezembro seguinte CR questionava a continuação dos trabalhos de organização, enquanto não lhe fossem entregues as obras de arte moderna existentes no Palácio das Necessidades, e se deveria publicar um catálogo ou simplesmente afixar tabelas junto das obras expostas, dadas as renovações constantes a que museus como o que dirigia estavam sujeitos. A assembleia decidiu que se terminasse a instalação do museu para o abrir ao público e se publicasse um pequeno catálogo sumário, sem ilustrações. Por sua vez, Veloso Salgado, Carlos Reis e Columbano Bordalo Pinheiro foram encarregues de escolher as obras que se encontravam nas arrecadações da antiga Academia de Belas Artes, e deviam ser entregues ao museu<sup>421</sup>.

Em junho de 1913 a instalação estava concluída<sup>422</sup>. Relativamente aos critérios expositivos, CR deu prioridade aos artistas portugueses, fazendo os possíveis por ter o maior número deles representados. A falta de espaço obrigou-o a ocultar alguns quadros relevantes, como «Otelo e Desdémona» de Munõz Degrain e «o Julgamento do Marquês de Pombal», de José Malhoa. Quanto ao catálogo, encontravam-se recolhidos os elementos necessários, anunciando-se para breve a sua publicação. José de Figueiredo insistia para que junto de cada quadro fosse apenas uma etiqueta.

A sessão da CE do CAA1 de 19 de julho seguinte foi quase integralmente dedicada à abertura do museu, que segundo o seu Diretor deveria inaugurar a seguir às festas da cidade, com alguma solenidade. Acrescentava também que obtivera do Parlamento uma verba de 500 escudos para ultimar pormenores como o transporte de quadros e esculturas, a substituição e o restauro de molduras, a colocação de tabelas nos quadros. Ainda que considerasse que se podia disponibilizar de imediato o museu aos alunos de Belas Artes e a outros estudiosos, denunciava a possibilidade de ligeiros atrasos motivados pela recente aquisição do tríptico «O marinheiro», de Constantino Fernandes, que obrigaria a remodelar a exposição, pela necessidade de concluir a

---

<sup>420</sup> Cf. Ofício n.º 16, de Carlos Reis para o Presidente do CAA1, de 8 de junho de 1912, in MNAC, *Correspondência Expedida*, Livro 1.º, 1911-1919, p. 19.

<sup>421</sup> Cf. «Acta n.º 23», de 17/12/1912, in *Actas da CE do CAA1 1911-1917*, Livro 1, *Doc. Cit.*, p. 64.

<sup>422</sup> Cf. «Acta n.º 27» de 4/06/1913, *Ibidem*, p. 71.

instalação da Secção de Escultura e a aplicação de molduras, que ocupavam uma das salas de Pintura. José de Figueiredo acusou uma perspetiva diferente, defendendo que o museu devia ser aberto ao público o mais rapidamente possível. Argumentava que as pessoas não vão ver molduras aos museus, apesar da importância da apresentação dos quadros, que a receção de novas obras não era motivo para adiar mais, e que o facto de uma secção não estar organizada não era impeditivo da abertura do museu. Para o Diretor do Museu de Arte Antiga, «os Museus de Arte Moderna nunca podem considerar-se definitivamente organizados»<sup>423</sup>. Discutido o assunto, a Comissão decidiu que o museu fosse patenteado ao público mal ficasse concluído o arranjo das molduras, que fosse exibido o quadro de Degrain, por ser uma oferta, e a inauguração solene tivesse lugar depois de concluída a instalação da sala de escultura.

No final de 1913 o Parlamento aprovou verbas extraordinárias para conservação do edifício e para aquisição de obras de artistas contemporâneos, rubrica que aliás passou a contar com uma verba de 6500 contos anuais inseridos no Orçamento de Estado para o museu<sup>424</sup>. Em fevereiro de 1914<sup>425</sup>, as obras da sala para a escultura estavam terminadas, mas com muitas deficiências, motivando a insatisfação do Diretor, em especial pela má execução da pintura das paredes e pela não colocação de uma rede de proteção de arame na clarabóia, pondo em risco as peças a expor, face à quebra negligente e constante dos vidros por parte dos vizinhos. A situação levou CR a anunciar ao Presidente do CAA1 que não se responsabilizava pelas peças a expor naquelas condições. A chamada de atenção conduziu a novos trabalhos<sup>426</sup>.

Pela mesma altura ficaram também concluídas as quatro salas de pintura, assunto que foi noticiado n' *O Século* de 8 de fevereiro de 1914, referindo um número excessivo de obras em exposição, prejudicando-se o valor de algumas delas pela presença de outras de menores méritos<sup>427</sup>.

---

<sup>423</sup> Cf. «Acta n.º 28», in *Actas da CE do CAA1 1911-1917, Doc. Cit.*, p. 74.

<sup>424</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge, “Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República, *Ob. Cit.*, p. 918, fazendo referência à ata do CAN, de 28 de janeiro de 1914 (AHSGMEC, *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional*, p. 42, cota 370).

<sup>425</sup> Cf. Ofício n.º 39, do Diretor ao Presidente do CAA1, de 6 de fevereiro de 1914, in MNAC, *Correspondência Expedida*, Livro 1.º, *Ob. Cit.*, p. 1.

<sup>426</sup> Cf. «Acta n.º 37» de 3/3/1914, in *Actas da CE do CAA1 1911-1917, Doc. Cit.*, p. 100.

<sup>427</sup> Cf. «Arte: O museu de arte contemporânea», in *O Século*, 8 de fevereiro de 1914, MNAA, Arquivo, *Recortes de Imprensa*, n.º 2428: [continuação] «N'essas quatro salas acumulam-se uns cento e quarenta quadros, entre desenhos, aguarelas e pintura a óleo, e encontram-se, como arte de escultura, um marmore de Soares dos Reis e umas medalhas de Simões de Almeida Sobrinho. Os nossos modernos pintores encontram-se ali quasi todos representados e alguns com produções escolhidas e de bastante merecimento. § Encontram-se ali representados, entre outros, os seguintes artistas portugueses: Columbano Bordalo Pinheiro, Sousa Pinto, Veloso Salgado, Condeixa, Carlos Reis, António Carneiro,

Como vimos, CR hesitava em abrir o museu sem estar pronta a sala de Escultura, mas o entendimento dos restantes membros da Comissão Executiva do CAA1 apontava para a abertura imediata do museu. O debate sobre o assunto reacendeu-se na sessão de 18 de junho de 1914, com José de Figueiredo a mostrar alguma incompreensão pelo facto de já serem autorizadas entradas no museu a quem manifestasse intenção de o visitar e não se franquear a entrada ao público em geral, secundando-o José Veloso Salgado. Carlos Reis esclarecia não ter aberto ainda o museu a todos só com as salas de Pintura e com o catálogo provisório já impresso, porque foi entendimento da CAA marcar a inauguração depois de instalada a Secção de Escultura, o que se esperava terminar dentro de mês e meio<sup>428</sup>. Expostos os argumentos, a Comissão resolveu abrir o museu no dia 28 de junho de 1914.

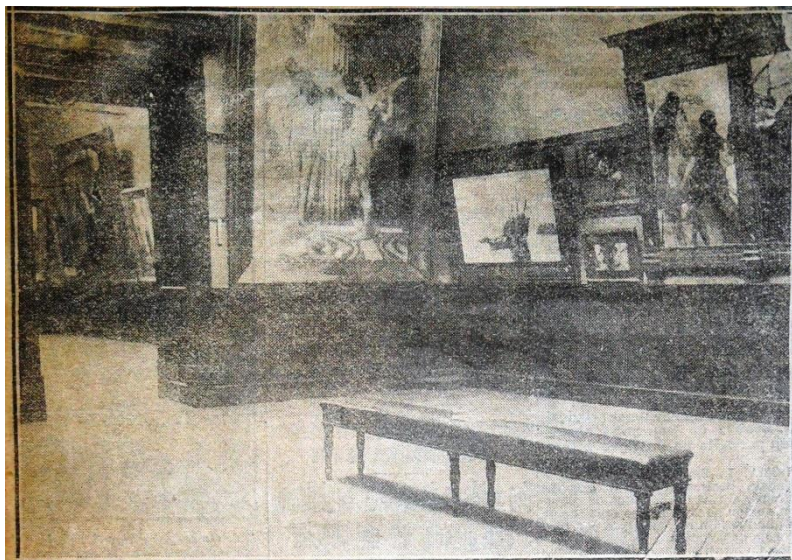


Fig. 26 – Uma sala do museu. Ao centro, na parede divisória com a sala da esquerda, o quadro “Amor e Psiché” de Veloso Salgado. A tendência expositiva, derivada da exiguidade do espaço, pautava-se pelo excesso de obras em exibição, muito próximas umas das outras.

*O século*, 8 de fevereiro de 1914.

---

*João Vaz, José Malhã, Roque Gameiro, Alberto de Sousa, Leal da Camara, Cristino da Silva, João Pedro Monteiro, Alfredo Keil, João Trigo, Luciano Freire, Sousa Lopes, Artur Loureiro, Antonio Saude, Falcão Trigo, A. Alves Cardoso, Constantino S. Fernandes, Silva Porto, A. Loureiro, Ribeiro Junior, H. Franco, Alfredo d’Andrade, Antonio Ramalho, etc. § Ha, ao lado d’estas salas, uma outra destinada á escultura, a qual está já concluida, mas se encontra ainda vazia. Dentro de pouco tempo o museu de Arte Contemporanea está aberto ao publico, o que representa, incontestavelmente, um belo serviço prestado ao publico, porque no local em que fica instalado é muito mais acessível e pode melhor cumprir o seu fim educativo».*

<sup>428</sup> Cf. «Acta n.º 42», de 18/6/1914, in *Actas da CE do CAAI, 1911-1917, Livro 1, Doc. Cit.*, pp. 119 e 120.

*O Século* daquele dia elogiava CR por ter decidido abrir o museu sem estarem prontas todas as obras de adaptação<sup>429</sup>. As quatro salas de pintura ficaram abertas ao público, denotando simplicidade, bom gosto e critério na escolha das peças expostas, em que prevaleciam os mestres contemporâneos da pintura portuguesa. O horário, muito reduzido, estabelecia como dias de visita para o público em geral, os domingos e as quintas-feiras, entre as 11 e as 16 horas, a título gratuito. Nos restantes dias, excetuando as segundas-feiras destinadas à limpeza, as entradas eram sancionadas pelo Diretor<sup>430</sup>.

Retendo-nos um pouco sobre o escasso horário de abertura do museu ao público, importa dizer que a situação não obtinha a concordância dos seus responsáveis. O segundo Diretor do museu – Columbano Bordalo Pinheiro – demonstra em ofício dirigido ao Presidente do CAA1 que seria da maior vantagem os guardas auxiliares passarem a ter os mesmos dias de trabalho e ordenados dos guardas efetivos, para se «*patentearem o Museu ao publico todos os dias, o que seria da maior vantagem*»<sup>431</sup>.

Carlos Reis foi considerado um diretor pouco capaz de resolver os problemas que lhe foram surgindo na direção do Museu, mantendo uma certa inércia durante o seu mandato, e quase no seu final as coleções do Museu, ainda que de grande qualidade, não se constituíam por mais de 150 exemplares.

O sucessor, o pintor Columbano Bordalo Pinheiro<sup>432</sup>, foi eleito por unanimidade em sessão da CE do CAA1 de 14 de agosto de 1914, mas o assunto foi protelado, levando José Luís Monteiro, presidente do Conselho, a ponderar em sessão de 27 de outubro que o atraso era um inconveniente para a Arte e para o museu, que carecia de remodelação, e uma desconsideração pelos serviços da Comissão e pela figura do Diretor eleito, que se havia prontificado a aceitar o cargo sem qualquer retribuição. Resolveu-se expor a situação à Repartição de Instrução Artística e a nomeação pelo Governo efetivou-se em 17 de dezembro, depois de na véspera José de Figueiredo ter

---

<sup>429</sup> Cf. «Vida Artística: O Museu de Arte Contemporânea», in *O Século*, 28 de junho de 1914, MNAA, Arquivo, Recortes de Imprensa.

<sup>430</sup> Cf. Doc. de 27 de junho de 1914, in MNAC, *Correspondência Expedida*, Livro 1.º, *Ob. Cit.*

<sup>431</sup> Cf. Ofício n.º 21 de 11 de novembro de 1920, in MNAC, *Correspondência Expedida*, Livro 2.º.

<sup>432</sup> Columbano Augusto Bordalo Pinheiro (Almada, 1857 – Lisboa, 1929) foi um pintor português, conhecido sobretudo pelos seus retratos, se bem que também tivesse pintado naturezas-mortas com alguma sensibilidade numa fase mais tardia (a partir de 1895 até à sua morte), pintura histórica, alegórica e decorativa, com menos sucesso. Membro de uma família de artistas, como o próprio pai, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, e o famoso irmão, Rafael Bordalo Pinheiro, estudou na ARBAL e foi bolseiro em Paris (1881-1883). Pertenceu ao Grupo do Leão reunido em volta de Silva Porto. Discípulo de Miguel Ângelo Lupi e de Simões de Almeida. Foi professor na Escola de Belas Artes de Lisboa entre 1901 e 1924. Não alinhou com qualquer corrente artística, apesar de contemporâneo do Naturalismo e do Modernismo. Cf. *Nova Enciclopédia Larousse*, Círculo de Leitores, Lda. e Larousse, maio de 1997, vol. 6, pp. 1835 e 1836.

instado pelo assunto em sessão do CAA. A escolha de Columbano parece ter contribuído de forma significativa para o enriquecimento e valorização do MNAC, justificando-lhe a atribuição de um louvor, publicado por portaria de 20 de abril de 1916.

Logo no início do seu mandato, Columbano Bordalo Pinheiro decidiu dar nova disposição às obras de pintura e de escultura, mediante a execução prévia de alguns melhoramentos: reparação do pavimento da sala de escultura, substituição dos lambris das salas de pintura e de algumas molduras. Dados os constrangimentos orçamentais, em março de 1915 solicitava ao Presidente do CAA uma verba de 600\$00<sup>433</sup>. Não obteve resposta rápida e voltou a insistir, para conseguir levar por diante a abertura do museu ao público, ao mesmo tempo que despendia dinheiro do seu próprio bolso para evitar a interrupção das obras<sup>434</sup>. Conseguiu reabrir o museu em 4 de abril de 1916, já com a secção de escultura instalada, merecendo-lhe um voto de louvor por parte da CE do CAA1, em sessão de 8 de abril seguinte.

O Regulamento do MNAC foi aprovado pelo Decreto n.º 3026, publicado no *Diário do Governo* n.º 38, de 14 de março de 1917. No «*Capítulo I – Organização do Museu – Artigo 1.º*», estão consignadas as coleções que o constituiriam: obras de arte nacionais e estrangeiras adquiridas por subsídios do Estado, pelo rendimento de legados, etc.; obras de arte apresentadas como títulos de candidatura dos seus autores aos cargos de vogais do CAA; trabalhos da autoria dos pensionistas do Estado, sempre que considerados dignos de figurarem no MNAC; doações ou depósitos de indivíduos ou corporações; obras que, ao abrigo de disposições legais, fossem consideradas propriedade estatal.

O Capítulo II, reservado ao pessoal do museu, reiterava a existência de um diretor, dois guardas efetivos e dois auxiliares e no Capítulo IV o apoio administrativo de um escriturário oficial do CAA.

O Capítulo III define as atribuições do Diretor: direção superior do museu e a sua superintendência em termos de organização e disciplina, tendo sempre por base as leis e regulamentos vigentes; corresponder-se com o Ministério de Instrução Pública por intermédio do CAA, propondo a estas duas instâncias soluções para melhorar os serviços; gestão e vigilância do trabalho, disciplina, vencimentos, férias e folgas dos

---

<sup>433</sup> Cf. Ofício n.º 47, de 13 de março de 1915, do Diretor ao Presidente do CAA1, in MNAC, *Correspondência Expedida, Livro 1.º, Ob. Cit.*

<sup>434</sup> Cf. Ofício n.º 50, de 27 de agosto de 1915, do Diretor ao Presidente do CAA1, in MNAC, *Correspondência Expedida, Livro 1.º, Ob. Cit.*

restantes funcionários; resolução de situações urgentes devidamente comunicadas às instâncias superiores; aplicação das verbas orçamentadas e assinatura das folhas de despesa; supervisão e direção dos trabalhos de conservação, documentação e exposição das coleções; tomada das providências necessárias à conservação do edifício.

O Capítulo V define as obrigações e preceitos disciplinares a que os guardas deveriam obedecer, nomeadamente a sua boa apresentação no serviço e o respeito pelo horário de trabalho, a vigilância permanente das salas de exposição e a limpeza dos espaços, sendo responsabilizados pelos danos causados sobre os objetos.

A «*Disciplina interna do Museu*», reservada para o sexto e último capítulo, confirmou o horário de abertura ao público, já aplicado. Definiu também os dias em que o museu se encontrava encerrado («*1 e 31 de Janeiro, 3 de Maio, 10 de Junho, 5 de Outubro, 1 e 25 de Dezembro*»), e as condições de acesso, interditando a entrada com objetos suscetíveis de danificar as obras de arte. Eram por fim definidas as normas de reprodução e utilização de imagens das peças em exposição no museu.

Com Columbano foram feitas várias aquisições com as verbas do Estado ou de alguns legados, contribuindo para o crescimento considerável das coleções. Em setembro de 1918, uma relação dos objetos contava já com 438 obras de várias especialidades artísticas, às quais foi aposto um dístico com o nome do autor, do título ou designação, a sua nacionalidade, entre outros aspetos, colmatando a inexistência de um catálogo<sup>435</sup>. O aumento das coleções implicou ampliar as instalações através da anexação de algumas salas do edifício, e contratar mais funcionários, o que levou Columbano a sugerir a criação de um lugar de Conservador e a indicar para o cargo o artista Romano Esteves<sup>436</sup>, o que se efetivou com a promulgação do Decreto n.º 5338 de 22 de março de 1919<sup>437</sup>.

No dia 7 de agosto de 1918, o Chefe da RIA e o Ministro da Instrução Pública visitaram o museu para se inteirarem das condições em que se encontravam expostas as coleções e as salas cedidas para ampliar o museu, deparando-se com clarabóias e tetos em mau estado, cheios de infiltrações, pavimentos medíocres e paredes a necessitar de novos forros, com reparações orçadas em 8500 escudos, solicitados aos visitantes em

---

<sup>435</sup> Cf. Ofício n.º 100, de 13 de setembro de 1918, do Diretor ao Chefe da RIA, in MNAC, *Correspondência Expedida, Livro 1.º, Ob. Cit.*

<sup>436</sup> Cf. Ofício n.º 101, de 15 de setembro de 1918, do Diretor para o Chefe da RIA, in *Correspondência Expedida, Livro 1.º, Ob. Cit.*

<sup>437</sup> Cf. Ofício n.º 108, de 8 de agosto de 1919, do Diretor para o Presidente do CAA1, in *Correspondência Expedida, Livro 1.º, Ob. Cit.*

setembro seguinte<sup>438</sup>. As missivas motivaram a promulgação do Decreto n.º 5469 de 24 de março de 1919, abrindo um crédito com o exato valor de 8500\$00, sob a rubrica «*Obras de ampliação e outras do Museu Nacional de Arte Contemporânea*»<sup>439</sup>.

As obras de transformação e ampliação referidas implicaram um longo encerramento do MNAC. Em Abril de 1922, o *Alma Nova*<sup>440</sup> testemunhava o encerramento numa entrevista a Columbano. Esse artigo revela-se, todo ele, de significativa importância para retratar o museu. À pergunta sobre que tipo de apoio o Estado havia fornecido até então, Columbano testemunha o aumento gradual das dotações, que lhe permitiram executar os melhoramentos necessários, sempre auxiliados pelo Arquitecto José Luís Monteiro, e continuar a adquirir peças de merecimento.

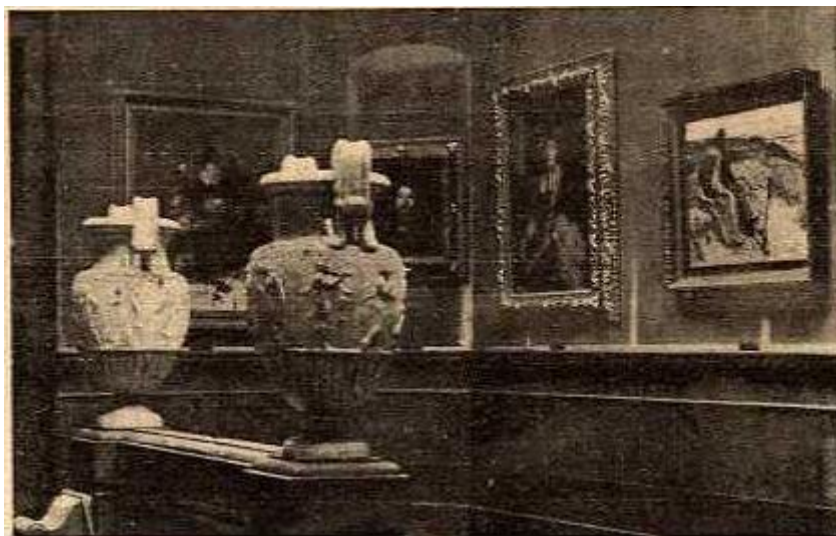


Fig. 27 – Uma sala do museu em 1922. Em comparação com a figura anterior, verifica-se um ligeiro desfogo na exibição maciça de obras, em parte possível pela ampliação do museu a novas salas. O recurso aos cantos suprimidos para evitar efeitos de sombra sobre as peças também foi adotado no MNAC.

*Alma Nova*, abril de 1922, 3.ª Série, n.º 1.

Durante o ano de 1923, o Diretor do museu solicitou novas verbas: de 2795\$00<sup>441</sup> para pagar a porta monumental em cantaria para a entrada do museu; de 10.000\$00<sup>442</sup> para se proceder a obras de adaptação de uma sala recentemente cedida na

<sup>438</sup> Cf. Ofícios de 19 de setembro de 1918, respetivamente do Diretor para o Chefe da RIA e para o MIP, in *Correspondência Expedida, Livro 1.º, Ob. Cit.*

<sup>439</sup> Cf. *DG* n.º 89, I S., de 29 de abril de 1919, pp. 711 e 712 (<https://dre.pt/application/file/204372>).

<sup>440</sup> Cf. «Romagens d'Arte: No Museu de Arte Contemporânea e no "Atelier" de Columbano», in *Alma Nova: Revista de ressurgimento nacional*, III Série, Lisboa, abril de 1922, N.º 1, pp. 3-5:

<sup>441</sup> Cf. Ofício de 26 de maio de 1923, do Diretor para o Presidente do CAA1, in MNAC, *Ofícios Enviados*, Livro 2.º.

<sup>442</sup> Cf. Ofício de 18 de julho de 1923, do Diretor para o Presidente do CAA1, in MNAC, *Ofícios Enviados*, Livro 2.º.

parte antiga do edifício, necessária à exposição de obras que até então ainda não haviam sido expostas; de 10.000\$00<sup>443</sup> ou mais para concluir os estuques de uma sala e das escadas de acesso ao claustro, colocar grades de ferro em portas e janelas e pagar a porta em madeira para a entrada do museu. O processo prolongava-se por abril de 1924, com Columbano a expor ao Presidente do CAA as «grandes dificuldades para satisfazer a importancia das obras a que se tem procedido»<sup>444</sup>, pedindo para serem regularizadas as dotações do Estado, pois não podia adiantar mais dinheiro do seu bolso e existiam muitas dívidas a liquidar. Em setembro as obras estavam terminadas.

## **b. As Coleções**

### Fundo primitivo

Inicialmente, o MNAC detinha uma coleção diminuta, reduzida a 124 obras de arte. Algumas delas foram adquiridas ao abrigo do Legado Valmor pela Academia de Belas Artes, transitando naturalmente para o museu. Outras foram executadas por antigos alunos pensionistas da Academia de Belas Artes e entregues ao MNAC pelo CAA1, e outras fruto de ofertas. Tratava-se de um acervo constituído por quadros a óleo, desenhos, aguarelas e esculturas. Na sua maioria eram de artistas portugueses, como José Malhoa, Silva Porto, Sousa Pinto, Anunciação, Luciano Freire, Alfredo Keil, Carlos Reis, Veloso Salgado, Alberto de Souza, Roque Gameiro, Simões de Almeida, Costa Mota, Soares dos Reis, Anjos Teixeira, entre outros. Existiam também obras de artistas estrangeiros, como Cormon, Besnard, Angeli e Bonnat<sup>445</sup>.

O crescimento das coleções, levado a peito pelos dois Diretores do período em estudo, foi mais significativo durante a direção de Columbano. Ambos se regeram por um critério cronológico na obtenção de novos acervos, na sua maioria posteriores a 1850, conforme estipulado. A maior parte da autoria de artistas nacionais (à época,

---

<sup>443</sup> Cf. Ofício de 7 de dezembro de 1923, do Diretor para o Presidente do CAA1, in MNAC, *Ofícios Enviados*, Livro 2.º.

<sup>444</sup> Cf. Ofício de 9 de abril de 1924, do Diretor para o Presidente do CAA1, in MNAC, *Ofícios Enviados*, Livro 2.º

<sup>445</sup> Existem três listagens do acervo inicial do museu. A primeira delas, da autoria de Abel Botelho, enquanto Inspetor da Academia de Belas Artes, intitula-se *Quadros a óleo e aguarelas adquiridos por conta do legado Valmor, depositados no edifício da Academia de Bellas Artes aguardando oportunidade para serem expostos*, discriminando vinte e três quadros a óleo, duas aguarelas e três esculturas (Cf. MNAC, *Ofícios Recebidos 1911-1932*, 27 de julho de 1911), Doc. 25 em Apêndice Documental. A segunda, da mesma data e autoria, intitulada *Quadros oferecidos para o Museu Nacional aguardando igualmente oportunidade para serem expostos* (Cf. *Idem*), Doc. 26 em Apêndice Documental. A terceira, da mesma data e autor, mas enquanto primeiro Presidente do CAA1, intitula-se *Quadros a oleo e esculpturas executados pelos pensionistas da Academia de Bellas Artes e que por determinação da Comissão executiva do Conselho de Arte e Archeologia ficam incorporados nas colleções do Museu Nacional de Arte Contemporânea* (Cf. *Idem*), Doc. 27 em Apêndice Documental.



muitos deles ainda vivos, sendo alguns bolseiros da Escola de Belas Artes de Lisboa), as obras incorporadas ou depositadas pertenciam prioritariamente aos domínios da Pintura, do Desenho e da Escultura. Dentro do panorama museológico, o MNAC foi mesmo o “menino bonito” das autoridades, tendo sofrido um incremento significativo do espólio, adquirido em certames diversos, leilões e antiquários ou a particulares. Analisemos o movimento de entradas.

### Aquisições onerosas

O Legado Valmor constituiu um meio privilegiado para a obtenção de obras imprescindíveis ao museu. Em 23 de agosto de 1911 foi enviado para o MNAC “Le chevalet”, quadro de Jean Paul Laurens, adquirido pelo CAA1<sup>446</sup>. A 4 de setembro, novo ofício daquele Conselho acompanhava as obras de Leal da Câmara, “Arredores de Paris” e “L’Ivrogne”, adquiridas por 82\$500 réis<sup>447</sup>. Alguns meses mais tarde, a 26 de dezembro entrou “Cristo e a Samaritana”, desenho de João Cristino da Silva adquirido por 50\$000 réis ao filho do artista – João Ribeiro Cristino da Silva<sup>448</sup>; e os óleos “Santa Maria da Graça (Setúbal)”, “As piteiras” e “Rochedos (Peniche)”, da autoria de João Vaz. Outros exemplos se seguiram: em dezembro de 1916, o quadro “Costa Sul da Bretanha (Le Croisie)”, de António Saúde, por 250\$00, e a escultura “Niña de Velásquez”, de Diogo de Macedo, por 100\$00; “Espera dos barcos” e “Marinha”, da autoria de João Marques da Silva Oliveira, por 800 e 450\$00, respetivamente; dois desenhos de Lupi, no anverso e reverso de uma folha, constituindo dois estudos para o seu quadro “D. João de Portugal”, comprados a Martins Santareno por 50\$00; em maio de 1918, na sequência da visita a uma exposição no Salão Bobone, foi comprada uma obra do pintor inglês Frank Craig, intitulada “Carnival”, no valor de 1000\$00; esboço a óleo representando uma marinha, de Gustave Courbet, 500\$00 (julho de 1922); em março de 1917, na exposição dos trabalhos de Adriano de Sousa Lopes, da Sociedade Nacional de Belas Artes: os desenhos “Cormon” e “Rindo”, 150\$00 cada e a água-forte “Satyro”, por 50\$00.

As aquisições faziam-se sempre que as dotações orçamentais o permitiam, por intervenção direta dos Diretores dos museus ou por intermédio dos CAA. Temos

---

<sup>446</sup> Cf. Ofício do Presidente do CAA1 (Abel Botelho) ao Diretor do MNAC (Carlos Reis), datado de 13 de agosto de 1911, in MNAC, *Ofícios Recebidos, Ob. Cit.*

<sup>447</sup> Cf. *Idem*, datado de 4 de setembro de 1911, *Ibidem*. Ver também «Acta n.º 4», de 1/9/1911, na qual se deliberou adquirir os dois quadros, in *Actas da CE do CAA1, 1911-1917* (Livro 1), p. 9.

<sup>448</sup> A deliberação para aquisição foi tomada em sessão de 7 de dezembro de 1911 da CE do CAA1. Cf. «Acta n.º 6», de 7/12/1911, *Idem*, p. 12.

conhecimento de várias aquisições: dois desenhos de Lupi por 13 mil réis (outubro de 1912); uma marinha de Silva Porto (março de 1913); o tríptico “Marinheiro”, de Constantino Fernandes (junho de 1913); desenhos à pena da autoria de João Correia, por 20\$00, ao antiquário Augusto Villas (outubro de 1913); estátua “Salomé” de Francisco dos Santos (dezembro de 1913), por 600\$00; esboço de Silva Porto, adquirido em leilão do Bazar Católico (março de 1914); “Frutos de Outono” de Columbano Bordalo Pinheiro (1600\$00), “O naufrágio de Veronese” de João Augusto Ribeiro e “A cozinha do Sr. Abade” de Alves Cardoso (maio de 1914)<sup>449</sup>; “Um beijo”, grupo escultórico de Francisco dos Santos (2000\$00, junho de 1915); aguarela de Alfredo de Andrade, por 100\$00 (novembro de 1915); “Sem casa e sem pão”, grupo escultórico de José Maria Moreira Rato, 4000\$00 (agosto de 1916); aguarela de Henrique Pousão, feita em Roma em 1882, por 80\$00 (janeiro de 1917); “Campo de Flores” de António Ramalho, adquirido por 800\$00 num leilão em casa do ex-Presidente Manuel de Arriaga (junho de 1917); esbocetos de Costa Lima, um deles representando o “Reconhecimento do Cadáver de D. Sebastião”, por 150\$00; “A leitura de uma carta”, de Alfredo Keil, comprada a Luciano Freire por 150\$00; “Retrato do inglês King”, da autoria do Visconde de Menezes, comprado no Salão Bobone por 500\$00, à filha do autor, Elisa de Menezes; busto da Condessa de Moser, de Soares dos Reis (500\$00), 3 desenhos de Miguel Ângelo Lupi (500\$00), “Prova do vinho novo” de Manuel Maria Bordalo Pinheiro (2000\$00) e um desenho de Sousa Lopes (800\$00), pela dotação do museu para aquisições (fevereiro de 1923); “Uma vista interior do palácio de Queluz”, da autoria de Alfredo Keil, comprado a Ana de Castro Osório por 5000\$00 (setembro de 1924).

As exposições promovidas pela Sociedade Nacional de Belas Artes foram recorrentemente visitadas pela Comissão Executiva do CAA1. Os livros de atas referem as obras adquiridas naqueles certames: - em julho de 1915, foi adquirido o quadro “Anoitecer”, da autoria de João Vaz, por 350\$00; - em inícios de janeiro de 1916 foram adquiridos na Exposição de Desenhos e Aguarelas, “Villa em Santo Isidoro” e “Recolhendo a casa” de João Alves, por 50\$00 e 100\$00 respetivamente; “Jardin du Luxembourg” (Paris), de Alfredo Miguéis, por 42\$00; “Criança pintando”, de Milli Possoz, 28\$00; “Convento de Cristo”, de João Vaz, 50\$00; - da 4.<sup>a</sup> Exposição de Pintura de “Ar Livre”, resultou uma guia de remessa para o mesmo museu, datada de 17

---

<sup>449</sup> Cf. «Acta n.º 40» de 18/5/1914, p. 112; «Acta n.º 41» de 23/5/1914, *Idem*, p. 114.

de janeiro de 1916<sup>450</sup>, acompanhando os seguintes quadros: “Arredores de Abrantes” (1915) de António Saúde, por 80\$00, e “Mar do Levante” (1915) de João Falcão Trigo, por 60\$00; - na 13.ª Exposição Anual, realizada em 1916, foram adquiridos: “Os meus modelos”, de Artur Alves Cardoso, por 350\$00; “Sem título” de Carlos Bonvalot, 500\$00; “De volta dos serviços no Alentejo (O rancho da azeitona)”, de Simão César Dordio Gomes, 500\$00; “A taça de leite”, de Alfredo Miguéis, 250\$00; “Tempestade próxima”, Júlio Ramos, 250\$00; “No atelier”, Aurélia de Sousa, 100\$00; “Escrava”, Maximiano Alves, 380\$00; “Desespero da dúvida”, escultura de Ernesto do Canto, 600\$00; “Invocação”, de Francisco dos Santos, 500\$00; “O menino d’ouro”, pastel de Martinho da Fonseca, 180\$00; “Ao espelho”, pastel de José Nunes Ribeiro Júnior, 200\$00; - em dezembro de 1916, na exposição de aguarela e desenho: retrato da autoria de Martinho da Fonseca, 65\$00; “Vale dos Junqueiros”, de Alves de Sá, 200\$00; “A Capela de S. Martinho às Avé Marias”, Leitão de Barros, 35\$00; “Torre de Jesus (Setúbal)”, Alfredo Miguéis, 40\$00; “Quinta do Sr. Vanzeller”, Alfredo de Moraes, 25\$00; “As furnas à tarde”, 65\$00, “Estrada para a costa de S. Julião”, 70\$00 e “S. Sebastião (Ericeira)”, 60\$00, de Roque Gameiro; “Interior”, 30\$00, “Em Portalegre”, 15\$00 e “Uma rua em Óbidos”, 30\$00, de Helena Roque Gameiro; - em março de 1917, na exposição dos trabalhos de Adriano de Sousa Lopes, pela verba de 6500\$00 do orçamento, os quadros a óleo “Abrindo casas” (1600\$00), “Ourives” (700\$00) e “Interior” (500\$00); - em 1 de maio de 1917, reunida na sede da SNBA, a CE do CAA1 resolveu comprar: “Depois da trovoada” e “Paisagem de inverno” de Armando Lucena, por 90\$00 cada; “Tarde”, de Ruy Vaz, 150\$00; “Rosita”, busto em bronze de Costa Mota sobrinho (400\$00); “Nina” e “Esfinge”, mármore de Francisco dos Santos, no valor de 1800 e 1500\$00 respetivamente; - em dezembro de 1917, na 3.ª Exposição de Aguarelas e Desenhos, pela verba orçamental de 6500\$00: “Melancolia”, Carlos Bonvalot, 100\$00; “Anoitecer”, Helena Roque Gameiro, 50\$00; “Interior da Igreja Matriz (Marvão)”, Alfredo Roque Gameiro, 130\$00; “Sé de Lisboa”, Alberto de Sousa, 250\$00; - em janeiro de 1918, Columbano selecionou os seguintes trabalhos, adquiridos ao abrigo do rendimento do Legado Valmor: «O pinhal à tarde», de Alves Cardoso, 400\$00; «Em Marvão», de Alfredo Roque Gameiro, 150\$00; «Outono», de José Malhoa, 700\$00; «Estudo», de José Júlio de Sousa Pinto, 200\$00; Idem, Idem,

---

<sup>450</sup> Cf. *Guia dos quadros adquiridos na 4.ª Exposição de pintura de “Ar Livre” e remetidos para o Museu Nacional de Arte Antiga* (CAA1, Of. 7, Livro 12), in *MNAC, Ofícios Recebidos, Ob. Cit.*, p. 73.

300\$00; «O coro» (da igreja da Madre de Deus), de João Vaz, 400\$00<sup>451</sup>; - na 13.<sup>a</sup> exposição, realizada em maio de 1918, foram adquiridos os seguintes trabalhos, pela verba de 6500\$00: «Preparativos para a Aleluia», de José Campas, 800\$00; «Abóboras», de José Malhoa, 650\$00; «Ave-Marias», de Ruy Vaz, 150\$00; «Busto em mármore», de Costa Mota, 1000\$00; «Indiscrição», de Simões de Almeida sobrinho, 3370\$00<sup>452</sup>; - na exposição de aguarelas e desenhos inaugurada no dia 16 de janeiro de 1919, pela verba de 6500\$00: «Interior», de Alves de Sá, 200\$00; «Maria» e «Interior», de Carlos Bonvalot, 250\$00 e 100\$00; «Inverno», de Columbano Bordalo Pinheiro, 350\$00; «Terraço», de Helena Roque Gameiro, 100\$00; «Torres de S. Francisco» (Évora), de Leitão de Barros, 50\$00; «Esperando o passageiro», de Alfredo de Moraes, 35\$00; «Sol-posto» (Praia das Maças), de Alfredo Roque Gameiro, 200\$00; «Irmãos», de Martinho da Fonseca, 190\$00; «Apontamentos» (quatro desenhos), de José António Jorge Pinto, 20\$00<sup>453</sup>; - em sessão do CAA1, de 24 de maio de 1919, realizada na sede da SNBA, foram adquiridos por conta do orçamento geral do Estado: pinturas a óleo – «Rosas», de Martinho da Fonseca, 200\$00; «Depois do banho», de Francisco dos Santos, 700\$00; esculturas – «Mocidade que passou», de Maximiano Alves, 700\$00; «Depois da venda», de Anjos Teixeira, 900\$00; «Alvorecer», de Costa Mota sobrinho, 2500\$00<sup>454</sup>; - numa exposição de aguarelas realizada em dezembro de 1919: «Trecho da Serra do Gerez», de João Alves de Sá, 200\$00<sup>455</sup>; - na exposição individual do artista Artur Loureiro, realizada em fevereiro de 1920, resolveu-se adquirir: «A rega», por 800\$00<sup>456</sup>; - na Exposição de Arte Belga, realizada em março de 1920: «Femme au peignoir bleu», de Jean Gouweloos, 2000\$00<sup>457</sup>; em sessão de 17 de maio de 1920, realizada na sede da SNBA, a CE do CAA1 resolveu adquirir: «Interior da Igreja de S. Francisco», de Vitorino Ribeiro, 2000\$00; «Interior Aldeão», de Henrique Medina, 400\$00; «Manhã», de Júlio Ramos, 500\$00; «Relembrando», escultura em mármore de Simões de Almeida sobrinho, 1800\$00; «In Memoriam», escultura em bronze de Júlio Vaz Júnior, 800\$00<sup>458</sup>; - em sessão de 5 de dezembro de 1920, também na SNBA,

<sup>451</sup> Cf. «Acta n.º 80», de 29/01/1918, in *Actas da CE do CAA1, 1918-1929* (Livro 2), Academia Nacional de Belas Artes, Cota 3-A-SEC.183 (Cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em formato digital em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4611684>), p. 3.

<sup>452</sup> Cf. «Acta n.º 82» de 15/5/1918, *Ibidem*, f. 5 v.

<sup>453</sup> Cf. «Acta n.º 88», de 21/1/1919, *Ibidem*, f. 9 v.

<sup>454</sup> Cf. «Acta n.º 93», de 24/5/1919, *Ibidem*, f.14 f.

<sup>455</sup> Cf. «Acta n.º 99», de 23/12/1919, *Ibidem*, fls. 21 f e v.

<sup>456</sup> Cf. «Acta n.º 100», de 28/2/1920, *Ibidem*, fls. 21 v e 22 f.

<sup>457</sup> Cf. «Acta n.º 102», de 24/3/1920, *Ibidem*, fl. 22.

<sup>458</sup> «Cf. Acta n.º 106», de 17/5/1920, *Ibidem*, fl. 27.

foram selecionados da exposição de aguarela, desenho, pastel e miniatura: «Jardim, do Parque», aguarela de Columbano Bordalo Pinheiro, 1200\$00; «Interior alentejano», aguarela de Maria de Lourdes Braancamp de Matos, 200\$00; «Escadaria do Mosteiro de Alcobaça», aguarela de Leitão de Barros, 300\$00; «Os faunos» de Carlos Bonvalot, 500\$00; «Flores», aguarela de Raul Carapinha, 150\$00<sup>459</sup>; - em visita à SNBA, no dia 1 de maio de 1921, foram adquiridos: uma estatueta em mármore de Francisco dos Santos e o quadro «A Casa», de Dordio Gomes<sup>460</sup>; - em outra deslocação àquela Sociedade, no dia 1 de abril de 1922, foram selecionados: «O encontro», quadro a óleo de Artur Alves Cardoso, 5000\$00; «Fauno e Ninfa», grupo escultórico para fundir em bronze, da autoria de Artur Gaspar dos Anjos Teixeira, 4000\$00; «O Nevoeiro», quadro de Martinho da Fonseca, 1600\$00<sup>461</sup>; - nova deslocação, em 7 de abril de 1923, resultou na compra de: «Aproveitando o tempo», de Artur Alves Cardoso, 6000\$00; «Maria dos Anjos», de João Reis, 6000\$00; «A Fatada», de Martins Barata, 1000\$00; «Ananás e laranja», de Raul Carapinha, 1000\$00; «Esfinge», de João Silva, 4000\$00<sup>462</sup>; - em 20 de outubro de 1923, «Retrato do pintor Manuel Jardim», busto em bronze de Henrique Franco, 5000\$00<sup>463</sup>; - em 4 de abril de 1924, na 2.ª exposição ordinária da SNBA, foram escolhidos: «Juventude», quadro a óleo de José Veloso Salgado, 10500\$00; «A saída» e «Estio», óleo e aguarela de Columbano Bordalo Pinheiro, 7000 e 3000\$00, respetivamente<sup>464</sup>; - em abril de 1925: «Capela de Nossa Senhora da Conceição», de Luiz Salvador Júnior, 600\$00; «Fonte das quatro estações», de Álvaro de Sá, 3000\$00; «Praia de S. Bernardino», de Paulino Montez, 1500\$00; «Cabeça de estudo», de Simões de Almeida, 9000\$00; moldura estilo Luís XVI, trabalho do entalhador César Barreiros, 4000\$00; «A Balbina», de Acácio Lino, 1800\$00<sup>465</sup>; - no dia 3 de abril de 1926 foram selecionados os seguintes trabalhos: «À beira-mar», óleo de José Malhoa, 18000\$00; «Primavera», óleo de Carlos Bonvalot, 7000\$00; «Campino a pé», bronze de João da Silva, 4500\$00; «Jerónimos (trecho do coro)», aguarela de Hermano Batista, 1200\$00; «A fortaleza das Berlengas», aguarela de Paulino Montez, 1500\$00; sendo os dois últimos trabalhos adquiridos ao abrigo do rendimento do Legado Valmor<sup>466</sup>.

---

<sup>459</sup> Cf. «Acta n.º 110», de 5/12/1920, *Ibidem*, fl. 33.

<sup>460</sup> Cf. «Acta n.º 115», de 1/5/1921, *Ibidem*, fl. 39 f.

<sup>461</sup> Cf. «Acta n.º 119», de 1/4/1922, *Ibidem*, fl. 42.

<sup>462</sup> Cf. «Acta n.º 123», de 7/4/1923, *Ibidem*, fl. 45 v.

<sup>463</sup> Cf. «Acta n.º 126», de 20/10/1923, *Ibidem*, fl. 48 f.

<sup>464</sup> Cf. «Acta n.º 128», de 4/4/1924, *Ibidem*, fl. 50.

<sup>465</sup> Cf. «Acta n.º 132», de abril de 1925, *Ibidem*, fls. 53 vrs. e 54 frt.

<sup>466</sup> Cf. «Acta n.º 141», de 3/4/1926, *Ibidem*, fl. 64.

Em fevereiro de 1921, Columbano Bordalo Pinheiro foi nomeado para, juntamente com José de Figueiredo, se dirigir a Coimbra a fim de escolher os objetos da coleção Ameal dignos de integrar o museu<sup>467</sup>: - da autoria de Silva Porto: «Conduzindo o rebanho»; «Fiandeiras» (Desenho); «Macieiras em flor»; «Cancela»; «Pastagem»; «Ceifeiras» (Desenho); «A Italiana»; - «Une soirée chez lui», da autoria de Columbano Bordalo Pinheiro; - «Os vitelos», de Luciano Martins Freire; - «Grupo de cavalos», «Animais» e «Galinhas», de Tomás da Anunciação; - «Camões na gruta de Macau» e «Só Deus», de Metrass; - «A despedida» e «A tempestade», de António Patrício; - «O cego do violino», de José Rodrigues; - «O génio das artes», de António Manuel da Fonseca; «A Varina», de Francisco Resende; «Marinha» de Tomazini.

### Transferências e depósitos

Em 12 de setembro de 1912<sup>468</sup> o CAA1 entregou alguns quadros adquiridos ao abrigo do Legado Valmor, pela Academia de Belas Artes: os óleos “Noturno” (1910) e “Contemplação” (1911) e os desenhos “Estudo para a Ceia” (1904) e “Sorriso” (1911), de António Teixeira Carneiro Júnior; “Dia de trovoadas” (1906) e “Ruas em Góis” (1908, dois quadros) de António Saúde; “Barranco dos Pisões” (1907) de João Falcão Trigoso; e “Sobreiro” (1909) de Alves Cardoso.

A entrada do Políptico de S. Vicente de Fora no MNAA no início de 1912 coincidiu com um período de crescimento das coleções no MNAC. No dia 4 de março desse ano, José Luís Monteiro<sup>469</sup>, Presidente do CAA1, encaminhou a Carlos Reis o ofício enviado ao CAA pelo secretário do MNAA, solicitando àquele Conselho a tomada das providências necessárias para que o Diretor do MNAC e os seus subordinados se dirigissem o mais rapidamente possível ao MNAA, a fim de assegurarem a transferência de alguns quadros que, pela partilha cronológica definida, pertenciam de direito ao MNAC, pois ocupavam um espaço necessário à exposição dos

---

<sup>467</sup> Cf. Ofício n.º 28, Livro 17, de 11 de fevereiro de 1921, do Vice-Presidente do CAA1 (Luciano Martins Freire) ao Diretor do MNAC, in MNAC, *Ofícios Recebidos*, Ob. Cit., p. 154. *Obras de arte pertencentes à coleção Ameal, escolhidas para alguns museus dos Conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições*, doc. Cit., in MNAA, AJF, Caixa 4, Pasta 10, doc. 1. *Relação das obras de Arte Portuguesa da Coleção Ameal que devem figurar no Museu Nacional de Arte Contemporânea*, Ofício n.º 31 de 6 de julho de 1921, do Diretor do MNAC para o Presidente do CAA1, in MNAC, *Ofícios Enviados*, Livro 2.º.

<sup>468</sup> Cf. *Obras de arte adquiridas pela Comissão executiva do Conselho de arte e arqueologia da 1.ª circunscrição, e que foram entregues ao Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea*, acompanhando ofício do Presidente do CAA1 (José Luís Monteiro) para o Diretor do MNAC, de 12 de setembro de 1912, in MNAC, *Ofícios Recebidos*, Ob. Cit.

<sup>469</sup> Cf. Ofício n.º 351, do Presidente do CAA1 ao Diretor do MNAC, datado de 4 de março de 1912, in MNAC, *Ofícios Recebidos*, Livro 6.

referidos painéis. A transferência de quadros ficou praticamente concluída em 1912<sup>470</sup>. No dia 19 de setembro<sup>471</sup> deram entrada as seguintes obras: - Pintura: «Mendigo de Tânger» de Berenguer; «Estudo» de António Patrício; «Retrato» do Visconde de Meneses; - Desenhos: «São Jerónimo» de Máximo Paulino dos Reis; «Retrato da Princesa viúva D. Maria Benedita» de Joaquim Rafael; «Retrato de Alexandre Herculano» de João Baptista Ribeiro; «Composição para o diploma da Academia de Belas Artes» de António Manuel da Fonseca; «Boi» e «Boi da Beira» de Tomás da Anunciação; «Deposição de Cristo no túmulo» de Metrass; «Fachada da Igreja da Conceição Velha», «Igreja de São João do Souto (Braga)», «Claustro de Santa Maria de Belém», «Igreja de Nossa Senhora da Oliveira» e «Fragmento de arquitectura manuelina», de João Pedro Monteiro; «Retrato de Tomás José da Anunciação» e «Porta de atamarna (Santarém)» de João Cristino da Silva; «Grupo (Inferno de Dante)» e «Túmulo de D. Afonso Henriques em Santa Cruz de Coimbra» de Figueiredo de Bastos; «Paisagem» de Benjamin Comte. No segundo auto de entrega de 1 de outubro<sup>472</sup> constavam: «A Gata Borracheira» de Katzenstein; «Inês de Castro pressentindo os assassinos» e «Jesus acolhendo as crianças» de Metrass; «Costumes da Murtosa» de Francisco Resende; «A passagem do gado» e duas paisagens de João Cristino da Silva; «Retrato de D. Luís I» de Félix da Costa; «Retrato de D. Carlos I» de Columbano Bordalo Pinheiro; dois retratos de D. Manuel II de José Ribeiro; nove retratos da Família Imperial brasileira; retrato de Luz Soriano, de Tony François de Bergue. O documento intitulado *Quadros das colecções do Museu, cedidos em depósito a outras Corporações ou Entidades*<sup>473</sup> indica-nos outras obras transferidas do MNAA para o MNAC, em especial durante o ano de 1912: «Maioral», de Casto Plasencia; «Aldeia de Pescadores», do Conde de Clary; «Um caíque», de Tomazini; «Paisagem ao pôr-do-sol», de Alfredo d'Andrade; «Mendigo cego e o moço», de Krumholz; «Otelo e Desdémona», de Muñoz Degrain; «Paisagem», de João Garcia de Toledo; «Aves e produtos naturais», de Prieto; «Flores e frutos», de Prospero Pierre Lasserre; «Flores», de José Ferreira Chaves; «D. Inês de Castro implorando a clemência de D. Afonso IV»,

---

<sup>470</sup> Cf. Cópia do Ofício n.º 210 do Diretor Interino (Manuel de Macedo Pereira Coutinho) ao Presidente do CAA1, datado de 14 de setembro de 1912, livro 1.º, in MNAC, *Ofícios Recebidos, Ob. Cit.*

<sup>471</sup> Cf. Cópia da *Lista dos Desenhos entregues ao Museu de Arte Contemporânea*, acompanhando o auto de entrega, datado de 19 de setembro de 1912 (Livro 1.º, n.º 214 – MNAA), assinado por Carlos Reis e por Manuel de Macedo Pereira Coutinho, in MNAC, *Ofícios Recebidos, Ob. Cit.*

<sup>472</sup> Cf. Cópia da *Lista dos Quadros para serem entregues ao Museu Nacional de Arte Contemporânea*, acompanhando o auto de entrega, de 1 de outubro de 1912 (Livro 1.º, n.º 223 – MNAA), assinado por Carlos Reis e por Manuel de Macedo Pereira Coutinho, in MNAC, *Ofícios Recebidos, Ob. Cit.*

<sup>473</sup> Cf. MNAA, AJF, Caixa 5, Pasta 1, doc. 1.2.

tela de John Simpson; «O Duque de Guise na Sala do Conselho, antes de ser assassinado», de Henri Caroenne; «Vareiro tocando viola», óleo sobre tela de Francisco José de Resende; «Alabardeiro do século XVI» e «Juízo de Salomão», óleos sobre tela de Francisco Augusto Metrass; «O enfeitado», de Ramón Rodríguez Barcaza; «Pastor dos Abbruzos», óleo sobre tela do Visconde de Meneses; «O mau vizinho», da autoria de Longo; «A festa do Senhor Roubado», óleo sobre madeira da autoria de Leonel Marques Pereira; «Cabeça de pescador» e «Fonte dos Amores – Quinta das Lágrimas», de João Cristino da Silva; «Autorretrato» de António Manuel da Fonseca; «Efeito da neve ao luar», de Gegerfeldt; «Os habitantes de Saragoça defendendo a cidade em 1808», óleo sobre tela de Francisco Lameyer y Berenguer; «Henrique III de França e os seus privados», de Victor Chavet; duas cabeças de estudo, de Emílio Sala; «Órfãos», óleo sobre tela de Manuel Garcia Hispaleta; «Paisagem e animais», «Entrada de ovelhas», «Garraio e ovelhas», «Galinhas», «Vista da Amora» e «Carneiro», de Tomás da Anunciação; «Paisagem» de Alexandre Defaux; «D. João de Portugal» e «Beijo de Judas» de Miguel Ângelo Lupi; «Paisagem da Madeira» e «Paisagem» de Silva Porto; «Retrato do pintor brasileiro José Ferraz d’Almeida» e «Enterro de Atala», óleos de Augusto Rodrigues Duarte; «A mulher dos lilazes» de Medeiros Greno; «Beneficência», óleo sobre tela de Joseph Nicholas Robert-Fleury; «Santo António de Lisboa» e «Luva cinzenta» de Columbano Bordalo Pinheiro; «D. João II ante o corpo inanimado de seu filho, o infante D. Afonso» e «A caminho da fonte», de Ernesto Condeixa; «O repouso da artista», óleo sobre tela de Artur Loureiro; «Retrato do fotógrafo António Novais», «O último interrogatório do Marquês de Pombal» e «Descanso do modelo», óleos de José Malhoa; «Catraeiros» de Luciano Freire; «O escultor Alberto Nunes no seu atelier», óleo sobre tela de António Monteiro Ramalho Júnior; «Amor e Psyché», de José Maria Veloso Salgado; «Marinha» de João Vaz; «Julgamento de hereges do século XV pelo Tribunal da Inquisição, na cripta de uma igreja», de Antony Serres; «Barco desaparecido», óleo sobre tela de José Júlio de Sousa Pinto. Em 1918 foi transferida do MNAA nova remessa de objetos<sup>474</sup>: - Sete quadros a óleo: «Alegoria à instituição da Academia» de Norberto José Ferreira; «Vendedeira de hortaliças» de Joaquim António Marques; «Cardeal D. Henrique recebendo a notícia da morte de D. Sebastião», de Marciano Henriques da Silva; «Paisagem no Buçaco» de

---

<sup>474</sup> Cf. Ofício n.º 137, do Diretor interino do MNAA (Luciano Martins Freire) para o Diretor do MNAC, de 12 de fevereiro de 1918, acompanhando a *Relação das obras de arte moderna existentes no Museu Nacional de Arte Antiga e enviadas ao Museu Nacional de Arte Contemporânea* (Livro 4 – MNAA), in MNAC, *Ofícios Recebidos*, *Ob. Cit.*, p. 117.



João Cristino da Silva; «Camões salvando os “Lusíadas”» de Francisco José Resende; «Uma cena do Monge de Cister» de Columbano; cópia de uma paisagem de Rosa Bonheur; - Seis peças de vidro sueco Reymyre e respetiva vitrina. Em 15 de maio de 1920, Luciano Freire cumpria as ordens de José de Figueiredo, enviando um busto de Passos Manuel.

A 13 de outubro de 1924, um despacho ministerial autorizou a transferência de várias obras dos Palácios Nacionais da Ajuda e de Queluz. Da Ajuda foram transferidos: «Vitelo e Campinos» de Tomás da Anunciação; «Eneias salvando Anquises» de António Manuel da Fonseca; «Campinos» e «Charneca de Belas» de Silva Porto; «Últimos momentos de Tasso» de Marciano da Silva; (quadros a óleo) e as esculturas “D. Sebastião” de Simões de Almeida (tio) e “A cólera” de Vítor Bastos. De Queluz foi um quadro de Manuel Maria Bordalo Pinheiro.

Embora a maior parte dos objetos seja posterior a 1850, o MNAC recebeu alguns de épocas anteriores. A título de exemplo, em 9 de novembro de 1915, foram-lhe cedidas pelo MNAA, a título precário, três tapeçarias de Aubusson<sup>475</sup> do século XVII.

Também se registaram alguns depósitos de particulares. Registamos um depósito do Diretor, consistindo num quadro de Silva Porto e dois de Manuel Maria Bordalo Pinheiro (novembro de 1915).

### Ofertas

Registaram-se também algumas ofertas: quadro do pintor Beruete, oferecido pelo filho do artista, por intermédio de José de Figueiredo (maio de 1912)<sup>476</sup>; dois desenhos de Sousa Pinto oferecidos pelo autor, também por intermédio de JF (junho de 1912)<sup>477</sup>; escultura “A Poesia Lírica”, de António Alberto Nunes, oferecida por Josefina Adelaide da Conceição Nunes, irmã do artista (dezembro de 1913); quadro e desenhos da autoria de Manuel Maria Bordalo Pinheiro e um quadro do pintor António Manuel da Fonseca (por Columbano, em janeiro de 1915); “O Besteiro”, aguarela de Lupi, pela viúva de Alfredo Keil e “Retrato de Cruz Magalhães” da autoria de José Malhoa, oferecido pelo retratado (agosto de 1915); cinco desenhos de Lupi, oferta de Fanny

---

<sup>475</sup> Cf. Ofício n.º 130, do Diretor do MNAA para o Diretor do MNAC, de 9 de novembro de 1912 (Livro 3.º – MNAA), in MNAC, *Ofícios Recebidos*, *Ob. Cit.*, pp. 72-73. As tapeçarias referidas respeitam a cenas da Antiguidade: a primeira representa a saída de Marco António do Egito, depois de se despedir de Cleópatra; a segunda e a terceira às campanhas de Alexandre Magno. Em dezembro de 1919 regressaram ao MNAA.

<sup>476</sup> Cf. «Acta n.º 16», de 20/5/1912, in *Actas da CE do CAAI*, 1911-1917 (Livro 1), *Doc. Cit.*, p. 40.

<sup>477</sup> Cf. «Acta n.º 18», de 13/6/1912, *Ibidem*, pp. 44 e 45.

Munró (janeiro de 1916); um retrato da autoria de António Ramalho, oferta de Helena Dulac Pinto e o quadro “Provocando” de José Malhoa, oferecido por Cruz Magalhães (maio ou junho de 1917); oferta de José Malhoa: desenho representando animais, do pintor Anunciação (maio de 1919); duas medalhas de prata da Exposição Universal de Paris (1878), pelo Diretor da Escola de Belas Artes de Lisboa (maio de 1919); retrato da Viscondessa de Meneses, da autoria do Visconde de Meneses, oferta de Elisa de Miranda Pereira de Meneses (julho de 1919); “Retrato de minha mulher”, pintado e oferecido por José Malhoa (julho de 1919); Retrato do pintor Próspero Lasserre, da autoria de José Ferreira Chaves, doado por Alfredo José Gomes de Melo (julho de 1919); “A espera dos barcos”, do pintor Marques de Oliveira, oferta de José Relvas (abril de 1920); busto em mármore de D. Pedro V, busto em gesso de Henrique Nogueira, quadro representando o “Beato João de Brito catequisando os índios”, três esboços a óleo, todos da autoria de Manuel Maria Bordalo Pinheiro, oferecidos pelo neto do artista, Pedro Bordalo Pinheiro; um desenho de John Sargent com um retrato de Rafael Bordalo Pinheiro, oferecido por Angélica Bordalo Pinheiro; uma pasta com desenhos e provas de gravura em madeira, executados por Manuel Maria Bordalo Pinheiro, oferecidos pelo seu filho Columbano (janeiro de 1921); “Copo de água”, quadro de Manuel Maria Bordalo Pinheiro, oferecido por Pedro Bordalo Pinheiro (março de 1921).

### Legados

Quanto a legados, temos conhecimento de um “Retrato do poeta Raimundo Bulhão Pato”, da autoria de Miguel Ângelo Lupi, legado pelo retratado e entrado no museu em junho de 1914<sup>478</sup>; o legado do ator Augusto Rosa (maio de 1918); um legado do arquiteto Miguel Ventura Terra constituído por um retrato da mãe do doador, da autoria de José Veloso Salgado e uma sépia com uma paisagem, da autoria de Anunciação (janeiro de 1921); “O campino” de Silva Porto, legado por Maria Luiza Falcão de Alpiarça (janeiro de 1922); “Retrato de Ludgero José Avelino” da autoria de Miguel Ângelo Lupi e “Retrato de José Sobral Fernandes”, da autoria de Constantino Fernandes, legados por Palmira Avelino, filha do retratado no quadro de Lupi (setembro de 1924); quadro do início da carreira de José Malhoa, legado por Benedita Alves de Melo Nogueira (setembro de 1924).

---

<sup>478</sup> Cf. «Acta n.º 42», de 18/6/1914, *Ibidem*, p. 118.

### c. A Exposição

A Direção de Columbano pautou-se pelo crescimento físico do museu, que de 4 salas existentes anteriormente aumentou para 5 salas amplas e mais 3 pequenas e alguns esconsos subtraídos às arrecadações. A remodelação contou com a colaboração do arquiteto José Luís Monteiro, que delineou «portais, bancos e plintos»<sup>479</sup>.

Em 1924 o museu estava aberto ao público todos os dias, exceto 2.<sup>a</sup> feira, entre as 11 e as 16 horas. As entradas eram gratuitas e ainda não existia um catálogo para aquisição pelos visitantes.

Uma primeira sala albergava as obras dos melhores pintores da Escola Romântica, como João Cristino da Silva, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Miguel Ângelo Lupi, Tomás da Anunciação, Visconde de Meneses, António Manuel da Fonseca, entre outros. Aí figuravam também algumas peças de escultura, de autores como Assis Rodrigues, Vítor Bastos e Simões de Almeida, fruto do hábito de intercalar obras pictóricas e escultóricas. Seguia-se outra sala mais pequena, continuando a mostra dos Românticos. O percurso continuava depois com uma sala grande, exibindo pintura e escultura de artistas nacionais (Lupi, Silva Porto, António Ramalho, Sousa Pinto, José Malhoa, Columbano, Anunciação, Marques de Oliveira, Soares dos Reis, Moreira Rato), e estrangeiros (Bonnat, Albert Besnard, Angeli, J. Paul Laurens, A. Defaux, A. F. Roll). Outra sala estava reservada aos quadros e esculturas dos professores da Escola de Belas Artes (Condeixa, Carlos Reis, Veloso Salgado, Falcão Trigoso, João Vaz, José Malhoa, Luciano Martins Freire, Artur Loureiro, Columbano, Costa Mota). Uma quinta sala com obras de vários artistas já referidos, a que acresce uma escultura de Francisco dos Santos e um quadro de Muñoz Degrain. Noutra ala do edifício, distribuíam-se mais algumas dependências: uma sala grande e outras mais pequenas, dedicadas à escultura, com obras de Costa Mota sobrinho, Teixeira Lopes, Francisco Santos, Simões sobrinho, Soares dos Reis, Alberto Nunes, Anjos Teixeira e Costa Mota; uma pequena galeria com desenhos de vários artistas (Lupi, António Carneiro, António Ramalho, Silva Porto, Martinho da Fonseca, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Sousa Pinto, Vítor Bastos, João P. Monteiro, Sousa Lopes e Sargent); uma sala com pastéis de Sousa Pinto; uma sala com aquarelas (Alves de Sá, Milly Possoz, Roque Gameiro, Henrique Pousão, Alberto de Sousa, Alfredo de Andrade, Helena Roque Gameiro, Lupi, Leitão de Barros, Carlos Bonvalot e Martins Barata); uma sala com pintura e escultura de vários artistas

---

<sup>479</sup> Cf. Museu Nacional de Arte Contemporânea, *Catálogo-Guia*, Lisboa, Abril de 1945, p. 5.

(Columbano, Cormon, Maximiano Alves, Alves Cardoso, Armando Lucena, Francisco Franco, João da Silva, Martinho da Fonseca, António Carneiro, Sousa Lopes, Eduardo Viana, Malhoa, Diogo de Macedo, Costa Mota sobrinho, Júlio Vaz, Alberto Nunes)<sup>480</sup>.

---

<sup>480</sup> Cf. CORTESÃO, Jaime, «Museu Nacional de Arte Contemporânea», in PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal: Generalidades: Lisboa e Arredores*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 30 de Novembro de 1924, 1.º Vol., pp. 221-226.

#### 4. MUSEU NACIONAL DOS COCHES

«Agora, nova visita ao Museu pode ser feita a valer, porque até hoje a abundancia, junto á prodigiosa riqueza causava um deslumbramento confuso ao visitante»<sup>481</sup>.

##### Antecedentes: Museu dos Coches Reais

A existência do Museu dos Coches Reais deve-se à Rainha D. Amélia, que se preocupou em coligir e conservar os coches utilizados pelos membros da Família Real portuguesa ao longo dos tempos, disseminados pelas cocheiras de Alcântara, do Calvário, da Ajuda, das Necessidades e de Belém. Na sequência da Exposição Universal de Paris de 1900, onde figurou um certame sobre a evolução dos meios de locomoção terrestre, a Rainha alimentou a ideia de criar um museu de transportes terrestres, secundada por Alfredo de Albuquerque, estribeiro-menor de D. Carlos.



Fig. 28 – O picadeiro do Palácio de Belém, em vésperas de acolher o Museu dos Coches Reais.

*Ilustração Portuguesa*, 7/12/1903, n.º 5.

Em 1904, Rosendo Carvalheira, arquiteto dos palácios reais, começou a projetar os trabalhos de adaptação do picadeiro do Palácio de Belém às novas finalidades, passando necessariamente pelo abaixamento do pavimento e pela substituição da areia por lajes de pedra, depois de D. Carlos muito relutantemente ter concordado com a empresa. No restauro das pinturas do teto estiveram envolvidos os pintores José Malhoa e Conceição e Silva, que fizeram as próprias criações nas galerias. Enquanto decorriam os trabalhos, começavam a chegar as primeiras coleções de indumentária provenientes da Ajuda e procedia-se ao restauro de alguns dos carros.

O museu foi inaugurado em 23 de maio de 1905. O seu primeiro Diretor foi o Tenente Coronel de Cavalaria Alfredo Augusto José Albuquerque. A tutela foi entregue à Repartição das Equipagens Reais.

Em 1907 foi editado em Português e na língua materna da Rainha o primeiro catálogo, intitulado *Museu dos Coches Reais: Catalogo dos Carros Nobres*, com apenas

<sup>481</sup> Carta de Joaquim de Vasconcelos a Luciano Martins Freire, de 12 de março de 1924, MNAA, AJF, Caixa 10, doc. 14. Ver texto integral no Doc. 28 em Apêndice Documental.

9 páginas, sem qualquer ilustração e que se limitou a enumerar as peças existentes – 342<sup>482</sup> (coches, berlindas, carrinhos de passeio, cadeirinhas, liteiras, arreios e uniformes), divididas entre o vestíbulo e o picadeiro –, a explicitar a intenção de se constituir um anexo com uma série de outros objetos – incluindo outros 159<sup>483</sup> – e a descrever as peças de maior relevo, destacando 21 veículos.

Uma lei de 3 de setembro de 1908 determinou a passagem para as mãos do Estado português, dos paços de Belém, Caxias e Queluz. O Museu dos Coches, alojado no primeiro dos três, foi elevado à categoria de museu nacional<sup>484</sup>, passando a designar-se Museu Nacional dos Coches Reais e a estar submetido à tutela do Ministério do Reino, por intermédio da Direção Geral de Instrução Superior e Especial. Em 22 de abril de 1909 foi promulgado o decreto regulamentando o funcionamento do museu, tendo como disposição fundamental a passagem, para a sua propriedade efetiva, dos bens antigamente pertencentes à Coroa.

Mais pormenorizado e fruto de maior investigação foi o *Promptuario analytico dos carros nobres da Casa Real Portuguesa e das carruagens de gala*, publicado em 1909, da autoria do Cónego Joaquim Maria Pereira Boto, que o assumiu como o elemento que faltava para melhor explicar e expor cada objeto reunido no museu<sup>485</sup>.

### **Na República**

O novo Regime deu gradualmente azo ao «descanso do guerreiro», ou seja, à acomodação permanente dos coches na segurança do museu, em vez de continuarem a servir, sempre que o aparato das cerimónias reais o solicitava<sup>486</sup>. O museu passou a ser somente um museu, em vez de uma despensa onde se guardava aquilo que só era necessário de vez em quando<sup>487</sup>.

---

<sup>482</sup> Cf. Repartição das Reaes Cavalariças, *Museu dos Coches Reais: Catalogo dos Carros Nobres*, Lisboa, 1907, p. 3.

<sup>483</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>484</sup> Cf. Lei de 3 de setembro de 1908, in *DG*, n.º 198, de 4 de setembro de 1908, in Sítio de internet do Parlamento - <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/93/129/p547>.

<sup>485</sup> Cf. BOTTO, J. M. Pereira, *Promptuario analytico dos carros nobres da Casa Real Portuguesa e das carruagens de gala*, *Ob. Cit.*, p. 21.

<sup>486</sup> Luciano Martins Freire foi sempre adepto de não se voltar a dar uso aos coches coligidos no museu, manifestando-o em correspondência oficial, mas por ocasião da cerimónia de transladação dos Imperadores do Brasil, em 17 de dezembro de 1920, alguns deles voltaram a ser usados. Outros eventos suscitaram a utilização: touradas, festejos municipais, receções oficiais, recriações históricas ou rodagem de filmes. Cf. BESSONE, Silvana et AL, *De Picadeiro a Museu – De Museu a Picadeiro: Catálogo: Exposição comemorativa do 90.º Aniversário da Fundação do Museu Nacional dos Coches: 23 de Maio a 31 de Dezembro de 1995*, Instituto Português de Museus / Museu Nacional dos Coches, p. 31.

<sup>487</sup> Cf. FREIRE, Luciano, *Museu Nacional dos Coches (e de Indumentaria dos seculos XVII, XVIII e XIX): Catalogo descritivo e ilustrado*, Edição Oficial, Lisboa, 1923, pp. XI-XII.

Com a publicação do Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911 passou a designar-se Museu Nacional dos Coches (MNC). Juntamente com o MNAA, o MNAC e o MEP, o MNC era superiormente gerido pelo Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição<sup>488</sup>, dependente da Direção Geral da Instrução Secundária Superior e Especial, do Ministério do Interior. Quanto às coleções, o decreto limitava-se a confirmar, no seu artigo 28.º, a exibição de «*coches, berlindas, carruagens de gala, cadeirinhas, liteiras, jaezes e outros artigos que se relacionem com a tracção e a equitação, uma vez que se recomendem pelo seu valor artistico, e, ainda, peças de indumentária*»<sup>489</sup>.

No que respeitava ao pessoal<sup>490</sup>, constituía-se por um Diretor Conservador nomeado pelo Governo (300\$000 réis de gratificação)<sup>491</sup>, mediante parecer do CAA, um Escriurário (300\$000) por nomeação ministerial, sob proposta do Diretor; e o pessoal menor nomeado por proposta do Diretor, que incluía um Chefe (300\$000), um Porteiro (216\$000), sete Guardas Efetivos (216\$000 cada) e um Servente (180\$000). O Diretor do museu durante o novo regime foi Luciano Martins Freire<sup>492</sup> (LMF), sucedendo a Alfredo Albuquerque, que pediu demissão do cargo em 3 de dezembro de 1910, em ofício dirigido ao Visconde de Atouguia, Inspetor da Academia de Belas Artes de Lisboa.

---

<sup>488</sup> Cf. Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, art. 26.º, in *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1911*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912, p. 1161.

<sup>489</sup> *Ibidem*, art. 28.º, p. 1161.

<sup>490</sup> Art. 32.º, *Ibidem*, p. 1162.

<sup>491</sup> A tabela 1 em anexo ao Decreto define os vencimentos anuais que auferia cada um dos funcionários do museu. Cf. *Ibidem*, p. 1171

<sup>492</sup> Luciano Martins Freire (n./m. Lisboa, 11/07/1864-28/01/1934) foi um pintor português, tendo cultivado sobretudo a pintura histórica. Ingressou em 1878 como aluno do Curso Geral de Desenho da ARBAL, tendo sido discípulo de mestres como Joaquim António Gaspar, António Alberto Nunes, Miguel Ângelo Lupi, António Tomás da Fonseca, António da Silva Porto, entre outros. Entre 1882 e 1886 frequentou o curso superior de Pintura Histórica, tendo como mestres Lupi e Silva Porto. Em 1896 foi nomeado para o lugar de professor de Desenho de Figura da EBAL e em 1901 passou a lecionar a cadeira de Desenho de Figura do Natural e Panejamentos (efetivo em 1904). Em 1905 regeu Desenho do Antigo e no seguinte Pintura Histórica. Em 1908 também foi professor de Desenho de Figura. Entre 1895 e 1900 foi vogal do Conselho de Administração e aperfeiçoamento das Belas Artes. Aposentou-se da EBAL em 1933. Nomeado diretor efetivo do MNC em 1911. Além de pintor e professor, também se dedicou à investigação e Teoria da Arte e ao Restauro. Foi membro da loja maçónica Fiat Lux, onde era conhecido pelo nome simbólico Sequeira. Cf. FARIA, Alberto Cláudio Rodrigues, *A Colecção de Desenho Antigo da Faculdade de Belas-Artes de Lisboa (1830-1935): tradição, formação e gosto: volume III Elementos biográficos dos artistas da Colecção*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008, pp. 163 e 164.

[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7883/4/ULFBA\\_TES%20324\\_3.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7883/4/ULFBA_TES%20324_3.pdf);  
*Nova Enciclopédia Larousse*, CL e Larousse, dezembro de 1997, p. 3161.

Pela Lei do Congresso da República, de 24 de junho de 1912, o espaço do museu foi entregue ao Ministério do Interior<sup>493</sup>.

O projeto de Regulamento do MNC foi apresentado por Luciano Freire em sessão do CAA de 18 de junho de 1914 e remetido ao CAN, que o aprovou em sessão de 25 de junho. O Decreto n.º 712 de 31 de julho seguinte oficializou-o<sup>494</sup>. No diploma, dividido em 9 artigos, alguns deles repetindo disposições do Decreto n.º 1, realça as competências do CAA1 no tocante à gestão do museu. Quanto às atribuições dos funcionários: - ao diretor-conservador competia dirigir, supervisionar a disciplina e gerir a escala de serviço e descanso dos restantes funcionários; propor soluções suscetíveis de desenvolver o museu ao Ministério tutelar, por intermédio do CAA; gerir e aplicar as dotações orçamentais, no que toca a despesas e a vencimentos; determinar as estratégias expositivas e de conservação dos objetos; velar pela conservação do edifício do museu, promovendo a resolução de problemas; - ao escriturário competia manter o expediente organizado, sobretudo os livros de registo de entradas e de inventário; - ao chefe do pessoal menor competia zelar pela limpeza e segurança do museu, e supervisionar o serviço dos restantes funcionários a seu cargo; - o pessoal menor, que incluía o porteiro, os guardas e os serventes, estava incumbido do atendimento do público, quer na bilheira-loja e bengaleiro (porteiro), quer na vigilância das salas de exposição. Aos guardas era vedada a prestação de esclarecimentos sobre as coleções aos visitantes, devendo simplesmente indicar os letreiros que continham informação sobre os objetos. Como em outros casos, o Regulamento do MNC previa quais as normas de utilização do museu: definia um horário de abertura ao público entre as 12h30 e as 16h30, exceto nas sextas-feiras que eram reservadas à limpeza do museu, e nos dias 1 e 31 de janeiro, 3 de maio, 10 de junho, 5 de outubro, 1 e 25 de dezembro; designava em que condições os visitantes podiam entrar no museu, em especial a privação de entrada com objetos volumosos suscetíveis de danificar as coleções e máquinas fotográficas; definia as exceções abertas para acesso ao museu fora das horas de abertura regular ao público, ou para reprodução e publicação dos objetos.

---

<sup>493</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 150, de 28 de junho de 1912, Sítio de internet do Diário da República - <http://dre.pt/pdfgratis/1912/06/15000.pdf>

<sup>494</sup> Cf. *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional, Doc. Cit.*, p. 49; *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1914, Segundo Semestre*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916, pp. 101-103. Um primeiro Regulamento do Museu Nacional dos Coches foi aprovado em 22 de abril de 1909 e publicado em *DG* n.º 90 de 26 de abril. Cf. *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa Anno de 1909*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910, pp. 148-150.



## **a. As Coleções**

### Fundo inicial

Além dos meios de transporte, que constituíam o fundo inicial do museu, juntamente com os uniformes dos altos funcionários da corte, criados e guarda real, os arreios e acessórios, LMF valorizou outro tipo de objetos, iniciando novas secções. Comungando do contexto de nacionalização dos bens eclesiásticos, levando em conta a sua formação artística e desenvolvendo aturadas relações com particulares, alargou a secção de traje à indumentária civil e encetou a iconográfica, com retratos da Família Real, desenhos, estampas e gravuras, representando o aparato e o cerimonial da história nacional. LMF dispendeu os esforços possíveis para canalizar para o MNC os objetos suscetíveis de ali se enquadrarem, nomeadamente os desafetados das suas funções cultuais e cerimoniais, na sequência da Lei da Separação e da deposição da família real.

Em três ofícios de 9 de janeiro de 1911, para Abel Acácio de Almeida Botelho – Inspetor da Academia de Belas Artes – LMF: expunha a necessidade de transferir coches, liteiras e berlindas das cocheiras anexas ao Palácio da Ajuda, para as cocheiras do Palácio de Belém, e para o efeito conseguir do Ministro dos Negócios Estrangeiros a cedência das cocheiras de Belém para o Museu; solicitava homens e animais com urgência, para auxiliar na transferência dos veículos da Ajuda para Belém; pedia a transferência da Repartição das Antigas Cavalariças Reais, que se encontrava instalada no piso térreo do Museu, por conveniência dos serviços e para dar residência ao fiel António Duarte da Silva.

Por esta altura, além dos acessórios, os veículos em exposição eram 34, dispostos cronologicamente<sup>495</sup>. Para documentar o museu, encontrava-se em preparação a edição de um novo catálogo e estavam disponíveis para venda 30 postais ilustrados.

---

<sup>495</sup> Cf. Ofício de Luciano Martins Freire, de 19 de janeiro de 1912, dirigido ao Diretor da Repartição de Turismo do Ministério do Fomento, in Museu Nacional dos Coches Reaes, *Registo de Offícios*, 1908 a 1937, fls. 22-24 [MNAA, Arquivo].



Fig. 29 – O Salão principal do Museu Nacional dos Coches.  
*Occidente*, 10/3/1914, n.º 1261.

### Depósitos e transferências

No processo de constituição das coleções teve mais relevo a modalidade do depósito, graças à movimentação de muitos bens históricos e artísticos nacionalizados, mas também como resultado da boa vontade de instituições congéneres e de particulares. Vejamos alguns casos:

- O MNAA fez várias entregas ao MNC: em 23 de janeiro de 1912, algumas peças de indumentária e também alguns acessórios, como esporas e estribos<sup>496</sup>; a 9 de março de 1914 LMF acusou a receção, a título precário, de uma gravura do século XVII, da autoria de Stoop, «representando um cortejo de uma embaixada, passando em Alcantara e dirigindo-se para o centro da Cidade de Lisboa»<sup>497</sup>; a 10 de julho, dois retratos de Simpson, representando D. Pedro IV e D. Maria II, e dois retratos de Avelar Rebelo, em que figuravam D. João IV e D. Luísa de Gusmão; a 27 de janeiro de 1915, 37 botões de diversos materiais, do séc. XVIII, enriquecendo a secção de indumentária do museu; a 23 de agosto do mesmo ano, um conjunto de trajes do séc. XVIII, para a

<sup>496</sup> Cf. Auto de receção dos objetos depositados pelo MNAA no MNC, em 23 de janeiro de 1912, MNAA, AJF, Caixa 5, Pasta 2, Doc. 1, datilografado. Ver Doc. 29 em Apêndice Documental.

<sup>497</sup> Cf. Ofício de LMF para o Presidente do CAA1, de 23 de fevereiro de 1914, *Ibidem*, fl. 34 e Ofício de LMF para o Diretor do MNAA, de 9 de março de 1914, in *Registo de Offícios*, 1908 a 1937, fl. 35.

mesma secção; em maio de 1916, um retrato de D. José I, da autoria de F. Aparício; a 21 de agosto, «dois ciriacos com varas (de prata), sendo o remate no estilo do século XVIII, e as varas no estilo do século XVII; (b) Quatro lanternas de tres faces (de prata), século XVIII»<sup>498</sup>. Estes objetos, procedentes da Irmandade do Cabo Espichel, vieram fazer conjunto com a berlinda existente no museu, utilizada no passado para transportar a imagem da Senhora do Cabo; a 20 de abril de 1918, um vasto depósito constituído por desenhos, armas e grande quantidade de fivelas<sup>499</sup>; a 2 de agosto, o frequente depositante cedia seis desenhos de Cirilo Volkmar Machado, destinados à decoração de seges; a 12 de setembro de 1918, 15 fivelas e um desenho aguarelado, representando a aclamação de D. Maria I, da autoria de Joaquim Carneiro da Silva; em 5 de janeiro de 1920, um conjunto de trajés dos sécs. XVII e XVIII; a 4 de julho de 1921, um teliz com brasão, bordado e com aplicações de seda, e dois xairéis bordados a prata, pertencentes ao Asilo de Campo Maior<sup>500</sup>; a 11 de novembro de 1921: um vestido de tule estilo Império, com bordados a matiz e ouro, uma casaca de veludo verde bordada a matiz, uma casaca de seda de fantasia, cor castanho-claro, bordada a matiz e colete de seda branca bordado a matiz, uma casaca de seda roxa bordada a matiz, um calção de fazenda da mesma cor, casaca e calção de veludo roxo (tecido de fantasia) bordado a matiz e colete de seda cor de palha, dois coletes de seda branca bordados a matiz, tudo do séc. XVIII.

- Em abril de 1912, o Arsenal da Marinha enviou para o MNC «106 gorros de veludo com chapas de prata, [...] utilizados pelos tripulantes do brigantim e galeota real; 4 jaquetas e respetivas cintas [do] fardamento dos mesmos tripulantes; 1 pavilhão real bordado a ouro do século XVIII pertencente ao mesmo brigantim»<sup>501</sup>.

- Em junho de 1912, LMF acusava a receção de «dois fauteil e seis tamboretas no estilo Luiz XVI, com estofos de damasco moderno, (tendo um dos pantello o escudo real mutilado) e que faziam parte do Bergantim real»<sup>502</sup>, e também procedentes das galeotas reais, três bacias de prata e um púcaro do mesmo metal.

- Ao longo do período em estudo foram transferidos vários objetos do Paço Patriarcal de S. Vicente de Fora. Em finais de junho de 1912, quatro quadros de Gil Van Lint de

---

<sup>498</sup> Cf. Recibo datado de 21 de agosto de 1916 entregue ao MNAA, *Ibidem*, fl. 48.

<sup>499</sup> Cf. Recibo entregue ao MNAA, datado de 20 de abril de 1918, in Museu Nacional dos Coches Reaes, *Ibidem*, fls. 59 e 60. Ver Doc. 30 em Apêndice Documental.

<sup>500</sup> Cf. Ofício de JF ao Presidente da CJBECR, de 2 de julho de 1921. MNAA, Arquivo, *Copias da Correspondencia Remetida*, n.º 2.

<sup>501</sup> Cf. Museu Nacional dos Coches Reaes, *Registo de Officios, Cit.*, fl. 24 [MNAA, Arquivo].

<sup>502</sup> Cf. Ofício de LMF para o Presidente do CAA1, datado de 24 de junho de 1912, *Ibidem*.

1744 (representando aspetos da cidade de Roma: *Piazza del Campidoglio, di S. Giovanni Laterano, de S.ta Maria Maggiore e de Monte Cavallo*), quatro retratos régios (de D. João V, D. Maria Ana de Áustria, D. José I e D. Maria I)<sup>503</sup>. Em agosto de 1912, um coche do séc. XVII, um do séc. XVIII, quatro berlindas do séc. XVIII e um landau do séc. XIX em regular estado de conservação<sup>504</sup>. Em fevereiro de 1913, quatro fragmentos de tapeçarias de Aubusson e dois de outros panos, todos com motivos vegetais e figurativos<sup>505</sup>, e em finais de abril «*sete bocados de veludo carmezim, com galão de seda de igual côr, (seculo XVIII)*»<sup>506</sup>. Em 27 de janeiro de 1914, sem valor artístico, mas úteis para trabalhos de restauro nos veículos ainda não expostos, entraram alguns tecidos de damasco, brocado e veludo em forma de sanefas, cortinas ou panos; com valor artístico, um lampião do séc. XVII, dois do séc. XVIII e uma pequena tela do mesmo século<sup>507</sup>. Em 2 de outubro de 1917, uma lanterna de latão do séc. XVIII<sup>508</sup>. Em 24 de fevereiro de 1923 era a vez de um pequeno retrato de D. Maria I com a respetiva moldura, entregue pelo MNAA.

- Procedendo do Convento das Trinas do Mocambo e entregues pelo CAA1 em janeiro de 1913, deram entrada no museu, «*para serem aplicados na restauração de coches [...] 19 bocados de veludo antigo com galões dourados. § 19 bocados de seda antiga. § 1 casula forrada de seda antiga. § 1 capa de sacrario com galão de ouro*»<sup>509</sup>.

- Em março de 1913 foram recebidos do Palácio das Necessidades variados objetos: dois estribos em madeira, ornamentados; duas chaves de prata dourada, uma delas com coroa real, as iniciais *F. II* e o monograma *FR*; três colares, ambos com as armas do rei D. José I, vinte e duas chapas de prata dourada, representando castelos, pertencentes a tabardos e seis maçãs de prata dourada, ornamentadas, com as armas reais de D. João V, tudo para uso dos reis de armas; vinte e duas charamelas em prata, com as armas reais e

<sup>503</sup> Cf. Museu Nacional dos Coches Reaes, *Registo de Offícios, Cit.*, fl. 28 [MNAA, Arquivo].

<sup>504</sup> Cf. Ofício de LMF ao Administrador do 1.º Bairro de Lisboa, de 2 de agosto de 1912, acusando a receção dos objetos, *Ibidem*, fls. 28 e 29.

<sup>505</sup> Cf. ACMF/DGJC/PRDIV/007, p. 75, nota de avaliação dos objetos recolhidos no MNC, provenientes do Paço Patriarcal de S. Vicente de Fora, de 4 de abril de 1918, enviada ao Secretário da CCELS.

<sup>506</sup> Cf. Ofício de LMF para o Diretor do MNAA, de 31 de abril de 1913, acusando a receção dos objetos, in Museu Nacional dos Coches Reaes, *Registo de Offícios*, 1908 a 1937, fl. 32.

<sup>507</sup> Cf. Ofício de LMF ao Presidente do CAA1, de 17 de janeiro de 1914, comunicando a receção dos objectos, *Ibidem*, fl. 34: «*2 cortinas de brocado. § 8 sanefas de damasco e de veludo vermelho, com franjas, estilo Luiz XVI. § 3 fragmentos de sanefas de veludo cortado. § 1 Pano grande de damasco. § 1 Sanefa de brocado. § 3 Cortinas de veludo cortado. § 3 Lampeões de latão, sendo um do seculo XVII e outro do seculo XVIII*», a maior parte para «*serem aplicados á restauração e instalação de alguns dos objetos seleccionados neste Museu*». Cf. ACMF, Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/196, Caixa 117.

<sup>508</sup> Cf. Declaração-recibo assinada pelo diretor, LMF, in ACMF, Processo CJBC/LIS/LIS/INVEN/013, Caixa 667. Cf. Recibo enviado ao Presidente da Comissão Concelhia do 1.º Bairro, de 2 de outubro de 1917, in Museu Nacional dos Coches Reaes, *Registo de Offícios*, 1908 a 1937, fl. 55.

<sup>509</sup> Cf. Ofício de LMF para o Presidente do CAA1, de 18 de janeiro de 1913, *Idem*, fl. 29.

letreiros alusivos a D. José I; uma caixa de mogno com ferragens de metal amarelo contendo: um pavilhão de seda vermelha com as armas reais, uma cobertura de tafetá de seda vermelha, com estrelas e requife dourado, nove tabardos de brocado de damasco de seda vermelha e fio dourado, uma cobertura de seda vermelha guarnecida de galão dourado e franjada em um dos lados, um estoque de Condestável do reino, com punho de ouro lavrado e cinzelado, estilo Império, com as armas de D. João VI, com a respetiva bainha e estojo de mogno polido, dois fragmentos de veludo com galão e franja dourada, dezasseis alabardas com o respetivo suporte de mogno polido, um bastão de marfim rematado com cabeça de preta, antigamente usado pelo mordomo do Paço, um freio árabe, um par de esporas de prata, com francaletes também de prata, uma cobertura de almofada do coche de D. Francisco, em seda, com franjas e bordados dourados, sete casacos e dez coletes de seda, todos do séc. XVIII, duas coberturas de veludo, uma verde e outra vermelha, ambas bordadas a prata, a primeira com brasão da Casa do Infantado bordado a ouro, a segunda com brasão, seis xairéis de veludo de diferentes cores, do séc. XVIII, dois peitorais de veludo, um verde e outro roxo, ambos bordados a ouro, sete guiões para charamelas e quatro revestimentos para atabales, todos de seda bordada a ouro e prata, do séc. XVIII, uma maquina de bronze estilo Luís XVI, ornamentada com festões, laços e cabeças de anjo e rematada com vaso de flores<sup>510</sup>.

- Em finais de julho de 1913 regressaram ao museu «*quatorze trompas de caça, duas caixas de guerra com pinturas ornamentaes e suportes para timbales*»<sup>511</sup>, provenientes do Palácio das Necessidades, para aí enviados quando da tentativa gorada de Michel'Angelo Lambertini coligir um museu instrumental.

- 9 de março de 1914: uma remessa de seda antiga do Asilo do Rato aumentou o stock para o fabrico de cortinas para os coches, revelando a prática de integração de elementos seguida pelo diretor na exibição dos veículos.

- A 14 de dezembro de 1914, provindo de Bragança, onde foram apartados por José de Figueiredo, deram entrada uma traquitana do séc. XVIII com um brasão episcopal, uma

---

<sup>510</sup> Cf. Ofício de LMF datado de 1 de março de 1913, dirigido ao Presidente do CAA1, acusando a receção dos objetos do Palácio das Necessidades, Museu Nacional dos Coches Reaes, *Registo de Officios*, 1908 a 1937, fls. 30 e 31.

<sup>511</sup> Cf. Ofício de LMF de 29 de julho de 1913, dirigido a António dos Santos Lucas, Presidente da Comissão Arroladora do Palácio das Necessidades, acusando a receção dos objetos, *Ibidem*, fl. 33.

liteira do mesmo século, ornamentada com pinturas e um brasão arquiépiscopal; dois telizes de lã bordados com brasões da família Mesquita de Castro<sup>512</sup>.

- Em 1915, LMF adquiriu, por 530\$00, do seu próprio bolso, uma coleção de cerca de 400 botões, «*alguns com miniaturas de Pillement, outros com mosaico italiano, outros com porcelana de Wedgwood, outros com Minas Novas, etc.*»<sup>513</sup>. A intenção era ser reembolsado e incorporar o espólio no museu.

- Fevereiro de 1916: a Casa Pia de Lisboa cedeu, a título precário, três retratos régios, representando D. João VI, D. Maria I e D. Pedro III.

- Novembro de 1917: o CAA1 entregou um retrato de D. Maria II, da autoria de Simpson, e um retrato de D. Pedro V, cópia de um quadro de Winterhalter.

- A 19 de janeiro de 1920, uma cadeirinha que pertencera à Imperatriz do Brasil, madrastra de D. Maria II, proveniente da igreja de Santos-o-Velho, entregue pela Irmandade do Santíssimo Sacramento daquela paróquia<sup>514</sup>.

- 10 de março de 1920: uma sege de finais do século XVIII, decorada com pintura e talha, depositada pelo proprietário, Pedro Joyce Diniz.

#### Aquisições onerosas

Temos conhecimento das seguintes: dois arreios com chaparia lavrada, estilos Luís XIII e Luís XVIII, e uma sege do séc. XVIII, cuja tipologia ainda não estava representada no museu, por 950\$00 (abril de 1914); coleções de sapatos e de pares de luvas do séc. XVIII, adquiridas a Cleide Cinatti Keil por 80\$00 (janeiro de 1918); vestido estilo Império de tule vermelho com aplicações de bordado em matiz, adquirido a Júlio Verde por 50\$00 (18 de março de 1918); um quadro representando a Partida da Família Real para o Brasil, adquirido por 300 escudos (fevereiro de 1919), por ser importante «*como documento de indumentaria, como pelo conjunto de veículos e galeotas representado*»<sup>515</sup>.

---

<sup>512</sup> Cf. Ofício de LMF para o Presidente do CAA1, de 14 de dezembro de 1914, *Ibidem*, fl. 39.

<sup>513</sup> Cf. «Acta n.º 56», de 17/11/1915, in *Actas da CE do CAA1, 1911-1917, Cit.*, p. 149.

<sup>514</sup> Cf. Ofício do Diretor do Museu Nacional dos Coches, LMF, ao Presidente da CCELS, de 18 de março de 1918, in ACMF, Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/249, Caixa 273.

<sup>515</sup> Cf. Ofício de LMF, de 19 de fevereiro de 1919, dirigido ao Chefe da 10.ª Repartição de Contabilidade Pública, pedindo-lhe a restituição do valor pago pelo quadro, que o Diretor do MNC adiantou para evitar a perda da oportunidade em comprá-lo por falta de verba. *Ibidem*, fl. 63.

## Permutas

Em agosto de 1917 deu entrada um retrato da Rainha D. Maria Ana Vitória, mulher de D. José I, obtido por permuta com o Museu Regional de Bragança, a quem foi enviada uma vitrina de centro de sala, considerada útil para o arrumo de alfaías no museu transmontano.

O MNC também estabeleceu uma permuta com a Misericórdia de Estremoz. Em troca de 50 camisas e 30 pares de ceroulas, entregues ao hospital daquela instituição estremocense, obteve um retrato de D. Pedro III, entrado a 3 de março de 1919.

## Ofertas

Temos conhecimento de: um par de esporas de bronze cinzelado e dourado, estilo Império e outro de prata lavrada, séc. XVIII, doados por Francisco Ribeiro da Cunha (1916); um retrato de Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra, generosa benesse do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes (1923).

### **b. A Exposição**

A chegada de Luciano Freire à Direção do museu pautou-se por uma profunda transformação da exposição. As prioridades do novo Diretor, além da inventariação, foram «*remodelar por completo, a disposição das colecções, expostas então, sem outro critério, que o de simples armazenagem visitável, e de retirar algumas peças que nada tinham que fazer num Museu [...] e substituí-las por objectos dignos da especialidade [...]*» adquiridos a título oneroso, ou em depósitos obtidos entre os «*paços regios e edifícios eclesiásticos, tarefa que não foi pouco espinhosa*»<sup>516</sup>. Por outro lado, preocupou-se em melhorar as vitrinas e restaurar os veículos em pior estado de conservação e colocar os letreiros explicativos junto dos objetos em exposição. O embelezamento dos espaços interiores foi entregue ao pintor Manuel José Rufino Pereira<sup>517</sup> entre março de 1911 e junho de 1912.

A par de todas estas diligências, LMF levava ao presidente do CAA1 as preocupações relacionadas com os encargos de manutenção do museu, com a falta de pessoal para proceder aos trabalhos e de dinheiro para proceder a inadiáveis trabalhos

---

<sup>516</sup> Cf. Ofício de LMF para o Presidente do CAA1, de 14 de julho 1916, *Ibidem*, fls. 47 e 48.

<sup>517</sup> Os trabalhos constaram de pintar colunas, paredes e pilastras imitando superfícies de rochas. Cf. BESSONE, Silvana et AL, *De Picadeiro a Museu – De Museu a Picadeiro: Catálogo: Exposição comemorativa do 90.º Aniversário da Fundação do Museu Nacional dos Coches: 23 de Maio a 31 de Dezembro de 1995*, Instituto Português de Museus / Museu Nacional dos Coches, p. 31.

de restauro. Numa das missivas, datada de 1 de junho de 1912, tem realce o estado do inventário, que LMF diz atualizado, contando o museu com 4560 objetos, estando os mais importantes acompanhados de letreiros explicativos, e em preparação um novo catálogo, para substituir o pequeno esboço produzido durante a Monarquia, já esgotado<sup>518</sup>. Em dezembro de 1914, nova exposição ao responsável máximo do CAA1 reiterou a necessidade de aumentar as dotações do museu e o vencimento do pessoal menor, equiparando-o ao dos funcionários de outros museus nacionais, para fazer face às despesas inevitáveis de conservação e manutenção, mas também ao aumento do custo de vida. Em 8 de fevereiro de 1915 expunha o risco de ruína completa da galeria subterrânea que ladeava o edifício do Museu, usada como arrecadação, por causa das chuvas, sugerindo que se levasse por diante uma empreitada para transformar em galeria visitável esse espaço, «*onde está guardada essa notável coleção de coches dos séculos XVII, XVIII e XIX em via de serem restaurados, preciosidades artísticas que dentro de pouco tempo, poderão estar em condições de ser expostas ao público*»<sup>519</sup>.

Em agosto de 1918, os trabalhos de organização do museu acusavam um estado positivo de desenvolvimento, com o inventário dos objetos em dia, a marcação de todos eles executada, bem como a colocação de letreiros ao pé de cada um. Esta identificação colmatava o adiamento da publicação do catálogo, que na conjuntura de então, segundo LMF, não se afigurava exequível, pelo facto de ser algo luxuosa e, assim, exigir a aplicação de preços acessíveis a pouca gente, o que seria inaceitável. Em março de 1921, LMF anunciava estar quase concluída a instalação das coleções e considerava ter chegado a altura de levar avante a edição do catálogo, em 2 mil exemplares, numa verba estimada de 2500 escudos, solicitados ao Diretor Geral de Belas Artes<sup>520</sup>. Além do dinheiro para o catálogo, tornava-se também necessária uma verba extraordinária para efetuar alguns trabalhos de restauro dos objetos em reserva, e de manutenção, ressaltando a urgência em substituir o papel que forrava algumas das salas, «*cujo estado começa a ser vergonhoso*»<sup>521</sup>, afiançava o Diretor do estabelecimento. O crescente número de objetos reunidos implicava também a feitura de pequenas vitrinas.

Em 1923 foi finalmente editado o catálogo ilustrado, da autoria de LMF, que nos dá conta da existência de 62 veículos no museu, revelando um aumento significativo. A

---

<sup>518</sup> Cf. Ofício de LMF a José Luís Monteiro, Presidente do CAA1, de 1 de junho de 1912, in Museu Nacional dos Coches Reaes, *Registo de Offícios*, 1908 a 1937, *Cit.*, fls. 24 a 27 [MNA, Arquivo].

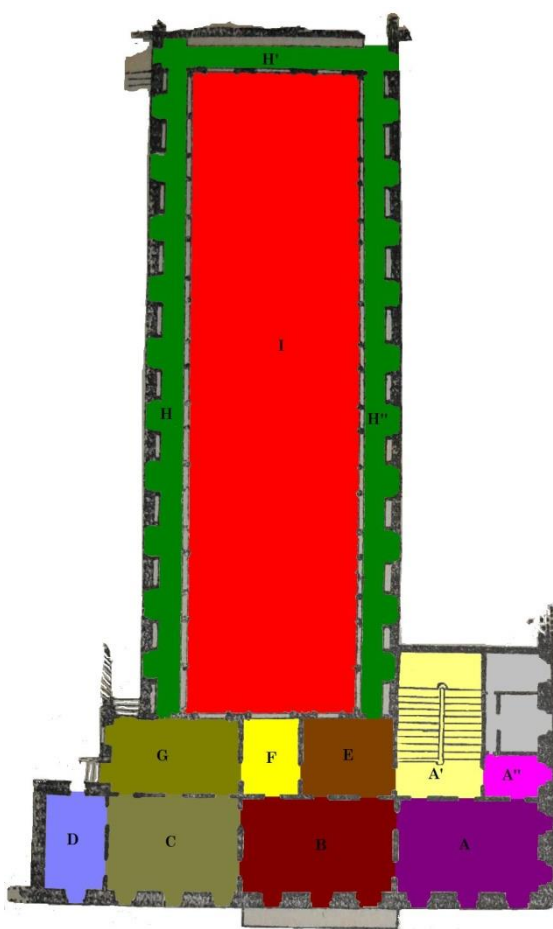
<sup>519</sup> Cf. Ofício de LMF ao Presidente do CAA1, de 8 de fevereiro de 1915, *Idem*, fls. 40 e 41.

<sup>520</sup> Cf. Ofício de LMF, de 19 de março de 1921, enviado ao DGBA, *Ibidem*, fls. 74 e 75.

<sup>521</sup> Cf. Ofício de LMF, de 29 de novembro de 1921, enviado ao DGBA, *Ibidem*, fl. 76.



introdução ao catálogo deixa-nos perceber que só por altura da sua publicação a organização do museu se encontrava finalizada, justificando a edição, a somar aos «*letreiros colocados nos objectos expostos*»<sup>522</sup>. Este e outros elementos apresentados dão-nos excelentes informações sobre o modelo museográfico adotado, que combinava os veículos dispostos por ordem cronológica com os respetivos arreios e librés contemporâneos. Em outros espaços, os objetos eram combinados com retratos das personalidades que deles usufruíram, ou com representações pictóricas ou em estampa de situações quotidianas.



Planta 3 – Espaços visitáveis do museu. O espaço principal consistia no Salão dos Coches, onde se encontravam dispostas as peças mais significativas. Este salão era rodeado por galerias no piso superior, ocupadas por diversos acessórios e indumentária. Nas restantes dependências distribuíam-se as outras coleções, além do espaço reservado à direção.

Legenda: «*Pavimento térreo: A e B – Vestíbulo – Liteiras. A' - Escadas. A'' - Gabinete do diretor. E – Berlinda e atavios para torneios. F – Corredor de acesso ao salão – Cadeiras. H, H' e H'' – Arreios de tiro. I – Salão dos coches. 1.º Andar: A – Arreios de cavalaria; B – Atavios para cortejos de gala; C – Trajes luxuosos, (masculinos). Seculo XVIII e XIX. – Retratos. D – Idem (femininos). – Retratos; E – Cadeiras – Retratos. F – Mobiliario e pavilhão do bergantim rial. – Retratos. G – Telizes. – Retratos. H – Trajes masculinos do principio do seculo XIX. H' – Arreios de cavalaria exóticos. H'' – Estribos e freios. – Fardamentos dos tripulantes das galeotas.*»

Adaptada de FREIRE, Luciano, *Museu Nacional dos Coches (e de Indumentaria dos seculos XVII, XVIII e XIX): Catalogo descritivo e ilustrado*, Edição Oficial, Lisboa, 1923.

<sup>522</sup> Cf. FREIRE, Luciano, *Museu Nacional dos Coches (e de Indumentaria dos seculos XVII, XVIII e XIX): Catalogo descritivo e ilustrado*, Ob. Cit., p. XII.

## 5. MUSEU REGIONAL DE ÉVORA

*«excelentes esculturas de Teixeira Lopes, Costa Mota, Simões de Almeida e outros [...], quadros de Vieira Lusitano, Morgado de Setúbal, Josefa de Obidos, Silva Porto, Teniers, Zurbaran e, sobretudo, uma preciosa colecção de taboas atribuídas a Gerardo David [...]. [...] é rico em objectos de arte sacra [e] apreciáveis modelos de mobiliário, cerâmica, tapeçaria, etc »<sup>523</sup>.*

### Antecedentes

Existente desde que Cenáculo se mudou para Évora, no início do século XIX, o museu era referenciado, ainda em 1933<sup>524</sup>, como Museu Arqueológico, e localizava-se no edifício da Biblioteca Pública de Évora (BPE), no Largo de Schomberg, sendo «constituído por documentos de arte romana, grega e árabe»<sup>525</sup> e outros monumentos portugueses de tumulária e heráldica. Além da parte arqueológica, o museu tinha coleções de História Natural (conchas e minerais), alguns elementos antropológicos, uma pinacoteca e um gabinete de moedas e medalhas, secções constituídas sobretudo por Frei Manuel do Cenáculo.



Fig. 30 – Retrato de Frei Manuel do Cenáculo, fundador e primeiro Diretor da Biblioteca Pública Eclesiástica de Évora. Este retrato e as restantes coleções do Museu Regional de Évora foram transferidos para a sua guarda em 1 de março de 1915. Óleo sobre tela da autoria de Giorgio Marini, 1881 (n.º de inventário ME 1281).

Direção Geral do Património Cultural, IMC,  
fotografia de Margarida Chantre.

Em 1864, o bibliotecário Augusto Filipe Simões sugeriu num relatório ao Governador Civil a ampliação das instalações da biblioteca, construindo uma grande galeria por cima do celeiro a nascente do edifício, possibilitando a separação entre o museu e os livros<sup>526</sup>.

<sup>523</sup> Cf. Évora: Excursão promovida pelo jornal “O Comércio da Ajuda”, Lisboa, 3 de setembro de 1933, p. 9.

<sup>524</sup> *Idem*

<sup>525</sup> *Ibidem*.

<sup>526</sup> Cf. ESPANCA, Túlio, «Subsídios para a História da Biblioteca Pública de Évora (1804-1904), in *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 1980-1981, Anos XXXVII-XXXVIII, n.º 63-64, pp. 248 e 249 [Citando o relatório de Augusto Filipe Simões]: «Esta galeria seria destinada para os quadros e para o museu. Os quadros colocar-se-hiam, assim, nas convenientes condições de luz e de altura; os objectos de historia natural e outras curiosidades ficariam em armarios envidraçados por

Em 1876, o museu não tinha «*as acomodações necessárias para poder ser convenientemente disposto e estudado*»<sup>527</sup>, reconhecendo-se a necessidade de encontrar um novo edifício, prover um pequeno quadro de pessoal para o seu funcionamento e estabelecer uma dotação que permitisse a manutenção e a aquisição de novos objetos. Em 1877, o Arcebispo de Évora – D. José António da Matta e Silva – cedeu o celeiro da Mitra localizado no piso térreo da Biblioteca Pública para instalação do Museu de Arqueologia, inaugurado em 1903 graças ao trabalho de José Maria de Queirós Veloso e de João Filipe Pereira Pinho, continuadores da obra de reorganização de Filipe Simões. A 1.ª República, como veremos de seguida, tentou resolver os problemas apresentados, mas sem grande sucesso.

### **Na República**

Citando o jornal *O Carbonário*, de 17 de novembro de 1912, Joaquim Caetano e António Alegria<sup>528</sup> suscitam-nos a necessidade sentida, entre os meios republicanos, da apropriação simbólica dos espaços religiosos pela cultura laica, adaptando-os a novas funções, em prol de um interesse geral de instrução. Neste contexto, por sugestão do CAA1, o CAN debateu a instalação do Museu Regional de Évora no antigo paço dos arcebispos, em sessão de 20 de junho de 1912. José de Figueiredo alvitrou que a melhor solução seria solicitar ao Ministério da Justiça a cedência do edifício, e que se constituísse uma comissão instaladora composta por três vogais do CAA1: José Leite de Vasconcelos, Luciano Freire e Veloso Salgado. A proposta foi aceite por unanimidade, tendo-se resolvido incluir o Diretor do MNAA na comissão. Os quatro vogais ficaram também incumbidos, em sessão do CAA1 de 5 de julho 1912, de fazer a seleção, entre as casas congreganistas, dos objetos musealizáveis.

Em ofício de 14 de dezembro de 1912, Júlio Dantas, Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, solicitou ao Diretor da BPE que lhe indicasse urgentemente quais

---

*debaixo dos quadros. Ás lapides e inscrições dar-se-hia na mesma sala o logar mais conveniente. Como disse, ha possibilidade de augmentar todas estas collecções e de formar um museu muito digno de ver-se, e com cuja organização muito interessaria a cidade de Evora e a provincia do Alemtejo».*

<sup>527</sup> Cf. *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia, offerecidas á Comissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 por um Vogal da mesma Commissão, Ob. Cit., p. 37.*

<sup>528</sup> Cf. CAETANO, Joaquim Oliveira e ALEGRIA, António, «Nascer na convulsão – os primeiros anos do Museu de Évora», in *Eborensia: Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*, Évora, 2003, Ano XVI, n.º 31, pp. 163-178.

as dependências do Paço Arquiepiscopal pretendidas para «*alargamento das instalações da Biblioteca e Museu de Évora, indicando essa parte com a devida individuação*»<sup>529</sup>.



Fig. 31 – Edifício do antigo Paço Arquiepiscopal de Évora.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana,  
Sistema de Informação para o Património  
Arquitetónico, sipa.foto.00674001.

Na sequência da consulta de Júlio Dantas, foi publicado o Decreto de 1 de março de 1913, cedendo ao Ministério do Interior parte das dependências do Paço<sup>530</sup> para, entre a instalação de outros serviços, alargar o museu, que se encontrava apinhado, constituindo um bricabraque de objetos sem qualquer discurso lógico. A 21 de abril seguinte, o responsável da BPE tinha autorização para tomar posse das salas que lhe cabiam<sup>531</sup>. A entrega das salas foi protelada por parte da Comissão Concelhia de Administração dos Bens do Estado. Esta, em resposta a um ofício da Direção da BPE, de 29 de maio de 1913, justificava a demora pelo facto de ainda não ter sido efetuado o leilão das peças dispensáveis<sup>532</sup>. Em novo ofício de 14 de junho, a CCABE comunicava ao seu interlocutor que já era possível ocupar as salas.

Na sessão do CAN de 21 de maio de 1914, José de Figueiredo propôs finalmente a criação de um museu de Arte e Arqueologia, com o «*recheio do Museu anexado à Biblioteca publica d'aquela cidade, e ainda por todas as obras já apartadas ou a*

<sup>529</sup> Cf. Ofício da Secretaria Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais (Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos), L. 4, n.º 131, de 14 de dezembro de 1912. Arquivo Distrital de Évora, BPADE / Caixa 89, Correspondência Recebida e Expedida 1909-1915.

<sup>530</sup> A ocupação do Paço Arquiepiscopal por vários serviços deu-se officiosamente ainda em abril de 1912, quando no dia 3 foi publicado um decreto que impedia o Arcebispo de Évora, D. Eduardo Nunes, de residir dois anos no distrito de Évora, sendo exilado para Elvas. Desde logo se instalaram no antigo Paço, serviços municipais (5 salas), Registo Civil, Governo Civil (5 salas), Museu e Biblioteca (3 para o museu e 4 para biblioteca e arquivo), Comissariado de Polícia (rés-do-chão). Cf. CAETANO, Joaquim Oliveira e ALEGRIA, António, «Nascer na convulsão – os primeiros anos do Museu de Évora», *Art. Cit.*, pp. 163-178. Ver decreto em <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/03/05100/08150815.pdf>.

<sup>531</sup> Cf. Ofício da Secretaria Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais (Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos), L.º 4 n.º 297, de 21 de abril de 1913. Arquivo Distrital de Évora, BPADE / Caixa 89, Correspondência Recebida e Expedida 1909-1915.

<sup>532</sup> Cf. Ofício da Comissão Concelhia de Administração dos Bens do Estado de Évora, n.º 93, de 30 de maio de 1913, Arquivo Distrital de Évora, BPADE / Caixa 89, Correspondência Recebida e Expedida 1909-1915.

*apartar*»<sup>533</sup> pelos delegados do CAA1. Sugeriu também uma dotação de 800 escudos, repartidos em 300 para gratificação do Diretor, 200 para o vencimento de um guarda e 300 para as restantes despesas. Relativamente ao espaço, defendendo que algumas salas da biblioteca poderiam ser reservadas ao museu, mas constando-lhe que Júlio Dantas não as podia dispensar para o efeito, JF chegou a sugerir a instalação na Igreja da Graça. José Pessanha, por seu turno, acrescentou que as salas do Paço Arquiepiscopal reservadas à biblioteca tinham já sido entregues e que o espaço naquele edifício era mais do que suficiente, caso fossem daí deslocadas algumas repartições.

Em sessão do CAA1 de 18 de maio de 1914 foi aprovada a proposta do Governador Civil de Évora – Acrísio Lamas –, secundada por José de Figueiredo, de nomear vogal correspondente daquele Conselho o Cónego Joaquim José Freire de Faria e Silva, para zelar pelo Tesouro da Sé de Évora, enquanto não fosse entregue ao Museu Regional de Évora. O cónego foi eleito por unanimidade em assembleia geral do CAA1, de 22 de maio.

Em 28 de julho seguinte lia-se no CAA1 uma nova carta do Governador Civil, instando para que se tomasse posse do tesouro, contra as pretensões da Junta de Paróquia local. As sugestões apresentadas foram: tornar o Governo Civil como depositário imediato do tesouro, até José de Figueiredo e José Pessanha resolverem a questão com o Governo; nomear provisoriamente como Diretor do Museu Regional de Évora, António Joaquim Lopes da Silva, que já desempenhava o cargo de Diretor da BPE e museu anexo e tinha sido nomeado vogal auxiliar do CAA1 em 9 de julho, e que ficasse também a seu cargo o tesouro da Sé, por intermédio do cónego Faria e Silva; tornar o Tesouro da Sé uma secção do Museu Regional, depois de este estar oficialmente constituído, mantendo-o no local em que se encontrava e a cargo do cónego referido<sup>534</sup>.

O Decreto n.º 1355 de 16 de janeiro de 1915<sup>535</sup> criou finalmente o Museu Regional de obras de arte e peças arqueológicas, herdeiro do museu de Cenáculo, tendo incorporado as coleções daquele museu e os objetos pertencentes a igrejas e conventos.

Para a Direção interina do Museu Regional de Évora (MRE) foi nomeado António Joaquim Lopes da Silva (1872 – 1945), que viria a ser confirmado no cargo em agosto de 1919. A coadjuvó-lo como Conservador de arte sacra, especialmente

---

<sup>533</sup> Cf. *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional, Doc. Cit.*, p. 46.

<sup>534</sup> Cf. «Acta n.º 43», de 28/7/1914, in *Actas da CE do CAA1, 1911-1917, Doc. Cit.*, pp. 122 e 123.

<sup>535</sup> O Decreto-Lei n.º 266 de 30 de julho de 1914 autorizou a criação do museu.

encarregue da conservação do Tesouro da Sé anexo ao museu, ficou o cónego Joaquim José Freire de Faria e Silva, que faleceu poucos meses depois. Lopes da Silva ficou sozinho à frente de uma empresa para a qual era julgado incapaz, por não ser grande conhecedor das questões museológicas e por não ter características humanas de amabilidade e de dinamismo para o que lhe era pedido, começando a surgir vozes, logo em 1915, a defender a separação das direções da biblioteca e do museu.

Rapidamente se chegou à conclusão de que as salas destinadas ao museu não eram suficientes para o acervo existente, levando a Comissão Instaladora a propor, em 13 de abril de 1915, a compra do Convento dos Lóios para o instalar. A expropriação parcial do imóvel concretizou-se em 27 de maio, para em Outubro se anunciar na imprensa o início da instalação. Esta, contudo, limitou-se à transferência de algum espólio bibliográfico e inclusivamente foram cedidas algumas salas ao Liceu.

Em 1917 o museu encontrava-se «*pobremente instalado*», com os quadros ainda no chão, encostados às paredes das salas do antigo Paço Arquiepiscopal, sem qualquer critério na seleção dos que apresentavam qualidade e dos que não mereciam as honras de exposição<sup>536</sup>.

A par destes testemunhos, a realidade eborense, no que ao património cultural dizia respeito, padecia de males sentidos na maior parte das localidades do país: a declarada mutilação e descaracterização dos bens artísticos, a par da indiferença à cobiça externa sobre eles. A grandeza monumental de Évora e os atentados verificados motivaram uma primeira tentativa, levada a cabo pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, de promover a criação de uma comissão de defesa, em junho de 1916, na sequência de uma excursão de estudo aos monumentos eborenses, feita entre os dias 9 e 11 de junho<sup>537</sup>. As disputas e divergências de interesses abortaram o intento, até que em 16 de novembro de 1919 surgiu o Grupo de Amigos do Museu, designado Pró-Évora (GPE), presidido por Leonor Fernandes Caldeira e constituído por um grupo de homens apostados<sup>538</sup> em retomar a luta pelos interesses da cidade. Os primeiros objetivos do

---

<sup>536</sup> Cf. LACERDA, Aarão de, *Ob. Cit.*, p. 124.

<sup>537</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, *Ob. Cit.*, p. 675.

<sup>538</sup> Cf. DAVID, Celestino, «O Grupo Pró-Évora: Páginas comemorativas do 25.º aniversário 1919-1944 (Sua origem e fundação, fases por que tem passado, espírito e obras)», in *A Cidade de Évora*, Comissão Municipal de Turismo, junho – setembro de 1944, Ano II, p. 11: [excerto de jornal transcrito pelo autor] «*O Snr. Dr. Celestino David, secretário geral do governo civil de Évora conseguiu, com os senhores Manuel Monte, António e Raul Matroco, José Serra, Dr. Vaz Madeira, Carlos Serra, Dr. Felício Caiiro, etc., reunir um grupo de pessoas interessadas em coisas de arte e propoz-se efectivar a reorganização e instalação do Museu que, actualmente, é obra de horrorizar e não de ver. Esse grupo que se denomina*

Grupo foram contrariar a degradação a que estava sujeita a BPE e encontrar um local adequado para a instalar e ao Museu Regional, descrito por Celestino David com os menores créditos.

A ideia de ampliar a biblioteca e o museu para o Convento dos Lóios revelou-se um fracasso, tendo José de Figueiredo testemunhado o mau estado de arrumo das peças em sessão de 27 de dezembro de 1919 do CAN, e sugerido que, ainda que se continuassem os trabalhos de adaptação iniciados, o museu se instalasse no palácio dos Condes de Soure, também conhecido como Palácio Amaral.

Para satisfazer as suas prioridades, o GPE procurou conseguir o apoio da Junta Geral do Distrito e de Júlio Dantas. Em reunião com este último, realizada em 13 de dezembro de 1919, conseguiu a preparação de uma proposta de lei para comprar o palácio, considerado adequado à instalação do Museu Regional, Biblioteca e Arquivo Distrital. Em março de 1920 foi enviada ao Governo e ao Parlamento uma petição de 1500 assinaturas para ser aprovado um crédito que viabilizasse a aquisição do imóvel, reconhecido pelo CAA como um espaço adequado, depois de ter sido visitado por José de Figueiredo e Luciano Martins Freire. A instabilidade política e as dificuldades financeiras conduziram a um desfecho diferente, e quem adquiriu o imóvel foi o Governador Civil, Florival Sanches de Miranda, membro do GPE, colocando-o à disposição do Governo. Em 18 de junho foi aprovada no Senado a atribuição de 50 contos à BPE para aquisição do palácio, proposta dos deputados Alberto Jordão e Alves dos Santos. Em novembro, o Ministro da Instrução, Júlio Dantas, deu ordem para a aquisição e em 25 de dezembro de 1920 foi assinada a escritura, no salão nobre do edifício. Em inícios do ano seguinte, José de Figueiredo deslocou-se a Évora para iniciar a instalação do museu, coadjuvando Lopes da Silva. O que parecia ter resolução definitiva iria começar a ser censurado na imprensa por alguns nomes da cidade que defendiam que o Paço Arquiepiscopal era o local ideal para estabelecer o museu e acusando o Grupo Pró-Évora de querer desmembrar a Biblioteca Pública<sup>539</sup>, o que levou

---

«Amigos do Museu» e escolheu para seu presidente uma ilustre senhora eborense, além de artista espírito culto [...]». Uma portaria de 5 de agosto de 1920 faz do Grupo correspondente local do CAA1.

<sup>539</sup> Esta campanha da imprensa motivou um ofício de José de Figueiredo para o Presidente do CAA1, datado de 1 de março de 1921, dando conta da sua opinião sobre a instalação do Museu Regional de Évora: «Sempre fui de opinião que o melhor edifício para a instalação do Museu Regional de Évora, seria o antigo Paço Archi-Episcopal, permitindo as suas dimensões, abrigar ahi também com toda a segurança e desafogo, a parte de bibliotéca que a exiguidade do actual edificio não póde já conter. Melhorada a fachada deste, aquele completal-o-hia e teríamos assim um conjunto interessante a que o arco de ligação daria uma nota curiosa e regional, mantendo-se por esta fôrma o belo salão nobre de leitura, em que parece pairar ainda, o espirito cultíssimo do arcebispo cenáculo a que Évora tanto deve. § Não havendo porém logar idóneo, para a instalação dos serviços que ocupavam e ocupam o antigo

José de Figueiredo a pedir, em sessão do CAA1 de 8 de março, para ser substituído por outros vogais no acompanhamento da instalação, sendo escolhidos Luciano Freire e Costa Mota<sup>540</sup>.

Fig. 32 – Palácio dos Condes de Soure.  
Instituto da Habitação e da Reabilitação  
Urbana, Sistema de Informação para o  
Património Arquitectónico,  
sipa.foto.00673996.



Por sua vez, o Grupo Pró-Évora começou a denunciar o atraso dos trabalhos, lamentando não ser chamado a prestar a sua colaboração. Em 23 de abril de 1921 deslocaram-se a Évora o novo Ministro da Instrução, Dr. Júlio Martins, acompanhado do Diretor Geral das Belas Artes, Dr. Augusto Gil, e dos vogais do CAA1, Luciano Freire, Costa Mota, Adães Bermudes e Alexandre Soares, para tratar da instalação efetiva do Museu Regional, declarando-se a intenção de chamar a esses trabalhos o envolvimento direto do GPE. Nesse sentido, o próprio José de Figueiredo, em ofício enviado a Lopes da Silva, datado de 29 de abril seguinte, dava-lhe instruções para transferir todos os objetos do Paço Arquiepiscopal e solicitar a colaboração do Grupo,

---

*palacio archi-episcopal, alvitrei a ideia da instalação do museu no convento dos Lóios, e essa ideia agradava-me por ser essa tambem a melhor maneira de conservar esse monumento um dos mais interessantes de Evora. A instalação do museu regional neste ultimo edificio, tinha ainda a vantagem de poder ser feita com caracter particularmente típico, que é o que convém aos museus regionaes, em que as obras de grande valôr escasseiam, mas que são sempre ricos de peças características, que só se valorizam e são aceitaveis em um ambiente com a discríção e o pitoresco daquele. § Adquirido o palacio Amaral, fomos de parecer que o museu regional, podia instalar-se ali, uma vez que lhe fossem feitas as modificações essenciaes. Mas essa solução só a aceitava-mos em ultimo caso, pois feita aquela aquisição se a achamos excelente, sob todos os pontos de vista, achámo-la sobre tudo louvavel por ela vir tornar possivel a nossa antiga ideia, visto poder-se assim transferir para esse palacio os serviços que pejam o antigo palacio archi-episcopal. § Nestas condições e tendo-se levantado na imprensa de Evora uma campanha nesse sentido, campanha a que somos inteiramente alheios, e que é da iniciativa de um vogal correspondente deste conselho, entendo dever pedir a V. Ex.<sup>a</sup> para que vão ali dois delegados do conselho da digna presidência de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a fim de resolverem definitivamente sobre o caso. § Estive já em Evora a estudar a instalação do museu no andar nobre do palacio Amaral e tenho quasi concluido o respectivo projecto de adaptação. Mas ficaria de mal com a minha consciencia, senão chamasse a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> e do conselho para o assunto. Depois de resolvido que seja o local em que o museu deve ficar, procederêi á sua instalação com a maior urgencia. § Devo ainda dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a solução paço archi-episcopal ou palacio Amaral, não contrariam, nem uma nem outra, a aquisição do convento dos Lóios, por isso que neste ficarão admiravelmente as secções arquiológica e étnografica do museu de Evora». Cf. Museu Nacional de Arte Antiga, Copias da Correspondencia Remetida, janeiro de 1920 a dezembro de 1921, n.º 2. [Arquivo do MNAA]*

<sup>540</sup> Cf. *Atas da CE do CAA1, 1918-1929, Cit.*, fl. 36.



que se mostrou disponível, em especial no caso de carência de meios económicos para dar conta da tarefa<sup>541</sup>.

A retificação da Portaria n.º 2729 de 4 de maio de 1921<sup>542</sup>, publicada em 27 de agosto, ordenou ao Diretor que aceitasse a colaboração do GPE na instalação do museu no Palácio Amaral, com a supervisão do CAA, representado por Luciano Martins Freire. Essa incumbência não foi, contudo, bem recebida pelo Diretor do museu, que afixava uma discordância dominante em Évora, face à instalação do museu no palácio recentemente adquirido. O próprio Lopes da Silva mostrou discordar das novas instalações, e por outro lado temia que a abertura do museu fosse efémera pela falta de funcionários e declinava a colaboração do GPE, que apelidava como «grupistas» birrentos<sup>543</sup>.

Tal como acontecera nos Lóios, também no Palácio Amaral as prioridades de Lopes da Silva foram para os espécimes arquivísticos e bibliográficos, sendo o acervo artístico relegado para segundo plano, em desacordo com o CAA1, a quem cumpria supervisionar a instalação do museu.

Em meados de julho de 1922, um artigo publicado no jornal *Democracia do Sul* justificava o atraso da instalação do museu pelo facto de o Grupo de Amigos nunca ter sido chamado a auxiliar o Diretor<sup>544</sup>. Esta distância teve como resultado a ausência do GPE na inauguração do Museu, justificada pelo Diretor com o argumento de o convite se estender simplesmente às entidades oficiais. Por outro lado, Lopes da Silva acabou por acusar alguma mágoa, referindo que «o grupo – entidade particular – não convidára o director do Museu para as conferencias (com excepção da 1.ª) que aqui vieram fazer varios cavalheiros, a pedido do m.<sup>mo</sup> grupo; o director do Museu não se sentiu melindrado por esse facto, porque entendia [...] que um particular só convida p.<sup>a</sup>

---

<sup>541</sup> Cf. Ofício de José de Figueiredo para António Joaquim Lopes da Silva, de 29 de abril de 1921, MNA, Arquivo, *Copias da Correspondencia Remetida Janeiro de 1920 a Dezembro de 1921*, n.º 2.

<sup>542</sup> Em 27 de agosto de 1921 foi publicada uma retificação da portaria no *DG*, n.º 174, I Série, da mesma data. <http://dre.pt/pdfgratis/1921/08/17400.pdf>. A primeira versão da Portaria, datada de 4 de maio de 1921, publicada no *D.G.* n.º 92, da mesma data, excluía dos trabalhos de instalação Lopes da Silva, o que segundo algumas opiniões, poderá estar no início do afastamento entre aquele e o Grupo Pró-Évora e na falta de colaboração solicitada pelo primeiro ao segundo.

<sup>543</sup> MNA, AJF, Caixa 10, doc. 13.6, Carta de António Joaquim Lopes da Silva, Diretor da Biblioteca Pública de Évora e Museu Regional, a Luciano Freire, de 8 de julho de 1921.

<sup>544</sup> Cf. DAVID, Celestino, «O Grupo Pró-Évora: Páginas comemorativas do 25.º aniversário 1919-1944 (Sua origem e fundação, fases por que tem passado, espírito e obras)», *Art. Cit.*, p. 32.

*sua casa quem quer; mas por isso mesmo julga-se no direito de não corresponder com amabilidade aos pontapés que recebe»*<sup>545</sup>.

Entre toda a polémica, a inauguração do museu, ainda não completamente arrumado, decorreu no dia 23 de junho de 1923, com fraca afluência<sup>546</sup>. Prontas na ocasião, estavam nove salas: duas no piso térreo, com escultura e pintura do Legado Barahona (1918); e sete no 1.º andar, com «*muitos quadros de alto valor artístico, paramentos, mobiliário e, finalmente, os encantadores sanguíneos de Vieira Luzitano*»<sup>547</sup>.

Passado pouco tempo já Lopes da Silva escrevia a Luciano Freire, queixando-se de que só com um funcionário o museu não poderia permanecer aberto ao público. Em 28 de fevereiro de 1926, um tremor de terra afetou com gravidade as instalações, obrigando ao encerramento do museu e à evacuação das coleções. Ficava mais uma vez comprometida a salutar existência do museu. Celestino David, em 9 de dezembro de 1926 dizia que «*o Museu de Évora está fechado – a sua instalação eterniza-se*»<sup>548</sup>. Esta situação é confirmada por várias cartas enviadas por Lopes da Silva a Luciano Martins Freire. A primeira, de 3 de março de 1926, poucos dias após o terramoto, alude à necessidade urgente de verba suplementar cabimentada pelo Ministério de Instrução Pública, «*para se poderem levar ao fim as reparações de que o m.mo Museu necessita*», e à possibilidade de se iniciarem as obras com o dinheiro disponível no museu. A segunda, de 18 de janeiro de 1927, sugere que pouco se terá adiantado sobre o assunto, pois volta a solicitar verba para as obras e adianta que, de acordo com «*o engenheiro, que visitou o edifício, de que serão necessários 80 a 100 contos para se fazer algo de jeito*». Uma terceira missiva, de 2 de janeiro de 1928 inquiria sobre se «*não seria razoável começar as obras de que urgentemente carece o Museu*». Em 20 de março seguinte, as obras básicas pareciam estar quase concluídas<sup>549</sup>.

O debate que a questão do museu suscitou na imprensa regional continuou no período posterior ao 28 de maio de 1926, expressando duas posições antagónicas quanto

---

<sup>545</sup> MNAA, AJF, Cx. 10, Docs. 13.6, Carta de Lopes da Silva, Diretor da BPE e Museu Regional, a Luciano Freire, de 5 de setembro de 1923.

<sup>546</sup> Cf. Carta de Lopes da Silva para Luciano Freire, de 2 de julho de 1923: «*Depois de muito trabalho e não pequenas arrelias, consegui fazer a abertura oficial do Museu no dia marcado (23 de Junho). Segundo as suas indicações convidei o elemento oficial, alem da imprensa e representantes da família Barahona, mas pouca gente compareceu. § Aqui não se liga importancia a coisas destas*». MNAA, AJF, Cx. 10, Docs. 13.6.

<sup>547</sup> Cf. DAVID, Celestino, «O Grupo Pró-Évora: Páginas comemorativas do 25.º aniversário 1919-1944 (Sua origem e fundação, fases por que tem passado, espírito e obras)», *Art. Cit.*, p. 35.

<sup>548</sup> *Idem*, p. 39.

<sup>549</sup> Cf. MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 10, docs. 13.6.

ao futuro: os que defendiam o desenvolvimento do museu no Palácio Amaral e os que o orientarão para outras instalações, deitando por terra a obra iniciada em 1921. Em 6 de julho de 1928, o *Democracia do Sul* transcrevia um artigo d'*O Século* que nos indica o princípio do fim do palácio como museu, com a resolução do Ministro da Instrução de nomear uma comissão para estudar o local que melhor poderia servir para o instalar. Em 1929 ficou decidida a transferência para o local inicialmente indicado no diploma que criou o Museu Regional de Évora: o extinto Paço Arquiepiscopal. A instalação ficou a cargo da Comissão de Iniciativa, entretanto criada.

### **a. As Coleções**

#### Fundo inicial

As coleções do Museu Regional de Évora têm, como fundo inicial, a suntuosa coleção de Arte e Arqueologia reunida por Frei Manuel do Cenáculo, prelado nomeado para o Arcebispado de Évora em 1802<sup>550</sup>, enriquecidas após a extinção das casas religiosas em 1834, pelo dinamismo com que Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (Conservador da BPE entre 1838 e 1855) obstou à dispersão e alienação dos bens e procedeu à classificação e avaliação dos que permaneciam junto dos conventos femininos (1845).

Existem situações distintas relativamente à entrada dos objetos. Como já dissemos, uns transitaram naturalmente, como transferência, do Museu Cenaculano da Biblioteca Pública<sup>551</sup> para o novo museu institucionalizado em 1915; outros foram transferidos das casas religiosas, a título de depósito; e outros, também depositados, foram transferidos a partir de outros museus. As doações de que temos conhecimento não são numerosas<sup>552</sup>, o que poderá encontrar justificação na falta de espaço e na indefinição que predominou durante todo o período, quanto à instalação do museu.

---

<sup>550</sup> Para o conhecimento das coleções pertencentes a Frei Manuel do Cenáculo, vejam-se os artigos de ESPANCA, Túlio, «As antigas colecções de pintura da Livraria de D. Frei Manuel do Cenáculo e dos extintos conventos de Évora», in *A Cidade de Évora*, Comissão Municipal de Turismo, Março – Junho, 1949, Ano VI, n.ºs 17-18 / «Espólio Artístico de Cenáculo», in *A Cidade de Évora*, Comissão Municipal de Turismo, janeiro-dezembro, 1955-1956, Anos XII-XIII, pp. 227-265.

<sup>551</sup> Existe no Arquivo Distrital um documento intitulado *Relação dos quadros e outros valores pertencentes a esta Biblioteca e em depósito no Museu Regional*, datado de 1932, que nos permite conhecer o vasto rol de bens da Biblioteca Pública, transferidos a título de depósito para o Museu Regional. Cf. Arquivo Distrital de Évora, Relação de objetos adquiridos para a BPADE 1896-1934, Fundo BPADE / Caixa 86.

<sup>552</sup> A documentação consultada no Arquivo Distrital de Évora permitiu-nos identificar as seguintes doações à BPE: dois retratos, oferta da Casa Pia de Évora (outubro de 1910); cinco retratos e quatro bustos dos últimos reis de Portugal, pela Câmara Municipal de Évora (março de 1911); uma medalha em bronze, comemorativa do Centenário da Guerra Peninsular (dezembro de 1911), oferecida pela Comissão

## Transferências e Depósitos

Em maio de 1913, José de Figueiredo, Veloso Salgado e Luciano Freire dirigiram-se a Évora para selecionarem, do recheio do Paço Arquiepiscopal, os bens passíveis de enriquecerem o futuro museu. Apesar do estipulado, a Comissão Concelhia de Administração dos Bens do Estado tardou em entregar as chaves e os bens selecionados ao Diretor da BPE, para que o mesmo pudesse começar a instalar o museu. As salas só lhe foram entregues em finais de junho e parte dos objetos, que constavam de mobiliário, pratas, paramentos, tecidos e o painel central do retábulo da capela do paço, só em finais de julho<sup>553</sup>. No que toca a pintura, o destino de algumas peças foi o MNAA (5 de maio de 1914), o que deu azo a fortes e acesos protestos em Évora, de outras a venda em leilão, por não terem sido separadas pelos delegados do CAA1, que não tiveram acesso a elas quando da avaliação. Em 1914, novas levas de objetos foram entregues por pressões da CCELS, do CAA1 e do próprio José de Figueiredo: a 8 de abril, mobiliário e têxteis do Paço Arquiepiscopal<sup>554</sup>; a 23 do mesmo mês, os onze painéis restantes do retábulo atrás referido, da autoria de Gerard David; a 7 de maio alguns quadros e molduras; a 11 de maio alguns bens do Convento do Espinheiro (vestidos de seda, dois deles bordados a prata; doze cortinas de altar e respetivas sanefas em damasco; frontal); a 24 de outubro, da igreja do Convento das Mercês, davam entrada três escabelos, dois castiçais de metal amarelo e pedaços de talha<sup>555</sup>.

Em 15 de setembro de 1917, o MRE recebeu um conjunto de objetos procedentes do antigo Seminário Arquidiocesano, na sequência de uma resolução da CCELS: «1 – *Bufete de pau-santo, com oito pés torneados. 2 – Quatro tapetes de Arrayolos. 3 – Quatro cadeiras, estilo D. João V. 4 – Custodia de prata dourada e cinzelada no estilo da época da Baixa Renascença. 5 – Capa da Imagem de N.<sup>a</sup> Senhora: de brocado azul e ouro, século 17.º. 6 – Dois pedaços de gorgorão, de seda*

---

do mesmo centenário; Cf. Arquivo Distrital de Évora, Correspondência Recebida e Expedida 1909-1915, Fundo BPADE / Caixa 89.

<sup>553</sup> Cf. *Relação dos objetos pertencentes ao ex-Paço que á ordem superior se devem entregar ao director do Museu d'Evora*, acompanhando o Ofício da CCABE de Évora, n.º 4, de 17 de julho de 1913, dirigido ao Diretor do Museu de Évora, Arquivo Distrital de Évora, BPADE / Caixa 89, Correspondência Recebida e Expedida 1909-1915. Ver Doc. 31 em Apêndice Documental.

<sup>554</sup> Cf. Ofício da CCABE de Évora, n.º 74, de 7 de abril de 1914, dirigido ao Diretor do Museu de Évora, ADE, BPADE / Caixa 89, Correspondência Recebida e Expedida 1909-1915. Ver Doc 32 em Apêndice Documental.

<sup>555</sup> Cf. ACMF/CJBC/EVO/REG/ADMIN/003. Recibo assinado pelo Diretor da BPE – António Joaquim Lopes da Silva, de 24 de outubro de 1914.

verde. 7 – *Dois pedaços de brocado branco e ouro*. 8 – *Capa de brocado branco e ouro*. 9 – *Pano de estante, de damasco côr de rosa desmaiado*<sup>556</sup>.

Tal como outros museus de província, o Museu Regional de Évora usufruiu dos depósitos feitos por outros museus de maior importância. Em 8 de maio de 1915 era emitido um recibo para o MNAA, «*d’uns objectos que [dele] recebeu*»<sup>557</sup>.

Na sessão n.º 134 da CE do CAA1, datada de 13 de julho de 1925, Columbano Bordalo Pinheiro apresentou uma listagem de quadros do MNAC a depositar no MRE. No que toca a pinturas a óleo, foram separados o «Julgamento de hereges do século XVI pelo Tribunal da Inquisição, na cripta de uma igreja», de Antony Serres; «Mendigo de Tânger», de F. Leemeyer; «Anoitecer», de João Vaz; «O rancho da azeitona», de Simão César Dordio Gomes; «No atelier», de Aurélia de Sousa; «Preparativos para a Aleluia» (em Constância), de José Campas; «Rosas», de Martinho da Fonseca; «A cega», de Artur Loureiro; «Manhã», de Júlio Ramos. Quanto a desenhos, foram destinados ao museu alentejano os seguintes: «Convento de Cristo» (Tomar), pastel de João Vaz; «Estudo», de Carlos Bonvalot; «O Pedinte», de José de Brito. No grupo das aguarelas, constaram: «Olaia florida» (Alfeite), de António Ferreira Quaresma; «Uma rua de Óbidos», de Helena Roque Gameiro; «Melancolia» e «Interior», de Carlos Bonvalot; «Igreja Matriz de Marvão», de Alfredo Roque Gameiro; «Évora, cidade clara», de José Leitão de Barros e «Flores», de Raul Carapinha<sup>558</sup>. Em ofício de 17 de outubro de 1925<sup>559</sup>, o Diretor do museu acusou a receção dessas obras de arte ao Presidente do CAA1.

Quanto a legados, temos conhecimento de um Menino Jesus, entregue por António Francisco Themudo, testamenteiro de Maria José Pacheco, em finais de Abril ou inícios de 1915<sup>560</sup>. Em 1918 o museu foi presenteado com o Legado do Dr. Francisco Barahona, constituído por várias pinturas e esculturas.

---

<sup>556</sup> Cf. Recibo assinado pelo Diretor do MRE, António Joaquim Lopes da Silva, de 15 de setembro de 1917, in ACMF, Processo CJBC/EVO/EVO/INVEN/001, Caixa 667.

<sup>557</sup> Cf. Museus Regionais, Correspondência, Livro de Entradas (Livro n.º 94, antigo livro n.º 1), Arquivo MNAA, Sala do Inventário, fl. 1.

<sup>558</sup> Cf. «Acta n.º 134», de 13/7/1925, in *Actas da CE do CAA1, 1918-1929, Doc. Cit.*, fl. 56.

<sup>559</sup> Cf. Ofício 117 do Diretor do MRE ao Presidente do CAA1, de 17 de outubro de 1925 (Cópia), in MNAC, *Ofícios Recebidos, Ob. Cit.*

<sup>560</sup> Cf. Museus Regionais, Correspondência, Livro de Entradas, *Cit.*, fl. 2.

Fig. 33 – Virgem da Glória, parte central de um retábulo. Óleo sobre madeira do Círculo de Gerard David, 1495-1510 d.C. (n.º de inventário ME 1501).  
Direção Geral do Património Cultural, IMC,  
fotografia de José Pessoa.



### **b. A Exposição**

Como vimos, o Palácio Amaral constituiu, à época, a melhor forma de «encontrar-se juntas, asseadas, bem dispostas, classificadas, segundo o seu valor»<sup>561</sup>, as inúmeras peças do museu que, à semelhança dos restantes, aumentavam com as constantes entradas derivadas do depósito dos bens do culto religioso. Celestino David, no seu roteiro de Évora, datado de 1923, de que retirámos a anterior citação, releva a multiplicidade das coleções do Museu, destacando as iluminuras de vários livros de horas, as pinturas, os azulejos, as peças arqueológicas, entre outros objectos. Outra publicação, intitulada *Évora: Excursões na cidade e arredores*<sup>562</sup>, de 1929, contém as mesmas informações a respeito dos museus Arqueológico e Regional.

As coleções reunidas no Palácio Amaral incluíram sobretudo as obras de Pintura e Escultura contemporâneas, permanecendo o acervo arqueológico nos baixos do edifício da Biblioteca, até começar a ser transferido, a partir de 1930, para o local onde ainda se encontra o museu: o antigo Paço Arquiepiscopal.

Em 1930, o Museu Regional de Évora abriu as primeiras salas no antigo paço, contrariando todas as personalidades que recomendavam o Palácio dos Condes de Soure como instalação condigna, em especial as instâncias oficiais. O processo continuaria a mostrar um ritmo muito lento, e só em 1962 ficaria concluída a instalação.

<sup>561</sup> Cf. DAVID, Celestino, *Évora Encantadora – Impressões – Arte – História*, Livraria e Papelaria Nazareth, Évora, 1923, p. 157.

<sup>562</sup> Bertrand, Lisboa, pp. 6 e 7.

## 6. MUSEU REGIONAL DE BEJA

«Existe, [...] em Beja, o antigo edificio arquitetónico da Conceição, com seus claustros (monumento nacional de estilo manuelino), já cedido [...] pelo Governo Provisório para aí serem instalados convenientemente [...] museu e biblioteca, o qual precisa para isso de ser adaptado, por meio de algumas obras indispensáveis»<sup>563</sup>.

### Antecedentes: Museu Arqueológico Municipal de Beja

Em 29 de dezembro de 1892, inaugurou no piso térreo do edifício da Câmara Municipal o *Museu Archeologico Municipal de Beja*, com a presença da maioria dos membros do Executivo Autárquico. Formado a partir do acervo que sobrou do Museu de Cenáculo, pacientemente recolhido pelo bispo D. António Xavier de Sousa Monteiro, o museu havia sido proposto em 5 de março de 1890, em sessão camarária, pelo autarca Manuel Gomes Palma. Os anúncios do chefe da secretaria da Câmara Municipal, José Umbelino Palma, verdadeira alma do museu, no jornal *O Bejense*, de que era Diretor, conseguiram aumentar o acervo com doações e depósitos<sup>564</sup>.

«*Vae augmentando todos os dias graças á dedicação do povo bejense*»<sup>565</sup>, diz JLV a respeito da boa saúde do museu em 1895, fazendo uma descrição sumária mas ilustrativa das coleções: «*abrange todas as epochas da nossa historia, desde os tempos prehistoricos*»<sup>566</sup>. Realça também o lançamento do primeiro catálogo, sobre a coleção metrológica, intitulado *Catalogo da Sala Adolpho A. Dória* (1894), fazendo votos para que fossem publicadas as restantes coleções.

---

<sup>563</sup> Cf. Ofício da Comissão Concelhia de Administração dos Bens do Estado para o Ministro da Justiça, datado de 12 de maio de 1913, ACMF, Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/081. Ver Doc. 33 em Apêndice Documental.

<sup>564</sup> Cf. «Auto de inauguração de o museu arqueologico municipal de Beja», in *O Bejense*, Ano VII, n.º 332, 6 de dezembro de 1917, p. 1: «*Manuel Duarte Laranja Palma, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, presidente; José Manuel Guedes Pimenta, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora de Vila Viçosa vice-presidente; João Rodrigues Mano; José Nunes de Oliveira; José de Sant'Ana da Lança Cordeiro; José Candido de Aires Gomes e Adolfo Augusto de Almeida Dória, vereadores*».

<sup>565</sup> Cf. JLV, «Catálogo do Museu de Beja», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, Jan. 1895, S. 1, vol. 1, n.º 1, p. 19.

<sup>566</sup> *Ibidem*: «*Na secção antiga a parte mais valiosa é a protohistorica e a romana: dos tempos protohistoricos possui como joias de inestimavel valor umas lapides com inscrições em caracteres ibéricos, que melhor talvez podemos chamar «turdetanicos», lapides de que falla o arcebispo Cenaculo, e que se julgavam perdidas; dos tempos romanos o Museu possui muitos objectos, - inscrições, esculpturas, barros, etc. Tambem ha no Museu alguns objectos de ethnographia moderna do Alemtejo, o que tem igualmente bastante valor para os visitantes de fóra da provincia, porquanto esta é na sua feição ethnographica uma das províncias mais caractericad do país*».

## Na República

Tendo surgido a partir de outros já existentes, não conseguimos saber muito acerca da história deste museu, pois em 1947 um incêndio no edifício da Câmara Municipal destruiu a maior parte do seu arquivo. Assim, ao invés de atas de sessões e de eventuais copiadores de correspondência de índole municipal, baseámos a pesquisa num título da imprensa regional – *O Bejense* –, em alguma documentação encontrada no ACMF, nos livros de atas do CAA1 e do CAN.

A intenção de transferir o museu para as atuais instalações surgiu durante o Governo Provisório da República. Havia a consciência de que era necessário encontrar um local de maiores dimensões para acomodar os objetos que se esperava coligir com a secularização dos bens culturais<sup>567</sup>, não dando pretexto às entidades externas para deles se apoderarem, por não existirem em Beja estruturas que oferecessem as condições mínimas de segurança para guardar os espólios. O assunto foi alvo de debate na sessão do CAN de 11 de abril de 1912, com o seu Presidente a informar os vogais sobre o facto de estar pendente na DGISSSE o processo de adaptação do antigo Convento da Conceição a museu e biblioteca municipais. Por seu turno, José de Figueiredo apresentou algumas considerações para uma decisão final sobre a instalação, nomeadamente as de respeitar a traça e o valor artístico do edifício e existirem condições de humidade adequadas aos quadros e livros<sup>568</sup>. Contudo, defendia a existência de edifícios mais propensos à finalidade desejada, como o Paço Episcopal, razão pela qual se mostrava desfavorável à hipótese em cima da mesa. Luciano Freire era de opinião diferente, desde que o espaço do museu se circunscrevesse à igreja e jamais ao claustro, que facilmente se transformaria numa estufa depois de ser vedado com estruturas envidraçadas. José Luís Monteiro defendia que o claustro podia ser reservado para obras de escultura e outras que não fossem tão susceptíveis em presença de humidade, ficando as obras mais sensíveis em espaços mais recatados. Em concordância com esta última posição, o CAN «*resolveu dar o seu parecer no sentido de que a projectada adaptação podia ser auctorizada*»<sup>569</sup>. Em dezembro surge-nos um apontamento contraditório, que nos induz a concluir que foi solicitada ao Ministério da

---

<sup>567</sup> Confrontada com um pedido da CCELS, a CE do CAA1 nomeou, na sua sessão de 19 de agosto de 1911, José Veloso Salgado para fazer a seleção dos objetos de valor artístico da Sé. Cf. *Actas da CE do CAA1, 1911-1917* (Livro 1), *Doc. Cit.*, p. 6.

<sup>568</sup> «Sessão de 11 de Abril de 1912», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional (1911-1921)*, Lisboa, AHSGMEC, p. 6.

<sup>569</sup> *Ibidem*, p. 7.



Justiça a cedência do Paço Episcopal para instalação dos dois equipamentos culturais, aguardando-se uma resposta daquela entidade<sup>570</sup>.

Neste espírito, a CCABE oficiou ao Ministério da Justiça em 12 de maio de 1913, expondo a situação acanhada em que se encontravam o museu e a biblioteca no edifício dos Paços do Concelho, e mostrando-se ciente de que o tesouro municipal não conseguia garantir a adaptação de instalações mais amplas em outro imóvel. Por essa razão e para se poder dar cumprimento às disposições da Lei da Separação, que determinava a entrega da biblioteca e dos bens artísticos da Diocese e do Seminário, sugeriu o Convento da Conceição<sup>571</sup>. No tocante às obras de adaptação, que deveriam ser entregues a um arquiteto nomeado pelo Governo, defendia a entrega à Câmara Municipal ou à Comissão presidida pelo Governador Civil, de uma verba de 3.268\$688, correspondente a três depósitos arrolados a favor do Estado, depositada na Caixa Económica da cidade, provenientes da Fábrica da Sé, da Bula de Cruzada e do Seminário<sup>572</sup>. O parecer da CCELS, de 19 de maio, foi negativo, sugerindo que se tentasse obter do Estado – do Ministério do Fomento – a quantia necessária para as obras<sup>573</sup>. A resposta gerou a repulsa da população, cada vez mais instruída a desconfiar de todos os que cobiçassem a riqueza pública.

Os vogais do CAA1, Luciano Martins Freire, José de Figueiredo e José Veloso Salgado, que estiveram em Beja para selecionar os objetos de merecimento do Paço Episcopal e visitaram o convento da Conceição, também se mostraram favoráveis à sua adaptação a museu<sup>574</sup>.

A convicção de se criar um museu que incorporasse o antigo museu e as coleções novas ganhava cada vez maior apoio. Via-se com bons olhos a ocupação de um espaço de maiores dimensões<sup>575</sup>. Em 1915, já a Câmara Municipal tinha «*a posse e guarda [d]o edificio da Conceição*», dando-se início a uma propaganda pública para

---

<sup>570</sup> Cf. «Sessão de 13 de dezembro de 1912», in *Livro de Atas das Sessões do Conselho de Arte Nacional*, Doc. Cit., p. 24.

<sup>571</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/081, Ofício n.º 28 de 12 de maio de 1913, da CCABE para o Ministro da Justiça. Ver Doc. 33 em Apêndice Documental.

<sup>572</sup> Cf. *O Bejense*, de 4 de junho de 1913, Ano II, n.º 103, p. 1: O artigo do Bejense noticia que a CCABE solicitou a possibilidade de usar «*quatro contos de réis, aproximadamente, que tem em caixa, na adaptação da igreja da Conceição a Museu e Biblioteca municipais*».

<sup>573</sup> ACMF, Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/081, Parecer da CCELS, de 19 de maio de 1913.

<sup>574</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/084, Ofício de 30 de junho de 1913, dos três delegados do CAA1 ao seu Presidente.

<sup>575</sup> Cf. *O Bejense*, de 19 de novembro de 1913, Ano II, n.º 127, p. 3: «Um museu em Beja».

aliciamento de doadores, acenando com a ideia de que os constrangimentos espaciais do passado deixariam em breve de existir<sup>576</sup>.

Obtido o espaço, a Autarquia fez chegar ao CAN um pedido para a criação de um museu regional de Arte. O assunto foi alvo de análise em sessão de 10 de agosto de 1915. Nela, José de Figueiredo manifestou-se contra a ideia de um museu artístico, por existir um museu dessa categoria em Évora e não haver um número significativo de peças que justificassem a empresa, ao contrário de um museu de Arqueologia, para o qual havia elementos suficientes, do museu municipal.

A 12 de maio de 1915, o Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal solicitava o parecer urgente do CAA1 sobre as obras necessárias no Convento da Conceição. Em resposta de 28 de maio, o CAA comunicou que embora os estudos prévios tivessem sofrido um atraso, o delegado daquele Conselho em Beja – o arquiteto Rosendo Carvalheira – já tinha iniciado conversações em Lisboa. Entretanto, a CM executou algumas obras de conservação e limpeza do edifício<sup>577</sup>. Por sua vez, o Governador Civil recebeu uma representação dirigida ao Ministério da Instrução, «pedindo a criação de um museu de Arte Regional anexo ao museu municipal, e bem assim a inclusão da verba de tres mil escudos para obras no Monumento Nacional da Conceição»<sup>578</sup>.

Em sua sessão ordinária de 10 de novembro de 1917, depois de apreciar um ofício da Junta Geral do Distrito de Beja solicitando a criação de um museu regional, o CAN deliberou aceitar a proposta, com a condição de a instalação ser feita a expensas da Junta, com a inspeção do CAA1, e as obras a realizar na igreja da Conceição serem supervisionadas pela Comissão dos Monumentos da respetiva circunscrição. A criação do Museu Regional de Arte e Arqueologia de Beja foi oficializada pelo Decreto n.º 3782 de 26 de dezembro de 1917<sup>579</sup>, com «*todos os objectos artísticos pertencentes à suprimida Mitra de Beja e de todos os objectos artísticos e arqueológicos*»<sup>580</sup> do museu municipal primitivo. O diploma também determinava que o museu ficasse instalado no

---

<sup>576</sup> Cf. *O Bejense*, de 20 de janeiro de 1915, Ano IV, n.º 188, p. 2: «Museu Municipal: um apelo».

<sup>577</sup> Cf. *Ibidem*, de 18 de agosto de 1915, Ano V, n.º 218, p. 2: «Os Monumentos de Beja»: «*Na Conceição fez a Camara importantes obras de conservação nas obobedas do claustro, assim como limpou as capelas do mesmo, tendo mandado pintar as portas exteriores e colocar duas janelas e portas novas*».

<sup>578</sup> *Ibidem*.

<sup>579</sup> Cf. Decreto n.º 3782 de 26 de dezembro de 1917, publicado no *DG*, Série I, n.º 20, de 29 de janeiro de 1918, in *COLP - Publicada no ano de 1918 - Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1919, p. 39. Disponível também em <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/01/02000/00610061.pdf>.

<sup>580</sup> *Ibidem*.

Convento de Nossa Senhora da Conceição, e que a sua gestão fosse assegurada pela Junta Geral do Distrito.



Fig. 34 – Convento de Nossa Senhora da Conceição. O processo de ocupação do imóvel pelo Museu e Biblioteca Municipal atravessou todo o período republicano. A inauguração do museu só ocorreu no dia 5 de outubro de 1927.

IHRU, SIPA, sipa.foto.00169450.

Com essa incumbência, a Junta resolveu convidar o arquiteto Raul Lino para conceber o projeto museográfico, acreditando que a Autarquia depositasse o Museu Municipal no novo espaço em muito maior fôlego e benefício das suas qualidades intrínsecas<sup>581</sup>. No domingo 21 de abril de 1918, o mediático arquiteto deslocou-se a Beja para trocar impressões sobre as desejadas obras<sup>582</sup>. Desconhecemos, porém, o resultado da visita, e só em maio de 1922 é noticiado o início dos trabalhos<sup>583</sup>, que haveriam de demorar mais alguns anos.

A República não logrou concretizar aquele museu e em 8 de julho de 1926 foi publicado um artigo que dava a conhecer os esforços da Junta Geral para conseguir, não só um subsídio, mas também a deslocação de um grupo de técnicos dos Monumentos Nacionais a Beja para estudar as obras a levar finalmente a bom porto, salientando-se a inépcia com que os «*democráticos encheram a boca desde 1914, sem que nada fizessem, neste ramo de progresso regionalista*»<sup>584</sup>. Nos dias 21 de junho e 5 de julho, os técnicos da Repartição dos Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas

<sup>581</sup> Cf. *O Bejense*, 11 de abril de 1918, Ano VII, n.º 349, p. 1: «Museu Regional».

<sup>582</sup> Cf. *Ibidem*, 18 de abril de 1918, Ano VII, n.º 350, p. 2: «Raul Lino».

<sup>583</sup> *Ibidem*, 7 de maio de 1922, Ano XII, n.º 357, p. 1: «Museu Regional».

<sup>584</sup> *Ibidem*, 8 de julho de 1926, Ano XVI, n.º 727, p. 1: «Museu Regional de Beja».

foram à cidade alentejana para examinar o edifício e prepararem os orçamentos da empreitada. Em 17 de março de 1927 era comunicado o início dos trabalhos<sup>585</sup>.

Em 1927, o museu foi finalmente instalado no novo espaço, passando a sua gestão a ser assegurada pela Junta Geral do distrito de Beja, inclusive a dos recursos humanos designados pelo decreto criador – diretor-conservador e guarda. Inaugurado em 5 de outubro daquele ano, ocupava a igreja, os claustros e mais seis salas, que cedo se tornariam insuficientes para uma coleção de grandes dimensões, «*com muitos especimens de arqueologia, cerâmica, numismática, quadros, paramentos, etc*»<sup>586</sup>.

### **a. As Coleções e a Exposição**

Instaurada a República, iniciaram-se as normais movimentações para conseguir coligir os objetos eclesiásticos de valor histórico e artístico, dignos de enriquecer o museu existente. Essa corrida aos bens da Igreja teve, como já vimos, uma faceta comum a muitos museus existentes de norte a sul do país: a ameaça dos museus das principais cidades pairando sobre os desejos dos museus das terras de província.

Na 1.ª sessão da CCABE, realizada em 17 de abril de 1913, deliberou-se, entre outros assuntos, solicitar à CCELS autorização e instruções para levar a hasta pública os objetos sem valor histórico e artístico arrolados e a intervenção de um perito que indicasse quais deviam ser guardados no museu regional. Pretendia também a desocupação do arquivo paroquial para nele se colocarem provisoriamente aqueles objetos, até se conseguir instalar o museu<sup>587</sup>.

Em 6 de junho de 1913, o Governador Civil de Beja, José Maria d'Andrade Freire<sup>588</sup>, enviou ao Ministro da Justiça uma representação da Câmara Municipal, de 31 de maio, solicitando que lhe fossem entregues os objetos do Paço Episcopal com interesse para o Museu Municipal<sup>589</sup>. Um artigo intitulado «Objectos do extinto Paço Episcopal», publicado em 14 de maio de 1913<sup>590</sup>, alude à pretensa intenção de conduzir para os museus lisboetas os bens de merecimento existentes na extinta Mitra de Beja, visitada, havia pouco tempo, por José de Figueiredo, Veloso Salgado e Luciano Freire. Os mais otimistas acreditavam que aqueles delegados do CAA1 tinham simplesmente

---

<sup>585</sup> *Ibidem*, 17 de março de 1927, Ano XVI, n.º 753, p. 1.

<sup>586</sup> Cf. CARDOSO, Nuno Catharino, *Arte Portuguesa III – Museus Portugueses*, Edição do Autor, Lisboa, 1935, p. 6.

<sup>587</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/084.

<sup>588</sup> *Ibidem*. Ver Doc. 34 em Apêndice Documental.

<sup>589</sup> *Ibidem*. Ver Doc. 35 em Apêndice Documental.

<sup>590</sup> Cf. *O Bejense*, 14 de maio de 1913, Ano II, n.º 100, p. 1.

utilizado o seu critério e conhecimentos artísticos para ajudar a selecionar os objetos que, por não terem valor, podiam ser vendidos a favor do Estado<sup>591</sup>, depois de apartados os mais valiosos. Por concluir, somente a separação dos objetos da casa-forte<sup>592</sup>. Em ofício de 6 de agosto<sup>593</sup>, o Presidente do Município instava com o homólogo da CCELS para que, por força de um iminente leilão e por considerar que ainda havia bens de valor não apartados, fosse enviado um perito delegado do CAA1 para examiná-los. Idêntica missiva foi enviada em 31 de julho pelo Presidente da CCABE ao superior homólogo da CCELS, pedindo a ida a Beja de JF e LF para selecionarem definitivamente o que devia ser entregue para o Museu Regional<sup>594</sup>. Importava acima de tudo acautelar os direitos da cidade ao usufruto dos bens que considerava seus, evitando-se a qualquer custo a repetição de episódios do passado, como o da transferência do Museu Cenáculo para Évora em inícios do século XIX. Invocando a «*reconstituição descentralista*» do novo Regime e a Lei da Separação, ganhava força um discurso protecionista dos interesses de Beja, que sugeria cautela a «*quem sob sua responsabilidade tem a guarda desse espolio artístico, não confiando o mais insignificante dos seus elementos seja a quem fôr, a despeito mesmo de razões, aparentemente convincentes, que para tal fim sejam invocadas*»<sup>595</sup>. As motivações bejenses pareciam bem sucedidas, pois em junho já se noticiava a entrega de quadros do Paço à Câmara, recomendando-lhes adequadas acomodações<sup>596</sup>. Não obtivemos mais testemunhos sobre os bens da antiga Mitra até ao ano de 1926, em que se desenrolou um desiderato a propósito da sua posse. A contenda iniciou-se com um longo ofício enviado ao Governador Civil de Beja, por parte do Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral de Província, datado de 19 de outubro de 1926. Na missiva, o remetente denunciou a recusa da Comissão Administrativa cessante, em sessão de 2 de fevereiro de 1926, de tomar conhecimento, posse e responsabilidade dos objetos, por lhe ter constado que o secretário da CCELS levara para Lisboa, «*abusivamente, em agosto de 1921, da Casa Forte do Governo Civil, onde esses objectos se encontravam arrecadados, alguns baús com valôres, sem que deixasse*

---

<sup>591</sup> No dia 1 de junho de 1913 realizou-se um leilão dos bens do antigo Paço Episcopal. Cf. *O Bejense*, 28 de maio de 1913, Ano II, n.º 102, p. 3

<sup>592</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/084, Ofício de 30 de junho de 1913, dos delegados para o Presidente do CAA1. Ver Doc. 36 em Apêndice Documental.

<sup>593</sup> *Ibidem*. Ver Doc. 37 em Apêndice Documental.

<sup>594</sup> *Ibid.*

<sup>595</sup> Cf. *O Bejense*, 14 de maio de 1913, *Ob. Cit.*, p. 1.

<sup>596</sup> Cf. *O Bejense*, 4 de junho de 1913, *Ob. Cit.*, p. 1.

*documento justificativo na posse da entidade que os tinha à sua responsabilidade»*<sup>597</sup>. Seguidamente, o autor do ofício confirmou que, após as investigações a que mandou proceder, foram descobertos dois ofícios esclarecedores: o primeiro, da CCABI para a CCELS, datado de 12 de abril de 1922, identificando os objetos que foram enviados para Lisboa, apesar de terem sido separados para o museu regional; o segundo, em resposta ao antecedente, datado de 15 de abril, solicitando à CCABI a conta das despesas do transporte nos caminhos-de-ferro, «*dos oito volumes enviados para Lisboa»*<sup>598</sup>. Por fim, pedia o envolvimento do interlocutor no sentido de restituir a Beja os objetos desviados, para o seu «*Muzeu Regional»*<sup>599</sup>. Apresentados os dois ofícios, o presidente da Junta Geral solicitava também um inquérito à comissão concelhia envolvida no processo. Em resposta de 3 de novembro de 1926, a CCELS negou não só a sindicância à CCABI de Beja, como a defendeu dizendo que os bens que foram para Lisboa eram os que se destinavam a leilão, e aludindo ao esforço que a mesma comissão tinha empregado para usar o dinheiro da venda dos bens sem valor histórico e artístico em proveito do futuro museu<sup>600</sup>. Por sua vez, em 8 de novembro era a vez da CCABI se defender junto da CCELS, alegando ódios políticos de um dos membros da Comissão Executiva da Junta Geral (o padre Manuel Ançã) para com o tesoureiro Augusto Oliveira d'Almeida (da CCABI), acusado de ter facultado documentos falsos atestando a entrega dos bens à Junta. Em defesa do tesoureiro, a CCABI voltou a confirmar que em 18 de abril de 1922 foi lavrado um auto de entrega dos bens da Mitra à Junta Geral, que só não os recebeu porque não tinha espaço para os colocar, tendo os mesmos ficado na casa-forte onde ainda se encontravam, até melhor destino<sup>601</sup>. A Comissão

---

<sup>597</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/057, Ofício n.º 149 de 19 de outubro de 1926, do Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Beja – Cândido de Campos Penedo – para o Governador Civil. Ver Doc. 38 em Apêndice documental.

<sup>598</sup> *Ibidem*.

<sup>599</sup> *Ibid.*

<sup>600</sup> Cf. *Idem*, *Ibidem*, Ofício de 3 de novembro de 1926, da CCELS para o Governador Civil. Ver Doc. 39 em Apêndice Documental.

<sup>601</sup> *Ibidem*. Ofício n.º 88 de 8 de novembro de 1926, do Presidente da CCABI – Paulo José Alinho Junior – para o Presidente da CCELS. Ver Doc. 40 em Apêndice Documental. Com este ofício foi enviada a ata da sessão da Comissão, de 7 de novembro, onde se decidiu apresentar a sua versão dos factos. Cf. ACMF, Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/057: Num ofício de 9 de dezembro de 1926, da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais para o Ministério da Justiça e dos Cultos, é feito um historial dos processos relacionados com os bens da Mitra de Beja. Num dos tópicos enunciados é descrita a forma como, em 1921, por não haver condições financeiras para a Junta Geral de Província promover as obras de adaptação do Convento da Conceição a museu, se encontravam acondicionados os bens àquele destinados: «*Assim, os móveis, paramentos e alfaias de que se trata encontram-se dispersos por diversas repartições públicas, arrecadados e sem beneficiação, na sala capitular daquele suprimido convento, e os paramentos e alfaias de prata na casa forte do edifício do paço episcopal, a monte, misturados, cobertos de pó e sujeitos à acção da traça*».

Jurisdicional dos Bens Culturais<sup>602</sup> (CJBC) dava por concluído o processo, em ofício enviado à agora designada Comissão Administrativa dos Bens Culturais de Beja, datado de 9 de novembro de 1926. Por sua vez, a Comissão Administrativa da Junta Distrital insistia para que se abrisse um inquérito em ofício de 19 de novembro e um ano mais tarde (a 21 de novembro de 1927), o Governador Civil pedia a nomeação do sindicante, mas parece que nada mais se tratou sobre o caso.

Não podemos também ignorar um vasto e esclarecedor ofício da CJBC, de 9 de dezembro de 1926, enviado ao Ministro da Justiça e dos Cultos, testemunhando um aspeto essencial resultante do Decreto Moura Pinto (versão mais branda da Lei da Separação). Trata-se da cedência, a pedido do Bispo de Beja, José do Patrocínio Dias, de «*diversas alfaias e de alguns paramentos da antiga mitra de Beja*»<sup>603</sup>, alguns deles já separados para o museu regional, e que por despacho ministerial de 21 de julho de 1921 foram entregues por intermédio de dois funcionários da CCELS.

Depreende-se de toda esta narrativa, que o museu logrou absorver alguns dos bens eclesiásticos, apesar de todos os constrangimentos observados.

Quanto a outras entradas, não parece ter havido um volume significativo durante a 1.<sup>a</sup> República, e tal compreende-se se tivermos em conta que o edifício dos Paços do Concelho onde se encontrava o museu não tinha capacidade para recolher mais objetos. No artigo d'*O Bejense* intitulado «Museu Municipal: um apelo», aliás já citado, da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Filipe Fernandes, informa-se a população da disponibilidade em receber novos acervos, dada a iminente transferência para o Convento da Conceição. Os destinatários eram, não só os particulares, mas sobretudo os mestres-de-obras e pedreiros, todos convidados e sensibilizados para canalizar para o museu quaisquer objetos arqueológicos, etnológicos e paleontológicos. O efeito parecia animador nos números seguintes do periódico regional, sendo divulgadas duas ofertas: duas litografias, uma representando a Igreja de Santo André, e outra o plano de fortificação do Castro de Cola (perto de Ourique), por José Maria Batista<sup>604</sup>; uma medalha comemorativa da inauguração do Palácio de Cristal no Porto, por António Joaquim Mendes<sup>605</sup>. Contudo, este aparente impulso benemérito, se continuou a existir, deixou de ser publicitado, pois não encontramos mais referências.

---

<sup>602</sup> Com a Ditadura Militar, a CCELS passou a designar-se Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais.

<sup>603</sup> *Ibid.* (nota 38) Ofício da CJBC, de 9 de dezembro de 1926, para o Ministro da Justiça e dos Cultos.

<sup>604</sup> Cf. *O Bejense*, 27 de janeiro de 1915, Ano IV, n.º 189, p. 2.

<sup>605</sup> *Ibidem*, 10 de março de 1915, Ano IV, n.º 195, p. 2.

## 7. MUSEU REGIONAL DE FARO

*«Esta corrente de orientação deve ser seguida no Algarve, região rica de tradições e ilustrada pelos trabalhos de Estácio da Veiga, criando-se em Faro um museu regional de arqueologia e de arte, com os elementos de que aquela provincia dispõe.»<sup>606</sup>*

### **Antecedentes: o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique**

A criação do «Museu Archeologico do Algarve» (1880) em Lisboa, a partir do acervo recolhido por Sebastião Phillippes Martins Estácio da Veiga, suscitou-lhe a defesa da descentralização cultural, que na sua opinião passava pela criação de museus provinciais em cidades como Braga, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa e Porto. Paralelamente aos trabalhos oficiais encomendados pelo Estado ao que é considerado um dos primeiros arqueólogos profissionais do país, no Algarve muitos outros curiosos aguçaram o gosto pelo colecionismo arqueológico, configurando uma lista de potenciais beneméritos para futuros empreendimentos de cariz museológico.

Em sessão da Câmara Municipal de Faro, de 3 de fevereiro de 1886, foi analisado um ofício da Direção do Instituto Arqueológico do Algarve (IAA) ao Governo, requerendo a coleção do Museu Arqueológico do Algarve, instalado na Academia de Ciências de Lisboa, por considerar que ela pertencia de direito ao Distrito de Faro, e para fundar um museu arqueológico sediado na capital da província. O Instituto Arqueológico do Algarve propôs inclusivamente possíveis instalações para o museu a criar. Entre o edifício dos Paços do Concelho e o Convento de Santo António dos Capuchos, edifícios dos séculos XIX e XVII, respetivamente<sup>607</sup>, a preferência foi para o segundo, porque o edifício municipal se encontrava lotado com diversos serviços, e mesmo a igreja dos Capuchos seria uma solução provisória, porque nela se projetava a instalação da cadeia.

No ano de 1894, por ocasião das comemorações do quinto aniversário do nascimento do Infante D. Henrique, o Município de Faro presidido pelo Comendador João Ferreira Neto, deliberou em sessão de 22 de fevereiro a criação do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, inaugurá-lo no dia 4 de março e convidar Monsenhor Joaquim Maria Pereira Boto para proceder à sua organização técnica, como seu conservador, coadjuvado pelo cónego Manuel Bernardo Cardoso Botelho Furtado, a partir de 1897. O museu foi inaugurado no dia previsto, numa sala do edifício dos Paços

---

<sup>606</sup> Cf. «Questões d'Arte: Os Museus Regionaes», in *O Século*, 24 de janeiro de 1914, MNAA, Arquivo, Recortes de Imprensa, n.º 2428. Palavras de Ludovico de Menezes.

<sup>607</sup> Sessão de 3 de fevereiro de 1886, in *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Faro*.



do Concelho. Em sessão camarária de 15 de março foi aprovado o seu «Plano fundamental de Organização», e um ano depois o responsável denunciava que o museu não estava «*ainda definitivamente organizado*»<sup>608</sup>, manifestando a intenção de distribuir os objetos por quatro secções principais, a saber, pré-histórica, romana, árabe e portuguesa. Acrescentava, contudo, que já existia uma exibição sistematizada dos objetos, bem como o seu registo ordenado.

Em 1897, quando D. Carlos e D. Amélia visitaram o museu, este ocupava já três salas. À saída de Pereira Boto para a Sé de Lisboa em 1899, tomou o seu lugar o conservador adjunto, coincidindo com um longo período de decadência, ainda que marcado pelo progressivo aumento das coleções, rumo a outro tipo de acervo, amiúde alheado da Arqueologia.

Com efeito, a Primeira República marcou um aumento do número de objetos nas coleções, desta vez e na quase totalidade representações pictóricas de alguns vultos da Casa Real Portuguesa deposta, de Personalidades Religiosas ou Cenas Bíblicas. Mais do que isso, marcou uma viragem na história do Museu, na medida em que, cada vez mais, se levantam personalidades com vista a intervir no funcionamento e organização da instituição.

### **Na República**

Na sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Faro, de 7 de dezembro de 1911, o Presidente João de Matos Cid informou os presentes sobre o facto da comissão anterior – liderada por Domingos Joaquim Guieiro – ter desorganizado o Museu Arqueológico e a Biblioteca Municipal, «*actos que representam um atentado grave á arte, inteligência e trabalho*»<sup>609</sup>. Lembrando saudosamente o trabalho desenvolvido por Pereira Boto e o seu catálogo, propôs a reorganização do museu e da biblioteca, sugerindo para o efeito o contributo de Calado Nunes (Reitor do Liceu), o professor Carlos Villamaris, Fidelino de Figueiredo, Basílio de Vasconcelos e Ezequiel Pereira (Diretor da Escola Industrial), justificando a sua decisão com a necessidade que havia de fomentar o desenvolvimento do espírito científico e também, com a criação de

---

<sup>608</sup> Cf. *O Archeologo Português, Collecção Illustrada de Materiaes e Noticias*, Publicada pelo Museu Ethnographico Português, Imp. Nacional, Lisboa, maio de 1895, Vol. I, N.º 5, p. 137.

<sup>609</sup> Cf. *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Faro* [LASC MF], fl. 128, ADF, B/A.1-42. N.º *O Archeologo Português*, Volume XVII, janeiro a setembro de 1912, n.ºs 1 a 9, página 182, surge um artigo do jornal *O Algarve*, de 10 de dezembro de 1911, intitulado «Museu Municipal de Faro», aludindo à sessão.

um fundo orçamental para a reorganização da Biblioteca, do espírito literário, criando uma extensão cultural às escolas secundárias então existentes na cidade. As propostas sofreram a aprovação unânime e no início de janeiro a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, representada por Fidelino de Figueiredo, oferecia apoio nos trabalhos de instalação<sup>610</sup>.

Entretanto, o museu perdera duas amplas salas nos Paços do Concelho para a Repartição do Registo Civil. Restava-lhe uma no rés-do-chão e era necessário encontrar novas instalações, estando na iminência de receber novos acervos decorrentes dos decretos anti-congregacionistas e da Lei da Separação. Tão pouco tinha Conservador, na altura.

Em setembro de 1912 decorria de forma tímida a reorganização do museu, por «*não haver ainda casa propria para a sua instalação*», tendo ficado incumbido de procurar um espaço e «*convidar um perito em assumptos archeologicos para o acondicionamento*»<sup>611</sup>, o Vice-Presidente da Câmara, Paulo da Silva Pinto. O espaço na mira dos interesses do Executivo foi a Igreja de Santo António dos Capuchos. Na sequência de um ofício da CCELS, datado de 19 de abril de 1913, solicitando à Câmara Municipal para propor um preço pelo arrendamento anual do imóvel, o Presidente da Autarquia – João de Sousa Uva – invocou o ponto n.º 4 do artigo 104.º da Lei da Separação (utilização de um imóvel devoluto para efeitos de educação e instrução), para que se insistisse no pedido de cedência gratuita do edifício, para aí reunir «*os quadros existentes no antigo palacio episcopal e extinto seminario, e tambem os objectos do Museo Archeológico e Lapidar Infante D. Henrique*»<sup>612</sup>. Em 20 de junho de 1913, na Câmara Municipal de Faro, tomou posse o Executivo do Conde do Cabo de Santa Maria – Francisco de Almeida Vilhena. Neste mandato destacou-se o Vice-Presidente, João da Silva Nobre, que pressionou o Presidente para se esforçar na obtenção da igreja dos Capuchos, para arrumação provisória dos quadros<sup>613</sup> e do Museu Lapidar, para que se pudesse criar o Museu Regional. Pouco mais de um mês depois, chegou à Câmara um ofício da CCELS, com a data de 21 de julho, comunicando que foram dadas instruções ao presidente da CCABI para se depositarem temporariamente os quadros naquele

---

<sup>610</sup> Cf. Sessão ordinária de 11 de janeiro de 1912, in *LASCMF*, fl. 142 vrs, ADF, B/A.1-42.

<sup>611</sup> Cf. *LASCMF*, ADF, B/A.1-43, Sessão de 19 de setembro de 1912, fl. 17 ftr.

<sup>612</sup> Cf. Sessão de 8 de maio de 1913, *Idem*, fl. 94 ftr.

<sup>613</sup> Cf. Sessão de 2 de julho de 1913, *Ibidem*, fl. 116 vrs. Data do século XVII a construção da igreja, inaugurada em 13 de junho de 1622. Composta por uma só nave, a capela-mor retangular foi decorada na primeira metade do séc. XVIII, na qual foi aplicada talha e azulejaria. Após a extinção das ordens religiosas, o convento serviu como instalações da Guarda Nacional Republicana, como Prisão de Comarca e nele se instalou o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique até 1969.

templo, ficando à guarda e responsabilidade da Autarquia, que devia encontrar um espaço adequado e definitivo para instalar o museu. Na sessão camarária de 11 de setembro de 1913, votou-se a importância de 24\$00 anuais de renda pela ocupação da igreja. Em ofício de 4 de outubro, a CCABI comunicou que a CCELS havia autorizado a cedência do espaço. No dia 3 de novembro foi feita a entrega do imóvel, tendo o Município sido representado por Justino Bívar Weinholtz. Em sessão da Câmara Municipal de 6 de novembro deliberou-se convidar Carlos Augusto Lyster Franco para a arrumação dos quadros<sup>614</sup>.

Fig. 35 – Igreja do Antigo Convento de Santo António dos Capuchos. Durante cerca de 60 anos, até 1973, foi sede do Museu Regional de Faro.

LAMEIRA, Francisco, *A Igreja do Antigo Convento de Santo António dos Capuchos*, ed. CMF, 1998.  
Fotografia de Hélio Ramos.



No dia 4 de janeiro de 1914, o jornal *Diário de Notícias*<sup>615</sup> publicou um inflamado artigo, intitulado «Museu arqueológico de Faro», versando o desmantelamento do museu e a dispersão, danificação e desvalorização do acervo, situação que era do conhecimento do Comissão dos Monumentos da 1.<sup>a</sup> Circunscção, a qual, sob propostas de José Pessanha e de José Leite de Vasconcelos, na sua sessão de 2 de janeiro, resolveu apresentar duas alternativas à edilidade. A primeira era a de a própria CM proceder à reorganização do Museu. A segunda, mais drástica, a aplicar no caso de a primeira não ser cumprida, constava do envio dos objetos para o Museu Etnológico Português, no qual certamente seriam acondicionados de forma condigna, em coleções assinaladas com o nome do primeiro Conservador do Museu, o Cónego Pereira Boto. A reação ao artigo não se fez esperar. Abordando-se o assunto na sessão da CM de 5 de janeiro, Justino Bívar, como membro da Comissão Administrativa cessante, contrapôs dizendo que o museu merecia a melhor atenção da edilidade na sua

<sup>614</sup> Cf. Sessão ordinária de 6 de novembro de 1913, in *LASCMF*, ADF, B/A.1-43, fl. 153 vrs.

<sup>615</sup> Cf. *Diário de Notícias*, 4 de janeiro de 1914, p. 4.

instalação, e que por esforço dos executivos anteriores já existia um edifício. Aproveitou também para sugerir a constituição de uma comissão organizadora, composta pelos vereadores Filipe Baião e João do Ó Ramos, e pelos cidadãos Artur Macedo e Carlos Augusto Lyster Franco. A proposta foi aprovada por unanimidade, sendo acrescentado à comissão o nome de Justino Bívar e na sessão de 7 de janeiro o de Manuel Pedro Guerreiro. Para responder ao artigo do *Diário de Notícias*, a Câmara Municipal fez publicar na rubrica «Notícias de Faro», do mesmo periódico, de 11 de janeiro de 1914<sup>616</sup>, um desmentido ao abandono dos objetos e à desorganização do museu, e informando ter feito a sua transferência para os Capuchos em 1910, resultando daí uma ligeira desarrumação. Salientou igualmente que os anteriores executivos insistiram junto da CCELS para a cedência daquele templo para instalar o museu, e que mal conseguiram os seus objetivos, foram convidados Carlos Augusto Lyster Franco (Diretor da Escola Industrial Pedro Nunes e do jornal *O Herald*) e Justino de Bivar para procederem à colocação e distribuição dos objetos no que passaria a ser um Museu Regional, com coleções pré-históricas, históricas e artísticas. Por fim, informou que no dia em que saiu o artigo em análise, foram transportados os objetos para as novas instalações. É assim que nos deparamos com uma contradição: se numa primeira parte a CMF informou que a transferência ocorreu em 1910, como é que em 4 de janeiro de 1914 ainda estavam a ser transferidos os objetos? Estamos em crer que não foi muito agradável à Autarquia ouvir aquelas acusações, mas o que é certo é que pelo menos passou a estar mais atenta ao seu património, uma vez que o museu existe ainda hoje. No contra-ataque do Conselho dos Monumentos Nacionais, publicado no *DN* de 13 de janeiro de 1914<sup>617</sup>, o remetente mostrou satisfação por ter indignado os habitantes de Faro, pois isso só provava que afinal eles se sentiam despertos para as questões patrimoniais, mas ainda mais satisfeito por saber que o museu ia ser reorganizado. Por outro lado, voltou a insistir que nem tudo o que fora dito era mentira, uma vez que a informação foi transmitida por fonte segura e a própria Autarquia reconheceu uma certa desorganização aquando da transferência dos objetos. Por fim sugeriu que a transferência não pusesse em causa a ordem e classificação dos objetos, evitando que o museu estivesse fechado muito tempo, e que fosse instalado à imagem do original.

Entretanto, prosseguia o processo de organização do museu. Na sessão camarária de 8 de janeiro de 1914, o vereador João do Ó Ramos informou o restante

---

<sup>616</sup> Cf. *Diário de Notícias*, 11 de Janeiro de 1914, p. 7.

<sup>617</sup> Ver Doc. 41 em Apêndice Documental.

Executivo de que ao verificar a adequação da Igreja dos Capuchos a museu, concluiu que a luz era insuficiente, desaconselhando a instalação naquele local. Já Justino Bívar esclareceu que Lyster Franco era de opinião contrária, depois de pintadas as paredes com uma cor favorável e de substituída uma grade de ferro de uma janela voltada a nascente por amplas vidraças<sup>618</sup>, solicitando urgência no transporte e arrumação dos objetos. A 10 de maio de 1914 estava concluída<sup>619</sup>.

Como se tem verificado, no processo de reabilitação do museu de Faro foi meritória a ação de Justino Bívar. Consciente da necessidade de regulamentar o funcionamento, e como membro da Comissão Organizadora, apresentou na sessão de 16 de julho de 1914 algumas propostas: a necessidade de nomear um Conservador e um ajudante, a título gratuito, que se encarregassem da administração geral do museu, classificassem os objetos e procedessem à aquisição de novos, e trocassem experiências através de correspondência oficial com outras instituições museológicas. Outra diligência necessária prendia-se com a regulamentação das entradas e dos preços das visitas, pela qual Justino Bivar recomendou, provisoriamente: entrada gratuita no primeiro e terceiro domingos de cada mês; 100 réis por visitante nos restantes dias (no caso de tratar-se de famílias com várias senhoras e um homem, 50 réis por senhora e 100 réis o homem); facultar a visita gratuita às escolas no âmbito de visitas de estudo, em qualquer dia; nomeação de um empregado guarda, que se encarregasse também da limpeza e que recebesse, pelas suas funções, 50 % das receitas ganhas pelas entradas no Museu. Após a consideração destas propostas, a Câmara deliberou fixar as entradas gratuitas aos domingos e cinco centavos por pessoa nos restantes dias, com exceção para as crianças, escolas, outras instituições, de ensino ou não, seus diretores ou representantes, cuja entrada era passível de ser gratuita; estabelecer o horário das visitas entre as 12 e as 16 horas; convidar o carcereiro Manuel Augusto para se responsabilizar pelo museu (visto a prisão funcionar no mesmo edifício) nos dias com entradas pagas, e nos restantes dias o empregado da Câmara Ambrósio António Inácio, os quais passaram a receber uma percentagem das receitas das entradas no museu; nomear Justino de Bivar para Conservador do museu e Xavier de Paiva (Bibliotecário municipal) para seu ajudante<sup>620</sup>.

---

<sup>618</sup> Cf. Sessão de 8 de janeiro de 1914, in *LASCMF*, ADF, B/A.1-45, fl. 11 frt.

<sup>619</sup> Cf. *O Algarve*, 10 de maio de 1914.

<sup>620</sup> Cf. Sessão de 16 de julho de 1914, in *LASCMF*, ADF, B/A.1-47, fls. 18 e 19.

A 7 de janeiro de 1915 Justino Bívar apresentou em reunião da CM o Projeto de Regulamento do Museu Municipal. Constituído por sete artigos, o primeiro determinava a abertura do museu aos domingos e dias feriados entre as 12 e as 15 horas, com entrada gratuita; o segundo, que nos restantes dias da semana fosse facultada a entrada a quem apresentasse uma licença passada na secretaria da CM ou por algum vereador, mediante o pagamento de 10 centavos; o terceiro, que as visitas fossem sempre acompanhadas por um vereador ou funcionário municipal; o quarto determinava a nomeação de um empregado menor para exercer a guarda e limpeza do museu; o quinto estabelecia a gratificação mensal do guarda, computada em 1\$20 e 50% do produto mensal obtido pelas visitas; o sexto definia as obrigações do guarda, que constavam de manter-se no museu durante o período de abertura, prestar aos visitantes as indicações possíveis sobre os objetos, zelar pela limpeza e conservação da exposição, tratar com profissionalismo e respeito todos os visitantes e apresentar-lhes o livro de visitantes, para aposição das respectivas assinaturas; o sétimo estipulava a permanência da chave do museu na secretaria da CM e o registo da pessoa que a levantasse e a devolvesse e as datas dos respetivos movimentos<sup>621</sup>.

A Igreja do Convento dos Capuchos revelou-se completamente inadequada à conservação e exposição das coleções mistas, essencialmente de carácter arqueológico, mas que também encerravam um pequeno e importante núcleo de pintura e de azulejaria dos séculos XVI a XIX. Neste convento funcionava também a prisão e em 27 de março de 1915 surgiu a ameaça de retirar ao museu o coro da igreja, para aí ser instalada uma dependência para delinquentes de crimes menores.

No jornal *O Herald*, *Semanário Republicano e Democrático* de Faro, de 31 de outubro de 1915, o Diretor, Carlos Augusto Lyster Franco, publicou o seu discurso de encerramento do Congresso Regional Algarvio, ocorrido entre 3 e 5 de setembro. Nesse discurso, o autor apresentou duas propostas interessantes do ponto de vista da Museologia e também importantes para o Museu Municipal. A primeira delas constava da necessidade de se proceder ao levantamento de todo o património arqueológico e artístico do Algarve. A segunda de, com a colaboração de todos os municípios algarvios, serem criados diversos museus regionais, de extrema importância para o desenvolvimento das localidades. Perspetivava-se já a assunção do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique como museu regional. Neste contexto, tem

---

<sup>621</sup> Cf. *LASCMF*, ADF, B/A.1-46, fl. 24 vrs.

relevo um ofício de José de Figueiredo, na qualidade de supervisor dos museus regionais da 1.<sup>a</sup> circunscrição, datado de 14 de agosto de 1915. Depois da sua visita a Faro, o museólogo referiu o seu agrado face aos cuidados que a Câmara Municipal dispensou ao museu, merecendo louvor o esforço despendido na transferência para o novo espaço, mas frisando a sua inadequação para acolher um museu e a urgência em restaurar o Convento de Nossa Senhora da Assunção. Assim, sugeriu ao Governo a expropriação, restauro e adaptação do imóvel às finalidades museológicas e a criação de um museu regional subsidiado pelo Estado com 300\$00 anuais e pela Câmara Municipal. Para o cargo de Diretor do museu, defendia a nomeação de Justino Bívar, em conformidade «*com a acertada escolha da Camara*»<sup>622</sup>.

Também n’*O Heraldo*, de 22 de novembro de 1915, surgiu um artigo pondo em causa o desempenho do conservador Justino Bívar, da autoria de um anónimo que se designou de «Algarvio», enviado sobre a forma de carta ao redator do jornal. Após manifestar regozijo pela criação do Instituto Arqueológico do Algarve, lamentava a ausência de arqueólogos competentes em Faro e a intromissão negativa da política nos assuntos culturais, aludindo brevemente à primorosa dedicação do cônego Pereira Boto ao museu, «*conseguindo vencer a indiferença e a hostilidade do meio, dotando a cidade de Faro com tão valiosas preciosidades*»<sup>623</sup>. Este elogio inicia o pomo da discórdia, uma vez que a Câmara Municipal e os habitantes de Faro são acusados de nada fazer para a manutenção do Museu, contrariamente aos tempos de enriquecimento pelo antigo Conservador. Enfim, para o autor, «*com a retirada de Pereira Botto para Lisboa, começou para o Museu um verdadeiro fadario, pois nunca mais houve quem olhasse por ele*»<sup>624</sup>. Todos passavam a “batata quente” a alguém, esquecendo-se da necessidade que havia de perpetuar aquela instituição, que de «*um delírio deambulatorio*» no edifício da Câmara Municipal, isto é, sem localização fixa, passou a estar fechado aos olhos do público com as coleções desprovidas de um discurso científico e de documentação auxiliar, como o *Glossario critico dos principaes monumentos do Museu* (...), de 1899, nunca reeditado. Em seguida, aludiu à transferência do Museu para a igreja do antigo Convento de Santo António dos Capuchos, ironizando com um «*e para lá o arrumaram com muito gosto e fina arte*». Surgia finalmente o nome de Justino de Bivar, quarto Conservador, com palavras nada elogiosas: «*O Museu Arqueologico, em*

---

<sup>622</sup> Cf. Sessão ordinária de 21 de agosto de 1915, *LASCMF*, ADF, B/A.1-47, fls. 111 e 112.

<sup>623</sup> *O Heraldo, Semanário Republicano e Democrático*, Faro, Domingo, 22 de novembro de 1915, Ano IV, n.º 5, p. 2.

<sup>624</sup> *Ibidem*.

*que pese aos que afirmam o contrario, continua acéfalo, é só o que se póde concluir depois de visita-lo num instante que seja». Salientava também que para a direção de um museu arqueológico eram necessários requisitos científicos especiais, os quais dizia não encontrar em Justino de Bivar, sobre quem afirmava: «será um optimo advogado, um magnifico presidente da comissão executiva municipal; é, sem contestação um excelente e digno rapaz, sempre pronto a coadjuvar todas as iniciativas uteis, um cavalheiro, emfim, da mais distincta sociedade, mas daí a arqueologo e portanto pessoa competente para dirigir o Museu, vai uma distancia quasi tão grande como da terra á lua, onde, por vezes, se me afigura que todos nós vivemos, quando mutuamente nos atribuimos qualidades que estamos longe de possuir». Reconhecemos no espírito do anónimo autor algumas preocupações válidas, de que destacamos a que mais diz respeito aos museus e a todas as outras instituições: a necessidade de formar pessoal especializado para cada função. Segundo o articulista, o museu não passava de um dos ramos do pelouro municipal a cargo do Conservador, que seria o primeiro a reconhecer a sua incompetência para aquele cargo, fazendo justiça à modéstia que reconhecia encontrar em Justino de Bivar. Nas entrelinhas, a necessidade de evitar a acumulação de cargos e, em contrapartida, haver uma pessoa que se dedicasse única e exclusivamente à direção do Museu. Quase no fim do artigo, voltou a referir-se ao «muito gosto e fina arte» que pautou a montagem do museu no Convento dos Capuchos para dizer que isso «sera muito lindo, sera magnífico, mas é insufficientissimo para o fim a que se destina; deixa de ser um Museu para tornar-se um simples estendal de coisas velhas e sem prestimo». Nítida a consciência moderna do autor, defendendo que o museu tem que ser muito mais do que um repositório de velharias e apostar no estudo, conservação e divulgação dos seus espólios, mediante a adoção de estratégias que facilitem a sua compreensão.*

A reação não se fez esperar por parte da redação do periódico, no mesmo número do jornal. Não se trata de um desmentido às palavras do «algarvio», mas sim de um lavar de mãos do Diretor, Carlos Augusto Lyster Franco que, na sua qualidade de artista, se encarregou dos trabalhos de conservação e limpeza dos novos quadros pertencentes ao museu, provenientes do Paço Episcopal e Seminário, e que deixou bem expresso que nada tinha a ver com os critérios adotados no discurso museográfico do museu transferido para os Capuchos.



A 11 de novembro de 1915 foi publicado o Decreto n.º 2042, determinando a criação, em Faro, de um Museu Regional de Arte e Arqueologia, a partir do recheio arrecadado por Pereira Boto, no antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção, incorretamente referido no diploma como Convento de S. Bento<sup>625</sup>. A ideia de propor ao Governo a criação do museu e a expropriação e restauro do Convento para a sua instalação foi sugerida por José de Figueiredo em sessão do CAN de 10 de julho de 1915. A estas propostas juntou-se a de Ventura Terra, para que o museu fosse subsidiado pelo município. Tudo foi aprovado.

A criação oficial do Museu Regional de Faro precedeu por poucos dias a criação do Instituto Arqueológico do Algarve, instituição subsidiária da Academia das Ciências de Portugal, que viria a ter uma relação íntima com o museu, o que em parte se compreende pelo cargo de secretário que Justino Bívar desempenhou no mesmo instituto. Em março de 1917, alguns membros do IAA visitaram o museu, avançando com algumas propostas de melhoramentos: a construção de uma escada que ligasse o pavimento inferior da igreja diretamente ao coro alto, para o aproveitar como espaço útil; a entrega, por parte da GNR, da sacristia; a compra de mobiliário de exposição para garantir uma maior segurança dos objetos e cativar novas ofertas; a colaboração das sentinelas da GNR no zelo pelo asseio do átrio do museu<sup>626</sup>. Apesar das sugestões e da decisão da Autarquia em procurar orçamentos para avaliar as quantias a despender, não houve desenvolvimentos<sup>627</sup>. Por proposta de Justino Bívar, apresentada em sessão municipal de 4 de maio de 1917, o IAA foi encarregado de catalogar o acervo do museu lapidar em colaboração com o primeiro, tendo sido autorizadas as despesas necessárias para a publicação do resultado do trabalho<sup>628</sup>, mas mais uma vez não se verificou a sua concretização.

Em agosto de 1917, o museu foi alvo da preciosa colaboração de José Leite de Vasconcelos, que em visita a Faro trabalhou «*afincadamente no referido museu durante mais d'uma semana*», procedendo à organização da secção arqueológica. Em sessão municipal de 18 de agosto, foi aprovado um voto de agradecimento ao Diretor do Museu Etnológico.

---

<sup>625</sup> Cf. *DG*, n.º 231, 1.ª série, de 11 de novembro de 1915, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/11/23100/12451246.pdf> - Site do Diário da República.

<sup>626</sup> Cf. Sessão ordinária de 24 de março de 1917, *LASCMF*, ADF, B/A.1-49, fl. 44 frt.

<sup>627</sup> Para o período em estudo, detetámos muito poucos registos de melhoramentos no museu instalado na Igreja dos Capuchos. Conseguimos identificar os seguintes trabalhos: colocação de um reposteiro na porta que separa a sacristia da igreja; substituição, reforço e pintura de portas e janelas; colocação de um dístico na frontaria do museu.

<sup>628</sup> Cf. Sessão extraordinária de 4 de maio de 1917, *LASCMF*, ADF, B/A.1-48, fl. 23 frt.

Na sessão camarária de 6 de abril de 1926, a integridade e bom funcionamento do museu foram ensombrados com a possibilidade da «*Cedência a título precário da Igreja dos Capuchos para ampliação do quartel do 8.º Batalhão da Guarda Nacional Republicana*»<sup>629</sup>, proposta por um dos vereadores, à qual se opuseram os restantes, a saber, Francisco Viegas Louro, António José da Cruz Manjua, Francisco Mateus Júnior e José Carlos Pimenta, pois tratava-se de um «*templo e, além disso, por este encerrar preciosidades artísticas em talha e azulejos*»<sup>630</sup>. Em 25 de abril seguinte, o IAA dava o seu parecer através de Justino Bívar, alegando que a Igreja dos Capuchos apresentava um grande valor artístico, devido aos azulejos e obra de talha que, só despendendo grandes quantias de dinheiro, poderiam ser removidos para um local seguro, mantendo-se intactos. Pelo risco de se perderem esses tesouros artísticos, o IAA desaconselhava a ocupação da GNR. Por outro lado, estava em causa a possível reinstalação do museu numa sala restrita, opção imediatamente rejeitada, apelando-se para a sensibilidade e amor patrimoniais dos membros do Executivo municipal, no sentido de providenciarem a instalação do museu num edifício próprio, criado de raiz ou adaptado para esse fim. A proposta para se encontrar novas instalações para o museu justificava-se pelas deficiências múltiplas da Igreja dos Capuchos: dificuldades de limpeza; inadequada iluminação para a visualização das obras; falta de espaço para expor convenientemente as coleções. Retomou também a proposta de José de Figueiredo, de expropriar o antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção para, depois de adaptado, servir de instalação ao museu<sup>631</sup>, não deixando de acusar a CMF pelo facto dos edifícios mais aptos às finalidades museológicas estarem já ocupados, e pelo abandono a que votou o museu, resultando daí o desaparecimento de alguns objetos, ou a sua deficiente conservação. O IAA acabava a sua exposição solicitando à CMF fundos monetários para se proceder a melhoramentos, de modo a não envergonhar a cidade de Faro por apresentar aos olhos do público um museu tão pobre.

O antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção, classificado como Monumento Nacional desde 1915, pertencia a particulares e estava a ser utilizado como

---

<sup>629</sup> Cf. ROSA, José António Pinheiro e, «História do Museu Arqueológico Infante D. Henrique», *Ob. Cit.*, p. 137.

<sup>630</sup> *Ibidem*, pp. 137-138.

<sup>631</sup> Em 14 de agosto de 1915 José de Figueiredo oficiava ao Presidente da Câmara Municipal de Faro, felicitando-o pela mudança e instalação do museu na Igreja de Santo António dos Capuchos e salientando que o melhor local para o efeito seria o Convento de Nossa Senhora da Assunção. Informa também sobre as propostas que fez ao Governo para se criar um Museu Regional de Arte e Arqueologia e nomear para a sua direção o Dr. Justino Bívar. Cf. MNAA, Arquivo, *Museus Regionais, Registo da Correspondência, n.º 1*, pp. 8 e 9.

uma fábrica de cortiça. Face a esta situação, no ano de 1927, o então Presidente José Franco Pereira de Matos propôs que se solicitasse ao Ministério da Instrução Pública a sua expropriação. O imóvel só passou a ser propriedade da Câmara Municipal de Faro, por escritura assinada no dia 7 de outubro do ano de 1960 pelo autarca Gordinho Moreira, tendo a CMF pago 650000\$00.

#### **a. As Coleções**

Predominantemente arqueológico, o acervo primitivo resultou sobretudo das coleções reunidas por Pereira Boto, fundador do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique.

Pouco depois de instaurada a República, deram entrada no museu alguns elementos iconográficos da Monarquia. O Governo Civil depositou: duas bandeiras portuguesas; dois quadros a óleo da autoria de Almeida e Silva, de Viseu, feitos em 1899, representando D. Carlos e D. Amélia, com a dedicatória “*Recordação da visita de Suas Magestades, ao Algarve, em 9-10-1897, sendo Governador Civil do Districto José Vaz C. Seabra Lacerda, que este mandou fazer*”<sup>632</sup>; um retrato de D. Amélia a lápis, da autoria de José Ayres, 1897; uma fotografia de D. Carlos e outra de D. Manuel II de 1909, ambas de A. Bobone; uma fotografia de D. Luís, da autoria de A. Fillon e um retrato do mesmo monarca impresso na litografia de A. P. Vasques e C.<sup>a</sup>, Lisboa; um retrato de D. Manuel II a óleo, de 1909, da autoria de J. F. Porphyrio; uma reprodução de um retrato de D. Pedro V, impressa na litografia Bastos, de Lisboa, a partir de um original de Santa Bárbara, datado de 1853. Do Liceu de Faro foi também transferido, a título de depósito, um retrato a óleo do rei D. Luís.

A Lei da Separação foi um veículo essencial para o enriquecimento do espólio do museu. Em sessão da CM de 20 de junho de 1913, um telegrama da CCELS solicitava à CM que confirmasse o seu interesse em ficar depositária dos quadros e livros existentes no antigo Paço Episcopal. A inquirida anuiu, acrescentando que também tinha interesse em receber os objetos idênticos do Seminário, embora esse desejo tivesse que ficar em suspenso, por falta de um espaço adequado<sup>633</sup>, e mal houvesse novidades sobre este assunto, a interlocutora seria contactada para se fazer a entrega mediante inventário. A entrega da Igreja dos Capuchos à CM em 3 de novembro de 1913 permitiu passar para a edilidade os acervos e a estada de José de Figueiredo em

---

<sup>632</sup> Cf. LASCMEF, ADF, B/A.1-42, fl. 37 frt.

<sup>633</sup> Cf. LASCMEF, ADF, B/A.1-42, fl. 109.

Faro, em agosto de 1915, assegurou a permanência dos objetos nacionalizados, com exceção do Santo Agostinho de Vieira Portuense, enviado para o Museu Nacional de Arte Antiga, onde não existia qualquer obra do pintor na sua fase de vida artística em Roma. Em troca desta cedência, José de Figueiredo comprometeu-se a enviar dois quadros de Zurbaran.



Fig. 36 – “O Menino entre os Doutores”, óleo sobre tela da autoria de Marcello Leopardi, Roma, 1791 (N.º Inv. 859). Entre outras obras de motivo religioso transferidas para a Câmara Municipal ao abrigo da Lei da Separação, este exemplar é procedente do Seminário Episcopal de Faro.

*Pintura do Concelho de Faro – Inventário, CMF / GGRP, Maio, 2000.*

Se tivermos em conta o espaço exíguo da igreja, onde o museu foi instalado até à sua mudança para o Convento de Nossa Senhora da Assunção, e até o descrédito cultivado na imprensa contra a Autarquia, compreendemos a existência de poucas ofertas ao museu. Nas atas das sessões encontramos um único registo: a oferta de uma lâmina e dois braceletes de metal de uma sepultura encontrada na rua Nova de Quarteira, Loulé, pelo senhor Pinto, amanuense da Direção das Obras Públicas do Distrito de Faro.

O Museu Regional de Faro é um caso típico dos museus que, com existência prévia de pendor fortemente arqueológico, se adaptaram às mudanças impostas pela secularização e nacionalização dos bens eclesiásticos e simbólicos da Monarquia. A transformação do Museu Arqueológico e Lapidar em Museu Regional de Arte e Arqueologia mais não foi do que a resposta necessária à conjuntura vivida.

## 8. MUSEU REGIONAL D. LOPO DE ALMEIDA – ABRANTES

*«objectos do periodo romanico e azulejos; paramentos religiosos e tecidos; livros com gravuras, livros iluminados e livros de interesse historico; pergaminhos e documentos; obras de talha; mobiliario e livros para manusear; imagens e objectos de pedra, um vestíbulo e dispersos tres armarios com reliquias, foraes e compromissos e moedas»<sup>634</sup>.*

### Historial

A primeira alusão à criação de um museu em Abrantes foi suscitada num artigo intitulado «O melhor monumento da nossa terra», publicado no jornal *A Nova*, de 2 de dezembro de 1888, insurgindo-se contra a transferência dos azulejos hispano-árabes do altar mor da capela da Igreja de Santa Maria do Castelo<sup>635</sup> para o Museu Arqueológico do Carmo, e noticiando a solicitação feita pela elite patrimonial da terra ao Ministro da Guerra, para se orçamentar a reedificação da igreja e consequente adaptação a museu, não tendo sido tomada qualquer diligência nesse sentido<sup>636</sup>.

Com o passar do tempo, foram subindo de tom as vozes favoráveis à defesa do património abrantino, em artigos de opinião na imprensa e na iniciativa de abril de 1917, do escritor Francisco Eduardo Solano de Abreu, designada Sociedade de Propaganda dos Interesses e Defesa de Abrantes, para a qual foram convidados os amigos da localidade e a Sociedade Propaganda de Portugal.

Um ofício da Repartição de Instrução Artística do Ministério de Instrução Pública, enviado à Secretaria de Estado da Justiça, sugere que em meados de 1918 a Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Abrantes propôs a criação de um museu na Igreja de Santa Maria do Castelo<sup>637</sup>. Este templo estava desconsagrado há longos anos e encontrava-se na posse do Ministério da Guerra, que o utilizava como armazém de arreios do Regimento de Artilharia, e suspeitava-se do vandalismo dos praças aí colocados. O Administrador do Concelho, consultado pela CCELS em 16 de julho de 1918, via com bons olhos a cedência da igreja para sanar os atentados

---

<sup>634</sup> Cf. Museu Regional D. Lopo de Almeida, *Livro Diário*, aberto em 11 de maio de 1922, fl. 27 verso. Divisão de Cultura, Museus e Património da Câmara Municipal de Abrantes,

<sup>635</sup> A Igreja de Santa Maria do Castelo foi desafetada do culto católico em 1834. Foi classificada como Monumento Nacional em 16 de junho de 1910.

Cf. [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3365](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3365)

<sup>636</sup> Cf. CHARNECA, Maria Armada Paixão dos Santos, *Uma Rede de Museus para Abrantes – Museu D. Lopo de Almeida – Passado, Presente e Futuro*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2005, p. 86.

<sup>637</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/SAN/ABR/ADMIN/008, Ofício n.º 200 / Livro 6, do Secretário Geral da Repartição de Instrução Artística para o Secretário Geral da Secretaria de Estado da Justiça, de 18 de junho de 1918.

perpetrados contra os azulejos de tradição mourisca e os túmulos de decoração manuelina<sup>638</sup>.

Amadurecida a ideia de criar em Abrantes um museu, na reunião de Câmara de 15 de setembro de 1919, o Vereador Manuel Lopes Valente Júnior destacou a importância de um museu regional, artístico e comercial em Abrantes, para mostrar aos visitantes as obras de arte que aquela localidade possuía bem como os produtos que produzia, evitando a saída das suas riquezas artísticas para Lisboa ou outra localidade que os reclamasse para uma instituição museológica. Em face destas considerações, propôs que se tentasse obter do Ministério da Guerra a cedência da igreja para instalar o museu; a constituição de uma comissão de instalação e gestão do museu composta pelos cidadãos «*Antonio Augusto Salgueiro; Antonio do Carmo Pimenta; Diogo da Silva Oleiro; Francisco Egídio Salgueiro e José Anes de Oliveira. Escolherão d'entre si o cargo de presidente e de secretario*»<sup>639</sup>; designar como «Comissão de Iniciativa e Propaganda» o grupo de munícipes encarregues de instalar e gerir o novo equipamento cultural; a votação de um subsídio anual pela Câmara como dotação do museu; a constituição de um grupo de amigos, para auxiliar o museu através de quotas mensais.

Tendo sido aprovadas por unanimidade as propostas enunciadas, a Câmara apressou-se a agradecer a Francisco Egídio Salgueiro, da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Abrantes, a disponibilidade de todos os membros para a missão de que ficaram incumbidos (18 de setembro). Em 31 de outubro de 1919, a CM empossou a Comissão Administrativa do Museu Regional e de Defesa dos Monumentos de Abrantes, presidida por Diogo Oleiro, encarregando-a de tomar todas as providências para a instalação do museu na Igreja de Santa Maria do Castelo. Na mesma data, o CAA1 lia um ofício da Autarquia abrantina, comunicando-lhe a intenção de criar o museu e instalá-lo na referida igreja. Face ao comunicado, a CE do Conselho entendeu comunicar à DGBA que a criação do museu era competência do CAN, sugerindo a conveniência de desafetar a igreja pretendida do Ministério da Guerra.

Dados os primeiros passos para a institucionalização do museu, era evidente a necessidade de obter das autoridades militares a cedência da igreja, ocupada pelo Regimento de Artilharia 8. Em 23 de outubro de 1919, Justo Rosa da Paixão, Presidente da CM, oficiou ao Ministro da Instrução e ao Comandante do RA8, expondo os

---

<sup>638</sup> Cf. *Idem*, Ofício do Administrador do Concelho – Tiago Dias do Nascimento – para o Presidente da CCELS, de 18 de julho de 1918.

<sup>639</sup> Cf. Ata da sessão ordinária da Comissão Executiva, em 15 de setembro de 1919, in Livro de 1918 - 1919, fls. 76 verso e 77 frente. Arquivo Municipal Eduardo Campos (Abrantes).

objetivos da Autarquia de restaurar e valorizar o imóvel, informando sobre a constituição de uma comissão organizadora do museu e ponderando o facto da igreja referida ser a mais adequada a finalidades museológicas, por ser Monumento Nacional<sup>640</sup>, por nele estar extinto o culto, por abrigar valiosas peças de arte, de tumulária e azulejaria, ocultadas do desfrute público e partilhando o espaço com armas, que bem poderiam ser colocadas em outras dependências do Regimento. A 25 de outubro, a Secretaria da Guerra negou a cedência, invocando a localização no trajeto da parada militar e contrariando o desleixo de que era acusado o RA8. Face à recusa, o Presidente da CM e os membros da Comissão Organizadora reuniram em 31 de outubro, resolvendo apelar a várias entidades um papel ativo na proteção do património. Desta feita, foram abordados o Ministério da Guerra, o CAA1, o CAN, a Comissão de Monumentos da 1.ª Circunscção, o Conselho do Património Artístico e o Conselho de Turismo. O CAA1 felicitou a edilidade pela iniciativa, remetendo o assunto para o CAN. O Ministério da Guerra, embora continuasse a indeferir o pedido, mostrou maior abertura, acedendo ao solicitado caso a CM estivesse disposta a investir 15000\$00 nas obras de recuperação orçamentadas.

Em sessão camarária de 26 de janeiro de 1920, Valente Júnior propôs que se oficiasse aos deputados solicitando um decreto-lei urgente para garantir a entrega da igreja à Autarquia. Na sessão de 10 de março decidiu-se pedir a intervenção do Deputado João Damas, responsável por ter conseguido no Parlamento a cedência, para o mesmo efeito, da Igreja de S. Pedro, que só não se efetivou por ser um templo exíguo e estar demasiado arruinado. Finalmente, em sessão de 14 de março de 1921, o vogal afirmou ter conhecimento particular da intenção da Secretaria da Guerra autorizar a cedência, que ainda não se tinha concretizado quando o Museu Regional D. Lopo de Almeida (MRLA) foi criado pela Lei n.º 1175 de 1 de junho de 1921. A gestão financeira ficava a cargo da Câmara Municipal de Abrantes e a sua instalação, direção e conservação sujeitas à supervisão do CAA1.

A 24 de outubro de 1921, o Conservador Diogo Oleiro informou a CM de que a entrega da igreja se concretizaria na primeira quinzena de novembro, solicitando-lhe o depósito da verba estipulada para as obras de adaptação na Caixa Económica, bem como o empréstimo de um carpinteiro para feitura das vitrinas. Em resposta, a Autarquia incumbiu a Comissão de proceder às obras necessárias e dar conta das

---

<sup>640</sup> Cf. Decreto de 16 de junho de 1910, in *Diário do Govêrno*, I Série, n.º 136, de 23 de junho de 1910 - <http://dre.pt/pdfgratis/1910/06/13600.pdf>

despesas efetuadas, que não podiam exceder a verba anual de 1000\$00. O espaço não tinha ainda sido entregue.

Depois de pedido um parecer à DGBA sobre a escolha de Diogo Armando da Silva Oleiro para o cargo de Diretor, e de aquela ter remetido a responsabilidade sobre o assunto para o CAA1, este declarou em sessão de 21 de janeiro de 1922 nada ter a opor, «tanto mais que esse pretensu Museu é absolutamente destituído de importancia»<sup>641</sup>.

Diogo Oleiro tomou posse do lugar em 11 de maio de 1922, em Lisboa, na sede do CAA1, perante o Vice-Presidente, Luciano Martins Freire. Nesse mesmo dia, o Diretor Geral de Belas Artes comunicou ao empossado que o Ministro de Instrução Pública havia determinado a entrega da Igreja de Santa Maria do Castelo, que se deu a 30 de maio de 1922, perante a Inspeção de Engenharia e Obras Militares.



Fig. 37 – Igreja de Santa Maria do Castelo, sede do Museu Regional D. Lopo de Almeida desde 30 de maio de 1922.  
Cortesia da Câmara Municipal de Abrantes.

O Decreto n.º 7970 de 14 de dezembro de 1921 aprovou o Regulamento do museu, dividido em cinco capítulos: *Organização do Museu; Pessoal; Director; Pessoal Menor; Disciplina interna*<sup>642</sup>. O primeiro item definiu as coleções a incorporar: obras de arte e objetos das igrejas e capelas de Abrantes, considerados propriedade do Estado; obras de arte adquiridas por compra, doação ou legado; objetos de valor artístico, histórico ou arqueológico dos concelhos de Abrantes, Sardoal, Constância, Mação, Vila de Rei, Ponte de Sôr, Gavião e Barquinha, que em virtude das leis em vigor fossem

<sup>641</sup> Cf. *Atas da CE do CAA1, 1918-1929, Cit.*, fl. 41 vrs. Na sessão em causa estiveram presentes Luciano Martins Freire, José de Figueiredo, Columbano Bordalo Pinheiro, António Augusto da Costa Mota e José Alexandre Soares.

<sup>642</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 10, de 16 de janeiro de 1922, pp. 36-38, disponível em formato digital em <http://dre.pt/pdf1sdip/1922/01/01000/00360038.pdf>.



considerados propriedade do Estado; objetos depositados por indivíduos ou corporações; ou que por autorização superior pudessem ser trocados por outros que mais conviessem ao museu. Determinava também que os funcionários que superintendessem em obras públicas participassem ao museu o achamento de qualquer objeto arqueológico, provendo à sua salvaguarda até que aquele passasse para a guarda do museu. Definia que a dotação anual do museu nunca fosse inferior a 1000\$00 anuais. O quadro de pessoal do museu resumia-se a um Diretor-Conservador e a um guarda, pagos pela Câmara Municipal de Abrantes. Ao primeiro, nomeado pelo Governo sob proposta do CAA1, cabia propor a nomeação do segundo. Ao Diretor do Museu competiam funções idênticas às definidas para cargos homólogos: direção e superintendência na organização, disciplina e trabalho interno do museu; gestão e aplicação das dotações orçamentais; manutenção de contactos com as autoridades através do CAA1; diligenciar para o desenvolvimento do museu e para a conservação do seu edifício; zelar pela conservação, estudo e documentação das coleções. Ao pessoal menor cumpria: respeitar o cabal cumprimento do horário de trabalho; uma boa apresentação no serviço; a vigilância permanente das coleções à sua guarda e o policiamento do museu; a contabilidade do número de visitantes e o controlo da sua conduta; a limpeza; a responsabilização pelos danos causados sobre os objetos; o auxílio ao Diretor em todas as atividades dentro e fora do museu. O museu encontrava-se aberto todos os dias, das 11h30 às 16, de outubro a março, e das 10h30 às 17, de abril a setembro, exceto domingos em que o encerramento ocorria às 15 horas e às quintas-feiras, em que se encontrava encerrado para limpeza geral. Também encerrava nos dias de feriado nacional e municipal. Os visitantes tinham que entregar ao guarda quaisquer objetos suscetíveis de danificar as coleções e máquinas fotográficas e só podiam obter reproduções dos objetos expostos mediante autorização prévia do Diretor e o pagamento de uma taxa apropriada ao valor dos objetos a reproduzir.

#### **a. As Coleções e a Exposição**

Diogo Oleiro (DO) foi convocado para a entrega oficial da Igreja de Santa Maria do Castelo no dia 30 de maio de 1922, no quartel do Regimento de Artilharia 8, perante o 1.º Capitão Manuel de Jesus, Chefe da 1.ª Secção da Inspeção das Fortificações e Obras Militares da 7.ª Circunscrição. Desse momento foi lavrado um auto, contemplando a igreja com o coro alto, torre e casa anexa e o importante recheio tumular, constituindo ainda hoje o elemento mais importante do museu.

À semelhança de outros diretores de museus de província, DO defendia que competia ao Estado canalizar para os museus regionais os bens históricos e artísticos em risco de perda ou extravio, dispersos pelos estabelecimentos estatais das regiões onde esses museus se encontravam instalados. Se, por causas diversas, os objetos não pudessem ingressar nos museus, os responsáveis dos edifícios em que se encontravam os bens deveriam enviar para o museu mais próximo uma cópia, fotografia ou outra forma de reprodução ou representação deles, para divulgação. Relativamente ao funcionamento dos museus, defendia dotações superiores às legisladas, quer porque a desvalorização da moeda havia tornado o seu valor real muito menor, quer porque se cabia aos diretores agir em circunstâncias inesperadas e urgentes, era essencial que fosse disponibilizada uma verba que lhes permitisse algum espaço de manobra. Era também adepto do auxílio aos museus por parte das elites ilustradas, quer individualmente, quer por intermédio das corporações profissionais em que se integravam.

Do ponto de vista disciplinar, paralelamente à vocação histórica e artística dos museus, DO reconhecia-lhes a missão promotora das indústrias regionais, através de exposições permanentes dos seus produtos, patrocinadas pelos sindicatos agrícolas e associações comerciais e industriais.

Desde a sua tomada de posse, DO pugnou pela obtenção do adro e da sacristia de Santa Maria do Castelo, considerados extensões naturais do museu, necessárias para o crescimento das coleções. No dia 24 de julho de 1922, rogou ao DGBA que providenciasse pela entrega daqueles espaços, evitando os vandalismos que ameaçavam o túmulo do 1.º Marquês de Abrantes localizado no adro, que seria reservado para colocar os objetos pétreos de maiores dimensões, enquanto a sacristia seria submetida a reconstituição para albergar a secção de indumentária religiosa<sup>643</sup>. Igual pedido foi dirigido ao Presidente do CAA1 em 27 de dezembro de 1922.

Não obstante a cedência da sacristia só ter sido feita pelo Ministério da Guerra em 18 de março de 1929<sup>644</sup>, os trabalhos de instalação do Museu Regional de Abrantes

---

<sup>643</sup> Cf. *Livro Diário do Museu Regional de D. Lopo de Almeida, cujo termo de abertura é de 11 de maio de 1922*, (Câmara Municipal de Abrantes) fls. 7 verso e 8: [...] *Rogo pois a V. Ex.cia seguintes providencias no sentido de me ser feita a entrega daquelas dependências por muita falta fazerem pois destinava a primeira a reconstituir e a segunda a exposição dos cruseiros lapides e outras pedras que pelo seu volume vão ocupar muito espaço na igreja alem de ser preciso resguardar o tumulo do referido marquês de Abrantes que assim fica entregue ainda aos vandalismos dos soldados que não poucos teem sido.* [...]

<sup>644</sup> Cf. CAMPOS, Eduardo Manuel Tavares, *Cronologia de Abrantes no século XX*, Câmara Municipal de Abrantes, Abrantes, 2000.

foram encetados imediatamente a seguir à tomada de posse do seu Diretor. Para os devidos efeitos, solicitou ao Presidente da Câmara Municipal a dotação reservada para o museu, informou-o de que as gratificações que lhe competiam seriam usadas em benefício do museu e pediu autorização para percorrer os estabelecimentos municipais em busca de objetos dignos de figurar no museu<sup>645</sup>.

Para percebermos o contexto de instalação do MRLA auxiliámo-nos de três importantes documentos encontrados nos serviços de Cultura da Câmara Municipal de Abrantes. Os dois primeiros são o *Livro Diário* do Museu Regional D. Lopo de Almeida e o *Livro de Requisições de Obras de Arte para os Concelhos de Abrantes – Sardoal – Constância – Mação – Vila de Rei – Ponte de Sor – Gavião e Barquinha (Área Regional)*, ambos com termos de abertura de 11 de maio de 1922, da responsabilidade do primeiro diretor do museu. O primeiro documento permite-nos saber com pormenor as atividades de instalação e as quantias dispendidas nesses trabalhos, ofertas recebidas para o acervo, locais de proveniência de alguns objetos, etc. O segundo documento dá-nos a conhecer a procedência de alguns dos objetos. Um terceiro documento, não datado, mas que acreditamos ter sido iniciado nos primeiros anos do Museu é o Inventário, que sabemos ter sido continuado a partir da década de 60.

À semelhança de outros museus, as coleções do MRLA constituíram-se, em grande parte, através da transferência dos bens das igrejas, desafetados das práticas culturais. Em 24 de dezembro de 1922<sup>646</sup> o Ministério da Justiça e dos Cultos comunicou a DO que a CCELS havia autorizado, em 16 de dezembro, a cedência a título de depósito de vários objetos de culto: - provenientes da Igreja de S. Vicente<sup>647</sup>: a) imagens: Virgem do Leite em pedra; Santa Maria do Castelo, em pedra; S. Pedro em madeira; dois Magos em madeira; sete imagens de santos em madeira, em mau estado; uma imagem em barro; b) livros e documentos: 19 livros de cantochão, missais e antifonas (1600 a 1791); 96 pergaminhos e documentos relativos a foros e testamentos; 19 livros antigos de arquivo da igreja. Numa nova deslocação àquela igreja, em 29 de

---

<sup>645</sup> Cf. Ofício de Diogo Oleiro ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Abrantes, datado de 2 de junho de 1922, in *Livro Diário do Museu Regional de D. Lopo de Almeida, Doc. Cit.*, fls. 5 verso e 6 verso.

<sup>646</sup> Em 28 de agosto de 1922 e 21 de outubro de 1922, Diogo Oleiro oficiou à CCELS, insistindo na entrega dos objetos requisitados. *Idem*.

<sup>647</sup> O transporte dos objetos requisitados da Igreja de S. Vicente para o Museu fez-se no dia 4 de janeiro de 1923. *Ibidem*.

março de 1923, novos objetos com interesse foram encontrados: duas imagens em pedra, de S. Francisco e Santa Barbara; e um lanternim. A 31 de março davam entrada.

- provenientes da Igreja de S. João<sup>648</sup>: a) imagens: santa em pedra; cabeça de S. Pedro em madeira; S. Roque (pedra); Santa Luzia (pedra); S. Bartolomeu (pedra); sete imagens de santos em pedra, mutiladas; 6 imagens de santos em madeira, também mutiladas; b) livros e documentos: 42 livros de cantochão, missais e registos; 149 pergaminhos relativos a foros, testamentos e documentos; bula em pergaminho, da Comenda de Vera Cruz.

A 9 de janeiro de 1923 a Santa Casa da Misericórdia de Abrantes<sup>649</sup> depositou no museu paramentos, imagens, livros e pergaminhos diversos, cadastrados no *Livro de Requisições*: - Imagens: Imagem de madeira com um menino em muito mau estado; S. Roque em madeira, mutilado; Senhora da Conceição em barro, mutilada; Duas imagens pequenas da Senhora da Conceição em madeira; - Livros e Documentos: dois livros de missa, cantochão e defuntos; 21 pergaminhos ou foros dos séculos XV a XVII; livro de cofre de 1621; livro de compromisso de 1589; livro de distribuição de missas; dois livros de matrículas dos irmãos (1582 e 1639); livro de compromisso; regimento de capelães de 1659; missal de 1664; gradual de 1562; missal de 1715.

No dia 17 de janeiro de 1923 DO visitou várias dependências da Câmara Municipal com a finalidade de selecionar os objetos dignos de figurar no museu em organização<sup>650</sup>. O *Livro de Requisições* revela-nos um importantíssimo acervo documental, de grande valor histórico, que acabou por integrar, como depósito, as coleções do Museu em julho de 1934<sup>651</sup>, embora saibamos que em 27 de março de 1923 terá ido a primeira remessa desse acervo<sup>652</sup>. A constituição do Arquivo Histórico do MRLA era levada na mesma conta das restantes coleções pois, como vimos atrás, iniciara-se com o acervo das igrejas de S. João e de S. Vicente, de onde haviam chegado já bastantes volumes de documentação que DO ia cuidadosamente limpando, reparando e estudando, ao mesmo tempo que ia preparando o espaço para os colocar, concluído em

---

<sup>648</sup> O transporte dos objetos requisitados na igreja de S. João para o museu foi feito no dia 5 de janeiro de 1923.

<sup>649</sup> O ofício requisitando os objetos data de 31 de dezembro de 1922. Os objetos deram entrada no Museu no dia 9 de janeiro de 1923. Em 10 de abril Diogo Oleiro afirmava estar concluída a datação dos pergaminhos.

<sup>650</sup> Em 19 de fevereiro de 1923, Diogo Oleiro requisitou à Câmara os objetos que aquela deveria oferecer ou depositar no museu.

<sup>651</sup> Cf. CAMPOS, Eduardo Manuel Tavares, *Ob. Cit.*

<sup>652</sup> Cf. *Livro Diário*, doc. Cit, fl. 20 verso.

janeiro de 1923<sup>653</sup>, e que preparava caminho para conseguir a transferência do Município para o museu, de toda a documentação considerada histórica. Os documentos provenientes da Câmara Municipal de Abrantes, discriminados no *Livro de Requisições* são os seguintes: 13 livros de Companhias de Ordenanças; 39 livros de Registo; dois livros de Ordenações do Reino; maço com títulos antigos; maço com posturas; maço com foros antigos; livro de cédulas da Guerra Peninsular; foral manuelino; livro de eleições para a Guarda Nacional; dois livros de acórdãos; dois livros de direitos; dois livros de cartas precatórias; dois livros de coimas e audiências; seis livros de contas do Concelho de Abrantes; livro de registo de pássaros; livro de fianças e juramentos; livro de registo de correspondência; livro de tabelas de apresentação; processo de foros; maço de cartas precatórias; quatro livros de contas; orçamento de obras.

Continuando os seus périplos, DO dirigiu-se a Mação em 3 de fevereiro de 1923, para averiguar os bens contidos na Igreja Matriz, selecionando três imagens (Espírito Santo; Virgem Sentada e S. Sebastião). Deram entrada em 16 de abril, não três, mas quatro imagens, não incluindo nenhuma Virgem Sentada: além do Espírito Santo e de S. Sebastião, uma imagem de S. Pedro e outra de S. José.

Em 11 de janeiro de 1923, DO reconstituiu os altares da igreja de S. Pedro. Na iminência da instalação da Sociedade Artística Abrantina naquela igreja, DO apressou-se a solicitar ao Presidente da CCABI alguns objetos de interesse histórico e artístico que ali se encontravam: guarda-vento; púlpito e dossel; pia de pedra; caixão forrado de veludo; frontal de altar de madeira pintada; ferragens dos gavetões da sacristia; oratório; sino<sup>654</sup>. Se numa primeira leva foram os objetos atrás referidos, em ocasiões seguintes foram tomadas providências de maior monta, que obrigaram a serviços concertados e de perícia para a remoção de algum património integrado: em 5 de fevereiro de 1924 iniciaram-se os trabalhos de remoção da pedra tumular do prior da Torre, datada de 1712, ficando concluídos no dia seguinte; entre os dias 7 e 12 de fevereiro foram executados os trabalhos de remoção das cantarias da porta do púlpito, do emblema de S.

---

<sup>653</sup> Em 16 de janeiro de 1923, Diogo Oleiro testemunha ter ficado terminada a divisão para os livros. A 23 de fevereiro revelava ter já assentes as estantes da divisão dos pergaminhos. No dia 6 de março dedicou-se à verificação e limpeza dos pergaminhos, identificando os que provinham de S. João. Em 7 de março, continuando pelo dia 9, procedia na Câmara Municipal ao exame do arquivo, à seleção dos documentos e à reparação dos que apresentavam maiores danos. Nesse mesmo dia 9, davam entrada os objetos requisitados à Câmara Municipal, com exceção de um cofre e dos livros, chegados alguns dias mais tarde. Entre os objetos chegados da Câmara constavam um Retrato de D. Maria II, 4 varas de vereadores, medidas antigas de madeira e folha, um garrafão bojudo de vidro e uma estante em mau estado. No dia 31 de março chegavam da Câmara dois candeeiros.

<sup>654</sup> Cf. Ofício de Diogo Oleiro datado de 19 de dezembro de 1923, correspondente à primeira leva de objetos transferidos de S. Pedro para o MRLA.

Pedro em pedra, da base e suporte do mesmo púlpito e as pias de água benta, sendo reparadas as paredes de onde os mesmos elementos foram arrancados; no dia 12 iniciaram-se os trabalhos de remoção das pedras lavradas do altar-mor, ficando concluídos no dia 14; nos dias 20 e 21 de fevereiro fazia-se o transporte dos materiais pétreos, dispostos no adro do museu no dia 28; entre 22 e 27 de fevereiro tiveram lugar o transporte e arrumação das peças de talha do altar-mor, em parte utilizada para pequenos arranjos e que resultou em modificações<sup>655</sup> na secção de talha; nos dias 24 a 26 de fevereiro foi a vez do transporte e montagem do guarda-vento.

Numa saída de estudo a Belver, em 17 de setembro de 1923, DO encontrou novos objetos: na Igreja Matriz interessou-se por quatro imagens (S. Brás; Espírito Santo; Santo Amaro; S. Miguel); na Igreja de S. Brás selecionou 28 relicários de madeira. Além destes objetos, conseguiu adquirir algumas moedas de cobre, achou duas moedas no Castelo, recebeu como oferta outras duas (da parte de António da Cunha) e, também oferecido por José Beirão, um fruto petrificado.

Alguns dias mais tarde, a 20 de setembro, foi a vez de visitar a Igreja de Santa Margarida da Coutada, de onde requisitou: caixa de madeira de pequenas dimensões; bandeja de latão, também pequena; cadeira de couro; imagem de santo em madeira, mutilada; cadeira de pau com gavetas; cálice de estanho. No dia 21, na capela de São Caetano, DO explorava um túmulo, de onde extraiu pregos, cacos e um dente.

Além dos bens de uso litúrgico, artísticos sacros e documentos arquivísticos, DO interessou-se pela Arqueologia, tendo ele próprio explorado as ruínas romanas de Alcolobre, perto do Tramagal, de onde foram transferidos para o museu alguns objetos no dia 4 de abril de 1923, contribuindo para que no dia 7 do mesmo mês estivesse pronta a secção do período romano. Em 23 de agosto voltou àquelas ruínas e encontrou um capitel, fragmentos de telhas e tijolos. Novas deslocações em 22 e 23 de setembro e em 4 de outubro resultaram na descoberta de vários pesos, telhas, tijolos, restos de cerâmica utilitária e uma moeda de cobre. Em março e setembro de 1924, DO regressou a Alcolobre e resgatou mais materiais para o museu, destacando-se nesta leva alguns fragmentos de louça vidrada.

As exaustivas diligências de DO em prol do MRLA foram complementadas com inúmeras ofertas e depósitos de particulares, registados no *Livro Diário* do museu,

---

<sup>655</sup> Concluídas em 1 de março de 1924. As partes laterais do guarda-vento e as peças de talha do altar-mor foram entregues por João Alves, Presidente da Comissão Concelhia da Lei de Separação em 28 de janeiro de 1924.

mediante os documentos de recibo enviados aos beneméritos. Entre os objetos recebidos, temos conhecimento de: duas medalhas de cobre das Campanhas da Liberdade, com as efígies de D. Pedro IV e D. Maria II, de 1826 e 1834 (oferecidas por Olímpio Isidro Costa, 2 de janeiro de 1923); três balas das Revoluções Liberais (oferecidas por Amélia de Jesus, 15 de janeiro de 1923); caixa trabalhada (por António Rego da Silva, 15 de janeiro de 1923); polvorinho de chifre datado de 1827 (Balbina dos Santos de Rossi e Maria de Matos Marques de Jesus, 2 de maio de 1923); crucifixo de bronze com relíquias de vários santos (depositado por Francisco Cardoso, guarda do museu, em 2 de maio de 1923); azulejo hispano-árabe (oferecido por Albano Milheiriços, em 1 de agosto de 1923); imagem de Nossa Senhora da Conceição em barro nacional (oferta de Francisco Cardoso em 28 de setembro de 1923); coleção de fósseis (por Sofia de Figueiredo, em 19 de dezembro de 1923); cinco moedas portuguesas antigas (Manuel Pombo, em 2 de janeiro de 1924); moeda portuguesa e outra estrangeira (João Ferreira da Silva, em 2 de janeiro de 1924); moeda romana e outra portuguesa (António da Rosa Batista, 3 de janeiro de 1924); imagem de santa em jaspe (Joaquim de Oliveira Franco, 9 de janeiro de 1924); duas moedas de cobre portuguesas (Manuel Paulo Fernandes, 17 de janeiro de 1924); moeda portuguesa antiga e um fóssil (Francisco da Cunha, 21 de março de 1924); moeda portuguesa antiga (Manuel Bexiga, 22 de março de 1924); moeda portuguesa antiga (Gabriel Paulo, 23 de março de 1924); moeda romana proveniente do sítio do Lopo na freguesia de São João, em Abrantes (entregue por José de Oliveira);

A despeito das pretensões do Museu Grão Vasco, do CAA1 em prol do museu instalado no Convento de Cristo em Tomar, e da Junta de Freguesia de Tancos, sobre alguns objetos da extinta e arruinada Igreja da Misericórdia de Tancos e da Igreja da Conceição, da mesma localidade, em 1 de maio de 1926 foi emitida a resolução n.º 5475 da CCELS, cedendo em depósito ao MRLA alguns objetos solicitados por DO no seu ofício de 5 de abril<sup>656</sup>. Para conseguir inverter as resoluções que pendiam a favor dos

---

<sup>656</sup> Cf. ACMF/CJBC/SAN/VNB/ADMIN/016, disponível em formato digital no sítio de internet do Arquivo Contemporâneo da Secretaria Geral do Ministério das Finanças, <http://badigital.sgmf.pt/mitra/>, Resolução n.º 5475 da CCELS, de 1 de maio de 1926, Objetos a entregar ao MRLA: Da Igreja da Misericórdia de Tancos: «a) – O revestimento do altar-mór, que se compõe de um políptico em madeira, com 9 quadros pintados, em mau estado, e colunas de talha; § b) – O pulpito de cantaria, em mau estado; § c) – Duas pequenas lápides tumulares, que se encontram nas paredes laterais; § d) – 10 painéis rectangulares de azulejos do padrão de caixilhos com laçaria e rosas, século XVII, que revestem a parede do lado esquerdo da igreja e que medem aproximadamente cada um 2<sup>m</sup>,43x1<sup>m</sup>,82; § e) – Um painel de azulejo, com uma cruz, que encima o altar mór; § f) – 2 metros de azulejos que formam a cercadura junto á cimalha; § g) um suporte de ferro, para lampada; § h) - I figura de marmore mutilada que está no lavabulo da sacristia; § i) – As pedras tumulares com inscrições, que se encontram no

museus de Viseu e de Tomar, Diogo Oleiro invocou o Decreto n.º 7970 de 14 de dezembro de 1921, que regulamentou o funcionamento do museu a seu cargo, e o desconhecimento por parte dos seus competidores<sup>657</sup>, da disposição do n.º 3 do artigo 1.º daquele diploma, incluindo na área de influência do museu de Abrantes o concelho de Vila Nova da Barquinha, em que se integrava a freguesia de Tancos. O processo havia sido iniciado em ofício enviado à CCELS em 16 de setembro de 1924, sem nunca ter obtido uma resposta. Em 6 de maio de 1926, a CCELS instruiu o Administrador do Concelho e Presidente da Comissão Concelhia de Inventário de Vila Nova da Barquinha para entregar ao Diretor do MRLA os objetos requeridos. Na mesma data informou Francisco de Almeida Moreira, do Museu Grão Vasco, da revogação das disposições em favor daquele museu, e Diogo Oleiro do feliz sucesso que beneficiava o museu abrantino.

A abertura ao público do MRLA deu-se no dia 22 de julho de 1923, em homenagem ao Dr. Ramiro Guedes – distinto médico e político republicano abrantino – que nesse dia completava 73 anos. Nessa altura, o museu surgia organizado nas seguintes secções: Arqueologia, Arte Sacra, Numismática, Arquivo e Biblioteca. De salientar no «programa museográfico» do Diretor a preocupação de incluir no museu património integrado proveniente de outros locais, a remeter para a prática verificada no Museu Arqueológico do Carmo desde o século XIX.

---

*pavimento do edifício; § j) – Uma imagem de pedra de Nossa Senhora da Misericórdia, que se encontra num nicho á porta principal». Da igreja da Conceição: «a) – Uma imagem do Espírito Santo, de pedra; § b) – Uma imagem de S. João, de pedra, que se encontra num nicho sobre a porta principal; c) – Uma cruz de azulejos, que tem o n.º 7 e se encontra na parede exterior das trazeiras da igreja». Esta resolução revogou as anteriores – n.º 5324 de 20 de junho de 1925, 5330 de 27 de junho de 1925 e 5399 de 19 de dezembro de 1925 – que cediam, respetivamente, parte, a totalidade dos azulejos ao Museu Grão Vasco de Viseu, e duas lápides tumulares e uma porção de azulejos (1m<sup>2</sup>) ao CAA1, com destino ao museu de Tomar.*

<sup>657</sup> Cf. *Idem*, Ofício n.º 76 do Diretor do Museu Regional de D. Lopo de Almeida para o Presidente da CCELS, de 5 de abril de 1926.



## CAPÍTULO 20: OS MUSEUS DA 2.<sup>a</sup> CIRCUNSCRIÇÃO ARTÍSTICA

### 1. MUSEU MACHADO DE CASTRO

«Apesar de todas as contrariedades a obra ergueu-se pujante de beleza e de predomínio, pois foi, sem dúvida, o Museu de Coimbra, o modelo pelo qual vestiram os Museus provinciais que ao tempo se constituíram»<sup>658</sup>.

#### **Antecedentes: Museu do Instituto de Coimbra**

O Instituto de Coimbra, localizado no antigo Colégio de S. Paulo, também criou o seu museu de Arqueologia. Sugerido em 5 de março de 1873 por Augusto Filipe Simões<sup>659</sup>, na sessão que deliberou nomear uma comissão arqueológica<sup>660</sup>, o museu concretizou-se em 1874. A 4 de julho era aprovado o seu Regulamento.

Inicialmente composto por duas salas<sup>661</sup>, o museu depressa entrou em decadência, graças ao afastamento do primeiro Conservador, João Correia Aires de Campos<sup>662</sup>. Só a teimosia de alguns membros do Instituto – como Augusto Simões de Castro e Júlio Henriques – inverteu a situação, quando resolveram apelar à intervenção de António Augusto Gonçalves (AAG), ocupado em diversas atividades de ensino e a braços com duas experiências museológicas falhadas<sup>663</sup>. Servindo-nos do testemunho de

---

<sup>658</sup> Cf. COUTO, João, «O Professor António Augusto Gonçalves, fundador do Museu de Machado de Castro», in *O Instituto: Revista Científica e Literária*, Coimbra, 1946, vol. 108, p. 53.

<sup>659</sup> Cf. <http://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/AugustoFilipeSimoes>, Augusto Filipe Simões (Coimbra, 1835-1884): Licenciado em Filosofia e Medicina, Doutor em Medicina, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Bibliotecário Interino da Universidade entre 1883 e 1884, onde se preocupou com a preservação e segurança do acervo, catalogando milhares de livros dos conventos extintos. Exerceu também o cargo de bibliotecário na Biblioteca Pública de Évora, entre 1863 e 1872. Foi um dos grandes responsáveis da criação da secção de arqueologia e do Museu do Instituto de Coimbra, de que foi sócio a partir de 13 de janeiro de 1859, e a ele se deveu a redação do respetivo catálogo.

<sup>660</sup> A Comissão de Arqueologia do Instituto de Coimbra era constituída por Abílio Augusto da Fonseca Pinto, António Xavier de Sousa Monteiro, Augusto Mendes Simões de Castro, João Correia Aires de Campos, João José de Mendonça Cortês, Manuel da Cruz Pereira Coutinho, Miguel Osório Cabral de Castro e Adolfo Loureiro. Cf. ALMEIDA, Fortunato de, «Dr. Augusto Mendes Simões de Castro», in *O Archeologo Português*, ed. Museu Ethnológico Português, Imprensa Nacional, Lisboa, 1919-1920, vol. XXIV, p. 5.

<sup>661</sup> Gabriel Pereira apresenta uma boa descrição do museu na sua fase inicial no artigo «O Museu Archeologico do Instituto de Coimbra», in *O Universo Illustrado, Semanário de Instrução e Recreio publicado por uma Sociedade*, Typographia de Matos Moreira, Lisboa, 1877, pp. 323-325.

<sup>662</sup> Cf. MONTEIRO, Manuel, «O antigo museu do Instituto – Recordações», in *António A. Gonçalves – Homenagem do Instituto de Coimbra*, Separata de “O Instituto”, vol. 108.º, Coimbra Editora Limitada, Coimbra, 1946, p. 43.

<sup>663</sup> AAG foi responsável pelo efémero Museu de Arte Industrial da Câmara Municipal de Coimbra, criado em 1887 por proposta da minoria republicana da vereação municipal (de que fazia parte AAG), aberto ao público em 15 de dezembro de 1889 e encerrado em fevereiro de 1891, altura em que passou para a Escola Industrial Brotero (criada em 1889 e localizada junto do claustro da Manga, perto da Igreja de Santa Cruz), onde AAG lecionava. O museu existiu até 1899. Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Museus de Coimbra: da I Exposição Distrital à organização do Museu Machado de Castro*, Sep. das «Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica», Coimbra, 1980.

Costa Rodrigues, «quando parecia que a sua revista e o seu já notável Museu de Arqueologia [...] iriam desaparecer»<sup>664</sup>, este foi animado por um novo fôlego e reinaugurado em 26 de abril de 1896. O Instituto cedeu todo o rés-do-chão da sua sede – Colégio de S. Paulo Eremita –, constituído por quatro amplas salas e outra de menores dimensões. Depressa se revelou insuficiente para abrigar os múltiplos objetos de interesse histórico e artístico coligidos pelo Mestre, recolhidos entre os seus amigos, na sua própria casa, em igrejas, edifícios do Estado e em escavações arqueológicas em Conímbriga. Numa disposição metódica, ordenada tipológica, estilística e cronologicamente, devidamente classificados e etiquetados, foram dispostos, encostados às paredes, até ao teto, que por sinal encimava um alto pé direito, inúmeros objetos:

«O espólio arqueológico da Conímbriga romana, pormenores arquitectónicos do preromânico e do românico, estátuas e relevos do período ogival, altares, imagens e pinturas do renascimento, faianças, barros, azulejos, assim como tecidos, ferragens, mobiliário, talha, etc, desde o século XVI»<sup>665</sup>.

Em vésperas de ser transferido para o antigo Paço Episcopal, onde se instalaria o Museu Machado de Castro, o museu do Instituto viu novo catálogo, editado por AAG em 1911 e intitulado *Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra – Notas*<sup>666</sup>. Na descrição da primeira sala, AAG começa por aludir à disposição confusa e promíscua das peças devido à carência de espaço. Naquela encontrava-se disposta a secção arqueológica, com materiais dos períodos romano, em especial de Conímbriga, e medieval. A segunda sala era preenchida maioritariamente por faiança e azulejos, de várias origens e períodos. A terceira dispunha a escultura em madeira dos sécs. XVI a XVIII e algumas vitrinas com múltiplos objetos de várias tipologias, como pergaminhos iluminados, vidros de origens diversas e figuras de presépio em barro, tecidos lavrados dos sécs. XVII e XVIII, tapetes de Arraiolos e coleções de pesos e medidas, ferragens antigas, etc. A quarta sala era dedicada à Renascença coimbrã do séc. XVI e englobava retábulos, vários elementos arquitetónicos, predelas, estátuas, etc. A quinta e última sala, mais exígua, era reservada à pintura, a mais pobre em número.

---

<sup>664</sup> Cf. RODRIGUES, Costa, «Mestre Gonçalves de Coimbra», in António A. Gonçalves – *Homenagem do Instituto de Coimbra, Ob. Cit.*, p. 6.

<sup>665</sup> Cf. MONTEIRO, Manuel, art. Cit., p. 45.

<sup>666</sup> Cf. AG, *Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra – Notas*, Typ. Auxiliar de Escritório, Coimbra, 1911.



Fig. 38 – António Augusto Gonçalves no Museu do Instituto.  
Arquivo do Museu Nacional Machado de Castro.

AAG ressuscitou o Museu de Antiquidades e transformou-o ao ponto de extravasar os limites da Arqueologia e entrar nos da Arte, abrindo caminho para, por autorização da Direção do Instituto, de agosto de 1912, e por insuficiência do espaço de exposição, integrar como depósito as coleções do Museu Machado de Castro.

### **Na República: um museu geral de Arte Geral**

O Museu Machado de Castro (MMC) foi criado pelo artigo 39.º do Decreto n.º 1, como um *Museu Geral de Arte Geral*, para ilustrar a evolução do trabalho nacional, educando o gosto e promovendo a aprendizagem das classes operárias, através de coleções com artefactos antigos e modernos. Mais do que o museu das artes industriais almejado pelo Diretor e fundador, o MMC constituiu-se com coleções de diversas tipologias e origens, públicas e privadas, adquiridas por compra, doação e legados, ou depositadas ao abrigo das leis anticlericais. Desde que foi instituído incorporou o acervo do Museu do Instituto e como anexo o Museu de Arte Sacra da Sé de Coimbra. Para inculcar finalidades pedagógicas e didáticas ao museu, especialmente ligadas à necessidade de formar os artistas e artífices, procurou-se dotá-lo com uma «*secção anexa de reproduções que facilitassem o estudo pelo exame comparado das várias obras de arte*», solução aplaudida pela tutela imediata<sup>667</sup>.

Um decreto de 13 de junho de 1911 fixou o quadro de pessoal do museu: o Diretor, um Guarda (António Maria da Conceição), um lugar de Guarda vago, e um

---

<sup>667</sup> Cf. «Acta 54», de 30 de setembro de 1917, *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscção, Doc. Cit.* [cota 351], fl. 54 frt.

servente (António Neves)<sup>668</sup>. O primeiro Diretor do MMC foi António Augusto Gonçalves (AAG)<sup>669</sup>, que tentou organizá-lo como museu de arte industrial, escola de «ensinamento para artistas, antiquários e estudiosos de todas as categorias»<sup>670</sup>, ou seja, para ajudar e incitar os profissionais de várias áreas no desempenho das suas funções. Seria, pela visão de AAG, um complemento à Escola Livre das Artes do Desenho<sup>671</sup> e à Escola Industrial de Brotero. Grande defensor da Lei de Separação, entre 1911 e 1929 batalhou pelas necessidades que este e a maior parte dos museus portugueses, instalados em edifícios já existentes, apresentavam. Como vogal do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição, foi encarregado de proceder à escolha dos objetos dos conventos extintos<sup>672</sup>, conseguindo aumentar significativamente as coleções do museu. Foi também um dos maiores críticos à forma pouco metódica e pouco contínua como foi feito o arrolamento dos bens<sup>673</sup> e à venda de muitos em hasta

---

<sup>668</sup> Cf. DG, I Série, n.º 149 de 17 de junho de 1911, p. 2585, 3.ª coluna. Disponível no sítio de internet do *Diário da República*, em <https://dre.pt/pdfgratis/1911/06/14000.pdf> (20/11/2013).

<sup>669</sup> A sua nomeação para o cargo prende-se não só ao seu currículo irrepreensível na área da cultura e das artes, mas certamente também ao facto de ser um republicano convicto. No triénio de 1887-1889, António Augusto Gonçalves foi eleito vereador pela minoria republicana, em Coimbra. Cf. RODRIGUES, Costa, *art. cit.*, p. 14. A sua filiação política é também testemunhada por Belisário Pimenta, no mesmo volume de homenagem ao mestre Gonçalves, no artigo «António Augusto Gonçalves», in *António A. Gonçalves – Homenagem do Instituto de Coimbra, Ob. Cit.*, p. 30. António Augusto Gonçalves (n. e m. Coimbra, 19/12/1848 – 4/11/1932) foi Professor de Desenho, Pintor, Escultor, Arqueólogo, Crítico de Arte. Professor na Associação dos Artistas e no Colégio dos Órfãos. Fundador da Escola Livre das Artes do Desenho (1878). Responsável pela Exposição Distrital de Coimbra (1884) com eco oficial. Publicista na imprensa. Autor de um romance anónimo de 1876, intitulado *O Assassino de El-Rei. Esboço romântico sobre factos da história portuguesa do XIV século* (Coimbra, 1876). Em 1884 foi criada a Escola de Desenho Industrial Brotero (1884), para a qual AAG foi nomeado como professor. Em 1887, como vereador da minoria republicana, propôs a criação de um Museu de Arte Industrial pela Câmara Municipal, para alargamento dos conhecimentos do operariado. Fundou por esta altura uma fábrica de cerâmica popular em Santa Clara para orientar as decadentes olarias conimbricenses. Em 1889 foi criada a Escola Industrial Brotero por ação de AAG na ampliação da anterior Escola de Desenho, tornando-se Diretor da mesma. Em 1892 associou MCBP ao restauro da Sé Velha, cujas obras se iniciaram em 1893. Em 1894 o Instituto de Coimbra admitiu AAG como sócio e encarrega-o como Conservador do seu museu (reinaugurado em 1896). Também organizou o Tesouro da Sé, depois de sugerir esse trabalho ao Bispo-Conde. Em 1898 concorreu à vaga de Professor de Desenho na Faculdade de Filosofia da Universidade, que conseguiu, e de cujo concurso brilhante foram exibidas duas provas no Museu Machado de Castro. A organização, ampliação e conservação do Museu de Machado de Castro foi a última grande obra de AAG. Autor de *Estatuária Lapidar no Museu Machado de Castro* (1923). Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Ed. Enciclopédia, Lda., Lisboa / Rio de Janeiro, s.d., volume XII, pp. 551-553.

<sup>670</sup> Cf. GONÇALVES, A., *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro, Ob. Cit.*, p. 9.

<sup>671</sup> A Escola Livre das Artes do Desenho foi criada por decreto de 3 de janeiro de 1884. Foi idealizada e fundada por António Augusto Gonçalves com o patrocínio financeiro de Rodrigues da Silva e Albino Caetano; Cf. MOTA, Costa, «Um apóstolo da arte», in *António A. Gonçalves – Homenagem do Instituto de Coimbra*, Separata de “O Instituto”, vol. 108.º, Coimbra Editora Limitada, Coimbra, 1946, p. 36.

<sup>672</sup> Cf. Ofício de AAG ao Secretário da CJBECR em Lisboa, de 15 de junho de 1911, in *Copiador*, Livro 1.º, de 15-06-1911 a 19-03-1924.

<sup>673</sup> Cf. SERRA, Carlos, *Ob. Cit.*, pp. 146 e 147 [Citando AAG, no seu *Depoimento para ajuntar ao volumoso processo dos malfeitores da arte em Portugal. Por uma testemunha, que não tem amisade nem parentesco com os réus*, Minerva Central, Coimbra, 1912].

pública, comprometendo o enriquecimento das coleções dos museus e a oportunidade de se fazer a «inventariação artística, por meio d'um questionário sensato e facil, enviado a todas as commissões e autoridades»<sup>674</sup>.



Fig. 39 – Pátio do Museu Machado de Castro em 1916.  
Arquivo do Museu Nacional Machado de Castro.

Criado o museu, era essencial arranjar-lhe um teto para as coleções do Instituto, das casas congreganistas e igrejas da região de Coimbra. Segundo AAG, o Paço Episcopal, «pela sua vastidão, pelo seu nobre aspecto de moradia senhorial (seculo 16), pelas suas tradições e ainda porque se acha considerado monumento nacional»<sup>675</sup>, apresentava as melhores condições para instalar o museu. Em outubro de 1911, AAG solicitou ao DGISSSE a cedência do imóvel, parcialmente ocupado por algumas dependências da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (enfermaria e aula de neurologia; gabinete de radioscopia e radiografia). Por sua vez, em novembro, o Reitor da Universidade também mostrava interesse pelo edifício, para albergar o Museu e Laboratório Antropológico. Como membro do CAA2 e Diretor do museu, AAG enviou um relatório ao Presidente da CJBECR sobre as suas atividades de inventariação e seleção dos bens artísticos dos extintos conventos de Santa Clara e Santa Teresa e do Colégio Ursulino, e da urgência de se encontrar um edifício apropriado para o museu, destacando entre todos os que existiam em Coimbra, o antigo paço<sup>676</sup>. Em sessão camarária de 5 de dezembro de 1911, como Vereador, sugeriu representar no mesmo sentido aos ministérios da Justiça e do Interior<sup>677</sup>, no que voltou a

<sup>674</sup> *Idem.*

<sup>675</sup> Cf. Ofício de AAG ao Diretor Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, de outubro de 1911, in ACMF, Processo CJBC/CMB/CMB/CEDEN/007, Caixa 43.

<sup>676</sup> Cf. Relatório datado de 31 de outubro de 1911, in *Copiador*, Livro 1.º, de 15-06-1911 a 19-03-1924.

<sup>677</sup> Cf. SERRA, Carlos, (2002), *Ob. Cit.*, p. 140.

insistir em sessão de 30 de janeiro de 1912, do CAA2<sup>678</sup>, na sequência do roubo de alguns objetos do Colégio das Ursulinas<sup>679</sup>. Outro membro do CAA2, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, referiu estarem a mover-se altas influências em Lisboa para que o edifício fosse cedido ao Ministério da Guerra. Esta situação resultou no envio de telegramas aos Ministros, solicitando a rápida entrega do edifício. A anuência dos dois Gabinetes conduziu à publicação de um diploma decretando o arrendamento do Paço Episcopal à Câmara Municipal de Coimbra (CMC) pelo valor de 400 mil réis anuais, cumprindo à arrendatária garantir a conservação, assegurar as obras de reparação necessárias e o seguro contra incêndio<sup>680</sup>. O valor da renda levantou imediatamente problemas. AAG achava que a manterem-se tais valores, a Edilidade depressa deixaria de conseguir suportar o encargo, pelo que o Governo teria de anulá-lo, em prol da manutenção do MMC. O alvitre de AAG foi certo e em 6 de novembro de 1920 (oito anos depois) a renda nunca tinha sido paga, o que conduziu à reclamação da CCELS junto da Câmara Municipal, solicitando-lhe a regularização da situação<sup>681</sup>, que manteve a recusa, argumentando com o facto de nunca ter sido publicado um decreto obrigando a Autarquia, mas sim um despacho, nunca aceite ou solicitado pela Câmara, para se responsabilizar pelo museu<sup>682</sup>. A recusa motivou a CCELS a solicitar, debalde, que o Ministério da Instrução Pública tomasse para si o encargo do pagamento das rendas, quer vencidas, quer a vencer<sup>683</sup>. A Lei n.º 1662, de 4 de setembro de 1924, aumentou a renda para 2.400\$00 anuais. Esta continuou a não ser paga<sup>684</sup>, situação que se manteve pelo menos até 1933<sup>685</sup>.

---

<sup>678</sup> Cf. 3.ª Acta de Sessão do CAA2, de 30 de janeiro de 1912, in *Livro das Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª e 3.ª Circunscricões*, p. 4 [AHSGMEC].

<sup>679</sup> A relação dos «Objetos recebidos das igrejas posteriormente á Lei de 20 de abril de 1911», anexa ao officio de AAG dirigido ao Presidente da CCELS, datado de 22 de maio de 1918 refere os seguintes objetos procedentes do Colégio das Ursulinas: um baixo-relevo em madeira, representando a Natividade; um retábulo do século XVIII e um pequeno altar do mesmo século; uma imagem da Virgem das almas; uma imagem em madeira de S. João do Calvário; um retábulo em madeira, séc. XVIII; o retábulo da capela-mor. (Cf. ACMF/DGJC/PRDIV/007, pp. 72 e 73).

<sup>680</sup> Cf. *Diário do Governo* n.º 36, de 13 de fevereiro de 1912.

<sup>681</sup> Cf. Offício da CCELS enviado ao Presidente da Câmara Municipal, em 6 de novembro de 1920, in ACMF, Processo CJBC/CMB/CMB/CEDEN/007, Caixa 43.

<sup>682</sup> Cf. Offício da CMC à CCELS, datado de 19 de novembro de 1920, *Idem*.

<sup>683</sup> Cf. Offício da CCELS ao Diretor Geral das Belas Artes, datado de 6 de março de 1921, *Ibidem*.

<sup>684</sup> Cf. Offício da CJBC ao Presidente da CMC, de 9 de outubro de 1928, *Ibidem*.

<sup>685</sup> Cf. Offício da CJBC ao Presidente da CMC, de 9 de janeiro de 1933, solicitando a regularização do pagamento das rendas em atraso, destinadas a custear obras de solidariedade social para crianças pré-delinquentes, *Ibidem*. Em 26 de janeiro de 1933 a resposta da CMC mantinha-se no sentido de não pagar as rendas vencidas, quer por não haver liquidez financeira para o fazer, quer porque se considerava nunca ter sido formalmente aceite o regime de arrendamento. A CMC negou sempre, e convenientemente, o acordo tácito que esteve presente na cedência do Paço. Em 4 de abril de 1933, o Diretor do MMC (Vergílio Correia) oficiou à Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes propondo-lhe a aquisição

Registe-se, apesar das considerações anteriores, que em 10 de fevereiro de 1912<sup>686</sup> o Paço Episcopal foi cedido à CMC, sendo entregue ao CAA2 em meados de março. As obras de consolidação e adaptação e a instalação tiveram início imediato, tendo sido aprovada pelo Ministério do Interior uma dotação de 1300\$000 réis. Esta tardou a ser disponibilizada e os trabalhos dos dois primeiros meses, dirigidos pelo arquiteto Augusto Carvalho da Silva Pinto, puderam avançar graças ao benemérito Manuel Rodrigues da Silva, que adiantou as verbas necessárias, no valor de 1068\$840 réis. Em pouco tempo foram rasgadas janelas maiores, para permitir a entrada de abundante luz natural, abertas salas amplas, removidos pavimentos em risco de desabamento, incrementado o sistema de ventilação. Em 11 de outubro de 1913 foi inaugurado oficialmente, tendo sido distribuída aos presentes uma pequena «*monografia elucidativa*»<sup>687</sup>, impressa e oferecida pelo vogal do CAA2, Albino Caetano da Silva Pinto. Abriu regularmente ao público no dia seguinte, ainda que continuassem as obras.

Pouco tempo antes, o Decreto n.º 124 de 8 de setembro de 1913 anexou pedagogicamente o MMC à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, segundo o Plano das Faculdades de Letras (DFL de 9 de maio de 1911), que incluía os museus como complemento aos estudos. No mesmo âmbito, o Decreto n.º 1127 de 28 de novembro seguinte anexou as cadeiras de Estética e História da Arte da Faculdade de Letras ao museu<sup>688</sup>. Por essa altura foi cedida à Universidade a sala capitular da Sé Nova, tendo AAG aproveitado para solicitar ao presidente da CCELS os «*objectos de mobiliário, imagens e quadros*»<sup>689</sup> lá existentes para o museu.

---

do Paço Episcopal, para acabar de vez com a situação das rendas vencidas que não foram pagas, e que até 1926 perfaziam a quantia de 11.352\$40 (Ofício da CJBC ao Diretor do MMC, datado de 5 de maio de 1933, *Ibidem*). Em 19 de junho de 1933, num ofício da DGEBSA à CJBC confirma o desinteresse do Ministério da Instrução Pública pela compra do imóvel.

<sup>686</sup> Contrariamente ao referido em algumas publicações, que apontam para o mês de novembro, incluindo da pena do próprio António Augusto Gonçalves, a cedência do espaço deu-se em fevereiro de 1912, pois existe uma ata do CAA2 datada de 16 de fevereiro que comprova que o Ministério da Justiça concordou na cedência do Paço Episcopal para se instalar o MMC.

<sup>687</sup> Cf. «25.ª acta», de 19 de outubro de 1913, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição, Doc. Cit.*, pp. 33 e 34.

<sup>688</sup> O mesmo Decreto anexa as mesmas disciplinas da FLUL ao MNAA.

<sup>689</sup> Cf. Ofício do Diretor do MMC ao presidente da CCELS, de 14 de setembro de 1913, in ACMF, Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/132, Caixa 253. Em 26 de maio de 1914, um ofício do CAA2 confirmava a entrada no MMC de *alguns bancos, tres mesas, um crucifixo de marfim, castiçais, e um quadro – quer dizer, o que pôde reputar-se dalgum valor artistico ou arqueológico*. Cerca de um ano mais tarde, em 5 de junho de 1914, AAG enviava novo ofício à CCELS solicitando a cedência de outros objetos existentes nas arrecadações da Sé e na Casa da obra, realçando os riscos de esses objetos aí permanecerem face às obras de reparação dos telhados que estavam em curso. Alguns dias mais tarde, em 16 de junho, em novo ofício de AAG foram confirmados os seus receios: choveu no interior do edifício que se encontrava destelhado.

Com a morte do Bispo de Coimbra – D. Manuel Correia de Bastos Pina – a 19 de novembro desse ano, foi publicado um decreto<sup>690</sup> entregando ao Diretor do MMC a direção do Museu de Ourivesaria da Sé de Coimbra, já considerado como uma secção sua.

### **a. As Coleções**

#### Transferências e depósitos

A Portaria de 20 de maio de 1911<sup>691</sup> designou AAG para proceder aos trabalhos de exame, reparação, inventário e apresentação de sugestões sobre a salvaguarda dos bens das congregações extintas do Distrito de Coimbra. Em julho seguinte iniciou o seu périplo pelos conventos da cidade, com a finalidade de resgatar os objetos que pudessem interessar ao museu, ficando concluída a «*remoção dos artefactos existentes no ex-convento de Santa Clara*»<sup>692</sup> e de Santa Teresa<sup>693</sup>.

Por vezes, o zelo de AAG alcançou dimensões mais drásticas para defender os interesses do museu. Na sequência da visita que fez ao Convento do Desagravo no Louriçal em novembro de 1911, manifestou ao Governador Civil a sua indignação contra a intenção de um grupo de delegados da CJBECR e do CAA1 recolherem objetos daquele convento, dentro dos limites da 2.ª circunscrição, atentando contra os direitos

---

<sup>690</sup> Decreto de 6 de dezembro de 1913, publicado no *Diário do Governo*, n.º 288. Cf. *COLP Ano de 1913*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1913, volume II, p. 892.

<sup>691</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 118, de 22 de maio de 1911, p. 2061. <http://dre.pt/pdfgratis/1911/05/11800.pdf>

<sup>692</sup> Cf. Ofício de AAG ao Delegado do Procurador da República, datado de 3 de julho de 1911, in *Copiador*, Livro 1.º, de 15-06-1911 a 19-03-1924; Uma relação dos «Objectos recebidos das igrejas posteriormente á Lei de 20 de Abril de 1911» dá-nos a indicação dos objetos procedentes da igreja do Convento de Santa Clara: escultura em pedra de Santa Bárbara; três retábulos em pedra do séc. XVI; duas esculturas em pedra representando Cristo no túmulo; uma escultura em pedra representando dois profetas; uma pia de água benta; uma escultura em pedra de Anã representando a Virgem; uma escultura em pedra representando o anjo da Anunciação; um retábulo em pedra, datado de 1537; uma escultura em pedra, representando a Virgem ajoelhada; quatro tapetes de Arraiolos do séc. XVII; um tapete de Arraiolos do séc. XVI; dez tapetes persas do séc. XVI; um crucifixo em madeira do séc. XIII; uma escultura em madeira representando S. João; um retábulo do séc. XVII; três retábulos em madeira do séc. XVII e um do XVIII; uma estante de coro do séc. XVII (Cf. ACMF/DGJC/PRDIV/007, pp. 72 e 73). Em julho de 1919 deu entrada no museu um bocal da cisterna, cedido pelo Inspetor das Fortificações Militares da 5.ª Circunscrição.

<sup>693</sup> Em 12 de agosto de 1911, em reunião do CAA2, realizada ainda no Museu do Instituto, AAG referiu estar para breve a sua atividade de arrolamento dos objetos existentes nos conventos de Santa Clara e Santa Teresa. Cf. 1.ª Ata de Sessão do CAA2, de 12 de agosto de 1911, in *Livro das Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª e 3.ª Circunscrições*, AHSGMEC; A relação dos «Objectos recebidos das igrejas posteriormente á Lei de 20 de Abril de 1911» referencia os seguintes objetos procedentes da Igreja de Santa Teresa: uma mesa de pau preto do séc. XVII; uma estante de coro de pau preto, do séc. XVIII; uma Sagrada Família em madeira; uma imagem em madeira de Nossa Senhora do Rosário; uma imagem da Virgem do Calvário em madeira; uma imagem de S. João da Cruz, em madeira; um crucifixo em madeira, séc. XVIII; seis secretárias de freira, séc. XVIII. (Cf. ACMF/DGJC/PRDIV/007, p. 73).



do MMC, a que deveriam estar reservados os objetos<sup>694</sup>. Esta situação foi resolvida favoravelmente a favor do MMC, com AAG a dirigir-se a Louriçal em janeiro de 1912, tendo escolhido e feito transportar para Coimbra os objetos convenientes<sup>695</sup>. Em abril foi ainda recolhida uma mesa<sup>696</sup>, e em novembro levantadas algumas pratas na delegação da Caixa Geral de Depósitos de Leiria<sup>697</sup>. No início de abril entraram alguns objetos do Colégio das Ursulinas<sup>698</sup>. Em maio obteve do Engenheiro Chefe das obras do novo Quartel do Regimento 23, uns balaústres de ferro forjado, uma pedra com o brasão do Bispo D. Afonso de Castelo Branco e um quadro de azulejos, pertencentes ao extinto Convento de Sant'Ana. Em julho de 1913, a CJBECR autorizou-o a retirar de leilão um pálido de seda vermelha lavrada a fio de ouro, procedente do Convento de Tentúgal, de onde foi também transferido, em março de 1914, um conjunto de objetos em talha constituído por 4 colunas e entablamento, provenientes do coro baixo da igreja, e uma imagem do Menino Jesus do Colégio da Carapinheira. Em setembro de 1913 solicitou ao Presidente da CCELS mobiliário, imagens e quadros da sala capitular da Sé de Coimbra, que fora cedida à Universidade<sup>699</sup>. Em fevereiro de 1916, AAG comunicou a entrada de algumas imagens em madeira, painéis de retábulo, galerias e castiçais, apartados da Igreja de S. João de Almedina<sup>700</sup>. Em 13 de março de 1915 foi autorizada a cedência de uma imagem da Virgem em pedra, séc. XVI, proveniente da Capela do

---

<sup>694</sup> Cf. Memorandum entregue ao Governador Civil, datado de 7 de novembro de 1911, in *Copiador*, Livro 1.º, de 15-06-1911 a 19-03-1924. Através de um ofício dirigido ao Sub-Delegado da Comissão Concelhia de Pombal, de 18 de fevereiro de 1912, conclui-se que os objetos do Convento do Louriçal acabaram por ser entregues ao MMC.

<sup>695</sup> Cf. 3.ª Acta de Sessão do CAA2, de 30 de janeiro de 1912, in *Livro das Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª e 3.ª Circunscrições*, p. 4 [AHSGMEC].

<sup>696</sup> Em abril outra mesa, da mesma procedência, foi recolhida no MMC. Cf. 7.ª Acta de 21 de abril de 1912, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, *Doc. Cit.*, fl. 9 frt.

<sup>697</sup> A relação dos «Objectos recebidos das igrejas posteriormente á Lei de 20 de Abril de 1911» refere os seguintes objectos procedentes do Louriçal: uma mesa de mármore do séc. XVIII; um tapete persa do séc. XVI; um tapete de Arraiolos do séc. XVII; uma mesa e um contador de pau preto do séc. XVIII; um cofre pequeno em forma de baú; quatro candeeiros de latão com 3 bicos e um com 8; uma imagem de S. Francisco em madeira; um crucifixo em marfim e outro de chumbo, ambos do séc. XVIII; um tapete de Arraiolos. (Cf. ACMF/DGJC/PRDIV/007, pp. 72 e 73).

<sup>698</sup> Na 7.ª acta da sessão do CAA2, de 21 de abril de 1912, AAG comunicou encontrarem-se já no museu a seu cargo os objetos do Convento de Santa Teresa e do Colégio das Ursulinas, estando para breve o transporte dos objetos do Convento de Santa Clara. *Doc. Cit.*, fl. 9 frt.

<sup>699</sup> Cf. «Objectos recebidos das igrejas posteriormente á Lei de 20 de abril de 1911», anexado em ofício dirigido por AAG ao Presidente da CCELS, em 22 de maio de 1918, refere os seguintes objetos procedentes da Sé Nova: três cadeiras de braços de pau preto. (Cf. ACMF/DGJC/PRDIV/007, p. 73).

<sup>700</sup> Cf. «Objectos recebidos das igrejas posteriormente á Lei de 20 de abril de 1911», *Cit.*, refere os seguintes objetos procedentes de S. João de Almedina: uma imagem em madeira representando S. João do Calvário; outra representando Santa Maria do Calvário; um crucifixo em madeira, séc. XVI; uma imagem em madeira representando S. Tomé; um grupo escultórico em madeira representando a Sagrada Família; um retábulo da capela-mor e outro da capela lateral; dez galerias do séc. XVIII e os castiçais da banquetta. Cf. ACMF/DGJC/PRDIV/007, pp. 72 e 73.

Loreto, nos subúrbios de Coimbra<sup>701</sup>. A 23 de abril de 1916 entraram duas imagens em pedra (uma de S. João e outra de Santa Comba) existentes na capela de Santa Comba, situada em Santo António dos Olivais, também nos subúrbios.

A 3 de agosto de 1916<sup>702</sup> recebeu da CCABI sete cadeiras de pau preto e assento em palhinha provenientes da Sé, em troca de outras sete modernas a imitar estilo antigo, porque «o desenvolvimento do Museu demanda[va] maior quantidade de mobiliário»<sup>703</sup>.

Nem sempre as pretensões de AAG foram coroadas de êxito. Em 10 de setembro de 1912, apesar da reação negativa dos albicastrenses, e argumentando que não havia ninguém que pudesse assegurar a defesa dos objetos, escolheu no Paço Episcopal de Castelo Branco algumas pinturas, peças de mobiliário, objetos de metal e fragmentos de tapeçarias<sup>704</sup>. Neste e em casos como o da Redinha (em Pombal, 1916) as pretensões não correram de feição, graças à reação popular obstando à saída dos objetos. Outro exemplo é o da competição entre AAG e o Diretor do Museu Regional de Aveiro pela obtenção de uns azulejos mudéjares armazenados nos claustros da Sé de Coimbra. A disputa resultou na transferência dos objetos para o segundo museu<sup>705</sup>.

Os CAA invocavam amiúde os perigos que alguns objetos corriam em edifícios afetos ao culto católico, contrapondo com a necessidade de os recolher em museus do Estado, para evitar a sua destruição. Tal aconteceu, por exemplo, quando solicitou a entrega ao MMC, dos objetos armazenados na Igreja de Santa Cruz de Coimbra, em espaço com a «ridícula denominação de Museu»<sup>706</sup>: um grupo escultórico em pedra, representando a Deposição de Cristo no túmulo; um crucifixo de madeira antigo; um

---

<sup>701</sup> Cf. Ofício do CAA2 ao Presidente da CCABI, de 2 de fevereiro de 1915, in ACMF, Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/077, Caixa 253; *Actas (1911-1916)* [1.º Livro de Actas das Sessões da Comissão Central de Execução da Lei de Separação], fl. 51 vrs, ACMF, ACMF/Arquivo/CJBC/ACTAS/001, Caixa 123; 44.ª Acta de Sessão do CAA2, de 7 de maio de 1916, in *Livro das Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª e 3.ª Circunscções*, Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, fl. 48 verso.

<sup>702</sup> Cf. Declaração-recibo do Diretor do MMC, de 3 de agosto de 1916 e enviada à CCELS. Cf. ACMF, Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/046, Caixa 253.

<sup>703</sup> Cf. Ofício do Diretor do MMC ao Presidente da CCELS, de 11 de maio de 1916. *Ibidem*.

<sup>704</sup> Cf. Ofício de AAG para o DGISSSE, de 22 de setembro de 1912, in *Copiador, L.º - 1.º, 15-06-1911 a 19-03-1924* (MNM, Arquivo): «*Quatro pinturas em táboa, [...]: S. Pedro, deposição no tumulo, Santo Antonio e Anunciação. § Uma pequena corôa de prata dourada – trez sacras de altar, de pau preto com applicações de metal – trez castiças de casquinha, pequenos – quatro livros liturgicos com capas ornadas de arabescos dourados a ferro. § Duas commmodas incompletas e arruinadas. § Oito cadeiras de dois typos differentes. § Quatro pedaços de tapeçaria antiga, barbaramente retalhados de grandes composições, para servirem de revestimento a uma pequena sala. § Alguns fragmentos avulssos de cercadura que ás mesmas pertenciam.*»

<sup>705</sup> Cf. Ofício de AAG para o Diretor das Obras Públicas do Distrito de Coimbra, de 6 de fevereiro de 1917, in *Copiador, L.º - 1.º, 15-06-1911 a 19-03-1924*, fl. 53 f., MNM, Arquivo.

<sup>706</sup> *Ibidem*.

frontal pintado; dois tapetes persas de grandes dimensões; um tapete persa de pequenas dimensões com motivos animais; um grupo escultórico em barro representando a Adoração dos Magos; uma peça de indumentária antiga com urdidura de linho. Em janeiro de 1918, a Junta de Paróquia de Santa Cruz anuiu na entrega dos objetos<sup>707</sup>, mas o processo foi longo, prolongando-se até 1926. Entre os bens de Santa Cruz enumerados, os que geraram maiores preocupações junto do CAA2 foram os tapetes persas, em vias de serem alienados, mas salvos de tal destino por intermédio daquele Conselho, que instou junto do Diretor Geral das Belas Artes para que não permitisse a venda e os mandasse depositar no MMC. Essa solicitação, feita em 3 de março de 1926, depressa obteve despacho favorável do Ministro da Instrução Pública.

Excepcionalmente, AAG ultrapassou os limites da 2.<sup>a</sup> Circunscrição. Em 27 de novembro de 1913 solicitou à CCELS objetos de alguns conventos lisboetas, como o das Trinas, das Oblatas e das Salésias, cedidos por ofício de 10 de dezembro. Do primeiro foi uma imagem de S. Francisco em madeira. Do segundo, uma escultura em barro representando um bispo, um sofá e seis cadeiras do séc. XIX e quatro cadeiras estilo D. João VI<sup>708</sup>. Em 22 de março de 1925, AAG solicitou à CCELS o depósito no museu de um «*tinteiro de prata com as armas portuguesas gravadas, que pertenceu á Junta da Bula de Cruzada*»<sup>709</sup>. A Resolução n.º 5285 de 28 de março de 1925 autorizou a cedência, tendo o Conservador Vergílio Correia entregado a peça no museu a 28 de maio.

Também conhecemos outros depósitos: dois quadros procedentes do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (junho de 1916); «*todas as reproduções existentes no seu deposito de formação*»<sup>710</sup>, cedidas pela Escola Industrial e Comercial Brotero (novembro de 1917); obras de arte moderna cedidas pelo MNAC (fevereiro de 1918), para inaugurar uma nova secção<sup>711</sup>; alguns azulejos de pavimento do Castelo de Leiria, cedidos pelo Grupo de Amigos do Castelo (junho de

---

<sup>707</sup> Cf. Ata da Sessão de 20 de janeiro de 1918, in *Livro de Actas das Sessões dos Conselhos de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Circunscrições* [LASCAA23C], in AHSGME, Processo DGEBSA, fl. 55 v.

<sup>708</sup> Cf. ACMF/DGJC/PRDIV/007, relação dos «Objectos recebidos das igrejas posteriormente á Lei de 20 de Abril de 1911», acompanhando o ofício de AAG para o Presidente da CCELS, datado de 22 de maio de 1918, pp. 72 e 73.

<sup>709</sup> Cf. Ofício de António Augusto Gonçalves ao Presidente da Comissão Central de Execução da Lei da Separação, datado de 22 de março de 1922, in ACMF, Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/053, Caixa 253.

<sup>710</sup> Cf. *Livro de Actas das Sessões dos Conselhos de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Circunscrições*, Cit., fl. 55 f.

<sup>711</sup> Cf. Carta de AAG a LMF, datada de 12 de fevereiro de 1918, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 10, doc. 13.

1922); uma escultura representando Bernardim Ribeiro, da autoria de Costa Mota, que o próprio cedeu ao MMC (junho de 1925); uma estátua de Camões, depositada pelo Museu de Artilharia (fevereiro de 1926).

### Incorporações

As ofertas, doações e legados foram outro importante modo de aumentar as coleções do MMC. Um dos mais importantes acervos entrados por testamento no MMC foi o do poeta Camilo Pessanha que, por sugestão de José de Figueiredo de 18 de junho de 1926 dirigida ao Diretor Geral de Belas Artes, integrou as coleções daquele museu.

Ao longo do período em estudo foram oferecidos muitos objetos: uma colcha oferecida pelo Dr. João Forjaz de Bencanta, Coimbra (janeiro de 1917); a reprodução de uma gravura representando o Colégio dos Jesuítas de Coimbra, por Manuel Borges Grainha (Lisboa, Diretor do Arquivo das Congregações), em novembro de 1917; corrente de ferro de uma roda de expostos do Convento de Santa Clara e uma medalha devocional, oferecidas pelo Major de Artilharia 2, Monteiro de Barros (novembro de 1918); um busto de faiança, oferta de António de Moura, de Coimbra (setembro de 1919); fragmentos de tecidos antigos, por D. Sebastião Pessanha, em março ou abril de 1920; em julho de 1921, ofertas não discriminadas, feitas por Campos Henriques, Luís Nobre e Anastácio Fernandes; idem, peça ou peças de cerâmica oferecidas por António Martins Mourinha; um quadro de Lupi e esculturas em pedra oferecidos pelo Conde de Ameal (agosto de 1921); um conjunto de gravuras oferecido por João Jardim de Vilhena (agosto de 1921); cerâmica dos sécs. XV e XVI encontrada em escavações no Jardim Botânico de Coimbra, oferecida por Luís Witnich Carrisso, Diretor daquele estabelecimento, em maio de 1922; em janeiro deste ano, o Diretor Geral de Belas Artes oferecia três aguarelas, reproduzindo pinturas murais; artigos de fardamento da Guarda Nacional, por parte de Joaquim dos Santos e Silva (setembro de 1922); em julho de 1923, a capela conhecida como do Tesoureiro, do Convento de S. Domingos, pela empresa Minerva Lda.; em outubro de 1925, uma imagem de pedra, por José da Mota Tavares, de Góis.

No que toca a aquisições onerosas, temos conhecimento da aprovação, em sessão do CAA2 de 20 de janeiro de 1918, de uma verba de 25\$00, para compra de dois desenhos e um álbum do professor Luís Bastos<sup>712</sup>. Como já referimos anteriormente, em

---

<sup>712</sup> Cf. «Acta da Sessão do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> Circunscrição» de 20 de janeiro de 1918, in *LASCAA23C, Cit.*, fl. 57 v.

1921 a coleção Ameal foi leiloadada. Antes, porém, as três circunscrições artísticas envidaram esforços para obterem dessa coleção as obras de arte que interessassem aos vários museus<sup>713</sup>, tendo sido nomeados para averiguar o interesse dos objetos e preparar uma estimativa das verbas necessárias, José de Figueiredo e Columbano Bordalo Pinheiro, em sessão da CE do CAA1 de 20 de janeiro. Na sequência desta missão, o Ministro de Instrução Pública, Ginestal Machado, concedeu uma verba de 100 mil escudos para aquisições. De acordo com a listagem já referida<sup>714</sup>, couberam ao MMC um desenho a carvão de Domingos Sequeira, um tríptico representando o Calvário, uma *Cena da Paixão*, de um artista primitivo, e uma *Alegoria aos esposais de D. Pedro V e D. Estefânia*, da autoria de António Manuel da Fonseca. No que toca à escultura, foi adquirida uma *Virgem ajoelhada*. No domínio da cerâmica, foram adquiridos sete pratos hispano-mouriscos e um prato de faiança espanhola do século XVII.

### **b. A Exposição**

Entre a cedência do Paço Episcopal à Câmara Municipal de Coimbra e a inauguração do MMC, decorreu mais de um ano. Em junho de 1913, o edifício sofria ainda intervenções de adaptação, com trabalhos de pedreiro para «*a construcção de pedestaes de alvenaria, transportes, assentamento de azulejos, taes como retabulos de pedra, estatuas e enumeraveis serviços de natureza semelhante*», e de carpinteiro, tais como «*mobiliario ligeiro, caixilhos, reparação e limpesa de moveis velhos e arruinados, collecção de objectos variadissimos e exigencias para ordenar e dispor*

---

<sup>713</sup> A respeito do leilão da Coleção Ameal, o vogal do CAA2, Tomás da Fonseca, suscitou em sessão de 6 de março de 1921 uma série de propostas, devidamente consideradas: «1.º *Que se invidem todos os esforços no sentido de interessar os poderes públicos na aquisição das obras nacionais de valor histórico ou artístico, que depois deverão ser distribuídas pelos museus do paiz, em harmonia com o interesse que, para cada um deles, esses objectos representem; 2.º Que se officie neste sentido ao Conselho de Arte Nacional; 3.º Que afim de bem se avaliar do valor das obras existentes, no dito palácio, se solicitem os catálogos e demais publicações que vão ser distribuídas em Portugal e no estrangeiro*». Cf. «Acta n.º 78», in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, Livro 351, fl. 83 v. (AHSGMEC). Na sessão seguinte, de 5 de maio, era indicada a resposta do Conde de Ameal «*comunicando aceder aos desejos deste Conselho no pedido das publicações e dos catálogos das suas coleções em venda. E informando que a seu tempo seria oferecido ao Museu Machado de Castro o pórtico de entrada em estilo do Renascimento*» [«Acta n.º 79, fl. 84 f., *Idem*]. Na sessão de 28 de maio de 1921, Tomás da Fonseca sugeriu que «*o Conselho pedisse 50% do imposto artístico exclusivamente destinado a taes compras. O Conselho concordando plenamente com a proposta, resolveu officiar n'aquelle sentido ao Ministro d'Instrucção e empregar particularmente os esforços possiveis para que a verba fosse concedida*» [«Acta n.º 81», *Ibidem*].

<sup>714</sup> Cf. *Obras de arte pertencentes á collecção Ameal, escolhidas para alguns museus dos Conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições*, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 10, doc. 1 (cit.). Cf. Carta de AAG a LMF, datada de 5 de setembro de 1921, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 10, doc. 13 (ver Doc. 42 em Apêndice Documental).

*milhares de coisas*»<sup>715</sup>. Em 12 de outubro de 1913 o museu abriu finalmente ao público, com «*desoito salas e corredores, alguns de grande extensão em pavimentos diferentes, n'um edificio de vasta area*»<sup>716</sup>.

O facto de o MMC se instalar em edifício não criado de raiz, motivou no Diretor preocupações com a conservação preventiva, nomeadamente a iluminação e a temperatura. AAG deu-se conta do sobreaquecimento das salas destinadas à pintura, levando-o a expor ao Diretor Geral das Obras Públicas, em 10 de setembro de 1913, a impossibilidade de manter em exposição as coleções de pintura nas únicas salas disponíveis para o efeito, dadas as altas temperaturas atingidas. Apelava ao seu interlocutor para que se interessasse pela resolução do problema, autorizando um projeto que consistia na demolição de algumas paredes divisórias entre os compartimentos muito exíguos e na construção de uma clarabóia adequada à iluminação e para ventilação do interior. Em 27 de maio de 1914, AAG comunicou ao Chefe da Repartição de Instrução Artística que, embora já estivesse pronto o projeto de intervenção, as pinturas dos sécs. XV e XVI em exposição passavam a estar arrumadas em armazém até a situação estar resolvida, ainda que fossem mostradas aos estudiosos que o solicitassem. Em 26 de agosto pediu-se ao Ministro da tutela a sua intercessão para autorizar a execução do projeto orçado em 2900 escudos, para não se privar o público de «*uma das mais interessantes e valiosas secções do Museu*». A solução obteve concordância de José de Figueiredo, em sessão do CAN de 25 de junho de 1914. Em 22 de junho de 1915, AAG expunha ao Diretor das Obras Publicas de Coimbra a forma como havia de ser alterada a clarabóia já rasgada nessas salas, por modo a evitar a incidência direta da luz, ficando limitada a três caixas sucessivas com painéis de vidro verticais voltados a norte em uma das faces, sendo as restantes fechadas e recortadas com ventiladores, para evitar o aquecimento do ar interior<sup>717</sup>.

O crescimento das coleções fez com que em outubro de 1914, AAG referisse ao Governador Civil a necessidade de um Conservador que o auxiliasse a gerir um museu já com 20 salas de exposição «*em pavimentos diversos, abrigando alguns milhares de objectos, exigindo constantes e solícitos cuidados para a sua conveniente exposição e*

---

<sup>715</sup> Cf. Ofício dirigido ao Chefe da 3.<sup>a</sup> Repartição de Contabilidade Pública, de 5 de junho de 1913, in *Copiador*, Livro 1.º, *Ob. cit.*

<sup>716</sup> Cf. Ofício de AAG para o Chefe da Repartição de Instrução Artística, de 28 de dezembro de 1913, in *Copiador*, Livro 1.º, *Idem.*, fl. 21 f.

<sup>717</sup> Cf. Ofício de AAG remetido ao Diretor das Obras Públicas de Coimbra, de 22 de junho de 1915, in *Copiador*, Livro 1.º, *Ibidem*; Ofícios de AAG para o mesmo destinatário, de 22 de junho de 1915, *Ibid.*, fls. 38 v. e 29 f. e de 10 de agosto de 1915, *Ibidem*, fls. 43 f. e v. Ver Docs. 43 e 44 em Apêndice Documental.

*exacta conservação e guarda*»<sup>718</sup>. O crescimento continuava e não se compaginava com o número reduzido de funcionários (dois guardas e um servente), razão que somada às constantes obras «*de adaptação d'um edificio antigo*», às aquisições constantes de objetos e à «*annexação do Museu de Arte Sacra*»<sup>719</sup>, obrigaram AAG a solicitar um aumento da dotação no orçamento para 1915, para 3460 escudos, divididos nas seguintes rubricas: *Pessoal do quadro*, na qual sugere a contratação de 1 fiel, 1 guarda e 1 servente para reforçar o quadro já composto por 2 guardas e 1 servente (total de 1160 escudos); *Despesas de installação e conservação* (1500 escudos); *Para aquisição e compra de artefactos* (500 escudos); *Despesas de installação e conservação do Museu de Arte Sacra* (300 escudos).

Em 24 de novembro de 1919 o museu tinha 28 salas, mas a dotação mantinha-se aquém das reais necessidades, especialmente a contratação esporádica de mais pessoal para vigiar os espaços em dias de maior afluência de visitantes.

Em termos de documentação, tem realce a conclusão do inventário completo «*dos objectos expostos no Museu Machado de Castro, pretenças do Estado e depositos*»<sup>720</sup>, em setembro de 1917.

João Couto, que ocupou temporariamente o cargo de Conservador adjunto do MMC em 1915, tem uma boa descrição do museu ao tempo de AAG, datada de 1946, quando já era Diretor do MNAA. Conta-nos Couto que

*«no piso inferior dispôs-se a secção romana [...]; abriu-se a sala da Renascença [...]; ao lado era a secção de serralharia e de mil outras antiqualhas ali dispostas [...]. No andar nobre, os tapetes orientais e nacionais, as talhas douradas, as esculturas em madeiras estofadas, as louças, os barros, os móveis enchiam as salas tão agradáveis pelo pitoresco do arranjo. § E no pavimento superior do corpo do edificio que o prelado Bastos Pina mandara construir, mostravam-se as pinturas recolhidas dos conventos [...de mestres portugueses e estrangeiros]. Mostrava-se também, em curioso mostruário, um valioso grupo de fragmentos de tecidos [...]. E ainda a sala de Coimbra, com plantas, alçados e outras recordações desta vetusta cidade.»*<sup>721</sup>

AAG ocupou-se da elaboração de duas edições de um catálogo, intitulado *Museu Machado de Castro – Notas*. A primeira edição é de 1913 e na Introdução o Diretor justifica a necessidade de instrumentos deste tipo como complemento aos letreiros junto das peças, visitadas em poucos minutos por visitantes «*ávidos de impressões*

<sup>718</sup> Cf. Offício ao Governador Civil de Coimbra, de 14 de outubro de 1914, in *Copiador, Livro 1.º, Ob. cit.*

<sup>719</sup> Cf. Offício ao Governador Civil de Coimbra, de 15 de novembro de 1914, *Idem.*

<sup>720</sup> Cf. «Acta 54, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição* [Cota 351], *Doc. Cit.*, fl. 54.

<sup>721</sup> Cf. COUTO, João, «O Professor António Augusto Gonçalves, fundador do Museu Machado de Castro», in *António A. Gonçalves – Homenagem do Instituto de Coimbra, Ob. Cit.*, pp. 53-54.

*instructivas e rápidas*»<sup>722</sup>. Entre esta e a 2.<sup>a</sup> edição, datada de 1916, encontram-se algumas diferenças. Na 2.<sup>a</sup> existe uma maior preocupação com a descrição sumária das salas e com a listagem mais rigorosa das coleções que as compunham, nomeadamente na área das faianças, em que são distinguidas as peças depositadas pelo Dr. Teixeira de Carvalho, por AAG e as que pertenciam ao grupo do próprio museu e às de Manuel da Costa Brioso.



Fig. 40 – Sala Renascença em 1916.  
GONÇALVES, António Augusto,  
*Museu Machado de Castro: Notas*,  
Coimbra, 1916.

Em 1913, o MMC encontrava-se organizado do seguinte modo:

- no rés-do-chão, lado sul, encontravam-se a Sala da *Idade Medieval* (sala II, 2.<sup>a</sup> edição), constituída por fragmentos arquitetónicos, urnas, lápides inscritas, pedras de armas, esculturas, imagens, retábulos; a *Sala Renascença* (sala III, 2.<sup>a</sup> ed.), em que figuravam «retábulos, predelas, dinteis, envasamentos, estátuas e peças decorativas», lápides comemorativas, esculturas em barro, tumulária; um vestíbulo a sul com tapetes persas de pequenas dimensões e algum mobiliário;
- no 1.<sup>o</sup> andar, a *Sala I* (sala IV, 2.<sup>a</sup> ed.), com tapetes persas e de Arraiolos, imagens de santos, retábulo e um móvel, de períodos compreendidos entre os sécs. XIII e XVI; a *Sala II* (sala V, 2.<sup>a</sup> ed.) com teto de carpintaria mudéjar, proveniente da Sé Velha, tapetes de Arraiolos nas paredes, uma vitrina com figuras de presépio em barro, dos sécs. XVIII e XIX, outra vitrina com figuras em vários materiais, como marfim e jaspe, objetos variados de metal e cerâmica e algum mobiliário; as salas *III e IV* (salas VI e VII, 2.<sup>a</sup> ed.) dedicadas à faiança, especialmente azulejos, com padrões árabes, mudéjares, renascença e a segunda à cerâmica coimbrã e a vidros de várias regiões portuguesas e estrangeiras; a *Sala V* (sala VIII, 2.<sup>a</sup> ed.) com mobiliário civil de vários períodos e origens, curiosidades, utensílios domésticos, instrumentos musicais, crucifixos, etc; as *salas VI, VII e VIII* (salas IX, X e XI, 2.<sup>a</sup> ed.) destinadas à arte da

<sup>722</sup> Cf. *Museu Machado de Castro – Notas*, Tip. Auxiliar d'Escritório, Coimbra, 1913, p. 3.



talha, ao mobiliário e à estatuária religiosa, desde a Renascença até ao séc. XIX; a *Sala IX* (sala XII, 2.<sup>a</sup> ed.) com pintura, mobiliário e livros de coro em pergaminho e uma pequena capela contígua com mais pintura e algumas encadernações; a *Sala X* (sala XIII, 2.<sup>a</sup> ed.) com pinturas e mobiliário; um vestíbulo a norte com várias obras de pintura e um grande crucifixo fundido em chumbo; seguem-se três salas de pintura (salas XIV, XV e XVI na edição de 1916), dos sécs. XV e XVI, algumas delas de grande valor; a *sala XI* também reservada à pintura, com retratos de pouca qualidade seguidos de alguns quadros de maior importância, provenientes da Sacristia da Sé Velha, e algum mobiliário, correspondendo à *sala XVII* da 2.<sup>a</sup> edição, onde se destacam os brocados e tecidos.

Fig. 41 – A sala 6, reservada à cerâmica.  
GONÇALVES, António Augusto,  
*Museu Machado de Castro:*  
*Notas*, Coimbra, 1916.



- no rés-do-chão, lado norte, a sala V (sala XVIII, 2.<sup>a</sup> ed.), com esculturas alegóricas provenientes das aulas universitárias, datadas de inícios do séc. XVIII, duas coleções de pesos e medidas em metal, dos reinados de D. Manuel e de D. Sebastião e de D. João VI, ferragens de mobiliário, entre outros produtos de arte industrial.

Em junho de 1913 o edifício do museu encontrava-se ainda em obras, que duraram mais de um ano, e resultaram, fundamentalmente, na instalação da secção romana do museu.

A 2.<sup>a</sup> edição<sup>723</sup> reflete arranjos significativos no museu, caracteriza e define com maior clareza os espaços e as coleções, e mostra maior preocupação em ilustrar com estampas, plantas e fotografias panorâmicas do exterior e de algumas salas do museu. Estas imagens são autênticos tesouros para compreender a Museografia adoptada no período em estudo.

Comparativamente ao ano de 1913, em 1916 o museu tinha já a sala de arqueologia romana instalada (*Sala I – rés-do-chão – Época Romana*), grande parte dela

<sup>723</sup> Cf. *Museu Machado de Castro – Notas*, Coimbra, 1916.

ocupada com materiais de Conímbriga (elementos arquitetónicos, lápides honoríficas e funerárias, materiais de construção, pesos de tear, utensílios domésticos, fragmentos de estuque e de mosaico, etc.) escavados pelo próprio AAG, e anteriormente depositados no museu do Instituto<sup>724</sup>. Uma fotografia mostra-nos uma sala ampla com paredes preenchidas por mosaicos, plintos de alvenaria com elementos arquitectónicos e escultóricos e armários em madeira, sobre os quais assentavam ânforas e que continham no interior diversos objetos e fragmentos cerâmicos e metálicos de uso bélico ou quotidiano. Arredadas das paredes, existiam vitrinas-mesa em madeira, de pés altos, envidraçadas de todos os lados (exceto na base), recheadas abundantemente de vários fragmentos de objetos em cerâmica, alguns deles inteiros.

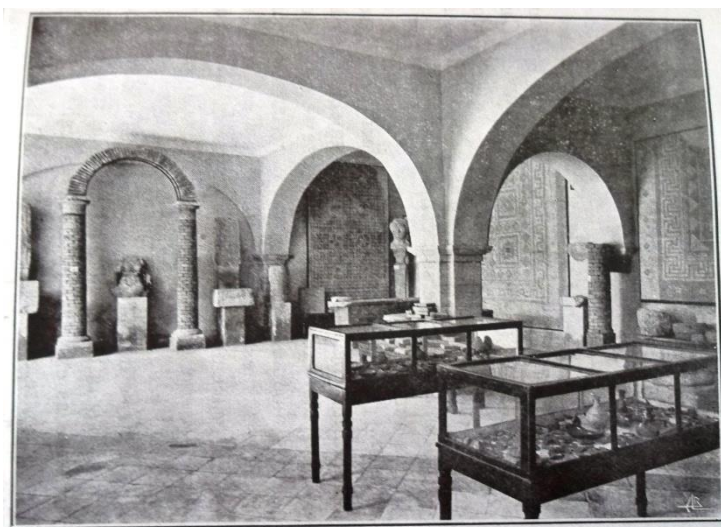


Fig. 42 – Sala de Arqueologia Romana.  
GONÇALVES, António Augusto,  
*Museu Machado de Castro:*  
*Notas*, Coimbra, 1916.

A sala medieval (sala II, 2.<sup>a</sup> ed.) já existente mantinha-se, e a avaliar pela enumeração de peças referidas no catálogo, com um repertório de peças numeroso. O mesmo acontecia com a sala do período renascentista (sala III, 2.<sup>a</sup> ed.), que pelo seu carácter alongado, de galeria, apresentava as paredes de um e do outro lado profusamente preenchidas de esculturas, retábulos, pedras lavradas, lápides, etc.<sup>725</sup>

Em 1921, o MMC tinha uma dotação anual de 1300 escudos, considerada insuficiente para responder às necessidades de conservação do edifício e das coleções, distribuídas por 29 salas e galerias<sup>726</sup>.

Em termos expositivos, o Museu Machado de Castro adotou, durante a direção de AAG, critérios que João Couto descreveu como sendo mais propensos a expor em

<sup>724</sup> Cf. *Idem*, pp. 10-11.

<sup>725</sup> Só em 1932 se voltou a fazer novas obras no museu. Cf. CORREIA, Vergílio, *Museu Machado de Castro: Secções de Arte e Arqueologia: Catálogo-Guia*, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1941, s.p. [prefácio: História do Edifício].

<sup>726</sup> Cf. *Monitoria dirigida aos Srs. Ministros, Deputados e Senadores, ou quem as suas veses fiser, Acêrca do Museu Machado de Castro de Coimbra*, Typ. d'O Despertar, Coimbra, 1921, p. 7.

quantidade do que em qualidade<sup>727</sup>, desprezando o acondicionamento dos espécimes, o discurso e a perspetiva do visitante, apesar de o Diretor se mostrar consciente da necessidade de selecionar as melhores peças, expô-las em segurança e visibilidade e com um discurso didático adequado.

### **c. O Museu de Ourivesaria e Tecidos da Sé de Coimbra: da criação à “extinção”**

O Museu de Ourivesaria da Sé de Coimbra, também conhecido como Museu das Pratas, foi criado sob a iniciativa do Bispo Conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina<sup>728</sup>, à frente da Mitra entre 1872 e 1913. Enérgico e dinâmico, contemporizador com o regime monárquico constitucional, D. Manuel exerceu um importante papel na salvaguarda do património artístico edificado e móvel da Igreja, levando a efeito ou patrocinando, com o apoio da Rainha D. Amélia, e com a colaboração de AAG, o restauro da Sé Velha de Coimbra, as escavações arqueológicas em Conímbriga e a formação do museu. No domínio dos bens móveis, soube gerir de forma equilibrada a extinção dos conventos femininos das ordens religiosas de clausura, conseguindo que, à data da sua extinção, os bens de maior valor fossem entregues à sua guarda, com o pretexto de estarem em melhores condições de segurança. Foi assim que, a partir de 1881 começou a compilar, junto à Sé, objetos de diversas proveniências: do antigo tesouro da Sé Velha, dos conventos extintos, do Colégio de Jesus<sup>729</sup>. Na

---

<sup>727</sup> Cf. COUTO, João, *As exposições de Arte e a Museologia*, Ob. Cit., p. 6.

<sup>728</sup> D. Manuel Correia de Bastos Pina (Carregosa, Oliveira de Azeméis, 19/11/1830 – 19/11/1913), concluiu a formação jurídica na Universidade de Coimbra em 1853 e no ano seguinte acompanhou D. José Manuel de Lemos, novo Bispo de Bragança, àquela cidade transmontana, onde obteve a ordenação religiosa em novembro. Em 1856 acompanhou D. José de Lemos para o Bispado de Viseu, exercendo as funções de vigário geral. Em 1858 nova transferência de D. José de Lemos para o Bispado de Coimbra, e um ano depois seguido por D. Manuel CBP que recebeu as honras de vigário geral, tendo que voltar a Viseu em 1862, para colmatar a vaga aberta pela renúncia do bispo D. José Cerveira, como governador do bispado. Em 1870 tornou-se Bispo Coadjutor de D. José de Lemos, em nome de quem governava quase desde que em 1863 regressou definitivamente de Viseu. Em 22 de dezembro de 1871 foi nomeado Bispo de Coimbra, sendo sagrado em 17 de janeiro do ano seguinte, e em cujo cargo se manteve até à sua morte, em 1913. Paralelamente ao papel de relevo na salvaguarda do património histórico e artístico, MCBP teve uma ação de destaque ao nível do ensino teológico no Seminário de Coimbra, dando ao ensino aí praticado um importante cunho humanista, introduzindo disciplinas de História da Arte e Arqueologia Cristã nos *curricula*. Estava aqui inscrito o intuito de dar bases aos futuros padres na destrição entre os objetos de valor e os que não o possuíam, em suma, sensibilizá-los para a conservação dos templos e dos objetos com interesse histórico e artístico. Cf. GOMES, Marques, *D. Manoel Corrêa de Bastos Pina: Bispo de Coimbra, Conde de Arganil: Esboço biographico*, Minerva Central, Aveiro, 1897.

<sup>729</sup> O Museu da Sé de Coimbra tem origens muito remotas. Constituiu-se com coleções do original tesouro da Sé Velha de Coimbra, formado a partir do século XI, do Colégio de Jesus, da Sé Nova de Coimbra, do Cabido e dos conventos femininos da região de Coimbra (Santa Clara, Lorvão, Sant’Ana, Celas, Louriçal, Vila Pouca da Beira, Ursulinas em Pereira do Campo, Semide, Carmelitas, Tentúgal).

sequência da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882<sup>730</sup>, onde tiveram grande representação a ourivesaria e paramentaria da Sé de Coimbra, ganhou dimensão a ideia de criar um museu. Este foi projetado pelo engenheiro Adolfo Loureiro e organizado por Filipe Simões em algumas dependências da ala sudoeste da Sé, a partir de 1883, aumentadas em 1892 e 1903 para acomodar os objetos dos conventos que se iam extinguindo, passando a distribuir-se pela sacristia, quatro salas e uma galeria. Para o efeito, foram encomendadas em Paris vitrinas de madeira envidraçadas em todas as faces, enriquecidas com trabalhos de entalhamento com decoração floral, e adaptadas aos objetos a expor, sendo mais estreitas as destinadas aos paramentos. Em 1884, o museu foi inaugurado com «*vanguarda e modernidade museográficas*»<sup>731</sup> para a época, pelo destaque que se dava aos objetos. O catálogo foi publicado em 1911, sob autoria de António Augusto Gonçalves e Eugénio de Castro, com o título *Notícia histórica e descritiva dos Principais Objectos de Ourivesaria existentes no Tesouro da Sé de Coimbra* (Imprensa Académica).



Fig. 43 – O Bispo Conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina.

*Ilustração Portuguesa*, 28/3/1910, n.º 214.  
(Cliché Bobone, adaptado)

O Museu de Arte Religiosa da Sé de Coimbra foi anexado ao MMC pelo Decreto de 26 de maio de 1911<sup>732</sup>, mas manteve-se sob a direção do Prelado, o que atesta o respeito que, mesmo entre os republicanos, havia pela figura de um Bispo que sempre conseguiu manter bem separadas as águas do poder temporal e espiritual.

<sup>730</sup> António Pereira da Costa refere também como impulso mais ténue para o museu o destaque que o tesouro da Sé começou a ter na exposição industrial, fabril e de arqueologia realizada em Coimbra, em julho de 1869. Cf. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da (2011), *Ob. Cit.*, pp. 128 e 129.

<sup>731</sup> *Idem*, p. 130.

<sup>732</sup> A Lei da Separação do Estado da Igreja, de 20 de abril de 1911, no seu artigo 76.º, elevou o Museu de Arte Religiosa anexo à Catedral de Coimbra à categoria de Nacional, mantendo na direção o seu instituidor. Com o Decreto n.º 1 de 26 de maio do mesmo ano, o museu perde autonomia para passar a ser uma secção do Museu Machado de Castro.

Após a morte de D. Manuel Correia de Bastos Pina, a Direção foi entregue a AAG<sup>733</sup>, que sugeriu pessoalmente ao Ministro da Justiça a mudança do museu para a igreja de S. João de Almedina, alegando maiores condições de segurança<sup>734</sup>. Igual sugestão foi apresentada em 15 de março de 1914 ao Ministro de Instrução Pública, fazendo constar a sua preocupação pelo isolamento e facilmente expugnáveis instalações do museu, desde que os serviçais da Sé tinham deixado de habitar nas suas dependências<sup>735</sup>. José de Figueiredo e Luciano Freire mostraram-se contra a ideia<sup>736</sup>.

A transferência para São João de Almedina não foi pacífica, tendo-se gerado uma enorme troca de acusações entre Católicos e Republicanos e uma assídua correspondência de ambas as fações para as autoridades. A 12 de março de 1914, José Joaquim Pereira Osório, Governador Civil do Distrito de Coimbra, enviava ao Presidente do Conselho de Ministros uma representação / abaixo-assinado de inúmeros católicos e académicos. A acompanhá-lo, uma introdução do Vigário Capitular da Sé, Cónego José Duarte Dias de Andrade, apelando à manutenção do culto católico em S. João de Almedina, argumentando com a falta de igrejas, com o apego da população àquele templo e com o facto de o mesmo ter sido doado à Irmandade dos Clérigos Pobres, que aí cumpria funções de assistência e beneficência, de acordo com o art. 90.º da Lei de Separação. Invocou também um edital do Ministério da Justiça, datado de 6 de fevereiro de 1912, que estabelecia que o Estado manteria abertas todas as igrejas, onde estivessem instaladas irmandades por direito ou uso antigo, que poderiam continuar a exercer o culto por intermédio dos seus capelães privados. Por fim, defendia que o encerramento do templo não respondia a interesses sociais, já que o museu criado por Bastos Pina se encontrava bem instalado junto à Sé<sup>737</sup>. Além de impopular, a transferência do museu representava uma despesa completamente desnecessária. O abaixo-assinado, de 9 de março de 1914, apresentava argumentos idênticos. Para os seus subscritores, a secularização das igrejas lesou mais o livre exercício do culto católico do

---

<sup>733</sup> O Decreto de 6 de dezembro de 1913 determinou que, no seguimento do falecimento do Bispo de Coimbra, MCBP, a direção do Museu de Arte Religiosa da Sé de Coimbra fosse entregue ao Diretor do Museu Machado de Castro. Cf. *DG*, I Série, n.º 288, de 10 de dezembro de 1913, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/12/28800/46724672.pdf>.

<sup>734</sup> Cf. «28.ª acta», de 14 de dezembro de 1913, in *Actas do CAA2*, *Doc. Cit.* [Cota 351], p. 37.

<sup>735</sup> Cf. Ofício de AAG para o Ministro de Instrução, de 15 de março de 1914, in Copiador, *Doc. Cit.*, fls. 22 f. e 22 v. Ver Doc. 45 em Apêndice Documental.

<sup>736</sup> Cf. «Sessão de 25 de junho de 1914», in *Livro de Actas das Sessões do CAN*, *Doc. Cit.*, p. 48.

<sup>737</sup> Cf. Introdução ao abaixo-assinado, de 11 de março de 1914, do Cónego Dias de Andrade, enviada pelo Governador Civil de Coimbra ao Presidente do Ministério, em 12 de março de 1914, in Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), Processo CJBC/CMB/CMB/CEDEN/011, Caixa 486.

que atendeu a fatores de utilidade pública<sup>738</sup>. Afirmando o seu pacifismo e nada terem feito contra a hegemonia do novo regime, os católicos sentiam-se injustiçados perante a iniciativa de encerrar a Igreja de S. João de Almedina, restando-lhe poucas alternativas para o culto, e consideravam a transferência do Museu de Arte Religiosa supérflua e onerosa para as contas públicas<sup>739</sup>. Na missiva enviada pelo Governo Civil seguia também uma representação da Irmandade dos Clérigos Pobres, datada de 10 de março de 1914, frisando que na igreja de finais do século XVII lhe fora doado um altar para a sua prática cultural<sup>740</sup>, que o privilégio se mantivera depois de ter sido criada a paróquia de S. João, e que depois de esta ter sido extinta em 1854 a Irmandade tomou posse de toda a igreja, administrando o culto e assumindo a conservação do edifício. Além de invocar a sua ligação histórica à igreja, a Irmandade insurgiu-se contra a intenção de dar-lhe «*uma aplicação secular*»<sup>741</sup>, deplorando o facto de se comprometer cada vez mais a celebração do culto católico com outra igreja secularizada. Aludia finalmente ao edital do Ministério da Justiça publicado a 6 de janeiro de 1912, que determinava que as igrejas onde estavam estas irmandades por «*direito ou uso antigo*» não seriam fechadas.

Seguiu-se um clima de exaltação de ânimos entre as partes. Num telegrama de 12 de março de 1914<sup>742</sup>, os católicos de Coimbra solicitaram ao Presidente do Conselho de Ministros a imediata suspensão do encerramento da igreja, para que a Irmandade dos Clérigos Pobres pudesse prosseguir na sua obra de assistência e beneficência além do ministério do culto. Seguiu-se uma manifestação contra a secularização pelos católicos mais fervorosos, no dia 15 de março, no claustro da Sé Nova<sup>743</sup>. A ela acorreram também muitos republicanos, o que fez com que o evento se desfizesse rapidamente, e pelo testemunho do Governador Civil Pereira Osório<sup>744</sup>, sem incidentes. No rescaldo da manifestação, os republicanos procuraram o Governador Civil protestando contra a atitude reacionária dos católicos, afrontando o sistema liberal, e solicitando-lhe que não

---

<sup>738</sup> Cf. Abaixo-assinado dos católicos de Coimbra, de 9 de março de 1914, dirigido ao Presidente do Conselho de Ministros, *Idem*.

<sup>739</sup> *Ibidem*.

<sup>740</sup> Cf. Exposição da Irmandade dos Clérigos Pobres, de 10 de março de 1914, enviada pelo Governador Civil de Coimbra ao Presidente do Ministério, *Ibid*.

<sup>741</sup> *Ibid*.

<sup>742</sup> Cf. Telegrama de 12 de março de 1914, enviado ao Presidente do Ministério, assinado em nome da comissão católica por Sampaio Maia, *Ibid*.

<sup>743</sup> Entre os católicos que se manifestaram contra a dessacralização da Igreja de S. João de Almedina encontravam-se António de Oliveira Salazar, Manuel Gonçalves Cerejeira e José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão, todos membros do Centro Académico de Democracia Cristã. Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *Ob. Cit.*, p. 886.

<sup>744</sup> Cf. Telegrama de 15 de março de 1914, enviado ao Ministério da Justiça e dos Cultos, in ACMF, CJBC/CMB/CMB/CEDEN/011, *Cit*.

permitisse mais ações do género. Gorada a manifestação, os católicos reagiram solicitando uma audiência junto do Ministério para o dia 16 de março, apresentando a sua indignação perante a «*selvejaria demagógica que impediu liberdade de opinião*», exigindo o respeito à Constituição e às garantias individuais<sup>745</sup>. Por seu turno, a comissão republicana também mexia os cordelinhos, telegrafando para Lisboa a lembrar ao Ministro os graves prejuízos que adviriam para Coimbra se a igreja não fosse usada para a expansão do MMC<sup>746</sup>. Reunido em assembleia geral, o Centro Republicano Democrático Académico protestava contra as pretensões católicas<sup>747</sup>. O próprio Presidente da Câmara Municipal de Coimbra – Sílvio Pelico – juntava a sua voz à facção republicana, instando ao Governo que os esforços de AAG no museu deviam ser protegidos pelo Estado<sup>748</sup>.

As tensões agudizaram-se com a intimação do Administrador do Concelho de 13 de março de 1914, para que a Irmandade desocupasse a igreja num prazo de cinco dias, e se transferisse para a Sé ou para a Igreja de São Cristóvão. No dia seguinte, a Irmandade reuniu em assembleia geral e resolveu reclamar a ilegalidade da imposição<sup>749</sup>. Invocou novamente o seu direito de propriedade sobre o imóvel desde 1695, altura em que o mesmo lhe foi doado pelo Bispo Conde D. João de Melo, tendo sido exarada uma escritura pública datada de 18 de janeiro daquele ano. Alegou que até a Comissão Concelhia de Inventário dos bens da Igreja reconhecia os direitos sobre a igreja, pelo que se recusava a abdicar deles, frisando que não o fazia por desrespeito para com o destinatário ou para com a CCELS. Contrariando a Irmandade, a 18 de março de 1914, o Governador Civil de Coimbra – Pereira Osório – informou a CCELS de que a Comissão Concelhia de Inventário arrolou o templo de S. João de Almedina em 15 de maio de 1912<sup>750</sup>.

Em 23 de maio de 1914, a CCELS sugeriu o encerramento imediato da Igreja de S. João de Almedina, alegando a existência de várias alternativas para alojar a Irmandade dos Clérigos Pobres e que esta não reclamou, no prazo previsto na Lei da Separação, a posse da igreja em litígio e contra o arrolamento dos seus bens.

---

<sup>745</sup> Cf. Telegrama de 15 de março de 1914, da comissão católica ao Presidente do Ministério, assinado por Alberto Monsaraz Lopes de Melo, *Idem*.

<sup>746</sup> Cf. Telegrama de 19 de março de 1914, da comissão municipal republicana de Coimbra, assinada por Floro Henriques, *Ibidem*.

<sup>747</sup> Cf. Telegrama de 19 de março de 1914, assinado por Henrique Videira, *Ibidem*.

<sup>748</sup> Cf. Telegrama de 20 de março de 1914, assinado por Sílvio Pelico, *Ibidem*.

<sup>749</sup> Cf. Cópia de uma carta da Irmandade dos Clérigos Pobres dirigida ao Administrador do Concelho de Coimbra, de 15 de março de 1914, *Ib*.

<sup>750</sup> Cf. Parecer da CCELS, de 23 de maio de 1914, *Ib*.

A 4 de junho de 1914 foi publicado o Decreto n.º 532, encerrando a Igreja de S. João de Almedina, por ser considerada «*desnecessaria ao culto*» e para ser «*oportunamente, aplicada a qualquer fim de utilidade social*»<sup>751</sup>. À Irmandade dos Clérigos Pobres, a quem foi concedido um prazo razoável para encontrar outras instalações, foi oferecida a Igreja do Salvador, de que tomou posse em 12 de dezembro de 1914<sup>752</sup>.

A 2 de setembro de 1914, o Chefe da Repartição de Instrução Artística, corroborando a posição de AAG, sugeriu ao Secretário Geral do Ministério da Justiça a adaptação de S. João de Almedina para a secção sacra do museu, alegando motivos de segurança e conservação<sup>753</sup>.

A mudança do Museu de Arte Religiosa para S. João de Almedina só foi conseguida em 1921, para desgosto de AAG, que em 22 de junho de 1914 comunicou o roubo de algumas peças ao Comissário de Polícia de Coimbra<sup>754</sup>. A falta de segurança era acrescida com obras que a Universidade de Coimbra promovia, como entidade a quem foram cedidas algumas dependências da Sé. AAG, em ofício de 21 de agosto de 1914 dirigido ao Reitor, apelou à intervenção do interlocutor para que não se iniciassem as obras de monta no edifício onde se encontrava instalado o museu, enquanto ele não fosse transferido para local alternativo, e que usasse da sua influência para obter o mais prontamente possível a entrega da Igreja de São João de Almedina.

Creemos que AAG envidou todos os esforços para acelerar o processo de transferência do museu. Em telegrama de 7 de junho de 1915 para o Ministro do Interior, informa-o de que o projeto de adaptação do edifício da igreja a museu já se encontrava concluído, agradecendo-lhe que ordenasse a sua execução. Sobre os trabalhos, AAG sugeriu ao Diretor das Obras Públicas de Coimbra, em ofício de 29 de setembro de 1915, que as obras fossem executadas por administração direta e não por empreitadas gerais ou parciais, justificando essa preferência pela urgência e pela necessidade de prever situações inesperadas em edifícios antigos, não incluídas em

---

<sup>751</sup> Cf. <http://dre.pt/pdf1sdip/1914/06/09000/03310331.pdf> (Sítio de internet do Diário da República).

<sup>752</sup> «Registo do auto de entrega da igreja de São Salvador da cidade de Coimbra, ao juiz da Irmandade dos Clerigos Pobres», in ACMF, Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/087, Caixa 253. Ver Doc. 46 em Apêndice Documental.

<sup>753</sup> Cf. Ofício (N.º 145, Livro 2, Ministério de Instrução Pública, RIA) do Chefe de Repartição para o Secretário Geral do Ministério da Justiça, de 2 de Setembro de 1914, in ACMF, CJBC/CMB/CMB/CEDEN/011, Caixa 486, *Cit.*

<sup>754</sup> Cf. Ofício de AAG para o Comissário de Polícia de Coimbra, de 22 de junho de 1914, in *Copiador*, Livro 1.º, *Doc. Cit.*, fls. 27 f. a 28 v (Ver Doc. 47 em Apêndice Documental). O roubo da Sé foi amplamente divulgado na imprensa local, em títulos como *O Despertar, bi-semanário republicano*.



empreitadas rígidas. Em 1917, AAG insistiu com o CAA2 para que fosse pedida ao ministro uma dotação de 800 escudos, necessária para se ultimarem as obras de adaptação da igreja<sup>755</sup>. Em 20 de janeiro de 1918, o Presidente do CAA2 informava os restantes membros de que, em virtude do Sidonismo, «*é de crer que todos esses esforços se tivessem perdido e julga ser conveniente instar de novo e no mesmo sentido com o actual ministro*»<sup>756</sup>. Na mesma sessão, AAG aproveitou para frisar a importância de solicitar ao Ministro da Guerra as grades da fachada do Convento de Santa Clara para serem usadas no reforço da segurança na igreja.

Resolvida a disputa da igreja, surgiu outro problema. Em 13 de junho de 1918, o Governador Civil apresentou ao Secretário de Estado da Justiça e dos Cultos uma representação do Cabido, com a qual concordava, solicitando a restituição do Tesouro da Sé à sua guarda e conservação e a manutenção no local original ou, não sendo possível, que lhe fossem cedidos os objetos necessários ao culto e as salas onde o museu estava instalado<sup>757</sup>. Depois de ponderada uma resposta «*mais autorizada e cabal*»<sup>758</sup> ao ofício do Presidente da CCELS, de 3 de janeiro de 1919, comunicando-lhe as pretensões do cabido, António Augusto Gonçalves levou o assunto à consideração do CAA2<sup>759</sup>. Este emitiu um parecer perentório sobre o caso, realçando que a República se pautou pelos mesmos valores que animaram o Bispo Conde a criar o Museu de Arte Sacra da Sé: «*arrancar da obscuridade das arrecadações para gozo e utilidade pública, esses preciosos documentos da arte e da nossa grandeza nacional*»<sup>760</sup>. Defendia também que o novo regime contribuirá generosamente para o aumento das coleções, cedendo objetos de diversas procedências e que era preciso acabar com a negligência para com a arte<sup>761</sup>. Em suma, cabia ao Estado prover à segurança e conveniente exposição dos objetos. O CAA2 manifestou-se igualmente contra a cedência das alfaias mais valiosas para o culto pois considerava que aquele não teria menos brilho e muito pior seria pô-las em risco

---

<sup>755</sup> Cf. «55 Acta – Acta da Sessão do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> Circunscrição» de 18 de novembro de 1917», in *LASCAA23C, Cit.*, fl. 56 f.

<sup>756</sup> Cf. *Idem*, «56 Acta – Acta da Sessão do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> Circunscrição», de 20 de janeiro de 1918, *Idem*, fl. 57 f.

<sup>757</sup> Cf. Ofício do Governador Civil ao Secretário de Estado da Justiça e dos Cultos, de 13 de junho de 1918; Representação do Cabido da Sé de Coimbra dirigida ao Ministro da Justiça e dos Cultos por intermédio do Governador Civil, de 11 de abril de 1918, in *ACMF*, Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/047, Caixa 253.

<sup>758</sup> Cf. Ofício do Diretor do MMC ao Presidente da CCELS, de 11 de fevereiro de 1919, *Ibidem*.

<sup>759</sup> A este respeito, consultem-se as atas 61 a 66 do CAA2, disponíveis nas *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> Circunscrição*, Livro 351, AHSMEC.

<sup>760</sup> Cf. Parecer do CAA2 enviado ao presidente da CCELS, de 10 de fevereiro de 1919, *Ibidem*.

<sup>761</sup> *Ibidem*.

«de extravio ou destruição»<sup>762</sup>. Anuía, no entanto, à cedência dos objetos de menor valor, com «igual significação e autenticidade litúrgica». Em abril de 1919, a CCELS indeferiu o pedido do Cabido, lembrando que o diretor do MMC sempre cedeu para o culto «os paramentos e alfaias do Museu quando o Cabido lh'os tem solicitado para qualquer festividade mais solene»<sup>763</sup>. Em 2 de janeiro de 1920, AAG fez constar ao Diretor Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos que o alto valor patrimonial dos bens reunidos no museu e o seu papel na educação artística não os podiam dispensar para usufruto de uma corporação particular<sup>764</sup>. Para resolver o problema, sugeriu a criação de uma comissão criteriosa e imparcial, incumbida de selecionar os objetos inalienáveis dos que poderiam ser dispensados ao Cabido para os rituais do culto. Entretanto, em julho de 1920, decidiu encerrar o museu ao público, dados o mau estado de conservação das coberturas, as consequentes infiltrações pluviais e a falta de espaço para a exposição dos objetos recentemente incorporados, ainda encaixotados, como os procedentes do convento do Lourçal. A sugestão materializou-se na Portaria n.º 2650 de 24 de fevereiro de 1921, que determinou que uma comissão de três vogais, presidida por AAG, junto com mais três representantes da corporação encarregada do culto na Sé, procedessem à «separação e selecção dos objectos, paramentos e alfaias» a incorporar no MMC ou a manter afetos ao culto<sup>765</sup>. O diploma entregou ao Cabido as instalações antes ocupadas pelo Museu de Arte Religiosa, para servir como espaço de reunião ou de culto alternativo, de arrumo das alfaias religiosas e para evitar que uma entidade estranha partilhasse o espaço<sup>766</sup>.

Os factos expostos justificam o atraso da transferência do Tesouro da Sé e a apreensão de AAG, que insistia com todos para que o processo fosse agilizado. A 4 de abril de 1921, num ofício dirigido ao Presidente da Direção da Sociedade de Defesa e

---

<sup>762</sup> *Ibidem*.

<sup>763</sup> Cf. Resolução n.º 3819 da CCELS, de 23 de abril de 1919, in ACMF, Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/047, *Cit*.

<sup>764</sup> Cf. Ofício de AAG ao Diretor Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos, de 2 de janeiro de 1920, in ACMF, Processo DGJC/CMB/CMB/PRDIV/010, Caixa 417.

<sup>765</sup> Cf. *Diário do Governo*, n.º 40, I Série, de 24 de fevereiro de 1921, disponível no site Diário da República - <http://dre.pt/pdf1sdip/1921/02/04000/01950195.pdf>. Em 26 de janeiro de 1921, a CCELS determinava que as dependências da Sé desocupadas pelo museu de arte sacra podiam ser entregues ao cabido da Sé, para efeitos culturais. Além disso, depois de ouvidos o Diretor do MNAA e o CAA2, sugeriu a nomeação de uma comissão de 3 membros da corporação cultural e outros 3 do CAA, para escolher os objetos que podiam ceder-se para o culto, nos termos da Portaria n.º 1244 de 4 de março de 1918. (Cf. ACMF, Processo DGJC/CMB/CMB/PRDIV/010, Caixa 417); Para a comissão, o CAA2 nomeou os vogais Belisário Pimenta, Cupertino Ribeiro e João Couto. Cf. «Acta n.º 78», in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscricção*, Livro n.º 351, fl. 83 f. (AHSGMEC).

<sup>766</sup> Cf. Ofício do Cabido da Sé de Coimbra ao Administrador do Concelho, de 21 de janeiro de 1920, in ACMF, Processo DGJC/CMB/CMB/PRDIV/010, Caixa 417, *Cit*.

Propaganda de Coimbra, o destinatário foi informado de que o museu se encontrava desorganizado e fechado por causa das obras no edifício, aguardando-se que as autoridades disponibilizassem as verbas para a efetiva adaptação de S. João de Almedina a museu. A inquietação motivou AAG a oficiar ao Reitor da Universidade de Coimbra, sensibilizando-o para a necessidade de concluir as obras do edifício do Cabido antes de o inverno chegar, para acabar de vez com as infiltrações verificadas<sup>767</sup>.

Finalmente, a situação mostrou sinais de mudança. Um despacho do Ministério da Justiça, de 28 de abril de 1921, concedeu à Direção Geral de Belas Artes uma verba de 10.000\$00 para as despesas com a transferência, o reforço da segurança da igreja e o mobiliário de exposição. Em junho de 1921 foi publicado o Decreto n.º 7556 de 17 de junho, aprovando o mapa de reforço das dotações para despesas diversas de vários museus, e nele estava incluída<sup>768</sup> a «*instalação e conservação da colecção de ourivesaria e tecidos*». A 28 de janeiro de 1922 as obras estavam quase concluídas, faltando simplesmente os gradeamentos das janelas<sup>769</sup>. A 24 de dezembro de 1922, o museu estava a ser transferido<sup>770</sup>.

Do ponto de vista do CAA2 e do MMC, a situação de ceder as dependências da Sé ocupadas pelo museu ao Cabido não lhes oferecia qualquer contestação. O mesmo não se pode dizer da reclamação de algumas alfaias e paramentos transferidos para S. João de Almedina, que o Cabido da Sé reclamava ao abrigo da nova Lei da Separação (de 22 de fevereiro de 1918) e que, como vimos, conduziram o CAA2 a invocar os desvelos que tinham levado o Bispo Conde a fazer um museu, para salvaguarda dos bens, e a capacidade exclusiva do Estado em prover à sua segurança, não deixando de admitir que fossem disponibilizados ao cabido os objetos de menor valor, mas com o mesmo significado para o culto.

A 11 de julho de 1923, em ofício dirigido ao Ministro de Instrução Pública, percebe-se que já se encontrava concluída a mudança, pelo que AAG solicitou o reforço do número de funcionários para vigiar «*trinta salas e galerias, em pavimentos diversos*», às quais se somava o edifício de São João de Almedina, e frisava que só com esse provimento poderia ser aberto ao público o novo anexo museológico, há 10 anos afastado da admiração pública. A inauguração da secção de Ourivesaria e Tecidos teve

---

<sup>767</sup> Cf. Ofício dirigido ao Reitor da Universidade de Coimbra, de 10 de abril de 1921, in *Copiador, Livro 1.º, Ob. Cit.*

<sup>768</sup> Cf. *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa publicada no ano de 1921 Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923, pp. 671-676.

<sup>769</sup> Cf. Ofício dirigido ao Presidente do CAA2, de 28 de janeiro de 1922, in *Copiador, Livro 1.º, Ob. Cit.*

<sup>770</sup> Cf. Ofício do Cabido da Sé de Coimbra ao Ministério da Justiça e dos Cultos, *Ibidem*.

lugar em 22 de julho de 1923. A 18 de outubro seguinte, AAG expunha ao Presidente do CAA, que os «centenares de visitantes, que tem admirado, unanimemente bradam contra a imprevidência e leviandade com que se acham expostos a todas as ameaças de latrocínio tantos thesouros de altíssimo valor»<sup>771</sup>. A falta de segurança era notória e as reclamadas grades para as janelas do edifício continuavam por instalar.

---

<sup>771</sup> Cf. «Acta n.º 108», *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, Livro 351, fl. 115 v. (AHSGMEC).

## 2. MUSEU REGIONAL DE AVEIRO

«Em 1914 tive de ir a Aveiro, por motivo de serviço publico. Disseram-me que no extinto Convento de Jesus se estava organizando um Museu Regional. Fui ve-lo. Foi para mim uma revelação»<sup>772</sup>.

### Antecedentes

O efeito precursor da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola realizada em Lisboa em 1882 encontrou equivalentes em Aveiro. Aqui realizaram-se duas exposições de arte religiosa que podem ser consideradas diretas antecessoras do Museu Regional, porque a segunda se realizou no Convento de Jesus, porque ambas exibiram objetos que mais tarde iriam ser parte do acervo do museu<sup>773</sup>, porque os exibiram segundo critérios museológicos<sup>774</sup> e porque um dos autores dos catálogos destas mostras viria a ser o primeiro Diretor do Museu Regional de Aveiro (MRA). A primeira, denominada “Exposição Districtal de Aveiro - Relíquias da Arte Nacional”, realizou-se em 1882, tendo como autores dos textos do catálogo João Augusto Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos. A segunda, “Exposição de Arte Religiosa”, teve lugar em 1895, resultando também num catálogo<sup>775</sup>, com textos de Marques Gomes, vogal da Comissão Organizadora. Ambas inauguraram em 22 de agosto e tiveram como finalidade angariar fundos para auxílio dos pobres de Aveiro.

No conjunto de condições que facilitariam a criação futura do MRA tem peso a existência, no Convento de Jesus, de um museu privado que se foi constituindo desde a fundação daquela casa religiosa, em meados do século XV. Da situação tiveram consciência, desde muito cedo, os já referidos Joaquim de Vasconcelos e João Marques

---

<sup>772</sup> Cf. Almeida d’Eça, in Museu Regional de Aveiro, *Sessão de Arte: 16 de Janeiro de 1916: Feixe de notícias: Conferência do Dr. Egas Moniz, com um prefácio d’Almeida d’Eça*, A Universal, Porto, 1916, p. 4.

<sup>773</sup> A título de exemplo: Nossa Senhora dos Anjos, baixo-relevo em barro, do séc. XVII, proveniente da demolida Igreja de Vera Cruz de Aveiro; São João Evangelista, escultura de vulto, em barro, séc. XVIII, procedente do Convento da Madre de Deus de Sá, da mesma cidade. Cf. COSTA, Maria Madalena G. F. Cardoso da, *A coleção de Escultura do Museu de Aveiro – historial, proveniência e constituição*, GAAC, Coimbra, 2010, pp. 42 e 43.

<sup>774</sup> *Idem*, p. 12: «Tal como a anterior, foi também uma exposição organizada com critérios museológicos de ordenação e classificação dos objectos por secções, de tipologia ou matérias dos mesmos, embora todos com o denominador comum de objectos religiosos».

<sup>775</sup> Cf. *Catálogo da Exposição de Arte Religiosa no Colegio de Santa Joanna Princeza em beneficio dos pobres de Aveiro*, Minerva Central, Aveiro, 1895. A exposição apresentou uma plêiade significativa de objetos, distribuídos em diversas secções: ourivesaria, metais preciosos e jóias; obras de metais não preciosos; tecidos e bordados; mobília; escultura decorativa; cerâmica, vidros e esmaltes; obras de tartaruga e incrustações; quadros a óleo e miniaturas; panos de Arrás e tapetes; desenhos, gravuras e fotografias; encadernações, livros raros e curiosos, manuscritos. O catálogo é extremamente importante, pois dá-nos indicações da proveniência dos objetos e sobretudo porque contribui de forma significativa para o estudo das coleções do MRA, dado que muitos objetos expostos vieram a fazer parte do seu acervo.

Gomes e também Joaquim de Melo Freitas, que utilizaram a imprensa para apresentar as suas ideias<sup>776</sup>. O primeiro foi o instigador da ação dos restantes para a criação de um museu<sup>777</sup>, ainda que com uma feição industrial. O segundo defendia em 1910 a conversão do Convento em museu municipal, passível de reunir aos objetos aí existentes e outros que pudessem ser para ali transferidos, apontando como exemplo o espólio do Convento das Carmelitas. O terceiro defendeu publicamente, no jornal *A Época*, de 17 de junho de 1886, a opinião avançada por JV no sentido de se envolver a comunidade na reunião dos objetos, e de se utilizar para a instalação do novo museu a capela de Nossa Senhora da Alegria. Em 6 de fevereiro de 1911, Melo Freitas representou a Afonso Costa a necessidade urgente de proteger e divulgar os bens existentes nos conventos de Jesus e das Carmelitas, descrevendo os mais importantes<sup>778</sup>. Apontava, para o efeito, algumas razões de peso para a instalação do museu no extinto Convento de Jesus: o seu passado histórico e patrimonial muito arreigado a Santa Joana Princesa e ao seu culto devocional; a categoria de Monumento Nacional que foi atribuída à Igreja e Túmulo da real defunta em 16 de junho de 1910, que justificava a sua utilização como instituição ao serviço da conservação do património; os antecedentes museológicos das exposições de 1882 e 1895, que suportavam a aposta num serviço público vantajoso para a cidade.

### **Na República**

Após a implantação da República, a Comissão Municipal Republicana expôs ao Ministro da Justiça a conveniência de ser-lhe cedido o Convento de Jesus para instalação de repartições públicas. O Governador Civil – Dr. Rodrigo Rodrigues – oficiou em 29 de março de 1911 ao Ministro, sugerindo a instalação de um museu distrital ou municipal no imóvel.

Em 29 de maio de 1911, o deputado Joaquim de Melo Freitas pugnava no Parlamento pela criação de um museu no antigo Convento de Jesus, onde por estímulo de D. Manuel Correia de Bastos Pina se havia instalado o Real Colégio de Santa Joana,

---

<sup>776</sup> Em 1895, Joaquim de Vasconcelos publicou no jornal *Commercio do Porto* aludindo à constituição de museus conventuais em Arouca, Lorvão, Santa Clara de Coimbra e no Convento de Jesus. Marques Gomes, num artigo publicado em 1910, no *Campeão das Províncias* referia a existência de um «singular e raro museu, que cumpre conservar e enriquecer» no Convento de Jesus, e defendia a conversão do mesmo em museu municipal. Cf. GOMES, Marques, *Historia do Museu Regional de Aveiro (1911-1921)*, Aveiro, 1921, pp. 5-7.

<sup>777</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>778</sup> Cf. FREITAS, Joaquim de Mello, *Feixe de motivos porque na parte nobre do convento de Jesus d'Aveiro se deve instalar um museu districtal ou municipal*, Campeão das Províncias, Aveiro, 1911.

para educação de raparigas, ministrado pela Ordem Terceira de S. Domingos, no contexto de preservação de algumas das ordens religiosas levada a cabo pelo Bispo Conde.

No dia 10 de junho, Marques Gomes obteve de José de Figueiredo o apoio que este podia dispensar como membro do CAN e da Comissão de Inventário e Restauro de Pinturas Antigas<sup>779</sup>. Por sua vez, JF relegou para António Augusto Gonçalves e para o CAA2 as questões relacionadas diretamente com a instituição do museu.

Em 23 de junho, o Governador Civil, apoiando os desígnios da Câmara, insistiu na criação de um museu municipal junto do Ministro da Justiça, solicitando que os objetos existentes nos conventos de Jesus e das Carmelitas fossem entregues à edilidade. Entretanto, o Governo Civil encarregou João Augusto Marques Gomes de providenciar a limpeza e arrumação do edifício de Jesus, e de selecionar os objetos passíveis de constituir acervo museológico. A incumbência foi recebida com muita satisfação<sup>780</sup>, passando a ser auxiliado por dois serventes disponibilizados pela Autarquia, que em mais nada contribuiu. Para apoio monetário aos trabalhos, foi autorizado a vender ervas e frutos da cerca conventual, bem como outros objetos inúteis.

A 11 de julho de 1911, a Câmara Municipal recebeu das mãos de uma comissão de delegados da CCELS e do CAA2 os edifícios dos conventos de Jesus e das Carmelitas, para a aplicação que julgasse conveniente, salvaguardadas as dependências classificadas como monumentos nacionais<sup>781</sup>. Graças às instâncias do Dr. Rodrigo Rodrigues<sup>782</sup>, em 23 de agosto de 1911 foi publicada uma portaria oficializando a cedência do Convento de Jesus para instalação de «*repartições publicas, escolas, tribunaes e quarteis de policia*». O diploma também responsabilizou a Autarquia pela gestão de um «*museu regional de arte antiga e moderna*», a instalar na «*parte do convento de Jesus, contigua ao claustro e á igreja*»<sup>783</sup> e confiando-lhe a guarda dos objetos artísticos das extintas congregações do distrito de Aveiro. Ficava assim definida

---

<sup>779</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>780</sup> Cf. NEVES, F. Ferreira, in «Subsídios para a história do Museu de Arte em Aveiro», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1975, vol. XLI, p. 243: «MARQUES GOMES aceitou o encargo com muita satisfação e imediatamente desenvolveu grande actividade na reunião dos ditos objectos em salas do extinto Convento de Jesus».

<sup>781</sup> Cf. GOMES, Marques, «Museu Regional de Aveiro: I – Organização», in *Ilustração Moderna*, Marques Abreu, Porto, maio de 1926, 1.º Ano, N.º1, p. 16. Ver também, do mesmo autor, *Historia do Museu Regional de Aveiro (1911-1921)*, *Ob. Cit.*, p. 10.

<sup>782</sup> Cf. SOUTO, Alberto, *Museu de Aveiro: Notícia Sumaríssima*, Tipografia Nacional, Aveiro, 1926, p. 7.

<sup>783</sup> Cf. DG, n.º 198, I Série, de 25 de agosto de 1911, <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/08/19800/36083608.pdf>.

a vocação inicial do MRA: a salvaguarda do património edificado dos conventos e das respetivas coleções.

A escassez de recursos materiais, financeiros e humanos para os serviços de que tinha ficado incumbido<sup>784</sup>, levaram Marques Gomes a solicitar maior apoio ao Governo Civil, onde exercia as funções de amanuense, e aquele entendeu chamar a Câmara Municipal à responsabilidade que lhe estava determinada pela Portaria de 23 de agosto: a instalação, guarda e gestão do museu. Nesse intuito, em 4 de setembro de 1911 escreveu ao Presidente da Câmara manifestando disponibilidade para continuar a colaborar, reiterando a continuidade dos trabalhos de organizador em funções, caso a Câmara assim o entendesse. Por outro lado, sugeriu a entrega da Direção do museu a uma comissão e a inscrição no orçamento municipal, das verbas indispensáveis para a instalação<sup>785</sup>.

A indiferença da Câmara Municipal manteve-se, motivando a intervenção de Marques Gomes, que oficiou diretamente ao CAA2 em 26 de abril de 1912, propondo a nomeação da comissão organizadora e os nomes dos seus membros. Entretanto, José de Figueiredo fazia constar ao CAN, na sua sessão de 11 de abril de 1912, que contrariamente às determinações da Portaria de 23 de agosto, o Inspetor Escolar de Aveiro pretendia instalar em sala anexa do claustro do Convento de Santa Joana, uma aula de instrução primária. Para evitar esta situação, o Presidente resolveu chamar a atenção do DGIP para o cumprimento das disposições da portaria.

Nova portaria, de 7 de junho de 1912<sup>786</sup>, criou finalmente o Museu Regional de Aveiro, nomeando a sua Comissão Organizadora<sup>787</sup>, para prosseguir com a instalação. O Estado chamava a si a condução dos destinos do Museu, integrando-o na tutela do CAA2, dependente do MI, DGISSE.

---

<sup>784</sup> O organizador enfrentava carências de pessoal e de dinheiro para conseguir transferir retábulos existentes em partes do Convento de Jesus não ocupadas pelo museu, no convento das Carmelitas e nos depósitos da Direção de Obras Públicas. Cf. GOMES, Marques, *Historia do Museu Regional de Aveiro*, *Ob. Cit.*, p. 12.

<sup>785</sup> *Ibidem*.

<sup>786</sup> Cf. Portaria de 7 de junho de 1912, in *Diário do Govêrno*, I Série, n.º 135, de 11 de junho, in <http://dre.pt/pdfgratis/1912/06/13500.pdf> (consulta efetuada em 22 de abril de 2013).

<sup>787</sup> A Comissão Organizadora do Museu Regional de Aveiro constituiu-se pelas seguintes personalidades: Dr. Jaime Magalhães Lima, publicista; Dr. Joaquim de Melo Freitas, *idem*; João Augusto Marques Gomes, *idem*; Francisco Augusto da Fonseca Regala, Primeiro Tenente da Armada; Dr. Álvaro de Moura Continho de Almeida de Eça, Reitor do Liceu; Jacinto Agapito Rebocho, Presidente da Associação Comercial; José de Pinho, Pintor; José da Fonseca Prat, vogal da Comissão Municipal Administrativa; António Augusto da Silva, Mestre de Obras; Firmino de Sousa Huet, Condutor de Obras Públicas; José Gonçalves Gamelas, Comerciante; Dr. António Carlos da Silva Melo Guimarães, Conservador do Registo Predial; Dr. Luis de Brito Guimarães, Professor do Liceu; Mário Duarte. Cf. *Idem*, também disponível em *COLP – Ano de 1912*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1913, p. 375.



Em 21 de julho instalou-se a Comissão, com Magalhães Lima como Presidente e Marques Gomes como Secretário, que mantinha um papel preponderante na organização, contando na retaguarda com o apoio de José de Figueiredo, José Leite de Vasconcelos e Joaquim de Vasconcelos. O primeiro, de visita ao incipiente museu em 19 de setembro de 1911, tecia rasgados elogios ao organizador, na defesa dos bens artísticos<sup>788</sup>. O segundo visitou o museu em final de 1911, de que resultou um artigo n' *O Aveirense* de 1 de janeiro de 1912, engrandecendo a figura do organizador, os espaços já adaptados e as coleções existentes, apesar da falta de apoio recebido<sup>789</sup>. O terceiro agraciou os interessados com uma conferência no museu, na tarde de 28 de abril de 1912, em que fez uma retrospectiva da História da Arte, enalteceu o iniciador e o museu que colocou como 3.º do *ranking* nacional, destacou algumas das obras pictóricas de maior importância, merecendo relevo o retrato de Santa Joana Princesa.

A Comissão Organizadora depressa ganhou consciência da necessidade de ampliar os espaços do museu, para poder acomodar-se o crescente acervo. Na sequência da deslocação de AAG a Aveiro, a CO solicitou à Câmara a cedência de uma grande sala junto da capela do Senhor dos Passos, então ocupada pela escola da Junta de Freguesia da Glória, e também de alguns objetos de talha do Convento de Sá, em poder da Junta de Paróquia de Vera-Cruz<sup>790</sup>. A anuência da edilidade foi aprovada em sessão de 1 de agosto<sup>791</sup>, efetivando-se em finais do mês, graças a AAG, ao Governador Civil – Júlio César Ribeiro d'Almeida – e ao Presidente da Câmara Municipal – Luís de Brito Guimarães.

Às dificuldades monetárias e à falta de mão de obra para proceder aos trabalhos de instalação somavam-se graves problemas estruturais do edifício, que obrigavam a solicitar a intervenção da Direção das Obras Públicas para implementar vários melhoramentos e evitar a derrocada da galeria norte do claustro e os riscos daí decorrentes sobre vidas humanas e sobre as coleções.

Graças ao esforço de propaganda, o museu ganhou popularidade. Entre os instrumentos utilizados para o efeito, contam-se alguns artigos ilustrados com fotografias de pormenores ou objetos do museu, publicados em revistas como *A Arte* e *O Mundo Ilustrado*. Tiveram também lugar algumas excursões ou eventos em que se

---

<sup>788</sup> Cf. GOMES, Marques, «Museu Regional de Aveiro II: Organização», in *Ilustração Moderna*, Marques Abreu, Porto, junho, 1926, 1.º Ano, n.º 2, p. 38.

<sup>789</sup> Cf. GOMES, Marques, *Historia do Museu Regional de Aveiro (1911-1921)*, Ob. Cit., p. 15.

<sup>790</sup> Cf. «11.ª Acta», de 21 de julho de 1912, *Idem*, p. 16.

<sup>791</sup> Cf. «12.ª Acta», de 4 de agosto de 1912, *Ibidem*, p. 17.

incluía a visita ao museu como parte do programa, como foi o caso do Congresso do Partido Republicano em abril de 1913, saldado, entre outros aspetos, com uma visita do Chefe de Governo, Afonso Costa, no dia 5<sup>792</sup>, que prometeu o necessário auxílio ao museu. Esse apoio materializou-se com a aprovação, em sessão do Parlamento de 28 de junho de 1913, de um subsídio anual de 300\$00, sugerido pelos deputados Barbosa de Magalhães e Alberto Souto ao Ministro das Finanças. Ganhou-se, assim, mais espaço de manobra para fazer face às despesas de conservação, expediente e aquisição de coleções. Por Portaria de 26 de janeiro do ano seguinte, o deputado Alberto Souto foi nomeado para conduzir um inquérito sobre a organização dos serviços do museu. Embora nunca se tenha realizado, o nomeado referiu num artigo do jornal *A Liberdade* (de 29 de janeiro), que uma dotação anual de 300\$00 era insuficiente para custear as muitas despesas com o movimento dos objetos e que era urgente a contratação de um guarda e de um contínuo, para abrir o museu ao público quanto antes. Em 1921 a dotação mantinha o mesmo valor.

A CO só reuniu na sessão em que foi instalada e pouco produziu, levando Jaime de Magalhães Lima a propor ao Ministro da Instrução Pública, em 16 de junho de 1915, a nomeação de um Diretor que se ocupasse do museu<sup>793</sup>. Para ocupar o cargo, foi feita justiça a Marques Gomes<sup>794</sup>, nome proposto ao CAA2 em 18 de julho de 1915<sup>795</sup>, que deliberou aceitá-la, sob condição de ser confirmada pelo Governo. A 19 de agosto, José de Figueiredo, na qualidade de oficioso Inspetor dos Museus Regionais, deu um parecer elogioso sobre o museu e o seu organizador, que considerava merecedor de uma

---

<sup>792</sup> O jornal *O Mundo* noticiou em pormenor a visita do estadista, na sua edição de 7 de abril de 1913. Cf. GOMES, Marques, *Historia do Museu Regional de Aveiro (1911-1921)*, Ob. Cit., pp. 24 e 25.

<sup>793</sup> Cf. GOMES, Marques, «Museu Regional de Aveiro (Conclusão): III Organização», in *Ilustração Moderna*, setembro, 1924, 1.º Ano, n.º 5, p. 118.

<sup>794</sup> João Augusto Marques Gomes, arqueólogo e historiógrafo, dirigiu o Museu Regional de Aveiro até 1923. Nasceu em Aveiro em 6 de fevereiro de 1853 e aí faleceu a 2 de dezembro de 1931. Foi como amanuense do Governo Civil que se iniciou na Direção do Museu Regional. Entre outros títulos, foi autor de vários artigos sobre a antiguidade da sua terra natal, publicados no jornal *Distrito de Aveiro*. Escreveu e publicou em volume obras como *Memórias de Aveiro*, 1875; *O Distrito de Aveiro, noticia geográfica, heráldica, arqueológica, histórica, etc., de todas as vilas e freguesias do seu distrito*, Coimbra, 1877. Cf. GEPB, Ed. Enciclopédia, Lda., Lisboa / Rio de Janeiro, vol. XVI, p. 408. Alberto Souto registou as seguintes palavras sobre o seu antecessor: «Acaba de falecer o sr. Marques Gomes, o organizador deste Museu e seu primeiro director. § Tinha defeitos, mas foi um investigador de alto merito, historiografo dos mais distintos deste Paiz. § Muito lhe deve a historia da cidade de Aveiro, muito lhe deve ainda a cidade, pois sem ele não teria aqui um Museu de tanto valor». Cf. SOUTO, Alberto, *Notas e Apontamentos sobre o Museu Regional de Aveiro e seus serviços*, Arquivo do Museu de Aveiro [documento manuscrito]. Marques Gomes é autor de uma extensa bibliografia de cariz histórico.

<sup>795</sup> Cf. 40.ª Ata de Sessão do CAA2, de 18 de julho de 1915, in *Livro das Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª e 3.ª Circunscrições*, Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, fl. 45 vrs. [AHSGMEC]

retribuição de 200 escudos anuais e de um louvor público<sup>796</sup>. Ficaram reunidas as condições para a nomeação de Marques Gomes como Diretor, que foi oficializada em diploma de 11 de dezembro seguinte<sup>797</sup>. Pôde assim continuar a organização e o esforço incessante na compilação de bens, a título gratuito, até 1921, com um desvelo tal que chegou a solicitar por correspondência enviada ao CAA2, para mudar a sua residência para o edifício do museu, em maio de 1916<sup>798</sup>.

A Direção de Marques Gomes terminou em contrariedades, que resultaram numa sindicância aos seus atos. O assunto foi suscitado em julho de 1920, quando chegou ao CAA2 um ofício do Diretor Geral de Belas Artes solicitando averiguações sobre irregularidades na atuação do Diretor do museu aveirense<sup>799</sup>. A 18 de janeiro de 1921, um telegrama da mesma procedência comunicou a suspensão do Diretor, propondo para dirigir interinamente o museu o Dr. Joaquim de Melo Freitas, sugestão aceite pelo CAA em reunião extraordinária de 22 de janeiro<sup>800</sup>. Melo Freitas parece não ter assumido o posto, pois em 9 de abril de 1922, um ofício da DGBA lido em sessão do Conselho instava para que fosse indicada «*pessoa idónea para desempenhar o cargo de Director do Museu regional d’Aveiro*»<sup>801</sup>, e o CAA indicou novamente o nome do antigo deputado aveirense. A situação parecia não se resolver e em julho novamente a DGBA solicitava um parecer sobre «*a nomeação interina do Director do Museu Regional de Aveiro*»<sup>802</sup>, que permanecia encerrado ao público. O cargo foi ocupado pelo Dr. José Pereira Tavares, de cujo mandato não recolhemos quaisquer dados.

Data de 27 de fevereiro de 1925 a carta que o Dr. Augusto Gil, Diretor Geral de Belas Artes, enviou a Alberto Souto, convidando-o para substituir Pereira Tavares na Direção do museu. Em resposta de 4 de março, o interlocutor admitia ocupar o cargo, solicitando desde logo o apoio do Estado nos investimentos necessários, e a colaboração

---

<sup>796</sup> Cf. GOMES, Marques, «Museu Regional de Aveiro (Conclusão): III Organização», *art. Cit.*, pp. 118 e 119.

<sup>797</sup> Cf. *Diário do Governo*, n.º 291, de 16 de dezembro de 1915.

<sup>798</sup> Cf. «44.ª acta», de 7 de maio de 1916, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, *Doc. Cit.*, fl. 48 vrs.

<sup>799</sup> Cf. «Acta 69», de 11 de julho de 1920, *Idem*, fl. 75 frt: «*O Conselho, verificando o melindre do assunto, resolveu responder que, embora não possuísse elementos concretos para formular quaesquer acusações contra o referido Director, não as reputava impossíveis. Mas que não encontrava entre os seus vogaes algum que quisesse desempenhar-se da missão recomendada pelo Ministro da Instrução Pública. Todavia afirmava não querer por forma alguma sacudir quaesquer responsabilidades n’uma decisão que de futuro venha a tomar acerca do mencionado funcionário, logo que lhe sejam ministrados todos os elementos (que a outros compete investigar) acerca das acusações que contra ele são movidas*».

<sup>800</sup> Cf. «Acta n.º 76», de 16 de janeiro de 1921, com adenda de 22 de janeiro, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, *Doc. Cit.* fl. 81 frt. A confirmação da suspensão foi comunicada em ofício lido na sessão de 20 de fevereiro seguinte («Acta n.º 77», fl. 81 vrs.)

<sup>801</sup> Cf. «Acta n.º 94», de 9 de abril de 1922, *Idem*, fl. 101 vrs.

<sup>802</sup> Cf. «Acta n.º 98», de 30 de julho de 1922, *Ibidem*, fl. 105 f.

imediate da Guarda Nacional Republicana para a guarda do museu, cujas coleções se encontravam em deficientíssimas condições de segurança externa, somadas às derivadas do estado deplorável do próprio edifício<sup>803</sup>. A 11 de março foi oficializada em *Diário do Governo* a nomeação do novo Diretor<sup>804</sup>, que tomou posse no dia 19, no museu, de que resultou um auto de posse redigido pelo Conservador-Restaurador José de Pinho, servindo de secretário.

Mal iniciou as suas funções, deparando-se com precárias condições no edifício, Alberto Souto resolveu apelar às instâncias superiores a tomada de providências urgentes. Dessa correspondência resultou a visita do Ministro de Instrução Pública – Dr. Xavier da Silva – a 16 de abril de 1925, e no dia seguinte, do engenheiro Pinheiro, dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que levava consigo a autorização para gastar cinco contos em reparações urgentes. O estado de ruína em que se encontravam algumas alas do imóvel não demovia as entidades governativas a libertar verbas em tempo útil, obrigando o Diretor a despender dinheiro do seu próprio bolso, ou pedido emprestado a particulares. Em maio de 1925, Alberto Souto testemunha a entrada de água na sala dos reis e na cela de Santa Joana, apesar dos trabalhos de reparação dos telhados que ele

---

<sup>803</sup> Cf. GONÇALVES, António Manuel, *Alberto Souto e o Museu de Aveiro*, Comunicação apresentada no II Colóquio Português de Arqueologia – 1962, Porto, 1963, pp. 6 a 8.

<sup>804</sup> Alberto Souto (n. em Aveiro em 23 de julho de 1888). Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Abriu banca de advogado em Aveiro em 1920. Trabalhou no Porto de 1935 a 1937, como consultor jurídico e económico dos importadores de algodão, devendo-se-lhe os primeiros estudos e projetos da respetiva regulamentação e regime legal. Em 1911 foi eleito Deputado por Aveiro. Tem publicado numerosos artigos e estudos em jornais e revistas, como por exemplo: *O Nauta*, *Progresso de Aveiro*, *Distrito de Aveiro*, *O Democrata* (que ajudou a fundar), *O Povo da Murtosa*, *Independência* (Águeda), *O Norte*, *Voz Pública*, *A Pátria*, *Primeiro de Janeiro* (ambos do Porto), *A Vanguarda*, *Diário Liberal*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *A Voz*, etc. Fundou e dirigiu o semanário *A Liberdade*, de 1911 a 1915, e tem muitos estudos publicados no *Arquivo do Distrito de Aveiro* versando especialmente assuntos de Geologia, Arqueologia e Arte. Foi membro da primeira Comissão de Turismo que se criou em Aveiro e primeiro Presidente e organizador do movimento que levou à criação da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, em 1921, sendo então Presidente da extinta Associação Comercial e Industrial de Aveiro. As apaixonadas discussões locais a que deu lugar essa campanha em prol da criação da Junta Autónoma das Obras da Barra, levaram à organização de uma aliança política eleitoral denominada Aliança Regionalista, em que entraram muitos republicanos e monárquicos de certo vulto, do respetivo círculo eleitoral, movimento esse que travou árduas lutas e levou ao Parlamento alguns deputados, como Jaime Duarte Silva e Homem Cristo. Foi um dos fundadores e diretores do Banco Regional de Aveiro. A sua terra natal deve-lhe realizações de vulto em sua propaganda, exemplo do grande cortejo folclórico de 1949. Organizou e dirigiu outros cortejos célebres em Aveiro como o primeiro de demonstração e ensaio folclórico de 1948 e o do Centenário da Revolução Liberal de 1828, e ainda orientou a representação de Aveiro no grande cortejo de Lisboa, promovido pela Emissora Nacional, em 1937. Publicou muitos títulos, entre os quais *O Museu de Aveiro – Notícia sumariíssima*, 1926; *Etnografia da Região do Vouga (Beira Litoral)*; *Sobre a criação de um Instituto de Estudos e de um Museu Etnográfico com sede em Aveiro* (1929); *A estação arqueológica de Cacia*, 1930; *Arte Rupestre em Portugal* (entre Douro e Vouga), 1932; *Arqueologia Pré-Histórica do Distrito de Aveiro* (1938); *O Museu Oceanográfico e a obra de naturalista do Sr. Luís Gonzaga do Nascimento*, 1940; responsável pelo volume *Aveiro* (vol. 16.º da *Arte em Portugal* de Marques Abreu), Porto, 1952. Comendador da Ordem de Santiago, Sócio da AAP, da Sociedade de Antropologia e Etnologia do Porto e da Sociedade Geológica de Portugal. Cf. *GEPB*, vol. XXX, pp. 45 e 46.

próprio patrocinou. Identificava também o estado lastimoso dos azulejos das capelas que ladeavam a sala do capítulo, decidindo demolir as suas paredes de adobe, no sentido de ampliar a sala capitular, salvando da ruína, não só os azulejos, mas também os altares. Durante a obra de demolição das capelas, foi encontrada uma moeda de cobre que reverteu para o acervo. Outra das obras promovidas decorreu junto da entrada do museu, na qual, com o apoio de diversas personalidades, procurou tornar o espaço mais amplo para formar um grande vestíbulo, eliminando «a capela de cima» sobre o antecoro e «conjuntamente com o átrio ou sala de baixo»<sup>805</sup>, e para isso removeu o soalho da sala de cima, o forro da sala de baixo e os respetivos travejamentos, trabalho durante o qual surgiram novos objetos: uma moeda do tempo de D. José, uma luneta completa e vidros de outras<sup>806</sup>. As intervenções realizadas resultaram no incremento da segurança, aformoseamento do edifício e pela transformação de algumas salas, respeitando sempre as características formais do imóvel. Foram suprimidas paredes e reforçadas outras, abertas portas e janelas, substituídos os telhados, forros e pavimentos, portas de madeira por ferro, colocadas fechaduras em portas para reforço da segurança, pintadas as paredes exteriores do edifício e também portas e janelas, embelezado o espaço do claustro pela colocação de vasos com plantas<sup>807</sup>. A 1.ª República terminou e a maior parte dos trabalhos não tinha sequer começado. Aliás, o ano de 1925 marcou simplesmente o início das grandes obras de adaptação do complexo do Convento de Jesus a museu, de que resultarão, entre outros trabalhos, a demolição das celas das freiras para darem lugar a salões de exposição mais amplos, mas isso será já assunto para outros interessados.

Outra das preocupações iniciais de Alberto Souto foi a de regulamentar os serviços e as visitas do museu, de que resultou a afixação, junto da entrada e de várias salas, das normas a observar durante a fruição daquele espaço, prestando-se especial cuidado à limpeza. Outra das prioridades foi fazer uma circular para promover o auxílio do museu, mediante a criação da Sociedade de Amigos da instituição.

---

<sup>805</sup> Souto, Alberto, *Notas e apontamentos sobre o Museu Regional de Aveiro e seus serviços*, Doc. Cit.

<sup>806</sup> *Idem.*

<sup>807</sup> Cf. SOUTO, Alberto, *Museu de Aveiro: Notícia Sumaríssima*, Ob. Cit., p. 12. Ver também GONÇALVES, António Manuel, *Alberto Souto e o Museu de Aveiro*, Ob. Cit., p. 8: «A este ciclo de obras, aberto pela minha direcção [...] pertencem a entrada, os vestíbulos de acesso ao claustro, o arejamento e desimpedimento do coro inferior, a construção das salas que cercam o túmulo e reforçamento das suas paredes, a transformação de algumas salas do primeiro e segundo andares, etc.».

## a. As Coleções

### Transferências e depósitos

Na sua feição original, o Museu Regional de Aveiro foi um museu de História e de História da Arte, dando particular destaque à produção artística sacra<sup>808</sup>. Do núcleo inicial do MRA fizeram parte «a igreja e dependências de valor histórico e artístico do antigo convento, [...] os objectos valiosos ali guardados e muitos outros vindos do Convento das Carmelitas»<sup>809</sup>, também pertencente ao museu, e de outras casas religiosas do país. A estes bens, como o próprio artigo 3.º da Portaria de 23 de agosto de 1911 indicava, juntavam-se «os objectos de arte que foram encontrados entre os das extinctas congregações do districto de Aveiro, precedendo voto do conselho de arte e archeologia da respectiva circunscrição»<sup>810</sup>. Abria-se assim a hipótese de, para além dos bens dos extintos conventos de Jesus e das Carmelitas, darem entrada no museu bens de outras corporações religiosas, quer ainda permanecessem no local de origem, quer estivessem já em poder de juntas de paróquia, irmandades ou outras instituições. Entre as fontes de objetos para as coleções do MRA temos: o convento, também feminino, da ordem Terceira de S. Francisco<sup>811</sup>, da Madre de Deus de Sá<sup>812</sup>; a extinta Mitra de Aveiro<sup>813</sup>; a antiga Sé<sup>814</sup>; o Convento de Santo António dos frades menores da

---

<sup>808</sup> COSTA, Maria Madalena G. F. Cardoso da, *A Coleção de Escultura do Museu de Aveiro – historial, proveniência e constituição*, Ob. Cit., p. 19.

<sup>809</sup> Cf. SOUTO, Alberto, *Museu de Aveiro: Notícia Sumaríssima*, Ob. Cit., p. 8. Marques Gomes distingue, entre os espaços do museu, os seguintes: «A parte do edificio occupada hoje pelo Museu, consiste na igreja conventual e respectivas sacristias, côros, capelas interiores, claustro, corredores dos dormitorios, antigas celas e diferentes salas, tudo distribuido pelo rez do chão, primeiro e segundo andares. É dependencia delle a igreja das Carmelitas, formoso templo revestido de bela talha dourada do seculo XVIII e apreciaveis azulejos da mesma epocha, monumento nacional como a de Jesus». Cf. GOMES, Marques, *Historia do Museu Regional de Aveiro (1911-1921)*, Ob. Cit., p. 47. Portaria de 23 de agosto de 1911, Cit.

<sup>810</sup> *Ibid.*

<sup>811</sup> A título de exemplo: «Peça de madeira dourada representando um escudo partido em pala e contendo as armas de Portugal, as cinco chagas, e por timbre as armas da Ordem Franciscana [fl. 6 v.]: Cf. *Inventário de 1922*, Museu de Aveiro (Arquivo).

<sup>812</sup> A título de exemplo: «Quadro com setenta e dois (72) azulejos policromos em meio relevo. Seculo XVI. [fl. 1 v.]; S. João Evangelista. Estatueta de barro cosido pintado e dourado estufado [fl. 4 f.]; Retabulo de altar de talha dourada com colunas salomónicas [fl. 4 v.]; Arquivolta de madeira entalhada e dourada [fl. 6 f.]; Estante de côro em pau santo com ornatos de talha e cobre [fl. 15 f.]; Altar de talha pintada com a imagem de S. Francisco de Paula [fl. 25 v.]. Cf. *Inventário de 1922*, Museu de Aveiro (Arquivo).

<sup>813</sup> A título de exemplo: «Casula de veludo vermelho com ramos tecidos a ouro e galões dourados – seculo XVIII [fl. 16 v.]; Casula de tecido encarnado bordada a ouro. Ao fundo das faxas centraes as armas dum bispo bordadas a fio de ouro prata e torçal [fl. 17 f.]; «Pano para a adoração da cruz de cetim branco com bordados a matiz e retalho» [fl. 16 v.]; Pluvial de gorgorão branco bordado a fio de ouro – seculo XVIII [fl. 19 f.]; Veu de calix de lhama encarnada bordada a ouro. Ao centro entre raios as iniciaes IHS. – seculo XVIII [fl. 20 f.]; Dois pares de luvas episcopaes de sêda branca bordada a ouro [fl. 21 v.]; Estola de sêda branca bordada a ouro [fl. 22 v.]. Cf. *Inventário de 1922*, Museu de Aveiro (Arquivo).

Ordem Terceira de S. Francisco<sup>815</sup>; o convento carmelita masculino de Nossa Senhora do Carmo; o Recolhimento de São Bernardino da Ordem Terceira de franciscanas capuchas; o Convento de Nossa Senhora da Misericórdia, de Ordem Dominicana masculina; a Irmandade de Santa Joana<sup>816</sup>. Posteriormente, o museu recebeu objetos de antigas corporações extintas, localizadas fora do distrito, como foram os casos do Convento das Ursulinas (de Coimbra)<sup>817</sup>, das Trinas<sup>818</sup>, das Salésias<sup>819</sup>, de Santa Joana e de S. Vicente de Fora<sup>820</sup> (Lisboa).

Tal como os seus homólogos de outros museus, Marques Gomes não tardou em aproveitar a secularização dos bens das extintas congregações e igrejas para canalizar o maior número de objetos com interesse histórico e artístico para o MRA. Em 1911, «trabalhou afanosamente [...] na preparação de salas do mosteiro de Jesus para nelas instalar os objectos que nelas haviam de ficar expostos»<sup>821</sup>.

Jaime de Magalhães Lima, a instâncias de desejos antigos de Marques Gomes, enviou ao Ministro da Justiça, com data de 26 de junho de 1912, uma petição solicitando a entrega de uma tribuna, três altares de talha, cadeiral de coro, imagens e outros objetos do Convento de Nossa Senhora da Madre de Sá, extinto em 1885, e que se encontravam em poder da Junta de Paróquia da freguesia de Vera-Cruz<sup>822</sup>. Em 11 de

---

<sup>814</sup> O CAA2 autorizou a entrega dos objetos da Sé em sessão de 19 de novembro de 1916. Cf. «Acta 48», in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição* [Cota 351], *Doc. Cit.*, fl. 51.

<sup>815</sup> Deste Convento provêm, entre outras peças, as imagens de barro vermelho, representando a Caridade e a Fé, do século XVIII. Cf. COSTA, Maria Madalena G. F. Cardoso da Costa, *A Coleção de Escultura do Museu de Aveiro – historial, proveniência e constituição*, *Ob. Cit.*, p. 43.

<sup>816</sup> A Irmandade de Santa Joana constituiu-se em 1877 e foi incumbida de zelar pelo culto e pela proteção dos bens do extinto Convento de Jesus. Os bens ao seu cuidado nunca deixaram aquele espaço, tratando-se simplesmente de uma transferência da guarda dos mesmos para o museu.

<sup>817</sup> A título de exemplo: «*Altar e retabulo de madeira entalhada e pintada com a imagem de S. Agostinho, de habitos episcopales, em alto relêvo* [fl. 8 f]; *Quadro a oleo representando S.to Agostinho de pluvial e mitra. (taboa)* [fl. 8 v]; *Busto de madeira pintada, representando S.ta Thereza, com um receptáculo no peito para reliquias* [fl. 9 v.]: Cf. *Inventário de 1922*, Museu de Aveiro (Arquivo).

<sup>818</sup> A título de exemplo: «*Duas estatuetas de madeira pintada e dourada representando frades trinitarios* [fl. 12 f.]; *Trez (3) pares de castiças em pau santo torneados em espiral* [fl. 14 v.]; *Taboleiro de madeira entalhada* [fl. 34 v.]; *Mater Dolorosa pintura em cobre*. [com outra letra «em madeira», fl. 39 f.]: Cf. *Inventario de 1922*, Museu de Aveiro (Arquivo).

<sup>819</sup> A título de exemplo: «*Archanjo S. Rafael e o pequeno Tobias. – Estatueta em barro cosido e colorido* [fl. 2 f.]; *Par de jarras de porcelana em forma cilíndrica pintura azul com leves ornados dourados (China)* [fl. 7 f.]; *Estatueta pintada e dourada representando S. Joaquim com misula e baldaquino de talha dourada* [fl. 9 v.]; *S. João Baptista no deserto, pintura em tela* [fl. 39 v.]; *Cristo a caminho do Calvario - gravura* [fl. 41 v.]: Cf. *Inventario de 1922*, Museu de Aveiro (Arquivo).

<sup>820</sup> A título de exemplo: *Crucifixo de marfim. Cruz forrada de tartaruga com ponteiros de prata oxidada e peanha de marmore* [fl. 10 f.]; *Trez estatuetas de marmore branco representando creanças deitadas* [fl. 12 f.]; *Estatueta de marmore branco representando N. Senhora da Conceição* [fl. 12 f.]; *Frontal de sêda azul tecido em fio de prata com varios ornatos* [fl. 18 v.]: Cf. *Inventario de 1922, Doc. Cit.*

<sup>821</sup> Cf. NEVES, F. Ferreira, «Subsídios para a história do Museu de Arte de Aveiro», *art. cit.*, p. 245.

<sup>822</sup> Da demolida igreja de Vera Cruz haviam já entrado, em 11 de abril de 1911, pedras de armas. A 4 de novembro, cantarias e azulejos.

julho seguinte era exarado um despacho favorável às pretensões expostas. Por protelamento e recusa da Junta, só em 14 de outubro<sup>823</sup> a entrega foi feita a Marques Gomes, pelo Inspetor de Finanças do Distrito, Pascoal Lino de Quintanilha e Mendonça, tendo-se que recorrer à intervenção da Polícia<sup>824</sup>.

Em maio de 1913, ficando concluídas as obras efetuadas na ala norte do claustro, de que resultou uma nova sala, verificaram-se novas movimentações para aumentar as coleções. Por intermédio do deputado Barbosa de Magalhães, em 13 daquele mês foi representada à CCELS a conveniência de ser «*destinada ao Museu de Aveiro aquela parte de objetos de arte que em uma razoável distribuição lhe possa caber*»<sup>825</sup>, numa perspectiva descentralizadora da cultura e da instrução. A 16 de junho, o Ministro da Justiça despachou favoravelmente a deslocação a Lisboa de um membro da CO do museu para, em concordância com o CAA1, selecionar entre os conventos da capital, os objetos passíveis de serem transferidos para Aveiro. A missão coube a Marques Gomes, em estreita colaboração com José de Figueiredo. Das deslocações a Lisboa resultou a obtenção de variados objetos (quadros, esculturas, faianças, mobiliário, talha, gravuras, paramentos, etc.) dos Conventos das Salésias, das Trinas e das Oblatas e do Paço Patriarcal de S. Vicente de Fora. O processo relativo à obtenção de alguns objetos na residência patriarcal iniciou-se em meados de 1913, após a seleção feita *in situ* por João Augusto Marques Gomes, «*d'accordo com o illustre Director do Museu Nacional de Arte Antiga*»<sup>826</sup>. Em 17 de junho de 1918 eram depositados no museu pinturas sobre tela e sobre cobre, móveis e bordados<sup>827</sup>.

---

<sup>823</sup> O termo de entrega, consultado na Biblioteca do Museu de Aveiro, refere os seguintes objetos: «*Uma tribuna e tres altares de talha pintada e dourada e respectivo sacrário; Cadeirado do coro, mas todo desconjuntado; Uma cadeira de espaldar com assento de damasco encarnado e quatro imagens em castanho de Nossa Senhora da Conceição, São Francisco de Paula, Senhora do Rosario e São José, não tendo o mesmo vogal secretario da comissão tomado conta de uma porção de madeira de castanho e florões do mesmo por incapaz para qualquer fim, devido á acção do tempo, a não ser para queimar*». Cf. *Termo de entrega de varios objectos de culto que pertenceram ao suprimido convento da Madre de Deus de Sá da cidade d'Aveiro e que se achavam por deposito em poder da Junta de Parochia da freguezia da Vera-Cruz da mesma cidade á comissão nomeada por portaria de sete de junho do corrente anno para organizar no suprimido Convento de Jesus um Museu Regional*, [14 de outubro de 1912].

<sup>824</sup> Do conjunto entrado, terá feito parte a imagem de Nossa Senhora do Rosário, também designada como Nossa Senhora com o Menino. Cf. COSTA, Maria Madalena G. F. Cardoso da Costa, *A Coleção de Escultura do Museu de Aveiro – historial, proveniência e constituição*, *Ob. Cit.*, p. 29.

<sup>825</sup> Cf. Ofício de 13 de maio de 1913, assinado por Jaime de Magalhães Lima e por João Augusto Marques Gomes, in GOMES, Marques, *Historia do Museu Regional de Aveiro*, *Ob. Cit.*, p. 25.

<sup>826</sup> Cf. Ofício da Comissão Organizadora do Museu Regional de Aveiro para o Presidente da CCELS, de 26 de junho de 1913. in ACMF, Processo CJBC/LIS/LIS/CELEN/023, Caixa 486.

<sup>827</sup> Cf. «*Relação dos objectos que pertenceram á Residencia Patriarcal de S. Vicente de Fora, depositados no Museu Regional de Aveiro*», por João Augusto Marques Gomes, em 17 de junho de 1918, in ACMF/DGJC/PRDIV/007, p. 63. Desta relação constam os seguintes objetos: dois quadros a óleo



Em outras ocasiões, o museu recebeu quadros do MNAA e do MNAC. Provenientes de Coimbra, deram entrada obras pictóricas e talha do Colégio das Ursulinas, azulejos da Sé Velha e bens existentes no depósito da Direção das Obras Públicas.

Em agosto de 1914 e em 7 de abril de 1919, conhece-se a entrada, a título de depósito, de vários objetos da extinta Sé de Aveiro: imagens; quadro em tela; credência; casula de tela dourada<sup>828</sup>; tribuna entalhada<sup>829</sup>.

Recebeu também outros depósitos, feitos pela Câmara Municipal, pela Santa Casa da Misericórdia, Juntas de Paróquia de Vera-Cruz e da Glória, e de particulares.

Em julho de 1915 sensibilizou o CAA2 para anexar ao museu a igreja do Convento das Carmelitas, evitando-se a perda de um dos poucos monumentos nacionais da cidade, encerrado há mais de três anos. O Conselho anuiu, mandando entregar as chaves ao responsável do museu.

O museu foi inaugurado oficialmente a 16 de janeiro de 1916, com uma festa assinalada por récita musical e por uma conferência proferida pelo Dr. Egas Moniz. Do evento resultou a publicação de uma brochura ilustrada, intitulada *Sessão d'Arte*, de que

---

sobre tela representando paisagens com homens e gado; oito quadros a óleo sobre cobre, com molduras douradas, representando passagens da vida de Nossa Senhora; quatro quadros a óleo sobre tela, representando passagens do Evangelho; um quadro a óleo sobre tela, representando a Adoração dos Magos; um quadro a óleo sobre tela, representando a Anunciação; outro, representando Santa Úrsula; sete quadros a óleo, representando cada um o retrato de D. Pedro V, D. Luís I, D. João VI, D. Maria de Áustria, D. Maria Ana Vitória de Bourbon, D. José I, D. Maria I; um quadro a óleo representando Nossa Senhora com o Menino e um grupo de freiras; treze quadros a óleo, representando, respetivamente, a Pietá, Cristo e S. Tomé, Santo Bispo, S. Francisco de Paula, Praça de S. Pedro em Roma, um aspeto de Roma, Flagelação de Jesus, Jesus entre os Doutores, Sagrada Família, Casamento de Nossa Senhora e S. José, Nossa Senhora da Conceição, Um consistório, Procissão do Corpus Christi em Roma; uma estátua em mármore representando Nossa Senhora da Conceição; três estatuetas de mármore; dezoito gravuras alusivas à prisão do Papa Pio VI; uma moldura de espelho; uma cadeira de couro; dois relicários de talha dourada; dois frontais de seda bordada; um crucifixo em marfim. Ver também «Relação B – Objectos que se encontram no Paço de S. Vicente de Fóra, e vão para o Museu Regional de Aveiro», in ACMF, Processo CJBC/LIS/LIS/CEDEN/023, *Cit.*; «Relação dos objectos existentes no edifício do Paço de S. Vicente em Lisboa, e que por ordem da CCELS, dada em officio n.º 838 de 19 do corrente, foram por esta Comissão entregues em 21 do dito mez, ao Director do Museu Regional de Aveiro», ACMF, Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/197.

<sup>828</sup> Cf. ACMF/CJBC/AVE/AVE/CEDEN/002. Portaria n.º 215 do Ministro da Justiça e dos Cultos de 19 de agosto de 1914, publicada no *DG*, n.º 147, I Série, de 20 de agosto de 1914.

<sup>829</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/AVE/AVE/ADMIN/025. Data do auto de entrega da peça ao Museu Regional de Aveiro (ver Doc. 48 em Apêndice Documental), cedida por despacho do Ministro da Justiça e dos Cultos, de 6 de fevereiro de 1919, mediante parecer positivo prévio do CAA2, de 5 de maio de 1918; ACMF/DGJC/PRDIV/007, «Relação dos objectos que pertenceram á extincta Sé de Aveiro, depositados no Museu Regional de Aveiro», por João Augusto Marques Gomes, datada de 17 de junho de 1918, p. 64. Da relação constam os seguintes objetos: cadeira de coro de madeira pintada; balaustrada de madeira encerada; quatro reposteiros de pano; uma imagem de Nossa Senhora das Dores; Imagem do Coração de Jesus; um sacrário de talha dourada; um crucifixo de marfim; dois crucifixos de madeira; quatro armários de madeira de pinho; dois castiçais de talha dourada; quinze castiçais de madeira pintada; cinco mochos de madeira pintada; um quadro a óleo; uma casula de tela dourada; diversos vasos de porcelana e faiança; doze quadros em azulejo; um órgão; uma credência de talha dourada.

sobressaem alguns textos sobre a importância e o local do museu, da autoria de José de Figueiredo e de Jaime de Magalhães Lima, e sobre os principais tesouros nele contidos, da autoria de João Marques Gomes<sup>830</sup>. No dia anterior inaugurava a Biblioteca.

### **b. A Exposição**

O espaço do museu, correspondente a várias dependências do antigo Convento de Jesus, incluía a igreja, o claustro e outros espaços conventuais, repartidos por três pisos<sup>831</sup>.

A direção de Marques Gomes ficou marcada, sobretudo, pela colheita de espécimes artísticos, derivados maioritariamente da nacionalização dos bens eclesiásticos. No seu tempo montaram-se importantes exposições. Uma das mais notáveis, pela sua dimensão e pelo valor dos bens nela contidos, foi a exposição de tecidos e paramentos, que ocupou o maior salão do 1.º andar, com 51 metros de comprimento por 7 de largura. Naquele espaço encontravam-se dispostos, em quase sessenta vitrinas centrais e parietais, peças de grande riqueza artística.

Quanto à museografia adotada por Marques Gomes, José de Figueiredo dá-nos algumas informações num pequeno texto escrito em 5 de janeiro de 1916, incluído no programa de inauguração do museu, no dia 16 de janeiro. Fazendo a ressalva das diferenças entre o que deve ser a exposição de um museu nacional e a de um museu provincial, alude a uma maior liberdade no segundo caso, de que o MRA era exemplo. Essa liberdade expositiva, em certos casos condicionada pela necessidade de oferecer maior segurança ou método expositivo a determinados objetos, ganhava forma na opção de quebrar a monotonia de vitrines alinhadas, optando por expor os bens de forma pitoresca, evocando a disposição original dos mesmos no contexto monástico em que viveram<sup>832</sup>. Esta forma de exibição foi preferencialmente aplicada ao mobiliário, escultura e retábulos, como ilustram as imagens seguintes.

---

<sup>830</sup> Museu Regional de Aveiro, *Sessão de Arte: 16 de Janeiro de 1916: Feixe de notícias: Conferência do Dr. Egas Moniz, com um prefácio d'Almeida d'Eça, Ob. Cit.*

<sup>831</sup> Parte do complexo encontrava-se ocupado por estabelecimentos escolares, na herança das funções de Colégio de Santa Joana Princesa, das Irmãs da Ordem Terceira de S. Domingos que o espaço conventual teve com a extinção das ordens religiosas operada durante a Monarquia Constitucional e na sequência da morte da última religiosa, em 1874.

<sup>832</sup> Museu Regional de Aveiro, *Sessão d'Arte*, Domingo, 16 de janeiro de 1916, pp. 27 e 28.



Fig. 44 – Sala de Mobiliário do museu.  
*Occidente*, 30/12/1914, n.º 1296.  
 (Cliché Marques Abreu)

Fig. 45 – Sala das Talhas do museu.  
*Occidente*, 30/12/1914, n.º 1296.  
 (Cliché Marques Abreu)



Um artigo de José Leite de Vasconcelos, publicado no *Diário de Notícias*, em 24 de novembro de 1921 e o inventário de 1922, elaborado pelo sindicante Silvério António Pereira Júnior, dão-nos uma ideia clara das salas e das coleções do museu, sendo o segundo um ótimo elemento para conhecer a procedência de grande parte das peças. O museu distribuía-se por: uma galeria de escultura no rés-do-chão; uma sala de barros (sala A no inventário) com recipientes múltiplos, estatuetas (algumas delas exibidas em maquiñetas entalhadas) e azulejos; a sala de talha dourada e cerâmica (sala B), com retábulos, castiçais, tocheiros, etc., peças de faiança e de porcelana, incluindo Vista Alegre, etc; a *Sala C*, com cadeiras, bufetes e pinturas de santos; secção de mobiliário eclesiástico e escultura religiosa (Sala D), com estatuetas de santos, credências, estantes de coro, crucifixos, candeeiros, arcazes, entre outros; o salão de tecidos e paramentos (*Sala E – Armação e indumentária eclesiástica*), com casulas, capas de asperges, pluviais, pálios, etc., em diversos materiais, como lhama, veludo, seda, entre outros; a *Sala F – Tesouro*, em que se encontram objetos de ourivesaria e algumas relíquias atribuídas a Santa Joana Princesa; sala de mobiliário e de retratos históricos (designada como *Sala G – Móvel e retratos*), contendo vários tipos de

móveis (mesas, contadores, cadeiras, bufetes, etc.) e retratos de personalidades históricas (reis, rainhas, bispos, etc); uma galeria de pintura, designada no inventário como *Sala H – Pintura e quadros*, com obras das escolas flamenga, portuguesa e italiana; a *Sala I – Metais pobres*, com objetos de estanho e ferro, cobre e latão, tais como ferragens, pregarias, castiçais, gomis, pratos, etc. Por outros espaços conventuais encontravam-se distribuídos objetos de várias categorias: no *vestíbulo e corredor do primeiro pavimento*, um retábulo com a imagem de Santo Agostinho, imagens e vários quadros a óleo com motivos religiosos; a Igreja de Jesus, em que se dispunham imagens e os vários altares, guarnecidos com diversos objetos; a sacristia com uma imagem de roca da Senhora dos Anjos, rodeada de pequenas estatuetas de seres alados; o coro de baixo, com imagens da Senhora da Soledade e do Senhor dos Passos; a cela de Santa Joana, com estatuetas, imagens de roca e castiçais em madeira, objetos de vidro; no *coro de cima e antecoro*, imagens religiosas, estantes de coro, entre outros, remetiam para a funcionalidade antiga deste espaço; a *Capela do Senhor dos Passos*, onde figuravam quadros, imagens e adereços como castiçais e reposteiros, entre outros; *escada do 2.º para o 1.º pavimento*, reservada a poucas peças de pintura e a um vitral encaixilhado; a *capela da Senhora do Rosario*, com algumas imagens, castiçais e um lustre; num espaço autónomo, mas integrado no museu, existia também a Igreja das Carmelitas, em que haviam permanecido muitas imagens, peças de mobiliário e adereços e paramentaria.

Nos primeiros tempos da Direção de Alberto Souto destaca-se o embrião de uma nova secção de Etnografia Regional, referido numa passagem das suas notas manuscritas, datada de 26 de maio de 1925. Para o efeito foram encomendados alguns modelos de embarcações da Ria de Aveiro e do Vouga, a que se juntaram modelos de alfaias e meios de transportes utilizados na lavoura<sup>833</sup>.

---

<sup>833</sup> Cf. SOUTO, Alverto, *Notas e Apontamentos sobre o Museu Regional de Aveiro e seus serviços*, Doc. Cit.

### 3. MUSEU REGIONAL DE LEIRIA

«possue o Museu algumas moedas da Republica e Império Romano, (...) arabicas (...), algumas portuguesas (...); moedas estrangeiras (...) cedulas da Casa da Moeda. (...) Na secção arqueológica há objectos pre-romanos e romanos (...); De epocas mais recentes tem o Museu: mobilia, loiça, quadros, objectos de igreja (castiçais, turibulo, candelabro), veronicas, sinetes»<sup>834</sup>.

#### Historial

A história do Museu Regional de Leiria enquadra-se plenamente na tendência vigente durante a 1.ª República, pautada pela proficuidade legislativa em detrimento de um paralelo e salutar desenvolvimento das instituições.

A ideia de criar um museu em Leiria leva-nos até 1895, quando em sessão da Câmara Municipal, de 9 de outubro, se resolveu representar ao Governo de Sua Majestade a intenção de estabelecer no Castelo um museu arqueológico<sup>835</sup>. Tito Larcher<sup>836</sup> conta-nos que em 1908 iniciou esforços para criar um museu de Arqueologia, esperando de balde da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, as diligências necessárias para que as igrejas de S. Pedro e de Nossa Senhora da Penha fossem entregues para servirem de instalação aos núcleos museológicos.

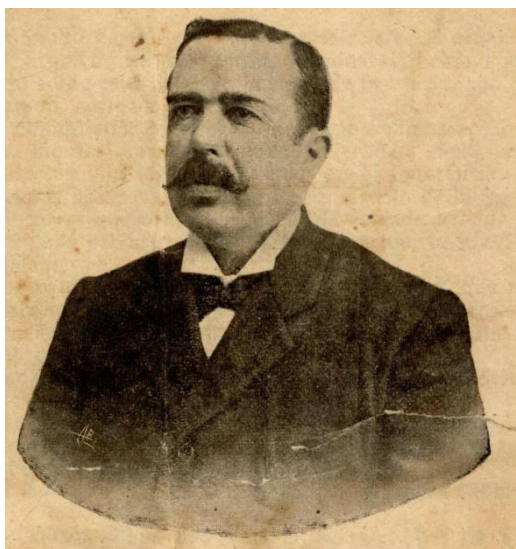


Fig. 46 – Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher, Diretor-Conservador do Museu Regional de Leiria.

TBLSL, *Relatório da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Leiria, compreendendo o período da organização e a terminar em 31 de Dezembro de 1918*, Tip. Central, Leiria, 1919. (Arquivo Distrital de Leiria).

<sup>834</sup> Cf. JLV, «Excursão arqueológica», *art. cit.*, in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 24, 1919-1920, pp. 302 e 303.

<sup>835</sup> Cf. CABRAL, João, *Anais do Município de Leiria vol. II*, 2.ª edição revista e aumentada, Câmara Municipal de Leiria, 1993, p. 183.

<sup>836</sup> Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher (n. São João do Souto, Braga, 25/9/1860 – m. Leiria, 25/1/1932), estudou Português, Literatura, Latim, Geografia e História. Mudou-se para Leiria no âmbito da sua atividade profissional como escrivão e tabelião, em 1895. Entre agosto de 1913 e abril de 1914 exerceu o cargo de Administrador do Concelho da Batalha. Nomeado Bibliotecário Arquivista da Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria por Decreto de 3 de agosto de 1916. Foi sócio de algumas coletividades científicas, de que se destacam a AAP (1905) e a SGL (1907).

<http://digitarq.adlra.arquivos.pt/details?id=1034993>

Instaurada a República, Tito Larcher (TL) consciencializou-se que a Lei da Separação era um bom mote para conseguir fazer renascer a ideia de um museu. As esperanças acalentadas de conseguir reunir os objetos das extintas congregações religiosas e das igrejas colidiram com os interesses de fortes concorrentes: entre eles, o Museu de Ourivesaria da Sé de Coimbra, para onde seguiu parte do acervo do extinto Paço Episcopal quando foi extinta a Diocese de Leiria em 1885; o acervo do Convento do Louriçal foi distribuído pelos museus Machado de Castro e Regional de Aveiro.

Face à indiferença geral e no fito de conseguir salvar o máximo de objetos possíveis da cobiça externa, TL tornou-se escrivão da CJBECR e mais tarde Presidente da CCABI. A ele se deveu também a Comissão Promotora dos Interesses de Leiria, de cujo nome se serviria para instar junto das entidades superiores alguns assuntos relativos à salvaguarda e depósito de bens. Foi também nesse sentido que se ofereceu junto da Câmara Municipal para coligir e iniciar um museu, o que aliás já tinha sido afluído pela Autarquia quando nas suas sessões de 6 de dezembro de 1911 e de 17 de janeiro de 1912 se deliberou, respetivamente, ceder salas do antigo Paço Episcopal para arrecadar os objetos arqueológicos para o Museu Distrital e escolher nos Paços do Concelho as salas para se iniciar o dito museu<sup>837</sup>.

A 17 de abril de 1912, a Câmara resolveu nomear TL para, interinamente e a título gratuito, desempenhar as funções de Conservador do museu, na sequência da autorização da CCELS, para que se nomeasse alguém com a missão de escolher os objetos de valor histórico e artístico dos conventos de S. Francisco da Portela, Paço Episcopal e Seminário<sup>838</sup>. A 30 de outubro, por intermédio da Comissão Promotora dos Interesses de Leiria obteve-se autorização para instalar o futuro museu na Igreja e anexos de Santo Estevão, para onde foram mudados os objetos arrecadados nos Paços do Concelho, a expensas do Conservador interino<sup>839</sup>.

---

<sup>837</sup> Cf. Livro de Atas da Câmara Municipal de Leiria, «Sessão de 6 de Dezembro de 1911», fl. 155 vrs. Em sessão da CCELS, de 14 de novembro de 1914, resolveu-se cobrar uma renda de 40\$00 anuais pela cedência do antigo Paço Episcopal, na posse da Câmara Municipal desde outubro de 1913. Cf. *Actas (1911-1916)* [1.º Livro de Actas das Sessões da CCELS], ACMF, *Doc. Cit.*, fl. 37 vrs.

<sup>838</sup> Na 7.ª sessão do CAA2, reunida no Museu do Instituto em 21 de abril de 1912 foi lido um ofício da CJBECR acompanhando uma representação de Leiria, solicitando a criação naquela cidade, de um Museu Regional. Cf. *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscção*, *Doc. Cit.*, fl. 9 frt.

<sup>839</sup> Cf. Livro de Atas da Câmara Municipal de Leiria, «Sessão de 30 de Outubro de 1912», fl. 282 vrs.: «Um ofício da Comissão Promotora dos Interesses de Leiria datado de 21 do corrente pedindo permissão para o museu artistico e archeologico ser estabelecido na igreja e respectivos anexos do edificio de Santo Estevão nesta cidade. § A Comissão deliberou retirar d'ali o que lá estiver, concedendo em seguida a permissão pedida».

A oficialização do museu tardou, denotando uma certa desarticulação entre as entidades do Estado. A chegada ao CAA2 de um ofício da CJBECR, solicitando-lhe um parecer a propósito das pretensões de Tito Larcher sobre vários objetos para o museu, fez com que em sessão de 30 de junho de 1912 daquele Conselho, ele resolvesse devolver o ofício, informando a sua interlocutora «*de que não tinha conhecimento algum oficial de semelhante Museu, nem conseqüentemente do seu conservador*»<sup>840</sup>. Perante esta atitude, TL escreveu diretamente ao CAA em nome de uma Comissão Organizadora do Museu Regional, solicitando a deslocação a Leiria de um delegado para oficializar a constituição daquela agremiação e facultar os objetos aproveitáveis para a finalidade em causa. A missão foi entregue a António Augusto Gonçalves<sup>841</sup>, que não só escolheu alguns objetos para o museu como ele próprio sugeriu em sessão do CAA que se propusessem à DGISSSE os membros da comissão organizadora do museu<sup>842</sup>. Em 19 de dezembro de 1912<sup>843</sup> foi promulgada a portaria que constituiu a comissão encarregada de organizar e instalar um «*Museu Regional, Artístico e Arqueológico, na cidade de Leiria*», constituída, entre outras personalidades, pelo que viria a ser o primeiro Diretor, Tito Larcher. A CO tomou posse no dia 19 de janeiro de 1913 e nunca mais se reuniu.

A saída do Regimento de Infantaria para o Seminário em 1913 permitiu a transferência do museu de Santo Estêvão para a ala norte do antigo Paço Episcopal, onde já se encontrava instalada a Biblioteca, a par do Distrito de Reserva e de Recrutamento (DRR) e de uma delegação agrícola. A saída do DRR deu lugar à Escola Normal. À transferência desta para Santo Estêvão em 1915 seguiu-se a instalação da GNR, acentuando-se a falta de espaço e os riscos de incêndio, que a falta de água agravava. Em 1917, o museu ocupava um quarto e cinco salas do vasto edifício da antiga residência episcopal. Tratava-se de espaços exíguos, mal iluminados, com janelas

---

<sup>840</sup> Cf. «10.<sup>a</sup> Acta» de 30 de junho de 1912, *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> Circunscção, Doc. Cit.*, fl. 15 fr.

<sup>841</sup> Cf. «13.<sup>a</sup> acta», de 18 de agosto de 1912, *Idem*, p. 18.

<sup>842</sup> Cf. «14.<sup>a</sup> acta», de 8 de setembro de 1912, *Idem*, p. 20.

<sup>843</sup> O diploma foi promulgado no DG, I Série, n.º 300, de 23 de dezembro de 1912, p. 4550. Cf. *COLP – Ano de 1912, Ob. Cit.* (também consultável em <http://dre.pt/pdfgratis/1912/12/30000.pdf> - Sítio de internet do *Diário da República*). As personalidades que constituíram a Comissão Organizadora do Museu foram: «*Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher, José Maria Charters Henriques de Azevedo, director das obras públicas do distrito de Leiria; António Vieira Repolho, vice-presidente da Câmara Municipal; Adolfo Augusto Leitão, reitor do liceu; Ernesto Korrodí, director da escola industrial; Luís José de Oliveira, advogado e director da escola normal; Adriano José Rodrigues, presidente da Câmara Municipal; João Correia Mateus, advogado e professor do liceu; Pedro José Rodrigues, comerciante; Miguel da Costa Trindade, industrial; Inácio Veríssimo de Azevedo, ourives; João Pereira Gomes, escrivão-notário; general Honorato Alfredo de Mendonça da Estrêla e Eduardo Martins da Cruz, comerciante*».

sem vidros, paredes em risco de derrocada, telhados mal isolados<sup>844</sup>, sem energia elétrica e latrinas, com portas e janelas por pintar.

Passados quase cinco anos da nomeação da Comissão Organizadora, em 9 de abril de 1917 a Repartição de Instrução Artística solicitou ao CAA2 um parecer sobre a criação, em Leiria, de um museu regional. A resposta foi favorável<sup>845</sup> e na sessão camarária de 16 de agosto leu-se um ofício da dita Repartição, solicitando o envio da documentação necessária para se levar a efeito a empresa<sup>846</sup>. Deliberou-se também ceder algumas salas do antigo Paço Episcopal para o efeito<sup>847</sup>. Por sua vez, o CAN aprovou a criação do Museu Regional de Leiria na sua sessão extraordinária de 14 de julho de 1917. O Decreto n.º 3553 de 15 de novembro de 1917<sup>848</sup> oficializou o «*Museu Regional de obras de arte, arqueologia e numismática*», a partir da coleção particular do seu Diretor, acrescida de objetos de diversas proveniências, inclusive de alguns conventos extintos. O diploma designou um quadro constituído pelo Diretor Conservador, sem direito a remuneração, e por um guarda, destinando para a instalação algumas dependências do antigo Paço Episcopal, já ocupadas. Determinou também que o museu ficasse dependente do Ministério da Instrução Pública e que as despesas de funcionamento fossem encargo da Câmara Municipal, incluindo as de instalação de uma residência para o responsável, junto do museu (ocupada em 1916). O Despacho de nomeação de Tito Larcher e de Raul Gomes de Figueiredo como Diretor Conservador e guarda do museu, respetivamente, data de 12 de agosto de 1918, posterior ao falecimento do segundo.

---

<sup>844</sup> Cf. LARCHER, Tito Benevenuto Lima de Sousa, *Relatório da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Leiria, compreendendo o período da organização e a terminar em 31 de Dezembro de 1918*, Tipografia Central, Leiria, 1919, pp. 12 e 13.

<sup>845</sup> Cf. AHSME, *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição: «Acta 50»*, de 20 de maio de 1917, fls. 58 verso e 59 frente.

<sup>846</sup> Cf. *Livro de Actas da Câmara Municipal de Leiria*, «Sessão de 16 de Agosto de 1917», fl. 119 frt.: «Cópia da acta da sessão em que foi resolvido solicitar a criação do Museu; - cópia da acta da sessão em que se resolveu fazer a cedência das instalações necessárias; - cópia da acta da sessão em que a Câmara se comprometeu a concorrer com as despesas de instalação; - e declarações autenticadas do Bibliotecario e continuo da Biblioteca, em que se oferecem para desempenhar gratuitamente as funções de Director-Conservador e Guarda do Museu. – O Presidente informou ter já em seu poder estas declarações [... ambas datadas de 8 de agosto de 1917]».

<sup>847</sup> *Idem*, *Ibidem*, fls. 119 frt. e vrs.: «A Comissão atendendo à urgencia do pedido e ao assunto de que se trata, resolveu que fossem cedidas para a instalação do Museu Regional as salas do edifício do ex-Paço Episcopal, indicadas pelo Bibliotecario e Arquivista Tito Larcher no seu ofício n.º 107 de 8 de Agosto corrente e o terreno entre o Paço e a Torre [...], e tomar em nome da Câmara o compromisso de custear as despesas de instalação».

<sup>848</sup> Cf. DG, I Série, n.º 199, de 15 de novembro de 1917, <http://dre.pt/pdf1sdip/1917/11/19900/11261126.pdf> - (consulta efetuada em 26 de novembro de 2012).



A criação formal do museu marcou o início de um período de várias contrariedades, marcadas pelo antagonismo entre o Diretor e os poderes municipais, acusados pelo primeiro de serem completamente negligentes relativamente àquele estabelecimento e desrespeitosos face ao seu responsável.

Tito Larcher experimentou várias dificuldades na concretização das instituições que retinham a sua atenção (Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu)<sup>849</sup>. O distanciamento entre TL e a Câmara Municipal assumiu maiores proporções quando, em finais de maio de 1919, se decidiu acolher em Leiria o Regimento de Artilharia 2 (RA2). Reunidos o Governador Civil, a Câmara Municipal, a Junta Geral do Distrito e outros agentes influentes da sociedade leiriense, a opinião dominante era favorável à transferência da biblioteca, arquivo e museu e da GNR para o edifício do Seminário, para se instalar no Paço Episcopal o Regimento de Infantaria 7 (RI7), ao passo que Artilharia 2 seria instalada em Santo Agostinho. Esta situação gerou a imediata discordância de Tito Larcher, que conseguiu a vinda de dois oficiais graduados a Leiria, que no dia 30 de maio garantiram que o RI7 se manteria no local onde estava. A 8 de junho decidiu-se instalar o RA2 também no Paço Episcopal, resultando numa diminuição dos espaços dos estabelecimentos dirigidos por TL e comprometendo a sua conservação e crescimento. A profunda indignação do Diretor fê-lo afirmar que preferia sacrificar os espaços pelo fogo, inutilizando-os, a vê-los ficar em condições ainda mais precárias do que as que já existiam.

Em junho de 1919, TL decidiu lançar um inquérito à população de Leiria, para aferir a importância do museu, biblioteca e arquivo. Na introdução à consulta popular, TL frisa a falta de apoios públicos e particulares, pelo que pretendia auscultar a população sobre a viabilidade dos três estabelecimentos, entendendo-se como dispensáveis caso os destinatários do inquérito não respondessem até ao dia 30 de junho<sup>850</sup>. Ao questionário só responderam 46 dos 571 convocados, o que provocou grande devastação na já decaída alma de TL, cada vez mais isolado.

---

<sup>849</sup> Cf. LARCHER, Tito Benevenuto Lima de Sousa, *Relatório da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Leiria, compreendendo o período da organização e a terminar em 31 de Dezembro de 1918, Ob. Cit.*; LARCHER, Tito Benevenuto Lima de Sousa, *Relatório da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Leiria, relativo ao ano de 1919 e 1.º semestre de 1920*, Tipografia Central, Leiria, 1920.

<sup>850</sup> Cf. LARCHER, Tito, «Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional: Um plesbiscito em Leiria», Leiria, 14 de junho de 1919 (ADLRA). As perguntas feitas no questionário aberto à população foram as seguintes: «*Conhece a Biblioteca, Arquivo e Museu de Leiria? § Já lhe fez alguma visita, ou alguém de sua família? § Já frequentou a Biblioteca, ou algum dos seus? § No caso afirmativo, sendo menores, foi por indicação própria, ou por indicação de professor, e quem foi ele? § Entende que as três instituições são úteis a Leiria § Alguma delas deve desaparecer? § Qual o auxílio que tem prestado a*

No seguimento do inquérito, iniciou-se um processo de acusações que ultrapassaram a esfera pública de Leiria. Em representações ao MIP, a quem se dirigiu pessoalmente, começou a desenhar-se na mente de TL a hipótese de transferir o museu e os restantes serviços da sua competência para outras localidades, caso não lhes dessem melhores condições e mais espaço (como a Igreja de S. Pedro para instalar a secção arqueológica). A primeira alternativa sugerida, em 7 de julho de 1919, foi Alcobaça. Depois de várias diligências, conseguiu-se a deslocação do arquiteto Luís Ribeiro Cristino, em nome do MIP, e acordou-se com os comandos do RA2 e da GNR a repartição dos espaços, iniciando-se algumas obras de beneficiação, que se revelaram pouco criteriosas, lentas e arriscadas para os bens arqueológicos, pela forma negligente como foram executadas. Ao museu caberia o ângulo norte-poente do Paço Episcopal e a igreja de S. Pedro. Em outubro ainda nada tinha sido concretizado. Uma outra medida ocorreu a TL: criar uma comissão para gestão e desenvolvimento dos três serviços a seu cargo. Em 26 de dezembro reuniu com os seus convidados em representação do Liceu, da Escola Primária Superior, da Inspeção Escolar e da Câmara Municipal, com o intuito de lhes explicar a vantagem de uma gestão partilhada. Por mais boas intenções que se manifestassem, nunca seguiu avante essa comissão.

Em janeiro de 1920, na sequência de ordens da Câmara para nova desocupação a favor do RA2, TL resolveu pedir a transferência da biblioteca, arquivo e museu para Alcobaça<sup>851</sup>. Este último encontrava-se encerrado desde o dia 13, tendo sido removido para as instalações da biblioteca, sob o pretexto de obras, que foram interrompidas devido às madeiras de má qualidade empregues. A 30 de janeiro, TL ousou apresentar um ultimato ao Presidente da Câmara Municipal: caso não estivessem fixadas quais as instalações definitivas dos três estabelecimentos, anexada ao museu a Igreja de S. Pedro e nela depositados as obras dos conventos de Sant'Ana e de S. Francisco, até ao final do mês de fevereiro, os três estabelecimentos seriam transferidos para Alcobaça. Nova troca de acusações entre TL e a CM arrastou-se até março, com a segunda a frisar *«parecer-lhe prepositada a desordem em que estão o Museu e Biblioteca com o fim de*

---

*qualquer destas instituições? § Qual o auxílio que está resolvido a prestar, no caso de entender que se devam manter e desenvolver? § Tendo de obter pelo quartel de artilharia ou estas instituições, a qual preferia? E qual o motivo de preferência?».*

<sup>851</sup> Cf. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Leiria*, «Sessão de 22 de Janeiro de 1920», fl. 322 vrs.: Foi lido «Um ofício do Bibliotecario Archivista da Biblioteca de Leiria, sem data e sob o n.º 7 informando que ia providenciar e promover a mudança da Biblioteca para Alcobaça e que tinha suspenso os serviços da Biblioteca, ou melhor que os tinha encerrado».

*deprimir a Camara*»<sup>852</sup>. Por essa altura, a pedido do Diretor Conservador, novos delegados dos Ministérios da Instrução, da Guerra e do Interior se dirigiram a Leiria para nova decisão sobre as instalações do Paço Episcopal: a manutenção do museu, anexando-lhe a igreja de S. Pedro e a residência do seu diretor; a permanência do RA2 e a saída da GNR. Em 30 de junho de 1920 tudo estava na mesma.

Em sessão de 7 de novembro de 1920, o CAA2 analisava um ofício remetido por TL, denunciando a precaridade dos estabelecimentos que dirigia, a falta de apoio da CM, inclusive no reembolso dos gastos efetuados pessoalmente em melhoramentos e na compra de novos acervos. Estes factos justificaram o desafio de TL ao CAA2, para que promovesse a transferência das três valências para Coimbra, alegando que em Leiria não despertavam interesse e eram alvo de negligência, solução que aliás já tinha apresentado ao Autarca. Às invetivas de TL, o Conselho resolveu questionar a Câmara Municipal sobre a sua posição relativamente à perspectiva de levar para Coimbra os três estabelecimentos<sup>853</sup>. A resposta não se fez esperar, com a edilidade a reclamar para Leiria a manutenção daqueles espaços, que dizia alvo do seu zelo, desmentindo as denúncias do Diretor<sup>854</sup>.

Em outubro de 1926, para efetiva e completa instalação do RA, a Câmara deliberou que a biblioteca e o museu fossem transferidos para o Asilo dos Velhos, nas traseiras da Sé. A transferência da biblioteca deu-se em 1928 enquanto a do museu só em 1933, onde permaneceu encerrado até que em 1961 foi solenemente inaugurado, depois de reorganizado por Agostinho Tinoco. A sua intermitência continuou, contudo, até hoje, sem que se tenham ainda encontrado instalações definitivas.

### **a. As Coleções e a Exposição**

No que toca à constituição e gestão das coleções, o Museu Regional de Leiria teve obstáculos de vária ordem. Um deles foi a concorrência de instituições similares na corrida aos bens das extintas congregações religiosas. Outro foi a falta de transportes e de dinheiro para conseguir, em tempo útil, adquirir os objetos em hasta pública, embalá-los convenientemente e transferi-los para o museu. TL testemunha várias vezes

---

<sup>852</sup> Cf. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Leiria*, «Sessão extraordinária de 12 de Abril de 1920», fls. 334 vrs. e 335 frt. Nessa sessão foi também lido um ofício do Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, mencionando que só uma razão muito forte ou o acordo entre todas as partes poderiam justificar tal transferência.

<sup>853</sup> Cf. AHSMEC, *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, Cit.: «Acta 74», de 7 de novembro de 1920, fls. 78 frente e verso. Em 1919, Tito Larcher havia proposto uma transferência do Arquivo e Biblioteca para Alcobaça, pelas mesmas razões.

<sup>854</sup> Cf. *Ibidem*: «Acta 75», de 28 de novembro de 1920, fls. 79 verso e 80 frente.

o pagamento, do seu próprio bolso, dos transportes utilizados nas mudanças sucessivas das instalações ou na transferência dos bens conventuais e dos objetos comprados em leilões. São as razões fundamentais de um número pouco significativo de entradas, que tendo sido adiadas em alguns casos, acabaram por nunca se concretizar, em favor de outras instituições com maior dinamismo.

Outra condicionante: as corporações religiosas obstarem à saída de objetos, alegando a sua necessidade na administração do culto. Um exemplo que ilustra esta situação foi o de um tríptico existente na Capela de Santo Antão da Faniqueira, do Concelho e Freguesia da Batalha, proveniente do Mosteiro, que pelo «*grande merecimento artístico, arriscado a perder-se se não fôr recolhido a um museu de arte*»<sup>855</sup> TL reclamava, em ofício dirigido ao Governador Civil, datado de 21 de julho de 1924. O responsável do museu oferecia, inclusivamente, em troca do tríptico, a permuta de uma maquineta dourada, damascos e um frontal de cetim bordado a ouro, para que não ficasse a capela desfalcada. Nem assim conseguiu a obtenção, que lhe foi comunicada por ofício da CCELS de 27 de janeiro de 1925.

Facto indubitável é que TL procurou, com muita energia e diligências que se traduziam numa intensíssima correspondência com as mais diversas entidades, enriquecer o museu a seu cargo. Em julho de 1913 obteve da Câmara Municipal autorização para conduzir a Santo Estevão um tapete persa e algumas imagens existentes na capela do Paço Episcopal, ocupada por um internato, que dali ia sair<sup>856</sup>.

Em 23 de março de 1915 oficiou ao Presidente da CCELS, comunicando-lhe que para evitar a dispersão dos bens tratou de arrumar alguns na Igreja de Santo Estevão. Defendia também a transferência de todos os bens mobiliários do antigo Paço Episcopal, do Seminário e da Igreja de Santo Agostinho para as dependências do primeiro, onde pudessem ser selecionados por pessoa competente, os que fossem dignos de figurar no museu em organização. Em resposta ao solicitado, a RIA comunicou à CCELS que tinha encarregado o CAA2 de nomear um vogal para desempenhar a missão<sup>857</sup>. Esta acabou por ser executada por Luciano Martins Freire. Em 28 de fevereiro e 15 de março de 1917 foram enviadas à CCELS, respetivamente por Tito

---

<sup>855</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/LEI/BAT/ADMIN/008, Ofício n.º 7 de 21 de julho de 1924, do Diretor do Museu Regional de Leiria para o Governador Civil daquele distrito. Este ofício acompanhou o ofício da mesma data enviado pelo Governador Civil à CCELS, expondo o valor da obra pretendida e o empenho e amor à arte do Diretor do Museu

<sup>856</sup> Cf. *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Leiria*, «Sessão de 26 de Julho de 1913», fl. 62 vrs.

<sup>857</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/LEI/LEI/ADMIN/035, Caixa 155.

Larcher, enquanto Presidente da CCABI, e por Luciano Martins Freire, como Vice-Presidente do Conselho de Arte Nacional, dois inventários e uma nota dos objetos arrecadados no antigo Paço e separados para o Museu Regional de Leiria, provenientes dos antigos Paço Episcopal e Seminário<sup>858</sup>. A disparidade entre as relações elaboradas por Tito Larcher e a nota de Luciano Freire é fruto da diferença entre o primeiro, um generalista, e o segundo, um artista. Por isso mesmo, as primeiras excedem em grande número os objetos discriminados na segunda. No entanto, não deixa de ser curioso que Luciano Freire acrescente, no ofício que acompanhava a sua nota, que «*todos os demais objectos [... têm ...] suficiente valor artistico*»<sup>859</sup>. Dos objetos discriminados por um e por outro não sabemos, contudo, os que foram efetivamente depositados no museu, pois se atendermos a um ofício da CCABI de Leiria, de 7 de abril de 1919, dirigido ao Presidente da CCELS<sup>860</sup>, e a respetiva resposta de 9 de abril, concluímos que nem tudo o que estava no paço foi reservado ao museu, tendo sido canalizado para leilão. Por sua vez, o Diretor do museu era acusado de querer seguir os «*propositos pouco louvaveis dos adversarios da republica*», querendo subtrair a leilão feito a favor do Estado, objetos sem qualquer valor, e dos quais, segundo o Presidente da CCELS, já o museu estava repleto<sup>861</sup>. Deduza-se a antipatia que TL conseguira captar dentro e fora de Leiria.

Uma descrição da autoria de JLV datada de maio de 1918 mostra-nos um museu dividido em duas secções fundamentais: Numismática e Arqueologia. Nessas secções integravam-se, respetivamente, diversos tipos de numismas de várias épocas e proveniências e os materiais arqueológicos provenientes do local de S. Sebastião<sup>862</sup>.

---

<sup>858</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/LEI/LEI/ADMIN/008, Caixa 155: Os inventários remetidos em 28 de fevereiro de 1917 por Tito Larcher intitulam-se «Relação dos moveis e mais objectos que devem fazer parte do Museu Regional» e «Relação dos moveis e mais objectos que devem fazer parte do Museu Regional e que pertenciam ao extinto Seminário de Leiria». Luciano Freire é responsável pela «Nota dos objectos, conforme se acham descritos no respectivo inventário, apartados em Leiria por Luciano Martins Freire, vice-presidente do Conselho de Arte Nacional, como tendo valôr artistico especial, para figurarem em Muzeu», enviada em 15 de março de 1917 à CCELS. Ver Docs. 49 a 53 em Apêndice documental.

<sup>859</sup> Cf. *Idem*. Ofício do Vice-Presidente do Conselho de Arte Nacional, dirigido ao Presidente da CCELS.

<sup>860</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/LEI/LEI/ADMIN/013: Ofício de 7 de abril de 1919, do Presidente da CCABE de Leiria (Aurélio de Almeida Santos e Vasconcelos) ao Presidente da CCELS. Nesse ofício é referido o interesse do Diretor do museu em obter um tapete, um candeeiro azeite de metal amarelo e o altar da capela do bispo, todos separados para leilão. O remetente mostra-se favorável à manutenção dos mesmos no museu.

<sup>861</sup> Cf. *Idem*. Ofício de 9 de abril de 1919, do Presidente da CCELS para o Presidente da CCABI.

<sup>862</sup> Cf. J.L.V., «Excursão arqueológica», art. cit., in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographic Português, S. 1, vol. 24, 1919-1920, pp. 302 e 303: «*No que toca a Numismatica, possui o Museu algumas moedas da Republica e Império romano, de cobre e prata; tres moedas arabicas de prata; algumas portuguesas, de prata e cobre, do continente, ilhas e colonias; moedas estrangeiras, de prata e cobre (Brasil, Hespanha, Norte de Africa, Africa Oriental); cédulas da Casa da Moeda; fichas madeirenses de 40 e 50 réis, de Vicente de Oliveira & C.<sup>a</sup>, de 1799; senhas, do mesmo genero, da*

Não foram, contudo, completamente inglórios os esforços para amealhar alguns objetos de carácter histórico e artístico: o acervo restante do antigo Paço Episcopal; alguns paramentos de Santo Estêvão; obras de arte do Convento de S. Bernardino em Peniche; algumas moedas, seis cadeiras e a coleção de numismática do Convento de S. Francisco da Portela; a estátua de Afonso Henriques que se encontrava perdida em Aldorninha<sup>863</sup>.

Outras incorporações e depósitos deveram-se a beneméritos. Até 1918 verificaram-se os seguintes:

- depósitos: uma vitrina com materiais arqueológicos recolhidos nas escavações da antiga Colipo, por Inácio Veríssimo de Azevedo;
- ofertas: materiais arqueológicos encontrados no Castelo de Leiria, pela Liga dos Amigos do Castelo e pela Direção das Obras Públicas; uma coleção de armas gentílicas da África Ocidental, por José Ferreira Bernardino; uma coleção de cântaros, por José Maria de Oliveira Simões.

Segundo Larcher, em 1918 contavam-se no museu 1485 objetos.

No ano de 1919 são referidos, mas não especificados no segundo relatório de TL, 82 objetos oferecidos pelo Dr. Afonso Veríssimo de Azevedo Zúquete.

Em ata do CAA2, de 20 de junho de 1920, refere-se que entre a correspondência recebida figurava um ofício do Diretor do Museu Regional de Leiria, informando ter já enviado à Direção Geral de Belas Artes, o arrolamento dos objetos que constituíam o acervo daquele museu<sup>864</sup>.

Em outra sessão do mesmo Conselho, datada de 11 de julho de 1920, é testemunhado o esforço constante de Tito Larcher em prosseguir na incorporação de objetos para o museu, sempre tendo em conta o valor artístico dos mesmos. Nesta situação estava em causa a permuta, aprovada pelo CAA2, de uma imagem de Nossa

---

*Companhia de Boror (Zambézia), de estanho ou alumínio, com a fôrma de quadrado perfeito, e de quadrado cortado nos angulos. Tambem aí vi pesos de r(apé), s(abão), p(olvora), e varias medalhas portuguesas (poucas). § Na secção arqueológica ha objectos pre-romanos e romanos, tudo provindo do local de S. Sebastião, que é já conhecido dos antiquários: tres machados de pedra; contas de vidro azul, e um fragmento de uma conta oculada, grande; moedas coloniais ibéricas; fíbulas e fivelas; uma pinça de bronze (fórceps); fragmentos de uma chapa de bronze pequena, de 2 milímetros de espessura, e com inscrição em que só leio [...] mi erarum arumi; um peso de barro (pondus), que tem no topo o suastica e uma inscrição que, depois de bem examinada, li assim: Bovanniu(s) Bouti(i) [...]; outros pesos, mas anepígrafos; dois cossoiros de barro (verticilli), um d'eles com traços ornamentais. De epocas mais recentes tem o Museu: mobilia, loiça, quadros, objectos de igreja (castiçais, turibulo, candelabro), verónicas, sinetes».*

<sup>863</sup> Em dezembro de 1920 solicitava à CM a entrega dos bens de interesse histórico e artístico do convento de Sant'Ana.

<sup>864</sup> Cf. AHSMEC, *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscção, Ob. Cit.: «Acta 68», de 20 de Junho de 1920», fl. 73 verso.*

Senhora da Conceição, em troca de uma quantia monetária, outras obras de arte e jornais locais raros<sup>865</sup>.

Em maio de 1921 dava entrada no museu uma banquinha de cabeceira, estilo D. João V, que se encontrava nas dependências dos Paços do Concelho<sup>866</sup>, em poder do Regimento de Reserva n.º 7.

Quanto aos visitantes do museu, só existem números para os anos de 1917, 1918 e 1919, perfazendo, respetivamente, 617, 473 e 655. Em 1920 o museu encerrou as portas por causa das obras de instalação do RA2 e passou a levar uma existência incerta.

Tito Larcher não conseguiu concretizar um museu etnográfico e um gabinete de Física junto da biblioteca.

Em 1933, como já se referiu, o museu foi transferido para as traseiras da Sé, e em 1954 Gustavo de Matos Sequeira testemunha-nos o mal endémico de que o museu parecia sofrer desde o início: instalações deficientes, sem espaço para toda a coleção, obrigando-se a recorrer novamente aos Paços do Concelho para acomodar a coleção arqueológica<sup>867</sup>.

---

<sup>865</sup> Cf. *Idem*: «Acta 69», de 11 de junho de 1920.

<sup>866</sup> Cf. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Leiria*, «Sessão de 3 de Março de 1921», fl. 401 frt. Nesta sessão, um ofício de Tito Larcher solicitou a cedência da peça à Câmara Municipal, que deliberou aceder ao pedido. Em outro ofício, solicitou as restantes cantarias do extinto convento de Sant'Ana e a instalação da luz eléctrica na sua casa, comprometendo-se a pagar o consumo e os custos da instalação. À primeira parte do pedido a Câmara acedeu responder com brevidade, ficando a segunda para quando houvesse material disponível. Na sessão de 12 de maio era lido um ofício de 28 de abril, acusando a receção da banquinha (fl. 411 vrs).

<sup>867</sup> Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário Artístico de Portugal V – Distrito de Leiria*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1954, pp. 68 e 69.

#### 4. MUSEU REGIONAL DE GRÃO VASCO – VISEU

«Diz-me que vae breve a Lisboa para escolher cousas dos museus daí, destinadas aos museus regionaes. § Não se esqueça do Museu de Grão Vasco, e advogue lá essa causa...»<sup>868</sup>

##### Historial

A história do Museu Grão Vasco iniciou-se pouco tempo depois da promulgação da Lei da Separação. Como vimos, no último quartel do século XIX surgiu um pouco por todo o país um movimento museológico regionalista com maior expressão na República, não só porque em termos cronológicos coincidiu com a supressão de muitos conventos femininos disseminados pelo país, mas também com a Lei da Separação de 20 de abril de 1911, que conduziu à secularização de muitos templos, quintas, passais, seminários e paços episcopais, e respetivos recheios. Neste contexto, as elites mais ilustradas das sedes de Distrito começaram a movimentar-se no sentido de angariar objetos suscetíveis de constituírem coleções dignas de formar museus. Uma situação do género ocorreu em dezembro de 1912, quando da cedência dos objetos de culto existentes na igreja do Seminário de Viseu pelo preço da sua avaliação, à Ordem Terceira do Carmo<sup>869</sup>, sem que os mesmos chegassem à hasta pública. Entre os objetos escolhidos pela Ordem Terceira do Carmo, os avaliadores Francisco António de Almeida Moreira – como delegado do CAA2 – e José Augusto Pereira (Diretor da Escola de Desenho Industrial Emídio Navarro) apartaram os que, «*por terem valor artístico, devem guardar-se para o futuro museu regional*»<sup>870</sup>. Os objetos selecionados foram discriminados numa lista datada de 5 de dezembro de 1912<sup>871</sup>, enviada à CCELS. Eram os seguintes: imagens de Nossa Senhora da Conceição, São Pedro, Nossa Senhora da Esperança e Sant’Ana; quadro a óleo representando a Sagrada Família; custódia de prata dourada; sacrário de madeira de castanho dourada; missal; epistolário; estante de missal. Em outra situação, Almeida Moreira instou junto das instâncias superiores para que fossem removidos para a Sé de Viseu, dois quadros da Igreja de Pindo (Mangualde) e outro do Convento de Orgens, e restauradas algumas peças de mobiliário do Paço

---

<sup>868</sup> Cf. Carta de AM para LMF, de 4 de outubro de 1917, MNAA, AJF, Caixa 10, Doc. 12. No excerto transcrito, Almeida Moreira refere-se a Marques Gomes, Diretor do Museu Regional de Aveiro.

<sup>869</sup> Cf. Os objetos foram cedidos por diploma de 21 de dezembro de 1912, publicados no *Diário do Governo*, n.º 300, de 23 de dezembro de 1912.

<sup>870</sup> Cf. Offício da CCABI de Viseu ao presidente da CCELS, de 9 de dezembro de 1912, in ACMF, Proc. CJBC/VIS/VIS/CELEN/006, Caixa 43.

<sup>871</sup> Esta lista de objetos provenientes da igreja do extinto Seminário de Viseu foi assinada por Francisco de Almeida Moreira e José Augusto Pereira, e foi enviada com o ofício referido na nota anterior, *Ibidem*.



Episcopal do Fontelo<sup>872</sup>. A par das diligências tomadas a nível local, José de Figueiredo sugeriu em sessão do CAN de 11 de abril de 1912 que se criasse um museu em Viseu com os bens do Paço<sup>873</sup>. Também no seio do CAN, a 14 de novembro de 1913 foi dada a conhecer uma petição para a criação de um museu regional em Viseu, obtendo a concordância imediata de Luciano Freire, José Pessanha, José Marques da Silva e Carlos Reis. O segundo dos vogais referidos frisou a necessidade de se escolherem salas adequadas para instalar o museu, em alternativa à Sala do Capítulo. O terceiro pugnava pela valorização das obras de arte<sup>874</sup>.



Fig. 47 – Sé Catedral e Paço dos Três Escalões, sede do Museu Regional de Grão Vasco.  
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, sipa.foto.00084231.

Em 31 de dezembro de 1913, na sequência do parecer n.º 1385 da CCELS, favorável ao pedido da Câmara Municipal de Viseu para que lhe fossem entregues os objetos de valor histórico ou artístico arrolados no Distrito, foi promulgado o Decreto n.º 256, instituindo na Sé de Viseu e suas dependências um Museu Regional de Arte, com obras do início do século XVI como o retábulo da capela-mor<sup>875</sup>, então na Sala do Capítulo. Da instalação e direção ficou incumbido o CAA2. Desde o início, enquanto delegado daquele Conselho e em consonância com a Autarquia, Francisco António de Almeida Moreira preocupou-se em reunir os objetos dignos de integrar as coleções e lançou mãos à obra na adaptação dos espaços. Os percalços e atrasos no prosseguimento dos trabalhos de beneficiação e restauro do imóvel foram relatados em intensa epistolografia trocada com Luciano Martins Freire, disponível no arquivo do MNAA<sup>876</sup>. Nessas cartas, cujas balizas cronológicas são os anos de 1915 e 1931, encontramos

<sup>872</sup> Cf. ACMF/CJBC/VIS/VIS/ADMIN/071, Caixa 310: Ofício do Presidente do CAA2, Júlio Henriques, para o Presidente da CCELS, de 22 de outubro de 1912.

<sup>873</sup> Cf. «Sessão de 11 de Abril de 1912», in *LASCAN* (1911-1921), Lisboa, AHSGMEC, p. 8.

<sup>874</sup> Cf. «Sessão de 14 de Novembro de 1913», *Idem*, p. 29.

<sup>875</sup> Cf. Decreto n.º 256 da Direção Geral dos Eclesiásticos, de 31 de dezembro de 1913, publicado no *Diário do Governo* n.º 305, da mesma data, disponível no site do Diário da República Eletrónico, em <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/12/30500/48934893.pdf> (consulta efetuada em 13 de fevereiro de 2013).

<sup>876</sup> Cf. MNAA, AJF, Caixa 10, Doc. 12.

também bastantes referências aos serviços prestados pelo segundo no tratamento de quadros do MGV.

As atividades desenvolvidas por Almeida Moreira (AM)<sup>877</sup> justificaram a sua nomeação para primeiro Diretor do museu, por parte da Câmara Municipal, facto que o próprio comunicou ao CAA2, solicitando a sua sanção e sugerindo o nome de Grão Vasco para o museu<sup>878</sup>. No dia 23 de janeiro de 1916, o CAA2 deliberou propor ao Chefe da RIA a nomeação de Almeida Moreira e a denominação sugerida para o museu, porque segundo Aarão de Lacerda, para patrono «*primeiro exigia-se que fosse um artista de Vizeu, segundo que êste mesmo artista tivesse tido na história da arte portuguesa um lugar saliente*»<sup>879</sup>. Na sequência das deliberações, o Decreto n.º 2284-C de 16 de março, do mesmo ano, criou na sala do Cabido e outros anexos da catedral, «*um museu regional de obras de arte e peças arqueológicas com o nome de Museu de*

---

<sup>877</sup> Francisco António de Almeida Moreira (n. / m. Viseu, 25/11/1873 – 18/12/1939), foi um Professor de Educação Física, Crítico de Arte e destacou-se sobretudo como organizador do Museu Regional de Viseu, em que se dedicou com empenho à conservação e classificação das coleções de Arte. Teve um importantíssimo papel em vários domínios, no contexto da sociedade viseense, mas tiveram realce as suas atividades em prol da proteção, conservação e divulgação do património artístico de Viseu e do resto do país. Entre essas ações, destacamos a classificação e valorização de diversos imóveis, como a Sé de Viseu. Estudou no Colégio Militar, onde foi premiado nas cadeiras de Desenho, na Escola Politécnica e Infanteria na Antiga Escola do Exército. Iniciou a sua carreira de Professor na antiga Escola Normal, de Viseu, e depois efetivo do Liceu de Alves Martins, e fez parte de várias comissões administrativas da Câmara Municipal daquela cidade, tendo sido Vice-presidente. Foi encarregado da secção artística da Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923. Tomou parte nos seguintes congressos: de Educação Física (Paris, 1913), para cuja comissão foi nomeado por Portaria de 5 de março de 1913 (publicada no *DG*, n.º 54, I Série, de 7 de março de 1913, pp. 861 e 862 - <http://dre.pt/pdfgratis/1913/03/05400.pdf>); Luso-Espanhol, (Porto, 1921); de História da Arte (Paris, 1921); Luso-Espanhol (Cádiz, 1927); Luso-Espanhol (Barcelona, 1929); História da Arte (Bruxelas, 1930); Antropologia Colonial (Porto, 1934). Os seus estudos artísticos motivaram-no a fazer visitas de estudo: França (1925) e Itália (1926). Colaborou em diversos periódicos lisboetas e de Viseu (*A Pátria*, *Notícias de Viseu*, *Distrito de Viseu*, *Azorrage*). Publicou: *Atitudes Escolares*, quadros educativos em colaboração com o prof. Costa Sacadura, premiados com medalha de ouro na Exposição de Arte na Escola, realizada em Lisboa em 1916, e com o Grande Prémio na Exposição Internacional do Rio de Janeiro (1922-23); *Palavras proferidas na sessão de homenagem a Luciano Martins Freire* (1918); *O pintor Vasco Fernandes* (Congresso Luso-Espanhol, Porto, 1921); *Catálogo e Guia Sumário do Museu de Grão Vasco* (1921); *Un peintre régionaliste portugais au XVIe siècle*, comunicação apresentada no Congresso de História da Arte (Paris, 1921); *Os quadros da Sé de Viseu* (1.ª ed., 1916; 2.ª ed., 1925); *La Catedral de Viseu*, comunicação apresentada no Congresso Luso-Espanhol de Cádiz, 1927; *L'Art Populaire à Beira Alta*, Congresso de Antropologia de Amesterdão (1927); *Guia de Viseu* (1931), etc. Foi também Presidente da Comissão de Iniciativa de Viseu; Vogal Correspondente do Conselho Superior de Belas Artes, Sócio Correspondente da Academia de S. Fernando (Madrid), da Academia de Santa Isabel da Hungria (Sevilha), membro da AAP. Oficial da Ordem de S. Bento de Avis e Comendador da Ordem de Santiago da Espada. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal Volume XII: A Primeira República (1910-1926): História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, Editorial Verbo, 2.ª edição, 2001, p. 40; *GEPEB*, Ed. Enciclopédia, Lda., Lisboa / Rio de Janeiro, s.d., vol. II, pp. 75 e 76.

<sup>878</sup> Cf. 42.ª Ata de Sessão do CAA2, de 23 de janeiro de 1916, in *Livro das Atas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª e 3.ª Circunscrições*, AHSGMEC, f. 47 frente.

<sup>879</sup> Cf. LACERDA, Aarão de, *Arte Portuguesa I: O Museu de Grão Vasco*, *Ob. Cit.*, p. 117.

*Grão Vasco*<sup>880</sup>, inicialmente «*composto pelos valiosos quadros existentes na Sé de Viseu*», o tesouro do seu Cabido e outros de valor<sup>881</sup>. O quadro de pessoal compunha-se pelo Diretor Conservador – nomeado pelo Governo em abril seguinte – e por um guarda.

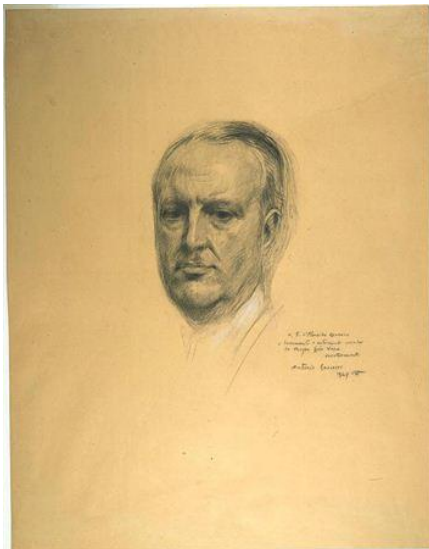


Fig. 48 – Retrato de Almeida Moreira. Desenho a carvão e giz branco sobre papel, da autoria de António Carneiro, datado de 1927 (n.º de inventário MGV 1632).  
Direção Geral do Património Cultural, IMC,  
fotografia de José Pessoa.

O Decreto n.º 7497 de 12 de maio de 1921 aprovou o Regulamento do MGV, dividido em cinco capítulos<sup>882</sup>. O 1.º reiterava a constituição das coleções pelas obras de arte da Sé e pelos objetos cedidos, adquiridos a título oneroso, doados ou legados, entrados por imposição legal ou depositados por particulares ou corporações. O 2.º respeitava ao quadro de pessoal, composto pelo Diretor e por um guarda nomeado pelo primeiro, abrindo caminho à contratação futura de mais pessoal menor, em conformidade com o crescimento da instituição. O 3.º definia as atribuições do Diretor, que consistiam em: supervisionar a organização, disciplina e conservação do edifício e das coleções; gerir as dotações orçamentais e o serviço do pessoal menor; consultar ou apresentar propostas à DGBA, através do CAA2, nomeadamente as que respeitassem ao desenvolvimento do museu a seu cargo; tomar decisões em casos que necessitassem de soluções urgentes, participando-as superiormente; catalogar e inventariar as coleções. O 4.º determinava os deveres do pessoal menor: respeito pelo horário de trabalho; boa apresentação no serviço; zelo para com as coleções. O 5.º e último capítulo estabelecia o horário de abertura do museu (terça a sábado das 10h30 às 16h00, de novembro a março, e das 9h30 às 17h00, de abril a outubro; aos domingos com os mesmos horários

<sup>880</sup> Cf. «Decreto 2284-C de 16 de Março», in *Legislação Portuguesa*, Publicação Semanal, Março, 1916, vol. I-12, p. 284.

<sup>881</sup> *Ibidem*.

<sup>882</sup> Cf. Decreto n.º 7497 de 12 de maio de 1921, in *COLP publicada no ano de 1921 Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923, pp. 599-600.

de abertura, mas encerrando mais cedo, às 15h00; encerrado todas as segundas-feiras para limpeza e nos dias feriados nacionais e municipal); definia as normas de acesso do público ao museu, proibindo a sua entrada com objetos volumosos ou máquinas fotográficas e condicionava a obtenção de cópias ou reproduções dos objetos à autorização prévia do Diretor e ao pagamento de um preço proporcional ao valor das obras visadas.

### **a. As Coleções**

#### Aquisições onerosas<sup>883</sup>

Entre os anos económicos de 1918-1919 e de 1925-1926 verificou-se uma aquisição regular de bens. No primeiro período deram entrada: um «*quadro holandês*» (200\$00); duas cadeiras estilo D. João V (15\$00); mesa de pau-preto, redonda, com pé de galo (35\$00); Cristo «*gótico*» em marfim (7\$00). Em 1919-1920: escultura em madeira representando Sant’Ana e Nossa Senhora dentro de uma maquina (10\$00); prato redondo de faiança (4\$00); jarra de faiança (4\$00); escultura da Virgem em barro (2\$00); alguns objetos de madrepérola não discriminados (14\$66); caixilho e relicário de madrepérola (12\$34); duas aguarelas de José Augusto Pereira (60\$00); terrina de faiança da fábrica Bica do Sapato (50\$00); objetos de cerâmica comprados em Coimbra (Cristo coroado: 10\$00; Cristo de barro vermelho: 2\$50; floreira: 2\$50; cesto e castiçais: 1\$20); onze miniaturas do pintor Gata (110\$00). Em 1920-21 adquiriu-se: “Pátio de S. Tiago – Évora”, aguarela sobre cartão da autoria de Alberto de Sousa (200\$00); colcha de damasco e canudo de faiança com pássaro da fábrica Rocha Soares (210\$00); “A Boca do Inferno – Cascais”, marinha em aguarela sobre papel da autoria de Ricardo Hogan (250\$00, incluindo transporte); escultura de madeira e marfim, representando Nossa Senhora e Sant’Ana, adquirida em Coimbra (70\$00); escultura de madeira representando S. Lourenço (25\$00); escultura de madeira representando São Brás (20\$00); escultura de barro representando a Descida da Cruz (50\$00); dois castiçais fábrica do Rato – Lisboa (65\$00); escultura de marfim (15\$00); *Pietá* em marfim (5\$00); duas cadeiras, estilo D. João V (70\$00); mesa do mesmo estilo (35\$00);

---

<sup>883</sup> Para recuperar a história da constituição das coleções do MGV, nomeadamente no que diz respeito a aquisições por compra, afigurou-se de grande importância o livro *Aquisições e sua documentação para o Museu Grão Vasco*, consultado no arquivo do museu em outubro de 2010. O documento discrimina também os trabalhos de reparação e adaptação gradual do edifício anexo à Sé, para instalação do museu e alguns materiais utilizados na exposição. Por exemplo, no ano económico de 1918-1919, foram adquiridas duas vitrinas para a sala Jorge Afonso, no valor de 70\$00; foram transferidos os quadros da sacristia da Sé para o museu (9\$30); foi adquirido linho grosso para forrar as salas (100\$00).

terrina de vidro coalhado (25\$00); travessa e prato de faiança (80\$00); dois lampiões (10\$00); chaleira de cobre e almofariz de bronze (20\$00); duas mesas torneadas (50\$00). Em 1921-22: estante de coro de pau-preto e mesa holandesa (308\$33); três travessas e dois pratos de faiança de Coimbra (8\$04); candeeiro de metal amarelo (12\$00); mobília estilo D. Maria I composta de canapé, oito cadeiras, duas delas de braços, todos com assento de palhinha (350\$00); caneca de faiança inglesa alusiva a Lord Wellington (25\$00); banco de castanho (20\$00); terrina e prato de faiança (80\$00). No período decorrido entre 1922-23: “O Mercado da Praça” (500\$00) e “A janela da Casa de D. Duarte – Viseu” (500\$00), aguarelas sobre cartão da autoria de Alberto de Sousa; “Viseu”, quadro a óleo de Joaquim Lopes (500\$00); frontal bordado a matiz (250\$00); escultura da Virgem em pedra (30\$00); mesa de jogo com embutidos (200\$00); jarra de faiança inglesa (50\$00); duas imagens de madeira (30\$00); desenho-estudo “Ceifeiras”, da autoria de Silva Porto (200\$00); jarra de faiança (transporte: 10\$37); casula bordada a matiz (1.ª prestação: 250\$00). No ano económico 1923-1924: “Estudo”, aguarela de Joaquim Lopes (200\$00); mobília estilo D. João V, composta por sofá e seis cadeiras com estofos de damasco (2500\$00); mesa (500\$00); pequeno contador indiano com embutidos de marfim (2900\$00); dezasseis peças de faiança portuguesa (907\$10); dois quadros a óleo de Fausto Gonçalves – «*“Paisagem ao cair da tarde” e “Casario – aspecto – Telhados de Coimbra”*» (1500\$00); mesa estilo D. José, com embutidos (487\$00); escultura em pedra de Ançã, representando a Virgem do Leite (50\$00)<sup>884</sup>. No ano económico de 1924-1925: mesa estilo D. João V (734\$00); duas imagens de madeira (171\$95); retábulo de madeira representando Santa Clara (300\$00); quinze peças de faiança portuguesa (943\$00); tinteiro antigo de pau preto (60\$00); “*Paisagem de Tancos*”, óleo sobre madeira de José Maria Soares Lopes (600\$00); “Casas Rústicas”, quadro de Maria Clementina Carneiro de Moura (500\$00); faianças de Coimbra (um relicário de bispo – 150\$00; 2 castiçais Viana – 130\$00; dois pratos Viana – 100\$00; travessa – 50\$00); canapé de palhinha (250\$00); colher de prata (24\$00); pedra de armas (transporte: 15\$20). Em 1925-1926: “À sombra da parreira”, óleo sobre cartão de José Malhoa; “Uma estação de caminho de ferro à noite”, óleo sobre madeira de Silva Porto (1250\$00); “Praia da Póvoa do Varzim”, óleo sobre tela de João José Vaz (2500\$00); “Fachada da Sé de Braga”, aguarela sobre cartão de Alfredo

---

<sup>884</sup> Trata-se, provavelmente, da peça do século XV, inventariada com o n.º 882, adquirida a Maria Máxima Melo Meneses e Castro. Cf. <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=207830>

Januário Morais (800\$00); “O sacristão da Igreja dos Portugueses em Roma”, óleo sobre tela de 1921, da autoria de Carlos Bonvalot (3500\$00); “Bucolismo”, óleo sobre tela de Luciano Freire (3500\$00).

O Leilão Ameal realizado em 1921<sup>885</sup> também contemplou o MGV, que recebeu as seguintes obras de pintura e peças de cerâmica: “Rapariga de Capri”, de Silva Porto; “Morte da Virgem”, “A Virgem e o Menino” e “Pentecostes”, de pintor *Primitivo*; “Desenho a carvão”, de Domingos Sequeira; Prato hispano-mourisco; dois pratos portugueses do séc. XVII; par de canudos de faiança com marca “Viana”; par de canudos de faiança; dois canudos e bilha de faiança portuguesa do séc. XVIII; dois pares de canudos e dois boiões de faiança portuguesa.

O *Livro de Inventario de todos os objectos incorporados no Museu “Grão Vasco”*, de 1916, também nos indica algumas aquisições. Pela verba do museu de 1915-1916 foram compradas: duas pinturas da autoria de José de Almeida Furtado (O Gata), representando Santo António e Nossa Senhora da Conceição; cómoda-papeleira por 50\$00 a Amadeu da Silva; casula de seda roxa, com guarnições amarelo-palha, e respetivos estola e manípulo. Pela verba da Câmara Municipal, também de 1915-1916: dois bancos de castanho almofadados a couro preto liso e uma mesa com frente entalhada, de pernas curvas, pés em garra e duas gavetas. Através da verba de 1916-1917, o museu adquiriu um par de jarras cilíndricas de faiança pintada com motivos azuis sobre fundo branco. Em 1917-1918, foi comprada uma cómoda-escrivania-papeleira, com ferragens amarelas e pés entalhados, pelo valor de 85\$00. Sem data definida, o museu adquiriu também um par de galhetas de estanho com as asas trabalhadas e uma caldeirinha com asa, também de estanho.

### Transferências e depósitos

O inventário referido dá-nos importantes informações sobre a designação, caracterização e procedência dos bens eclesiásticos nacionalizados entrados no museu. Na sua maior parte, os objetos foram transferidos de locais relacionados com o culto católico, especialmente da Sé de Viseu e do Paço Episcopal do Fontelo, mas também o Seminário, a Igreja Matriz de Pindo (Penalva do Castelo), os conventos de S. Francisco de Orgens e de Moimenta da Beira, as igrejas de Vilar, Carregal do Sal, Vil de Soito, Ermida (Castro Daire), entre outras origens. O livro de aquisições, também já referido,

---

<sup>885</sup> Cf. *Obras de arte pertencentes á colecção Ameal, escolhidas para alguns museus dos Conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições, Doc. Cit.*

deu-nos igualmente algumas pistas. No período de 1920-21 deram entrada vários quadros de Vasco Fernandes, cujo transporte em automóvel orçou os 80\$00. No ano económico de 1922-1923 outros quadros do Grão Vasco, procedentes de Tondela e da freguesia de Barreiros, cujo transporte orçou os 63\$00 e uma jarra de faiança, cujo movimento importou em 10\$37.

Em 1925 AM aproveitou a situação do desentendimento entre o CAA1 e a CCELS sobre o destino a dar aos grandes painéis de azulejos do séc. XVIII, que revestiam a igreja do Convento de Santa Joana em Lisboa. Enquanto o CAA1 defendia a manutenção dos azulejos no local<sup>886</sup>, a CCELS era favorável à sua remoção para um museu ou à sua venda em hasta pública, sob condição de eles jamais serem exportados. Depois de a Comissão Central convidar o Conselho de Arte e Arqueologia a levantar os azulejos e a colocá-los no museu que entendesse, num prazo de 30 dias<sup>887</sup>, e o segundo ter ignorado o convite, a primeira decidiu levar por diante a sua venda em hasta pública. Aproveitando a ocasião, Almeida Moreira oficiou à CCELS manifestando interesse nos azulejos para o museu que dirigia e solicitando a sua entrega, responsabilizando-se pelas despesas de remoção, de acondicionamento e transporte<sup>888</sup>. Alguns dias mais tarde, em sessão de 7 de março de 1925, a CCELS resolveu «*entregar, a título de depósito, ao Museu Grão Vasco*»<sup>889</sup>, os ditos azulejos, nas condições propostas pelo Diretor.

Em 1918, após restauro efetuado por Luciano Freire sobre “O Calvário”, deram entrada no MGV, provenientes da Sé, cinco grandes quadros de Vasco Fernandes: o já referido Calvário, S. Pedro, Baptismo de Cristo, S. Sebastião e Pentecostes.

A leitura das *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição* também nos dá algumas pistas sobre depósitos. Na ata 50 da sessão de 20 de maio de 1917, na parte concernente à leitura de correspondência recebida, são levados a aprovação alguns pedidos de parecer da CCELS sobre a entrega ao MGV, de alguns objetos: escultura em pedra representando S. Tiago e um tapete de Arraiolos, procedentes da igreja matriz de Carregal do Sal; uma pintura sobre tábua representando S. Brás e uma jarra de faiança, da igreja paroquial de S. Cipriano; uma escultura de Cristo em pedra, da igreja de Portela<sup>890</sup>. A resolução n.º 3942 da CCELS, de 22 de

---

<sup>886</sup> Cf. Ofício do CAA1 à CCELS, de 9 de outubro de 1924, in ACMF, Proc. CJBC/LIS/LIS/ADMIN/070, Caixa 102.

<sup>887</sup> Cf. Ofícios da CCELS ao CAA1, de 3 de novembro e de 3 de dezembro de 1924, *Idem*.

<sup>888</sup> Cf. Ofício do Diretor do MGV ao Presidente da CCELS, datado de 5 de março de 1925, *Ibidem*.

<sup>889</sup> Cf. Ofício da CCELS para o Diretor do MGV, de 9 de março de 1925, *Ib.*

<sup>890</sup> Cf. Acta n.º 50 de 20 de Maio de 1917, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, fls. 58 e 59, AHSGMEC, Cota 351.

setembro de 1917, confirmou a cedência da escultura, por não ser «*stritamente necessaria para o exercicio do culto*», estando «*abandonada num recanto da igreja*»<sup>891</sup>. Poucos dias mais tarde, a 26 de setembro, a resolução n.º 3951 determinava que fosse entregue um tapete de Arraiolos ao abandono na igreja paroquial de Castro Daire, com a condição de ser permutado por outro em bom estado de conservação, sem valor histórico e artístico<sup>892</sup>.

Em 16 de novembro de 1923, AM propôs à CCELS a entrega de dois quadros primitivos pintados sobre madeira, da Igreja de Ermida, cinco pinturas primitivas sobre tábua da Igreja de Marmouros, uma casula de seda e veludo, um véu de cálice e seis tocheiros de madeira, da Igreja Matriz de Castro Daire, sede de concelho das freguesias referidas neste parágrafo<sup>893</sup>. Em maio de 1924, o Administrador do Concelho de Castro Daire informou a CCELS de que as juntas de freguesia de Ermida e Marmouros dispensavam os objetos, por não os considerarem indispensáveis ao culto, ao contrário da Junta de Castro Daire, que alegava que os bens eram necessários e que tinha intenção de solicitar auxílio para criar um pequeno museu em dependência da igreja. Em julho seguinte nada estava decidido sobre o destino dos objetos e nada nos indica que eles tenham dado entrada no museu, comprovando a frequente morosidade e arquivamento dos processos.

Em 28 de fevereiro de 1925 a CCELS resolveu a favor do MGv o depósito de uma imagem em pedra da «*virgem-pejada*»<sup>894</sup>, procedente da igreja de Ranhados (Viseu), solicitada por AM mais de um ano antes, em 26 de janeiro de 1924.

Em 29 de março de 1925 entrou um tinteiro em prata que havia pertencido à Junta Geral da Bula de Cruzada<sup>895</sup>.

Apesar dos pareceres positivos das entidades com autoridade pericial para avaliar a entrega dos bens eclesiásticos aos museus (CCELS e os CAA's), e de o

---

<sup>891</sup> Cf. ACMF/CJBC/VIS/CAR/ADMIN/004, Resolução n.º 3942 de 22 de Setembro de 1917, disponível em formato digital no sítio de internet da Secretaria Geral do Ministério das Finanças (SGMF), em <http://badigital.sgmf.pt/mitra/>.

<sup>892</sup> Cf. ACMF/CJBC/VIS/CAS/ADMIN/015, in <http://badigital.sgmf.pt/mitra/>.

<sup>893</sup> Cf. ACMF/CJBC/VIS/CAS/ADMIN/002, disponível em formato digital no sítio de internet da SGMF <http://badigital.sgmf.pt/mitra/>.

<sup>894</sup> Cf. ACMF/CJBC/VIS/VIS/ADMIN/047, Resolução n.º 5257 da CCELS, de 28 de fevereiro de 1925. [http://purl.sgmf.pt/153028/1/153028\\_master/153028\\_PDF/153028.pdf](http://purl.sgmf.pt/153028/1/153028_master/153028_PDF/153028.pdf). Trata-se, provavelmente, do objeto designado como Nossa Senhora do Ó, com o n.º 881, no inventário online do MGv, em Matriznet, consultada no dia 13 de fevereiro de 2013.

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=207662>

<sup>895</sup> Cf. ACMF/CJBC/VIS/VIS/ADMIN/050. Em 5 de março de 1925, AM solicitava ao Presidente da CCELS, em ofício n.º 254, um dos três tinteiros em prata anteriormente pertencentes à Junta Geral da Bula de Cruzada. A resolução n.º 5266 da CCELS de 7 de março de 1925 autorizou a cedência. Os restantes tinteiros foram entregues ao MNAA e ao MMC.



Ministério da Justiça e dos Cultos despachar no sentido de ser feita essa cedência, nem sempre os objetos eram transferidos. Normalmente, a não concretização das disposições da hierarquia governamental sobre o novo destino de determinado objeto derivava da resistência da corporação que se reclamava como sua proprietária, fosse porque não acatasse a Lei de Separação, fosse porque alegasse que era necessária para a prática do culto. Encontrámos alguns casos que nos levam a crer que se deram situações do género com o MGV, pois em alguns dos processos da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, consultados no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, não encontrámos os autos de entrega que normalmente comprovavam o depósito em novas mãos. Eis, por exemplo, uma escultura em pedra representando São Nicolau, que se encontrava na igreja velha da freguesia de Canas de Sabugosa, um prato de latão tipo flamengo, existente na Igreja Matriz da freguesia de Barreiro (Tondela), desnecessários ao culto segundo informação do Administrador do Concelho e que por resolução da CCELS deviam ser depositados no museu<sup>896</sup>, duas pinturas primitivas em madeira da Igreja de Ermida e cinco tábuas pintadas da igreja de Marmouros (Castro Daire)<sup>897</sup>, alguns tecidos, uma caixa de madrepérola, um prato flamengo de metal amarelo, um lustre, um pelicano de pedra e azulejos, da Igreja Matriz de Vouzela (Viseu)<sup>898</sup> e os paramentos e tocheiros da Matriz de Castro Daire<sup>899</sup>.

Os novos museus foram também contemplados com depósitos de outros. O MGV não foi exceção. Em 18 de junho de 1925 AM declarou<sup>900</sup> ter recebido a título de depósito, do MNAC, o quadro a óleo “Os meus modelos” (1913) da autoria de Artur Alves Cardoso, para ficar exposto na secção de Arte Contemporânea<sup>901</sup>.

---

<sup>896</sup> Cf. ACMF, Proc. CJBC/VIS/TON/ADMIN/064 (1926) e CJBC/VIS/TON/ADMIN/040 (1925-1926).

<sup>897</sup> Cf. ACMF, Proc. DGJC/VIS/CAS/PRDIV/001 (1923-1926).

<sup>898</sup> Cf. ACMF, Proc. CJBC/VIS/VOU/ADMIN/023 (1918).

<sup>899</sup> ACMF, Proc. CJBC/VIS/CAS/PRDIV/001 (1923-1926), *Proc. Cit.*

<sup>900</sup> Cf. *Declaração de Depósito* datada de 18 de junho de 1925, do Diretor do MGV ao Diretor do MNAC, in MNAC, *Ofícios Recebidos, Ob. Cit.*, p. 203. Atualmente, o quadro encontra-se no MNAC, com o n.º de inventário 275. Cf. <http://www.matriznet.imc-ip.pt/ipm/MWBINT/MWBINT00.asp>. (consulta dia 19 de abril de 2011).

<sup>901</sup> Cf. «Acta n.º 134» de 13/7/1925, in *Atas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, 1918-1929, Doc. Cit.*, fl. 56.

## Ofertas

Da documentação a que tivemos acesso, conseguimos extrair alguns registos da generosidade de terceiros para com o museu: uma Nossa Senhora com o Menino, pedra de Ançã, séc. XV, oferecida pelo Dr. Aníbal de Campos, de Cavernães; Nossa Senhora com Cristo no regaço, pedra de Ançã, séc. XIII, oferta de Maria Dária do Amaral, de Faíl; um santo muito mutilado, também em pedra de Ançã, proveniente da Igreja das Almas de Mangualde, oferecido pelo Padre Bernardo do Amaral; três castiçais de metal amarelo (dois deles constituindo par), um par de castiçais de estanho, um pichel e um tinteiro do mesmo material, oferecidos por Herculano Lemos; três tinteiros de estanho e um arcaz de castanho, entregues pela Câmara Municipal de Viseu; um par de castiçais de estanho, oferecidos por Baltazar Pessanha; e uma jarra de faiança, com motivos azuis sobre fundo branco, oferta de Arnaldo Malha.

Fazendo um balanço do tipo de objetos e das formas de entrada registadas, existem duas tendências fundamentais. No que toca às aquisições onerosas, as atenções voltaram-se fundamentalmente para a Pintura Contemporânea, o Mobiliário e a Cerâmica profanos. Quanto aos depósitos, o contexto coevo justifica um intenso movimento de entrada de peças confiscadas à Igreja Católica e nacionalizadas, com especial enfoque na Pintura e Escultura.

### **b. A Exposição**

Em 1917, o historiador de arte Aarão de Lacerda descrevia o MGV como possuindo «já uma colecção de escultura, pequena por enquanto, mas compreendendo obras de grande merecimento artístico e arqueológico»<sup>902</sup>, no que tocava às obras em pedra. A de madeira também era pequena, «mas bem representada»<sup>903</sup>. O inventário manuscrito do museu, iniciado em 1916, confirma os testemunhos de Aarão de Lacerda. Esculturas em pedra contavam-se seis<sup>904</sup> e em madeira estavam registadas cinco<sup>905</sup>.

As coleções de mobiliário e de cerâmica já estavam a ser organizadas. A primeira ascendia a trinta e sete entradas no inventário de 1916, incluindo vários tipos

---

<sup>902</sup> Cf. LACERDA, Aarão de, *Arte Portuguesa I: O Museu de Grão Vasco*, Edição do Autor, Coimbra, 1917, p. 57.

<sup>903</sup> *Idem*, p. 61.

<sup>904</sup> *Livro de Inventario de todos os objectos encorporados no Museu "Grão Vasco" 1916*, MGCV, f. 26. Ver Doc. 54 em Apêndice Documental.

<sup>905</sup> *Idem*, f. 16 f.

de peças (para sentar, para armazenar<sup>906</sup>). As peças de cerâmica eram na sua maioria jarras, perfazendo oito entradas no inventário<sup>907</sup>.

A torêutica tinha alguma notoriedade, compondo-se de setenta peças de várias tipologias: jóias, objetos em prata, prata dourada, metal amarelo, estanho, cobre esmaltado e dourado, bronze, chumbo e estanho, ferro e folha-de-flandres<sup>908</sup>.

A secção de tecidos (paramentos, cortinas, frontais, etc.) também já se revestia de um significado apreciável, compreendendo vinte e oito entradas em sede de inventário.

Possuía também alguns documentos manuscritos e impressos.

Apesar da riqueza das secções, a mais importante delas era a de Pintura, com sessenta e um quadros registados em 1916, destacando-se alguns quadros de primitivos portugueses, nomeadamente os de Vasco Fernandes.

O enriquecimento das coleções cedo fez constatar a necessidade de mais espaço, pois muitos objetos estavam em armazém no Paço do Fontelo e nas arrecadações da Sé.

Em 1921 o acesso ao museu obrigava a entrar pela porta principal da Sé, pois não havia acesso independente ao claustro superior, junto do qual se encontravam as dependências do museu, correspondentes à antiga Sala do Capítulo, onde antes da criação do museu se encontrava o Tesouro da Sé. Segundo António Pereira da Costa, a Sé adotara soluções paramuseológicas desde o séc. XVIII, altura em que alguns quadros de Grão Vasco foram colocados na Sacristia, sendo substituídos por obras mais modernas para o retábulo<sup>909</sup>. No claustro encontravam-se colocadas algumas peças de arqueologia, na sua maioria fragmentos de escultura arquitetónica, mas também esculturas em pedra e em madeira, objetos de serralharia e algumas pinturas menores. Seguiam-se as salas do museu propriamente ditas: a sala Jorge Afonso, a quem são atribuídos os quadros primitivos do retábulo da capela-mor da Sé, que aí se expunham juntamente com vitrinas de objetos artísticos sacros, peças de mobiliário e imagens de santos em madeira e em barro; na sala Vasco Fernandes, contígua à anterior e separada dela por um arco ogival, expunham-se os quadros do artista que emprestou o nome ao museu e de outros membros da Escola de Viseu, esculturas em madeira, têxteis, objetos em metal; a sala do pintor “Gata” – pseudónimo do miniaturista e pintor viseense José

---

<sup>906</sup> *Ibidem*, fls. 12-15 v.

<sup>907</sup> *Ib.*, fl. 46.

<sup>908</sup> *Ib.*, fl.

<sup>909</sup> Cf. COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da Costa, *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010): Espaços, momentos, museografia*, Ob. Cit., p. 138.

de Almeida Furtado, ocupada por algumas obras suas, para além de outros quadros e peças de mobiliário.

A falta de espaço implicou a mistura e acumulação de objetos. Em setembro de 1923 as instalações ampliaram-se ao Paço dos Três Escalões, antigo Seminário e Paço episcopal, por onde se desenvolveriam as secções de arte moderna e contemporânea<sup>910</sup> e se abriria caminho a maior autonomia de funcionamento entre o museu e a Sé, que se concretizou com a criação do Tesouro de Arte Sacra por Decreto-Lei n.º 20803 de 21 de janeiro de 1932, e marcaria a perda de vários objetos pelo museu.

Em 1921 foi editado o catálogo do museu, da autoria do seu Diretor e intitulado *Museu Regional de Grão Vasco: catalogo e guia sumario*. Em 1924 foi a vez de um álbum com 28 reproduções de quadros e objetos do museu<sup>911</sup>.

No Congresso de História da Arte realizado em Paris em 1921, Almeida Moreira apresentou a conferência «*Un peintre régionaliste portugais au XVI siècle, Vasco Fernandes*»<sup>912</sup>, num certame que elevou o conhecimento do museu além-fronteiras.

---

<sup>910</sup> «*Estou satisfeitíssimo com a aquisição ou melhor, obtenção das salas do antigo liceu para alargamento das instalações do Museu. Mas são indispensáveis obras: - limpeza de cantarias, arranjo dos tectos, lambris, soalhos, enfim uma trapalhada que é quasi uma tragédia*», Cf. Carta de AM a LMF, de 15 de janeiro de 1922, MNAA, AJF, Caixa 10, doc. 12.

<sup>911</sup> Cf. Ata n.º 117 de 16 de novembro de 1924, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, folhas 7, frente e verso, AHSGMEC, Cota 351.

<sup>912</sup> Cf. BAIÃO, Joana Margarida Gregório (2014), *Ob. Cit.*, p. 333. AM fez também parte da comitiva que se deslocou ao Congresso de História da Arte em Bruxelas (1930), apresentando duas comunicações: «*A Catedral de Viseu*» e «*Jorge Afonso. O pintor do retabulo da Catedral de Viseu*». (*Idem*, pp. 338 e 339).

## 5. MUSEU REGIONAL DE LAMEGO

«A comissão administrativa da Câmara Municipal, detentora desses valores, só fez a sua entrega em 21 de Maio de 1918. Nesse mesmo ano foi inaugurado o Museu. Um modesto mas devotado artista lamecense, João Amaral, desempenhou durante cerca de 40 anos o cargo de director.»<sup>913</sup>

### Historial

O Museu Regional de Lamego (MRL) foi criado pelo Decreto n.º 3074 de 5 de abril de 1917, publicado no *Diário do Governo* n.º 53 – I Série, como «*Museu regional de obras de arte, arqueologia e numismática*»<sup>914</sup>. Compôs-se, na primeira fase, pelo acervo artístico reunido pelo Bispo D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, que no início do século XX havia manifestado intenção de instalar um museu, tendo recolhido das igrejas e capelas da sua diocese os bens de interesse histórico e artístico, destacando-se a «*ourivesaria, paramentaria, capelas e respectivas esculturas*»<sup>915</sup> provenientes do Convento das Chagas, de freiras Clarissas, o mais rico da localidade, objetos que deram entrada no Paço Episcopal em 1906, após o falecimento da última religiosa. Com a República, os intentos do Bispo foram interrompidos, mas por pouco tempo.

Em 21 de setembro de 1911, a Câmara Municipal tentou levar avante, sob sua iniciativa, a instituição de um museu de arte, solicitando ao Governo a cedência do antigo Paço Episcopal. Chegou a convidar para a direção o Padre Vasco de Almeida Moreira, Abade de S. João de Tarouca, que nunca chegou a tomar posse do cargo, porque o museu não logrou desenvolver-se, apesar das peças existentes no Paço Episcopal permanecerem à guarda da Edilidade até ao ano de 1918.

O assunto do museu voltou à baila alguns anos mais tarde. Em novembro de 1914, o CAA2 recebia um ofício da Repartição de Instrução Artística sobre a instalação de um museu em Lamego, tendo-se encarregado o vogal Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho «*de se informar das pessoas que poderiam constituir a Comissão*»<sup>916</sup> organizadora. Não se conhece qualquer desenvolvimento sobre o assunto.

---

<sup>913</sup> Cf. DIONÍSIO, Sant'Anna, «Museu de Arte e Arqueologia», in *Guia de Portugal: Trás-os-Montes e Alto Douro*, FCG, Lisboa, 1995, 5.º volume, tomo 2, p. 647.

<sup>914</sup> Cf. *Legislação Portuguesa*, Publicação Semanal, Aveiro, 1917, artigo 1.º do Decreto n.º 3074 de 5 de abril de 1917, republicado em 20 de junho de 1917, pp. 310 e 536.

<sup>915</sup> Cf. RIBEIRO, Agostinho (Coordenação e Autoria), *Museu de Lamego: Roteiro*, IPM – Museu de Lamego, 1998, 1.ª ed., p. 13. Segundo o autor, quatro das capelas existentes no claustro das Chagas e a respetiva decoração, deram entrada no museu entre os anos de 1917 e 1928.

<sup>916</sup> Cf. «36.ª acta», de 29 de novembro de 1914, in *Atas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, *Ob. Cit.*, fl. 42.

Por sua vez, em sessão do CAN de 10 de julho de 1915, José de Figueiredo afirmava que o museu poderia ser instalado provisoriamente no antigo Paço Episcopal, até estarem reunidas as condições para a instalação definitiva no antigo hospital, um «*interessante exemplar de arquitectura civil do seculo XVIII*»<sup>917</sup>. Na mesma sessão, Ventura Terra sugeria que se solicitasse um «*orçamento das obras a executar, devendo o Inspector dos Muzeus elaborar um programa do que seja indispensavel*»<sup>918</sup>, ao que José de Figueiredo acrescentava ser necessária uma planta do edifício.



Fig. 49 – Antigo Paço Episcopal, sede do Museu Regional de Lamego.

LARANJO, F.J. Cordeiro, *Cidade de Lamego: Museu de Lamego*, CML, 1991.

Em 20 de março de 1916, na impossibilidade do CAA2 enviar delegados seus para «*desempenhar a missão de instalação daquele museu*», o Chefe da Repartição de Instrução Artística oficiou ao Presidente do CAA3 solicitando-lhe apoio na instalação do museu e, para tal, «*que se encarregue dessa missão, indo áquella cidade proceder á escolha do local apropriado, e verificação das espécies artísticas e arqueológicas que devem fazer parte do novo Museu. Para essa instalação e gratificação ao pessoal está inscrita no orçamento a verba de 400\$00*»<sup>919</sup>. O remetente pedia igualmente que o destinatário confirmasse «*a aceitação da Missão, para se avisar a Câmara Municipal para que esta o auxilie em tudo e avisando que todas as despesas que fizer serão reembolsadas. Pede igualmente, pelo Ministro, que seja enviado à Repartição, “um relatório circunstanciado do resultado d’essa missão e proposta a nomeação de pessoal”*»<sup>920</sup>. Não conhecemos o resultado destes esforços mas o Decreto n.º 2588 de 24 de agosto de 1916 acabou por ceder provisoriamente, a título de arrendamento de 360\$00 à Câmara Municipal, o edifício do antigo Paço e a sua cerca, para instalação do

<sup>917</sup> Cf. *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional*, p. 82.

<sup>918</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>919</sup> Cf. Ofício n.º 115, Livro 4, de 20 de março de 1916, do Chefe da Repartição de Instrução Artística para o Presidente do CAA3, in *Conselho d’Arte e Archeologia 3.ª Circunscrição / Copia de Correspondencia Official e Particular*, N.º 12, Cota: 332, AHSGMEC.

<sup>920</sup> *Ibidem*.

museu regional, biblioteca e outros serviços, cabendo à arrendatária todas as despesas de adaptação, conservação e seguro do imóvel<sup>921</sup>.

De acordo com o documento fundador, a permanência do museu no antigo Paço só se manteria até à conclusão da reconstrução do antigo Hospital da Misericórdia, apontado pelo CAN e especialmente por José de Figueiredo como o edifício ideal para o abrigar. Tal, no entanto, nunca sucedeu e o provisório passou a definitivo até hoje. No Decreto 3074 ficava igualmente estipulado o mapa de pessoal e respetivas gratificações (Diretor Conservador – 160\$; guarda<sup>922</sup> – 150\$) e as verbas inscritas em orçamento, para as despesas de instalação (400\$) e aquisição de material (90\$).



Fig. 50 – Autocaricatura de João Amaral. Desenho a lápis sobre papel, datado de 1941 (n.º de inventário ML 2699).  
Direção Geral do Património Cultural, IMC.

O primeiro responsável do MRL, João do Amaral<sup>923</sup>, foi sugerido por Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa – vogal auxiliar em Lamego – ao CAA2, para o lugar de Conservador, em outubro de 1916 e novamente em 1 de maio de 1917<sup>924</sup>. O interlocutor aceitou a sugestão em sessão de 20 de maio seguinte<sup>925</sup>, tendo a posse ocorrido em 29 de agosto. João do Amaral encetou desde logo todas as providências necessárias à instalação do museu, e não sem dificuldades e contratempos, como atesta Aarão de Lacerda, na seguinte passagem, destacando as deficientes condições de conservação dos objetos:

<sup>921</sup> Cf. DG n.º 170 de 24 de agosto de 1916, <https://dre.pt/application/file/268898>.

<sup>922</sup> O primeiro guarda sugerido por João Amaral ao Chefe da RIA foi António Casimiro da Costa. Cf. *Museu Regional de Lamego. Registo da Correspondência*, n.º1 [1917-1974], Ofício 1, de 8 de julho de 1917.

<sup>923</sup> Artista de Lamego, João do Amaral (morreu em 27 de julho de 1955), foi Diretor do museu durante 38 anos.

<sup>924</sup> Cf. «47.ª Acta», de 12 de outubro de 1916 (fl. 50 vrs.) e «50.ª Acta», de 20 de maio de 1917 (fl. 59 frt.) *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, Livro 351, AHSGMEC.

<sup>925</sup> Cf. «50.ª Acta», de 20 de maio de 1917, *Idem*, fl. 59 frt.

«Em Lamego existem os célebres panos de rás sugeitos à humidade que se espraia pelas paredes do velho paço episcopal. E tudo ali se dispõe ao acaso, por emquamto, sem um vislumbre de ordem, o que decerto evitará o seu actual director. Mas esta desgraça assenta na miséria das dotações, e urge que os poderes centrais se compenetrem do grande papel que está confiado à propaganda artística»<sup>926</sup>.

Em 25 de janeiro de 1918<sup>927</sup>, João Amaral expôs a Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, Presidente do CAA2, a impossibilidade de adquirir novos objetos para o museu por este ainda não se encontrar instalado, o que se devia ao facto do anterior Autarca<sup>928</sup> – Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa – ainda não ter entregado as chaves das salas a ele destinadas e alguns objetos que, na qualidade de Presidente da Comissão Concelhia de Arrolamento, se encontravam em seu poder. Acrescentava ainda que fizera diversas petições à Câmara para que o museu fosse instalado dignamente, obtendo promessas da interlocutora nesse sentido. Dissolvido aquele Executivo, o assunto passou a ser abordado com a nova Comissão Administrativa e em 20 de março o museu continuava por abrir, quer porque as chaves permaneciam por entregar, quer porque o guarda que havia sido sugerido pelo Diretor continuava por empossar<sup>929</sup>.

Em 21 de maio de 1918 a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lamego entregou finalmente as chaves das cinco salas e os objetos.

Para sabermos um pouco mais sobre o MRL voltámos a socorrer-nos de um copiador de correspondência. Entre outros assuntos já referidos, conseguimos perceber que em 17 de julho de 1918<sup>930</sup> se encontrava em vias de publicação um catálogo do museu, e que só não se concretizou por falta de verba. Sabemos igualmente que se mantinham por expor as pratas e alfaias religiosas, por ainda não ter sido provido o lugar de guarda. Alguns meses mais tarde a situação mantinha-se, levando João Amaral a solicitar ao Chefe da Repartição de Instrução Artística autorização para vender alguns objetos sem valor artístico existentes nas arrecadações, a fim de angariar algum dinheiro para pagar a impressão do catálogo<sup>931</sup>. Contudo, cerca de um ano depois, em 22 de

---

<sup>926</sup> Cf. LACERDA, Aarão de, *Ob. Cit.*, p. 124.

<sup>927</sup> Cf. *Museu Regional de Lamego. Registo da Correspondência*, n.º1, Ofício 14, de 25 de janeiro de 1918.

<sup>928</sup> O movimento de 5 de dezembro de 1917, que conduziu Sidónio Pais ao poder, levou à implementação de várias medidas para transformar as estruturas governativas do país. Entre elas, em 10 de janeiro de 1918 foi publicado um decreto que dissolveu todos os corpos administrativos, encarregando os governadores civis de nomearem Comissões administrativas em substituição das Juntas Gerais, das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia.

<sup>929</sup> Cf. *Museu Regional de Lamego. Registo da Correspondência*, n.º1 [1917-1974], Ofício 21, de 20 de março de 1918, dirigido a Frederico Carlos Blaunel, Secretário da CCELS.

<sup>930</sup> Cf. *Idem*, Ofício n.º 36, de 17 de julho de 1918, dirigido a António Ferrão, Chefe da RIA.

<sup>931</sup> Cf. *Ibidem*, Ofício n.º 49, de 7 de dezembro de 1918, dirigido também a António Ferrão.



novembro de 1919, outro ofício permite-nos afirmar que a publicação do catálogo ainda não tinha sido efetuada<sup>932</sup>. A par da falta de recursos humanos e materiais, deparavam-se a João Amaral algumas pressões locais, quer da parte das forças políticas, quer eclesiásticas. As primeiras tardavam a disponibilizar as verbas necessárias para efetuar as obras de adaptação, adquirir objetos para as coleções ou pagar os vencimentos do pessoal. Com as segundas media forças pela posse do antigo Paço Episcopal.

### **a. As Coleções e a Exposição**

A coleção do museu antecedeu a sua criação oficial. Nela destacavam-se algumas pinturas portuguesas do séc. XVI, tapeçarias de Arras, mobiliário, paramentos e peças de ourivesaria.

Como Diretor do museu, João Amaral preocupou-se em aumentar o acervo. Num ofício de 15 de setembro de 1919 solicitou ao Juiz da Irmandade de Nossa Senhora dos Meninos a cedência de dois anjos de madeira, sem que obtivesse qualquer resposta. Em outro ofício datado de 24 de setembro de 1919, dirigido ao Dr. Alfredo de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Lamego, agradeceu a sua interferência na criação do Museu e solicitou-lhe as trinta e seis esculturas existentes nas capelas dos claustros das Chagas, que acabaram por dar entrada no dia 26 de novembro. Em 28 de abril de 1920 escreveu ao Presidente da Comissão Concelhia de Arrolamento dos Bens, pedindo-lhe que fossem entregues os bens depositados nas dependências do Cabido, e que constavam de vários quadros a óleo, um esquiife e uma arca de couro.

Alguns dias depois, um artigo pouco abonatório saído no jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 13 de maio de 1920, apresentava-se como uma nova contrariedade a João Amaral, resultando no seu pedido de uma sindicância aos seus atos. Tal pedido levou à sua suspensão do cargo de Diretor durante cerca de sete meses, após os quais reassumiu funções, na sequência do despacho ministerial de 11 de Janeiro de 1921<sup>933</sup>.

---

<sup>932</sup> Cf. *Ibidem*, Ofício n.º 73, de 22 de novembro de 1919, dirigido ao Chefe da 10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

<sup>933</sup> A sindicância de João Amaral parece ter sido suscitada por alegadas vendas de objetos do MRL feitas sem autorização prévia, que terão levado a DGBA a comunicar ao CAA2 a suspensão do Diretor, para efeitos de sindicância, por ofício apresentado em sessão daquele Conselho, de 23 de maio de 1920. Em interinidade, a DGBA sugeria para dirigir o museu José Rodrigues dos Santos, também lamecense, ao que o CAA2 «*resolveu responder que este senhor lhe era absolutamente desconhecido, mas como possuía a confiança do ministro não tinha quaesquer razões a opor contra tal nomeação*». Cf. *Acta* 67 de 23 de maio de 1920, in *Atas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, Livro 351, AHSGMEC, fl. 73 f. Aproximadamente um mês depois, na sessão de 20 de junho, era lido um ofício de Luis Keil informando o CAA2 de que havia entregado as chaves do museu ao Presidente da Câmara Municipal, por não ter sido ainda nomeado o diretor interino [«*Acta* 68», fl. 73 v.]. Na sessão do Conselho, de 20 de

De regresso à Direção do museu, continuou a sua batalha para dignificar ao máximo as instalações, que infelizmente eram partilhadas por várias entidades, entre elas a Guarda Nacional Republicana e alguns particulares, que ocupavam algumas das lojas do edifício e acabavam por comprometer a higiene, a segurança das coleções e a dignidade do local. Em 13 de junho de 1921 vemos João Amaral a solicitar ao autarca Alfredo de Sousa a sua intercessão para que fosse desimpedido de materiais desnecessários, limpo e ajardinado o átrio do museu e substituídas as portas envidraçadas do salão de entrada, e que fosse instado a mudar para uma loja de acesso independente do acesso nobre do edifício o empreiteiro José Pereira, para aí poder acondicionar convenientemente uma besta de carga e o feno para a alimentar, deixando mais seguros alguns objetos arqueológicos que, por sinal, de vez em quando eram derrubados pela passagem do animal<sup>934</sup>. Em 26 de junho de 1922 era remetido novo ofício ao autarca, para que ele providenciasse no sentido de a mulher do jardineiro deixar de fazer na loja que ocupavam as fogueiras que punham em risco a segurança dos bens<sup>935</sup>.

A criação de um grupo designado «Amigos Pró Museu Regional, Biblioteca e Turismo», em 1924, seria outro veículo para o alargamento das coleções a áreas disciplinares como a Etnografia e a Arqueologia, especialmente a partir de 1929.

Resumidamente, podemos afirmar que no período em estudo o Diretor se preocupou fundamentalmente na luta pela expulsão dos restantes serviços que ocupavam o edifício, em assegurar a salvaguarda dos bens eclesiásticos da região e em proceder às obras de adaptação dos espaços que aos poucos conseguiu conquistar.

---

fevereiro de 1921, foi lido um ofício da DGBA comunicando o fim da sindicância a João Amaral e o reinvestimento do mesmo no cargo [«Acta n.º 77», fl. 81 v.].

<sup>934</sup> Cf. *Museu Regional de Lamego. Registo da Correspondência*, n.º1, *Doc. Cit.*, Ofício n.º 111, de 13 de junho de 1921, dirigido a Alfredo de Sousa, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lamego.

<sup>935</sup> Cf. *Idem*.

## CAPÍTULO 21: OS MUSEUS DA 3.<sup>a</sup> CIRCUNSCRIÇÃO ARTÍSTICA

### 1. MUSEU SOARES DOS REIS

«Com a lei da Reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, decretada pelo Govêrno Provisório da Republica em 1911, nada aproveitou o estabelecimento. [...] § Simples mudança de senhorio e de nome. § Ficou como era e sempre fôra, subsistindo as condições deploráveis [...]»<sup>936</sup>.

#### **Antecedentes: o Museu Portuense, primeiro museu de Belas Artes em Portugal**

A 9 de abril de 1833, em pleno Cerco do Porto, D. Pedro promulgou uma portaria, manifestando a intenção de criar um museu com os bens dos conventos suprimidos, das casas nobres confiscadas e da antiga Academia Real de Marinha e Comércio<sup>937</sup>, instituição na qual era professor o primeiro Diretor da nova instituição, João Batista Ribeiro. No entanto, ainda que com regulamento aprovado em 11 de junho de 1833, o Museu Portuense nunca abriu ao público no período de vida do Rei Liberal. Para ultrapassar o impasse, D. Maria II e o ministro Passos Manuel promulgaram o decreto de 12 de setembro de 1836<sup>938</sup>, com a finalidade de instituir definitivamente o museu de cópias e originais de obras de pintura, escultura, arquitetura, gravura, também dotado de uma biblioteca. As primeiras obras recolhidas no novo museu foram o acervo do extinto Mosteiro de S. Martinho de Tibães<sup>939</sup> e do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>940</sup>. Juntaram-se-lhes peças análogas de vários conventos e casas religiosas do Porto: «Igreja de S. Lourenço, Brevia dos Bernardos, Congregação do Oratório de S. Filipe Néri, Lóios, S. Francisco, Santo António da Cidade, S. Bento da Vitória e

---

<sup>936</sup> Cf. VITORINO, Pedro, *Os Museus de Arte do Porto (Notas Históricas)*, col. Subsídios para a História da Arte Portuguesa, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930, n.º XXIX, p. 87.

<sup>937</sup> Cf. VALENTE, Vasco, *O Museu Nacional Soares dos Reis*, Associação Cultural «Amigos do Porto», s.d., p. 1.

<sup>938</sup> Cf. <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/16/88/p13>.

<sup>939</sup> O núcleo da galeria de pintura antiga do Mosteiro de Tibães deve-se ao pintor José Teixeira Barreto, que depois de viajar pela Europa coligiu várias obras que entregou àquela casa religiosa. Cf. ALMEIDA, António Manuel Passos, *O Museu Municipal do Porto: Das Origens à sua Extinção (1836-1940)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Janeiro, 2008, p. 66.

<sup>940</sup> A formação académica do primeiro Diretor poderá estar na origem de se ter dado prioridade e quase exclusividade à recolha de pinturas, ficando excluídas esculturas, tapeçarias, iluminuras, ourivesaria e mobiliário. Cf. VITORINO, Pedro, *Os Museus de Arte do Pôrto (Notas Históricas)*, *Ob. Cit.*, pp. XIV-XV; Em sessão de 7 de novembro de 1920, António Augusto Gonçalves, Diretor do MMC procurou reivindicar a «justa restituição ao Museu de Coimbra da espada de D. Afonso Henriques e da preciosa coleção de esmaltes do Convento de St. Cruz, atualmente n'um Museu do Porto». Estas pretensões não tiveram, contudo, qualquer sucesso. Cf. Ata n.º 74, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, fl. 79 v. (AHSMEC)

*Hospício de Santo António da Cordoaria*»<sup>941</sup>. Às peças provenientes do meio eclesiástico somaram-se os bens sequestrados aos partidários de D. Miguel.

O museu assumiu missão educativa e social para os estudantes de arte, incentivando a produção de obras, que sendo sujeitas a concurso e premiadas, eram adquiridas para o museu. A abertura ao público só ocorreu em 29 de junho de 1840, depois das necessárias obras de adaptação do Convento de Santo António<sup>942</sup>, e já sob a alçada da Academia Portuense de Belas Artes, a quem foi entregue em 1839. Foi rapidamente votado ao ostracismo da classe política, tendo surgido na década de 80 do século XIX um conjunto de homens dispostos<sup>943</sup> a representar ao Governo as carências e abandono a que foi votado e as deficientes instalações em que se encontrava. Esse movimento resultou, como se viu, numa consciencialização, ao nível do próprio Governo, para a necessidade de reformar o ensino das Belas Artes e incentivar a criação de museus.

Em 1889, Joaquim de Vasconcelos sugeriu a incorporação do Museu Portuense no Museu Municipal, pois se este apresentava coleções que prometiam um futuro risonho, se fossem acatadas algumas sugestões (espaço maior e mais adequado, a reorganização das secções, o aumento de pessoal e da dotação), aquele era descrito segundo o pior dos panoramas, como *um «documento tristíssimo da incúria e do abandono official [...] inutil para a Academia»*<sup>944</sup>, sempre desprovido das dotações necessárias para se manter, quanto mais para se desenvolver, com péssimas condições de conservação.

Essa consciencialização só mais tardiamente surtiu os seus efeitos, pois durante a 1.ª República a situação precária do museu manteve-se, levando Pedro Vitorino a

---

<sup>941</sup> Cf. «O Museu e a Colecção», in CARNEIRO, Paula Dias et Al., *Museu Nacional de Soares dos Reis: Roteiro da Colecção*, IPM, Lisboa, 2001, 1.ª ed., p. 14.

<sup>942</sup> A propriedade da cerca e do remanescente do Convento de Santo António foi concedida à Câmara Municipal do Porto pela Carta de Lei de 30 de julho de 1839, com a condição de esta concluir, no prazo de um ano, as obras necessárias à instalação da Biblioteca Pública, do Museu Portuense de estampas e pinturas e da Academia de Belas Artes, e de criar posteriormente um regulamento para o museu, que garantisse a sua utilização pública, mas também a sua vocação escolar, ao serviço dos professores e alunos da Academia. Cf. Carta de Lei de 30 de julho de 1839, disponível no sítio <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/17/p298>. O museu ocupou a galeria do rés-do-chão da ala sul do edifício, antigamente ocupado pelo refeitório conventual.

<sup>943</sup> Cf. «O Museu e a Colecção», *art. Cit.*, p. 3: Entre eles, o Conde de Samodães, Manuel Maria de Oliveira Ramos, Rocha Peixoto, Alfredo Xavier Pinheiro, Guedes de Oliveira, Eduardo Allen, José de Figueiredo, Joaquim de Vasconcelos, etc.

<sup>944</sup> Cf. ALLEN, Eduardo, OLIVEIRA, João Marques S., VASCONCELLOS, Joaquim de, *O Museu Municipal do Porto: o seu estado presente e o seu futuro: Relatório apresentado ao Ill.º e Ex.º Snr. Luiz Ignacio Woodhouse Presidente da Comissão encarregada de estudar a reorganização do Museu pela Sub-Comissão, encarregada das Secções de Bellas-Artes, Archeologia e Numismática*, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, Porto, 1889, p. 53.

revelar, em 1930, que o novo regime nada trouxe de positivo ao museu, que se manteve no mesmo espaço húmido, com as coleções constantemente ameaçadas.

### **Na República: Museu Soares dos Reis**

Herdeiro do Museu Portuense ou Ateneu de D. Pedro IV, o Museu Soares dos Reis foi instituído pelo Decreto n.º 1 de 26 de maio, sendo o seu corpo de funcionários constituído por um Diretor (150\$000 de gratificação)<sup>945</sup>, um guarda (200\$000 de vencimento) e um porteiro (150\$000). De acordo com o artigo 40.º do decreto, o seu diretor devia ser um «vogal efectivo, historiador ou crítico de arte, de reconhecida competência, nomeado pelo Govêrno, sob proposta do Conselho de Arte e Arqueologia»<sup>946</sup> da 3.ª Circunscrição. Por proposta de Teixeira Lopes<sup>947</sup>, João Marques da Silva Oliveira<sup>948</sup> foi nomeado para a Direção do museu por Decreto de 13 de setembro de 1912<sup>949</sup>, sendo à altura Diretor da Escola de Belas Artes do Porto, cargo que abandonou, e Presidente da Comissão Executiva do CAA3.

O Decreto n.º 1 marcou também, ainda que no papel, a autonomização do museu relativamente à Escola de Belas Artes e o início da tutela por parte do CAA3, tendo como pretexto evitar a desvalorização do acervo, enquanto utilizado como objeto pedagógico quotidiano, o que segundo alguns era visto como um potencial risco para a integridade das obras. Na prática tudo se manteve igual pois o CAA3 permaneceu intimamente ligado à Escola de Belas Artes, partilhando o grosso dos seus membros. Assim, a «alteração legislativa resultante das orientações que se seguiram à

---

<sup>945</sup> Cf. Tabela 3 em anexo ao Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, *COLP Anno de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, p. 1171.

<sup>946</sup> Cf. Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, in *COLP Anno de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, p. 1162

<sup>947</sup> Teixeira Lopes, Professor de Escultura da Academia de Belas Artes do Porto, e João Marques de Oliveira, foram nomeados para auxiliarem José Pessanha e Luciano Freire (membros da Comissão Arroladora dos Bens dos Palácios Reais, nomeada por portaria de 13 de outubro de 1910), na «avaliação especial dos objectos de arte existentes no palacio dos Carrancas». Cf. Portaria de 10 de janeiro de 1911, in *DG*, I Série, n.º 8, da mesma data: <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/01/00800/01140114.pdf>. Cf. LEANDRO, Sandra, *Joaquim de Vasconcelos: Historiador, crítico de arte e museólogo*, Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, junho de 2008, 1.º vol, p. 319.

<sup>948</sup> João Marques da Silva Oliveira (n. Porto, 23/08/1853 – m. Porto, 9/10/1927), depois de estudar na Academia Portuense de Belas Artes e de completar os seus estudos artísticos em Paris, como pensionista do Estado, introduziu com Silva Porto a pintura de ar livre em Portugal (1879), envolvendo-se também no debate vigente sobre a necessária reforma do ensino artístico em Portugal. Com Soares dos Reis fundou o Centro Artístico Portuense (1880), ao serviço do progresso das artes. Destacou-se como pintor naturalista e foi professor e Diretor da Academia Portuense de Belas Artes. Na República foi chamado a presidir ao CAA3 e a dirigir os destinos do MSR. Cf. «João Marques de Oliveira», in *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto*, em [http://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?P\\_pagina=1000881](http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1000881).

<sup>949</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 247, de 21 de outubro de 1912, p. 3657, col. 2. <http://dre.pt/pdfgratis/1912/10/24700.pdf>

implantação da República não se traduziu em nenhum projecto de renovação do museu»<sup>950</sup>.

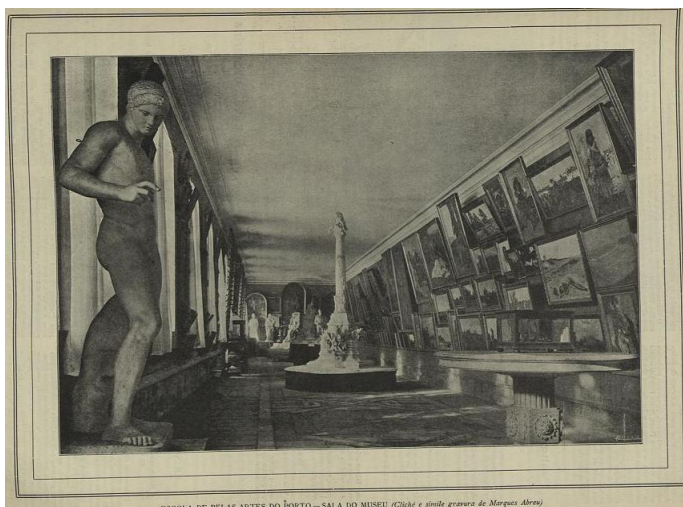


Fig. 51 – A galeria do Museu Soares dos Reis, correspondente ao antigo refeitório, na ala sul do Convento de Santo António, em São Lázaro.  
*Occidente*, 20/4/1911, n.º 1163.

Em 1914, o arquiteto José Marques da Silva testemunhava no CAN as «*obras de vulto, que se estão fazendo no Museu Soares dos Reis, [designadamente a] beneficiação d'algumas obras expostas*»<sup>951</sup>, levadas a cabo pelo Diretor, e solicitava autorização urgente para se levar a cabo a substituição do pavimento. Em resposta, o chefe da RIA, António Ferrão, informou que para se dar pronto seguimento às pretensões, bastaria formalizar o pedido por ofício. Também José de Figueiredo enaltecia a obra do Diretor, destacando o quanto o MSR teria a lucrar com a sua fusão com o Museu Municipal, e sugeria o projeto museológico em novo edifício, a realizar pelo vogal Marques da Silva e pelo Diretor Marques da Silva e Oliveira<sup>952</sup>.

Sandra Leandro dá-nos conta da permanência do *status quo* anterior, citando o *Livro de Actas das Conferências ordinárias da Academia Portuense de Bellas-Artes*, onde se testemunhava a impossibilidade de, nos primeiros anos de 1915, se realizar no museu uma exposição dos trabalhos escolares da EBA, por não haver espaço suficiente, dada a sua ocupação com ateliers dos alunos pensionistas de Arquitetura<sup>953</sup>. Em 1918, nova reforma do ensino artístico assente no Decreto n.º 5053 de 30 de novembro de 1918<sup>954</sup>, reforçou oficialmente a ligação à Escola, de que passou a ser anexo

<sup>950</sup> Cf. VASCONCELOS, Maria João, «O Museu Nacional de Soares dos Reis, uma história com muitos anos e muitos actores», in Câmara Municipal de Coimbra et Al. (Org. Conf.), *A República, os Museus e o Património* [ciclo de conferências], CMC, 2011, p. 94.

<sup>951</sup> Cf. «Sessão de 30 de Outubro de 1914, in *Livro de Atas das Sessões do Conselho de Arte Nacional*, *Doc. Cit.*, p. 56.

<sup>952</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>953</sup> Cf. LEANDRO, Sandra, *Ob. Cit.*, p. 320.

<sup>954</sup> Cf. DG, I Série, n.º 270, de 30 de novembro de 1918, pp. 2165 e 2166. O artigo 11.º do Decreto anexa pedagogicamente o museu à EBA, estipulando a sua subordinação ao Diretor da mesma, mas mantém a figura do Diretor do museu, nomeado pelo Governo, sob proposta do CAA3. Esta disposição mantém na

pedagógico, gerando-se uma sinergia de apoio institucional ao museu, face à suborçamentação que afetava ambas as entidades. Depois de alguns trabalhos tímidos de beneficiação conduzidos por Marques de Oliveira e José de Brito (secretário e professor da EBA), o museu reabriu ao público em 1920.

Como vimos anteriormente, o edifício do Convento de Santo António apresentava-se inadequado para acomodar o museu, possuindo péssimas condições de iluminação nas suas galerias de pintura e escultura, não contando com qualquer apoio do Estado. Na sequência de uma visita ao Porto em 1914, o Ministro da Instrução – Sobral Cid – testemunhou ao seu homólogo da Justiça e dos Cultos que «*alguns quadros existentes no Museu Soares dos Reis, se encontram em mau estado, devido às péssimas instalações desse Museu*»<sup>955</sup>. Ao mesmo tempo, e de acordo com ideias que vinham sendo alimentadas na Capital nortenha, alvitrava a existência do edifício desocupado do Paço Episcopal, com «*bastantes condições para acomodamento não só d'essas obras de Arte como as do Museu Municipal, pois reúne boas condições de segurança contra roubo e incendio pelo seu relativo isolamento*»<sup>956</sup>. Estas razões justificaram que Sobral Cid questionasse o seu interlocutor sobre a conveniência de ceder o edifício para tal fim. Chegou-se a chamar o Diretor do museu e o arquiteto José Marques da Silva para projetar uma solução, mas a eclosão da I Guerra contrariou qualquer êxito nessa aspiração. Este assunto foi também debatido no CAN, com José de Figueiredo a defender uma instalação condigna para o museu no Paço Episcopal, onde permaneciam os respetivos objetos de valor histórico e artístico, a que se juntariam outros apartados das igrejas e casas congreganistas e o recheio primitivo do museu<sup>957</sup>.

As opiniões da imprensa também não eram as melhores. No jornal *A Tarde* aludia-se ao facto de o museu não merecer sequer que o considerassem como tal, uma vez que se encontrava, segundo palavras de A. Saavedra, «*instalado numa especie de armazem, soturno e húmido, [e] está para lá tudo numa tenda desordenada, numa assombrosa confusão de ferro-velho*»<sup>958</sup>, com algumas das principais obras – como as de Soares dos Reis – a reclamar intervenções de salvaguarda urgentes, e sobretudo a

---

direção João Marques de Oliveira. Decreto disponível no sítio de internet do *Diário da República*, <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/12/27000/21642166.pdf>.

<sup>955</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/PTO/PTO/ADMIN/062. Ofício n.º 189 do MIP, de 28 de abril de 1914, para o Ministro da Justiça.

<sup>956</sup> *Ibidem.*

<sup>957</sup> Cf. «Sessão de 22 de Dezembro de 1914», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional, Doc. Cit.*, p. 63.

<sup>958</sup> Cf. «O Museu do Porto: Voltando à carga...», in *A Tarde*, 7 de março de 1914, MNAA, Arquivo, Recortes de Imprensa, n.º 2428.

pedir uma seleção dos objetos em exposição, para valorizar os de mérito através da eliminação dos que não tinham qualquer merecimento.

De acordo com Carlos de Passos, o museu manteve-se «desprezado e abandonado»<sup>959</sup> até 1932, altura em que foi desanexado da Escola de Belas Artes do Porto, elevado à categoria de Nacional em 25 de julho, pelo Decreto n.º 21504, e entregue à direção de Vasco Valente em 1 de agosto daquele ano. Tão pouco chegou alguma vez a ter catálogo.

### a. Coleções

O Museu Soares dos Reis recebeu, da coleção Ameal<sup>960</sup>, a obra *Ceifeiras*, de Silva Porto.

Além dessa incorporação, temos notícia de outra, respeitante à aquisição de nove anéis, feita à Junta de Paróquia da freguesia da Cumieira (Santa Marta de Penaguião), cuja fatura é assinada pelo Secretário da Junta de Paróquia Civil da Cumieira – Aníbal Augusto Chaves – e datada de 19 de fevereiro de 1914<sup>961</sup>.

Em 7 de agosto de 1916, um ofício da Sub-Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas participou ao CAA3 que o Ministro da Justiça autorizou a entrega ao MSR, «a título de depósito e guarda, os objectos que pelo vogal snr. José de Brito, foram escolhidos no extinto Recolhimento do Bom Pastor [e que] se encontram á disposição [do] Conselho»<sup>962</sup>, os provenientes da Casa da Rua da Alegria e da Rua da Boavista. Do recolhimento do Bom Pastor deram entrada «um sacrario de estilo renascença [... e ...] duas gravuras». Da casa religiosa da Rua da Alegria proveio para o museu um Cristo em marfim. Do Convento da Formiga, em Valongo, um

---

<sup>959</sup> Cf. PASSOS, Carlos de, *Guia Histórica e Artística do Porto*, Casa Editora de A. Figueirinhas Lda., Porto, 1935, p. 194.

<sup>960</sup> Cf. *Obras de arte pertencentes á coleção Ameal, escolhidas para alguns museus dos Conselhos de Arte e Archeologia das três circunscricões*, MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 4, Pasta 10, doc. 1.

<sup>961</sup> Cf. Conselho d'Arte e Archeologia 3.<sup>a</sup> Circunscricção, *Copia de Correspondencia Official e Particular* n.º 12 Cota: 332, AHSGMEC. A fatura foi enviada juntamente com o ofício do Governador Civil do distrito de Vila Real, de 3 de março de 1914, *Ibidem*: «Factura dos aneis que a Junta de Paroquia da Freguezia da Cumieira, vende ao museu Soares dos Reis. § Um anel d'ouro c/ uma flor de feitio de amor perfeito, tendo no centro um diamante rosa ... 2.00 § Um anel c/ perolas ... 1.50 § Um anel c/ topazios ... 1.00 § Um anel c/ perolas imitação esmeraldas ... 2.00 § Todos estes c/ o pezo de oito gramas § Um anel c/ feitio marquise com feitio de rubim no centro e outro digo em volta imitação de brilhantes ... 7.00 § Um anel c/ pedras de côr amarela, tambem marquise ... 7.00 § Um anel c/ imitação de brilhantes ... 6.00 § Um anel ovado c/ imitação de brilhantes ... 6.50 § Sendo o pezo destes quatro aneis de trinta e dois gramas e sete decigramas. § Dois aneis de ouro com imitação de brilhantes ... 3.00 § Tem o pezo de oito gramas, estes dois § Total [a lápis 36.00] 37.00».

<sup>962</sup> Cf. Ofício de 7 de agosto de 1916, in Conselho d'Arte e Archeologia 3.<sup>a</sup> Circunscricção, *Copia de Correspondencia Official e Particular*, n.º 12, Cota: 332, AHSGMEC.



quadro representando Cristo e os Apóstolos e um esqueleto humano<sup>963</sup>. Da região de Bragança deram entrada: um quadro representando a Virgem com o Menino, dois livros de cantochão iluminados, com encadernações em couro e aplicações metálicas e seis salvas de prata, cinco das quais com as armas do Bispo de Bragança e uma cinzelada<sup>964</sup>.

Em 14 de dezembro de 1917, o CAA1 enviou um ofício com uma relação de quadros escolhidos no MNAC, para serem temporariamente depositados no MSR, em que constavam os seguintes:

«*Em repouso, de Artur Loureiro (portuguez) tela de 1,57x2,29 – [...] Henrique III e seus privados, de Victor Chavet (francez) tela de 0,94 x 1,19 – [...] Galinhas de Tomaz da Anunciação (portuguez) tela de 0,26 x 0,36 – [...] A Nau inglesa Victory, de Eduardo de Martino (italiano) tela de 0,36 x 0,25 – [...] A festa do Senhor Roubado, de Leonel Marques Pereira (portuguez) tela de 0,19 x 0,24.*»<sup>965</sup>

Em 1924, o MSR foi contemplado com a doação da galeria particular de José Meireles Rodrigues Júnior.

A estagnação do museu num local acanhado não permitiu o crescimento das coleções, ficando circunscrito, como acabamos de testemunhar, a pouquíssimas peças documentadas, sendo a sua maioria procedentes de coleções de corporações da Igreja Católica. Em menor escala, o próprio MSR foi contemplado com obras de pintores contemporâneos procedentes do MNAC, numa lógica de museu recetáculo tão em voga neste período.

---

<sup>963</sup> Cf. Ofício do CAA3 para a Secretaria da CCELS, de 9 de abril de 1918, assinado pelo Diretor do Museu Soares dos Reis, João Marques da Silva Oliveira, in ACMF/DGJC/PRDIV/007, p. 66.

<sup>964</sup> *Ibidem*.

<sup>965</sup> Cf. Ofício do CAA1 para o CAA3 com uma relação de quadros a depositar no MNSR, de 14 de dezembro de 1917, in Conselho d'Arte e Archeologia 3.<sup>a</sup> Circunscipção, *Copia de Correspondencia Oficial e Particular*, n.º 12, Cota: 332, AHSGMEC. Tendo consultado o programa matriznet (dia 13 de abril de 2012), confirmamos que todas as obras enumeradas se encontram no Museu do Chiado (MNAC).

## 2. MUSEU REGIONAL DE BRAGANÇA

«constituído, na sua generalidade, por mobiliário, pintura, escultura e alfaia litúrgicas do século XVIII»<sup>966</sup>.

### Antecedentes: o Museu Municipal

Nos primeiros anos, o Museu Regional de Bragança viveu em simultâneo com o Museu Municipal (MMB), que foi criado pela Autarquia em 4 de novembro de 1896 sob proposta do Vereador Sebastião dos Reis Macias e entregue à responsabilidade do Capitão de Infantaria Albino dos Santos Pereira Lopo (28/10/1860 – 1933), que desde 1886 alvitrava na imprensa local a criação de um museu<sup>967</sup>. O MMB foi instalado no rés-do-chão dos Paços do Concelho e abriu ao público em 14 de março de 1897.

O apoio ao empreendimento foi claro por parte do Bispo de então – D. José Alves de Mariz –, responsável por uma *Circular sobre a arqueologia*, datada de 15 de outubro de 1897 e pela criação no Seminário Diocesano, em 1898, da cadeira de Arqueologia e Iconografia cristã. Estas duas medidas vieram a revelar-se essenciais para o enriquecimento do museu, pois veicularam a colaboração do Clero bragançano na «destrinção e colecção dos objectos de arte e arcaicos»<sup>968</sup>, e aspiravam a apetrechar os futuros padres da sensibilidade necessária para distinguir entre o que deveria ser separado e conservado. Isto explica o apoio captado por Pereira Lopo junto de clérigos e intelectuais – um dos beneméritos foi o próprio Abade de Baçal<sup>969</sup>, que aí entregou moedas e objetos provenientes das suas excursões arqueológicas e etnológicas – e rapidamente faltou o espaço para acumular o produto de doações e os objetos arqueológicos por si próprio encontrados. Sem hipóteses de aceitar novos acervos, veio a estagnação. Em 1912, quando o Paço Episcopal foi expropriado à Igreja, resolveu-se transferir o museu para algumas salas do 1.º andar daquele espaço. Tal transferência parece ainda ter demorado, pois numa visita efetuada ao Museu Municipal por JLV em agosto de 1915, o retrato que nos é dado do museu é o de um espaço pouco condigno para tamanha colecção:

---

<sup>966</sup> Cf. CORDEIRO, Isabel e CARVALHO, Anabela (Coord.), *Museu do Abade de Baçal: Bragança*, Instituto Português de Museus, 1994, 1.ª ed, p. 13.

<sup>967</sup> Cf. J.L.V., «Museu Municipal de Bragança», in *O Arqueólogo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, jan.-fev. 1897, S. 1, vol. 3, n.º 1-2, p. 49 [citando Albino Lopo].

<sup>968</sup> *Ibidem*, p. 382.

<sup>969</sup> Francisco Manuel Alves, designado como Abade de Baçal, só assumiu esta distinção em 25 de março de 1935.

«Este estabelecimento não ocupa, infelizmente, edifício que condiga com a quantidade e importancia dos objectos que possui. Tudo está muito acumulado e mal arrumado, por falta de espaço e de mostradores. E contudo o visitante admirará aí belas fíbulas de bronze, de tipo ibérico, e numerosas lapides lusitano-romanas em que se vêem inscrições latinas e esculturas simbólicas, que nos falam da lingua e costumes religiosos dos nossos antepassados. A par com isto contém o Museu machados prehistoricos de pedra e de bronze, miudezas romanas, pergaminhos, loiças, algo de Etnografia moderna (garfo & colher de pau, flauta com ornatos de estanho). – Ultimamente criou-se em Bragança um Museu regional, dependente do Govêrno; o antigo Museu Municipal ficou incorporado nele. Belo local para museu seria o paço episcopal [...]»<sup>970</sup>.

O final do excerto comprova a permanência do MMB nas antigas instalações, embora já tivesse sido decretada a sua incorporação no Museu Regional. A falta de espaço persistiu durante mais alguns anos, pois são várias as referências a peças arqueológicas entradas no Museu Municipal, através de um périplo atento pelas *Memórias* de Francisco Manuel Alves (FMA). A título de exemplo: no tomo I, p. 350, é referida a entrada de uma lápide votiva dedicada a Júpiter, entregue pelo reitor de Babe, Francisco Manuel Pires; uma lápide encontrada na Terronha (estação luso-romana), numa propriedade pertencente ao médico militar António Maurício de Macedo Sarmiento, cedida por FMA (tomo I, p. 356).

Em 1914 a CCELS solicitou ao CAA3 que averiguasse, entre o «*mobiliario existente no extinto Paço Episcopal e Seminario de Bragança*», o que fosse útil para o museu e biblioteca e desse conta urgente do resultado das diligências<sup>971</sup>.

Na sequência da aprovação da verba de 400\$00 em orçamento para instalar o museu regional e pagar as gratificações ao pessoal, a Repartição de Instrução Artística solicitou ao CAA3 em 22 de outubro de 1915 que enviasse um vogal a Bragança para com o Governador Civil acordar sobre o local apropriado para o efeito, os trabalhos de adaptação necessários, a transferência das coleções de Arqueologia e Arte e a nomeação de pessoal para o museu, dentro da verba disponível<sup>972</sup>.

Alguns dias depois, em ofício de 2 de novembro de 1915, a Câmara Municipal de Bragança comunicou ao CAA3 que «*ia dar ordens para a execução imediata das*

---

<sup>970</sup> Cf. JLV, «Por Tras-os-Montes», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 22, n.º 1-12 (jan.-dez., 1917), p. 42. O testemunho de José Leite de Vasconcelos foi certamente realizado, ou quanto muito acrescentado, em finais de 1915, pois refere já o Decreto de criação do Museu Regional de Bragança; «De terra em terra», in *O Archeologo Português*, Lisboa, 1927, vol. I, p. 104.

<sup>971</sup> Cf. Ofício datado de 24 de outubro de 1914, in Conselho d'Arte e Archeologia 3.ª Circunscrição, *Copia de Correspondencia Official e Particular*, n.º 12, Cota: 332, AHSAMEC.

<sup>972</sup> Cf. Ofício de 22 de outubro de 1915, *Ibidem*.

obras no antigo Paço Episcopal»<sup>973</sup>. Na sessão do dia 4, a Edilidade resolveu transferir o Museu Municipal para o Paço Episcopal e a beneficiação do telhado deste edifício<sup>974</sup>.



Fig. 52 – Antigo Paço Episcopal de Bragança. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, sipa.foto.00551265.

### **O Museu Regional: Direção de Álvaro Carneiro**

Em finais de 1914, José de Figueiredo dirigiu-se a Bragança na companhia do vogal do CAA3, José de Brito, para apartarem os objetos do Paço Episcopal dignos de figurar em museu, evitando a sua venda em hasta pública<sup>975</sup>. Na sequência da missão, em sessão do CAN de 22 de dezembro de 1914, JF sugeriu a criação de um museu regional de Arte e Arqueologia no antigo Paço Episcopal de Bragança, juntamente com uma biblioteca, para conservação do edifício e do «*que ha de muito bom*». O museu deveria ser subsidiado pela Câmara e constituído não só pelos bens de «*valôr artistico e documental [...] das Igrejas ou corporações religiosas da região*», mas também pelo «*nucleo do atual muzeu municipal*»<sup>976</sup>. O Diretor deste último não era visto como a personalidade mais competente para dirigir o museu a criar, mas JLV considerava ser

<sup>973</sup> Cf. Offício de 2 de novembro de 1915, *Ibidem*.

<sup>974</sup> Cf. Offício de 9 de novembro de 1915, *Ibidem*.

<sup>975</sup> Sobre a intervenção do Diretor do MNAA no episódio do leilão, FMA deixou registada no tomo X das suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* uma entrevista dada por José de Figueiredo ao *Diário de Lisboa* de 12 de abril de 1935. Nessa entrevista destaca-se o importante papel de JF no adiamento do leilão e na salvaguarda de cerca de duzentos objetos, cuja maioria reservou para o futuro museu regional. Cf. ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte – Tomo X*, Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal, Junho de 2000 [1934, edição original], pp. 333 e 334: «*Por exemplo: duas liteiras, uma delas cujo estado era susceptível de arranjo, iam ao leilão por cinco escudos, enquanto a uma péssima oleografia, representando a primeira missa no Brasil, era atribuído o valor de dois mil e quinhentos – cinquenta mil réis de agora – uma linda gravura, com a ceia dos apóstolos, vendia-se apenas por mais cinco tostões. Quatro cadeiras de encosto, de veludo cardinal, estavam marcadas por quatro mil e quinhentos. Uma série de cadeiras de couro, espaldar alto, com as armas episcopais, do melhor do género, a quinze escudos cada uma. Imagine, eram tão boas que algumas delas estiveram na Exposição Portuguesa, do jogo da Pela, em Paris. Quadros a óleo a dez tostões, e tudo assim à proporção*».

<sup>976</sup> Cf. *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional, Doc. Cit.*, p. 65.

necessário recompensar o trabalho aturado que vinha a desenvolver à frente dos destinos do museu do município, apesar de JF ser da opinião que a direção fosse entregue a FMA. Apresentada a proposta, resolveu-se aprovar a criação do Museu Regional de Bragança, oficializada com a publicação do DL n.º 2119 de 13 de novembro de 1915 (publicado em 4 de dezembro)<sup>977</sup>. O diploma determinou também a incorporação do Museu Municipal e do seu acervo de Arqueologia e Numismática no novo museu, por sua vez originalmente constituído pelo recheio existente no Paço Episcopal: «*objectos de prata, cadeiras de coiro de alto espaldar de estilos diferentes, bufetes, quadros (retratos de bispos), paramentos, imagens em madeira, camas antigas e outros objectos*»<sup>978</sup>. Apesar das disposições legais, durante a Primeira República a existência do Museu Municipal manteve-se autónoma do incipiente Museu Regional. A incorporação das coleções arqueológicas e de moedas do primeiro malogrou-se, ficando as coleções cingidas à Arte, com destaque para o mobiliário, pintura, escultura e alfaias religiosas.

O primeiro Diretor Conservador do MRB foi o jornalista Álvaro Carneiro, que tomou posse do cargo no dia 11 de dezembro de 1915 (com uma gratificação de 160\$ e coadjuvado por um guarda<sup>979</sup> - José António Pinheiro<sup>980</sup>), e não o padre Francisco Manuel Alves<sup>981</sup>. Tal feito suscitou algumas reações negativas na imprensa regional, que manifestava forte preferência para com FMA, cujo *curriculum* nos meandros da

---

<sup>977</sup> A Lei n.º 410 de 31 de agosto de 1915 (Lei Orçamental do Ministério da Instrução Pública), publicada no *Diário do Governo* n.º 181 de 9 de setembro, no seu Art. 127.º determina que «*É o Govêrno autorizado a criar um Museu Regional em Viseu e outro em Bragança, devendo inscrever-se no orçamento do Ministério de Instrução Pública para 1915-1916 duas verbas de 400\$, para a instalação e gratificação do pessoal dos mesmos museus*». Cf. *COLP - Ano de 1915 - Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, p. 272.

<sup>978</sup> Cf. Decreto n.º 2119 de 4 de dezembro de 1915, art.º 2.º, in *COLP - Ano de 1915 - Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, p. 533.

<sup>979</sup> Cf. Decreto 2119 de 4 de dezembro de 1915, art. 3.º, in *COLP - Ano de 1915 - Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, p. 533.

<sup>980</sup> Álvaro Carneiro sugeriu a nomeação de José António Pinheiro por ofício enviado ao CAA3, datado de 12 de dezembro de 1915. Cf. Conselho d'Arte e Archeologia 3.ª Circunscrição, *Cópia de Correspondencia Official e Particular*, n.º 12, Cota: 332, AHSGMEC.

<sup>981</sup> Há quem justifique o facto de Francisco Manuel Alves não ter sido nomeado Diretor Conservador do Museu em 1915 pela sua participação na vida política como Vereador Regenerador da Câmara Municipal de Bragança durante os anos finais da Monarquia, cargo para que foi eleito em 1 de novembro de 1908. Cf. JACOB, João Manuel Neto, *Art. Cit.*, in ALVES, Francisco Manuel, *Ob. Cit.* Tomo I, p. XXI.: «*Talvez esta sua intervenção pontual na política local possa explicar a sua não nomeação para director do Museu Regional criado em 1915, como no-lo deixa entender o Legionário Trasmontano de 11/11/1915: «Constando que para conservador do Museu Regional de Bragança era preterido o conhecido arqueólogo Abade de Baçal pelo Sr. Álvaro Carneiro (...) Bem sabemos que não é muito do agrado de alguns vermelhos e de certos verdes que o Sr. Abade de Baçal seja nomeado Conservador Regional (...)*» (Idem, ano de 1915). Lembramos que, nesta data, já o Abade tinha publicado três volumes das *Memórias... e dezenas de artigos na imprensa. E depois deste caso o Abade quedará sempre acima das intrigas políticas locais e a sua figura deixará de ser conotada com qualquer facção política, afirmando-se, local e nacionalmente, através do conteúdo da sua obra*».

cultura regional era bastante evidente na altura<sup>982</sup>. A despeito do prestígio deste último, couberam a Álvaro Carneiro os destinos do museu até 1925, ano da sua morte. Ao que nos foi possível concluir, durante a sua Direção deu-se a incorporação de um número insignificante de objetos. Encontrámos registos dos seguintes: um frontal em couro, do séc. XVI, proveniente da Igreja de Santa Clara; com um ofício do Diretor, enviado ao CAA3 com data de 14 de outubro de 1919, foi enviada uma relação dos objetos provenientes do Recolhimento de S. Martinho da Cedofeita (Porto):

«1) – 1 comoda com embutidos, trabalho portuguez do séc. XVII (época de D. Maria); 2) um cangirão de faiança, fabrico portuguez do seculo XVII; 3) Um calix d'estanho; 4) 2 estatuetas de alabastro, trab. do séc. XVII; 5) Uma lâmpada de latão seculo XVIII; 6) Uma jarra de faiança, fabrica de Rocha Soares, sec. XVIII, marcada; 7) Um tapete, fabrico oriental, em péssimo estado»<sup>983</sup>.

Álvaro Carneiro teve que enfrentar alguns obstáculos. Em 15 de dezembro de 1915, estando há pouco tempo investido no cargo, oficiou ao CAA3 solicitando a sua intervenção junto da Guarda Nacional Republicana, para ela entregar ao museu, com urgência, os objetos que esta tinha à sua guarda<sup>984</sup>:

«Relação dos objectos cedidos a título provisório á C.<sup>a</sup> da Guarda Republicana: 2 canapés de pau preto, 1 armario grande (estilo Filipino), 1 arca grande, 4 bancos grandes com encosto, 16 cadeiras de pau preto, 1 cadeira de assento de madeira, 2 cadeiras de coiro de médio de espaldar, 1 estante, 1 espelho grande de cristal, 1 leito de mogno com relevos, 1 lavatorio de madeira com trabalhos, 1 meza de cabeceira (faz parte do leito), 1 bufete de pau preto, 1 meza antiga, 2 mezas com pés torneados, de muita arte, 4 mezas grandes, de grande utilidade, 2 mezas pequenas, 1 relógio de sala, inglez, uma secretaria moderna»<sup>985</sup>.

---

<sup>982</sup> Cf. JACOB, João Manuel Neto, «O Abade de Baçal: a vida e a obra» in ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança ou Repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do distrito de Bragança – Tomo I*, Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal, junho de 2000 [1909: edição original], p. XXXII: «É que a nomeação de Álvaro Carneiro para o cargo de director – algo politizada – foi apoiada por Lopes Cardoso – então deputado e futuro ministro – e José de Figueiredo – director do Museu Nacional de Arte Antiga –, e não foi bem aceite por vários bragançanos – nomeadamente por Raul Teixeira, na altura juiz, e já amigo do Abade de Baçal – que na imprensa regional manifestaram os seus pontos de vista e sustentavam o Abade como o candidato adequado para o cargo».

<sup>983</sup> Cf. Ofício de 14 de outubro de 1919, Conselho d'Arte e Archeologia 3.<sup>a</sup> Circunscrição, *Copia de Correspondencia Official e Particular*, n.º 12, Cota: 332, AHSGMEC.

<sup>984</sup> Cf. Ofício de 15 de dezembro de 1915, Conselho d'Arte e Archeologia 3.<sup>a</sup> Circunscrição, *Ibidem*.

<sup>985</sup> *Ibidem*.

Não tendo surtido o efeito desejado, voltou a oficialiar ao CAA3 em 29 de abril de 1916, solicitando a entrega do mobiliário e a compensação à GNR, por parte da CMB, com mobiliário vulgar que pudesse substituir o que o museu reclamava<sup>986</sup>.

Outra situação que Álvaro Carneiro pretendeu ver esclarecida, relaciona-se com o Decreto n.º 1846 de 25 de agosto de 1915, anterior ao decreto n.º 2119. O segundo diploma, criando o museu, definiu as suas coleções, o seu quadro de pessoal e respetivas gratificações, bem como as dotações para as despesas e a designação do Diretor, sendo omissis quanto ao local onde se devia instalar. O primeiro diploma cedeu à Câmara Municipal de Bragança, mediante o pagamento de uma renda anual de 120\$00, o usufruto do antigo Paço Episcopal, para instalar «*os serviços do registo civil e predial, da guarda republicana e outros de interesse público*»<sup>987</sup>, excetuando o espaço necessário para instalar a biblioteca. Em janeiro de 1916, a CCELS mostrava intenção de anular o Decreto, por a Câmara ter permitido a instalação de uma cavalaria no piso térreo do imóvel, prejudicando «*não só a biblioteca, mas ainda todo o edifício que assim não pode destinar-se ao fim para que foi cedido*»<sup>988</sup>. Às dúvidas do Diretor, que parecia não reconhecer no diploma em causa que estivesse contemplada a instalação do MRB no Paço Episcopal, já em instalação na ala esquerda do 1.º andar desse edifício, somava-se uma queixa: a da Câmara Municipal querer «*á viva força desalojar o mesmo museu*»<sup>989</sup>. Cerca de um mês mais tarde, em 11 de abril de 1916, não tendo obtido qualquer resposta satisfatória às suas preocupações, o Diretor comunicou ao CAA3 a intenção da Edilidade se querer apossar da parte do edifício reservada ao museu, solicitando providências para resolução do problema<sup>990</sup>.

Na reunião da Comissão Executiva da Câmara Municipal, de 9 de setembro de 1920, deliberou-se solicitar ao Ministério da Justiça a cedência definitiva do Paço Episcopal e da respetiva cocheira, por compra no valor de 1000\$00, para se poder instalar o Museu Regional, a Biblioteca Pública e outras repartições<sup>991</sup>.

---

<sup>986</sup> Cf. Ofício de 29 de abril de 1916, Conselho d'Arte e Archeologia 3.ª Circunscrição, *Cópia de Correspondência Oficial e Particular, Ob. Cit.*

<sup>987</sup> Cf. Decreto n.º 1846 de 25 de agosto de 1915, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 169 <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/08/16900/08470847.pdf> (consultado no dia 12 de abril de 2012).

<sup>988</sup> Cf. Sessão de 22 de janeiro de 1916, *Actas (1911-1916)* [1.º Livro de Actas das Sessões da CCELS], ACMF, *Doc. Cit.*, fl. 86 frt.

<sup>989</sup> Cf. Ofício de 19 de março de 1916 enviado ao CAA3. Cf. Conselho d'Arte e Archeologia 3.ª Circunscrição, *Cópia de Correspondência Oficial e Particular, Ob. Cit.*

<sup>990</sup> Cf. Ofício de 11 de abril de 1916, Conselho d'Arte e Archeologia 3.ª Circunscrição, *Cópia de Correspondência Oficial e Particular, Ob. Cit.*

<sup>991</sup> Cf. ACMF/CJBC/BRG/BRG/CEDE/003, Ofício de 20 de setembro de 1920, do Presidente da CE da CMB – Olímpio Artur de Oliveira Dias – dirigido ao MJC. Ao assunto foi chamado o Inspetor das

Como dissemos acima, não foi fácil fazer convergir o Museu Municipal para a tutela do Museu Regional. Isso mesmo nos testemunhou o Diretor em ofício para o CAA3, datado de 8 de julho de 1916, pedindo providências ao Ministro da Instrução Pública para que a Câmara Municipal desse cumprimento ao decreto que criou o MRB e determinou a incorporação do acervo do museu municipal naquele museu. Reconhecendo que foi a Edilidade quem ofereceu «*expontaneamente a arqueologia e a numismática que lá tem arrumadas*»<sup>992</sup>, mostra estranheza por até então não as ter entregado, o que impossibilitava Álvaro Carneiro de completar o inventário, já terminado na parte respeitante à coleção primitiva do MRB, em cumprimento do despacho de 3 de dezembro de 1915, da Repartição de Instrução Artística<sup>993</sup>.

### **A Direção de Francisco Manuel Alves**

Fig. 53 – Francisco Manuel Alves, Diretor do Museu Regional de Bragança a partir de 1925. JACOB, João Manuel Neto (Coord.), *Abade de Baçal: Cinquentenário da morte: exposição* [catálogo], Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal / Câmara Municipal de Bragança, Bragança, 1997.



Francisco Manuel Alves<sup>994</sup> foi o Diretor Conservador que mais se destacou na afirmação e crescimento do MRB. Ocupou o cargo em 11 de março de 1925, a seguir à

---

Bibliotecas Eruditas e Arquivos – Júlio Dantas –, a quem, numa atitude de reserva para com a incúria dos poderes municipais brigantinos, o Diretor da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional – Álvaro Carneiro – se dirigiu, sugerindo que o edifício se mantivesse pertença do Estado (ofício de 24 de setembro de 1920). A chamada de atenção teve a anuência de Júlio Dantas, comunicada ao Ministério da Justiça em 6 de outubro de 1920. A CCELS ainda sugeriu à CMB e CCABI do Bairro Oriental (Porto) que fossem contratados peritos para efetuar a avaliação dos imóveis, mas em 18 de dezembro era dada indicação para se suspender a avaliação, ficando o assunto sem efeito.

<sup>992</sup> Cf. Ofício de 8 de julho de 1916, *Ibidem*.

<sup>993</sup> Cf. Ofício da Repartição de Instrução ao CAA3, datado de 27 de janeiro de 1916, *Ibidem*: pedia que fossem «*enviados aquela Repartição, catálogos e inventários de todo o recheio dos mesmos museus, fazendo-os acompanhar de maior numero de fotografias dos objectos de mais valor e raridade, devendo os mesmos museus comunicar a esta Repartição, anualmente, as alterações que hajam de fazer-se*».

<sup>994</sup> Cf. FMA (n. / m. Baçal, 9/4/1865 – 13/11/1947). Foi ordenado sacerdote em 1889, partindo para Mairós, no concelho de Chaves, em cuja igreja seria promovido a Reitor no ano de 1892. Em 1896 foi transferido para a igreja da sua terra natal. Em 1935 foi-lhe concedido o título de Abade. Desde tenra idade foi um apaixonado pela Arqueologia, contribuindo para o enriquecimento do Museu Municipal de Bragança e de outros museus nacionais, iniciando diversas excursões arqueológicas a partir de 1907. Em



morte de Álvaro Carneiro, por despacho do Governador Civil, Adrião Martins Amado. Graças aos seus trabalhos arqueológicos, históricos e museológicos foi agraciado com a categoria de Diretor honorário do museu, que passou a designar-se como Museu Regional Abade de Baçal em 9 de abril de 1935.

Mal ‘tomou as rédeas’ do poder no MRB, FMA tratou de organizar o Grupo dos Amigos dos Monumentos e Obras de Arte de Bragança, informalmente conhecido como Grupo de Amigos do Museu. Coadjuvaram-no nesse feito os amigos Raul Teixeira e José Montanha<sup>995</sup>. Ao grupo se deveu não só a efetiva organização e crescimento das coleções do museu<sup>996</sup>, mas também o esforço de preservar o património da cidade. Manteve-se ativo até à década de 1930, tendo-se revelado extremamente profícuo na captação de subsídios para a aquisição e gestão de coleções, na dinamização do museu, através de palestras e de visitas regulares (ainda que fechadas aos membros do grupo) sempre que davam entrada novos objetos, como forma de manter os associados cativados e, ouvidos os ecos desses eventos na sociedade bragançana e nacional, quiçá levar à adesão de novos membros<sup>997</sup>.

---

1908 foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Bragança, pelo Partido Regenerador, cargo que ocupou até à implantação da República. Em 1915 foi nomeado membro da Junta Geral do Distrito de Bragança. O seu amor à cultura material e à história levaram-no a publicar em 11 volumes as *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* entre meados de 1910 e 1947 e foi recompensado com a sua nomeação para Diretor do Museu Regional de Bragança em 1925, ocupando o cargo em 11 de março. Foi associado de diversas agremiações culturais e científicas: AAP (1911); Instituto de Coimbra (1913); Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos (1913); ACL (1916); Instituto Etnológico da Beira (1921); Instituto Histórico do Minho (1921). Galardoado com o título de Grande Oficial da Ordem Militar de S. Tiago da Espada (1935). Cf. CORDEIRO, Isabel e CARVALHO, Anabela (Coord.) et Al., *Museu do Abade de Baçal: Bragança*, Instituto Português de Museus, 1994, 1.ª ed., p. 117 e ALVES, Francisco Manuel Alves (Autor) e PEREIRA, Gaspar Martins (Coordenação Geral da Edição), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I*, Câmara Municipal de Bragança e Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, Junho de 2000, pp. VII e VIII.

<sup>995</sup> Grandes amigos do Abade, Raul Teixeira e José Montanha são considerados «a alma do Museu e do movimento regionalista da nossa terra; sem eles, aquele não passaria de um armazém de velharias»: Cf. ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança ou Repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do distrito de Bragança – Os Notáveis – Tomo VII, Ob. Cit.* [1931: edição original], p. 329.

<sup>996</sup> A maior parte das coleções do MAB são posteriores ao período que estudamos, tendo sido incorporadas a partir de meados da década de 1930.

<sup>997</sup> Cf. RODRIGUES, Luís Alexandre, «Algumas notas sobre a acção do Grupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na Região de Bragança», Separata de *Brigantia: Revista de Cultura*, vol. XIV, N.º 1/2, janeiro – junho, 1994, p. 133: [O grupo de amigos foi um] «Núcleo aglutinador de vontades, exerceu vasta acção pedagógica e de influência, num exercício de cidadania ligada à valorização, à divulgação e à salvação dos valores culturais regionais, de que destacamos [...] a dinamização do Museu Regional». Para conhecimento dos membros do Grupo de Amigos do Museu e dos donativos entrados no Museu, entre 1925 e 1932 ver ALVES, Francisco Manuel, «Guia Epigráfico do Museu Regional de Bragança», Separata das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (Tomo IX), Tipografia Guedes, Porto, 1933.

Uma das principais preocupações do Abade foi a remodelação do Paço Episcopal, ocupado por diversos serviços<sup>998</sup>, o que por si só constituía um entrave ao crescimento do museu, com o qual FMA se debateu durante todo o seu mandato. Logo em 1926 encetou algumas obras de pouco significado, pois os serviços alheios só na década de 30 desocuparam o edifício que ainda hoje serve de abrigo ao Museu do Abade de Baçal. Tal não impediu, como vimos, que através do *Grupo de amigos* tivessem entrado inúmeros objetos, que enriqueciam não só o Museu, mas também a Biblioteca Erudita e o Arquivo Distrital adjuntos. Efetivamente, o espaço era pouco e o museu aumentava as suas coleções de forma expressiva. Uma reportagem<sup>999</sup> datada de 1935 permite-nos dar mais algumas achegas ao museu que o Abade tomou sob a sua direção nos primeiros anos:

«- O nosso Museu – já repararam? – é um misto de museu de ofertas e feira da ladra. Faltam-nos verbas!»

«- Mas o museu está cheio...

- A parte etnológica é boa; mas, no museu, a epigrafia é que é preciosa. O Museu Etnológico de Lisboa tem 160 lapides vulgares, o nosso tem muito mais. E são epítáfios originais, com invocações a deuses desconhecidos, regionais que só constam aqui.»<sup>1000</sup>

Se o primeiro excerto parece indicar que o Museu existente em 1935 era ainda o desorganizado Museu Municipal transferido para o Paço Episcopal, somado ao recheio existente naquele espaço e às inúmeras dádivas ou aquisições que se foram fazendo, também nos permite concluir que tal se devia à falta de dotações para se poderem fazer as devidas obras de adaptação. O segundo excerto confirma a dinâmica de incorporações, que parecem ter recebido grande impulso com a criação do grupo de amigos, conduzindo rapidamente a uma carência de espaço para acondicionar tantos objetos. Esta circunstância justificou o depósito, no Museu Nacional de Arte Antiga, em 1915, da coleção de ourivesaria marcada com o brasão de D. Frei João da Cruz, 22.º Bispo de Miranda e Bragança.

Conclui-se pois, que a vida do Museu Regional de Bragança, formalmente criado pela legislação de 1915, só a partir de 1925 começou a ter os primeiros impulsos

---

<sup>998</sup> No edifício, para além do Museu Regional, encontravam-se instalados a Guarda Nacional Republicana, a Conservatória do Registo Civil, a Caixa Geral de Depósitos, a Biblioteca Erudita e o Arquivo Distrital.

<sup>999</sup> Cf. «Vida e obra do Abade de Baçal: Reportagem jornalística, assinada por J. R. do Jornal de Notícias, aquando da homenagem prestada ao Abade de Baçal em 9 de Abril de 1935», in MAB, *Boletim do Museu do Abade de Baçal*, 9 de abril de 1998, Ano, n.º 1, pp. 15 a 19.

<sup>1000</sup> *Ibidem*, pp. 18 e 19.

de vitalidade. Em 1927, vários periódicos nacionais noticiaram as visitas que FMA, José Montanha, Raul Teixeira e Vítor Teixeira fizeram a alguns museus (Lamego, Viseu, Coimbra, Castelo Branco), por modo a recolher elementos inspiradores para a organização do MRB<sup>1001</sup>.

Bem antes de tomar conta dos destinos do MRB, FMA foi um importante colaborador do Museu Municipal, instalado nos Paços do Concelho. São vários os indícios que apontam para a sua responsabilidade no aumento das coleções desse museu, nomeadamente de âmbito arqueológico e mineralógico<sup>1002</sup>. A título de exemplo, em 1914 D. Eugénia Beça encarregou Francisco Alves de catalogar e organizar o espólio do marido – major Celestino Beça – destinado ao museu municipal, mas antes dessa concretização, a viúva faleceu e foi graças ao esforço do padre junto dos herdeiros que aqueles lhe entregaram os seus escritos arqueológicos, para serem publicados em nome do autor, por coordenação do padre Francisco Manuel Alves. As benemerências do Abade tomaram muitas vezes a forma de crítica para com todos os avaros particulares que tentavam a todo o custo apropriar-se de bens artísticos e arqueológicos para usufruto próprio. No dizer de Teresa Soeiro, «*as tentativas para formar pequenos museus locais, que prejudicavam a centralização do espólio bragançano no Museu Regional, são também objecto de crítica*»<sup>1003</sup> por parte de FMA.

Apesar de cronologicamente já se apresentarem fora do período que estudamos, os volumes IX e X das *Memórias* trazem-nos importantes achegas sobre a história do Museu Regional, a partir de 1925. Por exemplo, permitem-nos saber que «*A incorporação do Museu Municipal no Regional só veio a fazer-se pelos anos de 1927*»<sup>1004</sup> e com negligências como a que fez extraviar um vaso de barro encontrado numa sepultura encontrada em Vila dos Sinos<sup>1005</sup>. O tomo IX inclui uma *Lista do «Grupo dos Amigos do Museu, dos Monumentos e Obras de Arte de Bragança»*<sup>1006</sup> com 174 membros, de quem se conhecia a proveniência, a profissão e o valor mensal da cota

---

<sup>1001</sup> Cf. *O Primeiro de Janeiro*, 10/5/1927, p. 5, c.7; *A Era Nova*, 15/5/1927, p. 1;

<sup>1002</sup> «*A colecção de epigrafia deve-se ao Abade de Baçal que a reuniu e trouxe para o Museu, assim como a colecção arqueológica do período Neolítico, da época do Bronze e da época do Ferro*». Cf. CORDEIRO, Isabel e CARVALHO, Anabela (Coord.), *Museu do Abade de Baçal: Bragança, Ob. Cit.*, p. 13.

<sup>1003</sup> Cf. SOEIRO, Teresa, *art. cit.*

<sup>1004</sup> Cf. ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança – Arqueologia, Etnografia e Arte – Tomo IX*, Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal, Junho de 2000 [1934: edição original], p. 1.

<sup>1005</sup> Cf. ALVES, Francisco Manuel, *Ibidem*, Tomo X, Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal, Junho de 2000 [1934: edição original], p. 290.

<sup>1006</sup> *Ibidem*, pp. 2-6.

que pagavam; uma listagem de 78 beneméritos e respetivas ofertas ao MRB, entre 1925 e 1932; inclui também uma excelente descrição das coleções do museu<sup>1007</sup>.



Fig. 54 – Uma sala do museu (sem data).  
Cortesia do Museu Abade de Baçal.

Em termos museográficos, a leitura do roteiro-catálogo do MAB, de 1994, permite-nos concluir, que entre 1915 e 1937, não houve significativas obras de adaptação do Paço Episcopal às suas novas funções museológicas, porque o MRB partilhava aquele edifício com outros serviços, e porque as fracas dotações atribuídas foram sobretudo utilizadas no enriquecimento do seu acervo. Com FMA ainda se experimentaram incipientes obras de reparação e conservação do edifício:

*«demoliram-se tabiques e paredes, abriram-se vãos e clarabóias para iluminação, substituíram-se soalhos e portas, construíram-se lambrins...»<sup>1008</sup>*

As pequenas intervenções revelaram-se, contudo, insuficientes, e só depois da saída da GNR do edifício em 1935 se começou a preparar um projeto junto da Direção dos Monumentos Nacionais, para levar a efeito a ampliação e adaptação mais condigna do edifício às suas nobres funções culturais, que somavam um museu, uma biblioteca e um arquivo.

Ilustrativas da museografia operada em grande parte dos museus portugueses do período em estudo são algumas fotografias datadas de entre 1920 e 1937. De assinalar o número elevado de objetos, muitas vezes de diferentes categorias, em cada sala. Outras das características adoptadas no guarnecimento das salas: tetos em madeira, com maior ou menor ornamentação, alguns deles com clarabóias, e o recurso a lambrins nas paredes.

<sup>1007</sup> Ver Doc. 55 em Apêndice Documental.

<sup>1008</sup> Cf. CARVALHO, Anabela, SANTOS, Rui Afonso e SOROMENHO, Rui, «De Paço Episcopal a Museu», in CORDEIRO, Isabel e CARVALHO, Anabela (Coord.), *Museu do Abade de Baçal: Bragança, Ob. Cit.*, p. 47.

### 3. MUSEU REGIONAL D. DIOGO DE SOUSA

*«As colecções do museu eram diminutas. É certo que a colecção epigráfica, bastante boa, incluía mesmo um valioso conjunto de marcos miliários; excelentes são também uma placa tumular e um túmulo visigóticos provenientes de Dume [...]. No domínio da Arte Sacra, todavia, apenas possuía de notável uma cruz do século XI. E o conjunto de obras de pintura, escultura e cerâmica era tão reduzido que cabia numa única sala, [...] em 5 de julho de 1918»<sup>1009</sup>.*

#### **Antecedentes: dos projetos oitocentistas ao museu de Albano Belino**

A par do incremento que as associações e sociedades arqueológicas nacionais sofreram ao longo do séc. XIX, também em Braga se levantaram vozes favoráveis à descoberta, valorização, estudo e divulgação do património histórico e arqueológico da região, na esteira de arcebispos admiradores e defensores dos monumentos de eras passadas, como D. Diogo de Sousa, prelado entre 1505 e 1532. Neste contexto, é incontornável o papel de José Joaquim da Silva Pereira Caldas<sup>1010</sup>, fundador do Ateneu Arqueológico de Braga, inaugurado a 29 de junho de 1876 no Paço Arquiepiscopal, com forte ocorrência de dignidades eclesiásticas e civis, mas com uma duração efémera, de que só se conhece mais uma reunião. Seguiu-se, também por iniciativa de Pereira Caldas, em colaboração com Martins Sarmiento, a Conferência Citaniense, realizada em 9 e 10 de junho de 1877, com o intuito de dar a conhecer as descobertas feitas pelo distinto arqueólogo na Citânia de Briteiros e incitar à organização da prática e dos estudos arqueológicos portugueses, de que ressaltou a proposta de Caldas para a criação do Centro Arqueológico Português / Associação Arqueológica Martins Sarmiento. Mais uma vez a sua proposta não teve continuidade.

Contemporaneamente, a edilidade bracarense envidou alguns esforços para criar um museu arqueológico. Em 17 de maio de 1886 decidiu transferir para a Alameda das Carvalheiras todos os vestígios arqueológicos disseminados pela cidade e em fevereiro de 1892 manifestava intenção de criar um museu. Esta pretensão só voltaria a ser exposta na sessão camarária de 23 de janeiro de 1897, em que o Visconde de Fraião propôs a criação de um museu municipal, que colocasse a resguardo dos «insultos do

---

<sup>1009</sup> Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de, «Documentos para a história do Museu de D. Diogo de Sousa. III», in *Cadernos de Arqueologia*, Universidade do Minho / Museu D. Diogo de Sousa, Braga, 1986, Série II, 3, p. 174.

<sup>1010</sup> José Joaquim da Silva Pereira Caldas (Caldas de Vizela, 16/01/1818 – Braga, 19/09/1903) estudou Matemática, Filosofia Natural, Medicina e Cirurgia, que não concluiu por ingressar a partir de 1845 na carreira do professorado liceal, primeiro em Leiria (1845) e depois em Braga (1846). Apesar da carreira como professor de Filosofia e Matemática, foi um grande humanista, com grande amor aos estudos históricos e literários. Politicamente, defendeu a causa liberal e o Republicanismo. Foi membro de várias agremiações científicas e literárias: ACL; Instituto de Coimbra; SMS; Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas. Cf. [http://www.infopedia.pt/\\$pereira-caldas](http://www.infopedia.pt/$pereira-caldas) (consulta efetuada em 12 de janeiro de 2014).

*tempo e vandalismo dos ignorantes»*<sup>1011</sup> os monumentos arqueológicos do Concelho. A ideia, aprovada por unanimidade, deu origem à constituição de uma comissão encarregada de selecionar o local apropriado e de proceder à instalação do museu, para a qual foram convidados Pereira Caldas e Albano Belino, este último arqueólogo, a quem a Câmara anunciou dar o seu apoio nas escavações que empreendesse. Chegou inclusivamente a aprovar a atribuição de verba para a construção de um edifício (1897) e a haver projeto para tal (1899), mas nada se fez. Entretanto, neste último ano, Albano Belino inaugurou o seu próprio museu arqueológico (15 de setembro) numa loja do Paço Arquiepiscopal, tido pela imprensa como uma situação provisória até melhores “ventos”. Este facto e os contributos da Autarquia no enriquecimento do primeiro esboço de museu fazem-nos deduzir que o projeto municipal anteriormente referido parece ter sido temporariamente abandonado.

*O Archeologo Português* traz a lume nos seus volumes VIII e X<sup>1012</sup> dois artigos que nos ajudam a perceber o papel de Albano Belino<sup>1013</sup> nos primeiros passos de um museu em Braga. O primeiro, da autoria direta de JLV, remete para a descoberta de antiguidades romanas na quinta de Avelar, propriedade de Vasco Jacome de Sousa Pereira e Vasconcellos, que as foi recolhendo para evitar a sua perda, até que estivessem reunidas as condições para que Albano Belino conseguisse criar o tão almejado Museu Arqueológico em Braga<sup>1014</sup>. Depois de descrever algumas das peças encontradas, JLV alude à boa vontade do Arcebispo de Braga, D. Manuel Batista da Cunha, pautada pela

---

<sup>1011</sup> Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de e FERNANDES, Isabel Maria, «Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa», in *Cadernos de Arqueologia*, Universidade do Minho / Museu D. Diogo de Sousa, Braga, 1984, Série II, 1, p. 127. Citando a proposta do Visconde de Fraião na sessão camarária de 23 de janeiro de 1897.

<sup>1012</sup> Números 10-12, outubro-dezembro de 1903 e 1-2, janeiro-fevereiro de 1905, respetivamente.

<sup>1013</sup> Albano Ribeiro Belino (Gouveia, 18/12/1863 – Braga, 2/12/1906) foi um poeta, que colaborou em diversos periódicos, arqueólogo autodidata e colecionador de materiais arqueológicos. Trabalhando na tabacaria de José Joaquim de Lemos em Guimarães, onde chegou em 1876, a sua inteligência e espírito voluntarioso foram notados por um cliente, o cónego António Joaquim de Oliveira Cardoso, que se tornou seu protetor, iniciando Belino nas artes da escrita. Foi um proativo participante na vida cívica da cidade que o acolheu, participando na organização das comemorações do 7.º centenário da morte de D. Afonso Henriques. O seu casamento em 1881 com uma sobrinha do seu protetor fê-lo mudar para Braga onde passou a ter uma vida desafogada, e aí iniciou as suas prospeções arqueológicas e a sua coleção, encorajadas por Martins Sarmiento, com quem levou a efeito uma ativa troca de correspondência entre agosto de 1894 e 1899. Cf. Museu da Sociedade Martins Sarmiento, *A secção Albano Belino – Catálogo da Exposição*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 2005, pp. 6 e 7, disponível em formato digital em <http://www.csarmiento.uminho.pt/docs/sms/exposicoes/CatalogoBelinoWeb.pdf>. (consulta efetuada no dia 6 de julho de 2012).

<sup>1014</sup> Enquanto não se tornou uma realidade o museu, Albano Belino obteve, em 15 de setembro de 1899, a cedência de um espaço no Paço Arquiepiscopal, onde pôde instalar as coleções que foi recolhendo da antiga *Bracara Augusta* e de alguns castros na região, formando-se um núcleo museológico de valor significativo, mas muito desvalorizado pelo espaço soturno e acanhado em que se encontrou até ir para a SMS. *Idem*.

cedência de uma dependência provisória no rés-do-chão do Paço Arquiepiscopal para que Albano Belino instalasse o seu museu, que já contava com «*importantes objectos archeologicos (instrumentos prehistoricos de pedra e bronze, ceramica e esculpturas protohistoricas, lapides com inscrições romanas, moedas, etc.)*»<sup>1015</sup>, e a quem estavam prometidos outros, assim que o museu se instalasse em espaço adequado.

O segundo artigo, com introdução e conclusão de José Leite de Vasconcelos, remete para um texto de Albano Belino publicado no jornal *Commercio do Minho* em 24 de fevereiro de 1905, advogando a premência da criação de um museu arqueológico em Braga, cidade detentora de uma herança histórica tão significativa, sobretudo da civilização romana. A ideia de criar um museu aproveitando o castelo da cidade surgiu em 1902 numa sessão da Câmara Municipal, presidida por Júlio Sequeira. Em 1905 o antiquário João Ferreira Torres retomou a ideia, que considerava vantajosa por ser uma forma de preservar o imóvel e os objetos existentes, alguns deles, como já dissemos, encontrados em terras de Vasco Jacome de Sousa Pereira de Vasconcelos, que os recolheu para os resguardar, enquanto não dessem a Albano Belino um espaço adequado para os receber. Este último contava com a boa vontade do proprietário que lhe cedeu algumas lápides epigrafadas, e apelava à benemerência dos que pudessem contribuir pecuniariamente para instalar o museu. Rematava o artigo tecendo considerações sobre a importância dos museus municipais e a urgência da criação de um em Braga:

*«verdadeiras escolas praticas onde se aprende a amar o passado e onde se estuda arte antiga nos vestigios que nos ficaram do povo-rei e de outros que aqui lhe succederam. Alem d'isso o nosso povo, pelo exame directo dos objectos expostos, adquire conhecimentos que não têm acêrca do valor de muitos d'elles que vão desapparecendo. Despertem emquanto é tempo e convençam-se de que já hoje não é cedo»*<sup>1016</sup>.

E efetivamente veio tarde demais pois por vontade de Albano Belino, desiludido com a inércia dos poderes municipais na proteção do património – que teve o seu auge com a destruição das muralhas de Braga, a sua viúva (Delfina Cardoso) acabou por entregar as coleções ao Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmiento em 6 de fevereiro de 1907. No dia 9 de março seguinte, na tradicional festa da SMS, foi inaugurada a secção Belino.

---

<sup>1015</sup> Cf. JLV, «Archeologia Bracaraugustana» in *O Archeologo Português*, Museu Ethnologico Português, S. 1, vol. 8, n.º 10-12 (out.-dez. 1903), pp. 298 e 299.

<sup>1016</sup> Cf. JLV, «Museu de Braga (Projecto)», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnologico Português, Lisboa, S. 1, vol. 10, n.º 1-2 (jan. – fev. 1905), pp. 15-16.

Entretanto, em Braga, a Câmara Municipal parecia já não abraçar a ideia de criar um museu, mas simplesmente entregar a disposição ordenada dos elementos arqueológicos coligidos no recinto das Carvalheiras a uma comissão de arqueólogos constituída pelo «*padre Martins Capela, comendador Vieira Marques e os doutores José Machado e Manuel Monteiro*»<sup>1017</sup> (janeiro de 1908). Estes e outros arqueólogos faziam parte da recém-formada delegação da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Em 1910 coube à Liga de Defesa e Propaganda de Braga manifestar a sua disponibilidade de «*concorrer para a fundação de um Museu Arqueológico*»<sup>1018</sup> no recinto das Carvalheiras. Por sua vez, a Associação dos Arqueólogos sugeria à Liga a necessidade de um edifício onde se abrigassem os objetos mais suscetíveis às agruras do clima (fevereiro de 1910).

### **Na República**

O primeiro Executivo Municipal republicano parece ter restaurado a intenção de criar um museu, pois na sessão camarária de 9 de fevereiro de 1911 resolveu pedir ao Governo as dependências inferiores do Liceu, que funcionava no Convento dos Congregados, juntamente com a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital. Não tendo obtido resposta favorável, regressou à ideia das Carvalheiras.

Entre os esforços de criação de um museu começou a destacar-se Alberto Feio Soares de Azevedo<sup>1019</sup>, que sempre fora um defensor das questões patrimoniais bracarenses. Nomeado para dirigir a Biblioteca Pública em 3 de abril de 1911, interessou-se de imediato por encontrar novas instalações para o estabelecimento sob sua responsabilidade e, por arrasto, para o arquivo e para o museu, cobiçando o antigo Paço Arquiepiscopal. Para as suas demandas contou com o apoio da delegação local da Sociedade Propaganda de Portugal, dirigida pelo major Lopes Gonçalves, um dos grandes impulsionadores do Museu da Confraria de Bom Jesus do Monte, inaugurado em 7 de julho de 1917.

Não podemos esquecer que a conjuntura em tudo favorecia o fortalecimento dos interesses em torno da criação de um museu, dada a disponibilidade de objetos resultantes da recente Lei da Separação. Era toda uma panóplia de bens de valor

---

<sup>1017</sup> Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de, «Documentos para a História do Museu de D. Diogo de Sousa. II. (1905-1918)», in *Cadernos de Arqueologia*, Universidade do Minho / Museu D. Diogo de Sousa, 1985, Série II, 2, p. 183. [Citando a sessão camarária de 23 de janeiro de 1908].

<sup>1018</sup> *Ibidem*. [Citando a sessão camarária de 10 de janeiro de 1910].

<sup>1019</sup> Alberto Feio Soares de Azevedo (Pedrógão Grande, 1882 – Braga, 1956).



artístico, arqueológico ou histórico, reunidos quer pelos prelados, quer pelas várias corporações, irmandades e confrarias, e que passavam a pertencer ao Estado. Partindo destas premissas, o Governador Civil do Distrito de Braga – Carlos Augusto d’Oliveira – remeteu ao Ministério da Justiça e dos Cultos um ofício datado de 22 de janeiro de 1915, propondo várias providências para *«arrecadar e conservar em lugar seguro, até que possa ser creado um museu proprio para os receber»*<sup>1020</sup>; a constituição de uma comissão constituída por Alberto Feio Soares de Azevedo, José de Souza Machado e António Albino Marques de Azevedo<sup>1021</sup>, para se encarregarem de coligir, inventariar e guardar os bens; a cedência das salas capitulares e da fábrica da Sé de Braga para os trabalhos referidos.

A 16 de julho de 1917, o Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Braga – Eurico Taxa Ribeiro – oficiou ao Presidente da CCELS, solicitando a cedência, a título de arrendamento, do edifício do Paço Arquiepiscopal<sup>1022</sup>.

O Decreto n.º 4011 de 28 de março de 1918 veio finalmente corresponder *«a uma velha aspiração da cidade»*<sup>1023</sup>, criando um museu de *«arqueologia e arte geral»*<sup>1024</sup>, designado Museu D. Diogo de Sousa, cedendo para sua instalação o edifício já solicitado, e incumbindo à Câmara Municipal as despesas com pessoal e material. Quanto às coleções, é interessante a ressalva que se faz aos bens do concelho de Guimarães, reservados para o museu da SMS, cabendo ao novo museu os restantes *«objectos com valor arqueológico, artístico ou histórico do distrito»*, bem como os *«objectos do mesmo valor em posse da Câmara Municipal do concelho de Braga, por cedências ou depósitos de particulares ou colectividades, além doutros quaisquer objectos que sejam cedidos e convenha incorporar»*<sup>1025</sup>.

---

<sup>1020</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/BRA/BRA/ADMIN/189.

<sup>1021</sup> Alberto Feio Soares de Azevedo era o Diretor da Biblioteca Pública de Braga, José de Souza Machado era sócio da Associação dos Arqueólogos e António Albino Marques de Azevedo era vogal do CAA3.

<sup>1022</sup> Cf. ACMF/CJBC/BRA/BRA/ADMIN/048. Disponível no arquivo digital em

[http://purl.sgmf.pt/130004/1/130004\\_master/130004\\_PDF/130004.pdf](http://purl.sgmf.pt/130004/1/130004_master/130004_PDF/130004.pdf).

<sup>1023</sup> Introdução ao Decreto n.º 4011 de 28 de março de 1918, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/04/06500/03180319.pdf>.

<sup>1024</sup> *Ibidem.*

<sup>1025</sup> *Ibid.*



Fig. 55 – Antigo Paço Arqueiepiscopal (s.d.).  
Instituto da Habitação e da Reabilitação  
Urbana, Sistema de Informação para o  
Património Arquitetónico, sipa.foto.00551139.

A 11 de junho de 1918 teve lugar na sede da CCABI a entrega do edifício do Paço ao Diretor do Museu Regional – Alberto Feio Soares d’Azevedo<sup>1026</sup>. A ocupação do espaço só foi efetivada a 14 de junho do ano seguinte.

A criação oficial do museu não sanou os avanços e recuos anteriores. Segundo Maria Isabel Cunha e Silva, Diretora do MDDS, a partir de 1918 o museu praticamente não funcionou, havendo «*apenas um guarda que durante um curto período de tempo terá tomado conta do acervo, parte do qual se dispersou*»<sup>1027</sup>. A mesma ideia é avançada por Eduardo Pires de Oliveira na última parte do seu trabalho intitulada, como as duas primeiras, *Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa* (parte 3 - 1986)<sup>1028</sup>.

Na realidade, a tardia entrega do antigo paço a Alberto Feio – empossado na Direção em 10 de julho – seria o início de várias contrariedades no processo de instalação do museu. Embora o decreto criador previsse a entrega total do edifício, este, além de se encontrar em mau estado geral de conservação, tinha a ala oeste em ruínas desde o incêndio ocorrido em meados do século anterior, e estava ocupado com várias corporações oficiais e por particulares, cujo despejo nem sempre foi pacífico. A tutela financeira da Câmara Municipal também não almejava grandes perspetivas e os recursos humanos previstos (um Diretor Conservador e um guarda só nomeado em 2 de setembro de 1918) pouco fariam. As coleções resumiam-se às que a Câmara Municipal possuía. A participação da comunidade no dinamismo e enriquecimento do museu foi nula.

<sup>1026</sup> Cf. ACMF/CJBC/BRA/BRA/ADMIN/048, *proc. Cit.*

<sup>1027</sup> E-mail enviado pela Dra. Maria Isabel Cunha e Silva, datado de 28 de setembro de 2010.

<sup>1028</sup> Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de, «Documentos para a História do Museu D. Diogo de Sousa», in *Cadernos de Arqueologia*, Universidade do Minho / Museu D. Diogo de Sousa, 1986, Série II, n.º 3, pp. 171-195.

No que toca aos espaços, mal tomou posse do edifício, Alberto Feio procurou desalojar os restantes locatários. Com os Bombeiros não houve qualquer problema, mas a 8.<sup>a</sup> Divisão Militar só abandonou o local em 1927, depois de várias missivas para o Governo. Por outro lado, o estado de ruína do edifício não dispensou obras de consolidação e os consequentes trabalhos de adaptação às finalidades museológicas, incompatíveis com os magros orçamentos da Câmara Municipal, da Junta Geral do Distrito e do Governo. A única parte do museu a ficar apta durante o período em estudo foi o largo do Paço, mediante responsabilidade financeira da Autarquia, que vedou o recinto para possibilitar a exposição da secção epigráfica. Os espaços interiores reservados ao museu ficariam concluídos bem mais tarde.

Alberto Feio era acima de tudo um Bibliotecário, acumulando a Direção do museu com a da Biblioteca pública que, como vimos, vinha tentando instalar em edifício próprio. Conseguindo obter do Governo autorização para acomodar também a biblioteca no Paço Arquiepiscopal, estavam criadas as condições para uma redução significativa do espaço para o museu<sup>1029</sup>. O futuro próximo revelaria, aliás, que depois de concluídas as obras de restauro na ala oeste e medieval do edifício em 1934, as prioridades do Diretor viraram-se para a instalação da Biblioteca e do Arquivo e, relativamente ao museu, não se tem conhecimento de quando teriam sido abertas as primeiras salas.

Durante a 1.<sup>a</sup> República o Museu D. Diogo de Sousa pouco mais foi do que um tímido esboço de um decreto demagógico coincidente com o discurso de ressurgimento nacional apregoado pelo regime, obstaculizado com um cofre estatal emagrecido ao longo de séculos, situação que se agravava significativamente no pós-guerra, invalidando o desempenho, já por si ténue, de um Diretor mais motivado para as questões biblioteconómicas e arquivísticas.

---

<sup>1029</sup> A transferência da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital para o Paço Arquiepiscopal foi oficializada pela Portaria n.º 1428 de 29 de junho de 1918, em que também foi estabelecida uma comissão para dar cumprimento às disposições da própria portaria e as do Decreto criador do MDDS, constituída por Alberto Feio Soares de Azevedo, «do bacharel José de Sousa Machado, arqueólogo, do bacharel Francisco Lopes Teixeira, conservador do Arquivo Distrital, de Sebastião Mesquita Correia de Oliveira, coronel de infantaria, e do professor Domingos Rebêlo Barbosa, arquiteto». Cf. *DG*, n.º 146 de 2 de julho de 1918, p. 1059. <https://dre.pt/application/file/170837>. O Decreto n.º 5787-3 X de 10 de maio de 1919 cedeu a cerca anexa do Paço à Câmara Municipal para, com o dinheiro da venda prover à instalação do Museu, Biblioteca e Arquivo, *DG* n.º 98 de 10 de maio de 1919, *COLP*, IN, Lx., 1920, p. 1164.

#### 4. MUSEU REGIONAL DE ARTE, ARQUEOLOGIA E NUMISMÁTICA DE VILA REAL

«O principal mentor do projecto viria a morrer em 1929, antes de se encontrar espaço para montar o museu. Um ano depois reformulou-se a comissão encarregue de instalar o museu de Vila Real, prevendo-se a sua instalação no edifício do Governo Civil (ainda em construção, à altura)»<sup>1030</sup>.

As primeiras alusões à ideia de criação de um museu em Vila Real decorreram do contexto nacional de desenvolvimento do interesse pela Arqueologia, verificado a partir da segunda metade do séc. XIX, suscitando o aparecimento de várias coleções privadas e de museus, um pouco por todo o país.

A então vila transmontana não foi exceção, surgindo nela uma série de personalidades propensas a recolher em acervos privados o que a terra oferecia da história da ocupação humana. A título de exemplo: os Padres José Brenha, Rafael Rodrigues e Manuel de Azevedo, os Doutores Henrique Botelho e Alexandre Pais do Amaral e o Engenheiro Morais Sarmiento<sup>1031</sup>. Paralelamente, Vila Real assistia a uma significativa evolução das estruturas urbanas, nomeadamente nas décadas de 80 e 90, convidando cada vez mais os forasteiros a visitá-la.

A visita de JLV a Vila Real em 1888, tendo como fim especial o conhecimento do Santuário de Panóias, suscitou nas elites locais a intenção de fundar um museu. Naquele mesmo ano, em 20 de novembro, o Procurador da Junta Distrital, José Homem de Sousa Pizarro, sugeriu a reserva de uma sala para a instalação de um museu arqueológico no edifício da Junta em construção, o que não passou de uma ideia. Por seu lado, já Diretor do então Museu Etnográfico Português, JLV publicou alguns artigos na imprensa vila-realense e no *Arqueólogo Português*, incentivando a criação de um museu municipal, com secções de Arqueologia, Etnografia, Antropologia e História Natural (1895-1896).

Até à década de 20, a ideia do museu caiu em esquecimento. Porém, em 1920, na sequência do I Congresso Transmontano e da Exposição Industrial e Agrícola, ambos realizados em Vila Real, Adelino Samardã<sup>1032</sup>, histórico republicano da vila, ressuscitou

---

<sup>1030</sup> Cf. SILVA, João Carlos Pereira Ribeiro da, *O Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real entre o Passado e o Futuro*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor José Maria Amado Mendes, Coimbra, 2005, p. 36.

<sup>1031</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>1032</sup> Adelino Samardã (Vila Real, 6/9/1863 – 5/2/1929) foi professor, jornalista, autodidata da História e da Arqueologia, político e filantropo. Tendo participado na Revolta de 31 de janeiro de 1891, foi um dos responsáveis pela liderança da Comissão Concelhia Republicana de Vila Real entre 1895 e 1897. A ele se deveu também a organização da Carbonária transmontana. Foi duas vezes Governador Civil do distrito

a ideia do museu. Exercendo a sua influência perto da Junta Geral do Distrito, esta moveu-se no sentido de ver publicado o Decreto n.º 9527 de 22 de março de 1924. O diploma confiava-lhe «*todas as despesas relativas à instalação, conservação, vencimentos e subvenções do pessoal*»<sup>1033</sup> do Museu Regional de Arte, Arqueologia e Numismática criado, destinando-lhe os Paços do Concelho para se poder instalar.

Em 1929, aquando da morte de Samardã, verdadeiro mentor do projeto, ainda não existia espaço para o museu, cuja história conturbada só teria um desfecho feliz com a sua inauguração definitiva em 30 de outubro de 1997, num edifício adquirido pela Câmara Municipal dois anos antes, e onde esteve instalado o Museu Etnográfico Provincial, entre 1940 e 1951<sup>1034</sup>.

---

durante a República e membro dos partidos Unionista (1913) e Republicano Liberal (1919). Cf. *Almanaque Republicano*, <http://arepublicano.blogspot.pt/2011/03/adelino-samarda.html> (consulta efetuada em 21 de junho de 2013).

<sup>1033</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 64, de 22 de março de 1924, p. 425, in Sítio de internet do *Diário da República*: <http://dre.pt/pdf1sdip/1924/03/06400/04250425.pdf> (consulta efectuada em 21 de junho de 2013).

<sup>1034</sup> Em 1930 instalou-se uma comissão para levar a efeito a instalação do Museu Regional, prevendo localizá-lo numa sala do edifício do Governo Civil em construção. Em 1938 outro grupo de trabalho, presidido pelo Tenente-Coronel Frutuoso de Carvalho (membro da comissão local das Comemorações Centenárias), encetou a programação de um Museu Etnográfico Provincial, que foi inaugurado em 14 de junho de 1940, num edifício alugado para o efeito.



## CAPÍTULO 22: MUSEUS DE OUTRAS TUTELAS – REGIÃO SUL

### 1. MUSEU DE MARINHA

«*Tormentosa foi sempre a vida do museu de marinha. Agregado á escola naval, soffreu as consequencias de reformas variadas*»<sup>1035</sup>.

#### **Os antecedentes da Escola Naval**

O início remonta a meados do séc. XIX, quando por Portaria de 2 de abril de 1836 se determinou a criação de um Museu de Marinha. O Diretor, que acumulava a direção do hospital da especialidade, ficou incumbido de «*estimular os “cirurgias da armada” que seguiam a bordo dos navios para o ultramar, assim como os comandantes dos mesmos e outros componentes da tripulação, à recolha*»<sup>1036</sup> de produtos naturais e exóticos. Não se tratava, portanto, de um verdadeiro museu de marinha, mas sim de um museu particular do hospital, onde figuravam produtos naturais ultramarinos.

Em 22 de julho de 1863 D. Luís I ordenou a constituição de um Museu de Marinha na sala do risco da Escola Naval, no Arsenal Real de Marinha próximo do Terreiro do Paço, ficando o Diretor daquela, Joaquim Pedro Celestino Soares, encarregado de empreender todos os esforços para reunir «*os monumentos marítimos ainda existentes ou dispersos ou menos conhecidos ou inapreciados*»<sup>1037</sup>, bem como modelos de embarcações e instrumentos náuticos. O museu teve como núcleo inicial uma coleção de modelos coligidos pela Família Real na Ajuda, desde o reinado de D. Maria I, e que por iniciativa de D. Maria II foi oferecida à Academia de Guardas Marinha em 1835. Viveu de modo quase amorfo, sendo muitas vezes considerado um empecilho ao desenvolvimento da instituição a que estava anexo. Em finais do século XIX, muitos dos modelos que possuía encontravam-se em deficiente estado de conservação, fora os que se haviam perdido por desleixo, obrigando o então Diretor da Escola – o almirante Augusto de Castilho – a mandar restaurar e aparelhar os existentes, e a encomendar a elaboração de um catálogo bilingue (Português – Francês), publicado em 1896 pelo Capitão de Fragata João Braz de Oliveira, intitulado *Modelos de Navios*

---

<sup>1035</sup> Cf. OLIVEIRA, João Braz de, *Modelos de Navios existentes na Escola Naval que pertenceram ao Museu de Marinha: apontamentos para um catalogo*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896, p. 3

<sup>1036</sup> Cf. SANTOS, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos, *Aspectos da Museologia em Portugal no século XIX – Lisboa*, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes / Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1996, p. 65.

<sup>1037</sup> Cf. Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, de 22 de julho de 1863, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 161 de 23 de julho, in <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/38/91/p385> (consulta efetuada no dia 19 de janeiro de 2013).

existentes na Escola Naval que pertenceram ao Museu de Marinha: apontamentos para um catalogo. Na introdução, o autor comprova a pobreza das coleções e a história pouco profícua do museu: «Na escola naval o pouco que resta do museu refere-se á epocha de D. Maria I e á primeira metade do seculo XIX.»<sup>1038</sup>

Em 5 de junho de 1903, uma carta de lei anexou o museu à Biblioteca de Marinha, passando a ter o mesmo Diretor, para um estabelecimento então designado como *Biblioteca de Marinha e Museu Naval*.

### **Novos projetos para um Museu Nacional de Marinha**

Um Decreto de 16 de dezembro de 1909 instituiu um Museu Nacional de Marinha confiado à Liga Naval Portuguesa, a quem cumpriria a construção de um edifício próprio para o efeito. Destinava-se o museu a «*colleccionar tudo o que interesse á conservação da tradição marítima, ao exercicio das industrias marítimas e ao progresso da construcção e sciencias navaes*»<sup>1039</sup>.



Fig. 56 – A coleção oceanográfica de D. Carlos I patente no Museu da Liga Naval Portuguesa. *Ilustração Portuguesa*, 28/2/1910, n.º 210.

No ano seguinte, a 17 de fevereiro de 1910, a Liga Naval Portuguesa<sup>1040</sup> inaugurou no seu incipiente museu, em sede provisória no Palácio Palmela ao Calhariz, a coleção oceanográfica de D. Carlos I, que mais tarde seria transferida para o AVG. Uns dias antes da inauguração, foi publicada a Portaria de 11 de fevereiro, nomeando uma comissão com o objetivo de selecionar cuidadosamente os objetos com valor

<sup>1038</sup> Cf. OLIVEIRA, João Braz de Oliveira, *Ob. Cit.*, pp. 3 e 4.

<sup>1039</sup> Cf. Decreto de 16 de dezembro de 1909, art. 1.º. Cf.

<http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/94/138/p843>

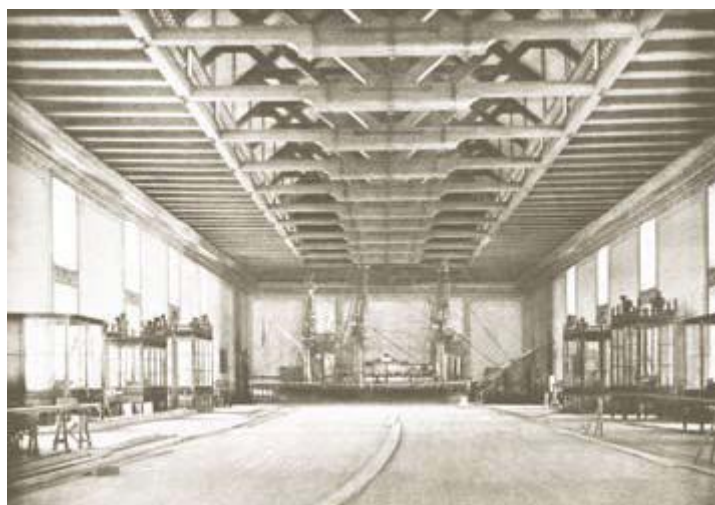
<sup>1040</sup> Cf. *Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Caetano Alberto da Silva, Lisboa, 28 de fevereiro de 1910, Ano 33, p. 43; <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/87/136/p1424>: A Liga Naval Portuguesa surgiu por Decreto de 17 de janeiro de 1901, sendo seu Presidente o Rei de Portugal. Por Decreto de 24 de dezembro de 1902, foram reformados os seus estatutos. Tinha como objetivo promover, sob todos os meios possíveis e lícitos ao seu alcance, a regeneração e o progresso da Marinha portuguesa.



histórico e artístico, dignos de figurar no museu<sup>1041</sup>. Em complemento à coleção atrás referida, a 30 de agosto de 1912 o Ministro das Finanças despachou favoravelmente a entrega, a título de depósito, «*dos livros, manuscritos e instrumentos de oceanographia*» antigamente pertencentes ao malogrado rei<sup>1042</sup>. Esta tentativa de dar nova organização e gestão ao museu parece não ter sido coroada de sucesso, pois o grosso das coleções permanecia no Arsenal, onde continuavam a dar entrada novos bens, como as 13 figuras de proa de navios da armada portuguesa, sendo as mais antigas do século XV, transferidas em 1915 dos depósitos do Arsenal da Azinheira por iniciativa da Direção da Escola Naval<sup>1043</sup>.

Fig. 57 – A Sala do Risco onde funcionava o Museu de Marinha, na Escola Naval.

*Revista da Armada*, março de 2004, n.º 373.



Em 18 de abril de 1916, um incêndio destruiu a Sala do Risco e uma parte significativa das coleções, sobretudo os modelos de embarcações de inícios do século XIX, mantendo-se o museu em letargia até abril de 1949, ano em que reabriu no Palácio das Laranjeiras, dos Condes de Farrobo, com coleções renovadas<sup>1044</sup>.

<sup>1041</sup> Cf. INSO, Jayme do, *O Museu de Marinha*, Separata dos *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1967, abril-junho de 1967, n.ºs 4 a 6, p. 7: «A comissão era composta pelos seguintes oficiais: § Contra-almirante João Augusto Botto; capitães-de-mar-e-guerra Júlio Marques da Costa e João Brás de Oliveira; capitães-de-fragata Hypácio Frederico de Brion e D. Bernardo António da Costa de Sousa de Macedo; primeiros-tenentes João Manuel de Carvalho e Henrique Quirino da Fonseca».

<sup>1042</sup> Cf. Ofício da Direção Geral da Fazenda Pública de 11 de setembro de 1912 (Cópia) enviado ao Presidente da Liga Naval Portuguesa, in <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4684313> (ref. PT/PNA/DGFP/0002/0001/00049/00011, consultado no dia 12 de agosto de 2012).

<sup>1043</sup> As figuras de proa referidas eram as seguintes: «*Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Estefânia, Mindelo, S. Bento, Santo António, Estevão de Ataíde, Infante D. João, Martinho de Melo, Albuquerque, Ninfa, Venus, D. Henrique*» (Cf. JLV, «Miscelânea arqueológica: 9. Museu de Marinha», in *O Archeologo Português*, MEP, Lisboa, jan.-dez. 1916, S. 1, vol. 21, n.º 1-12, p. 351).

<sup>1044</sup> Neste contexto destaca-se a coleção reunida por Henrique Maufroy Seixas (15/4/1886 - 21/12/1947), iniciada em 1915 no prédio em que habitava na Rua D. Estefânia. Aí constituiu, com vários empregados seus, um autêntico arsenal de construção de modelos de embarcações, das mais variadas tipologias, feitas à escala e com um rigor obrigatório que nunca era descurado. Os esmerados modelos, que ascenderam a mais de duas centenas e meia, somados a obras pictóricas de artistas portugueses, a desenhos e a fotografias, permitiram a constituição de um museu particular com nove salas e uma galeria. Todo o recheio foi legado ao Estado Português (Ministério da Marinha) a seguir à morte de Henrique Seixas, o

O incêndio não impediu, contudo, que se encontrasse uma alternativa viável para começar a desenvolver o Museu de Marinha, que necessitava urgentemente de um espaço mais adequado para albergar as coleções que sobreviveram ao desastre. Uma das estratégias assentou no Decreto que transformou o Aquário Vasco da Gama em Estação de Biologia Marítima – n.º 5615 de 10 de maio de 1919. Segundo este diploma, incumbia ao AVG-EBM a instalação e manutenção de um Museu de Marinha, nos espaços que fossem designados pelo Conselho de Administração para o efeito, no edifício-sede da Estação. A direção cabia ao Presidente daquele Conselho. No artigo 19.º instituiu-se a Comissão do Museu de Marinha, presidida pelo Director Geral da 4.ª Direção Geral do Ministério da Marinha. A esta comissão cabia designar os objetos que fariam parte das coleções, respeitando as tipologias previstas no artigo 37.º do regulamento publicado com o decreto<sup>1045</sup>, e tomar as providências necessárias para coligir novos objetos ou para obter apoios para o desenvolvimento do museu.

A determinação com que se buscava um edifício próprio para instalar um museu autónomo de qualquer outro estabelecimento apontou, porém, noutra sentença. Em Portaria de 3 de fevereiro de 1923, o Capitão de Fragata Henrique Quirino da Fonseca, que já havia feito parte da comissão de seleção nomeada em 11 de fevereiro de 1910, foi nomeado para elaborar relatórios que determinassem quais os objetos que deviam fazer parte de um museu de marinha. Nova Portaria de 14 de março do mesmo ano constituiu uma comissão presidida pelo Capitão de Mar e Guerra Adelino de Sousa, para organizar um Museu Marítimo em dependências do Quartel de Marinheiros. Sem apresentar o seu trabalho, a comissão foi dissolvida por Portaria de 3 de abril de 1930, a que se sucedeu uma nova comissão nomeada a 30 de abril daquele ano com a mesma finalidade, até que em 1934 o Decreto n.º 24409 de 24 de agosto criou o Museu Naval Português, mantido

---

que precipitaria a instalação provisória do Museu de Marinha no Palácio Farrobo nas Laranjeiras e, alguns anos mais tarde, a transferência para o Mosteiro dos Jerónimos. Sobre a coleção e o museu de Henrique Seixas, veja-se MARQUES, Luís António, *História da Coleção Seixas*, Separata dos *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, janeiro-março, 1970.

<sup>1045</sup> Cf. Decreto n.º 5615 de 10 de maio de 1919, *Ibid*, Regulamento do Aquário Vasco da Gama, art. 37.º: «*Nas salas que o Conselho de Administração determinar será montado o Museu de Marinha, que compreenderá: § 1.º Modelos de navios de várias épocas, quer de guerra, quer mercantes, quer de recreio, quer de pesca; § 2.º Modelos das armas empregadas nas diversas épocas, quer ofensivas, quer defensivas; § 3.º Modelos de uniformes e descrições dos costumes das várias épocas, estampas e quadros; 4.º Modelos de todas as artes de pesca em uso nas águas portuguesas; § 5.º Modelos de faróis e aparelhos de salvação; § 6.º Mapas, cartas, planos e roteiros que tenham valor histórico; § 7.º Bandeiras, insígnias e sinais usados nas diversas épocas. Bandeiras usadas pelos navios em ocasiões de factos notáveis; § 8.º Exemplares conservados pertencentes à fauna marítima; § 9.º Todos os objectos oferecidos à Marinha de Guerra, comemorativos de qualquer viagem ou festa em que tenha tomado parte; § 10.º Instrumentos e aparelhos em serviço na marinha; § 11.º Arquivo de documentos vários; § 12.º Quaisquer objectos que se relacionem com factos de marinha*».

junto à Escola Naval, embora aquele diploma o direcionasse para o edifício anexo dos Jerónimos. Ainda nesse ano se começou a esboçar a futura transferência para os Jerónimos, quando uma Portaria de 4 de dezembro, do Ministério das Obras Públicas, nomeou uma comissão para preparar um anteprojecto das obras a concluir naquele espaço. Outros episódios se sucederiam, sem qualquer efeito visível.

Em 1936, a Escola Naval foi transferida para o Alfeite, o que levou à nomeação do primeiro Diretor do museu, – Comandante Quirino da Fonseca –, para que o mesmo, mantido no Arsenal, não ficasse órfão de uma administração. Em finais de 1948, o museu foi transferido para o Palácio dos Condes de Farrobo, nas Laranjeiras, paredes-meias com o Jardim Zoológico, onde reabriu em abril do ano seguinte. Aí permaneceu até 1962, quando foi finalmente transferido para o Mosteiro dos Jerónimos<sup>1046</sup>, onde inaugurou em 15 de agosto daquele ano.

Os insucessos testemunhados na história do Museu de Marinha entre 1863 e 1948 justificam a designação de “Museu Virtual” adotada por José Augusto da Costa Picas do Vale (2009)<sup>1047</sup>, pois desde as diversas designações do museu à legislação que tentou enformá-lo, tudo contribuiu para que a sua existência fosse pouco mais do que uma declaração de intenções que, como se viu, deitariam a perder grande parte do acervo. Durante a 1.ª República a história resume-se a pouco mais do que um incêndio e às tentativas de criar comissões para seleccionar e reorganizar o museu.

---

<sup>1046</sup> A respeito da nova realidade do Museu de Marinha atente-se aos seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 42412 de 24 de julho de 1959 que reorganiza o Museu; Decreto n.º 42413, da mesma data, que aprova e publica o Regulamento; Portaria n.º 17276, da mesma data, que fixa para o Museu de Marinha a lotação de sargentos e praças da Armada. A estes desenvolvimentos não terá ficado alheio o papel do Grupo de Amigos do Museu de Marinha, cujos estatutos foram aprovados por Despacho do Ministro da Marinha, de 14 de janeiro de 1955.

<sup>1047</sup> Cf. VALE, José Augusto da Costa Picas do, *Museu de Marinha – Contributos para a definição de um projecto cultural*, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, setembro de 2009, pp. 8-15.

## 2. MUSEU DE ARTILHARIA<sup>1048</sup>

*«O Museu, já importante como coleção preciosa de exemplares de artilharia [...] cresce ainda em importância e valor decorativo pelas magníficas obras de talha, os tetos apainelados e pintados a óleo, as telas de pintores portugueses que revestem e decoram as suas salas, como num certâmen de pintura histórica nacional»<sup>1049</sup>.*

### Antecedentes

A Ordem n.º 224 de 15 de novembro de 1842 emitida pelo Inspetor do Arsenal do Exército, Tenente General José Baptista da Silva Lopes (Barão de Monte Pedral), deu indicações para serem classificados, guardados e conservados os objetos raros e curiosos do Arsenal. Para o efeito, foi destacado o Major João Carlos de Sequeira, Comandante da Repartição de Santa Clara, onde deveriam ficar a maioria dos objetos reunidos, com exceção das armas de fogo portáteis, brancas ou defensivas, que deveriam ser acomodadas na sala das armas, na Fundação de Baixo. Contudo, a fundação oficial do museu só se concretizou com o Decreto de 10 de dezembro de 1851. A partir de 1868 passou a designar-se Museu de Artilharia, constituindo uma secção do Depósito Geral de Material de Guerra. O Decreto de 13 de dezembro de 1869 entregou-o à administração do Diretor da Fábrica de Armas, sendo-lhe atribuídos um Sargento-Guarda e um servente.

Em 1876 o museu foi transferido para o edifício da Calçada Nova ou da Fundação de Baixo, onde ainda hoje se mantém, por ordem do Diretor Geral António Florêncio de Souza Pinto. Foi aí que, sob a direção do Capitão de Artilharia Eduardo Ernesto Castelo Branco (nomeado para o cargo em 5 de outubro de 1876)<sup>1050</sup>, começou a sofrer grandes remodelações para inverter o estado de ruína em que se encontrava o edifício, considerado o mais adequado para receber todas as coleções do museu, que ainda se encontravam dispersas. Em 1896, depois de algumas obras de recuperação e ampliação, começou a instalar o museu no andar nobre do edifício e no seu pátio

---

<sup>1048</sup> A partir de 1926 passou a designar-se Museu Militar.

<sup>1049</sup> Cf. FONSECA, Quirino da, «Museu de Artilharia», in PROENÇA, Raul, *Ob. Cit.*, p. 306.

<sup>1050</sup> Oficial do Exército, (Funchal, 17/03/1840 – Lisboa, 4/2/1905). Filho do contra-Almirante Joaquim Pedro de Castel-branco. Educado no Colégio Militar, assentou praça em 1857, e em 1894 era Coronel. A seu pedido passou para o Quadro de Reserva em 1900, tendo morrido com o posto de General de Divisão reformado. Foi subdiretor e diretor da Fábrica de Armas, chefe da 3.ª repartição da Direção Geral de Artilharia, fundou e dirigiu o Museu de Artilharia, considerado um dos melhores da Europa. Em vista dos seus altos serviços, foi-lhe dedicada, por ordem do Ministério da Guerra, uma sala, vendo-se colocado o seu retrato numa das paredes. Foi ainda diretor e membro do conselho fiscal do Montepio Geral, e diretor do Jardim Zoológico. Condecorado com o Grande Oficialato e a Comenda da Ordem de Avis, a de Santiago e Cruz do Mérito Militar de Espanha, etc. Sócio honorário da SNBA em virtude da proteção dispensada aos artistas, a quem chamou para decorar com quadros e painéis o museu que fundou e dirigiu. Cf. *GEPB*, vol. VI, p. 169.

interior, «*empregando grande numero de objectos na parte decorativa*»<sup>1051</sup>. Em 1905 era concluída, mediante projeto de Teixeira Lopes, a entrada monumental voltada a leste, para o largo dos caminhos de ferro fronteiro à estação de Santa Apolónia. Em 1906, o museu encontrava-se instalado em 14 salas do andar nobre, uma no rés-do-chão e o pátio onde se expunham os materiais de artilharia.

O Decreto de 16 de setembro de 1909 entregou-o à tutela da Secretaria da Guerra, por intermédio da Direção de Artilharia, e deu-lhe o primeiro Regulamento, definindo os recursos humanos e reservando os cargos de Diretor e de adjunto para as altas patentes<sup>1052</sup>.

### **Na República**

Com a República e a reorganização do Exército, promulgada pelo Decreto de 25 de maio de 1911, o museu regressou à tutela do Arsenal, com a finalidade de conservar o material de guerra caído em desuso.

O Decreto de 30 de maio de 1914 publicou um novo Regulamento do museu para o adequar à sua posição orgânica, mas também definir o horário de abertura ao público: dias úteis e domingos, das 11 às 15 horas; encerrado às segundas e feriados. A versão do Regulamento publicada pelo Decreto n.º 7195 de 19 de novembro de 1920 voltava a rever as patentes que podiam assumir os cargos de Diretor e de adjunto.

O Decreto n.º 3920 de 28 de janeiro de 1918 extinguiu o Museu Português da Grande Guerra<sup>1053</sup>, instalado provisoriamente na Biblioteca Nacional<sup>1054</sup>, e anexou-o em secção especial ao Museu de Artilharia, que ficou incumbido de continuar a colecionar bens relacionados com aquele conflito mundial e com a participação portuguesa.

---

<sup>1051</sup> Cf. *Catalogo do Musêu da Artilharia*, Lisboa, 1916, 7.ª edição, p. 10.

<sup>1052</sup> Além do Diretor e do Adjunto, havia também um lugar de amanuense, de chefe de guardas, um decorador, um servente e um número adequado de guardas-sala.

<sup>1053</sup> O Museu Português da Grande Guerra foi criado pelo Decreto n.º 3468 de 19 de outubro de 1917, para coligir «*os materiais e elementos dispersos que possam contribuir para perpetuar a memória da intervenção armada de Portugal e para documentar, duma forma quanto possível completa, o esforço da Nação e a obra política e militar da República*», constituindo essa documentação, reunida em «*museu e arquivo especial, já iniciadas noutros países em guerra, constituem providências do mais elevado alcance histórico e patriótico*». Cf. <http://dre.pt/pdf1sdip/1917/10/18000/10171019.pdf> (Sítio de internet do *Diário da República* – Consulta efetuada em 13 de junho de 2013).

<sup>1054</sup> Sobre este museu, ver JLV, «Miscelânea II: 3. Museu Português da Grande Guerra», in *O Archeologo Português*, MEP, Lisboa, 1938, S. 1, vol. 30, p. 183: [Citando um artigo do *Diário de Notícias*, de 17 de janeiro de 1918]: «*O chefe do Gabinete da Secretaria da Guerra, Sr. Coronel Amílcar Mota, visitou ontem as instalações provisórias do Museu Português da Grande Guerra, instalado na Biblioteca Nacional. § O Sr. Mota observou detidamente a grande porção de objectos que o Museu já possui. É provável que devido à iniciativa particular o Museu Português possa em breve competir com os seus similares de França e de Inglaterra, criados também recentemente*».

### a. As Coleções e a Exposição

Um artigo de Ribeiro Arthur publicado na *Occidente* n.º 1119 de 30 de janeiro de 1910 testemunha «*as condições precárias, restrictas e mal orientadas*» do Museu de Artilharia, cuja própria designação considerava «*anachronica e irreflectida*»<sup>1055</sup>. Reportava-se a um museu a necessitar de atenção e dotações para travar a degradação que se apoderava dos objetos, que urgia adorar como relíquias do passado, num declarado amor à pátria. Do mesmo autor e num número posterior da mesma revista, novas achegas sugerem-nos uma clara ausência de um método de classificação e ordenação sistemática dos objetos por épocas históricas e por salas com nomes representativos<sup>1056</sup>.

O programa de remodelação empreendido por Castelo Branco no Museu de Artilharia até vésperas do Cinco de outubro foi assinalado pela representação pictórica de diversos episódios da História e da Literatura nacionais. O Diretor recorreu a um cuidado programa iconográfico para decorar as paredes das salas de exposição do museu, consonante com os topónimos de cada uma, justificando-se o emprego das belas artes «*por contribuírem para o embelezamento de um tezoiro, em que se guardam antigas reliquias do passado, e documentos valiosos da nossa civilização, registando-se igualmente com êsses exemplares da pintura portugêsa o grau de desenvolvimento por ela atingido até hoje*»<sup>1057</sup>. Para a execução das pinturas foram chamados alguns dos principais artistas dos séculos XIX e XX, como Carlos Reis, Columbano, José Malhoa, Veloso Salgado, entre outros, e que segundo José-Augusto França «*fizeram do Museu Militar o mais importante conjunto de pinturas dos fins do século XIX*»<sup>1058</sup>. Numa sucessão de salas “desfilam” quadros e algumas esculturas em que a História se imortaliza de mãos dadas com os versos de Camões e a mitologia clássica, a partir de diferentes sensibilidades: a Carlos Reis foram encomendadas as pinturas principais da única sala do piso térreo, a sala D. Vasco da Gama, com quatro telas alusivas à forma como Camões relacionou os deuses do panteão latino à viagem de descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia e aos riscos da viagem, personificados no temível Adamastor, somando-se-lhes peças escultóricas de Simões de Almeida sobrinho e Costa Mota sobrinho e a tela do teto de Luigi Manini, presente no pavilhão português da

---

<sup>1055</sup> Cf. ARTHUR, Ribeiro, «O Museu do Exercito», in *Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Caetano Alberto da Silva, Lisboa, 30 de janeiro de 1910, vol. XXXIII, n.º 1119, p. 21.

<sup>1056</sup> Cf. *Idem, Ibidem, Ibidem*, Lisboa, 28 de fevereiro de 1910, vol. XXXIII, n.º 1122, pp. 42 e 43.

<sup>1057</sup> Cf. *Catálogo do Musêu da Artilharia*, Tipografia Palhares, Lisboa, 1913, 6.ª edição, p. 24.

<sup>1058</sup> Cf. FRANÇA, José-Augusto, *Museu Militar: pintura e escultura*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, s.l., s.d. [1996], p. 10.

Exposição Mundial de Paris de 1900. No primeiro andar sucediam-se a sala da Guerra Peninsular, com obras de António Ramalho (Batalha do Buçaco), Luciano Martins Freire (alegorias à Guerra, Paz, Glória e Patriotismo; apoteose a alguns heróis militares da história nacional), Costa Mota tio (baixos-relevos esboços do monumento a Afonso de Albuquerque) e Teixeira Bastos (dois quadros alusivos ao valor militar de Gomes Freire); um peristilo com obras dos pintores Bernardino Pereira Pegado, Pedro Alexandrino e Bruno José do Vale, responsáveis por telas alegóricas representando a Europa, África, Ásia e América; a sala D. Maria II, além do retrato da Rainha das mãos de Joaquim Rafael, tinha obras dos pintores Feliciano Narciso, Bruno José do Vale, António Caetano da Silva, António dos Santos Joaquim, José Carvalho Rosa, etc.; a sala D. João V com obras de Luciano Freire e Artur de Melo alusivas à participação de Portugal na guerra contra o Império Otomano; a sala Afonso de Albuquerque onde Condeixa e Jorge Colaço immortalizaram alguns feitos daquele Governador da Índia; a nova sala República ostentando a alegoria à Fama no teto, por Pietro, rodeada por quatro medalhões representando D. José I, Machado de Castro, Marquês de Pombal e Bartolomeu da Costa, da autoria de Columbano; a escada entre a sala e o pátio de artilharia decorada com uma tela de Luciano Freire representando Portugal militar e a balística. As salas modernas resultantes da ampliação do edifício em finais do séc. XIX foram alvo das encomendas picturais de maior importância: Columbano responsabilizou-se pelos principais quadros das salas Europa, África, América, Ásia, Campanhas da Liberdade e Camões, em que também tiveram o seu espaço artistas como Luciano Freire, Acácio Lino, João de Melo Trigoso, Veloso Salgado, Matoso da Fonseca, Ribeiro Júnior, Duquesa de Palmela e Domingos Costa. Destacou-se nesta plêiade de obras o dramatismo das telas de Columbano alusivas aos Lusíadas, em que um Velho do Restelo ou uma Inês de Castro a morrer aos pés de Afonso IV ilustram o decadentismo nacional de início do séc. XX; na sala Restauração de 1640 a “Coroação de D. João IV” de Veloso Salgado destaca-se no meio de uma série de retratos de outros heróis da independência nacional, da autoria de artistas como Artur de Melo, Batistini, Emília Santos Braga, José de Almeida e Silva, António Carneiro, Luciano Freire, José de Brito, Félix da Costa, Gomes Fernandes e João Vaz; a Sala Infante D. Henrique, a fechar o circuito, ostentava um teto decorado com medalhões contendo retratos de navegadores portugueses pintados por Domingos Costa, mas o destaque ia para as sete telas de José Malhoa executadas entre 1907 e 1908, as primeiras a romper com o academismo dos restantes artistas em temáticas recorrentes, como a do Infante

navegador a idealizar as viagens ou de Vasco da Gama a ser recebido pelo Samorim de Calecute.

O novo regime político poucos acrescentos introduziu em termos programáticos e museográficos, mas não resistiu à tendência nacional de eliminar os nomes dos monarcas da dinastia brigantina de espaços públicos ou acessíveis ao público. Privilegiando os acontecimentos e personalidades históricas mais importantes, em detrimento das cabeças coroadas, a República rebatizou as salas D. João IV, D. Pedro IV, D. Maria Pia e D. Amélia respetivamente como salas da Restauração, das Campanhas da Liberdade, Afonso de Albuquerque e Vice-Reis da Índia. Em 1913, o teto do vestíbulo do museu foi redecorado com pinturas novas: a central é uma alegoria à História, da autoria de Adolfo de Sousa Rodrigues; as laterais da autoria de Espírito Santo e Oliveira, representando a cidade de Lisboa a receber os troféus das vitórias portuguesas e os feitos militares que notabilizaram os nossos exércitos. Em outubro de 1913 foi inaugurada, na sala antigamente cognominada Barão de Monte Pedral<sup>1059</sup> e uma das seis salas mais velhas do museu, a Sala República. Organizada pelo general Arbués de Almeida, nela podiam ser observados, além das coleções aí arrumadas desde finais do século XIX, vários despojos da batalha contra os monárquicos de Paiva Couceiro em Chaves (a 8 de julho de 1912, no âmbito da 2.ª incursão monárquica)<sup>1060</sup>, assinalando o triunfo do regime contra os reacionários<sup>1061</sup>. Juntavam-se a esses despojos, outros da efémera Monarquia do Norte (1919) e da 1.ª Guerra Mundial. Tendo sofrido algumas alterações ao nível dos tetos, cujo simples sobrado de madeira deu lugar a estuque ornamentado com alegorias militares em baixo-relevo, a sala foi decorada com um busto da República com o dístico «5 de Outubro de 1910». Em setembro de 1926 a sala foi contemplada com a transferência do Ministério da Guerra, de onze aguarelas da autoria de Alberto de Sousa representando alguns testemunhos da presença portuguesa no Magrebe.

---

<sup>1059</sup> No *Catálogo do Museu da Artilharia* editado em 1913 (6.ª edição), a sala República ainda não surge como um dos espaços do museu, o que nos faz crer que foi impresso antes da mudança de designação, ou seja, antes da inauguração da sala evocativa no novo regime.

<sup>1060</sup> O *Catálogo do Museu da Artilharia*, Lisboa, 1916, 7.ª edição, apresenta-nos, a pág. 88, o rol dos objetos obtidos no campo de batalha, entregues ao museu pelo Depósito Geral de Material de Guerra, em 19 de outubro e 11 de dezembro de 1912. Ver Doc. 56 em Apêndice Documental.

<sup>1061</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 27 de outubro de 1913, II Série, n.º 401, p. 474.





Fig. 58 – A Sala República, inaugurada por ocasião do 3.º aniversário da implantação do novo regime.

*Ilustração Portuguesa*, 27/10/1913, n.º 401.

Acompanhando as inovações tecnológicas relacionadas com o armamento que ia sendo produzido dentro e fora do país, compreende-se que no museu tenham sido incorporadas peças representativas de episódios que tornaram tão ricos o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Destacam-se, e os catálogos consultados comprovam-no, objetos alusivos à implantação da República, às incursões monárquicas, à 1.ª Guerra Mundial<sup>1062</sup> e à Monarquia do Norte. Ao nível de depósitos, encontramos também alguns documentos, não datados, que nos apontam para a cedência de objetos por parte do Museu Nacional de Arte Antiga, no âmbito das transformações em curso neste museu<sup>1063</sup>. Também a título de depósito deram entrada em 15 de junho de 1918, algumas armas brancas dos séculos XV e XVI provenientes do Paço das Necessidades<sup>1064</sup>. Foram várias as ofertas ou aquisições onerosas registadas.

Em 1924 o museu dirigido por António Augusto Ferreira abria ao público de terça a domingo, encerrando às segundas e aos feriados. A entrada era gratuita. Até 1921 foram publicadas oito edições de um catálogo. As numerosas coleções distribuía-se entre um pátio central rodeado pelo edificado da antiga Fundação de Baixo, algumas áreas de acesso ou ligação e 16 salas<sup>1065</sup>, ricamente ornadas com

<sup>1062</sup> Cf. *Catálogo do Museu da Artilharia* (1913 e 1916); *Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia)*, Tipografia d'O Sport de Lisboa, 1930, 10.ª edição. Ver relação de objetos entrados no Doc. 56 em Apêndice Documental.

<sup>1063</sup> Cf. «Relação dos objetos cedidos em deposito, pelo Museu Nacional de Arte Antiga, ao Museu de Artilharia», MNAA, AJF, Caixa 5, Pasta 1, Doc. 2.2.; «Relação das armas ofensivas e defensivas, cedidas em deposito, pelo Museu Nacional de Arte Antiga, ao Museu de Artilharia», MNAA, Arquivo do Dr. José de Figueiredo, Caixa 5, Pasta 1, Doc. 2.3. Ver Docs. 57 e 58 em Apêndice Documental.

<sup>1064</sup> Cf. «Auto de recepção dos bens entregues ao Director do Museu de Artilharia», disponível em formato digital do sítio de internet do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, in <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4684480>.

<sup>1065</sup> Cf. FONSECA, Quirino da Fonseca, *Art. Cit.*, pp. 307-311: Além do pátio central, o museu distribuía as coleções pelo vestíbulo e pela sala Vasco da Gama no rés-do-chão, nas escadas de acesso ao andar nobre, e neste por um peristilo e por uma sequência de salas (da Guerra Peninsular, de D. Maria II, de D. José, de D. João V, de Afonso de Albuquerque, dos Vice-Reis da Índia, da República, da Europa, de

pinturas, escultura e talha, e profusamente preenchidas pelos mais variados tipos de armas.

A I Guerra Mundial, a extinção do museu a si dedicado decretada em 1918 e a consequente transferência do acervo reunido para o Museu de Artilharia deixaram adivinhar a futura organização de espaços dedicados ao primeiro grande conflito bélico à escala mundial. Em 1930 existia já uma sala provisória da Grande Guerra para suprir a que se encontrava em organização para acolher definitivamente os despojos recolhidos em França e em África<sup>1066</sup>, e para cuja decoração foram selecionadas as telas de Adriano de Sousa Lopes (destacado para acompanhar o Corpo Expedicionário Português), exibidas na Sociedade Nacional de Belas Artes em 1927<sup>1067</sup>.

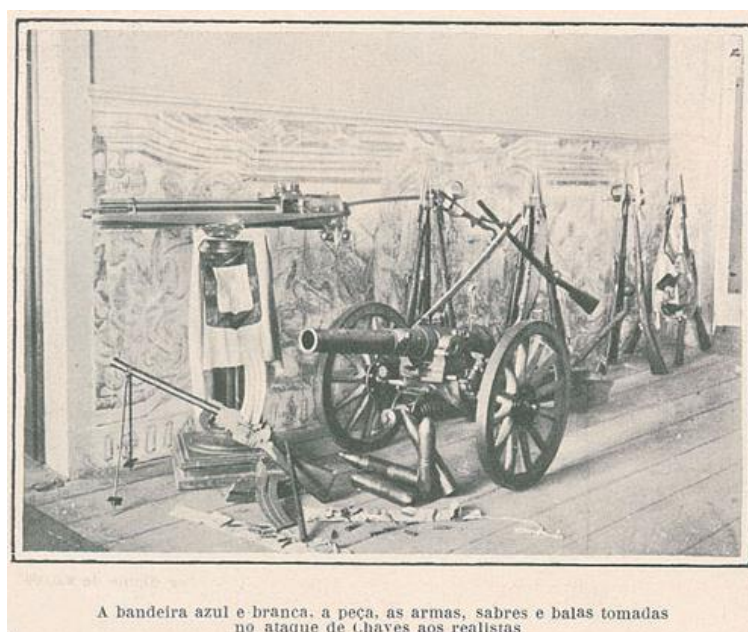


Fig. 59 – Outro aspeto da Sala República.  
*Ilustração Portuguesa*, 27/10/1913, n.º 401.

### **O Museu Militar do Buçaco**

A uns escassos dias da queda da Monarquia, D. Manuel II inaugurou na Serra do Buçaco, mais propriamente no lugar de Almas do Encarnadouro, o Museu Militar do Buçaco. Era o dia 27 de setembro de 1910, em que se assinalava o 1.º Centenário da batalha que pusera em confronto as forças napoleónicas lideradas por Massena e as luso-britânicas comandadas por Wellington.

---

África, da Ásia, da América, das Campanhas da Liberdade, de Camões, da Restauração, do Infante D. Henrique).

<sup>1066</sup> Cf. *Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia)* (1930), *Ob. Cit.*, p. 83.

<sup>1067</sup> Cf. FRANÇA, José-Augusto, *Museu Militar: pintura e escultura*, *Ob. Cit.*, pp. 132-143.

O museu, entregue à tutela do Museu de Artilharia de Lisboa, resultou do trabalho da Comissão Oficial Executiva do Centenário da Guerra Peninsular, constituída por Decreto de 19 de agosto de 1908, presidida pelo General de Divisão João Carlos Rodrigues da Costa e formada por altas patentes militares. A título de prefácio ao museu, enquanto se ultimava a construção do edifício térreo localizado ao lado da capela de Nossa Senhora da Vitória e Almas, a comissão inaugurou no Museu de Artilharia uma exposição temporária com objetos e documentos alusivos à época da Guerra Peninsular (16 de fevereiro a 4 de abril de 1910).

Em cima da mesa, o objetivo de evocar uma data gloriosa para o país, o heroísmo e os sacrifícios nacionais, lembrados em armas e indumentária da época, pinturas, livros e outros documentos gráficos, que constituíram uma pequena biblioteca. Em suma, um fruto da valorização da história nacional que a República manteve.

### 3. MUSEU GEOLÓGICO

«Dispõe, desde então, de um *continuum* de armários envidraçados ao longo das paredes, a todo o perímetro da sala, e de *carteiras* de dupla função, destinadas a exposição e reserva»<sup>1068</sup>.

#### Antecedentes

Surgido em 1859 no seio da Comissão dos Trabalhos Geológicos do Reino criada por Decreto de 8 de agosto de 1857 (Direção dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino a partir de 1869), o Museu Geológico (MG) desenvolveu-se graças ao contributo de nomes prestigiosos das Geociências e da Arqueologia, quer nacionais, quer estrangeiros. Desde o seu início até ao presente permanece instalado no 2.º andar do Convento de Jesus em Lisboa, paredes-meias com a Academia das Ciências de Lisboa.

José Manuel Brandão destaca a inexistência de referências à instalação do museu, apontando como causa principal o facto de ele ser entendido mais como um repositório de instrumentos de trabalho para os trabalhos da Comissão ou dos estudiosos do território do que como uma instituição museológica propriamente dita<sup>1069</sup>. Por outras palavras, uma instituição que sobrevalorizava a investigação em detrimento da educação e da exposição, não facultando mesmo aos públicos preferenciais (cientistas e agentes económicos) uma formação especializada.

As coleções iniciais do museu constituíram-se pelos acervos de Francisco Pereira de Sousa e Carlos Ribeiro, primeiros presidentes da Comissão, enriquecendo-se com grande rapidez graças às colheitas feitas pelos seus membros, como Paul Choffat, Nery Delgado e Jorge Berkeley Cotter. Numa primeira fase, as coleções ocuparam as duas salas maiores das instalações que lhe foram cedidas pelo Governo, no 2.º piso do edifício. Repartiam-se por dois principais domínios: a Geologia e a Antropologia Pré-Histórica. As secções mais importantes são a de Estratigrafia Portuguesa, formada até aos anos 20 do século passado, e a de Paleontologia, exibindo respetivamente sistemas combinados de fauna, flora e rochas ou de fósseis agrupados por períodos zoológicos e por semelhanças morfológicas, de modo a estabelecer relações estratigráficas entre si. O uso de cores distintas nas caixas em que se acomodavam os fósseis, correspondentes às cores usadas na Carta Geológica de Portugal, era uma

---

<sup>1068</sup> Cf. BRANDÃO, José Manuel, «Uma intervenção na “Sala de Arqueologia Pré-histórica” do Museu Geológico (Lisboa)», in *Ciências e Técnicas do Património: Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, 2008-2009, I Série, vol. VII-VIII, p. 96

<sup>1069</sup> Cf. BRANDÃO, José Manuel, «Museu Geológico: lugar de memórias históricas e científicas», in *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Porto, 2010, volume 1, p. 165.

estratégia que permitia localizar espacialmente os espécimes. A existência de alguns exemplares fósseis de origem estrangeira era outra estratégia expositiva, objetivando a comparação.

Gradualmente, os domínios científicos foram-se alargando e conseqüentemente as coleções, tendo sido inaugurada em 1899 a sala de Mineralogia e Petrografia portuguesas, organizada por Alfredo Bensaúde e sucessivamente por Vicente Sousa Brandão. Na primeira década do século XX, Paul Choffat e António Torres inauguraram uma sala de Geologia Aplicada, estrategicamente montada com o propósito de exhibir rochas, minérios e combustíveis suscetíveis de ser aplicados em diversos setores da economia.

No último quartel do século XIX, em resultado da corrida das potências europeias a África, das inevitáveis viagens de reconhecimento científico dos territórios coloniais, de que resultaram algumas remessas de produtos para a metrópole, e do surgimento de associações científicas, a questão colonial é assumida em Portugal como uma prioridade. Reconhecia-se finalmente a necessidade de colonizar e explorar os territórios ultramarinos. Para o efeito, afigurou-se preciso aprofundar pesquisas do foro geológico e geográfico, consideradas como vitais a uma ocupação e exploração mais eficazes. A Comissão Geológica assumiu, obviamente, um importante papel neste contexto, com Paul Choffat a encorajar o envio de amostras e a serem publicados estudos dos materiais chegados das principais colónias portuguesas – Angola e Moçambique – como o que Choffat e Perceval de Loriol elaboraram sobre os materiais recolhidos por Lourenço Malheiro e José de Anchieta. Alexandre de Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens também coligiram alguns materiais entrados nos serviços da Comissão.

### **Na República**

Por ocasião do 1.º Congresso Colonial, promovido em 1901 pela Sociedade de Geografia de Lisboa, uma das conclusões registadas foi a necessidade de criar um museu que funcionasse como centro de informação colonial. Poderá ter sido o mote para que Delgado, Choffat e Cotter incrementassem esforços para adquirir e estudar coleções africanas. Conseqüentemente, desenhou-se também *«o esboço da futura constituição, no seio da Comissão, de um museu geológico colonial capaz de armazenar e tornar*

*cientificamente úteis as ofertas ali chegadas*<sup>1070</sup>. O aumento das remessas fez com que em 1905 Nery Delgado sugerisse ao conselho consultivo e à tutela a criação de um núcleo colonial no Museu Geológico, que servisse a formação de especialistas em Geologia, para prestar funções nas províncias ultramarinas. A ideia foi acatada e o Ministério da Marinha e das Colónias patrocinou a instalação e manutenção da sala colonial. Criada a nova secção, o Diretor da Comissão resolveu solicitar diretamente às autoridades ultramarinas o envio de amostras para Lisboa, o que contribuiu para o enriquecimento das coleções até 1916, graças à acção dos engenheiros envolvidos na construção de caminhos de ferro e da rede viária. As remessas, contudo, começaram a escassear, devido à crescente autonomização dos serviços coloniais, relativamente aos da Metrópole<sup>1071</sup>, mas também porque nesta existiam outros museus, a quem era dada prioridade nas remessas, como o Museu Geológico e Mineralógico da Escola Politécnica e o da Sociedade de Geografia de Lisboa.



Fig. 60 – Sala de Arqueologia Pré-Histórica nos anos 30.

BRANDÃO, José Manuel, «Uma intervenção na “Sala de Arqueologia Pré-histórica” do Museu Geológico (Lisboa)», in *Ciências e Técnicas do Património: Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto*, 2008-2009, I Série, vol. VII-VIII.

Como dissemos anteriormente, o segundo domínio que mais se destacou nas coleções do MG foi o da Antropologia Pré-Histórica. No decurso dos trabalhos geológicos iniciados desde o início da Comissão, Carlos Ribeiro e Nery Delgado encontraram e recolheram uma série de testemunhos da presença humana de tempos

<sup>1070</sup> Cf. BRANDÃO, José Manuel, «O acervo colonial das “Comissões Geológicas” de Portugal (1857-1918). Nota preliminar», in BRANDÃO, José M. et Al (Editores), *Coleções e museus de Geologia: missão e gestão*, Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, Coimbra, s/d, p. 117.

<sup>1071</sup> José Manuel Brandão apresenta um quadro-síntese das coleções coloniais entradas no Museu Geológico entre 1882 e 1916, com os locais em que foram colhidos os exemplares, os nomes dos coletores e a data da colheita. Para o período que nos interessa, são enumerados os seguintes: «Baía dos Tigres e Cunene (Angola, 1912 e 1915); Roma Machado; Chibamba (Congo, 1914); Carlos Duque; Rio Zambeze, Rio Luínga, Rio Luangwa e Rio Hazere (1915); Gago Coutinho; Angola (1916); Pinto de Souza; Cobre do Bembe, Minas da Calucala e Kivunga (Angola, 1916); Lopes Galvão. *Ibidem*, p. 120. Ver também, do mesmo autor, «O “Museu Colonial” das Comissões Geológicas de Portugal. Emergência e memória científica», [http://web.lettras.up.pt/aphes29/data/5th/JoseManuelBrandao\\_Texto.pdf](http://web.lettras.up.pt/aphes29/data/5th/JoseManuelBrandao_Texto.pdf).

muito remotos, em estações arqueológicas da Península de Lisboa e do Vale do Tejo, contribuindo para a abertura de uma sala de Arqueologia Pré-Histórica (1880), organizada cronológica e geograficamente. Esta coleção acabou por não ter grande crescimento durante a 1.<sup>a</sup> República, chegando-se inclusivamente, antes e durante aquele período, a equacionar a transferência dos seus espécimes para outros museus<sup>1072</sup>. Sem concretização, estas ideias de desmembramento da sala (1899 e 1917), dariam lugar à tentativa efémera (1919) do Diretor dos Serviços Geológicos – Paiva Morão –, de propor à tutela a contratação de um arqueólogo para gerir e estudar as coleções desta secção, que se apresentavam, na quase totalidade, à vista dos interessados. Apesar do volume pouco significativo de entradas arqueológicas, assinalou-se em meados de 1911 a incorporação de «*materiais provenientes da descoberta e exploração das estações de superfície dos arredores de Lisboa*»<sup>1073</sup> (Casal do Monte, Serra de Monsanto, Amadora), especialmente por Joaquim Moreira Fontes e seu irmão, Vítor Hugo Moreira Fontes. Outra notícia chega-nos através d' *O Archeologo Português* de 1914, em que Paul Choffat anuncia a oferta ao museu, de um raspador de sílex «*achado à superfície do terreno que se eleva ao sul da embocadura do rio Dande*»<sup>1074</sup>, pelo Sr. Chester W. Washburne, membro dos serviços geológicos dos Estados Unidos da América. Conclui-se que apesar de nas décadas de 40, 60 e 70 terem entrado alguns espólios significativos, desde que foi configurada a sala, ela pouco se transformou, mantendo-se um exemplo de estudo das opções museográficas oitocentistas ao longo de quase todo o séc. XX<sup>1075</sup>.

---

<sup>1072</sup> Em 1899 Nery Delgado propôs à tutela a entrega do acervo arqueológico a outros museus, defendendo que a missão do museu devia ser simplesmente a Geologia. Apesar de o Governo estipular a entrega do acervo ao Museu Etnológico e ao museu da Escola Médico-Cirúrgica, as coleções acabaram por manter-se no Museu Geológico da Comissão. Em 1917 idêntica ameaça pairou sobre as coleções de arqueologia, que acabaria por ser obstada por Joaquim Moreira Fontes (para uma biografia deste médico, professor e arqueólogo português ver *GEPB*, vol. XI, p. 596) e Ernest Fleury, colaboradores da Comissão. O primeiro deles foi responsável pela incorporação, no período da 1.<sup>a</sup> República, de peças provenientes de estações paleolíticas da Galiza e dos arredores de Lisboa (Casal do Monte, Loures).

<sup>1073</sup> Cf. BRANDÃO, José M., «As colecções arqueológicas do Instituto Geológico e Mineiro», in *O Archeologo Português*, 1999, Série IV, n.º 17, pp. 114 e 115.

<sup>1074</sup> Cf. CHOFFAT, Paul, «Miscelânea arqueológica: Instrumentos preistoricos da África Portuguesa», in *O Archeologo Português*, MEP, Lisboa, jan.-dez. 1916, S. 1, vol. 21, n.º 1-12, p. 366.

<sup>1075</sup> Cf. BRANDÃO, José Manuel, «Uma intervenção na “Sala de Arqueologia Pré-histórica” do Museu Geológico (Lisboa)», *Cit.*, p. 96: «*Dispõe, desde então, de um continuum de armários envidraçados ao longo das paredes, a todo o perímetro da sala, e de carteiras de dupla função, destinadas a exposição e reserva*». O que foi aumentando progressivamente foram os expositores colocados ao centro da sala para dar lugar às incorporações a partir da década de 1940, quando Georges Zbyszewski e Heny Breuil, e depois o primeiro com Octávio da Veiga Ferreira e outros conduziram para o museu até à década de 70 um importante manancial de vestígios arqueológicos, nomeadamente do período paleolítico.

### a. As Coleções e a Exposição

Em meados de 1920, o museu passou a estar aberto permanentemente ao público (todos os dias úteis, entre as 10:30 e as 17 horas), que se constituía essencialmente por indivíduos cujas apetências se relacionavam com as Ciências Geológicas. Ao dispor dos visitantes, além de uma biblioteca da especialidade, seis salas: Colonial, com «*minerais, conchas e fósseis das nossas possessões africanas, especialmente Angola e Moçambique*»; dos Retratos, com uma «*pequena colecção estratigráfica de Portugal*»; de Geologia e Paleontologia, com 120 m<sup>2</sup> de vitrinas encostadas às paredes, com «*uma preciosa colecção estratigráfica*», e ao centro várias vitrinas com cerca de 4000 exemplares paleontológicos; de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, com ossos humanos e de animais, instrumentos de sílex, cerâmica, «*machados, mós, contas de ornamento, esculturas de animais, todos os enfeites, adornos e bugigangas do homem pré-histórico*»; de Geologia Aplicada, exibindo materiais aplicáveis a várias atividades económicas, como a construção; de Mineralogia e Petrografia, com «*800 exemplares de diversas espécies minerais e 600 fragmentos de rochas dispostas por ordem geográfica*»<sup>1076</sup>.

Os serviços geológicos portugueses foram um importante suporte às instituições de ensino (nomeadamente universitárias e do ensino secundário), que não raras vezes solicitaram coleções de rochas, minerais e fósseis para a constituição de museus escolares que ilustravam os programas das disciplinas de ciências naturais. Como se falou em tempo oportuno, a institucionalização dos trabalhos práticos no ensino durante a 1.<sup>a</sup> República (Decreto de 26 de setembro de 1914), motivou a criação ou o desenvolvimento dos museus dentro dos estabelecimentos de ensino, com recurso às dádivas das instituições competentes em cada domínio científico. José Manuel Brandão acredita

*«que a maioria dos Liceus Nacionais tivesse recebido estas ofertas, que devem ter-se intensificado em meados do início do século XX, na sequência da implementação dos programas da reforma Jaime Moniz e que se terão prolongado durante as primeiras décadas da República, muito possivelmente acompanhando o ritmo do aumento da carga horária das Ciências Naturais, até à implementação da reforma de 1936, que a reduziu»*<sup>1077</sup>.

---

<sup>1076</sup> Cf. PROENÇA, Raul, *Ob. Cit.*, p. 347.

<sup>1077</sup> Cf. BRANDÃO, José Manuel, «Um aspecto particular do apoio dos Serviços Geológicos Portugueses ao ensino secundário das geociências: oferta de coleções didáticas», in *Coleções e museus de Geologia: missão e gestão*, Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, Coimbra, 2010, p. 345.



#### 4. MUSEU NUMISMÁTICO E FILATÉLICO DA CASA DA MOEDA E VALORES SELADOS

«grande foi o lanço que êsse notavel Administrador da Casa da Moeda prestou á Numismática criando um Museu dela; bem haja, pois, quem soube cuidar dum património nacional que tão esquécido estava! § Porém, [...] o Museu apresentou-se como um corpo sem alma, isto é, como uma cousa inerte, e não com vida como hoje tem [...]»<sup>1078</sup>.

##### Antecedentes

No primeiro quartel do séc. XIX existia no museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães uma secção de numismática constituída por moedas coligidas por Frei Francisco de S. Luís e pelo medalheiro de Frei Bento de Santa Gertrudes, a quem coube a organização. Em 1846, o medalheiro foi vendido pelos seus herdeiros. Quanto à restante coleção, com a extinção das ordens religiosas, foi dispersa por várias entidades públicas<sup>1079</sup>.

O artigo de Gabriel Pereira intitulado «A Collecção Numismatica do Sr. Ferreira Carmo (do Porto)»<sup>1080</sup> faz uma boa retrospectiva sobre as coleções de numismática existentes em Portugal no último quartel do séc. XIX: do capitalista portuense Eduardo Luiz Ferreira Carmo, com um catálogo da autoria de Pedro A. Dias; do Museu Municipal do Porto; da Biblioteca Pública de Lisboa; da Academia das Ciências; de D. Luís no Palácio da Ajuda, gerida por Teixeira de Aragão; etc, para não falar das que foram desviadas por vários circunstancialismos históricos, como as Invasões Francesas que, supostamente, terão dizimado consideravelmente a coleção numismática recolhida por Cenáculo.

O Museu Numismático da Casa da Moeda remonta a 1863, quando o Diretor daquela instituição, Betâmio de Almeida, resolveu organizar um gabinete constituído

---

<sup>1078</sup> Cf. REIS, Pedro Batalha, «O Museu Numismático Português», Separata da Revista *O Coleccionador*, Lisboa, 1934, p. 102.

<sup>1079</sup> João Carlos Pires Brigola, na sua Tese de Doutoramento, já citada, identifica uma série de colecionadores de moedas e medalhas do século XVIII. Entre eles: - na 1.ª metade do século XVIII: o cónego teatino D. António Caetano de Sousa; Rodrigo Anes de Sá (1.º Marquês de Abrantes); D. Luís de Menezes (5.º Conde da Ericeira); D. Francisco de Almeida (da Casa de Assumar); D. Jaime de Melo (3.º Duque de Cadaval); Nicolau Francisco Xavier da Silva (Doutor em Cânones); Manuel António de Lemos (Corregedor do Crime); José Freire Montarroyo Mascarenhas (Diretor da *Gazeta de Lisboa*); Lourenço Morganti (Bibliotecário do Patriarcado de Lisboa); Padre Bento Morganti (Licenciado em Cânones); Padre José Caetano de Almeida (Licenciado em Cânones); Padre Manuel Caetano de Sousa (regular teatino); Guilherme Good; Desembargador Manuel António de Lemos e Castro; Diogo Rangel de Macedo (Cavaleiro da Ordem de Cristo); Padre José de Matos Ferreira; D. António de Almeida; Valério Pinto de Sá (sócio da Academia Portuguesa de História), pp. 48-55. Na segunda metade do séc. XVIII, um dos colecionadores ecléticos com numofilácio foi o 3.º Marquês de Angeja (pp. 416 e 417), mas também vários clérigos, como: o Abade Carlos Francisco Garnier; Francisco Bernardo da Esperança (monge beneditino); João de Magalhães e Avelar (futuro Bispo do Porto), p. 457; os padres teatinos D. Tomás Caetano do Bem, D. António Caetano de Sousa e D. Manuel Caetano de Sousa (pp. 458-462); Frei Manuel do Cenáculo e Padre José Mayne (pp. 463-486); João Vidal da Costa e Sousa, formado em Leis (p. 486); e a Real Biblioteca Pública da Corte (pp. 491-499).

<sup>1080</sup> Cf. *O Universo Illustrado: Semanário de Instrução e Recreio*, 1877, Primeiro Anno, pp. 339 e 340.

pelos fundos recolhidos a partir do Aviso pombalino de 25 de janeiro de 1777 – que mandava recolher um exemplar de todas as moedas e medalhas e respetivos cunhos, nacionais e estrangeiros –, pelas coleções dos Jesuítas expulsos, pelas moedas apreendidas em Alcobaça em 1833, pelos numismas de ouro e prata mandados retirar de circulação em 1854 e pela coleção de Joaquim José Colaço, adquirida em 1863.

### **Na República**

Em 1935, o *Roteiro Ilustrado de Lisboa e Arredores* de Nogueira de Brito, referia a existência na Casa da Moeda, à Rua da Boa Vista, de um Museu Numismático, no primeiro andar do edifício outrora ocupado pela Junta do Comércio.



Fig. 61 – Edifício da Casa da Moeda, na Rua de São Paulo.  
*Ilustração Portuguesa*, 11/11/1911, n.º 303.

Só em 1919 é que por intermédio do Administrador da Casa da Moeda, Aníbal Lúcio de Azevedo<sup>1081</sup>, foi criado o Museu da Casa da Moeda. Este foi inaugurado em 12 de agosto, pelo Ministro das Finanças, Francisco da Cunha Rêgo Chaves. Manteve-se contudo num estado letárgico, sem pessoal que assegurasse a sua manutenção, organização e apresentação à curiosidade pública, e sem catálogo.

O processo de transferência da Coleção de Numismática do Palácio da Ajuda comprova-nos a existência de um estabelecimento designado «Museu» na Casa da

<sup>1081</sup> Engenheiro e político, (Lagos, 13/11/1876 - Massamá (Queluz), 14/1/1952. Cursou o Instituto Industrial e exerceu as funções de mestre da Fábrica de Pólvora de Barcarena, diplomando-se mais tarde como Engenheiro de Minas no Instituto Superior Técnico. Proclamada a República – de cuja propaganda foi entusiasta, foi Administrador do Concelho de Sintra, Diretor da Companhia Sintra-Atlântico e Engenheiro do Cabo Submarino, em Carcavelos. Eleito deputado em várias legislaturas, na última das quais pelo Circulo de Torres Vedras, sobraçou por duas vezes a Pasta do Comércio, em Ministérios presididos pelo Coronel António Maria Baptista e o Dr. Ramos Preto. Exerceu também a sua atividade profissional em várias organizações industriais e foi durante anos Diretor da Casa da Moeda. Neste cargo fizeram-no alvo de uma violenta campanha jornalística, que deu azo à publicação de um trabalho da sua autoria intitulado *Em Desagravo, ou a Inteira Verdade Sobre os Sessenta Milhões de Discos*, Lisboa, 1923. Tomou parte nos trabalhos do I Congresso Regional Algarvio reunido na Praia da Rocha em 1915, nele apresentando uma tese sobre *O Ensino Elementar Industrial*, que foi impressa. Da sua autoria foi também publicado em separata um discurso que proferiu em 15 de janeiro de 1927 como Deputado, sobre «O Estabelecimento da Indústria do Ferro e do Aço em Portugal». Cf. *GEPB*, vol. 38 (apêndice), p. 722.

Moeda e Papel Selado. A 3 de janeiro de 1921 foi dirigido ao Ministério das Finanças um ofício em que se pedia a entrega daquela coleção ao recentemente inaugurado «museu de numismática e filatelia, cujas coleções se encontram muito incompletas», para que o mesmo pudesse transformar-se no «nosso Museu Nacional de Numismática a exemplo do que há em alguns países estrangeiros»<sup>1082</sup>. A 5 de janeiro de 1922, um novo ofício solicitava a atenção do Ministro para o assunto, que só seria teoricamente resolvido mais de dois anos depois. Finalmente, o Decreto n.º 9730 de 26 de maio de 1924 incumbiu a Casa da Moeda e Valores Selados de guardar a coleção, depois de transferida para a sede da instituição, onde devia passar a constituir uma secção especial, para visita pública<sup>1083</sup>. Determinava-se também a manutenção da configuração do gabinete de numismática anterior a 1910, quando se iniciou o arrolamento dos bens do palácio, e a sua entrega aos cuidados do Administrador Geral da Casa da Moeda, superiormente inspecionado pela Direcção Geral da Fazenda Pública (Ministério das Finanças)<sup>1084</sup>. A pretexto de tão importante transferência, o Museu Numismático e Filatélico da Casa da Moeda foi inaugurado no dia 15 de junho de 1924<sup>1085</sup>, na presença do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes. No dia seguinte foi promulgada a Portaria estabelecendo o horário das visitas: quintas-feiras, entre as 12 e as 16 horas<sup>1086</sup>.

Em 1933, Pedro Batalha Reis – Conservador do museu nomeado pelo Decreto n.º 21448, de 4 de julho de 1932<sup>1087</sup> – tomou a iniciativa de criar o Museu Numismático Português, incorporando a coleção antiga da Casa da Moeda, a do rei D. Luís, parte do Gabinete de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa<sup>1088</sup> e o medalheiro da Academia das Ciências. A oficialização decorreu da promulgação do Decreto-Lei n.º 22682 de 14 de junho.

---

<sup>1082</sup> Cf. AINCM, Museu, Processo 122, Caixa 289, Maço 33C, doc. 7825, Ofício n.º 3217 de 3 de janeiro de 1921 do Presidente do Conselho Administrativo da Casa da Moeda e Papel Selado para o Ministério das Finanças.

<sup>1083</sup> Com o Decreto n.º 21448 de 4 de julho de 1932 passou a designar-se “Secção Numismática D. Luiz P”. Cf. *Diário do Governo*, n.º 156, I Série, 6 de julho de 1932, p. 1394

(<http://dre.pt/pdf1sdip/1932/07/15600/13941394.pdf> - consulta efetuada em 22 de outubro de 2012).

<sup>1084</sup> Cf. Decreto n.º 9730 de 26 de maio de 1924, in *DG*, n.º 116, I Série, 26 de maio de 1924 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1924/05/11600/07580759.pdf> - consulta efetuada em 23 de outubro de 2012).

<sup>1085</sup> Cf. HELENO, Manuel, «Museu Numismático da Casa da Moeda», in *O Archeologo Português*, vol. 26, 1924, pp. 343-345.

<sup>1086</sup> Cf. Portaria n.º 4091 de 16 de junho de 1924, in *DG*, I Série, n.º 133, p. 842, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1924/06/13300/08420842.pdf> (consulta efetuada no dia 22 de junho de 2013).

<sup>1087</sup> *Idem*, nota 1079.

<sup>1088</sup> Antes da criação do Museu Numismático Português, existia na Biblioteca Nacional de Lisboa um «medalheiro de moedas portuguesas, ibericas, romanas, estrangeiras antigas e modernas, e muitas medalhas», de «40:000 exemplares»: Cf. *Guia e Roteiro da Cidade: as belezas de Lisboa e seus arredores*, Correia Pinto, Lisboa, s.d. [19\_ \_], p. 65. Mais antiga ainda era a coleção de cunhos de moedas e de medalhas desde D. João V, organizada cronologicamente.

### a. As Coleções

Um testemunho de Pedro A. de Azevedo, datado de 1911, sobre o «*Museu das moedas*», sugere-nos que não estavam «*completas as colecções das diversas cunhagens que ali se tem feito, quando é certo que a sua colecção monetária devia ser a primeira do país*»<sup>1089</sup>. Partindo desta constatação, foram empreendidas várias diligências para colmatar as lacunas nas colecções.

Em 16 de agosto de 1911 a Secretaria Geral do Ministério das Finanças informou o Presidente do Conselho Administrativo da Casa da Moeda sobre ter solicitado à DGISSSE a entrega da colecção numismática da Biblioteca Nacional à Casa da Moeda (CM)<sup>1090</sup>. A transferência da colecção só se verificaria em 1933<sup>1091</sup>.

As colecções internacionais também interessaram os dirigentes da Casa da Moeda, procurando-se envolver os cônsules de Portugal no enriquecimento do museu<sup>1092</sup>, desde que satisfeito o pagamento das remessas, por parte da Administração. Os efeitos não se fizeram esperar e em 14 de junho de 1921 a Legação da República Portuguesa em França enviou «*algumas cédulas emitidas pelas Municipalidades ou Câmaras de Comercio*» da França e «*cédulas e moedas emitidas na Argélia*»<sup>1093</sup>. Em 19 de julho, 1 de agosto, 17 de setembro e 21 de outubro seguintes, do mesmo remetente, deram entrada: «*cédulas e moedas emitidas pelas Municipalidades e Câmaras de Comercio da circunscrição consular de Bordeus*»<sup>1094</sup>; cédulas e moedas de «*Oran e de*

---

<sup>1089</sup> Cf. AZEVEDO, Pedro A. de, «Miscelânea: Museu de Numismática», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, jan.-set. de 1912, Série 1, vol. 17, n.º 1-9, p. 158.

<sup>1090</sup> Cf. AINCM, Museu, Processo 57, Caixa 173-183, Maço 33A, doc. 4844, Ofício de 16 de agosto de 1911, da Secretaria Geral do Ministério das Finanças para o Presidente do Conselho Administrativo da Casa da Moeda.

<sup>1091</sup> Com a promulgação do Decreto n.º 22014, de 21 de dezembro de 1932, a BN conseguiu salvar a posse das suas colecções numismáticas numa secção especial, a cargo do professor da disciplina integrante do curso de bibliotecário e arquivista. No ano seguinte, para resolver o impasse sobre o futuro das colecções existentes na BN, foi publicado o Decreto n.º 22682 de 14 de junho de 1933, autorizando a transferência das colecções de Numismática da Biblioteca Nacional para o Museu Numismático Português, bem como ordenando a transferência de todos os numofilícios de outros organismos do Estado para o novo museu central de numismática.

<sup>1092</sup> Cf. Ofício n.º 4818 de 18 de março de 1921, do Administrador Geral da Casa da Moeda e Valores Selados para o Director Geral dos Negócios Comerciais e Consulares (do Ministério dos Negócios Estrangeiros): «*Exmº Snr. Director Geral dos Negocios Comerciais e Consulares § Diligenciando esta Administração enriquecer quanto possivel o seu museu, tenho a honra de, para o referido fim, rogar a V. Ex.ª se digne empregar os seus melhores esforços no sentido de pelos nossos representantes consulares serem enviados á Casa da Moeda todos os exemplares de cédulas, (papel moeda) moedas de ferro, alumínio, bronze e níquel emitidos pelas municipalidades ou Camaras de Comercio dos diversos paizes, durante e depois a guerra*» (AINCM, Museu, Processo 122, Caixa 289, Maço 33C, doc. 7825).

<sup>1093</sup> Cf. Ofício da Legação da República Portuguesa em França para a Direção da Casa da Moeda, de 14 de junho de 1921, *Ibidem*.

<sup>1094</sup> Cf. *Idem*, de 11 de julho de 1921. AINCM, Museu, Processo 47, Caixa 300, Maço 33D, doc. 8026.

*Constantina*»<sup>1095</sup>; de «*Marselha (Bastia, Marselha, Nice, Perpignan e Toulon)*»<sup>1096</sup>; de «*Hérault, da circunscrição consular de Marselha*»<sup>1097</sup>; da Circunscrição Consular do Havre (Nantes, Brest, Lorient, Fécamp, Dieppe, Boulogne sur Mer, Dunquerque, Calais, Lile e Havre)<sup>1098</sup>. Enviadas pela Legação Portuguesa na Bélgica, deram entrada em 29 de julho de 1921 algumas moedas de zinco cunhadas em Gand e cédulas emitidas pelas municipalidades belgas<sup>1099</sup>. A Legação de Portugal em Berlim ofereceu em julho de 1924 uma coleção completa de notas de bancos alemães emitidas entre 1914 e 1924. Entre os meses de novembro de 1921 e setembro de 1922 a empresa Platão A. Peig, com filial no Cais do Sodré, ofereceu várias cédulas alemãs, moedas de porcelana da Saxónia, uma coleção de notas de um e meio-marco alemãs e notas austríacas. A Mond Nickel Company Limited, de Londres, ofereceu uma medalha comemorativa do seu 25.º aniversário (dezembro de 1925).

Idênticas diligências foram tomadas relativamente às colónias portuguesas e às suas instituições. Existem registos de pedidos de estampilhas postais feitos pela Administração da CM à Direção Técnica do Fomento das Colónias e à Companhia de Moçambique. Desta última deu entrada em 17 de agosto de 1921 «*uma coleção completa dos selos postais da 4.ª emissão e de selos de porteado da 2.ª emissão, emitidos em Londres, e uma série de cada uma das sobretaxas feitas em África*»<sup>1100</sup>. A Companhia enviaria mais remessas em situações distintas: em dezembro de 1923, um exemplar de cada uma das novas taxas dos selos postais privativos; em outubro de 1925, mais selos postais privativos; em janeiro de 1926, um exemplar de cada um dos novos bilhetes-postais simples e de resposta paga privativos, com taxas de 48 e 96 centavos.

A nível particular também houve alguns beneméritos a contribuir para o enriquecimento das coleções: José Relvas ofereceu uma moeda de prata de D. Pedro II (1912); Manuel Teixeira Gomes uma moeda de cobre da Exposição de Londres de 1851 e uma de prata da Exposição de Paris de 1855 (1912); João Augusto do Amaral Frazão

---

<sup>1095</sup> Cf. *Idem*, de 1 de agosto de 1921. *Ibidem*.

<sup>1096</sup> Cf. *Idem*, de 23 de agosto de 1921. *Ibid*.

<sup>1097</sup> Cf. *Idem*, de 1 de setembro de 1921. *Ibid*.

<sup>1098</sup> Cf. *Idem*, de 27 de setembro de 1921. *Ibid*.

<sup>1099</sup> Cf. Ofício da Legação da República Portuguesa na Bélgica para o Administrador da Casa da Moeda, datado de 13 de julho de 1921. Este recibo chegou acompanhado de um outro, dirigido pelo Banco S. Mathieu & Fils ao Ministro Plenipotenciário da República Portuguesa na Bélgica – Augusto Manuel Alves da Veiga –, datado de 27 de abril de 1921, discriminando os objetos enviados: 2 cédulas de 100 francos; 2 de 20 francos; 2 de 5 francos; 1 de 2 francos; 3 de 50 cêntimos; 2 moedas de 5 francos; 2 de 2 fr; 2 de 1 fr; 1 de 50 cent.; 1 de 25 cent.; 1 de 10 cent. *Ibid*.

<sup>1100</sup> Cf. Ofício da Companhia de Moçambique para o Administrador da Casa da Moeda e Valores Selados, de 16 de agosto de 1921. *Ibid*.

de Vasconcelos: um retrato de Frederico Augusto de Campos, antigo gravador da Casa da Moeda e uma estampa de um medalhão de gesso, representando o avô do oferente, elaborado pelo mesmo gravador (novembro de 1919); Joaquim Nunes da Cunha ofereceu alguns cunhos de medalhas (novembro de 1922); Manuel Marques, uma coleção de selos postais da Companhia de Viana, com a efígie de D. Manuel II (fevereiro de 1923); J. Silva Pinto, duas moedas e cédulas; Tomás da Fonseca ofertou uma nota antiga (outubro de 1925).

## 5. MUSEU DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

*«A academia possui ainda um pequeno museu do séc. XVIII [...], com alguns objetos que figuraram na exposição de arte ornamental, como peças de cerâmica, louça do Rato, caixas de rapé, uma elegante terrina em estilo Luís XV, delicadamente modelada, etc.»<sup>1101</sup>.*

### Antecedentes

O Padre João José de Jesus Maria Mayne, Geral da Congregação da Penitência (Ordem Terceira de S. Francisco) entre 1780 e 1792, era descendente de famílias com posses, o que lhe permitiu colecionar bens de diversas categorias (pinturas, desenhos, moedas, medalhas, artefactos etnográficos e arqueológicos, espécimes de História Natural). Ao assumir o cargo, José Mayne colocou o seu museu à disposição da congregação instalada no Convento de Jesus, acrescentando o que já lá existia, constituído em parte pelo remanescente do acervo que Cenáculo deixou ficar<sup>1102</sup>. Em 1792 fundou uma escola e sugeriu que a sua administração e a do museu fossem entregues à Real Academia das Ciências de Lisboa (ACL). A escola ou Aula Maynense tinha um simples programa de História Natural, destacando as virtudes criadoras de Deus em reação aos ideais laicos da Revolução Francesa. Aquele ano marcou também a morte do padre, colocando a Academia a braços com dois museus – o seu e o de Mayne – e a aula<sup>1103</sup>.

As constantes mudanças de casa a que a ACL foi obrigada contribuíram seriamente para o desmembramento dos museus. Em 1834 encontrou local definitivo no Convento de Jesus, onde ao Museu Maynense juntou as suas próprias coleções (Pintura, Escultura, Numismática, Medalhística, Arqueologia, Cerâmica, Arqueologia, Etnografia, História Natural, etc.). Estas, juntamente com o acervo do Real Museu da Ajuda – incorporado no da Academia por Decreto de 27 de agosto de 1836, para estar mais acessível no centro da cidade e para dar apoio à aula de Zoologia e Anatomia Comparada –, o recheio da Intendência das Minas e Metais do Reino e outras coleções permitiram a abertura do Museu Nacional em 1839, com vários milhares de peças.

A falta de espaço para a conveniente arrumação das coleções e de verba para custear a manutenção do museu e pagar a funcionários que dele cuidassem, aliadas à conveniência de libertar espaço no Convento de Jesus para instalação do Curso Superior de Letras criado em 1858, fez com que nesse ano a secção de História Natural passasse quase na íntegra para a Escola Politécnica. Ainda permaneceram na Academia alguns

---

<sup>1101</sup> Cf. PROENÇA, Raul, *Ob. Cit.*, p. 346.

<sup>1102</sup> Cf. BRIGOLA, João Carlos Pires (2000), *Ob. Cit.*, pp. 463 e 464.

<sup>1103</sup> *Idem*, pp. 469-472.

resquícos dessas coleções, enriquecidas com a coleção de aves da Casa Real, doada por D. Luís, para além de acervo etnográfico brasileiro recolhido por Alexandre Rodrigues Ferreira, na sua viagem filosófica (1783-1792). Este acervo, parcialmente emprestado a Madrid para uma exposição comemorativa do Descobrimento da América realizada em 1892, acabou por ser reduzido, pois nem todas as peças foram devolvidas. Quando nos anos 80 do séc. XX o IPPC assumiu a reorganização do museu e posteriormente Rómulo de Carvalho foi nomeado Diretor, o acervo etnográfico contava 723 peças<sup>1104</sup>.

Outro desfalque no museu da Academia adveio da venda em hasta pública em 1860, do grosso da Pinacoteca do museu, por vontade de D. Fernando II, na altura interessado em instalar a Galeria Nacional de Pintura no Convento de S. Francisco da Cidade, permitindo a acomodação da Comissão Geológica e das suas dependências no 2.º andar do edifício. A transferência do Museu Etnológico Português para o Mosteiro dos Jerónimos em 1903 deu azo à transferência de alguns espécimes arqueológicos pertencentes à velha agremiação. No domínio da Etnografia Colonial, a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa comprometeu seriamente o enriquecimento das coleções dessa secção.

### **Na República**

A criação de uma academia paralela pelos correligionários da República, – Teófilo Braga, António Cabreira, entre outros –, designada Academia das Ciências de Portugal, fundada em 16 de abril de 1907, estatuída oficialmente por decreto de 26 de outubro de 1910<sup>1105</sup>, e já extinta, contribuiu de certo modo para que durante o novo regime muito pouca atenção e proteção tenham sido dispensadas à velha Academia, que acabou por perder a sua tipografia e respetivos funcionários para a Casa da Moeda, e por manter-se inerte quanto às suas mais variadas instalações e às coleções do seu museu. Segundo o atual Diretor do Museu – Miguel Telles Antunes – durante a República «*nada [lhe] consta de positivo quanto ao Museu*»<sup>1106</sup>.

---

<sup>1104</sup> Cf. CARVALHO, Rómulo de, *O material etnográfico do Museu Maynense da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa, 2000, pp. 42-46.

<sup>1105</sup> Cf. DG, I Série, n.º 19, de 27 de outubro de 1910, p. 186, disponível no sítio de internet do *Diário da República* em <http://dre.pt/pdf1sdip/1910/10/01900/01860186.pdf>. (consulta efetuada em 12 de dezembro de 2013).

<sup>1106</sup> Cf. Correio eletrónico de Miguel Telles Antunes, Diretor do Museu, recebido da Academia de Ciências de Lisboa, em 28 de janeiro de 2011, em resposta a uma solicitação para consulta de documentação: «*Há muito pouca documentação conhecida acerca do Museu da Academia, cuja história é complexa. Procuramos novos dados, em particular no âmbito de um Projecto de Investigação com sede na Academia, o que naturalmente privilegiamos. Itens não publicados estão reservados. Entretanto, poderá consultar a Biblioteca. § Quanto à 1ª República, os dados são muito escassos, para além de se*



Em plena República, José Leite de Vasconcelos exerceu o cargo de Conservador do museu da ACL (5 de dezembro de 1913 a 18 de julho de 1933), mas parece não lhe ter reservado parte das estupendas energias que devotou ao ‘seu’ outro museu.

Apesar de várias tentativas para se transferirem as restantes coleções do museu da Academia para outros museus da capital – recordemos a tentativa gorada de Lambertini transferir para o depósito instrumental das Necessidades os instrumentos musicais, ou a transferência para o MNAA dos objetos artísticos mais valiosos –, aquela conseguiu fazer valer os seus direitos e evitar a completa depredação do resto das suas coleções, mas não lhes dispensou o tratamento devido. Falar de um museu da Academia na primeira metade do séc. XX era um eufemismo para um armazém de velharias. Era este o estado do *Museu e Gabinete de Medalhas e Pinturas* e do *Instituto Maynense* apesar do Decreto Sidonista n.º 3887 de 28 de fevereiro de 1918 ter tentado desagrar a instituição elevando a sua dotação anual ao valor de 6000\$00 para as despesas com o expediente, publicações académicas e com o Museu Maynense, com argumentos prévios que deixavam perceber o quanto os governos anteriores tinham desprezado a instituição<sup>1107</sup>, corroborando as palavras de Miguel Telles Antunes.

Quanto à Aula Maynense, ela funcionou entre 1836-37 e 1849-1919. Por se verificar que já não estava a par das exigências das novas profissões, passou a ter novo programa no ano escolar de 1849-1850, estendido às ciências Físicas, Químicas e Geográficas. Esta aula reformada funcionou até 1918-1919. Com o seu encerramento ficou um gabinete de Física que daria azo à criação do Novo Museu Maynense. Constituído por mais de duas centenas de instrumentos de Física, cerca de uma dezena do tempo do primitivo gabinete da Academia, caberia a Rómulo de Carvalho, nomeado

---

*saber que o Museu foi dirigido por Leite de Vasconcellos; escrevi um artigo a esse respeito, inserto no volume de homenagem respectivo. Mas nada consta quanto a aquisições ou outras actividades. Figura eminente, Leite de Vasconcellos não parece, contudo, ter-se interessado muito por este Museu. § Por outro lado, pode reconhecer-se sem sombra de dúvida que a 1ª República foi o período mais negro de sempre no que concerne à Academia, pelo que sofreu com a execrável perseguição movida por Teófilo Braga - cuja origem remota é o despeito doentio porque não foi reeleito Vice-Presidente devido a prepotências inqualificáveis (o V. Presidente era, durante a Monarquia, quem efectivamente desempenhava as funções, pois o Presidente era o Rei ou alguém da Casa Real). Logo nos primeiros tempos do Governo Provisório, destruiu a Tipografia, que tão relevantes serviços vinha a prestar, cortou verbas, dificultou pagamentos, e tentou esvaziar a Instituição privilegiando a por ele animada "Academia das Ciências de Portugal", que pressurosamente "pendurou" no orçamento do Ministério da Instrução. Esta Academia paralela, a que Braga presidia, tinha por Vice-Presidente um indivíduo que se fazia passar por grande matemático, e que teria resolvido "a quadratura do círculo" e a "circulatura do quadrado". Porém, a aldrabice não passava, mormente no estrangeiro. A dita extinguiu-se alguns anos depois. Nada me consta de positivo quanto ao Museu, no período em causa».*

<sup>1107</sup> Cf. DG n.º 46 de 6 de março de 1918, pp. 157 e 158, <https://dre.pt/application/file/405229>.

Diretor do museu da ACL a partir de 11 de maio de 1989, a organização desta secção do museu.

O Decreto n.º 4480 de 27 de junho de 1918 publicou os novos Estatutos e Regulamento da ACL. Naquele diploma, as referências ao museu, além de esparsas, limitam-se a referir a existência de um Diretor (art. 16.º dos Estatutos), a sua eleição em sessão conjunta da Academia, por um período de 5 anos (art. 20.º), a inclusão do museu como um dos bens da Academia (art. 31.º). No regulamento, as referências ao museu circunscrevem-se à necessidade de manter as coleções e estabelecimentos, a fim de prosseguir os seus objetivos científicos (art. 1.º, alínea f), e a uma vaga referência às competências do Diretor do museu: a superintendência em tudo o que àquele respeitasse (art. 49.º)<sup>1108</sup>.

Mais do que de dinamização e crescimento do museu, a 1.ª República e o Estado Novo limitaram-se a mantê-lo de forma muito precária.

---

<sup>1108</sup> Cf. Decreto n.º 4480 de 24 de junho de 1918, in *DG*, I Série, n.º 141, de 27 de junho de 1918, disponível em formato digital em <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/06/14100/10011007.pdf>, sítio de internet do *Diário da República* (consulta efetuada em 11 de dezembro de 2013).

## 6. MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO

«O Museu Arqueológico constitui um valioso, embora pouco abundante repositório, em que figuram túmulos, estátuas, brasões, inscrições romanas e hebraicas, lápides sepulcrais, exemplares cerâmicos e numismáticos e outros espécimes de grande raridade»<sup>1109</sup>.

### Antecedentes

Em 22 de novembro de 1863 nasceu em Lisboa a Associação dos Arquitetos Civis Portugueses, reconhecida por D. Luís que a tornou Real em 29 de janeiro de 1864 (RAACP). Foi pioneira em Portugal no domínio da salvaguarda e defesa do património histórico e artístico, sendo presidida nos primeiros anos por Joaquim Possidónio Narciso da Silva, arquiteto da Casa Real. A sua criação foi determinante para se resgatarem da sua condição de montureira as velhas ruínas da igreja do Convento de Santa Maria do Carmo, cedidas por Portaria de julho de 1864 para sede da agremiação, que aí se instalou em 1865, ao mesmo tempo que iniciava a recolha do património integrado e outros elementos arquitetónicos em abandono na área de Lisboa, do seu termo e de outras regiões do país. Em 1866 já se falava de uma «coleção pública de “Objectos Arqueológicos”»<sup>1110</sup> a aguardar que o Estado a tomasse a seu cargo e a instalasse em edifício com as condições adequadas à sua salvaguarda e conservação<sup>1111</sup>. Com o passar do tempo, a falta de apoio e de verbas, aquela esperança desvaneceu-se e optou-se por adaptar as ruínas para efeitos museológicos<sup>1112</sup>. Partindo da premissa inicial de que um museu devia ser como um livro para o estudo da História da Arte, Possidónio Narciso da Silva considerava o valor pedagógico do Museu Arqueológico do Carmo como o epicentro de uma rede complementada com museus locais e regionais que contribuíssem para, ao mesmo tempo que conservavam os vestígios do passado, os colocassem num discurso lógico que desse a conhecer aos portugueses a história do seu país. Por outro lado, uma razão de carácter político e ideológico se impunha: o reforço da identidade nacional face ao Iberismo defendido por algumas facções da sociedade.

<sup>1109</sup> Cf. MATOS SEQUEIRA e NOGUEIRA DE BRITO, «O Museu Arqueológico», in PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal: Generalidades: Lisboa e Arredores, Ob. Cit.*, p. 234.

<sup>1110</sup> Cf. RODRIGUES, M. Conceição, «O Museu Arqueológico do Carmo: Primeiro museu arqueológico de Lisboa», in *Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2000. vol. 52, p. 15.

<sup>1111</sup> Por ocasião da Exposição Universal de Viena de Áustria de 1873, Possidónio Narciso da Silva apresentou o *Projet pour un Musée des Beaux-Arts et d'Antiquités pour la Ville de Lisbonne*, o que comprova o carácter provisório atribuído ao Museu Arqueológico do Carmo. Cf. MARTINS, Ana Cristina, «Museu Arqueológico do Carmo: A Celebração da Memória», in ARNAUD, José Morais, FERNANDES, Carla Varela e MESQUITA, Vitória, *Construindo a Memória: As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2005, p. 67.

<sup>1112</sup> Cf. MARTINS, Ana Cristina N., «O Museu Arqueológico do Carmo: O elogio da memória», in ARNAUD, José Morais e FERNANDES, Carla Varela, *Roteiro da exposição permanente: Museu Arqueológico do Carmo*, AAP, Lisboa, 2002, pp. 23 e 24.



Fig. 62 – Ruínas da Igreja do Convento do Carmo.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, sipa.foto.00506516. Fotografia da autoria de Domingos Alvão.

O Alvará régio de 14 de novembro de 1872 alargou as competências da instituição, que passou a designar-se Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses<sup>1113</sup> (RAACAP), continuando uma ação meritória de recolha de objetos em risco na valorizada igreja, que em 1881 integrava uma lista de monumentos que se intencionava elevar à categoria de Monumento Nacional. Aquele ano de 1872 coincidiu com a participação de Possidónio Narciso da Silva no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, da qual resultou um alargamento das coleções do museu a outros domínios científicos, pautado pela entrada de vestígios humanos anteriores à Romanização do território português e também de artefactos de culturas e geografias extra-europeias. Por volta de 1878 os castelhanos Francisco e Hermenegildo de los Rios na sua obra *Portugal – Impresiones para servir de guia al viajero*, referiam-se positivamente a um museu dividido em 11 secções: Arqueologia Pré-Histórica; Fósseis; Arqueologia Histórica; Sigilografia; Instrumentos Musicais; Ourivesaria; Retratos de Personagens Ilustres; Escultura antiga e moderna; Antiguidades de mármore e metais; Modelos de Arquitectura, Azulejos e amostras de

<sup>1113</sup> Em 1909 passa a designar-se Real Associação dos Arqueólogos Portugueses e transitaria para a República sem o adjetivo «Real».

materiais de construção; Antiguidades em pedra<sup>1114</sup>. Como únicos pontos fracos sobressaíam a diminuta área coberta para acondicionar as coleções e a falta de critério na seleção dos bens em exposição. Como pontos fortes, as coleções já reunidas, o seu crescimento e a existência de um catálogo, desde 1876<sup>1115</sup>.

A RAACAP alertou ativamente para a necessidade de se desenvolver uma estratégia conducente à preservação do património. Entre as medidas de sensibilização destaca-se uma circular que elaborou em 28 de novembro de 1897, dirigida a várias instituições nacionais de defesa do património, para que enviassem notícias que pudessem servir para se constituir uma representação aos poderes políticos alertando para a negligência e outros riscos que ameaçavam o património, e simultaneamente se preparar um inventário como base para futuros projetos de conservação<sup>1116</sup>.

Em 1898, sendo Presidente o Conde de S. Januário, foi proposta ao Governo a criação de um espaço museológico que recuperasse a memória histórica de Lisboa. Para o efeito, transformou-se a cabeceira da igreja (ábside e absidíolos) em diferentes salas de exposição e biblioteca, prevendo-se facilitar aos visitantes o acesso ao terraço colocado por cima da ábside, como atrativo turístico. Ao longo das paredes das naves, das capelas e no transepto também se dispuseram artefactos. Programa museológico propriamente dito, parece não ter havido, segundo opinião de M. Conceição Rodrigues (2000), tratava-se de um meio de salvaguarda e defesa do património, sem perspetivas evolutivas, mas de comparação e documentação do passado histórico, já que incluía não só antiguidades nacionais mas também provenientes de vários países europeus, e ainda da África e América.

Ao longo do tempo, o Museu Arqueológico do Carmo foi perdendo a supremacia de que gozou nos primeiros anos de vida. Se, à altura da sua criação, era caso quase único na busca de monumentos em risco de perda definitiva, com o início do último quartel do século XIX começaram a surgir iniciativas museológicas do género, contrariando a centralização vigente.

---

<sup>1114</sup> Tradução nossa a partir da transcrição do castelhano. Cf. CASTELO-BRANCO, «Subsídios para a História do Museu da Associação dos Arqueólogos», in *Arqueologia e História*, AAP, Lisboa, 1993, Série X, volume III, número comemorativo do 125.º aniversário, p. 168.

<sup>1115</sup> Em 1891 foi editado o segundo catálogo. A RAACAP teve, desde muito cedo, um órgão de comunicação, intitulado, *Boletim de Architectura e Archeologia*, editado a partir de 1874. Em 1922 surgiu com outro título: *Arqueologia e História*.

<sup>1116</sup> Cf. «Boletim» da SMS, *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmiento, Abril a Junho de 1898 (2), n.º 15, pp. 73 e 74.

## Na República

A última grande alteração efetuada na exposição do museu deu-se na década de 90 do séc. XIX, resultante de uma última e gorada tentativa de obter os apoios financeiros necessários para levar avante a construção de uma cobertura de ferro e vidro sobre as três naves da igreja, e pôr termo aos constrangimentos espaciais que comprometiam o crescimento das coleções e a sua conservação em espaço aceitável. Em 1916, o assunto da cobertura voltou, em vão, à baila, com nova solicitação de financiamento à Direção Geral das Obras Públicas e Minas, para instalar uma cobertura na nave sul, por modo a serem salvaguardados das chuvas os principais túmulos. Goradas as intenções, a Direção transferiu para as áreas cobertas os três túmulos, simbólica, estética e historicamente mais importantes: do rei D. Fernando I, de sua mãe D. Constança e de D. Fernão Sanches.

Durante a 1.<sup>a</sup> República, o dinamismo do Museu Arqueológico do Carmo pautou-se pela elaboração de um novo inventário e pela re-disposição da secção Romana e Lusitano-romana, a par de uma maior seleção dos objetos em exposição, relegando para as reservas os de menor valor. Por outro lado, passou a haver maior preocupação com a descodificação dos conteúdos, mediante a colocação de verbetes e outros elementos gráficos, como mapas, junto dos vários expositores, a par da organização de sessões públicas de esclarecimento sobre a feitura de objetos arqueológicos, visitas guiadas, conferências e cursos como o de Arqueologia Pré-Histórica que se realizou em meados da década de 20. Por volta de 1917, o Conservador Júlio Nunes de Freitas dedicou-se a organizar a coleção de moedas, notas, cédulas e medalhas, enquanto Joaquim Fontes e José Maria Cordeiro de Sousa reformularam a exposição da secção Pré-Histórica.

### **a. Exposições e Coleções**

A organização de exposições temporárias com a missão de divulgar artistas plásticos ou sensibilizar para a conservação e manutenção de atividades seculares foi outro aspeto de relevo na história da instituição. Em março-abril de 1917 esteve patente uma exposição de tapetes de Arraiolos, organizada por José e Sebastião Pessanha, José Queiroz e Alberto de Sousa, apostados em suscitar «*o rejuvenescimento da linda industria alemtejana*»<sup>1117</sup>. Expostos, estiveram 80 exemplares.

---

<sup>1117</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 9 de abril de 1917, II Série, n.º 581, p. 294.

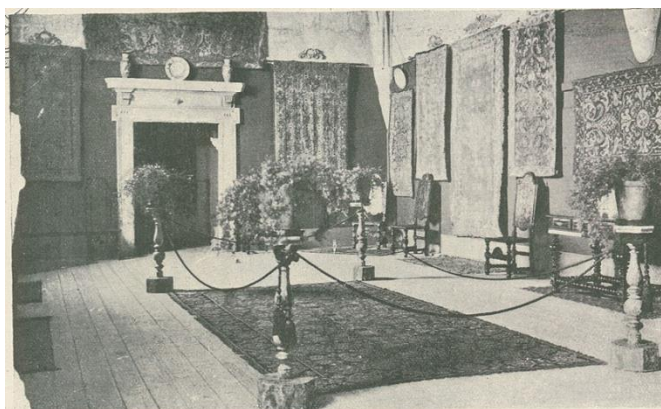
Em novembro de 1918 teve lugar uma exposição de 32 aquarelas representando excertos de monumentos antigos alentejanos, da autoria de Alberto de Sousa<sup>1118</sup>.

Em 1924, durante a semana de Camões, realizou-se uma exposição evocativa do poeta e em julho uma exposição de cerâmica antiga da Fábrica Constância Lda., patenteando-se o museu gratuitamente ao público.

No que às coleções diz respeito, não houve entradas significativas no período em estudo, como nos faz crer José Morais Arnaud, no seu preâmbulo ao roteiro editado em 2002: «*se exceptuarmos a continuação da entrada anual de materiais provenientes das escavações arqueológicas realizadas entre 1936 e 1966 no “Castro” de Vila Nova de S. Pedro [...], a maior parte do acervo dera entrada ainda no século XIX*»<sup>1119</sup>. Contudo, atentando aos relatórios da gerência divulgados no órgão da AAP, intitulado *Arqueologia e Historia*, publicado a partir de 1922, conseguimos detetar algum movimento<sup>1120</sup>.

Fig. 63 – Aspeto da exposição de tapetes de Arraiolos, realizada em 1917.

*Ilustração Portuguesa*, 9/4/1917, n.º 581.



Uma das facetas mais interessantes deste período foi a criação de uma Secção de Arqueologia Lisbonense, constituída formalmente na noite de 27 de dezembro de 1912. Desta iniciativa terá partido a ideia de D. José Pessanha para se comemorar o 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses com uma exposição alusiva a Lisboa antiga, cujo programa foi aprovado em 18 de junho de 1913. O evento designou-se como Exposição Olissiponiana<sup>1121</sup> e em 28 de novembro deram-lhe o nome

<sup>1118</sup> Cf. *Idem*, Lisboa, 25 de novembro de 1918, II Série, n.º 666, p. 428. Ao que parece, todos os anos se realizava, na sala principal do MAC, uma exposição de Alberto Sousa. Cf. *Arqueologia e História*, A.A.P., Lisboa, 1928, vol. V, p. 210.

<sup>1119</sup> Cf. ARNAUD, José Morais e FERNANDES, Carla Varela, *Roteiro da exposição permanente: Museu Arqueológico do Carmo*, AAP, Lisboa, 2002, p. 7.

<sup>1120</sup> Veja-se, a título de exemplo, no Doc. 59 em Apêndice Documental, um quadro relativo às entradas entre 1921 e 1924.

<sup>1121</sup> A exposição foi dividida nos seguintes grupos: «*Grupo 1.º § Cerâmica – produtos das antigas olarias de Lisboa e seu termo. § Grupo 2.º Plantas, perspectivas e vistas panorâmicas de Lisboa, anteriores à transformação da cidade (1880). § Grupo 3.º Bibliografia Lisbonense: a) Monografias e panegíricos; b) Roteiros; c) Folhinhas e calendários; d) ... mapas divisionários das paróquias; e) Crónicas e memórias*

definitivo: Exposição Olissiponense. Inaugurou em 24 de março de 1914<sup>1122</sup>, comemorando os 50 anos da Associação que se cumpriram no dia 23 de novembro de 1913. O certame, que contou na inauguração com a presença do Presidente da República Manuel de Arriaga, foi da especial responsabilidade do Presidente da AAP, José Queiroz, e do secretário Gustavo Matos Sequeira<sup>1123</sup>. Revivendo a Lisboa moderna e contemporânea, a mostra apresentou uma multiplicidade de objetos, repartidos por 4 salas, com uma clara intenção de valorização patriótica.

A primeira secção, instalada na Biblioteca, continha uma mostra bibliográfica e iconográfica sobre Lisboa, composta de manuscritos, desenhos, gravuras, estampas, aguarelas, registos de santos, calendários, monografias, guias, roteiros e livros.

---

*acerca dos edifícios civis e religiosos da cidade. § Grupo 4.º (vária) Documentos diversos que interessam à etnografia da cidade. Cf. CASTELO-BRANCO, «Subsídios para a História do Museu da Associação dos Arqueólogos», Art. Cit., p. 173.*

<sup>1122</sup> Cf. CHRISTINO, Ribeiro, «Exposição Olissiponense» in *Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Caetano Alberto da Silva, Lisboa, 10 de abril de 1914, XXXVII volume, n.º 1270, pp. 113 e 114. Ver também *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 23 de março de 1914, n.º 422, 2.ª Série, pp. 374 a 377.

<sup>1123</sup> Gustavo de Matos Sequeira (n. e m. Lisboa, 9/12/1880 – 21/8/1962) foi um poeta, escritor, dramaturgo, jornalista e historiador português. Estudou no Colégio Militar e fez cadeiras da Escola Politécnica, do Instituto Industrial e do Curso Superior de Letras. Foi comissário interino do Teatro Nacional entre 1915 e 1919, em substituição do Dr. Augusto de Castro. Foi nomeado comissário efetivo a partir de 18 de junho de 1919, mas pediu a demissão. Em 1915 foi chefe do Gabinete do Ministro das Finanças, Eng. Herculano Galhardo. Dois anos depois foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa, voltando a ser eleito em 1919, embora nunca tenha exercido o cargo. Em 1931 fez parte da Comissão de Propaganda da Aliança Republicana-Socialista. Em 19 de outubro de 1926 foi nomeado outra vez Comissário do Governo junto do Teatro Nacional, cargo que exerceu até 1936. Fez parte das comissões de reforma daquele teatro de 1919 e 1922 e da sub-comissão redatora, com Júlio Dantas, Vasco Borges e Santos Tavares. Em 1931 foi um dos organizadores do Congresso da Crítica. Redator em diversos jornais (*Mundo, A Manhã, Diário da Tarde, Século, Diário Popular, Dia*) e revistas (*Ocidente, Ilustração Portuguesa, Terra Portuguesa, Atlântida, Domingo Ilustrado, Panorama*, etc.). Organizou ou colaborou na organização de diversas exposições: Exposição Olissiponense no Museu do Carmo (1914); «Stand» do *Século* na Feira de Amostras do Estoril (1927); Exposição das Mulheres Portuguesas, no Século (1933); Exposição Biblio-iconográfica de Lisboa (1935); Exposição dos Artistas de Coimbra, no Século (1937); Exposição do Mundo Português (1940); Exposição dos Barristas, no MNAA (1938); Exposição do Terremoto de 1755, no Parque Eduardo VII (1935); Exposição do Centenário da Imprensa (1941); Exposição dos Retratos do Século XVII, no Palácio da Independência (1943). Em 1926 organizou com Leitão de Barros e Alberto Sousa o Mercado do Século XVII, no Largo de S. Domingos; em 1927 as Festas da Cúria; em 1935 a reconstituição da Lisboa Antiga, na cerca das Francesinhas; em 1934, o Cortejo Histórico Colonial do Porto; a Casa de Santo António e o Bairro Comercial e Industrial, na Exposição do Mundo Português; em 1943, com Leitão de Barros e Mimon Anahory a 1.ª Feira Popular de Lisboa, constando da reconstituição de uma feira antiga, no Parque da Palhavã. Como Delegado da ANBA dirigiu a Missão Estética de Férias em Santarém (1943). Foi um Conferencista notável, com assuntos diversificados, realizou mais de 100 conferências, além de palestras e anfitrião em excursões da Academia de Estudos Livres, da AAP e do Grupo dos Amigos de Lisboa. Na AAP deu variadas conferências: O Luxo Proibido (1919); A Transformação do Rossio (1922); As Freiras Francesinhas (1922); A Rua Nova dos Ferros (1923); Iconografia de Lisboa (1926), etc. Autor de muitas publicações, entre elas: *Guia Turístico de Lisboa* (1926); *Excursões ao Termo de Lisboa* (1916); *Catálogo da Exposição Olissiponense* (1914); *Catálogo da Exposição Ameal*, com Alberto de Sousa (1921). Cf. *GEPEB*, Lisboa / Rio de Janeiro, s.d., volume XVI, pp. 610-612.



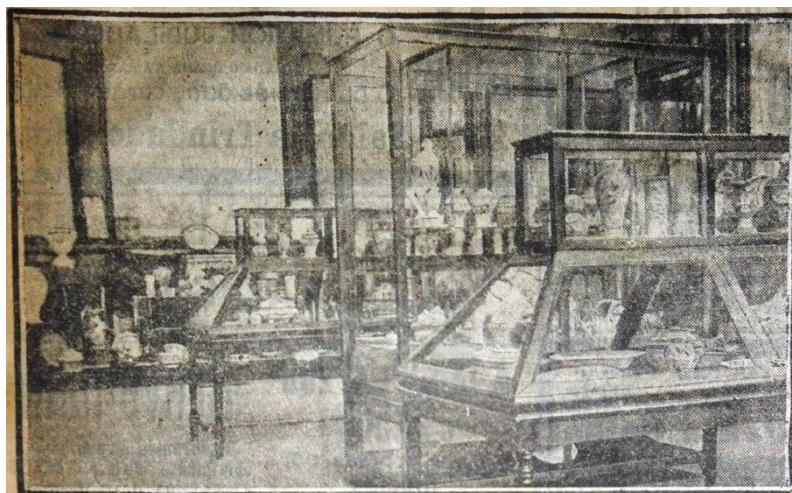


Fig. 64 – Capa do catálogo da Exposição Olyssiponense, da autoria de Alberto Sousa.

*Diário de Notícias*, 24/3/1914.

Na sala maior, correspondente à capela-mor, encontrava-se a secção de cerâmica, disposta por José Queiroz em vitrinas centrais e laterais, com pratos, ânforas, terrinas, estatuetas, etc., destacando-se as peças da fábrica do Rato. Existiam também alguns retábulos do Convento de Chelas, alternando com painéis de azulejos. Na terceira sala expunham-se plantas e vistas de Lisboa, bem como representações de usos e costumes antigos, estampas, gravuras e desenhos. Na última sala abordava-se a evolução de Lisboa desde o séc. XVI a meados do séc. XIX, apresentada em diversos suportes, como plantas, desenhos, estampas, gravuras, pinturas, medalhas, e toda uma variedade de curiosidades, como bilhetes postais, calendários, repertórios, bilhetes de transportes públicos, trabalhos em miniatura de monumentos e figuras de presépio, da autoria de Machado de Castro, jóias de Bartolomeu da Costa, missais, imagens de santos oragos de Lisboa, cautelas de lotaria, prospetos, reclamos, convites para várias festividades, etc. Em suma, uma exposição sobre a história, a vida económica, social, religiosa, artística e mundana da capital, que avivou o desejo de alguns para ser o prólogo do Museu da Cidade de Lisboa, de que falaremos.

Fig. 65 – Aspeto da Secção de Cerâmica, da Exposição Olissiponense.  
*Diário de Notícias*, 24/3/1914.



Em 1924, o museu não dispunha de catálogo. Encontrava-se aberto de terça a domingo entre as 11 e as 17:30, com entradas pagas, excepto para crianças com idade igual ou inferior a 10 anos.

## 7. A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA E A MUSEOLOGIA COLONIAL

«esta sala, que se chama “de Portugal”, é um museu da nossa historia colonial, mas é tambem prova incontestavel de que essa historia continúa»<sup>1124</sup>.

### Antecedentes

Num contexto de agitação europeia pela posse de territórios africanos, em que prevalecia o princípio da ocupação efetiva das colónias em detrimento dos interesses portugueses, foi criada em 1875 a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Esta agremiação, à qual pertenceram importantes figuras do Estado Português, teve os seus primeiros Estatutos aprovados por Alvará do Governo Civil de Lisboa, de 29 de janeiro de 1876. Entre outros objetivos, pretendia estudar e explorar cientificamente os territórios coloniais portugueses, com vista à sua efetiva ocupação e rentabilização<sup>1125</sup>. A ideia de criação de um museu foi quase contemporânea da criação da SGL, embora já existisse em Portugal um museu da especialidade. O DFL de 29 de dezembro de 1868<sup>1126</sup>, promulgado para reorganizar a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, propôs a formação de um «*Muzeu com coleções e exposição de produtos coloniais*». Esse museu só viria a surgir no Arsenal da Marinha em 15 de maio de 1870, com a designação de Museu Colonial de Lisboa. Em 1877, tendo-se formado a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização de África, conhecida como Comissão Africana, foi dado o mote à SGL para promover uma subscrição nacional

---

<sup>1124</sup> Cf. «Sessão oferecida pela Sociedade de Geographia de Lisboa aos representantes da imprensa inglesa em a noite de 22 de fevereiro de 1913», in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 31.<sup>a</sup> Série, fev. – mar., 1913, n.<sup>os</sup> 2-3, pp. 91 e 92: «*Aqui se vêem os restos venerados de alguns desses padrões com que os primeiros navegadores portugueses balisaram as novas terras por eles descobertas, desde o Bojador até á China e ao Japão; aqui se vêem os originais ou as copias dos mais antigos portulanos e mapas, onde a cartographia desses tempos ia desenhando o contorno das costas até então ignoradas e o curso dos rios, até então misteriosos, da Africa incógnita; aqui se vê a representação da primeira entrevista entre Vasco da Gama e o Samorim de Calecuti; aqui se vê a trave esculpida do palacio dos vice-reis de Gôa Dourada; aqui se vê, emfim, o tumulo que por largos anos abrigou os restos de Affonso de Albuquerque, o excelso governador, cujo sistema para dominar a India foi depois adoptado pelos Clive e pelos Hastings. § Mas tambem aqui se vêem as bandeiras das expedições que nos nossos dias percorreram o interior de África, provando que a acção colonisadora de Portugal não acabou ainda; aqui se vêem os produtos da exploração agricola e mineira que cada dia Portugal está continuando com a maior intensidade nessas vastas regiões, que o descobrimento, a posse directa e os Tratados – os Tratados – lhe asseguram, regiões tão vastas que ainda hoje dão a Portugal o quarto lugar entre as potencias coloniais da Europa; aqui se vêem as provas cabais e iniludíveis dos esforços que Portugal emprega, em vidas, capitais e em applicação intelectual, para manter essa herança dos seus antepassados e faze-la progredir e fortificar».*

<sup>1125</sup> Cf. *Sociedade de Geographia de Lisboa, Estatutos e Regulamentos*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1888, p. 3.

<sup>1126</sup> Um decreto muito idêntico foi promulgado com a data de 1 de dezembro de 1869. O «Regulamento do Muzeu Colonial e das Exposições e Concurso de produtos ultramarinos» foi aprovado com o Decreto de 26 de janeiro de 1871. Segundo esse texto, o museu dividia-se nas secções de História Natural, Agricultura, Florestas, Matérias Extrativas, Artefactos, Objetos Raros e Curiosos, Produtos Estrangeiros. Cf. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/46/75/p115> (consulta efetuada em 10 de janeiro de 2013).

para recolha de «*livros, documentos e comunicações para a sua Biblioteca e Arquivo, aproveitando para solicitar ainda a recolha e envio de “objectos interessantes” para enriquecimento do museu*»<sup>1127</sup>. Paralelamente, constituía-se um fundo africano através de uma subscrição nacional, apostado em desenvolver estações civilizadoras, mas com sucesso mínimo. O interesse pelas colónias e a necessidade de as propagandear junto das outras nações coincidiu com a realização da Exposição de Amesterdão em 1883, encarada pela SGL como uma excelente ocasião para divulgar o Império Colonial Português, motivando o envio de uma circular para as entidades governamentais das colónias, solicitando-lhe o envio de remessas de produtos naturais que permitissem a Portugal fazer representar o seu império no certame internacional. Depois da mostra os produtos reverteram para a Sociedade, começando-se a delinear o seu museu, aberto ao público pela primeira vez em 1884, na sede localizada na Travessa da Parreirinha<sup>1128</sup>. Um ano depois começou a desenhar-se a ambição de lhe aglutinar o Museu Colonial de Lisboa, pela necessidade que havia de se criar um museu comercial e colonial com todas as dependências de um verdadeiro museu, com espaços expositivos, de estudo e de conferências. Pensou-se em construir um edifício de raiz que não se conseguiu levar a efeito.

Entretanto, verificava-se que o Museu Colonial de Lisboa não surtira os efeitos desejados e reconhecia-se a necessidade de divulgar as colónias portuguesas nos seus aspetos étnicos, naturais e económicos, e de auscultar as suas potencialidades industriais, comerciais e agrícolas, em suma, estabelecer uma eficaz propaganda colonial e procurar meios de estabelecer a colonização efetiva do território. Para o efeito, promulgou-se o Decreto de 10 de março de 1892, confiando o Museu Colonial à SGL, para que constituísse um Museu Colonial e Etnográfico, onde fossem reunidos todos os elementos de estudo, disponibilizando-os aos investigadores e aos homens de negócios<sup>1129</sup>. Esta fusão revelar-se-ia uma baliza inicial para um avolumar das

---

<sup>1127</sup> Cf. CANTINHO, Manuela, «O Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa nos finais do século XIX», in BARROS, Luís Aires de (Coord.), *Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Col. Tesouros e Arquivos das Bibliotecas Portuguesas, S.G.L. / Edições INAPA, Lisboa, 2001, p. 88.

<sup>1128</sup> O n.º 5 da Travessa da Parreirinha foi a segunda sede da SGL, entre 1883 e 1891. A primeira foi um 2.º andar no n.º 89 da Rua do Alecrim. A terceira (1891-1897) foi o n.º 5 da Rua das Chagas. A quarta e atual sede localiza-se na Rua das Portas de Santo Antão, anexa ao Coliseu dos Recreios. Cf. CANTINHO, Manuela, «O Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa nos finais do século XIX», in BARROS, Luís Aires de (Coord.), *Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Col. Tesouros e Arquivos das Bibliotecas Portuguesas, SGL / Edições INAPA, Lisboa, 2001, pp. 88-98.

<sup>1129</sup> Cf. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/79/126/p85> (consulta efetuada em 10 de janeiro de 2013).

incorporações, obrigando ao aluguer de um armazém onde se pudesse colocar parte do acervo.

Aproximando-se as Comemorações do Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, constituiu-se uma comissão organizadora, reunindo grande número de membros da SGL. Sendo necessária uma sede para a Comissão Executiva das Comemorações dos Descobrimentos, a SGL conseguiu acordar com a primeira e com o Governo uma cláusula que lhe permitiria ser a locatária seguinte do espaço no Coliseu dos Recreios, alugado por escritura pública de 11 de julho de 1896<sup>1130</sup> e ratificada em janeiro de 1897 pela SGL, que imediatamente começou a programar a reinstalação da sua sede social e do museu, ficando responsável pelo projeto de adaptação do edifício e da exposição o arquiteto municipal José Luís Monteiro, em estreita colaboração com Luciano Cordeiro, da Direção da SGL.

Passados dois anos e meio estava concluída toda a instalação, resultante de uma atenção constante à poupança, que acabou por se refletir no Salão Portugal, que era em simultâneo o principal espaço do museu e um espaço de conferências, congressos e espetáculos, com uma cobertura em ferro e vidro, utilizados também na construção das galerias e da biblioteca. A inauguração deu-se com grande pompa em 8 de julho de 1897. A disposição adotada para as coleções não obteve grandes variações no período subsequente, sendo a 1.ª República um período de manutenção do *status quo* da realidade existente. O pavimento geral do Salão Portugal e as galerias com as paredes forradas de vitrinas foram escolhidos para expor os produtos coloniais naturais e etnográficos, o que comprova a valorização desse acervo.

Em 18 de janeiro de 1906 foi criada na SGL uma Escola Colonial para dar formação aos que estivessem interessados em fazer vida nos territórios ultramarinos portugueses. No contexto deste estabelecimento de ensino nasceu uma nova secção do Museu Etnográfico e Colonial, designada Museu Comercial, com funcionamento regulamentado por Portaria de 21 de dezembro de 1906<sup>1131</sup>.

### **Na República**

A 1.ª República coincidiu com a ampliação entre nós da noção de Colonialismo Científico, considerada a única forma de conseguir conhecer as potencialidades económicas dos territórios coloniais, preparando o seu desenvolvimento sustentável. Em

---

<sup>1130</sup> Neste ano foi aprovado o Regulamento Geral do Museu.

<sup>1131</sup> Cf. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/91/135/p801>.

1911, a SGL começou a chamar a atenção das autoridades para a dificuldade de manter uma imagem colonial segura face às ameaças estrangeiras se não se investisse nos territórios ultramarinos, dos pontos de vista demográfico e económico. A própria Sociedade ganhou consciência do seu papel nesse processo, encetando uma nova atitude e deixando de ser um órgão meramente consultivo para passar a fazer uma propaganda das colónias, através da imprensa, de estudos coloniais, da organização de conferências e da renovação do acervo museológico de produtos das possessões ultramarinas. Com este espírito, após a I Guerra Mundial, a SGL protagonizou algumas ações de importância: em 1918 foi criada a Comissão de Estudo e Propaganda de Moçambique e em 1925 uma idêntica, respetiva aos territórios angolanos; nesse mesmo ano foram realizadas várias conferências, integradas numa Semana das Colónias; o II Congresso Colonial Nacional entre 6 e 10 de maio de 1924. Estas iniciativas visaram principalmente encontrar forma de sanear a administração colonial portuguesa e impor os seus créditos junto das potências rivais, nomeadamente a Alemanha e a Itália.

As duas primeiras décadas do séc. XX vieram confirmar a fraca propensão do museu da SGL para a aquisição onerosa de novos acervos, resultando sobretudo de oferta e doação por parte de sócios ou entidades oficiais, e por isso reflexo dos critérios dos beneméritos, que entregavam os bens com muito escassa informação, ou mesmo sem nenhuma.

No que toca às coleções e às exposições, esta tentativa de dinamismo colonial começou a dar os seus frutos logo em 1911, quando se resolveu pedir aos Governadores das Colónias o envio de novos exemplares para substituírem os degradados. Deram entrada novos e variados produtos para a secção comercial do museu, o que deu azo à organização de novas exposições<sup>1132</sup>.

Em 1912 inaugurou na Sala Portugal uma exposição de cereais, gomas, resinas e borracha das colónias portuguesas, com catálogo.

A organização de exposições temporárias de pendor histórico ou económico foi uma prática frequente na SGL. A recém-nascida República assistiu a uma exposição sobre bandeiras históricas patente entre 27 de novembro e 11 de dezembro de 1910 na Sala Portugal, aumentada com o projeto de bandeira nacional do Dr. Guerra Junqueiro a partir de 1 de dezembro. No dia 10 de junho de 1911 inaugurou uma Exposição Camoniana com os objetos das Comemorações do Tricentenário do poeta e os seus

---

<sup>1132</sup> Cf. Sociedade de Geographia de Lisboa, *Boletim Comemorativo do V Centenario da Tomada de Ceuta*, Tipografia Universal, Lisboa, 1915, p. 131.

livros existentes na biblioteca da SGL. Em 10 de junho de 1913 nova Exposição Camoniana. No âmbito das comemorações dos centenários da Tomada de Ceuta e de Afonso de Albuquerque, inaugurou em 21 de agosto de 1915 na parte inferior da Sala Portugal e na 1.<sup>a</sup> galeria o Mostuário Industrial Português, subdividido em várias secções: Fiação e Tecidos; Chocolateira; Metalurgia; Latoaria; Doçaria; Conservas Alimentícias; Azeites; Águas Minerais; Relojoaria; Instrumentos Elétricos; Louçaria de ferro esmaltado, alumínio, faiança; Vinícola; Licores; Curtumes; Capas de oleado. Encerrado em 10 de janeiro de 1916, o certame foi visitado por 25 mil pessoas. A 26 de junho de 1922 inaugurou a Exposição Têxtil e de Modas da União dos Fabricantes Franceses do norte da França.

Em 1924, aberto ao público entre as 11 e as 16 horas aos domingos e de acesso condicionado a licença especial nos restantes dias, o museu distribuía-se por sete salas, três de grandes dimensões e quatro mais pequenas: a sala Portugal (destinada às sessões solenes e de grandes eventos), com duas galerias, onde vários mostradores exibiam coleções de produtos coloniais (na primeira produtos de Angola; na segunda de Moçambique, Índia, Macau e Timor); as saletas Restelo e Sagres; a sala da Índia; do Douro; do Algarve; de Cabo Verde.

O ano de 1926 marcou uma viragem na história do Museu Colonial e Etnográfico da SGL, caracterizada por um crescente desinteresse pela componente museológica. Como nos diz Maria Manuela Cantinho Pereira, «o acervo deixara de desempenhar o papel de manutenção de um imaginário ultramarino e científico e desmembrava-se. A consequência mais directa foi o isolamento progressivo das componentes etnográfica e histórico-comemorativa e a inutilização ou transferência dos produtos naturais para outras instituições»<sup>1133</sup>. O museu estagnava entre vitrinas apinhadas de objetos (muitos deles em péssimo estado de conservação), sem dimensão pedagógica. A médio trecho, iria ser alvo de análise e consequente reestruturação.

---

<sup>1133</sup> Cf. PEREIRA, Maria Manuela Cantinho, *Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Modernidade, Colonização e Alteridade* [Texto Policopiado], Tese de Doutoramento em Antropologia Social, ISCTE, Lisboa, 1999, p. 437.

## 8. MUSEU MUNICIPAL DE ESTREMOZ

«no Museu deviam estar melhor representadas as célebres indústrias de Estremôz, de cerâmica e mármore»<sup>1134</sup>.

### Historial

O Museu Municipal de Estremoz tinha características modestas.

À semelhança de muitos outros museus espalhados pelo país, como o de Leiria, Elvas e Moura, a existência de um museu em Estremoz está associada à criação de uma biblioteca. No âmbito das reformas operadas ao nível da educação e da instrução do povo, propostas pelo Ministro de Instrução Pública, António Costa, em agosto de 1870, e aprovadas em dezembro, espalhou-se pelo país a necessidade de criar bibliotecas populares, entendidas como motores de progresso das populações. Em maio de 1875 visitava Estremoz um Inspetor Escolar, desafiando a Câmara Municipal daquela localidade a criar uma biblioteca. A edilidade comprometeu-se a cabimentar verbas para o efeito, mas a situação ficou por aí. Porém, em 1879, um ofício-circular do Governo Civil de Évora apelava à Câmara Municipal para que fossem levantados os livros ao seu dispor, o que acabou por precipitar a criação do núcleo inicial da biblioteca, rapidamente aumentado com ofertas de particulares.

Em sessão da Câmara de 15 de janeiro de 1880, o Presidente – José Fernando Pereira Deville – aproveitou para propor a organização de um museu anexo à biblioteca, demonstrativo das atividades económicas locais, instalado com a cooperação da população e assente em doações particulares, e por isso sem qualquer despesa para o Município. A aprovação foi unânime<sup>1135</sup>. Em março já se encontravam abertos ao público os dois espaços na Igreja dos Congregados e a sua inauguração oficial ocorreu no dia 2 de maio.

As coleções que se foram constituindo cedo contrariaram as expetativas iniciais, transformando-se num bric-à-brac do mais variado tipo de objetos, em que amostras de artefactos produzidos a partir de matérias-primas da região conviviam com bens arqueológicos, artísticos, arquivísticos, de mobiliário, cerâmica, numismáticos e histórico-naturais.

As pesquisas efetuadas no Arquivo Histórico Municipal de Estremoz resultaram num número diminuto de indícios sobre o museu. De qualquer modo, conseguimos

---

<sup>1134</sup> Cf. JLV, «Entre Tejo e Odiana», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 21, n.º 1-12 (jan.-dez. 1916), p. 155.

<sup>1135</sup> Cf. AHME, *Livro das actas das sessões da Câmara Municipal de Estremoz 1878-1881*, fls. 121 vrs. – 123 frt.



perceber que também existia a preocupação de conseguir angariar objetos das igrejas extintas pela Lei da Separação, evitando a sua saída para outros museus. Tanto assim foi que encontramos o vogal da Comissão Executiva da Câmara Municipal, Alves Lemos, a propor em sessão de 12 de fevereiro de 1915 que se oficiasse à Comissão Concelhia de Administração dos Bens das Igrejas, pedindo «*para se sustar a entrega ao museu d'Evora, dos objectos da extincta Egreja dos Congregados, dignos de figurarem em museus, até que pelo diretor do Museu d'Arte Antiga*»<sup>1136</sup> fosse assegurada a sua permanência em Estremoz. Algum tempo depois recebia-se o desejado *feedback* concordante de José de Figueiredo que felicitava a Autarquia pelo manifesto interesse em coligir num museu os objetos artísticos, mas mostrava-se reticente em dar um parecer definitivo até apreciá-los ao vivo e verificar a existência de condições para criação de um museu regional de arte, comprometendo-se a ir ele próprio àquela vila<sup>1137</sup>. Tardando na sua efetiva deslocação a Estremoz, o vereador Lemos propôs na reunião de 12 de novembro de 1915 que se oficiasse ao Diretor do MNAA a pedir-lhe autorização para se receber os objetos das igrejas extintas do concelho em poder da CCABI<sup>1138</sup>. Como não tivessem obtido qualquer resposta, um ano mais tarde enviou-se novo ofício datado de 20 de novembro de 1916 e a 8 de dezembro seguinte<sup>1139</sup> tomava-se conhecimento da resposta de JF, reiterando a sua intenção de se deslocar pessoalmente ainda nesse mês de dezembro para «*examinar os objectos em questão para escolher os que devem figurar em museu*»<sup>1140</sup>. Desconhecemos como se desenrolou o assunto, mas um museu regional em Estremoz nunca foi uma realidade.

No que toca a entradas, temos conhecimento de que durante o Estado Novo foram adquiridas algumas coleções relevantes para o museu, mas durante o período em estudo só temos documentadas três situações: o envio, por parte da Administração do Concelho (AC), de «*pistolas, navalhas e moedas de prata e cobre, falsas e antigas*»,

---

<sup>1136</sup> Cf. AHME, *Livro das Actas da Comissão Executiva Municipal do Concelho de Estremoz 1914-1915*, «Sessão n.º 6 - Acta da sessão ordinária da Comissão Executiva da Camara Municipal do Concelho de Estremoz [CECME] de 12 de Fevereiro de 1915», fl. 109 frt.

<sup>1137</sup> Cf. *Idem*, «Sessão n.º 9 – Acta da sessão ordinária da CECME de 5 de Março de 1915», fl. 115 frt.

<sup>1138</sup> Cf. *Idem*, *Livro das Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Concelho de Estremoz 1915-1916*, «Sessão n.º 45 – Acta da sessão ordinária da CECME de 12 de Novembro de 1915», fl. 44 vrs.

<sup>1139</sup> *Idem*, *Livro das Actas da Comissão Executiva e Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Estremoz 1916-1918*, «Sessão n.º 49 - Acta da sessão ordinária da CECME de 8 de Dezembro de 1916», fl. 7 frt.

<sup>1140</sup> Cf. *Idem*, *Ibidem*, *Ibidem*.

todos objetos apreendidos (março de 1913)<sup>1141</sup>; também por intermédio da AC, uma bengala e uma pistola velha (maio de 1913)<sup>1142</sup>; uma balaustrada de mármore de Estremoz e azulejos do século XVIII, provenientes da Igreja de Santo António<sup>1143</sup>.

---

<sup>1141</sup> Cf. AHME, *Livro de Actas das Sessões da Camara Municipal do Concelho de Estremoz desde Outubro de 1911 a 1913*, «N.º 10 – Acta da sessão ordinaria da Comissão Municipal Administrativa do Concelho d’Estremoz [CMACE], celebrada em 3 de Março de 1913», fl. 126 vrs.

<sup>1142</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, «N.º 21 – Acta da sessão ordinaria da CMACE, celebrada em 19 de Maio de 1913», fl. 141 frt.

<sup>1143</sup> Cf. Idem, *Livro das Actas da CECME*, «Sessão n.º 24 – Acta da sessão de dez de Julho da CECME», fl. 53 vrs.

## 9. MUSEU MUNICIPAL DE REDONDO

«amostras de produtos agrários [...]; amostras de rochas; armas gentílicas; uma corna lavrada (arte pastoril), e um frasco encanastrado; alguma cerâmica antiga e moderna [...]; moedas portuguesas e romanas; um vaso romano de barro; quatro machados de pedra prehistóricos e uma goiva da mesma substância e época. Tudo muito mal arrumado»<sup>1144</sup>.

Em 5 de maio de 1877 a Câmara Municipal de Redondo deliberou adquirir o edifício do Teatro João Anastácio da Rosa para nele se instalarem, além da sala de espetáculos, «o quartel para destacamentos, um açougue, casas para a Administração e outras repartições públicas»<sup>1145</sup>. Em troca da cedência dos sócios proprietários, a Autarquia responsabilizava-se pelo pagamento da dívida de 487\$200 réis em cinco prestações anuais aos herdeiros de José Paulo Marques Rosado, que havia adiantado essa verba para a construção do teatro e os restantes sócios nunca lhes haviam pago a sua parte. Foi precisamente na parte posterior do imóvel que se instalaram também a biblioteca e o museu municipais.

Em junho de 1903 um artigo do jornal *O Lidador*, da autoria de A. R. Xarro, faz uma importante descrição do museu. Instalado numa sala, nele se distribuíam produtos testemunhando as várias atividades e potencialidades económicas da vila, mas também bens de interesse histórico, artístico e arqueológico e natural<sup>1146</sup>.

O museu foi visitado por JLV a 3 de maio de 1916, no âmbito das suas saídas de campo pelo Alentejo. O ilustre visitante deixou-nos uma impressão negativa do museu, não porque não houvesse acervo suficiente com que recheá-lo – dado que a «região abunda de particularidades etnográficas, [e] porque aparecem por ali com frequência antiguidades prehistóricas e romanas»<sup>1147</sup> – mas porque faltava a iniciativa para isso e para arrumar as coisas de forma mais aprazível.

Era, pois, um museu pobre e mal arrumado, encerrando alguns produtos agrícolas e artesanais, a par de alguns bens de história natural, etnográficos e arqueológicos<sup>1148</sup>.

---

<sup>1144</sup> Cf. JLV, «Entre Tejo e Odiana», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 21, n.º 1-2 (jan.-dez. 1916), p. 193.

<sup>1145</sup> Cf. AMR, *Cópia de parte da acta da Sessão do Conselho do Districto do dia 19 de Junho de 1877*. Numa apólice de seguro contra incêndio, da companhia de seguros “A Pátria – Sociedade Alentejana de Seguros”, n.º 88762, de 14 de junho de 14 de Junho de 1928, são discriminadas as valências existentes no edifício conhecido como Teatro João Anastácio da Rosa: sala para representações teatrais e apresentações cinematográficas e dependências anexas; repartição e tesouraria de Finanças; Museu; Biblioteca; repartição do Registo Civil; casa de ferramentas municipais.

<sup>1146</sup> Ver excerto descritivo no Doc. 60 em Apêndice Documental.

<sup>1147</sup> Cf. JLV, «Entre Tejo e Odiana», *Art. Cit.*, p. 193.

<sup>1148</sup> *Ibidem*, p. 194.

O teatro ardeu por completo em 27 de março de 1932, tendo-se salvado o recheio do museu, da biblioteca, da Repartição de Finanças, entre outras repartições lá instaladas, graças à ação dos bombeiros e à colaboração bairrista da população do Redondo. Estranho é que não haja, entre as atas da Câmara Municipal, qualquer referência ao museu, que nunca foi reabilitado.

## 10. MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

«O seu recheio, espólio carinhosamente recolhido na região, apesar de heteróclito, ainda possui algumas obras de arte deveras apreciáveis».<sup>1149</sup>

### Antecedentes

O excerto anterior é uma passagem do *Inventário Artístico de Portugal* de 1943, que nos descreve o Museu Municipal Tomás Pires, instalado no edifício do antigo Colégio Jesuíta de São Tiago (posteriormente Seminário Episcopal), juntamente com a Biblioteca Pública, ambos dirigidos por António José Torres de Carvalho<sup>1150</sup>, no período em estudo.

Em sessão camarária de 22 de junho de 1880 foi aprovada a proposta do Presidente da Câmara Municipal de Elvas, Comendador Eusébio David Nunes da Silva, de criação de uma secção de Arqueologia e Numismática<sup>1151</sup> junto da biblioteca<sup>1152</sup> entregue à responsabilidade de António Tomás Pires<sup>1153</sup>. A este se deveu o primeiro catálogo do museu, publicado n' *O Archeologo Portuguez* em 1901<sup>1154</sup>.

### Na República

A história do Museu Municipal de Elvas na 1.<sup>a</sup> República é consonante com a ideia do novo regime para os museus portugueses. A tendência seguida foi a de criar museus regionais de raiz ou a partir de museus já existentes. No caso de Elvas tentou-se implementar a segunda versão.

---

<sup>1149</sup> Cf. KEIL, Luís e SANTOS, Reinaldo dos Santos, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Portalegre I*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, pp. LVI e LVII. Ver transcrição integral no Doc. 63 em Apêndice Documental.

<sup>1150</sup> António J. T. de Carvalho (n. e m. Elvas, 1865-1940). Bibliófilo, editor e jornalista. Colaborou no jornal *O Ateneu* e fundou o *Correio Elvense*. Em 1889 fundou a Tipografia Progresso com o seu pai, que lhe pertenceu até 1920. Foi Diretor da Biblioteca Municipal de Elvas entre 1913 e 1940, e nessa qualidade doou-lhe a livraria de 12 mil exemplares que adquirira ao Dr. Santa Clara. Cf. <http://osgrandeselvenses.blogspot.pt/2007/03/antnio-jos-torres-de-carvalho.html> (16/4/2015).

<sup>1151</sup> Cf. PIRES, A. Thomaz, «Catálogo do Museu Archeologico de Elvas», in *O Archeologo Português*, Lisboa, S. 1, vol. 6, n.º 8-12 (ago.-dez. 1901), p. 209-236.

<sup>1152</sup> Junto da mesma biblioteca foi também instalado um museu, ou melhor dizendo, uma secção agrícola e florestal. Cf. Ata da sessão ordinária de 7 de agosto de 1912, in *Livro 3.º das Actas da Camara Municipal de Elvas*, fl. 158 v.: «[...] o sr. presidente deu conhecimento de que pelo sr. José da Silva Picão, de Santa Eulália, havia sido feita a oferta de três modelos, em formato pequeno, de um arado, canga e aguilhada, de madeira, feitos com a maior perfeição e destinados ao Museu agricolo-florestal, criado junto da Biblioteca do município».

<sup>1153</sup> António Tomás Pires (Elvas, 7/03/1850-3/08/1913) escritor, etnógrafo, historiador, arqueólogo, jornalista e secretário da Câmara Municipal. Notabilizou-se como etnógrafo, em cujo domínio fez importantes recolhas, especialmente na área do Canto Tradicional Português. Ver pequena biografia em: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=424>,

<sup>1154</sup> Cf. Museu Ethnographico Português, *O Archeologo Português*, Lisboa, S. 1, vol. 6, n.º 8-12 (ago.-dez. 1901), p. 209-236.

Na sessão extraordinária do CAN, de 14 de julho de 1917, José de Figueiredo propôs a criação de «*um museu regional de arte e arqueologia*» com o acervo do museu municipal<sup>1155</sup>, com um Diretor e um guarda pagos pela dotação que o Estado votasse para o museu, e o material pago pelo excedente daquela dotação e da subvenção municipal. Ainda que se tivesse concordado com a proposta a decisão não foi taxativa.

Em sessão de Câmara de 20 de maio de 1919 foi lido um ofício do Diretor Geral de Belas Artes dando a conhecer a sua intenção de criar um museu regional a partir das coleções do museu já existente e propondo à Edilidade que assumisse as despesas para pagar ao guarda e Diretor, instalar e manter o museu. A Comissão Executiva Municipal mostrou-se favorável à proposta, mas antes de avançar com uma resposta definitiva resolveu questionar o Diretor Geral através de ofícios datados de 22 de maio e 30 de julho de 1919, sobre as despesas necessárias e sobre qual seria a lei pela qual se passaria a reger o funcionamento do museu<sup>1156</sup>. A resposta da Direção Geral de Belas Artes foi esclarecedora quanto às despesas, aconselhando a Autarquia a fazer uma ginástica orçamental pelas vantagens de um estabelecimento do género. Contudo, era omissa relativamente à lei que regulamentaria o funcionamento do museu<sup>1157</sup>.

Em reação à resposta da Direção Geral de Belas Artes, Rui Forsado – Vereador do pelouro da biblioteca e museus municipais – apresentou em sessão ordinária de 12 de agosto de 1919 interessantes propostas para o futuro do museu, aprovadas por unanimidade. Previamente realçou a importância de preservar as heranças do passado e o papel das instituições zeladoras do património para a promoção da equidade no acesso à cultura e à criação artística e industrial, destacando os municípios nessa missão e a importância do museu de Elvas na reunião de todos os vestígios do passado histórico, militar e artístico. A grandeza histórica da cidade compaginava-se com o desenvolvimento do museu. As propostas de Rui Forsado resumem-se a: aumentar as

---

<sup>1155</sup> Cf. «Sessão extraordinária de 14 de julho de 1917», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional (1911-1921)*, Cit., p. 123.

<sup>1156</sup> Cf. Ata n.º 9 da sessão ordinária da CME de 20 de maio de 1919, fls. 95 f. e v; Ata n.º 17 da sessão ordinária da CME de 29 de julho de 1919, fl. 140 f; Ata n.º 19 da sessão ordinária da CME de 12 de agosto de 1919, fl. 158 f. *Livro 9.º das Actas da Câmara Municipal de Elvas*.

<sup>1157</sup> *Idem, Ibidem*, fl. 158 f. e v.: «tenho a honra de informar V. Ex.ª de que, segundo a tabela orçamental dos diversos museus distritais, como os de Evora, Vizeu, Lamego, Bragança, etc, são respectivamente de 160\$00 e 150\$00 as gratificações do Director e do guarda. Despesas de conservação devem orçar por 1:000\$00. Todavia seria conveniente a câmara da digna presidência de V. Ex.ª a fixar um vencimento ao Director e ao guarda, com mais 30 % sobre a gratificação acima referida, visto que é intenção nossa, por ser de toda a justiça, elevar de 30 % os vencimentos até agora estabelecidos. Também essa câmara deverá ter em conta as despesas de instalação, que decerto, na hora presente, não poderão ser inferiores a 300\$00 ou 500\$00. Vale a pena essa câmara fazer este sacrifício, ligando o seu nome a uma obra que, representando tanta vantagem para o património artístico nacional, a tornará credora do reconhecimento da república».

coleções das várias secções do museu, apostando no desenvolvimento da secção de arte sacra, à conta dos inúmeros objetos artísticos disseminados por vários templos do concelho; criar o Museu Regional António Tomás Pires, em homenagem ao fundador e organizador do museu primitivo, e cujas coleções, a título de depósito, fossem transferidas para o novo museu; prever em orçamento o pagamento dos funcionários do novo museu, os mesmos anteriormente ao serviço do museu municipal; solicitar ao Ministério da Justiça e dos Cultos a possibilidade de adquirir o edifício do antigo Seminário<sup>1158</sup>. Em 1922 a situação ainda não estava resolvida, mas tal não invalida o empenho da Câmara Municipal, inclusive na busca de melhores soluções de segurança para o museu: em 3 de junho de 1924 deliberou colocar uma lâmpada de iluminação pública junto da entrada da biblioteca e museu, «*para iluminar aquele local e evitar os abusos que de noite ali se t[inham] praticado em detrimento da higiene e asseio publicos*»<sup>1159</sup>; em 28 de junho de 1925 resolvia-se «*mandar crescer o muro de alvenaria que circunda[va a] parte do museu arqueológico [instalada no quintal...] para evitar que os rapazes que frequenta[va]m as escolas instaladas no antigo seminário deva[ssa]sem o aludido museu*»<sup>1160</sup>.



Fig. 66 – Colégio de São Tiago.  
Instituto da Habitação e da Reabilitação  
Urbana, Sistema de Informação para o  
Património Arquitetónico, sipa.foto.00693860.

A proposta de Rui Forsado para se adquirir o edifício do extinto Seminário Episcopal pretendia responder a um problema antigo. A necessidade de mais espaço para a biblioteca e para o museu lá instalados era uma realidade, fruto das constantes

<sup>1158</sup> *Ibidem*, fls. 160 f. a 161 v. Ver Doc. 61 em Apêndice Documental.

<sup>1159</sup> Cf. Ata n.º 13 da sessão ordinária da CME de 3 de junho de 1924, in *Livro 14.º das Actas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas*, fl. 138 v.

<sup>1160</sup> Cf. Ata n.º 21 da sessão ordinária da CME de 28 de junho de 1925, in *Livro 15.º das Actas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas*, fl. 35 f.

incorporações que ambos os equipamentos culturais foram registando. Dessa situação nos dá testemunho a sessão de câmara de 8 de outubro de 1913, em que o vogal José Branco apresentou uma solicitação apresentada pelo bibliotecário e responsável do museu – António Torres de Carvalho –, que constava de não permitir que se renovassem os arrendamentos feitos a Maria da Nazaré Antunes e Mariana de Jesus Mendes Martins, «*das dependencias do extinto Seminario de Elvas, adjacentes á parte ocupada pela Biblioteca e museus municipais, a fim de essas mesmas dependencias se utilizarem, como é de absoluta necessidade, na ampliação das instalações da mesma biblioteca*»<sup>1161</sup>. A proposta foi aceite por unanimidade, tendo-se decidido avisar as arrendatárias da cessação dos respetivos contratos<sup>1162</sup>.

Em conclusão, podemos constatar que o Museu Municipal de Elvas recebeu dos poderes de tutela uma atenção regular, consubstanciada quer no aumento e diversificação das suas coleções, quer na organização e ampliação, tornando-se como Luis Keil afirmou, num dos mais ordenados museus alentejanos. Por outro lado, realçamos as aparentes boas relações da CME com a CCABI e algumas Juntas de Paróquia, que contribuíram ativamente para o enriquecimento das coleções do museu. Para o sucesso da empresa terá contribuído também o Grupo dos Amigos do Museu e Biblioteca Municipal de Elvas, que obteve um subsídio de 10.000\$00 do Ministério da Instrução Pública, com a condição de o museu passar a estar sujeito à fiscalização e dependência daquele ministério<sup>1163</sup>. Estas exigências ficaram reservadas para apreciação posterior mas confirmam a existência de mais um veículo ao serviço do desenvolvimento do museu elvense, que com o ensejo de servir toda a população a

---

<sup>1161</sup> Cf. Acta n.º 25 da sessão ordinária da CME de 8 de outubro de 1913, in *Livro 5.º das actas da Câmara Municipal de Elvas*, fls. 11 v. e 12 f.

<sup>1162</sup> A questão dos arrendamentos dos edifícios dos extintos Seminário e Paço Episcopal motivaram, aliás, alguns desideratos entre a CCELS e a CME. Por ofício de 20 de dezembro de 1915, a primeira acusou a segunda de manter, para seu proveito e sem autorização do Estado, subarrendamentos a particulares naqueles espaços, contrários ao estipulado no Despacho de 2 de março de 1912 que cedeu à CME, a título de arrendamento, o usufruto daqueles espaços, para instalação de serviços de utilidade pública. Face a esta situação, a CCELS solicitou à CME que a informasse dos espaços que estavam ocupados por serviços públicos e os que se mantinham subarrendados, passando as rendas destes subarrendamentos a reverter a favor da CCABI, sob pena de a cedência ser revogada. Em resposta datada de 22 de dezembro de 1915, a CME disse que se limitou a manter as autorizações de subarrendamento autorizadas pela Mitra de Évora, com exceção do quintal do Seminário, que por sua conta subarrendou para instalação do Cinematógrafo, que proveu à conservação dos muros por sua conta, e que daí foi retirado por decisão de 5 de novembro de 1914, ainda que prorrogada a sua permanência. Depois descriminou, em sua defesa, quais os serviços instalados em ambos os edifícios, declarando a utilidade pública dos mesmos e as rendas que recebia de cada serviço, contrapondo que já despendera avultada quantia na conservação de ambos os edifícios. Cf. Ata n.º 34 da sessão ordinária da CME de 27 de dezembro de 1915, in *Livro 7.º das Actas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas*, fls. 12 f. – 14 v.

<sup>1163</sup> Cf. Ata n.º 32 da sessão ordinária da CME de 17 de novembro de 1925, in *Livro 15.º das Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas*, fls. 89 f. e v.



partir de 19 de abril de 1926 passou a ter um horário mais consonante com a disponibilidades das pessoas que, por motivos profissionais, não o podiam visitar em horários exclusivamente diurnos: «*Horário – Diariamente: abertura às 12 horas, fecho às 15; serviço nocturno: - Nas segundas feiras, quartas, sextas e sábados: (nos meses de abril a setembro) abertura às 20 horas, fecho às 23; (nos meses de outubro a março) abertura às 19 horas, fecho às 22*»<sup>1164</sup>.

### **a. As Coleções e a Exposição**

Um aspeto que ressalta na história do museu durante a 1.<sup>a</sup> República, comum a muitos outros museus nacionais, é a crescente tendência de diversificação das coleções e, conseqüentemente, a sua reclassificação tipológica e onomástica. O crescimento das coleções foi, aliás, uma preocupação constante da tutela, que procurava, por todos os meios ao seu alcance, obter novos objetos. Tendo em conta a forte tradição militar da cidade de Elvas, tiveram relevo as incorporações de artigos bélicos, fruto da generosidade particular de alguns militares de carreira. Havia, contudo, que procurar chegar aos topos da hierarquia, para que em vez de objetos dispersos fossem disponibilizados conjuntos inteiros. Nesse sentido foi a decisão do Presidente da Câmara Municipal, Júlio de Alcântara Botelho, em reunião de 4 de junho de 1913, de solicitar ao Ministério da Guerra o material digno de figurar no museu, procedente do antigo Trem da Praça de Elvas<sup>1165</sup>.

Entre as coleções ganhou relevo a de Arte Sacra, que Rui Forsado reconhecia como uma vertente promissora, tendo em conta as possibilidades de crescimento assentes na esperança de conseguir canalizar para o museu objetos de vários templos e conventos da cidade e do concelho, e que motivaram algumas considerações e novidades em reuniões da Câmara Municipal. Numa dessas sessões, datada de 14 de fevereiro de 1916, chegou ao conhecimento da Comissão Executiva um ofício da CCABI datado de 7 de fevereiro, disponibilizando provisoriamente as pratas e paramentos do antigo Paço Episcopal até estarem reunidas as condições definitivas para a sua incorporação. A aceitação do acervo ficou condicionada à identificação prévia de

---

<sup>1164</sup> Cf. Ata n.º 11 da sessão ordinária da CME de 13 de abril de 1926, in *Livro 16.º das Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas* [CECME], fl. 159 v.

<sup>1165</sup> Cf. Ata n.º 16 da sessão ordinária da CME de 4 de junho de 1913, in *Livro 4.º das actas das sessões da Camara Municipal de Elvas*, fl. 138 v.

todos os objetos e à realização das obras de segurança necessárias à sua acomodação<sup>1166</sup>. Na sessão de 28 de fevereiro seguinte o vogal responsável pelo pelouro da biblioteca e museu – Luís Couto – informava que a receção dos objetos implicava substituir umas grades de uma janela e a porta da mesma sala e entaipar uma portada sem qualquer uso<sup>1167</sup>. Em face das anomalias apresentadas, o executivo «*deliberou unanimemente que essas obras se executassem, e que feitas as mesmas se desse conhecimento á Comissão concelhia de que podia efectuar o deposito das pratas e paramentos referidos*»<sup>1168</sup>. O depósito só se efetuou em 15 de fevereiro de 1922, como consta do quadro de entradas disponível em Apêndice Documental. Outra boa perspetiva para o enriquecimento da secção de arte sacra do museu adveio de um ofício enviado pela CCELS à CME, informando-a de que fora autorizada a transferência de vários objetos existentes na capela de Santo António da extinta Sé de Elvas<sup>1169</sup>. A situação protelou-se até 1919 pois na sessão de Câmara de 5 de agosto daquele ano era lido um ofício do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Assunção, acusando a existência de alguns restos da capela «*numa dependencia daquela igreja sem nenhuma especie de cuidados, verdadeiramente ao abandono*», impondo-se dar-lhe o devido e urgente destino<sup>1170</sup>. Em resposta, a CME assumia o compromisso de providenciar urgentemente a transferência, suprimindo um atraso que se compreende facilmente pelos constrangimentos espaciais para acomodar as coleções em constante crescimento<sup>1171</sup>.

Por trás da égide municipal, o verdadeiro responsável pela criação e desenvolvimento do museu foi António Tomás Pires, que se preocupou desde cedo em coligir os testemunhos existentes na região, tendo sido autor do primeiro catálogo do museu, intitulado «*Catalogo do Museu Archeologico de Elvas*». Neste conseguimos perceber que o museu se encontrava inicialmente organizado em duas secções: Época Pré-Histórica (objetos pétreos, cerâmicos e osteológicos) e Época Histórica (subdividida em *objectos romanos*, pétreos – de ordem votiva, funerária e arquitetónica – mas também cerâmicos, vítreos, metálicos e osteológicos; *objectos portugueses*, destacando-se objetos pétreos com funções funerárias, arquitetónicas e honoríficas, e outros cerâmicos, metálicos e vítreos, para além de uma secção numismática portuguesa, de

---

<sup>1166</sup> Cf. Ata n.º 4 da sessão ordinária da CME de 14 de fevereiro de 1916, in *Livro 7.º das Actas das sessões da CECME*, fls. 32 v. e 32 f.

<sup>1167</sup> Cf. Ata n.º 7 da sessão ordinária da CME de 28 de fevereiro de 1916, *Ibidem*, fl. 43 v.

<sup>1168</sup> *Ibidem*.

<sup>1169</sup> Cf. Ata n.º 15 da sessão ordinária da CME de 5 de junho de 1916, *Ibidem*, fl. 64 f.

<sup>1170</sup> Cf. Ata n.º 18 da sessão ordinária da CME de 5 de agosto de 1919, in *Livro 9.º das Actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Elvas*, fls. 146 v. e 147 f.

<sup>1171</sup> Ver registo dos objetos entrados no museu, no Doc. 62 em Apêndice Documental.

diferentes reinados). São também indicadas as formas de aquisição (compra, oferta, depósito), as datas e os responsáveis e à parte os objetos em vias de incorporação, já oferecidos para o museu. Ao catálogo foi posteriormente acrescentado um apêndice manuscrito, com objetos entrados até Setembro de 1907, discriminados em categorias principais: Época Pré-Histórica; Época Histórica (objetos romanos; portugueses); Numismática.

Depois de uma visita de JLV em 27 de abril de 1916, sendo Diretor interino o Dr. Torres de Carvalho, o Diretor do MEP deixa-nos um importante testemunho do que era o museu, com uma galeria com os objetos de maior importância e um jardim reservado aos objetos de pedra de maiores dimensões, como túmulos, etc. Quanto às coleções, faz uma excelente síntese: «*antiguidades pre-romanas, romanas e arábicas, achadas em Portugal; antiguidades portuguesas; artefactos etnográficos do Alentejo; e cousas coloniais. [...] De épocas posteriores tem o Museu: uma inscrição arábica, que apareceu no castelo; curiosidades militares, louças, azulejos, e figuras de barro; um jugo elvense (modelo), que tem gravado na frente um “sino-saimão dobrado”; esculturas pastoris; moedas; etc.*»<sup>1172</sup>.

O segundo Diretor continuou de forma notável a obra que herdou, nunca descurando o seu enriquecimento, como se pode observar no significativo número de entradas no volume de apêndices da presente dissertação, comprovando o alargamento das coleções aos domínios da Etnografia, da Arte Sacra e Militar.

---

<sup>1172</sup> Cf. JLV, «Entre Tejo e Odiana», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 21, n.º 1-12 (jan.-dez. 1916), pp. 184 e 185.

## 11. JARDIM ZOOLOGICO E DE ACLIMAÇÃO DE LISBOA

*«O jardim além da grande variedade de animais que possui e que constantemente aumentam devido às ofertas que continuamente lhe fazem, possui vários divertimentos como música, exposições, passeios de camelo, balouços, etc.»<sup>1173</sup>*

### Historial

O Jardim Zoológico e de Aclimação de Lisboa (JZAL) foi inaugurado em 24 de maio de 1884<sup>1174</sup> e instalado no parque de Santa Gertrudes em S. Sebastião da Pedreira, propriedade do Deputado João António Pinto, que o cedeu a título de empréstimo gracioso à Comissão fundadora, composta por 40 membros, presidida pelo Visconde de S. Januário e secretariada por Pedro Adriano Van der Laan e José Tomás de Sousa Martins. Esta constituiu-se em sessão de 19 de fevereiro de 1883, em cerimónia presidida pelo rei D. Fernando (Presidente Honorário), realizada na Escola Politécnica. Os seus primeiros estatutos datam de 10 de fevereiro de 1886.

A Sociedade do Jardim Zoológico foi criada por uma comissão promotora, liderada por Van der Laan, ao qual se associaram Sousa Martins, José Vicente Barbosa du Bocage, António Maria Barbosa, Carlos May Figueira e Manuel Bento de Sousa, conscientes de que era injustificável a inexistência de uma instituição do género num país com um clima favorável e um império colonial tão vasto e distribuído pelas mais variadas zonas do globo. Com um capital social de 300 contos, a primeira preocupação foi arranjar um espaço para instalar o jardim, conseguindo-se obter uma área de 15 hectares. Tomando posse do terreno, a instalação iniciada em novembro decorreu sem qualquer contribuição do Estado e do Município. Os vários projetos para acomodar os

---

<sup>1173</sup> Cf. *Guia de Lisboa*, Proturismo – Empresa Promotora de Turismo, Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa, 1923, p. 16.

<sup>1174</sup> Pouco depois de D. Luís I assumir o trono, consta que terá havido uma primeira tentativa de criar um jardim zoológico em Lisboa, como se depreende do excerto seguinte: «*Data do anno de 1884 a sua instalação, mas já 20 annos antes se falava no seu estabelecimento, segundo se lê no Jornal do Commercio, de 24 de junho de 1863, no artigo, intitulado Uma boa nova, que em seguida transcrevemos: “Consta que S.M. o senhor D. Luiz, pensando na grande necessidade de dotar a capital com um grande passeio de recreio e de instrução, á semelhança dos que existem hoje nas grandes cidades da Europa, está disposto, por iniciativa propria, a ceder a sua magnifica Tapada da Ajuda para ahi se estabelecer um Jardim Zoologico e de aclimações. Este Jardim, por suas magnificas condições, sendo devidamente protegido e auxiliado, virá a rivalisar com os melhores estabelecimentos d’esta ordem conhecidos na Europa. Confiemos em que o governo e a Camara Municipal, estimulados pelo nobre exemplo d’el rei, porão em obra todos os meios para a prompta realisação de tão excellente pensamento. Agora, que Lisboa cresce em importancia pelas faceis relações com a Europa, faz-se mais do que nunca sentir a necessidade de estabelecimentos do genero d’estes, que excitam a curiosidade, vulgarisam a sciencia, e concorrem poderosamente para a boa hygiene das povoações”*. Cf. PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal, Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, vol. III – D-K, João Romano Torres & C.<sup>a</sup> – Editores, Lisboa, 1907, p. 1017.

animais foram traçados pelo Barão de Kessler e coube a Van der Laan a instalação dos espécimes.

Em 24 de janeiro de 1884 foi aprovado o regulamento provisório do novo estabelecimento. Além das finalidades lúdicas e pedagógicas, tinha objetivos científicos e económicos, pois não só se esforçava pela preservação dos espécimes, como também vendia alguns ovos e animais para obter receitas.

Desentendimentos entre os herdeiros do proprietário do Parque de Santa Gertrudes ditaram a transferência do Jardim para a Palhavã em 1895, que se revelaria inadequada para o efeito e motivou a procura de um local mais conforme, prospeção encabeçada por Abranches Bizarro que conseguiu o local que até hoje se mantém.

Por escritura de arrendamento de 1 de março de 1904, o Jardim Zoológico passou a estar instalado nas quintas das Laranjeiras e das Águas Boas, pertencentes ao Conde de Burnay, ficando salvaguardada a preferência de compra do terreno à SJZA.

Enquanto se ultimavam os trabalhos de instalação conduzidos pelo Engenheiro Mendes Guerreiro procurou-se manter aberto o zoo na Palhavã o maior tempo possível, encerrando somente em 2 de abril de 1905, pouco mais de um mês antes da abertura no novo espaço. Esta foi feita em duas etapas: numa primeira, a 28 de maio, inaugurou a parte da Quinta das Laranjeiras; a segunda parte, correspondente à Quinta das Águas Boas, foi inaugurada a 8 de outubro.

Em 11 de junho de 1907 foi assinado um contrato de sublocação entre a SJZA e o Governo<sup>1175</sup>, a quem foi entregue parte da Quinta das Laranjeiras para instalação do Jardim Colonial e dando o direito de preferência à primeira para comprar o terreno<sup>1176</sup>. O contrato obrigava o JZ a uma forte colaboração com o Governo, comprometendo-se a ceder instalações; a receber e a manter os animais que o Governo entendesse para a futura Estação Zootécnica, com a contrapartida de receber os rendimentos provenientes dos animais que não fossem necessários; a emprestar para estudo e experiências os animais que possuísse, com a condição de eles não serem maltratados. Por outro lado, o Governo facultava gratuitamente os serviços do Jardineiro Chefe do Jardim Colonial, sementes e plantas e atribuía um subsídio anual de 500\$000 réis.

---

<sup>1175</sup> Este processo iniciou-se em 1905, tendo sido efetuada uma visita do Ministro da Marinha e Ultramar, Moreira Júnior, ao Jardim e fixado um subsídio de 500\$000 réis anuais do Governo. Por questões de instabilidade política o processo só teve continuação dois anos mais tarde. Cf. SILVA, Fernando Emygdio da, *História do Jardim Zoológico de Lisboa 1884-1864: os movimentados oitenta anos da sua meritória existência*, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa, 1965, p. 204.

<sup>1176</sup> Cf. Contrato de sublocação entre o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e a Sociedade do Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, para instalação do Jardim Colonial na Quinta das Laranjeiras, datado de 11 de junho de 1907, p. 4, in AHU, Processo 795-1, Caixa 1.

## Na República

O JZAL viveu paredes-meias com o Jardim Colonial de Lisboa entre 1907 e 1912, apesar do decreto que determinou a transferência do segundo para Belém datar de 12 de abril de 1911. Em 1910 já existia alguma tensão entre as duas instituições, agudizada pelo facto de o Governo não pagar a renda de 500 réis acordada com a Sociedade para usufruto das estufas do Conde de Farrobo e dos terrenos compreendidos entre elas, por parte do Jardim Colonial, tendo sido denunciado o contrato e acordada uma indemnização que também não foi satisfeita, enquanto se aguardava a transferência do Jardim para a Ajuda. A falha no pagamento da indemnização contrariava as pretensões do JZAL para executar trabalhos necessários ao seu desenvolvimento e manutenção<sup>1177</sup>.

O ano de 1912 tem especial interesse na história do JZAL porque marcou o início de uma duradoura colaboração de 52 anos do arquiteto Raul Lino na conceção das instalações dos animais.

Em 12 de março de 1913 foi promulgada a lei que reconheceu o JZAL como uma instituição de utilidade pública, isentando-o das contribuições e impostos estatais e municipais e do imposto de selo<sup>1178</sup>.

Em sessão da administração de 21 de junho de 1914 foi nomeada uma comissão para organização do Grupo dos Amigos do Jardim, de cujas receitas se conseguiriam vários progressos. Dessa comissão fizeram parte Ramada Curto, Adriano Júlio Coelho e Manuel Emídio da Silva.

O período republicano ficou marcado pela questão da compra dos terrenos onde se encontrava instalado o jardim, pautada por um diferendo duradouro entre a Sociedade gestora e a família Burnay. A proposta de compra das Laranjeiras foi avançada pelo Diretor, Manuel Emídio da Silva, em sessão de 9 de junho de 1912, ao sugerir que se solicitasse ao Governo um subsídio de 3 contos para o efeito. O assunto só voltou a ser

---

<sup>1177</sup> Cf. Ofício de 20 de maio de 1913, do Presidente da SJZA Antonio Duarte Castro (?) ao Ministro das Colónias, in AHU, Processo 195-1-D, Caixa 1: «*Contando com a rapida transferência para a Ajuda do Jardim Colonial, demo-nos por satisfeitos com a indemnização combinada e com ela contávamos para proceder ao aquecimento das instalações dos chimpanzés e de outros quadumanos. § Vão, porém, decorridos 3 annos, e não sómente não podemos dispor dos aparelhos de aquecimento nem das estufas, como tambem vemos estas deteriorarem-se por falta de vidros e de pintura, o que nos leva a pedir a V. Ex.ª que, embora, continuemos privados da renda, que o Jardim Colonial nos pagava, se mande, ao menos, proceder á pintura e outras reparações nas estufas, que entregámos ao JC e constam do referido contrato. § Aguardamos que v. Ex.a dê despacho favorável ao pedido, que formulamos e nos parece justo.*».

<sup>1178</sup> Cf. Lei de 12 de março de 1913, publicado no *Diário do Govêrno*, n.º 59, de 13 de março de 1913, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/03/05900/09450945.pdf> (consulta efetuada em 20 de janeiro de 2013).

abordado em 1914 na sessão de 21 de junho, em que se formou a comissão encarregue de estudar a situação, constituída pelos mesmos membros responsáveis pela organização do Grupo de Amigos. Em 28 de junho o Advogado Carvalho Pires sugeriu a emissão de obrigações hipotecárias num total de 65 contos, a juros de 6%, sendo dados plenos poderes à comissão para os procedimentos necessários. Na sessão extraordinária da Assembleia Geral de 23 de julho de 1916, Emídio da Silva propôs em nome da Direção, que se autorizasse: a compra das duas quintas que compreendiam o parque; a rescisão dos contratos de empréstimo realizados com o Banco de Portugal e Henry Burnay & C.<sup>a</sup>, mediante o seu pagamento; a emissão de 1348 obrigações de 50 escudos cada ao juro anual de 6 %; a hipoteca das propriedades a favor dos portadores das obrigações a emitir; o usufruto do saldo resultante das obrigações emitidas pela Sociedade para fins relacionados com o desenvolvimento do jardim. Todas as propostas foram aprovadas. No seguimento da sessão foi publicada a Portaria n.º 737 de 7 de agosto de 1916 autorizando a Sociedade do Jardim a emitir obrigações hipotecárias no valor de 67400\$00 para adquirir a propriedade, pagar empréstimos e executar melhoramentos nas instalações<sup>1179</sup>. Surgem então os primeiros entraves ao sucesso do empreendimento, com a Condessa de Burnay e os seus herdeiros a invocarem na escritura de arrendamento celebrada cláusulas que obstavam à promessa de venda estipulada. Em janeiro de 1917, sendo recusado o pagamento da renda que a administração da SJZAL costumava fazer na casa Henry Burnay & C.<sup>a</sup>, supostamente por ordem da Condessa, esta encontrou um pretexto para mover uma ação de despejo, alegando pagamento fora de prazo. O assunto passou a ser resolvido em tribunal com o advogado Carlos Pires a movimentar-se pelos interesses da Sociedade contra os desvelos de Carlos Ferreira Pais, advogado da família Burnay. A par das diligências do foro jurídico, a Direção do Jardim resolveu implicar o Parlamento no processo, levando à sua consideração o Projeto de Lei n.º 884 B de 14 de agosto de 1917, prevendo a expropriação por utilidade pública a favor da Sociedade, e tendo como base a promessa de venda estipulada no contrato de arrendamento de 1904. Por intercessão do representante da família Burnay, o Parlamento inseriu uma emenda no Projeto de Lei, que inviabilizava a compra dos terrenos e lesava os interesses do Jardim e da Câmara Municipal de Lisboa, como uma das eventuais beneficiárias do terreno, caso a Sociedade abandonasse o projeto do

---

<sup>1179</sup> Cf. Portaria n.º 737 de 7 de agosto de 1916, in *Diário do Govêrno*, I Série, n.º 157 de 7 de agosto, pp. 771 e 772, in Sítio de internet do *Diário da República* – <http://dre.pt/pdf1sdip/1916/08/15700/07710772.pdf>

Jardim. Feitas as devidas representações ao Senado – ao qual baixaram o projeto de lei e a emenda sugerida pelos Burnay –, por parte da Direção, da Câmara Municipal e do Grupo de Amigos liderado por Anselmo Braancamp Freire, conseguiu-se finalmente a promulgação da Lei n.º 998 de 2 de julho de 1920, que dava luz verde à expropriação por utilidade pública e urgente da Quinta das Águas Boas e parte da Quinta das Laranjeiras, para uso exclusivo do Jardim, sob pena de em situação irregular reverterem para o Estado ou Câmara Municipal de Lisboa, que teriam de lhe dar idêntico fim, ou em última hipótese reverterem para os seus anteriores proprietários pelo valor de 63795\$00 estipulado no diploma<sup>1180</sup>. A posse judicial da propriedade deu-se em 9 de dezembro de 1920, mas a carta da sentença só ficou definitivamente fechada em 15 de novembro de 1922.



Fig. 67 – Uma visita escolar ao Jardim Zoológico.

*Ilustração Portuguesa*, 21/11/1910, n.º 248.

Ao longo do período em estudo, o JZAL foi palco de inúmeras festas e eventos cívicos cobertos pela imprensa. Tratava-se normalmente de efemérides que envolviam a população escolar, ações de solidariedade social, comemorações de episódios com peso histórico e social. No âmbito das primeiras, com periodicidade anual destacava-se a Festa da Árvore<sup>1181</sup>. No domínio das segundas encaixavam episódios como: um festival em benefício da Cruz Vermelha, com a presença do Presidente da República Bernardino Machado, assinalado com representação teatral, música e venda de flores<sup>1182</sup>; uma feira realizada no dia de S. João, organizada pela Cruzada das Mulheres Portuguesas com receitas a reverter a favor da sopa dos pobres<sup>1183</sup>. Comemorando episódios de relevo surgem-nos notícias várias: os festejos do 28.º aniversário do JZAL, marcados com a

<sup>1180</sup> Cf. Lei n.º 998 de 2 de julho de 1920, in *DG* n.º 137, I Série, de 2 de julho, pp. 893-894, in Sítio de Internet do *Diário da República* - <http://dre.pt/pdf1sdip/1920/07/13700/08930894.pdf>. (consulta efetuada em 20 de junho de 2013).

<sup>1181</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 26 de maio de 1923, 2.ª Série, n.º 901, p. 649: «A Festa Escolar da Árvore», decorrida no domingo 20 de maio, é assinalada com uma fotografia de uma roda de crianças junto a um coreto, onde tocava uma banda.

<sup>1182</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 5 de junho de 1916, II Série, n.º 537, pp. 645-647.

<sup>1183</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 2 de julho de 1917, II Série, n.º 593, p. 8.



oferta de um chá aos convidados no pavilhão da Gerência e com um concerto de bandas regimentais<sup>1184</sup>; a realização da festa de Aniversário do Descobrimento do Brasil no dia 3 de maio de 1913, dedicada à colónia brasileira residente, assinalada com a presença do Cônsul daquele país em Portugal, Teixeira de Macedo, convidado por Ramada Curto, presidente da SJZAL, culminando com um concerto da banda da Guarda Republicana<sup>1185</sup>; a realização em 14 de junho de 1919 da Festa da Paz, solenizando o fim da I Guerra Mundial e assinalado com a plantação simbólica da oliveira da paz<sup>1186</sup>; um festival comemorativo da Travessia do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, realizado em 22 de novembro de 1922, sendo os homenageados atores de um verdadeiro ato de generosidade, entregando o cheque da receita das entradas no valor de 4831\$00 ao Jardim, para efetuar melhoramentos.

O Jardim era também um espaço de socialização procurado assiduamente pelas pessoas com maiores posses. Tinha destaque a frequência estrangeira, que utilizava o jardim como espaço de lazer. Era também uma boa alternativa aos veraneantes impossibilitados de deixar o bulício da cidade em direção às praias<sup>1187</sup>. A procura de diversão em chás-tango promovidos em *soirées* ilustrava a afeição dos portugueses ao ritmo dançante da América Latina.

### **a. A Exposição e as Coleções**

Apontado desde o início como um espaço de investigação científica, o JZAL promovia alguns testes curiosos sobre a população aí residente. Um desses testes constituiu numa «*audição de gramofone aos animaes do Jardim Zoologico: a impressão do auditório*», que deu nome ao artigo da *Ilustração Portuguesa*, relatando a reação de diversos animais (leões, lobo, urso, leopardo, veados, zebra, catatuas, águias, chimpanzés, camelo, orangotangos, gorilas), aos sons emitidos por um aparelho próprio da época<sup>1188</sup>.

---

<sup>1184</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 3 de junho de 1912, n.º 328, p. 724.

<sup>1185</sup> Cf. *Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Caetano Alberto da Silva, Lisboa, 10 de maio de 1913, Ano 36, n.º 1237, p. 126.

<sup>1186</sup> Cf. SILVA, Fernando Emygdio da, *História do Jardim Zoológico de Lisboa 1884-1864: os movimentados oitenta anos da sua meritória existência*, Ob. Cit., p. 252.

<sup>1187</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 5 de agosto de 1922, II Série, n.º 859, p. 137. Cf. SILVA, Fernando Emygdio da, *História do Jardim Zoológico de Lisboa 1884-1864: os movimentados oitenta anos da sua meritória existência*, Ob. Cit., p. 227: Em 1912 ensaiou-se pela primeira vez o Dia da Moda, que constava da realização, uma vez por semana, durante a primavera, de sessões musicais à hora do chá.

<sup>1188</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 1 de julho de 1912, n.º 332, pp. 1-5.

Apesar da importância da vertente científica, procurando-se classificar e conhecer as espécies, tinham muito maior peso a propaganda do império português e, em consequência, os aspetos recreativos que a coleção gerava junto da curiosidade dos cidadãos.

Para satisfazer os seus objetivos científicos, lúdicos e pedagógicos, o JZAL procurou pelos meios possíveis coligir a maior variedade de espécies possível, assegurando-lhes boas condições de sobrevivência e de reprodução, ou obter subsídios para conseguir levar a efeito a sua missão. Destes sucessos, deu-nos conta uma crónica com conteúdo um tanto satírico da autoria de Acácio de Paiva, publicada na *Ilustração Portuguesa* de 19 de junho de 1920: «*muitas das especies ali em exposição se reproduzem satisfatoriamente [e] as ofertas de novos exemplares são numerosas*»<sup>1189</sup>. Porquê satírico? Porque embora comprove a entrada regular de novos animais no zoo e os seus favoráveis índices de adaptação, não deixa de mostrar preocupação quanto ao futuro, dada a crise económica e financeira vigente no país, que poderia comprometer os grandes encargos com a alimentação dos residentes do Parque das Laranjeiras, e em jeito de ironia avançava com a possibilidade de os animais servirem de refeição ao cada vez maior número de pessoas famintas.

Para coligir animais, o JZA procurou sempre obter dos Governadores das Colónias a indispensável cooperação. Para o efeito, o próprio Governo promulgou em 30 de janeiro de 1913 uma portaria incumbindo os responsáveis das «*províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor e o do Estado da Índia*», de diligenciar sobre a recolha de animais vivos dos territórios sob a sua administração e o seu envio para a Metrópole, a fim de enriquecer o JZA<sup>1190</sup>. Em 10 de maio de 1919 foi promulgado o Decreto n.º 5732 instituindo um subsídio anual contributivo para o JZ a cada uma das colónias, nos seguintes parâmetros: Cabo Verde: 120\$00; Guiné: 120\$00; S. Tomé e Príncipe: 240\$00; Angola: 120\$00; Moçambique: 360\$00; Índia: 120\$00; Macau: 300\$00; Timor: 120\$00<sup>1191</sup>. À colaboração daqueles agentes coloniais somaram-se várias doações particulares e as permutas resultantes das relações institucionais desenvolvidas com outros estabelecimentos congêneres. Neste âmbito, destacamos os contactos desenvolvidos

---

<sup>1189</sup> Cf. PAIVA, Acácio de, «Crónica», in *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 19 de junho de 1920, II Série, n.º 752, p. 34.

<sup>1190</sup> Cf. Portaria de 30 de janeiro de 1913, in *DG* n.º 30 de 7 de fevereiro de 1913, *COLP Ano de 1913*, IN, Lx., 1914, p. 54, também disponível no site do DRE <https://dre.pt/application/file/647791>.

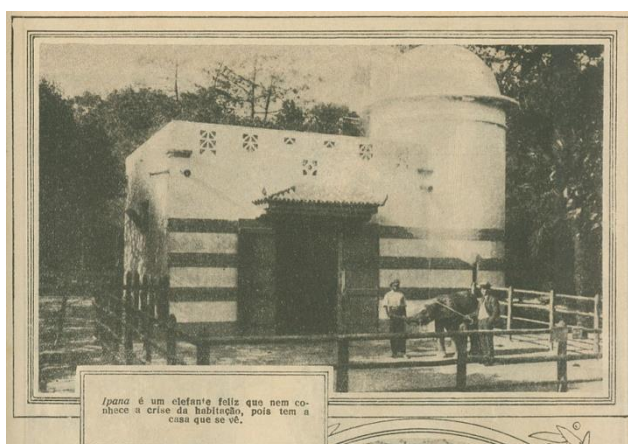
<sup>1191</sup> Cf. *DG* n.º 91, I Série, 11.º Suplemento, de 10 de maio de 1919, p. 1147, <https://dre.pt/application/file/274904>.

com o parque Hagenbeck de Hamburgo e a Real Sociedade de Zoologia de Anvers, a partir de 1911<sup>1192</sup>. O próprio Governo metropolitano também favoreceu o Jardim, oficializando um subsídio anual de 1500\$00 em 10 de maio de 1919<sup>1193</sup>.

Temos conhecimento das seguintes entradas, que normalmente marcavam picos de afluência ao jardim, para satisfação do misto de curiosidade e de medo por espécies exóticas só conhecidas através de livros: hipopótamo (1916) oferecido pela Companhia da Zambézia<sup>1194</sup>; casal de mandris, dois gatos almiscarados, carneiro de quatro hastes, macacos, porco (1920)<sup>1195</sup>; elefantes (1920 e 1923)<sup>1196</sup>.

O ano de 1912 marcou o início da colaboração do arquiteto Raul Lino no Jardim Zoológico, por cuja Direção foi contactado para projetar novas instalações para os animais. A primeira obra efetuada foi a construção de uma casa-abrigo para os cangurus, pronta naquele ano, em que decorreram arranjos nas instalações dos ursos, leopardos e otárias. Outro exemplo foi o das instalações do elefante Ipana (entrado em 1920) iniciadas em 1915, e que podemos observar na próxima imagem.

Fig. 68 – O elefante Ipana com os tratadores no cercado do seu abrigo.  
*Ilustração Portuguesa*, 6/9/1920, n.º 759.



Os poucos recursos financeiros disponíveis não inviabilizaram trabalhos de manutenção e melhoramento: em 1914 foram realizadas obras nas instalações dos camelos e das gazelas e construído um mirante na Quinta das Águas Boas; em 1915, um mirante mais pequeno no mesmo local. O ano de 1917 registou a primeira inflexão nas contas da Gerência, ao longo de vários anos consecutivos com saldos positivos,

<sup>1192</sup> Cf. SILVA, Fernando Emygdio da, *História do Jardim Zoológico de Lisboa 1884-1864: os movimentados oitenta anos da sua meritória existência*, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa, 1965, p. 224.

<sup>1193</sup> Cf. DG n.º 98, 24 supl., de 10 de maio de 1919, in *COLP Ano de 1919*, IN, Lx., 1920, pp. 1164 e 1165.

<sup>1194</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 7 de agosto de 1916, II Série, n.º 546, p. 117.

<sup>1195</sup> Cf. PAIVA, Acácio de Paiva, *Art. Cit.*

<sup>1196</sup> Cf. *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 20 de outubro de 1923, 2.ª Série, n.º 922, p. 508. «O novo inquilino do Jardim Zoológico» informa sobre a primeira exibição ao público, no dia 11 de outubro, do elefante Maputo.

marcada por um saldo negativo, acompanhando uma tendência generalizada para o agravamento dos preços das subsistências, das matérias-primas para a construção, dos salários do pessoal, e contribuindo para a paralisação dos melhoramentos em curso. A primeira retoma ocorreria só em 1919, devendo-se sobretudo aos subsídios do Ministério da Instrução Pública (3 contos), do Ministério do Ultramar (1500\$00), do Ministério das Finanças (1500\$00) e a um reforço de dotação injetado pelo Grupo de Amigos do Jardim (2000\$00). Ao longo da década de 20, a tendência foi a estabilização financeira, promissora para futuros empreendimentos e novas incorporações.

O aparato das edificações apostava mais em atrair o visitante do que em adequar-se às verdadeiras necessidades das espécies herbívoras, para quem eram relegadas as instalações mais curiosas, normalmente com um cercado e com abrigo de algum requinte arquitetónico. Quanto a espécies de animais carnívoros, as instalações em forma de jaula eram o método adotado. Para aves voadoras e algumas espécies de primatas, as gaiolas de grandes dimensões eram a solução.

O quadro apresentado de seguida permite-nos tirar algumas conclusões importantes sobre as coleções e visitas feitas ao estabelecimento.

<b>Movimento de Ofertas / Existências / Visitas Gratuitas e Pagas</b>				
<b>Ano</b>	<b>Animais oferecidos</b>	<b>Animais expostos</b>	<b>Visitas Gratuitas (Escolas)</b>	<b>Visitas Pagas</b>
1910	276	1131	1124	91919
1911	124	1057	2010	98406
1912	203	1139	1116	133045
1913	219	1054	1588	120759
1914	392	1133	4813	131110
1915	248	985	4719	106920
1916	186	894	4007	159069
1917	105	694 <sup>1197</sup>	4607	163196
1918	Sem dados	618	3401	144712
1919	45	658	4244	187274
1920	112	840	4082	203464
1921	100	850	4634	169615
1922	s/d	918	3411	117794
1923	s/d	848	4201	139197
1924	s/d	862	4121	151924
1925	s/d	859	3707	177427
1926	6	964	7000	185866

<sup>1197</sup> Diminuição significativa devida à necessidade de reduzir o número de galináceos para fazer frente ao aumento do preço dos cereais e à redução das ofertas, pelas dificuldades de navegação no período de conflito armado. Cf. SILVA, Fernando Emygdio da, *História do Jardim Zoológico de Lisboa 1884-1864...*, Ob. Cit., p. 242.

No que toca às coleções, podemos verificar uma tendência generalizada para o decréscimo do número de animais em exposição, o que se pode explicar fundamentalmente pelo período de guerra entre 1914 e 1918 e pelas consequências dele derivadas, como a carestia dos bens de subsistência e a diminuição do tráfego marítimo, comprometendo a entrada de novos espécimes.



Fig. 69 – Sessão de alimentação do hipopótamo.  
*Ilustração Portuguesa*, 7/8/1916, n.º 546.

Relativamente ao número de visitantes, embora haja flutuações, não houve tendência para a sua diminuição. Pelo contrário, aumentou o número de visitas escolares, que a partir de 1914 raramente desceu abaixo dos 4 mil visitantes. No tocante às visitas pagas, a tendência foi idêntica, nunca tendo caído abaixo dos 100 mil visitantes anuais, a partir de 1912, com um significativo recorde em 1920, a ultrapassar os 200 mil. A crescente curiosidade do público por novas espécies completamente desconhecidas, o aumento do número de diversões e o embelezamento do Jardim com novos espaços de habitação para os animais justificam a procura do espaço por cada vez maior número de pessoas, tendência que se iria manter a partir de 1927 e motivaria a compra da Quinta de Santo António em 1928, para facultar o inevitável crescimento da instituição.

O JZA estava aberto ao público todos os dias, cobrando 1\$00 por entrada. Disponibilizava aos interessados um roteiro itinerário no valor de 20 centavos. Foi um dos grandes expoentes da iniciativa privada em questões museológicas e assumidamente o primeiro museu a assumir uma estrutura empresarial. O programa museológico envergou as componentes da ciência, do lazer e do comércio, disponibilizando passeios de camelo, passeios de bote para as crianças no lago, concertos musicais no coreto aos domingos, dias santos e quintas-feiras, barracas onde os visitantes podiam comprar comida para dar aos animais e um restaurante.

## 12. MUSEU MARÍTIMO DE FARO

O Museu Industrial Marítimo de Faro foi criado por Despacho de 4 de janeiro de 1889, do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, à margem do Ministério da Marinha, que se revelou incapaz de dar resposta ao solicitado pelo Ministro Emídio Navarro: a execução de uma coleção de barcos de pesca e de cabotagem, redes, armações e aparelhos de pesca.

Por proposta do Inspetor do Ensino Industrial da Circunscrição do sul, Francisco da Fonseca Benevides<sup>1198</sup>, o Governo acabou por comprar a coleção particular do Oficial de Marinha e Engenheiro Hidrógrafo António Artur Baldaque da Silva. Apoiado pelo Diretor Geral do Comércio e Indústria, Conselheiro Ernesto Madeira Pinto, Fonseca Benevides acabou por se tornar o primeiro grande impulsionador do museu, adquirindo outros «*modelos de construção naval, aparelhos e instrumentos de navegação, modelos de navios, trabalhos de marinheiro, modelos de maquinas, quadros a óleo representando os peixes, moluscos e crustáceos mais importantes*»<sup>1199</sup> do mar Português. Antes de ir para Faro, a coleção esteve em exposição na Escola Industrial Marquês de Pombal. Na capital algarvia, o museu foi primeiramente instalado na Escola de Desenho Industrial Pedro Nunes, de que passou a fazer parte por Portaria de 25 de junho de 1898<sup>1200</sup>.

Por Despacho Ministerial de 27 de setembro de 1916, encontrando-se instalado no solar Pantoja à Rua de Santo António, o museu foi entregue à Escola de Alunos Marinheiros do Sul, por iniciativa de Carlos Lyster Franco, Diretor da Escola Pedro Nunes, de comum acordo com o Capitão de Fragata António Rafael Pereira Nunes.

---

<sup>1198</sup> Francisco da Fonseca Benevides (n. e m. Lisboa, 28/1/1835 – 19/5/1911), foi um Físico o Oficial da Marinha português. Foi professor de Física e de Hidrografia no Instituto Industrial de Lisboa, onde fundou o Museu Tecnológico, e de Mecânica e de Artilharia na Escola Naval. Exerceu também o cargo de Diretor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Escreveu sobre a Guerra, a Física, a Música e a História. A título de exemplo: *Curso de Artilharia da Escola Naval: descrição do material de guerra* (1858), *O Fogo: obra científica e literária* (1866), *A Música: memória histórico-descritiva* (1866), *Noções de Física Moderna com Numerosas Aplicações* (1870), *Rainhas de Portugal* (1878-1879, 2 volumes) e *O Real Teatro de S. Carlos de Lisboa* (1894). Colaborou com vários artigos em revistas e jornais, como *Jornal de Ciências, Matemáticas, Físicas e Naturais* da Academia Real das Ciências de Lisboa, *Jornal do Comércio, Revista Militar, Ocidente*, etc. Foi distinguido com os graus de Cavaleiro da Ordem de Cristo (1862), Cavaleiro da Ordem de Santiago (1866), Comendador da Ordem de Cristo (1867). Foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1866. Cf. [http://www.infopedia.pt/\\$fonseca-benevides](http://www.infopedia.pt/$fonseca-benevides).

<sup>1199</sup> Cf. ORTIGÃO, António de Macedo Ramalho, *Museu Marítimo anexo ao Departamento Marítimo do Sul: Catálogo*, Faro, 1931, p. 2.

<sup>1200</sup> Cf. DG n.º 139 de 28 de junho de 1898, in *COLP Anno de 1898*, Imprensa Nacional, Lx., 1898, pp. 323-324

Para arrumar as coleções na sede da Escola de Marinheiros no antigo Paço Episcopal, foram destacados dois instrutores da referida escola: os oficiais João Baptista de Barros e António de Macedo Ramalho Ortigão. O espaço era exíguo e a instalação do Departamento Marítimo do Sul no mesmo imóvel em 1923, após a extinção da escola, obrigou à mudança do museu para as antigas casernas, onde se manteve em péssimas condições de conservação<sup>1201</sup>.

Por volta de 1929, chegou-se a equacionar a transferência do museu para Lisboa, para enriquecer o futuro Museu da Marinha. Deve-se a Ramalho Ortigão a sua permanência em Faro, depois de ter conseguido do Ministro da Marinha – Magalhães Correia – a garantia de que o museu não sairia de Faro. A Ramalho Ortigão se deve também o trabalho posterior de beneficiação das coleções e instalação do museu na ala inferior direita do antigo refeitório dos alunos e praças.

Pode pois concluir-se que a 1.<sup>a</sup> República simplesmente assistiu à passagem de mãos do museu, à sua transferência para os espaços da nova tutela e à temporária decadência. A recuperação e o crescimento das coleções vieram em período posterior.

---

<sup>1201</sup> António de Macedo Ramalho Ortigão dá-nos uma ideia clara do péssimo estado de conservação das coleções do museu, descrevendo os objetos que tiveram restauro e os que se perderam, com um balanço francamente negativo: «*A coleção de quadros a óleo, composta de trinta e nove telas do laureado pintor João Vaz, vinte e oito do pintor H. P. d'Almeida [...] e cinco da Senhora D. Maria Justina Tiburcio, aluna que foi da Escola Industrial Pedro Nunes, num total, portanto, de 64 apreciáveis trabalhos, encontravam-se em mísero estado. As telas, muitas de quarenta e tal anos, que nunca tinham sido tratadas e pareciam quasi talagarsa, foram todas beneficiadas [...] trabalho, executado com carinho e verdadeira mestria, se deve ao pintor pela Escola de Belas Artes de Lisboa e Director da Escola Industrial e Comercial de Tomaz Cabreira, de Faro, Carlos Augusto Lyster Franco [...] que] pintou ainda trez grandes telas – o atum, o roaz e um trecho da costa do Algarve, que ofereceu ao Museu, e ainda todos os fundos onde assentam as diferentes redes e artes de pesca. § Dos modelos de barcos, apenas se aproveitaram os cascos; velas, cabos, palamenta, tudo foi substituído. § Dos modelos de redes e artes de pesca nada se aproveitou, sendo tudo executado de novo*». Cf. ORTIGÃO, António de Macedo Ramalho, *Museu Marítimo anexo ao Departamento Marítimo do Sul: Catálogo, Ob. Cit.*, pp. 4 e 5.

### 13. MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA DE ALCÁCER DO SAL

À semelhança do que aconteceu com Beja, a história das instituições municipais de Alcácer do Sal foi seriamente comprometida. Em 1967, o Arquivo Municipal ardeu, tendo sido destruída a documentação que nos permitiria colmatar os parcos conhecimentos que detemos sobre o Museu Municipal.

Em 20 de maio de 1913 a Câmara Municipal de Alcácer do Sal resolveu enviar uma representação ao Ministro da Justiça no sentido de solicitar a cedência de uma igreja pertencente a um extinto convento de Frades<sup>1202</sup>, localizada à entrada da vila, e que há muito se encontrava desafetada do culto. O objetivo da cedência era a transferência para um espaço único, que por sinal detinha interessantes campas funerárias brasonadas e lápides epigrafadas dos séculos XV e XVI, do Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia, fundado em 15 de outubro de 1894 (graças aos esforços do padre Francisco da Mata Galamba e de Joaquim Correia Batista<sup>1203</sup>). O museu foi inicialmente instalado numa sala do edifício dos Paços do Concelho, mas por falta de espaço para albergar todas as coleções estendeu-se também ao Convento de Santa Clara, cedido pelo Governo por decreto de 4 de Junho de 1901. «*A junção de tudo em casa só para esse fim destinada, impõe-se á consideração de todos, como acto de reconhecida necessidade e de valor científico*»<sup>1204</sup>. Colocada a ideia à consideração da CCELS em 13 de junho de 1913, esta respondeu a 17 de julho, sugerindo o arrendamento da igreja. A Câmara Municipal manifestou a sua discordância «*attendendo ás obras consideráveis de que carece a igreja do extincto convento dos frades, e á sua conservação, e propôs a cedência gratuita, obrigando-se a reparar e conservar o referido edifício*»<sup>1205</sup>, mas ciente de que a lei não previa a gratuidade, oferecia a quantia de 50 escudos. A secundar as intenções da Câmara Municipal estavam também a Junta de Paróquia de São Tiago, à

---

<sup>1202</sup> Trata-se, certamente, da igreja que alberga a capela das onze mil virgens, adossada ao Convento de Santo António. Na igreja renascentista da responsabilidade do arquiteto António Rodrigues, encontram-se os túmulos dos Mascarenhas, família aristocrática portuguesa responsável pela edificação da igreja. Cf. *Convento de St.º António – Capela das Onze Mil Virgens*, col. Alcácer do Sal, Gabinete de Informação e Relações Públicas – Câmara Municipal de Alcácer do Sal, s/d.

<sup>1203</sup> O Museu Municipal de Alcácer do Sal foi criado em sessão camarária de 15 de outubro de 1894, sendo responsáveis pela deliberação José Serra Lince (Presidente), Manuel Augusto de Matos, António da Costa Vila-Boim, Manuel Perez Ramirez, Francisco Vieira dos Reis (vogais) e Joaquim Correia Baptista (secretário). Cf. JLV, «Excursão archeologica ao sul de Portugal», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, 1898, S. 1, vol. 4, p. 105.

<sup>1204</sup> Cf. Representação da Comissão Administrativa Municipal de Alcácer do Sal, datada de 20 de maio de 1913, e assinada pelo Presidente Artur Luís Parreira Brandão Salgado, enviada ao Ministro da Justiça por intermédio do Governador Civil de Lisboa em 11 de junho de 1913, in ACMF, Processo CJBC/SET/ALC/ADMIN/024.

<sup>1205</sup> Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal ao Presidente da CCELS, datado de 26 de julho de 1913, *Ibidem*.



qual estava atribuída a guarda das chaves da dita igreja, e a CCABI. Esta apresentava um firme e circunstanciado argumento sobre a Câmara e o Museu, que não é demais deixar registado:

«[...] a sua adaptação a muzeu municipal recomenda-se e impõe-se mesmo: (a) porque esta Camara, com notavel e desusado civismo, vem de há muitos anos colecionando n'uma das salas dos Paços do Concelho diversos objectos arqueológicos, a contar da epocha Neolítica, grande numero de moedas desde a epocha romana, columnas, pedaços de estatuas, brazões d'armas, e não tem casa propria para este fim, e d'aquela, ainda que acanhada onde conserva com verdadeiro culto os aludidos objectos, carece para uma das repartições da secretaria da Camara ou talvez para instalação de uma biblioteca. (b) porque a entrada alpendrada tem belas columnas, a porta de estylo compósito d'esse templo, as campas brasonadas que ele contém, algumas de varões illustres nas guerras e nas sciencias [...] (c) Porque não tomando a Camara conta d'esse edificio, dentro de algum tempo estará desmoronado».<sup>1206</sup>

Como vemos todas as entidades eram favoráveis à instalação do museu na igreja do Convento de Santo António, tendo a Comissão Concelhia proposto a irrisória renda anual de 3\$00<sup>1207</sup>, dado o acentuado estado de degradação do edifício, cuja conservação passaria a ser da responsabilidade da Autarquia, caso ela aceitasse as condições de cedência. Tal não aconteceu, e sabemos que em 1914 a Câmara Municipal instalou o museu na Igreja do Espírito Santo, informando a CCELS em 5 de novembro de 1915 sobre a não aceitação da igreja «do extinto convento dos frades»<sup>1208</sup>.

---

<sup>1206</sup> Cf. Offício da CCABI de Alcácer do Sal, datado de 30 de julho de 1913, assinado pelo Secretário Cassiano Martins Branco, enviado à CCELS, in ACMF, Processo CJBC/SET/ALC/ADMIN/024, *Cit.*

<sup>1207</sup> Cf. Offício da Comissão Concelhia, datado de 23 de agosto de 1913, enviado à CCELS, *Idem.*

<sup>1208</sup> Cf. Offício da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, assinado pelo presidente Manuel Augusto de Matos, de 5 de novembro de 1915, enviado à CCELS, *Ibidem.*

#### 14. DE AQUÁRIO A ESTAÇÃO DE BIOLOGIA MARÍTIMA: O AQUÁRIO VASCO DA GAMA

*«De mero estabelecimento recreativo, de casa em ruína, sem guia nem objectivo, de contestável utilidade, o Aquário passou a ser um estabelecimento científico, uma peça importante na organização oficial do serviço das Pescas, uma casa próspera e sólida, podendo hobrear com os melhores dos seus congéneres estrangeiros»<sup>1209</sup>.*

##### Os primeiros anos

A 20 de maio de 1898, por ocasião do IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, a Comissão Executiva das comemorações inaugurou no Dafundo, à entrada de Lisboa, o Aquário Vasco da Gama (AVG), estando presente a Família Real. D. Carlos, devotado oceanógrafo, aproveitou para expor numa das salas o resultado das suas campanhas oceanográficas de 1896 e 1897. Em 5 de dezembro de 1899 passou para a tutela do Estado, tendo sido entregue ao Ministério da Marinha em 20 de fevereiro de 1901. O AVG prosseguiu desde o início objetivos de recreio e instrução popular, através da exposição de espécies vivas dos rios e mares portugueses, mas também científicos, com atividades próprias de um centro de estudos biológicos. A obra dirigida inicialmente por Girard depressa foi negligenciada e os objetivos de investigação científica caíram por terra.

Fig. 70 – O Aquário Vasco da Gama nos primeiros anos.

Cortesia da Instituição.



Com a passagem do AVG para a tutela da Marinha, o primeiro Diretor – Armando da Silva – elaborou o primeiro relatório de funcionamento, destacando a ruína do edifício e a sua manutenção como mero mostruário de espécimes vivos.

Na sessão de Anatomia do XV Congresso Internacional de Medicina, decorrido em 25 de abril de 1906, almejou-se a criação em Portugal de uma estação de Biologia Marítima para colmatar o falhanço do Laboratório de Zoologia Marítima criado por Augusto Nobre em Leça da Palmeira. Para levar a bom termo esse voto constituiu-se uma comissão promotora presidida por Mattoso Santos, que levou ao surgimento da

<sup>1209</sup> Cf. COSTA, A. Celestino da, *O Aquário Vasco da Gama: Estação de Biologia Marítima: Relatório apresentado à Comissão Oceanográfica na Sessão de 1 de Dezembro de 1921 e referente aos anos 1917 a 1921*, Lisboa, 1922, p. 3.

Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (SPCN). As hipóteses em cima da mesa eram instalar a estação no Forte de Albarquel, dada a biodiversidade existente entre os estuários do Tejo e do Sado ou construir um edifício de raiz. Se a primeira hipótese não foi aceite muito menos a segunda, por constrangimentos orçamentais do Estado. Veio então uma terceira, que constava de analisar as condições que o AVG oferecia para poder ser adaptado a estação de Biologia. Feitas as necessárias averiguações, concluiu-se que servia perfeitamente, visto apresentar espaço suficiente para instalar laboratórios e outras dependências necessárias para o efeito, além de possuir tanques suficientemente grandes para instalar as espécies a estudar e estar rodeado de terrenos ermos que permitiam a sua ampliação. A estas condições favoráveis somavam-se a proximidade de Lisboa e as suas variadas associações culturais e científicas com quem estabelecer contactos institucionais. O inconveniente mais relevante, que era a localização num estuário e não em plena costa oceânica, era minimizado com a proposta de instalação gradual de postos junto à costa. Na sequência destas conclusões foi exarado o Despacho do Governo de 19 de junho de 1909, entregando a direção técnica, administração, manutenção dos espaços, promoção da investigação científica e divulgação dos estudos efetuados do AVG à SPCN, por um prazo mínimo de 5 anos, eventualmente renováveis<sup>1210</sup>.

Ao tomar posse do AVG no dia 17 de julho, a SPCN deparou-se com instalações muito degradadas: tanques mal conservados, filtros avariados, vidros e lanternins partidos. As urgentes obras de regeneração representaram um esforço de grande vulto para a Comissão Administrativa eleita em 20 de julho, constituída por Almeida Lima (Presidente da SPCN), Mark Athias (Secretário perpétuo da SPCN) e Antero de Seabra (Diretor do AVG). Confrontados com o eterno problema da falta de verbas que permitissem custear as obras, obtiveram algum suporte financeiro dos Ministérios da Marinha e das Obras Públicas e da Câmara Municipal de Oeiras a cedência de terrenos para ampliação dos espaços e a construção de dependências essenciais. Seguiu-se o projeto, que incluía: ampliação das galerias de água doce e salgada; novos aquários; instalações para répteis e anfíbios vivos; uma sala grande com novos aquários e um teto de vidro; instalação de laboratórios de Microscopia, Anatomia, Química e Biologia; uma biblioteca; gabinete da direção; gabinete fotográfico; laboratório de piscicultura em

---

<sup>1210</sup> Cf. COSTA, A. Celestino da, *O Aquário Vasco da Gama: Estação de Biologia Marítima: Relatório referente aos anos de 1913 a 1917, apresentado na sessão de 21 de novembro de 1917*, Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, Lisboa, 1918, p. 4.

terreno anexo; aquisição de um barco a vapor para a recolha de espécimes; instalação de postos anexos; aumento do pessoal auxiliar; criação de um lugar de naturalista; criação de um complexo de tanques de água em betão em terreno anexo por trás do AVG, para demolição dos depósitos em ferro localizados por cima do vestíbulo e responsáveis pela ruína do teto.

### **Na República**

O complexo plano de obras atrás referido iniciou-se durante a 1.<sup>a</sup> República, ainda durante a direção de Antero Frederico de Seabra, naturalista do Museu Bocage e responsável pelo início da transformação do aquário em estação de Biologia Marítima. Tiveram execução: a montagem de três laboratórios individuais; o início da sala de Anatomia; a montagem de uma pequena biblioteca e de um laboratório de Biologia contíguo àquela; a iniciação de um laboratório de manipulações químicas e de um laboratório de piscicultura; a beneficiação dos aquários de exposição; a transformação da galeria dos aquários de água doce; a reparação de canalizações; a substituição de vidros; a construção de aquários e terrários; a dotação dos laboratórios com mobiliário e da sala destinada a museu com vitrinas; a transformação da galeria de aquários de água salgada; início da construção do complexo de tanques para eliminar os 36 depósitos de ferro que encimavam o vestíbulo e da casa para motores. O incremento das obras foi tal que o Diretor não hesitou em afirmar que 1910-1911 foi um período «*da execução do trabalho planeado*», transformando o AVG «*numa das melhores estações biológicas da Europa*»<sup>1211</sup>.



Fig. 71 – Um grupo de visitantes contemplando alguns aquários.  
*Ilustração Portuguesa*, 19/1/1914, n.º 413.

Ao nível das coleções também houve uma intensa atividade de troca e compra de animais, somada às doações e às pescas, contribuindo para um crescimento significativo

<sup>1211</sup> Cf. Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, *Aquario Vasco da Gama – Relatório de 1910-1911*, Batista, Torres & C.<sup>ta</sup>, Lisboa, 1911, p. 3.

do número de espécies em exposição. Como principal novidade os répteis e anfíbios, até aí inexistentes. Os relatórios produzidos sobre a atividade do AVG permitem-nos conhecer alguns dos espécimes vivos entrados no complexo entre os anos de 1910 e 1913. Lamentamos que não existam registos para os restantes anos da República, mas as súmulas de receitas e despesas indicadas nos relatórios até ao ano de 1916-17 sugerem a aquisição contínua de exemplares. Os dados disponíveis, comparados com os de outras instituições, demonstram a preocupação em sistematizar a informação<sup>1212</sup>.

A exposição organizada em 1913 para comemorar o 3.º Aniversário da Implantação da República foi outra ocasião importante para o crescimento das coleções. No seu âmbito, para além de serem mostrados os novos aquários e as novas espécies nacionais e exóticas, o AVG recebeu a título provisório uma importante coleção de peixes preparados pertencente à Comissão Central de Pescarias, que passou a constituir um museu ictiológico, e uma coleção de barcos de pesca. Do Museu Bocage recebeu uma de animais conservados, marinhos. A exposição foi ótima para mostrar à população as reformas implementadas, testemunhando a gradual passagem de «*simples Museu de animais vivos, comparavel a um Jardim Zoologico*»<sup>1213</sup>, a instituição científica apostada na produção de conhecimentos de Biologia Marinha e na sua transmissão. No rescaldo da exposição a SPCN foi agraciada com um louvor, pela Portaria de 28 de novembro de 1913.

Chegado o ano de 1914 e estando a terminar a direção de cinco anos da SPCN, ela própria equacionava qual o melhor tipo de gestão a levar por diante, uma vez que a sobrevivência do AVG não podia ser levada a cabo com tão poucos recursos humanos e financeiros. É então que se gera um impasse pautado por uma disputa da tutela. O naturalista sócio da SPCN, Augusto Nobre, preparou um projeto de lei para ser apresentado no Senado, defendendo a entrega da gestão administrativa e pedagógica do AVG à Universidade de Lisboa. O Ministério da Marinha interpretou o alvitre de Augusto Nobre como um atentado aos seus interesses e apresentou um contra-projeto de lei com as seguintes prerrogativas: a propriedade do AVG atribuída à Marinha; a instalação da Comissão Central de Pescarias no AVG; a criação de uma Estação de

---

<sup>1212</sup> Ver listagem de exemplares vivos ou preparados entrados entre 1910 e 1912 em Apêndice Documental – Doc. 65. Em 1910-1911, o AVG despendeu 10\$355 réis; em 1911-1912: 33\$695; 1912-1913: 18\$84,5; 1913-1914: 58\$74; 1914-1915: 9\$45; 1915-1916: 32\$49; 1916-1917: 18\$66. Cf. SPCN, *AVG: Relatório de 1910-1911, Ob. Cit.*, p. 12; SPCN, *AVG: Relatório de 1911-1912*, Tip. da Livraria Ferin, Baptista, Torres e C.a, Lisboa, 1912, p. 14; SPCN, *AVG: Relatório de 1912-1913*, Tip. da Livraria Ferin, Torres e C.a, Lisboa, 1913, p. 9; COSTA, Celestino da, *O AVG: EBM: Relatório referente aos anos de 1913 a 1917 [...]*, *Ob. Cit.*, pp. 37-40.

<sup>1213</sup> Cf. *Idem*, p. 10.

Biologia Marítima administrada por uma comissão composta por um delegado da Comissão de Pescarias, um da Universidade de Lisboa e outro da SPCN, e com um naturalista responsável pelo seu funcionamento. Depois de filtrado pela Comissão de Marinha da Câmara de Deputados, o projeto de lei ficou ainda mais radical, pois entregava em exclusivo a administração do Aquário à Comissão Central de Pescarias. Esta represália foi resolvida com o abandono da ideia de passar o AVG para o Ministério da Instrução e com a entrega da administração à SPCN por mais um ano. Em março de 1915, a SPCN apresentou ao Ministro da Marinha a sua proposta para a futura gestão do AVG, sem prazo definido, que constava de criar oficialmente a Estação, entregando-a a uma comissão composta por um delegado do Ministério da Marinha (MM), um da SPCN e pelo Diretor, nomeado pela segunda. O acordo, que por proposta da Marinha teve uma duração de cinco anos, foi assinado em 6 de maio de 1915, satisfazendo ambas as corporações em anterior litígio, pois a comissão era presidida por um delegado do MM, incluía um delegado daquele ministério, com as funções de secretário, um Diretor técnico nomeado pela SPCN e, eleito por esta última, um delegado. Com este acordo, a SPCN conseguiu garantir os seus objetivos de instalar a Estação de Biologia, com «*direito de iniciativa nas propostas de melhoramentos, assim como lhe compete promover a instalação de laboratórios e organizar colecções e biblioteca*»<sup>1214</sup>. Antero de Seabra foi reconduzido no cargo de Diretor Técnico mas resignou em julho de 1915 e foi substituído por Carlos de Arruda Furtado, cuja eleição só teve lugar a 5 de novembro, tendo sido confirmada pelo Ministro da Marinha no dia 13. Todavia, a sua direção durou muito pouco pois confrontado com fortes restrições orçamentais e com uma total falta de autonomia, pediu a exoneração do cargo a 10 de abril de 1916. Em 28 de maio seguinte foi eleito Diretor Técnico Celestino da Costa, que tomou posse em 3 de junho.

Durante o vazio de Direção Técnica entre julho e novembro de 1915, encarregou-se da liderança o Presidente da Comissão Administrativa, 1.º Tenente de Marinha Carlos Pereira, que concluiu alguns dos projetos em curso, como o anexo de depósitos de água, a instalação de novas bombas e canalizações, a renovação de outras e de alguns dos aquários. Deu continuidade às obras de edificação dos laboratórios e aumentou as colecções, conseguindo da Comissão Central de Pescarias a cedência a

---

<sup>1214</sup> Cf. *Idem*, p. 13.

título de empréstimo da coleção de barcos de pesca que tinha estado patente quando da exposição comemorativa do 3.º Centenário da República.

Deveu-se a Carlos Pereira a publicação de um interessante catálogo intitulado *Relação dos exemplares vivos e preparados*<sup>1215</sup>, *modelos de aparelhos e de barcos de pesca, etc., existentes no Aquário Vasco da Gama Estação de Biologia Marítima quando da exposição realizada em Julho de 1915*, deste mesmo ano. Permite-nos perceber a configuração do AVG: a sala A, com diversas vitrinas, em que se distribuíam a coleção de 32 modelos de barcos de pesca cedida pela Comissão Central de Pescarias (CCP), um modelo do AVG, uma coleção de esponjas e madreperolas, outra de moluscos e modelos usados na piscicultura e ostricultura, um conjunto de aparelhos e utensílios de pesca e exemplares preparados pertencentes ao AVG, ao Arsenal da Marinha e à CCP; a galeria de aquários de água salgada com 61 espécies de peixes, moluscos e crustáceos; a sala B encerrava os aquários de água doce e os terrários, em que se distribuíam 42 espécies de batráquios, anfíbios e peixes da Europa, Ásia e África; a galeria dos aquários de água doce, com 24 espécies de Portugal, América, Índia e restante continente asiático e várias vitrinas com conchas de amêijoas e de ostras, preparações de peixes, moluscos e crustáceos da costa portuguesa, África e Timor; na Sala C encontravam-se dispostos 13 aquários de água doce, pelos quais se distribuíam 17 espécies de peixes da América Central, Indostão, China e Portugal, alguns dos exemplares nascidos já no AVG. A ação de Carlos Pereira estendeu-se também aos funcionários, para quem conseguiu um aumento dos vencimentos e uniformes de serviço, apostando numa melhor imagem da instituição. Ao nível científico pouco fez mas a contratação de um preparador do Museu Bocage conhecido como Sr. Costa, permitiu colmatar a sua inaptidão científica. O preparador montou um novo laboratório e dedicou-se à etiquetagem das peças. A Comissão Administrativa de Carlos Pereira cessou funções em novembro de 1916, sendo substituído pelo Capitão de Fragata Albano Mendes de Magalhães Ramalho, que conseguiu um certo desafogo financeiro para prover à dispendiosa manutenção do Aquário.

---

<sup>1215</sup> Os exemplares preparados pertenciam na sua totalidade à Comissão Central de Pescarias.

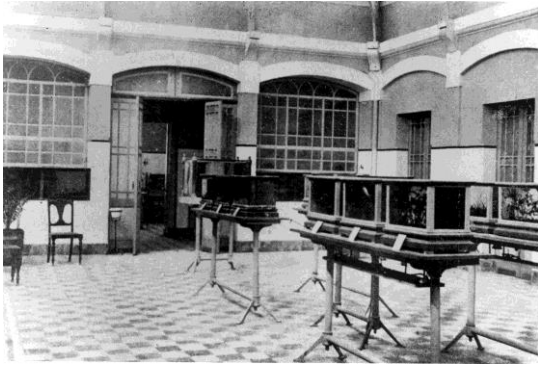


Fig. 72 – Sala de aquários de espécies exóticas em 1917.

Cortesia do AVG.

A Direção Técnica de Celestino da Costa<sup>1216</sup> orientou-se para: concretizar a Estação de Biologia; dotar os laboratórios de Microscopia e de Biologia de água canalizada e de equipamento; iniciar a instalação do laboratório de Anatomia; construir pequenos aquários de cimento armado com canalização adequada; montar o gabinete de fotografia; enriquecer a biblioteca com bibliografia especializada. A partir de 1916 começou-se a dar uso aos laboratórios e, conseqüentemente, à publicação de alguns trabalhos. Fizeram-no, entre outros, Alfredo de Magalhães Ramalho. Projetaram-se também profundas remodelações na estrutura do edifício conduzidas pelo arquitecto Rosendo Carvalheira, que previam a transformação da parte superior do vestíbulo onde anteriormente se localizavam os depósitos de ferro num andar nobre com uma sala de conferências, uma biblioteca e um gabinete de direcção, tornando-se desejo do Diretor alargar esse andar nobre a toda a área do edifício, para criar novos laboratórios e aumentar o museu. Os serviços do maquinista Manuel Joaquim Nunes também se destacaram na construção e adaptação caseira de motores e engenhos de aquecimento dos aquários.

Celestino da Costa preconizou alguns dos objetivos que iriam ser legislados enquanto missão do AVG, nomeadamente o do serviço à instrução e à investigação. Além disso, também defendeu a autonomia relativamente a qualquer Ministério e a constituição de personalidade jurídica e moral próprias, não obstante a sua dependência orgânica do Governo. Essa autonomia era, no entendimento do Diretor Técnico, atingível com a entrega da administração a uma Comissão Oceanográfica constituída

---

<sup>1216</sup> Augusto Pires Celestino da Costa (n. e m. Lisboa, 16/4/1884 – 26/4/1956). Foi um médico histologista e embriologista português. Frequentou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, licenciando-se em Medicina em 1905. Em 1911 tornou-se Professor Catedrático de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, instituição de ensino em que desempenhou diversos cargos e funções até 1954. Fez diversos estágios no país e fora dele e foi autor de estudos científicos que lhe valeram reconhecimento dentro e fora de Portugal, que se refletiu em diversas distinções. Entre tantas outras associações de que fez parte, destacamos aqui a de Sócio Fundador da SPCN. Cf. <http://www.fm.ul.pt/pub/2010/links/pdfs/professoraugustopirescelestinodacosta.pdf> (consulta efetuada em 18 de janeiro de 2015).



por delegados de todas as instituições interessadas em manter um empreendimento do género, nomeadamente instituições de ensino superior, científicas e industriais e também o Governo. Essa Comissão não dispensava a existência de um diretor técnico que gerisse em instância imediata o dia a dia da Instituição.

Embora Celestino da Costa reconhecesse que o AVG não fora concebido para servir como Estação de Biologia, defendia que podia ser convertido para essa finalidade, apesar de estar à beira do rio Tejo e não implantado em plena costa oceânica. Para tal, tornavam-se essenciais a posse de uma embarcação resistente e apetrechada do equipamento necessário para fazer colheitas e a existência de postos de apoio ao longo da costa, como já havia sido proposto por Antero de Seabra. Reunidos estes requisitos, a par de funções educativas junto do ensino superior ou da população em geral, com um museu convenientemente instalado e com a autonomia desejável, conseguia-se transformar o AVG em estação biológica.

O Decreto n.º 5615 de 10 de maio de 1919 oficializou a transformação do AVG em Estação de Biologia Marítima, regulamentando o seu funcionamento e estabelecendo como finalidades: a execução «*de investigações científicas relativas à fauna e flora dos mares e rios de Portugal e outros trabalhos de biologia, tanto pura como aplicada à cultura das espécies aquáticas*»<sup>1217</sup>; a instituição de cursos e realização de conferências; o fornecimento de materiais e coleções para estudo aos estabelecimentos nacionais e estrangeiros que o solicitassem; a organização ou participação em excursões científicas e económicas de Biologia Marítima; prestar consultoria sobre assuntos de Biologia Marítima; servir a instrução popular pela exposição de exemplares vivos ou preparados; prestar o seu contributo no desenvolvimento da indústria pesqueira, expondo os seus produtos; colaborar com a CCP no desempenho das suas funções de estudo; prover à manutenção do museu de marinha patente nas suas instalações. Instituiu também o Museu de Marinha. A nova condição trouxe ao AVG uma crescente autonomia administrativa e científica, embora se mantivesse sob dependência do Ministério da Marinha. O artigo 3.º designa-o como pessoa moral com capacidade para adquirir e administrar os seus bens e dotações em função dos seus objetivos, dispensando a aprovação do Governo, sempre que os bens fossem transmitidos livres de encargos e para servir aos fins da estação. Passou a ser

---

<sup>1217</sup> Cf. Decreto n.º 5615 de 10 de maio de 1919, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa Publicada no ano de 1919, Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921, p. 772. Ver Doc. 64 em Apêndice Documental.

dirigida por um Conselho de Administração tricéfalo, composto por um delegado do Ministério da Marinha (Presidente<sup>1218</sup>), um naturalista com o cargo de Diretor dos serviços técnicos e científicos e outro com o cargo de assistente. O Conselho apoiava-se numa Comissão Oceanográfica<sup>1219</sup>, a quem cumpria usar de todos os meios possíveis para prover ao desenvolvimento da Estação. A sede era o edifício do aquário, apoiado por um conjunto de postos a criar nas regiões que mais se justificassem, sob proposta do Diretor e aprovação do Conselho de Administração, e por três embarcações (uma maior com motor, e duas mais pequenas). Na sede previa-se a instalação de um grande e variado tipo de valências, desde laboratórios e outros espaços técnicos (de acesso restrito) a espaços de exposição e de utilização pública condicionada<sup>1220</sup>, sendo estes disponíveis em horário alargado.

Quanto aos recursos humanos, Celestino da Costa era da opinião que os naturalistas de serviço deveriam ter formação científica universitária, complementada com a preparação técnica obtida com as atividades e valências próprias de uma estação de Biologia. Em suma, advogava uma união entre a teoria e a prática, a formação contínua e permanente dos naturalistas com vista ao progresso da Ciência. Em prol do progresso da Biologia Marítima defendia o livre acesso de qualquer cientista da área aos laboratórios do AVG.

Entre 1917 e 1921 avançou significativamente a obra de elevação de um andar superior na parte principal do aquário, para instalar o museu. Foram também: concluídas as casas destinadas aos laboratórios fotográfico e químico; instalados aquários móveis com circulação de água salgada nos laboratórios de estudo; adquiridos vários instrumentos e aparelhos para laboratório e aquário; instalada a oficina; adquirido um

---

<sup>1218</sup> Previa-se que viesse a assumir a Direção do futuro Museu da Marinha. Ver nota seguinte.

<sup>1219</sup> A Comissão Oceanográfica era composta pelo «*Presidente do Conselho de Administração; O naturalista director; O naturalista assistente; O secretário da Comissão Central de Pescarias; O naturalista da Comissão Central de Pescarias; Um delegado da Faculdade de Ciências de Lisboa; Um delegado da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais; Um representante dos industriais de pesca. [...] mais três membros de nomeação do Governo, sob proposta do Conselho de Administração; [...] quaisquer indivíduos de competência reconhecida nos assuntos de que se ocupa a Estação*». Cf. Decreto n.º 5615 de 10 de maio de 1919, *Ibid*, Regulamento do AVG, art. 36.º. A ideia de constituir uma comissão oceanográfica foi sugerida por Celestino da Costa no seu relatório, já citado, dos anos de 1913 a 1917.

<sup>1220</sup> *Ibid.*, «Art. 5.º Na estação haverá as seguintes instalações: § a) Laboratórios individuais para naturalistas; § b) Laboratório de anatomia; § c) Laboratório de química; § d) Instalação fotográfica; § e) Sala para terrários; § f) Galerias de aquários para água doce e salgada; § g) Tanques para cultura e depósito de animais; § h) Salas para museu de marinha; § i) Depósitos de água doce e salgada; § j) Casa das máquinas; § k) Oficina de serralharia; § l) Gabinete do Conselho de Administração; § m) Gabinete do naturalista director; § n) Biblioteca».

motor a combustível; reinstalada a biblioteca em nova sala, com nova estanteria e novas entradas<sup>1221</sup>.

Em 1923 ficaram concluídas as obras do andar que encima o vestíbulo para se instalar o Museu Oceanográfico, e que viria mais tarde a ser ocupado com grande parte das coleções do Rei D. Carlos, que pelo Decreto-Lei n.º 25601 de 11 de julho de 1935 passaram gratuitamente da Liga Naval Portuguesa para o AVG-EBM<sup>1222</sup>. Até à promulgação desse decreto, alguns anos passaram sem que a Direção do AVG conseguisse obter da Liga Naval Portuguesa o aval para que, invocando a maior especialização, objetivos de estudo e instrução e capacidade financeira para manter a coleção, esta fosse entregue aos seus cuidados. Teve inclusivamente que debater-se com a transferência do acervo para a Câmara Municipal de Cascais em finais de 1929 ou inícios de 1930, por autorização do Rei D. Manuel II, supostamente por desconhecimento de que o AVG era muito mais do que um espaço de exposição de animais vivos, assumindo desde 1919 um caráter oficial de instituto de investigação científica<sup>1223</sup>.

A concretização gradual em Estação de Biologia Marítima denota uma profunda transformação na missão e vocação do AVG. De estabelecimento de instrução pela exposição de espécimes vivos, passou a ser um instituto de investigação científica,

---

<sup>1221</sup> Cf. COSTA, A. Celestino da, *O Aquário Vasco da Gama: Estação de Biologia Marítima: Relatório [... de...] 1917 a 1921, Ob. Cit.*, pp. 9 e 10.

<sup>1222</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 25601, *DG*, I Série, n.º 158, de 11 de julho de 1935, disponível em formato digital no sítio de internet do Diário da República, em <http://dre.pt/pdf1sdip/1935/07/15800/09980998.pdf> (consulta efetuada a 19 de fevereiro de 2013). A Liga Naval Portuguesa foi legatária de D. Manuel II, recebendo a coleção do seu pai, o Rei D. Carlos, por testamento redigido em 20 de setembro de 1915, com aplicação a partir da morte do soberano deposto, em 2 de julho de 1932. Apesar das disposições testamentárias só terem tido efeito em 1932, a Liga Naval foi depositária do acervo desde 1910. Em finais de 1929, a Liga Naval cedeu à Câmara Municipal de Cascais a coleção, e com a publicação do Decreto-Lei aqui citado, a autarquia daquela vila reclamou contra as suas disposições em ofício de 26 de julho de 1935, assinado pelo Presidente António Cardoso, invocando o desinteresse do Ministério da Marinha e do AVG pela coleção e os investimentos já feitos em Cascais para a conservação do Museu Oceanográfico D. Carlos I, numas dependências do palacete do Museu Conde de Castro Guimarães. Conformando-se com as determinações do Decreto, reclamava uma indemnização pelo investimento feito em prol da coleção. O testamento de D. Manuel II, em Apêndice Documental (Doc. 66), destaca também as disposições preliminares (n.ºs 14 a 16) do que viria a ser o Museu da Casa de Bragança instalado no Paço Ducal de Vila Viçosa, e administrado pela Fundação da Casa de Bragança, oficializada por Decreto n.º 23240 de 21 de novembro de 1933, *DG* n.º 266, I Série, pp. 2029-2033 (<https://dre.pt/application/file/325410>).

<sup>1223</sup> Cf. «Informação sobre o assunto do ofício n.º 175 de 26 de julho de 1935 [da Câmara Municipal de Cascais para o Ministro da Marinha] dirigido ao Exmo Snr. Governador Civil de Lisboa», de 23 de setembro de 1935, da autoria do Presidente do Conselho de Administração do AVG, Albano Mendes de Magalhães Ramalho, pp. 5 e 6, in Biblioteca do AVG: «*Percorrendo agora no Arquivo da Liga Naval, a correspondência relativa a esta questão, verifiquei o que já tinha como certo: no pedido de autorização que ela fez ao Snr. D. Manuel e á Snr.ª D. Amélia para a transferência da colecção para Cascais, nem tão pouco em qualquer documento anterior, existe a mínima alusão ou á existência do Aquário como estabelecimento destinado ao estudo da oceanografia ou ás suas diligencias em obter a colecção*».

objetivando aplicações económicas e pedagógicas relevantes. No decurso dos trabalhos de investigação dos naturalistas internos e externos foram publicados alguns estudos, que podem ser conhecidos em apêndice do relatório de Celestino da Costa para os anos de 1917 a 1921. Nesta publicação e nas homólogas de anos anteriores podem encontrar-se também importantes informações sobre as receitas e despesas e o número de visitantes com entradas pagas, que aumentaram de forma regular durante o período em estudo, contribuindo para um otimismo exacerbado dos seus responsáveis, que parece ter-se desvanecido alguns anos depois<sup>1224</sup>.

A nova vocação impulsionou a aquisição de uma nova embarcação – Albacora, permitindo maior segurança em deslocações mais longínquas para a colheita de espécimes para estudo e conservação. Entre 1923 e 1926 realizaram-se expedições oceanográficas na costa de Portugal, Madeira e Selvagens a bordo dos navios Cinco de Outubro e Albacora. As observações daí resultantes foram publicadas em vários volumes dos *Rapports et Procès-verbaux des Réunions du Conseil Permanent International pour l'Exploration de la Mer*. Outra publicação em que foram divulgados alguns estudos do AVG-EBM foi o *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, especialmente no número VI, de 1912, da autoria de Antero Frederico de Seabra<sup>1225</sup>. De Alfredo Magalhães Ramalho foi publicado no volume VIII da mesma revista um estudo sobre os corpos interrenais dos elasmobrânquios (tubarões e raias).

Durante o regime do Estado Novo, o poder político resolveu modificar o estado de coisas por considerar que não existia qualquer vantagem «*na existência comum dos dois organismos, antes sendo visível a fraca eficiência de ambos e o nulo desenvolvimento que um e o outro têm tido nas duas últimas décadas*»<sup>1226</sup>. Foi então promulgado o Decreto-Lei n.º 38079 de 5 de dezembro de 1950, criando o Instituto de Biologia Marítima, subordinado à Direcção-Geral da Marinha e restituindo ao aquário o seu nome primitivo, bem como a sua vocação meramente lúdica e educativa, confirmada pelo Decreto n.º 38437 de 21 de setembro de 1951, aprovando um novo Regulamento Interno para o Aquário Vasco da Gama.

---

<sup>1224</sup> O autor indica-nos os seguintes totais de visitantes em entradas pagas: 1910 – 15562; 1911 – 12531; 1912 – 14598; 1913 – 19515 (incluindo a exposição do Tricentenário da República); 1914 – 20942; 1915 – 16507; 1916 – 18899; 1917 – 22156; 1918 – 24393; 1919 – 30388; 1920 – 28734; 1921 – 38636. Cf. COSTA, A. Celestino da, *O AVG: EBM: Relatório [... de...] 1917 a 1921*, *Ob. Cit.*, p. 28.

<sup>1225</sup> Os títulos dos artigos publicados por Anthero Frederico de Seabra foram *Sobre algumas espécies de Peixes da costa de Marrocos e de Portugal* e *Sobre alguns ensaios de reprodução de Peixes e Anfíbios do Aquário*.

<sup>1226</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 38079 de 5 de dezembro de 1950, *DG*, n.º 249, I Série, p. 1139, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1950/12/24900/11391141.pdf> (consulta efetuada no dia 14 de fevereiro de 2013).

## 15. MUSEU DE SÃO ROQUE

«ocupa hoje uma acanhada sala dependente da Misericórdia onde os objectos estão mais armazenados do que expostos, sem as condições de apresentação que o seu excepcional valor artístico exigia»<sup>1227</sup>.

### **Antecedentes**

Entre 1560 e 1768, a Companhia de Jesus construiu e decorou a Igreja de S. Roque e a respetiva casa professa, reunindo no complexo bens de diversos pontos do Oriente e da América, num «*espírito eclético*»<sup>1228</sup>, para o culto ou para adorno, e sucessivamente aumentados com a construção de capelas no corpo da igreja e grupos completos de paramentos e alfaias litúrgicas.

Depois da expulsão dos Jesuítas por Pombal, o rei D. José doou a igreja e a casa professa à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – desalojada da Igreja da Conceição Velha na sequência do terramoto de 1755 – por Carta Régia de 8 de fevereiro de 1768. A doação resultou na junção das coleções de ambas as instituições, agrupadas em quatro grandes grupos: o da antiga Ermida de S. Roque, consagrada em 1515 e demolida para a construção da igreja, constituído por algumas lápides alusivas à história do imóvel, uma imagem do Santo proveniente da muralha fernandina e tábuas alusivas à sua vida, atribuídas a Cristóvão de Utreque; o fundo jesuítico propriamente dito, constituído por ourivesaria da Igreja de S. Roque, os retratos régios de D. João III e D. Catarina da autoria de Cristóvão Lopes e alguns quadros de motivo religioso da autoria de Fernão Gomes e Diogo Teixeira; o conjunto de objetos da Capela de S. João Baptista, encomendada por D. João V na Itália em meados do século XVIII, constituído por um importante conjunto de objetos de prata e bronze, alguns livros sagrados e paramentaria; um quarto grupo, constituído por pinturas e peças de ourivesaria documentando a história da Misericórdia de Lisboa desde a sua fundação até aos finais do século XVIII, destacando-se o quadro representando o casamento de D. Manuel I (1541), da autoria de Garcia Fernandes, procedente do retábulo da Conceição Velha, sede da misericórdia entre 1534 e 1755.

### **As origens do museu**

A intenção expressa de mostrar os tesouros artísticos da Misericórdia de Lisboa remonta a 30 de janeiro de 1843, altura em que foram expostas pela primeira vez na

---

<sup>1227</sup> Cf. SANTOS, Reinaldo dos, «Museu de S. Roque», in PROENÇA, Raul, *Ob. Cit.*, pp. 241 e 242.

<sup>1228</sup> Cf. GUEDES, Isabel Maria Teixeira Faria de Ferreira, *O Museu de S. Roque no Limiar do Século XXI: nova programação museológica*, Tese de Mestrado em Museologia e Museografia orientada por Fernando António Baptista Pereira e Carlos Amado, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006, p. 17.

presença da Família Real as relíquias da igreja, situação que se tornou habitual a partir de então<sup>1229</sup>. Em 1853 o Provedor José Maria da Silva Torres sugeriu a construção de uma casa forte à prova de fogo onde colocar vitrinas envidraçadas para acondicionar e disponibilizar as preciosidades artísticas ao público. Em 1892, durante o mandato do Provedor Tomás de Carvalho, o adjunto Jorge Camelier foi encarregue de presidir a uma comissão para arrolar os bens do Tesouro da Capela. Dessa comissão resultou um relatório denunciando o mau estado de arrumação do acervo, sugerindo novamente a sua acomodação em casa forte própria, a sua transferência para a sacristia e anexos, a beneficiação do acervo por pessoas com conhecimentos artísticos e o levantamento fotográfico de todas as peças para enriquecer o inventário de cada uma. Em suma, recomendava-se a sua transmissão às gerações futuras e rapidamente se encetaram ações de divulgação da Capela, através da comercialização de reproduções de uma litografia da autoria de Roque Gameiro, fotografias e uma monografia bilingue em português e francês, intitulada *A Capella de S. João Baptista na Igreja de S. Roque da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Jorge Camelier foi recompensado com a nomeação para Administrador da capela em 1893. Desejando-se colocar regularmente à disponibilização pública o acervo da capela, em 11 de dezembro de 1897 a Mesa da Misericórdia resolveu convidar António Mena Júnior, condutor das obras públicas, para a direção dos trabalhos de conservação da sacristia.

Na sequência de uma visita do Provedor António Augusto Pereira de Miranda, em que constatou as deficientes condições de arrumo do Tesouro e a sua dispersão, ficou decidido patenteá-lo ao público por ocasião das comemorações do 4.º Centenário da Fundação da SCML, com a colaboração do colecionador de arte Francisco Ribeiro da Cunha. Em 21 de agosto de 1898 foi inaugurada na sacristia da igreja a exposição do Tesouro da Capela de S. João Baptista, «*para apresentação pública das alfaias e paramentos*»<sup>1230</sup> e das relíquias da Santa Casa nas duas capelas que ladeavam a capela-mor. Era tamanha a abundância de peças expostas que muitos objetos se encontravam em posições inacessíveis para serem apreciados e estudados<sup>1231</sup>, num

---

<sup>1229</sup> Cf. MORNA, Teresa Freitas, «Breve Síntese sobre a evolução do Museu de São Roque: A primeira apresentação pública da coleção – génese do Museu», in OLIVEIRA, Maria Helena (Coord. Geral), MORNA, Teresa Freitas, *Museu de São Roque: Roteiro*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Museu de São Roque, Lisboa, dezembro de 2008, 2.ª edição, p. 11.

<sup>1230</sup> Cf. GUEDES, Isabel Maria Teixeira Faria de Ferreira, *Ob. Cit.*, p. 54.

<sup>1231</sup> Cf. MORNA, Teres Freitas, «Breve Síntese sobre a evolução do Museu de São Roque: A primeira apresentação pública da coleção – génese do Museu», *art. Cit.*, p. 11: «*Para o efeito, acomodou-se o arcaz seiscentista para servir de expositor e cobriram-se as pinturas laterais com os sumptuosos*

espaço exíguo e mal iluminado. O objetivo predominante na altura era sobretudo mostrar a riqueza das coleções, não havendo grandes preocupações com a sua conservação. A mostra, coincidente com as comemorações da chegada de Vasco da Gama à Índia e por isso com grande concurso de visitantes, resultou num catálogo coordenado por Francisco Marques de Sousa Viterbo, intitulado *A Capella de S. João Baptista Erecta na Igreja de S. Roque* (1902), com a colaboração de Rodrigo Vicente de Almeida, oficial da Biblioteca do Palácio Real da Ajuda, onde se encontrava a documentação respeitante às encomendas de D. João V, e do fotógrafo Augusto Bobone.

As deficientes condições da exposição suscitaram a resolução do Provedor Pereira de Miranda de ampliar a exposição à casa professa de S. Roque, designadamente à antiga sala de extrações da Lotaria da Santa Casa, de que resultou a inauguração do Museu do Tesouro da Capela de S. João Baptista em 11 de janeiro de 1905, na presença de D. Carlos e D. Amélia, depois do Arquiteto Arnaldo Adães Bermudes ser chamado a desenvolver o projeto e a regularizar a fachada do edifício adjacente à igreja. Este novo fôlego, coincidente com a crescente valorização das artes decorativas em Portugal iniciada na Exposição de Arte Ornamental de 1882, deveu-se ao trabalho de Francisco Ribeiro da Cunha, que fez um inventário pormenorizado das relíquias da igreja e foi recompensado com o cargo de Conservador do museu, que ocuparia até à década de 20. O museu revelou maiores preocupações museográficas e de conservação e simultaneamente um maior número de peças, exibidas em «*expositores inspirados no mobiliário seiscentista, em que a sobrecarga na apresentação era já de certo modo contida, mas ainda era vocacionada, sobretudo para a fruição estética dos objectos*»<sup>1232</sup>, num gosto revivalista.

A 1.ª República não acrescentou grandes novidades museográficas. Em setembro de 1911 a Administração da SCML decidiu encerrar a igreja ao culto, transformando-a na ampliação do museu, que depois de arrumada passou a estar aberta ao público todos os dias entre as 11 e as 15 horas.

A expansão do museu, circunscrito à igreja, à sacristia e à antiga sala de extrações da lotaria, caberia à Ditadura. Entre 1929 e 1931, decorrendo o mandato do Provedor José da Silva Ramos, realizaram-se grandes empreitadas de ampliação e

---

*paramentos da coleção, exibindo-se as principais peças de ourivesaria em expositores em madeira de ébano, numa linguagem tipicamente revivalista que procurava ir ao encontro do gosto seiscentista».*

<sup>1232</sup> GUEDES, Isabel Maria Teixeira Faria de Ferreira, *Ob. Cit.*, p. 54.

renovação da exposição para o segundo piso da antiga casa professa, trabalho confiado ao engenheiro Virgílio Preto, sob orientação museográfica de Jorge Cid e do próprio provedor. Foram ocupadas novas salas, houve uma maior seleção e valorização de objetos, ao mesmo tempo que se adotou finalmente um discurso narrativo, utilizando os velhos expositores ornamentados e inserindo novos de perfil mais sóbrio<sup>1233</sup>.

---

<sup>1233</sup> Sobre a história do Museu de S. Roque ver também MORNA, Teresa Freitas, «O Museu de São Roque – 100 Anos de História 1905-2005», in OLIVEIRA, Maria Helena (Coord.), *100 Anos do Museu de São Roque 1905 – 2005*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Museu de São Roque, julho, 2005, pp. 10-53.



## 16. MUSEU INSTRUMENTAL DO CONSERVATÓRIO E OS CONGÉNERES PARTICULARES

### Antecedentes

A ideia de criar um museu do género nasceu com D. Luís I, ele próprio músico e colecionador «*de instrumentos musicais de corda, europeus e orientais, antigos e modernos*»<sup>1234</sup>. A morte prematura do Monarca deitou por terra o sucesso do empreendimento. De relações bem próximas com aquele rei, Augusto Carlos Teixeira de Aragão também constituiu uma coleção instrumental. Muito próximo da Casa Real, Possidónio Narciso da Silva foi um dos precursores do colecionismo metódico e científico, inspirando uma geração que entendia o património cultural como uma forma de enriquecimento moral e, conseqüentemente, conducente ao aperfeiçoamento profissional e ao progresso material.

A par da iniciativa real, imbuído de um espírito idêntico ao de Narciso da Silva e decerto conhecedor da obra de Joaquim de Vasconcelos publicada em 1870 e intitulada *Os músicos portugueses: biographia-bibliographia*, destacou-se no meio colecionista o artista Alfredo Keil, um dos grandes defensores dos museus como transmissores de conhecimentos, e cujos trabalhos de catalogação e estudo terão sido determinantes para outros seguidores, que abordaremos. Embora já tivesse uma coleção multidisciplinar constituída ao longo do séc. XIX, Alfredo Keil reuniu a sua coleção sistemática de instrumentos musicais entre 1900 e 1907 por influência de Ernesto Vieira, que ao visitar o museu particular do artista na sua residência da Avenida da Liberdade terá perguntado pela existência de instrumentos musicais nas coleções reunidas, já que se tratava de um músico<sup>1235</sup>. Metódico, preocupou-se em publicar o resultado do seu esforço: em 1904 saiu a *Breve Notícia dos Instrumentos de Musica antigos e Modernos da Collecção Keil* e no ano seguinte, em que abriu o seu museu ao público, o *Catalogo Descritivo dos Instrumentos de Musica Antigos e Modernos da Collecção Keil*. Ao longo do tempo em que coligiu foi anotando um *Catalogo dos Instrumentos Antigos e Modernos da Collecção KEIL começada em 1900*, contrastante com uma leva de novos ricos que colecionavam como apanágio de riqueza, não se eximindo de alienar objetos valiosos para qualquer destino ao primeiro sinal de dificuldade económica. Keil assumiu uma posição bastante crítica à incúria do Estado em não ter procurado reunir ou restaurar os

---

<sup>1234</sup> Cf. TRINDADE, Maria Helena (Superv.) et Al., *Michel'angelo Lambertini 1862 – 1920*, Instituto Português de Museus / Museu da Música, Lisboa, 2002, p. 240.

<sup>1235</sup> Cf. TUDELA, Ana Paula, «O Museu Sonhado e a 1.ª República. Diário dos esforços vãos ou a criação da memória futura», in TUDELA, Ana Paula e TRINDADE, Maria Helena (Coord.), *Tempos e contratempos: Expectativas e realidade na criação de um museu instrumental durante a 1.ª República* [Catálogo de exposição], Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, 2011, p. 17.

instrumentos dos conventos extintos ao longo do séc. XIX. Para colmatar este panorama o artista lançou-se num projeto pessoal de aquisições, dentro e fora do país, dos instrumentos musicais que permitissem, pelo menos, abarcar a sua evolução na Europa. O seu esforço resultou na aquisição de 365 exemplares, aumentados depois da sua morte pela viúva e o filho Luís Keil.

O musicólogo e organólogo Michel'angelo Lambertini<sup>1236</sup>, também ele um colecionador de obras de pintura, escultura e armas, com vasta cultura e conhecimentos nos campos da técnica, da arte e da museologia musicais, a nível nacional e no estrangeiro – especialmente Victor Mahillon do Museu Instrumental de Bruxelas –, e que se impõe como um instigador à revolução do ensino da música em Portugal<sup>1237</sup>, pode bem ser considerado o grande impulsionador de um museu instrumental português. Em dois artigos da sua autoria, publicados na revista por si criada e dirigida – *A Arte Musical* –, intitulados «Noticiário do paiz» (agosto de 1904) e «O Museu Keil» (15 de abril de 1905), Lambertini avançou com as propostas de aproveitamento daquelas coleções, de outros museus e de particulares para a constituição de um museu nacional da especialidade e salvar o património musical disperso, acusando os poderes

---

<sup>1236</sup> Michel'angelo Lambertini (Porto, 14/4/1862 – Lisboa, 21/12/1920). Foi um músico, professor, comerciante de instrumentos musicais, colecionador de arte, filantropo, organizador e promotor de eventos musicais, de ascendência italiana. Inscreveu-se no Conservatório Real de Lisboa em 19 de setembro de 1868, onde aprendeu Piano, Violoncelo, Flauta, Fagote, Harmonia e Contraponto e Francês. Em 1883 tornou-se professor de canto coral nas escolas municipais de Lisboa. Colaborou em diversas publicações periódicas musicais como *Cithara* (de 1878), *A Arte Musical* (da sua responsabilidade, iniciada em 15 de janeiro de 1899 e terminada em 31 de dezembro de 1915), *Anuario Musical*. Foi sócio da Academia Marcos Portugal (14 de novembro de 1881), sócio honorário da Real Academia de Amadores de Música, sócio efetivo da Associação dos Professores de Música de Lisboa (6 de junho de 1900). Fez parte da Comissão Promotora de Concertos Sinfónicos, constituída em 1900 e da Sociedade de Amadores de Música de Câmara, oficializada no mesmo ano. Em 1901 fundou a Escola de Música de Câmara. A ele se deve a composição para piano *Serenatina*, cujas receitas foram enviadas para as vítimas do terramoto na Ligúria (Itália). Foi distinguido com várias condecorações: Cavaleiro da Ordem de Cristo (15 de março de 1888); Ordem da Coroa de Itália (26 de agosto de 1896); Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (30 de junho de 1898). Foi membro da Liga de Educação Estética com outros nomes de relevo, como Raul Lino, Columbano e José de Figueiredo (1909). Em 19 de dezembro de 1911 obtém do Ministro do Interior, Silvestre Falcão, o apoio do Governo ao projeto de criação do Museu Instrumental. Tornou-se vogal do Conselho de Arte Musical do Conservatório Nacional de Lisboa, a partir de 21 de dezembro de 1911. Foi também vogal do Conselho Artístico do Orpheon de Lisboa, criado em março de 1913. A ele se deve o artigo sobre a música em Portugal, para ser publicado na *Encyclopedie de la Musique et Dictionnaire du Conservatoire*, dirigida por Albert Lavignac (1915). Cf. TUDELA, Ana Paula e MACHADO, Carla Capelo, «Cronologia» in TRINDADE, Maria Helena (Superv.) et Al, *Michel'angelo Lambertini 1862 – 1920*, Instituto Português de Museus / Museu da Música, Lisboa, 2002, pp. 31-51.

<sup>1237</sup> Cf. TUDELA, Ana Paula, «Michel'angelo Lambertini e a criação de um Museu Instrumental em Lisboa», *Idem*, p. 113: «Para Michel'angelo era fundamental que a educação do músico transcendesse o mero tecnicismo e lhe permitisse adquirir uma cultura musical mais completa, sem a qual não passaria de um mero executante, de um músico mecânico e pouco criativo. A função que reservava para um museu de instrumentos musicais juntamente com a urgência que lhe atribuía esclarece-nos sobre a sua visão reformadora», porque não só defendia a criação de um museu de instrumentos, mas também a de uma biblioteca musical anexa.

públicos de indiferença pelas questões artísticas. A morte de Alfredo Keil no ano de 1907 terá sido decisiva para os futuros esforços de Lambertini, apostado em evitar que a coleção daquele fosse dispersa a alienada<sup>1238</sup>.

### **Na República**

A República criou as condições para, de forma tímida, se reconhecer ao nível político a necessidade de criar um museu instrumental, a par de outros museus de especialidade, como o Museu da Revolução, do surgimento de sociedades de propaganda da música, de associações e de congressos nesse domínio<sup>1239</sup>. O próprio Michel'angelo Lambertini, na sua obra *O Museu Instrumental e as minhas relações com o Estado*, reconhecia que «a ocasião não podia ser mais azada para a realização d'esse sonho d'arte»<sup>1240</sup>, urgindo evitar a delapidação ocorrida com a extinção dos conventos em 1834 e aproveitar os recheios dos palácios reais e dos conventos extintos com o novo Regime. Tendo em conta a campanha de anos que Lambertini conduziu em prol da Museologia musical, o novo regime publicou a Portaria de 21 de dezembro de 1911<sup>1241</sup>, do Ministério do Interior, encarregando-o de reunir em local apropriado e salvar da destruição, sem quaisquer custos para o Estado, os instrumentos, partituras e iconografia musicais que encontrasse dispersos por edifícios públicos ou religiosos, incluindo museus. Sem outro objetivo que não o da conservação, para o coletor nomeado afigurava-se o de os patentear ao público num museu da especialidade, quando houvesse fôlego financeiro.

O assunto do museu foi debatido em Assembleia Geral do CAA1 de 14 de fevereiro de 1912. Henrique Lopes de Mendonça esclareceu o plenário sobre a recusa da Academia das Ciências de Lisboa em ceder a título de depósito os instrumentos do seu museu, alegando que o legado não permitia a alienação de qualquer objeto. Por outro lado destacava a vantagem de criar no Conservatório uma exposição de instrumentos

---

<sup>1238</sup> Sobre o Museu instrumental de Alfredo Keil ver: AZEVEDO, Pedro A. de, «Miscelânea: 12. Museu de Alfredo Keil. – Visita do Presidente da República», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, jan.-set. de 1912, S.1, vol. 17, n.º 1-9, pp. 166-167 [Citando o jornal *A Luta*, de 10 de dezembro de 1911]; «Figuras e Factos: O Museu Keil», in *Ilustração Portuguesa*, O século, Lisboa, 18 de dezembro de 1911, n.º 304, pp. 776. «O Museu Keil», in *Ilustração Portuguesa*, O século, Lisboa, 25 de dezembro de 1911, n.º 305, pp. 793-795.

<sup>1239</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge, «O Museu Instrumental de Lisboa – Um “museu de especialidade” no período republicano, in TUDELA, Ana Paula e TRINDADE, Maria Helena (Coord.), *Ob. Cit.*, p. 36.

<sup>1240</sup> Cf. LAMBERTINI, Michel'angelo, *O Museu Instrumental e as minhas relações com o Estado*, Lisboa, 1913, p. 4.

<sup>1241</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 298, de 22 de dezembro de 1911, p. 5078, disponível no sítio de internet do Diário da República: <http://dre.pt/pdfgratis/1911/12/29800.pdf>

como apoio à cadeira de História da Música. Adões Bermudes mostrava-se também contra a saída, do Museu Nacional de Arte Antiga, dos «*instrumentos musicas que possuam formas artísticas e delicadezas de arte raras ou unicas*»<sup>1242</sup> e defendia que ocupassem uma secção especial naquele museu central, à semelhança de alguns museus estrangeiros. José de Figueiredo, por seu turno, informava os presentes sobre não oferecer oposição à transferência, pois os instrumentos eram destituídos de carácter artístico e a sua decoração tinha um papel secundário.

Como se verifica, os contratemplos começaram desde o início, com certa resistência de alguns responsáveis dos estabelecimentos originais ou depositários dos instrumentos, salvaguardando-se casos como o de José de Figueiredo, que concordou ceder os instrumentos musicais do MNAA, por não terem valor artístico acentuado<sup>1243</sup>, e do CAA1, que em sua sessão de 19 de outubro de 1912 autorizou a entrega de um órgão portátil do Convento do Salvador, com interesse do ponto de vista estritamente musical. Os fornecedores de instrumentos foram, além do convento referido atrás, o Palácio de Mafra, o Conservatório Nacional, o Palácio da Pena, o Palácio de Sintra, o Museu Nacional de Arte Antiga, Manuel de Macedo Pereira Coutinho, o Museu Nacional dos Coches, o Museu de Artilharia, o próprio Lambertini, os conventos de S. Francisco e de Brancanes em Setúbal e os conventos do Desagravo e do Sacramento, de Lisboa.

Para a compilação foram cedidas algumas salas do Palácio das Necessidades que começaram a receber objetos a partir de 28 de janeiro de 1912<sup>1244</sup>. Entretanto, alguns deles tiveram que ser devolvidos, pois foi entendimento do Governo devolvê-los à Família Real, considerada a sua proprietária. Por outro lado, um dos mais acesos colaboradores de Lambertini, o republicano José Relvas, parecia chocar com as buscas do primeiro em levar para Lisboa os instrumentos musicais do Palácio-Convento de Mafra, onde havia sido criado um museu. José Relvas, secundado nesta solução por José de Figueiredo, opôs-se abertamente à saída de objetos do palácio-convento e as insistências de Lambertini terão sido a grande razão do seu afastamento do projeto.

A par das diligências de Lambertini, José de Figueiredo informou o CAN em sessão de 17 de maio de 1912, da receção de uma carta dirigida pela viúva de Alfredo

---

<sup>1242</sup> Cf. «Acta n.º 4», de 14/2/1912, in *Actas da Assembleia Geral do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscção, 1911-1931, Doc. Cit.*, p. 17.

<sup>1243</sup> Cf. «Acta n.º 11», de 16/2/1912, in *Actas da CE do CAA1 1911-1917* (Livro 1), *Cit.*, p. 24.

<sup>1244</sup> A acomodação provisória justificava-se pelas obras em curso no edifício do Conservatório Nacional da Rua dos Caetanos, para cujo projeto Michel'angelo Lambertini terá contribuído, dando as necessárias indicações sobre a criação de espaço reservado para o museu e a biblioteca anexa.

Keil, na qual a remetente solicitava «o seu parecer sobre a possibilidade de aquisição, por parte do Estado, pela quantia de doze contos de reis, pagáveis no praso de um anno, da collecção de instrumentos musicaes que pertenceu a seu fallecido marido»<sup>1245</sup>. Alegava também a interlocutora que já lhe tinham sido feitas ofertas de estrangeiros, superiores a vinte contos, e que por sua vontade e do marido preferia que as coleções permanecessem em Portugal, ainda que fossem alienadas por menor quantia. JF sugeriu que o Governo encarregasse um perito de avaliar a coleção. Decorridos mais de dois anos ainda nada se tinha resolvido sobre o assunto, motivando a proposta de D. José Pessanha em sessão do CAN de 28 de agosto de 1914, para que Michel'angelo Lambertini e Afonso Lopes Vieira fossem nomeados como examinadores do museu de instrumentos de Alfredo Keil. Em aditamento, José de Figueiredo propôs que José Pessanha fosse agregado à comissão de exame da coleção.

Em 4 de maio de 1913, depois de «16 mezes de luctas extenuantes»<sup>1246</sup>, Lambertini foi oficialmente afastado da tarefa de que estava incumbido, por ofício do Ministro do Interior, entregando os 146 objetos e conjuntos reunidos<sup>1247</sup> no dia 13 de junho seguinte à Comissão de Arrolamento dos bens do Palácio das Necessidades. Eis o mote para o início de um projeto museológico musical independente do Estado. Para o efeito, sonhava obter o apoio do rei deposto para obter exemplares dos paços reais e de Luís Keil a venda, em prestações suaves, da coleção do seu pai. Para a instalação deste novo museu, já considerava obter o auxílio de António Carvalho Monteiro, começando desde logo a reunir objetos, quer comprados por si, quer graças à generosidade de particulares com ligações à música e à cultura em geral, inclusive de José Relvas. Dos objetos reunidos durante os anos de 1913 e 1914, deu conta em publicações, destacando-se o *Primeiro nucleo de um Museu Instrumental: Catalogo summario*, editado em 1914, mas só publicado com adenda em 1915, e em que constavam «174 instrumentos musicais, antigos e modernos, 547 acessórios e ferramentas para a oficina do museu, 650 obras literárias e musicais e 109 peças iconográficas»<sup>1248</sup>.

---

<sup>1245</sup> Cf. «Sessão de 17 de Maio de 1912», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional* (1911-1921), Lisboa, AHSGMEC, p. 12.

<sup>1246</sup> Cf. LAMBERTINI, Michel'angelo, *Ob. Cit.*, p. 7.

<sup>1247</sup> Os objetos recolhidos por Lambertini no Palácio das Necessidades encontram-se devidamente identificados por Ana Paula Tudela no artigo «Percurso das colecções de instrumentos musicais na 1.ª República – À procura de um museu», in TUDELA, Ana Paula e TRINDADE, Maria Helena (Coord.), *Ob. Cit.*, 2011, pp. 77-85. Essa listagem também está disponível no artigo da mesma autora «Michel'angelo Lambertini e a criação de um Museu Instrumental em Lisboa», in TRINDADE, Maria Helena (Superv.) et Al, *Michel'angelo Lambertini 1862 – 1920, Ob. Cit.*, pp. 128-131.

<sup>1248</sup> Cf. TUDELA, Ana Paula, «O Museu Sonhado e a 1.ª República. Diário dos esforços vãos ou a criação da memória futura», *Cit.*, p. 25.

No Conservatório Nacional – onde existiam alguns instrumentos reunidos ao longo da sua história, fruto de ofertas de professores da instituição, dos seus familiares ou de outras entidades<sup>1249</sup> – tomou-se conhecimento dos trabalhos em que se encontrava empenhado Lambertini. Este resolveu dar um novo crédito ao Estado, mostrando-se disposto a entregar a sua coleção à guarda do Museu Oficial e a encarregar-se de coligir, organizar e conservar as coleções existentes naquele estabelecimento de ensino, cujo museu em tempos havia sido sugerido em carta de Lambertini a José Relvas, de 29 de outubro de 1910<sup>1250</sup>.

Por proposta de Francisco Bahia – Diretor da Escola de Música do Conservatório – e interferência de Júlio Dantas – Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, Inspetor e Professor do Conservatório –, o Governo decretou em 28 de junho de 1915<sup>1251</sup> a criação do Museu do Conservatório Nacional, com uma secção de Música e outra de Teatro, na Rua dos Caetanos. Aí deveriam ser compilados os objetos recolhidos entre 1911 e 1913 no Palácio das Necessidades, os existentes no Conservatório e os que Lambertini recolheu por iniciativa própria, bem como a sua própria biblioteca da especialidade. O colecionador foi convidado para o cargo de Conservador da secção musical, ao passo que a de Teatro foi entregue a Júlio Dantas, sem qualquer remuneração. Depressa Lambertini se viu a braços com a falta de instalações necessárias e de verbas para poder levar a efeito a empresa e adquirir a coleção Keil, apontada como uma das razões iniciais para a criação do museu. A decidir o definitivo divórcio entre Lambertini e a iniciativa estatal passados seis meses estiveram as complicações burocráticas que adiavam a entrega das coleções inicialmente reunidas nas Necessidades. Todas as condições que tornariam viável o prosseguimento do Museu Instrumental estatal estavam contrariadas e Lambertini virou as costas de vez.

Nestas contingências, Lambertini recorreu novamente à boa vontade de particulares. Desta vez a António Carvalho Monteiro, capitalista e colecionador, que adquiriu a coleção do autor da música da Portuguesa (1916) e a de Michel'angelo,

---

<sup>1249</sup> Sobre os instrumentos reunidos no Conservatório, desde a origem do museu em 1915, até ao ano de 1929, ver o artigo citado de Ana Paula Tudela, intitulado «Percurso das colecções de instrumentos musicais na 1.ª República – À procura de um museu», pp. 86-89.

<sup>1250</sup> *Ibidem*.

<sup>1251</sup> Cf. Decreto n.º 1681 publicado no *Diário do Governo*, n.º 122, 1.ª Série, de 28 de junho de 1915. O 11.º e último artigo do decreto designa como Conservador artístico da seção musical do Museu do Conservatório, Michel'angelo Lambertini. <http://dre.pt/pdf1sdip/1915/06/12200/05760576.pdf> (Sítio de internet do Diário da República – consulta efetuada no dia 13 de junho de 1913).

ambas recolocadas num edifício cedido para o efeito na Rua do Alecrim, onde se juntaram às coleções do benemérito.

Estamos, assim, perante a existência de dois museus: o do Conservatório, estagnado e amorfo no decreto que o fundou, e o de Lambertini e Carvalho Monteiro, que ia crescendo graças à determinação do primeiro e ao dinheiro do segundo, conseguindo coligir um conjunto superior a 500 peças.

As mortes de Carvalho Monteiro em 25 de outubro de 1920 e de Michel'angelo Lambertini em 21 de dezembro do mesmo ano não encontraram quem continuasse a obra iniciada a título imediato, mantendo-se o museu ao abandono nas instalações sem que os herdeiros de ambos se mostrassem interessados em prosseguir com ele, que por sua vez havia ficado sem definição jurídica definida.

A partir de 1931 a situação começou a inverter-se, com os esforços de Júlio Dantas (Inspetor do Conservatório, Professor e Diretor da Secção Dramática)<sup>1252</sup>, Viana

---

<sup>1252</sup> Júlio Dantas (n. Lagos, 19/05/1876 – m. Lisboa, 25/05/1962), foi um médico, poeta, dramaturgo, romancista, professor, jornalista, político e diplomata português. Com três anos, a sua família, a viver em Lagos devido à condição de Militar do pai, regressou a Lisboa, cidade onde Júlio Dantas viveu e trabalhou até morrer. Iniciou-se na poesia aos 14 anos, na altura frequentava o Colégio Militar. Frequentou a Escola Politécnica para fazer algumas cadeiras indispensáveis ao Curso Médico, que concluiu na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1899. Exerceu Medicina no Exército apenas por 12 anos, com importante papel na reorganização sanitária das forças armadas, mas deu uso aos seus conhecimentos clínicos nas obras dramáticas e históricas que elaborou ao longo da vida. Em 1912 foi requisitado para o Ministério do Interior como Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, cargo que desempenhou até 1946, por nomeação de 21 de maio de 1912. Neste cargo desempenhou grandes serviços ao País, pois a ele se deveram grandes incorporações bibliográficas e arquivísticas, mediante aquisições feitas no país e no estrangeiro, a publicação de inéditos, o alargamento da rede de arquivos e bibliotecas públicos e a criação do primeiro Posto de Saneamento e Desinfecção de Livros. Em 15 de março de 1909 tomou posse do cargo de Diretor da Secção Dramática do Conservatório Nacional (Escola de Arte de Representar com a República), no âmbito da qual não só lecionou, como organizou a parte respetiva do museu daquela Instituição, dividindo-o em três subsecções: Arte Histriónica; Coreografia; Artes Subsidiárias do Teatro. Enquanto Poeta, Júlio Dantas publicou os seus primeiros versos na secção juvenil do jornal *Diário Ilustrado* (1892), por iniciativa de Henrique Lopes de Mendonça, ficando conhecidos os versos sob o pseudónimo Thyrsó, publicados n.º *A Paródia* de Bordalo Pinheiro em 1901 e 1902. Também escreveu contos, romances e peças teatrais, como a *Severa*, passada a cinema pelas mãos de Leitão de Barros. Como jornalista, assinou muitos artigos, folhetins, crónicas políticas e sociais, crítica artística ou literária. Na política iniciou-se ainda na Monarquia Constitucional, sendo eleito deputado pelo Partido Progressista no Círculo de Coimbra (1905), cargo que não passou daquele ano. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros nos Governos de Bernardino Machado (1914), Cunha Leal (1921-1922) e de Ginestal Machado (1923). Foi Ministro da Instrução Pública durante 41 dias, nos Governos de António Granjo e Álvaro de Castro. Pertenceu ao efémero Partido Reconstituente (1920), liderado por Álvaro de Castro e ao Partido Nacionalista (1923), de que foi membro do Diretório. Com a Ditadura Militar abandonou definitivamente a vida partidária. Como diplomata exerceu importantes funções em eventos internacionais de cooperação literária e artística, e também política. Um importante exemplo das suas missões diplomáticas foi a que integrou no ano de 1926, pouco depois da queda da 1.ª República: embarcou para Londres no dia 19 de Julho, a fim de com a delegação encabeçada pelo embaixador português – Garcia Rosado – tentar renegociar a dívida portuguesa à Inglaterra, contraída durante a I Guerra, e que foi um sucesso. Também foi tradutor. Pertenceu a diversas agremiações culturais e científicas nacionais e internacionais, como a Academia das Ciências de Lisboa, Academia de História de Madrid e Conselho Superior de Belas Artes do Brasil, etc. Cf. GUIMARÃES, Luís de Oliveira, *Júlio Dantas: uma vida, uma obra, uma época*, Romano Torres, Lisboa, 31 de maio de 1963.

da Mota (Diretor do Conservatório) e Tomás Borba (Conservador do Museu desde 1919) em adquirir e conduzir para o edifício do Conservatório Nacional, o que sobrou das coleções (366 peças das 500 iniciais<sup>1253</sup>) reunidas por Monteiro e Lambertini, adquiridas naquele mesmo ano a Pedro de Carvalho Monteiro, herdeiro do milionário. A par desta compra desenvolveram-se os esforços da Direção para conseguir obter os apoios necessários à instalação definitiva do museu e biblioteca anexa e à aquisição de novos objetos, incluindo os que haviam ficado depositados no Palácio das Necessidades após o fracasso do primeiro projeto encabeçado pelo musicólogo de ascendência italiana.

Em 1946, depois de obras de melhoramento do edifício do Conservatório na Rua dos Caetanos, foi oficialmente inaugurado o museu, depois de para isso terem sido adquiridas as coleções de Keil, Lambertini e Carvalho Monteiro, que se juntaram às coleções do rei D. Luís, transferidas do Palácio da Ajuda, e às que decorreram de doações feitas por particulares.

---

<sup>1253</sup> A relação dos objetos é-nos dada a conhecer no artigo de Ana Paula Tudela citado, pp. 91-93.



## 17. MUSEU DA CIDADE DE LISBOA

*«N'esse muzeu [...] representar-se-hia a vida da cidade, atravez os seculos. N'elle, haveria aspectos de ruas e de casas typicas. Organisar-se-hiam salas especiaes para Camões, Castilho e outros [...]. Lá ficaria registado tudo, desde a vida das classes ricas até aos proprios pregões das ruas»<sup>1254</sup>*

### **Historial**

A ideia de se constituir na capital um museu municipal alusivo à história de Lisboa surgiu na reunião camarária de 15 de julho de 1909<sup>1255</sup>. Foi apresentada pelo Vereador Tomás Cabreira, ressaltando a importância de conhecer o passado para se perceber o que a cidade era no presente e lembrando que o esforço facilmente poderia ser atingido com fundos municipais e de particulares. A justificar a proposta de criação do «*Museu Municipal Histórico de Lisboa*» que apresentou no plenário, Cabreira apresentou os seguintes argumentos: a pobreza de Lisboa no que a museus dizia respeito, comparativamente às capitais das nações mais civilizadas; a importância dessas instituições na instrução das classes populares; o conhecimento da História, particularmente da capital portuguesa. O vereador não se limitou a sugerir o nome do novo estabelecimento, apresentou também soluções para as variadas facetas de funcionamento: instalação provisória no edifício dos Paços do Concelho; relativamente aos recursos humanos, propunha uma comissão diretiva constituída por um vereador municipal (como Presidente), um delegado da Academia de Belas Artes, outro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, um Diretor, um funcionário do arquivo municipal e o grupo de pessoal menor formado pelos funcionários municipais com funções menos sobrecarregadas; um horário de abertura de domingo a quinta-feira, entre as 12 e as 16 horas, com dias gratuitos para a população geral (domingos e dias santos) e para os grupos escolares (restantes dias); tarifas de entrada de 100 réis, que constituiriam, juntamente com a venda de catálogos, donativos e verbas orçamentadas, as receitas do museu. Todas as propostas foram aprovadas e o vereador Ventura Terra

---

<sup>1254</sup> Cf. JF, «O Museu das Janelas Verdes», in *O Século*, 26 de julho de 1911, MNAA, Arquivo, Recortes de Imprensa, n.º 2428.

<sup>1255</sup> Na altura Lisboa era governada por uma vereação 100% republicana, pelo que se pode afirmar com segurança que o primeiro museu de cidade português foi uma criação republicana. Sobre o assunto consulte-se AA.VV, *A cidade de Lisboa elege a sua 1.ª Vereação Republicana: 1908-2008: Comemoração do 1.º Centenário*, Museu da Cidade / Direção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, outubro de 2008, 2.ª edição. (<http://www.museudacidade.pt/Lisboa/historia-lisboa/Documents/A%20cidade%20de%20Lisboa%20elege%20a%20sua%201.%C2%AA%20Verea%C3%A7%C3%A3o%20Republicana.pdf>).

acrescentou que se considerasse no caderno de encargos da construção de um palácio de exposições no Parque Eduardo VII a instalação do museu<sup>1256</sup>.

Em 22 de maio de 1910 formou-se a comissão constituída por Tomás Cabreira (Vereador), D. José Pessanha (Delegado da Academia de Belas Artes), Gabriel Pereira (Delegado da Associação dos Arqueólogos Portugueses), Eduardo Freire de Oliveira (Arquivista) e Carlos Ulrico Teixeira de Magalhães (Secretário). A primeira decisão foi solicitar o auxílio público no fornecimento de documentos que permitissem reconstituir a história da cidade e criar uma secção alusiva à evolução da habitação, com recurso a modelos de casas de diversas épocas, desde o período luso-romano até ao início do século XIX. Mal se instalou, a Comissão procurou no arquivo municipal a documentação suscetível de interesse, assentando que se reuniria em todos os segundos e quartos sábados de cada mês.

No ano seguinte, já em plena República, o orçamento municipal anual incluiu pela primeira vez uma dotação de mil escudos para custear pequenas despesas e a compra de objetos, verba que se manteria até 1920.

No clima de secularização vivido e em cumprimento da Lei da Separação, a sessão municipal de 6 de julho de 1911 retomaria a questão do «Museu Municipal», designação que era então dada à instituição que se pretendia criar. O responsável foi o Vereador Nunes Loureiro que propôs a desafetação do culto da Casa e Igreja de Santo António para nelas se instalar o museu, dirigido por uma comissão composta por três vereadores, que se encarregariam de coligir, entre o arquivo e outras dependências municipais e nos imóveis desafetos, todos os objetos de interesse. No ano seguinte, o mesmo vereador apresentou em sessão de 16 de maio novas propostas sobre o assunto: a inscrição em orçamento das verbas para acorrer às obras indispensáveis a levar a efeito nas dependências escolhidas para abrigar o museu; a constituição de uma comissão composta por um vereador e dois funcionários municipais para selecionarem os objetos existentes, quer em poder da Câmara, quer no futuro espaço museológico. A comissão ficou constituída por Agostinho José Fortes, Dr. Joaquim Köpke e Gomes de Brito. Entretanto, José de Figueiredo, recentemente empossado no cargo de Diretor do

---

<sup>1256</sup> Cf. «Sessão de 15 de Julho de 1909», in *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa 1909*, pp. 412 e 413, Disponível no sítio de internet da Hemeroteca Municipal de Lisboa através do endereço [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/ActasSCML/1909/1909\\_master/Actas\\_1909.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/ActasSCML/1909/1909_master/Actas_1909.pdf) (consulta efetuada em julho de 2012).

MNAA, defendeu a entrega parcial de dependências no Palácio da Ajuda à Câmara Municipal de Lisboa, para instalação do seu museu<sup>1257</sup>.

No jornal *República* de 14 de maio de 1914 continuava o debate sobre o edifício que havia de albergar o Museu Municipal de Lisboa. Na sequência da Exposição Olissiponense, que provou a existência de «*vasta e eloquente documentação*»<sup>1258</sup>, José de Figueiredo defendeu a criação de uma exposição permanente que desse a qualquer pessoa «*uma ideia muito aproximada do que foi a Lisboa de outrora*»<sup>1259</sup>. Em sintonia com Henrique Lopes de Mendonça, pioneiro da sugestão, o Diretor do MNAA apresentou como solução a Casa dos Bicos. Pelo seu pitoresco e generalizado conhecimento de nacionais e estrangeiros ao nível do exterior, José de Figueiredo acreditava que o sugestivo edifício atrairia muita gente para conhecer também o interior e assim ficar a saber um pouco mais sobre a capital portuguesa<sup>1260</sup>.

Durante alguns anos a situação não evoluiu para qualquer forma museológica, pelo que na sessão camarária de 5 de agosto de 1920 o Presidente da Câmara Municipal – Dr. Alberto Ferreira Vidal – sugeriu que a deliberação de 6 de julho de 1911 fosse alterada no sentido de, em vez de se criar um museu de dimensão histórica na Igreja de Santo António se criasse simplesmente um museu de Arte Sacra já que, não convindo descaraterizar a igreja, que por si só tinha interesse artístico, apenas fazia sentido que nela se instalasse um museu daquela tipologia, com especial enlevo pela figura do Santo lisboeta, tão admirada. Para a execução do projeto, a construção do mobiliário expositivo e a instalação, considerava-se o envolvimento da 4.<sup>a</sup> Repartição de Obras Públicas. Remetiam-se todos os «documentos» reconstitutivos da vida da cidade para o primeiro pavimento das dependências anexas à igreja, como núcleo primitivo de um futuro museu municipal. As propostas foram todas aprovadas, mas o futuro mostra-nos outro caminho.

Baseando-se nos ecos da Exposição Olissiponense realizada em 1914 no Museu Arqueológico do Carmo, o chefe do Arquivo Municipal alvitrou em 24 de maio de 1921 a entrega da organização, gestão e catalogação do museu à Associação dos Arqueólogos, ainda que sob fiscalização da Edilidade, invocando a especialização e boa vontade de alguns dos sócios daquela instituição e a posse de algum acervo, desde a realização daquele certame. O Executivo Municipal aceitou a sugestão em sessão de 26

---

<sup>1257</sup> Cf. JF, «O Museu das Janelas Verdes», *Art. Cit.*

<sup>1258</sup> Cf. *República*, 14 de maio de 1914, MNAA, Arquivo, Recortes de Imprensa, n.º 2428.

<sup>1259</sup> *Ibidem.*

<sup>1260</sup> *Idem*, 15 de maio de 1914, *Ibidem.*

de maio, comunicando-o à AAP em 31 do mesmo mês. A AAP aceitou a incumbência e reiterou toda a disponibilidade para colaborar o melhor possível com a Autarquia, aceitando a fiscalização desta e impondo-lhe os encargos financeiros.

Em 17 de abril de 1922 a AAP enviou à CML a proposta do sócio Afonso Dornelas<sup>1261</sup>, realçando a urgência de um museu e sugerindo que este fosse provisoriamente instalado na Igreja do Carmo, se iniciasse um registo de todos os objetos a ele destinados, se inaugurasse em 10 de junho e se convidassem todos os autarcas do país para o evento. O chefe do arquivo municipal deu o seu parecer ao executivo municipal, informando que o museu já estava instalado provisoriamente nas instalações do arquivo, mas anuiu ao proposto, corroborou a data de 10 de junho para a inauguração, por ocasião do Congresso Municipalista, e defendeu que se tomassem providências para que os objetos de valor arquitetónico e artístico que surgissem por ocasiões de obras fossem salvaguardados. A 6 de maio a Câmara Municipal comunicava a sua concordância e na data prevista o Museu da Cidade foi inaugurado na sala correspondente ao altar-mor da igreja do Convento do Carmo, tendo ocorrido à efeméride o Presidente da República – António José de Almeida. Expuseram-se maquetas e modelos de pormenores antigos da cidade, vestígios arqueológicos de várias épocas, fotografias, símbolos de poder municipal, pesos e medidas de vários períodos, entre outros bens.

---

<sup>1261</sup> A proposta, apresentada na Secção de Arqueologia Lisbonense em 24 de fevereiro de 1922, constava do seguinte: «1.º - *Que enquanto o Museu Olisiponense não tiver instalações próprias, se destine uma das salas e parte de uma das naves da sede da Associação dos Arqueólogos Portuguezes para provisoriamente se instalar o mesmo Museu, dispondo-se ali todos os objectos que para esse fim foram oferecidos ou depositados*; 2.º - *Que seja nomeada uma comissão composta dos Ex.<sup>mos</sup> Conservadores do nosso Museu, para imediatamente iniciarem os trabalhos da instalação provisória*; 3.º - *Que a Secção de Arqueologia Olisiponense se converte em actividade permanente para o bom exito deste fim, procurando todos os seus membros obter o maior numero de objectos de qualquer especie que tenham relação com a historia e a vida da cidade de Lisboa*; 4.º - *Que imediatamente seja organizado um registo onde fique registados detalhadamente os objectos destinados ao museu, com indicação da pessoa que os ofereceu e de todas as referencias possiveis sobre a historia do objecto, sendo a primeira data a figurar nesse registo a da inauguração do mesmo museu, considerando-se entrados nesse dia todos os objectos que se obtiverem até lá*; 5.º - *Que o Museu Olisiponense seja inaugurado no proximo dia 10 de Junho, o dia da Cidade, para o que se deverá convidar desde já a Vereação Municipal e os representantes de todos os Municípios do paiz, que nesse dia se devem encontrar em Lisboa para efectuarem o Congresso Municipalista*; 6.º - *Que desde já se solicite da Camara Municipal de Lisboa, que inclua a fundação do Museu Olisiponense no programa do Congresso*; 7.º - *Que nesse dia se lavre um auto do facto, devendo o original ficar no proprio Museu, servindo de abertura ao 1.º volume do livro dos seus visitantes*; 8.º - *Que no proximo dia 10 de Junho não se efectue a costumada excursão de estudo a qualquer ponto do paiz, que a Associação dos Arqueólogos Portuguezes tem levado a efeito nos anos anteriores em idêntico dia, destinando-o este ano é fundação do Museu Olisiponense*; 9.º - *Que a Secção de Arqueologia Olisiponense da Associação dos Arqueólogos Portuguezes seja considerada a fundadora do Museu da cidade de Lisboa*. Cf. *Arqueologia e Historia*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1922, vol. I, pp. 91 e 92.

Precisamente um mês depois da inauguração do museu, a Secção de Arqueologia Lisbonense da AAP, a quem incumbia a gestão daquele espaço, escolhia por unanimidade para o cargo de Diretor o olisipógrafo, engenheiro Augusto Vieira da Silva<sup>1262</sup>.

Estava assim iniciado um primeiro núcleo, que se manteria estagnado até 1931, altura em que se inaugurou o Palácio Galveias (adquirido em 1928 pela Autarquia) como nova sede do museu (5 de julho), contrariando as intenções de construir um edifício de raiz. Depreende-se por um ofício de José de Figueiredo, enquanto Presidente da 6.<sup>a</sup> Secção da Junta Nacional de Educação, de 13 de julho de 1937, que os sucessivos executivos municipais nunca se preocuparam em reunir um recheio digno de ser musealizado, enquanto se sucediam os imóveis escolhidos para sede do Museu da Cidade<sup>1263</sup>. Em 1943, o museu encontrava-se instalado no palácio da Mitra e, de acordo com o conservador Mário Chicó era «*ainda um museu em formação*»<sup>1264</sup>.

---

<sup>1262</sup> Augusto Vieira da Silva (n. e m. Lisboa, 10/9/1869 – 20/11/1951), Engenheiro Militar e Chefe da Repartição Industrial, primeiro do Ministério do Fomento e posteriormente do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Cf. <http://ihc.fcsh.unl.pt/pt/recursos/biografias/item/4472-silva-augusto-vieira-da-1869-1951>. Foi um grande colecionador e Olisipógrafo. Foi membro da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia em Lisboa (de 1938 até à morte) e da Comissão Municipal de Toponímia (a partir de 1943). Os seus serviços como estudioso e escritor de assuntos históricos ou outros sobre a cidade de Lisboa valeram-lhe a atribuição da medalha de ouro de mérito municipal em 22 de março de 1934. Cf. DIAS, Jaime Lopes, «Engenheiro Augusto Vieira da Silva», in *Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, Ano XII, n.º 48, 1.º Trimestre de 1951, pp. 5-18. Consulta efetuada em 20 de janeiro de 2015 em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N48/N48\\_master/N48.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N48/N48_master/N48.pdf).

<sup>1263</sup> Cf. DIAS, Jaime Lopes, «O Museu da cidade de Lisboa», in *Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, Ano III, n.ºs 11 e 12, 1.º e 2.º semestre de 1942, pp. 42 e 43.

<sup>1264</sup> Cf. CHICÓ, Mário Tavares, «Estudo àcerca da organização do Museu da Cidade de Lisboa», *Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, n.º 15, 1.º semestre de 1943, p. 51.

## 18. MUSEU RAFAEL BORDALO PINHEIRO

«O Museu expõe mais de 1.100 originais, mais de 1.300 reproduções, mais de 3.000 peças bibliacas, mais de 100 peças cerâmicas»<sup>1265</sup>.

### Historial

«Um hino cantado à memória do célebre caricaturista e notabilíssimo desenhador». Assim se referia um *Roteiro Ilustrado de Lisboa e Arredores*<sup>1266</sup> de 1935 ao museu organizado pelo poeta e escritor Artur Ernesto de Santa Cruz Magalhães<sup>1267</sup>. Localizado no Campo Grande, num terreno arrematado à Câmara Municipal pelo escritor em 2 de março de 1913, o edifício foi construído em substituição de um chalé aí existente e o projeto é da responsabilidade do arquiteto Álvaro Machado, que recebeu uma menção honrosa do Prémio Valmor em 1914. Inicialmente instalou-se em três salas do primeiro andar, tendo sido inaugurado a 6 de agosto de 1916<sup>1268</sup> já com quatro salas, prometendo expandir-se rapidamente depois de, por falta de espaço para a crescente coleção e por influência do Grupo de Amigos, Cruz Magalhães ter desistido da ideia de instalar uma escola feminina no piso térreo e a residência da professora no remanescente do 1.º andar. Num instante o museu ocupou todo o 1.º andar do edifício, distribuindo-se por 8 salas e um gabinete de trabalho.

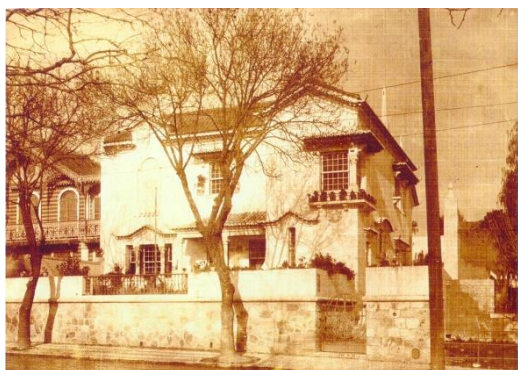


Fig. 73 – O edifício do museu, no Campo Grande.

*Guia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro*,  
Câmara Municipal de Lisboa, Outubro, 2005.

O museu é fruto de «de uma remotíssima conversa entre dois fervorosos admiradores do genial caricaturista: Luís Calado Nunes<sup>1269</sup> e [ele próprio]»<sup>1270</sup>.

<sup>1265</sup> Cf. LIMA, Magalhães e MAGALHÃES, Cruz, *Rafael Bordalo Pinheiro: moralizador político e social / O Museu Rafael Bordalo Pinheiro*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925, p. 52.

<sup>1266</sup> Cf. BRITO, Francisco Nogueira de (Texto Literário), *Roteiro Ilustrado de Lisboa e Arredores*, Ed. do Guia de Portugal Artístico, Lisboa, 1935, p. 39.

<sup>1267</sup> Cruz Magalhães (n. e m. Lisboa, 3/5/1864 – 9/8/1928), foi um escritor, colecionista, crítico e humorista português. Para uma breve biografia, ver o sítio de internet do MRBP em <http://museubordalopinheiro.cm-lisboa.pt/0202.htm> (consulta efetuada em 20 de janeiro de 2015).

<sup>1268</sup> A notícia da abertura do museu foi divulgada em amplo artigo assinado por Oldemiro César, publicado na *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 548, de 21 de agosto de 1916, pp. 155-157.

<sup>1269</sup> Luís Calado Nunes (nasceu e morreu no Montijo, 1866-1918), foi poeta, tradutor, caricaturista e aquarelista, tendo executado diversas cópias de obras de Rafael Bordalo Pinheiro.

Inicialmente, Cruz Magalhães adquiriu obras ou artigos sobre Bordalo Pinheiro para desfrute pessoal, por caturrice, situação corroborada por Julieta Ferrão, num texto inédito escrito em 1922. Aos poucos, o egoísmo deu lugar a um «*grato desejo de ser util, de fazer partilhar do maior numero de indivíduos certos bens*»<sup>1271</sup>, e a coleção ganhou dimensão pública. Cruz Magalhães assumia também que o seu «*maior fito era dar um exemplo para que outros, melhor do que [ele], fizessem consagrações a artistas dignos delas*»<sup>1272</sup>. Um apelo, portanto, à criação de museus de especialidade em honra de outros artistas ou, em último caso, admitia mesmo a integração no MRBP de todos os objetos passíveis de consagrar outros artistas e homens ilustres.

Se o grande instigador ao colecionismo rafaelino de Cruz Magalhães iniciado cerca de 1895 foi Luís Calado Nunes, não menos importantes foram o escritor e bibliógrafo Álvaro Neves, iniciador do grupo Amigos Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, e Sebastião de Magalhães Lima, advogado, jornalista, escritor, político e presidente da mesma agremiação<sup>1273</sup>. O grupo teve os primeiros Estatutos aprovados em 23 de janeiro de 1920, e reformados em 15 de maio de 1921. Entre as suas principais competências destacavam-se o culto, a divulgação e a publicação de

---

<sup>1270</sup> Cf. MAGALHÃES, Cruz, *Rafael Bordalo Pinheiro: O Museu: Um apêlo malogrado: (ante catalogo do Museu Rafael Bordalo Pinheiro)*, 1916, p. 17.

<sup>1271</sup> Rafael Bordalo Pinheiro (Lisboa, 1846-1905) foi um jornalista e artista multifacetado (pintor, desenhador, ceramista, caricaturista). Membro da Geração de 70, conviveu com a elite intelectual e artística portuguesa da segunda metade do século XIX, tendo aguçado um grande instinto na observação e crítica da vida política, social e cultural portuguesa de oitocentos. A ele se deveram várias publicações periódicas de teor humorista e crítico, como o *António Maria*, *Pontos nos ii*, *A Paródia*, etc. Cf. LEITE, Ana Cristina (Coord.), *Guia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro*, Câmara Municipal de Lisboa, Outubro, 2005, p. 18.

<sup>1272</sup> Cf. LIMA, Magalhães e MAGALHÃES, Cruz, *Rafael Bordalo Pinheiro: moralizador político e social / O Museu Rafael Bordalo Pinheiro*, Ob. Cit., p. 35.

<sup>1273</sup> Sebastião de Magalhães Lima (Rio de Janeiro, 30/5/1850 – Lisboa, 7/12/1928) iniciou em Coimbra, enquanto estudante de Direito, a sua veia de escritor, primeiro como tardo-romântico, mas por volta de 1873 enveredou pelo ideal republicano, pugnando pela revolução que poria fim à Monarquia, sendo considerado um dos preparadores. Foi em nome da República que se tornou Maçon em 1874, e encetou uma carreira jornalística ativa, colaborando em diversos periódicos (*A República Portuguesa*, *Democracia*, *A Vanguarda*, *Jornal de Lisboa*), e tendo fundado os jornais *Distrito de Aveiro*, *O Comércio de Portugal* (1879) e *O Século* (1881). Afastou-se gradualmente da vida jurídica, abraçando maioritariamente a vida jornalística e a política, especialmente a partir da sua mudança para Lisboa, por volta de 1876. Exerceu diversas actividades cívicas, destacando-se as comemorações Camonianas e do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia. Foi um acérrimo opositor da Monarquia, especialmente a partir do Ultimato Inglês, tornando-se Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido em 1907, cargo que desempenhou até 1928. Foi membro do Diretório do Partido Republicano, sendo deputado da Assembleia Nacional Constituinte de 1911. Foi Ministro da Instrução Pública de 17 de maio a 19 de junho de 1915, no executivo de José Ribeiro de Castro, resultante da revolução de 14 de maio de 1915 que pôs fim à ditadura do general Pimenta de Castro.

<http://www.arqnet.pt/dicionario/magalhaeslima.html>;

<http://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/MagalhaesLima.pdf>.

estudos sobre o artista e a sua obra<sup>1274</sup>. A 20 de março de 1921 inaugurava-se o busto de bronze de Rafael Bordalo Pinheiro, no Campo Grande, frente ao museu.

Cruz Magalhães depressa manifestou o desejo de deixar o museu à sua cidade natal. Primeiro considerou a modalidade de legado mas resolveu que a doação seria a melhor forma de ver, ainda em vida, a continuidade da sua obra. A concretização do seu propósito foi mais demorada do que seria de esperar. A primeira (de 30 de março de 1922) e a segunda (de 25 de outubro) propostas extraviaram-se. Desalentado pela incúria da Câmara Municipal, só com a intervenção de Magalhães Lima, que conseguiu fazer valer a sua influência junto da Vereação Municipal (em especial dos vereadores Alexandre Ferreira e Raul Caldeira), Cruz Magalhães aceitou apresentar uma terceira proposta de doação em 26 de setembro de 1923, em homenagem a António José de Almeida, Magalhães Lima e a Lisboa. A doação incluía não só o imóvel e os respetivos espaços exteriores, mas também cem ações de 100\$00 do Banco Lisboa e Açores. A escritura foi legalizada no dia 2 de julho do ano seguinte. Das suas cláusulas constavam: a construção no prazo de um ano na horta próxima, de um edifício que servisse de moradia ao doador e ao Diretor Conservador que se sucedesse, cuja escolha ficava também a cargo de Cruz Magalhães; enquanto o novo edifício não estivesse pronto, o piso térreo do edifício velho serviria de morada ao Diretor, sendo as despesas de luz e água e de contribuição predial encargo do Município; um prazo de seis meses para as obras de adaptação e despesas de instalação a fazer na parte inferior do edifício do museu, após a saída do Conservador para o edifício construído de raiz para sua moradia, em cujo rés-do-chão deveria ser instalada uma biblioteca popular municipal; a reserva, no piso térreo, do espaço suficiente para colocação das peças de cerâmica oferecidas pelo doador e que se esperava obter da filha e nora de Rafael Bordalo Pinheiro, Helena Bordalo Pinheiro e Angélica Barreto da Cruz Bordalo Pinheiro; a aceitação de Cruz Magalhães como Inspetor do museu até este estar definitivamente instalado nos dois pisos do edifício; a aceitação de Julieta Bárbara Ferrão como Diretora Conservadora do museu ou, em sua substituição, e em termos sucessivos, Francisco Valença e por último Álvaro Neves, ficando a escolha dos futuros responsáveis do museu condicionada à aprovação do Grupo de Amigos Defensores, cujos estatutos são reconhecidos pela

---

<sup>1274</sup> Cf. Amigos Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, *Estatutos*, Imprensa de Manuel Lucas Torres, Lisboa, 1921. Do grupo inicial de Amigos Defensores fizeram parte Sebastião de Magalhães Lima, Julieta Ferrão, Álvaro Neves, Domingos Leite Pereira, Francisco Valença, Helena Bordalo Pinheiro, Luís Xavier da Costa, Manuel de Sousa Pinto e Pedro Batista Ribeiro. Ver estatutos no Doc. 68 em Apêndice Documental.



Edilidade; a equidade entre o ordenado do Diretor Conservador e o dos chefes de secção da Câmara Municipal e respetivas subvenções; a reversão da propriedade do imóvel e dos bens nele contidos para o doador ou, pela morte deste, para a Sociedade Protetora dos Animais de Lisboa, caso não fossem respeitadas as cláusulas enunciadas<sup>1275</sup>.

O museu foi inaugurado a 26 de julho de 1924, abrindo nos domingos e quintas-feiras com entradas gratuitas. No dia 30 de agosto de 1925 o museu encerrou temporariamente as portas para se dar prosseguimento às obras de beneficiação e ampliação estipuladas na escritura, projetadas pelo Arquiteto Jorge Pereira Leite e conduzidas pelos arquitetos municipais Alexandre Soares e João Antunes. No dia 13 de abril de 1926 a obra foi entregue aos responsáveis – Cruz Magalhães como Inspetor, e Julieta Ferrão, sua sobrinha, como Diretora Conservadora<sup>1276</sup> – para se dar início à montagem da exposição e no dia 6 de agosto reabriu ao público.

A casa para o Conservador, também projetada por Jorge Pereira Leite iniciou-se a 15 de setembro de 1924, com o prazo de um ano para a sua conclusão, motivando Cruz Magalhães a oferecer as acções do Banco Lisboa & Açores para serem empregues nas obras, no custeio futuro de despesas do museu e na aquisição de peças rafaelinas.

#### **a. As Coleções e a Exposição**

Em 1916, o museu encontrava-se organizado em quatro salas, três delas arrumadas cronologicamente por Cruz Magalhães, e uma quarta mais pessoal e intimista, organizada por Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, filho do artista.

Dada a falta de espaço, conviviam originais e reproduções de trabalhos do artista, nem sempre na mais pertinente mostra. Em termos museográficos, «*viam-se muitos quadros ao nível do sobrado e nas paredes até grande altura, o que dificultava a apreciação deles*»<sup>1277</sup>. Este excerto de Julieta Ferrão antecede a descrição da inevitável necessidade de ampliar os espaços, que das quatro salas existentes em 1916 passaram a constituir-se por oito salas e um gabinete do conservador, em 1919:

---

<sup>1275</sup> Ver Doc. 67 em Apêndice Documental.

<sup>1276</sup> Julieta Ferrão (Lisboa, 1899-1974) manteve-se à frente da Direção do MRBP até 1969, data da sua aposentação, tendo mantido residência no imóvel anexo ao museu até à data da sua morte. Em 1942, a Câmara Municipal de Lisboa criou o Serviço de Museus, em que se integraram o MRBP e o Museu da Cidade, sob a direção da sobrinha de Cruz Magalhães. Ao longo de toda a sua direção, a coleção do museu foi crescendo de forma significativa, tendo sido feitas algumas exposições temporárias e publicados vários estudos sobre o artista homenageado. Cf. LEITE, Ana Cristina (Coord.), *Guia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Ob. Cit.*, p. 15.

<sup>1277</sup> Cf. FERRÃO, Julieta, texto inédito datado de fevereiro de 1922 (texto datilografado), p. II.

«Tres cheias de originaes, quatro de reproduções e uma denominada “Sala de Homenagens e Recordações”, onde se veem originaes de artistas estrangeiros e nacionais preiteando o Mestre, grande numero de fotografias de Bordalo, a ultima caixa de tintas com que trabalhou, a caneta com que desenhou os jornais “Antonio Maria” e “Os Pontos nos ii”, uma boquilha, as muletas, que usou quando partiu uma perna, fotografias com dedicatorias de individualidades do Mundo Artistico, etc., etc., etc.»<sup>1278</sup>

Fig. 74 – Fotografia de Cruz Magalhães numa sala do museu. Foto com dedicatória: «A Julieta Bárbara Ferrão, inteligente e dedicada cooperadora do Museu Rafael Bordalo Pinheiro. Maio de 1916. Cruz Magalhães».

Cortesia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro / Câmara Municipal de Lisboa.



Por esta altura, as visitas ao museu decorriam aos domingos, mediante o pagamento de um bilhete de 10 centavos e cujas receitas revertiam para a Cruz Vermelha e Asilo de S. João.

Em 1924, a escritura de doação descrevia a coleção como possuindo «mil quatrocentos noventa e dois originaes, dois mil oitocentos vinte e três reproduções em mil duzentas e quarenta molduras, duzentos e uma peças de cerâmica e quinhentos vinte e três livros e folhetos das obras do grande caricaturista, ceramista e ornamentador»<sup>1279</sup>.

Pouco tempo depois de o museu reabrir ao público, em agosto de 1926, completamente renovado e ampliado à totalidade do edifício, foi editado o *Guia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro* (1927), da responsabilidade de Julieta Ferrão, apresentando-nos uma disposição pormenorizada das coleções pelos vários espaços. Assim, no rés-do-chão, o átrio era especialmente dedicado a diplomas recebidos por

<sup>1278</sup> *Ibidem*, p. II e III.

<sup>1279</sup> Cf. AMRBP, Cópia da escritura de doação.

Rafael Bordalo, a alguns dos seus trabalhos mais meritórios, representações escultóricas do artista e fotografias de alguns trabalhos seus, aplicados em vários suportes. A sala 1, dedicada a recordações e homenagens ao artista, continha muitas representações do artista, elaboradas por várias personalidades do mundo das artes, como o próprio irmão Columbano, e objetos pessoais. Cumprindo uma das disposições da escritura de doação, as salas 2 a 4 encerravam peças de cerâmica. A sala 5, correspondente à biblioteca e ao arquivo, homenageava pela fotografia, pela pintura e pela escultura algumas das personalidades que mais contribuíram para a formação do museu. A escada de ligação entre os dois pisos do edifício era ornamentada com alguns cartazes de eventos, da responsabilidade de Bordalo Pinheiro. As salas 6 a 8 no 1.º andar continham trabalhos originais do caricaturista, seguindo-se a sala 9 com aguarelas e óleos. As salas 10 a 12 foram reservadas a reproduções e a sala 13 dedicada ao período de produção artística realizado no Brasil, entre 1875 e 1879.

O museu teve catálogo organizado pelo colecionador desde 1919. Em 1922, Julieta Ferrão publicou a *Monografia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro*. Esta edição, juntamente com algumas obras originais de Rafael Bordalo Pinheiro, um quadro com várias fotografias do museu e alguns folhetos, foi enviada para venda e representação da instituição no pavilhão de Portugal, por ocasião da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, realizada naquele ano. O não patenteamento de qualquer fotografia do museu motivou aliás, os desabafos de Cruz Magalhães, convencido de que as pessoas não entenderiam o porquê da presença de obras de Bordalo Pinheiro<sup>1280</sup>.

Uma coleção inicialmente constituída por recortes de ilustrações de livros e revistas que Cruz Magalhães ia colocando em folhas de cartão, foi gradualmente ganhando foros de verdadeiro colecionismo, ao ponto de se tornar como que um vício, alimentado por um desgosto privado, pelo grande amigo Calado Nunes e por um rol considerável de amigos e doadores, enumerado com minúcia no guia de 1927. Apostado em reunir o maior e melhor acervo bordaliano possível, Cruz Magalhães não se eximiu de avançar com várias propostas e investidas junto dos que possuíam obras ou objetos relacionados com o artista. Defendeu acima de tudo a prevalência dos museus de especialidade sobre os museus genéricos na condução das obras relacionadas com um determinado artista ou realidade. Apelava por isso à generosidade das ofertas e dos depósitos, passíveis de integrar e enriquecer o museu lisboeta, a que deu os primeiros

---

<sup>1280</sup> Cf. LIMA, Magalhães e MAGALHÃES, Cruz, *Rafael Bordalo Pinheiro: moralizador político e social / O Museu Rafael Bordalo Pinheiro*, Ob. Cit., pp. 53 e 54.

sopros de vida. Por outro lado, percorreu o país em busca de originais, que tentava obter por oferta ou por compra, junto dos proprietários, em alfarrabistas e até na Feira da Ladra.

Temos conhecimento de algumas ofertas de alguns beneméritos em 1917: A *Renascença* (Porto) ofereceu um desenho de António Carneiro representando Rafael Bordalo Pinheiro; Saavedra Machado ofereceu uma sanguínea representando também o patrono do Museu; Raul Xavier ofereceu um busto do caricaturista, da sua autoria<sup>1281</sup>.

---

<sup>1281</sup> Cf. «Museu Rafael Bordalo Pinheiro», in *Revista de Turismo*, Lx., 5 de março de 1917, Ano 1, n.º 17, p. 136

## 19. BIBLIOTECA-MUSEU MUNICIPAL DE MOURA

«uma valiosa secção de armas, uma colecção completa de medidas de barro, moedas, machados de pedra polida, leques e escudos de nobres»<sup>1282</sup>

### Historial

No último quartel do séc. XIX (1884) um grupo encabeçado por Joaquim Pascoal de Faria demonstrou intenção de criar na vila de Moura uma biblioteca e um museu. Apesar dos esforços, a indiferença dos poderes municipais da altura invalidou o empreendimento, o que não invalidou a constituição de um museu particular por parte daquela individualidade da terra<sup>1283</sup>.

Menos de cinco anos depois de implantada a República, o então Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Pascoal de Faria, apresentou em sessão ordinária de 29 de janeiro de 1915 a proposta de criação de uma biblioteca e museu municipais e a formação de uma comissão instaladora. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. A comissão constituiu-se pelo proponente, José Maria Gonçalves Perfeito, Miguel Pedro Fialho Pinto, Paulo Limpo de Lacerda e Domingos António Lapa<sup>1284</sup>, tendo recebido o apoio do Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais – Júlio Dantas – na «*fundação da Biblioteca de Moura*»<sup>1285</sup>.

Um dos primeiros encargos da Comissão foi a elaboração de um Regulamento Interno dos novos equipamentos municipais, deliberada em Sessão de 22 de maio<sup>1286</sup>. O documento foi aprovado e transcrito em ata de sessão de 29 do mesmo mês. Trata-se de um texto bastante completo e clarificador quanto ao funcionamento e objetivos da biblioteca e museu anexo. Responde não só a questões relativas ao horário de abertura, mas também sobre os recursos humanos e respetivas competências, normas de empréstimo de livros, condições de incorporação e depósito, normas de conduta dos

---

<sup>1282</sup> Cf. CORREIA, José António de Oliveira, *Moura: Culturas e Mentalidades*, Câmara Municipal de Moura, 1997, p. 50.

<sup>1283</sup> Cf. LIMA, J. Frago de, «Aspectos da Romanização no território português da Bética», in *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1951, Nova Série, 1, p. 172. Disponível em formato digital [http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o\\_arqueologo\\_portugues/serie\\_2/volume\\_1/romanizacao.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_2/volume_1/romanizacao.pdf) (consulta efetuada em 20 de janeiro de 2015).

<sup>1284</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria celebrada pela Camara Municipal do Concelho de Moura no dia 29 de Janeiro de 1915», in *Livro das actas das sessões da Camara Municipal do Concelho de Moura com principio em 2 de Janeiro de 1914 e fim em 2 d'Agosto de 1915*, Arquivo Histórico Municipal João Francisco da Moura (Moura) [AHMJFM].

<sup>1285</sup> Cf. «Acta da sessão extraordinaria celebrada pela Camara Municipal do Concelho de Moura no dia 27 d'Abril de 1915», *Ibidem*. AHMJFM.

<sup>1286</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria celebrada pela Comissão Executiva da Camara Municipal de Moura no dia 22 de maio de 1915», in *Livro das actas das sessões da Comissão Executiva do Município de Moura com principio em 3 de Janeiro de 1914 e fim em 11 de Julho de 1915*, *Ob. Cit.*, fl. 176 frente. AHMJFM.

leitores e visitantes<sup>1287</sup>. Merece destaque a função principal de ambos os estabelecimentos, a instrução das classes populares, típica do discurso ideológico da 1.ª República. A 1 de maio de 1915 foram abertos outros instrumentos de gestão: os livros de inventário e de visitantes.

O inventário do museu revela-nos secções dedicadas à Pré-História, à Romanização e à Etnografia portuguesa antiga e moderna, destacando-se entre escudos de armas, objetos arqueológicos, armas europeias e gentílicas, pesos e medidas e algumas pinturas, o retrato de D. Nuno Álvares Pereira<sup>1288</sup>.

Na sessão de 8 de maio de 1915 a Câmara Municipal autorizou a nomeação de «*pessoa edonea para desempenhar o cargo de Bibliotecario e Conservador do muzeu municipal e arbitrar-lhe o ordenado que julgasse conveniente até que o lugar seja provido definitivamente*»<sup>1289</sup>. Na sessão seguinte realizada em 15 de maio foi aprovada a criação de um lugar de Bibliotecário e Conservador de museu com um ordenado de 180\$00, para cujo cargo seria aberto concurso documental. Para assegurar a gestão interina dos estabelecimentos instalados no edifício onde funcionava o Tribunal de Comarca de Moura foi escolhido o Padre e erudito João Fragoso de Lima<sup>1290</sup>, que desde sempre procurou coligir documentos históricos passíveis de conservar e perpetuar a memória histórica da comunidade. O seu interesse em manter-se à frente dos dois equipamentos culturais levou-o a solicitar à Câmara Municipal a nomeação definitiva para os cargos desempenhados. A resposta do Executivo teve lugar em ata de 3 de julho de 1915, correspondendo às aspirações de Fragoso de Lima<sup>1291</sup>.

A inauguração e abertura ao público da biblioteca e do museu tiveram lugar no dia 17 de julho, sendo Presidente o Dr. Francisco Limpo de Lacerda, que frisou a

---

<sup>1287</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria celebrada pela Comissão Executiva da Camara Municipal do Concelho de Moura no dia 29 de Maio de 1915», in *Livro das actas das sessões da Comissão Executiva do Município de Moura com principio em 3 de Janeiro de 1914 e fim em 11 de Julho de 1915*. Ver texto do Regulamento no Doc. 69 em Apêndice Documental. AHMJFM.

<sup>1288</sup> Cf. *Livro de Inventário da Biblioteca Municipal de Moura*, pp. 1 e 2. AHMJFM. Ver Doc. 70 em Apêndice Documental.

<sup>1289</sup> Cf. «Acta da sessão extraordinaria e permanente celebrada pela Camara Municipal do Concelho de Moura que teve principio em 28 d'Abril findo e terminando em 8 de maio de 1915», in *Livro das actas das sessões da Camara Municipal do Concelho de Moura com principio em 2 de Janeiro de 1914 e fim em 2 d'Agosto de 1915*, *Ob. cit.*

<sup>1290</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria celebrada pela Comissão Executiva da Camara Municipal de Moura no dia 15 de maio de 1915», in *Livro das actas das sessões da Comissão Executiva do Município de Moura com principio em 3 de Janeiro de 1914 e fim em 11 de Julho de 1915*, *Ob. Cit.*, fl. 174 f. AHMJFM.

<sup>1291</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria celebrada pela Comissão Executiva da Camara Municipal de Moura no dia 3 de Julho de 1915», in *Ibidem*, fls. 191 verso e 192 frente. AHMJFM.

transformação do museu arqueológico em museu regional, apto a receber todos os objetos dignos de figurarem nos seus espaços<sup>1292</sup>.

Não parece ter tido vida fácil, pois sem se saber exatamente porquê e quando, a biblioteca-museu fechou em junho de 1918<sup>1293</sup> e só foi reaberta em 1 de março de 1919. Supostamente, parece ter sido vítima de vandalismo, que consideramos tratar-se de uma metáfora à indiferença a que foi votada por parte do Executivo Municipal<sup>1294</sup>.

Na sessão de Câmara de 8 de março de 1919 foi nomeado um grupo constituído por Joaquim Pascoal Faria, Domingos António Lapa, Miguel Pedro Fialho Pinto e Paulo Limpo de Lacerda para, em colaboração com a vereação do Pelouro da Cultura e com o Bibliotecário e Conservador, gerirem aqueles espaços<sup>1295</sup>.

Em novembro de 1926, em plena ditadura militar, a biblioteca-museu foi extinta e incorporada na Secretaria da Câmara afeta ao novo regime, alegadamente por retaliações face à atitude sempre democrática do então Conservador – Álvaro Fialho, que promovia reuniões de pendor político nos espaços sob sua gestão.

Não foram encontrados documentos que nos permitam avaliar o crescimento das coleções durante o período em estudo, levando-nos a crer que o museu anexo à Biblioteca Municipal de Moura, sendo uma criação da República, foi pensado e coligido em força ainda no período monárquico. Só no regime político seguinte encontrou uma conjuntura ideológica e social concomitante com a necessidade de conseguir para o novo regime o apoio das classes trabalhadoras, potenciais apoiantes de um novo *status quo* que “hasteava como bandeira” a democratização da sociedade e da instrução. A crer em testemunhas que visitaram o museu, podemos concluir que o museu tinha um acervo

---

<sup>1292</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria celebrada pela Comissão Executiva da Camara Municipal de Moura no dia 17 de Julho de 1915», in *Livro das actas das sessões da Comissão Executiva do Município de Moura com principio em 17 de Julho de 1915 e fim em 17 de Março de 1917*. AHMJFM.

<sup>1293</sup> Para apurar esta baliza cronológica apoiámo-nos no *Livro de Visitantes da Biblioteca e Museu Municipal*, aberto em 1 de maio de 1915. A última visita registada antes da Acta da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Moura de 1 de março de 1919 e registada no livro dos visitantes, marcando a reabertura dos estabelecimentos, concretizou-se em 6 de junho de 1918. AHMJFM.

<sup>1294</sup> Cf. «Acta da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Moura, de 1 de Março de 1919», in *Livro de Visitas da Biblioteca e Museus 1915-1926*, fls. 15 verso e 16 frente, AHMJFM: «o sr. presidente [cargo assegurado pelo vice-presidente José da Esperança Canudo] abriu a sessão dizendo [...] que ele e os seus colegas se alegravam de reparar o vandalismo que acometera a Biblioteca; e, enaltecendo o fim moralizador da mesma, garantiu que, enquanto ele e os seus colegas estivessem à frente dos negocios do município, não mais voltaria a ser fechada»; Outra passagem não deixa dúvidas quanto à negligência a que foram votados os dois estabelecimentos surge-nos no Livro de Visitantes, da responsabilidade de Manuel Rodrigues de Andrade, datado de 29 de abril de 1919: «Acordaste finalmente do letargo em que te haviam lançado os inimigos da instrução!», in *Livro de Visitas da Biblioteca e Museu 1915-1926*, fl. 19 frente, AHMJFM.

<sup>1295</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria celebrada pela Comissão Administrativa da Camara Municipal de Moura no dia 8 de março de 1919», in *Livro das actas das sessões da Camara Municipal de Moura com principio em 19 de Outubro de 1918 e fim em 22 de Maio de 1920*, fls 55 verso e 56 frente.

pequeno mas importante. O *Livro de Visitas* existente para o período entre 31 de julho de 1915 e 31 de março de 1926<sup>1296</sup> revela-nos um total de 995 visitantes.

---

<sup>1296</sup> Os primeiros números posteriores a esta data respeitam a visitas que ocorreram em 13 de julho de 1926, estando já implantada a Ditadura Militar. Os últimos visitantes da biblioteca-museu primitivos, antes do seu encerramento, foram registados no dia 21 de julho.



## 20. MUSEU DE SÃO NICOLAU

O Museu da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Caridade da Igreja Paroquial de São Nicolau em Lisboa foi organizado por Augusto Anselmo, procurador da Mesa Administrativa daquela congregação, e aberto ao público em outubro de 1915<sup>1297</sup> em plena Baixa Pombalina. Aberto em duas salas do pavimento superior e no vão das escadas que o ligavam ao piso térreo, num edifício anexo a poente da igreja, o museu encerrava diversos objetos artísticos relacionados com o culto católico, alguns deles procedentes de conventos e mosteiros extintos, como os do Carmo, Estrelinha, Nossa Senhora da Esperança, Nossa Senhora da Encarnação (Rilhafoles), S. Francisco da Cidade, dos Paulistas, dos Lóios, Alcobaça, Xabregas, Graça, Nossa Senhora dos Remédios (Alfama), Santo António dos Capuchos, S. Vicente e Hospício de Santo Elói. De salientar alguma preocupação na exposição dos objetos, recorrendo-se ao trabalho do Arquiteto Norte Júnior para o risco dos armários em que aqueles se expuseram.

Em 1920, o Museu de São Nicolau encontrava-se aberto gratuitamente aos domingos, entre as 13 e as 15 horas e nos restantes dias, sob licença especial, entre as 10 e as 14 horas<sup>1298</sup>.

Fig. 75 – Igreja de São Nicolau, em plena Baixa Pombalina – Lisboa.

IHRU/SIPA, sipa.foto.00561928.



<sup>1297</sup> A data que adoptamos no corpo de texto principal é de Luís Chaves («Visitas de estudo: II - O Museu de S. Nicolau», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, 1916, S. 1, vol. 21, pp. 235-239), ver Doc. 71 em Apêndice Documental. Outras fontes dizem-nos que foi aberto ao público em 29 de novembro de 1914 («Museu: Museus portugueses» *GEPB*, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa / Rio de Janeiro, [s.d.], vol. XVIII, p. 247; CUNHA, Ricardo Miguel Marques da, *Apontamentos sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Caridade da Igreja Paroquial de S. Nicolau*, <http://www.paroquiasaonicolau.pt/pdf/construcao/irmandadeSaoNicolau.pdf>). A Irmandade foi criada por volta de 1727 e tinha como principal objetivo dar assistência aos enfermos pobres. Em 1854 um Compromisso uniu a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Congregação da Caridade, embora mantivessem despesas e receitas próprias. O Governo aprovou-o por Decreto de 13 de fevereiro de 1857 e o Rei confirmou-o por Carta Régia de 30 de março seguinte. A 19 de junho de 1865 inaugurou a 1.<sup>a</sup> Escola para dar instrução às crianças pobres.

<sup>1298</sup> Cf. «Museus patentes em Lisboa», in *Revista de Turismo, Art. Cit.*, p. 111.

## 21. MUSEU JOÃO DE DEUS

«Com certo desvanecimento podemos verificar que, já hoje, se encontram arquivados neste museu documentos interessantíssimos e de insofismável valor, sob os pontos de vista bibliográfico, pedagógico e artístico»<sup>1299</sup>.

### Historial

O museu evocativo ao Poeta Educador João de Deus foi inaugurado solenemente em 1917 no Jardim da Estrela em edifício projetado por Raul Lino, numa cerimónia em que compareceram altas figuras do Estado e que fez eco em diversos periódicos nacionais.

A ideia de constituir um museu monográfico e educativo em homenagem a João de Deus integra-se nos ideais republicanos de propaganda contra o analfabetismo, em vigor desde o seu surgimento em Portugal. Embora João de Deus não se tivesse manifestado como militante republicano, a sua figura foi aproveitada por políticos, artistas, professores e intelectuais simpatizantes do novo ideário, como estandarte dos planos culturais e educativos propalados. Só assim se compreende o apoio político ao incremento que as escolas móveis pelo Método João de Deus tiveram, estendendo-se às ilhas adjacentes, às colónias africanas portuguesas e ao Brasil, até ao início da década de 1920.

O museu resultou de uma Comissão de escritores e artistas inspirados pelas ideias pedagógicas do poeta, que resolveram aproximar-se do seu filho, João de Deus Ramos, no intuito de se construir um Museu e um Jardim Escola que servissem, o primeiro, de local de encontro, debate de ideias, manifestações literárias e artísticas, e o segundo de espaço educativo. Essa comissão reuniu pela primeira vez no dia 7 de dezembro de 1909, tendo assumido a Presidência o conselheiro Marques Mano, Diretor Geral da Instrução Primária. Nessa sessão João de Deus Ramos apresentou o projeto do Jardim Escola de Coimbra, e decidiu-se que o de Lisboa seguisse a mesma orientação pedagógica. No seio da comissão foi eleita uma sub-comissão executiva composta por Cristóvão Aires, Abel Botelho, Coelho de Carvalho, Afonso Lopes Vieira e José de Figueiredo, incumbidos de lançar uma subscrição nacional para conseguir levar a efeito a construção, mediante a aquisição prévia do terreno. Os primeiros donativos provieram da venda de 1200 exemplares da publicação da conferência *O Povo e os poetas*

---

<sup>1299</sup> Cf. *Relatório e contas da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus de 1 de Setembro de 1918 a 31 de Agosto de 1919*.

portugueses da autoria de Afonso Lopes Vieira, que disponibilizou a verba à Comissão. Em 1910 os donativos ascendiam já a 1339\$450 réis<sup>1300</sup>.

Depois de apresentado na Câmara dos deputados um Projeto de Lei pelo sócio Dr. Aquiles Gonçalves, em 18 de maio de 1912 foi publicada a lei que concedeu gratuitamente à Associação de Escolas Móveis e Jardins Escolas João de Deus o terreno de 5100 m<sup>2</sup> localizado junto ao Jardim da Estrela, mesmo em frente ao Liceu Pedro Nunes, para construção do complexo museológico e escolar<sup>1301</sup>. Em meados de 1913 o projeto arquitetónico da autoria de Raul Lino encontrava-se pronto e aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa. Anunciava-se para breve o início da construção e esperava-se que em Outubro de 1914 fosse inaugurado o Jardim Escola<sup>1302</sup>. Este último espaço foi aberto em 30 de maio de 1915, em sessão presidida pelo Secretário Geral do Ministério de Instrução Pública – João de Barros<sup>1303</sup>, tendo já funcionado em «Junho e Julho, com reduzida frequência»<sup>1304</sup>, ficando a sua inauguração agendada para 11 de janeiro de 1916, altura em que já deveria estar concluído o Museu, assinalando-se o 20.º aniversário da morte do Patrono. A inauguração, contudo, só se realizou em 11 de janeiro de 1917.



Fig. 76 – O edifício do museu.  
Cortesia do Museu João de Deus  
(ref. FP31.8).

<sup>1300</sup> Cf. *Relatório e contas (20 de Maio de 1908 a 20 de Maio de 1909)*, p. 6; *Relatório e contas (15 de Maio de 1909 a 15 de Maio de 1910)*, p. 6.

<sup>1301</sup> Cf. Lei do Ministério do Interior, de 15 de maio de 1912, in *DG*, I Série, de 18 de maio, in Sítio de Internet do *Diário da República* - <http://dre.pt/pdf1sdip/1912/05/11600/17971797.pdf> (Consulta efetuada no dia 20 de junho de 2013).

<sup>1302</sup> Cf. *Relatório e contas (1 de Julho de 1912 a 30 de Junho de 1913)*, p. 4.

<sup>1303</sup> Cf. Associação de Escolas Móveis e Jardins Escolas João de Deus, «Jardim-Escola João de Deus, em Lisboa», in *Boletim de Propaganda*, Imprensa Nacional de Lisboa, abril-junho de 1915, Ano V, n.º 20, p. 1.

<sup>1304</sup> Cf. *Relatório e contas da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus de 1 de Setembro de 1914 a 31 de Agosto de 1915*, p. 4.

No ano precedente foi apresentado, pelo arquivista Henrique Gorjão, um plano de classificação e catalogação dos «*elementos de estudo e observação*»<sup>1305</sup> a reunir no museu. O documento propõe a produção de catálogos gerais para facilitar a busca e a investigação de textos jornalísticos sobre João de Deus e a sua obra. Decorrentes daqueles, sugeria-se a produção de catálogos por épocas, respeitantes aos artigos respeitantes às várias fases da vida do pedagogo, e de catálogos por grupos, alusivos a temáticas relacionadas com a vida, obra, homenagens, instalações, entre outros aspetos.

#### **a. As Coleções e a Exposição**

Além de um espaço de memória e evocação de um vulto marcante da Literatura e Pedagogia portuguesas, era também um espaço de conferências e de biblioteca de apoio, onde podiam ser consultadas obras literárias e pedagógicas.

Em 1919 o museu ainda se encontrava em organização, mas continha já importantes testemunhos literários e artísticos da obra de João de Deus, esperando-se conseguir as obras dos escritores seus contemporâneos e a constituição de uma biblioteca pedagógica.

Em 1920 a organização e enriquecimento da biblioteca continuava, mas o museu era já um ponto de referência para investigadores, professores e alunos<sup>1306</sup>.

Naquele mesmo ano, para se efetuarem melhoramentos no Museu e em outros serviços da Associação de Escolas Móveis, o Ministério de Instrução Pública promulgou a Portaria n.º 2275 de 11 de maio de 1920, autorizando aquela associação a vender em hasta pública uma porção de terreno (749,08 m<sup>2</sup>) anexa às suas instalações em Lisboa, para aplicar 1/3 nos ditos melhoramentos e serviços, sendo os restantes 2/3 para o seu fundo especial.

Um interessante livro de assinaturas aberto aquando da inauguração do Museu foi estreado pelos Ministros da Instrução (Jorge Pedro Martins), dos Negócios Estrangeiros (Augusto Soares) e das Finanças (Afonso Costa), e pelo Secretário Particular do Presidente da República (Américo da Costa Leme). Este livro revela-nos o interesse e a admiração manifestados pelos seus visitantes, entre elogios ao pensador da cartilha e seu executor, João de Deus e o seu filho, respetivamente.

---

<sup>1305</sup> Cf. GORJÃO, Henrique, *Projecto para o Regulamento da Biblioteca e Arquivo jornalístico e manuscrito do Museu João de Deus*, 8 de Março de 1916, p. 2. Ver Doc. 72 em Apêndice Documental.

<sup>1306</sup> Cf. *Relatório e contas de 1 de Setembro de 1919 a 30 de Setembro de 1920 e de 1 de Outubro de 1920 a 30 de Setembro de 1921*.

A sua configuração simples reparte-se por três espaços distintos. Uma pequena sala para serviços administrativos à esquerda, uma sala sede da Associação de Jardins Escolas, onde é homenageado Casimiro Freire<sup>1307</sup> e a sala do museu propriamente dita. Todo o espaço expositivo é um lugar de memória, mas também de propaganda republicana<sup>1308</sup>, exaltando o papel do novo regime no domínio da Pedagogia e da Instrução, ainda que a figura de João de Deus tenha sido respeitada de igual modo pelas fações monárquicas.

Fig. 77 – O salão do museu.  
Cortesia do Museu João de Deus (ref. FP31.13).



<sup>1307</sup> Casimiro Freire (Pedrógão Pequeno (Sertão), 8/10/1843 – Lisboa, 20/10/1918). Muito jovem, mudou-se para Lisboa, fazendo fortuna no comércio e indústria. A sua riqueza foi aplicada em gestos de mecenato e filantropia, em prol da educação. A ele se deveu, juntamente com João de Deus, a fundação, em maio de 1882, da Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, apostadas a percorrer todo o país em campanhas de alfabetização rápidas, para combater a elevada taxa de analfabetismo, que lhe motivou muitas críticas ao regime monárquico, que combateu abraçando os ideais republicanos. As Escolas Móveis funcionaram até 1921, sendo gradualmente substituídas pelos Jardins-Escola pelo método João de Deus. Cf. <http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=2> (consulta a 7 de março de 2013). Foi um dos fundadores do primeiro Centro Republicano (1876) e em 1899 foi eleito membro do Diretório do Partido Republicano Português. Cf. *GEPB*, vol. 11, p. 824. No discurso proferido no dia da inauguração, Casimiro Freire «*Agradece as referencias que lhe são feitas na carta do dr. Magalhães Lima, como sendo a alma organizadora do movimento a favor da difusão do método de João de Deus. Diz que não tem intuítos políticos a Associação, do que por vezes tem sido acusada, injustamente. A sua vida o afirma, a sua acção o garante, fornecendo missões a colectividades de diversos crédos políticos. § Fala no estado em que se encontra entre nós a instrução, sendo uma vergonha que ainda tenhamos a monstruosidade de 60 % de analfabetos. Para isso concorre a incúria dos poderes publicos, sendo triste que o método do grande pedagogo, que, na frase dum escritor sueco, podia ser universal, tão abandonado ande. Somos assim, ali em baixo na rua de S. Bento, junto ao arco, está num prédio a inscrição de que nele nasceu fulana de tal donataria da ilha das Galinhas; no entanto, quem passar pela rua de João de Deus nada nota que perpetue a memoria do grande poeta, que jaz esquecido nos Jerónimos*». Cf. «*JOÃO DE DEUS / Homenagem á memoria do grande poeta e educador / Foram hoje solenemente inaugurados o Jardim-Escola e o Museu João de Deus*», in *A Lucta*, 12.º Ano, Numero 3940, Lisboa, Quinta-feira, 11 de janeiro de 1917, p. 2.

<sup>1308</sup> Não é de estranhar que a notícia da inauguração tenha sido badalada sobretudo em jornais republicanos, como *A Lucta*, *A Capital*, *O Mundo*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *O Dia*, *A Opinião e República*, entre outros. O jornal diário católico *A Ordem*, em visita ao museu e jardim-escola, em vésperas da inauguração, apresenta uma passagem que denota pesar pela indiferença dos católicos, numa homenagem que recria a grande homenagem prestada por toda a nação à morte de João de Deus em 11 de janeiro de 1896, sem distinção de ideais: «*Estava terminada a visita. § Ao sahirmos e ao constataromos intimamente o feliz resultado dos esforços empregados para levar a cabo tão grande, tão patriótica e tão benemérita obra como a dos Jardins-Escolas João de Deus nós perguntamos, intimamente entristecidos e envergonhados, onde estavam... os catholicos de Portugal!!*». Cf. *A Ordem, Diario Catholico*, Anno I, Numero 281, Lisboa, Terça-feira, 9 de janeiro de 1917.

Não exageramos ao dizer que é o museu mais *sui generis* na época, pois a preocupação expositiva era claramente secundária, prevalecendo a ideia de juntar num espaço todas as referências à figura do pedagogo messinense, a consultar por quem estivesse interessado, especialmente professores interessados em aperfeiçoar a sua prática pedagógica, a par da intenção de promover eventos de divulgação das Artes e das Letras em conferências, sessões de leitura, récitas teatrais e musicais. Este programa condicionou claramente o projeto arquitetónico. Exteriormente, o edifício assemelha-se a um panteão, que efetivamente é, porque guarda a memória histórica da pedagogia portuguesa oitocentista. Interiormente, a ampla sala do museu rasgada de janelas de ambos os lados era um misto de biblioteca, museu, sala de espetáculos e conferências e sala de aula. Estantes de madeira envidraçadas cheias de livros ocupavam grande parte das paredes onde não havia janelas. Nos vãos das janelas vitrinas baixas arrecadavam documentos e objetos pessoais de João de Deus e do seu filho. Uma tribuna central demarcada por uma secretária servia como púlpito para os oradores e para a audiência estava disponível um cadeiral de madeira com tampos rebatíveis, simulando carteiras para o aprendizado. Um piano abria as perspetivas programáticas dos serões culturais. Pelas paredes guarnecidas de madeira e em plintos distribuía-se pinturas, retratos (de artistas como José Malhoa, Carlos Reis, Columbano, António Carneiro, Rafael Bordalo Pinheiro, Rodrigo Soares e Raul Lino), desenhos e esculturas. Leal da Câmara emprestou os seus dotes artísticos às pinturas vegetalistas que decoram tetos e paredes<sup>1309</sup>.

As informações vagas contidas nos relatórios da Gerência da Associação oferecem-nos um panorama pouco significativo de entradas no museu, sem que consigamos apurar, em certos casos, se as despesas verificadas corresponderam a novas aquisições ou a outro tipo de movimentos relacionados com a gestão corrente do museu.

---

<sup>1309</sup> Nos jornais referidos encontram-se várias descrições do museu. N'A *Ordem* consta: «Do lado da rua João Rosa fica-nos o edifício do Museu – d'um só andar, ampla escadaria, a servir-lhe a entrada principal, duas pequenas salas, pequeno escriptorio a da esquerda, e sede da Associação dos Jardins Escolas a da direita; e a seguir o amplo salão do Museu, cheio de luz, tendo ainda ao fundo uma divisória destinada ás mais intimas recordações do poeta. § Logo em frente de quem entra, um bello retrato de João de Deus por Antonio Carneiro. Por toda a parte, ainda por catalogar e por collocar, livros do poeta ou que ao poeta se referem, maquettes para monumentos e para mausoléus, de Moreira Rato e de Costa Motta, tio. Sobre uma columna um soberbo busto de João de Deus por este ultimo escultor. § Ha, pelas paredes, desenhos e autographos do grande lyrico, sendo de notar o conhecido Christo Crucificado, a cuja execução andam ligadas varias lendas. Sobre uma meza uma collecção do Bejense (anno de 1861) onde foi publicada a conhecida poesia Um beijo, sendo curioso notar-se-lhe a graphia alemtejana bêjo, usada então pelo poeta. [...] § Sobre a meza de trabalho que foi do mavioso poeta encontram-se varios objectos que lhe pertenceram, e a ultima penna de pato com que se serviu». *Ibidem*.

Na sua maior parte, os bens adquiridos foram designados como “objetos de arte” ou livros para a “biblioteca”, sem que seja indicada a designação concreta de cada objeto<sup>1310</sup>.

---

<sup>1310</sup> Ver Doc. 73 em Apêndice Documental: Museu João de Deus, *Museu João de Deus 1917-1926: Aquisições de livros e obras de arte*, Lisboa, agosto de 2013.

## 22. MUSEU DISTRITAL DE PORTALEGRE

*«Entre as peças principais dêste Museu [...]: um Cristo de marfim, do século XVIII; uma virgem também de marfim, do século XV; doze baixo relevos de terra cota policroma, do primeiro terço do século XVI, alusivos á vida de Cristo; uma imagem policroma da Virgem; uma serie de bonitas cadeiras portuguesas e a lápide romanica de Amaia, do tempo de Lucio Aurelio César».*<sup>1311</sup>

### **Historial**

Remontando a período anterior a 1918<sup>1312</sup>, foi só neste ano que ganhou forma a ideia de criar um museu em Portalegre, na sessão da Câmara Municipal de 21 de fevereiro, através de uma interessante alocução do Vereador, Dr. Laureano Picão Sardinha. Aproveitando o mote das subsistências alimentares para metaforicamente frisar a necessidade de alimentar o espírito, aquele autarca lembrava que apesar da cidade ter um conjunto bastante significativo de estabelecimentos educativos e uma imprensa dinâmica, era *«a única cidade do Alentejo e das raras capitais de distrito que não tem um museu e cuja biblioteca, embora criada, ainda não abriu ao publico»*. Abstinha-se de justificar a necessidade destes estabelecimentos e sugeria a imediata instalação da biblioteca e criação do museu. Para estes feitos se concretizarem, defendeu a constituição de uma comissão e a sua coadjuvação financeira por parte da Junta Geral do Distrito<sup>1313</sup>. As propostas foram aprovadas por unanimidade, tendo sido nomeados para fazerem parte da Comissão Instaladora os vogais da Câmara, Dr. José Cerqueira Moreirinhas, Tomaz Garção e o próprio Laureano Picão Sardinha, sendo por proposta deste convidados a constituir a comissão Severino Santana Marques e Luís Gomes.

Em maio de 1918 já se encontrava em organização um museu de arte nas dependências dos Paços do Concelho. Na sessão camarária de 30 daquele mês o Autarca José Sequeira informou os presentes sobre as pretensões da CCELS relativamente a objetos pertencentes à Sé e ao Convento de São Bernardo, tendo ela solicitado à CCABI a entrega dos mesmos ao Secretário de Finanças concelhio. A saída do acervo mereceu desde logo a oposição do chefe do Executivo Municipal, porque *«estava criado e em instalação um museu municipal que bem o podia receber e guardar»*. Para evitar a saída dos bens sugeriu o envio imediato de um telegrama à CCELS pedindo-lhe para desistir

---

<sup>1311</sup> Cf. CARDOSO, Nuno Catharino, *Arte Portuguesa III – Museus Portugueses*, Ob. Cit., p. 14.

<sup>1312</sup> Cf. BICHO, Susana, «O Museu Municipal de Portalegre: Campo de Representações, Espaço de Comunicação, in AA.VV., *Rede de Património de Portalegre: edificado, móvel e imaterial, Museu Municipal: História do Edifício e do Museu*, Publicações da Fundação Robinson n.º 16, Fundação Robinson, Portalegre, maio de 2011, p. 7.

<sup>1313</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria da Comissão Administrativa da Camara Municipal do Concelho de Portalegre, de 21 de Fevereiro de 1918», in *Livro de actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Portalegre 1916 – 1918*, n.º 44 (antigo n.º 2), fls. 179 v e 180 f. Ver Doc. 74 em Apêndice Documental.



das suas reivindicações, que se avisasse o Governador Civil da providência na esperança de que este se solidarizasse com o assunto e que se informasse a sociedade civil portalegrense caso não fossem atendidos os protestos<sup>1314</sup>.

No seguimento da reunião foram enviados dois telegramas datados de 31 de maio de 1918: um do Autarca e outro do Governador Civil José Corte Real. Ambos solicitavam ao Presidente da CCELS que não fossem enviados para o MNAA os objetos artísticos indicados<sup>1315</sup>, revogando a resolução n.º 3170 de 15 de maio de 1918, que colocou «*à disposição do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª circunscrição os objectos e moveis com valor artistico ou historico [...] afim de lhe dar o destino que julgar conveniente*». A história começou em 1915, depois de José de Figueiredo officiar à CCELS a pedir a entrega ao MNAA de um conjunto de objetos existentes na Sé de Portalegre<sup>1316</sup> e no Convento de São Bernardo<sup>1317</sup>. A resposta foi positiva, ficando a entrega condicionada ao recibo<sup>1318</sup>, excluindo-se da resolução uma porta de madeira e duas de ferro.

A situação gerou uma reação de protesto alargado em Portalegre, levada ao conhecimento da CCELS pela CCABI portalegrense, que se solidarizava com o descontentamento, em ofício de 24 de janeiro de 1916. Neste aproveitou para solicitar a revogação da resolução a contento da população e «*a conservação [em Portalegre] d'esses objectos para fazerem parte do Museu que se projecta criar nesta cidade*»<sup>1319</sup>.

A reação de José de Figueiredo aos protestos portalegrenses, que lhe foram comunicados pela CCELS, revela grande indignação e simultaneamente esclarece sobre as tendências oficiais da Museologia durante o período em causa. O Diretor do MNAA

---

<sup>1314</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria de 30 de Maio de 1918», in *Livro de Actas da Comissão Executiva da Camara Municipal de Portalegre 1918 a 1919*, n.º 45 (artigo n.º 3), fl. 11. Ver Doc. 75 em Apêndice Documental.

<sup>1315</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/PTG/POR/ADMIN/038, Caixa 228.

<sup>1316</sup> Cf. «Relação dos objectos existentes na Sé de Portalegre e que devem dar entrada, em depósito, no Museu Nacional de Arte Antiga», de 10 de dezembro de 1915, in ACMF, Processo CJBC/PTG/POR/ADMIN/022, Caixa 228: paramento de veludo carmesim, constituído por duas dalmáticas, uma casula, dois pluviais, dois frontais e um pano de púlpito.

<sup>1317</sup> Cf. «Relação dos objectos existentes no Convento de São Bernardo (antigo Seminário), em Portalegre, que devem dar entrada no Museu Nacional de Arte Antiga», de 10 e 15 de dezembro de 1915, *Ibidem*: (painel de 12 panos em seda policroma, com cenas alusivas à vida de Cristo; dois baixos-relevos em madeira policroma, representando São Bento e São Bernardo; quatro altos-relevos em marfim, representando o Casamento Místico de Santa Teresa, a Anunciação de Nossa Senhora, a Degolação dos Inocentes e os Mártires de Marrocos, século XVIII; imagem de Nossa Senhora da Piedade, com dossel; armário e porta de madeira, ambos estilo Renascença; duas portas de ferro.

<sup>1318</sup> Cf. «Resolução n.º 2203» da CCELS, de 30 (ou 20?) de dezembro de 1915, *Ibidem*.

<sup>1319</sup> Cf. Ofício da CCABI de Portalegre à CCELS, de 24 de janeiro de 1916, *Ibidem*. Ver também Cópia da Acta da Sessão da CCABI de Portalegre, de 21 de janeiro de 1916, in ACMF, Processo CJBC/PTG/POR/ADMIN/022, Caixa 228, *cit*.

respondeu à CCELS em 20 de março de 1916 começando por realçar que quer a Câmara Municipal de Portalegre, quer a CCABI, como interessadas em instalar um museu deveriam em primeiro lugar requerer a sua criação, pois «nenhum museu da natureza do que se pretende crear em Portalegre póde ser fundado sem parecer do Conselho de Arte Nacional»<sup>1320</sup>. De acordo com o Decreto de 26 de maio de 1911, depois de autorizada a criação competiria ao CAA1 a seleção dos objetos do Estado que deveriam ser depositados no museu. Depois das informações de caráter técnico, José de Figueiredo encetou uma exposição sobre a necessidade de distinguir Nacionalismo de Regionalismo. Afirmando-se ele próprio um regionalista, José de Figueiredo condenava que fossem sacrificados os interesses de uma nação aos interesses de uma região e muito particularmente as pretensões portalegrenses de criar um museu regional de arte, já que no seu entender os museus regionais deviam ser constituídos pelas coleções de objetos da região que contribuíssem para o estudo da sua história ou para a reabilitação da arte e da indústria locais, e jamais serem formados a partir de coleções com outras origens. Por sua vez, se os objetos selecionados por si fossem «integrados no museu nacional, viriam preencher lacunas»<sup>1321</sup>, ao passo que a sua permanência em Portalegre, «não sendo suficientes por si só para justificar os sacrifícios que traz a organização de um museu, [era] verdadeiramente lamentavel»<sup>1322</sup>. De seguida, José de Figueiredo regressa às generalizações para reconhecer o que nós alcunhamos de febre museológica: «o desvairamento [era] de tal ordem que, à semelhança de Portalegre, não [havia] já [...] terra de Portugal, por mais pequena que [fosse], que não se [julgasse] com direito a um museu de arte»<sup>1323</sup>. Também nesta situação JF distingue duas realidades: os museus regionais de arte e os museus regionais arqueológicos e etnográficos. Se no seu entender os primeiros se justificavam em locais com grandes tradições artísticas, os segundos deviam implantar-se o mais possível por todo o país.

No caso de Portalegre, a “contenda” foi ganha em seu proveito, com uma “cidade inteira” posicionada contra as pretensões de JF e do CAA1. Em sessão da CCELS de 8 de outubro de 1921 decidiu-se reservar para o museu os «*objectos de culto e mobiliario do antigo paço episcopal e extinto seminario*»<sup>1324</sup>, confiando-os a título de

---

<sup>1320</sup> Cf. Ofício do Diretor do MNAA, José de Figueiredo, ao Presidente da CCELS, de 20 de março de 1916, *Ibidem*.

<sup>1321</sup> *Ibidem, Ibidem*.

<sup>1322</sup> *Ibidem, Ibidem*.

<sup>1323</sup> *Ibidem, Ibidem*.

<sup>1324</sup> Cf. Ata da sessão ordinária de 8 de outubro de 1921, in *Actas (1920-1923)* [3.º Livro de Atas das Sessões da CCELS], ACMF/Arquivo/CJBC/ACTAS/001, Caixa 123, p. 82.

depósito à Câmara Municipal, mediante um auto de entrega. Aqueles e outros objetos<sup>1325</sup> foram entregues a 22 de novembro seguinte. A cedência era feita «*a titulo provisório e enquanto se não achar criado e instalado o Museu Distrital de Portalegre*»<sup>1326</sup>.

Voltando um pouco atrás, na sessão camarária de 6 de junho de 1918 temos novos desenvolvimentos sobre a constituição do museu. No período reservado para a análise da correspondência recebida foi lido um ofício da Junta Geral de Distrito, comunicando a aprovação de uma verba de 300\$00 escudos para as despesas «*com o Museu Regional a cargo d'esta Camara*» e o entusiasmo em auxiliar a empresa sempre que possível. O Presidente da Câmara acrescentou que a Comissão nomeada para o efeito tinha assim condições para levar a bom termo a organização do museu pois a Câmara podia dispor de uma verba de igual valor. Reconhecia, porém, que tratando-se «*d'um assunto de certa transcendência, para que é preciso conhecimentos especiais*», tornava-se urgente a constituição de uma comissão de pessoas competentes, independentemente da sua filiação profissional, para auxiliarem a Vereação do Pelouro da Cultura a instalar, regulamentar e gerir o funcionamento do museu e da biblioteca. Essa comissão gratuita, que se designou «*conselho director*», foi constituída por «*Laureano Picão Sardinha, Severino de Santhana Marques, Cerqueira Moreirinhas, e Tomaz Garção, Luiz de Sousa Gomes e Antonio Eusebio Benito Maçãs*». Foram também aprovadas por unanimidade a criação imediata do museu e a organização de «*um orçamento suplementar*»<sup>1327</sup>.

A despeito das boas intenções da Câmara Municipal parece ter havido desde o início contratempus às salutarenses organização e evolução do novo equipamento cultural. Em sessão de 2 de junho de 1919 tomou-se conhecimento de que o Dr. Laureano Picão Sardinha, sem qualquer justificação, tinha pedido a demissão do Conselho Diretor do Museu Municipal, levantando no dia 30 do mês anterior os objetos que havia depositado e também os pertencentes a Seixas Vidal<sup>1328</sup>. Na sessão de 12 de junho foi feito um voto de pesar pela atitude de Picão Sardinha, considerada um ato de revelia às competências da comissão organizadora, a quem cumpria autorizar o levantamento dos objetos,

---

<sup>1325</sup> Os objetos entregues foram, não só os da Sé e do Convento de São Bernardo, mas também do Paço Episcopal, da Igreja de S. Francisco, do Recolhimento de S. Brás e alguns de proveniência desconhecida.

<sup>1326</sup> Cf. «Auto de entrega» de objetos de várias proveniências, pela CCELS à CMPTG, datado de 22 de novembro de 1921, in ACMF, Processo CJBC/PTG/POR/ADMIN/022, Caixa 228.

<sup>1327</sup> Cf. «Acta da sessão de 6 de Junho de 1918», in *Livro de Actas da Comissão Executiva da Camara Municipal de Portalegre 1918 a 1919*, Ob. Cit., n.º 45 (antigo n.º 3), fls. 12 v – 13v. Ver Doc. 76 em Apêndice Documental.

<sup>1328</sup> Cf. «Sessão de 2 de Junho de 1919», *Idem*, fl. 140 v.

consumado sem aviso prévio<sup>1329</sup>. Seguiu-se a apresentação de uma moção por parte do Vereador Júlio de Jesus Fernandes, introduzindo as primeiras cláusulas de regulamentação do museu: a entrega de objetos aos seus proprietários condicionada ao conhecimento e autorização prévios dos autarcas em exercício e a boa observação desta regra por parte dos funcionários municipais.

Desconhecemos como decorreu a organização e gestão do museu entregues à Comissão nomeada, mas alguns elementos posteriores permitem-nos deduzir que o processo foi moroso e passou de mão em mão. Isto parece-nos plausível se atendermos à posição do Grémio Planetário<sup>1330</sup> instalado em Portalegre, oferecendo-se para tomar a cargo a organização da biblioteca e do museu depois de examinar as salas e as coleções e ter o apoio financeiro da Autarquia para expediente e mobiliário. A Câmara Municipal, na sua sessão de 17 de novembro de 1919<sup>1331</sup> resolveu disponibilizar os fundos, mostrando-se ao dispor para dar os esclarecimentos necessários.

O ano de 1921 marcou uma viragem na história do museu, pois reconheceu-se que o espaço nos Paços do Concelho era insuficiente para acomodar os objetos da Sé e do antigo Seminário que estavam na iminência de ser depositados. Antes ainda de ser confirmada a sua entrega – concretizada com o auto de 22 de novembro de 1921<sup>1332</sup> –, a sessão de Câmara do dia 7 do mesmo mês avançou com a proposta de solicitar à CCELS a igreja do Convento de São Bernardo, ideia que simultaneamente respondia à necessidade de mais espaço para instalar o museu distrital e à estratégia de assegurar a

---

<sup>1329</sup> Cf. «Sessão extraordinária de 12 de Junho de 1919», *Ibidem*, fls. 155v – 156 f: «*Examinando o texto de tal documento e informado da ocorrência, não posso deixar de afirmar o meu desgosto pela falta de consideração com que esta Comissão foi tratada pelo signatário do ofício, de que resalta não só a incorreção de a comissão ser comunicado um facto, já consumado, atentatório dos seus indiscutíveis direitos, visto que só ela poderia autorizar que do Museu municipal, á sua guarda, sahisse qualquer objeto ali depositado, embora reclamado por quem de direito, mas ainda a incorreção do processo usádo, extranhavel n'um homem de qualidade. Por isto e porque do mesmo documento consta que, por processo idêntico sahiram do museu objetos pertencentes ao doutor Seixas Vidal, com previa autorização deste cavalheiro, friza á Comissão o facto de ser “com autorização” e não a pedido do proprietario, que estes ultimos sahiram, pede que o ofício que esta sendo apreciado seja, depois de rubricado pelos membros da Comissão presentes, devidamente registado e arquivado*». Ver Doc. 77 em Apêndice Documental.

<sup>1330</sup> O Grémio Planetário foi criado em 31 de agosto de 1916 como uma associação privada, tendo os estatutos aprovados a 17 de março de 1920. Mudou o nome para Grémio Transtagano em 20 de agosto de 1921. Durante a sua vida, dedicou-se ativamente a vários eventos cívicos como as Festas da Cidade (23 e 24 de maio de 1920), as Festas da Primavera (5 e 6 de junho de 1921; 3, 4 e 5 de junho de 1922 para construção do monumento aos mortos da Grande Guerra), etc. Cf. VENTURA, António, *Cem anos de turismo em Portalegre* [edição bilingue], Col. Publicações da Fundação Robinson n.º 14, Fundação Robinson, Portalegre, 2009.

<sup>1331</sup> Cf. «Sessão ordinária de 17 de Novembro de 1919», in *Livro de Actas da Comissão Executiva da Camara Municipal de Portalegre 1919-1921*, n.º 46 (n.º 4 antigo), fls. 11 v e 12 f.

<sup>1332</sup> Ver Doc. 78 em Apêndice Documental.

permanência dos objetos cobiçados pelo MNAA<sup>1333</sup>. No dia 22 de novembro a Comissão Executiva Municipal enviou um ofício à CCELS expondo o desejo de criar um museu onde pudessem «*ser recolhidas todas as reliquias de arte e antiguidade dispersas por este distrito*»<sup>1334</sup>, solicitando para o efeito a cedência do imóvel e respetivos anexos (coro alto e coro baixo, sacristias e quintal). Em solidariedade, a CCABI de Portalegre, em seu ofício n.º 56 de 22 de novembro de 1921 referia que tendo em conta que o edifício havia já sido classificado como Monumento Nacional, não via «*inconveniente no deferimento do pedido [e...] a fazer-se a cedência, ser dado um prazo máximo, sob pena de revogação, para a instalação do museu, o que servirá de estímulo e evitará a deterioração dos objectos que lhe são destinados*»<sup>1335</sup>.

Em ofício do CAA1 de 4 de fevereiro de 1922, o Vice-Presidente, Luciano Martins Freire, informava a CCELS sobre o facto da Comissão de Monumentos daquele Conselho se ter pronunciado no sentido de não haver qualquer motivo que desaconselhasse a adaptação da antiga Igreja de S. Bernardo a museu, frisando aliás que seria «*benéfica para esse edifício, que encerra alguns trechos arquitectonicos de valor, podendo assim ser mais facilmente visitado e mantido com mais cuidado*»<sup>1336</sup>. O parecer daquele organismo do Ministério da Justiça foi emitido em 2 de junho de 1923, depois de ouvidos todos os implicados, e traduziu-se no deferimento da cedência, ainda que a propriedade continuasse a ser do Estado<sup>1337</sup>. Na sequência da correspondência e das diligências referidas foi promulgado o Decreto n.º 8920 de 16 de junho de 1923, cedendo a título precário e gratuito à Câmara Municipal de Portalegre a Igreja de S. Bernardo, com os seus coros alto e baixo, as duas sacristias e um quintal de 50 m<sup>2</sup> para instalação do Museu Distrital. As obras de adaptação, conservação e seguro necessárias cumpriam à Autarquia, que no prazo de um ano tinha de as realizar para o fim decretado.

Esta condição foi imediatamente rejeitada pela entidade cessionária, cuja Comissão Executiva em sessão de 21 de junho seguinte alegou a inexecutabilidade do prazo fixado no decreto para a realização das obras, invocando que o mesmo «*se não conforma com os termos da resolução do Senado, sobre o Museu Municipal, resolução*

---

<sup>1333</sup> Cf. «Sessão ordinária de 7 de Novembro de 1921», in *Livro de actas das sessões da Comissão Executiva da Camara Municipal de Portalegre 1921 a 1923*, n.º 47 (n.º 5 antigo), fls. 35 v e 36 f.

<sup>1334</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/PTG/POR/CELEN/005, Cx. 40. Ofício n.º 496 da CE da CMPTG para o Presidente da CCELS, de 8 de novembro de 1921.

<sup>1335</sup> *Ibidem*. Ofício da CCABI de Portalegre, datado de 22 de novembro de 1921, para a CCELS.

<sup>1336</sup> *Ibidem*.

<sup>1337</sup> *Ibidem*. Parecer n.º 4812 da CCELS, de 2 de junho de 1923.

*esta que se fundava na combinação feita entre os Sñr.<sup>s</sup> Deputados por este Circulo, e o Sñr. Presidente desta Comissão; e além disto não estar ainda decretada a instituição do Museu a que este decreto se refere»<sup>1338</sup>. No dia 28 do mesmo mês era expedido um ofício ao Ministro da Justiça expondo uma série de considerações sobre o teor do decreto e as razões da sua rejeição, realçando o estado de ruína do edifício, a falta de verbas para acorrer a tão grandes obras<sup>1339</sup>, a necessidade do auxílio do Estado para a organização de um museu distrital e a inexistência de um decreto criador.*

Apesar das contingências apresentadas, a transferência para S. Bernardo efetivou-se. Em 1925, na sequência da visita de Raul Proença e de Reinaldo dos Santos a Portalegre, para recolherem informações para o *Guia de Portugal* (editado em 1927), existia já nas arrecadações da igreja «*um dos núcleos do futuro museu de Portalegre*»<sup>1340</sup>, composto essencialmente por azulejos e mobiliário, sugerindo que o restante acervo ainda se encontrava nos Paços do Concelho. Em 1927 o museu já se encontrava instalado na igreja do convento, pois em sessão de Câmara de 5 de abril desse ano era apresentada uma proposta do Capitão José Cândido Martinó para «*que no proximo orçamento suplementar seja elevada para mil escudos a verba para conservação e limpeza do Museu instalado na antiga egreja de São Bernardo; pois, na ultima visita que ali [fez, ficou<sup>1341</sup>] horrorisado com o estado de abandono a que foram votadas tão belas obras de arte ali existentes*»<sup>1342</sup>. A proposta foi aprovada por unanimidade.

---

<sup>1338</sup> Cf. «Acta da Sessão ordinaria da Comissão Executiva de 21 de Junho de 1923», in *Livro de Actas das Sessões da Comissão Executiva – Portalegre, 1923 a 1925*, n.º 48 (n.º 6 antigo), fld. 45 f e 45 v.

<sup>1339</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/PTG/POR/CEDEN/005, *proc. Cit.*: Ofício n.º 271 do Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Portalegre, datado de 28 de Junho de 1923 para o Ministro da Justiça: «*as condições em que é feita tal concessão, são para esta Camara absolutamente inexequíveis, visto que a quantia a dispender nos indispensaveis reparos do edificio é de alguns milhares de escudos, que a Camara não pode dispôr, porquanto o edificio ficou quase reduzido a um montão de escobros, em virtude da maneira como se procedeu ali na ocasião em que foram vendidos os objectos ali existentes. § A remoção dos altares que revestiam os topos das capelas, vendidos aliás por baixo preço, comquanto fossem na realidade de consideravel valor artistico, deixou, tanto as respectivas paredes como as partes adjacentes, de tal maneira arruinadas, que a sua repação é hoje difficil, demorada e muito dispendiosa, e a Camara só por si não a pode fazer*».

<sup>1340</sup> Cf. VENTURA, António, *Cem anos de turismo em Portalegre* [edição bilingue], *Ob. Cit.*, p. 57 (fac-símile das provas anotadas por Raul Proença antes da impressão definitiva do 2.º volume do Guia de Portugal).

<sup>1341</sup> Substituem o «fiz» e «fiquei» do original.

<sup>1342</sup> Cf. «Acta da sessão ordinaria da Comissão Administrativa da Camara Municipal de Portalegre de 5 de Abril de 1927», in *Actas da Comissão Executiva da Camara Municipal de Portalegre 1927 e 1928*, n.º 50 (n.º 8 antigo), fl. 8 f e 8 v. A entrega da Igreja de S. Bernardo e dos anexos, promulgada pelo Decreto n.º 8920 de 16 de junho de 1923 encontrou restrições com o Decreto n.º 15444 de 9 de maio de 1928, que cedia ao Ministério da Guerra as sacristias e o quintal, para instalação de uma estação de telegrafia, com o acordo da Câmara Municipal. Entretanto, a estação telegráfica sem fios acabou por ser instalada no quartel ocupado pelo Grupo Misto de Artilharia n.º 14 (Cf. ACMF, Processo

### a. As Coleções e a Exposição

A existência do museu durante a 1.<sup>a</sup> República foi tímida, quer no que respeita à instalação e desenvolvimento, quer no que toca às notícias sobre a entrada de coleções. Para o período em estudo, nas atas das Sessões de Câmara surgem-nos pouquíssimas referências à entrada de objetos para o museu. Em 12 de julho de 1923 registou-se a cedência, por parte da Comissão Municipal de Assistência, de azulejos hispano-árabes e de um arco de mármore que encimava um nicho do adro da extinta Igreja de São Francisco, com a condição de o citado nicho ser tapado a expensas da autarquia.

Sobre a configuração do museu propriamente dito, as referências são nulas. Alguns anos depois surgem-nos duas descrições que aproveitamos para este estudo, uma vez que só nos finais da década de 40 e na seguinte nos surge documentação que nos indica o início de grandes empreitadas no edifício do museu, o que nos leva a concluir que até lá ele não terá sofrido grandes alterações. A primeira das referências surge-nos numa pequena brochura, já referida para outros museus, intitulada *Arte Portuguesa III – Museus Portugueses*, da autoria de Nuno Catharino Cardoso, editada em 1935, destacando algumas imagens em marfim do acervo, bem como algumas peças de mobiliário e uma lápide epigrafada da cidade romana de Ammaia.

Uma segunda referência, também inserida numa obra de âmbito nacional, mas de maior fôlego que a anterior: o *Inventário Artístico de Portugal*, da Academia Nacional de Belas Artes, cujo volume dedicado ao distrito de Portalegre saiu em 1943<sup>1343</sup>. Na parte dedicada ao museu, é feita uma descrição satisfatória do espaço em que ele se encontrava instalado e das principais coleções que aí se podiam encontrar. Trata-se, por sinal, do melhor testemunho que conseguimos encontrar para aquele museu, à altura ainda instalado na igreja do extinto Convento de S. Bernardo<sup>1344</sup>. A transcrição integral pode ser consultada em apêndice documental.

---

CJBC/PTG/POR/CEDEN/005, cx. 40, Ofício n.º 566 da CMPTG ao Ministério da Justiça, de 19 de setembro de 1928, pelo que a edilidade solicitou novamente aquelas dependências para instalar definitivamente o Museu Distrital. Efetivamente, em ofício de 1 de outubro de 1929, o Administrador Geral do Exército comunicava ao Presidente da CJBC o seu desinteresse pelas dependências em questão. Em 29 de novembro de 1929, a CJBC emitia o seu parecer n.º 6334, comunicando que se devia anular o decreto 15444 e devolver à Câmara Municipal de Portalegre as dependências referidas. O decreto n.º 17715 de 6 de Dezembro de 1929 declarou nulo o decreto 15444 e devolveu à Câmara Municipal de Portalegre as sacristias e o quintal.

<sup>1343</sup> Cf. KEIL, Luís e SANTOS, Reinaldo dos Santos, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Portalegre I*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, pp. 148 e 149.

<sup>1344</sup> Ver Doc. 79 em Apêndice Documental. Em 1962 o Museu Municipal de Portalegre inaugurou nas suas novas instalações, junto à Sé Catedral, onde ainda hoje se encontra.

O Governo só criou oficialmente o Museu Regional de Portalegre por Despacho do Ministro de Instrução Pública de 27 de julho de 1929, abrindo ao público a 13 de setembro de 1931.



Fig. 78 – Convento de São Bernardo, em Portalegre.  
IHRU/SIPA, sipa.foto.00006981.



## CAPÍTULO 23: MUSEUS DE OUTRAS TUTELAS – REGIÃO CENTRO

### 1. MUSEU MUNICIPAL DE SANTARÉM

*«Pena é que este instituto local não tenha hoje homens de vontade decidida como foram os seus benemeritos iniciadores a fim de desenvolverem proficientemente a acção e pensamento que presidiram á sua criação, trabalhando para o seu maior engrandecimento [...] como elemento da educação do povo»<sup>1345</sup>.*

#### **Antecedentes: Museu Distrital**

Na senda da atividade de Possidónio Silva a partir de 1861-62 em Santarém, das reações negativas das pessoas mais ilustradas da terra por verem o património histórico ir enriquecer um museu da Capital e no espírito de salvaguarda que se impunha para combater o abandono ou a alienação do património<sup>1346</sup>, foi criado por Alvará de 16 de fevereiro de 1876 o Museu Distrital de Santarém (sendo Governador Civil José Ferreira da Cunha e Sousa). Como principal objetivo impunha-se a formação da população mediante a apresentação dos monumentos arqueológicos e dos produtos naturais e industriais do distrito. Em suma, objetivos educativos, sociais e económicos. A Comissão<sup>1347</sup> encarregue da sua organização constituiu-se de imediato e em 17 de março de 1876 foi discutido e aprovado o Regulamento Interno do museu, impresso em Francês nesse mesmo ano. A Comissão Organizadora contou com a colaboração dos Administradores e Presidentes das Câmaras dos vários Concelhos, de alguns eruditos e dos próprios produtores agrícolas e industriais para coligir os objetos, exercer vigilância sobre os monumentos das várias circunscrições administrativas a fim de evitar a sua perda, executar e supervisionar os trabalhos arqueológicos e industriais em cada um dos concelhos. Inicialmente e enquanto se aguardava do Governo Central a cedência da Igreja de São João de Alporão<sup>1348</sup> para sede do museu, a Câmara Municipal de Santarém cedeu um compartimento dos Paços do Concelho para a sua instalação provisória,

<sup>1345</sup> Cf. OZORIO, José, *Guia de Santarem*, J. Cardoso da Silva Editor, Santarem, 1923, p. 30.

<sup>1346</sup> Cf. *Relatorio apresentado ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Governador Civil do Districto de Santarem pela Comissão Administrativa do Museu Districtal em 30 de Abril de 1878*, Typographia Lisbonense, Lisboa, 1878, p. 3.

<sup>1347</sup> Cf. *Idem*, p. 16 e *S. João de Alporão na História, Arte e Museologia, Exposição, Catálogo*, Câmara Municipal de Santarém, setembro, 1994, 1.ª ed., p. 113: A Comissão era constituída por João Dally Alves de Sá (Presidente), Visconde de Atouguia (Vice-Presidente), Silvério Alves da Cunha (Tesoureiro), Francisco de Freitas e Macedo, João Duarte da Silva Caldas, Isidoro Ferreira Pinto, Jacinto Falcão, António Lourenço da Silveira, José Peixoto da Silva, João Fagundo da Silva, Francisco Menna, Alexandre Sampaio, José Xavier da Silva (Vogais) e João Manuel de Carvalho (Secretário).

<sup>1348</sup> A Igreja de São João de Alporão foi cedida por Portaria de 1 de julho de 1876 e entregue no dia 11 do mesmo mês. Em 1878, à data do Relatório da Comissão Instaladora, ainda se encontrava no edifício dos Paços do Concelho. Antes da cedência para instalação do Museu, a igreja foi transformada em teatro (1849), suscitando alguma discórdia entre os mais eruditos.

ficando disponível ao público a partir de 18 de maio e constituindo uma autêntica exposição industrial e agrícola comparativa com outras regiões do país, permanecendo os objetos arqueológicos arrecadados em outra dependência da Câmara Municipal ou em alguns templos. O museu experimentou rapidamente constrangimentos espaciais, o que obrigou ao início breve dos trabalhos de adaptação da Igreja de São João de Alporão em 16 de abril de 1877, salvaguardando a integridade do próprio monumento. O restauro do edifício terminou em meados de 1882, dois anos depois da Comissão ter sido extinta pelo Governador Civil Júlio Lourenço Pinto, e a própria Junta Geral do Distrito se encarregar das obras. A inauguração oficial ocorreu em 19 de junho de 1889 depois de longos anos de organização interna do espaço, acompanhados de algumas mudanças radicais, nomeadamente a reorganização em mero museu arqueológico, ficando de fora a vertente industrial antecedente graças às limitações espaciais, agudizadas com a transferência do túmulo de D. Duarte de Menezes do extinto Convento de S. Francisco, entre janeiro e fevereiro de 1889. À semelhança do Museu do Carmo, o museu arqueológico de Santarém constituiu-se como um museu dos monumentos, pois na sua índole tomava primazia a recolha de todos os vestígios de monumentos em ruínas ou a demolir, fruto de uma profunda tendência europeia para remodelar os centros urbanos. Por outro lado, assume importância como o primeiro motor na tentativa de descentralizar a cultura.

Crê-se que a Câmara Municipal tenha feito os possíveis para conseguir levar o museu para debaixo da sua influência e minimizar o efeito das vozes mais críticas à demolição dos monumentos pela própria edilidade, vozes que fizeram parte das comissões criadas para gerir o museu<sup>1349</sup>. A promulgação do Decreto n.º 295 de 28 de dezembro de 1892 transferiu-o finalmente para a tutela municipal.

### **Na República**

A municipalização do museu parece ter-se concretizado já durante a 1.<sup>a</sup> República, segundo o catálogo *S. João de Alporão na História, Arte e Museologia*, de 1994, a página 126. Em outubro de 1914, José de Figueiredo e D. José Pessanha visitaram o Convento de S. Francisco em Santarém, tendo o primeiro proposto em sessão do CAN, de 30 de outubro, a transferência do museu para aquele edifício<sup>1350</sup>.

---

<sup>1349</sup> Cf. *S. João de Alporão na História, Arte e Museologia: Exposição – Catálogo, Ob. Cit.*, p. 126.

<sup>1350</sup> Cf. *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional, Doc. Cit.*, p. 54.

A 15 de abril de 1919, em sessão da CMS debatia-se a questão da construção da avenida junto ao Convento de Santa Clara, resolvendo-se pedir um parecer ao CAA1, para que a empreitada não prejudicasse aquele monumento nacional, prestes a ser entregue «à Comissão administrativa da Junta Geral do Districto» para ali ser transferido «o muzeu actualmente a cargo da Camara»<sup>1351</sup>. Tal transferência não se deu, e tão pouco a passagem do museu para a alçada da Junta Geral. Por sua vez, no Congresso Ribatejano realizado em maio de 1923, Diogo da Silva Oleiro defendeu que o museu municipal deveria transformar-se em museu regional<sup>1352</sup>, facto que também não teve desenvolvimento.

Na sequência de uma visita de delegados da AAP a Santarém no dia 9 de julho de 1916 surgiu a Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém (oficialmente em 5 de setembro<sup>1353</sup>). Membro do CAA1, a comissão tinha como principais objetivos a defesa e salvaguarda dos monumentos de Santarém e o desenvolvimento do museu. A ela pertencia Laurentino Veríssimo<sup>1354</sup> (LV), nomeado Conservador em 13 de janeiro de 1914, em substituição de José Pedroso, que havia pedido a exoneração em finais do ano anterior. A nomeação definitiva de LV só foi deliberada em sessão da Câmara Municipal de 18 de dezembro de 1917.

Ao novo Conservador, que também era o responsável da Biblioteca Municipal, deveu-se uma maior divulgação do museu, nomeadamente pela conclusão do catálogo em três volumes, que veio a lume em 1927<sup>1355</sup>.

Instalado na igreja românico-gótica de S. João de Alporão, adaptada para o efeito, vemos que o espaço depressa se tornou insuficiente para acomodar o acervo, motivando a proposta de José Pessanha de transferir o museu para a igreja do Convento de Santa Clara, que nunca se concretizou, apesar da sua cedência para o efeito<sup>1356</sup>.

---

<sup>1351</sup> Cf. *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Santarém 1918-1920*, fl. 82 frt.

<sup>1352</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *Ob. Cit.*, p. 777.

<sup>1353</sup> *Ibidem*, p. 814. Os delegados da AAP foram José Pessanha e Vergílio Correia, este último uma espécie de consultor científico do museu escalabitano.

<sup>1354</sup> Laurentino Veríssimo nasceu em Santarém em 1855 e morreu na mesma cidade em 7 de dezembro de 1836. Foi um benemérito, músico e investigador da história e arqueologia locais.

<sup>1355</sup> Em sessão da CMS, de 13 de agosto de 1918, deliberou-se ordenar que fossem elaborados os inventários de todos os bens pertencentes à autarquia, em livros próprios, abertos para cada espaço ou serviço, incluindo o museu. Cf. AHMS, *LASCMS 1917-1918*, f. 275 v.

<sup>1356</sup> Cf. AHMS, *LASCMS 1914*, «Acta da sessão ordinária de Novembro de 1914 / Continuação da sessão em 28 de Novembro», fl. 150 frente: acerca de uma visita de arqueólogos de Lisboa no domingo dia 22 de novembro, a fim de visitarem os monumentos dignos de ser conservados, pelo seu valor histórico-artístico, o Presidente da edilidade comunicou aos restantes membros da Câmara, os pedidos que lhe foram feitos por esses mesmos técnicos, que foram aprovados: «a conservação dos muros que sustentam o monte, contíguo ao templo de Santa Clara; a terraplenagem da parte superior deste monte, um dos pontos de vista mais lindos da cidade, que se fará oportunamente; e o desaparecimento da armação de

As condições do edifício do museu foram várias vezes denunciadas pelos seus responsáveis. Em dezembro de 1910 José Pedroso solicitou medidas urgentes contra as infiltrações existentes devido ao mau estado da cobertura<sup>1357</sup>. Em maio de 1921 o problema persistia e Laurentino Veríssimo sugeriu a transferência provisória das obras de pintura para o edifício da biblioteca resguardando-as da perda inevitável pela acção da extrema humidade, enquanto não se encontrasse um local melhor para instalar o museu<sup>1358</sup>.

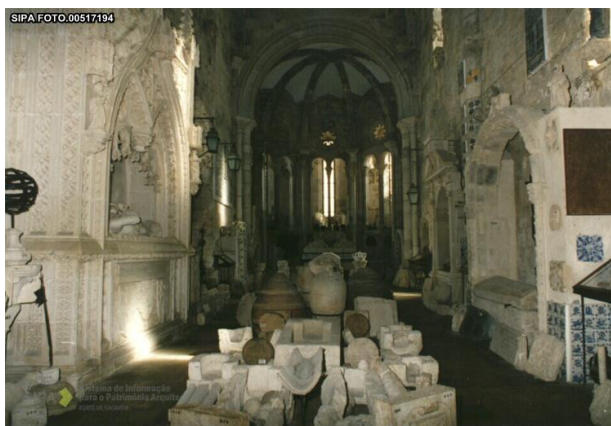


Fig. 79 – O museu instalado ao longo da nave da Igreja de São João de Alporão.  
IHRU/SIPA, sipa.foto.00517194.

O pequeno número de funcionários implicou um reduzido horário de abertura ao público. Além do Diretor, que se repartia entre a gestão da biblioteca e do museu, existia um ajudante com funções nos dois espaços. No sentido de regularizar a situação, o vogal da Câmara Costa Lopes propôs com aprovação unânime que o museu abrisse às quintas-feiras e domingos, «*guardado pelo respectivo ajudante de bibliotecário, devendo o dia de descanso para este funcionario ser a sexta feira, de cada semana*»<sup>1359</sup>.

### a. As Coleções e a Exposição

As fontes para o conhecimento do Museu de Santarém são esparsas. Analisadas as atas das sessões da Câmara Municipal, verificamos que não parece ter havido grande dinamismo no museu. Conseguimos, porém, descobrir passagens que nos indicam

---

*madeira para exercicio de bombeiros, que desfeia a parte exterior do templo de Santa Clara, que deve ser considerado monumento nacional, e que a mesma comissão diligenciará que seja entregue a esta Camara para nele colocar o seu muzeu*”. Na sequência da visita de José Pessanha e Vergílio Correia a Santarém, o primeiro sugeriu em sessão do CAN de 12 de julho de 1916, a transferência do museu de S. João de Alporão para a Igreja de Santa Clara, a conversão daquele em museu regional e o ajardinamento exterior das imediações do segundo templo (Cf. «Sessão de 12 de julho de 1916», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional* (1911-1921), AHSGMEC; Lisboa, p. 108). D. José Pessanha voltou a insistir nas propostas em sessão de 14 de novembro de 1916 (*Ibidem*, p. 109).

<sup>1357</sup> Cf. Idem, *LASCMS 1909-1911, Cit.*, «Acta da sessão ordinária de 6 de Dezembro de 1910», fl. 167 verso.

<sup>1358</sup> Cf. Idem, *LASCMS 1920-1921*, «Acta da sessão ordinária de 10 de Maio de 1921».

<sup>1359</sup> Cf. Idem, *LASCMS 1916*, «Acta da sessão ordinária de 25 de Abril de 1916», fl. 10 f. r.

algumas incorporações: duas pedras tumulares, uma de D. Constança, mãe de D. Fernando, e outra do séc. XVI, provenientes do extinto Convento de S. Francisco, onde na altura (1910) se encontrava instalado o RA3, e que foram cedidas após autorização do Ministério da Guerra<sup>1360</sup>; uma litografia<sup>1361</sup>; duas estalactites provenientes da Serra de Santa Marta (Minde), trazidas por LV; um quadro de 1849 contendo o nome dos acionistas do teatro instalado em S. João de Alporão, bem como o número de camarotes e o calendário dos espetáculos, oferecido por Júlio Francisco José de Sousa<sup>1362</sup> (julho de 1919); um portal manuelino com arco abatido, de um paço demolido, encontrado na propriedade dos herdeiros de José de Paiva Vasconcelos Bernardes (junho de 1923); um portal manuelino de volta perfeita, proveniente da Igreja de Marvila (1925); a lápide comemorativa da Sepultura do Vice-Rei da Índia, Martim Afonso de Castro (1925, mas só entrada em 1939). Apesar de pouco se ter evoluído em termos institucionais, um artigo do jornal *Correio do Ribatejo*, de 13 de outubro de 1995, intitulado «Laurentino Veríssimo», fala-nos do seu importante papel no enriquecimento do museu, para o qual teria conseguido, segundo o seu sucessor – Engenheiro Zeferino Sarmento –, mais de 600 novos objetos<sup>1363</sup>, a somar aos cerca de 200 existentes antes da sua tomada de posse. Estes números coincidem com os apresentados por Nuno Catharino Cardoso na sua brochura, já citada, sobre os museus portugueses, datada de 1935. O Museu Municipal de São João de Alporão, como era designado, «*ocupa apenas uma sala onde, quasi por milagre, estão expostos perto de 800 exemplares*»<sup>1364</sup>. A sala a que se refere não era mais do que o espaço da própria igreja, em que se encontravam dispostos objetos pré-históricos, árabes e romanos de dimensões reduzidas, elementos arquitetónicos de vários edifícios demolidos e elementos de tumulária e lapidária epigrafada. Ao contrário do que viria a ser implementado pelo seu sucessor, LV optou

---

<sup>1360</sup> Cf. Idem, *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Santarém 1909-1011*, «Acta da sessão ordinária de 25 de Outubro de 1910», fl. 141 frente: o Tenente-Coronel Gorjão, do Regimento de Artilharia 3, participa por ofício o achamento das duas pedras tumulares no convento de S. Francisco, aquartelamento daquele regimento, sugerindo que se solicite ao Ministério da Guerra a cedência das mesmas pedras ao museu. A CMS deliberou solicitar a intercessão do Governador Civil para conseguir obter as peças; «Acta da sessão ordinária de 22 de Novembro de 1910»: foi lido um ofício do Governo Civil comunicando a cedência das pedras ao museu.

<sup>1361</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, «Acta da sessão ordinária de 14 de Março de 1911», fl. 20 verso.

<sup>1362</sup> Cf. Idem, *Livro de actas das Sessões da Câmara Municipal de Santarém*, «Acta da sessão ordinária de 22 de Julho de 1919», fls. 129 verso e 130 frente.

<sup>1363</sup> Cf. VARZEANO, José, «Laurentino Veríssimo», in *Correio do Ribatejo*, 13 de outubro de 1995.

<sup>1364</sup> Cf. CARDOSO, Nuno Catharino, *Arte Portuguesa III: Museus Portugueses, descrição do que há de mais notavel e belo nos museus portugueses regionais e municipais e no Museu Nacional Soares dos Reis do Porto, acompanhada de diversas gravuras*, Edição do Autor, Lisboa, 1935, p. 16.

por dispor os objetos de maiores dimensões soltos no edifício. A prática de os montar reconstituindo a sua aparência e funcionalidade viria com Zeferino Sarmento.

Embora iniciados alguns esboços de inventário anteriores assentes em verbetes sumários das coleções, só Laurentino Veríssimo se preocupou em concluir um catálogo do museu.

Desconhece-se a elaboração de um regulamento novo para o museu com a passagem da sua gestão para o Município, pelo que calculamos que se tenha gerido pelo de 1885, actualização do de 1876.

Desde a sua inauguração em junho de 1889, foram abertos livros de *Registo de Visitantes* (um para o período compreendido entre 19 de junho de 1889 e 25 de junho de 1901 e outro de 1 de Abril de 1915 a 12 de fevereiro de 1925).

A vitalidade e dinamismo que o museu conheceu quando surgiu no último quartel do século XIX, e que chegavam até a envergonhar Lisboa por não ter uma iniciativa governamental para criar um museu de antiguidades, não foram certamente seguidas durante o séc. XX, apesar dos esforços dos seus responsáveis. A tendência foi a de cair num certo amorfismo. Essa inépcia é-nos testemunhada por José Ozório no seu *Guia de Santarém*, datado de 1923, de que destacámos a citação inicial.

### **b. Casa-Museu Anselmo Braancamp Freire**

Em 31 de agosto de 1921 Anselmo Braancamp Freire<sup>1365</sup> mandou lavrar o testamento que deu origem a mais um estabelecimento museológico em Santarém. Na sua última vontade, o benemérito legou à Câmara Municipal a sua casa apalaçada (incluindo o recheio) localizada na então designada Rua da Amargura, para nela se instalarem uma biblioteca com uma secção de arquivo e uma galeria de arte. O acervo incluía a sua biblioteca constituída por mais de 10 mil volumes, a propriedade literária da sua obra, a coleção de documentos de arquivo e «*todos os quadros a óleo, aguarelas, desenhos, gravuras, etc; todos os [...] objectos de arte, em bronze, loiça, marfim,*

---

<sup>1365</sup> Anselmo Braancamp Freire (n./m. Lisboa, 1/2/1849 – 23/12/1921) Nascido no seio de uma família aristocrática, Anselmo Braancamp Freire dedicou a sua vida à Política, à História, Arqueologia e Genealogia. Tendo sido fidalgo da Casa Real e par do Reino, desencantou-se com a Monarquia em 1907 e aderiu ao partido Republicano, pelo qual conseguiu ascender à Câmara Municipal de Lisboa em 1908. Foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Loures (1888) em dois mandatos. Tendo sido senador e Presidente do Senado e da Assembleia da República, Anselmo Braancamp Freire cedo se desencantou com o regime republicano, que considerava ter falhado nos seus objetivos de democratização da sociedade, abandonando a vida política a partir de 1914. Académico de mérito, foi sócio e dirigente da Academia das Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa. A ele se deveu, a partir de 1903, a publicação do *Arquivo Histórico Português*, coletânea monumental que contribuiu para divulgar inúmeros documentos da História de Portugal. Cf. <http://www.leme.pt/biografias/f/freire/> (16/4/2015).

*mármore, etc; todos os [...] moveis artisticos, contadores, bufetes, tremós, armários, etc»*<sup>1366</sup>. Para a manutenção dos espaços determinou a entrega de 34 mil escudos nominais de inscrições de dívida pública depois de a Biblioteca Pública se encontrar convenientemente instalada, podendo ser aumentada com os livros da Biblioteca Municipal ou com os que viessem a ser adquiridos. Outra condição era a de manter aberta a biblioteca todos os dias úteis, pelo menos seis horas por dia.

Tendo nomeado como fiscalizador das disposições anteriores o Reitor do Seminário Patriarcal, para a instalação e catalogação da biblioteca designou a sua mulher – Maria Luiza da Cunha e Menezes – sugerindo que fosse coadjuvada por Manuel Vidal, para num prazo de seis anos ter a missão cumprida.

A 23 de Dezembro de 1921 finava-se o benemérito, tendo sido aprovado por unanimidade um voto de pesar pelo desaparecimento de tão ilustre político e historiador<sup>1367</sup>, bem como atribuir o seu nome à rua onde se encontrava o palacete por si legado<sup>1368</sup>.

Entre janeiro e 14 de abril de 1926 foram feitas as mudanças da Biblioteca Camões para se juntar à Biblioteca de Anselmo Braancamp Freire. Ficava assim pronto a abrir um espaço novo de biblioteca, pinacoteca e casa-museu, em homenagem a um homem que fez de Santarém uma das suas residências.

Em 16 de agosto de 1927 a viúva lavrou o seu próprio testamento, determinando que fossem entregues á CMS os objetos legados pelo seu marido que ainda não lhe tinham sido entregues, destacando-se um contador de pau santo contendo as provas tipográficas da obra de Anselmo Braancamp Freire e várias pinturas.

---

<sup>1366</sup> Cf. AHMS, *Cópia do Testamento do Exmo. Sr. Anselmo Braancamp Freire*.

<sup>1367</sup> Cf. AHMS, *Livro de actas das Sessões da Câmara Municipal de Santarém 1919-1926*, «Acta da sessão plenária extraordinária da Camara Municipal de Santarem, celebrada no dia 27 de Dezembro de 1921», p. 125.

<sup>1368</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, «Acta da sessão plenária da Camara Municipal de Santarem, realizada em 10 de Janeiro de 1922», p. 127.

## 2. MUSEU MUNICIPAL DR. SANTOS ROCHA – FIGUEIRA DA FOZ

«Com a morte do seu fundador, o Museu Municipal da Figueira morre também um pouco. Com ele desaparece parte do espírito empreendedor e tenaz de Santos Rocha, assistindo-se por isso a tempos de estagnação no que diz respeito ao enriquecimento das coleções»<sup>1369</sup>.

O Museu Municipal da Figueira da Foz, inaugurado a 6 de maio de 1894, foi fruto dos esforços de uma elite de intelectuais figueirenses, entre os quais se destacou o jurista e arqueólogo António dos Santos Rocha<sup>1370</sup>. Este foi responsável por algumas escavações, como as de 1886 e de 1892 que puseram a descoberto importantes vestígios do Neolítico na região da Figueira, levando-o a apresentar o projeto de criação do museu à Câmara Municipal presidida pelo Dr. Francisco Lopes Guimarães em 22 de novembro de 1892, evitando a dispersão dos objetos e a sua saída para museus externos. A sugestão foi aceite em sessão de 30 de novembro, sendo relegada para futura verificação a aprovação definitiva. Em 11 de janeiro de 1893 o novo executivo presidido por Joaquim Pereira Jardim aprovou a criação do museu e em 18 de janeiro foi instituída a sua Comissão Organizadora<sup>1371</sup>, com Santos Rocha indigitado como Diretor do novo estabelecimento.

José Leite de Vasconcelos deixou-nos duas importantes descrições do museu nos seus primeiros anos, enquanto instalado provisoriamente num solar arrendado pela Câmara conhecido como Casa do Paço<sup>1372</sup>. A primeira, decorrente de uma visita que lhe fez em 6 de setembro de 1894, destaca os objetos mais valiosos, distribuídos entre a galeria de entrada e as quatro salas, integrando a «*secção das indústrias do concelho*»,

---

<sup>1369</sup> Cf. CARDOSO, Ana Paula, «As coleções de escultura e pintura», in PEREIRA, Isabel e CARDOSO, Ana Paula (Coord), *Museu Municipal Dr. Santos Rocha: Centenário (1894 – 1994)*, Câmara Municipal da Figueira da Foz (Serviços Culturais / Museu), 1994, p. 199.

<sup>1370</sup> António dos Santos Rocha (n. / m. Figueira da Foz, 30/4/1853 – 28/3/1910) foi também político, tendo por duas vezes desempenhado o cargo de Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Desenvolveu importantes investigações ao nível da História local e revelou-se um museólogo de valor, tornando o museu da Figueira reconhecido a nível internacional. Foi membro e benemérito do Instituto de Coimbra e também da Sociedade Carlos Ribeiro. Fundou a Sociedade Arqueológica da Figueira em 1900 e o respectivo boletim em 1904.

<sup>1371</sup> A Comissão Instaladora e Administrativa do Museu Municipal da Figueira foi constituída por António Alves Duarte Silva (jurista, numismata), Francisco Maria de Lima e Nunes (médico, presidente da comissão), Francisco Ferreira Loureiro (silvicultor), João José da Silva Costa (banqueiro e diplomata), Joaquim de Campos Ribeiro, Joaquim da Silva Cortesão, Augusto Eduardo Ferreira Barbosa, Frederico Nogueira de Carvalho (médico). Cf. PEREIRA, Isabel e CARDOSO, Ana Paula (Coord.), *Ob. Cit.*, pp. 28 e 79. Em fevereiro de 1894 foi nomeado para a Comissão Administrativa Augusto Goltz de Carvalho (professor), versado em História e História Natural, constituindo por isso uma mais-valia para o museu. Como membros honorários da comissão encontravam-se Nery Delgado, Adolfo Ferreira Loureiro, Pedro Augusto Ferreira (abade de Miragaia) e Fortunato Casimiro da Silveira e Gama (abade de Quinchães), D. Francisco Cobes e Joaquim Maria Pereira Boto, criador do Museu de Faro. *Ibidem*, pp. 40 e 79.

<sup>1372</sup> Casa pertencente anteriormente aos Condes da Figueira, localizada no Largo do Paço. A construção do novo edifício dos Paços do Concelho previa instalações para o museu. As obras ficaram concluídas em Março de 1899.



de Arqueologia Histórica e Pré-Histórica e Comparativa e organizados por critérios geográficos ou morfológicos<sup>1373</sup>. A segunda, de agosto de 1896, revela-nos com grande pormenor que espaços e coleções constituíam o museu, desde o exterior em que se encontrava um jardim delimitado por gradeamento e arborizado e se reconstituiu uma anta da Cabecinha, freguesia de Alhadadas, concelho da Figueira, recolhida por Santos Rocha<sup>1374</sup>. A profusa colocação de objetos nas paredes, no chão e em armários seria também a tendência seguida no futuro, em especial porque a exiguidade dos espaços a isso obrigava.

Em 1899 o museu foi transferido para o andar nobre do edifício da Câmara Municipal, mantendo-se fiel à organização inicial, com uma «*secção de arqueologia pré-histórica; secção etnográfica; secção de proto-histórica; secção de arqueologia histórica*»<sup>1375</sup>. Reabriu no novo espaço a 1 de junho, com representações gráficas em desenho da autoria de Francisco Ferreira Loureiro para ilustrar e reconstituir estruturas pré-históricas e introduzir as várias secções do museu. Assistiu-se a uma maior valorização da dimensão científica dos objetos, recorrendo a rótulos cartonados apostos junto deles e sempre que possível recorria-se a uma encenação decorativa.

Nesta segunda fase da história do museu foi publicado novo Regulamento Interno, datado de 9 de abril de 1902 (aprovado por Despacho do Ministério do Reino de 24 de março de 1902)<sup>1376</sup> e editado o catálogo (1905) com aditamentos de 1907 e 1909.

Para suportar científica, monetária e tecnicamente o museu formou-se em 1898 a Sociedade Arqueológica da Figueira, sendo presidente Santos Rocha, cujo nome passou a estar associado ao daquela a partir de 1903. A ela se deveu um exponencial aumento das coleções do museu e o seu reconhecimento a nível nacional e internacional.

---

<sup>1373</sup> Cf. JLV, «Coisas velhas», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 22, n.º 1-12 (jan.-dez. 1917), Lisboa, pp. 131-132; *Idem*, «Coisas Velhas», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, S. 1, vol. 23, n.º 1-12 (jan. – dez. 1918), p. 363.

<sup>1374</sup> Cf. *Idem* (jan. – dez. 1918), p. 361

<sup>1375</sup> Cf. DIONÍSIO, Sant'Anna (Apres.), *Guia de Portugal: Beira: Beira Litoral*, Fundação Calouste Gulbenkian, Abril, 1993, 3.º Vol., Tomo I, 3.ª ed., p. 85.

<sup>1376</sup> PEREIRA, Isabel e CARDOSO, Ana Paula (Coord.), *Ob. Cit.*, p. 43: «definiu competências, teorizou uma política de aquisições, especificou critérios claros que se aplicavam às espécies sempre que estas dessem entrada no Museu». *Ibidem*, p. 79: Um primeiro projeto de regulamento foi aprovado em sessão da comissão administrativa, de 23 de fevereiro de 1894, e aprovado pela Câmara Municipal, na sua sessão de 26 de abril seguinte, definindo o museu como etnográfico e industrial. Em 11 de agosto de 1900 é aprovado novo regulamento, juntando o adjectivo «arqueológico» aos definidos no regulamento anterior. No 3.º regulamento desaparece a vocação «industrial» do museu, por se verificar desinteresse por parte dos produtores e por tendencialmente se começarem a organizar exposições temporárias de indústria e comércio como alternativa aos museus com essas vocações. Ver Doc. 80 em Apêndice Documental.

A citação inicial resume perfeitamente a história do museu na 1.<sup>a</sup> República. Com a morte de Santos Rocha em 29 de março de 1910, a Sociedade Arqueológica não sobreviveu e o museu batizado com o nome do Fundador<sup>1377</sup> parece ter estagnado, a braços com a falta de arqueólogos e investigadores, apesar dos esforços da Autarquia e do dinamismo político e cultural que a Figueira experimentou durante aqueles anos. As diretrizes seguidas na gestão do museu e na sua configuração mantiveram-se fiéis às já existentes mas ao nível das coleções a situação foi claramente diferente pois não se registou qualquer incremento como nos comprovam os livros de registo de donativos e de depósitos abertos em 1893.

Em substituição de Santos Rocha foi nomeado diretor Luís Wittnich Carrisso, em sessão de 25 de maio de 1910. A braços com uma cada vez mais importante carreira académica na Universidade de Coimbra, Carrisso pediu para ser substituído pelo Vice-Presidente da Sociedade Arqueológica Santos Rocha – Frederico Nogueira de Carvalho<sup>1378</sup>. Este foi nomeado Conservador interino em sessão camarária de 23 de agosto de 1911 e manteve-se nesse cargo até 1916, quando em sessão de 12 de junho foi substituído por José dos Santos Pereira Jardim<sup>1379</sup>, que se manteve à frente dos destinos do museu até 1929.



Fig. 80 – Postal ilustrado com a Sala de Arqueologia Pré-Histórica, posterior à morte de António dos Santos Rocha.

Cortesia do Museu Municipal Santos Rocha.

<sup>1377</sup> A Autarquia decidiu dar o nome do fundador ao museu a 30 de março de 1910, dia imediato ao da morte de Santos Rocha

<sup>1378</sup> Frederico Nogueira de Carvalho nasceu em Quiaios a 2 de fevereiro de 1861 e morreu na Figueira da Foz em 28 de maio de 1943. Formou-se em Medicina em 1887, tendo sido clínico do hospital da Misericórdia da Figueira durante 50 anos. Foi sócio fundador da Sociedade Arqueológica da Figueira. Participou ativamente na política, tendo sido membro da Comissão Municipal Republicana de 1895 e durante muito tempo Presidente da comissão concelhia da União Nacional. Cf. FERREIRA, Ana Margarida e CARDOSO, Ana Paula (Coord.), *Sociedade Arqueológica da Figueira 1898-1910: Centenário* [catálogo], *Ob. Cit.*, p. 99.

<sup>1379</sup> José dos Santos Pereira Jardim (n. / m. Figueira da Foz, 30/03/1862 – 10/05/1929). Sócio-fundador da Sociedade Arqueológica da Figueira. Médico pela Universidade de Coimbra a partir de 1887-88. Exerceu vários cargos políticos: Chefe local do Partido Regenerador; Deputado pelo Círculo da Figueira; Par do Reino e Conselheiro de Estado; Governador Civil de Coimbra e Leiria. Desempenhou também o cargo de Presidente da Associação Comercial da Figueira. Autor de algumas obras de História local e de artigos no periódico *Gazeta da Figueira*. *Idem*, p. 100.

### 3. MUSEU MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

«O Dr. Manuel Paiva Pessoa venceu a maior das crises de crescimento do Museu. Logo em 1912, dois anos após a sua fundação, com a sua pertinácia e bairrismo, misto de esclarecimento e de fanatismo, ajudado pela mocidade escolar, sempre generosa, quebrou o sonho de António Augusto Gonçalves e fez recuar os inimigos desconhecidos acoitados intra-muros»<sup>1380</sup>.

#### Historial

A existência do Museu Municipal de Castelo Branco deve-se ao Arqueólogo monárquico Francisco Tavares de Proença Júnior. Em 1908, depois de reunir uma coleção de cerca de 3 mil objetos descobertos em oito anos de escavações, resolveu propor à Câmara Municipal de Castelo Branco a criação de um museu, no qual depositaria parte das suas coleções e ofereceria outra, colocando-se ao dispor para o instalar, catalogar e dirigir, sem direito a qualquer retribuição. Em sua sessão de 8 de abril de 1908, a CM deliberou por unanimidade aceitar a proposta.

Pouco depois de aprovada a criação do museu, Félix Alves Pereira, Conservador do MEP, escreveu um artigo n' *O Archeologo Português*, em que para além de se regozijar pela iniciativa sugeriu uma maior abrangência disciplinar, aberta à Etnografia e à História natural<sup>1381</sup>. Para dar suporte à iniciativa, propôs a criação de uma sociedade científica e do respetivo boletim, sem no entanto ter qualquer eco.

Até à inauguração em 17 de abril de 1910 teve lugar um debate para encontrar instalações apropriadas para o novo museu, tendo-se conseguido das autoridades militares a cedência de uma dependência do Convento de Santo António dos Capuchos, que servia como hospital militar. A Direção foi entregue a Tavares Proença Júnior, passando a colaborar consigo o Dr. Manuel Pires Bento – como Conservador – e Manuel dos Santos Sal – como Conservador Ajudante.

Com a Instauração da República, Tavares Proença Júnior colocou-se ao lado da resistência monárquica de Paiva Couceiro<sup>1382</sup>, sendo obrigado a exilar-se em Espanha e a partir de 1914, por razões de doença, seguiu-se aquilo a que Ana Margarida Ferreira

<sup>1380</sup> Cf. GARCIA, Luís Pinto, «Um Museu e um Director, Um corpo e uma alma», Separata de *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, Edições Império, Lisboa, 1962, p. 5.

<sup>1381</sup> Cf. PEREIRA, Félix Alves, «Museu Municipal de Castello Branco», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 13, n.º 1-6 (jan.-jun. 1908), p. 117-118: «O museu não deveria ser exclusivamente archeologico. O alargamento da sua esfera asseguraria tambem, creio eu, a sua futura conservação. A propria archeologia é um ramo, o ramo passado, da ethnographia. [...] E, de patamar em patamar, sou ainda levado a abrir nova secção para a história natural do districto ou da provincia».

<sup>1382</sup> Cf. Instituto Português de Museus et Al. (Coord.), *Museu Francisco Tavares Proença Júnior: Roteiro das colecções*, Instituto Português de Museus, 1.ª ed, novembro, 2006, p. 15; RENDEIRO, Humberto Filipe Simões, *Parcerias, receitas próprias e mecenato: desafios para a gestão museológica – O Museu de Francisco Tavares Proença Júnior: um estudo de caso*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, p. 68.

chamou de auto-exílio. Para substituí-lo interinamente foi convidado o notário e arqueólogo Manuel Paiva Pessoa<sup>1383</sup> – sendo coadjuvado pelo Vereador João do Nascimento Costa –, mantendo-se nessa situação até à morte de Tavares Proença Júnior, em 1916<sup>1384</sup>. Neste ano JLV visitou pela primeira vez o museu, descrevendo-o com satisfação.

Após a morte de Proença Júnior, a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Castelo Branco aprovou unanimemente que se desse ao museu albicastrense o nome do seu fundador e primeiro diretor, passando aquele a designar-se Museu Municipal Francisco Tavares de Proença Júnior. Paiva Pessoa assumiu em efetividade o cargo de Diretor e durante parte do seu mandato contou com a colaboração preciosa do Grupo de Amigos do Museu e da Cidade, formado em 1914 e extinto em 1919<sup>1385</sup>.

### **Na República: uma nova vocação científica**

Durante a direção de Paiva Pessoa iniciou-se uma embrionária coleção etnográfica com a entrada de uma «*colecção de pesos e medidas, tesouras de tosquia, bandeiras dos ofícios*»<sup>1386</sup>, mas o sentido disciplinar foi outro.

A construção das coleções artísticas do MMCB foi, como na maioria dos museus portugueses, intimamente influenciada pela secularização dos bens eclesiásticos. Idealizado para ser um museu estritamente arqueológico, com a mudança de regime político entrou inevitavelmente na corrida aos bens artísticos da Igreja, em cujo contexto, como vimos, assumiram uma posição primacial as instituições museológicas de Coimbra e Lisboa.

---

<sup>1383</sup> Paiva Pessoa morreu em Coimbra em 22 de julho de 1941, tendo sido sepultado em Castelo Branco, sua terra natal.

<sup>1384</sup> Francisco Tavares Proença Júnior (nascido em Lisboa em 1 de junho de 1883) acabou por não retomar a Direção do museu, pois nunca mais regressou a Portugal vivo, tendo falecido na Suíça (La Rosiaz – Lausanne) em 24 de setembro de 1916. O funeral realizou-se em Castelo Branco no dia 14 de outubro. Manuel Paiva Pessoa manteve-se na Direção do museu até 1928, altura em que o museu foi transferido para as dependências do antigo Tribunal Judicial. No ano seguinte, pelo Decreto n.º 16578 de 6 de março de 1929, o museu passou a designar-se por Museu Regional de Francisco Tavares de Proença Júnior, como museu de Arte, Arqueologia e Etnografia, passando a ser tutelado pelo Estado, com subsídios da Junta Geral e da Autarquia. Nesta altura transferiu-se também para o edifício da Direção das Obras Públicas, e assumiu a sua direção António Elias Garcia.

<sup>1385</sup> Cf. CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, «Recordar D. Fernando de Almeida na sequência da passagem do centenário do seu nascimento», in *Estudos de Castelo Branco: Revista de Cultura*, Nova Série, n.º 4, Janeiro de 2005, p. 93.

<sup>1386</sup> Cf. SALVADO, António, *A componente etnológica do Museu Tavares Proença Júnior*, Separata de Jornadas da Beira Interior – Jornal do Fundão, 2.º vol., 1986, p. 2. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/51845452/A-componente-etnologica-do-Museu-Tavares-Proenca-Junior-por-Antonio-Salvado> (consulta efetuada em 6 de março de 2013).

Chamado a dirigir o museu, Manuel Paiva Pessoa destacou-se num processo ilustrativo das disputas entre as localidades de província e as cidades que reclamavam a supremacia cultural. O caso veio a lume em 1912, coincidindo com a transferência do museu para novas instalações – a Escola Primária Conde de Ferreira, localizada no largo do Castelo, onde se manteve até 1915. Em 20 de outubro de 1911, a DGISSSE pediu ao CAA2, em nome do Governador Civil de Castelo Branco, para que um crítico de arte se dirigisse àquela cidade a examinar as tapeçarias e quadros existentes no antigo Paço Episcopal. O assunto foi analisado na sessão do CAA de 30 de outubro de 1911, dando-se anuência ao solicitado<sup>1387</sup>. Em fevereiro do ano seguinte, AAG manifestava ao Secretário do Ministério da Justiça o seu interesse em recolher no MMC os objetos, depois da sua instalação<sup>1388</sup>. Passados alguns meses, a CCABI de CB manifestou interesse em vender em leilão os bens do Paço, obrigando a CCELS a solicitar ao CAA2, por ofício de 27 de julho de 1912, que alguém fosse separar os objetos de valor histórico e artístico dignos de integrar os museus. Na sua sessão de 4 de agosto seguinte o CAA analisou um ofício da CCELS comunicando-lhe ter recebido uma missiva da CCABI de Castelo Branco, solicitando autorização para vender em hasta pública alguns objetos do antigo paço e para que fossem escolhidos os objetos de valor museológico<sup>1389</sup> antes de se efetuar a venda dos restantes. A 20 de agosto de 1912 o CAA comunicou ao Governador Civil de Castelo Branco que AAG fora nomeado delegado daquele Conselho para ir a Castelo Branco selecionar os objetos suscetíveis de depositar provisoriamente no museu de Coimbra enquanto não estivesse organizado o museu regional albicastrense<sup>1390</sup>. Em outra missiva, de 24 de outubro seguinte, dirigido ao seu homólogo da CCABI, Júlio Henriques pedia autorização para o delegado destacado efetuar a visita. Por seu turno, a CCELS solicitou à CCABI de Castelo Branco que designasse um delegado para assinar o auto de entrega dos objetos<sup>1391</sup>. A visita decorreu em novembro, tendo AAG cobiçado alguns bens de valor<sup>1392</sup>, destacando-se quatro

---

<sup>1387</sup> Cf. 2.<sup>a</sup> Acta, fl. 3, *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> Circunscricção*, Cota 351, AHSGMEC.

<sup>1388</sup> Cf. «4.<sup>a</sup> Acta», de 16 de fevereiro de 1912, *Idem*, p. 5.

<sup>1389</sup> Cf. «12.<sup>a</sup> Acta», de 4 de agosto de 1912, *Idem*, p. 17.

<sup>1390</sup> Cf. ACMF/CJBC/CBR/CBR/ADMIN/052

([http://purl.sgmf.pt/133208/1/133208\\_master/133208\\_PDF/133208.pdf](http://purl.sgmf.pt/133208/1/133208_master/133208_PDF/133208.pdf)).

<sup>1391</sup> Cf. «16.<sup>a</sup> acta», *ACAA2, Doc. Cit.* [cota 351], fl. 22.

<sup>1392</sup> Os objetos ambicionados pelas partes litigantes eram os seguintes: Quatro pinturas sobre tábua representando motivos religiosos (S. Pedro; Santo António; Anunciação; Deposição de Cristo no túmulo); 4 Panos de Arras e fragmentos de outros; 8 cadeiras forradas de tecido; coroa de prata dourada; 3 sacras de altar; 3 castiçais de casquinha; 2 cómodas; livros litúrgicos. Cf. GARCIA, Luís Pinto, «O Museu de Castelo Branco: Breve história: Descrição sucinta», in *Estudos de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1962,

panos de Arras. A iminência da saída dos bens para Coimbra resultou numa forte resistência local ao enviado do CAA, que não invalidou que AAG apreciasse, separasse e arrolasse os que no seu entender deveriam ser levados para Coimbra, pela sua importância para o estudo da História da Arte e por não haver condições adequadas à sua conservação em Castelo Branco<sup>1393</sup>.

As providências para obstar à transferência do acervo iniciaram-se antes da deslocação de AAG. Em 20 de setembro de 1912 algumas coletividades albacastrenses reuniram em sessão liderada por Manuel Paiva Pessoa para discutir o assunto. A Câmara Municipal mostrava-se favorável às pretensões de Coimbra desde que ficasse salvaguardada a posse dos objetos, mas a maior parte dos congregados decidiu que se solicitasse ao Governador Civil o adiamento da entrega dos bens pelo prazo de 8 dias, até ser feita uma representação oficial pela Edilidade, ao que o Ministério da Justiça anuiu. Uma segunda reunião decorreu em 21 de setembro, decidindo a Câmara pedir ao Ministro da Justiça a cedência dos objetos para o Museu Municipal e enquanto não houvesse condições para o seu bom acondicionamento, que os panos de Arras ficassem no Paço à guarda dos professores do Liceu aí instalado, e os quadros e restantes objetos fossem inventariados e conservados pelo Município. Na sessão camarária de 28 seguinte decidiu-se criar uma secção artística no museu<sup>1394</sup> e pedir à Tutela para manter os objetos no Paço até se poderem realizar as obras de ampliação do museu e em caso de indeferimento a sua transferência para Coimbra, mas assegurando a pertença a Castelo Branco. A 8 de outubro o Governador Civil oficiou ao Ministro da Justiça enviando a representação da CM e corroborando a sua posição<sup>1395</sup>.

Na mesma data a Direção Geral dos Eclesiásticos confirmou ao diretor do MMC a entrega provisória dos objetos até ser criado e instalado o museu regional em Castelo Branco. Um ofício do dia 9 de outubro instruiu o Governador Civil e a CCABI para receberem AAG e lhe entregarem os objetos. A chegada a Castelo Branco decorreu com um protesto organizado pelos alunos e com um telegrama da CCELS datado de 12 de novembro, suspendendo a remessa para Coimbra face às alegações do Governador Civil assegurando a instalação do novo museu. A situação descrita motivou o lamento de José

---

n.º 6, p. 111 e ACMF/CJBC/CBR/CBR/ADMIN/070, Ofício do Presidente da CECMCB para o Presidente da CCABI, de 9 de junho de 1914,

[http://purl.sgmf.pt/133226/1/133226\\_master/133226\\_PDF/133226.pdf](http://purl.sgmf.pt/133226/1/133226_master/133226_PDF/133226.pdf)

<sup>1393</sup> *Idem*, Ofício do Presidente do CAA2, de 5 de dezembro de 1914, para o Presidente da CCELS.

<sup>1394</sup> *Idem*, Ofício do Presidente da Câmara Municipal para o Ministro da Justiça, de outubro de 1912. Tal como noutros museus, a componente etnográfica ficou inicialmente alheada das coleções do museu.

<sup>1395</sup> *Idem*, Ofício do Governador Civil para o Ministro da Justiça, de 8 de outubro de 1912.

Pessanha em sessão do CAN de 13 de dezembro de 1912, pela não transferência para o Museu Machado de Castro<sup>1396</sup>. Ao protesto juntou-se José de Figueiredo, defendendo a necessidade de verificar se o museu existente na cidade beirã, «*está em condições de guardar e conservar objectos de arte*»<sup>1397</sup>. A situação deu ao Diretor do MNAA a consciência da necessidade de se rever o funcionamento dos museus regionais existentes mediante um relatório prévio de verificação, elaborado por comissões idóneas eleitas pelos CAA da respetiva circunscrição artística, para se aferir os que mereciam ser conservados ou extintos.

Adormecido temporariamente, o assunto foi retomado em 9 de junho de 1914, quando o Presidente da Comissão Executiva Municipal – João Maria Claudino de Sousa – dirigiu uma missiva ao Presidente da CCABI solicitando os objetos para o museu municipal, por ser de «*toda a conveniencia conserva-los em sitio onde possam ser vistos e em que estejam garantidos e controlados os agentes de destruição*»<sup>1398</sup>. Por sua vez, a interlocutora fazia constar à CCELS que salvo diferente determinação das instâncias superiores, e «*desde que a Camara garanta acomodação condigna de modo que a conservação e guarda dos objectos seja eficaz*»<sup>1399</sup>, estes fossem concedidos ao museu municipal. Em novo ofício de 28 de agosto de 1914, a CCELS questionou a CCABI sobre a existência de condições que pudessem garantir a permanência dos objetos em Castelo Branco. A resposta assegurou «*que o museu regional que a Camara Municipal deste concelho possui nesta cidade está em condições para bem guardar e conservar os objectos artísticos pedidos*»<sup>1400</sup>. Sem que nada se tivesse resolvido, em sessão de 8 de outubro do CAA2 foi apresentado um ofício da CCELS dando a conhecer a petição da Câmara Municipal de Castelo Branco para que os objetos do Paço Episcopal fossem transferidos para o seu museu<sup>1401</sup>. Chegou novembro e a CCELS foi confrontada com nova correspondência da Câmara Municipal acusando a falta de qualquer resposta ao ofício de 9 de junho enviado à CCABI, e instando para que os objetos fossem entregues, evitando a sua deterioração<sup>1402</sup>. Por sua vez, o Governador

---

<sup>1396</sup> Cf. «Sessão de 13 de dezembro de 1912», in *Livro de Actas das Sessões do Conselho de Arte Nacional* (1911-1921), Lisboa, AHSGMEC, p. 24.

<sup>1397</sup> *Ibidem*.

<sup>1398</sup> Cf. ACMF/CJBC/CBR/CBR/ADMIN/070, *Cit.*, Ofício do Presidente da CECMCB para o Presidente da CCABI, de 9 de junho de 1914.

<sup>1399</sup> *Idem*, Ofício do Presidente da CCABI ao Presidente da CCELS, de 12 de junho de 1914.

<sup>1400</sup> *Idem*, Ofício da CCABI para a CCELS, de 28 de setembro de 1914.

<sup>1401</sup> Cf. «34.ª acta», de 15 de agosto de 1914, *CAA2, Doc. Cit.*, fl. 41 frt. [Cota 351]

<sup>1402</sup> Cf. ACMF/CJBC/CBR/CBR/ADMIN/070, *Proc. Cit.*, Ofício da CM para a CCELS, de 7 de novembro de 1914.

Civil defendeu a imediata remoção do acervo para o museu, «bem instalado em edificio proprio e com as devidas condições para ser garantida a conservação dos objectos referidos»<sup>1403</sup>. Em sua sessão de 29 de novembro, o CAA2 resolveu informar o Presidente da CCELS sobre o facto dos objetos seleccionados por AAG em Castelo Branco «não encontra[rem] as devidas garantias de conservação e resguardo senão no Museu de Coimbra»<sup>1404</sup>.

A resolução da CCELS foi tomada em sessão de 6 de fevereiro de 1915 e comunicada a 13, revelando-se favorável às pretensões da Câmara Municipal de Castelo Branco, tendo em conta os pareceres concordantes da CCABI e do GC<sup>1405</sup>.

A par das instâncias oficiais contra a cobiça externa, Paiva Pessoa conseguiu mobilizar a opinião pública de forma enérgica, nomeadamente a população juvenil, conseguindo obstar à saída dos objetos. Para o efeito foi também fulcral a colaboração do Governador Civil do distrito – Francisco de Almeida – que garantiu ao Ministro da Justiça e dos Cultos a efetiva instalação do museu e a sua notoriedade, que levou o Ministro a satisfazer as pretensões albicastrenses aos objetos em questão, inviabilizando a sua transferência para Coimbra. Para o sucesso terá também contribuído a intervenção do Grupo dos Amigos do Museu e da Cidade, formado em setembro de 1914. A situação gerou uma forte indignação em AAG, que entre os argumentos utilizados para tentar evitá-la chegou a desconfiar da existência do museu e a denegrir o seu fundador:

«Se é preciso, dum caixote de lascas de sílex, adquiridas por um amator abastado nos lugares de Paris, faz-se um museu d'arte»<sup>1406</sup>.

---

<sup>1403</sup> *Idem*, Ofício do GC para a CCELS, de 10 de novembro de 1914.

<sup>1404</sup> Cf. «36.<sup>a</sup> acta», de 29 de novembro de 1914, ACAA2, *Doc. Cit.*, fl. 42 [Cota 351].

<sup>1405</sup> Cf. *Actas (1911-1916)* [1.º Livro de Actas das Sessões da CCELS], ACMF, *Doc. Cit.*, fl. 47 vrs; ACMF/CJBC/CBR/CBR/ADMIN/070, *Proc. Cit.*, *Resolução n.º 1824* da CCELS, de 13 de fevereiro de 1915: «A comissão concelhia e o governador civil do districto informam favoravelmente a pretensão da camara municipal, o conselho d'arte, em Coimbra, porem, é de parecer que esses objectos deverão antes ser arrecadados no museu Machado de Castro, onde teriam melhor agasalho. § Esta comissão central, conformando-se com a informação da comissão concelhia de Castelo Branco e do governador civil d'aquêle districto. § Considerando que, como se vê dos officios [...] ficarão a bom recato no museu da Camara Municipal do concelho de Castelo Branco os objectos de que ella pede a entrega, a titulo de deposito. § Considerando que a saída d'esses objectos para outro museu, sem razão de maior a justificalla, voltaria a produzir attritos e perturbações locaes, como outros antes determinados pela projectada saída d'elles, e que se repararam, sustanto essa saída. § Considerando que muito interessa fomentar o enriquecimento dos museus de provincia, onde os interessados poderão ir buscar ensinamento. § É esta comissão central de parecer que á Camara de Castelo Branco se entreguem, a titulo de deposito, esses objectos [...]».

<sup>1406</sup> Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Para a história dos Museus Locais em Portugal: a propósito da criação do Museu de Lorvão*, *Ob. Cit.*, p. 28, em que é citado um fragmento do *Depoimento para juntar ao volumoso processo dos malfeteiros da Arte em Portugal. Por uma testemunha, que não tem amizade nem parentesco com os réus*, Coimbra, Minerva Central, 1912, p. 120.



No dia 1 de maio de 1915 «ficou concluída neste museu a instalação dos objectos de arte antiga do paço episcopal»<sup>1407</sup>. No dia 9 de maio reabriu ao público no Convento de Santo António, onde se manteria até 1926.

Na sequência da quezília anterior, o Vice-Presidente da Câmara Municipal solicitou novos objetos do extinto Paço em 5 de março de 1915. Obtido o parecer positivo da CCABI (15 de agosto) e conhecido o desinteresse do CAA2 pelos objetos requeridos, a CCELS acedeu a entregar 15 pinturas sobre tela representando vários bispos da diocese, 4 estantes de missal e 7 livros litúrgicos (16 de setembro). No dia 15 de outubro era passado um recibo pelo depósito dos bens, assinado pelo vereador José Nascimento Costa<sup>1408</sup>.

Em junho de 1915 há notícia da entrada de alguns materiais: Paiva Pessoa ofereceu um machado de bronze e várias moedas antigas; Joaquim Moura presenteou o museu com uma folha de sabre; Emílio Lopes Pupe, Manuel Santos Pereira, Joaquim Duarte e Manuel Marques Candeias entregaram ao museu várias moedas antigas<sup>1409</sup>.

No ano seguinte, a 18 de junho de 1916 deu-se a reabertura do museu ao público, após um encerramento de cerca de três meses, para incorporar na sua exposição vários objetos recentemente entrados: «mais de 20 importantes pinturas, cerca de 100 valiosas moedas de ouro, prata e cobre, algumas telhas e pezos romanos, e um enorme e admiravel pote com uma bela inscrição, que foi encontrado numa antiga casa desta cidade»<sup>1410</sup>.

---

<sup>1407</sup> Cf. «Museu de Castelo Branco», in *Notícias*, 5 de maio de 1915. MNAA, Arquivo, Recortes de Imprensa, n.º 2428.

<sup>1408</sup> ACMF/CJBC/CBR/CBR/ADMIN/052, *Cit.*

<sup>1409</sup> Cf. «Museu Municipal», in *Notícias da Beira*, Castelo Branco, domingo, 20 de junho de 1915, Ano 11.º, n.º 548.

<sup>1410</sup> Cf. *Idem*, 18 de junho de 1916.

#### 4. MUSEU DA UNIÃO DOS AMIGOS DOS MONUMENTOS DA ORDEM DE CRISTO

«Os objectos que especialmente interessam para a constituição do Museu, são: os que pertencem ao Convento de Cristo; as pedras com inscrições ou labores antigos; os objectos pré-históricos (...); as peças de cerâmica antigas; os productos das industrias locais; as moedas e medalhas; os livros e as estampas»<sup>1411</sup>.

##### Historial

Os atentados ao Património eram uma constante no panorama nacional. O abandono a que os edifícios eram votados ou a sua reutilização constituíam inúmeras vezes fatores de risco para a integridade dos bens. O contexto da República e a participação portuguesa na I Guerra foram favoráveis à dispersão e destruição dos bens culturais. Como temos verificado, as leis anticlericais colocaram ao dispor do Estado uma enorme variedade de bens, movimentados de acordo com as maiores influências do país, para o enriquecimento dos museus ou, no caso dos imóveis, para outros usos. O Convento de Cristo em Tomar, por exemplo, tornou-se sede de um aquartelamento militar durante a I Guerra Mundial, o que deu azo a alguns vandalismos, denunciados aos Ministérios da Guerra, do Fomento e da Instrução Pública pelo Diretor das Obras Públicas do Distrito de Santarém, Engenheiro José Bettencourt. Para debelar situações idênticas no futuro surgiu em 1918 a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, com o objetivo principal de prover à salvaguarda futura do Convento de Cristo e do seu complexo monumental. A Comissão Instaladora reuniu pela primeira vez em 15 de maio, sobressaindo as figuras do Engenheiro Militar Francisco Augusto Garcês Teixeira (1869-1946)<sup>1412</sup>, o Tenente José António Padesca Brak-Lamy (1884-1936) e o Advogado Luís Arruda Pereira, escolhidos respetivamente para Presidente, Tesoureiro e Secretário da Direção. Na sessão de 30 de junho decidiu-se começar a cobrar quotas aos sócios a partir de 1 de julho e na de 20 de agosto resolveu-se publicar os *Anais* em dois tomos, um primeiro para memórias e estudos, e um segundo para os documentos associativos.

---

<sup>1411</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Ob. Cit., p. 823. [Citação parcial da Circular n.º 6 de dezembro de 1918 da UAMOC].

<sup>1412</sup> Francisco Augusto Garcês Teixeira (n. em Lisboa, 13/8/1869). Foi Coronel de Engenharia, publicista e crítico de Arte e Arqueologia. Coursou Engenharia Civil e Militar na Escola do Exército. Foi até 1939 bibliotecário da Academia Nacional de Belas Artes. Em 1896 fez parte da Comissão fundadora da *Revista de Engenharia Militar* e em 1899 da *Revista de Estudos Científicos*. Foi membro da comissão organizadora do Museu Luso-Hebraico de Abrão Zacuto. Colaborou assiduamente em diversos periódicos (*Lusitânia*; *Revista de Arqueologia*; *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*; *Anais da UAMOC*). Foi autor de diversos títulos relacionados com a História da Arte em Portugal. Promoveu a publicação, dirigiu e anotou o *Dicionário de Escultura*, da autoria de Joaquim Machado de Castro. Condecorado com o oficialato da Ordem de Avis. *GEPB*, vol. XII, p. 160.

A iniciativa nabantina coincidiu com o Sidonismo, contexto de crescente valorização do passado e de reconhecimento de individualidades nacionais e estrangeiras pelos serviços prestados em prol do bem nacional e universal, durante a Guerra, entretanto terminada, ou em outros momentos. Estas premissas corporizaram-se na promulgação do Decreto n.º 5030 de 1 de dezembro de 1918, restabelecendo como ordens honoríficas laicas as antigas Ordens Religiosas e Militares de Cristo e de Santiago da Espada, ao mesmo tempo que se remodelava a Ordem de Avis<sup>1413</sup>.

A ideia de constituir um museu surgiu na sessão de 21 de outubro de 1918, em que se tomou a iniciativa de reunir objetos, relegando para a direção a constituir o estudo detalhado do assunto e convidando para o serviço de museu, biblioteca e arquivo o Dr. Libério Mourão, Advogado. Deliberou-se igualmente solicitar à tutela a possibilidade de depositar os objetos coligidos em dependência do Convento de Cristo e anunciar cada ocorrência nos *Anais*. Em sessão de 12 de novembro a UAMOC resolveu instalar-se provisoriamente num 1.º andar da Praça da República. A 20 de junho de 1920 foram eleitos os corpos gerentes. Da Direção efetiva passaram a fazer parte Garcez Teixeira (em representação do Ministério da Instrução Pública), José Vieira Guimarães (da Comissão de Monumentos), António Alves Cerveira (da CCABE de Tomar, em nome do Ministério das Finanças), Cândido Nunes Madureira (da Associação dos Arqueólogos), José Torres Pinheiro (da Câmara Municipal) e Manuel Simões.

Tendo como principais objetivos conservar e restaurar, estudar, divulgar e promover uma salutar reutilização dos monumentos<sup>1414</sup>, a UAMOC preocupou-se desde o início em criar um museu arqueológico e lapidar nas dependências conventuais, mediante uma aturada recolha de materiais, contrariando os riscos de apropriação dos bens artísticos e arqueológicos do Concelho por instituições externas. Para o efeito, procurou estabelecer relações de cooperação com entidades locais, como a Câmara Municipal, e externas, como o CAA1. Em fevereiro de 1919 Garcez Teixeira procurou obter do Ministério de Instrução Pública o reconhecimento dos Estatutos da União<sup>1415</sup> e

---

<sup>1413</sup> Cf. DG, I Série, n.º 264 de 6 de dezembro de 1918, pp. 2113 e 2114, in Sítio de Internet do *Diário da República* - <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/12/26400/21132114.pdf> (consulta efectuada em 25 de junho de 2013).

<sup>1414</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Ob. Cit., volume I, Tomo 2, p. 822. O autor cita os Estatutos da UAMOC, também disponíveis nos *Anais da União dos Amigos da Ordem de Cristo: Documentos associativos*, Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa, vol. I, tomo 2, p. 13.

<sup>1415</sup> A questão dos Estatutos foi protelada desde o início da fundação da UAMOC. Na sua sessão de 8 de janeiro de 1919, depois de se ver confrontado com a recusa do Governador Civil em aprová-los, por se considerar incompetente para o efeito, decidiu-se submeter os mesmos à aprovação direta do Ministro da

a obtenção de um espaço onde pudesse instalar o museu, sugerindo como alternativas o refeitório, o claustro de D. João III e a sacristia nova, todas no Convento de Cristo, consideradas como adequadas a um museu em início. Na sessão da CE do CAA1, de 6 de maio seguinte, resolveu-se propor ao Governo a nomeação da UAMOC como vogal correspondente e a cedência do refeitório e sacristia nova do Convento para arrecadação dos objetos a coligir. A resposta governamental não se fez esperar, com a promulgação do Decreto n.º 5889 de 19 de junho do mesmo ano, diploma que não só reconheceu a UAMOC como vogal correspondente da Comissão de Monumentos do CAA1, destacando o seu importantíssimo papel na salvaguarda patrimonial, como lhe cedeu o refeitório e a sacristia nova para o museu<sup>1416</sup>. Estavam finalmente reunidas as condições para a UAMOC liderar um processo de defesa e restauro do património edificado e móvel e de recolha de património deslocado, apoiado sempre em esforços coletivos procedentes das elites administrativas centrais e locais, dos sócios da União e também do contributo civil e militar<sup>1417</sup>. A criação do museu, além de prover à manutenção do património recolhido na área do concelho, especialmente o que documentasse as ordens do Templo e de Cristo, servia também as finalidades de ocupação, manutenção e valorização do próprio convento, contribuindo para preencher espaços vazios, através da integração das coleções em circuitos visitáveis. O museu propriamente dito só se tornou uma realidade entre 1926 e 1928, depois de diversos trabalhos de limpeza e adaptação da Casa do Capítulo, que por Decreto n.º 8939 de 20 de junho de 1923 substituiu as dependências do convento anteriormente entregues à UAMOC<sup>1418</sup>, depois do Estado as ter comprado ao Conde de Tomar por 4000\$00.

Programada nas bases dos restantes museus regionais de Arte e Arqueologia, a criação do museu arqueológico e lapidar da UAMOC nunca foi sancionada pelo

---

Instrução Pública. Cf. *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo: Documentos Associativos*, Ob. Cit., p. 9.

<sup>1416</sup> Cf. DG, I série, n.º 117 de 19 de junho de 1919, p. 1634, in Sítio de internet do *Diário da República* - <http://dre.pt/pdf1sdip/1919/06/11700/16341634.pdf> (consulta efetuada em 25 de junho de 2013).

<sup>1417</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, Ob. Cit., p. 827: «Para o exercício cabal da sua actividade, a UAMOC privilegiou os aspectos financeiros da sua organização. As quotizações dos sócios e dos beneméritos eram insuficientes para o desenvolvimento de projectos de conservação e restauro em que se envolveu, de edição de estudos e custeio do museu. Tendo como fim a execução de projectos de alguma forma impossíveis de concretizar pela via das finanças do Estado, desenvolveram acordos com outras instituições e ministérios, para subvencionar obras. Utilizaram soldados para trabalhos de limpeza e conservação, que as ligações militares de vários associados lhes permitiram fazer. Procederam à realização de subscrições públicas junto da sociedade civil, associados e mecenas. Junto do Estado conseguem dotações para obras em monumentos nacionais, como aconteceu com a igreja de Santa Maria do Olival. A partir de 1925, começa a receber um subsídio anual da Câmara Municipal de Tomar, que, como vimos, estava representada nos corpos gerentes da União».

<sup>1418</sup> Cf. DG, I Série, n.º 131, de 20 de junho de 1923, p. 688, in Sítio de internet do *Diário da República* - <http://dre.pt/pdf1sdip/1923/06/13100/06880688.pdf> (consulta efetuada no dia 25 de junho de 2013).

Governo. A este respeito, Jorge Custódio refere que a criação do Museu Regional de Abrantes, em 1921, bloqueou a futura concretização de um museu do género em Tomar.

#### a. As Coleções e a Exposição

Os trabalhos de compilação iniciaram-se pouco depois da sessão de 21 de outubro de 1918, tendo sido aprovada em sessão de 12 de novembro seguinte a circular a dirigir às Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, professores, padres e outras entidades, para pedir contributos para o enriquecimento do museu com ofertas ou depósitos. O texto revela de forma clara que tipo de museu se pretendia formar. Não sendo tutelado pelo Estado como outros museus regionais, tratava-se no que respeita às coleções de uma realidade muito idêntica, em que foram sendo «*arrecadados e expostos não só todos os objectos que dizem respeito á Ordem de Cristo e aos seus monumentos, como ainda os que interessam á história e ao conhecimento da região*»<sup>1419</sup>.

Na constituição das coleções, além dos esforços empreendidos em canalizar para ali os elementos dispersos obtidos em demolições e escavações arqueológicas, oferecidos ou depositados por particulares, ou como resultado da Lei da Separação, a UAMOC contou com a colaboração de outros museus, que a título gracioso acederam à transferência de objetos. Assim, desde que se decidiu a sua constituição, começou a ser reunido um conjunto considerável de objetos, assiduamente discriminados nos documentos associativos dos *Anais*<sup>1420</sup>.

A par de objetos artísticos e arqueológicos, computados em 616 de diversas categorias<sup>1421</sup>, a UAMOC procurou captar junto das bibliotecas de Lisboa, Évora e Coimbra, todos os livros da antiga biblioteca do convento, para figurarem na biblioteca do museu em formação<sup>1422</sup>.

Na sessão da CE do CAA1, de 22 de julho de 1919, foi lido um ofício da União, solicitando autorização para serem repostos nos locais primitivos «*alguns quadros e duas estátuas de profetas, que se encontram nas arrecadações do Museu Nacional de Arte Antiga e que se averiguou fazerem parte da ornamentação da Charola do*

---

<sup>1419</sup> Cf. «Circular n.º 6», in *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo: Documentos Associativos, Ob. Cit.*, p. 7. Ver texto integral no Doc. 81 em Apêndice Documental.

<sup>1420</sup> Ver Doc. 82 em Apêndice Documental.

<sup>1421</sup> Cf. *Anais da UAMOC – Documentos Associativos, Ob. Cit.*, p. 19: «*Para o núcleo de Museu, que organizou [desde a sua fundação até ao fim de 1926, a UAMOC], obteve 616 objectos diversos entre os quais, além dos já anteriormente indicados, avultam: a janela e um portal do antigo teatro; o túmulo gótico de S.to António dos Pegões; a abundante colecção de cabeceiras de sepultura obtida na região; um manuscrito sobre a Ordem de Cristo, do século XVI; o último livro das profissões do Convento*».

<sup>1422</sup> *Ibidem*, p. 10: Na sessão de 25 de janeiro de 1919, decidiu-se solicitar esses livros.

*Convento»*<sup>1423</sup>. Um ofício de teor idêntico foi apresentado em sessão de 31 de outubro seguinte e só em 12 de maio de 1920 Luciano Martins Freire, enquanto Diretor interino do MNAA, aludindo ao pedido feito àquele museu pela União, por intermédio da Direção Geral de Belas Artes, deu conta do parecer favorável de José de Figueiredo e da sua concordância sobre a cedência para a Charola do Convento de Cristo em Tomar, de alguns objetos relacionados com aquela Ordem religiosa, como três painéis e duas imagens dos profetas e um quatro representando S. Bento, muito mutilado, mas com interesse documental, visto a Ordem de Cristo ter-se regido pela regra daquele santo<sup>1424</sup>.

Como vimos, em junho de 1923 foi decidida a entrega da Casa do Capítulo para instalar o museu. Os trabalhos para instalação do museu neste espaço iniciaram-se ainda em 1922, como nos demonstram as contas desse ano, prosseguindo pelos anos seguintes<sup>1425</sup>.

Apesar de existir um espaço delimitado para a instalação do museu lapidar, consideramos que este ultrapassou a sala do capítulo, no sentido da musealização das dependências monumentais desocupadas pelo Ministério da Guerra, abrindo-se a ligação entre a primeira e as segundas. É neste contexto que se compreende a reintegração e reparação de alguns objetos antigamente existentes na Charola e noutras dependências do convento, ou a obtenção de outros de proveniências alheias, como o cadeiral do coro do Convento de Santa Joana, de Lisboa, entrado em 1924.

---

<sup>1423</sup> Cf. «Acta n.º 95», de 22/7/1919, in *Actas da CE do CAA1*, 1918-1929 (Livro 2), *Cit.*, fl. 15.

<sup>1424</sup> Cf. Ofício de Luciano Martins Freire ao Presidente do CAA1, de 12 de maio de 1920, MNAA, Arquivo, *Copias da Correspondência Remetida, Janeiro de 1920 a Dezembro de 1921*, n.º 2.

<sup>1425</sup> Nas contas do ano de 1922 é indicada, a rubrica despesas inclui a «limpeza da Casa do Capítulo incompleta para instalação do Museu», tendo sido gastos 76\$30; no ano seguinte, para os mesmos trabalhos, foram dispendidos 415\$35, acrescidos de 514\$71, para obras de adaptação do mesmo espaço a museu. Cf. *Anais da [UAMOC], Ob. Cit.*, p. 18.

## 5. MUSEU REGIONAL E PAROQUIAL DE LORVÃO: EXEMPLO DE TENACIDADE CONTRA A CENTRALIZAÇÃO CULTURAL

Criado oficialmente em 1 de julho de 1923, durante o mandato do Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Ferreira Pedrosa, o Museu Regional e Paroquial de Lorvão deu os primeiros passos em maio de 1921, depois de a Junta anunciar a criação numa sala do velho Mosteiro, sua própria sede desde a morte da última freira, em 1887. Imediatamente se encetaram divergências entre os que eram favoráveis à sua existência e os que defendiam que o mosteiro não oferecia as condições de segurança necessárias para albergar o acervo remanescente, que sobreviveu às consequências nefastas da extinção das ordens religiosas e nacionalização dos seus bens<sup>1426</sup>, à especulação, à transferência para os museus das principais cidades e aos roubos de que eram alvo, por todo o país, os bens históricos e artísticos. A favor do projeto, encontravam-se os habitantes e autoridades de Lorvão – conscientes do valor da história local e da necessidade da sua salvaguarda contra a cobiça dos museus das maiores cidades – e alguns membros das elites culturais que, embora vacilantes, defendiam que só mantendo os objetos no seu espaço original é que eles preservavam<sup>1427</sup> o seu valor artístico e histórico. O CAA2 levantou-se contra o projeto, defendendo que só a si cabia, em nome do Governo, autorizar a criação de museus e que os bens de Lorvão deveriam ser recolhidos no museu Machado de Castro em Coimbra.

A intenção de criar um museu no Mosteiro de Lorvão resultou diretamente do roubo que aí foi realizado em 1920 pelo sacristão, ligado a figuras de maior relevância social, conforme indiciam algumas fontes noticiosas e um artigo do punho de AAG<sup>1428</sup>. O roubo foi intensamente noticiado na imprensa regional, destacando-se de entre os seus órgãos o jornal *O Despertar*, sediado em Coimbra. No número 380 do jornal, uma

---

<sup>1426</sup> Com a morte da última freira de Lorvão em 1887, acentuou-se o desbaratamento e o desvio dos bens do mosteiro, por vias legais e ilegais, iniciando-se a transferência dos seus bens para os museus. Um dos primeiros usufrutuários foi o então Museu da Sé de Coimbra, para onde foi retirada uma cadeira abacial. Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Para a história dos Museus Locais em Portugal: a propósito da criação do Museu de Lorvão*, IPPC – Departamento de Etnologia, Col. Estudos e Materiais 5, Lisboa, 1984, p. 19.

<sup>1427</sup> O Bispo-Conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina é um exemplo. Se primeiramente advogou a transferência do cadeiral do coro da igreja do mosteiro de Lorvão para Coimbra, depressa reconheceu que igreja, grades, coro e cadeiral constituíam um conjunto que não podia ser desmantelado, pois perder-se-ia não só a sua leitura material e artística, mas também histórica. *Ibidem*, pp. 19 e 20.

<sup>1428</sup> Cf. *Monitoria dirigida aos Srs. Ministros, Deputados e Senadores ou a quem umas vezes fizer acerca acerca do Museu Machado de Castro de Coimbra*, Coimbra, Tip. d' *O Despertar*, 1921, p. 3: «Há quatro meses foi praticado um roubo de Alcatifas, paramentos, alfaias e jóias na mesma Igreja de Lorvão. O sacristão foi metido na cadeia. Mas como no decorrer das investigações policiais apareceu a cumplicidade de cavalheiros grados, foi logo trancado o processo, e posto em liberdade e ilibado de toda a culpa o não menos cavalheiro sacristão».

notícia intitulada «O roubo no Convento de Lorvão», aponta para vários implicados no crime: o prestamista de Coimbra Luís Augusto da Fonseca recebeu os bens roubados do sacristão Fabião e em vez de comunicar a infração às autoridades compactuou com ela. Pela ação da polícia (Inspetor Eurico de Campos, condutor das investigações) foram recuperados uma capa de asperges, um frontal de altar e um resplendor<sup>1429</sup>. No número seguinte, nova notícia, desta vez relacionada com o facto de ainda não ter sido recuperado um tapete persa<sup>1430</sup>. No número 384 são avançadas importantes achegas ao processo, pois são identificados os objetos já recuperados<sup>1431</sup> de algumas casas prestamistas de Coimbra, outros objetos roubados e os seus atuais proprietários ou destinos<sup>1432</sup>, e um novo suposto recetador – o Dr. João Forjaz de Sampaio –, que rapidamente tentou refutar as acusações de que foi alvo, afirmando desconhecer que os objetos que comprou tinham sido roubados<sup>1433</sup>, tendo por sua vez remetido uma extensa carta à redação d' *O Despertar*, datada de 12 de dezembro de 1920, contando a sua versão dos factos, e implicando o nome do já referido sacristão como vendedor de um pálido e quatro colchas como pertencentes a particulares<sup>1434</sup>. A maior parte dos objetos roubados foi recuperada e preso o seu principal perpetrador. A notícia de que o Inspetor da Polícia de Investigação Criminal solicitou a AAG para que os objetos apreendidos fossem depositados provisoriamente no MMC<sup>1435</sup>, solução aliás bem vista pelo CAA2 em sua sessão de 5 de maio de 1921<sup>1436</sup>, despoletou a contenda pela posse dos bens.

---

<sup>1429</sup> Cf. «Roubo no Convento de Lorvão», in *O Despertar*, Ano IV, n.º 380, Coimbra, 20 de novembro de 1920, p. 2. Ver Doc. 83 em Apêndice Documental.

<sup>1430</sup> Cf. «Os roubos em Lorvão», in *O Despertar*, Ano IV, n.º 381, Coimbra, 24 de novembro de 1920, p. 2.

<sup>1431</sup> Cf. «O roubo do Convento de Lorvão», in *O Despertar*, Ano IV, n.º 384, Coimbra, 4 de dezembro de 1920: «Uma cruz procissional em prata; um frontal branco, uma capa de asperges, duas cobertas brancas, dois veus brancos, sendo um para custódia e outro para cálix, um frontal roxo, uma casula, duas dalmáticas, tudo bordado a ouro; dois panos brancos com renda dourada; um resplendor de prata; vinte e seis toalhas de altar e de comunhão; um amito; um cordão com uma cruz, um par de brincos, dois colares, tendo um deles um medalhão, um fio com uma cruz, um broche com sete pérolas e sete anéis, tudo de ouro; um corte de pano de linho e um saiote de casimira encarnada e tres saias de pano branco, que eram de uma santa. § A estes foi-lhe dado o valor de 3.736\$00».

<sup>1432</sup> *Ibidem*: «[...] um magnífico palio e quatro ricas colgaduras de damasco, objectos estes que foram comprados pelo sr. dr. João Forjaz, residente á Bemcanta. § Este cavalheiro mandou vender o palio a Lisboa por um individuo de Torres Novas, tendo-o comprado o armador Antonio Quirino, tendo já sido pedida a sua apreensão. § Enquanto ás colgaduras duas foram retalhadas para forrar umas cadeiras e as outras duas foram apreendidas pela policia».

<sup>1433</sup> Cf. «Roubo de Lorvão», in *O Despertar*, Ano IV, n.º 386, Coimbra, 11 de dezembro de 1920, p.1.

<sup>1434</sup> Cf. «Ainda o roubo de Lorvão», in *O Despertar*, Ano IV, n.º 388, Coimbra, 18 de dezembro de 1920, p. 2. Ver Doc. 84 em Apêndice Documental.

<sup>1435</sup> Cf. «Roubo de Lorvão», in *O Despertar*, Ano V, n.º 426, Coimbra, 7 de maio de 1921, p. 2.

<sup>1436</sup> Cf. «Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição», in *O Despertar*, Ano V, n.º 427, Coimbra, 11 de maio de 1921, p. 2.



Contrariando a possibilidade de os objetos roubados serem entregues ao cuidado do MMC, a Junta de Freguesia de Lorvão requereu os objetos ao Juiz da Comarca, que os restituiu, regressando à sua origem no dia 12 de maio de 1921, com grande pompa e alvo de festejos públicos. A resolução judicial favorável a Lorvão provocou uma autêntica guerra de argumentos e de acusações entre os adeptos da manutenção dos objetos na freguesia e os que por questões de segurança defendiam a sua transferência para Coimbra. Para evitar um retrocesso no processo e a saída dos objetos para a cidade do Mondego, vista com tão maus olhos pelos lorvanenses, as autoridades locais apressaram-se a divulgar n' *O Despertar* que «A Junta da freguesia de Lorvão vai dentro em pouco inaugurar em uma das salas do convento um precioso museu com os objectos que ali existem»<sup>1437</sup>. A reação não se fez esperar, pois mal soube da notícia, o CAA2, que acompanhou o processo do roubo e pretendia inventariar os bens históricos e artísticos disseminados pelas várias regiões e locais da sua dependência, deliberou contactar a Direção Geral de Belas Artes, pedindo-lhe para «que a resolução da Junta de Paroquia de Lorvão fosse sustada sendo recolhidos os objectos ao Museu d'Ourivesaria e Tecidos em Coimbra»<sup>1438</sup>, aludindo «[a]os largos inconvenientes que podem resultar da dispersão de valiosos objectos d'arte por logares afastados e expostos sem os resguardos suficientes»<sup>1439</sup>. Em resposta aos argumentos sobre a segurança e o estado de conservação dos objetos, a Junta de Paróquia de Lorvão lembrava notícias vindas a lume sobre problemas idênticos no Museu instalado em S. João de Almedina<sup>1440</sup>.

A Direção Geral de Belas Artes respondeu cautelosamente à inquietação do CAA2, pois embora não tomasse partido da imediata criação de um novo museu em Lorvão, também não decidia sobre o destino coimbrão dos objetos, preferindo aguardar o parecer do Conselho de Arte Nacional<sup>1441</sup>.

O assédio ao acervo de Lorvão não se limitou às instituições museológicas de Coimbra. Numa sessão do CAA2 de 31 de julho de 1921 foi apresentado um ofício da Direção Distrital de Finanças de Coimbra, acompanhando outro de Manuel Borges Grainha – organizador do Museu das Congregações instalado no Quelhas em Lisboa –

---

<sup>1437</sup> Cf. «Novo Museu», in *O Despertar*, Ano V, n.º 431, Coimbra, 25 de maio de 1921, p. 2.

<sup>1438</sup> Cf. Ata n.º 81 de 28 de maio de 1921, in *Actas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, Livro 351, Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação, f. 87 f.

<sup>1439</sup> *Idem*.

<sup>1440</sup> Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Para a história dos Museus Locais em Portugal: a propósito da criação do Museu de Lorvão*, *Ob. Cit.*, p. 10.

<sup>1441</sup> Cf. «Museu de arte», in *O Despertar*, Ano V, N.º 441, Coimbra, 29 de junho de 1921, p.1.

solicitando a cedência de quatro quadros de valor documental existentes no Mosteiro. Na senda do pedido, o CAA2 aproveitou para solicitar outros bens do mosteiro, reservando para ocasião futura a cedência dos quadros solicitados<sup>1442</sup>. Em 20 de novembro de 1921 o CAA2 consentiu no depósito dos quadros.

Esta situação leva-nos para uma questão já abordada no capítulo introdutório à República, que é a da tendência legalista seguida pelo CAA2, com autoridade legitimada para decidir sobre o destino de objetos e sobre a criação de museus na área da sua circunscrição. Por outro lado, também apoiada em outros diplomas legais, a Junta de Paróquia de Lorvão arvorou-se no direito de constituir um museu, que conseguiu abrir ao público em 10 de julho de 1921, invocando as vantagens económicas que um museu poderia ter para a região, como atração turística que efetivamente foi, tendo em conta o registo de visitantes entre 1921 e 1928<sup>1443</sup>. Outro argumento era o de o museu ser um motor para a melhor conservação do próprio Mosteiro e do património que encerrava, pois a sua existência rompia com a validade dos argumentos que defendiam que os objetos deviam ir para locais onde existissem museus, por ser neles que se reuniam as melhores condições de conservação.

A abertura provocou uma nova vaga de artigos na imprensa, e entre os que criticavam o feito, destacou-se a figura de João Couto, então conservador do MMC e membro do CAA2. Tamanhos protestos não invalidaram, contudo, que o museu de Lorvão conseguisse sobreviver até à atualidade, ainda que sem grande responsabilidade na conservação do Mosteiro em que se encontra instalado.

---

<sup>1442</sup> Cf. Acta n.º 83 de 31 de julho de 1921, in *Atas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição*, Livro 351, Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação, f. 89 f.

<sup>1443</sup> Vd. GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Para a história dos Museus Locais em Portugal: a propósito da criação do Museu de Lorvão*, *Ob. Cit.*, p. 14.

## 6. MUSEU MUNICIPAL DE ALENQUER

Em sessão de 18 de janeiro de 1923 a Câmara Municipal de Alenquer decidiu solicitar ao Ministro da Justiça a cedência do edifício da extinta Igreja de Nossa Senhora da Purificação da Várzea para a instalação de um museu, o que se justificava pela existência naquele imóvel do túmulo de Damião de Góis e haver objetos de merecimento para o efeito na localidade<sup>1444</sup>.

Na sequência do ofício de 25 de janeiro em que a CMA comunicou as suas intenções, a CCELS inquiriu o CAA1 sobre se algum projeto de museu lhe tinha sido comunicado. O CAA1 desconhecia qualquer intenção ou pretexto para instalação de um museu em Alenquer<sup>1445</sup>, mas considerava que a instalação de um museu municipal na dita igreja seria uma boa forma de evitar a destruição do túmulo e das lápides, com a condição de qualquer alteração ou remoção que aquela Câmara desejasse fazer ser previamente comunicada à Comissão dos Monumentos do CAA1<sup>1446</sup>.

Depois de ouvidos os pareceres solicitados, a CCELS respondeu ao Executivo de Alenquer, pedindo-lhe indicações sobre qual a importância que estava disposto a pagar para obter a cedência definitiva do templo<sup>1447</sup>. O Presidente da Câmara respondeu solicitando a cedência gratuita, lembrando as vantagens que adviriam da instalação do museu<sup>1448</sup> para a conservação do imóvel e do seu conteúdo. Por sua vez, a CCELS reiterou a cedência definitiva a título oneroso<sup>1449</sup>.

Esta primeira tentativa parece não ter dado qualquer fruto e só se voltou a falar de museu na década de 40 quando a Câmara Municipal, apoiada pela Junta de Província da Estremadura, adquiriu a vasta coleção do arqueólogo Hipólito Cabaço (1885 – 1970), com a qual seria aberto ao público em 6 de abril de 1975.

---

<sup>1444</sup> Cf. Ofício do Vice-Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Alenquer (Jaime Augusto Ferreira) ao Ministro da Justiça e dos Cultos, de 25 de janeiro de 1923, in ACMF, Processo CJBC/LIS/ALE/ADMIN/009, Caixa 118.

<sup>1445</sup> Cf. Ofício do CAA1 à CCELS, de 27 de fevereiro de 1923, *Ibidem*.

<sup>1446</sup> Cf. Ofício do CAA1 à CCELS, de 2 de maio de 1923, *Ibidem*.

<sup>1447</sup> Cf. Ofício da CCELS ao Presidente da Câmara Municipal de Alenquer, de 6 de março de 1923, *Ibid*.

<sup>1448</sup> Cf. Ofício da Câmara Municipal de Alenquer à CCELS, de 25 de novembro de 1924, *Ibid*.

<sup>1449</sup> Cf. Ofício do CCELS à Câmara Municipal de Alenquer, de 28 de novembro de 1924, *Ibid*.



## CAPÍTULO 24: MUSEUS DE OUTRAS TUTELAS – REGIÃO NORTE

### 1. MUSEU MUNICIPAL DO PORTO

«Se os nossos portuenses museus têm diminuta frequência, é porque são apenas museus... no nome!»<sup>1450</sup>

#### Do Museu Allen ao Novo Museu Portuense

Além do inerte Museu Portuense, surgiu no Porto outro museu pela mesma altura. Constituído desde os primeiros anos do século XIX pelo empresário de origem irlandesa João Francisco Allen<sup>1451</sup> junto à sua residência na Rua da Restauração, incluía «*secções de mineralogia, conchiologia, etnografia, archeologia, numismática, pintura, artes industriais, etc*»<sup>1452</sup>, ilustrando a apetência da Burguesia Mercantil instalada no norte do país para o colecionismo enciclopédico e o ideal liberal de serviço comunitário. O museu Allen foi o primeiro museu privado disponibilizado à fruição pública no ano de 1836. Com três salas profusamente preenchidas por todo o tipo de objetos, a exposição obedecia mais a objetivos de lazer e fascínio dos visitantes do que a princípios de instrução, aparentando os gabinetes dos sécs. XVII e XVIII.

A morte de João Allen em maio de 1848 resultou no encerramento do museu e nas diligências da família para avaliarem a coleção como um conjunto, para evitar a sua dispersão. Em 27 de julho de 1849 foi apresentada à Câmara Municipal uma petição para que adquirisse o museu e o instalasse no Convento de Santo António junto da Biblioteca Pública e do Museu Portuense, evitando o seu desmantelamento e eventual saída de Portugal. Alvitrada a hipótese de só se adquirir a secção de pintura, a Autarquia acabou por comprar toda a coleção pela quantia de 19 contos, valor bem inferior ao determinado pela avaliação, em 18 de julho de 1850. Ficou patente ao público no local primitivo alugado à família Allen e lá permaneceu até 1905. Entregue à

---

<sup>1450</sup> Cf. VITORINO, Pedro, *Os Museus de Arte do Pôrto (Notas Históricas)*, Ob. Cit., p. XII.

<sup>1451</sup> João Allen nasceu em Viana do Castelo a 18 de maio de 1781 e morreu no Porto, em 19 de maio de 1848. Fez formação militar nos Estados Unidos da América. Regressado a Portugal em plenas invasões napoleónicas, consta que desde logo começou a recolher materiais para o seu museu, incluindo despojos das batalhas em que participou contra as tropas francesas. Entre 1815 e 1820 esteve em Londres em negócios. Em 1821 passa a residir definitivamente no Porto. Entre 1826 e 1827 fez uma viagem pela Itália, onde recolheu bens arqueológicos, minerais, numismas, etc. A sua pinacoteca terá sido formada fundamentalmente entre 1826 e 1838, período que coincidiu com o desmembramento de muitas coleções particulares, como a do Marquez de Abrantes e a de D. Brites Barba. A sua coleção de História Natural foi adquirida em 1829 à família Bertrand. Em 1834 mandou construir um anexo contíguo à sua casa na calçada dos Carrancas. Cf. ALMEIDA, António Manuel Passos, Ob. Cit., pp. 73 e 74.

<sup>1452</sup> Cf. PASSOS, Carlos de, *Guia Histórica e Artística do Porto*, Casa Editora de A. Figueirinhas Lda., Porto, 1935, P. 199.

responsabilidade de Eduardo Allen, filho primogénito do colecionador, o museu foi inaugurado a 11 de abril de 1852.

O Porto passou a ser a primeira cidade do país a ter um museu municipal, conhecido como Novo Museu Portuense<sup>1453</sup>, sendo nos primeiros tempos um raro exemplo de vitalidade, com catálogos e guias das coleções<sup>1454</sup> editados. A ação de Eduardo Allen pautou-se pela busca constante de formas de enriquecimento das coleções, chegando a propor a criação de uma Sociedade Promotora da Exploração Científica e Arqueológica de Portugal, cujo produto revertesse a favor do museu. Cedo se preocupou também em conseguir novas instalações e em 1858 surgiu o projeto de transferir o museu para uma sala da Biblioteca no Convento de Santo António, em S. Lázaro.

A apatia que rapidamente se abateu sobre o museu levou uma comissão constituída por Eduardo Allen, João Marques da Silva e Joaquim de Vasconcelos a apresentar à Câmara Municipal do Porto um relatório sobre o estado em que ele se encontrava, avançando com sugestões para o seu desenvolvimento. Editado em 1889, intitulou-se *O Museu Municipal do Porto: o seu estado presente e o seu futuro: Relatório apresentado ao Ill.mo e Exc.mo Snr. Luiz Ignacio Woodhouse Presidente da Comissão encarregada de estudar a reorganização do Museu pela Sub-Comissão, encarregada das Secções de Bellas-Artes, Archeologia e Numismática*. Entre as propostas apresentadas destacam-se: a instalação em casa própria, prevendo ampliações futuras em sintonia com o esperado crescimento das coleções; a organização destas em sete secções (Pintura, Gravura e Estatuária; Artes Decorativas e Industriais; Arqueologia; Numismática; Etnologia e Etnografia; História Natural; Geologia e Mineralogia); a incorporação do Museu Portuense; a existência de uma sala de conferências; o aumento da biblioteca; a aposta nas artes industriais para educação do gosto estético das classes operárias.

O mandato de Venceslau de Lima na Câmara Municipal do Porto a partir de 1897 marcou um clima favorável ao desenvolvimento do museu, iniciando-se os preparativos da mudança para uma casa nova. Eduardo Allen morreu em 29 de maio de 1899 sucedendo-lhe na “direção” do museu António Augusto da Rocha Peixoto,

---

<sup>1453</sup> A designação “Museu Municipal do Porto” surgiu em 1858.

<sup>1454</sup> Pedro Vitorino, no pequeno opúsculo intitulado *O Museu do Pôrto*, editado em 1934, refere várias publicações editadas em torno das coleções do museu: «*catálogos (Pinturas, 1853, Molluscos e conchas, 1856-58, Moedas árabes, 1882) e notícias (Moeda cunhada pelos visigodos, 1862, Monnaies d’or suevo-lusitanniennes, 1865, Sarcophago romano, 1867) [...] em 1855 era impressa uma fôlha com a Synopse Geral das collecções», p. 8.*

naturalista, etnógrafo e arqueólogo de méritos confirmados, nomeado interinamente como Conservador em sessão camarária de 28 de junho de 1900, acumulando essas funções com as de Diretor da Biblioteca Pública. Este membro da extinta Sociedade Carlos Ribeiro defendia acerrimamente um novo espaço para o museu, a reorganização das coleções e o regresso dos acervos de História Natural e de Arqueologia Pré-Histórica, criticando vivamente o estado de abandono a que a Municipalidade Portuense o deixou chegar. A 10 de abril de 1901 apresentou um relatório dando conta das diligências tomadas para poder reabrir o museu, sujeito a alguns trabalhos de beneficiação<sup>1455</sup>. Os trabalhos realizados, a publicação do *Guia do Museu Municipal do Porto* (1902), da sua responsabilidade e de Joaquim de Vasconcelos e o cultivo de relações institucionais com outros museus não desviaram Rocha Peixoto dos esforços para conseguir um edifício mais adequado.

### **A transição para a República**

Em 21 de julho de 1905 o museu fechou e foi transferido para o edifício do antigo Convento de Santo António, onde se encontravam instalados o Museu Portuense e a Biblioteca Pública. A falta de espaço nas novas instalações obrigou a abdicar da exposição das coleções de História Natural, que foram depositadas na Academia Politécnica. Até à sua reabertura ao público em 1913 registamos: a aquisição da coleção de António Moreira Cabral<sup>1456</sup>, de que resultou a edição de um catálogo parcial de cerâmica portuguesa, da responsabilidade de JV; a disponibilização ao público da secção lapidar nos claustros do convento; a entrada dos acervos remanescentes dos Convento de Santa Clara do Porto, de São Francisco de Vila do Conde e do Mosteiro de S. Salvador de Grijó; algumas expedições arqueológicas de que resultaram novas entradas; morreu o segundo Conservador (2 de maio de 1909) e mudou o regime político. A mudança para São Lázaro, ainda que pautada pelo dinamismo que acabamos de testemunhar, rapidamente constrangeu o crescimento do museu, a braços com espaço exíguo e com falta de pessoal. O período republicano limitou-se a confirmar esta situação.

---

<sup>1455</sup> Os trabalhos resumiram-se à eliminação da maior parte da coleção zoológica, devido ao avançado estado de degradação; à reparação de estantes, vitrinas e mostruários e substituição de fechaduras; a modificações na ordem expositiva; à substituição de suportes; reparos em paredes; diminuição do número de pinturas expostas; classificação parcial dos espécimes de Paleontologia e Numismática Romana e da coleção de Belas Artes (esta última com a colaboração de Joaquim de Vasconcelos);

<sup>1456</sup> A coleção foi adquirida em dezembro de 1908 por 4272\$000 réis. Cf. ALMEIDA, António Manuel de Passos, *Ob. Cit.*, p. 113.

Um guia ilustrado da cidade datado de 1910 confirma um longo período de obras decorrentes da mudança para o Convento de Santo António, frisando valer a pena visitar o museu em organização<sup>1457</sup>. Entre os inevitáveis, ainda que mínimos, trabalhos de adaptação e a instalação das coleções, «até 1912 viveu extaticamente, visto que só nesse anno foi aberto ao publico (e não no conjuncto)»<sup>1458</sup>.

Entre a morte de Rocha Peixoto a 2 de maio de 1909 e 1915 orientou o museu o escritor e crítico social José Pereira de Sampaio “Bruno”<sup>1459</sup>. O novo Conservador pouco fez: concluiu o processo de aquisição da coleção de cerâmica regional do pintor Joaquim Vitorino Ribeiro; adquiriu um conjunto de livros antigos com encadernações ornadas de ferragens; e acompanhou a doação da grande coleção de pintura de Júlio Osório<sup>1460</sup>, efetivada em 15 de março de 1911. Em 1914 foi também recebida uma doação de moedas portuguesas, sobretudo de prata e ouro, do Dr. Morais Caldas. Em parte deste período só esteve disponível a exposição do claustro. No dia 31 de maio de 1913, com a coleção de pintura de Júlio Osório incorporada e exposta na sala do piso térreo, cobrindo as paredes do lambrim ao teto, o museu reabriu as suas portas. Numa sala do piso superior expôs-se a coleção de Pintura Antiga em condições idênticas, que se manteriam até 1919. Permanecia com grande expressão o misto de gabinete de curiosidades e enciclopédico dos tempos antigos com as coleções de Pintura, Numismática e Arqueologia exibidas em simultâneo com objetos das mais variadas tipologias.

O mandato de Sampaio Bruno coincidiu com nova tentativa de encontrar uma casa mais consonante para o MMP. A implantação da República e as leis anticlericais provocaram uma acesa reação de todo o Episcopado português, materializada na pastoral coletiva de 24 de dezembro de 1910, que deveria ser lida pelos párocos nas

---

<sup>1457</sup> Cf. *Guia do Porto Ilustrado*, Ed. Empresa dos Guias “Touriste” I, Porto, 1910, pp. 24-25.

<sup>1458</sup> Cf. PASSOS, Carlos de, *Ob. Cit.*, p. 200.

<sup>1459</sup> José Pereira de Sampaio (n. e m. Porto, 30/11/1857 – 11/11/1915). Foi jornalista e escritor. Ficou conhecido pelo pseudónimo literário “Bruno”, a que juntou o apelido. Formou-se em Medicina em 1876 e por questões de saúde não terminou o curso na Escola Politécnica de Lisboa, entregando-se definitiva e plenamente ao Jornalismo, atividade que começou a aflorar com apenas 15 anos de idade, tendo colaborado em vários periódicos (*Vampiro*, *Laço Branco*, *Diário da Tarde*, *Folha Nova*). A sua precocidade fê-lo também redigir com 17 anos o seu primeiro livro: *Análise da Crença Cristã – Estudos sobre o Cristianismo* (Porto, 1874). Participou na Revolta Republicana de 1891, sendo obrigado ao exílio para Paris, onde redigiu o *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana de 31-1-1891* e o livro *Notas do Exílio*, editado no Porto em 1893. Regressado de Paris, continuou no Partido Republicano Português e tornou-se num dos mais combativos adversários da Monarquia. Após a implantação da República foi nomeado Diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto e por inerência do Museu Municipal, instalado no mesmo edifício. Também foi o tradutor da *História de Portugal* do escritor alemão *Henrique Schaefer*, editada no Porto em 1893. *GEPB*, vol. XXVI, p. 891.

<sup>1460</sup> A coleção compunha-se de 113 quadros. Cf. VITORINO, Pedro, «Museu Municipal do Porto», in *6 Museus de Portugal*, Ed. Luís Reis Santos, Lisboa.



eucaristias dominicais, apelando à defesa da religião, ainda que por meios pacíficos. Mal se apercebeu da movimentação, o Governo Provisório proibiu a leitura, ordem não acatada pelo Bispo do Porto, D. António José de Sousa Barroso. O castigo imposto pelo Regime foi a publicação do DFL de 8 de março de 1911, oficializando a exoneração do prelado, a sua expulsão do território da diocese e a conseqüente vacatura do Bispado. Esta situação e a Lei da Separação precipitaram um ofício datado de 6 de dezembro, do Vice-Presidente da Câmara Municipal para o Ministro da Justiça, solicitando que não se entregasse o Paço Episcopal para qualquer finalidade sem que a Comissão Executiva autárquica emitisse um parecer sobre a melhor forma de ocupar aquele espaço, adiantando por seu turno a conveniência de instalar a Escola de Belas Artes, os museus e um conservatório de música<sup>1461</sup>. Seguiu-se a redação de uma representação assinada pelos membros da Câmara Municipal do Porto em 4 de janeiro de 1912, que chegou às mãos do Presidente da CCELS. Os signatários começaram por apresentar um quadro negro do Convento de Santo António<sup>1462</sup>, descrevendo a Biblioteca, Museu Municipal e Academia de Belas Artes como desatualizados e impróprios aos fins que os moviam e incapazes de expandir-se num espaço tão exíguo. Isto implicava a ocultação ao público de uma série de novas aquisições, arrumadas em deficientes condições de conservação. A vacatura do Paço Episcopal surgiu como a solução para instalar o Museu Municipal e a Academia, tendo sido nomeada uma comissão composta por homens das Artes e das Letras para examinarem o edifício, tendo concluído que dificilmente encontrariam melhor espaço, que por sua vez se manteria valorizado com as instituições sugeridas. Depois de várias missivas à CCELS, que se prolongaram até 1915, foi finalmente promulgado o Decreto n.º 2055 de 18 de novembro, cedendo a título de arrendamento anual de 300\$00 à Câmara Municipal do Porto, o antigo Paço, para se instalarem provisoriamente alguns serviços da Edilidade, enquanto durassem as obras de construção do novo edifício municipal, mantendo-se as perspetivas de posteriormente se instalarem no imóvel o museu e a Escola de Belas Artes. O tempo viria confirmar a não concretização daquelas aspirações, pois o destino dado ao Museu Municipal foi a sua incorporação no Museu Nacional Soares dos Reis, instalado no imóvel atual a partir de 1940.

---

<sup>1461</sup> Cf. ACMF, Processo CJBC/PTO/PTO/ADMIN/062, Cx. 99 (1911-1915): Ofício do Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto para o Ministro da Justiça, de 6 de dezembro de 1911, 2 págs.

<sup>1462</sup> Cf. ACMF, *Idem*: Representação da Câmara Municipal do Porto ao Ministro da Justiça (n.º 22), de 4 de janeiro de 1912, 7 págs.

Em 1915 João Grave<sup>1463</sup> assumiu o cargo como Conservador do museu, não fazendo mais do que adquirir três novas pinturas, ao mesmo tempo que promoveu o restauro de outras junto de Luciano Freire.

O crescente estado de abandono do museu fê-lo considerar como um anexo da Biblioteca Pública, com quem partilhava o seu pessoal. Em sessão camarária de 8 de maio de 1919 aprovou-se a autonomização, criando-se quadro de pessoal próprio e a figura do Diretor do museu. Na sessão de 22 de maio foi nomeado para o cargo o escritor Júlio Brandão<sup>1464</sup>, que alimentou desde cedo o desejo de conseguir a transferência para um edifício mais condigno. Efetuando as devidas diligências junto da tutela, conseguiu que o Executivo aprovasse em 25 de outubro de 1919 a instalação do museu no Palacete Braguinha, mas mais uma vez nada se concretizou, por impedimento do Instituto Superior de Comércio, que entendeu entregar o imóvel para alojar a Escola de Belas Artes.

Por ocasião do Congresso Luso-Espanhol em junho de 1921 foram remodeladas duas salas que até então eram usadas como depósito, chegando-se ao ponto de vender mobiliário e bens de menor valor para comprar novos expositores. A seleção de objetos a exibir deixou de parte secções inteiras, como a de Arqueologia e Etnografia, enviadas para os depósitos da Câmara Municipal, sendo escolhidas para figurar nas novas salas as coleções de Cerâmica nacional e estrangeira, de Cristais e Vidros e a Arte Religiosa. A transformação ocorreu também na sala de Pintura de Júlio Osório, em que foram colocados os espécimes numismáticos.

A tendência expositiva e a inércia mantinham-se: grande quantidade de objetos de várias categorias no mesmo espaço; inventários incorretos e incompletos; catálogos parcelares<sup>1465</sup>; estagnação no número de entradas; inexistência de um guia atualizado,

---

<sup>1463</sup> João José Grave (n. Vagos, 11/7/1872 – Porto, 11/1/1934), foi um poeta, escritor e jornalista. Cursou Farmácia na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Colaborou em diversos periódicos, inclusive brasileiros, a partir de tenra idade: *Província*; *Diário da Tarde* (chefe de redação); *Diário de Notícias*; *O Século*. Iniciou-se como poeta, mas estendeu a sua obra literária às novelas, ao romance e ao romance histórico. Trabalhou como chefe de redação na empresa editora Lello & Irmão, onde dirigiu algumas publicações importantes como a Lello Universal. Como Diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto, foi autor de diversos trabalhos de biblioteconomia, especialmente de reprodução e interpretação de manuscritos inéditos e catálogos. Foi Sócio Correspondente da ACL. Cf. *GEPB*, vol. XII, p. 726.

<sup>1464</sup> Júlio Brandão (n. Vila Nova de Famalicão, 1869), foi um escritor, publicista, poeta, arqueólogo e professor do ensino técnico. Colaborou em diversos periódicos, destacando pela sua efetividade e frequência, o *Primeiro de Janeiro*. Autor de diversos livros em prosa, verso, crítica literária e artística. Cf. *GEPB*, vol. V, p. 34.

<sup>1465</sup> Durante o período em estudo, sob a direção de Júlio Brandão foi editado o *Catálogo das Moedas Indo-Portuguesas do Museu Municipal do Porto*, da autoria de Damião Peres, de 1924. Em 1927 seria editado o único estudo das coleções efetuado por Júlio Brandão, intitulado *Os Melhores Quadros do*

em substituição do que foi elaborado por Rocha Peixoto e Joaquim de Vasconcelos em 1902, de um regulamento interno e de um livro de entradas; instalações deficientes e insuficientes<sup>1466</sup>. Júlio Brandão dirigiu o museu durante cerca de 20 anos e recebeu duras críticas de Pedro Vitorino, Conservador desde 1922. Este funcionário foi perentório em afirmar que, após 1919, a situação se «agravou com a saída de objectos para fora da casa sem um exame prévio e judicioso»<sup>1467</sup>, apontando como principal maleita do museu a falta de seleção que levou a atabalhoadas estratégias de exposição, com paredes e vitrinas completamente cheias. Mais à frente, no mesmo escrito, cujo nome sugestivo – *Júlio Brandão: o coveiro do Museu Municipal do Porto: 1.ª esporada* – deixa adivinhar uma relação tensa entre Diretor e Conservador, Pedro Vitorino alude de forma irónica à inércia do seu superior, a quem não atribui qualquer iniciativa, que não fossem as questões de expediente. Registe-se, à guisa de humor e cuidado literário, a seguinte passagem síntese: «Era na verdade fadigoso o trabalho, a gastar os selos do Museu para as suas numerosas cartas e a romper no couro da cadeira abacial os fundilhos das calças»<sup>1468</sup>.

Um futuro próximo iria levar à extinção do Museu Municipal do Porto e ao depósito das suas coleções no Museu Nacional Soares dos Reis, por Decreto n.º 27878 de 21 de julho de 1937.

---

*Museu Municipal do Porto*. Álbuns organizados por Júlio Brandão, Diretor do Museu, I Série, Ed. de Marques Abreu, Porto, 1927.

<sup>1466</sup> Em 1925, a Câmara Municipal do Porto recusou a doação de Guerra Junqueiro. Cremos que tal atitude se deveu à falta de espaço para acondicionar a coleção e como Pedro Vitorino testemunha, pelos escrúpulos da Autarquia em desalojar uma escola primária do edifício em que o genro do escritor quis que se instalasse a coleção. Talvez pela indiferença das autoridades locais, Guerra Junqueiro tenha preferido brindar o MNAA no seu testamento. Cf. *Os Museus de Arte do Porto (Notas Históricas)*, Ob. Cit., pp. XXI e XXII.

<sup>1467</sup> VITORINO, Pedro, *Brandão o coveiro do Museu Municipal do Porto: 1.ª esporada*, Porto, 1939, p. 8.

<sup>1468</sup> *Idem*, pp. 11 e 12.

## 2. MUSEUS DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO

«Mas nas actas da Sociedade Martins Sarmiento deve gravar-se, como incontestável, que nós diariamente pensamos no melhor museu em que pudesse estar exposto o Tesouro da Colegiada...»<sup>1469</sup>.

### As origens

No norte do país, assumiu papel relevante no âmbito da instrução, da defesa dos monumentos, da Arqueologia e da Museologia, a Sociedade Martins Sarmiento (SMS). Esta agremiação foi criada em 1881 por um grupo de eruditos admiradores do arqueólogo Francisco Martins Sarmiento, com o intuito de o homenagear, não através de uma festividade ou monumento estático<sup>1470</sup>, mas pela instrução pública. A comissão instaladora reuniu pela primeira vez em sessão de 20 de novembro, decidindo marcar para o dia 9 de março – dia do nascimento de Martins Sarmiento – de 1882 a inauguração da Sociedade.

Em sessão extraordinária de 4 de maio de 1884<sup>1471</sup> surgiu a ideia de criar um espaço para acomodação e divulgação do acervo proveniente das escavações levadas a cabo pelo Patrono na Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e outros locais do Noroeste português, sucessivamente enriquecido com os bens descobertos em vários locais do país, bem como com os etnográficos e artísticos, oferecidos ou comprados. Reportando-se à vantagem de um museu, a SMS acompanhou a visão de outros eruditos do último quartel do século XIX, como Teixeira de Aragão, Estácio da Veiga e Gabriel Pereira. Defendeu taxativamente a descentralização cultural com a manutenção dos objetos históricos e artísticos nas suas regiões de origem e a instrução popular como consequência imediata da instalação de museus. Foi assim que em sessão de 19 de setembro de 1891 a SMS resolveu representar ao Governo a conveniência de enviar para o seu museu de caráter regional os objetos de valor arqueológico e artístico da zona<sup>1472</sup>.

Apesar de só em 1884 se ouvir falar de depósito arqueológico, a história dos museus da SMS iniciou-se em simultâneo à criação da instituição. Índícios apontam

---

<sup>1469</sup> Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmiento, abril a setembro de 1924 (2-3), n.º 34, p. 165.

<sup>1470</sup> Cf. *Relatório* da Comissão Instaladora da Sociedade Martins Sarmiento, de 20 de novembro de 1881, apresentado com a *Acta de instalação da Sociedade Martins Sarmiento*, da mesma data.

<sup>1471</sup> Cf. *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento* n.º 2 (26 de abril de 1884 a 15 de junho de 1891): «Deliberou-se formar na casa da Sociedade um depósito de objectos arqueológicos, que possam obter-se por empréstimo ou aquisição definitiva».

<sup>1472</sup> Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães*, *Ob. Cit.*, outubro a dezembro de 1891 (4), n.º 8, p. 216.

para que o museu tenha sido assunto de debate na residência de Martins Sarmiento em 9 de junho de 1877 quando se idealizava a constituição da Associação Archeologica Martins Sarmiento, que nunca chegou a existir<sup>1473</sup>. Algumas atas das sessões anteriores a 1884 dão-nos conta da entrada de objetos de caráter arqueológico e numismático, fundamentalmente. Para isso contribuíram as doações de muitos particulares, entre eles o próprio Francisco Martins Sarmiento, que se ocupava da colocação das peças, por vezes coadjuvado por José Leite de Vasconcelos<sup>1474</sup>.

Até 1886, a SMS esteve precariamente instalada em casas alheias, onde se viu impossibilitada de acomodar os bens materiais que ia incorporando. A primeira sede limitou-se a uma sala existente num prédio situado no Largo do Toural, emprestada para o efeito pelo seu proprietário, o comerciante Domingos Martins Fernandes. Com a entrega da Biblioteca Municipal e Popular à SMS em 1882 o espaço tornou-se insuficiente, optando-se pela mudança para um prédio na rua D. João I, que teve que abandonar por instruções do proprietário. Na iminência do despejo, a SMS viu-se obrigada a solicitar à Câmara Municipal de Guimarães a cedência provisória do extinto Convento de S. Domingos em 1886, que deferiu o pedido em final desse ano. Em 15 de janeiro de 1887 foi decidida a instalação, que só foi oficializada em 1888 quando por Carta de Lei de 3 de abril o Governo foi autorizado a ceder o espaço para a SMS «estabelecer a sua biblioteca, museus, escolas e mais dependências»<sup>1475</sup>, situação confirmada pelo Decreto de 12 de junho de 1888, do Ministério da Fazenda<sup>1476</sup>. Tem relevo também a Carta de Lei de 21 de junho de 1889, possibilitando que todas as agremiações constituídas com fins científicos, literários e de instrução, adquirissem e conservassem imóveis, – «*monumentos históricos, ruínas, inscrições, dólmenes e terrenos próprios para estudos experimentais e explorações arqueológicas ou de qualquer outra natureza*»<sup>1477</sup>, – para o cabal cumprimento da sua missão. Em Assembleia Geral da SMS de 7 de fevereiro de 1887 foram autorizadas as obras necessárias para efetivar a instalação. Os consócios Francisco Martins Sarmiento, José

---

<sup>1473</sup> Cf. GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde), «Catalogo do Museu Archeologico», in *Revista de Guimarães*, janeiro a junho de 1901 (1-2), n.º 18, p. 38.

<sup>1474</sup> Cf. *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 3* (1 de julho de 1891 a 6 de junho de 1902): «*Sessão de 19 de Janeiro de 1893 [...] Seguidamente o Sr. Presidente participou que o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos veio a esta Sociedade dirigir a colocação dos exemplares arqueológicos, que foram enviados da Beira*».

<sup>1475</sup> Cf. Carta de Lei de 3 de abril de 1888, *DG*, n.º 80, de 9 de abril de 1888.

<sup>1476</sup> Cf. <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/62/69/p193>

<sup>1477</sup> Cf. Carta de Lei de 21 de junho de 1889 (art.º 1.º), *DG*, n.º 146, de 4 de julho de 1889. (<http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/63/44/p284>).

Sampaio e Domingos Leite de Castro lançaram-se na projeção do museu. Desse trabalho de reflexão nasceu a ideia de construir, segundo projeto de Inácio Teixeira de Menezes, uma galeria coberta e fechada com três alas sobreposta ao claustro gótico do piso térreo, para instalar os museus de Arqueologia e Numismática (no piso térreo a secção de Escultura Antiga e Epigrafia; no 1.º andar as secções de Arqueologia Pré e Proto-Histórica, Romana, Numismática, etc.). As galerias ficaram concluídas em 1894, passando-se de imediato à instalação das coleções. Inaugurado em 9 de março de 1895, depressa se tornou um dos mais importantes museus arqueológicos do país. Na sessão de 29 de maio de 1899, sob proposta do Diretor do museu, Domingos de Sousa Júnior, foi aprovada por unanimidade a criação de uma comissão encarregue de desenvolver o Museu Arqueológico e elaborar o respetivo catálogo. Dela fizeram parte Francisco Martins Sarmiento, João Gomes de Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde), Alberto Sampaio e Albano Belino. Alguns dias antes, a 9 de maio, foi aprovado o Regulamento da biblioteca e museus, em que destacamos o horário de abertura ao público: todos os dias, exceto domingos e dias santos, das 11 às 2 horas da tarde; de maio a outubro também estava prevista a abertura uma hora antes do pôr-do-sol.

Em março de 1901 encontrava-se organizado o primeiro catálogo do Museu Arqueológico<sup>1478</sup>, da responsabilidade do Abade de Tagilde<sup>1479</sup>, respondendo à necessidade de documentar o museu e ajudá-lo a cumprir as suas funções educativas e científicas<sup>1480</sup>. O museu foi constantemente alvo de enriquecimento, tendo-se destacado entre as múltiplas doações e legados, o que foi entregue pela viúva do arqueólogo Albano Belino em 1906, respeitando a sua vontade: o museu arqueológico que possuía, para que passasse «*a fazer parte do museu archeologico d'esta Sociedade*»<sup>1481</sup>. Em sessão de 31 de dezembro daquele ano, a SMS decidiu que o Museu Belino constituísse uma secção especial do seu museu.

Relativamente às opções museográficas, a tendência foi a adotada na época, e que também vigorou na 1.ª República. Optou-se por exibir o maior número de objetos possível, recorrendo a várias técnicas expositivas: armários com várias prateleiras,

---

<sup>1478</sup> Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães*, SMS, janeiro a junho de 1901 (1-2), n.º 18, p. 92.

<sup>1479</sup> A necessidade de desenvolver os museus de Arqueologia e Numismática e de organizar os respetivos catálogos motivou a convocação de uma reunião para 12 de janeiro de 1900. Nessa reunião, decidiu-se incumbir o Abade de Tagilde para elaborar o catálogo da secção epigráfica e Albano Belino para elaborar o das secções de cerâmica e de numismática. Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmiento, janeiro a junho de 1900 (1-2), n.º 17, p. 39

<sup>1480</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>1481</sup> Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmiento, janeiro a março de 1907 (1), n.º 24, p. 47.

encostados à parede, envidraçados em todas as faces, exceto na inferior; vitrinas tipo mesa com estrutura de madeira minimal, envidraçadas nos topos e nas superfícies laterais para oferecer vários ângulos de visão; colocação dos objetos de maiores dimensões diretamente sobre o solo ou sobre plintos de madeira ou alvenaria, encostados às paredes ou em locais centrais que permitissem a circulação em redor; expositores de madeira pregados às paredes para exibição de objetos de pequenas dimensões, recorrendo-se ao uso de grampos metálicos de sustentação, pregados sobre o suporte.

A 1.<sup>a</sup> República herdou o espaço museológico concluído em 1895. As obras realizadas entre 1902 e 1907 (segundo projeto de Marques da Silva) somente incluíram a construção da fachada e do salão nobre, e as restantes só seriam retomadas a partir de 1936. Esta situação gerou uma acumulação incomportável de objetos, acrescida do risco de incêndio e de furto<sup>1482</sup>, dadas a antiguidade do edifício, a deficiente adaptação a fins educativos, científicos, culturais e literários e as deficientes condições de segurança.

Além das secções de Arqueologia e Numismática, que constituíam os principais núcleos do museu, desde cedo se prefiguraram outras. Em sessão da Direção – de 4 de julho de 1884 – surgem indícios que nos apontam para a intenção de se criar na SMS um Museu Industrial, como mote das ofertas de alguns expositores da mostra industrial realizada no Palácio de Vila Flor. De uma ideia passou-se a uma proposta apresentada em sessão de 29 de maio de 1899. Na reunião extraordinária de 30 de dezembro de 1899 decidiu-se convocar os industriais da cidade e concelho de Guimarães, para um encontro em que devia decidir-se a organização de um museu industrial<sup>1483</sup>. Teve lugar a 7 de janeiro de 1900, sendo tomadas algumas considerações sobre a extinção dos museus industriais de Lisboa e do Porto e sobre as vantagens de um museu para o aperfeiçoamento dos produtos industriais e para a sua divulgação no país e no estrangeiro. Teve realce a adesão unânime dos industriais ao museu industrial a criar, para exposição permanente dos bens produzidos localmente, e foi apontada a data de 9 de março seguinte para a inauguração<sup>1484</sup>. No dia seguinte, a SMS reuniu em assembleia extraordinária para elaborar e aprovar o regulamento do museu industrial, aberto a todo

---

<sup>1482</sup> As coleções museológicas da SMS foram alvo de quatro roubos ao longo da história daquela instituição: o primeiro ocorreu na noite de 13 para 14 de dezembro de 1898; os segundo e terceiro durante a 1.<sup>a</sup> República (20 de março e 27 para 28 de maio de 1919); o quarto na noite de 14 para 15 de maio de 1986. A secção mais afectada foi a de numismática. Cf. ABREU, Maria Helena Matos Ribeiro, *Dar Voz às Pedras – Uma proposta de remodelação do Museu Martins Sarmiento* (Dissertação para obtenção de grau de Mestre), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002, pp. 82-93.

<sup>1483</sup> Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães*, janeiro a junho de 1900 (1-2), n.º 17, p. 39.

<sup>1484</sup> Cf. *Idem*, p. 45.

o produtor do concelho que aí quisesse exhibir o resultado do seu trabalho. A 9 de março, na habitual sessão solene de comemoração do aniversário da SMS foi inaugurado o museu, na galeria superior do museu de arqueologia.

Outra vertente museológica da SMS foi a colonial. A ideia de a constituir foi proposta pelo Diretor dos museus, Domingos de Sousa Júnior, em 29 de maio de 1899. Este alegava a existência entre as coleções da Sociedade de «*algumas armas e outros objectos gentílicos das possessões portuguezas da África e da Ásia*»<sup>1485</sup>, oferecidos por sócios e outros beneméritos, considerando o museu colonial como uma forma de dar a conhecer as possessões portuguesas e incentivar o seu desenvolvimento, com o apoio dos vimaranenses nelas residentes e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Para concretizar a nova aspiração, em sessão de 19 de junho de 1899, o Diretor sugeriu a criação de uma Comissão Organizadora constituída pelo General Tomás Júlio Costa Sequeira, seu Presidente, o Dr. Augusto Alfredo de Matos Chaves e Silvino de Souza Almeida Aguiar. Constituída a 4 de julho, a comissão ficou encarregada de solicitar dotes aos particulares e coletividades para a constituição daquele museu, projeto para o qual se ofereceu como colaborador o Bispo de Damão, D. Sebastião José Pereira, quando da sua visita à SMS em 4 de março de 1901. Com vastos conhecimentos em África quando do seu bispado em Moçambique, o prelado afigurava-se como um potencial colaborador para o projeto. A 1 de abril de 1902 tomou posse como primeiro Diretor do Museu Colonial o membro da Direção, José Pinheiro. A expressividade da nova valência parece ter sido diminuta, pelo que mais tarde passou a constituir uma secção de Etnografia Africana do Museu Etnográfico da Sociedade.

### **Na República**

A partir da implantação da República, a SMS chamou a si a responsabilidade de acolher nas suas instalações, a título de depósito ou de cedência definitiva, os bens de interesse histórico e artístico dos conventos extintos e das igrejas, nacionalizados ao abrigo das leis laicas já referidas. Em ofício de 1 de junho de 1911 dirigido ao Ministro da Justiça, a Câmara Municipal de Guimarães manifestou o desejo de ver criado um Museu de Arte Sacra, relevando o seu papel para a salvaguarda dos objetos das extintas

---

<sup>1485</sup> Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães, Ob. Cit.*, abril a setembro de 1899 (2-3), n.º 16, p. 131.



congregações. Por outro lado disponibilizava-se a tomar toda a responsabilidade pelas despesas do museu e apontava como espaço de instalação a sede da SMS<sup>1486</sup>.

Em 20 de outubro de 1912, em sessão ordinária da SMS, é dado a conhecer um ofício da CCABE, inquirindo sobre se estavam reunidas as condições de segurança adequadas para receber e conservar, a título de depósito, os objetos valiosos pertencentes à extinta Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Em resposta, na Assembleia Geral de 12 de novembro de 1912 decidiu-se a aceitação do depósito, com a condição de o mesmo se manter no local onde se encontrava. Porém, a 4 de janeiro de 1913 deram entrada na sede da SMS algumas alfaias religiosas.

A 4 de novembro de 1912 o Presidente da SMS informou os restantes membros da Direção sobre um ofício enviado pelo Delegado do Procurador da República dando conta da decisão do Ministro das Finanças em entregar, «*mediante rigoroso inventario, a esta sociedade, os moveis de caracter historico ou artistico arrolados nos edificios das extinctas congregações religiosas d'esta cidade*»<sup>1487</sup>. Na sequência da notícia, na Assembleia de 12 de novembro decidiu-se a instalação de um Museu de Arte Sacra no edifício da Sociedade. Na sessão de 4 de janeiro de 1913 foi apresentada uma listagem de bens provenientes dos conventos dos Jesuítas e das Capuchinhas entrados e em março seguinte já se tinha conseguido criar uma sala junto da entrada para guardar nas condições mínimas de segurança esses objetos.

Em sessão de 1 de abril de 1921 foi retomado o assunto do museu de arte sacra, depois de a CCABI convidar a SMS a comparecer numa reunião para se combinar a seleção dos objetos das igrejas do concelho que tinham cabimento no museu<sup>1488</sup>.

Um dos episódios que mais testemunham a determinação da SMS em evitar a alienação dos bens da Igreja para as mãos de particulares e para fora de Guimarães, relaciona-se com a extinção do Convento de Santa Clara daquela cidade. Em sessão de 19 de setembro de 1891, estando a ser arrolados os objetos ali existentes, manifestou-se a intenção de solicitar «*os objectos de arte, arqueologia e manuscritos*»<sup>1489</sup> que fossem dignos de figurar no museu. Mais tarde, já em plena República, a SMS avançou com a pretensão de instalar na igreja do extinto convento um museu de arte sacra, como nos

---

<sup>1486</sup> Cf. Ofício da CMG ao Ministro da Justiça, datado de 1 de junho de 1911, in ACMF, Processo CJBC/BRA/GUI/ADMIN/132, [http://purl.sgmf.pt/130901/1/130901\\_master/130901\\_PDF/130901.pdf](http://purl.sgmf.pt/130901/1/130901_master/130901_PDF/130901.pdf).

<sup>1487</sup> Cf. *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 4* (18 de junho de 1902 a 2 de junho de 1916), «Sessão de 4 de novembro de 1912», fl. 78 f.

<sup>1488</sup> Cf. «Sessão de 1 de Abril de 1921», *Ibidem*, fl. 39 v.

<sup>1489</sup> Cf. *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 3* (1 de julho de 1891 a 6 de junho de 1902), «Sessão Extraordinaria de 9 de Setembro».

comprovam os ofícios de 6<sup>1490</sup> e 30 de junho de 1924<sup>1491</sup> enviados à CCELS e que como vimos pelos registos de entrada nos museus sedeados no convento de S. Domingos ficou sem efeito. Em 26 de agosto de 1921 deram entrada os primeiros objetos provenientes daquele convento. Apoiada num relatório de José de Figueiredo, datado de 5 de setembro de 1921, a SMS aproveitou para manifestar junto do Diretor Geral de Belas Artes o seu desacordo face à venda daquela capela e manifestando-se disponível para levar a cabo todos os trabalhos de conservação necessários à sua reabilitação<sup>1492</sup> ou, mais não fosse, conseguir para o museu os objetos dignos de aí figurarem<sup>1493</sup>. A CCELS decidiu favoravelmente sobre o depósito dos objetos em 19 de maio de 1924, o que foi comunicado à Sociedade, por ofício de 2 de junho seguinte. A resposta tardia não conseguiu evitar a venda em hasta pública (almoeda) dos objetos.

Para além dos bens das antigas corporações religiosas, a SMS foi recebendo inúmeras doações, dos mais variados domínios científicos e disciplinares: bens arqueológicos, artísticos e etnográficos. Um gráfico apresentado por Maria Helena Matos Ribeiro Abreu na sua Tese de Mestrado<sup>1494</sup>, respeitante às doações feitas à SMS entre 1884 e 1900 permite-nos saber que os objetos mais recebidos respeitam às seguintes tipologias: em 1.º lugar a Numismática; em 2.º a Arqueologia; em 3.º a Arte, incluindo Pintura, Escultura e Desenho; em 4.º a Medalhística; 5.º Etnografia; 6.º Cerâmica; 7.º Armaria; etc. Durante o período que compreende as duas primeiras décadas do século XX, o número de registos de doação é substancialmente abalado, em parte pela suspensão da publicação da *Revista de Guimarães*, dadas as dificuldades financeiras e administrativas que vitimaram a SMS e, a julgar por algumas atas, pela falta de interesse da Direção que se repercutiu na não realização de várias sessões, por falta de quórum. Ainda assim, através de uma análise atenta das atas, em complementaridade com o «Boletim da Sociedade» integrado em vários números da *Revista de Guimarães*<sup>1495</sup>, conseguimos detetar alguns testemunhos da entrada de

---

<sup>1490</sup> Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmiento, abril a setembro de 1924 (2-3), n.º 34, p. 180.

<sup>1491</sup> *Ibidem*, p. 181.

<sup>1492</sup> Cf. *Ibid.*, p. 171.

<sup>1493</sup> *Ibidem*, petição de 20 de maio de 1924, p. 172.

<sup>1494</sup> Cf. ABREU, Maria Helena Matos Ribeiro, *Dar Voz às Pedras – Uma proposta de remodelação do Museu Martins Sarmiento*, *Ob. Cit.*, p. 78.

<sup>1495</sup> A edição da *Revista de Guimarães* foi interrompida entre 1914 e 1921.

objetos nos museus<sup>1496</sup> da Sociedade, que podem ser consultados no Apêndice Documental<sup>1497</sup>.

Do ponto de vista da abrangência geográfica, o museu da SMS é considerado pela própria instituição como um museu regional, na medida em que encerra, desde o início, coleções das mais diversas proveniências da região minhota e de outras. À luz dos dias de hoje, a SMS poderia considerar-se uma instituição apostada em criar uma série de núcleos museológicos. Atendendo a algumas atas das sessões da Direção, observamos a tendência para se considerar a existência de vários museus, tanto que na sessão de 16 de outubro de 1905, pela distribuição dos cargos pelos membros coube a diferentes nomes a supervisão do museu de Arqueologia, por um lado, e do museu industrial e colonial, por outro<sup>1498</sup>. Essa tendência foi-se esbatendo com o tempo, passando a ser nomeado um Diretor para todos os museus, sempre que anualmente era eleita uma nova Direção da SMS.

#### **a. Os primeiros passos do Museu de Alberto Sampaio (MAS)**

Embora só tenha sido criado oficialmente em 1928, a origem do Museu Regional de Guimarães é anterior ao processo de secularização intenso da República, que conduziu à extinção da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães. A República instituiu uma 2.ª fase de nacionalização dos bens pertencentes a congregações religiosas. A 1.ª fase iniciada em 1833-34 desenhou, como vimos, várias perspetivas para a criação de museus. Entre eles encontra-se o futuro Museu Regional de Guimarães, que tem como raiz a fundação em 22 de dezembro de 1891 de «*um museu*

---

<sup>1496</sup> A designação de «museus» da SMS encontra a sua razão de ser na própria organização interna daquela instituição, que várias vezes diferenciava os museus consoante as coleções, ao invés de considerar a existência de um museu único composto por coleções ou núcleos de várias tipologias. Por registos manuscritos das próprias atas temos referências a «museus», «museu de arte sacra», «museu de numismática», «museu archeologico», «museu de cerâmica», mas também museu. Cf. *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 4* (18 de junho de 1902 a 2 de junho de 1916); *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 5* (20 de junho de 1916 a 9 de março de 1927).

<sup>1497</sup> Ver Doc. 85 em Apêndice Documental.

<sup>1498</sup> Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmiento, janeiro a março de 1906 (1), n.º 23, pp. 37 e 38. A Direção do Museu Arqueológico foi entregue a Joaquim José de Meira. O museu industrial e colonial foi entregue a João Gualdino Pereira, tendo-se constituído uma comissão para a sua gestão, constituída pelo Abade de Tagilde (João Gomes de Oliveira Guimarães), José Pina e João de Meira. Em 1 de abril de 1904 o desdobramento das direções recaía, respetivamente, sobre o Abade de Tagilde e sobre José Pinheiro (Cf. «Boletim da SMS, in *Revista de Guimarães*, Ob. Cit., julho a dezembro de 1904 (3-4), n.º 21, p. 168). Em 1 de abril de 1901, a direção do museu de Arqueologia e Numismática ficou a cargo de Simão Eduardo Alves Neves, e a do Museu Industrial coube a João António Gouveia Moreira Guimarães (Cf. «Boletim da SMS, in *Revista de Guimarães*, Ob. Cit., julho a dezembro de 1901 (3-4), n.º 18, pp. 170 e 171).

*de arqueologia cristã*»<sup>1499</sup> numa dependência da sala capitular da Colegiada, na seguinte sucessão de acontecimentos. A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira foi extinta em 1869. A realização no futuro museu das Janelas Verdes da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola (1882) acentuou a tendência para levar para Lisboa grande parte dos tesouros nacionais provenientes das extintas casas religiosas espalhadas pelo país. Surgiram então vozes discordantes contra essa centralização cultural e em 1887 deu-se a primeira manifestação cívica vimaranense contra a incorporação no Estado dos bens da Colegiada. A iniciativa levou ao restabelecimento da secular instituição por Lei de 14 de setembro de 1890<sup>1500</sup>, confirmada pela Carta Régia de 9 de janeiro de 1891, enviada ao Arcebispo de Braga. Nesse mesmo ano surgiu o museu de arte sacra, por iniciativa do Cabido daquela agremiação religiosa. Em 1899, o empregado do Tesouro da Senhora da Oliveira, Francisco Ferreira, abriu um livro de visitantes do museu, que nos prova que até 1931 houve um ininterrupto e significativo número de visitas de várias procedências nacionais e internacionais, atestando a existência de um museu aberto ao público, instalado sempre nas dependências capitulares junto dos claustros da Colegiada, muito antes da designação que lhe foi atribuída em 1928. Trata-se, pois, de um mesmo livro para três períodos do museu: aquele em que é designado como Museu de Arqueologia Cristã; outro em que é entregue à guarda da Sociedade Martins Sarmiento; e o período em que já era conhecido como «*um museu de artes decorativas, de carácter regional, com designação de Museu Alberto Sampaio*», integrando coleções de Arquitetura, Escultura, Pintura, Ourivesaria, Tecidos, Bordados, Mobiliário, Cerâmica e Talha, acervo proveniente da Colegiada e dos conventos de Santa Clara e das Capuchinhas<sup>1501</sup>.

Voltemos um pouco atrás. A proclamação da República levou à extinção definitiva da Colegiada (1911), mas por pressão de manifestações cívicas defendendo a manutenção do património histórico e artístico em Guimarães foram promulgados dois diplomas essenciais à manutenção e evolução do museu de arqueologia sacra criado em

---

<sup>1499</sup> Cf. SANTOS, Manuela Alcântara, «De “Tesouro” a Museu», in FERNANDES, Isabel Maria (Coord.) et AL, *Museu de Alberto Sampaio: Roteiro*, Instituto dos Museus e da Conservação, Março de 2010, 2.<sup>a</sup> impressão, p. 10.

<sup>1500</sup> Cf. Lei de 14 de setembro de 1890, autorizando o Governo a restabelecer a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães, Ministério da Justiça, Livro 1890, p. 454 - <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/64/46/p476>

<sup>1501</sup> Cf. Art. 1.º do Decreto n.º 15209 de 17 de março de 1928, publicado no *Diário da República* I Série, n.º 65, de 20 de março de 1928, in <http://dre.pt/pdf1sdip/1928/03/06500/05550555.pdf> (consultado no dia 10 de abril de 2012).

1891: a Portaria n.º 1012 de 6 de julho de 1917<sup>1502</sup> (resultante da visita do arquiteto José Marques da Silva em fevereiro, em representação do CAA3) determinando a constituição de uma comissão para selecionar os objetos de interesse histórico e artístico a ser entregues a título de depósito, e mediante inventário, à Sociedade Martins Sarmento, para serem expostos condignamente no museu daquela sociedade, sob custódia do CAA3<sup>1503</sup>; o Decreto n.º 7623 de 30 de julho de 1921<sup>1504</sup>, obrigando a Caixa Geral de Depósitos, cessionária da Casa do Cabido pelo valor único de indemnização de 6.000\$00 a pagar à CCELS, a reservar para o Tesouro da Colegiada a sala onde se encontrava, enquanto não fosse transferido para a sede da SMS.

Tal como em outras regiões, os efeitos da Lei da Separação foram vistos de forma negativa por parte das agremiações que reclamavam contra a nacionalização dos seus bens. A Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, com estatutos de 2 de agosto de 1862<sup>1505</sup> solicitou vários objetos da Colegiada para a manutenção do culto. Colocada à consideração do CAA3 por parte do Presidente da CCELS em 10 de abril de 1916<sup>1506</sup>, a situação recomendava a melhor conservação dos bens solicitados, fazendo remissão para os artigos 62.º e 76.º da Lei da Separação e para a existência de um Museu Regional em Guimarães. Na resposta emitida em 27 de novembro de 1916 por intermédio de José Marques da Silva, Presidente da sua Comissão dos Monumentos, o CAA3 informou que já tinha sido feita uma visita aos objetos da Colegiada à guarda da CCABI de Guimarães com a finalidade de se escolher os que podiam ser destinados ao culto ou os que era imperioso manter em recato, pelo seu valor artístico ou arqueológico. Chegou-se à conclusão de que poucos eram os objetos de valor que permaneciam em uso pela Irmandade e a maior parte deles só em dias de festa. Quanto aos bens de valor, Marques da Silva era da opinião que tinham de ter um destino diferente, pois se alguns permaneciam em segurança numa casa forte, outros

---

<sup>1502</sup> Cf. *Diário do Governo* n.º 109, I Série, de 6 de julho de 1917,

<http://dre.pt/pdf1sdip/1917/07/10900/05130513.pdf> (consultada no dia 10 de abril de 2012).

<sup>1503</sup> A ideia de propor ao Ministério da Justiça e dos Cultos a nomeação da comissão de seleção dos objetos na posse das irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Oliveira foi tomada em sessão de 9 de junho de 1917 da CCELS. Cf. *Actas (1916-1920)* [Livro 2, da CCELS], *Doc. Cit.*, p. 48.

<sup>1504</sup> Cf. *Diário do Governo*, n.º 155, I Série, de 30 de julho de 1921, in

<http://dre.pt/pdf1sdip/1921/07/15500/10011001.pdf> (consultado no dia 12 de abril de 2012).

<sup>1505</sup> Cf. CALDAS, Padre António José Ferreira, *Guimarães: Apontamentos para a sua História*, Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1996, 2.ª edição, Parte I, p. 83.

<sup>1506</sup> Cf. Ofício do Presidente da CCELS para o homólogo do CAA3, datado de 10 de abril de 1916, Ministério da Justiça / CCELS, Proc. N.º 2063, L.9, fl. 14, 1.ª Secção (n.º 170), in Conselho d'Arte e Archeologia da 3.ª Circunscrição / *Copia de Correspondencia Official e Particular*, n.º 12, Cota: 332, Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Ciência (AHSGMEC).

encontravam-se dispersos pela igreja e sacristia. Considerava urgente «*uma selecção criteriosa de todos os objectos e espólios em museu adequado e visitável*»<sup>1507</sup> e mostrava-se favorável à intenção de a própria Irmandade se encarregar desse museu – que passaria a ser considerado como um museu regional, sujeito à supervisão do CAA do norte –, em sala ampla e de luz aceitável para o instalar convenientemente.

A CCELS ripostou em ofício de 9 de dezembro lembrando o interlocutor para o facto de já existir um museu regional. O CAA3 respondeu três dias depois, esclarecendo que apesar de em Guimarães existir um museu regional, ele pertencia a uma entidade particular (SMS) e não ao Estado, não estando a si subordinado. A esta questão em particular, a CCELS frisava em missiva de 11 de janeiro de 1917 não ser «*conveniente nem necessária a criação de um novo muzeu regional na cidade de Guimarães*» por já existir o da SMS, onde deveria recolher-se o Tesouro, contando-se já com a concordância do seu Presidente em receber o depósito e garantir as condições necessárias de «*exposição e segurança, aceitando a superintendência*» do CAA, no que àqueles bens dizia respeito. Instava também pela seleção dos objetos e enviava a lista para a CCELS ordenar o depósito<sup>1508</sup>. A 1 de fevereiro de 1917 o Presidente da SMS solicitou ao CAA3 uma reunião para se tratar das obras que a corporação estava disposta a fazer na sua sede, a fim de acomodar os objetos da Colegiada. A 22 de março a CCELS reiterou o ofício de 11 de janeiro, insistindo com o CAA3 para nomear um delegado que procedesse «*á selecção dos paramentos, alfaias e outros objectos que devam ser guardados no Museu Regional da Sociedade Martins Sarmiento*»<sup>1509</sup>. Como este não respondeu ao solicitado, a Comissão Central solicitou diretamente ao Ministro da Justiça e dos Cultos a promulgação de um diploma que nomeasse a comissão para seleccionar os objetos. A Portaria n.º 1012 de 6 de julho de 1917 não só constituiu a comissão – composta pelo Presidente do Senado Municipal, pelo Diretor do Museu da SMS, pelo advogado Eduardo de Almeida, por um vogal do CAA3 e pelo Presidente da

---

<sup>1507</sup> Cf. ACMF, Processo CIBC/BRA/GUI/ADMIN/017, Cx. 414. Ofício do Presidente do Comissão dos Monumentos do CAA3 ao Presidente do mesmo, datado de 27 de novembro de 1916, enviado ao Presidente da CCELS em ofício da mesma data.

<sup>1508</sup> Cf. Ofício de 11 de janeiro de 1917, do Presidente da CCELS ao CAA3, *Ibidem*. Em ofício da SMS a CCELS, de 23 de dezembro de 1916, aquela corporação declara «*que mui gostosamente assume esse encargo e se congratula por vver, desta maneira, enriquecido o seu museu, destinado a archivar tudo o que de artistico e historico existe nesta cidade e concelho*». Outra missiva, da mesma procedência e para o mesmo destinatário, de 5 de janeiro de 1917, indica a aceitação da «*superintendencia do respectivo Conselho de Arte e Arqueologia, no caso de que os objectos de valor historico ou artistico de que se trata, sejam confiados a esta Sociedade. Resolveu igualmente realisar quaesquer obras que fossem julgadas indispensaveis por parte do referido Conselho, com o fim de garantir a maior segurança e guarda dos objectos*», *Ibid*.

<sup>1509</sup> Cf. Ofício de 22 de março de 1917, *Ibidem*.

Comissão Concelhia de Administração dos Bens da Igreja –, como a SMS ficou encarregue de musealizar as coleções à sua guarda e preparar um «*catalogo-album do Tesouro da Oliveira [...] para tornar conhecidas as suas preciosidades artísticas e históricas*»<sup>1510</sup>. Pouco tempo antes da promulgação da portaria, o vogal do CAA3, Marques da Silva, visitou a SMS para escolher o espaço e combinar as obras de ampliação para acolher o Tesouro. Até se efetivar a instalação, a coleção permaneceria nas antigas dependências em maior segurança, já que a sala destinada na sede da SMS se encontrava no piso térreo ao lado do vestíbulo, tornando-se necessário providenciar contra vários fatores de risco. Como até 1919 nada se resolveu, a CCELS instou em 2 de maio junto dos Presidentes da SMS e da Câmara Municipal de Guimarães para o cumprimento das disposições da Portaria de 6 de julho, sob pena de os objetos serem transferidos para os museus de Lisboa ou do Porto. A 2 de setembro foi finalmente constituída a comissão, e nessa mesma sessão foram apresentadas algumas propostas, com aprovação unânime: a entrega imediata da guarda dos objectos à SMS; a sua permanência no edifício da Colegiada até serem executadas as obras necessárias na sede da Sociedade; convidar o arquiteto Marques da Silva para orçamentar e projetar os trabalhos necessários à instalação do tesouro no novo espaço; a atribuição de um subsídio do Estado para auxiliar nas despesas procedentes dos encargos com a empreitada. A entrega dos bens à SMS foi confirmada em sessão de 9 de março de 1921, tendo-se efetivado no dia 15 do mesmo mês, mantendo-se na Casa Forte da igreja da Colegiada por falta de melhor solução<sup>1511</sup>. O esforço para resolver definitivamente a acomodação dos objetos continuou a ser assunto das sessões da Sociedade e da frequente correspondência trocada com as entidades oficiais, responsáveis pela gestão dos bens da Igreja. Em 6 de abril de 1921 ponderou-se pedir um empréstimo para realizar as obras necessárias para criar condições à efetiva instalação do acervo na sede da SMS. Por outro lado, na ausência de um inventário completo dos museus da SMS, José de Pina – responsável pelos monumentos nacionais – sugeriu que ele e o Diretor dos museus da Sociedade – David de Oliveira – fossem autorizados a «*melhorarem as condições de conservação e exame d'esses objectos o que os habilitaria a organizar um*

---

<sup>1510</sup> Cf. Ofício do Presidente da Sociedade Martins Sarmento – Eduardo d'Almeida – ao Ministro da Justiça e dos Cultos, datado de 13 de março de 1922, em que solicita ao mesmo a cedência das verbas obtidas na venda de alguns objetos de extintas congregações religiosas em hasta pública, para com isso financiar o catálogo do tesouro da Colegiada e as obras necessárias ao seu bom acondicionamento. A cedência foi recusada, por sinal, invocando-se a lei. In ACMF, Processo DGJC/BRA/GUI/PRDIV/005, Caixa 416, Cit.

<sup>1511</sup> Cf. «Sessão de 9 de Março de 1921», *Ibidem*, fl. 38 f.

*catálogo ilustrativo para os visitantes*»<sup>1512</sup>. A sugestão foi aceite mas em 1923 nada tinha sido feito e reiterava-se a vantagem de elaborar um catálogo dos bens da Colegiada, nomeando-se para o efeito, em sessão de 20 de abril, José de Pina, Gonçalo Meira e o Padre Anselmo da Conceição e Silva. O inventário continuou a faltar e em reunião de 6 de abril de 1925 decidiu-se entregar a responsabilidade dos inventários aos responsáveis das várias secções: a José de Pina, a Arte (pintura, desenho, gravura e cerâmica), a Arqueologia e a Arte sacra; a Francisco Pereira Mendes, a Numismática e o Arquivo da Colegiada; ao Capitão Mário Cardoso o Mobiliário<sup>1513</sup>.

A 18 de abril de 1921, David de Oliveira denunciou a falta de inventário e a péssima instalação do Tesouro da Colegiada, sugerindo a capela de São Brás anexa aos claustros, depois de convenientemente adaptada para o efeito, como novo local de exibição. Em face da situação, considerou-se pertinente orçamentar um plano de obras para ampliação do edifício da SMS e instalação de todos os museus e convidar para a sua conceção o arquiteto Marques da Silva, que se mostrou disponível.

O papel preponderante da SMS na criação do futuro Museu de Alberto Sampaio começou a esboçar-se quando em 24 de dezembro de 1919 a Câmara Municipal de Guimarães insistiu com o Presidente daquela instituição para a conveniência de cumprir as disposições do Decreto de 17 de maio de 1913, publicado no Diário do Governo de 26 de setembro desse ano, colaborando com a Autarquia no sentido de criar um museu de arte sacra composto por «*todas as alfaias e objectos de valor artistico ou historico que pertenceram ás extintas congregações e igrejas d'este concelho*»<sup>1514</sup>. A 16 de janeiro de 1920 a SMS confirmou a sua disponibilidade para colaborar na criação do museu, a instalar oportunamente na sua sede, com os objetos das extintas congregações e o Tesouro da Colegiada que provisoriamente se manteria no seu local primitivo<sup>1515</sup>. Assegurou também os encargos com a administração, direção, conservação e enriquecimento do museu, não dispensando o concurso da Câmara Municipal de Guimarães e da CCABE, nomeadamente através da cedência do edifício da Colegiada onde se encontra o seu tesouro e oferecendo recursos para se levarem a efeito as obras necessárias para a adequada instalação do museu. Paralelamente aos contactos com a SMS, a CM solicitou autorização à CCELS em 14 de fevereiro de 1920, para instalar

---

<sup>1512</sup> Cf. «Sessão de 6 de Abril de 1921», *Ibidem*, fl. 40 v.

<sup>1513</sup> Cf. «Sessão de 6 de Abril de 1925», *Ibidem*, f. 80 v.

<sup>1514</sup> Cf. Ofício do Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Guimarães ao Presidente da Sociedade Martins Sarmiento, de 24 de dezembro de 1919, *Ibidem*.

<sup>1515</sup> Cf. Ofício do Presidente da Sociedade Martins Sarmiento ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães, de 16 de janeiro de 1920, *Ibidem*.



um museu regional de arte sacra na Casa do Cabido anexa à colegiada<sup>1516</sup>. A 22 de março seguinte, a CCELS respondeu informando que o espaço solicitado só podia ser cedido por arrendamento, convidando a interlocutora a apresentar um valor anual e avisando-a de que todas as despesas necessárias à adaptação e manutenção do museu correriam por sua conta<sup>1517</sup>. A 12 de abril a CM propôs a quantia anual de 30\$00<sup>1518</sup>, que à CCABE pareceu «conforme, pois se trata dum edificio cedido para um fim de utilidade social»<sup>1519</sup>. Já segundo a CCELS a quantia afigurava-se diminuta, tendo por isso sugerido uma renda anual de 60\$00, que foi aceite por ofício datado de 2 de fevereiro de 1921. Surgiu então a necessidade de resolver um problema para se poder levar por diante a instalação do museu: as instalações pretendidas (que incluíam «*não só o salão nobre e sala contigua no edificio do extinto cabido da colegiada*»<sup>1520</sup>), arrendadas a Manuel Ferreira Guimarães com contrato de arrendamento de 23 de dezembro de 1912, e por sua vez sublocadas a um centro republicano, tinham que ser entregues. A CCABE recusava-se a receber as rendas por ter cessado o período de arrendamento e por se tornar urgente a sua recuperação e entrega à Comissão Executiva da CMG<sup>1521</sup>.

Em 28 de maio de 1921, o Presidente da SMS sugeriu que se representasse à CCELS a necessidade de não ceder o edifício a qualquer outra entidade<sup>1522</sup>. Por sua vez, em 14 de Junho, a Câmara Municipal instou junto da CCELS para que não deixasse alienar o imóvel, que pretendia tomar a título de arrendamento para a instalação do museu, avançando também com a hipótese de adquiri-lo a título oneroso, caso fosse esse o entendimento do Governo<sup>1523</sup>. As pretensões da CM e da SMS caíram por terra quando o Estado entregou à Caixa Geral de Depósitos o edifício do antigo Cabido, mediante promulgação do Decreto n.º 7623 de 30 de julho de 1921, por um valor único de 6000\$00 a pagar à CCELS. A CGD ficou obrigada a reservar a sala onde se

---

<sup>1516</sup> Cf. <http://masampaio.imc-ip.pt/pt-PT/museu/edificio/ContentList.aspx> (Site institucional do Museu de Alberto Sampaio, consultado no dia 5 de dezembro de 2011); Ofício de 14 de fevereiro de 1920, do Vice-Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Guimarães para o Presidente da CCELS, in ACMF, Processo CJBC/BRA/GUI/ADMIN/132, *Proc. Cit.*

<sup>1517</sup> Cf. Ofício de 22 de março de 1920, da CCELS para a CMG, in ACMF, *Ibidem*.

<sup>1518</sup> Cf. Ofício de 12 de abril de 1920, da CMG para a CCELS, in ACMF, *Ibid.*

<sup>1519</sup> Cf. Ofício de 14 de maio de 1920, da CCABEG para a CCELS, *Ibid.*

<sup>1520</sup> Cf. Requerimento de Manuel Ferreira Guimarães dirigido à CCELS, de 10 de dezembro de 1920, *Ibid.*

<sup>1521</sup> Cf. Ofício de 21 de janeiro de 1921, da CCABE de Guimarães, para o Presidente da CCELS, *Ibid.*

<sup>1522</sup> Cf. «Sessão de 28 de Maio de 1921», in *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 5* (20 de junho de 1916 a 9 de março de 1927), *Ob. Cit.*, f. 42 f.

<sup>1523</sup> Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal ao Presidente da CCELS, de 14 de junho de 1921, in Processo CJBC/BRA/GUI/ADMIN/132, *Proc. Cit.*

encontrava o Tesouro da Colegiada até este ser transferido para a sede da SMS. Esta, por seu turno, considerou o decreto um autêntico vexame para o valor histórico do edifício, um atentado ao património aí encerrado, uma ilegalidade que contrariava a própria Lei da Separação, apresentando a sua indignação de forma veemente, inclusive contra o preço, que considerava bem abaixo do valor real do edifício. Não só alegava ter honrado o compromisso de zelar pelo tesouro e arquivo da antiga Colegiada, apesar de ainda não ter conseguido levar o acervo para a sede, como também anunciava que estava para breve a publicação de um catálogo da coleção, que decerto atrairia maior número de visitantes, já por si considerável. Por outro lado frisava que na Casa do Cabido funcionava há muito um museu com interesse social superior ao da utilização prestes a ser implementada e conforme com as disposições da Lei da Separação<sup>1524</sup>. Por sua vez, José de Figueiredo, no papel de vogal de CAN, depois de visitar a sede da SMS e o edifício da Colegiada em agosto de 1921, manifestou a sua oposição à transferência do Tesouro para a primeira, pois não traria vantagens económicas nem artísticas, «tiraria ao Tesouro o ambiente moral proprio que é um dos grandes factores da sua valorisação»<sup>1525</sup>, colocaria em risco algumas peças e comprometia a necessidade de conservar todo o edifício. Apesar da contestação, o edifício foi entregue à CGD, com a SMS a consignar em ata de 23 de novembro de 1921 a indignação unânime de todos os seus membros<sup>1526</sup>.

Em abril de 1924 a SMS documentou a possibilidade de se estar a chegar a um entendimento com a CGD quanto à salvaguarda do «*museu da Colegiada de Guimarães*»<sup>1527</sup>. Este manteve-se no velho edifício dando lugar à criação do Museu Regional de Alberto Sampaio em 17 de março de 1928. A abertura ao público só teve lugar em 1 de agosto de 1931, depois das necessárias obras de recuperação, conduzidas pelo primeiro Diretor, Alfredo Guimarães, com o apoio de anónimos vimaranenses, da Câmara Municipal e do Governo.

A suportar a credibilidade da Sociedade importa aludir de forma breve ao seu órgão *Revista de Guimarães*, lançado em 1884<sup>1528</sup>, considerada uma das mais importantes publicações periódicas portuguesas, pela qualidade dos estudos históricos,

---

<sup>1524</sup> Cf. *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmento n.º 5, Cit.*, Ata da Sessão de 11 de agosto de 1921, fls. 45f a 46v.

<sup>1525</sup> Cf. Ofício de JF ao Ministro de Instrução Pública, datado de 5 de setembro de 1921, MNAA, Arquivo, *Copias da Correspondência Remetida, n.º 2*.

<sup>1526</sup> *Idem*, f. 60 f.

<sup>1527</sup> *Ibidem*, f. 68 v.

<sup>1528</sup> Cf. «Boletim» da SMS, in *Revista de Guimarães*, janeiro a junho de 1921 (1-2), n.º 31, p. 91.

arqueológicos e etnográficos divulgados, e de inestimável valor para conhecer a história das instituições museológicas da Sociedade. A braços com grandes dificuldades financeiras e com um período de letargia no seu funcionamento e organização, a SMS suspendeu a publicação da *Revista de Guimarães* entre 1913 e 1921, até que em sessão de 6 de abril desse ano se decidiu voltar a publicar aquele importante periódico.

### 3. MUSEU MUNICIPAL AZUAGA

*«instrumentos prehistoricos, objectos romanos, louças portuguesas antigas, armas, moveis, moedas (romanas, ibericas, visigothicas e portuguesas), joalheria, quadros, e ainda objectos dos indígenas das nossas possessões, etc. Á sua variada collecção ethnographica juntou tambem [...] uma collecção zoologica»<sup>1529</sup>.*

O Museu Azuaga foi oferecido por Marciano Azuaga à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 24 de fevereiro de 1904. Tratava-se de um museu multidisciplinar de Arqueologia, Etnografia, Arte e História Natural<sup>1530</sup>. Em 1909 encontrava-se instalado no 1.º andar de uma casa localizada na Rua da Fervença, n.º 1, em Gaia. Distribuído por 4 salas, merecia o aplauso da imprensa pela variedade e riqueza das coleções, que iam sendo enriquecidas. Na primeira sala ficava uma biblioteca e uma coleção de mais de 2 mil moedas de todas as épocas e metais, ressaltando as do Brasil colonial. Na segunda, além de um retrato do oferente, encimando uma cópia emoldurada do ofício em que doou à Câmara Municipal a coleção, vitrinas com *«medalhas e senhas, miniaturas, instrumentos pre-históricos, ídolos egípcios em bronze, armas de fogo antigas, inscrições em pedra, faianças, calçado, etc»<sup>1531</sup>*. Numa terceira sala, o acervo de Etnografia Colonial, com armas e utensílios dos povos nativos. Uma última sala estava ocupada com a História Natural: animais empalhados e conservados em álcool, conchas, minerais, insetos e peles de cobra.

Um artigo intitulado «Museu Azuaga», da responsabilidade de um autor utilizando o pseudónimo Antepe, publicado no periódico *A Luz do Operário*, testemunha o estado de abandono a que se encontrava votado o museu em 1925. Diz o autor que não havia testemunho de novas entradas devidamente assinaladas nos jornais, frisando que *«toda a gente se esqueceu de que temos um Museu que possui no seu recheio, obras de arte e bom gosto, de grande valor»<sup>1532</sup>* e sugerindo que conviria fazer uma vistoria atenta para seleccionar o que fosse digno de continuar em exposição ou retirar o que não tivesse valor e se encontrasse irremediavelmente danificado.

---

<sup>1529</sup> Cf. JLV, «Collecção ethnographica do Sr. M. d'Azuaga», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, janeiro de 1895, S. 1, vol. 1, n.º 1, pp. 20-28.

<sup>1530</sup> *Idem*, p. 28: *«abundante e curioso espolio do cemiterio de Gulpelhares, em que largamente se representa a ceramica rustica local do seculo IV; uma serie interessante, e bastante numerosa, de machados neolithicos e de bronze; uma artistica estatueta de Mercurio, em bronze, documento valioso de esculptura italo-grega; um valioso collar argenteo; pedras insculpturadas em estylo sabrosino; apreciaveis especimens das velhas faianças e barros portuguezes, armas indígenas e ultramarinas, etc»*.

<sup>1531</sup> Cf. JLV, «Miscelânea: 10. Museu de Azuaga», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, jan-set de 1912, S.1, vol. 17, n.º 1-9, p. 180.

<sup>1532</sup> Cf. *A Luz do Operário: Semanário Socialista*, Domingo, 16 de agosto de 1925, Ano XXXII, 3.ª Série, n.º 122, p. 3.

Sugere-nos também a inexistência de um inventário atualizado e termina com um apelo final: «*Zelem aquilo ao menos, para que os descendentes do grande amigo de Gaia, que ofereceu tal museu, não maldigam a lembrança daquele seu parente em doar á Vila com as preciosidades que com tanta dedicação foi amontoando*»<sup>1533</sup>.

Em 1933 foi encaixotado e encerrou portas, o que denota o insucesso dos apelos e o abandono dos planos para o instalar condignamente<sup>1534</sup>.

---

<sup>1533</sup> *Ibidem*.

<sup>1534</sup> Cf. «Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia - comemoração dos 80 anos da sua criação 1933-2013», in [http://memoriasgaiensesbibliotecadegaia.blogspot.pt/2013\\_12\\_01\\_archive.html](http://memoriasgaiensesbibliotecadegaia.blogspot.pt/2013_12_01_archive.html) (consulta efetuada em 2 de janeiro de 2014).

#### 4. PENAFIEL E O PROTELAMENTO MUSEOLÓGICO

No último quartel do séc. XIX, as influências do Porto começaram a desenhar em Penafiel alguns projetos culturais que visavam a instrução de todos os membros da sociedade, dos mais eruditos e privilegiados às classes laboriosas. Entre eles merece destaque o primeiro projeto para instalar uma Biblioteca-Museu numa escola concebida pelo arquiteto Manuel Maria Ricardo Correia, encomendada pelo autarca Manuel Pedro Guedes (1884). A Câmara Municipal nomeou no ano seguinte uma Comissão Organizadora composta por Francisco Pinto Coelho Soares de Moura, Adolfo Soares Pinto de Miranda e António Augusto Pereira de Sousa. Os elevados encargos que se adivinhavam com o projeto, aliados a outro tipo de prioridades, obrigaram ao seu adiamento temporário. Outros projetos reclamados na imprensa regional por volta de 1885, mas que ficaram sem efeito foram o de um museu industrial e um museu escolar, tão em voga na altura.

Foi já durante a República que graças ao esforço e dedicação do chefe da secretaria da Câmara Municipal de Penafiel – Luís de Chatillon da Rocha Bessa – se conseguiu abrir a Biblioteca-Museu. A abertura decorreu no dia 6 de julho de 1917. Contudo, a falta de leitores e o abandono de Penafiel por parte de Chatillon concorreram para o encerramento em outubro de 1919. O novo fôlego veio quase no fim da 1.<sup>a</sup> República, quando o vereador Abílio de Miranda (farmacêutico, jornalista e historiador local) ficou encarregado de reorganizar aqueles equipamentos, apresentando logo em 22 de abril de 1926 um relatório sobre o estado dos mesmos. A 6 de junho de 1927 reabriram, mas rapidamente se vislumbraram novos obstáculos que adiaram o seu efetivo funcionamento. A falta de apoios e de incentivo da tutela conduziram à auto-demissão de Abílio de Miranda em setembro de 1927. Daí ao novo encerramento da biblioteca foi um instante.

O ressurgimento aconteceria na década de 1940, quando pela animação das comemorações dos Centenários a cultura é alvo de alguma atenção por parte do Estado. Nesse contexto, Abílio de Miranda foi novamente convidado para reorganizar a biblioteca e incumbido de organizar um museu de maior amplitude (1947), a serem instalados no Palacete do Barão do Calvário, adquirido pela Câmara Municipal. Para esse museu poderá ter concorrido o acervo privado de Gilberto Dias de Castro, conhecido como Museu da Estrela, que não ocupava mais do que uma sala, onde se podia observar *«um gabinete de maravilhas e coisas de espantar onde não faltavam*

*materiais exóticos recolhidos em África, incluindo mesmo fetos humanos e répteis conservados em recipientes de vidro»<sup>1535</sup>. Vivendo de donativos, em 1930 o Museu da Estrela estava agonizante e supõe-se que parte do seu acervo incorporou o Museu Municipal, na altura inerte. Em 17 de abril de 1948 foi finalmente criado junto da biblioteca, o Museu de Arte, Arqueologia e Etnografia, que no ano seguinte passaria a designar-se Museu Municipal de Sobral Mendes (em honra do Autarca que apadrinhou a ideia). Além do acervo municipal existente desde o início, Abílio de Miranda enriqueceu o museu doando-lhe um importante acervo arqueológico, que só deu entrada em 1959, após um período em que esteve depositado no Museu Provincial de Etnografia e História do Porto, para cuja criação haviam concorrido os esforços de Abílio de Miranda.*

---

<sup>1535</sup> Cf. SOEIRO, Teresa, «Um Museu Municipal para Penafiel 1884-1974», in *Portvgalia*, Nova Série, vol. XV, 1994, p. 100.

## 5. MUSEU ARQUEOLÓGICO DE BARCELOS

*«[...] os homens que criaram e dotaram o Museu Arqueológico de Barcelos, cuidaram mais de salvar exemplares históricos condenados ao esquecimento e provavelmente à destruição, que propriamente seguir uma política museológica como hoje é entendida»<sup>1536</sup>.*

Segundo Jorge Custódio, o museu de Barcelos buscou as suas raízes no Museu Arqueológico do Carmo, revitalizando uma ruína monumental e ilustrando a história do lugar, mas também introduziu a novidade da atribuição de valor turístico ao património. Surgiu como resposta aos protestos das elites mais ilustradas da comunidade contra a demolição empreendida pela Câmara Municipal depois de 1872, para ao ar livre exhibir os despojos do Paço dos Condes de Barcelos<sup>1537</sup>.



Fig. 81 – Paço dos Condes de Barcelos,  
fachada este, 2005.  
IHRU/SIPA, sipa.foto.00693035.

Por escritura de 30 de junho de 1874 a Casa Real cedeu as ruínas do paço medieval ao Município, com a condição de este as conservar no ajardinamento que pretendia levar a efeito na área envolvente. Estava assim aberto o caminho para que futuros executivos municipais emprendessem algumas medidas no sentido de dignificar aquele património. Em 1890 regia os destinos da Autarquia o Dr. José Novais, sob cuja autoridade se iniciaram os trabalhos, demolindo-se casas e construindo-se o paredão de sustentação do morro em que se localizavam as ruínas.

<sup>1536</sup> Cf. AA.VV., *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Câmara Municipal de Barcelos, Barcelos, fevereiro de 2007, p. XIV.

<sup>1537</sup> Cf. CUSTÓDIO, Jorge, «Museus de educação, museus de curiosidade e museus de especialidade no tempo da 1.ª República: política institucional e experiências museográficas», *art. cit.*, p. 20.



Em 1903, sendo Presidente e Vice-presidente de Câmara José Ramos e António Ferraz, respetivamente, resolveram chamar o arquiteto leiriense Ernesto Korrodi, com o intuito de se projetarem os trabalhos de restauro e a edificação do museu e biblioteca municipais. Chegou-se a publicar um edital em 8 de agosto e foram adjudicados os trabalhos de pedreiro a António Miranda, mas a instabilidade política e a falta de verbas levaram à interrupção do programa. Posteriormente ainda se tentou retomar o processo mas sem sucesso e os trabalhos limitaram-se à consolidação das estruturas.

Gorada a construção, optou-se por constituir um museu lapidar a céu aberto – o Museu Arqueológico – criado oficialmente em 1920, durante o Executivo Municipal do Dr. Miguel da Fonseca. Este terá sido, antes daquela data, um dos responsáveis por levar para o local as primeiras peças de granito, que aliás é a matéria-prima de todo um acervo, em que ganha realce a época medieval, e entre 1926 e 1962 a responsabilidade do museu recaiu sobre si.

Sobre as coleções do museu, constituídas por elementos escultóricos de Arquitetura, marcos de demarcação de terrenos, lápides funerárias, cruzeiros, cachorros, entre outros elementos, pouco se sabe, pois não existem registos preocupados em gravar para memória futura a proveniência exata dos objetos e as circunstâncias em que foi feito o seu achamento e recolha. Junto dos objetos, contudo, Augusto Soucasaux, responsável pelo museu até 1926, preocupou-se em colocar azulejos com informações sobre a designação dos objetos, e sempre que possível sobre quem o ofereceu ou depositou e a sua localização anterior<sup>1538</sup>.

O único registo que encontrámos sobre a constituição das coleções diz respeito a um ofício de 7 de junho de 1920, da CCABI de Barcelos, cedendo à Câmara Municipal uma sepultura de pedra existente no adro da Igreja de Santa Eugénia, na freguesia de Rio Covo, para o museu em organização<sup>1539</sup>.

---

<sup>1538</sup> ALMEIDA, Carlos A. Brochado de et Al., *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Barcelos, 1991, p. 5.

<sup>1539</sup> Cf. ACMF/CJBC/BRA/BAR/ADMIN/037.

## 6. MUSEU CAMILO

Em 7 de abril de 1915, o Visconde de Pindela, José de Azevedo e Menezes, e Nuno Simões convidaram as «*peçoas gradas de Villa Nova de Famalicão*»<sup>1540</sup> para uma reunião no Salão Olímpia no dia 11 seguinte, com a finalidade de tratar da homenagem a Camilo Castelo Branco pela instalação de um museu «*na propria casa em que o illustre escriptor viveu e escreveu grande numero das suas obras*»<sup>1541</sup>. Depois de aberta a sessão e escolhida a Mesa que a presidiu, José de Azevedo e Menezes tomou a palavra para tecer elogiosas palavras ao defunto escritor e para dar a conhecer a hipótese de se adquirir o seu espólio por 2000\$00, incluindo livros, autógrafos, mobiliário, objetos de uso pessoal do escritor e as ruínas da casa de S. Miguel de Seide incendiada nesse mesmo ano, caso se resolvesse destinar o imóvel referido à instalação de uma escola primária e um museu, depois de reedificado segundo a configuração antiga. A assembleia aprovou por unanimidade a proposta. Em seguida Nuno Simões propôs a criação da Comissão Promotora de Homenagem Póstuma ao escritor, a sua composição por «*José de Azevedo e Menezes, Daniel Augusto dos Santos, Francisco Corrêa de Mesquita Guimarães, Francisco Maria de Oliveira e Silva e José Robalo*»<sup>1542</sup>, e ofereceu-lhe o busto do escritor, da autoria de Diogo de Macedo. As propostas foram aprovadas por unanimidade, tendo o Visconde de Pindela sugerido que o proponente fosse agregado à comissão. Esta reuniu pela primeira vez no dia 18 de abril, tendo sido nomeado Presidente José de Azevedo e Menezes, como secretário Nuno Simões e tesoureiro Francisco Guimarães. Entre as decisões tomadas, destaque para as seguintes: contactar o Autarca para lhe dar conta das decisões tomadas na sessão de 11 de abril e pedir um subsídio; negociar com os netos de Camilo e sua mãe Ana Rosa Corrêa para se conseguir por preço acessível a aquisição das ruínas da casa e acervo do escritor; escolher um arquiteto para elaboração do projeto; nomear um advogado para legalizar a comissão; officiar ao Governo e às Câmaras Municipais no sentido de obter subsídios para a missão.

---

<sup>1540</sup> Cf. Comissão de Homenagem Posthuma ao Grande Escriptor Camillo Castello Branco, *Camillo homenageado: o escriptor da graça e da beleza*, "Minerva" da Cruz, Sousa & Barbosa, Vila Nova de Famalicão, 1920, p. V.

<sup>1541</sup> *Ibidem*.

<sup>1542</sup> *Ibidem*, p. VIII.

A compra da casa e terrenos anexos efetuou-se a 17 de abril de 1916. Também foi adquirido o acervo do escritor, «*tudo pela quantia de dois mil escudos*»<sup>1543</sup>, obtidos em grande parte por diversas subscrições lançadas quer no nosso país, por intermédio de vários municípios e da imprensa, quer no estrangeiro, especialmente no Brasil.

A escolha do arquiteto recaiu sobre Carlos Fernandes Leituga, cujo projeto foi entregue à Comissão em 20 de fevereiro de 1916, e aprovado pelo Governo em 29 de março seguinte. A empreitada de pedreiro iniciou-se a 17 de setembro, conduzida por José de Oliveira Osório, a de carpinteiro a 22 de abril de 1917, por José Maria Fernandes Lima e a de caiador a 18 de novembro, tendo sido arrematada por José Pereira Basto. A traça original do edifício antigo foi mantida com exceção de algumas frestas do pavimento térreo antigamente ocupado pela cavalaria e lojas, que foram substituídas por portas e janelas. A altura também sofreu alterações para responder às necessidades operativas que motivaram a sua reedificação e às normas de construção adotadas pelo Governo para as construções escolares e por sua vez conseguir daquele um subsídio, que ascendeu aos 3000\$00. O edifício de três pisos ficou repartido da seguinte forma: o pavimento térreo para a escola propriamente dita; o 1.º pavimento, dividido em aposentos para o professor (quarto, cozinha, sala de jantar, casa de banho e despensa) e parte do Museu Camilo (vestíbulo, escritório e sala); o 2.º pavimento, continuação do Museu Camilo, em que se encontram os espaços de maior vivência do escritor (escritório, quarto de cama de Ana Plácido, quarto de cama de Camilo).

A casa reconstruída foi entregue a 6 de dezembro de 1920 à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a quem cumpria gerir o museu e a escola de instrução primária. Juntamente com o imóvel foram também entregues todos os bens adquiridos pela Comissão<sup>1544</sup>.

Em sessão de 22 de agosto de 1921, a CM nomeou José de Azevedo e Menezes para dirigir o Museu Camilo<sup>1545</sup>, que abriu ao público no dia 15 de outubro de 1922 sem cerimónia oficial de inauguração, tendo-se fixado o primeiro domingo de cada mês para visitas ao museu, ao preço de 50 centavos por visitante, «*preço apontado no respectivo bilhete e no talão, ficando este em poder do guarda do Museu para a conferência de*

---

<sup>1543</sup> *Ibidem*, p. X.

<sup>1544</sup> Cf. MENEZES, José de Azevedo e, *Relatorio do Museu-Camilo apresentado à Ex.ma Camara da Villa Nova de Famalicão: 1921-1924*, Famalicão, 1924, p. 9.

<sup>1545</sup> Cf. DIONÍSIO, Sant'Anna (Pref.), *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho II – Minho*, Fundação Calouste Gulbenkian, maio, 1996, 4.º Vol., Tomo II, p. 782.

*contas com o director, á face do livro dos visitantes»*<sup>1546</sup>. Do quadro do museu, para além do Diretor, fazia parte um guarda, de seu nome José Pereira de Azevedo.

Para reconstituir a história do Museu Camilo foi de suprema importância o relatório do Diretor apresentado à Câmara Municipal relativo aos anos de 1921 a 1924, período que compreendeu a direção de José de Azevedo e Menezes. Para além dos elementos já referidos são de realçar: a inauguração de uma escola primária no amplo e iluminado salão do rés-do-chão do edifício no dia 28 de novembro de 1921; o número de visitantes entre a data de abertura e 6 de abril de 1924 (320, dos quais 99 com entrada gratuita); a existência de um livro de visitantes com alguns nomes de relevo das letras nacionais, como Júlio Brandão e Trindade Coelho; os esforços feitos pelo Ministro do Comércio – Nuno Simões – para subsidiar a construção de uma nova estrada entre S. Miguel de Seide e Vila Nova de Famalicão, vista como um meio de encurtar as distâncias e de aumentar o n.º de visitantes; uma súmula das receitas e despesas onde se consegue perceber que, para além do valor das entradas, o Museu arrecadou algumas quantias com a venda de cópias de correspondência de Camilo Castelo Branco, o que pressupõe a existência de um pequeno espaço de loja, onde foi colocado à venda outro dos livros que mais nos auxiliaram no apuramento de aspetos que permitam reconstituir a história deste museu: *Camillo Homenageado – O Escriptor da Graça e da Belleza* (1921).

Em 1924 a Direção do museu passou a ser desempenhada por Joaquim José de Sousa Fernandes<sup>1547</sup>.

Na constituição das coleções do Museu Camilo, para além da compra da casa e do acervo aos familiares do escritor, a Comissão pôde contar com a solidariedade de alguns beneméritos: José de Brito concebeu um retrato do escritor e ofereceu-o; Ernesto Condeixa ofereceu um desenho a carvão, representando o Infante D. Henrique; uma paisagem de José Malhoa foi oferecida pelo autor; a cópia de um retrato de Camilo a

---

<sup>1546</sup> Cf. MENEZES, José de Azevedo (1924), *Ibidem*, p. 11.

<sup>1547</sup> Joaquim José de Sousa Fernandes (n./m. Vila Nova de Famalicão, 1/1849 – 22/4/1928). Em 1862 emigrou para o Brasil onde desempenhou funções comerciais, conseguindo reunir em pouco tempo uma fortuna considerável. Fez-se autodidata no Rio de Janeiro e tornou-se Presidente do ‘Retiro Literário Português’. A sua carreira política iniciou-se em meados dos anos oitenta, no Partido Progressista. No final do Século XIX criou uma Comissão Republicana na sua terra natal e fundou o jornal *O Porvir*, de ideologia republicana. Após a proclamação da República exerceu funções de Administrador do Concelho e de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, fundando a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Anos mais tarde é eleito Senador, desempenhando até ao fim da sua vida política o cargo de representante do distrito de Braga no Senado da República. Retirou-se definitivamente da vida política com o Sidonismo, passando a dedicar-se cada vez mais à causa camiliana, tornando-se sucessivamente Subdiretor e Diretor do Museu de Camilo Castelo Branco em S. Miguel de Seide. Cf. [http://www.cm-vnfamalicao.pt/arquivo\\_municipal\\_alberto\\_sampaio\\_fundos](http://www.cm-vnfamalicao.pt/arquivo_municipal_alberto_sampaio_fundos) (16/4/2015).

carvão de Souza Pinto, por parte de Alzira Brandão, autora do trabalho; um busto de Camilo da autoria de Diogo de Macedo, oferecido pelo então deputado Nuno Simões; outro da autoria de Ruy Teixeira Basto, bem como uma fotografia do escritor e o livro de versos *Sem Note*, editado no Porto em 1918, oferta de Cruz Magalhães, grande apreciador de Camilo; um chapéu alto em seda, que tinha sido oferecido a Camilo pelo doador, Henrique Coutinho; um revólver usado pelo homenageado e oferecido ao pai do doador, Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa; da parte de José de Azevedo e Menezes, foram doadas treze cartas do escritor, uma *Bibliographia Camilliana* da autoria de Henrique Marques e um *Quadro Bibliographico* de Camilo, da autoria de E. J. Machado, ilustrado com retratos do malogrado escritor; do imigrado português no Brasil, Luiz Ferreira da Cruz, foram oferecidos alguns volumes encadernados de jornais, moedas de prata brasileiras e moedas portuguesas; um livro alusivo à correspondência de Camilo oferecido por Xavier Barreto, de Viana do Castelo.

Outro ato de benemerência partiu de Alves de Azevedo, Diretor do *Jornal de Seguros*. Através da sua influência conseguiu congrega 42 seguradoras para constituírem graciosamente uma apólice do novo complexo museológico e escolar, e com generosas cláusulas: a construção de um novo edifício em caso de nova tragédia; um prémio anual sorteado para as crianças aprovadas no exame de instrução primária; o prémio Fernando Brederode para, transformado em obrigações do Estado, financiar a educação literária de um estudante pobre de Famalicão. Em suma, um museu com uma importante vertente lúdica e educativa, mas também filantrópica.

## 7. UM MUSEU EM MONCORVO: PROJETO NÃO CONCRETIZADO

«Durante muitos anos enviei para diferentes museus – Bragança, Guimarães, Pôrto e, principalmente, para o Museu Etnológico [...] – muitos e valiosos objectos. Mas – devo confessá-lo com infinita mágoa – cada remessa enviada fazia-me excluir: Vou salvar da destruição estes objectos, mas aí! eles deviam formar ou opulentar um museu em Moncorvo!»<sup>1548</sup>.

Um artigo d' *O Archeologo Português*, da autoria do Abade José Augusto Tavares, intitulado «Colecção Arqueológica», datado de 16 de dezembro de 1922, remete para um projeto museológico adiado, por falta de apoio das autoridades locais. O seu autor, em guisa de desabafo, remete para o seu esforço de longos anos a tentar sensibilizar a Câmara Municipal através da imprensa<sup>1549</sup>, para a necessidade de se criar um museu regional que acomodasse os inúmeros testemunhos arqueológicos existentes na zona de Moncorvo.

À inépcia da Autarquia, José Tavares viu-se obrigado a enviar para outros museus algumas das raridades que ia descobrindo, mas não sem pesar, como o próprio confirmou e nos sugere a citação inicial. Talvez consciente de que essa atitude de enviar para fora os objetos de relevo arqueológico privaria Moncorvo de um dia formar um museu com alguma importância, o abade mudou de estratégia e começou ele próprio a formar uma coleção na sua residência em Carviçais, e ao que parece com um crescimento significativo. É precisamente sobre essa coleção que o artigo atrás citado se debruça, descrevendo os objetos e a sua proveniência em duas partes distintas: a primeira sobre os bens arqueológicos e a segunda sobre Numismática.

O Abade morreu em 10 de abril de 1935 e não chegou a ver o sonho de um museu em Torre de Moncorvo realizar-se<sup>1550</sup>.

---

<sup>1548</sup> Cf. TAVARES, Abade José Augusto, «Colecção Arqueológica», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 25, 1921-1922, p. 129.

<sup>1549</sup> Muito antes do artigo supracitado, José Leite de Vasconcelos já ilustrava os esforços empreendidos pelo mesmo pároco, num artigo intitulado «Museu Archeologico em Moncorvo», publicado n' *O Archeologo* de junho de 1895, remetendo para uma notícia do periódico *O Moncorvense*, de 2 de junho do mesmo ano, em que não só se alvitava a existência de uma sala espaçosa na Câmara Municipal, como também existia disponibilidade do Padre José Augusto Tavares para dotar o museu com machados neolíticos e moedas romanas, e para se encarregar da sua organização, com o apoio do Dr. Margarido e do padre Adriano Guerra. Cf. *O Archeologo Português*, MEP, Lisboa, S.1, vol. 1, 1895, n.º 6, pp. 175-176.

<sup>1550</sup> Cf. BAILARIM, Susana, in <http://lelodemoncorvo.blogspot.pt/2012/04/as-investigacoes-de-abade-tavares.html>. (consulta efetuada em 2 de outubro de 2014).

## 8. MUSEU DE ARTE REGIONAL DE VIANA DO CASTELO

*«... a designação de “Museu de Arte Regional”. No entanto é uma designação enganadora, porque a ideia foi, de facto, dar-lhe um carácter de museu “Regional de Arte” e não um museu “para a Arte Regional”, o que obrigaria à existência de outra atitude e de outro tipo de espólio, com que o museu não se vai preocupar neste início de vida»<sup>1551</sup>.*

### **Antecedentes**

O século XIX foi o momento propício para um desenvolvimento das infraestruturas e das mentalidades em Viana do Castelo, que cresceu exponencialmente, sendo recompensada com a elevação à categoria de cidade em 1848. As primeiras influenciaram decisivamente a evolução das segundas e vice-versa. Enquanto se formava uma forte burguesia comercial, inevitavelmente foram nascendo estruturas coincidentes com o seu modo de vida e lazer. Neste contexto ganhou realce o colecionismo e o gosto pelo estudo da História e da Arte, preponderantes para a criação de grandes coleções, muitas delas na génese de instituições museológicas.

A história do museu iniciou-se em maio de 1888 quando, na sessão camarária do dia 9, por proposta do Presidente da Câmara, Luís de Andrade e Sousa, se resolveu instalar uma biblioteca municipal e um museu anexo<sup>1552</sup> numa sala do Liceu da cidade. A motivação principal enraizava-se na necessidade de um local para arrumar a biblioteca legada ao Município. O espaço reservado para a biblioteca-museu foi a capela, com precárias condições, como de resto todo o edifício. No que tocava ao museu, esse primeiro núcleo comportou os vestígios arqueológicos da Citânia de Santa Luzia<sup>1553</sup>, que ali permaneceram até 1912, altura em que pela situação deplorável do alojamento se optou por dispersá-lo pelos locais disponíveis (dependências da Igreja de Santo António; Paços do Concelho).

### **Na República**

Na sessão camarária de 6 de janeiro de 1914, João Branco propôs a criação de um museu distrital e de uma Comissão Organizadora composta por Serafim Neves, Rego Viana e Francisco Lopes, de que não se ouviu falar mais. Em junho de 1914, nova

---

<sup>1551</sup> Cf. BOTELHO, João Alpuim, *Panorama museológico do Alto Minho*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa / FCSH, Lisboa, outubro de 2007, p. 69.

<sup>1552</sup> A biblioteca e o museu partilharam teto até 1966, ano em que a primeira passou a ter edifício próprio. *Idem*, p. 7.

<sup>1553</sup> As primeiras escavações arqueológicas em Santa Luzia decorreram em 1878.

proposta de João Branco foi no sentido de designar a futura instituição como Museu de Arte Regional.

Em 5 de julho de 1916 foi fundado o Instituto Histórico do Minho (IHM), Delegação da Academia de Ciências de Portugal com diploma organizacional aprovado em 17 de julho<sup>1554</sup>. Esta nova instituição, sediada em Viana do Castelo, assumiu como prioridade a tomada de diligências para se criar um museu, funcionando como intermediária entre a Câmara Municipal e o Governo, por ação da Junta Geral do Distrito. No seio do IHM começaram as manobras para se levar avante a empresa mas sem que se conseguisse obter das instâncias oficiais o necessário apoio em dotações orçamentais e num edifício.

Sem nada se obter da parte da Junta Geral do Distrito, a Câmara Municipal resolveu na sua sessão de 13 de maio de 1920 voltar a solicitar-lhe, com sucesso, a cabimentação em orçamentos futuros, da necessária verba para auxiliar nos gastos do museu. Em agosto seguinte formou-se uma Comissão Organizadora do museu regional, constituída por Rodrigo Abreu (Autarca), Cláudio Basto (Médico e Etnógrafo), Luís Figueiredo da Guerra (Juiz e Historiador) e Luís Augusto de Oliveira (Médico Militar, estudioso e colecionador). Uma das primeiras medidas tomadas foi a publicação de um catálogo de uma exposição de cerâmica realizada em 1915, sendo o produto da venda revertido para o museu. A procura de instalações era uma das principais preocupações, tendo sido equacionadas várias hipóteses entre espaços dessacralizados pelas leis republicanas e edifícios civis<sup>1555</sup>. Em setembro de 1921 foi autorizada a compra do solar da família Barbosa Maciel<sup>1556</sup> localizado no Largo de S. Domingos e de grande valor arquitetónico e artístico, características importantes para legitimar a nova instituição. Por sua vez, em sessão camarária de 28 daquele mês deliberou-se a criação do museu. As obras iniciaram-se em janeiro de 1922, ano que marcou também a promulgação do

---

<sup>1554</sup> Cf. «Aditamento à legislação da Academia de Ciências de Portugal», in *Diário do Governo*, n.º 143, Série I, de 17 de julho de 1916, art. 24.º a 35.º, pp. 716-717, in <http://dre.pt/pdfgratis/1916/07/14300.pdf>.

<sup>1555</sup> A primeira hipótese, em 1912, recaiu sobre as dependências do Convento de Santo António, chegando-se a pedir ao Governo os claustros e a casa capitular para instalar um museu de arqueologia. A segunda, a vulgarmente conhecida como Casa dos Arcos, adquirida em setembro de 1916, mas pelas reduzidas dimensões acabou por ser ocupada pelo Instituto Histórico do Minho. A terceira hipótese foi a casa da família Costa Barros, que esteve na iminência de ser oferecida para o efeito, sem se concretizar essa benemerência.

<sup>1556</sup> Cf. Fundação Calouste Gulbenkian, *Guia de Portugal: Trás-os-Montes e Alto Douro: Vila Real, Chaves e Barroso*, FCG, julho, 1995, 5.º Vol. Tomo I, 3.ª ed, p. 999: «O edifício, exemplar típico de moradia portuguesa setecentista, foi mandado construir em 1720, pelo cônego António Felgueiras de Lima, sob risco do arq. Vila Lobos. O andar nobre recebeu notável embelezamento com a integração dos valiosos e belos rodapés de azulejos, pintados e assinados por Policarpo de Oliveira Bernardes. Por si só, estes azulejos justificariam a visita a esta interessante residência, adquirida, em 1922, pelo Município».



Decreto n.º 8427 de 10 de outubro de 1922, isentando da Contribuição de Registo o edifício, adquirido pela Câmara Municipal de Viana do Castelo por 35.000\$00, por se tratar de assunto de utilidade pública<sup>1557</sup>. Da instalação do museu ficaram incumbidos Luís Figueiredo da Guerra e Luís Augusto de Oliveira. O primeiro obteve do Ministério da Justiça a necessária licença para o efeito por Despacho de 13 de fevereiro, com a concordância do CAA3.

O museu abriu portas no dia 18 de agosto de 1923 sem grandes protocolos<sup>1558</sup>, tendo como pretexto a inauguração de duas exposições temporárias: uma de quadros de Rubens Martins e uma de fotografia de Manuel Afonso. Nessa ocasião expôs-se também um dos *ex-lybris* do museu – a estátua do guerreiro galaico-português que estivera emprestada ao Museu Municipal do Porto. A entrada fazia-se gratuitamente durante 6 horas diárias, das 11 às 17. O primeiro Conservador foi Alfredo Simões Viana, que de acordo com o primeiro regulamento ocupava o lugar de amanuense, sendo coadjuvado por um guarda e por um servente.

#### **a. As Coleções e a Exposição**

A Arqueologia e a Arte constituíram as disciplinas principais do museu criado em 1888 no rescaldo das escavações arqueológicas em Santa Luzia levadas a cabo por Possidónio Silva em 1878<sup>1559</sup>, da nacionalização dos bens dos conventos ou da salvaguarda de bens municipais. Depois da recriação do museu e da sua instalação na Casa das Figuras<sup>1560</sup>, as coleções de Arqueologia foram aumentadas com alguns achados fortuitos. O maior volume de objetos é posterior à 1.ª República, com especial destaque para o acervo descoberto por Abel Viana nas imediações. Em 1923 Luís Augusto de Oliveira depositou a estátua do guerreiro já referida. Por não haver explorações sistemáticas, o acervo arqueológico estagnou e não configurou uma secção arqueológica abrangente da realidade histórica da região.

É de salientar a importância dos colecionadores de antiguidades na génese do museu. Se inicialmente predominaram bens artísticos dos domínios do mobiliário, cerâmica, pintura e desenho, gradualmente vemos crescer o interesse da comunidade

---

<sup>1557</sup> Cf. *COLP Publicada no ano de 1922 Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1924, p. 360.

<sup>1558</sup> A inauguração oficial decorreu no dia 24 de junho de 1926, por ocasião da instalação da biblioteca no edifício.

<sup>1559</sup> Em 1902 novas escavações foram efetuadas por Albano Belino, motivando a deslocação de José Leite de Vasconcelos a Viana do Castelo.

<sup>1560</sup> Designação popular por que era conhecido o solar da família Barbosa Maciel adquirido pela Câmara Municipal para alojar o museu. Deve-se ao facto de na fachada do edifício ter quatro estátuas na balaustrada.

pela representação dos valores etnográficos, de forte expressão na região, gerando-se um debate entre os eruditos que defendiam a inclusão dessa dimensão no discurso museológico. Apesar de uma enorme riqueza de elementos, a Etnografia só seria integrada no museu em meados do século XX.

João Alpuim Botelho<sup>1561</sup> salienta que o espaço do edifício escolhido sobrava para uma coleção tão diminuta, constituída pelos objetos arqueológicos da citânia de Santa Luzia e de outros locais, objetos da administração municipal caídos em desuso e provenientes de edifícios demolidos. Rapidamente se encontrou a solução: alguns beneméritos viram o respetivo nome a batizar uma sala do museu, recheando-a com bens das suas coleções pessoais.

*«Nas paredes da sala nobre já o Dr. Luiz Augusto de Oliveira dispôs uma valiosa collecção de azulejos hispano-arabes, e na saleta proxima, o professor Serafim Neves cuida em guarnecer os panos dos muros com apreciaveis exemplares».*<sup>1562</sup>

Luís Augusto de Oliveira (1851-1927) e Serafim de Sousa Neves (Professor da Escola Industrial), dois dos criadores e organizadores do museu, foram também os principais responsáveis pelo seu enriquecimento. Tendo sido verdadeiros colecionadores, acabaram por beneficiar da legislação oitocentista que extinguiu os morgados e os conventos, e que conseqüentemente lançou no mercado diversas obras de arte que até então permaneciam inalcançáveis. Essa situação gerou um animado movimento colecionista e especulador, ainda que muitas vezes prejudicial, porque permitiu a alienação de muitas obras valiosas para fora do país. Apesar disto, também permitiu que os espíritos mais eruditos levassem a cabo um colecionismo científico e artístico, apostado em reunir objetos com fins manifestamente culturais. Foi o caso daqueles dois vianenses, que reuniram grandes coleções: o primeiro reuniu *«a melhor collecção de cerâmica nacional, dos séculos XVII e XVIII; mobiliário, quadros, desenhos e gravuras»*<sup>1563</sup>; o segundo preocupou-se em reunir *«preciosos objectos de arte e de alto valor arqueológico: instrumentos asturienses, machados de bronze, moedas, louças antigas, portuguesas e estrangeiras; cristais, armaria, azulejos*

---

<sup>1561</sup> Cf. BOTELHO, João Alpuim, «Luís Augusto de Oliveira e o Museu de Viana do Castelo: o maior mecenaz de um Museu Municipal português», in *Cadernos Vianenses*, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2007, Tomo 40, Julho de 2007, pp. 309-330.

<sup>1562</sup> Cf. GUERRA, L. de Figueiredo da, *Guia de Vianna do Castello*, Typografia Commercial «A Aurora do Lima», 1923, p. 23.

<sup>1563</sup> Cf. *Viana do Castelo: Guia de Turismo*, Sep. do «Anuário do Distrito de Viana do Castelo», v. 2, Viana do Castelo, 1933, p. 14.

(hispano-árabes, de Viana, holandeses, etc.); gravuras e desenhos [, ...] coleção de desenhos e pequenas maquettes de Soares dos Reis»<sup>1564</sup>.

A criação do Museu de Arte Regional de Viana do Castelo parece estar diretamente relacionada com duas exposições organizadas, entre outros, por Luís Augusto Oliveira e Luís Figueiredo da Guerra: Exposição de Arte Ornamental do Distrito de Viana (1896)<sup>1565</sup>; Exposição Retrospectiva de Cerâmica Nacional (1915). A primeira, de âmbito mais alargado, tivera também entre os seus organizadores Serafim Neves, que na segunda foi um dos expositores a par de Oliveira. Estas duas exposições foram, não só um alerta para a necessidade de preservar a riqueza existente na região, mas também uma forma pragmática de afinar o gosto da população. Ao mesmo tempo, refletiram uma prática colecionista com forte expressão na cidade do Alto Minho, pautada pela existência de coleções particulares, por vezes visitáveis, inspiradoras do modelo de museu que se pretendia implementar, como veículo para a salvaguarda dos legados dos antepassados, face às ameaças que sobre eles se abatiam. Algumas dessas coleções, ou parte delas, passaram, como vimos, a fazer parte do acervo do museu.

Difícilmente se compreende que não tivesse havido desde o início um esforço para criar uma secção etnográfica, por serem tantos os testemunhos existentes e quando várias mentalidades estavam despertas para essa necessidade, como Cláudio Basto e Abel Viana. A razão pode estar no afastamento do primeiro da Comissão Organizadora do museu e o segundo só entraria em cena em finais da década de 20, e só com o Estado Novo se alargariam as disciplinas museológicas, integrando de forma muito expressiva os valores etnográficos. Por outro lado, talvez por estes se encontrarem muito vivos no âmbito das Festas da Cidade, em honra de Nossa Senhora da Agonia, se tenha descurado a sua musealização.

Por ter sido preterida a dimensão etnográfica, afigura-se pertinente a questão colocada por João Alpuim Botelho quando afirma estarmos perante um paradoxo com a designação de «Museu de Arte Regional» criada em sessão de 6 de junho de 1914 e que mais correto seria designá-lo como «Museu Regional de Arte». Estas afirmações enquadram-se no insucesso de se conseguir criar um discurso verdadeiramente regional, apesar dos esforços em recolher objetos com o auxílio das várias Câmaras Municipais e

---

<sup>1564</sup> *Ibidem*.

<sup>1565</sup> A respeito da exposição de arte ornamental de 1896 ver GUERRA, L. de Figueiredo da, «A Exposição de Vianna do Castelo», in *O Archeologo Português*, MEP, Lisboa, out.-nov. de 1896, S. 1, vol. 2, n.º 10-11, pp. 269-272.

da Junta Geral do distrito, às quais foi enviado um inquérito em 1921 para saber que tipo de bens as podiam representar no museu<sup>1566</sup>.

Aliás, a própria ideia de discurso museológico parece estar afastada do primeiro regulamento, datado de 16 de setembro de 1922, considerado pragmático quanto a questões expositivas, pesando mormente a salvaguarda dos bens artísticos, históricos e arqueológicos, arrumados em função da sua dimensão e do espaço mais adequado. Preocupações informativas e estéticas ficariam para o regulamento de 1930.

Em 19 de janeiro de 1924 foram cedidos a título de depósito alguns objetos de talha e pintura das igrejas de Monserrate e de Nossa Senhora dos Remédios<sup>1567</sup>.



Fig. 82 – Casa dos Barbosa Maciel adquirida para instalar o Museu de Arte Regional.  
IHRU/SIPA, sipa.foto.00665670.

<sup>1566</sup> Cf. BOTELHO, João Alpuim, *Panorama museológico do Alto Minho, Ob. Cit.*, pp. 68 e 69.

<sup>1567</sup> Cf. CJBC/VCA/VCA/ADMIN/090.

## Capítulo 25: Museus de outras tutelas – Ilhas

### 1. MUSEU CARLOS MACHADO

*«o museu tem de salvar todas as manifestações de arte quer revelem valor artístico, quer despertem interesse histórico, quer sejam ainda apenas simples curiosidades relacionadas com a vida, os usos e os costumes de tempos idos».*<sup>1568</sup>

#### **Antecedentes: Museu Açoriano**

A primeira ideia para a criação de um museu de Arte em Ponta Delgada data de 1848. Surgiu no seio da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes, dotada de uma biblioteca, um gabinete de Numismática, uma galeria de estampas e uma coleção de gravuras de membros da Família Real, oferecida por Feliciano de Castilho. Apesar dos esforços para a construção de um edifício que albergasse as coleções da Sociedade, as condições financeiras não permitiram levar avante o desiderato, ficando latente até 1911<sup>1569</sup>.

Em 1876, Carlos Maria Gomes Machado<sup>1570</sup>, – Reitor do Liceu Nacional de Ponta Delgada, onde também era professor de Ciências Naturais –, resolveu criar um pequeno museu para dar suporte científico ao ensino ministrado no estabelecimento instalado no edifício do extinto Convento dos Gracianos. O Museu de História Natural conhecido como Museu Açoriano recebeu desde o início o apoio de algumas das personalidades locais mais influentes a nível social e cultural, contribuindo para o seu enriquecimento. Destacaram-se o Marquês da Praia e Monforte (António Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa), o Naturalista Francisco de Arruda Furtado, o Dr. Bruno Tavares Carreiro, o Coronel Francisco Afonso de Chaves (docente no Liceu) e o Conde de Fonte Bela (Jacinto da Silveira Gago da Câmara). O museu inaugurou ao público no dia 10 de junho de 1880 por ocasião das Comemorações Camonianas, com coleções de Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia, de que era preparador o

---

<sup>1568</sup> Cf. ATHAÍDE, Luis Bernardo Leite d', «Organização de Museus em Ponta Delgada», in *Revista Michaelense*, Ed. Ayres Jacome Corrêa, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, Ano 4, n.º 3, p. 1254.

<sup>1569</sup> Cf. ATHAÍDE, Luis Bernardo Leite d', *As secções de Arte e Etnografia do Museu de Ponta Delgada (Dr. Carlos Machado)*, Of. Artes Gráficas, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, 1944, p. 7.

<sup>1570</sup> Carlos Machado (n./m. Ponta Delgada, 4/11/1828 – 22/4/1901). Estudou Medicina na Universidade de Coimbra, onde conviveu com alguns naturalistas de renome, com os quais desenvolveu o gosto pelas explorações botânicas, contribuindo para o enriquecimento do herbário daquela instituição. Tendo preferido o ensino à Medicina, começou por ensinar Matemática e Ciências Naturais no Liceu de Coimbra, e só em 1873 foi colocado no Liceu Nacional de Ponta Delgada. Nesta cidade, além da sua atividade pedagógica e de naturalista, foi importante a sua atividade política, sendo membro do Partido Regenerador açoriano e Governador Civil do distrito de Ponta Delgada, cargo que exerceu entre 1890 e 1892.

importante colaborador, Manuel António de Vasconcelos, com formação de taxidermia obtida em Lisboa e patrocinada pelo Conde de Fonte Bela, que em 1893 ofereceu ao museu a coleção de Etnografia africana reunida pelo Contra-Almirante Craveiro Lopes.

Em 1884 Carlos Machado foi substituído na Direção por Francisco Afonso de Chaves (Lisboa, 24/01/1857 – Ponta Delgada, 23/07/1926)<sup>1571</sup>, então professor de História Natural, Física e Química do Liceu. A este se deveu um franco progresso do museu, pois na condição de naturalista contribuiu para o crescimento das coleções, especialmente de Botânica e de Zoologia.

Em 25 de outubro de 1890 o museu passou a ser tutelado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada por mútuo acordo entre o Governo, o Liceu e a edilidade. Esta transferência foi acompanhada da nomeação de uma Direção constituída por Carlos Machado, Bruno Tavares Carreiro e Francisco Chaves. O primeiro faleceu em 1901, o segundo um dia depois de instaurada a República, devendo-se-lhe a importante coleção de herbário do museu, o último seria o principal dirigente do museu durante todo o período republicano.

O crescimento das coleções reivindicava um edifício que as pudesse albergar a todas. Nesse sentido registou-se em 29 de dezembro de 1909 o legado de Manuel Inácio Correia a Francisco Chaves, constando de 25 contos de réis destinados à construção de um edifício definitivo para o museu sob pena de, não sendo construído num prazo de sete anos a partir da data da entrega do dinheiro, este reverter na íntegra para a Santa Casa da Misericórdia. O testamento incumbia o Diretor do museu de designar quem cumprisse as disposições no caso do seu falecimento precoce, ficando a Câmara Municipal a herdeira da quantia legada.

### **Na República: vocações artística e etnográfica regional**

O novo regime assistiu à criação da Secção Artística do Museu Municipal de Ponta Delgada. Logo em 1911, Luís Bernardo Leite de Ataíde<sup>1572</sup> sugeriu ao Diretor do museu a criação de uma secção de arte. Bem acolhida a ideia, em 1912 Francisco de Chaves propô-la à Câmara Municipal, sendo Leite de Ataíde designado para organizar e dirigir a secção artística e etnográfica. Para a secção zoológica foi destacado Tomás de

---

<sup>1571</sup> Francisco Afonso de Chaves tornou-se também um reputado meteorologista a nível internacional.

<sup>1572</sup> Luís Bernardo Leite de Ataíde (n./m. Ponta Delgada, 25/4/1883 – 17/7/1955). Com formação jurídica obtida na Universidade de Coimbra, que frequentou no início do século XX, regressou à sua terra natal, onde exerceu Advocacia, mas dedicou-se especialmente aos estudos de História da Arte e à Etnografia, tendo colaborado na imprensa local e escrito alguns contributos sobre a arte e as tradições regionais. Dedicou-se também à Pintura, como amador.

Borba Vieira, para a de Botânica Teotónio da Silveira Moniz, para a de Geologia e Mineralogia Francisco Pacheco de Castro e para o jardim do Relvão Alfredo Ferin Júnior. Como Presidente da Direção manter-se-ia Francisco de Chaves até à sua morte, em 1926. Todos os Diretores desempenhavam os seus cargos sem qualquer remuneração.

Entretanto, em 1911 tinha falecido Manuel Inácio Correia, o testador que havia deixado escrita como sua última vontade a atribuição de 25 contos para a construção de um edifício de raiz para albergar o museu. A Santa Casa da Misericórdia, principal herdeira, só entregou a quantia estipulada em 15 de janeiro de 1915, iniciando-se o prazo para os trabalhos de edificação. Estes, no entanto, não se efetivaram, dadas a carestia dos materiais durante a I Guerra Mundial e a subsequente desvalorização da moeda, apesar de terem sido adquiridos à Sociedade de Agricultura Micaelense os terrenos e as construções do Relvão. O crescimento continuado das coleções fê-las dispersar pelo Convento de Nossa Senhora da Graça e pelo pavilhão do Relvão, localizado na Alameda D. Pedro IV, entendido como uma espaço provisório. Assim, nas primeiras instalações permaneciam as coleções de Zoologia e a Etnografia, e nas segundas instalaram-se a Biblioteca, a Botânica, a Mineralogia e a Geologia e a nova secção: a artística.

A nova secção foi iniciada em 1913. Leite de Ataíde promoveu algumas exposições juntamente com alguns artistas e amigos do museu, esperando obter com as entradas do público as receitas necessárias para efetuar a compra das obras de arte mais dignas de interesse. A primeira exposição decorreu em 1913, no antigo Dispensário da Avenida Roberto Ivens, a segunda em 1914 no Salão Nobre do Palácio Fonte Bela e a terceira em 1915 na Escola de Artes e Ofícios Velho Cabral. Aos certames acorreram alguns dos mais renomados artistas portugueses do Continente: José Veloso Salgado, Artur Alves Cardoso, João de Melo Falcão Trigoso, Carlos Reis, Aires Pinto de Mesquita, João Vaz, Ezequiel Pereira, António Manuel da Saúde, António Tomás da Conceição Silva e Ernesto Condeixa. O sucesso na aquisição de alguns quadros deu azo à necessidade de os colocar em exposição. Não havendo espaço no Convento da Graça, a solução foi a sua instalação na sala central do pavilhão do Relvão, entendida como provisória, mas sem resolução a breve trecho. Por sua vez, o sucesso retumbante das três exposições realizadas não teve continuidade nos anos imediatos, dado o contexto de guerra internacional em que se vivia, com continuada crise financeira e económica

pouco favorável ao desenvolvimento das coleções e às urgentes ações de conservação e de ampliação ou reunião, num espaço único, do museu micaelense.

Entretanto, foram sendo incorporados novos quadros, quer por aquisições feitas pelo Diretor, quer pela generosidade de alguns amigos da Cultura. Na constituição das coleções de arte afigurou-se como principal benemérito o Marquês de Jácome Correia, abastado proprietário de ascendência micaelense, que terá comprado a favor do museu alguns quadros, ou por sua influência conseguido que outros fizessem as suas ofertas e por essa razão uma das salas do museu foi batizada com o nome do benfeitor. Artistas como Ernesto Condeixa e Domingos Rebelo contribuíram para o enriquecimento da coleção artística do museu. Os subsídios da Junta Geral do Distrito e da Câmara Municipal também deram o seu contributo.

Existindo, como vimos, um núcleo inicial de Etnografia africana no museu, Leite d'Ataíde considerou essencial a implementação de um núcleo regional que ilustrasse os usos e costumes da região, especialmente do distrito de Ponta Delgada, nas suas dimensões agrícola, marítima e doméstica. Para o efeito, por volta de 1916 entabulou contactos com Joaquim de Vasconcelos, de quem obteve um parecer encorajador para a empresa. Esta ficou adiada pela «falta [...] absoluta de meios pecuniários»<sup>1573</sup>, cabendo o empreendimento a Alfredo Bensaúde, Diretor da Secção Etnográfica do museu a partir de 1930, de que resultou um depósito de peças de vestuário e domésticas criteriosamente classificadas, «à espera de oportunidade para serem apresentadas», o que só viria a acontecer em 1940, por altura das Comemorações Centenárias.

Inspirado por uma exposição de artistas regionais realizada em 1919 no salão do Governo Civil, Luís Bernardo Leite de Ataíde publicou em 1921 um vasto artigo intitulado «Organização de Museus em Ponta Delgada»<sup>1574</sup>. Nele fez as devidas considerações sobre a importância da arte na edificação moral da população e na preservação da sua identidade, auto-estima e amor patriótico, contra os estrangeirismos que gradualmente foram invadindo a sociedade e a cultura locais e contra o isolamento cultural das ilhas. Nesse sentido, tentou interessar as entidades que regiam os museus nacionais – nomeadamente o CAA1 – pelo Museu Municipal de Ponta Delgada, através da separação e seleção de objetos artísticos que pudessem enriquecer a secção iniciada

---

<sup>1573</sup> ATHAÍDE, Luis Bernardo Leite d', *As secções de Arte e Etnografia do Museu de Ponta Delgada* (Dr. Carlos Machado), *Ob. Cit.*, p. 28.

<sup>1574</sup> Cf. ATHAÍDE, Luis Bernardo Leite d', «Organização de Museus em Ponta Delgada», *Art. Cit.*, pp. 1238-1259.



em 1912. Esta contava apenas, com «*trinta e tantas telas, alguns exemplares de decoração architectonica e de ceramica, de talha e epigraphia*»<sup>1575</sup>. Urgia, portanto, dar-lhe incremento, tendo em conta a importância da arte para o progresso moral e material, e nomeadamente apostar numa subsecção de arte regional, por ser aquela com que mais facilmente todos os habitantes do arquipélago se identificariam, numa clara campanha contra a decadência da raça, discurso tão comum naquela época. Este discurso regionalista incitava ao ministério das noções artísticas básicas desde a infância, no seio da família, crescendo de complexidade ao longo da escolaridade primária e secundária, até atingir um estágio superior nos museus. Entende-se assim a orientação de Leite d'Ataíde, atribuindo aos museus uma função de complementaridade na instrução estética e artística. Seguindo estas premissas, sugeriu a necessidade de criar um fundo de arte regional, constituído por obras dos mais notáveis artistas locais – Marciano Henriques da Silva, Francisco Cabral, Domingos Rebelo e Duarte Maia. Como local de exposição, sugeriu a ampliação do edifício do Relvão, onde já se encontrava a secção artística, constituída por obras nacionais e estrangeiras de Pintura e Escultura. Para executar o projeto, defendia o apoio da Junta Geral e da Câmara Municipal, e a formação de um Grupo de Amigos do museu. Advogava também uma maior abrangência desta secção, estendendo-a às artes menores, como a Tecelagem, a Arquitetura local e o Mobiliário.

Partindo de estudos prévios iniciados em 1908 sobre os bens artísticos e históricos existentes nos edifícios religiosos, Leite d'Ataíde publicou em 1915 «*Notas sobre Arte*». Este levantamento, a existência de acervos nos extintos conventos e templos e a realidade de um núcleo inicial de museu de arte religiosa na Igreja Matriz de Ponta Delgada levaram Ataíde a sugerir a necessidade de salvaguardar todos os bens disponíveis numa secção de Arte Religiosa e de Etnografia Conventual. Para esse efeito avançou pela primeira vez com a hipótese de instalação daqueles núcleos do museu no Convento de Santo André, já de si um dos que mantinha um acervo considerável. O projeto só avançaria na década de 30, com o patrocínio da Junta Geral do Distrito, e com o intuito de transferir para aí todo o museu<sup>1576</sup>.

---

<sup>1575</sup> *Ibidem*, p. 1241.

<sup>1576</sup> A 16 de maio de 1928, Leite d'Ataíde apresentou em sessão da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito, várias sugestões, todas aprovadas. Entre elas, ressaltam a passagem da gestão do museu do Município para a Junta Geral, a aquisição da Igreja, cerca e ruínas do Convento de Santo André aos seus proprietários, para instalação de todas as secções do museu ou, em alternativa, a construção do novo edifício no Relvão. Em 1930 a Junta Geral do Distrito iniciou as providências necessárias para a aquisição do complexo conventual de Santo André, negociando a compra em 300 mil escudos dividido entre 3

## 2. MUSEU REGIONAL DA MADEIRA

### Antecedentes

A existência do primeiro museu da Madeira data de 1850. Na sequência da Exposição Industrial inaugurada a 4 de abril daquele ano, o Governador Civil do Funchal, José Silvestre Ribeiro, decidiu facultar algumas salas do Palácio de S. Lourenço para a instalação de um museu de História Natural, que não sobreviveu ao afastamento do seu mentor em 1852<sup>1577</sup>.

Em 1882, o sacerdote alemão Ernest Schmitz, Vice-Reitor do Seminário do Funchal, criou naquela instituição um museu de História Natural, fruto da sua dedicação à exploração das espécies endémicas do Arquipélago e do intercâmbio e colaboração de naturalistas estrangeiros que efetuaram algumas explorações no território, como o inglês James Johnson. Em junho de 1908, o cargo de Conservador do museu foi ocupado pelo cónego Manuel Agostinho Barreto, também ele um naturalista, que se dedicou a enriquecer o museu, com uma coleção de líquenes e fungos.

### Na República

Em agosto de 1912, no rescaldo da Lei de Separação, o museu passou para a posse do Estado. Parte do acervo, pertencente ao padre Schmitz, foi reclamada pelo Consulado Imperial da Alemanha do Funchal, liderado por Emil Gesche<sup>1578</sup>. Em setembro foi comunicado ao Governo Civil o levantamento do espólio, que se concretizou<sup>1579</sup>. A parte restante foi sendo transferida várias vezes de local e alguma destruída, até que em 1960 passou a constituir um núcleo do Museu de História Natural do Jardim Botânico instalado na Quinta do Bom Sucesso.

Tal como em outros liceus do país, também o do Funchal teve o seu Museu de História Natural, com coleções de conchas, minerais e algumas aves, peixes e plantas,

---

prestações anuais (1931, 1932 e 1933). Cf. ATHAÍDE, Luis Bernardo Leite d', *As secções de Arte e Etnografia do Museu de Ponta Delgada (Dr. Carlos Machado)*, *Ob. Cit.*, pp. 17-22. Em 20 de junho de 1931, em acordo estabelecido entre a Junta Geral e a Câmara Municipal, o museu manteve-se municipal. As obras de adaptação iniciaram-se nesse mesmo ano, sendo as coleções transferidas para o novo espaço em dezembro de 1934.

<sup>1577</sup> Cf. SILVA, Sara Dinis Mendes da, *Realidade Museológica no Arquipélago da Madeira – da génese à actualidade*, Tese de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2003.

<sup>1578</sup> Cf. ACMF/CJBC/FUN/FUN/ADMIN/042, Ofício do Governo Civil de 7 de agosto de 1912, para a CCELS, solicitando autorização para fazer entrega dos bens reclamados pelo consulado alemão; Ofício do Cônsul alemão ao Governo Civil, de 3 de agosto de 1912.

<sup>1579</sup> Cf. ACMF/CJBC/FUN/FUN/ADMIN/044, Ofício de 18 de janeiro de 1913, do Administrador do Concelho ao Presidente da CCELS.

adquiridos pelo professor Major Alberto Artur Sarmento em 1913 e 1914, mas nunca passou de um museu rudimentar.

A extinção dos conventos e das congregações religiosas deu azo a que se comesse a desenhar, de forma tímida, o futuro museu regional, arqueológico e artístico. Alguns indícios apontam para uma tentativa de encontrar um espaço para o museu: em 16 de abril de 1914, a Comissão Concelhia de Administração dos Bens Eclesiásticos (CCABI) do Funchal comunicou à CCELS que lhe havia sido solicitada a cedência de uma capela existente no edifício do extinto Paço Episcopal, para instalar o Museu Regional em organização, declarando não se opor<sup>1580</sup>, mas deixando à consideração da destinatária a última decisão; a 26 de janeiro do ano seguinte, a Câmara Municipal resolveu autorizar a transferência para o Convento de Santa Clara de alguns objetos que se encontravam à sua guarda para a fundação do museu, mas pouco depois, por intromissão da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, que conseguiu obter algumas dependências daquele convento para instalação do hospital, o projeto museológico ficou comprometido.

Por seu turno, a 28 de janeiro de 1915 a CCABI instou junto da CCELS para que alguns objetos que se encontravam provisoriamente numa sala do Paço Episcopal, em que se encontrava instalado o Liceu, fossem depositados nas igrejas para evitar-se o seu extravio ou deterioração, mediante recibo. Em resposta de 17 de julho, a Comissão Central aceitava a sugestão da interlocutora, remetendo para um museu regional ou para o MNAA os paramentos que o vogal do CAA1 seleccionasse. Da apreciação feita, foram separados para o Museu Regional do Funchal três conjuntos de paramentos, por serem os únicos de merecimento: uma casula branca, de brocado, bordada a ouro, com flores e torçal, desenhos sobre motivos renascentistas, com estola e manípulos a condizer, em bom estado; uma casula igual, mas em mau estado, e um véu de cálice; uma casula branca, de cetim, bordada a retrós de cores preta e fio dourado, com estola, manípulo e véu de cálice a condizer, tudo em bom estado<sup>1581</sup>.

Em 1 de julho de 1925 a CCABI voltou a contactar a CCELS, pedindo-lhe a cedência para o Museu Regional da Madeira, do antigo relógio da torre da Sé em seu

---

<sup>1580</sup> Cf. Ofício do Presidente da Comissão Concelhia de Administração dos Bens Eclesiásticos (Fernando Tolentino da Costa) ao Presidente da CCELS, de 6 de abril de 1914, in ACMF, Proc. CJBC/FUN/FUN/ADMIN/055, Caixa 342.

<sup>1581</sup> Cf. ACMF/DGJC/FUN/FUN/PRDIV/001, Caixa 694.

poder, datado do século XVIII, pelo seu valor arqueológico<sup>1582</sup>. Em resposta, a Comissão Central respondeu que o relógio deveria manter-se na posse da Comissão Concelhia, dada a inexistência efetiva do museu<sup>1583</sup>.

A realidade mudou quando pelo Decreto n.º 11603 de 22 de abril de 1926 se reconheceu a necessidade de encontrar local adequado para acolher os objetos conventuais, a biblioteca municipal e um «*museu público de História Natural*», passível de atrair à ilha os cientistas em busca da fauna, flora e elementos geológicos específicos da região, poupando-lhes a ida a museus estrangeiros, onde os espécimes estavam regularmente documentados. Para o efeito, decretou-se «*uma emissão especial de selos*», obrigatórios na correspondência e encomendas que tivessem como origem as estações postais do Distrito do Funchal, em alguns dias do ano: 1 de agosto e 31 de dezembro de 1926, 1 de maio, 5 de junho, 1 de julho e 31 de dezembro de 1927. Nos restantes dias o seu uso seria facultativo. Parte dos rendimentos obtidos pela venda dos selos seria entregue à Câmara Municipal do Funchal, que só os poderia aplicar «*à criação e manutenção do Museu Regional da Madeira*»<sup>1584</sup>.

Em 1928, o Naturalista e Conservador da Biblioteca Municipal do Funchal – Adolfo César de Noronha – tornou-se Diretor, interessando-se imediatamente pela criação de um museu de Ciências Naturais, com secções de Arqueologia, Arte e Etnografia, anexo à biblioteca. Iniciou então uma ação de propaganda junto da imprensa e das entidades passíveis de contribuir para a sua efetivação, e tendo como principal objetivo a aquisição de um edifício, que se efetivou por intermédio dos rendimentos obtidos através da emissão do selo postal em que o próprio esteve envolvido. A biblioteca e museu instalaram-se então no Palácio de S. Pedro, abrindo ao público em 27 de maio de 1929, com coleções de História natural (incluindo algumas das reunidas por José Silvestre Ribeiro em 1850 e acrescidas com proficiência pela colaboração do taxidermista e cientista alemão Gunter E. Maul), de Etnografia e Arqueologia. Segundo Cayola Zagalo, em palestra apresentada por ocasião do I Congresso Nacional de Turismo em 1935, o museu apresentava um baixíssimo valor em termos artísticos, justificando-se mais a atribuição da categoria de Museu de História Natural Municipal,

---

<sup>1582</sup> Cf. Ofício do Presidente da Comissão Concelhia dos Bens Eclesiásticos do Funchal (Carlos Alberto de França Ferreira) ao Presidente da CCELS, de 1 de julho de 1925 (Proc. 10196, L. 13, Fl. 41), in ACMF, Processo CJBC/FUN/FUN/ADMIN/025, Caixa 342.

<sup>1583</sup> Cf. Ofício da CCELS ao Presidente da Comissão Concelhia dos Bens Eclesiásticos do Funchal, de 18 de julho de 1925, *Ibidem*.

<sup>1584</sup> Cf. <http://dre.pt/pdf1sdip/1926/04/08600/04350436.pdf> (Sítio de internet do Diário da República).

e não a de Museu Regional, que aliás não foi criado por decreto governamental mas sim por iniciativa municipal<sup>1585</sup>.

O assunto do relógio foi retomado em 1929, quando a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal se dirigiu ao Ministro da Justiça e dos Cultos solicitando-o novamente – por não ter utilização em mais nenhuma torre – para o museu, frisando que este se encontrava «*agora em organização*», recordando que em 1925 o seu Diretor, Adolfo César de Noronha, havia obtido do Ministério a garantia de que, «*uma vez fundado o Museu*», as pretensões da Câmara pelo relógio seriam atendidas, e realçando a responsabilidade histórica da edilidade na manutenção do mesmo relógio<sup>1586</sup>. Esse pedido foi atendido e comunicado à Câmara Municipal e à Comissão Administrativa dos Bens Culturais do Funchal, por ofícios de 30 de agosto de 1929<sup>1587</sup>. A entrega ao Vice-Presidente da Câmara – Francisco Silvestre Varela –, a título de depósito, concretizou-se a 26 de novembro, na sala de sessões do Cabido da Sé, perante o seu Presidente (Cónego Eduardo Bettencourt Leça) e o Presidente da CAB do Funchal (Capitão Jaime César Nunes de Oliveira)<sup>1588</sup>.

---

<sup>1585</sup> Cf. SILVA, Sara Dinis Mendes da, *Ob. Cit.*, pp. 72 e 73.

<sup>1586</sup> Cf. Ofício da Câmara Municipal do Funchal, do Vice-Presidente Francisco Silvestre Varela, de 30 de julho de 1929, dirigido ao Ministro da Justiça e dos Cultos (Proc. 13172, L. 14, Fl. 137), in ACMF, Processo CJBC/FUN/FUN/ADMIN/029, Caixa 342.

<sup>1587</sup> Cf. Ofícios do Presidente da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais dirigidos ao Presidente da Comissão Administrativa dos Bens Culturais do Concelho do Funchal e ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, de 30 de agosto de 1929, *Ibidem*.

<sup>1588</sup> Cf. Auto de entrega do relógio ao representante da Câmara Municipal do Funchal, lavrado em 26 de novembro de 1929, *Ibidem*.



#### **PARTE 4 – MUSEUS DE INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR**

Durante o Governo de João Franco, os estabelecimentos de Ensino Superior do país mereceram uma atenção especial no que tocou a sua reorganização, funcionamento e administração das receitas próprias em proveito do ensino. O DFL de 17 de agosto de 1907 permitiu à Universidade de Coimbra, às Politécnicas, às Escolas Médico-Cirúrgicas e ao Curso Superior de Letras gerir e aplicar as dotações, os recursos humanos e o seu património conforme melhor conviesse às suas finalidades pedagógicas e científicas. No que concerne ao objeto do presente trabalho, o diploma revelou-se determinante. Abriu a possibilidade aos Conselhos Académicos de criarem museus, jardins, bibliotecas, entre outros espaços de estudo e investigação, bem como efetuar despesas na compra de novos materiais e em melhoramentos nos edifícios<sup>1589</sup>.

No Ensino Superior, a grande medida da 1.<sup>a</sup> República foi a promulgação dos DFL de 22 de março e de 19 de abril de 1911<sup>1590</sup>, que à Universidade de Coimbra somou as congéneres de Lisboa e do Porto, conferindo-lhes autonomia na gestão financeira e científica e definindo as Faculdades e Escolas de cada uma. Em termos práticos, as novas instituições resultaram da congregação de instituições já existentes, como as Politécnicas e as Escolas Médico-Cirúrgicas e o mesmo aconteceu com os estabelecimentos anexos, alguns embrionários, outros há muito instituídos. Destaque para as disposições relativas à obrigatoriedade dos trabalhos práticos, que motivariam o desenvolvimento dos museus universitários, intimamente associados a algumas das cadeiras ministradas nas Universidades.

Decorrente do diploma antecedente, em 12 de maio seguinte foi promulgado o DFL que organizou as Faculdades de Ciências das três Universidades, estabelecendo o seu plano geral de estudos. Entre as premissas do diploma, o artigo 45.º determinou que fossem estabelecidos, em cada uma: um Museu e Laboratório Mineralógico; um Museu e Laboratório Geológico; um Museu e Laboratório Antropológico (com Posto Antropométrico); um Museu, Laboratório e Jardim Botânico; uma Estação de Zoologia Marítima na Figueira da Foz e um Parque Zoológico em Coimbra, dependentes do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra<sup>1591</sup>.

---

<sup>1589</sup> Cf. BASTO, Artur de Magalhães, *Memória Histórica da Academia Politécnica do Pôrto*, Universidade do Porto, 1937, p. 482.

<sup>1590</sup> Publicado no *Diário do Govêrno*, n.º 93, I Série, de 22 de abril de 1911, pp. 1638-1640. Disponível em formato digital em <http://dre.pt/pdfgratis/1911/04/09300.pdf>.

<sup>1591</sup> Publicado no *DG*, n.º 112, I Série, de 15 de maio de 1911, pp. 1966 e 1967, disponível em formato digital em <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/05/11200/19661967.pdf>

O DFL de 22 de agosto de 1911<sup>1592</sup> aprovou o Regulamento das Faculdades de Ciências. No capítulo V, artigo 19.º, o diploma determinou que os museus e laboratórios anexos abrissem todos os dias úteis no decurso do ano lectivo, entre as 8 e as 16h da tarde, estando previsto o seu franqueamento ao público durante todo o ano, em horários definidos nos respetivos regulamentos.

O Decreto n.º 7240 de 21 de janeiro de 1921<sup>1593</sup> assegurou a permanência dos Museus e Laboratórios de Geologia e Mineralogia, Zoologia e Botânicos como estabelecimentos anexos das Faculdades de Ciências de Coimbra e do Porto, mas conferiu-lhes autonomia funcional e financeira relativamente aos serviços escolares. Por outro lado determinou que os jardins botânicos e as estações de Zoologia Marítima que viessem a ser criados fossem considerados estabelecimentos anexos dos museus botânicos e dos museus e laboratórios zoológicos respetivamente. Discriminava também as competências do Diretor, dos Naturalistas e dos Conservadores. O Decreto n.º 12492 de 14 de outubro de 1926, tendo como base o Art. 28.º do Estatuto da Instrução Universitária aprovado pelo Decreto n.º 12426 de 2 de outubro de 1926, oficializou a instituição de vários museus universitários e conferiu-lhes a necessária autonomia e orçamento próprios<sup>1594</sup>. Foi precisamente sobre estes museus que recaíram as nossas atenções, deixando de fora outros como o Museu e Laboratório de Higiene da FMUC, de Anatomia Patológica das Faculdades de Medicina das três Universidades, o Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra ou o Museu de Arqueologia Histórica da Universidade do Porto criado por Decreto n.º 8424 de 10 de outubro de 1922, etc.

À medida que se transita do século XIX para o seguinte verifica-se uma alteração nas acessibilidades aos museus universitários ou similares. Se numa primeira fase de vida, *«apenas estudantes e especialistas podiam tirar partido destas exposições, com estantes cheias de espécimes dispostos de forma repetitiva e uniforme, sem*

---

<sup>1592</sup> Publicado no *Diário do Governo*, n.º 198, de 25 de agosto de 1911.

<sup>1593</sup> Cf. *Diário do Governo* n.º 14, I Série, de 21 de janeiro de 1921 – Site do Diário da República Eletrónico: <http://dre.pt/pdf1sdip/1921/01/01400/00350036.pdf> (consulta efetuada no dia 29 de janeiro de 2013).

<sup>1594</sup> Segundo o Art. 18.º do Decreto, são considerados os seguintes museus: - da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra: Museu Antropológico; Museu Zoológico; Museu Mineralógico e Geológico; Museu e Jardim Botânico; - da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: - Museu Nacional de História Natural [subdividido em Museu e Jardim Botânico; Museu Mineralógico e Geológico; Museu Zoológico e Antropológico (Museu Bocage) com a Estação de Zoologia Marítima Anexa]; - da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Museu Etnológico; - da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: Museu Antropológico; Museu Botânico; Museu Mineralógico e Geológico; Museu Zoológico e Estação de Zoologia Marítima anexa. Cf. Decreto n.º 12492 de 14 de outubro de 1926, in *DG*, I Série, n.º 229, de 14 de outubro de 1926, pp. 1553 e 1554. (<https://dre.pt/application/file/159433>).



*preocupações de ordem estética»*<sup>1595</sup>, assiste-se gradualmente à montagem de novas exposições mais preocupadas com a comunicação dos seus conteúdos. Estes, apresentados em menores quantidades em cada vitrina, mais valorizados por uma iluminação apropriada, foram integrados num discurso taxonómico, ainda que estático e funcionalista, adotado de forma crescente a partir do primeiro quartel do século XX. Para cativar públicos leigos e lhes transmitir conhecimentos, surgiram os dioramas e as recreações dos ambientes naturais dos espécimes representados, os modelos de paisagens ou estruturas tectónicas e fósseis. Há, sem dúvida, uma tendência dos museus universitários portugueses para alargar os seus horários e os públicos.

A preocupação republicana de regulamentar o acesso às carreiras museológicas também se estendeu aos museus universitários, através da publicação do Decreto n.º 1910 de 20 de setembro de 1915, condicionando o acesso aos cargos de Conservadores dos museus de Ciências Naturais das Faculdades de Ciências a provas de naturalistas, categoria na qual passavam a poder ser providos os candidatos apurados<sup>1596</sup>.

---

<sup>1595</sup> Cf. AMARAL, Raquel Filipa de Almeida, *Modelos didáticos na Museologia e Ensino da Botânica na Universidade de Coimbra*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, p. 46.

<sup>1596</sup> Cf. *DG*, I Série, n.º 193, de 23 de setembro de 1915, pp. 1032 e 1033, disponível em formato digital em <https://dre.pt/application/file/414939> (16/4/2015).



## CAPÍTULO 26: MUSEUS UNIVERSITÁRIOS DE COIMBRA

### 1. MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL

#### Historial

O Gabinete de História Natural da Universidade constituiu-se em 1775, na sequência da reforma pombalina de 1772, com os acervos de Vandelli e da Ajuda, de alguns professores e provenientes de explorações. Além dos bens da Natureza, também tinha um medalheiro, objetos manufaturados, etnográficos, uma pinacoteca, armas, um núcleo de arte sacra, uma biblioteca e um laboratório para preparações<sup>1597</sup>. Oficializado o ensino das Ciências Naturais, inseridas na nova Faculdade de Filosofia Natural, o Gabinete de História Natural e outros estabelecimentos anexos como o Jardim Botânico tornaram-se estabelecimentos essenciais para a investigação e o ensino das ciências.

A carta régia de 24 de janeiro de 1791 introduziu uma cadeira de Zoologia e Mineralogia e desdobrou o Museu de História Natural em dois gabinetes ou museus, para as respetivas especialidades. A separação efetiva das cadeiras e dos respetivos gabinetes só aconteceria, contudo, a partir de 1836.

O ano de 1885 marcou uma viragem na história dos museus universitários em Coimbra. A Carta de Lei de 2 de Julho<sup>1598</sup>, derivada de um Projeto de Lei apresentado por Bernardino Machado e Correia Barata na Câmara dos Deputados em 1883, dividiu o Museu de História Natural em quatro secções autónomas, com os respetivos conservadores e naturalistas e as coleções cada vez mais ligadas ao ensino específico de cada cadeira e as direções atribuídas aos professores titulares: Botânica; Zoologia; Mineralogia e Geologia; Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica. A secção botânica localiza-se ainda hoje numa galeria térrea do Colégio de S. Bento, para onde foi transferida em 1870. As restantes secções encontram-se no Colégio das onze mil virgens. Transferidos para a tutela da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra quando da implantação da República, os museus continuaram a assumir-se como importantes complementos do ensino ministrado, mas os seus horários de abertura entre as 8 e as 16 horas comprovam a tendência de abertura daqueles espaços ao público

---

<sup>1597</sup> Cf. GOMES, Maria Fernanda Daniel Lopes, *Os Museus e o Ensino das Ciências Naturais: O Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*, Dissertação de Mestrado em Geociências, Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra, 1999, p. 96.

<sup>1598</sup> Cf. Carta de Lei de 2 de julho de 1885, in *Diário do Governo*, pp. 210 e 211  
<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/59/120/p235> (Consulta no dia 17 de abril de 2012).

em geral. Cada secção acabou por constituir quatro museus autónomos: um museu mineralógico e geológico, um museu e jardim botânicos, um museu zoológico e um museu antropológico e arqueológico.

### **a. Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico (MMG)**

*«Com a instauração do regime republicano e a reforma do ensino que levou à criação das universidades de Lisboa e do Porto e da Faculdade de Ciências de Coimbra (1911), iniciou-se uma nova etapa no progresso dos estudos de Geologia e das colecções museológicas a eles associadas»<sup>1599</sup>.*

Instalado na parte setentrional do edifício do antigo Colégio de Jesus<sup>1600</sup>, onde se mantém, o MMG encontrava-se em significativos trabalhos de requalificação e ampliação quando foi instaurada a República. O processo iniciou-se em 1907, depois de António José Gonçalves Guimarães (Diretor desde 1879)<sup>1601</sup> sugerir ao Reitor a cedência, por parte do Cabido da Sé, da ala norte do claustro compreendida entre a biblioteca do Gabinete de Física e a parede da igreja, um espaço correspondente a cerca de 22 metros para a construção de uma sala de aula com os respetivos anexos para os trabalhos práticos e para as colecções de ensino e conseqüentemente resguardar o acervo do museu, melhorar o ensino prático nos laboratórios e aumentar o número de alunos e de cursos<sup>1602</sup>. Tomadas as necessárias diligências, a cedência foi registada em escritura

---

<sup>1599</sup> Cf. CALLAPEZ, Pedro e BRANDÃO, José Manuel, «Da Filosofia Natural à Modernidade: dois séculos de colecionismo geológico (e paleontológico) na Universidade de Coimbra», in *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, Universidade de Coimbra, 26 a 29 de outubro de 2011, p. 1072. (disponível em <http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/1839/1/35567.pdf>).

<sup>1600</sup> O Colégio de Jesus foi estabelecido em 1542. Após a expulsão dos Jesuítas e com a reforma pombalina dos estudos universitários de 1772, o edifício foi adaptado segundo um projeto de Guilherme de Elsdén, entre 1773 e 1775, para acolher as dependências vocacionadas para o ensino experimental que se pretendia introduzir: gabinete de História Natural; laboratório de Física Experimental; hospital e dispensatório farmacêutico. Cf. SIMÕES, Carlota, CASALEIRO, Pedro e MOTA, Paulo Gama, «O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra: uma colecção científica do Século das Luzes», disponível em formato digital em [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/museu/omuse#tex](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/museu/omuse#tex) (consulta em 11 de novembro de 2013).

<sup>1601</sup> António José Gonçalves Guimarães (Tavira, 13/6/1850 - ?, 7/8/1919), foi um professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, desde a sua existência em 1911, tendo transitado da antiga Faculdade de Filosofia. Nesta foi professor substituto de Química Orgânica (1877-1878), Mineralogia (1877-1879), Química Inorgânica (1877- 1879) e Zoologia(1877- 1880); tornou-se lente de Mineralogia (1879-1911), Geologia e Petrologia (1879-1911), e também de Zoologia (1886-1890) e Antropologia (1906-1907). Na Faculdade de Ciências foi professor ordinário de Mineralogia e Petrologia (1911-1919), Mineralogia e Geologia (1911-1919), Cristalografia (1911-1919) e de Desenho aplicado à Cartografia (1912-1913). Além de diretor das secções de Mineralogia e Geologia do museu, também foi Vice-Reitor da Universidade. Cf.

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/GUIMARAES\\_antoniojosegoncalves](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/GUIMARAES_antoniojosegoncalves)

<sup>1602</sup> Cf. Ofício de 14 de julho de 1907, do Diretor do MMG para o Reitor D. João d'Alarcão Vellasques Sarmiento Osório, in AUC, D.IV.E11-4-22, Caixa 8, Reitoria/Correspondência recebida. No dia 15 de julho o Reitor expunha ao Presidente do Cabido da Sé os alvitres do Diretor do Museu. Com algumas reticências por parte dos membros do Cabido e novas insistências do Diretor do museu, registadas em

de 1 de fevereiro de 1908, com a obrigação da Faculdade vedar a parte cedida e assegurar as despesas de conservação e obras de adaptação do novo espaço. As verbas necessárias foram desbloqueadas em janeiro de 1909. As obras foram concluídas em outubro de 1911 e segundo os testemunhos de Gonçalves Guimarães nas piores condições, especialmente no tocante aos telhados e canalizações, obrigando ao pedido de fiscalização dos trabalhos executados antes de terminado o prazo de responsabilidade do empreiteiro<sup>1603</sup>.

No ano letivo de 1913-1914 o museu dividiu-se em duas secções: Museu e Laboratório Mineralógico, dirigido por António José Gonçalves Guimarães; Museu e Laboratório Geológico, entregue a Anselmo Ferraz de Carvalho. A primeira secção tinha o auxílio do Conservador José Vitorino Baptista dos Santos, a quem se juntaria o assistente Fausto de Carvalho em 1917-1918. Na segunda, Ferraz de Carvalho contou com a boa vontade do Conservador da secção mineralógica nos trabalhos necessários, preferindo a contratação de um Praticante de Conservador, que se efetivaria no ano letivo de 1917-1918, com o recrutamento de António Duarte Guimarães, acrescido do 1.º Assistente exercendo as funções de naturalista Miguel Marcelino Ferreira de Moura.

Em 1919 voltaram a unir-se as duas secções, sob a direção de Anselmo Ferraz de Carvalho<sup>1604</sup>. Durante o seu mandato como Diretor (1919-1948), dois locais de exposição receberam os nomes de Nery Delgado e Paul Choffat<sup>1605</sup>, somados aos de dois antigos homenageados, Carlos Ribeiro e José Bonifácio d'Andrada e Silva, que batizaram outros espaços.

---

vários ofícios arquivados na mesma Caixa, a cedência acabou por se fazer, com escritura lavrada em 1 de fevereiro de 1908.

<sup>1603</sup> Cf. Ofício de Gonçalves Guimarães para o reitor, de 25 de outubro de 1911, AUC, D.IV.E11-4-22, Caixa 8, Reitoria/Correspondência recebida.

<sup>1604</sup> Anselmo Ferraz de Carvalho (Tondela, 14/12/1878 - Lisboa, 26/2/1955). Foi professor da antiga Faculdade de Filosofia, nas seguintes disciplinas: Antropologia (substituto Interino: 1902); Análise Química (substituto: 1902-1903); Mineralogia e Petrologia (substituto: 1902-1903); Mineralogia e Petrologia (lente: 1903-1904); Mineralogia e Geologia (lente: 1904-1905); Geologia e Física do Globo (lente: 1905-1908). Transitou para a Faculdade de Ciências em 12/5/1911 como professor ordinário, tendo ministrado as seguintes disciplinas: Geologia (1911-1924; Catedrático a partir de 1919); Geografia Física (1912-1924); Paleontologia (1912-1919, Catedrático a partir de 1919); Ciências Geológicas (Catedrático, 1924-1948). Foi também Vice-Reitor da Universidade entre 1911 e 1913, Diretor do Instituto Geofísico, do Observatório Meteorológico (1914-1922) e Diretor da Faculdade de Ciências. Autor de várias publicações. Cf.

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/CARVALHO\\_anselmoferrazde#carv](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CARVALHO_anselmoferrazde#carv)

<sup>1605</sup> Na reunião do Conselho da Faculdade, de 10 de abril de 1919, Anselmo Ferraz de Carvalho propôs «*que às galerias do Museu Geologico destinadas às coleções de rochas e fósseis dos terrenos primarios e secundarios portugueses se dêem respectivamente os nomes de Galeria Nery Delgado e Galeria Paul Choffat, como homenagem digo, justa homenagem aos dois emmeritos geólogos a quem se deve o estudo daqueles terrenos em Portugal*». A proposta foi aprovada por unanimidade. Cf. *Livro de Actas dos Conselhos da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra [LACFCUC]*, fl. 82 frr (AUC.D.IV.1.ªD-3-1-52).

A braços com grandes constrangimentos espaciais na galeria superior da ala oeste dos claustros da Sé Nova, pautados pela existência de uma única sala a servir de laboratório, onde só cabiam e mal dez alunos, urgia encontrar espaços mais amplos para os trabalhos práticos. Em 23 de janeiro de 1920 Anselmo Ferraz de Carvalho solicitou ao Reitor que intercedesse junto do Ministério da Justiça e dos Cultos para serem cedidos a galeria inferior e loja contíguo da ala norte dos claustros da Sé Nova, a fim de instalar os laboratórios do museu, pois constava que esses espaços seriam desocupados com a transferência da Confraria da Boa Morte para as antigas instalações do Museu de Arte Sacra da Sé<sup>1606</sup>, por sua vez mudado para a igreja de S. João de Almedina. Depois de a CCABI sugerir uma renda máxima de 24\$00, superior à de 15\$00 que o Diretor havia proposto, mas que aceitou por se justificar o sacrifício para receber mais alunos<sup>1607</sup>, a 5 de janeiro de 1921 a CCELS anuiu ao solicitado pela renda anual de 30\$00<sup>1608</sup>, tendo sido promulgado o Decreto n.º 7343 de 19 de fevereiro. A entrega decorreu no dia 31 de março seguinte.

Em 1922 foi formalmente criado o Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico, com autonomia administrativa, quadro e orçamento próprios, ainda que estabelecimento anexo da Faculdade de Ciências. Por essa altura, Ferraz de Carvalho deplorava a falta de dotações disponíveis e apresentou ao Reitor uma listagem de necessidades urgentes, destacando o estado de ruína das instalações, especialmente ao nível dos telhados, que obrigaram ao encerramento da Sala Carlos Ribeiro. Lembrava também a necessidade de se concluírem as obras da ala cedida no ano anterior, em especial as canalizações dos laboratórios, os pavimentos, a escadaria e divisões interiores e as paredes<sup>1609</sup>.

O MMG tinha ao seu serviço, em 1920, um Diretor, com a gratificação anual de 200\$00, e um Conservador, auferindo 780\$00. Reclamava-se uma dotação de recursos idêntica à dos museus congéneres das Faculdades de Ciências das Universidades de

---

<sup>1606</sup> ACMF, Processo CJBC/CMB/CMB/CEDE/001, Cx. 35. Ofício dirigido ao Ministério da Justiça, sem data, mas com carimbo de recepção da SEJC, de 7 de fevereiro de 1920. Um ofício de 23 de janeiro de 1920, com um teor muito idêntico, foi dirigido ao Reitor da Universidade de Coimbra. Cf. Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), D.IV.E11.II.ªE.Caixa14-11-4-28, Pasta UC/RU/Correspondência Recebida [CR]/Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico [MLMG]/Direção [D] 1897-1952.

<sup>1607</sup> *Ibidem*. Ofício n.º 12 do Diretor do Museu Geológico da Universidade de Coimbra, datado de 7 de dezembro de 1920, para o Presidente da CCELS.

<sup>1608</sup> *Ibidem*. Parecer n.º 4264 da CCELS, de 5 de janeiro de 1921.

<sup>1609</sup> Cf. Ofício de 7 de julho 1922, in AUC, D.IV.E11.II.ªE.Caixa14-11-4-28, Pasta UC/RU/Correspondência Recebida/Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico/Direção 1897-1952.

Lisboa e do Porto. Não sendo possível satisfazer tal aspiração, era urgente pelo menos recrutar um naturalista, um coletor, um servente e um preparador.

Embora não possamos identificar os bens coligidos no período estudado, deduzimos facilmente a continuidade das entradas, quer pelas constantes guias de pagamento das explorações geológicas encontradas no AUC, quer pela aquisição frequente de caixas de lata para acondicionar os minerais, quer ainda pela referência a algumas viagens empreendidas em comboio, para as quais foram solicitados passes. Em 1915 encontramos referência a passes pedidos para deslocações ao Alto Alentejo (Elvas, Vila Boím, Évora, Estremoz, Borba e Vila Viçosa). No mesmo ano, o Diretor das Obras Públicas do distrito de Coimbra cedeu ao museu um fóssil proveniente dos trabalhos de construção de uma estrada em Penacova, abrindo caminho a que o pessoal do museu fosse autorizado a fazer explorações no local. Em 1916, Júlio Henriques ofereceu um conjunto de fósseis recolhidos no Carbónico do Sinclinal de Valongo. Em 1916-1917 encontramos referências a minerais de Aljustrel. No ano letivo de 1918-1919 foram adquiridas pela Secção Mineralógica, a Maria do Carmo Dias Pereira, pelo valor de 15\$00, um conjunto de minerais, incluindo turmalinas, granadas, quartzos, calcedónias, coralinas, ónix, ágatas, opalas, etc., lapidadas e aplicadas em camafeus. No ano letivo seguinte, as despesas do mês de dezembro introduziam uma guia de pagamento pelo transporte de rochas provenientes de Lourenço Marques. As do mês de abril de 1920 incluía a aquisição da biblioteca de Paul Choffat pelo valor de 1000\$00, acrescida em agosto de 1921 por alguns livros oferecidos pela viúva do naturalista. Em janeiro de 1924 a folha de despesas incluía os encargos com o transporte de rochas dos Açores e minerais de África<sup>1610</sup>. Em 1925 o Museu dos Serviços Geológicos cedeu uma coleção de duplicados de fósseis estratigráficos das jazidas clássicas do país, recolhidas desde os tempos de Carlos Ribeiro. O crescente interesse pelas colónias africanas repercutiu-se no crescimento das coleções, sendo exemplo as rochas provenientes da Lunda (Angola), recolhidas entre 1918 e 1926 por Baeta Neves.

Vários documentos de despesa indicam-nos também a compra de modelos e exemplares verdadeiros de minerais e rochas a fornecedores estrangeiros. A título de exemplo temos: a aquisição do exemplar n.º 396 da coleção cristalográfica de Groth pela quantia de 1\$660 réis, a F. Krantz, de Bona (julho de 1911); à mesma casa, em novembro de 1912, um fornecimento de modelos e instrumentos de demonstração para

---

<sup>1610</sup> Cf. AUC, Documentos de Despesa, II-1.ªD-3-4-12, Caixa 1.

o ensino, pelo valor de 198\$635; a compra de minerais e rochas diversos à empresa Foote Mineral Company, em diferentes momentos (junho de 1912: 198\$790; novembro de 1912: 99\$500; abril de 1913: 64\$350). Em abril de 1913 deram entrada no MMG os minerais da Casa Real, tendo as despesas com transporte, caixas, alojamento do empregado do museu em Lisboa ascendido a 17\$720<sup>1611</sup>.

No âmbito dos trabalhos de divulgação científica, destacamos o início das *Memórias e Notícias: publicações do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*, em 1921.

### **b. Museu, Laboratório e Jardim Botânico**

*«conseguiu, no período que decorreu entre 1918 e 1927, [...] elevar o nível de ensino, criar um curso de Agricultura geral, proceder à reconstrução das estufas, efectuar diversas remodelações no Jardim e mata, reorganizar o serviço de troca de sementes, intensificar os serviços do herbário, reavivar a publicação do “Boletim da Sociedade Broteriana”, etc.»<sup>1612</sup>*

O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra passou a ter um museu, um herbário e biblioteca anexos instalados no Colégio de S. Bento, no tempo da Direção de Antonino Rodrigues Vidal. Deveram-se à intervenção de Júlio Augusto Henriques, professor substituto a partir de 1866, que fundou o Instituto Botânico (1871), tornando-se seu Diretor em 17 de janeiro de 1873, por inerência do cargo de lente da cadeira de Botânica<sup>1613</sup>. A investigação científica ganhava um fôlego nunca antes atingido, quer pela quantidade de herborizações feitas, quer pela publicação do *Boletim da Sociedade Broteriana* (1879), a partir de 1882. Por outro lado ganhava peso a importância do jardim para o ensino, tendo-se diferenciado duas valências essenciais: a Escola Medicinal e Industrial e a Escola Geral<sup>1614</sup>.

---

<sup>1611</sup> Cf. AUC, Documentos de Despesa de material, equipamentos e serviços, Caixas 116 a 123, II.1.ºD-8-1-22 a II.1.ºD-8-2-1.

<sup>1612</sup> Cf. FERNANDES, Abílio, *Relatório referente à actividade do Museu, Laboratório e Jardim Botânico (Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques) durante o período 1927-1952*, Coimbra, 1952, p. 5.

<sup>1613</sup> Júlio Augusto Henriques [Arco de Baulhe (Cabeceiras de Basto), 15/1/1838 - Coimbra, 15/1/1928], bacharelou-se em Direito em 1859 e depois focou os seus interesses na Filosofia, cumprindo os vários graus académicos até ao seu Doutoramento em 1865. Foi professor da Faculdade de Filosofia, das seguintes disciplinas: substituto extraordinário de Química Inorgânica (1866-1869); substituto extraordinário de Mineralogia (1866-1868); substituto extraordinário de Botânica (1867-1868); substituto de Agricultura (1868-1870), Botânica (1868-1872), Zoologia (1869-1872) e Mineralogia (1869-1872); lente de Botânica (1872-1911), Zoologia (1888-1889; 1893-1894; 1900-1901), Antropologia (1892-1893; 1899-1900). Em 1911 transitou para a Faculdade de Ciências, tendo lecionado, como professor ordinário, as disciplinas de Matemática (1911-1912), Botânica Geral (1911-1914), Ciências Biológicas (1911-1917), Geografia Botânica (1912-1913), Botânica Especial (1912-1913) e Desenho (1912-1913). Cf. [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/henriquesjulioaugusto#henriquesjulioaugusto](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/henriquesjulioaugusto#henriquesjulioaugusto)

<sup>1614</sup> Cf. HENRIQUES, Júlio Augusto, *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1876, p. 50.



Entre os anos de 1911 e 1913 foram legalmente instituídos o Museu, Laboratório e Jardim Botânico, resultado de um processo de reestruturação interna da Faculdade de Ciências.

Em 1918, a jubilação do Doutor Júlio Henriques deu lugar à Direção de Luís Wittnich Carrisso<sup>1615</sup> no Instituto Botânico. Por sua vez, a Congregação da Faculdade de Ciências resolveu na sua sessão de 9 de janeiro nomear Júlio Henriques como Naturalista Adjunto, ocupando a Direção do museu e herbário anexos<sup>1616</sup> a partir do Decreto de 20 de abril de 1918.

Carrisso encontrou um jardim muito debilitado pela idade e antiguidade das instalações, pela falta de verbas para prover às necessárias obras de renovação e modernização e pela falta de pessoal, razões que o levaram a pedir em Congregação de 26 de abril de 1918 que a Faculdade se interessasse pelo problema<sup>1617</sup>.

---

<sup>1615</sup> Luís Wittnich Carrisso nasceu na Figueira da Foz em 14 de fevereiro de 1886 e morreu numa missão botânica no deserto de Moçâmedes (Angola) em 14 de junho de 1937. Naturalista de mérito na Universidade de Coimbra, cultivou também o gosto pela Arqueologia, com a qual desde muito novo conviveu, acompanhando de perto os primeiros anos do Museu Municipal da Figueira da Foz, com o qual colaborou como sócio da Sociedade Arqueológica Santos Rocha, ao abrigo da qual, em parceria com o próprio Santos Rocha, publicou o trabalho *Estação cupro-lítica da Loriga* (1908). Em 1909, também no *Boletim* daquela sociedade, publicou o *Estudo anthropologico sobre alguns restos humanos da Caverna dos Alqueves*. Assumiu a Direção do Museu Municipal Dr. Santos Rocha a partir de 25 de maio de 1910. Foi também sócio do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade de Ciências Naturais e de várias sociedades de Botânica estrangeiras. Ao serviço da Botânica foi professor da Universidade de Coimbra e Diretor do Instituto Botânico Júlio Henriques, pelo qual geriu o Jardim Botânico, museu e herbário anexos, bem como liderou expedições botânicas de herborização dentro e fora do país. Cf. FERREIRA, Ana Margarida e CARDOSO, Ana Paula (Coord.), *Sociedade Arqueológica da Figueira 1898-1910: Centenário* [catálogo], Câmara Municipal da Figueira da Foz / Museu Municipal Dr. Santos Rocha, 1999, p. 121; FREITAS, Helena, AMARAL, Paulo, RAMIRES, Alexandre e SALES, Fátima, *Missão Botânica: Angola 1927-1937*, Imprensa da Universidade de Coimbra, fevereiro de 2005, p. 16. Tendo sido nomeado 1.º Assistente de Botânica por Decreto de 9 de dezembro de 1911, cargo de que tomou posse em 17 de janeiro de 1912, tornou-se Catedrático em abril de 1918. Cf. CARVALHO, Anselmo Ferraz de, «Doutor Luis Carrisso», in *Revista da Faculdade de Ciências*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1936, vol. VI, pp. 384-389.

<sup>1616</sup> Cf. AUC, *Livro de Atas do Conselho da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, fls. 69 vrs., D.IV.1.ºD-3-1-52; O *Anuário da Universidade de Coimbra* (Anos letivos de 1918-1919 a 1923-24) refere os cargos de naturalista adjunto, de Diretor do Jardim, do herbário ou da biblioteca do Instituto Botânico.

<sup>1617</sup> Cf. AUC, *Livro de Atas do Conselho da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, fl. 71 vrs.



Fig. 83 – Vista Parcial do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, 1917.

Biblioteca Digital de Botânica  
<http://almamater.uc.pt>

Em maio de 1919 os problemas persistiam. A desvalorização da moeda não conseguia acompanhar o preço da mão-de-obra e dos materiais necessários, tendo obrigado o Diretor a apelar às instâncias superiores, incluindo o Presidente Sidónio Pais, prefigurando-se a promulgação de um decreto do Ministro da Instrução, Alfredo de Magalhães, para atribuição de um subsídio de 10 mil escudos. Em virtude dessa possibilidade, Luís Carrisso contraiu um empréstimo para financiar a execução de alguns trabalhos urgentes e contratar mais pessoal. Contudo, o decreto nunca foi publicado, vendo-se «*obrigado a suspender as obras e as plantações iniciadas, e a reduzir o pessoal ao estreito limite orçamentado*»<sup>1618</sup>, ou seja, a quatro trabalhadores para as culturas de ar livre, e um para as estufas, viveiros, sementeiras e serviços anexos. Claramente magoado com a situação, além de rejeitar responsabilidades pelo estado do Jardim, Carrisso admitiu colocar o seu lugar à disposição se a Faculdade encontrasse alguém que, com recursos tão limitados conseguisse «*manter o Jardim Botânico á altura que a sua tradição e funcção scientifica exigem*»<sup>1619</sup>. Desresponsabilizado da situação pouco prestigiosa, Luís Carrisso foi encarregue pela Faculdade de ir em missão de estudos botânicos ao estrangeiro (Londres e Genebra, fundamentalmente), a partir de agosto. A substitui-lo ficou Júlio Henriques.

O mandato de Luís Carrisso ficou marcado por outra contrariedade, quando parte do edifício de São Bento foi perdida para o Liceu José Falcão, que já aí ocupava algumas dependências desde o Decreto de 30 de julho de 1869. Na sequência de uma visita rápida do Ministro da Instrução ao Instituto foi promulgado o Decreto n.º 10295 de 15 de novembro de 1924, reduzindo drasticamente as instalações em favor do Liceu. O Instituto limitou-se às caves, a parte da ala norte e às alas leste e sudoeste do

<sup>1618</sup> Cf. «Congregação de 5 de Maio de 1919», in *LACFCUC, Cit.*, fl. 84.

<sup>1619</sup> *Ibidem.*

rés-do-chão do edifício, tornando o espaço cada vez mais exíguo para um equipamento universitário em franco crescimento.

Em 1918, o museu ocupava duas salas. Uma delas, correspondente ao antigo refeitório do Colégio de S. Bento, continha as «criptogâmicas, gimnospérmicas e monocotiledóneas», modelos de plantas e produtos naturais derivados. A outra sala, mandada construir por Júlio Henriques, estava reservada às dicotiledónias, e nela viam-se «frutos naturais ou artificiais, madeiras, produtos muito diversos», algum mobiliário com madeiras das colónias e «a colecção de produtos das nossas províncias ultramarinas»<sup>1620</sup>. O herbário continha também preciosas coleções, de diversas proveniências, obtidas por compra, permuta com instituições congêneres da Europa e Austrália, ou graças a herborizações efetuadas por Júlio Henriques e seus colaboradores no território português, por Adolfo Moler e Quintas em S. Tomé, por Welwitsch na África Portuguesa, etc. Gonçalo Sampaio, em sessão de homenagem a Júlio Henriques proferida em maio de 1918 e publicada sob o título «A obra científica do Dr. Júlio Henriques», na *Revista da Universidade de Coimbra* (vol. VII, p. 12), refere a existência de três salas no museu, pelas quais se distribuía «produtos naturais, segundo o ponto de vista económico, teratológico, taxinómico e paleontológico, mas também numerosos e excelentes modelos para o ensino». Este testemunho permite-nos concluir, relativamente ao espaço, não ter havido uma significativa evolução, já que em 1892 o museu se encontrava já distribuído por três salas, em que amostras de plantas, madeiras, frutos, em suma, produtos naturais, conviviam com produtos derivados da transformação que o homem lhes incutiu, com modelos e estampas representativas de alguns fenómenos naturais do universo botânico<sup>1621</sup>.

Mal tomou posse do novo cargo, Carrisso subdividiu o Instituto em três secções: laboratório, herbário/museu e jardim. No primeiro esforçou-se por criar novas valências e novos campos de investigação<sup>1622</sup>. O segundo manteve-se sob a responsabilidade direta do aposentado Doutor Júlio Henriques, mas com a colaboração de Francisco d'Ascensão Mendonça, que Carrisso conseguiu recrutar em 1921 para assistente do velho académico e para Jardineiro Chefe, conseguindo a criação de novas coleções –

---

<sup>1620</sup> CARVALHO, Anselmo Ferraz de, «O Ensino da Botânica e o Jardim Botânico», in *O Instituto: Revista Científica e Literária*, Imprensa da Universidade, Coimbra, maio de 1918, vol. 65.º, n.º 5, p. 272.

<sup>1621</sup> Cf. HENRIQUES, Júlio Augusto, *A Cadeira de Botânica na Universidade*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1892, pp. 6-8.

<sup>1622</sup> Cf. FREITAS, Helena et Al. (coord.), *Missão Botânica: Angola 1927-1937, Ob. Cit.*, p. 25: «*Foram instaladas salas de esterilização, culturas de algas e outras, câmara de fotografia e microfotografia. Foram desenvolvidas as áreas de citologia, anatomia, micologia e genética*».

criptogâmicas e algoteca – e a captação de novas espécies, mediante herborizações que organizou. A criação de uma rede de cooperação com naturalistas amadores resultou no envio de amostras dos mais variados locais (em especial das colónias portuguesas). Novas técnicas de fixação e inclusão em parafina para conservação dos espécimes, foram introduzidas por Aurélio Quintanilha a partir de 1919, quando ingressou na Faculdade de Ciências como 1.º Assistente de Botânica<sup>1623</sup>. Relativamente ao Jardim, sob a influência do novo Diretor levou-se a efeito a reconstrução das estufas existentes e a construção de uma nova, destinada a plantas aquáticas tropicais. Segundo Abílio Fernandes, sucessor de Wittnich Carrisso na Direção, o período de 1918 a 1927 correspondeu a um maior investimento no ensino, na recolha e plantação de espécies, na investigação, na divulgação dos conhecimentos com a retoma do *Boletim da Sociedade Broteriana* em 1922, alargado a trabalhos de Citologia, Fisiologia, Anatomia e Genética<sup>1624</sup>, e na requalificação das instalações do Jardim.

No tocante às coleções, os dados conseguidos sobre incorporações são escassos. Depreendemos que as campanhas de herborização decorreram regularmente, pois encontrámos vários documentos de despesa relativos a explorações, quase todos genéricos, sem indicação da região explorada. Exceção para: expedição à serra do Caramulo no ano letivo de 1920-1921; saída de campo efetuada pelo Diretor e pelo Jardineiro Chefe (Francisco de Ascensão Mendonça) entre 15 e 21 de abril de 1925 à região da Serra da Estrela (Oliveira do Conde, Seia, Valezim, Loriga, Alvoco da Serra e Cocharil); nova saída de campo à Serra da Estrela em maio de 1926, participando Carrisso, Mendonça e um 2.º Assistente.

Do Colégio Jesuíta de S. Fiel foram transferidos para o Museu Botânico em maio de 1912 vários exemplares secos, que enriqueceram o herbário<sup>1625</sup>.

Em finais da década de 1910, o Padre Clemente Lourenço Pereira, de Paredes de Coura, iniciou os seus estudos de Botânica na sua região, por impulso do Doutor Júlio Henriques, a quem enviou algumas amostras da zona.

---

<sup>1623</sup> Cf. FERNANDES, Abílio, *Lembrando alguns funcionários do Museu, Laboratório e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*, Separata do Anuário da Sociedade Broteriana, Ano L, Dezembro, 1984, pp. 16 e 17.

<sup>1624</sup> Cf. FERNANDES, Abílio, *Relatório...*, *Cit.*, p. 17.

<sup>1625</sup> Na Biblioteca do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra encontrámos dois catálogos manuscritos de plantas de São Fiel: um deles intitula-se *Catalogo das Plantas da Flora Gallica pertencente ao Museu do Collegio de São Fiel* (16 p.), o outro *Catalogo das Plantas da Flora Hispânica pertencente ao Museu do Collegio de São Fiel* (12 p.). Com o transporte dos exemplares do Colégio de S. Fiel foi despendida uma verba de 19\$440 réis (Cf. AUC, Caixa 121, II.1.ªD-8-1-27).

Registaram-se também múltiplas aquisições para o herbário anexo ao museu. A título de exemplo: em janeiro de 1911, por 24\$680 réis, 247 plantas da África Oriental Alemã, a F. Weber, e por 7\$800 a Excicata da Flora de Valois, a L. Mavret; vários exemplares de plantas africanas no valor de 20\$180 réis, em fevereiro de 1912.

O Jardim Botânico também foi contemplado com grande variedade de sementes e plantas vivas, adquiridas a diversos fornecedores estrangeiros, como Gaston Nègre de França (julho de 1911: 2\$690; janeiro de 1912: 5\$590). As aulas práticas no museu implicaram também a compra de várias preparações microscópicas (exemplo de J. Tempere – França – abril de 1913).

Em 25 de abril de 1925 foi decretada a criação do Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques<sup>1626</sup>, englobando jardim, laboratórios, biblioteca, herbário e o museu botânico. Naquele ano, o museu já se encontrava instalado em «*três grandes salas*», assumindo-se claramente como um museu de ensino, com uma «*colecção magnífica*» de modelos e estampas, estando os territórios ultramarinos ricamente representados<sup>1627</sup>. A criação do Instituto encontrou o Jardim Botânico num estado de degradação agravado desde as denúncias anteriores, com as estufas sem sistema de aquecimento e as culturas necessitadas de temperaturas artificiais completamente suspensas.

### c. Museu e Laboratório Zoológico

*«possuía boas colecções de fauna ibérica e portuguesa, em especial colecções de mamíferos e aves e também de insectos, conchas e répteis [...]. Também havia muitos exemplares em reserva. Ocupava cinco amplas salas, o espaço era pequeno para tanto material e a disposição geral ressentia-se da acumulação»<sup>1628</sup>.*

Até ao ano 1912-1913 constituiu a secção de Zoologia do Museu de História Natural. Ao longo de 1912 foi elaborado o Regulamento do Museu e Laboratório de Zoologia<sup>1629</sup>, nova designação adotada<sup>1630</sup>, denotando maior autonomia que se manteria

---

<sup>1626</sup> A proposta para batizar o Instituto Botânico com o nome de Júlio Henriques foi apresentada por Luís Carrisso e aprovada no Conselho da Faculdade de 23 de fevereiro de 1923. A proposta voltou a ser apresentada em sessão de 4 de fevereiro de 1925 Cf. *Livro de Actas do Conselho da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, fls. 115 vrs e 39 vrs. (AUC, D.IV.1.ª D-3-1-52).

<sup>1627</sup> Cf. CARRISSO, Luiz, «Instituto Botânico “Dr. Júlio Henriques”», in *O Instituto*, vol. 72, n.º 3, p. 261.

<sup>1628</sup> Cf. CANÊLHAS, Maria da Graça Salvado, «Museus Portugueses de História Natural: Perspectiva Histórica», in *Cadernos de Museologia 1*, APOM, Lisboa, 1983, p. 30.

<sup>1629</sup> Cf. *Anuário da Universidade de Coimbra: Ano lectivo de 1912-1913*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1913, pp. 353 e 354: o regulamento define as funções dos naturalistas, dos conservadores e dos preparadores, e a sua submissão à autoridade do Diretor, os horários de trabalho no laboratório (8h-17h) e no museu (10h-16h), de abertura do museu (dias úteis, 12h-15h), o funcionamento das aulas práticas e a conduta dos alunos na utilização do laboratório para execução dos trabalhos práticos.

até ao ano escolar de 1925-1926, passando no ano seguinte a ser considerado o estabelecimento anexo do Laboratório de Zoologia. Independentemente da onomástica ocupou desde sempre, juntamente com as secções de Mineralogia e de Geologia, o antigo Colégio Jesuíta das onze mil virgens, sendo dirigido por Bernardo Aires<sup>1631</sup> durante todo o período em estudo.

Em 1911, além das deficientes condições do telhado do edifício que davam lugar a frequentes infiltrações, as salas acusavam acumulação excessiva de objetos, como se fossem armazéns, revelando-se insuficientes para receber novos espécimes, prejudicando a conservação das coleções e obrigando à colocação de muitos exemplares em reservas. Estas razões levaram o Diretor a expor ao Reitor a necessidade premente de ampliar as instalações para organizar metodicamente as exposições e dotar laboratórios suficientes para receber um crescente número de alunos<sup>1632</sup>. Na altura, o museu tinha um laboratório de Histologia e Embriologia, um gabinete de fotografia micro e macroscópica e cinco amplas salas de exposição, duas dedicadas à fauna nacional, uma reservada aos esqueletos, uma da fauna mundial e outra em que se apresentavam as novas coleções<sup>1633</sup>.

---

<sup>1630</sup> Cf. *Anuário da Universidade de Coimbra: Ano Lectivo de 1913-1914*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1914.

<sup>1631</sup> Bernardo Aires [Nogueira (Vila Real), 13/6/1868 - ?, 17/5/1931]. Foi professor da antiga Faculdade de Filosofia: substituto das cadeiras de Antropologia (1893- 1895), Zoologia (1893-1896), Química Orgânica (1895-1896); lente das cadeiras de Química Orgânica (1897-1898), Zoologia (1899-1911), Física (1902-1903) e Antropologia (1902-1903). Na Faculdade de Ciências, para onde transitou em 1911, foi professor: ordinário de Zoologia Geral (1911-1923), Zoologia dos Vertebrados (1911-1928), Zoologia dos Invertebrados (1911-1928), Zoologia Médica (1911-1928), Morfologia e Fisiologia Vegetais (1917-1923), Botânica Especial (1917-1923) e Botânica Médica (1928-1929).

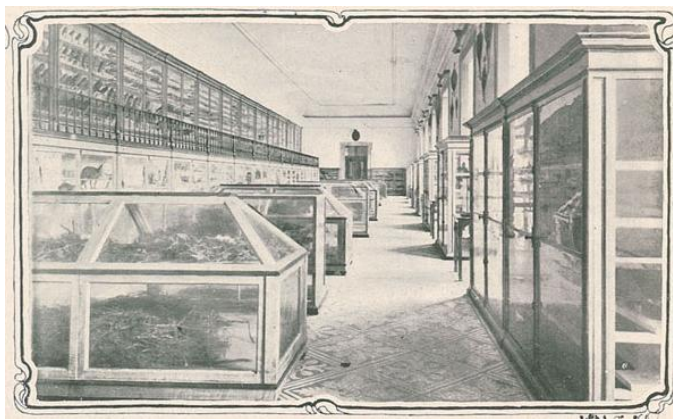
Cf. [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/AIRES\\_Bernardo#AIRESbernardo](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/AIRES_Bernardo#AIRESbernardo)

<sup>1632</sup> Cf. Ofício do Diretor do Museu Zoológico – Bernardo Aires – para o Reitor, de 16 de fevereiro de 1911, in AUC, D.IV.E11.II.ªE.Caixa 8-11-4-22, Pasta UC/RU/Correspondência Recebida/Museu e Laboratório Zoológico/1911-1940. Na Congregação da Faculdade, de 4 de novembro de 1911, resolveu-se pedir a cedência de parte de edifício da Sé Catedral, para instalação otimizada dos Gabinetes de Física e de Zoologia, no prolongamento norte, a sul da aula de Desenho, e parte do edifício virado para o largo da feira, entre o cunhal que fica em frente e mais próximo do Hospital da Universidade e a Igreja da Sé. (Cf. Ofício do Diretor da Faculdade de Ciências, Luís da Costa e Almeida, para o Reitor, datado de 8 de novembro de 1911, in AUC, D.IV.2.ªE-11-4-27, Caixa 13, Reitoria/Correspondência Recebida da Faculdade de Filosofia).

<sup>1633</sup> Cf. BRITES, Geraldino, «O Museu Zoologico da Universidade», in *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 3 de abril de 1911, n.º 267, pp. 435-440.

Fig. 84 – Sala de Coleções Nacionais do Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra.

*Ilustração Portuguesa*, 3/4/1911, n.º 267.



Em finais de 1913, inícios de 1914, obteve-se do Governo parte do andar superior do edifício do Cabido da Sé, correspondendo aos anseios de Bernardo Aires para que a cadeira de Zoologia beneficiasse durante um tempo satisfatório do fôlego desejado em termos de instalações. Em sessão de 26 de outubro de 1914, o Conselho da Faculdade apontava como uma das necessidades mais urgentes as obras do Museu de Zoologia, sendo aprovado um orçamento suplementar de 350\$00 na sessão de 16 de novembro seguinte.<sup>1634</sup> As obras não tiveram início imediato, pois só em agosto de 1916 foram emitidas as folhas de honorários dos projetos, cadernos de encargos e condições de arrematação das obras de ampliação das dependências (25\$00) e dos trabalhos de construção de expositores (10\$00)<sup>1635</sup>. Em setembro seguinte já há notícia de «fornecimento de material e trabalho executado nas salas em obras»<sup>1636</sup>. Estas foram duradouras e em 24 de março de 1922 pedia-se urgência no seu término, para evitar a deterioração dos trabalhos já executados. Em 29 de outubro de 1925 foi publicado o Decreto n.º 11192, aprovando um crédito especial para a conclusão de várias obras na Universidade de Coimbra, incluindo com uma dotação de 125 mil escudos a rubrica «ampliação das instalações e aperfeiçoamento das já existentes»<sup>1637</sup>, do Museu de Zoologia, situação que comprova a não conclusão dos trabalhos, que segundo um ofício enviado ao Reitor, datado de 30 de novembro seguinte, incluíam a construção de mobiliário fixo (vitrinas, armários, entre outros).

O enriquecimento das coleções foi sempre assumido como objetivo primacial e está intimamente ligado a uma das grandes carências denunciadas pela Direção: a falta de pessoal. Esta realidade influiu diretamente na capacidade para se organizarem

<sup>1634</sup> Cf. AUC, *Livro de Atas do Conselho da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, fls. 33 vrs. e 35 frr., D.IV.1.ºD-3-1-52.

<sup>1635</sup> Cf. AUC, Documentos de Despesa/Museu e Laboratório Zoológico, Caixa 1 – II.1.ºD-9-3-21.

<sup>1636</sup> *Ibidem* (Fornecimento feito por António Maia, empreiteiro de Coimbra, no valor de 178\$51).

<sup>1637</sup> Cf. Decreto n.º 11192 de 29 de outubro de 1925, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 233 de 29 de outubro, pp. 1354 e 1355 (disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1925/10/23300/13541355.pdf>).

explorações zoológicas, dar conta da preparação dos exemplares recolhidos e desenvolver os estudos para divulgação das novas aquisições. Não raras vezes foi solicitado o aumento do pessoal do museu, que se limitava em janeiro de 1914 a um Naturalista, um Conservador Preparador e um Servente<sup>1638</sup>, para além do Diretor. Ao descontentamento pelo escasso pessoal, acresciam os parcos vencimentos, alvo de comparação com as instalações congéneres de Lisboa e do Porto e motivo de dissuasão a eventuais interessados em trabalhar no museu.

Em janeiro de 1911 foi emitida uma Circular ministerial para os Governadores das Colónias, encarregando-os de enviarem para Lisboa os exemplares da fauna desses territórios. Ia acompanhada de instruções de preparação preliminar dos animais, para que chegassem em condições ao destino. Em inícios de dezembro de 1913, Bernardo Aires queixava-se ao Reitor que nada tinha ainda chegado ao museu pelas instâncias oficiais, realçando o papel de alguns particulares no envio de exemplares. Por outro lado, reforçava a necessidade de insistir com o Governo para procurar obter das autoridades coloniais e das legações nacionais em países como o Brasil, Estados Unidos da América, Dinamarca, Rússia e Marrocos, o envio de indivíduos endémicos<sup>1639</sup>. A atestar que nem sempre as pretensões na aquisição de coleções eram coroadas de êxito temos as incidentes sobre os acervos do Colégio de Campolide, solicitados em ofício de 26 de outubro de 1910 ao Reitor da Universidade<sup>1640</sup>. As coleções de Campolide foram restituídas na grande maioria aos Jesuítas expulsos. Em julho de 1912, o MZ fez uma

---

<sup>1638</sup> Cf. Ofício de 9 de janeiro de 1914, de Bernardo Aires para o Reitor, AUC, D.IV.E11.II.ªE.Caixa 8-11-4-22 (Correspondência Recebida). No ano letivo de 1913-1914 o lugar de Naturalista adjunto, até aí ocupado pelo Bacharel de medicina Geraldino Brites, encontrava-se vago, restando somente o Diretor e o Conservador António Duarte (Cf. *Anuário da Universidade de Coimbra – Ano Lectivo de 1913 – 1914*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1914). No ano letivo seguinte, o cargo de Naturalista adjunto foi ocupado pelo Bacharel de Filosofia, Horácio Paulo Menano (Cf. *Anuário da Universidade de Coimbra – Ano Lectivo de 1914 – 1915*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915). Em 1919-1920 o museu passou a contar com o servente Rogério Nogueira de Carvalho (Cf. *Anuário da Universidade de Coimbra – Ano Lectivo de 1919 – 1920*, Imprensa Académica, Coimbra, 1920). Em 1921-1922 iniciou funções o servente João da Fonseca e em 1922-23 o Naturalista Antero Frederico de Seabra.

<sup>1639</sup> Em ofício de 23 de dezembro de 1914, Bernardo Aires elucidava o Reitor sobre a resposta que o mesmo deveria dar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre os animais que o museu desejava adquirir por intermédio do Cônsul ou Ministro em Estocolmo, pelo Consulado em Lima e no Rio de Janeiro. Frisava que as peles não se destinavam a usos industriais mas à preparação dos respetivos exemplares, e por isso deviam vir acompanhadas do crânio e dos ossos dos membros, tratados conforme as instruções enviadas. Lembra também que não obteve resposta de África sobre as peles de vários animais. Cf. AUC, D.IV.E11.II.ªE.Caixa 8-11-4-22 (Reitoria / Correspondência Recebida do Museu Zoológico).

<sup>1640</sup> Cf. Ofício de 26 de outubro de 1910, de Bernardo Aires para o Reitor, pedindo a sua intervenção junto do Ministério do Interior para que as coleções zoológicas dos colégios de «*S. Fiel e Campolide, vários tratados e aparelhos de laboratorio respeitantes a assumptos de Zoologia*», fossem entregues ao museu universitário, e para que se obtivesse a licença para que o próprio Diretor e um outro empregado do museu fossem empacotar as peças (AUC, D.IV.2.ªE.11-4-27, Caixa 13, Reitoria/Correspondência Recebida).



despesa de 6\$000 réis com poleiros e peanhas para animais das coleções de S. Fiel, sobretudo aves, o que comprova a entrada de alguns exemplares daquele colégio<sup>1641</sup>.

Em outubro de 1912 o MZ recebeu uma parte das coleções existentes no Paço das Necessidades.

Alguns documentos de despesa com transporte ou com a compra de peanhas e suportes para diversos animais indicam-nos uma certa frequência na entrada de exemplares: um «gato-toirão africano» (janeiro de 1911); um tubarão (setembro de 1911); tigre, «gatos africanos», lontra, macaco, mustela, «saca-rabos africano», «lobo africano», «monstro de dois cordeiros» (abril de 1913); antílope, hiena, gatos, porco-formigueiro, «rato das serras», cobaia (junho de 1913); corça e pantera (outubro de 1913)<sup>1642</sup>; em fevereiro de 1918 foi emitida uma guia de pagamento das peanhas para um «macaco mono», um ruivo e uma gazela africana; em março para antílope cepe e leopardo; em setembro, para um maquigato e três pangolins; em janeiro de 1919, para otária, cinocéfaló, beijo branco, macaco ruivo; em abril para a montagem de antílopes africanos; em julho de 1922, um suporte em ferro para um monstro de vitelas.<sup>1643</sup>

Também há notícia do envio oneroso de vários cadáveres de animais por parte do Jardim Zoológico: em outubro de 1916 foram comprados um mono barrigudo (3\$00), um lama (15\$00) e um mandril (4\$00); em março de 1917 uma iguana (2\$00), uma cabra angorá (8\$00), um mangusto branco (1\$50), um porco-espinho (5\$00), uma cotia (1\$00), uma águia pescadeira africana (1\$00) e uma leoa (20\$00); em abril de 1917 um galago (1\$00), uma faisoa dourada (2\$50) e uma avestruz fêmea (9\$00); em novembro de 1917 um chimpanzé (8\$00) e um babuíno (2\$00); em dezembro de 1917 um cercopiteco (1\$00), um guanaco (15\$00), uma gazela (1\$50) e um mono da Berbéria (1\$00)<sup>1644</sup>.

Em março de 1918, na sequência da missão do Naturalista Horácio Paulo Menano a Moçambique como Tenente Médico, obteve-se do Museu de Lourenço Marques uma pele e ossos de hipopótamo<sup>1645</sup>.

Por iniciativa do Diretor, em 1924 começou a ser publicada a revista *Memórias e Estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra*, apostada em divulgar trabalhos de investigação científica realizados preferencialmente pelo museu, nos

---

<sup>1641</sup> Cf. AUC, Caixa 121, II.<sup>a</sup>-1.<sup>a</sup>D-8-1-27.

<sup>1642</sup> Cf. AUC, Caixas 116 a 124, II.<sup>a</sup>-1.<sup>a</sup>D-8-1-22 a II.<sup>a</sup>-1.<sup>a</sup>D-8-2-2.

<sup>1643</sup> Cf. AUC, Documentos de Despesa, Museu e Laboratório Zoológico, II, 1.<sup>a</sup>D-9-3-21, Caixa 1.

<sup>1644</sup> Cf. AUC, Museu e Laboratório Zoológico, Caixa 1, II-1.<sup>a</sup>-D-9-3-21, 1916-1926.

<sup>1645</sup> Cf. *Livro de Actas dos Conselhos da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, fl. 59 vs., in AUC, D.IV.1.<sup>a</sup> D-3-1-52.

domínios da «zoologia sistemática», «biologia e parasitologia animal», «anatomia comparada e histologia», «embriologia e teratologia» e «filosofia zoológica», rubricas que constituíam as cinco séries previstas<sup>1646</sup>.

Para dar a conhecer as coleções do museu foram editados, entre outros: *Catálogo Sinóptico dos Mamíferos de Portugal...* (1914) e *Catálogo das Conchas Exóticas existentes no Museu Zoológico da Universidade de Coimbra* (1916), ambos da autoria de Bernardo Aires; *Catálogo Sinóptico dos Ortópteros de Portugal...* (1916), de Bernardo Aires e Horácio Paulo Menano<sup>1647</sup>.

#### **d. Museu e Laboratório Antropológico**

*«A transferência operada a partir da segunda década de novecentos [...] decorreu do crescente desenvolvimento, a vários níveis, da secção de Antropologia»<sup>1648</sup>.*

A ideia de constituir uma secção etnográfica no Gabinete de História Natural surgiu por volta de 1881, ano em que o inventário apresentou pela primeira vez a designação de objetos etnográficos de algumas coleções pré-existentes do fundo primitivo, recolhidas pelo valor de raridade e exotismo aliado ao interesse científico<sup>1649</sup>. São exemplo armas e adereços dos ameríndios oferecidos por Domingos Vandelli e as remessas do Museu da Ajuda, de 1806, em que tomava relevo o espólio resultante da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira à Amazónia (1783-1792). Somaram-se objetos provenientes de Angola, Timor e Macau, numa crescente especialização disciplinar marcada pelo envio das antiguidades arqueológicas para o Museu do Instituto em 1873 e materializada na Carta de Lei de 2 de julho de 1885<sup>1650</sup>, que oficializou as quatro secções do Museu de História Natural e instituiu a disciplina de Antropologia.

---

<sup>1646</sup> Cf. *Memórias e Estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra*, Série I, N.º 1, Fasc. 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, janeiro de 1924.

<sup>1647</sup> *Ibidem*. No período anterior foram publicados *Catálogo do Reptis e Amphibios do continente de Portugal existentes no Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra* (1897), *Catálogo dos Peixes de Portugal em collecção no Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra* (1904) e *Catálogo da collecção de ninhos e ovos das Aves que criam em Portugal existentes no Museu...* (1904), todos da autoria de Adriano Xavier Lopes Vieira, naturalista adjunto da secção de zoologia do Museu de História Natural.

<sup>1648</sup> Cf. AA.VV., «O Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra», in AA.VV., *Universidade(s): História, Memória, Perspectivas, Actas 2 do Congresso História da Universidade 7.º Centenário, 5 a 9 de Março de 1990*, Comissão Organizadora do Congresso, Coimbra, 1991, pp. 94 e 95.

<sup>1649</sup> Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Colecções Angolanas do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra – Uma perspectiva histórica*, Comunicação apresentada na Sociedade de Geografia de Lisboa por ocasião da Comemoração do Meio Milénio da Descoberta do Congo, 1983, p. 5.

<sup>1650</sup> Cf. AMARAL, Ana Rita, MARTINS, Maria do Rosário e MIRANDA, Maria Arminda, *O contexto museológico da antropologia na Universidade de Coimbra: Uma síntese histórica (1772-1933)*, pp. 2-10, disponível em formato digital no sítio de internet da Universidade de Coimbra, separador de Sínteses

Esta especialização derivou também do surgimento prévio de uma secção de Antropologia na Faculdade de Filosofia, esboçada em 1877 e apresentada na Exposição Universal de Paris no ano seguinte. O ensino daquela ciência em Coimbra iniciou-se oficialmente em 1886 graças ao impulso do Doutor Bernardino Machado na criação da cadeira de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-histórica. Por volta de 1890 deu-se início ao gabinete (museu) antropológico, seguindo uma organização dos objetos por critérios morfológicos e funcionais. Em 1900 iniciou funções o primeiro trabalhador da secção de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica do museu – José António Domingos dos Santos –, repartindo os seus afazeres pelas restantes secções.

Em 1894 realizou-se no Palácio de Cristal (Porto) a Exposição Insular e Colonial Portuguesa. Mais de mil objetos de Angola e Moçambique expostos foram depois transferidos para o Museu Antropológico, em parte devido a Júlio Henriques, resultando num incremento significativo das coleções. Até 1907 viveu-se o período de maior vigor das incorporações, especialmente no campo da Antropologia Cultural, contribuindo para um crescimento exponencial do museu, que mal cabia já em quatro salas, no início do novo Regime<sup>1651</sup>. O incremento das coleções levou a que entre 1897 e 1906 Bernardino Machado procurasse ampliar o museu à igreja e ao claustro do Colégio franciscano de São Boaventura, construído entre 1665 e 1678<sup>1652</sup>.

Em 1907, Bernardino Machado saiu da Universidade para se dedicar à política. O sucessor por mais de quarenta anos (1907-1950) foi Eusébio Tamagnini<sup>1653</sup>.

Na 1.<sup>a</sup> República concretizou-se a transferência do Museu e Laboratório de Antropologia para o antigo Colégio de S. Boaventura, na rua Larga, onde permaneceu

---

Históricas [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/ocontexto/ocont](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/ocontexto/ocont) (consulta no dia 17 de novembro de 2013).

<sup>1651</sup> GOUVEIA, Henrique Coutinho, «Coleções africanas do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, Julho-Dezembro, 1985, vol. 1, n.º 2, p. 503.

<sup>1652</sup> Temos conhecimento de um ofício datado de 22 de fevereiro de 1906 que aquele dirigiu ao Reitor, solicitando-lhe a intervenção junto do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, para se levarem a efeito as obras indispensáveis à apropriação do edifício da antiga igreja e claustro de S. Boaventura para instalação do Museu Etnográfico da Universidade. Cf. AUC, D.IV.2.<sup>a</sup>E-11-4-27, Reitoria/Correspondência Recebida, Caixa 13.

<sup>1653</sup> Eusébio Tamagnini Barbosa de Matos Encarnação (Tomar, 8/7/1880 – ?, 1/11/1972), foi professor da Faculdade de Filosofia: substituto de Química Orgânica (1904-1905), Mineralogia e Geologia (1904-1907); lente de Antropologia (1907-1911) e Zoologia (1910-1911). Transitou em 1911 para a Faculdade de Ciências, onde foi professor catedrático de Análise Química Quantitativa (1911-1912), Ciências Biológicas (1911-1923), Antropologia (1911-1937), Morfologia e Fisiologia Vegetais (1912-1913), Zoologia dos Vertebrados (1912-1913, 1917-1918), Botânica Médica (1923-1925; 1928-1929), Biologia (1927-1928; 1936-1937), Botânica Geral (1928-1932), Ecologia dos Animais (1933-1934), Zoologia Geral (1933-1936) e Ecologia (1936-1937). Cf.

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/ENCARNACAO\\_eusebiobarbostamagninidematos](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/ENCARNACAO_eusebiobarbostamagninidematos)

até 1949 e onde posteriormente se ergueria a Faculdade de Medicina. A transferência não foi completamente pacífica e confirmou o protelamento constante de tudo o que envolvesse gastos de capital em trabalhos de beneficiação e adaptação de edifícios. Em junho de 1912, Eusébio Tamagnini alertou o Reitor para a necessidade de salvaguardar a posse do colégio em risco de ser entregue à Guarda Nacional Republicana. Por sua vez, o interlocutor expôs a situação ao Ministro do Interior por ofício datado de 19 de junho<sup>1654</sup> e a 21 de outubro tiveram início as obras de adaptação, para as quais contribuiu a Faculdade de Direito com a cedência de uma verba<sup>1655</sup>. Em 1919 o museu ficou finalmente instalado no novo espaço, em três salas e três secções: «*Museu de Antropologia e Paleontologia Humana, Museu de Arqueologia e Museu de Etnografia*»<sup>1656</sup>. Continuavam a predominar a investigação científica e o ensino, motivando a instalação de uma biblioteca em duas salas<sup>1657</sup>.

O mandato do novo Diretor valorizou mais a Antropologia Física e a Arqueologia, ou seja, as características morfológicas dos grupos humanos e os vestígios antigos da ocupação do território<sup>1658</sup>, através de um programa disciplinar dividido entre Antropologia Zoológica e Antropologia Etnológica, e em que se encetaram novas áreas de investigação, como a Somatometria, a Fisiologia, a Biodemografia e a Osteometria. Destas resultaram: um ficheiro das famílias de Coimbra, entre 1911 e 1943, com registos de casamento, nascimentos e óbitos; o esforço de obter autorização para a recolha de dados métricos entre os praças de vários distritos de recrutamento e reserva, ou do Governo uma disposição legal que obrigasse os presidiários das cadeias de Coimbra a passar pelo Posto Antropométrico anexo. Um decreto de 9 de dezembro de 1911 satisfaz esta pretensão, oficializando a criação do Posto Antropométrico, cuja maior vitalidade decorreu entre 1912 e 1916 e justificou a instalação de um Museu de Antropologia Criminal no Colégio de São Boaventura.

---

<sup>1654</sup> Cf. AUC, D.IV.2.ªE-11-4-23, Reitoria/Correspondência Recebida do MLA, Caixa 9.

<sup>1655</sup> Cf. *Livro de Atas dos Conselhos da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, fls. 10 vrs. e 11 frt., AUC, D.IV.1.ªD-3-1-52.

<sup>1656</sup> Cf. MIRANDA, Maria Arminda, «Extensão Cultural», in AA.VV., *Cem anos de Antropologia em Coimbra 1885-1985*, Museu e Laboratório Antropológico, Coimbra, 1985, p. 210.

<sup>1657</sup> Cf. FIGUEIRAS, Isilda, «Biblioteca», *Ibidem*, p. 61.

<sup>1658</sup> Esta tendência iniciou-se ainda no tempo de Bernardino Machado, tendo sido criada em Coimbra, 1898, sob sua iniciativa, uma Sociedade de Antropologia, com o objetivo de desenvolver os estudos arqueológicos em Portugal, e as coleções desse sector.



Fig. 85 – Colégio de São Boaventura, sede do Museu e Laboratório de Antropologia até 1949. A.A.V.V., *Universidade(s): História, Memória, Perspectivas, Actas 2 do Congresso História da Universidade 7.º Centenário*, Coimbra, 1991.

A prioridade dada à Antropologia Física e à Arqueologia não invalidou que se mantivessem projetos na área de Etnografia. Tamagnini continuou a pugnar pela condigna instalação e remodelação das coleções. Nas instalações do museu, no ano letivo de 1912-13 promoveu um curso livre de Etnografia Colonial, a cargo do professor Gualberto Barros e Cunha, tendo como objetivo a investigação étnica, material e mental das populações das colónias portuguesas da África e da Ásia, ensinamentos especialmente vocacionados para os que fossem desempenhar cargos ou funções nas colónias portuguesas. O enriquecimento das coleções através de permutas, ofertas ou resultantes de missões científicas nos territórios ultramarinos foi também encorajado. Apesar da maior parte do acervo etnográfico ter dado entrada antes do novo regime, compreende-se assim que tenham continuado a entrar novos objetos de várias procedências, fruto da compra ou da generosidade de várias personalidades: - entre junho de 1910 e janeiro de 1911 foram adquiridos por 15\$000 réis vários objetos de Macau e Timor, a José Carvalho e Rego<sup>1659</sup>; em julho de 1913 foram adquiridos à Casa Krantz de Bona alguns modelos para estudo, no valor de 5\$08<sup>1660</sup>; - registaram-se várias ofertas: Geraldino Brites / Angola / 1910; José Ochoa / Idem / 1912; Rafael Gonçalves Neves / Brasil / 1912; José Tamagnini / Idem / 1914; desconhecido / Idem / 1916; José Pinto Meira / objetos de cestaria, bengalas, porrinhos, esculturas e instrumentos musicais de Angola / 1916-1918; João da Silva Couto / Idem / 1917; Alfredo Rego / Angola / 1918; Eusébio Tamagnini / Angola, Moçambique, Timor e Brasil / 1918; M. J. de Oliveira Machado / Angola / 1918; Horácio Paulo Menano / Angola / 1923; José Francisco Nazaré / armas de caça de Angola e Moçambique / 1924<sup>1661</sup>.

<sup>1659</sup> Cf. AUC, Documentos de despesa de material, equipamentos e serviços, Caixa 116, II.1.ºD-8-1-22.

<sup>1660</sup> Cf. AUC, Documentos de despesa de material, equipamentos e serviços, Caixa 124, II.1.ºD-8-2-2.

<sup>1661</sup> Cf. AMARAL, Ana Rita, MARTINS, Maria do Rosário e MIRANDA, Maria Arminda, *Art. Cit.*, pp. 41-44; GOUVEIA, Henrique Coutinho, «Colecções africanas do Museu e Laboratório Antropológico da

Contudo, foi nas áreas da Antropologia Física e da Arqueologia que se verificou um investimento significativo, refletindo-se, como vimos, nos programas das disciplinas e na investigação, no início da publicação das *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa* (1914), e no lançamento do primeiro curso de Antropologia Criminal (1912-1913). Segundo Coutinho Gouveia, logo após a instauração da República gerou-se um projeto museológico para a cidade de Coimbra, dividido em três pólos fundamentais: o Museu Machado Castro, o Museu de História Natural e o Museu Antropológico. Este último acabou por ser beneficiado com as coleções de Arqueologia Pré-Histórica do Instituto, que António Augusto Gonçalves lhe destinou no âmbito do processo de criação do novo museu de Arte e Arqueologia da cidade. Por outro lado, a necessidade de desenvolver novos saberes incentivou a investigação científica e a recolha de novos materiais. A respeito das colheitas de carácter antropológico e arqueológico temos conhecimento de algumas explorações executadas em 1911, em Lavos, Figueira da Foz, Cova, Leirosa e Moinho de Almocharife. Dos trabalhos de António Domingos dos Santos (Conservador e Preparador do museu) na região de Penalva do Castelo (em 1911) resultou a recolha para o museu de duas sepulturas (uma em xisto e outra em granito) provenientes do sítio de S. Martinho, objetos líticos, ossos humanos e fragmentos de cerâmica da anta do Penedo do Com, de fragmentos de vasos cerâmicos do Castro da Serra dos Mouros ou da Paramena. Além da colheita, a António Domingos dos Santos foram oferecidos vários objetos pelo sr. João Patrício de Albuquerque e Castro: um peso de pedra, dois machados neolíticos, um osso fossilizado, e vários objetos romanos (uma mó inteira e parte de outra, uma telha e fragmentos de outras, um peso de barro)<sup>1662</sup>. Em abril de 1912, deram entrada algumas ossadas humanas descobertas no Convento de Cristo em Tomar. Em 1916 entram no museu 36 esqueletos.

Em termos humanos, o MLA padeceu das faltas comuns aos restantes estabelecimentos anexos. Entre os anos letivos de 1910-11 e 1916-17 o museu contou unicamente com os serviços do Diretor e do Conservador José António Domingos dos Santos, designado Conservador Preparador em 1922-23. No ano 1917-18 iniciou-se a

---

Universidade de Coimbra», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, julho-dezembro, 1985, vol. 1, n.º 2, P. 519; MARTINS, Maria do Rosário, «As Coleções Etnográficas», in *Cem anos de Antropologia em Coimbra 1885-1985*, Ob. Cit., p. 137.

<sup>1662</sup> Cf. JLV, «Miscelânea arqueológica: 17. Antiguidades de Penalva do Castelo», in *O Archeologo Português*, M.E.P., Lisboa, jan.-dez. 1916, S. 1, vol. 21, n.º 1-12, pp. 355-356.

colaboração do 1.º Assistente João Gualberto de Barros e Cunha<sup>1663</sup>. Em 1919-1920 foi a vez do Servente Alfredo Borges, proposto pelo Diretor. No ano seguinte, iniciou funções o 2.º assistente, Bacharel António Armando Temido. Em 1926-27, mantinham-se em funções Tamagnini, Domingos dos Santos e Borges.

A República coincidiu também com um maior esforço de organização interna e regulamentação das atividades do MLA. Em 29 de novembro de 1915 foi publicado o *Regulamento Interno do Instituto de Antropologia*, especificando o horário de abertura, as funções dos assistentes, do preparador e conservador, as normas a observar pelos alunos no tocante aos trabalhos práticos, as condições de acesso à biblioteca e as normas de conduta a respeitar nas instalações<sup>1664</sup>. No intuito de se estudar o desenvolvimento e a reorganização do Instituto, Eusébio Tamagnini foi encarregado para uma missão ao estrangeiro (França, Alemanha e Inglaterra), na sessão do Conselho da Faculdade de 2 de julho de 1921.

---

<sup>1663</sup> Cf. *Anuário da Universidade de Coimbra – Ano Lectivo de 1917-1918*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918.

<sup>1664</sup> Cf. AREIA, M. L. Rodrigues de e ROCHA, M. A. TAVARES da, «O ensino da Antropologia», in *Cem Anos de Antropologia em Coimbra, Ob. Cit.*, p. 51.





## CAPÍTULO 27: MUSEUS UNIVERSITÁRIOS DE LISBOA

### 1. MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA NATURAL

#### Historial

As origens do Museu de História Natural da Escola Politécnica remontam ao ano de 1836, altura em que D. Maria II, através de um decreto datado de 27 de agosto, determinou a transferência do remanescente do acervo do Real Museu da Ajuda para a Academia de Ciências, juntando-se ao Museu Maynense.

A 27 de agosto de 1838 o Conselho da Escola Politécnica programou um museu, sugerindo ao Governo que o Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda passassem para a sua alçada para servirem no ensino prático<sup>1665</sup> e aprofundarem o gosto pelo saber. As pretensões só foram atendidas em 1858, por Carta de Lei de D. Pedro V datada de 9 de março, autorizando a mudança do museu<sup>1666</sup> para a tutela da Escola Politécnica e fixando a sua dotação. A transferência das coleções decorreu em 1860, sendo distribuídas pelos gabinetes de Zoologia e Mineralogia (secções de minerais, rochas e fósseis) e ficando a cargo dos lentes de cada uma das cadeiras, a quem cumpria indicar os nomes dos preparadores. Seguiu-se a Carta de Lei de 19 de setembro de 1861, autorizando o Governo a reformar o pessoal e o material do «*museu nacional de Lisboa*», aumentando-lhe a verba em 2 milhões de réis anuais<sup>1667</sup>. O Regulamento do “Museu Nacional de Lisboa” foi publicado a 13 de janeiro de 1862, definindo o pessoal de cada secção (Zoológica e Mineralógica) e respetivas atribuições, as dotações orçamentais e os seus objetivos científicos, dando especial relevo ao estudo da fauna<sup>1668</sup>. Estavam dados os primeiros passos para se cumprirem os desejos de José Vicente

---

<sup>1665</sup> Cf. COSTA, Alfredo Augusto de Oliveira Machado e, *Escola Politécnica de Lisboa: O Museu Mineralógico e Geológico*, col. Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa 1837-1937, Faculdade de Ciências, Lisboa, 1937, p. 13.

<sup>1666</sup> Cf. *Idem*, p. 17: [Sessão de entrega das coleções do Museu de História Natural da Academia das Ciências à Escola Politécnica, em 8 de maio de 1858] «*A coleção de mineralogia e paleontologia, que se acha colocada nas salas de mineralogia, e de conchyologia, e as coleções de zoologia, que constam: - 1.º da coleção de mamíferos, aves de Portugal, crustáceos e zoófitos, na sala dos mamíferos; 2.º Coleção geral de ornitologia, na sala das aves; 3.º Coleção de erpetologia, ictiologia e entomologia, na sala dos reptis; 4.º Coleção de conchyologia, na sala das conchas. § Além das mencionadas coleções entregou mais a Academia tôdas as obras impressas, livros de registos e inventários, papeis avulsos, e mobília diversa, por serem pretenções do dito Museu de Historia Natural*».

<sup>1667</sup> Cf. Sítio de internet do Parlamento: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/36/45/p377> (consulta efetuada no dia 21 de fevereiro de 2013).

<sup>1668</sup> Cf. Decreto de 13 de janeiro de 1862, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/37/92/p33>. Ver regulamento na íntegra no Doc. 86 em Apêndice Documental.

Barbosa du Bocage<sup>1669</sup> de criar em Portugal um grande museu zoológico. Neste intuito, publicou em 1862 as *Instruções Práticas sobre o modo de colligir, preparar e remetter productos zoológicos para o Museu de Lisboa*.

Com a implantação da República, a criação da Universidade de Lisboa por Decretos de 22 de março e 19 de abril de 1911 e da Faculdade de Ciências pelo Decreto de 12 de maio, os museus passaram a ser estabelecimentos anexos permanecendo estreitamente ligados às cadeiras, com importante papel na componente prática obrigatória.

O desenvolvimento dos museus da Faculdade de Ciências de Lisboa entende-se também no domínio das explorações científicas ao continente africano. Urgia recuperar terreno para não envergonhar o país face às potências estrangeiras que desenvolviam explorações nos nossos territórios. Nas sessões do Conselho Escolar de 30 de maio e de 4 de Julho de 1914 Baltasar Osório e Matoso Santos aludiram respetivamente à necessidade de a Universidade de Lisboa desenvolver trabalhos de exploração científica e de subsidiar um explorador que remetesse para os museus da Faculdade os produtos recolhidos<sup>1670</sup>.

A antiguidade dos museus da antiga Escola Politécnica e a falta de verbas para as necessárias ações de manutenção colocaram as várias secções em deficientíssimas condições logísticas. Esta situação era frequentemente denunciada em correspondência dirigida às autoridades competentes<sup>1671</sup>.

O Decreto n.º 5689 de 10 de maio de 1919<sup>1672</sup> conferiu maior autonomia administrativa e financeira ao Museu Nacional, dotando-o de recursos humanos próprios e mais diversificados, e apostando cada vez mais na investigação científica, a par do ensino e da exposição. O Museu, formado por três secções (Zoológica e

---

<sup>1669</sup> Barbosa du Bocage (Funchal, 2/5/1823 – Lisboa, 3/11/1907). Desempenhou os cargos de Ministro da Marinha e dos Negócios Estrangeiros. Foi Lente Proprietário da cadeira de Zoologia a partir de 1851, cargo que desempenhou por mais de 30 anos, e por força do qual ocupou a Direção da Secção zoológica do Museu Nacional de Lisboa. Autor de várias obras de Zoologia, a ele se deveu o regresso a Portugal de alguns espécimes levados para Paris durante as invasões francesas. Cf. *O Setubalense*, edição de 28 de setembro de 2011 –

<http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=693&id=23333&idSeccao=5104&Action=noticia> (consulta efetuada em 22 de março de 2013).

<sup>1670</sup> Cf. *Actas do Conselho Escolar*, Livro n.º 1, Arquivo do Museu de Ciência [AMC], fl. 33 v. e 38 f.

<sup>1671</sup> Cf. *Idem*, Livro n.º 1, AMC, fl. 42 f: «Foi presente ao Conselho a cópia duma nota da Repartição de Instrução Universitária participando que, mais uma vez, oficiára ao Director Geral das Obras Públicas e Minas a solicitar as obras pedidas por esta Faculdade. O Conselho resolve que se insista novamente pela realização dessas obras e que se acrescente que o estado dos telhados e claraboias é tal que chove em quasi todos os pontos do Museu e em muitos outros do edificio».

<sup>1672</sup> Cf. *DG* n.º 98, 9.º suplemento, I Série, de 10 de maio de 1919, p. 1081, disponível em formato digital em <http://dre.pt/pdf1sdip/1919/05/09809/10811081.pdf>.

Antropológica, Mineralógica e Geológica, Botânica), constituiu-se finalmente como um estabelecimento independente do ensino ministrado, com funções independentes das escolares, ainda que se mantivesse como um importante complemento do mesmo. As coleções continuaram a aumentar, mas o mais importante passou a ser a investigação.

O Decreto n.º 12492, de 14 de outubro de 1926 designa como Museu Nacional de História Natural o conjunto constituído pelo Museu e Jardim Botânico, Museu Mineralógico e Geológico, Museu Zoológico e Antropológico (Museu Bocage) e Estação de Zoologia Marítima anexa.

### **a. Museu, Laboratório e Jardim Botânico**

*«A Faculdade tem o maior interesse e o maior desejo em que o Jardim Botânico seja reaberto ao público e, principalmente, em que retome o desenvolvimento que teve, voltando, pelo menos, ao seu estado anterior à Guerra Europeia [...]»<sup>1673</sup>*

A existência de um Jardim Botânico junto da Escola Politécnica foi prevista desde a Lei de 11 de janeiro de 1837, que determinou a criação daquela instituição. Até se concretizar essa aspiração, mediante uma exposição apresentada pelo professor Francisco Xavier de Almeida – professor da 8.<sup>a</sup> cadeira (Zoologia) e interino da 9.<sup>a</sup> (Botânica e Princípios de Agricultura) – em 12 de novembro de 1838, obteve-se do Governo em 17 de outubro do ano seguinte a gestão do Jardim Botânico da Ajuda. A Direção coube ao professor da 9.<sup>a</sup> cadeira, o Dr. José Maria Grande<sup>1674</sup>, a partir de maio de 1840. Nesse mesmo ano, aquele professor patrocinou a nomeação para Preparador e Conservador de Botânica de Frederico Welwitsch<sup>1675</sup>, que depois de iniciar funções percorreu o país de lés a lés, recolhendo para o herbário da secção botânica grande quantidade de exemplares. Em simultâneo, começou a esboçar-se o novo Jardim Botânico, *«atendendo [...] à grande despesa que dava o Jardim de Belem e à distância entre os dois estabelecimentos»<sup>1676</sup>*. Em abril de 1842 já estava delineado o seu plano, mas quando do incêndio que destruiu o edifício da Politécnica em 22 de abril de 1843 as

---

<sup>1673</sup> Ofício do Diretor da Faculdade de Ciências de 12 de dezembro de 1924, dirigido ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, in *Registo de Correspondência 1924-1925*, n.º 696, AMC.

<sup>1674</sup> N. a 13 de abril de 1799 – m. a 15 de dezembro de 1857. Sucedeu-lhe na cátedra de Botânica João de Andrade Corvo, naturalista, político e jornalista (n. 30/01/1824 – m. 15/02/1890).

<sup>1675</sup> O Conselho da Escola Politécnica deliberou, em 24 de outubro de 1840, nomear Frederico Welwitsch Conservador dos Jardins da Politécnica (Ajuda e Cerca da Politécnica). Em 1844 deixou a Politécnica e passou a servir no jardim do Lumiar, pertença do Duque de Palmela. Cf. TAVARES, C. N., *Jardim Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa: Guia*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1967, p. 22.

<sup>1676</sup> Cf. PALHINHA, Ruy Telles, *Escola Politécnica de Lisboa – a IX Cadeira e os Seus Professores*, Col. Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa 1837-1937, Faculdade de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1937, pp. 9 e 10.

obras de construção ainda não tinham começado. Em agosto de 1853 José Maria Grande conseguiu que se incumbisse o lente Fradesso da Silveira para que na sua visita a Bruxelas solicitasse sementes de plantas ao jardim botânico daquela cidade. Em 1856 foi apresentado em Conselho Escolar um relatório de opinião sobre a fundação e custos de um Jardim Botânico na cerca da Escola Politécnica, realizado por uma comissão nomeada em novembro de 1854.

Em outubro de 1858 iniciaram-se finalmente as demoradas obras de construção<sup>1677</sup>, nas quais teve papel preponderante o Primeiro Jardineiro, o alemão Edmond Goeze<sup>1678</sup>. Este foi responsável pela parte superior conhecida como «Classe» e pela tentativa de recuperação em Londres (1872) das coleções de animais e plantas recolhidas em Angola por Welwitsch, o que só aconteceu em 1876, quando Goeze regressou à capital inglesa para contratar a construção da estufa do jardim (3892 libras em quatro prestações)<sup>1679</sup>, concluída em fevereiro de 1878. Este ano marcou também a publicação do Decreto de 7 de maio, assinalando a criação oficial da Secção de Botânica do Museu Nacional de Lisboa que encerrava, entre outras, as coleções e herbários pertencentes ao jardim da Ajuda, enviados da Academia em 1877.

Pouco tempo depois apresentou-se ao serviço Jules Daveau<sup>1680</sup>, a quem se deveu a escadaria que liga a parte superior do jardim à rua das palmeiras, a transformação do olival num arboreto, a beneficiação do sistema de rega e a construção de riachos e cascatas. A par e passo o jardim era aumentado com novas espécies, graças às boas relações que Daveau cultivava com instituições congéneres dentro e fora do país. Daveau foi também responsável pelo aumento do herbário, tendo classificado muitas das plantas recolhidas.

Em 14 de março de 1890 o Conde de Ficalho, Francisco de Mello Breyner, conseguia ainda uma última proeza naquele jardim: a construção de um lago pela

---

<sup>1677</sup> A Francisco de Mello Breyner (1837-1903), nomeado lente substituto em 1860 e entretanto agraciado com o título de Conde de Ficalho, deveu-se um franco desenvolvimento do Jardim Botânico e dos museus da Politécnica. Em fevereiro de 1875 preconizou a organização do Museu Nacional de Lisboa, subdividido em três secções: Mineralógica e Geológica, Botânica e Zoológica. A partir de 30 de julho de 1879, tendo sido nomeado naturalista adjunto da Secção de Botânica do Museu Nacional, deu ainda maior atenção ao desenvolvimento do jardim.

<sup>1678</sup> Edmond Goeze foi contratado em 1866 para o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Posteriormente, exerceu funções no Jardim Botânico da Escola Politécnica entre 1873 e 1876, ano em que regressou definitivamente à Alemanha, sua terra natal, para exercer as funções de Jardineiro Principal no Jardim Botânico de Greifswald. Cf. TAVARES, C. N., *Ob. Cit.*, pp. 25 e 29.

<sup>1679</sup> *Ibidem.*

<sup>1680</sup> Jules Daveau iniciou as suas funções em 16 de dezembro de 1876 com um ordenado idêntico ao de um professor e com casa própria. As suas funções estenderam-se até 1892, altura em que foi viver para Montpellier, em cuja Universidade desempenhou importantes funções.

Companhia das Águas de Lisboa como indemnização pelos danos causados às instalações no âmbito da construção de um túnel. Com a nomeação para Lente proprietário da 9.<sup>a</sup> Cadeira por Decreto de 27 de fevereiro de 1890, Mello Breyner foi substituído no cargo de naturalista da Secção Botânica por António Xavier Pereira Coutinho, que em 1903 ascende ao posto de Professor Catedrático da 9.<sup>a</sup> Cadeira<sup>1681</sup>, vago pela morte do Conde. Para lente substituto foi nomeado Ruy Telles Palhinha, em dezembro de 1904.

Saído Jules Daveau, sucedeu-lhe como Jardineiro Chefe Henri Fernand Cayeux, com os benefícios do anterior autorizados por despacho de 2 de novembro de 1892 e com contrato iniciado em 16 de dezembro desse ano. A sua ação no jardim caracterizou-se pelo embelezamento mediante introdução de plantas ornamentais, promovendo várias exposições. A sua retirada para França é precedida da sugestão para o seu substituto, que recaiu novamente sobre um francês, Henri Navel, que tomou posse a 31 de julho de 1909, acumulando com o cargo homólogo do Jardim Colonial de Lisboa.

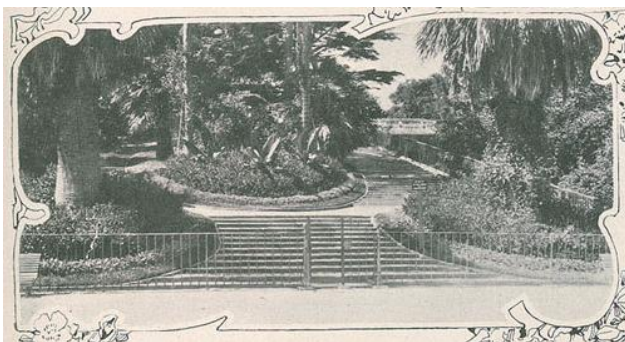


Fig. 86 – Aspeto do Jardim Botânico  
*Ilustração Portuguesa*, 15/9/1911, n.º 292.

Com a República e a transformação da Escola Politécnica em Faculdade de Ciências, Pereira Coutinho ocupou os cargos de professor ordinário e Diretor do Jardim. Nesse período o jardim conheceu dois jardineiros chefes. O primeiro foi Henri Navel e

<sup>1681</sup> D. António Xavier Pereira Coutinho (n. Lisboa, 1851), concluiu o curso de Agronomia em dezembro de 1874. No ano seguinte parte para Bragança, percorrendo Trás-os-Montes para recolher e organizar herbários e ministrar cursos de Agricultura. Em 1878 foi nomeado para a Comissão de Estudo e Tratamento das vinhas do Douro e no ano seguinte para o cargo de Chefe de Serviço do Instituto Agrícola. Iniciou a carreira docente em 1880, apresentando a tese *A Silvicultura no distrito de Bragança* em 1882, para provimento da cadeira de Silvicultura e Economia Florestal no Instituto Geral de Agricultura. Em 1883 torna-se Catedrático da cadeira. Em 1890 ocupou o cargo de naturalista adjunto da Secção Botânica do Museu Nacional. Em 1891 candidata-se e obtém o lugar de lente substituto da IX cadeira da Escola Politécnica, tornando-se Catedrático de Botânica em 1903, por aposentação do Conde de Ficalho, Francisco de Mello Breyner, passando a reger os cursos de Botânica Geral, Botânica Especial e Geografia Botânica, até à sua aposentação em 1921. É autor de diversos trabalhos, entre os quais se destaca *A Flora de Portugal*. Cf. GARCIA, João Carlos, «Notas e Recensões: o distrito de Bragança em 1876 numa carta de D. António Xavier Pereira Coutinho», in *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, I Série, Vol. III, Porto, 1987, pp. 243-248, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1506.pdf>.

o segundo foi Luís José Fernandes, ao serviço desde 1909, e que substituiu o primeiro durante as suas várias licenças<sup>1682</sup>. Os bons serviços prestados por Luís Fernandes valeram-lhe a nomeação para o cargo de Herborizador em 1919, e à saída definitiva de Navel em 31 de julho de 1920 ocupou, primeiro interinamente, as funções de Jardineiro Chefe<sup>1683</sup>, cargo para que foi nomeado a título efetivo em julho de 1926<sup>1684</sup>.

Em dezembro de 1910, Pereira Coutinho reclamava a construção de uma dependência que respondesse ao aumento dos serviços da Secção Botânica, e em que fosse possível proceder «*a escolha, distribuição e arrecadação de sementes, ao expurgo dos exemplares de herbário, à preparação das plantas para as coleções, à guarda de duplicados e para outros fins*»<sup>1685</sup>. A casa das sementes ficou concluída poucos anos depois. Vários problemas tornaram a gestão de Pereira Coutinho penosa e difícil. Além da falta de verbas e de pessoal, intensificadas durante e após o primeiro conflito mundial, o vandalismo e a consequente destruição de culturas solicitavam medidas urgentes. Entre elas, a 30 de maio de 1914<sup>1686</sup> foi aprovado um novo Regulamento para o Jardim Botânico. Em 1921, no relatório final apresentado antes da sua aposentação, o Diretor testemunhava que devido à carestia dos combustíveis para aquecimento das estufas, tivera necessidade de usar árvores de menor valor do jardim como lenha, alertando para a sua iminente decadência, quando era já tão considerado a nível internacional. Em substituição dos plátanos das entradas laterais da antiga Faculdade que dão acesso ao jardim foram colocadas palmeiras de variedade *Washingtonia robusta*, a fim de sanar a falta de luz no 1.º andar e evitar estragos nos telhados<sup>1687</sup>.

Com a aposentação de Pereira Coutinho em 1921, Rui Teles Palhinha<sup>1688</sup> passou a ser o único Professor Catedrático e ao mesmo tempo, por inerência do cargo, Diretor

---

<sup>1682</sup> A acção de Henri Navel foi interrompida por circunstâncias várias. A 1.ª Guerra Mundial obrigou-o a servir o seu país, seguindo-se uma expedição a S. Tomé entre março de 1919 e abril de 1920.

<sup>1683</sup> A proposta para assumir a interinidade foi sugerida pelo Diretor interino Rui Teles Palhinha ao Diretor da Faculdade, em Ofício de 16 de setembro 1921. Cf. *Registo de Correspondência 1920-1921*.

<sup>1684</sup> Cf. Continuação da Sessão do Conselho de 9 de junho de 1923, realizada no dia 13 do mesmo mês, in *Atas do Conselho Escolar*, Livro n.º 4, AMC, fl. 17 f: «*Por proposta do mesmo professor [Palhinha] deliberou-se pedir autorização superior para contratar o herborizador Luis José Fernandes para exercer as funções de jardineiro chefe, provisoriamente já desempenhadas enquanto o Jardineiro-chefe, Navel, esteve a Sul de S. Tomé, e que tem vindo com proficiência e zelo desempenhando desde que este ultimo rescindiu o seu contrato. Aprovado*».

<sup>1685</sup> Cf. TAVARES, C. N., *Ob. Cit.*, p. 38.

<sup>1686</sup> Cf. *Actas do Conselho Escolar*, Livro n.º 1, fl. 34 f.

<sup>1687</sup> Cf. Sessão do Conselho de 24 de janeiro de 1917, in *Actas do Conselho Escolar*, Livro n.º 2, AMC, fl. 27 f.

<sup>1688</sup> Rui Teles Palhinha (n. Angra do Heroísmo, 4/1/1871 – Lisboa, 13/11/1957), formou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra em 1893. Antes de lecionar na Escola Politécnica e na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, exerceu também a docência no ensino liceal em Santarém e em Lisboa. Como botânico, foi responsável pela exploração sistemática da flora açoriana.

do Jardim, cuja direção interina assumiu em 1 de setembro de 1921<sup>1689</sup> e a título efetivo a partir de 29 de novembro. Os problemas verificados na Direção anterior mantiveram-se, com o número de trabalhadores a diminuir drasticamente, os atos vandálicos a persistir, a deterioração das instalações (em especial da estufa) a intensificar-se<sup>1690</sup> e a falta de água a prejudicar a rega das plantas. Sem guardas suficientes para se manter a segurança e a integridade das instalações, o jardim foi encerrado ao público em 1923, chegando-se a tentar uma reabertura com a cedência de guardas por parte da Câmara Municipal, que rapidamente foram considerados desadequados às funções e em 1927 o jardim encerrou para só ser reaberto em 1 de novembro de 1932. Para suprir as dificuldades financeiras e se poder prosseguir em despesas correntes de manutenção, em 1925 equacionaram-se estratégias para vender plantas e flores ao público e editaram-se 12 postais ilustrados com alguns dos melhores exemplares existentes, para a mesma finalidade.

Em termos infraestruturais, mal Palhinha ocupou a Direção, decidiu que se construísse um novo palmário, abrigo para cultivo de plantas ornamentais, que ficou concluído em 1926.

No que toca às coleções, quer o Jardim, quer o Herbário e Museu foram enriquecidos regularmente. Em 1915 iniciou-se a cultura de plantas africanas das possessões portuguesas<sup>1691</sup>, ao passo que prosseguiram «*as excursões e herborizações, feitas pelo seu pessoal, das quais resulta o constante enriquecimento do Herbário Português*», que ganhou mais uma sala<sup>1692</sup>. Destaca-se também, nesse mesmo ano, a publicação, por parte de Pereira Coutinho, de um grande volume de quase 800 páginas, intitulado *Flora de Portugal*. Em 1916 veio a lume o *Catálogo dos líquenes portugueses* do herbário do museu, da mesma autoria.

---

<sup>1689</sup> Em sessão de 29 de julho de 1921 o professor Palhinha propôs que se pedisse autorização para que Pereira Coutinho continuasse a dirigir a Secção Botânica, ainda que aposentado por limite de idade. Cf. *Actas do Conselho Escolar*, Livro n.º 3, AMC, fl. 35 v. Esta situação não se verificou porque o próprio Pereira Coutinho recusou o convite, por questões de precedência. Em sessão de 7 de outubro de 1921 foi proposta pelo Conselho a nomeação definitiva de Teles Palhinha para a Direção da secção botânica do Museu de História Natural (fl. 38 f.).

<sup>1690</sup> Cf. Ofício do Diretor da FC ao Reitor da Universidade de Lisboa, de 8 de janeiro de 1925, in *Registo de Correspondência 1924-1925*, n.º 696, AMC.

<sup>1691</sup> Na colheita de plantas angolanas destacou-se John Gossweiler, ao serviço do Ministério do Fomento.

<sup>1692</sup> Cf. *Anuário da Universidade de Lisboa: Ano Lectivo de 1914-1915*, Imprensa Lucas, Lisboa, 1915, p. 279; Relatório da Direção do Ano de 1916 / Universidade de Lisboa / Faculdade de Ciências / Secção Botânica / António Xavier Pereira Coutinho / 4 de agosto de 1916, AMC.

## **b. Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico: “Museu Bocage<sup>1693</sup>”**

*«Com referencia ao Museu, continuo insistindo nas pessimas condições materiaes da sua instalação, grandíssima insuficiencia de espaço, e portanto deploraveis condições de arrumação; a isto acrescento haver salas em verdadeiro estado de ruína [...]»<sup>1694</sup>*

Como vimos, desde o início da Escola Politécnica que se reclamou a transferência do Museu de História Natural da Academia de Ciências e do Jardim Botânico da Ajuda, para dar suporte às 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> cadeiras, correspondentes, respetivamente, aos domínios da Mineralogia, da Zoologia e da Botânica. Só em 1851 o ensino superior de Zoologia começou a funcionar em pleno, quando foi nomeado para reger a 8.<sup>a</sup> cadeira, denominada Anatomia e Fisiologia Comparadas e Zoologia, o Dr. José Vicente Barbosa du Bocage<sup>1695</sup>. A este coube representar a Escola Politécnica na tomada de posse do acervo científico do museu de história natural na Academia das Ciências, em 8 de maio de 1858. A essas coleções juntaram-se as de D. Pedro V (1863), os duplicados enviados de Paris a título de compensação pela rapina de Geoffroy de Saint Hilaire (1860) e os produtos enviados das Colónias, destacando-se a grande quantidade de aves enviadas por Anchieta.

Embora formalmente funcionasse como uma secção de uma realidade mais vasta, o Museu Bocage era conhecido dentro e fora do país na sua individualidade e dos naturalistas e restante pessoal que nele exerciam funções ou com ele colaboravam. O pessoal superior, entenda-se Diretor, Naturalistas e Conservadores do museu, acumulavam funções na docência e na investigação. Esta situação não se alterou após a morte de Barbosa du Bocage em 1907<sup>1696</sup>, nem durante a República, ao invés dos

---

<sup>1693</sup> Em homenagem aos serviços prestados no desenvolvimento da Zoologia portuguesa e ao enriquecimento das coleções do Museu Nacional de Lisboa, por parte de José Vicente Barbosa du Bocage, que completou 82 anos de idade, a Secção Zoológica do museu passou a designar-se Museu Bocage, por Despacho de 10 de abril de 1905, publicado no *Diário do Govêrno* n.º 85 de 14 de abril do mesmo ano.

<sup>1694</sup> Cf. Relatório da Direção do Ano de 1916 / Universidade de Lisboa / Faculdade de Ciências / Museu Bocage / Fernando Matoso Santos / 21 de agosto de 1916, AMC.

<sup>1695</sup> Publicou cerca de 200 trabalhos de taxonomia de animais, tendo ele próprio descrito várias espécies novas, tendo tido importantes colaboradores, como Félix de Brito Capello, Francisco Arruda Furtado e José Augusto de Sousa. Cf. ALMAÇA, Carlos, «A Zoologia e a Antropologia na Escola Politécnica e na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (até 1983)», in *Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Passado / Presente / Perspectivas Futuras: 150.º aniversário da Escola politécnica, 75.º aniversário da Faculdade de ciências*, Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, 1987, p. 302.

<sup>1696</sup> Sucedeu-lhe o professor Fernando Matoso dos Santos, a partir de 1907. Por inerência dirigiu também a secção de Zoologia do Museu Nacional de Lisboa. O ano de 1907 coincidiu também com a oferta ao Museu Bocage das coleções antropológicas de Francisco Ferraz de Macedo, médico, farmacêutico e antropólogo. A vertente antropológica do Museu Bocage nunca foi tão forte como a zoológica, quer porque a própria ciência antropológica só se começou a desenvolver em finais do século XIX, quer porque as coleções eram essencialmente do foro da Zoologia. A prioridade dos estudos zoológicos é comprovada num ofício que o Diretor da Faculdade de Ciências, José Pedro da Cunha, enviou ao Reitor solicitando novamente a contratação de um naturalista para levar a efeito o estudo das coleções oferecidas



programas, que se tornaram muito mais vastos e diversificados<sup>1697</sup>. À parte teórica somava-se uma relevante componente prática, sendo obrigatória a frequência de 2/3 de 36 sessões de trabalhos diversos em vários domínios, desde a Microscopia e Histologia, à Anatomia e identificação zoológica.

A partir de 1912 iniciaram-se algumas remodelações no museu, criando-se dois laboratórios para trabalhos práticos: um de Microscopia e outro de Anatomia e Fisiologia Comparada<sup>1698</sup>. Destacou-se, no entanto, a reconstrução da antiga Sala dos Mamíferos, transformada em Sala de Anatomia Comparada, acrescentando-se-lhe uma galeria superior acessível por escadas, a abertura de clarabóias e a colocação de novos armários<sup>1699</sup>. Ainda em curso em 1915, as obras obedeceram à necessidade de adaptar o museu à nova organização da Faculdade, mas também para resolver vários problemas de infiltrações que punham em risco os espécimes em exposição, situação várias vezes denunciada e de difícil resolução<sup>1700</sup>. No mesmo ano ficou concluído o *Catálogo geral das colecções expostas no Museu Bocage*, pelo professor Fernando Matoso Santos<sup>1701</sup>, então Diretor. A par destes trabalhos, estava em curso o inventário geral do museu, a revisão e reclassificação das coleções e prosseguia a publicação, em revistas científicas diversas, dos estudos científicos dos naturalistas de serviço<sup>1702</sup>.

---

por Ferraz de Macedo (Cf. *Livro de Correspondência 1915-1916*, Ofício n.º 63 de 27 de dezembro de 1915).

<sup>1697</sup> Para se compreender a organização do plano de estudos das Faculdades de Ciências, vejam-se os DFL de 12 de maio de 1911 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1911/05/11200/19661967.pdf>) e de 22 de agosto do mesmo ano (<http://dre.pt/pdf1sdip/1911/08/19700/35783579.pdf>), que aprovam, respetivamente, o Plano Geral de Estudo das faculdades de ciências e o seu Regulamento.

<sup>1698</sup> Na ata da sessão do Conselho da Faculdade de Ciências de 9 de março de 1914, Matoso Santos alude à falta de espaço para a execução dos trabalhos práticos dos alunos, prejudicando-lhes a essencial componente pragmática dos cursos. Cf. *Atas do Conselho Escolar*, Livro n.º 1, fl. 30 v.

<sup>1699</sup> Cf. Arquivo do Museu Bocage (MNHN), Diversos, Pasta 582, doc. 10; *Anuário da Universidade de Lisboa: Ano Lectivo de 1914-1915, Ob. Cit.*, p. 279.

<sup>1700</sup> Cf. Ofícios do Diretor da Faculdade de Ciências, Pedro José da Cunha, ao Reitor da Universidade, datados de 5 de novembro de 1914 (in *Copiador de Correspondência 1914-1915*, AMC) e 30 de novembro de 1915 (in *Livro de Correspondência 1915-1916*); Ofício de 17 de janeiro de 1918, do Diretor da Faculdade para o Diretor das Obras Públicas (in *Copiador de Correspondência 1917-1918*, AMC); Ofício de 29 de maio de 1922, do Diretor da Faculdade para o Administrador Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Sul (in *Registo de Correspondência 1921-1922*, AMC).

<sup>1701</sup> Fernando Matoso dos Santos (Campo Maior, 1849 – Lisboa, 22/4/1921), foi um naturalista, professor universitário e político português. Coursou Filosofia e Medicina na Universidade de Coimbra, que concluiu em 1874. Tornou-se lente titular da cadeira de Zoologia e Anatomia Comparada da Escola Politécnica em 1880. Foi deputado pelo Partido Progressista em várias legislaturas e por vários Círculos eleitorais. Exerceu também os cargos de Ministro das Finanças e dos Negócios Estrangeiros. *GEPB*, vol. XVI, pp. 609 e 610.

<sup>1702</sup> Em 30 de junho de 1915 foi contratado para as funções de catalogador dos animais ditos inferiores, José Joaquim Ribeiro. Vários trabalhos científicos foram publicados em revistas nacionais e estrangeiras, destacando-se entre estas as *Memórias do Museu Bocage* e *Comptes-rendus des scéances de la Société de Biologie de Paris*. Cf. *Relatório da Faculdade de Ciências / A Apresentar ao Senado da Universidade / Anos Lectivos 1911-1912 e 1912-1913*, Manuel Lucas Torres, Lisboa, 1913; Cf. *Relatório da Faculdade de Ciências / A apresentar ao Senado da Universidade / Ano Lectivo de 1913-1914*, Manuel Lucas

Em 30 de maio de 1914 foi aprovada a contratação de António Aurélio da Costa Ferreira como Naturalista do Museu Bocage, para estudar a coleção antropológica de Ferraz de Macedo e auxiliar no ensino prático de Antropologia<sup>1703</sup>.

Um episódio relevante para a história do Museu Bocage foi a primeira reunião do Conselho de Naturalistas, convocada para 13 de junho de 1921 pelo Diretor, então o Doutor Baltasar Osório<sup>1704</sup>. Estiveram presentes Júlio Bettencourt Ferreira, Aurélio da Costa Ferreira, Antero de Seabra, Sá Vargas e Fernando Frade da Costa, este último naturalista voluntário. Ausente, com justificação, o Dr. Carlos França. A reunião abriu perspectivas para um esforço concertado do corpo de cientistas do museu na produção e divulgação de estudos. Por outro lado facilitou a organização dos trabalhos de cada um, porque ficou estipulada a área zoológica ou antropológica por que cada um deveria responsabilizar-se<sup>1705</sup>. Outra proposta aprovada, sugerida por Fernando Frade: a constituição de uma coleção de estudo para evitar o manuseamento dos espécimes em exposição na secção de Anatomia Comparada.

Apesar desta plêiade de investigadores dedicados a tantas tarefas para além das especificamente museográficas, a falta de recursos humanos e financeiros, vultuosos para a exigente conservação de materiais orgânicos, conduziu à degradação do museu e ao seu encerramento ao público em 1921, por decisão de Baltasar Osório, a braços com grandes infiltrações pluviais. Em 9 de janeiro do ano seguinte foi aprovado o Regulamento do museu<sup>1706</sup>. A reorganização e reabertura caberiam ao seu sucessor, o Dr. Ricardo Jorge, Diretor do museu entre 1926<sup>1707</sup> e 1956.

---

Torres, Lisboa, 1914. Nestes dois relatórios são apresentados títulos de trabalhos publicados por responsáveis das várias secções do Museu Nacional de Lisboa.

<sup>1703</sup> Cf. *Actas do Conselho Escolar*, Livro n.º 1, fl. 33 v.

<sup>1704</sup> Cf. Sessão do Conselho de 28 de abril de 1921, in *Actas do Conselho Escolar*, Livro n.º 3, AMC, fl. 30 f: «*O Conselho delibera propôr a nomeação para Director do Museu Bocage do prof. dr. Baltasar Osório, que se acha exercendo interinamente essa direcção desde a morte do prof. Matoso*», ou seja, desde 25 de abril desse ano. Em 19 de maio foi nomeado Diretor por despacho publicado no *Diário do Governo*, n.º 128, II Série, de 6 de junho.

<sup>1705</sup> Cf. Arquivo do Museu Bocage (MNHN), Diversos, n.º 423: Antero Frederico Seabra ficou responsável pelas coleções de Mamalogia e Coleópteros; Júlio Bettencourt Ferreira pela Herpetologia, vermes marinhos e aves do paraíso; Carlos França pela coleção de Anatomia Comparada (auxiliado por Fernando Frade); a Diogo Albino Sá Vargas couberam as coleções de aves e Ortópteros; a Fernando Frade os aracnídeos.

<sup>1706</sup> Cf. Sessão do Conselho de 9 de janeiro de 1922, in *Atas do Conselho Escolar*, Livro n.º 3, AMC, fl. 47 f.

<sup>1707</sup> Cf. Sessão do Conselho de 13 de outubro de 1925, in *Atas do Conselho Escolar*, Livro n.º 4, AMC, fl. 40 v.: «*Indo dar parte de doente o prof. Dr. Baltasar Osório, o Conselho resolve incumbir interinamente do serviço do Museu de Bocage [...] Artur Ricardo Jorge*»; Sessão do Conselho de 5 de dezembro de 1925, *Ibidem*, fl. 42 v.: «*O prof. Ricardo Jorge, como Director interino do Museu de Zoologia expõe a necessidade que tem de fazer obras no referido Museu para o poder abrir ao publico, abertura da qual resultará rendimento para o Museu em virtude da deliberação do Conselho da entrada ser paga, mas que*

O desenvolvimento das coleções da Secção Zoológica durante o período em estudo deve-se às colheitas feitas pelos naturalistas, mas também por particulares ou por intermédio das instâncias oficiais das províncias ultramarinas, de profissionais nelas ocupados ou ainda graças ao protocolo estabelecido com o Jardim Zoológico e de Acclimação de Lisboa<sup>1708</sup>, a quem cumpria o envio de cadáveres dos animais que dispensava. As permutas com instituições congêneres eram outro meio importantíssimo de enriquecer o acervo, num sistema de relações cultivadas com estabelecimentos europeus e americanos<sup>1709</sup>. Os novos acervos, somados aos antigos, vincaram ainda mais a tendência para a acumulação e a exibição massiva da riqueza coligida, em parte motivada pela falta de espaço, em condições de conservação medíocres, ao ponto de haver exemplares acumulados em gavetas<sup>1710</sup>. Os trabalhos de inventariação e catalogação decorriam de forma lenta, a braços com a falta de pessoal. Por outro lado, a prática corrente apostava no registo imediato das entradas que iam acontecendo<sup>1711</sup>.

---

*se encontra no seguinte dilema não abre o Museu por não ter verba para fazer as obras e não tem dinheiro porque não faz as obras. O Conselho resolve que o Prof. Palhinha e Ricardo Jorge procurem a forma pratica de as realizar».*; Sessão de 9 de janeiro de 1926, *Ibid.*, fl. 44 v.: «*O snr. Director lê uma carta do Prof. Ricardo Jorge, que acaba de receber, em que esse prof. participa que por motivos de doença não pode vir ao Conselho e solicita autorização para poder levantar da secretaria até dois mil escudos a fim de poder custear as despesas das obras a realizar no Museu de Zoologia das quais prestará contas. O Conselho autoriza o adiantamento até à quantia solicitada*»; Sessão de 19 de abril de 1926, *Ibidem*, fl. 46 f.: «*Lido o requerimento em que o Prof. Dr. Osório pede a sua aposentação por ter atingido o limite de idade. Resolve-se enviar o requerimento ás instancias superiores, manter o citado professor, como a lei permite, nos cargos de Naturalista Director do Museu de Zoologia e Bibliotecario e, bem assim, incumbir os profs. Ruy Palhinha e Ricardo Jorge de substituírem eventualmente aquele professor respectivamente nas funções de Bibliotecario e Director do Museu*»; Nesta mesma sessão foi concedido novo adiantamento para a continuação das obras no Museu de Zoologia (fl. 47 v.).

<sup>1708</sup> Cf. Ofício de 18 de junho de 1903, do Presidente da Direcção do JZA – Rodrigues da Costa – para o Naturalista do museu, Baltasar Osório, inserindo as bases em que devia assentar a colaboração entre as duas instituições, pautada por uma cedência de cadáveres, objetos de estudo e entradas livres para o Diretor, naturalistas e alunos de Zoologia, por parte do Zoo, obrigando-se o museu a prestar toda a ajuda de carácter científico sobre os animais residentes no Zoológico, a facultar entrada livre ao pessoal daquela instituição e preparar gratuitamente, nas suas oficinas, os animais necessários. Arquivo do Museu Bocage (MNHN), Diversos, Doc. 202. Não se pode estranhar esta íntima e longa relação entre os dois estabelecimentos, já que o próprio José Vicente Barbosa du Bocage fazia parte da comissão fundadora do Jardim, tendo ele sido um dos membros que assinou um convite-circular intitulado *Convite para membro da Comissão Organizadora de um Jardim Zoologico e de Acclimação em Lisboa*, datado de 10 de agosto de 1882 (Cf. Arquivo do Museu Bocage – MNHN, Diversos, Doc. 189).

<sup>1709</sup> Encontrámos no Arquivo do Museu Bocage várias cartas de cientistas estrangeiros, que nos permitem avaliar as importantes relações científicas em vigor na 1.<sup>a</sup> República, e de que resultavam não só trocas de estudos científicos ou esclarecimentos, mas também de espécimes. A título de exemplo, destacamos o herpetologista húngaro Oliver Geduly do Museu Nacional da Hungria, que entrou várias vezes em contacto com Júlio Bettencourt Ferreira, trocando espécies nativas de ambos os países. Cf. Arquivo do Museu Bocage, Correspondência Estrangeira, docs. CE/G6, CE/G10, CE/G11.

<sup>1710</sup> Cf. *Relatório da Direcção do Ano de 1916 / Universidade de Lisboa / Faculdade de Ciências / Museu Bocage / Fernando Matoso Santos / 21 de agosto de 1916, Doc. Cit.*

<sup>1711</sup> *Ibidem*: «*O registo agora regularmente feito do que entra impossibilitará para o futuro se repitam d'estes factos, mas tem de completal-o o inventario do existente, interrompido por vezes por factos bem independentes da minha vontade. § O que se dá com os exemplares, dá-se com os livros. Um velho, desbaratado e mal feito catalogo, era tudo quanto existia. Alem de bastantes obras de subido valor, é a*

A dimensão científica, baseada na Taxonomia já a sair de moda em outros museus congêneres europeus, bem como a didática, foram as que mais peso tiveram na história do Museu Bocage, ficando sempre comprometida, como nos restantes museus universitários portugueses, a dimensão cultural e educativa para o grande público. Por outro lado, as carências materiais, financeiras e humanas comprometeram seriamente o funcionamento do museu, que praticamente estagnou durante a República, levando alguns anos mais tarde José Antunes Serra a dizer que «*O Museu ficou essencialmente como no tempo de Bocage, excepto pelas perdas que sofreu e algumas adições, estas poucas em relação ao que se precisava*»<sup>1712</sup>.

Na dimensão das coleções e das publicações científicas consequentes teve relevo a publicação, no *Anuário da Universidade de Lisboa* do ano letivo de 1914-1915, o «Memorandum: Sobre a criação duma Estação de Zoologia Marítima dependente da Universidade de Lisboa», da autoria de Matoso Santos e de Baltasar Osório. No texto, os signatários aludem à justiça de a Universidade olissiponense ser contemplada com estabelecimentos já criados, no papel, para a Universidade de Coimbra. Alegavam também o pioneirismo da Escola Politécnica de Lisboa nos estudos da fauna marinha de Portugal e Colónias e que os mesmos continuavam, dando lugar a publicações novas. O desenvolvimento da ciência trazendo à luz novas espécies e fornecendo matéria-prima viva essencial para as novas tendências de investigação, que não se conformavam já com a observação dos espécimes mortos das coleções do museu, era também um argumento de peso. A oferta de uma base de suporte à economia de um país em que a indústria das pescas tinha tanto significado constituía outra razão para a constituição da estação. A empresa só teve o seu desenvolvimento em 1927, quando a Faculdade de Ciências tomou de arrendamento ao Ministério da Guerra o Forte de Nossa Senhora da Guia, perto de Cascais.

---

*nossa Biblioteca rica de “separatas”. § Estes trabalhos grandemente uteis quando conhecidos, são quasi inúteis se não catalogados. Essa catalogação, para ser como se está fazendo, é meticulosa e portanto morosa. § Inventario e catalogo não podem confiar-se a pessoal estranho, ora o pessoal do museu é limitadíssimo, ainda em parte distraído por serviços d’aulas; d’ahi resulta forçada despesa com a catalogação, a não ser se prefira correr-se o risco de se desencaminharem trabalhos de valor. Ainda assim, pelo que respeita ao estado material das salas, declino toda a responsabilidade dos prejuizos que pôdem advir de um momento para outro, se continuarem abatendo os tetos das salas, e esbroando-se as paredes».*

<sup>1712</sup> Cf. SERRA, J. A., «Acerca de Museus de História Natural», in *Revista Portuguesa de Zoologia e Biologia Geral*, Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico / Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1961, vol. 3, n.º 1/3, p. 58.

### c. Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico

«Os actuais naturalistas ao entrarem no exercício das suas funções em 1919, acordaram na necessidade imediata de organizarem as colecções portuguesas e de actualizarem as estrangeiras»<sup>1713</sup>.

A secção minero-geológica do museu da Politécnica começou a ser organizada pelo professor Francisco António Pereira da Costa (1809-1888) – lente da cadeira de Mineralogia, Geologia e princípios de Metalurgia – entre 1840 e 1843, atividade que foi interrompida em consequência do incêndio no edifício em 22 de Abril daquele ano<sup>1714</sup>, destruindo parcialmente as colecções. Entre as décadas de 60 e 80 de oitocentos, Pereira da Costa (Diretor), Lemos de Andrade (Conservador) e Francisco Xavier de Almeida (Naturalista) devotaram-se à organização das colecções mineralógicas e estratigráficas, conseguindo reunir e classificar uma coleção de cerca de 8000 exemplares<sup>1715</sup>. Em grande parte, tal deveu-se a aquisições onerosas de colecções em Portugal e no Estrangeiro, à transferência das colecções de outras instituições<sup>1716</sup>, a colheitas executadas pelos naturalistas da Politécnica ou colaboradores externos na Metrópole e nas Colónias<sup>1717</sup>, a ofertas, das quais se destacaram as efetuadas pelos próprios monarcas, D. Pedro V e D. Luís, mas também de outras esferas governamentais nacionais e estrangeiras.

Segundo Galopim de Carvalho e César Lopes, a 1.ª República marcou uma tentativa de desenvolvimento do MLMG no sentido da investigação científica, contrapondo-se à categoria de «*Necrópole da Biosfera*»<sup>1718</sup>.

---

<sup>1713</sup> Cf. COSTA, Alfredo Augusto de Oliveira Machado e, *Escola Politécnica de Lisboa: O Museu Mineralógico e Geológico, Ob. Cit.*, p. 35.

<sup>1714</sup> O projeto do novo edifício só foi aprovado em 1857 e as obras de construção estenderam-se até finais da década de 70.

<sup>1715</sup> Sucedeu-lhe na Direção José Maria Latino Coelho, promovido a lente proprietário da 7.ª Cadeira por Decreto de 21 de janeiro de 1886, mas só depois da morte de Pereira da Costa assumiu o cargo inerente à frente do museu. Latino Coelho já havia substituído Pereira da Costa quando este esteve na Direção da Comissão Geológica entre 1857 e 1869. Engenheiro Militar de formação, foi político, publicista e jornalista. As suas funções na Direção terão sido certamente prejudicadas por tantas atividades paralelas, mas ao mesmo tempo colmatadas com a intensa atividade do Naturalista Jacinto Pedro Gomes. Faleceu em 29 de agosto de 1891.

<sup>1716</sup> Em 1868 deram entrada as colecções da Comissão Geológica.

<sup>1717</sup> Destacaram-se, durante a segunda metade do século XIX, as colheitas de Friedrich Welwitsch em Angola (1853-1861), do Engenheiro Alfredo Freire de Andrade em Moçambique (a partir de 1884), de Francisco Newton em S. Tomé e Príncipe (anos 90 do século XIX), Engenheiro Rego Lima em Angola (anos 90).

<sup>1718</sup> Cf. GALOPIM DE CARVALHO, A. M. e LOPES, César Lino, «Geociências na Universidade de Lisboa – Investigação Científica e Museologia», in *Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Passado / Presente / Perspectivas Futuras: 150.º aniversário da Escola politécnica, 75.º aniversário da Faculdade de ciências*, Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, 1987, p. 252. O aumento de trabalhos de investigação científica a cargo do museu justificaria, a partir de 1931, a publicação do

Durante os primeiros anos do novo regime destacou-se no papel de organizador das coleções o Naturalista Jacinto Pedro Gomes, Engenheiro de Minas com formação externa obtida em Freiberg, ao serviço entre 1883 e 1916, ano da sua morte<sup>1719</sup>. A ele se deveu a reorganização segundo novos métodos, em especial da secção mineralógica, para a qual conseguiu obter materiais raros, invejados por museus estrangeiros. Outro dos seus legados foi o desenvolvimento das coleções petrológica e paleontológica, sistematicamente organizadas, a primeira numa secção geral estrangeira, por andares e por fácies, e a segunda disposta por ordem zoológica.

Em 27 de julho de 1917 foram publicadas as *Instruções regulamentares do serviço interno* do museu, assinadas pelo Diretor Francisco Ferreira Roquete<sup>1720</sup>. Constituídas por onze artigos, as suas disposições visavam clarificar as funções do Conservador, do Preparador, do Ajudante de Preparador e dos dois Serventes, explicitar os horários de abertura, entrada e saída dos espaços e normalizar o movimento de entrada e saída de objetos. Além da necessidade de organizar os serviços, Ferreira Roquete insistia na continuação da organização e atualização do museu, reconhecendo que para tal era preciso mais do que um naturalista e para o efeito, sugeriu ao Ministério da Instrução a criação de dois lugares. O desdobramento efetivou-se com a publicação do Decreto n.º 5250 de 19 de maio de 1919.

A partir de julho de 1919, Carlos Bento Freire de Andrade e António da Silva e Sousa Torres assumiram as funções de naturalista<sup>1721</sup>. Mal assumiram os seus postos, preocuparam-se em renovar o museu, quer pela organização das coleções portuguesas (metropolitanas e coloniais) e atualização das estrangeiras, quer pela remodelação da exposição, conferindo ao estabelecimento um papel mais ativo na educação da população em geral. Tratava-se de afinar o museu às novas tendências da Museologia, não descurando a missão de ensino e investigação própria dos museus universitários, que acabou por prevalecer.

---

*Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico*, que se manteria até 1980, quando foi editado o seu último número.

<sup>1719</sup> Jacinto Pedro Gomes morreu em 5 de janeiro de 1916.

<sup>1720</sup> Francisco Ferreira Roquete, Engenheiro de Minas, nasceu em 28 de setembro de 1844 e morreu em 21 de fevereiro de 1931. Tornou-se lente substituto da 7.ª Cadeira por Decreto de 23 de fevereiro de 1887, quando Latino Coelho ocupou o cargo de lente proprietário. Por decreto de 25 de fevereiro de 1892 passou ele à condição de proprietário e por inerência 3.º Diretor do MLMG.

<sup>1721</sup> Cf. Sessão do Conselho de 7 de junho de 1919, in *Actas do Conselho Escolar*, Livro n.º 3, AMC, fl. 1 f: «Aprovadas as propostas de nomeação de António da Silva e Sousa Torres e Carlos Bento Freire de Andrade para naturalistas do museu mineralógico».

Apesar de movidos por uma série de boas intenções, Freire de Andrade e Sousa Torres tiveram de adiar o seu projeto até finais da década de 20, pois em 1921 o segundo foi nomeado para dirigir a Missão Geológica de Angola, onde se manteve até 1926, e o primeiro ocupou-se em variadíssimas atividades, tais como várias deslocações a África e saídas de campo no nosso país e estrangeiro<sup>1722</sup>. A essas deslocações e às de outros naturalistas se ficou a dever o aumento significativo das coleções coloniais. Em 1925 chegaram as primeiras remessas de minerais da missão liderada por Sousa Torres<sup>1723</sup>, marcando a breve trecho a necessidade de repensar a exposição e a ampliação do museu, projetos iniciados em 1927 e concluídos em 1934, com a inauguração da galeria de minerais, efetivando uma exposição permanente que se manteria até 1972, disponibilizada ao público em geral apenas um dia por semana. Consagrava-se, enfim, a responder às necessidades de uma “clientela” especializada nos estudos geológicos, mineralógicos e paleontológicos, em desprimitor das funções museológicas como as entendemos atualmente, tendentes a servir o mais alargado público possível<sup>1724</sup>.

---

<sup>1722</sup> Cf. Sessão do Conselho de 26 de maio de 1922, in *Actas do Conselho Escolar*, Livro n.º 4, AMC, fl. 1 v. e 2 f.

<sup>1723</sup> Cf. Sessão do Conselho de 5 de fevereiro de 1926, in *Actas do Conselho Escolar*, Livro n.º 4, AMC, fl. 45 v.: «O snr. Director traz ao conhecimento do Conselho que a Missão Geológica de Angola lhe enviou trinta e dois caixotes com material, que está sendo estudado por engenheiros dessa Missão no edifício da Faculdade, tendo-lhes cedido a chamada casa da guarda».

<sup>1724</sup> Sobre alguns espécimes entrados nos museus da Faculdade de Ciências de Lisboa, ver Doc. 87 em Apêndice Documental.





## CAPÍTULO 28: MUSEUS UNIVERSITÁRIOS DO PORTO

### 1. DA ACADEMIA POLITÉCNICA À FACULDADE DE CIÊNCIAS

#### Historial

No contexto da Academia Politécnica do Porto<sup>1725</sup> organizada pelo Decreto de 13 de janeiro de 1837, foram criados cursos de caráter técnico com cadeiras a que se associaram como complemento de estudos algumas valências museológicas: «*um gabinete de história natural industrial, um gabinete de máquinas, um laboratório químico e oficina metalúrgica e um jardim botânico e experimental*»<sup>1726</sup>. Estes estabelecimentos demoraram a organizar-se graças a um pequeníssimo orçamento, motivando duras críticas ao Governo, acusado de contemplar a congénere da capital com verbas que permitiam a instalação de gabinetes e laboratórios. Exceção feita para o jardim botânico, já existente.

Em meados do século XIX, além das campanhas políticas defensoras da sua extinção, a Academia Politécnica do Porto viveu em grande carência económica. Alguns lentes, conscientes de que um ensino técnico não podia ser eficaz sem uma forte componente prática, chegaram ao ponto de prescindir de parte dos vencimentos para aquisição de equipamentos: o de Química para instalar o laboratório químico; os de Zoologia e de Astronomia para equipamentos científicos. Depois da visita do rei D. Luís em 1864 a situação começou a infletir, com a aplicação de verbas mais substanciais (650\$000 réis) nos vários estabelecimentos existentes: Laboratório Químico, Gabinete de História Natural, Gabinete de Física e Biblioteca. A verba aumentou para 2500\$000 réis com a Lei de 14 de junho de 1883 mas a crise continuava, dados o número reduzido de lentes e de cadeiras, que eram mal estruturadas e com pouquíssima componente prática, e a concorrência do ensino elementar técnico das Escolas Industriais e Agrícolas, que cativava maior número de alunos. Para suprir a situação, o deputado

---

<sup>1725</sup> A Academia Politécnica do Porto foi criada por Decreto de 13 de janeiro de 1837 e inaugurada solenemente em 15 de março seguinte, durante o Ministério de Passos Manuel. Derivou das iniciativas levadas a cabo pela Junta Administrativa da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro: Aula de Náutica criada em 1762; Aula de Desenho e de Debuxo criada em 1779 (aberta em 17 de fevereiro de 1780), e da Academia Real de Marinha e Comércio, criada em 29 de julho de 1803 (aberta em 4 de novembro seguinte); todas instaladas no Seminário dos Órfãos da Graça. Em 1911, com a criação da Universidade do Porto, a Academia Politécnica ficou anexada àquela e a breve trecho integrou a Faculdade de Ciências. Ver referência da nota seguinte.

<sup>1726</sup> Cf. «Genealogia duma Escola: origem e tradições da Academia Politécnica – Actual Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (1762-1911)», in *Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Antiga Academia Politécnica): Anos Lectivos de 1911-1912 a 1913-1914*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915, p. XXXVIII.

Venceslau de Lima – Professor de Geologia da Academia – apresentou um projeto para reformar o ensino na Academia, convertido em Lei datada de 21 de julho de 1885. Foram criados novos cursos e extintos outros considerados inúteis, novas cadeiras e novos programas, dando-se realce aos cursos de Engenharia Civil, Industrial e de Minas e maior atenção aos estabelecimentos anexos.

No final do séc. XIX e princípios do XX foram promulgados novos diplomas importantes para a Instituição: em 1 de agosto de 1899 uma carta de lei autorizou a contração de um empréstimo para a conclusão do edifício-sede; um decreto de 2 de setembro de 1901 aumentou os postos de trabalho com três naturalistas (Mineralogia, Zoologia, Botânica<sup>1727</sup>), entre outros, criou duas novas cadeiras, entre elas Mineralogia, aumentou as propinas das aulas teóricas e implementou as propinas dos trabalhos práticos.

Para o ano letivo de 1904-1905, o orçamento incluiu verbas para instalar os gabinetes de Física, Zoologia e Mineralogia, no valor de 600, 300 e 200 mil réis, respetivamente. No ano seguinte, na sequência de uma dotação do Governo no valor de 20 contos, foi nomeada uma comissão para instalar os vários gabinetes, tendo cabido ao de Zoologia 680 mil réis, e 1 milhão de réis distribuídos equitativamente pelo de Botânica e de Mineralogia. Tratava-se, sem dúvida, de uma época de relativo desafogo, nunca antes experimentado.

Com o DFL de 19 de agosto de 1907 ganhou-se autonomia civil e parte do dinheiro das propinas passou a poder reverter para despesas internas, o que favoreceu o aumento das verbas para investimento.

Como vimos, a República e a sua aposta em novas pedagogias transformou a Politécnica em Faculdade de Ciências, integrada na recém-criada Universidade do Porto. Além dos cursos de Engenharia, foram criados novos cursos, entre eles os de bacharéis e doutores em Ciências Físico-Químicas e Histórico-Naturais e, dentro deste contexto, entende-se o desenvolvimento dos estabelecimentos museológicos anexos, para dar suporte à forte componente prática do ensino, prevista no Decreto de 12 de maio de 1911.

A Lei n.º 226 de 30 de junho de 1914, orçamentando os serviços do Ministério de Instrução Pública, designou como estabelecimentos anexos da Faculdade de Ciências

---

<sup>1727</sup> Dando cumprimento ao decreto de 2 de Setembro de 1901, foram nomeados naturalistas adjuntos por decreto de 5 de dezembro de 1901: António Augusto da Rocha Peixoto para o Gabinete de Mineralogia e Geologia; Augusto Pereira Nobre para o Gabinete de Zoologia; Gonçalo António da Silva Ferreira Sampaio para o Gabinete de Botânica.

um Museu e Laboratório de Mineralogia e Geologia, um Jardim, Museu e Laboratório de Botânica, um Laboratório e Estação de Zoologia Marítima. Cada um tinha o seu Diretor, cargo correspondente ao proprietário da respetiva cadeira, um naturalista e um guarda<sup>1728</sup>.

#### **a. Museu e Laboratório de Botânica**

*«Não deixa de causar certa estranheza o desinteresse, ou mesmo aversão, que pessoas responsáveis mostraram pelo Jardim Botânico, [...] nem sequer se dando ao trabalho de compararem com [...] universidades [...] portuguesas congéneres de Lisboa e Coimbra, ambas com importantes Jardins Botânicos»<sup>1729</sup>.*

O Jardim Botânico do Porto foi criado por portaria de 24 de setembro de 1836, no âmbito da Academia Real de Marinha e Comércio, prevendo-se o seu complemento com estruturas que suportassem a função educativa, científica e reprodutiva: museu, herbário e estufas. Não passou, todavia, do papel, e no artigo 165.º do Decreto de 13 de janeiro de 1837, que criou a Academia Politécnica, estabeleceu-se a criação de um Jardim Botânico e Experimental. No ano de 1852 foi atribuído terreno à Academia na cerca do Convento das Carmelitas, para que pudesse construir o seu jardim, tendo recebido uma verba de 300 mil réis em 1858. Entretanto, a efetiva utilização para as finalidades da cedência foi protelada aos interesses do caseiro, que usava o espaço para uso próprio com o aval do Diretor da Politécnica – João Baptista Ribeiro –, à revelia do Diretor do Jardim – Francisco de Sales. Com o afastamento de Baptista Ribeiro em finais de 1865 o caseiro foi despedido e iniciou-se finalmente o cumprimento do plano elaborado pelo Barão de Castelo de Paiva. Seguiram-se cerca de 20 anos de labor regular e posteriormente vieram os anos da agonia, com grande parte do corpo docente da Academia a defender a inutilidade do estabelecimento. Segue-se o afastamento temporário do «*Dr. Amândio Gonçalves, desgostoso e aborrecido com a estranha e incorrecta atitude da maioria dos colegas*»<sup>1730</sup>.

---

<sup>1728</sup> Cf. Lei n.º 226, Art. 61.º, in *DG*, I Série, n.º 107, p. 25. (<https://dre.pt/application/file/476256>).

<sup>1729</sup> Cf. SALEMA, Roberto, «A Botânica na Faculdade de Ciências do Porto», in AA.VV., *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: os primeiros 75 anos*, FCUP, Porto, 2000, p. 296.

<sup>1730</sup> Cf. LIMA, Américo Pires de, «O Jardim Botânico da Faculdade de Ciências», in *Trabalhos do Instituto de Botânica «Dr. Gonçalo Sampaio»*, Sep. do Jornal do Centro Universitário n.ºs 9-10 de 28 de maio de 1949, Imprensa Moderna, Porto, 1949, p. 6.

Em 1903 o Jardim Botânico foi encerrado e só foi criado em outro local (Casa Andresen<sup>1731</sup> ao Campo Alegre) por Decreto n.º 38518 publicado no *DG* de 21 de novembro de 1951, como estabelecimento anexo da Faculdade de Ciências.

No ano letivo de 1911-1912 o proprietário da cadeira de Botânica – Manuel Amândio Gonçalves – adoeceu, sendo extraordinariamente aceite que o Naturalista Adjunto, Gonçalo Sampaio<sup>1732</sup>, sem o curso completo mas com uma carreira marcada pelo mérito científico, ascendesse de forma gradual ao lugar de Professor Ordinário da 3.ª Secção (Ciências Histórico-Naturais), 2.º Grupo (Ciências Biológicas). Mantinham-se em funcionamento o Gabinete e o Laboratório de Botânica, dirigidos a partir daquele ano letivo por Gonçalo Sampaio, coadjuvado por três Assistentes e um guarda<sup>1733</sup>.

Nos anos letivos de 1913-1914 a 1917-1918, o pessoal do gabinete foi reduzido. Gonçalo Sampaio mantinha a Direção, sendo auxiliado pelo 2.º Assistente António Luís Machado Guimarães, pelo Naturalista Celestino da Costa Maia e pelo Servente jornalista Mário de Castro.

O relevante trabalho científico de Gonçalo Sampaio nos domínios da Taxonomia, da Nomenclatura e da História da Botânica, no estudo da flora vascular portuguesa (1901-1923) e dos líquenes (entre 1916 e 1923) valeu-lhe, no *Diário do Governo*, II Série, de 21 de março de 1921, a criação do Instituto de Investigações Botânicas da Faculdade de Ciências do Porto, aprovado em Conselho Escolar e sancionado por António José de Almeida, Ministro da Instrução Pública, em 24 de novembro de 1920. Para a Direção foi nomeado GS.

---

<sup>1731</sup> Andresen é o apelido de D. Joana, antiga proprietária da Quinta Grande de Salabert, colocada em hasta pública pelos herdeiros em 1937. Por intervenção do Reitor Amândio Tavares, a Universidade do Porto conseguiu do Governo a aquisição do imóvel e do seu parque muito arborizado, projetando-se um jardim e um museu botânicos.

<sup>1732</sup> Gonçalo António Ferreira da Silva Sampaio nasceu em S. Gens de Calvos – Póvoa de Lanhoso, em 29 de março de 1865. Em dezembro de 1901 foi nomeado para o cargo de Naturalista Adjunto da cadeira de Botânica da Politécnica. Em dezembro de 1912 assumiu o cargo de Professor Ordinário, passando a reger os cursos de Botânica Geral, Botânica Especial e Morfologia e Fisiologia Vegetais. Cf. *Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Antiga Academia Politécnica): Anos Lectivos de 1911-1912 a 1913-1914, Ob. Cit.*, p. 56. Em 1894 inscreveu-se como sócio da Sociedade Broteriana. Com a doença de Manuel Amândio Gonçalves, Gonçalo Sampaio viu a possibilidade de tomar conta da regência das cadeiras de Botânica, primeiro como 2.º Assistente (ao abrigo do Decreto de 13 de julho de 1911), depois como 1.º Assistente (Decreto de 17 de agosto de 1911) e finalmente como Professor Ordinário (Decreto de 7 de dezembro de 1912). Chegou também a ocupar o cargo de professor de Zoologia dos Invertebrados, em substituição de Augusto Pereira Nobre, ocupado no cargo de Deputado (janeiro de 1914). Cf. CABRAL, João Paulo, *Gonçalo Sampaio. Vida e obra. Pensamento e acção*, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, junho de 2009, pp. 201-205.

<sup>1733</sup> António Augusto Esteves Mendes Corrêa (2.º assistente); Aureliano Nazaré dos Santos Pecegueiro (2.º assistente); Celestino da Costa Maia (2.º assistente); Joaquim Casimiro Barbosa (guarda), substituído posteriormente por José Maria Vieira de Barros.

O Museu Botânico e respetivo herbário já existiam antes da chegada de Gonçalo Sampaio à Academia Politécnica, tendo sido enriquecido com profícuas herborizações realizadas, entre outros, por Joaquim Casimiro Barbosa e Joaquim Tavares, ambos ao serviço do Jardim Botânico e Experimental, e também pelo ainda aluno Gonçalo Sampaio, por Eugène Schmitz e Isaac Newton. Desde que em 1901 Gonçalo Sampaio ocupou o cargo de naturalista, intensificou as herborizações, sendo apoiado por Edwin Johnston até cerca de 1913. As relações científicas e de permuta que desenvolveu com cientistas dentro e fora do país (Júlio Henriques; António Xavier Pereira Coutinho; Jesuítas da *Brotéria* como A. Luisier e J. S. Tavares, mesmo no exílio destes; os Padres Clemente Lourenço Pereira e José Manuel Miranda Lopes; Otto Leonhardt; Carlos Pau até 1935; Ruy Telles Palhinha; Bouly de Lesdain, até 1925; F. Erichsen; Adolf Hugo Magnusson em 1922-23; H. Olivier; A. Zahlbruckner), contribuíram significativamente para o enriquecimento do museu. A Américo Pires de Lima (assistente de Ciências Histórico-Naturais entre 1913 e 1921) deveu-se também a incorporação de algumas espécies de Moçambique, recolhidas durante a sua estada naquele território, por ocasião da I Guerra.

Como resultado das permutas encetadas com alguns daqueles investigadores, enumeramos algumas remessas recebidas por Gonçalo Sampaio: na década de 1920, o padre Clemente Lourenço Pereira, autor de uma flora de Paredes de Coura, enviou alguns espécimes desta região; em maio de 1920, por exemplo, recebeu um postal de Bouly de Lesdain acompanhando uma remessa de líquenes; a 22 de fevereiro de 1922 algumas amostras de líquenes enviadas por Zahlbruckner; a 27 de outubro de 1922 recebeu da parte de Magnusson uma remessa de líquenes escandinavos.

As preocupações de Gonçalo Sampaio com a transmissão dos conhecimentos adquiridos nas suas investigações levaram-no a publicar vários trabalhos, entre eles: *Prodromo da Flora Portuguesa* (1909-1911); *Manual da Flora Portuguesa* (1909-1914); *Lista das Espécies do Herbario Português* (1913); *Lichenes de Portugal* (março de 1923); *Liquenes portugueses (apontamentos)* (1915); *Flora de Ponte de Lima* (dezembro de 1923); *Novos materiais para a liquenologia portuguesa* (março de 1924).

## b. Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico

«[...] este Museu, com a reforma universitária de 1911 adquiriu mais ampla dimensão sobretudo com a aquisição de novas colecções geológicas [...]»<sup>1734</sup>.

A Lei de 14 de junho de 1883 suscitou a criação de uma cadeira autónoma para o ensino de Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Minas (6.<sup>a</sup> cadeira). Por sua vez, como efeito da Lei de 21 de julho de 1885, aquela cadeira desdobrou-se nas 9.<sup>a</sup> (Mineralogia, Paleontologia e Geologia) e 15.<sup>a</sup> cadeiras (Docimásia, Metalurgia e Arte de Minas). À sombra destas disciplinas compreende-se o aumento considerável das colecções didáticas e gerais de minerais, rochas e fósseis e a criação em finais do séc. XIX de um Gabinete Mineralógico e Geológico, com colecções primitivas, nomeadamente da área da Estratigrafia e da Paleontologia.

O Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico, decorrente da criação da Faculdade de Ciências e do estabelecimento do seu plano geral de estudos pelo Decreto de 12 de maio de 1911, subdividiu-se em Museu e Laboratório de Geologia e Paleontologia, dirigido por Aarão de Lacerda, e Museu e Laboratório de Mineralogia e Petrologia, da responsabilidade de Castro Portugal<sup>1735</sup>, professor de Mineralogia. Partilhavam entre si um grupo de colaboradores, constituído por um naturalista –

---

<sup>1734</sup> Cf. CANÊLHAS, M.<sup>a</sup> Graça Salvado, *Museus portugueses de História Natural: perspectiva histórica*, col. «Cadernos de Museologia», Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa, 1983, n.º 1, p. 35.

<sup>1735</sup> Aarão Ferreira de Lacerda nasceu em S. Sebastião do Touro (Vila Nova de Paiva) a 3 de outubro de 1863 e morreu no Porto em 16 de janeiro de 1921. Doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra e Médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto. em 1887 foi nomeado lente substituto de Filosofia da Academia Politécnica do Porto. Em 1890 tornou-se lente proprietário da cadeira de Zoologia (11.<sup>a</sup>). Depois de exercer o mandato de deputado pelo Círculo de Lamego (1896-97) regressou à Politécnica, onde não só retomou as suas funções, como também resolveu estudar Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, concluindo o curso em 1905. Em 1910, por Decreto de 19 de maio de 1910, tornou-se lente proprietário da cadeira de Mineralogia (20.<sup>a</sup> cadeira), passando a reger os cursos de Mineralogia, Geologia e Paleontologia. Em 1911, com a criação da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, tornou-se o catedrático das Ciências Geológicas (1.º Grupo – 3.<sup>a</sup> Secção) e Diretor do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico. Foi um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, tendo contribuído bastante para a investigação nos domínios da Zoologia e da Geologia em Portugal. Cf. [http://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?P\\_pagina=1006697](http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1006697) (consulta efetuada a 10 de dezembro de 2013) e *Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Antiga Academia Politécnica): Anos Lectivos de 1911-1912 a 1913-1914, Ob. Cit.*, pp. 54 e 55.

José Amadeu dos Reis Castro Portugal nasceu em Vila Nova de Gaia em 25 de dezembro de 1870 e morreu na mesma cidade, a 4 de dezembro de 1936. Engenheiro Civil, de Minas e Industrial formado na Academia Politécnica. Desempenhou o cargo de Naturalista de Mineralogia antes de ser nomeado professor extraordinário por Decreto de 28 de outubro de 1913, passando a reger os cursos de Mineralogia e Geologia do Curso Geral e de Mineralogia e Petrologia. Cf. *Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Antiga Academia Politécnica): Anos Lectivos de 1911-1912 a 1913-1914, Ob. Cit.*, p. 55. Ao seu trabalho de campo deveu-se o crescimento das colecções do museu, nomeadamente através da colheita de minerais portugueses. Cf. SANTOS JÚNIOR, J. R. dos, *Museus da Faculdade de Ciências do Porto: Museu de Zoologia Dr. Augusto Nobre*, Porto, 1963, p. 12; Ver também [http://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?P\\_pagina=1006495](http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1006495) (consulta efetuada a 10 de dezembro de 2013).

António da Silva e Sousa Torres, três assistentes e um servente assalariado<sup>1736</sup>. A partir do ano letivo de 1914-15 mantiveram-se os diretores mas cada secção passou a ter pessoal próprio<sup>1737</sup>.

Durante as primeiras décadas do séc. XX, as instalações do MLMG (museus, aulas, laboratórios e gabinetes) distribuíam-se por vários espaços e pavimentos do edifício da Faculdade em deficientes condições. Os grandes e pesados volumes dos museus, distribuídos pelo andar superior e pelo andar nobre causaram a deformação gradual dos pavimentos.

José Manuel Brandão destaca na história do MLMG a figura de António Sousa Torres (1876-1958)<sup>1738</sup>, que em dezembro de 1912 se tornou seu Naturalista Adjunto, posto que havia de ocupar até 1919, quando foi transferido para o estabelecimento congénere da Faculdade de Ciências de Lisboa. No museu do Porto exerceu um importante papel na constituição de uma importante coleção de Estratigrafia da região norte e na organização de um arquivo fotográfico. Em trabalhos de campo na zona da Póvoa de Varzim, de 1917 a 1919, recolheu uma grande quantidade de fósseis, sobre os quais publicou uma notícia intitulada «*Subsídios para o estudo da fauna do Coblenciano de Rates*».

Em 1921, com a morte de Aarão de Lacerda, Castro Portugal assumiu a Direção única das duas secções do museu.

---

<sup>1736</sup> Afonso Veríssimo de Azevedo Zúquete (1.º assistente); José da Rocha Ferreira (2.º assistente); Carlos Fernandes de Barros (2.º assistente); José Lopes da Costa (servente assalariado). *Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Antiga Academia Politécnica): Anos Lectivos de 1911-1912 a 1913-1914, Ob. Cit.*, p. 61.

<sup>1737</sup> Cf. *Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: Anos Lectivos de 1914-1915 a 1917-1918*, Tip. da Enciclopédia Portuguesa, Porto, 1918, pp. 41 e 42: Museu e Laboratório de Geologia e Paleontologia: Naturalista – António da Silva e Sousa Torres; 1.º Assistente provisório – José da Rocha Ferreira; Servente assalariada – Maria Adelaide Pimenta. / Museu e laboratório de Mineralogia e Petrologia: 1.º Assistente – Armando de Almeida Prisco; Guarda Preparador assalariado – José Lopes da Costa.

<sup>1738</sup> BRANDÃO, José, «Bacharel António Sousa Torres (1876-1958): contributos de um “naturalista-geólogo” para a organização dos acervos geológicos das Faculdades de Ciências do Porto e Lisboa», comunicação apresentada no Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências, realizado em Coimbra de 26 a 29 de outubro de 2011.

<http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/1526/1/35040.pdf>

### c. Do Museu e Laboratório ao Instituto de Zoologia

«Este museu, não só pela importante riqueza e valor de muitas das colecções expostas ou em arquivo, bem merece que lhe sejam criadas condições, quer em instalações [...], quer em pessoal [...], quer ainda em possibilidades materiais [...]»<sup>1739</sup>.

A existência de um Gabinete de História Natural na Academia Politécnica do Porto era uma realidade na década de 60 do séc. XIX, o que se depreende da nota histórica que faz a introdução ao primeiro anuário da Faculdade de Ciências.

Depois de ter aprofundado os seus conhecimentos de Zoologia e Biologia Marinha em França, Augusto Pereira Nobre<sup>1740</sup> ingressou na Academia Politécnica do Porto como Assistente de Botânica, regida pelo Doutor Amândio Gonçalves. Em 1890, por proposta do professor Aarão de Lacerda, Nobre foi designado como Ajudante Prático de Zoologia, com o intuito de organizar um museu, mediante a classificação dos espécimes existentes<sup>1741</sup> – provenientes de um gabinete de História Natural dirigido e organizado pelo Dr. Arnaldo Braga –, e a colheita de novos. Começou por instalar um gabinete de trabalhos práticos numa sala na parte superior do edifício onde começou a organizar as colecções. Na companhia de Gonçalo Sampaio, então naturalista adjunto do

---

<sup>1739</sup> Cf. SANTOS JÚNIOR, J. R. dos, *Museus da Faculdade de Ciências do Porto: Museu de Zoologia Dr. Augusto Nobre*, Porto, 1963, p. 8.

<sup>1740</sup> Augusto Pereira Nobre nasceu e morreu no Porto (23/06/1865 – 13/09/1946). Na década de 80 chegou a altura de se inscrever na Faculdade de Filosofia da Universidade Coimbra, que depressa abandonou por considerar o seu ensino livresco e desatualizado face aos novos métodos experimentais, procurando contactar com esses métodos em França, no Laboratório de Altos Estudos, no Museu de História Natural de Paris e na Estação de Zoologia de Sète, Universidade de Montpellier. Paralelamente aos seus estudos oficiais, desde cedo se interessou pelas Ciências Naturais, encetando estudos de Malacologia no Novo Museu Portuense e colaborando com a Sociedade de Instrução do Porto, publicando os seus primeiros estudos na revista daquela instituição. Regressado a Portugal, enveredou por uma carreira académica que o notabilizaria como um dos maiores expoentes da Zoologia portuguesa, fundando o museu e a Estação de Zoologia Marítima, que lograria desenvolver durante a 1.ª República, graças à sua influência política, primeiro como deputado (1913-1915), depois como assessor até ocupar a pasta de Ministro da Instrução (1920-1922). A sua ação foi relevante no aumento das dotações da Universidade do Porto em geral. Para além de professor daquela Universidade, em que iniciou o ensino prático da Zoologia, exerceu o cargo de Reitor entre 1919 e 1925. Vogal de diversas instituições relacionadas com as pescas, foi também sócio do Instituto de Coimbra e da Academia de Ciências de Lisboa. Foi autor de uma extensa bibliografia, em que se revela o estudo sistemático de diversos grupos zoológicos, especialmente de animais aquáticos, mas também inclui outros ramos do saber, como a Botânica e a Geologia. Cf. MACHADO, António, «Dr. Augusto Pereira Nobre», in *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1946, vol. XXXI, n.º 1, pp. 208-219. Em 1901 ocupou o cargo de Naturalista Adjunto da cadeira de Zoologia. Em dezembro de 1912 foi nomeado Professor Extraordinário, passando a reger os cursos de Zoologia Geral, Zoologia dos Vertebrados e Zoologia dos Invertebrados. Cf. *Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Antiga Academia Politécnica): Anos Lectivos de 1911-1912 a 1913-1914*, p. 56.

<sup>1741</sup> As colecções pré-existentes resumiam-se a «uma colecção de conchas terrestres da Madeira e Canárias, oferecidas pelo Barão de Castelo de Paiva, doze caixas pequenas com insectos, um crâneo de esturção preparado por um médico que havia organizado anteriormente um gabinete de Zoologia adjunto à aula, e algumas aves empalhadas, mas de tal maneira deterioradas que nem uma só foi utilizada». Cf. NOBRE, Augusto, *Fauna Marinha de Portugal I: Vertebrados (Mamíferos, Reptis e Peixes)*, Porto, 1935, p. XXII.



Museu de Botânica<sup>1742</sup>, realizou uma série de expedições zoológicas pelo país, cujo produto ia sendo estudado e divulgado nos *Annaes de Sciencias Naturaes*, revista criada em 1894 e publicada até 1904.

Os primeiros anos do museu foram atribulados pois para além dos poucos recursos humanos e dotações, os espaços exíguos em que se foi instalando provisoriamente foram decisivos para a perda de algumas coleções. Só a instalação definitiva no edifício da Faculdade de Ciências possibilitou a reunião das coleções e a sua ordenação e a orçamentação para aquisição de mobiliário e novos espécimes, mas as dotações nunca chegaram. A implantação da República coincidiu cronologicamente com a conclusão dos estudos científicos histórico-naturais graduados de Augusto Nobre, que o puseram em contacto com museus e estações de Biologia Marítima em França e noutros países europeus, trazendo novos contributos para o desenvolvimento da ciência experimental. Ocupando o cargo de professor de Zoologia, a ele coube também a Direção do museu e laboratório, tendo para coadjuvá-lo os assistentes Américo Pires de Lima e José Vitorino Pinto, o servente assalariado (com o cargo de guarda artífice no ano seguinte<sup>1743</sup>) Caetano Pinto Pimenta e o servente Alexandre Alves Gomes<sup>1744</sup>.

Augusto Nobre testemunhou algumas novidades durante o novo regime, reconhecendo que o Museu de Zoologia teve maiores possibilidades de progredir, quer pela reforma universitária portuguesa, quer pelos subsídios extraordinários de 2000\$00, atribuídos pelo Ministro da Instrução, António J. de Sousa Júnior, e pela Câmara Municipal do Porto<sup>1745</sup>. Foi possível adquirir novos espólios e mobiliário, mas o espaço continuava a ser insuficiente, ficando alguns espécimes por exhibir. Esta situação desencadeou esforços do Diretor na obtenção de um empréstimo de 25 contos para a construção de um edifício próprio, mas por desentendimentos entre as partes não se

---

<sup>1742</sup> Augusto Nobre foi nomeado naturalista adjunto de Zoologia em 1901, em simultâneo com Gonçalo Sampaio para a Botânica e Rocha Peixoto para a Mineralogia.

<sup>1743</sup> Cf. *Ibidem*, p. 455.

<sup>1744</sup> Nos anos 1914-15 a 1917-18, os recursos humanos sofreram grande transformação. Mantiveram-se o Diretor, o 2.º Assistente Pires de Lima, o Guarda artífice e o Servente. Os restantes lugares foram ocupados por António Augusto Esteves Mendes Corrêa (2.º Assistente), Maria das Dores Pereira de Sousa (2.º Assistente), Augusto Ferreira Nobre (Naturalista) e Laura Rosa de Castro (Servente assalariada). A inexistência de anuários para todos os anos letivos não nos permite conhecer todos os colaboradores do museu de zoologia, mas sabemos que Alberto Peão Lopes desempenhou as funções de Preparador até ir para o museu congénere de Lourenço Marques. Cf. MACHADO, António, *O Instituto de Zoologia e a Estação de Zoologia Marítima Dr. Augusto Nobre*, Publicações do Instituto de Zoologia «Augusto Nobre» da Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, Porto, 1941, p. 25.

<sup>1745</sup> Cf. NOBRE, Augusto, *Fauna Marinha de Portugal I: Vertebrados (Mamíferos, Reptis e Peixes)*, *Ob. Cit.*, p. XXV.

concretizou e o dinheiro acabou por ser empregue na construção da Estação de Zoologia marítima, que já abordaremos.

O Decreto de 30 de março de 1921 criou o Instituto de Investigações Zoológicas da Universidade do Porto, constituído pelo Museu (iniciado em 1892, inaugurado e aberto ao público em janeiro de 1916), Laboratório, Gabinete de Entomologia Económica e a Estação de Zoologia Marítima. Em torno deste projeto fomentado por Augusto Nobre desenvolveu-se de forma categórica a investigação científica, resultando numa profícua acumulação e preparação de novos espécimes e na divulgação de conhecimentos sobre a fauna da metrópole, ilhas e colónias. Para estes sucessos contribuíram vários colaboradores internos e externos: além do Diretor, o Conservador João Alves dos Reis Júnior, estudioso das aves e dos peixes de Portugal<sup>1746</sup>; o Naturalista Augusto Ferreira Nobre, filho do primeiro, ao serviço do museu entre 1914 e 1919, que estudou os animais venenosos do país; o Naturalista José Maria Braga, colaborador a partir de 1920, dedicado ao estudo de várias categorias de insetos e crustáceos. Quanto a colaboradores externos ao museu, destaque para Bethencourt Ferreira, a partir de 1921.

Em termos físicos, o testemunho de Carlos de Passos (de 1935) permite-nos constatar que o museu era uma instituição deficientemente instalada, «*mais parecendo armazem de velharias que museu universitário*», com uma secção de fauna portuguesa e outra de fauna exótica. No mesmo ano<sup>1747</sup>, a introdução de Augusto Nobre à sua *Fauna Marinha de Portugal* descreve o acervo do museu como sendo constituído, em ordem de grandeza, pelas coleções de fauna portuguesa (a mais completa e alvo de atenção

---

<sup>1746</sup> João Alves dos Reis Júnior foi Conservador do Museu Zoológico durante longos anos. Aposentou-se por limite de idade em 1934. A sua grande especialidade foi a Ornitologia, tendo publicado, «Lariformes», «A reprodução da narceja em Portugal», «Peixes novos para a fauna de Portugal», «Catalogo sistematico e analitico das aves de Portugal», «Coccygiformes», «Mottacillidae», «Strigiformes» e «Accipitrigiformes». Cf. «João Alves dos Reis Júnior», in *Jornal de Noticias*, 29 de junho de 1934 – disponível em Repositório Temático da Universidade do Porto - <http://repositorio-tematico.up.pt/bitstream/10405/23108/1/AN2-N143-P131.png> (consulta efetuada no dia 2 de fevereiro de 2013). Foi também um estudioso dos minerais e dos fósseis, que recolheu. Desde cedo se interessou pela taxidermia de aves, e ele próprio, desde os 20 anos começou a fornecer aves à ainda Academia Politécnica. Ao serviço do museu, foi coletor, preparador e catalogador da coleção ornitológica. Cf. «Gente Nossa!: Reis Junior, o ornitologista erudito e modesto: Uma vida inteira de estudo e de trabalho», in *Jornal de Noticias*, 6 de maio de 1937 – disponível em Repositório Temático da Universidade do Porto - <http://repositorio-tematico.up.pt/bitstream/10405/23187/1/AN2-N216-P235.png>. (consulta efetuada no dia 2 de Fevereiro de 2013).

<sup>1747</sup> O ano de 1935 marcou o afastamento de Augusto Pereira Nobre da Direção do Instituto de Zoologia da Universidade do Porto, por ter atingido o limite de idade para o desempenho de funções públicas. A Augusto Nobre sucedeu na Direção António Machado. Depois da aposentação de Nobre, a Faculdade de Ciências sugeriu que se homenageasse o professor e cientista, tendo sido atribuído o seu nome à instituição, que passou a designar-se como Instituto de Zoologia Dr. Augusto Nobre.

especial), fauna colonial (com destaque para os espécimes de Angola) e fauna geral (mais reduzida, por questões económicas e limitações espaciais)<sup>1748</sup>, distribuídas por duas salas com as respetivas galerias e com uma sala anexa para a coleção entomológica. No que concerne aos aspetos museográficos, Augusto Nobre foi influenciado pelas tendências que observou em museus como o de Londres e Copenhaga, optando por dar preferência à fauna exótica, porque o fator “estranho” se afigurava um foco de atração de visitantes, que assim podiam tomar contacto com espécimes de regiões distantes. Além dos produtos naturais adquiridos por compra, muitos outros foram fruto de alguns beneméritos, de pedidos do Diretor a instituições congéneres<sup>1749</sup>, de permutas ou de expedições zoológicas (nacionais, africanas e europeias), tendo crescido de tal maneira que se tornou necessária a remodelação geral, com a construção de uma nova galeria e a recolocação das estantes, trabalho que ficou concluído pouco depois de 1930. Não resolveu o problema, mas deu-lhe certa folga.

Fazendo um balanço, podemos afirmar com segurança que na 1.ª República se deu um exponencial crescimento do museu. Para isso contribuíram, como vimos, o esforço do Diretor, o seu enquadramento institucional, o aumento das verbas e do espaço, e um significativo volume de incorporações.

### **c.1. Estação de Zoologia Marítima**

*«Embora esta Universidade fique a pequena distância da costa marítima nada podia substituir a instalação d'uma estação de estudo à beira mar»<sup>1750</sup>.*

Augusto Nobre foi um aceso defensor da prática laboratorial no campo das Ciências da Natureza, pois acreditava que só pela observação e experiência aquelas podiam produzir e divulgar conhecimento. Ao estudarmos os museus, não podemos focar-nos somente nos seus espaços físicos e nas suas funções de conservação e divulgação dos acervos. Para além dos espaços de exposição, existem condicionantes à boa prática museológica, como a investigação.

---

<sup>1748</sup> A descrição mais pormenorizada das coleções pode ser consultada na obra referida na nota anterior, a páginas XXVI a XXVIII.

<sup>1749</sup> «Uma pequena coleção de aves oferecida pelo Museu de Coimbra; uma numerosa coleção de aves oferecida pelo museu da antiga Escola Politécnica de Lisboa; [...] duas ricas coleções de mamíferos e aves oferecidas pelo Museu Bocage, alguns mamíferos oferecidos pelo Museu Britânico, uma coleção de conchas oferecidas pelo Museu Municipal». Cf. NOBRE, Augusto, «Instituto de Zoologia da Universidade do Porto», Separata dos *Anais do Instituto de Zoologia da Universidade do Porto*, vol. I, n.º 24, Braga, 1946, pp. 12 e 13.

<sup>1750</sup> Cf. NOBRE, Augusto, «A Estação de Zoologia Marítima da Universidade do Porto», in *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias: Congreso de Sevilla*, Eduardo Arias, Madrid, 1917, p. 5.

Nesta perspetiva, Augusto Nobre conseguiu criar em 1896 um Laboratório de Zoologia Marítima, projeto abraçado desde 1886. O local escolhido foi Leça da Palmeira, bem perto do porto de Leixões, situação privilegiada para uma instalação do género, por facilitar as providências de embarque e desembarque da logística necessária para as expedições científicas<sup>1751</sup>. A experiência, dedicada exclusivamente à investigação científica, sem servir o ensino, durou somente dois anos, mas aguçou as intenções do seu criador para novas iniciativas.

A legislação republicana oficializou a existência das unidades museológicas e laboratoriais necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos práticos, fundamentando as aspirações de Augusto Nobre de criar, sob os auspícios da Universidade do Porto, uma estação de Biologia Marítima, como suporte prático ao ensino da Zoologia, desdobrada nas suas componentes geral, geográfica, dos vertebrados e invertebrados. Por volta de 1912 arrendou o Castelo do Queijo para instalar modesta e provisoriamente a estação, até conseguir obter verba para construir instalações mais adequadas às finalidades pedagógicas. Em 1914 foi cabimentada a primeira verba (de 4 contos) para custear a construção da estação graças ao Ministro do Fomento, Dr. João de Almeida Lima, professor da Faculdade de Ciências de Lisboa. Contrariamente às pretensões de Augusto Nobre para manter a estação no mesmo local, os desenvolvimentos foram outros pois a classificação do espaço como Monumento Nacional não permitiu alterar a traça do edifício<sup>1752</sup>. O local escolhido para a construção da Estação de Zoologia Marítima<sup>1753</sup> anexa ao MLZ, junto ao molhe de Carreiros na Foz do Douro, teve em conta uma série de fatores, especialmente a proximidade do mar e da sede. A escolha do local e as obras de construção ficaram a cargo da Direção de Obras Públicas do Porto, partindo de um anteprojecto de Augusto Nobre substancialmente alterado para responder às necessidades dos serviços, que incluíam para além dos espaços técnicos, um grande aquário disponibilizado à fruição pública, composto por 36 piscinas de diferentes capacidades, para albergar espécies de água doce, salgada e salobra<sup>1754</sup>.

---

<sup>1751</sup> Cf. NOBRE, Augusto, «O Laboratorio Marítimo de Leça da Palmeira», in *Annaes de Sciencias Naturaes*, Abril de 1896, vol. III, pp. 123-127.

<sup>1752</sup> Augusto Nobre nunca concordou com a alternativa encontrada pela Direcção de Obras Públicas do Porto e sempre esteve convicto que a melhor opção fosse a do Castelo do Queijo, opinião que assume em 1935. Cf. NOBRE, Augusto, *Fauna Marinha de Portugal I: Vertebrados (Mamíferos, Reptis e Peixes)*, *Ob. Cit.*, p. XXXI.

<sup>1753</sup> A estação só foi inaugurada em 1927.

<sup>1754</sup> Cf. FERREIRA, J. Bethencourt, «Estação de Biologia Marítima da Foz do Douro», in *Naturalia*, Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, julho-dezembro de 1937, Ano II – vol. II, n.º 1, pp. 22 e 23. Este artigo revela-se extremamente importante para descrever a Estação de Zoologia Marítima e as suas finalidades.

A Lei Orçamental n.º 410 de 31 de agosto de 1915 criou os lugares de coletor, maquinista e guarda para este novo estabelecimento também dirigido por Augusto Nobre. Os lugares foram ocupados, respetivamente, por Luís Pinto Pimenta, José Francisco Lourosa Júnior e José Martins Glória. A estação depressa justificou a sua criação pela importância e utilidade, formando «*algumas colecções; descobriram-se espécies novas, ao menos para a fauna; registaram-se fenómenos biológicos e meteorológicos interessantes*»<sup>1755</sup>.

Em 1917, num congresso realizado em Sevilha e promovido pela Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, o próprio fundador faz uma pequena descrição da estação<sup>1756</sup>. Começa por justificar a modéstia do edifício por serem desnecessários maiores dimensões e apetrechamento estando tão perto da Faculdade de Ciências. Faz depois uma descrição das três alas em que se dividia o espaço, dotado de laboratórios e gabinetes de trabalho, tanques e aquários de água doce e salgada para recolher e estudar exemplares vivos, três embarcações, para uma das quais (a mais pequena) existia um abrigo junto à praia.

Em Setembro de 1927, depois de numa primeira fase de construção se terem simplesmente edificado as partes destinadas ao ensino e à investigação, concluídas em 1921, a parte de exposição ao público – aquário – foi aberta ao público.

---

<sup>1755</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>1756</sup> Cf. NOBRE, Augusto, «A Estação de Zoologia Marítima da Universidade do Porto», in *Congreso de Sevilla*, Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, Madrid, 1917.

#### d. Museu e Laboratório Antropológico

«a cadeira de Antropologia começou logo a ser leccionada em 1912 e logo começou também a instalar-se o Museu e Laboratório Antropológico em 4 “escassos gabinetes” situados no ângulo sudeste do último andar do edifício da Faculdade»<sup>1757</sup>.

António Augusto Esteves Mendes Corrêa<sup>1758</sup> foi o responsável pela criação do ensino de Antropologia na Universidade do Porto. A cadeira começou a funcionar em 1912, depois de instituída pela legislação que empreendeu a reforma universitária de 1911. A entrada oficial tardia da Antropologia nos *curricula* da recente Faculdade de Ciências, herdeira da Academia Politécnica, não significou que não houvesse entre as cadeiras então existentes conteúdos afetos àquela disciplina, nomeadamente nos cursos médico-cirúrgicos e de Ciências Físico-Naturais. À margem do ensino superior, surgiu no último quartel do século XIX um grupo de jovens estudiosos que formou a Sociedade Carlos Ribeiro (1888)<sup>1759</sup>, da qual uma das secções enquadrava a Antropologia e a Etnologia, valorizadas com trabalhos profícuos nos dois órgãos da Sociedade, a *Revista de Ciências Naturais* e fundamentalmente a sua sucessora, *Portugália*.

Entre os membros do grupo da última revista destacou-se Rocha Peixoto que, como Naturalista Adjunto de Mineralogia e Geologia desde 1894, acabou por levar para dentro da Academia o fervor pela ciência antropológica e ele próprio foi responsável

---

<sup>1757</sup> Cf. CRUZ, J. Machado, «A Zoologia e a Antropologia na Faculdade de Ciências do Porto», in AA.VV., *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: os primeiros 75 anos*, Ob. Cit., p. 391.

<sup>1758</sup> Nasceu no Porto a 4 de abril de 1888 e faleceu em Lisboa, a 7 de janeiro de 1960. Concluiu Medicina em 1911, exercendo prática clínica por pouco tempo, tendo preferido o ensino e a investigação científica, nomeadamente no campo da Psiquiatria e da Antropologia Criminal. Em 1911, quando foi criada a Universidade do Porto, foi nomeado 2.º Assistente provisório de Ciências Biológicas e no ano seguinte 1.º Assistente. Em 1913 ocupou o cargo de 2.º Assistente efetivo de Antropologia. Foi um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Antropologia, em 1918. Em 1919-1920 ocupou o cargo de professor contratado de Ciências Geográficas de recém-criada Faculdade de Letras. Doutorou-se em Ciências Histórico-Naturais em 1922, passando a ser Professor Ordinário do subgrupo de Antropologia, e mais tarde chegou a Professor Catedrático. Como Diretor do Instituto de Investigação de Antropologia, rodeou-se de um grupo de investigadores que se alicerçaram no grupo da antiga *Portugália*. Em 1925 tornou-se Doutor em Letras (Ciências Geográficas) onde permanecia como professor ordinário. Dirigiu os *Anais da Faculdade de Ciências do Porto* entre 1933 e 1960. Autarca do Porto entre 1936 e 1942, em que desenvolveu uma grande ação cultural, como a criação do Gabinete de História da Cidade logo no primeiro ano de mandato, do Boletim Cultural da Câmara Municipal em 1938, ou a instalação do Museu Nacional Soares dos Reis no Palácio dos Carrancas, em 1940. Foi Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1951. A ele se ficará a dever também a manutenção do Museu de Arqueologia Histórica, cujo acervo lhe foi entregue depois de extinta a Faculdade de Letras em 1928. Esse acervo foi incorporado no Museu de Antropologia criado por Mendes Corrêa. Atualmente faz parte da secção de Arqueologia e Pré-História do Museu de História Natural da Universidade do Porto, instalada numa sala batizada com o nome do antropólogo.

<sup>1759</sup> Foram membros fundadores da Sociedade João Baptista Ribeiro, Júlio de Matos, Basílio Teles, Rocha Peixoto, Ricardo Severo, Fonseca Cardoso e Alfredo Xavier Pinheiro.

por explorações arqueológicas que acabariam por incorporar alguns vestígios no museu, começado a formar pouco depois de instaurado o novo regime político. Paralelamente à criação da cadeira de Antropologia, foram criados um Museu e Laboratório de Antropologia e um posto antropométrico. Este Posto de Antropologia Criminal acabou por nunca funcionar<sup>1760</sup>. No que toca ao museu, a sua instalação iniciou-se de imediato, em quatro pequenos gabinetes do edifício da Faculdade.

Os anuários de 1911 a 1918 indicam que o museu era dirigido por Augusto Nobre, apoiado pelo servente Manuel José da Silva, por inerência do cargo de Professor Ordinário do grupo de Zoologia e Antropologia, ainda que o regente da cadeira de Antropologia fosse desde o início Mendes Corrêa, que se dedicou ufanamente a organizar e a coligir objetos para o novo estabelecimento, sendo substituído nas suas ausências por Alfredo Ataíde, naturalista de serviço.

Um artigo da sua autoria, intitulado «Sôbre alguns objetos protoistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã»<sup>1761</sup>, oferece-nos algumas pistas sobre a vocação e alguns dos objetos entrados no incipiente museu. No que à primeira dizia respeito, era dada preferência à Arqueologia Pré-Histórica. Entre as razões para o reduzido âmbito cronológico das coleções, destacava-se a falta de dotações que permitissem adquirir objetos ou promover pesquisas para os obter.

Em 1914 deram entrada artefactos na altura classificados como da Idade do Bronze – muitos braceletes de bronze de secção quadrangular acompanhados de vestígios osteológicos e oitos vasos de cerâmica escura e grosseira, de várias tipologias, uns lisos, outros decorados – provenientes de Tanchoal, perto de Alpiarça, e oferecidos pelo proprietário das terras, José Relvas. Além destes objetos são também enunciadas descobertas cerâmicas do período dos Metais e luso-romanas de variados locais entre Douro e Minho e também de Sátão, perto de Viseu<sup>1762</sup>.

A proficiência com que Mendes Corrêa e os seus colaboradores Alfredo Ataíde, Santos Júnior e Rui de Serpa Pinto desenvolveram investigação e publicaram trabalhos

---

<sup>1760</sup> Cf. CRUZ, J. Machado, «A Zoologia e a Antropologia na Faculdade de Ciências do Porto (1911-1986)», in *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: Os primeiros 75 anos: 1911-1986*, FCUP, Porto, 2000, p. 391.

<sup>1761</sup> Publicado em *O Archeologo Português*, s. 1, vol. 21, 1916, pp. 331-337.

<sup>1762</sup> Cf. CORREIA, António Augusto Mendes, «Sôbre alguns objectos protoistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã», in *O Archeologo Português*, s. 1, vol. 21, 1916, p. 335: «[...] provêm da estação pre-romana de Sabroso, e das cidades e castros de Guifões (Bouças), Bagunte (Póvoa do Varzim), Citânia de Briteiros, Monte Córdova (Santo Tirso), Monte dos Mouros (Perre, Viana do Minho), Vermoim (Famalicão), e Santa Luzia (Viana do Minho) e de uma estação arqueológica de Silvã (Sátão) da qual julgo dar a primeira notícia».

justificou a promulgação do Decreto n.º 9334 de 29 de dezembro de 1923, que criou o Instituto de Investigações Antropológicas, análogo aos que foram criados para as áreas da Zoologia e da Botânica, constituído pelo museu e pelo laboratório dos trabalhos práticos de Antropologia. À sombra deste Instituto formou-se uma autêntica escola de Antropologia e Etnologia, apostada em desenvolver importantes estudos nos domínios ultramarinos, tendo como pontapé de saída a Missão Antropológica a Moçambique, criada em 1936 e chefiada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior.



## CAPÍTULO 29: MUSEUS DEPENDENTES DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

### 1. JARDIM BOTÂNICO DA AJUDA

«O jardim, que se estende numa área de 3,5 hectares e ocupa uma bela situação, dominando Belém e o Tejo, tem alguns tanques, estátuas, estufas cheias de fetos e lindíssimas avenças, etc. Do tipo italiano, simples mas elegante, é construído em dois planos separados [...] que comunicam entre si por uma escadaria monumental»<sup>1763</sup>.

Apesar de continuar a ser um instrumento importante de ensino, o Jardim Botânico da Ajuda foi perdendo terreno nos campos científico e pedagógico para os mais modernos congéneres lisboetas: o Jardim Botânico da Escola Politécnica, depois Faculdade de Ciências, e o Jardim Colonial de Lisboa. Num processo iniciado ainda no último quartel do século XIX – em que passou novamente para a tutela da Casa Real (1878)<sup>1764</sup> –, o Jardim Botânico da Ajuda assumiu gradualmente uma vocação ligada ao recreio da população lisboeta, tendência aliás seguida durante a 1.ª República, apesar da legislação produzida lhe inculcir uma vocação pedagógica.

Com o Decreto de 12 de dezembro de 1910, do Ministério do Fomento, o jardim foi anexado ao Instituto Superior de Agronomia, «a fim de ser aproveitado, bem como as suas estufas, para o ensino»<sup>1765</sup>, mas manteve-se franqueado a todos os que cultivassem o interesse pelos assuntos agrícolas. A 15 de dezembro imediato era publicada a Portaria estabelecendo que uma comissão composta pelo Diretor e dois lentes do Instituto Superior de Agronomia tomasse posse imediata das dependências da Tapada da Ajuda e do Jardim Botânico e procedesse ao inventário sistemático de edifício, materiais e gados<sup>1766</sup>. A 13 de fevereiro do ano seguinte um DFL transferia do Ministério das Finanças para o Ministério do Fomento a verba de 6:050\$000 para despesas inscritas nas rubricas «Despesas de pessoal e material da Tapada da Ajuda e Despesa de pessoal e material do Jardim Botânico da Ajuda»<sup>1767</sup>.

---

<sup>1763</sup> Cf. PROENÇA, Raul, *Ob. Cit.*, p. 387.

<sup>1764</sup> O Jardim Botânico da Ajuda havia sido transferido para a tutela da Escola Politécnica em junho de 1839, sendo dirigido, entre 1840-1844, por Welwitsch.

<sup>1765</sup> Cf. DFL de 12 de dezembro de 1910, in *Diário do Governo*, n.º 61, I Série, de 16 de dezembro de 1910, art. 4.º, p. 791 (<http://dre.pt/pdfgratis/1910/12/06100.pdf> - consulta efetuada em 30 de outubro de 2012). Este diploma previa no art. 2.º, alínea b), a organização na Tapada da Ajuda, de um museu especial, denominado como Museu Agrícola Nacional, como anexo do Instituto Superior de Agronomia. Esse museu, que ficaria ao serviço do ensino, apresentava-se como uma «*exposição permanente de productos agrícolas*», complementando a actividade do Jardim Botânico. Também disponível em *COLP Anno de 1919, Cit.*, pp. 163 e 164.

<sup>1766</sup> Cf. DG n.º 63 de 19 de dezembro de 1910, p. 820, in <https://dre.pt/application/file/449825>

<sup>1767</sup> Cf. DG n.º 37 de 15 de fevereiro de 1911, p. 554, in <https://dre.pt/application/file/188579>

O DFL de 12 de abril de 1911 lançou as bases de organização do Ensino Superior de Agricultura em Portugal e, entre outras medidas, avançou com uma nova designação para o Jardim da Ajuda – Jardim Botânico e Colonial de Lisboa<sup>1768</sup>. O Jardim voltou a afirmar-se como um espaço de estudo das plantas europeias e tropicais, através da continuidade das coleções de exemplares vivos e do herbário, das estufas e das câmaras de ensaio para culturas, mas também como um local ao serviço da economia colonial, apostado em multiplicar as espécies economicamente vantajosas<sup>1769</sup>, para serem cultivadas nas províncias ultramarinas.

Alguns meses mais tarde, foi publicado o Decreto de 19 de agosto de 1911<sup>1770</sup>, estabelecendo a organização do ISA e propondo que as receitas arrecadadas pela exploração do jardim fossem convertidas em novos investimentos nas instalações ou no ensino (art. 41.º). Relativamente aos Recursos Humanos, o Decreto definiu os funcionários das duas instalações museológicas: quanto ao pessoal jornalheiro, defendia que fosse recrutado o necessário para o Jardim, Tapada e restantes oficinas e dependências (art. 89.º). Para o Museu Agrícola Nacional: um Conservador nomeado pelo Governo, por proposta do Diretor do Instituto, para conservar, inventariar, catalogar e etiquetar convenientemente as coleções (art. 8.º); dois guardas (art. 86.º). Para o Jardim Botânico e Colonial de Lisboa: um guarda-portão (art. 86.º); a manutenção do Jardineiro (art. 105.º). Oito serventes para o jardim e museu.

A transferência do Jardim Colonial das Laranjeiras para a cerca do Palácio de Belém em 1912 precipitou a reclassificação do Jardim Botânico da Ajuda. A sua vocação colonial, instituída quando da agregação ao Instituto Superior de Agronomia, deu lugar a uma dimensão mais restrita do ponto de vista científico, como «*campo de experimentação da Cadeira de Arboricultura, Horticultura e Jardinagem*»<sup>1771</sup>. O Diretor do Jardim, Joaquim Rasteiro, professor da cadeira, para além de o utilizar para as suas aulas práticas, preocupou-se em restituir-lhe a traça de 1869, reconstruindo-lhe o

---

<sup>1768</sup> Cf. Decreto de 12 de abril de 1911, Base 2.ª, in *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, p. 644.

<sup>1769</sup> Cf. *Ibidem*, Base 7.ª, *Ibid.*, p. 645.

<sup>1770</sup> Cf. *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1911*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912, pp. 1638-1643; *Diário do Governo*, n.º 198, I Série, de 25 de agosto de 1911, pp. 3612-3616 (<http://dre.pt/pdfgratis/1911/08/19800.pdf> - consulta efetuada em 30 de outubro de 2012). O Regulamento Geral do ISA, promulgado com o Decreto n.º 867 de 16 de setembro de 1914, ratifica o que já se encontrava instituído sobre as várias dependências museológicas afetas ao Instituto Superior de Agronomia.

<sup>1771</sup> Cf. SOUSA, D. José Luís de Saldanha Oliveira e, «Instituto Superior de Agronomia – Da sua organização e das sucessivas reformas por que tem passado desde 1852, ano da sua fundação, até à data presente», in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, Ano I, n.º 1, II Edição, Lisboa, 1920, p. 21.

patamar inferior<sup>1772</sup>. Perdia, assim, a vocação efémera de campo de experimentação e multiplicação de culturas para eventual introdução nas colónias –, sendo a mesma entregue ao seu novo vizinho criado de raiz para o efeito: o Jardim Colonial de Lisboa.

O período da 1.<sup>a</sup> República não parece acrescentar grandes novidades práticas e dimensionais ao Jardim Botânico da Ajuda, limitando-se a enquadrá-lo legalmente no novo regime político e na organização escolar que este promoveu. O período subsequente seria pautado por uma dinâmica diferente, levada a cabo pelo novo Diretor, o professor André Navarro, que tomou conta dos destinos do JBA a partir de 1934. Essa história, contudo, excede as balizas do presente trabalho.

---

<sup>1772</sup> Cf. MONTEIRO, António Almeida, CASTEL-BRANCO, Cristina, FONSECA, Luís Lopes, «Restauro e manutenção: apogeu e declínio de um jardim: Diferentes abordagens ao restauro de jardins: depois do furacão, a primeira recuperação documentada», in *Jardim Botânico da Ajuda*, A.A.J.B.A. / Livros Horizonte, Lisboa, Dezembro de 1999, p. 157.

## 2. JARDIM COLONIAL E MUSEU AGRÍCOLA COLONIAL

«O Jardim Colonial ocupa uma área de 5 hectares, compreendendo cerca de 400 espécies exóticas. A instalação do Museu, que ainda não está completa, já possui, porém, colecções interessantes dos produtos de Angola [...], Moçambique [...] e Índia»<sup>1773</sup>.

### Os primeiros anos

O Jardim Colonial (JC) foi criado a pouco mais de quatro anos do final da Monarquia, pelo DFL de 25 de janeiro de 1906. Do projeto constava também o Museu Agrícola Colonial (MAC), complementando o primeiro, sem nunca o dispensar, pois os exemplares vivos eram essenciais ao ensino experimental<sup>1774</sup>.

O JC surgiu como “*dependência pedagógica*” do Instituto Superior de Agronomia, tendo sido seu primeiro Diretor o Professor José Joaquim de Almeida. Nasceu para estudar, experimentar, reproduzir, multiplicar, seleccionar e cruzar plantas utilitárias a introduzir nas Colónias, e também a acolher estagiários<sup>1775</sup>. Assim, a par das suas funções pedagógicas, era também uma instituição de investigação científica, suportada nas cadeiras de Geografia Económica e Culturas Coloniais e de Tecnologia e Zootecnia Coloniais, que implicaram a instalação de gabinetes de trabalho, laboratórios e um museu.

Além desta faceta, o JC funcionava como um centro de informação de Agricultura Colonial e correspondia-se com instituições congéneres, no intuito de permutar espécies e obter variedades suscetíveis de serem cultivadas nas colónias portuguesas.

Enquanto o jardim foi provisoriamente instalado em 1907 nas estufas do Conde de Farrobo às Laranjeiras, junto do Jardim Zoológico, o museu ocupou dependências do Instituto Superior de Agronomia e Veterinária. Foi já durante a República que em junho de 1912 foi cedida parte da cerca do Palácio de Belém e o Palácio dos Condes da Calheta para instalação definitiva do Jardim e Museu Agrícola Coloniais, que por Decreto n.º 2089 de 25 de novembro de 1915 foram transferidos da tutela do Ministério da Instrução Pública para a do Ministério das Colónias.

Em 4 de fevereiro de 1907, o Presidente da Direção do Zoológico – José Joaquim Ferreira Lobo – escreveu ao Diretor Geral do Ultramar – Francisco Felisberto

---

<sup>1773</sup> Cf. PROENÇA, Raul, *Ob. Cit.*, pp. 392 e 387 (1924).

<sup>1774</sup> Cf. *Diário do Governo*, n.º 21, de 27 de janeiro de 1906, Introdução ao DFL de 25 de janeiro de 1906, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1907, p. 70. Também disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/91/135/p94>.

<sup>1775</sup> Cf. DFL de 25 de janeiro de 1906, que publica as “Bases para a organização dos serviços agrícolas colonias”, in *Ibidem*, p. 75.

Dias Costa, pronunciando-se sobre as cláusulas propostas pelo Ministério da Marinha e Ultramar para se efetivar a instalação do Jardim Colonial nas Laranjeiras. Manifestava também disponibilidade na cedência de espaço para instalar o Jardim, a Estação Zootécnica e o primeiro núcleo de Museu Colonial, dadas as vantagens de ordem científica e económica que poderiam advir para o Jardim Zoológico<sup>1776</sup> e para o país. O contrato de sublocação do Parque das Laranjeiras ao Governo foi assinado em 11 de junho de 1907. Desse contrato faziam parte as seguintes cláusulas: a discriminação dos espaços a sublocar, que incluíam terrenos, estufas, parte de um armazém para instalar os aparelhos de aquecimento, espaço para construir uma casa para o jardineiro e para instalar escritório e arrecadações e, em caso de necessidade, o espaço disponível para ampliação do Jardim ou instalação da Estação Zootécnica; o arrendamento ao Governo, até 1924, pelo valor de 500 mil réis anuais; a entrada gratuita no JZA aos funcionários do Jardim Colonial e aos alunos de Agricultura Colonial designados pelo ISA. Em 25 de junho de 1907 tomou posse dos terrenos o professor da cadeira de Geografia Económica, José Joaquim de Almeida<sup>1777</sup>.

### **Na República**

Em ofício de 23 de maio de 1911, a Direção Geral das Colónias anunciou à Sociedade Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal a rescisão do contrato estabelecido em Junho de 1907 e decidiu a instalação do Jardim Colonial na Ajuda.

Na iminência da transferência, o Diretor interino em exercício – Bernardo de Oliveira Fragateiro<sup>1778</sup> – manifestou o seu desacordo ao Diretor Geral das Colónias em

---

<sup>1776</sup> Cf. Ofício do Presidente da Direção do Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal para o Diretor Geral do Ultramar, de 4 de fevereiro de 1907, in AHU, Processo 795-1-D, Caixa 1: «*Assim, nenhuma dúvida tem, em ceder ao Jardim Colonial, para gabinete ou escriptorio da sua direcção, o antigo chalet da gerencia do Jardim Zoologico, - em permittir que, junto ás paredes interiores do pavilhão de exposições, sejam collocadas vitrinas, servindo de inicio a um museu colonial, - em ceder, fóra da área do Jardim Colonial e para viveiros d'este, as placas ou canteiros de que possa dispor, - e, finalmente, em fazer todas as concessões, que não prejudiquem os serviços proprios do Jardim Zoologico, nem se traduzam para este, em elemento de despesa*».

<sup>1777</sup> Cf. Ofício n.º 912, do Diretor do Instituto de Agronomia e Veterinária dirigido ao Diretor Geral do Ultramar, de 26 de junho de 1907, in IICT, AHU, Processo 795-1-D, Caixa 1.

<sup>1778</sup> Bernardo de Oliveira Fragateiro nasceu em Pinhão no dia 15 de maio de 1876. Concluiu o curso de Engenharia Agrónoma no Instituto de Agronomia e Veterinária em 1899. Exerceu inicialmente as suas funções de agrónomo (1902-1907) no distrito do Congo, em Angola, tendo desempenhado também os cargos de Delegado de Comarca, Conservador do Registo Predial, Curador de Serviços interino e Inspetor das Escolas Primárias no distrito de Cabinda. A República já o encontrou ao serviço no Instituto Superior de Agronomia, onde começou por exercer a chefia do serviço das cadeiras coloniais, posteriormente as funções de professor substituto e depois de Catedrático. Foi responsável pela representação de Portugal em diversos certames internacionais coloniais: Exposição Ibero-Americana (Sevilha, 1929); Exposição Colonial Internacional (Paris, 1931); Congresso Internacional de Oleaginosas de Paris; júri na Exposição Colonial do Porto (1934). Foi também membro do júri em concursos de

11 de dezembro de 1911, alegando a desadequação e mau estado de conservação das estufas do Jardim Botânico da Ajuda<sup>1779</sup>, a existência de pouco espaço livre para experimentação e aclimação de culturas tropicais a céu aberto e para a construção de estufas próprias para culturas exóticas, a localização e os difíceis acessos. Acaba por acrescentar que se deu ao trabalho de visitar outras dependências pertencentes ao Estado, sugerindo que o Jardim Colonial fosse instalado na cerca do Palácio de Belém, por ser de generosas dimensões, oferecer fáceis acessos e uma adequada exposição e abrigo dos terrenos.

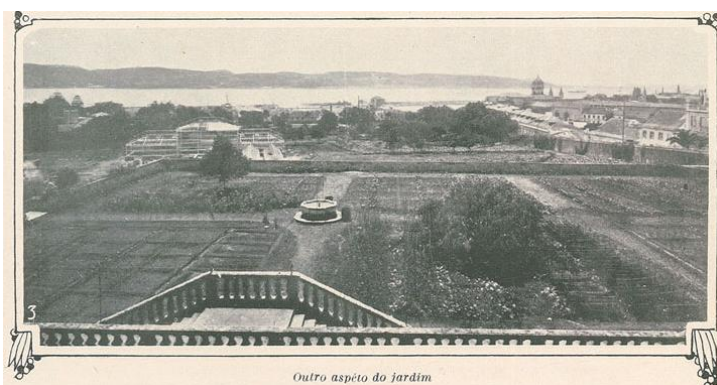


Fig. 87 – Panorâmica do Jardim Colonial  
*Ilustração Portuguesa*, 21/12/1914,  
n.º 461.

Em resposta, a Direção Geral das Colónias decidiu apurar junto do Ministério das Finanças se podia dispensar a cerca de Belém e, em caso afirmativo, criar uma Comissão constituída pelos Diretor Geral das Colónias, Diretor do Jardim Colonial, Jardineiro Chefe, um agricultor colonial e um jardineiro, para visitarem a Ajuda e Belém, e decidirem qual o espaço mais adequado aos fins pretendidos. O Ministério das Finanças respondeu informando que a cerca de Belém e as suas dependências estavam a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>1780</sup>.

Em 27 de maio de 1912, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informou o Ministério das Colónias sobre a sua concordância em ceder a cerca, instando pela redação dos documentos contratuais que consignassem os direitos e obrigações das partes<sup>1781</sup>. No dia 30 voltou a contactar o homólogo das Colónias informando-o de que

---

literatura colonial promovidos pela Agência Geral das Colónias. Foi autor de várias obras relacionadas com a Agricultura Colonial, tendo colaborado em diversos jornais e revistas da especialidade. Foi agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo, o oficialato da Legião de Honra, etc. *GEPB*, Ed. Enciclopédia, Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, s.d., vol. XIX, pp. 403 e 404.

<sup>1779</sup> Cf. Ofício do Diretor interino do Jardim Colonial para o Diretor Geral das Colónias, de 11 de dezembro de 1911, in IICT, AHU, Caixa 795-2.

<sup>1780</sup> Cf. Ofício da Secretaria Geral do Ministério das Finanças para a Direção Geral das Colónias, de 12 de janeiro de 1912, in IICT, AHU, Caixa 795-2.

<sup>1781</sup> Cf. Cópia de uma informação da Repartição de Protocolo e Pessoal Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 20 de maio de 1912, que acompanhou o ofício de 27 de maio de 1912 do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério das Colónias, in IICT; AHU, Caixa 795-2.

tinha autorizado o Administrador do Palácio de Belém a entregar a cerca à Direção do Jardim Colonial.

A 1 de junho de 1912, a Direção Geral das Colónias informava o Diretor do JC de que podia tomar posse dos terrenos. Na sequência do despacho ministerial, seguiu-se outro de 6 de junho, autorizando o Jardineiro Ajudante, Augusto Barjona de Freitas, a ter residência fixa no edifício do Pátio das Vacas<sup>1782</sup>.

Também no dia 6 de junho foi lavrado o auto provisório de posse, assinado pelo Administrador do Palácio de Belém – Luís Alfredo Mendes –, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e pelo Diretor interino do Jardim – Bernardo de Oliveira Fragateiro –, em nome do Ministério das Colónias, tendo sido testemunhas Acrísio Canas Mendes (Professor Substituto de Ensino Agrícola Colonial), Henri Navel (Jardineiro Chefe do JC), Augusto Barjona de Freitas e José Pedro Coelho (Regente Agrícola ao serviço do Jardim), que escreveu o auto.

A 24 de junho de 1912 foi decretada a cedência de parte da cerca do Palácio de Belém (uma área de cerca de 5 hectares<sup>1783</sup>) e do Palácio dos Condes da Calheta, a norte, para instalação respetiva do Jardim e do Museu Agrícola Colonial. Em Belém iniciaram-se, desde logo, as obras necessárias à adaptação do terreno para instalação do Jardim, traçando-se arruamentos e substituindo-se as árvores existentes por espécies exóticas<sup>1784</sup>. Enquanto decorriam os trabalhos, permaneciam ocupadas as estufas das Laranjeiras, sendo editado um catálogo intitulado *Jardim Colonial de Lisboa, Catálogo das Plantas existentes em 30 de Abril de 1912*, da responsabilidade do Ministério das Colónias. O aumento da área no novo espaço obrigou ao consequente aumento da dotação em julho, de 200\$000 para 400\$000 réis, do fundo permanente para despesas urgentes<sup>1785</sup>. No mês seguinte, um novo reforço de 400\$000 réis era injetado até que as obras de instalação terminassem<sup>1786</sup>. Em novembro foi lançado o concurso limitado para o fornecimento de estufas. Pavimentos tratados, espécies abatidas e outras introduzidas,

---

<sup>1782</sup> Cf. 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 29: Ofício de Barjona de Freitas ao Diretor do Jardim Colonial, de 8 de junho de 1912.

<sup>1783</sup> Cf. ALMEIDA, José de, «Ensino Agrícola Colonial», in *Brotéria*, Série Mensal – Fé – Ciências – Letras, Numero Especial do XXV Aniversário da sua criação, Caminha, 1927, p. 90.

<sup>1784</sup> Cf. «Jardim Colonial – Belém», in *Ecos de Belém*, 30 de março de 1937, p. 6; Cf. FRAGATEIRO, Bernardo de Oliveira, «Jardim Colonial – Belém», in RAMALHO, Robélia de Sousa Lobo, *Guia de Portugal Artístico – Lisboa – Jardins, Parques e Tapadas*, volume II, Lisboa, 1935, pp. 24 e 25.

<sup>1785</sup> Cf. 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT: Ofício da Direção Geral das Colónias, de 5 de julho de 1912, anunciando o Despacho do Ministro das Colónias datado de 29 de junho, aumentando a dotação.

<sup>1786</sup> Cf. 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT: Ofício da Direção Geral das Colónias, de 5 de setembro de 1912, anunciando o despacho do Ministro das Colónias datado de 30 de agosto.

estufas projetadas e adjudicadas, convenientemente aquecidas, permitiriam a transferência do Jardim em 1914.

Entretanto, da rescisão do acordo com o JZ resultou um compromisso entre as duas partes: a cedência gratuita ao JZ das ampliações das estufas e equipamentos de aquecimento pertencentes ao Jardim Colonial, depois de este transferir todos os espécimes para Belém<sup>1787</sup>.

Em abril de 1914, as estufas do novo Jardim encontravam-se ainda em construção, a cargo da Empresa Industrial Portuguesa, mediante prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos<sup>1788</sup> até junho, por despacho do Ministério, de 18 de abril<sup>1789</sup>. Considerada insuficiente, foi solicitada nova prorrogação – aceite por despacho de 6 de julho – até 30 de julho de 1914, ficando encarregue de fiscalizar a evolução e cumprimento dos trabalhos o Diretor Interino, Bernardo d’Oliveira Fragateiro, por despacho também datado de 6 de julho<sup>1790</sup>. Esta última prorrogação obrigou a Empresa Industrial Portuguesa a entregar as estufas prontas a funcionar, incluindo as alterações sugeridas pelo Diretor do Jardim, sem quaisquer outros encargos para o Estado. A 21 de agosto de 1914 já estariam terminadas, pois a empresa informou o Diretor do JC de que *«nenhum inconveniente ha em que se sirva das estufas ainda não recebidas, posto que isso em nada alterará nesse acto as quaesquer responsabilidades que nos possam caber»*<sup>1791</sup>. A 12 de setembro a empreitada foi entregue e em janeiro de 1915 Bernardo d’Oliveira Fragateiro solicitou ao Diretor do ISA a convocação da comissão de vistoria para experimentar o sistema de aquecimento das estufas<sup>1792</sup>. A vistoria terá decorrido só em julho pois em officio datado de 10, Bernardo d’Oliveira Fragateiro denunciou a insuficiência calorífica do equipamento de aquecimento, solicitando rápidas providências a fim de tudo estar pronto antes dos rigores do inverno seguinte<sup>1793</sup>.

---

<sup>1787</sup> Cf. Offício de 27 de junho de 1911, enviado ao Diretor Geral das Colónias pelo Presidente da Direção da Sociedade Jardim Zoológico e de Aclimação, in IICT, AHU, Processo 795-1-D, Caixa 1.

<sup>1788</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 95.

<sup>1789</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT.

<sup>1790</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 109, Offício de 7 de julho de 1914, do Chefe da Repartição de Instrução Agrícola (Lima Basto) ao Diretor do ISA.

<sup>1791</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 114.

<sup>1792</sup> Cf. Offício n.º 26 do Diretor do JC ao Diretor do ISA, datado de 2 de janeiro de 1915, in AHU, 3068-1B-MU-DGEns.-Mç. 1913-1928-JMAU-Correspondência Expedida/ULT.

<sup>1793</sup> Cf. Offício n.º 46 do Diretor do JC ao Diretor do ISA, datado de 10 de julho de 1915, *Ibidem*; Em março de 1916 adjudicava-se à Empresa Industrial Portuguesa trabalhos de melhoramento das estufas 1, 2 e 3, a fim *«de combater as correntes d’ar e impedir a fuga de ar quente pelo tecto»*, Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/LV 1912-1921-JMAU – Correspondência Recebida / ULT, Offício de 22 de março de 1916, da Empreza Industrial Portuguesa ao Diretor do JC.



Paralelamente à construção das estufas pela Empresa Industrial Portuguesa, em 19 de junho de 1914 Fragateiro lembrou ao Diretor do ISA a conveniência de se prosseguir a construção de uma estufa de ananases, iniciada pouco depois de o Jardim começar a ser transferido para a cerca do Palácio de Belém, por ser uma obra útil para o ensino e constituir algo digno de visita com as estufas em vias de conclusão<sup>1794</sup>.

Com a Lei n.º 286 de 31 de dezembro de 1914 foi finalmente promulgada a instalação do Jardim Colonial<sup>1795</sup>, acrescentando-lhe terrenos da designada «*Quinta do Meio*»<sup>1796</sup>. O aumento da área justificava-se pela abundância de água, a localização numa encosta voltada a sul abrigada de ventos indesejáveis e a existência de edificações que poderiam dar apoio ao funcionamento do jardim. Aos 13 dias de maio de 1915 foi assinado o auto de posse do Jardim Colonial, entregando-o ao ISA, assinado pelo Secretário Geral da Instrução Pública e pelo Diretor Geral da Fazenda Pública. A 17 seguinte, foi lavrado o «*Auto de entrega ao Instituto Superior de Agronomia da parte da Cerca do Palacio de Belem, destinada ao Jardim Colonial*»<sup>1797</sup>.

A indefinição dos terrenos adstritos ao Jardim Colonial e ao Palácio de Belém conduziu à promulgação do Decreto n.º 5716 de 10 de maio de 1919, delimitando a área do primeiro nos seguintes termos: a sul e nascente confinava com um muro que o separava da Travessa dos Ferreiros, com as habitações dos funcionários do Palácio de Belém junto do Pátio dos Bichos e com o muro do próprio palácio e os seus terraços; a nascente com as cavalariças do Regimento de Infantaria 4 e com o aterro; a norte com a Travessa do Pátio das Vacas; a poente com a Calçada do Galvão. Ao Palácio de Belém ficava adstrito um depósito de água, mas o remanescente era vertido para o tanque da Horta, na posse do Jardim Colonial; o Palácio do Pátio das Vacas e as suas dependências eram dependências exclusivas do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial; a estes eram também entregues as minas de água do Bauto e dos Pocinhos<sup>1798</sup>.

A falta de dotações num contexto económico e financeiro precário obrigou o Governo a procurar outras formas de financiamento para o Jardim e para o Museu Agrícola Colonial. Resultou daí uma Circular datada de 30 de janeiro de 1915, para

---

<sup>1794</sup> Cf. AHU, 3068-1B-UM-DGEns.-Mç.1913-1928-JMAU-Correspondência Expedida/ULT.

<sup>1795</sup> Cf. LIBERATO, Maria Cândida e MOURA, Isabel, «*Zamiaceae* no Jardim-Museu Agrícola Tropical», in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, n.º 49, Lisboa, 2003, pp. 54.

<sup>1796</sup> Cf. Instituto de Investigação Científica Tropical, *Jardim-Museu Agrícola Tropical – Itinerário de uma visita guiada*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território / Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Lisboa, 1993, [p. 6].

<sup>1797</sup> Cf. IICT, AHU, Caixa 795-2.

<sup>1798</sup> Cf. Decreto n.º 5716 de 10 de maio de 1919, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa Publicada no ano de 1919*, Primeiro Semestre, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921, pp. 939-940.

todos os Governadores das colónias portuguesas, com exceção de Macau, apelando ao contributo das mesmas com subsídios para os dois equipamentos<sup>1799</sup>. Além de identificar as atribuições do Jardim Colonial, o documento apresentava uma espécie de historial do mesmo, no que tocava às plantas tropicais já existentes e às suas ofertas de plantas ao Estrangeiro e Colónias portuguesas<sup>1800</sup>.

O mesmo tipo de discurso defensivo, apostado em captar os subsídios dos Governadores das províncias ultramarinas foi estabelecido para o museu, à data ainda instalado no ISA, mas sobre o qual a circular dizia ter já uma considerável coleção de produtos das colónias portuguesas, estrangeiras e dos países tropicais, e que o seu crescimento se encontrava comprometido pela falta de espaço, problema em vias de resolução, dada a eminente transferência para a cerca de Belém. Por outro lado acrescentava uma breve perspetiva futura do museu, destacando o seu valor científico e económico no contexto da agricultura, indústria e comércio internacionais, colocando em confronto os produtos coloniais nacionais e estrangeiros<sup>1801</sup>.

A circular evocava, enfim, as vantagens económicas das duas instalações, quer para a Metrópole, quer para as Colónias, e as respostas destas não se fizeram esperar: Cabo Verde comprometeu-se com 500\$00<sup>1802</sup>; São Tomé e Príncipe com 3000\$00, de uma vez só, e uma parcela anual de 1000\$00<sup>1803</sup>; Angola recusou alegando prejuízos com o seu Museu Comercial dos Produtos Agrícolas<sup>1804</sup> e a necessidade de fazer despesas com a sua reconstituição; a Guiné com a verba de 150\$00 anuais<sup>1805</sup>; Timor alegou más condições financeiras para aceder ao pedido<sup>1806</sup>; Moçambique idem<sup>1807</sup>, responsabilizando a Guerra Mundial pela quebra radical das receitas; desconhecemos uma resposta da Índia. Na sequência das respostas, o Ministro das Colónias ordenou por despacho de 20 de julho de 1915 a inscrição nos orçamentos das várias províncias para 1915-1916 e para os seguintes, das seguintes quantias: Cabo Verde (500\$00); Guiné

---

<sup>1799</sup> Cf. Circular da Direção Geral das Colónias aos Governadores das Províncias Ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia e Timor, de 30 de janeiro de 1915, in IICT, AHU, Processo 795-1-D, Caixa 1.

<sup>1800</sup> Sobre ofertas e incorporações do Jardim Colonial ver o Doc. 89 em Apêndice documental.

<sup>1801</sup> Cf. Circular da Direção Geral das Colónias aos Governadores das Províncias Ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia e Timor, de 30 de janeiro de 1915, doc. Cit.

<sup>1802</sup> Cf. Ofício do Governo de Cabo Verde ao Ministro das Colónias, de 16 de março de 1915, in IICT, AHU, Processo 795-1-D, Caixa 1.

<sup>1803</sup> Cf. Ofício do Governo de S. Tomé e Príncipe ao Ministro das Colónias, de 19 de março de 1915, *Idem*.

<sup>1804</sup> Cf. Ofício do Governo de Angola para o Ministro das Colónias, de 17 de março de 1915, *Ibidem*.

<sup>1805</sup> Cf. Ofício do Governador da Guiné para o Ministro das Colónias, de 15 de abril de 1915, *Ibid*.

<sup>1806</sup> Cf. Ofício do Governador de Timor para o Ministro das Colónias, de 9 de abril de 1915, *Ibid*.

<sup>1807</sup> Cf. Ofício do Governo Geral da Província de Moçambique, de 30 de maio de 1915, *Ibid*.

(150\$00); S. Tomé e Príncipe (1000\$00); Angola (500\$00); Moçambique (500\$00); Índia (200\$00); Timor (150\$00). Estas diretrizes foram vertidas no Decreto n.º 2098 de 27 de novembro do mesmo ano, com o intuito de «*desenvolver o nosso Jardim Colonial e instalar definitivamente o Museu Agrícola Colonial*»<sup>1808</sup>.

Outro diploma importante à instalação e funcionamento do JC e do MAC é o Decreto n.º 2089 de 25 de novembro de 1915, que os transferiu do Ministério de Instrução Pública para o das Colónias, continuando a ser dirigidos, respetivamente, pelos professores de Geografia Económica e Culturas Coloniais e de Tecnologia e Zootecnia Coloniais, como complemento ao ensino ministrado pelo ISA. Determinou também que qualquer alteração ao ensino instituído, se implicasse alterações nas despesas de ambas as instituições, seria concertada entre os dois Ministérios. Outra novidade do decreto foi a criação de um Conselho de Administração para gerir as dotações e receitas do museu e do jardim, aplicando-as no seu desenvolvimento<sup>1809</sup>.

A instalação do Museu Agrícola Colonial no Palácio do Pátio das Vacas só se iniciou em 1916, tendo sido inaugurado formalmente em 22 de maio de 1929. Nos primeiros anos esteve instalado em dependência do Instituto Superior de Agronomia, como equipamento anexo da cadeira de Tecnologia Colonial, limitando-se praticamente «*a servir de mostruário de colecções pedagógicas de produtos agrícolas e florestais ultramarinos, com interesse para o ensino agronómico colonial que se professava*»<sup>1810</sup> naquele instituto. Quando se decretou a transferência do museu para o Palácio dos Condes da Calheta em 1912, possuía «*ja varias colecções dos principais produtos das nossas colónias e mesmo alguns produtos das colónias estrangeiras, bem como algum modesto mobiliario*»<sup>1811</sup>. A falta de espaço obrigou o Diretor do museu a instar junto do Diretor do ISA para a necessidade de se iniciar a instalação no novo local, o que traria importantes implicações pedagógicas, pela exposição permanente, pelo estudo e pela divulgação dos produtos coloniais. Em simultâneo, esperava-se atrair os interesses do grande público e das crianças pelo desenvolvimento colonial. Para se conseguir efetivar a instalação solicitou-se um aumento da dotação no orçamento de 1913-1914, que não

---

<sup>1808</sup> Cf. Decreto n.º 2098 de 27 de novembro de 1915, in *DG* n.º 244, *COLP Ano de 1915*, IN, Lx., 1916, pp. 516 e 517.

<sup>1809</sup> Cf. Decreto n.º 2089 de 25 de novembro de 1915, in

<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/11/24200/13011302.pdf>, consulta feita no dia 15 de novembro de 2011.

<sup>1810</sup> Cf. IICT, *Jardim-Museu Agrícola Tropical – Itinerário de uma visita guiada*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território / Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Lisboa, 1993, [p. 4].

<sup>1811</sup> Cf. Ofício de Carlos Eugénio de Melo Geraldês (Diretor do Museu Colonial) ao Diretor do ISA, José Veríssimo de Almeida, de 30 de dezembro de 1912, in IICT, AHU, Processo 795-1-D, Caixa 1.

se concretizou, como verificamos por uma informação manuscrita do Chefe de Repartição do Diretor Geral da Fazenda das Colónias, de 6 de fevereiro de 1913<sup>1812</sup>.

Talvez inspirado na Circular de 30 de janeiro de 1915, o Diretor do museu, Carlos Eugénio de Melo Geraldês, decidiu solicitar o concurso de entidades externas para a organização e desenvolvimento do estabelecimento. Um desses ofícios, enviado ao Presidente da Direção do Centro Colonial em 13 de dezembro do mesmo ano, dá-nos conta de que estava para breve o início da instalação definitiva do MAC, acrescentando argumentos que justificavam a colaboração de terceiros. Esses argumentos permitem-nos obter preciosas informações sobre o tipo de museu que se pretendia, do ponto de vista expositivo. A intenção era distribuir, preferencialmente por salas separadas, os produtos de cada uma das colónias portuguesas, devidamente classificados, acompanhados de dados sobre a sua produção agrícola, aplicação industrial e valor comercial e acondicionados em vitrinas de madeira nativa de cada região, também documentada. Para conseguir esse feito, solicitou ao interlocutor as diligências conducentes à obtenção de madeira de S. Tomé e Príncipe, por ser de entre as terras ultramarinas portuguesas aquela onde o Estado tinha menos terras e, por conseguinte, menor facilidade de obter as madeiras necessárias. Previa também a existência de uma secção comparativa, onde deveriam figurar produtos coloniais estrangeiros, acompanhados das mesmas informações previstas para os nossos. Acompanhado de uma resenha histórica dos serviços prestados pelo museu desde o início, destacava a já considerável coleção e o seu papel no ensino agrícola e na investigação científica<sup>1813</sup>. O apelo dirigido ao Centro Colonial resultou no contributo de vários sócios para o fornecimento de madeiras de S. Tomé e Príncipe. O uso das madeiras nativas para a construção do mobiliário de exposição era entendido como uma forma «*de fazer a propaganda das óptimas madeiras produzidas pelas nossas colónias*»<sup>1814</sup>. Relativamente aos produtos de Cabo Verde e da Guiné, não havendo madeiras no primeiro arquipélago e faltando espaço suficiente para reservar uma sala para cada colónia, o plano era construir o mobiliário daquelas duas colónias com madeiras da Guiné e expor na mesma sala os produtos de ambas. Quanto aos produtos

---

<sup>1812</sup> Cf. Informação n.º 43 do Chefe da 1.ª Repartição da Direção Geral da Fazenda das Colónias, de 6 de fevereiro de 1913, apensa a uma informação de 14 de janeiro de 1913, da 3.ª Repartição da Direção Geral das Colónias, alusiva à dotação da secção colonial do ISA: «[...] não foi incluída a de 2.000 escudos para o museu colonial [...]».

<sup>1813</sup> Ver Doc. 88 em Apêndice Documental.

<sup>1814</sup> Cf. AHU, 3066-1B-UM-DGEns-Mç 1915-1944-JMAU – Correspondência Expedida, Ofício de 13 de dezembro de 1915, enviado ao Director Geral das Colónias.

de Angola, estes encontravam-se já armazenados nos mostruários em que foram exibidos na Exposição Internacional de Produtos Tropicais realizada em Londres em 1914. Em dezembro de 1915 faltava, por sinal, obter madeiras de Moçambique, Guiné, Índia e Timor, pelo que se afigurava vantajoso pedir a intervenção do Ministro das Colónias para as obter com o apoio dos Governadores das várias províncias.

A 21 de junho de 1917 pediu-se autorização a Júlio Maubert Chaves, residente no edifício destinado ao museu, para se tirarem as medidas das salas ainda ocupadas e «dar começo á construção do mobiliário»<sup>1815</sup> de exposição. Em dezembro seguinte procedia-se a obras de reparação no imóvel, que já começava a receber algumas coleções, que urgia salvaguardar pela presença de um guarda entre as 17 e as 8 horas da manhã<sup>1816</sup>. Em março de 1918 efetuavam-se trabalhos de organização dos produtos angolanos, para ocupar um salão e duas salas<sup>1817</sup>. Além de espaço de exposição, em abril de 1918 o museu já tinha um laboratório químico e tecnológico destinado ao estudo dos produtos coloniais, para se darem informações a agricultores, comerciantes e industriais<sup>1818</sup>.

A publicação do Decreto n.º 5717 de 10 de maio de 1919 procurou regular o funcionamento do MAC e do JC, definindo os objetivos e alargando as competências de cada um, para que contribuíssem o mais possível no ensino da Agricultura, na troca de sementes e plantas entre a metrópole e as colónias, nos estudos de aclimação, económicos, científicos e técnicos sobre os produtos ultramarinos e respetiva divulgação<sup>1819</sup>. Para o efeito, considerava-se necessário confiar essas funções a técnicos especializados, pelo que no diploma em causa foram suprimidos os lugares de Jardineiro Chefe e Jardineiro Ajudante existentes, e substituídos pelos lugares de Botânico e Chefe de Culturas e de Jardineiro Chefe. Por sua vez, ao museu estariam

---

<sup>1815</sup> Cf. *Idem*, Ofício de 21 de junho de 1917.

<sup>1816</sup> Cf. *Ibidem*, Ofício de 11 de dezembro de 1917, enviado ao Comandante da Polícia Cívica de Lisboa.

<sup>1817</sup> Cf. *Ibid.*, Ofício de 30 de março de 1918, enviado pelo Diretor do MAC, Carlos de Melo Geraldês ao comerciante Francisco Marques Ribeiro, Delegado da Associação Comercial de Luanda em Lisboa.

<sup>1818</sup> Cf. AHU, 3066-1B-UM-DGEns-Mç 1915-1944-JMAU – Correspondência Expedida, Ofício de 20 de abril de 1918, enviado pelo Diretor do MAC, Carlos de Melo Geraldês ao comerciante Francisco Marques Ribeiro, Delegado da Associação Comercial de Luanda em Lisboa.

<sup>1819</sup> Cf. Decreto n.º 5717 de 10 de maio de 1919, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa Publicada no ano de 1919*, Primeiro Semestre, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921, p. 940. Também disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1919/05/09811/11311134.pdf>; Informação da 3.ª Repartição da Direcção Geral das Colónias subordinada ao assunto «Reorganização do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial», de 16 de abril de 1919, e que preconiza a promulgação do Decreto n.º 5717 de 10 de maio de 1919, in IICT, AHU, Caixa 795-2.

afetos, além do Diretor, dois Químicos Analistas, um Preparador e um Conservador, cargos desempenhados por pessoal em funções no ISA<sup>1820</sup>.

O JC e o MAC desenvolveram uma atividade científica regular no campo da Botânica ultramarina, trazendo a lume vários estudos de importância económica e científica, tais como: uma comissão de serviço para estudar a Palmeira Dendém e outras oleaginosas angolanas, a cargo do Diretor do jardim, José Joaquim de Almeida<sup>1821</sup>; estudo dos rícinos explorados nas colónias portuguesas, pelo Diretor do museu (Carlos de Melo Geraldes), para apresentação no Congresso Internacional de Agricultura Colonial (Londres, 1920)<sup>1822</sup>; estudo das fibras do fruto da *Asclepias semilunata*, também da autoria do Diretor do museu, por se suporem boas qualidades da matéria-prima para a indústria da tecelagem<sup>1823</sup>.

Quer o Jardim quer o Museu prestaram importantes serviços científicos e de consultoria a entidades oficiais e particulares. O primeiro prestava sobretudo informações sobre a taxonomia ou sobre conhecimentos práticos aplicados na Botânica<sup>1824</sup>, colaborava com os estabelecimentos congéneres<sup>1825</sup> (especialmente o da Faculdade de Ciências<sup>1826</sup>, da Ajuda e da Universidade de Coimbra<sup>1827</sup>) e com

---

<sup>1820</sup> Cf. Decreto n.º 5717 de 10 de maio de 1919, Base 6.ª.

<sup>1821</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, ofício de 23 de fevereiro de 1920.

<sup>1822</sup> Cf. AHU, 3066-1B-UM-DGEns-Mç 1915-1944-JMAU – Correspondência Expedida, Circular enviada a vários produtores no ativo em Angola, solicitando-lhes amostras de sementes de rícinos e esclarecimentos quanto à sementeira, aos requisitos da plantação das várias variedades, à colheita, ao amadurecimento, aos custos de produção, entre outros aspetos.

<sup>1823</sup> Cf. AHU, 3066-1B-UM-DGEns-Mç 1915-1944-JMAU – Correspondência Expedida, Ofício de 28 de julho de 1919, do Diretor do MAC para o Diretor Geral do Fomento das Colónias, solicitando o envio, por intermédio da Inspeção de Agricultura de Angola, de amostras da planta, tecendo considerações sobre o seu valor industrial na indústria têxtil.

<sup>1824</sup> Cf. Ofício da Companhia União Fabril, datado de 20 de setembro de 1913, acompanhando plantas da ilha do Príncipe, e em que solicitava o apoio do JC a para identificá-las (Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 63); Ofício enviado ao então Diretor do Jardim Colonial – Bernardo de Oliveira Fragateiro –, pelo Centro Colonial, datado de 17 de fevereiro de 1917, solicitando uma opinião do Diretor sobre a melhor forma de combater a praga de cochonilhas que flagelou os cacaeiros em São Tomé e Príncipe (Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT).

<sup>1825</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 139. Ofício do Inspetor de Agricultura de Angola ao Diretor do Jardim Colonial, datado de 16 de janeiro de 1915, solicitando plantas e sementes para «dar mais amplo impulso ao Jardim Colonial de Cazengo».

<sup>1826</sup> A título de exemplo, encontrámos uma listagem de classificação de rícinos do JC, elaborada pela secção de Botânica da Faculdade de Ciências, a pedido do primeiro, e enviada em ofício de 5 de novembro de 1915, assinado pelo Diretor da Secção de Botânica da Faculdade, António Xavier Pereira Coutinho. Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 197.

<sup>1827</sup> Em 13 de fevereiro de 1914, um ofício de Júlio Henriques, Diretor do Jardim Botânico de Coimbra, acusava o interesse do emissor em receber duplicados de plantas de Angola, colhidos por John Gossweiler, para o herbário (Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 87). Alguns dias mais tarde, confirmava-se o envio de plantas de Angola do JC para o

museus<sup>1828</sup>, mediante uma política de permutas e cedências<sup>1829</sup> ou emprestava espécimes botânicos para eventos, tendo particular relevo as cerimónias de juramento de bandeira das forças militares. O museu colocava o seu laboratório químico ao serviço das análises das espécies que lhe eram solicitadas.

A importância pedagógica do JC, reconhecida quando foram fixadas as suas incumbências, foi reforçada com a base 16 da sua organização, prevista no Decreto 5717, em que se admitia a possibilidade de, caso fosse oportuno, ministrar um ensino agrícola elementar para os colonos e para os funcionários administrativos e militares das colónias portuguesas. Uma faceta do seu papel pedagógico foi a sua disponibilidade para acolher estágios de fim de curso dos alunos do ISA, em especial dos alunos de Agricultura Colonial<sup>1830</sup>. Outra manifestava-se nas visitas de estudo facultadas a várias instituições de ensino ou no envio de coleções ou duplicados de plantas para as escolas primárias.

Outra dimensão do Jardim Colonial foi a empresarial, melhor dizendo, a de conseguir obter verbas suplementares para o seu funcionamento. Para o efeito, e por autorização de um despacho do Ministro das Colónias de 30 de novembro de 1912,

---

Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 92).

<sup>1828</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 50. Ofício do Diretor do Museu da Província de Moçambique, José d'Almeida, datado de 9 de junho de 1916, cedendo ao JC 10 plantas de *Adenium sp.*, uma espécie de rosa do deserto.

<sup>1829</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 14: Ofício da Direção Geral de Agricultura do Ministério das Colónias Belga, datado de 30 de outubro de 1912, solicitando o envio de plantas e vegetais do Jardim Colonial de Lisboa e sugerindo-lhe a permuta com vegetais cultivados no Jardim Colonial de Laeken; n.º 143, ofício de 21 de abril de 1915, da Escola Técnica Secundária de Agricultura de Santarém ao Diretor do JC, solicitando permuta; *Idem*, n.º 201: ofício com listagem de plantas a enviar do Jardim Botânico da Ajuda para o Jardim Colonial e vice-versa, datado de 18 de novembro de 1915; *Idem*, ofício de 8 de novembro de 1917, da Câmara Municipal de Lisboa ao Diretor do Jardim Colonial, autorizando a permuta de árvores e arbustos existentes nos jardins e viveiros municipais e no JC, proposta pelo segundo; Ofício de 18 de março de 1916, da Escola Prática de Agricultura de Queluz para o Diretor do JC, apresentando uma lista de plantas que pode disponibilizar sob permuta. Em 23 de março de 1916 deu-se a permuta de 150 plantas do Jardim Colonial em troca de 73 da Escola de Queluz; *Idem*, n.º 104; também ao nível internacional houve propostas de permuta. Nesta situação inscreve-se um ofício do Diretor Geral de Agricultura do Ministério das Colónias Belga, datado de 30 de maio de 1914, enviando plantas de agave mexicano cultivadas no Jardim Colonial de Laeken e convidando à permuta com aquele jardim e com o Jardim Botânico d'Eala no então Congo Belga. Ver Doc. 90 em Apêndice Documental.

<sup>1830</sup> Na documentação consultada no AHU deparámo-nos com vários exemplos de alunos que fizeram o tirocínio de final de curso no JC. A título de exemplo: Fernando César Corrêa Mendes (tirocínio do curso de Agricultura Colonial, fevereiro de 1912); Manuel Eduardo Araújo da Costa Corrêa da Silva (agricultura colonial, início em setembro de 1913); Álvaro de Noronha Salles de Castro (agricultura colonial, início em setembro de 1913); Engenheiro agrônomo Armando de Freitas Zuzarte Cortezão (tirocínio colonial iniciado em dezembro de 1913); Humberto Alves Morgado de Andrade (estágio de Agricultura Colonial concluído em setembro de 1915); Aires Epifânio Mariano de Santana Mirandas (estágio de engenheiro agrônomo concluído em outubro de 1917); António Carlos da Silva Pereira (estágio de regente agrícola concluído em junho de 1918); Santos Nunes (estágio de engenheiro agrônomo concluído em junho de 1918).

eram vendidos alguns excedentes, como lenha, milho, frutas e peixes, sendo as receitas aplicadas em benefício dos serviços, ainda que por cada uso fosse necessária uma requisição prévia do capital a aplicar<sup>1831</sup>.

### **a. As Coleções e a Exposição**

As coleções do museu integram, desde cedo, um herbário, uma xiloteca (constituída a partir de 1911) e uma secção de fauna. No dealbar da 1.ª República existia no museu um herbário com 2400 exemplares de reconhecida importância histórica, económica e científica, recolhidos pelos pioneiros das viagens de exploração ultramarinas. A preocupação em obter novos acervos foi constante, com o Diretor a solicitar por diversas vezes a intercessão da tutela ou o apoio de particulares. A título de exemplo: um ofício de 12 de janeiro de 1917 enviado ao Administrador da Societé du Madal, sita em Quelimane – Moçambique, agradecendo o envio de madeiras, e manifestando interesse em receber amostras de vários estádios de desenvolvimento (ramos, flores e frutos) das espécies botânicas a que correspondiam as madeiras recebidas, para se exporem conjuntamente<sup>1832</sup>; em 22 de janeiro de 1918 solicitava-se à 3.ª Repartição da Direção Geral das Colónias para tentar obter junto do Governador de Moçambique os produtos agrícolas e derivados industriais que sobrassem da Exposição Agrícola Industrial de Lourenço Marques, a realizar em junho desse ano; em 30 de março de 1918, um ofício dirigido ao comerciante Marques Ribeiro solicitava o fornecimento à cobrança de amostras de vários produtos de Angola: café, cera, borracha, goma copal, açúcar, coconote, óleo de palma, algodão; em 5 de junho de 1920, depois de ter conseguido que o Diretor Geral do Fomento das Colónias intercedesse junto do Governador da província de Cabo Verde para que fossem enviados produtos naturais das várias ilhas, e assim completarem ou renovarem as coleções da Ilha de S. Tiago, entradas por intermédio do antigo Chefe dos Serviços de Agricultura da referida província – Augusto Santiago Barjona de Freitas – em 20 de julho de 1914, Carlos de Melo Geraldês enviou caixas e formolina para acondicionar os produtos pedidos; em janeiro de 1919, Barjona de Freitas, enquanto Jardineiro Ajudante

---

<sup>1831</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT: Ofício da Direção Geral das Colónias para o Diretor do ISA, datado de 7 de dezembro de 1912; AHU, 3066-1B-UM-DGEns-Mç 1915-1944-JMAU – Correspondência Expedida, Ofício de 13 de janeiro de 1917, assinado pelo Chefe da Secretaria Silvano Carreira, enviado a Fuertes & C.ª, informando que dispunha de madeiras do Brasil para venda, convidando a empresa a fazer a sua oferta em carta fechada, depois de apreciada a matéria-prima.

<sup>1832</sup> Cf. AHU, 3066-1B-MU-DGEns-Mç 1915-1944-JMAU – Correspondência Expedida, Ofício de 12 de janeiro de 1917, do Diretor do MAC ao Administrador da Societé du Madal.



do JC, informou o MAC que no âmbito de uma viagem particular à Guiné se disponibilizaria a obter gratuitamente produtos para a coleção. Em face desta oferta, o Diretor do MAC sugeriu à 3.ª Repartição da Direção Geral do Fomento das Colónias em 8 de janeiro de 1919, que o serviço fosse feito a título oficial, com todo o apoio do Governador da Província, nomeadamente quanto ao transporte dos produtos; em 28 de julho de 1920, em ofício enviado ao Diretor da Companhia de Fomento Nacional (Armando de Seabra), o Diretor do MAC solicitou amostras de produtos da Guiné e da Companhia. Em resposta de 31 de julho desse ano, o interlocutor anunciou uma auspiciosa cooperação<sup>1833</sup>.

Uma Circular de 10 de dezembro de 1920 atesta o crescimento das coleções do museu, ao convidar os empresários interessados a apresentar um orçamento para produção de 7 vitrinas com algumas madeiras de Moçambique. Os trabalhos foram adjudicados à Grande Marcenaria Moderna, propriedade de Manuel Filipe da Silva Junior, por ofício de 23 de dezembro de 1920.

No Jardim e Museu Agrícola Coloniais também foram fixados os valores das dotações com que cada uma das colónias devia contribuir anualmente para a manutenção e desenvolvimento daquelas instituições<sup>1834</sup>.

Os exemplares epistolográficos referidos atrás são um pequeno exemplo das entradas ocorridas no museu. Muitas outras poderíamos apontar, quer para o museu, quer para o jardim, o que reservamos para o volume digital em Apêndice<sup>1835</sup>.

No processo de instalação do Jardim Colonial nos terrenos da cerca de Belém foi tida em consideração a preservação de algumas estátuas de mármore de Carrara aí existentes e do horto régio suburbano do tempo de D. João V, com algumas espécies que se pretendia conservar. Tal manutenção, de acordo com o primeiro Diretor do Jardim Colonial, devia-se ao facto de ter que se manter o «*decoro nacional, dada a sua feição insofismável de anexo aos jardins da residencia do Primeiro Magistrado da Nação [e a] sua feição decorativa*»<sup>1836</sup>, não se descurando, contudo, as suas competências e finalidades científicas. O plano de instalação seguiu os preceitos do projeto concebido no tempo do rei D. Carlos pelo Jardineiro Chefe do Jardim Botânico

---

<sup>1833</sup> Cf. AHU, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, Ofício de 31 de julho de 1920.

<sup>1834</sup> No ano económico de 1919 – 1920, foram estipulados os seguintes contributos: S. Tomé e Príncipe – 3000\$00; Moçambique – 1250\$00; Angola – 1250\$00; Cabo Verde – 600\$00; Guiné – 600\$00; Índia – 600\$00; Timor – 600\$00. Da soma das partes, 5900\$00 cabiam ao Jardim e 2000\$00 ao Museu. Cf. Decreto n.º 5717, *Ibid*, p. 942.

<sup>1835</sup> Ver Doc. 89 em Apêndice Documental.

<sup>1836</sup> Cf. ALMEIDA, José de, «Ensino Agrícola Colonial», *art. Cit.*, p. 90.

da Escola Politécnica, Henri Navel, de quem já falámos neste trabalho. Sabe-se que em 1914 foi construída a primeira estufa. É também a José de Almeida que se deve uma boa e sucinta descrição dos moldes seguidos na construção do Jardim Colonial:

*«Depois de incorporada à Cerca de Belém, a parte rústica do arrasado palácio dos Duques de Aveiro, o parque foi traçado, ao uso da epocha, em arruamentos rectilíneos, cortados por ronds points, sombreados por Olmos, Choupos, Louros e Olaias, e orlados por banquetas de buxo, enquadrando pomares de espinho e de caroço, viveiros de flores e hortas.»*<sup>1837</sup>

O Jardim distribuiu-se por dois hectares de terras que serviam como «*mostruario agrícola de ensino*»<sup>1838</sup>, onde foram cultivadas as espécies exóticas compatíveis com o clima de Lisboa. Para as espécies de climas tropicais existiam cinco estufas aquecidas, três de conservação e duas de multiplicação, duas estufas não aquecidas para plantas mais resistentes e trinta estufins para germinação e multiplicação de plantas.

O edifício onde se instalou o MAC foi um palácio edificado no séc. XVII na denominada Quinta do Meio em Belém, pertencente na altura aos condes de S. Lourenço. Em 29 de novembro de 1920 foi publicado o Decreto n.º 7192, aprovando o Regulamento do museu. Paralelamente aos objetivos já definidos no Decreto n.º 5717, em que avultava a importância do museu na produção de informações sobre os produtos coloniais passíveis de ser introduzidos em outros territórios, tem relevo o *Plano de exposição dos produtos*<sup>1839</sup>. Este determinava que para cada colónia era atribuído um espaço ou sala exclusivo, onde os produtos deviam ser expostos de modo intuitivo e atraente, acompanhados da documentação passível de fornecer dados sobre a «*preparação tecnológica, aplicação, cotação e importância*»<sup>1840</sup>. O mesmo acontecia com os produtos agrícolas e florestais das colónias estrangeiras com interesse económico para Portugal. São também definidas as instalações públicas e privadas do museu: «*salões e salas de exposição dos produtos; biblioteca; gabinetes de estudo; gabinete do diretor; sala de lavagem da frascaria; sala de desinfecção dos produtos; sala de preparação das amostras de produtos para mostruários; depósito de produtos (duplicados); arrecadação*»<sup>1841</sup>; outras que viessem a ser necessárias. A nível externo, é encontrada uma nova forma de colaboração com a sociedade: a entrega de kits de

---

<sup>1837</sup> *Ibidem.*

<sup>1838</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>1839</sup> Cf. Decreto n.º 7192 de 29 de novembro de 1920, in *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa Publicada no ano de 1920, Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1922, p. 589.

<sup>1840</sup> *Idem*, Art. 2.º, p. 589.

<sup>1841</sup> *Ibidem*, Art. 4.º, p. 589.

amostras dos principais produtos agrícolas e florestais das colónias portuguesas às escolas. Em termos museográficos, cumpria ao Diretor decidir a publicação de catálogos descritivos dos produtos expostos, com conhecimentos práticos de utilidade para os agricultores, comerciantes e industriais.

O primeiro Diretor foi o professor do Instituto Superior de Agronomia – e Engenheiro Agrónomo – Carlos Eugénio de Melo Geraldês<sup>1842</sup>, autor de algumas obras sobre a flora ultramarina, a sua proteção e aplicação económica. Ao Diretor competia a direção de todos os serviços do museu e a supervisão do seu funcionamento, a gestão dos recursos materiais, financeiros e humanos, e para isso observava e fazia observar o cumprimento dos regulamentos em vigor, reportando anualmente à tutela os elementos passíveis de ser transmitidos. Cumpria-lhe também corresponder-se com as instituições da tutela; responder a todas as consultas sobre as quais o museu tivesse competência para responder; a tomada de providências que conduzissem à incorporação – independentemente da modalidade – de produtos coloniais e dos seus derivados industriais; e desenvolver todos os estudos e investigações sobre esses produtos. Era obrigação do Diretor promover exposições temporárias e parcelares dos produtos coloniais portugueses nas dependências do museu e do jardim. Destas exposições e das permanentes, decidia se era publicado ou não um catálogo. Juntamente com o Diretor do jardim, o Diretor do museu tinha que assistir às reuniões do Conselho de Administração criado pelo Decreto 5717 de 10 de maio de 1919. Às ordens do Diretor ficavam sujeitos os restantes membros do quadro de técnicos do museu: a) dois Químicos Analistas encarregados de: efetuar os estudos sobre os produtos coloniais designados pelo Diretor ou por ele autorizados, colaborar nas publicações do museu, supervisionar os trabalhos do Preparador, substituir o Diretor nos seus impedimentos, classificar, identificar e rotular os produtos entrados no museu; b) um Preparador, com as incumbências de: preparar os laboratórios para serem utilizados pelo Diretor, pelos Químicos Analistas e pelo Conservador, prestando-lhes o apoio necessário; c) o Conservador, a quem cabia: a preparação, rotulagem, arrumação e catalogação das coleções, apoiar as publicações, organizar as coleções de amostras para as escolas, auxiliar o Diretor e os Químicos Analistas nos seus estudos, colaborar na elaboração de

---

<sup>1842</sup> Por Portaria de 12 de novembro de 1913, Carlos Eugénio de Melo Geraldês foi nomeado, por conveniência urgente de serviço, chefe interino da secção dos serviços agrónómicos da Direção Geral das Colónias. Cf. *Diário do Governo*, n.º 295, 19 de dezembro de 1913, p. 4764 (<http://www.dre.pt/pdf1s%5C1913%5C12%5C29500%5C47644764.pdf>)

rótulos para os objetos em exposição, elaborar as requisições de material e gerir o respetivo livro de inventário e fiscalizar o trabalho do pessoal menor e jornaleiro.

A precariedade das duas instalações atingiu dimensões quase insustentáveis em 1923, devido à falta das dotações predefinidas para fazer face a despesas de grande vulto. Não esqueçamos que Portugal sofria tal como a Europa e o Mundo em geral as consequências da Grande Guerra, que pioraram a já deficitária economia portuguesa. O elevado preço do carvão e a desvalorização da moeda não permitiam fazer frente aos custos elevados que as importantes e numerosas coleções já reunidas acarretavam. Tal situação, acrescida de um parco número de trabalhadores para manterem todo o jardim, conduziu à morte de muitas plantas, algumas delas exemplares cujas sementes tinham sido extremamente difíceis de conseguir. Durante o II Congresso Colonial Nacional realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1924, foi criado o Grupo dos Amigos do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial de Lisboa, no intuito de resolver o problema financeiro e as suas nefastas consequências<sup>1843</sup>. Esta situação poderia ter conduzido a um novo fôlego, pois o Governo fixou a dotação orçamental em 193.220\$00, no ano de 1926. Efetivamente, o artigo já citado de José de Almeida, datado de 1927, parece testemunhar a recuperação evidente do Jardim Colonial. Dizia ele que:

*«Neste momento [em 1927], porem, alenta-nos a esperança e as nossas collecções começam a resurgir. Temos representadas uma centena de Famílias botânicas que envolvem cerca de trezentos generos e quinhentas especies».*<sup>1844</sup>

Terminava a lamentar-se do pouco interesse que os habitantes das colónias e os da metrópole revelavam para com o enriquecimento e desenvolvimento da instalação,

A inauguração oficial do museu em 1929 parece indiciar o mesmo tipo de constrangimentos. O museu teve existência muito ténue no período correspondente à fase final da Monarquia Constitucional e à 1.ª República, limitando-se a funcionar como um prolongamento pedagógico dos conhecimentos de Agricultura Colonial ministrados no ISA. Transferido em 1916 para o Palácio do Pátio das Vacas, em 1924 permanecia encerrado, embora já admitisse visitas em todos os dias úteis entre as 13 e as 17 horas

---

<sup>1843</sup> A comissão instaladora reuniu pela primeira vez no dia 12 de Julho de 1924.

<sup>1844</sup> Cf. ALMEIDA, José de, «Ensino Agrícola Colonial», *art. Cit.*, p. 92.

mediante autorização prévia<sup>1845</sup>. O *Guia de Portugal* organizado por Raul Proença, editado no mesmo ano de 1924, descreve o Museu da seguinte forma:

*«... em várias salas os produtos agrícolas e florestais de cada uma das nossas colónias, [...] das colónias estrangeiras e países quentes, susceptíveis do cultivo nos nossos domínios ultramarinos. A instalação do Museu, que ainda não está completa, já possui, porém, colecções interessantes dos produtos de Angola (frutos e sementes oleaginosas, gomas copais, madeiras, cafés, borrachas e derivados da mandioca), Moçambique (fibras têxteis, algodões, tabacos, madeiras e magníficos exemplares de dentes de elefante), e Índia (arroz, etc.)».*

---

<sup>1845</sup> Cf. PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal: Generalidades: Lisboa e Arredores*, Biblioteca Nacional, *Ob. Cit*, p. 397.



## CONCLUSÃO

Apesar de não existirem alterações drásticas na estrutura museológica portuguesa durante a Primeira República, tal não invalidou o surgimento de alguns museus durante aquele período, fruto de uma conjuntura muito favorável a empreendimentos do género. O novo Regime mostrou forte convicção em legislar de forma proficiente a propósito das instituições museais ou das condições que motivariam o seu aparecimento, especialmente o Anticlericalismo e os consequentes Nacionalismo, Regionalismo e Municipalismo culturais, num esforço proativo para manter os bens espoliados à Igreja nas localidades ou regiões onde tinham servido ao culto, em linha com a consciencialização de vários autores, a partir do século XIX, para a importância das instituições museológicas no processo de salvaguarda do património e no desenvolvimento social e económico. Compreende-se assim que tenha havido a preocupação de constituir um sistema museológico balizado por critérios e normas legislativas de vários domínios, intimamente relacionados entre si, de que destacamos: o Anticlericalismo e o Laicismo; a apropriação dos bens da Monarquia; a defesa patrimonial; a política cultural; a criação e regulamentação de museus; a política educativa; e o desenvolvimento económico.

No primeiro domínio, merecem destaque os Decretos com força de Lei de 8 de outubro de 1910 e de 20 de abril de 1911, determinando respetivamente a extinção das congregações religiosas e a separação do Estado da Igreja, e ambos colocando nas mãos do Estado o controlo dos seus bens e abrindo caminho à musealização regional da Arte, consubstanciada no surgimento de novos museus (Viseu, Leiria, Aveiro, Braga, Abrantes, etc.), na reformulação de outros (Évora, Beja, Faro, da Sociedade Martins Sarmento, etc.) e na transferência da responsabilidade sobre os Tesouros das Catedrais para novas tutelas. Surgiram também dois museus que acabaram por ter uma forte carga simbólica e apologética do novo regime, ambos efémeros: o Museu da Revolução e o Museu das Congregações.

No segundo domínio têm relevo a Portaria de 13 de outubro de 1910 e a Lei de 24 de junho de 1912. A primeira procurou assegurar a posse pelo Estado de todos os bens móveis e imóveis que, não sendo pertença da Família Real, eram de seu usufruto. A segunda, por sua vez, garantiu o desfrute público de alguns Palácios Reais sem outras ocupações institucionais. Compreende-se neste contexto de apropriação dos bens ao dispor da Monarquia a abertura ao público de novos espaços (Museu de Mafra; Palácios

da Vila e da Pena, em Sintra) ou a transferência dos acervos mais importantes para alguns museus nacionais, como os de Arte Antiga, Arte Contemporânea e dos Coches, entre outros.

A defesa patrimonial, assumida pela República como uma necessidade premente, derivada da colocação súbita nas mãos do Estado de uma imensidão de bens históricos e artísticos, sustentou-se em quatro diplomas fundamentais: o DFL de 19 de novembro de 1910, condicionando a alienação e a exportação dos bens artísticos e arqueológicos à sanção do Governo, assegurando ao Estado a preferência na sua aquisição e recomendando o envio dos mais valiosos e em maior risco para os museus; a Lei de 26 de julho de 1912, regulamentando as expropriações urgentes por utilidade pública, e considerando motivos de peso para a sua ocorrência a criação de museus e a salvaguarda do património artístico; a Lei n.º 483 de 15 de janeiro de 1916, proibindo os agentes encarregados do arrolamento, da conservação e da aquisição dos bens históricos e artísticos para os museus do Estado, de negociar sobre eles; o Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, cerne da política cultural republicana. A Portaria de 21 de dezembro de 1912, encarregando Michel'angelo Lambertini de coligir os instrumentos musicais e acessórios disseminados pelos conventos, palácios e museus, para sua salvaguarda e oportunamente constituírem um museu especial, também se enquadra em plenitude nas preocupações dos governos republicanos.

A política cultural da 1.ª República assentou as suas bases no Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911, que se assumiu como uma súmula das diretrizes funcionais dos Serviços artísticos, de monumentos, arqueológicos e museológicos, tentando enquadrar os museus nacionais e regionais numa cadeia de direção, em que as tutelas imediatas eram assumidas por três Conselhos de Arte e Arqueologia, distribuídos por igual número de Circunscrições Artísticas. Aos CAA coube promover o inventário e a proteção dos bens móveis e imóveis, o crescimento das coleções dos museus e a sua divulgação, mas também dar pareceres de ordem técnica sobre o funcionamento ou a criação de novos museus, por sua vez sancionada pelo Conselho de Arte Nacional.

Os Conselhos de Arte e Arqueologia preocuparam-se em salvaguardar para a sua esfera de influência os últimos alvíres sobre a criação de museus regionais de Arte e Arqueologia, independentemente da tutela a que pertencessem, num processo que se pode apelar de uma descentralização cultural controlada, e tendo como argumento o desenvolvimento cívico, económico e cultural das comunidades e a proteção do seu património, respeitando sempre a prioridade dada aos museus de âmbito nacional na



coleção dos bens de maior valor histórico e artístico. À luz destas premissas foram publicados com o aval daqueles Conselhos os diplomas criadores dos museus regionais de Aveiro (1912), Viseu (1913), Évora, Faro, Bragança (1915), Lamego, Leiria, Beja (1917), Braga (1918), Abrantes (1921), Chaves (1922) e Vila Real (1924). Configurou-se assim a primeira rede museológica nacional, fiscalizada e regulada pelo Estado, com a forte contribuição de José de Figueiredo, eleito como Inspetor dos Museus Regionais em sessão do Conselho de Arte Nacional em 1915, mas também de outros agentes, como António Augusto Gonçalves, grande crítico da proliferação do número de museus sem estarem reunidas as condições necessárias à sua existência. À margem das sanções dos Conselhos de Arte e Arqueologia e dos pareceres daqueles e de outros vogais, surgiram outros museus artísticos e arqueológicos de iniciativa local. Este fenómeno encontrou suporte na Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913, que permitia às Juntas Gerais de Distrito, Câmaras Municipais e Juntas de paróquia, criar, subsidiar e administrar instituições de educação, beneficência e instrução. Nestas condições foram criados, entre outros: o Museu de Arte Regional de Viana do Castelo (1914); a Biblioteca Museu Municipal de Moura e o Museu Camilo em S. Miguel de Seide (1915); a Biblioteca Museu Municipal de Penafiel (1917); o Museu Distrital de Portalegre (1918); o Museu Arqueológico de Barcelos (1920); o Museu Regional e Paroquial de Lorvão (1923). Outra nuance da produção legislativa, que ilustra um importante traço da Museologia deste período foi a preocupação de regular o funcionamento de alguns dos principais museus do país, numa crescente tendência para a uniformização de práticas. Disto resultou a publicação no órgão oficial da República, dos regulamentos internos de museus como o Etnológico Português (1914), Nacional de Arte Antiga (1916), Nacional de Arte Contemporânea (1917), Nacional dos Coches (1914), Regional D. Lopo de Almeida (1921), Regional de Grão Vasco (1921), de Artilharia (1914, 1920), Aquário Vasco da Gama (1919), Museu Nacional de História Natural (1919), Jardim e Museu Agrícola Colonial (1914, 1915, 1919) e da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1925). Outros regulamentos foram aprovados localmente: Biblioteca Museu Municipal de Moura (1915); Museu de Arte Regional de Viana do Castelo (1922); Museu e Laboratório de Zoologia da FCUC (1914); Instituto de Antropologia da FCUC (1915); Jardim Botânico da FCUL (1914); Museu Bocage (1922). Outros regulamentos, ainda que sugeridos, não foram aprovados, como o do Museu Regional de Faro.

No tocante à política educativa, a criação do Ministério de Instrução Pública pela Lei de 7 de julho de 1913 conduziu a uma reformulação da hierarquia operacional dos serviços educativos e culturais do Estado. A política educativa republicana, procurando combater o elevado índice de analfabetismo e promover o progresso material e humano da nação, ampliou o valor pedagógico dos museus em geral, mediante um renovado fôlego das teses que defendiam a instalação de museus escolares em todos os Liceus e pela instituição dos trabalhos práticos obrigatórios, assentes em visitas a museus e outro tipo de saídas escolares, suportando um ensino que se pretendia cada vez mais experimental e intuitivo. Estas premissas encontraram eco nos Decretos n.º 3091 de 17 de abril de 1917, compilando as disposições relativas à organização do Ensino Secundário, n.º 4650 de 14 de julho de 1918, reformando-o, ou n.º 5002 de 27 de novembro do mesmo ano, aprovando os seus programas. Ao nível do Ensino Superior, na sequência da criação das Universidades de Lisboa e do Porto pelo DFL de 22 de março de 1911 foram definidas as novas Bases da Constituição Universitária (DFL de 19 de abril de 1911), estabelecendo os trabalhos práticos obrigatórios e por sua vez motivando o incremento museológico dos vários estabelecimentos de Ensino Superior. Nas Faculdades de Ciências das três Universidades, organizadas pelo DFL de 12 de maio de 1911, foram instituídos vários estabelecimentos anexos, intimamente ligados à leção das disciplinas das várias secções, mas com uma crescente tendência para a sua abertura ao público em geral e para a própria autonomia funcional, administrativa e financeira, vertida no Decreto n.º 7240 de 21 de janeiro de 1921. A par do desenvolvimento científico estava o desenvolvimento económico do país, cada vez mais consciente da necessidade de assegurar a posse das suas colónias, que foram alvos privilegiados de expedições científicas e alimentaram os museus universitários da Metrópole, através dos contributos de naturalistas como António de Sousa Torres e Luís Carrisso, dos próprios Governadores das Colónias, dos profissionais aí residentes e das companhias comerciais instaladas naqueles territórios. A convicção de que o conhecimento da Arte e das Indústrias do Passado e do Presente contribuía para o aperfeiçoamento técnico dos futuros profissionais é razão para o reforço do papel educativo dos museus, o que foi fruto de uma legislação que tendia a enquadrar as instituições museológicas na Educação Nova cultivada desde finais do séc. XIX. Assim se entende a anexação pedagógica do Museu Etnológico Português à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e das cadeiras de Estética e de História da Arte

daquela Faculdade e da congénere coimbrã ao Museu Nacional de Arte Antiga e ao Museu Machado de Castro, respetivamente.

O desenvolvimento da Economia, sugerido na última parte do parágrafo anterior, investiu os museus de grandes responsabilidades, como motores ao serviço do progresso moral e material do país, a braços com um sistema económico e financeiro muito débil, com uma agricultura de subsistência, pouco mecanizada e produtiva, uma indústria cuja maioria das unidades de produção eram pequenas oficinas, uma balança comercial deficitária e um império colonial subaproveitado. Várias medidas ilustram a tentativa de inverter o panorama. A primeira digna de nota foi o surgimento em Portugal da primeira Repartição de Turismo (DFL de 16 de maio de 1911), com a incumbência de definir os alvos de interesse turístico e promover a sua propaganda. Os museus assumiram, obviamente, o seu quinhão de responsabilidade na atração de visitantes e de divisas às mais variadas localidades. Sempre entendidos como importantes meios de difusão de boas práticas profissionais e, conseqüentemente, de desenvolvimento económico, as instituições museológicas foram objeto de outras iniciativas importantes: a Lei n.º 304 de 4 de fevereiro de 1915 autorizou os sindicatos agrícolas a adquirir bens imobiliários, para cultivo e instalação de serviços de interesse público, incluindo museus, destinados à aprendizagem de novas técnicas e à compreensão dos problemas rurais; o Decreto n.º 5615 de 10 de maio de 1919 converteu o Aquário Vasco da Gama em Estação de Biologia Marítima, reforçando o seu papel ao nível do fomento das indústrias marítimas, instrução e investigação científica; a reorganização do Jardim e Museu Agrícola Coloniais prevista no Decreto n.º 5717 de 10 de maio de 1919 reforçou as suas responsabilidades no ensino da Agricultura e no domínio da investigação científica, económica e técnica dos produtos ultramarinos; o Decreto n.º 4845 de 23 de setembro de 1918 criou junto ao Instituto Superior de Comércio um Museu Comercial, destinado aos alunos e ao público em geral, e apostado a desenvolver as exportações e a divulgar os produtos naturais e industriais portugueses. No âmbito económico, mas também com sérias implicações políticas, podemos também integrar a noção de Colonialismo Científico, ampliada na 1.ª República como reação ao contexto de Guerra vivido, e intimamente ligada ao museu Colonial e Etnográfico da SGL, ao Museu Geológico e aos Museus e Laboratórios Geológicos e Mineralógicos das Universidades, como repositórios dos recursos explorados nas províncias ultramarinas para maior conhecimento e divulgação das suas potencialidades.

Consequentemente, admite-se que a 1.<sup>a</sup> República criou a primeira política estatal para o Património, em cujo âmbito os museus acabaram por se revelar como detentores do maior sucesso, nascido de um aceso debate sobre o seu papel na sociedade e também sobre as suas funções e coleções, que desembocou na primeira rede museológica de âmbito nacional com ramificações regionais, suscitadas por remessas súbitas de bens artísticos nacionalizados. Apesar de uma maior proficiência na apresentação de propostas do que na sua concretização, não se pode ignorar a preocupação de uma elite de intelectuais atentos às questões patrimoniais em geral e museológicas em particular. São dignas de registo as tentativas de dotar os museus de maior fôlego financeiro, recursos humanos diversificados e instrumentos de conservação e gestão das coleções. De uma maneira geral a criação de museus era bem vista pelas instâncias oficiais, mas num registo racionalizado que não comprometesse o equilíbrio entre os interesses dos museus centrais e dos museus regionais e locais, entre os quais foi frequente uma autêntica relação fornecedor – recetáculo.

Em termos genéricos, as coleções dos novos museus constituíram-se fundamentalmente por bens artísticos e arqueológicos, mantendo-se a prática do regime anterior, que ainda assistiu à valorização das Artes Decorativas, ocupando posição de destaque em algumas exposições que funcionaram como prólogo a alguns museus, como o MNAA, o Museu Regional de Aveiro e o Museu de Arte Regional de Viana do Castelo. Ainda que se procurasse dar alguma expressão às coleções etnográficas e elas estivessem representadas positivamente no Museu Etnológico Português e comesçassem a surgir em alguns museus de província como o de Aveiro, foi preciso chegar ao Estado Novo para os valores tradicionais e históricos das populações portuguesas encontrarem a sua reprodução massiva nos museus. As principais formas de incorporação foram as doações ou legados, não sendo de desprezar um significativo movimento de aquisições onerosas, ainda que mais circunscritas ao MNAA e ao MNAC, possíveis graças ao Legado Valmor, nos dois casos, e à ação do GAMNAA, no tocante ao primeiro. Os depósitos foram o principal veículo de enriquecimento das coleções dos museus, muitas delas significativamente acrescentadas e até diversificadas, como as do MEP, MNAA, MNC e MNAC.

O sucesso de alguns dos museus deve-se aos grupos de amigos constituídos com vista a reunir sinergias para colmatar a escassez de recursos das tutelas, prática iniciada com a República, que viu nascer: o Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga (1912); o Grupo dos Amigos do Museu e da Cidade (ativo em Castelo Branco

entre 1914 e 1919); o Grupo de Amigos do Jardim Zoológico e de Aclimação de Lisboa; a Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém (1916); o Grupo Pró-Évora (1919); os Amigos Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro (1920); o Grupo dos Amigos do Museu e Biblioteca Municipal de Elvas (1923); o Grupo dos Amigos do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial de Lisboa (1924); os Amigos Pró Museu Regional, Biblioteca e Turismo (Lamego, 1924); o Grupo dos Amigos dos Monumentos e Obras de Arte de Bragança (1925).

Em termos museográficos, a 1.<sup>a</sup> República coincidiu com um período de transição entre as tendências herdadas do século XIX e as propostas de renovação apresentadas entre as duas guerras mundiais. As novas propostas foram fruto de um debate profundamente crítico aos museus, iniciado na passagem de oitocentos para novecentos e assente na necessidade de reformar as instituições para que pudessem responder ao incremento significativo das suas coleções, resultado direto do alargamento do conceito de objeto musealizável e das crescentes preocupações com a salvaguarda do Património. O expoente máximo dessa transição em Portugal é o Museu Nacional de Arte Antiga, que com José de Figueiredo oscila gradualmente entre o gosto pelas salas faustosas do palácio em que se encontrava instalado e soluções bem mais próximas do período museológico seguinte, como as maiores preocupações com a exposição contida, seletiva e criteriosa dos objetos, os suportes e iluminação, com vista à sua valorização e conservação. Os objetos passaram gradualmente a estar sujeitos a maiores preocupações expositivas, em função da instrução do público e das necessidades de conservação. Esta situação, mais interiorizada do que aplicada, verificou-se sobretudo em museus como o de Arte Antiga, de Arte Contemporânea e Machado de Castro. A maior parte dos museus portugueses, mais pela insuficiência de verbas e de espaços e pela necessidade de assegurar a conservação mínima de tantos edifícios desocupados, do que por falta de sensibilidade dos seus responsáveis, apresentava ainda soluções de exposição típicas do período oitocentista, de que a exposição massiva de objetos era a principal característica, descurando-se uma aturada seleção dos objetos de maior mérito para a exposição e as estratégias eficazes para a sua conservação, divulgação e difusão. Olvidava-se ainda a prática da Exposição Temporária como forma de expor coleções secundárias dos museus ou externas às instituições, sendo exceções o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Arqueológico do Carmo e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Ainda durante a República, entre os museus universitários portugueses começou a despontar uma solução típica da

museografia entre guerras: as coleções de estudo, vocacionadas para públicos específicos, portanto menos preocupadas com questões estéticas e separadas da exposição para o público geral, que se pretendia cada vez mais compreensível e atrativa.

No que toca à Arquitetura, a instalação em edifícios religiosos nacionalizados, herdada do séc. XIX, é a “nota” predominante para a maioria dos museus, como o atestam os exemplos seguintes: ao Museu Regional de Évora foram atribuídos o Paço Arquiepiscopal e o Convento dos Lóios; o Museu Regional de Beja instalou-se no Convento de Nossa Senhora da Conceição; o de Faro na Igreja do Convento de Santo António dos Capuchos; o Regional D. Lopo de Almeida em Abrantes encontrou teto na Igreja de Santa Maria do Castelo; o Museu Machado de Castro, os museus regionais de Leiria, Lamego e Bragança e o Museu Marítimo de Faro instalaram-se nos antigos Paços Episcopais das respetivas cidades; o Museu Regional de Grão Vasco em dependências da Sé; o Museu Soares dos Reis no Convento de Santo António; o Museu Regional D. Diogo de Sousa no antigo Paço Arquiepiscopal; o Museu Municipal de Estremoz na Igreja dos Congregados; o Museu Municipal de Elvas no Colégio Jesuíta de São Tiago ou antigo Seminário Episcopal; o Museu de Arqueologia e Etnografia de Alcácer do Sal no Convento de Santa Clara e a partir de 1914 na Igreja do Espírito Santo; o Museu Distrital de Portalegre na igreja do Convento de S. Bernardo; o Museu Municipal de Santarém na Igreja de São João de Alporão; o Museu Municipal Francisco Tavares Proença Júnior, no Convento de Santo António dos Capuchos. Outros museus encontraram abrigo em edifícios civis com usos anteriores distintos dos museológicos. A construção de edifícios de raiz para museus não teve quase expressão, circunscrevendo-se à reconstrução do imóvel do Museu Camilo respeitando a traça antiga quase na íntegra da casa onde Camilo residiu com Ana Plácido, à construção dos edifícios do Museu João de Deus e do Museu Rafael Bordalo Pinheiro e à planificação da nova ala do MNAA, edificada durante o Estado Novo no local onde anteriormente se encontrava o convento das Albertas. Outra tendência a registar: a da partilha dos edifícios entre os museus, outros equipamentos educativos como bibliotecas e escolas, ou até outro tipo de serviços públicos e particulares.

Um dos grandes cavalos de batalha da Primeira República foi a Instrução Pública, e dentre os instrumentos ao seu serviço os que gozaram de maior atenção e conseqüente sucesso foram os museus, que sofreram um grande incremento tipológico, no que concerne às disciplinas, às coleções e à vocação. Isto compreende-se pela urgência com que a sua criação ou transformação assumiram estratégias de salvaguarda

de um vastíssimo património móvel e imóvel colocado nas mãos do Estado, cujos agentes faziam valer influências em torno da sua posse, num quadro crescentemente descentralizado. O Nacionalismo e conseqüente valorização do património histórico, artístico e arqueológico justificavam a multiplicação de museus regionais. A elevação moral e patriótica do país através da valorização de alguns vultos históricos nacionais conduziu ao surgimento de museus de carácter monográfico e evocativo, como o Museu Camilo, o Museu Rafael Bordalo Pinheiro e o Museu João de Deus. A conservação especial exigida por alguns objetos e a falta de espaços adequados para a garantir desencadeou o aparecimento de outro tipo de museus: os Palácios e os Tesouros das Catedrais. O primeiro museu de cidade – de Lisboa – nasceu precisamente na vigência da República, começando a ser preparado ainda em vigência da Monarquia por uma Vereação cem por cento republicana, apostada em registar a História e as tradições Olissiponenses.

Em termos tipológicos, ou se quisermos, da dimensão e importância dos acervos ou do seu valor, o novo regime político também acentua a especialização de museus, com os casos monográficos do Museu Rafael Bordalo Pinheiro em Lisboa ou do Museu Camiliano em S. Miguel de Seide, este último aliás o pioneiro das Casas-Museu em Portugal, juntamente com a Casa-Museu Anselmo Braancamp Freire. Os museus de curiosidade também sofreram algum incremento, com experiências efémeras como o Museu da Revolução e o Museu da Sociedade Protetora dos Animais. Os museus de educação continuaram a ser a categoria privilegiada, apresentando coleções ecléticas de objetos históricos e artísticos, amiúde em convívio com produtos naturais e manufaturados de interesse local, ainda que na maioria das vezes os objetivos didáticos dos discursos museográficos fossem prejudicados em função de espaços diminutos proporcionalmente ao número de objetos em exibição, num período em que os espaços técnicos de reserva praticamente ainda não faziam parte do universo espacial dos museus portugueses. O valor turístico das instituições museológicas é um aspeto em crescendo, resultando dessa convicção a promulgação de alguma legislação tendente a identificar os potenciais focos de atração turística nas localidades do país e a fazer melhoramentos nas estruturas de acesso a esses lugares, independentemente da sua situação geográfica. O turismo foi apenas uma de entre as várias atividades económicas que alertaram para a importância económica dos museus, não podendo esquecer a importância do Museu Comercial do Instituto Superior de Comércio ou os vários museus e jardins botânicos do país, com importantes papéis na divulgação,

experimentação e comercialização dos produtos industriais ou agrícolas da Metrópole e das Colónias.

No que toca à abrangência territorial dos museus, a 1.<sup>a</sup> República concretizou o que já vinha sendo alvo de debate ou programação nos últimos anos da Monarquia: a elevação à categoria «Nacional» dos mais ricos museus do país, pelo caráter excepcional do seu acervo e do papel de síntese artística ou arqueológica que tentavam oferecer ao público; e a proliferação de museus regionais em que a Arte, a Arqueologia e a Numismática se afiguravam como as principais disciplinas. A estas duas modalidades fundamentais acrescem os casos museológicos nascidos em «dissidência» com as posições centrais, sendo exemplo o Museu Distrital de Portalegre ou o Museu Regional e Paroquial de Lorvão.

O desenvolvimento incipiente dos museus escolares e pedagógicos do Ensino Primário e Liceal verificado em Portugal ao longo do séc. XIX e início do séc. XX não foi resolvido pela República. Esta mostrou-se incapaz de edificar de raiz estabelecimentos de educação que incluíssem nos seus projetos os espaços necessários para instalar os seus museus, sendo exceção nacional os liceus Pedro Nunes, Camões e Passos Manuel, cujos novos edifícios foram iniciados durante os últimos anos da monarquia, por impulso de João Franco. A falta de infraestruturas confirma mais uma vez a desproporcionalidade face à legislação e às propostas da Educação Nova, pela qual os alunos dos vários níveis de ensino tinham um papel ativo na sua educação, que não dispensava a frequência de museus, amiúde referidos nos diplomas como parte integrante dos estabelecimentos de ensino.

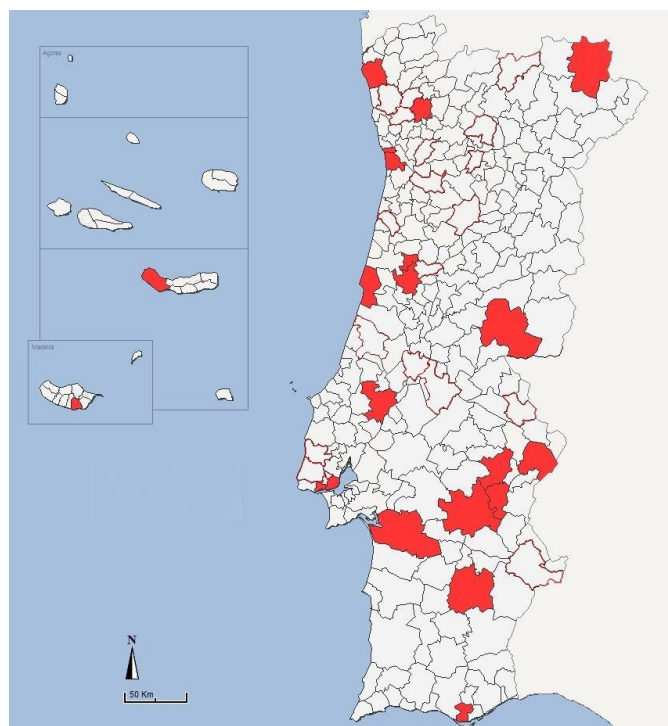
Fazendo um balanço geral sobre se podemos falar de ruturas no universo museológico português, somos apologistas que melhor será falar de evolução e transformação, porque assistimos, em grande número de casos, a uma recriação das unidades museológicas, partindo de realidades pré-existentes. Os casos mais paradigmáticos são o Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Arte Contemporânea, que como vimos resultaram da divisão do Museu Nacional de Belas Artes com vista a uma maior especialização, tendo como base princípios cronológicos, não descurando a forte influência do Diretor do primeiro daqueles museus, na delimitação daqueles princípios, numa clara intenção de reservar a Arte antiga para a sua tutela direta. Outros casos são os museus regionais de Évora, Beja e Faro, que resultaram de um *upgrade* do Museu da Biblioteca Pública Eclesiástica, do Museu Municipal de Arqueologia e do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique,



respetivamente. Até mesmo ao nível da Museografia adotada e das disciplinas predominantes nos museus, houve uma continuidade com o século XIX, prosseguindo-se objetivos de instrução e conservação.

É indesmentível o aumento significativo do número de museus durante os cerca de 16 anos que durou a 1.ª República. Também não podemos deixar de colocar a hipótese de, se a República não tivesse sido instaurada no dia 5 de outubro de 1910, o número de museus não ser tão grande, pois os que ela viu nascer foram, em grande parte, para dar guarida às remessas de objetos de valor histórico e artístico suprimidos à Igreja e colocados nas mãos do Estado, por conta da Lei da Separação. Mesmo outros museus que foram criados como forma de manter um conjunto de bens nas mãos de Irmandades ou Confrarias (exemplo dos museus de S. Nicolau, da Confraria do Bom Jesus do Monte, de Arouca), talvez não existissem se aquelas corporações não sentissem a necessidade de os preservar face à força centrípeta da República.

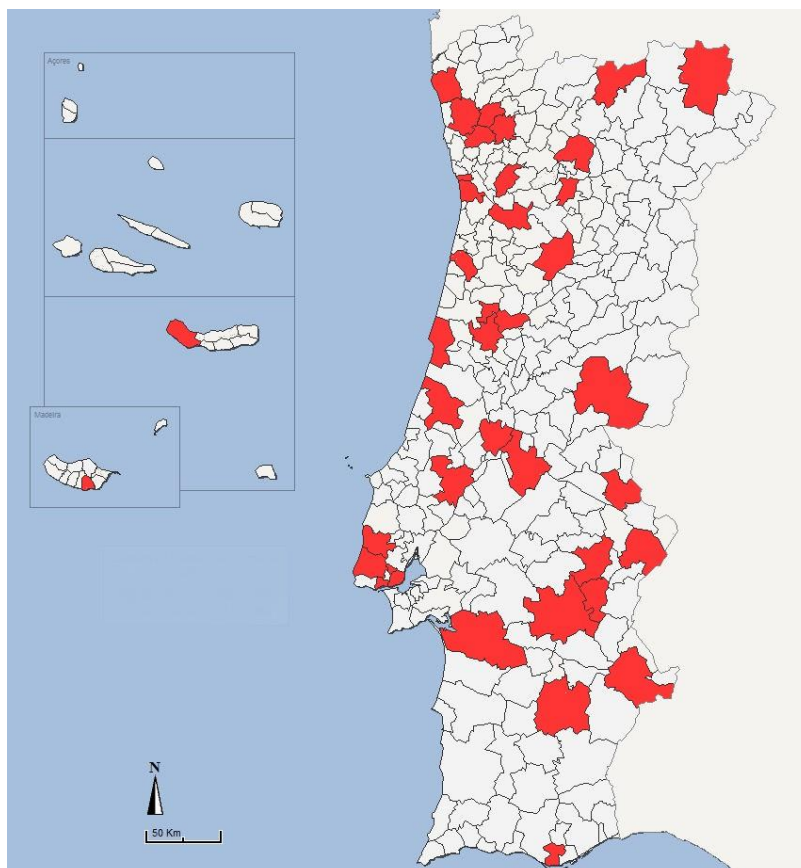
Vejamos agora de que modo se distribuíam os museus antes e depois da República.



**Mapa 1 – Distribuição concelhia dos museus em 1910 (antes da República).**

Nas vésperas da implantação da República o número de museus em Portugal era muito reduzido, o que como vimos suscitou a opinião negativa de diversas

personalidades da Cultura, circunscrevendo-se a 21 concelhos (em 291 existentes): na região sul aos concelhos de Alcácer do Sal (1), Beja (1), Elvas (1), Estremoz (1), Évora (1), Faro (2), Lisboa (21<sup>1846</sup>), Oeiras (1) e Redondo (1); na região centro a Castelo Branco (2<sup>1847</sup>), Coimbra (3<sup>1848</sup>), Figueira da Foz (1), Mealhada (1) e Santarém (1); na região norte a Bragança (1), Guimarães (2<sup>1849</sup>), Porto (4<sup>1850</sup>), Viana do Castelo (1) e Vila Nova de Gaia (1); e nas ilhas aos concelhos do Funchal (1) e Ponta Delgada (1) (**Mapa 1**).



**Mapa 2: Distribuição concelhia dos museus até maio de 1926.**

<sup>1846</sup> Os museus da Escola Politécnica são contabilizados como um só. Os restantes museus eram: o MNBA; o MEP; MNC; MAC; da SGL; JZAL; JC; MAC; AVG; MSR; Museu Keil; da ACL; JBA; MA; MM; MG; Museu do Colégio de Campolide e Museu Pedagógico Municipal de Lisboa; Museu Tifológico; Museu do Instituto Central de Higiene.

<sup>1847</sup> Museu Municipal de Castelo Branco e Museu do Colégio de S. Fiel.

<sup>1848</sup> Os museus da Universidade de Coimbra são contabilizados como um só. Existiam também o Museu de Antiguidades do Instituto e o Museu de Arte Sacra da Sé.

<sup>1849</sup> Os museus da SMS são contabilizados como um só. O outro museu referido é o de Arqueologia Cristã ou do Tesouro da Colegiada.

<sup>1850</sup> Os museus da Academia Politécnica são contabilizados como um só. Os restantes são o Museu Portuense, o Museu Municipal ou Novo Museu Portuense e o ainda existente Museu Industrial e Comercial do Porto, que Joaquim de Vasconcelos conseguiu manter até 1927.

Na 1.<sup>a</sup> República assiste-se a uma multiplicação do número de museus e a uma maior distribuição geográfica, estendida a 40 concelhos do continente e ilhas (**Mapa 2**). O aumento verificou-se sobretudo a norte do Tejo, ao passo que a sul e nas ilhas a situação quase estabilizou entre antes de 1910 e 1926, como é possível observar se compararmos os dois mapas, e concluir que a sul do Tejo surgiram simplesmente o Museu Distrital de Portalegre e a Biblioteca Museu Municipal de Moura, ao passo que se assiste à transformação dos museus de Beja, Évora e Faro em museus regionais e a uma maior diversificação das coleções nos museus de Ponta Delgada, do Funchal e de Elvas. Em termos numéricos, o concelho de Lisboa continuou a destacar-se como o detentor de maior número de museus e como aquele onde surgiram mais estabelecimentos novos (21<sup>1851</sup>). Em outros concelhos do distrito de Lisboa também se verificou um acréscimo significativo do número de museus, em parte resultado da abertura ao público de alguns palácios reais (Mafra; Queluz; Pena e Vila em Sintra). Na região centro, Coimbra manteve o número de museus, mas o Museu de Antiguidades do Instituto deu lugar ao Museu Machado de Castro, que absorveu o Museu de Ourivesaria da Sé de Coimbra. Na Figueira da Foz manteve-se o museu de Santos Rocha, no concelho da Mealhada o Museu Militar do Buçaco, em Santarém o Museu de S. João de Alporão viu nascer a Casa Museu Anselmo Braancamp Freire e em Castelo Branco o Museu Arqueológico Municipal fundado por Francisco Tavares de Proença Júnior abriu-se a outras disciplinas. Surgiram, porém, os museus Regional e Paroquial de Lorvão, no concelho de Penacova, os museus regionais de Leiria, de Viseu, de Aveiro e de Abrantes e o Museu Lapidar da UAMOC (Tomar). Na região norte, o Museu Regional de Bragança foi criado para absorver o Museu Municipal, mas coexistiram durante quase todo o período republicano; o Museu Portuense foi batizado com o nome de Museu Soares dos Reis, partilhando o teto com o Museu Municipal; em Arouca foram criadas as condições para a Irmandade da Rainha Santa Mafalda criar um Museu de Arte Sacra; no concelho de Vila Nova de Famalicão surgiu a primeira Casa Museu

---

<sup>1851</sup> Este número exclui quase todos os museus referidos em legislação que determina a organização ou regulamentação de museus em instituições de ensino, sendo somente considerados os que tiveram uma existência efetiva e profícua. Os museus criados em Lisboa durante a I República foram: o Museu da Revolução (1910); Museu da Sociedade Protetora dos Animais (1911); MNAA (1911); MNAC (1911); Museu de S. Nicolau (1915); Museu do Conservatório Nacional (1915); Museu instrumental de Lambertini e Monteiro (1916); Museu Rafael Bordalo Pinheiro (1916); Arquivo e Museu das Congregações (1917); Museu João de Deus (1917); Museu Histórico do Congresso (1920); Museu da Cidade de Lisboa (1921: entrega da organização à AAP); Tesouro da Sé de Lisboa (1914); Palácio da Ajuda (1911); Museus dos Liceus Pedro Nunes, Camões e Passos Manuel; Instituto de Odivelas (1913); Museu Comercial do ISC (1918); Museu Nuno Álvares (1918); Museu Numismático e Filatélico da Casa da Moeda (1919); Museu do Colégio Militar (1923).

portuguesa dedicada à figura de Camilo Castelo Branco (1915); em Penafiel abriu precariamente a Biblioteca Museu Municipal (1917); em Viana do Castelo assiste-se à abertura do Museu de Arte Regional em 1923, substituindo o antigo museu estabelecido no Liceu; a Sociedade Martins Sarmiento alargou as suas coleções ao âmbito da Arte Sacra (1912), recebendo à sua guarda o Tesouro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (1917); Barcelos viu nascer um museu arqueológico de ar livre (1920); Lamego instalou o seu Museu Regional no antigo Paço Episcopal a partir de 1918; Braga homenageou o Arcebispo D. Diogo de Sousa, escolhendo o seu nome para o Museu Regional criado no mesmo ano; Vila Real e Chaves também foram contempladas com a criação de museus regionais, mas a sua concretização já não foi feita pela 1.<sup>a</sup> República.

A criação de um Ministério de Instrução Pública durante a 1.<sup>a</sup> República realça a importância atribuída pelo regime a todos os instrumentos colocados ao serviço da educação e formação da sociedade portuguesa. Se este facto não fosse suficiente para inferir o valor que os museus tiveram, que tal recordar que uma das primeiras celebrações do novo regime se prendeu com a musealização do episódio revolucionário que o viabilizou?! Falamos, claro está, do Museu da Revolução criado em dezembro de 1910. Em causa, não só o valor pedagógico, mas sobretudo simbólico, ao serviço da afirmação ideológica que se pretendia carrear para a causa republicana, através de um piscar de olhos às principais forças do país, as detentoras das armas – o Exército e a Marinha – e as de maior expressão numérica – o Povo. Não se olvide também a importância do Arquivo Museu das Congregações, começado a coligir pouco depois do 5 de outubro, simbolizando uma nova ordem, em que o Estado queria ser o principal doutrinador, com vista ao progresso.

O Regime privilegiou, sem sombra de dúvida, os museus de âmbito nacional, experiências herdadas da Monarquia Constitucional. Em primeiro plano, pelo arrojo das experiências museográficas e iniciativa do seu Diretor, temos o MNAA, mas museus como o MEP, o MNC e o MNAC também foram alvo de grande zelo, apesar de todos os constrangimentos orçamentais vividos. Os museus artísticos foram os grandes beneficiários de toda a conjuntura vivida, mas o MEP, como museu central de Arqueologia, beneficiou de uma ideologia nacionalista e da grande vitalidade do Diretor e de alguns outros funcionários do museu, que se repercutiu na dinâmica editorial que trouxe a lume vários artigos sobre as coleções, a primeira obra de fôlego sobre história da Museologia portuguesa e o primeiro regulamento a consignar questões museográficas. O prestígio, dinamismo e espírito de sacrifício dos Diretores dos quatro

museus foram determinantes para o seu sucesso. Todos eles integraram as estruturas que mexiam os cordelinhos no contexto museológico nacional, o que não sendo suficiente para um êxito garantido, certamente pesou.

A par de uma crescente preocupação com a exposição e conservação das coleções, multiplicaram-se os trabalhos de investigação e divulgação, com a publicação de catálogos parciais ou gerais, de que como vimos o MEP foi um feliz exemplo, mas também o MNC, o MGV, o Museu de Artilharia, o AVG, o MLZ e o MLMG da Universidade de Coimbra. Outros estabelecimentos, apesar de manifestarem essa intenção, não conseguiram concretizá-la, por dificuldades a maior parte das vezes relacionadas com a insuficiência de verbas para levar as iniciativas a bom porto.

A escassez, a falta de preparação e de especialização dos recursos humanos era comum a quase todos os museus, o que terá contribuído para cercear o êxito de algumas instituições, entregues a Diretores que subdividiam o cargo por várias instituições, como bibliotecas e arquivos (exemplos de Leiria, Évora, Bragança, Braga, Elvas, Moura, Santarém, Congregações, Penafiel), ou sem um número de guardas suficientes para garantir a segurança das coleções e a abertura ao público. A formação dos quadros dos museus também mereceu a atenção dos Governos, certamente por influência dos vogais das Circunscrições Artísticas e do Conselho Superior de Belas Artes, de que destacamos José de Figueiredo e a sua influência para a promulgação de legislação que permitia colmatar a falta de pessoal superior nos museus com a agregação de pessoal externo que podia obter formação especializada sem encargos extra para as instituições, e gradualmente vai-se assistir a uma cada vez maior filtragem de candidatos aos serviços museológicos, condicionando-os à frequência de cursos próprios das Escolas de Belas Artes ou à aprovação nas cadeiras de Estética e de História da Arte das Faculdades de Letras e a um estágio de dois anos num museu.

Para terminar, podemos afirmar que na Primeira República:

- O Estado definiu uma política museológica, com maior coordenação entre as estruturas centrais e regionais;
- Intensificou-se o debate sobre o papel social, cultural, educativo e económico dos museus;
- Houve maior preocupação com a inventariação, a conservação, a exposição e a divulgação das coleções;
- Prevaleram os museus de Arte e Arqueologia, embora se assista a uma multiplicação e diversificação tipológica dos museus;

- A proficuidade legislativa transcendeu a concretização das experiências museais, mas tal não desvaloriza a importância atribuída aos museus como veículos para o progresso moral e material da Nação.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

#### Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças [ACMF]

##### - Fundo da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais:

- *Actas (1911-1916)* [1.º Livro de Atas das Sessões da Comissão Central de Execução da Lei de Separação (CCELS)], ACMF/Arquivo/CJBC/ACTAS/001, Caixa 123.

- *Actas (1916-1920)*, [2.º Livro de Atas das Sessões da CCELS], ACMF/Arquivo/CJBC/ACTAS/002, Caixa 123.

- *Actas (1920-1923)* [3.º Livro de Atas das Sessões da CCELS], ACMF/Arquivo/CJBC/ACTAS/001, Caixa 123.

- Processo CJBC/ANG/ANG/ADMIN/040, Caixa 339: «Pedido de cedência ao museu anexo à Escola Industrial “Madeira Pinto”, de Angra do Heroísmo, de uma colecção de aves e vários instrumentos de Física bem como de uma colecção de conchiologia, tudo doado ao museu do Seminário desta cidade pelo Dr. José Augusto Nogueira Sampaio e que foi arrolado com os bens do Seminário».

- Processo CJBC/AVE/AVE/ADMIN/020, Caixa 225: «Transferência (cedência a título de depósito) de vários objectos artísticos existentes na Igreja da Sé de Aveiro, para o Museu Regional de Aveiro».

Processo CJBC/AVE/AVE/ADMIN/025, Caixa 225: «Cedência de várias obras de talha existentes no edifício da extinta Sé ao Museu Regional de Aveiro».

Processo CJBC/AVE/AVE/ADMIN/028, Caixa 225: «Sobre a reabertura do culto da Capela de Jesus, anexa ao edifício da extinta Sé de Aveiro, onde se acha instalado o Museu Regional, edifício cedido à Câmara Municipal pelo Decreto n.º 5900, Diário do Governo n.º 120, 1.ª Série, de 23-6-1919, freguesia da Glória».

Processo CJBC/AVE/AVE/CEDEN/002, Caixa 486: «Cedência de objectos do culto existentes na antiga sé ao Museu Regional de Aveiro».

Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/057, Caixa 189: «Pedido de um inquérito ou sindicância à Comissão Central de Execução da Lei da Separação do Estado das Igrejas e à Comissão de Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Beja, a propósito do destino dos bens da antiga Mitra e extinto Seminário de Beja. Pela Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Beja».

Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/081, Caixa 189: «Pedido de cedência de capital para obras no Museu de Beja».

Processo CJBC/BEJ/BEJ/ADMIN/084, Caixa 189: «Autorização para venda de imóveis em Beja».

Processo CJBC/BEJ/VID/ADMIN/012, Caixa 113: «Relação dos objectos provenientes da Igreja da Vidigueira, que deram entrada no Museu de Arte Antiga».

Processo CJBC/BRA/BAR/ADMIN/037, Caixa 91: «Sobre o transporte de uma sepultura em pedra existente no adro da Igreja da freguesia de Rio Covo (Santa Eugénia), para o museu da Câmara Municipal de Barcelos».

Processo CJBC/BRA/BRA/ADMIN/048, Caixa 165: «Cedência de uma parte do edifício do antigo Paço Arquiepiscopal de Braga, à Câmara Municipal de Braga para instalação de um Museu Regional, criado pelo decreto n.º 4011, de 28 de Março de 1918». ([http://purl.sgmf.pt/130004/1/130004\\_master/130004\\_PDF/130004.pdf](http://purl.sgmf.pt/130004/1/130004_master/130004_PDF/130004.pdf)).

Processo CJBC/BRA/BRA/ADMIN/189, Caixa 92: «Instituição de um museu em dependências da Sé e casa capitular. Freguesia da Sé. Concelho de Braga».

Processo CJBC/BRA/GUI/ADMIN/017, Caixa 414: «Arrolamento e entrega ao Museu Regional Alberto Sampaio de diversos paramentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e que exclusivamente se encontram em poder da Irmandade e do pároco da freguesia de Senhora; Cedência ao Museu Alberto Sampaio de Guimarães, de vários objectos de valor arqueológico que fazem parte do inventário dos bens da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães; Destino a dar aos objectos pertencentes ao espólio da extinta Colegiada de Guimarães e de outras igrejas».

Processo CJBC/BRA/GUI/ADMIN/132, Caixa 163: «Sobre a cedência da casa do Cabido para instalação de um Museu de Arte Sacra». [http://purl.sgmf.pt/130901/1/130901\\_master/130901\\_PDF/130901.pdf](http://purl.sgmf.pt/130901/1/130901_master/130901_PDF/130901.pdf)

Processo CJBC/BRG/BRG/CEDEN/003, Caixa 534: «Cedência à Câmara Municipal do edifício do Seminário, cerca e do Paço Episcopal e cocheira, para instalação do liceu, jardim público, Museu Regional, Biblioteca Pública e diversas repartições, oferecendo 3.000\$00».

Processo CJBC/CBR/CBR/ADMIN/052, Caixa 244: «Pedido de objectos de arte do Paço Episcopal de Castelo Branco», [http://purl.sgmf.pt/133208/1/133208\\_master/133208\\_PDF/133208.pdf](http://purl.sgmf.pt/133208/1/133208_master/133208_PDF/133208.pdf).

Processo CJBC/CBR/CBR/ADMIN/070, Caixa 244: «Transferência de objectos de arte existentes no Paço Episcopal de Castelo Branco para o Museu Municipal a pedido da Câmara Municipal de Castelo Branco», [http://purl.sgmf.pt/133226/1/133226\\_master/133226\\_PDF/133226.pdf](http://purl.sgmf.pt/133226/1/133226_master/133226_PDF/133226.pdf).

Processo CJBC/CMB/CMB/CEDEN/007, Caixa 43: «Cedência a título de arrendamento à Câmara Municipal de Coimbra, do paço episcopal para nele estabelecer o Museu Machado de Castro».

Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/035, Caixa 253: «Autorização formulada pela Mesa da Irmandade da Graça, com sede na Igreja da Graça, Freguesia de Santa Cruz, para poder vender uns azulejos existentes numas dependências do mesmo templo; Móveis, paramentos e alfaias que se encontram na posse da Junta de Freguesia de Santa Cruz e que dizem pertencer às Irmandades do Senhor Jesus, São José e Santa Justa, da



cidade de Coimbra; Pedido do Concelho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> circunscção, para que sejam recolhidos no Museu Machado de Castro alguns objectos que se encontram em poder da Junta de Freguesia de Santa Cruz».

Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/041, Caixa 253: «Pedido de cedência de imagens para o Museu Machado de Castro de Coimbra, de imagens de São João e de Santa Comba, existentes na Capela de Santa Comba, situada em Santo António dos Olivais, arredores de Coimbra».

Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/046, Caixa 253: «Cedência ao Museu Machado de Castro de 4 cadeiras da antiga Sé».

Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/047, Caixa 253: «Representação do Cabido da Sé Catedral acerca do denominado “Tesouro da Sé”. Freguesia da Sé (Coimbra)».

Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/053, Caixa 253: «Cedência a título de depósito, ao Museu Machado de Castro, de um tinteiro de prata que pertenceu à Junta Geral da Bula da Cruzada do Concelho de Coimbra».

Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/077, Caixa 253: «Capela do Loreto. Integração no Museu Machado de Castro, de imagem daquela Capela».

Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/087, Caixa 253: «Transferência para o Museu Machado de Castro e artefactos da Igreja de São João de Almedina e da mesma igreja à Irmandade dos Clérigos Pobres. Concelho de Coimbra».

Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/131, Caixa 253: «Pedido feito pelo Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> Circunscção para incorporação no Museu Machado de Castro, em Coimbra, de objectos artísticos pertencentes ao Mosteiro de Santa Cruz, em poder da Junta de Paróquia de Santa Cruz de Coimbra, e que se encontram em risco de depredação e latrocínio».

Processo CJBC/CMB/CMB/ADMIN/132, Caixa 253: «Solicitação do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.<sup>a</sup> Circunscção de Coimbra para integração no Museu Machado de Castro, de objectos colocados em leilão pertencentes às igrejas da Sé Nova e Santa Cruz de Coimbra, da Capela da Estrela. Pedido de incorporação no Museu Machado de Castro de pinturas e objectos sem qualquer utilidade para o culto existentes nas arrecadações da Sé e Casa da Obra de Coimbra, onde se encontram em más condições de conservação».

Processo CJBC/CMB/CMB/CEDEN/001, Caixa 35: «Sobre a cedência ao Ministério da Instrução da galeria inferior e lojão contíguo da ala norte do claustro da Sé Nova para o Museu Mineralógico e Geológico de Coimbra».

Processo CJBC/CMB/CMB/CEDEN/007, Caixa 43: «Cedência a título de arrendamento à Câmara Municipal, do paço episcopal para nele estabelecer o Museu Machado de Castro».

Processo CJBC/CMB/CMB/CEDEN/011, Caixa 486: «Cedência da Igreja de São João de Almedina ao Museu Machado de Castro de Coimbra».

Processo CJBC/EVO/EVO/INVEN/001, Caixa 667: «Autorização da Comissão Central para a remoção dos objectos constantes das relações juntas das igrejas de Santo Antão, São Mamede e São Francisco de Évora para o respectivo Museu Regional; Autorização da Comissão Central para a remoção para o Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa dos objectos constantes das relações juntas existentes nas igrejas de São Mamede e de Santo Antão, de Évora».

Processo CJBC/EVO/MOR/ADMIN/007, Caixa 115: «Autorização para remoção de uma antiga imagem de marfim da invocação de Nossa Senhora do Peso para o Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/EVO/REG/ADMIN/003, Caixa 115: «Recibo da comissão concelhia de Évora de entrega de alguns objectos classificados como artístico para serem incorporados no museu anexo à biblioteca pública».

Processo CJBC/FUN/FUN/ADMIN/015, Caixa 342: «Relação dos objectos provenientes do Paço Episcopal do Funchal e que deram entrada no Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/FUN/FUN/ADMIN/025, Caixa 342: «Cedência, a título gratuito, ao Museu Regional da Madeira do velho mecanismo do relógio da Sé do Funchal, solicitada pela Comissão Concelhia».

Processo CJBC/FUN/FUN/ADMIN/029, Caixa 342: «Cedência à Câmara Municipal do Funchal da velha máquina do relógio da torre da Sé do Funchal, e que foi substituída por outra mais moderna, a fim de figurar no Museu Regional».

Processo CJBC/FUN/FUN/ADMIN/055, Caixa 342: «Sobre a cedência de uma capela existente na ala direita do edifício do Paço Episcopal do Funchal, para servir de dependência do Museu Regional que nesta cidade se está a organizar».

Processo CJBC/GUA/TRA/ADMIN/063, Caixa 315: «Entrega ao Museu Grão Vasco de Viseu de vários objectos do culto existentes na igreja matriz da freguesia de Santa Maria».

Processo CJBC/LEI/ALC/CEDEN/002, Caixa 388: «Proc. 15847: Cedência à Câmara Municipal do terreno antigamente ocupado pela Igreja Nova, situado na vila, para a construção de um edifício destinado à instalação dos serviços dos correios, telegrafos e telefones e para as obras de aformoseamento da Praça do Município; Proc. 15529: Anulação do Decreto publicado no Diário do Governo n.º 177, de 30-09-1914, que cedeu à Câmara Municipal a denominada “Igreja Nova”, situada na vila de Alcobaça, para a instalação de um museu e biblioteca municipais; Proc. 15545: Venda em hasta pública, das ruínas e terreno do edifício denominado “Igreja Nova”, situada na vila de Alcobaça e que tinha sido cedida à Câmara Municipal pelo Decreto n.º 904, Diário do Governo n.º 177, de 30-09-1914».

Processo CJBC/LEI/ALV/ADMIN/008, Caixa 116: «Sobre uma custódia do século XVI, pertencente à igreja de São Pedro do Rego da Murta, que foi mandada entregar ao Conselho de Arte e Arqueologia, com destino ao Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LEI/BAT/ADMIN/008, Caixa 116: «Sobre a cedência, ao Museu Distrital de Leiria, de um tríptico existente na Capela de Santo Antão da Faniqueira».

Processo CJBC/LEI/LEI/ADMIN/008, Caixa 155: «Cedência à Câmara Municipal dos móveis do antigo paço episcopal, com exclusão dos que foram separados e se encontram já no projectado Museu Regional; Cedência à Câmara Municipal dos móveis do extinto seminário, com exclusão dos que foram separados e se encontram já recolhidos no Museu Regional, em organização».

Processo CJBC/LEI/LEI/ADMIN/013, Caixa 155: «Relação de objectos pertencentes aos extintos Seminário e Paço Episcopal de Leiria e à Capela de São Brás cuja venda é proposta pela Comissão Concelhia de Leiria».

Processo CJBC/LEI/LEI/ADMIN/035, Caixa 155: «Incorporação de bens com valor artístico do antigo Paço Episcopal de Leiria no Museu Regional».

Processo CJBC/LEI/LEI/ADMIN/065, Caixa 108: «Cedência à Câmara Municipal, da parte da residência paroquial da freguesia da Sé a fim de melhorar a instalação da Biblioteca Erudita e instalar ali de novo o Museu Regional e o Arquivo Distrital».

Processo CJBC/LIS/ALE/ADMIN/009, Caixa 118: «Sobre a cedência do edifício da Igreja da Várzea, para instalação de um Museu» em Alenquer.

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/057, Caixa 104: «Pedido de transferência dos azulejos representando as Fábulas de La Fontaine, que se encontram na Cerca de São Vicente, para o Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/070, Caixa 102: «Destino definitivo a dar aos azulejos, grades de ferro e mármore que ainda existem na antiga igreja do suprido Convento de Santa Joana, a Santa Marta».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/093, Caixa 102: «Transferência de objectos de arte da Igreja de São Lourenço de Carnide para o Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/094, Caixa 102: « Venda de móveis, paramentos e alfaias da antiga Capela de Nossa Senhora da Saúde de Calhariz de Benfica; Transferência de bens da Capela de Nossa Senhora da Luz para o Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/099, Caixa 102: «Venda dos móveis, paramentos e alfaias da antiga Capela de Santo António da Convalescença, a Sete Rios».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/100, Caixa 102: «Cedência, por depósito, ao Museu Nacional de Arte Antiga e à Biblioteca Nacional de objectos artísticos e livros existentes na Igreja de Santa Catarina (Paulistas)».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/103, Caixa 102: «Pedido para dar entrada no Museu Nacional de Arte Antiga de um cálice de prata dourada e duas jarras de porcelana da China, existentes na Igreja Paroquial de São João Baptista do Lumiar».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/138, Caixa 117: «Sobre a transferência dos azulejos existentes no extinto Convento de Santa Joana, a Santa Marta, para o Museu de Grão Vasco, em Viseu».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/157, Caixa 117: «Venda em hasta pública de dois carros, selas e arreios arrolados nos bens do Paço de São Vicente de Fora».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/158, Caixa 117: «Diversos assuntos de natureza administrativa».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/168, Caixa 117: «Requisição de uma lápide romana com inscrições, existente na cerca de São Vicente, pelo Museu Etnológico Português, em Belém».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/168, Caixa 117: «Transferência de mobiliário do antigo Paço Patriarcal para o Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/184, Caixa 117: «Venda de mobiliário do antigo Paço Patriarcal de São Vicente de Fora».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/192, Caixa 117: «Mapas dos móveis e objectos que foram arrolados, que não foram arrolados e que foram vendidos em hasta pública, provenientes do antigo Paço Patriarcal de São Vicente».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/196, Caixa 117: «Entrega de vários bens arrolados no Paço de São Vicente ao Museu dos Coches, em Lisboa».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/197, Caixa 117: «Requisição de vários objectos existentes no antigo Paço de São Vicente de Fora para integrarem o espólio do Museu de Aveiro».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/207, Caixa 117: «Relação de tapeçarias existentes no antigo Paço de São Vicente de Fora».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/210, Caixa 273: «Pedido de vários objectos de grande valor artístico existentes na Igreja dos Jerónimos, em Belém, Lisboa, requerido pelo Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/232, Caixa 273: «Entrega de bens pertencentes ao extinto Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo da Lapa ao Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/240, Caixa 273: «Entrega de bens provenientes da Igreja dos Jerónimos, em Belém, ao Museu Nacional de Arte Antiga e Museu Etnológico Português».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/244, Caixa 273: «Relação dos objectos a Capela do Livramento, em Alcântara, que deram entrada no Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/249, Caixa 273: «Pedido de autorização de entrega da cadeira existente numa das tribunas que ladeiam o altar-mor na Igreja de Santos-o-Velho, pelo Museu Nacional dos Coches».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/299, Caixa 271: «Entrega do “Tesouro da Sé” ao Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/321, Caixa 272: «Transferência de móveis da Igreja de Santa Justa e Rufina para o Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/365, Caixa 272: «Destino a dar a alguns objectos existentes na Igreja dos Mártires, e em poder da Irmandade de Nossa Senhora dos Mártires».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/369, Caixa 272: «Transferência de bens com valor artístico, existentes na Igreja da Madalena e em posse da Irmandade de Nossa Senhora da Guia, para o Museu Nacional de Arte Antiga.

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/403, Caixa 101: «Objectos do culto com valor artístico e histórico provenientes da Igreja de Santo André e Santa Marinha (Graça) pedidos para serem incorporados no Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/413, Caixa 101: «Sobre a não realização do arrolamento do presbitério da freguesia de São Cristóvão e São Lourenço».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/414, Caixa 101: «Cedência ao Museu Nacional de Arte Antiga de vários quadros do século XVI existentes nas dependências da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, a Alfama».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/445, Caixa 101: «Entrega de uma cadeira do século XVIII, proveniente do paço de São Vicente de Fora, ao Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/506, Caixa 663: «Inventário, identificação e classificação de objetos culturais de valor artístico, histórico ou arqueológico. Doutrina e critério geral a seguir para a selecção de mobiliário para os museus».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/517, Caixa 663: «Estudo do Conselho de Arte Nacional para instalação de um Museu de Arte Religiosa no edifício da Basílica da Estrela, sita na freguesia da Lapa».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/538, Caixa 663: «Sobre o arrolamento de bens da igreja da Estrela, na freguesia da Lapa, e a sua cedência ao Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/540, Caixa 663: «Sobre a venda em hasta pública do recheio da ermida do Senhor Jesus do Cruzeiro, sita na Calçada do Cruzeiro, freguesia da Ajuda, segundo a portaria 3367 de 30 de Outubro de 1922».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/544, Caixa 663: «Sobre o arrolamento dos bens da Capela do Calvário e do asilo de Nossa Senhora do Carmo e a recolha de objectos ao Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/548, Caixa 663: «Sobre o arrolamento de bens e arrendamento da capela do Livramento, na freguesia de Alcântara».

Processo CJBC/LIS/LIS/ADMIN/553, Caixa H: «Venda em hasta pública dos bens da igreja de Santa Joana, em Lisboa; cedência do edifício para os ensaios da banda de música da PSP e entrega dos azulejos da igreja ao Museu Grão Vasco.

Processo CJBC/LIS/LIS/CEDEN/023, Caixa 486: «Cedência de vários móveis do Paço de São Vicente ao Museu Regional de Aveiro e ao Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LIS/INVEN/013, Caixa 667: «Sobre a incorporação nas colecções do Museu Nacional dos Coches de uma lanterna em latão do século XVIII que pertenceu ao Paço de São Vicente».

Processo CJBC/LIS/LIS/PRDIV/019, Caixa 688: Assuntos diversos.

Processo CJBC/LIS/LOU/ADMIN/031, Caixa 274: «Cedência ao Museu Nacional de Arte Antiga de objectos culturais existentes nas igrejas de Odivelas, Ameixoeira, Lumiar e Capela de São João Baptista do Paço do Lumiar».

Processo CJBC/LIS/LOU/ADMIN/044, Caixa 274: «Transferência dos bens existentes na Capela de São Roque, na Igreja de Bucelas, para o Museu Nacional de Arte Antiga; Reclamação de diferentes objectos arrolados. Requerente: Comissão de Assistência e Beneficência da freguesia de Bucelas (antiga Irmandade do Santíssimo Sacramento).

Processo CJBC/LIS/LOU/ADMIN/070, Caixa 274: «Relação de objectos provenientes das igrejas de Apelação e de Loures, que deram entrada no Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LOU/ADMIN/074, Caixa 274: «Relação dos objectos da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação da Apelação, que deram entrada no Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/LOU/ADMIN/100, Caixa 663: «Venda em hasta pública dos móveis, paramentos e alfaias existentes na igreja de São João da Talha, freguesia de Santa Iria de Azóia.

Processo CJBC/LIS/LOU/ADMIN/101, Caixa 663: «Venda em hasta pública dos móveis, paramentos e alfaias e outros utensílios da capela de Nossa Senhora da Saúde, sita no lugar de Montemor, freguesia e concelho de Loures».

Processo CJBC/LIS/LOU/ARREM/004, Caixa 679: «Processo de venda em hasta pública de diversos bens pertencentes à Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures».

Processo CJBC/LIS/LOU/ARREM/013, Caixa 679: «Processo de venda em hasta pública de diversos bens pertencentes à Igreja do Palácio da Mitra, na freguesia de

Santo Antão do Tojal, e cedência de alguns objectos, com valor artístico, para o Museu Nacional de Arte Antiga.

Processo CJBC/LIS/LOU/CEDEN/010, Caixa 486: «Cedência do Palácio da Quinta da Mitra de Loures à Câmara Municipal».

Processo CJBC/LIS/OEI/ADMIN/028, Caixa 663: «Sobre a autorização para dar entrada no Museu Nacional de Arte Antiga, de uma cruz processional de prata dourada do século XVI, na igreja paroquial de Carnaxide».

Processo CJBC/LIS/SIN/ADMIN/030, Caixa 275: «Transferência de objectos com valor artístico da Igreja de Colares para o Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/SIN/ADMIN/039, Caixa 663: «Solicitação efectuada pelo Museu Nacional de Arte Antiga para exame de objectos religiosos das freguesias de São Pedro, Montelavar, Terrugem, Rio de Mouro, Almargem do Bispo, São João das Lampas e Pelas».

Processo CJBC/LIS/SIN/ADMIN/045, Caixa 663: «Relação dos objectos existentes na Capela de Nossa Senhora da Consolação de Agualva e da Igreja de Belas e informação sobre a sua posse pela Comissão Central de Execução da Lei da Separação».

Processo CJBC/LIS/SIN/TRANS/013, Caixa 402: «Transferência de objectos artísticos existentes na Capela da Ulgueira para o Museu Nacional».

Processo CJBC/LIS/TOR/ADMIN/061, Caixa 276: «Transferência de vários objectos artísticos (anteriores ao século XVII) para o Museu Nacional de Arte Antiga, provenientes de vários concelhos».

Processo CJBC/LIS/TOR/ADMIN/072, Caixa 276: Reclamações apresentadas pela Câmara Municipal de Torres Vedras e pela Junta Paroquial de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras contra a transferência de quadros e outras preciosidades artísticas existentes nas igrejas de Torres Vedras para o Museu Nacional de Arte Antiga.

Processo CJBC/LIS/VFX/ADMIN/012, Caixa 275: «Transferência de um cálice gótico-manuelino existente na Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Povos para o Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/LIS/VFX/ADMIN/023, Caixa 275: «Pedido de transferência de um prato de latão do século XV-XVI, circundado de caracteres góticos e com decoração floral relevada, e um canudo de faiança portuguesa, existentes na Igreja do Espírito Santo do Sobralinho, para o Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/PTG/CAM/ADMIN/004, Caixa 112: «Objectos artísticos a recolher no Museu de Arte Antiga provenientes da Matriz de Campo Maior».

Processo CJBC/PTG/ELV/ADMIN/033, Caixa 100: «Objectos de arte a recolher no Museu de Arte Antiga, provenientes da Matriz (Sé) de Elvas, freguesia de Matriz».

Processo CJBC/PTG/ELV/CEDEN/001, Caixa 34: «Cedência à Câmara Municipal de diversos móveis que estão em serviço na Repartição do Registo Civil, no Museu e no Celeiro Municipal».

Processo CJBC/PTG/MON/ADMIN/011, Caixa 100: «Objectos de arte que devem ser recolhidos no Museu Nacional de Arte Antiga, provenientes da Igreja Matriz de Monforte».

Processo CJBC/PTG/POR/ADMIN/022, Caixa 228: «Transferência de objectos de valor histórico ou artístico do Convento de São Bernardo, extinto Seminário de Portalegre para o Museu Nacional de Arte Antiga, a título provisório, enquanto não for criado e instalado o Museu Distrital de Portalegre».

Processo CJBC/PTG/POR/ADMIN/024, Caixa 228: «Reclamação de um armário renascentista existente no coro da igreja de São Bernardo, arrolado como pertença do Seminário, requerido pela Confraria de Nossa Senhora da Conceição».

Processo CJBC/PTG/POR/ADMIN/038, Caixa 228: «Pedido da Câmara Municipal para que não sejam retirados os objectos de arte do Museu de Arte, que a mesma organizou, na freguesia da Sé em São Bernardo, para o Museu Nacional».

Processo CJBC/PTG/POR/CEDEN/005, Caixa 40: «Proc. 8064: Sobre a cedência da igreja de São Bernardo, a fim de se instalar o museu distrital; Proc. 11498: Cedência ao Ministério da Guerra das dependências da Igreja de São Bernardo, sita na cidade de Portalegre».

Processo CJBC/PTO/PTO/ADMIN/062, Caixa 99: «Cedência do Paço Episcopal do Porto para instalação do Museu Municipal, escola de belas-artes, e repartições (provisoriamente). Freguesia da Sé».

Processo CJBC/SAN/ABR/ADMIN/008, Caixa 232: «Cedência da Igreja de Santa Maria do Castelo, em Abrantes, para instalação do Museu Regional da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Abrantes».

Processo CJBC/SAN/ABR/ADMIN/082, Caixa 782: «Pedido de informação acerca da entrega de bens, em uso e administração, ao abrigo do Decreto n.º 11887, à corporação encarregada do culto católico na freguesia de São João Baptista, concelho de Abrantes, distrito de Santarém».

Processo CJBC/SAN/VNB/ADMIN/016, disponível em formato digital no sítio de internet do Arquivo Contemporâneo da Secretaria Geral do Ministério das Finanças, <http://badigital.sgmf.pt/mitra/>: Sobre a entrega de vários bens de igrejas de Vila Nova da Barquinha ao Museu Regional D. Lopo de Almeida.

Processo CJBC/SET/ALC/ADMIN/024, Caixa 268: «Cedência da igreja do extinto convento dos frades de Alcácer do Sal, à Câmara Municipal de Alcácer do Sal para instalação de um museu municipal de arqueologia e etnografia, que se achava em parte instalado nos Paços do Concelho».



Processo CJBC/SET/BAR/ADMIN/005, Caixa 268: «Cedência à Junta da Paróquia, nos termos do art.º 172, da Lei da Separação do Estado das Igrejas do edifício da antiga igreja paroquial de Santa Margarida, da freguesia do Lavradio, concelho do Barreiro, distrito de Setúbal, para nela se instalar a sua sede e arquivos, à excepção de uma pedra do altar-mor – de elevada raridade e valor artístico – que deverá ser incorporada no Museu Etnológico».

Processo CJBC/SET/BAR/ADMIN/012, Caixa 268: «Venda em leilão e incorporação no Museu Nacional de Arte Antiga e Museu Etnológico de móveis, paramentos e alfaías de igrejas encerradas ao culto no concelho do Barreiro, distrito de Setúbal, nomeadamente a igreja de Santa Margarida do Lavradio, igreja de Nossa Senhora da Graça de Palhais, São Francisco e Santa Cruz do Barreiro. Contém a relação dos objectos provenientes das diversas igrejas e que deram entrada no Museu Nacional de Arte Antiga, assim como a relação dos bens vendidos em leilão.

Processo CJBC/SET/BAR/ADMIN/015, Caixa 268: «Relação dos objectos provenientes das igrejas do Barreiro, que deram entrada no Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo CJBC/VIS/CAR/ADMIN/004, Caixa 129: «Transferência para o Museu Grão Vasco de uma escultura em pedra (São Tiago) existente na igreja matriz de Carregal do Sal, distrito de Viseu». <http://badigital.sgmf.pt/mitra/>

Processo CJBC/VIS/CAS/ADMIN/002, Caixa 121: «Sobre a cedência ao Museu Grão Vasco de dois quadros da igreja da Ermida e de cinco tábuas com pintura existentes na igreja de Mamouros, ambas situadas no concelho de Castro de Aire, distrito de Viseu, e referentes aos designados “Primitivos”, para integração naquele museu ao abrigo do artigo 62.º da Lei da Separação». <http://badigital.sgmf.pt/mitra/>

Processo CJBC/VIS/CAS/ADMIN/015, Caixa 121: «Transferência para o Museu de "Grão Vasco", de um velho tapete de Arraiolos, existente na Igreja Matriz de Castro Daire». <http://badigital.sgmf.pt/mitra/>

Processo CJBC/VIS/TON/ADMIN/040, Caixa 309: «Cedência para o Museu de Grão Vasco de um prato de latão existente na Igreja Matriz da freguesia de Barreiro e concelho de Tondela».

Processo CJBC/VIS/TON/ADMIN/064, Caixa 309: «Cedência ao Museu de Grão Vasco de Viseu, de uma escultura de pedra representando São Nicolau existente na Igreja Velha da freguesia de Canas de Sabugosa».

Processo CJBC/VIS/VIS/ADMIN/047, Caixa 310: «Cedência do Museu de Grão Vasco de uma imagem de pedra existente na Igreja Paroquial». [http://purl.sgmf.pt/153028/1/153028\\_master/153028\\_PDF/153028.pdf](http://purl.sgmf.pt/153028/1/153028_master/153028_PDF/153028.pdf)

Processo CJBC/VIS/VIS/ADMIN/050, Caixa 310: «Cedência a título de depósito, ao Museu Grão Vasco de Viseu, de um tinteiro de prata que pertenceu à Junta Geral da Bula de Cruzada».

Processo CJBC/VIS/VIS/ADMIN/071, Caixa 310 : «Transferência de objetos de arte para o Museu Regional de Viseu».

Processo CJBC/VIS/VIS/CEDEN/006, Caixa 43: «Cedência de objectos de culto existentes na Igreja do Seminário de Viseu, para a Capela da Irmandade da Ordem Terceira do Carmo».

Processo CJBC/VIS/VOU/ADMIN/023, Caixa 309: «Transferência para o Museu de “Grão Vasco” de objectos artísticos existentes na Igreja Matriz de Vouzela».

Processo CJCB/CIRCU/003: Circulares da Comissão Central de Execução da Lei da Separação.

#### **- Fundo da Direcção Geral da Justiça e dos Cultos:**

Processo DGJC/AVE/AVE/PRDIV/001, Caixa 695: «Cedência de várias obras de talha, existentes no edifício da extinta Sé de Aveiro, ao Museu Regional».

Processo DGJC/BRA/GUI/PRDIV/003, Caixa 416: «Desafecção do culto de um cálix românico e de uma cruz gótica pertencentes às igrejas das freguesias de Serzedelo e Tagilde, para incorporação no Museu de Arte Sacra, de Guimarães».

Processo DGJC/BRA/GUI/PRDIV/005, Caixa 416: «Cedência do produto da venda, em hasta pública, de diversos paramentos e outros objectos do culto, sem valor histórico, arqueológico ou artística, que pertenceram a congregações religiosas extintas à Direcção da Sociedade de Martins Sarmiento, de Guimarães».

Processo DGJC/CMB/CMB/PRDIV/010, Caixa 417: «Afectação ao culto de paramentos, alfaias que foram pertença do Cabido da Sé, hoje em poder do Museu de Arte Sacra, bem como as dependências do mesmo agora desocupadas, requerida pelo Cabido da Sé de Coimbra».

Processo DGJC/FUN/FUN/PRDIV/001, Caixa 694: «Remoção de paramentos guardados no ex-Paço Episcopal do Funchal, para diferentes igrejas e os seleccionados para um Museu Regional».

Processo DGJC/LIS/LIS/PRDIV/019, Caixa 688: «Desafecção do culto de um relicário de prata do século XVI, do busto de Santa Engrácia, existente na igreja com o mesmo nome, e a sua entrega ao Museu Nacional de Arte Antiga».

Processo DGJC/LIS/LIS/PRDIV/086, Caixa H: «Inauguração do Museu das Congregações».

Processo DGJC/VIS/CAS/PRDIV/001, Caixa 693: «Cedência a título de depósito, ao Museu de Grão Vasco (Viseu) de diferentes objectos de culto existentes na Igreja Matriz de Castro Daire e nas das freguesias de Ermida e Mamouros do mesmo concelho».

Processo DGJC/PRDIV/007, Caixa 665: «Inquirição à 1.<sup>a</sup> Comissão Central de Execução da Lei da Separação e ao montante dos bens por ela administrados».

### **Arquivo Distrital de Évora**

#### **- Fundo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora:**

- Ofício da Secretaria Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais (Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos), L. 4, n.º 131, de 14 de dezembro de 1912. Caixa 89, Correspondência Recebida e Expedida 1909-1915;
- Ofício da Secretaria Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais (Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos), L.º 4 n.º 297, de 21 de abril de 1913. *Idem.*
- Ofício da Comissão Concelhia de Administração dos Bens do Estado de Évora, n.º 93, de 30 de maio de 1913. *Idem.*
- *Relação dos quadros e outros valores pertencentes a esta Biblioteca e em depósito no Museu Regional, 1932. Caixa 86.*
- *Relação dos objetos pertencentes ao ex-Paço que á ordem superior se devem entregar ao director do Museu d'Evora, acompanhando o Ofício da CCABE de Évora, n.º 4, de 17 de julho de 1913, dirigido ao Diretor do Museu de Évora. Caixa 89.*

### **Arquivo Distrital de Faro**

#### **- Fundo da Câmara Municipal de Faro**

- Livros de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Faro (1910-1926). ADF, B/A.1-42 a 49.

### **Arquivo Histórico Municipal de Estremoz**

- *Livro das actas das sessões da Câmara Municipal de Estremoz 1878-1881.*
- *Livro de Actas das Sessões da Camara Municipal do Concelho de Estremoz desde Outubro de 1911 a 1913.*
- *Livro das Actas da Comissão Executiva Municipal do Concelho de Estremoz 1914-1915.*
- *Livro das Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Concelho de Estremoz 1915-1916.*
- *Livro das Actas da Comissão Executiva e Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Estremoz 1916-1918.*

### **Arquivo Histórico Municipal João Francisco da Moura (Moura)**

- *Livro das actas das sessões da Camara Municipal do Concelho de Moura com principio em 2 de Janeiro de 1914 e fim em 2 d'Agosto de 1915.*

- *Livro das actas das sessões da Comissão Executiva do Município de Moura com principio em 3 de Janeiro de 1914 e fim em 11 de Julho de 1915.*

- *Livro das actas das sessões da Comissão Executiva do Município de Moura com principio em 17 de Julho de 1915 e fim em 17 de Março de 1917.*

- *Livro das actas das sessões da Camara Municipal de Moura com principio em 19 de Outubro de 1918 e fim em 22 de Maio de 1920.*

- *Livro de Visitas da Biblioteca e Museu 1915-1926.*

### **Arquivo Histórico Municipal de Santarém**

- *Cópia do Testamento do Exmo. Sr. Anselmo Braancamp Freire.*

- Livros de atas das Sessões da Câmara Municipal de Santarem 1909-1926.

### **Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

- *Auto da Inauguração do Museu do Tesouro da Capella de S. João Baptista em S. Roque, 11 de Janeiro de 1905, Arquivo e Centro de Documentação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.*

- *Inventario Geral, Paramentos e Frontaes, Livro 1, 1917 [Museu de São Roque], Arquivo e Centro de Documentação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.*

- *Inventario Geral, Paramentos e Frontaes, Livro 2, 1917 [Museu de São Roque], Arquivo e Centro de Documentação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.*

- *Inventario Geral, Quadros, Roupas, Diversos, Livro 1, 1917 [Museu de São Roque], Arquivo e Centro de Documentação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.*

- *Inventario Geral, Pratas, Imagens, 1917 [Museu de São Roque], Arquivo e Centro de Documentação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.*

### **Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação e da Ciência**

- *Atas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscricção, Cota 351.*

- *Atas do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscricção, Cota 366.*

- *Conselho d'Arte e Archeologia 3.ª Circunscricção, Cópia de Correspondencia Official e Particular, n.º 12, Livro 332.*

- *Livro de Atas das Sessões do Conselho de Arte Nacional (1911-1921), Lisboa.*

## Arquivo Histórico Ultramarino

- Ofício do Presidente da Direção do Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal para o Diretor Geral do Ultramar, de 4 de fevereiro de 1907. Processo 795-1-D, Caixa 1.
- Contrato de sublocação entre o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e a Sociedade do Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, para instalação do Jardim Colonial na Quinta das Laranjeiras, datado de 11 de junho de 1907. *Idem.*
- Ofício n.º 912, do Diretor do Instituto de Agronomia e Veterinária dirigido ao Diretor Geral do Ultramar, de 26 de junho de 1907. *Idem.*
- Ofício do Diretor interino do Jardim Colonial para o Director-Geral das Colónias, de 11 de dezembro de 1911. Caixa 795-2.
- Ofício da Secretaria Geral do Ministério das Finanças para a Direcção Geral das Colónias, de 12 de janeiro de 1912. *Idem.*
- Ofício de 27 de maio de 1912 do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério das Colónias. *Idem.*
- Ofício de Barjona de Freitas ao Diretor do Jardim Colonial, de 8 de junho de 1912, in 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT, n.º 29.
- Ofício da Direção Geral das Colónias, de 5 de julho de 1912, anunciando o Despacho do Ministro das Colónias datado de 29 de Junho, aumentando a dotação, 3088-1B-MU-DGC/Lv. 1912-1921-JMAU-Correspondência Recebida/ULT.
- Ofício da Direção Geral das Colónias, de 5 de setembro de 1912, anunciando o despacho do Ministro das Colónias datado de 30 de agosto. *Idem.*
- Ofício de 20 de maio de 1913, do Presidente da SJZAL Antonio Duarte Castro (?) ao Ministro das Colónias, in AHU, Processo 195-1-D, Caixa 1.
- Ofício n.º 26 do Diretor do JC ao Diretor do ISA, datado de 2 de janeiro de 1915, in AHU, 3068-1B-MU-DGEns.-Mç. 1913-1928-JMAU-Correspondência Expedida/ULT.
- Circular da Direção Geral das Colónias aos Governadores das Províncias Ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia e Timor, de 30 de janeiro de 1915, in IICT, AHU, Processo 795-1-D, Caixa 1.
- Ofícios das Colónias para o Ministério (ano de 1915), IICT, AHU, Processo 795-1-D, Caixa 1.
- AHU, 3066-1B-UM-DGEns-Mç 1915-1944-JMAU – Correspondência Expedida

### **Arquivo da Imprensa Nacional Casa da Moeda**

- Ofício de 16 de agosto de 1911, da Secretaria Geral do Ministério das Finanças para o Presidente do Conselho Administrativo da Casa da Moeda. AINCM, Museu, Processo 57, Caixa 173-183, Maço 33A, doc. 4844.

- Ofício n.º 3217 de 3 de janeiro de 1921 do Presidente do Conselho Administrativo da Casa da Moeda e Papel Selado para o Ministério das Finanças. AINCM, Museu, Processo 122, Caixa 289, Maço 33C, doc. 7825.

- Ofício n.º 4818 de 18 de março de 1921, do Administrador Geral da Casa da Moeda e Valores Selados para o Director Geral dos Negócios Comerciais e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros. AINCM, Museu, Processo 122, Caixa 289, Maço 33C, doc. 7825.

### **Arquivo Municipal Eduardo de Campos (Abrantes)**

- Livro de atas das sessões da Câmara Municipal de Abrantes 1918-1919.

### **Arquivo Municipal de Elvas**

- *Livro 3.º das Actas da Camara Municipal de Elvas.*

- *Livro 4.º das actas das sessões da Camara Municipal de Elvas.*

- *Livro 5.º das actas da Câmara Municipal de Elvas*

- *Livro 7.º das Actas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas.*

- *Livro 9.º das Actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Elvas.*

- *Livro 14.º das Actas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas.*

- *Livro 15.º das Actas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas.*

- *Livro 16.º das Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas.*

### **Arquivo Municipal de Leiria**

- Livros de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Leiria (1910-1926).

### **Arquivo Distrital de Leiria**

- LARCHER, Tito Benevenuto Lima de Sousa, *Relatório da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Leiria, compreendendo o período da organização e a terminar em 31 de Dezembro de 1918*, Tipografia Central, Leiria, 1919.

- IDEM, *Relatório da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Leiria, relativo ao ano de 1919 e 1.º semestre de 1920*, Tipografia Central, Leiria, 1920.

- LARCHER, Tito, «Estudos de Regionalismo I: A divisão provincial em Portugal» (1926), in Arquivo Distrital de Leiria, *Estudos de Regionalismo I e II (Reedição facsimilada)*, Arquivo Distrital de Leiria, Outubro, 2006.

#### **Arquivo Municipal de Redondo**

- *Cópia de parte da acta da Sessão do Conselho do Districto do dia 19 de Junho de 1877.*

#### **Arquivo do Museu Bocage (Museu Nacional de História Natural / Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa)**

Correspondência Estrangeira, docs. CE/G6, CE/G10, CE/G11.

Diversos, Doc. 189: *Convite para membro da Comissão Organizadora de um Jardim Zoológico e de Acclimação em Lisboa*, datado de 10 de agosto de 1922.

Diversos, Doc. 202: Bases da colaboração entre o Museu Bocage e o Jardim Zoológico e de Acclimação de Lisboa.

Diversos, n.º 423: Atribuição de especialidades aos vários naturalistas do Museu.

Diversos, Pasta 582, doc. 10: Obras no Museu.

*Relação dos productos naturaes que por ordem do General Junot levou d'este Real Museu M.<sup>r</sup> Geoffroy Geoffroy de S.<sup>t</sup> Hilaire em Junho e Agosto de 1808*, Pasta de Diversos, doc. 16.

#### **Arquivo do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa**

- *Atas do Conselho Escolar*, Livro n.º 1.

- *Atas do Conselho Escolar*, Livro n.º 2.

- *Atas do Conselho Escolar*, Livro n.º 3.

- *Atas do Conselho Escolar*, Livro n.º 4.

- *Copiador de Correspondência 1914-1915.*

- *Copiador de Correspondência 1917-1918.*

- *Livro de Correspondência 1915-1916.*

- *Registo de Correspondência 1921-1922.*

- *Registo de Correspondência 1924-1925*, n.º 696.

- Relatório da Direcção do Ano de 1916 / Universidade de Lisboa / Faculdade de Ciências / Secção Botânica / António Xavier Pereira Coutinho / 4 de agosto de 1916.

- Relatório da Direção do Ano de 1916 / Universidade de Lisboa / Faculdade de Ciências / Museu Bocage / Fernando Matoso Santos / 21 de agosto de 1916.

- Universidade de Lisboa, *Relatório da Faculdade de Ciências / A Apresentar ao Senado da Universidade / Anos Lectivos 1911-1912 e 1912-1913*, Manuel Lucas Torres, Lisboa, 1913.

- Universidade de Lisboa, *Relatório da Faculdade de Ciências / A apresentar ao Senado da Universidade / Ano Lectivo de 1913-1914*, Manuel Lucas Torres, Lisboa, 1914.

### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

- ARAGÃO, Teixeira de, *Necessidade da criação d'um Museu de Historia, de Artes de Ornamentação e de Antiguidades em Lisboa*, documento de 1878 da autoria de Teixeira de Aragão, ANTT, processo 24, caixa 12.

- Arquivo das Congregações: Documentação avulsa, ref. PT/TT/AC/M029.04, cota: AC/Mç. 29/mct. 4

- *Livro de Honra do Museu das Congregações*, ANTT, AC.Liv.1239.

- Atas da Assembleia Geral do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, 1911-1931, Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes, Cota 3-A-SEC.180 (Cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em formato digital em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4611680>).

- Atas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, 1911-1917 (Livro 1), Academia Nacional de Belas Artes, Cota 3-A-SEC.181 (Cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em formato digital em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4611681>).

- Atas da Comissão Executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, 1918-1929 (Livro 2), Academia Nacional de Belas Artes, Cota 3-A-SEC.183 (Cópia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível em formato digital em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4611684>).

- Auto de recepção dos bens entregues ao Diretor do Museu de Artilharia, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4684480>.

- Autorização da entrega de bens à Liga Naval Portuguesa (1912): <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4684313>.

- VANDELLI, Domingos, *Relação da origem, e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Chymico, Museo de Historia Natural e Caza do Rysco*, ANTT, Maço 444, Caixa 555.



## **Arquivo da Universidade de Coimbra**

Correspondência Recebida na Reitoria, das Faculdades e Estabelecimentos Universitários: Caixa 9, D.IV-2.<sup>a</sup>E-11-4-23; Caixa 13, D.IV-2.<sup>a</sup>E-11-4-27; Caixa 14, D.IV-2.<sup>a</sup>E-11-4-28.

Documentos de Despesa com material, equipamentos e serviços: Caixa 1 (1900-1932) - II.1.<sup>a</sup>D-3-4-12; Caixa 1 (1916-1927) – II.1.<sup>a</sup>D-8-2-29; Gabinete, Laboratório e Museu de Mineralogia e Geologia (1916-1929) – II.1.<sup>a</sup>D-9-2-14; Instituto de Antropologia / Museu e Laboratório Antropológico (1916-1928) – Caixa 1, II.1.<sup>a</sup>D-9-3-7; Museu, Laboratório e Jardim Botânico (1916-1929) – Caixa 1, II.1.<sup>a</sup>D-9-4-13; Museu e Laboratório Zoológico – 1916-1926, Caixa 1, II.1.<sup>a</sup>D-9-3-21 / 1924-1934, Caixa 2, II.1.<sup>a</sup>D-9-3-22.

Estabelecimentos Diversos (Reitoria, Capela, Faculdades, Anexos): Caixa 115, julho a novembro de 1910, II.1.<sup>a</sup>D-8-1-21; Caixa 116, dezembro de 1910 a fevereiro de 1911, II.1.<sup>a</sup>D-8-1-22; Caixa 117, março a maio de 1911, II.1.<sup>a</sup>D-8-1-23; Caixa 118, junho a setembro de 1911, II.1.<sup>a</sup>D-8-1-24; Caixa 119, outubro a dezembro de 1911, II.1.<sup>a</sup>D-8-1-25; Caixa 120, janeiro a abril de 1912, II.1.<sup>a</sup>D-8-1-26; Caixa 121, maio a julho de 1912, II.1.<sup>a</sup>D-8-1-27; Caixa 122, agosto a dezembro de 1912, II.1.<sup>a</sup>D-8-1-28; Caixa 123, fevereiro a maio de 1913, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-1; Caixa 124, junho a setembro de 1913, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-2; Caixa 125, outubro a dezembro de 1913, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-3; Caixa 126, janeiro a março de 1914, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-4; Caixa 127, abril a julho de 1914, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-5; Caixa 128, agosto a dezembro de 1914, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-6; Caixa 129, janeiro a abril de 1915, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-7; Caixa 130, maio a agosto de 1915, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-8; Caixa 131, setembro a dezembro de 1915, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-9; Caixa 132, janeiro a abril de 1916, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-10; Caixa 133, maio a dezembro de 1916, II.1.<sup>a</sup>D-8-2-11.

Livro de Atas das Congregações da Faculdade de Filosofia, vol. 8 (1889-1911), IV-1.<sup>a</sup>D-3-1-74.

Livro de Atas dos Conselhos da Faculdade de Ciências, vol. 1 (1911-1927), IV-1.<sup>a</sup>D-3-1-52.

## **Biblioteca do Aquário Vasco da Gama**

- SEABRA, A. F. de (Prefácio), *Aquario Vasco da Gama: Relatório de 1909-1910*, Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, Lisboa, 1910.

- IDEM, *Aquario Vasco da Gama: Relatório de 1910-1911*, SPCN, Lisboa, 1911.

- IDEM, *Aquario Vasco da Gama: Relatório de 1911-1912*, SPCN, Lisboa, 1912.

- IDEM, *Aquário Vasco da Gama: Relatório de 1912-1913*, SPCN, Lisboa, 1913.

- SILVA, Armando da, *O Aquario Vasco da Gama: Relatório apresentado a Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Marinha e Ultramar sobre o estado d'este estabelecimento e a sua reorganização*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1901.

### **Biblioteca de Botânica da Universidade de Coimbra**

- *Catalogo das Plantas da Flora Gallica pertencente ao Museu do Collegio de São Fiel.*

- *Catalogo das Plantas da Flora Hispânica pertencente ao Museu do Collegio de São Fiel.*

FERNANDES, Abílio, *Relatório referente à actividade do Museu, Laboratório e Jardim Botânico (Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques) durante o período 1927-1952*, Coimbra, 1952.

### **Biblioteca Nacional de Portugal**

- ALLEN, Eduardo, OLIVEIRA, João Marques S., VASCONCELLOS, Joaquim de, *O Museu Municipal do Porto: o seu estado presente e o seu futuro: Relatório apresentado ao Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Luiz Ignacio Woodhouse Presidente da Comissão encarregada de estudar a reorganização do Museu pela Sub-Comissão, encarregada das Secções de Bellas-Artes, Archeologia e Numismatica*, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, Porto, 1889.

- ALVES, Francisco Manuel, «Guia Epigráfico do Museu Regional de Bragança», Separata das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (Tomo IX), Tipografia Guedes, Porto, 1933.

- IDEM, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: arqueologia, etnografia e arte*, Escola Tipográfica, Bragança, 1975, Tomo IX, 2.<sup>a</sup> ed.

- Amigos Defensores do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, *Estatutos*, Imprensa de Manuel Lucas Torres, Lisboa, 1921.

- *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo: Documentos Associativos*, Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa, vol. I, tomo 2.

- *Estatutos da Universidade de Coimbra, vol. III – Cursos das Sciencias Naturaes e Filosóficas*, Coimbra, 1772, disponível em formato digital em [http://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3\\_3/UCBG-R-44-3\\_3\\_master/UCBG-R-44-5/UCBG-R-44-5\\_item1/P288.html](http://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R-44-3_3_master/UCBG-R-44-5/UCBG-R-44-5_item1/P288.html).

- LAMBERTINI, Michel'angelo, *O Museu Instrumental e as minhas relações com o Estado*, Lisboa, 1913.

- MENEZES, José de Azevedo e, *Relatório do Museu-Camilo apresentado à Ex.ma Camara da Villa Nova de Famalicão: 1921-1924*, Famalicão, 1924.

- *Monitoria dirigida aos Srs. Ministros, Deputados e Senadores, ou quem as suas veses fiser, Acêrca do Museu Machado de Castro de Coimbra*, Typ. d' O Despertar, Coimbra, 1921.

- *(O) Museu Municipal do Porto, o seu estado presente e o seu futuro: relatório*, Typ. A. J. da Silva Teixeira, Porto, 1889.

- *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia, offerecidas á Commissão nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 por um Vogal da mesma Commissão*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1875.

- *Réglement du Musée du Districto de Santarem*, Académie Royale des Sciences, 1878.

- *Regulamento do Museu da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Typografia da Academia, Lisboa, 1839.

- *Regulamento do Museu de Lisboa*, Typografia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1853.

- *Relatorio apresentado ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Governador Civil do Districto de Santarém pela Commissão Administrativa do Museu Districtal em 30 de Abril de 1878*, Typografia Lisbonense, Lisboa, 1878.

- *Relatorio dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Reino pela Commissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e organização do serviço de museus, monumentos historicos e archeologia, Primeira Parte, Relatório e Projectos*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876.

### **Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa**

SGL, *Estatuto Geral aprovado pela Assembleia Geral em sessão de 3 de Junho e sancionado por Alvará de 3 de Julho de 1895*, SGL, Lisboa, 1895. (Novas edições: 1931; 1938).

IDEM, *Estatutos e Regulamento Provisorio da Sociedade de Geographia de Lisboa, Fundada em 1875*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, 1881.

IDEM, *Estatutos e Regulamentos*, SGL, Lisboa, 1888.

IDEM, *Estatutos e Regulamentos – Nova edição*, Typ. Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1892.

IDEM, *Regulamento Interno do Pessoal e Serviços*, SGL, Lisboa, 1908.

### **Câmara Municipal de Abrantes (Divisão de Cultura, Museus e Património)**

- *Livro Diário, aberto em 11 de Maio de 1922*, do Museu Regional de D. Lopo de Almeida, Abrantes.

- *Livro de Requisições de obras de Arte para os concelhos de Abrantes – Sardoal – Constância – Mação – Vila de Rei – Ponte de Sor – Gavião e Barquinha (Área Regional)*, aberto em 11 de Maio de 1922, do Museu Regional de D. Lopo de Almeida, Abrantes.

### **Câmara Municipal de Portalegre**

- Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Portalegre 1916 – 1918, n.º 44 (antigo n.º 2).
- Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Portalegre 1918 – 1919, n.º 45 (antigo n.º 3).
- Livro de Atas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Portalegre 1921 a 1923, n.º 47 (n.º 5 antigo).
- Livro de Atas das Sessões da Comissão Executiva – Portalegre, 1923 a 1925, n.º 48 (n.º 6 antigo).
- Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Portalegre, 1927 e 1928, n.º 50 (n.º 8 antigo).

### **Museu Abade de Baçal**

- ALVES, Francisco Manuel Alves (Autor) e PEREIRA, Gaspar Martins (Coordenação Geral da Edição), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I*, Câmara Municipal de Bragança e Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, junho de 2000 [reedição, formato digital].
- IDEM, *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança ou Repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do distrito de Bragança – Os Notáveis – Tomo VII*, Câmara Municipal de Bragança e Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal, junho de 2000 [reedição, formato digital].

IDEM, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança: Arqueologia, Etnografia e Arte: Tomo X*, Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus / Museu do Abade de Baçal, Junho de 2000 [reedição, formato digital].

### **Museu de Alberto Sampaio**

- *Livro de Registo dos Visitantes ao Tesouro de Nossa Senhora da Oliveira*, 17 de julho de 1899 a 9 de agosto de 1931, aberto pelo empregado Francisco Ferreira em 1899.

### **Museu de Aveiro**

- *Auto de abandono de lugar* [de José Pereira Tavares, como Diretor interino do Museu; datado de 22 de Fevereiro de 1923].
- *Auto de posse do Director do Museu Regional de Aveiro, D.<sup>or</sup> Alberto Souto, em 19 de Março de 1925.*

- *Catálogo da Exposição de Arte Religiosa no Colegio de Santa Joanna Princeza em beneficio dos pobres de Aveiro*, Minerva Central, Aveiro, 1895.

- *Inventario das Imagens, paramentos, alfaias, e outros moveis pertencentes ao convento de Jesus d'Aveiro, 4 março 1874*.

- Inventário do Museu de Aveiro, de 1922, com termo de abertura assinado por Silvério António Pereira Júnior.

- *Notas e apontamentos sobre o Museu Regional de Aveiro e seus serviços pelo Director Alberto Souto 1925*, Documentação diversa [?], s/n., 41 fls., mss., 210 x 297 mm [aprox.], c. 1925-1953. Inédito.

- *Termo de entrega de varios objectos de culto que pertenceram ao supprimido convento da Madre de Deus de Sá da cidade d'Aveiro e que se achavam por deposito em poder da Junta de Parochia da freguezia da Vera-Cruz da mesma cidade á commissão nomeada por portaria de sete de junho do corrente anno para organizar no supprimido Convento de Jesus um Museu Regional [14 de outubro de 1912]*.

#### **Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Paço Ducal de Vila Vicosa)**

- *Testamento de D. Manuel II*, de 20 de setembro de 1915.

#### **Museu Grão Vasco**

- *Aquisições, e sua documentação, para o Museu de Grão Vasco*.

- *Livro de Inventario de todos os objectos encorporados no Museu "Grão Vasco" 1916*, Arquivo do Museu de Grão Vasco, Viseu.

#### **Museu João de Deus**

- Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus, *Relatório e contas (20 de Maio de 1908 a 20 de Maio de 1909)*.

- IDEM, *Relatório e contas (15 de Maio de 1909 a 15 de Maio de 1910)*.

- IDEM, *Relatório e contas (1 de Julho de 1912 a 30 de Junho de 1913)*.

- IDEM, *Relatório e contas da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus de 1 de Setembro de 1914 a 31 de Agosto de 1915*.

- IDEM, *Relatório e contas da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus de 1 de Setembro de 1918 a 31 de Agosto de 1919*.

- IDEM, *Relatório e contas de 1 de Setembro de 1919 a 30 de Setembro de 1920 e de 1 de Outubro de 1920 a 30 de Setembro de 1921*.

- GORJÃO, Henrique, *Projecto para o Regulamento da Biblioteca e Arquivo jornalístico e manuscrito do Museu João de Deus*, de 8 de Março de 1916, Arquivo do Museu João de Deus, Lisboa.

- *Livro de assinaturas do Museu João de Deus entre 1917-1920*, Arquivo do Museu João de Deus, Lisboa.

### **Museu de Lamego**

- Copiador de correspondência expedida pelo Museu de Lamego entre 1917 e 1974.

- Cadastro dos Bens do Museu de Lamego exarado em 1940.

### **Museu Nacional de Arte Antiga**

#### **- Arquivo José de Figueiredo**

- *Acta da Academia Real de Bellas Artes de 1 de Junho de 1909*, Arquivo do Dr. José de Figueiredo [AJF], Caixa 1, Pasta 15, doc. 2.1.

- Aquisições para o MNAA feitas entre 1919 e 1935, ao abrigo da Lei da Separação, AJF, Caixa 4, Pasta 2, doc. 25.

- Auto de recepção dos objectos depositados pelo Museu Nacional de Arte Antiga, no Museu Nacional dos Coches, em 23 de Janeiro de 1912, AJF, Caixa 5, Pasta 2, Doc. 1.

- Carta de JF para LMF, escrita de Bruxelas a 6 de novembro de 1913, AJF, Caixa 9, Doc. 2.2.

- Carta de Francisco de AM para LMF, de 4 de outubro de 1917, AJF, Caixa 10, Doc. 12.

- Carta de JF para LMF, escrita de Paris em 24 de fevereiro de 1918, AJF, Caixa 9, Doc. 5.1.

- Carta de Lopes da Silva, Diretor da BPE e Museu Regional, a LMF, de 8 de julho de 1921, AJF, Caixa 10, docs. 13.6.

- Carta de Lopes da Silva, Diretor da BPE e Museu Regional, a LMF, de 12 de setembro de 1921, AJF, Caixa 10, docs. 13.6.

- Carta de Lopes da Silva para LMF, de 2 de julho de 1923. *Idem.*

- Carta de Lopes da Silva, para LMF, de 5 de setembro de 1923. *Idem.*

- Carta de JV para LMF, de 12 de março de 1924, AJF, Caixa 10, doc. 14.

- Carta de 28 de agosto de 1924, de João Rodrigues da Silva Couto, Conservador adjunto, para o Diretor do MNAA, JF, AJF, Caixa 3, Pasta 3, Secção 3.4., doc. 1.

- Carta de Lopes da Silva a LMF, de 3 de março de 1926, AJF, Caixa 10, docs. 13.6.
- Carta de Lopes da Silva a LMF, de 18 de janeiro de 1927. *Idem*.
- Carta de Lopes da Silva a LMF, de 2 de janeiro de 1928. *Idem*.
- *Copias da Correspondencia Remetida*, janeiro de 1918 a dezembro de 1919, n.º 1.
- *Copias da Correspondencia Remetida*, janeiro de 1920 a dezembro de 1921, n.º 2.
- *Copias da Correspondência Remetida*, janeiro de 1922 a dezembro de 1923, n.º 3.
- *Copias da Correspondência Remetida*, janeiro de 1924 a dezembro de 1925, n.º 4.
- *Copias da Correspondência Remetida*, janeiro de 1926 a dezembro de 1927, n.º 5.
- Entradas no MNAA, por oferta e por transferência, AJF, Caixa 4, Pasta 2, doc. 22.
- *Listagens de objectos escolhidos para o museu. Outubro a Novembro de 1912*, AJF, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 19.
- Livro de Recortes de Imprensa.
- *Museu Nacional dos Coches Reaes, Registo de Officios*, 1908 a 1937.
- *Museus Regionaes, Correspondência, Livro de Entradas* (Livro n.º 94, antigo livro n.º 1), Sala do Inventário.
- Números de ordem dos objetos legados pelo Sr. Luis José Fernandes, que deram entrada no Museu de Arte Antiga, em janeiro de 1923, AJF, Caixa 4, Pasta 14, doc. 2.
- Objetos entregues ao Museu Nacional de Arte Antiga pela Caixa Geral de Depósitos, em 15 de agosto de 1911 (Duplicado), AJF, Caixa 4, Pasta 7, Doc. 4.
- *Obras de Arte pertencentes à Colecção Ameal, recolhidas para alguns Museus dos Conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições*. O documento refere o “Museu do Porto”; “M. Arte Contemp.<sup>a</sup>”; “Museu de Vizeu”; “Museu Arte Antiga”; “Museu de Coimbra”, AJF, Caixa 4, Pasta 10, doc. 1, de 18 de julho de 1921.
- *Pinturas pertencentes à Câmara Municipal de Tomar e temporariamente depositadas no Museu Nacional de Arte Antiga. [s.d.]*, AJF, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 20.
- *Quadros das colecções do Museu, cedidos em depósito a outras Corporações ou Entidades*, AJF, Caixa 5, Pasta 1, Doc. 1.2.
- *Registo de entrada das obras de arte, adquiridas para o Museu Nacional de Arte Antiga, por conta do Estado. Lei orçamental do Ministério do Interior de 30 de Junho de 1913 (n.º 5 do art.º 6). Relação de aquisições entre Agosto de 1913 a Setembro de 1917*, AJF, Caixa 4, Pasta 8, Doc. 2.

- *Registo das ofertas feitas ao Museu Nacional de Arte Antiga, desde 1905. [Entradas até 1917],* AJF, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 18.

- *Registo, das ofertas, legados, depositos e incorporações, de objectos de arte, de que a Academia Real de Belas Artes de Lisboa, foi depositaria, e que pelas sucessivas reformas dos serviços artisticos e nomeadamente pela de 1912, couberam, em partilha, ao Museu Nacional de Arte Antiga, excetuando os provenientes do deposito dos extintos conventos de frades, em 1833, e o dos conventos de freiras, que natural e subsequentemente se foram extinguindo, objectos que constam de uma relação especial. (Registo das peças entradas entre 1838 e 1898),* AJF, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 17.

- *Relação das armas ofensivas e defensivas, cedidas em deposito, pelo Museu Nacional de Arte Antiga, ao Museu de Artilharia,* AJF, Caixa 5, Pasta 1, Doc. 2.3.

- *Relação dos objetos cedidos em deposito, pelo Museu Nacional de Arte Antiga, ao Museu de Artilharia,* AJF, Caixa 5, Pasta 1, Doc. 2.2.

- *Relação dos objectos entrados no Museu, em virtude da lei da Separação da Igreja e do Estado e da lei sobre as congregações,* AJF, Caixa 4, Pasta 13, doc. 1.

- *Relação dos objectos existentes na Igreja de São Francisco do Barreiro que devem dar entrada no Museu Nacional de Arte Antiga, 14 de Fevereiro de 1916,* AJF, Caixa 4, Pasta 2, Doc. 21.

- *Relatório de João Rodrigues da Silva Couto, Conservador Adjunto do Museu, dirigido ao Director, o Dr. José de Figueiredo, em 28 de Agosto de 1924,* AJF, Doc. 1, Caixa 3, Pasta 3, Secção 3.4.

- *Relatorio do Ex.mº Vice-Inspector, Marquez de Souza Holstein, dirigido ao Ex.mº Ministro do Reino, em 29 de Fevereiro de 1864, mencionando o estado em que se achava a Academia, as alterações que ocorreram desde Junho de 1862, e apontando algumas providencias para melhorar o mesmo Estabelecimento,* AJF, Caixa 1, Pasta 11, Doc. 1.

- *Termo de entrega de um empréstimo de um conjunto de objectos depositados na Caixa Geral de Depósitos, ao Museu Nacional de Arte Antiga,* AJF, Caixa 4, Pasta 7, Doc. 3, agosto de 1911.

### **Museu Nacional de Arte Contemporânea**

- *Correspondência Expedida,* Livro 1.º, 1911-1919.

- *Ofícios Enviados,* Livro 2.º

- *Ofícios Recebidos 1911-1932*

### **Museu Nacional Machado de Castro**

- *Copiador: Livro n.º 1, de 15-06-1911 a 19-03-1924,* Arquivo do Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra.



- GONÇALVES, A., *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro*, Tip. de «O Despertar», Coimbra, 1929.
- GONÇALVES, António Augusto, *Museu Machado de Castro: Notas*, Typ. Auxiliar d'Escritorio, Coimbra, 1913.
- IDEM, *Museu Machado de Castro: Notas*, Coimbra, 1916.

### **Museu Rafael Bordalo Pinheiro**

- *Escritura de doação do Museu Rafael Bordalo Pinheiro à Câmara Municipal de Lisboa*, de 2 de Julho de 1924, Centro de Documentação do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa.
- FERRÃO, Julieta, texto não publicado sobre o Museu Rafael Bordalo Pinheiro, fevereiro de 1922.
- MAGALHÃES, Cruz, *Rafael Bordalo Pinheiro: O Museu: Um apêlo malogrado: (ante catalogo do Museu Rafael Bordalo Pinheiro)*, 1916.

### **Sociedade Martins Sarmiento**

- *Acta da instalação da Sociedade Martins Sarmiento*, em 20 de Novembro de 1881.
- *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 2* (26 de Abril de 1884 a 15 de Junho de 1891);
- *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 3* (1 de Julho de 1891 a 6 de Junho de 1902);
- *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 4* (18 de Junho de 1902 a 2 de Junho de 1916).
- *Livro de Actas da Sociedade Martins Sarmiento n.º 5* (20 de Junho de 1916 a 9 de Março de 1927).

### **Legislação**

- Portaria e Circular de 25 de agosto de 1836, in sítio de internet da Assembleia da República: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/87/p218>. Sobre a instalação de bibliotecas e museus nas capitais de distrito.
- Decreto de 12 de Setembro de 1836, mantendo o *Museu de Pinturas e Estampas* no Porto (<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/88/p13> - Consulta no dia 15 de janeiro de 2012).

- Carta de Lei de 30 de julho de 1839, concedendo à Câmara Municipal do Porto o edifício do Convento de Santo António, para instalação da Biblioteca Pública e do Museu Portuense (<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/17/p298>).
- Carta de Lei de 19 de setembro de 1861, introduzindo reformas no Museu Nacional de Lisboa, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/36/45/p377>.
- Decreto de 13 de janeiro de 1862, publicando o Regulamento do Museu Nacional de Lisboa, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/37/92/p33>.
- Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, de 22 de julho de 1863, ordenando a constituição de um Museu de Marinha na Sala do Risco da Escola Naval, publicada no *Diário de Lisboa* n.º 161 de 23 de Julho, in <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/38/91/p385>.
- Decreto de 26 de janeiro de 1871, aprovando o Regulamento do Museu Colonial e das exposições de produtos ultramarinos: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/46/75/p115>.
- Carta de Lei de 2 de julho de 1885, *DG*, n.º 149 de 9 de julho, pp. 210 e 211, determinando, entre outras questões, a criação na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, da cadeira de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica, em substituição da cadeira de Agricultura, Zootecnia e Economia Rural, e a divisão do Museu de História Natural em quatro secções, (<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/59/120/p235> - consulta no dia 17 de abril de 2012).
- *Diário do Governo* n.º 80, de 9 de abril de 1888: Diploma que concede à SMS o extinto convento de S. Domingos, para instalação da sua sede.
- Decreto de 12 de junho de 1888: confirma a cedência à SMS, do edifício do Convento de S. Domingos, para instalação de biblioteca, museus, escolas, entre outros equipamentos, in *DG* n.º 137 de 19 de junho, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/62/69/p193>.
- Carta de Lei de 21 de junho de 1889, *DG*, n.º 146, de 4 de julho de 1889, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/63/44/p284>
- Lei de 14 de setembro de 1890, restabelecendo a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, *DG* n.º 212 de 18 de Setembro, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/64/46/p476>
- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890:
  - Diploma de 5 de abril de 1890: cria o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes.
  - *Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 17 de julho ultimo, que concede ao governo varias auctorisações relativas á organização definitiva do ministerio dos negocios da instrucção publica e*

*bellas artes, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela fôrma retro declarada*, de 7 de agosto de 1890.

- Diploma de 22 de agosto de 1890: Aprova a organização da Secretaria de Estado dos negócios da Instrução Pública e Belas Artes;

- Diploma de 19 de setembro de 1890: Aprova a reorganização do Conselho Superior de Instrução Pública e Belas Artes;

- Diploma de 25 de setembro de 1890: Aprova o Regulamento do Conselho Superior de Instrução Pública e Belas Artes;

- Lei de 14 de setembro de 1890, autorizando o Governo a restabelecer a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães, *DG* n.º 212 de 18 de setembro, p. 454 (<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/64/46/p476>).

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1891*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892:

- Diploma de 23 de janeiro de 1891: entrega provisória do Convento de Santo Alberto, às Janelas Verdes, ao Ministério da Instrução Pública, para ampliação do Museu de Belas Artes e Arqueologia.

- Diploma de 30 de abril de 1891: abertura de um crédito especial de 204\$700 réis a favor do Ministério da Instrução Pública e das Belas Artes, para aquisição de mobiliário e utensílios para a secção mineralógica do Museu da Escola Politécnica.

- Diploma de 29 de outubro de 1891: organização dos serviços agrícolas.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893:

- Diploma de 3 de março de 1892: Decreto que extingue o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes e reduz as verbas destinadas à fundação de museus, e outras, entregues ao Ministério do Reino.

- Decreto de 10 de março de 1892: entrega à Sociedade de Geografia de Lisboa o Museu Colonial [pp. 50-51] (<https://dre.pt/application/file/325410>).

- Decreto de 11 de maio de 1892: comissão para fazer o arrolamento dos bens das corporações extintas na posse do Estado ou a transferir para o mesmo.

- Diploma de 18 de julho de 1892: instruções de inventariação dos bens sujeitos à desamortização.

- Diploma de 3 de setembro de 1892: Regulamento do Conselho Superior de Instrução Pública, do Ministério dos Negócios do Reino, pp. 660-661.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1893*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894:

- Decreto de 20 de dezembro de 1893: Cria o Museu Etnográfico Português, pp. 992-993.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1894*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895:

- Portaria de 27 de fevereiro de 1894: Aprova o *Regulamento para a comissão dos monumentos nacionaes*, p. 101.

- Diploma de 6 de dezembro de 1894: Aprova o *Regulamento para o preparador da cadeira de anatomia pathologica e conservador do respectivo museu*, da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, p. 1031.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1897*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898:

- Diploma de 26 de junho de 1897: O Museu Etnográfico Português passa a designar-se Museu Etnológico Português, p. 217.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1898*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899.

- Diploma de 25 de junho de 1898: Anexa à Escola Industrial Pedro Nunes de Faro, o museu marítimo daquela cidade, pp. 323-324.

- Decreto de 9 de dezembro de 1898: Aprova o *Plano organico dos serviços de monumentos nacionaes*, pp. 923-925.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1899*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900:

- Decreto n.º 1 de 23 de dezembro de 1899: Extingue os museus industriais e comerciais de Lisboa e do Porto, pp. 817-818.

- Decreto de 23 de dezembro de 1899: Agrega o Museu Etnológico Português ao Conselho Superior de Monumentos Nacionais, pp. 876-877.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902:

- Portaria de 10 de abril de 1901: Determina o depósito no MEP, dos objectos arqueológicos encontrados em escavações por conta do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, pp. 94-95.

- Decreto de 4 de junho de 1901: Determina a aceitação do Legado Valmor para o Museu Nacional de Belas Artes (70:000\$000 réis) e para a Academia Real de Belas Artes de Lisboa (50:000\$000 réis), p. 176.

<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/133/p209>

- Diploma de 4 de junho de 1901: Cedência do extinto Convento de Santa Clara à Câmara Municipal de Alcácer do Sal, para instalação, conservação e manutenção do museu arqueológico, histórico e etnográfico já organizado, p. 176.

- Diploma de 12 de junho de 1901: Carta de Lei que isenta de quaisquer impostos e direitos aduaneiros, legados, heranças, donativos e aquisições para os museus, bibliotecas e outras instituições de instrução, p. 200.

- Diploma de 14 de novembro de 1901: organização dos serviços da Academia Real de Belas Artes, da Escola de Belas Artes e do Museu Nacional de Belas Artes, pp. 889-895.

- Diploma de 24 de dezembro de 1901: Aprova a *Organização do Museu Ethnológico Português*, pp. 1360-1361.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1902*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1903:

- Diploma de 16 de agosto de 1902: isenção exclusiva de impostos para donativos a museus, bibliotecas e outras instituições culturais e de ensino, p. 844.

- Diploma de 18 de dezembro de 1902: Aprovação do Regulamento do decreto de 14 de novembro de 1901 sobre os serviços da Academia Real de Belas Artes, da Escola de Belas Artes e do Museu Nacional de Belas Artes, pp. 1348-1368.

- Decreto de 24 de dezembro de 1902, reformando os Estatutos da Liga Naval Portuguesa, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/87/136/p1424>.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1905*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906:

- Diploma de 10 de abril de 1905: Atribui à secção de zoologia do Museu Nacional de Lisboa a denominação Museu José Vicente Barbosa du Bocage, p. 135.

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1906*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1907:

- DFL de 25 de janeiro de 1906, p. 70: bases para a organização dos serviços agrícolas coloniais (<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/91/135/p94>).

- Portaria de 21 de dezembro de 1906: aprova o Regulamento do Museu Comercial, nova secção do Museu Etnográfico e Colonial da SGL.

<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/91/135/p801>

- Lei de 3 de setembro de 1908, in *DG*, n.º 198, de 4 de setembro de 1908, pp. 514 e 515, determinando, entre outros assuntos, a elevação do Museu dos Coches à categoria de Museu Nacional (<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/93/129/p547>).

- Decreto de 16 de dezembro de 1909, instituindo um Museu Nacional de Marinha e confiando-o à Liga Naval Portuguesa,

<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/94/138/p843>

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1910, vol. I (Janeiro a 4 de Outubro)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

- Diploma de 11 de fevereiro de 1910: Nomeação de uma comissão para seleccionar os objectos e modelos que pelo seu valor histórico e artístico devem figurar no Museu Nacional de Marinha, da Liga Naval Portuguesa.

- Diploma de 20 de abril de 1910: instruções aos professores do ensino normal acerca das excursões pedagógicas.

- Decreto de 16 de junho de 1910: Designa vários monumentos nacionais classificados segundo a base aprovada por decreto de 30 de dezembro de 1901 (<http://dre.pt/pdfgratis/1910/06/13600.pdf>).

- *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1910, vol. II (5 de Outubro a 31 de Dezembro)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911:

- Portaria de 13 de outubro de 1910, nomeando uma comissão de arrolamento dos bens móveis e imóveis dos antigos paços reais, in *DG*, I Série, n.º 8, de 14 de outubro de 1910, p. 55 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1910/10/00800/00550055.pdf>).

- Diploma de 19 de novembro de 1910: Define os objectos considerados artísticos e arqueológicos, proibindo a sua alienação ou regulando a sua exportação temporária; atribui igualmente a responsabilidade da aprovação dos projectos de restauro à Academia de Belas Artes.

- DFL de 12 de dezembro de 1910: Separa o Instituto Superior de Agronomia da Escola de Medicina Veterinária, apontando para a criação, no primeiro instituto, de um Museu Agrícola Nacional (<http://dre.pt/pdfgratis/1910/12/06100.pdf>).

- DFL de 8 de outubro de 1910, restabelecendo as leis antijesuíticas e anticlericais de 1759, 1767 e 1834, *DG*, n.º 4, 10 de Outubro de 1910, pp. 17 e 18, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1910/10/00400/00170018.pdf>).
- Decreto de 26 de outubro de 1910, aprovando e publicando os Estatutos da Academia de Ciências de Portugal, *DG*, n.º 19, I Série, de 27 de outubro de 1910, p. 186 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1910/10/01900/01860186.pdf>).
- Portaria de 15 de dezembro de 1910: Estabelecendo uma comissão do ISA para tomar posse da Tapada da Ajuda e do Jardim Botânico e inventariar os respetivos bens (<https://dre.pt/application/file/449825>).
- DFL de 31 de dezembro de 1910, introduzindo as disposições reguladoras do destino dos bens das Congregações extintas, *DG*, I Série, n.º 1, de 3 de janeiro de 1910, pp. 3 e 4 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1911/01/00100/00030004.pdf>).
- *Collecção Official de Legislação Portuguesa Anno de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.
  - Diploma de 10 de janeiro de 1911: Encarrega uma comissão de proceder a uma avaliação especial dos objectos de arte do palácio dos Carrancas, no Porto. <http://dre.pt/pdf1sdip/1911/01/00800/01140114.pdf>
  - DFL de 21 de janeiro de 1911: Determina a extinção do culto religioso na capela da Universidade de Coimbra e a organização de um museu de arte sacra, *DG*, I Série, n.º 18, de 23 de janeiro de 1911 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1911/01/01800/02770277.pdf>).
  - Diploma de 3 de abril de 1911: Reforma o ensino agrícola; cria em Lisboa um museu agrícola a instalar em local central de Lisboa.
  - Lei de 20 de abril de 1911, da Separação do Estado das Igrejas. O artigo 76.º declara a organização de museus regionais onde esses não existissem, e declara Museu Nacional o Museu de Arte Religiosa anexo à Sé de Coimbra.
  - Decreto n.º 1 de 26 de maio de 1911: Divide o país em três circunscrições artísticas, por sua vez constituídas por conselhos de arte e arqueologia, com funções consultivas e deliberativas, nomeadamente no estudo, conservação e desenvolvimento das colecções dos museus, e no arrolamento dos bens artísticos e arqueológicos de cada circunscrição, propondo todas as medidas para a sua conservação; Institui os Museus Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Arte Contemporânea; o Museu Nacional de Coches; o Museu Soares dos Reis e o Museu Machado de Castro; Cria o Conselho de Arte Nacional.
  - Diploma de 19 de agosto de 1911: Organiza o Instituto Superior de Agronomia, que integra o Museu Agrícola Nacional e o Jardim Botânico da Ajuda, que passa a designar-se como Jardim Botânico e Colonial de Lisboa, pp. 1638-1643.
- DFL de 13 de fevereiro de 1911, transferindo verbas do Ministério das Finanças para o Ministério do Fomento, para despesas do ISA relacionadas com a Tapada da Ajuda e o Jardim Botânico da Ajuda, *DG* n.º 37 de 15 de fevereiro de 1911, p. 554 (<https://dre.pt/application/file/188579>).
- Decreto de 6 de abril de 1911, *DG*, n.º 80, I Série, de 7 de abril de 1911, pp. 1459 e 1460, redefinindo as atribuições da CJBECR, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1911/04/08000/14591460.pdf>).

- DFL de 19 de abril de 1911, criando as Universidades de Lisboa e do Porto, in *Diário do Governo*, n.º 93, I Série, de 22 de abril de 1911, pp. 1638-1640, (<http://dre.pt/pdfgratis/1911/04/09300.pdf>).
- DFL de 12 de maio de 1911, organizando as Faculdades de Ciências das três Universidades, *DG*, n.º 112, I Série, de 15 de maio de 1911, pp. 1966 e 1967, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1911/05/11200/19661967.pdf>).
- DFL de 16 de maio de 1911, criando uma Repartição de Turismo no Ministério do Fomento, *DG* n.º 115, I Série, de 18 de maio de 1911, p. 2015 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1911/05/11500/20152015.pdf> - consulta efetuada no dia 22 de outubro de 2012).
- Portaria de 20 de maio de 1911, incumbindo António Augusto Gonçalves de acompanhar o processo de exame e salvaguarda dos bens das extintas congregações, *DG*, I Série, n.º 118, de 22 de maio de 1911, p. 2061 (<http://dre.pt/pdfgratis/1911/05/11800.pdf>).
- DFL de 23 de maio de 1911, desdobrando o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa no Instituto Superior Técnico e no Instituto Superior de Comércio e estabelecendo as bases do primeiro, in *DG*, I Série, n.º 121, de 25 de maio, p. 2118 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1911/05/12100/21182120.pdf>).
- Decreto de 13 de junho de 1911, estabelecendo os quadros de pessoal dos Conselhos de Arte e Arqueologia, dos museus e das Escolas de Belas Artes, in *DG*, I Série, n.º 140, de 17 de junho de 1911, pp. 2585 e 2586 (<http://dre.pt/pdfgratis/1911/06/14000.pdf>).
- DFL de 22 de agosto de 1911, aprovando o Regulamento das Faculdades de Ciências, Publicado no *Diário do Governo*, n.º 198, de 25 de agosto de 1911.
- Portaria de 23 de agosto de 1911, *DG* n.º 198, I Série, de 25 de agosto de 1911, p. 3608, cedendo o Convento de Jesus para instalação do Museu Regional de Aveiro, a cargo da Câmara Municipal (<http://dre.pt/pdf1sdip/1911/08/19800/36083608.pdf>).
- Portaria de 21 de dezembro de 1911, nomeando Michel'angelo Lambertini para reunir e salvar da destruição os instrumentos musicais dispersos por estabelecimentos públicos ou religiosos (<http://dre.pt/pdfgratis/1911/12/29800.pdf>).
- *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1912*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913:
  - Diploma de 27 de abril de 1912: Autoriza o Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga a dirigir-se a Madrid por 8 dias, para estudar assuntos pouco claros da história artística portuguesa, que o auxiliem na catalogação das coleções do Museu, p. 255.
  - Portaria de 7 de junho de 1912: Ordena a criação do Museu de Aveiro, no extinto Convento de Jesus e nomeia a sua comissão organizadora, p. 375, *DG*, I Série, n.º 135, de 11 de junho de 1912, p. 2075 (<http://dre.pt/pdfgratis/1912/06/13500.pdf> - consulta efetuada em 22 de abril de 2012).
  - Lei de 24 de junho de 1912: extingue a Superintendência dos Paços e atribui ao Ministério das Finanças o encargo da guarda, conservação e administração dos bens

móveis e imóveis dos extintos paços reais, através da Direção Geral da Fazenda Pública, para onde são transferidos os funcionários da antiga superintendência. Distribui por vários Ministérios a pertença de palácios, quintas e tapadas e museus, pp. 417-418. O Museu dos Coches passa para a superintendência do Ministério do Interior. *DG*, I Série, n.º 150, de 28 de junho de 1912, p. 2301

(<http://dre.pt/pdf1sdip/1912/06/15000/23012301.pdf>).

- Diploma de 27 de junho de 1912: Nomeia uma comissão para preparar um regulamento sobre a proteção das obras de arte e objetos arqueológicos, pp. 419-420.

- Diploma de 22 de julho de 1912: Diploma que aceita a oferta de António Maria de Oliveira Belo, Diretor da Associação Comercial de Lisboa, de ir ao estrangeiro estudar a organização dos museus de mercadorias e escritórios comerciais das Escolas Superiores Comerciais, sem quaisquer encargos para o Estado, e que manda que se lhe prestem todas as facilidades para o desempenho das mesmas funções, p. 542.

- Lei de 26 de julho de 1912: regulamentação das expropriações por utilidade pública, incluindo museus, pp. 549-551, in *DG*, I Série, n.º 185, de 8 de agosto de 1912, pp. 2812 e 2813 (<http://dre.pt/pdfgratis/1912/08/18500.pdf>).

- Diploma de 29 de agosto de 1912: autoriza José Leite de Vasconcelos a dirigir-se a Roma para assistir ao 3.º Congresso Internacional de Arqueologia.

- Diploma de 31 de agosto de 1912: Autoriza a aquisição de alguns objetos pré-históricos em ouro ao MEP, p. 752.

- Diploma de 19 de dezembro de 1912: Confirma a nomeação de uma comissão para proceder à instalação e organização do Museu Regional de Leiria.

- Decreto de 7 de maio de 1912, estabelecendo a organização do Instituto Superior de Comércio, publicado no *Diário do Govêrno*, I Série, n.º 111, de 13 de maio, pp. 1734-1739 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1912/05/11100/17341739.pdf>).

- Lei de 24 de julho de 1912, autorizando o Governo a devolver os bens da Família Real deposta aos seus proprietários, in *DG*, I Série, n.º 175, de 27 de julho de 1912, p. 2663 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1912/07/17500/26632663.pdf>).

- Decreto de 13 de setembro de 1912: Nomeia João Marques da Silva Oliveira para a Direção do Museu Soares dos Reis, *DG* n.º 247, I Série, de 21 de outubro de 1912, p. 3657 (<http://dre.pt/pdfgratis/1912/10/24700.pdf>).

- *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa Ano de 1913 - volume I (2 de Janeiro a 30 de Junho)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1914:

- Portaria de 30 de janeiro de 1913: Encarrega os Governadores das colónias ultramarinas de enviarem para o Jardim Zoológico espécies da fauna das colónias, p. 54 (<http://dre.pt/application/file/647791>).

- Decreto de 1 de março de 1913, in *DG*, I Série, n.º 51, de 4 de março, p. 815: Cede ao Ministério do Interior e à Câmara Municipal de Évora dependências do Paço Arquiepiscopal para, entre outros serviços, alargar o museu e a biblioteca pública, pp. 99-100 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1913/03/05100/08150815.pdf>).

- Lei de 12 de março de 1913: JZAL considerado instituição de utilidade pública, p.153 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1913/03/05900/09450945.pdf>).

- Portaria de 15 de março de 1913: Designa os encarregados da sindicância a José Leite de Vasconcelos, Diretor do MEP, p. 155.



- Lei n.º 12 de 7 de julho de 1913: Cria o MIP, nova tutela das questões relativas a escolas e museus, etc., pp. 64-66, in *D.G.*, I S., n.º 156, de 7 de julho, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1913/07/15600/25092509.pdf>).
- Diploma de 16 de agosto de 1913: anexação pedagógica do MEP à FLUL, pp. 259-260. <http://dre.pt/pdf1sdip/1913/08/19600/31393139.pdf>.
- Decreto n.º 107 de 28 de agosto de 1913: Remodela os serviços do MNAA, p. 388.
- Decreto n.º 120 de 5 de setembro de 1913: Altera a tabela de vencimentos do pessoal do MNAA, p. 429.
- Decreto n.º 124 de 8 de setembro de 1913: O MMC é anexado pedagogicamente à FLUC, p. 441.
- Decreto de 6 de dezembro de 1913: entrega a Direção do Museu da Sé de Coimbra ao Diretor do MMC, por falecimento de D. Manuel Correia de Bastos Pina, p. 892.
- Decreto n.º 256 de 31 de dezembro de 1913: Institui junto à Sé de Viseu um Museu Regional de Arte, p. 944, *DG*, I Série, n.º 305, de 31 de dezembro de 1913, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1913/12/30500/48934893.pdf>).
  
- Lei de 5 de junho de 1913, estabelecendo as bases do ISC, *DG*, I Série, n.º 133, de 9 de junho de 1913, pp. 2123 a 2126, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1913/06/13300/21232126.pdf>).
  
- Decreto n.º 22 de 5 de julho de 1913, *DG*, I Série, n.º 155, da mesma data, publicando o 1.º Regulamento do ISC, pp. 2493 a 2498 (<http://dre.pt/pdfgratis/1913/07/15500.pdf>).
  
- Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913, *DG* n.º 183 de 7 de agosto, pp. 2913-2919, dispõe sobre o funcionamento dos corpos administrativos e suas competências, in *Diário da República Electrónico* (<http://dre.pt/pdf1sdip/1913/08/18300/29132919.pdf>).
  
- *COLP, Ano de 1914, Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915:
  - Diploma de 21 de fevereiro de 1914: entrega ao MNAA alguns objetos, no âmbito da execução da Lei de Separação, p. 372.
  - Decreto n.º 559 de 11 de junho de 1914: Regulamento do MEP, pp. 250-253.
  
- *COLP, Ano de 1914, Segundo Semestre*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916:
  - Decreto n.º 712, de 31 de julho de 1914: Regulamento do MNC, pp. 101-103.
  - Portaria n.º 215 de 20 de agosto de 1914: Determina o depósito de alguns objectos da Sé de Aveiro no Museu Regional, p. 163.
  - Decreto n.º 904 de 30 de setembro de 1914: cede à Câmara Municipal de Alcobça as ruínas da Igreja Nova para instalar a biblioteca e museu Municipais, p. 306.
  - Decreto n.º 1127 de 28 de novembro, publicado em 2 de dezembro de 1914: Anexa as cadeiras de Estética e História da Arte da FLUL e FLUC, ao MNAA e MMC, por escassez de professores do grupo de Filosofia, p. 640.
  - Decreto n.º 1228 de 30 de dezembro de 1914: Autoriza o Governo a admitir conservadores, restauradores ou preparadores para os museus nacionais e regionais dependentes dos CAA, na qualidade de pessoal agregado, p. 745. (<http://dre.pt/pdf1sdip/1914/12/24600/14871487.pdf>).
  - Lei n.º 286 de 31 de dezembro de 1914: instalação do Jardim Colonial na cerca do Palácio de Belém, pp. 746-747.

- Decreto n.º 532 de 4 de junho de 1914, encerrando a Igreja de S. João de Almedina (Coimbra), *DG*, I Série, n.º 90 de 4 de junho (<http://dre.pt/pdf1sdip/1914/06/09000/03310331.pdf>).
- Lei n.º 226 de 30 de junho de 1914: Lei orçamental do MIP, *DG*, I Série, n.º 107, p. 25 (<http://dre.pt/application/file/476256>).
- Decreto n.º 896 de 26 de setembro de 1914, instituindo nos liceus com equipamento didático suficiente, cursos de trabalhos individuais educativos aplicados às disciplinas de Física, Química, Biologia, Geologia e Geografia, *DG*, I Série, N.º 175, pp. 889-890 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1914/09/17500/08890890.pdf> - consulta no dia 12 de janeiro de 2012).
- Portaria n.º 239 de 26 de setembro de 1914, publicando as “Instruções sobre os trabalhos individuais educativos”, *DG*, I Série, Número 175, p. 890 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1914/09/17500/08890890.pdf> - consulta no dia 12 de janeiro de 2012).
- *COLP - Ano de 1915 - Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916:
  - Decreto n.º 1355 de 16 de janeiro de 1915: Criação do Museu Regional de Évora, pp. 196-197, *DG*, I Série, n.º 35, de 24 de fevereiro de 1915, p. 194, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/02/03500/01940194.pdf>).
  - Decreto n.º 1422, de 13 de março de 1915: Adapta, reformula, organiza e regulamenta os serviços do CAN, que passa a designar-se Conselho Superior de Arte e Arqueologia, pp. 232-233 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/03/05600/02590260.pdf>).
  - Decreto n.º 445 de 22 de abril de 1915: Manda que os objetos do extinto Museu Industrial e Comercial do Porto sejam entregues ao Instituto Industrial e Comercial do Porto, pp. 169-170 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1914/04/06200/02390239.pdf>).
  - Diploma de 13 de maio de 1915: Sobre o Museu da Academia das Ciências, na legislação da mesma, p. 330.
  - Decreto n.º 1657, de 15 de junho de 1915: Organiza o CSBA, a funcionar junto do MIP, pp. 396-397 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/06/11300/05430544.pdf>).
  - Decreto n.º 1681 de 28 de junho de 1915: Cria e organiza o Museu do Conservatório de Lisboa, p. 409 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/06/12200/05760576.pdf>).
- *COLP - Ano de 1915 - Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916:
  - Lei n.º 410 de 31 de agosto, publicada em 9 de Setembro de 1915: Lei Orçamental do MIP, pp. 266-273 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/09/18100/09500958.pdf>).
  - Decreto n.º 2042 de 6, publicado em 11 de novembro de 1915: cria o Museu Regional de Arte e Arqueologia de Faro, p. 477, *DG*, n.º 231, I Série, de 11 de novembro, pp. 1245 e 1246 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/11/23100/12451246.pdf>).
  - Diploma de 13 de novembro de 1915: Autoriza obras no Museu Industrial e Comercial do Porto, instalado no Palácio de Cristal, p. 641.
  - Decreto n.º 2089 de 25 de novembro de 1915: Transfere do MIP para o Ministério das Colónias, o Jardim Colonial e o Museu Agrícola Colonial, pp. 511-512.
  - Decreto n.º 2083, de 20, mas publicado em 25 de novembro de 1915: Autoriza melhoramentos no AVG, p. 508.
  - Decreto n.º 2098 de 27 de novembro de 1915: Contribuições das colónias para manutenção do Jardim Colonial e Museu Agrícola Colonial, pp. 516-517.

- Decreto n.º 2119 de 4 de dezembro de 1915: Cria o Museu Regional de Bragança, *DG*, I Série, n.º 248, de 4 de dezembro de 1915, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/12/24800/13271327.pdf> - consulta efetuada em 14 de março de 2012).

- Decreto n.º 2134 de 17 de dezembro de 1915: Transfere do MIP para o Ministério das colónias as verbas para custeio do Jardim Colonial e Museu Agrícola Colonial, p. 544.

- Lei n.º 304 de 4 de fevereiro de 1915, autorizando os Sindicatos Agrícolas a adquirir imóveis numa extensão máxima de 10 hectares, para diversas finalidades, in *DG*, I S., n.º 28 de 10 de fevereiro de 1915, p. 144 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/02/02300/01440144.pdf>).

- Decreto n.º 1846 de 25 de agosto de 1915, cedendo à Câmara Municipal de Bragança o usufruto do Paço Episcopal, para instalação de vários serviços públicos, *DG*, I Série, n.º 169 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/08/16900/08470847.pdf> - consultado no dia 12 de abril de 2012).

- Decreto n.º 1868, regulamentando o funcionamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, in *DG*, I Série, n.º 177, de 4 de setembro de 1915, pp. 898-926 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1915/09/17700/08980926.pdf>).

- Decreto n.º 1910 de 20 de setembro de 1915, *DG*, I Série, n.º 193, de 23 de setembro de 1915, pp. 1032 e 1033 (<https://dre.pt/application/file/414939>), regulando o provimento dos lugares de conservadores nos museus de Ciências Naturais das Faculdades de Ciências.

- *Legislação Portuguesa*, Publicação Semanal, março, 1916, vol. I-12:

- Decreto 2284-C de 16 de Março: Cria o MGV, p. 284.

- Decreto 2284-D de 16 de Março de 1916: Regulamento do MNAA, pp. 289-295. (<http://dre.pt/pdf1sdip/1916/03/05101/CF.pdf>).

- *Legislação Portuguêsa*, Publicação Semanal, Aveiro, agosto, 1916, vol. I-32.

- Portaria n.º 737, de 7 de Agosto de 1916: Autoriza o JZAL a emitir obrigações hipotecárias para aquisição de propriedade onde se acha instalado, pp. 953-954 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1916/08/15700/07710772.pdf>).

- *Legislação Portuguêsa*, Publicação Semanal, Aveiro, agosto, 1916, vol. I-34

- Decreto n.º 2588 de 24 de Agosto de 1916: Cede à Câmara Municipal de Lamego o antigo Paço Episcopal, para instalação de um museu regional, entre outros serviços, pp. 1028-1029.

- Lei n.º 483 de 15 de janeiro de 1916, proibindo os agentes encarregados do inventário dos bens artísticos do Estado, de negociar sobre esses objetos, in *DG*, I Série, n.º 27 de 15 de fevereiro de 1916, p. 152 (<https://dre.pt/application/file/611986>).

- Lei n.º 506 de 11 de abril de 1916, in *DG*, I Série, n.º 70 de 11 de abril, autorizando as Juntas de Paróquia a financiar estabelecimentos de instrução e educação, fora da sua administração (<http://dre.pt/pdf1sdip/1916/04/07000/03150315.pdf>).

- «Aditamento à legislação da Academia de Ciências de Portugal», *DG*, n.º 143, Série I, de 17 de julho de 1916, art. 24.º a 35.º, pp. 716-717 (<http://dre.pt/pdfgratis/1916/07/14300.pdf>)

- *Legislação Portuguesa*, Publicação Semanal, Aveiro, 1917:

- Decreto n.º 2943 de 18 de Janeiro de 1917: Regulamento dos trabalhos práticos do ano de preparação pedagógica das Escolas Normais Superiores, incluindo na alínea f) do artigo 3.º, como trabalhos práticos, excursões científicas e visitas a museus, pp. 56-58.

- Decreto n.º 2916 de 20 de janeiro de 1917: novo regulamento do MIP, pp. 62-73.

- Decreto n.º 3026 de 14 de março de 1917: Regulamento do MNAC, pp. 208-211.

- Decreto n.º 3074 de 5 de abril de 1917: Criação do Museu Regional de Lamego, p. 310. (a 20 de junho de 1917 é publicada no *DG* n.º 98, uma retificação do decreto, p. 536), *DG*, I Série, n.º 53, de 5 de abril de 1917, p. 224, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1917/04/05300/02240224.pdf>).

- Portaria n.º 1012 de 6 de julho de 1917, criando uma comissão encarregue de selecionar os objetos da Colegiada da Oliveira para o Museu da SMS, *DG*, I Série, n.º 109, de 6 de julho de 1917 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1917/07/10900/05130513.pdf>).

- Decreto n.º 3406 de 28 de setembro de 1917: Cria na cidade do Mindelo um museu provincial denominado Museu Caboverdiano, estabelecendo o quadro, vencimentos do pessoal e despesas de material.

- Decreto n.º 3410 de 28 de setembro de 1917: Cria o Arquivo das Congregações religiosas, pp. 944-946, *DG*, n.º 168, I Série, art. 3.º, § 1.º, p. 945, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1917/09/16800/09440945.pdf>).

- Decreto n.º 3468 de 19 de outubro de 1917: Cria em Lisboa o Museu Português da Grande Guerra (<http://dre.pt/pdf1sdip/1917/10/18000/10171019.pdf>).

- Decreto n.º 3553 de 15 de novembro de 1917: Cria o Museu Regional de Leiria, *DG*, I Série, n.º 199, de 15 de novembro de 1917, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1917/11/19900/11261126.pdf> - consulta efetuada em 26 de novembro de 2012).

- Decreto n.º 3091 de 17 de abril de 1917, coligindo as várias disposições sobre o Ensino Secundário, *DG*, I Série, n.º 60, de 17 de abril de 1917, pp. 259-294 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1917/04/06000/02590294.pdf>).

- *COLP - Publicada no ano de 1918 - Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1919.

- Decreto n.º 3782, de 26 de dezembro de 1917: Cria o Museu Regional de Beja, p. 39, *DG*, I Série, n.º 20 de 29 de janeiro de 1918, p. 61, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/01/02000/00610061.pdf>).

- Decreto n.º 3752 de 3 de janeiro de 1918: Mudança do Museu Industrial e Comercial do Porto para novas instalações, p. 21-22.

- Decreto n.º 3920 de 28 de janeiro de 1918: Transfere para o Museu de Artilharia as coleções do Museu Português da Grande Guerra, que passa a ser uma secção do primeiro, pp. 128-129.

- Portaria n.º 1219 de 8 de fevereiro de 1918: Acerca da instalação de um Museu de Arte Sacra no convento de Arouca, pela Irmandade da Rainha Santa Mafalda, p. 55 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/02/02600/00850085.pdf>).

- Decreto n.º 3887 de 28 de fevereiro de 1918: Concede autonomia administrativa e reforça a dotação da Academia de Ciências de Lisboa, incluindo do seu museu, pp. 104-105.
  - Decreto n.º 4011 de 28 de março de 1918: Cria em Braga o Museu de D. Diogo de Sousa, pp. 232-233, *DG*, I Série, n.º 65, pp. 318 e 319 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/04/06500/03180319.pdf>).
  - Decreto n.º 4392 de 12 de junho de 1918: Transfere para a Secretaria de Estado das Colónias a tutela direta do Museu Colonial, p. 642.
  - Portaria n.º 1428 de 29 de junho de 1918: Transfere para o edifício onde se vai instalar o Museu de D. Diogo de Sousa, em Braga, a Biblioteca e o Arquivo Distrital, p. 26.
  - Decreto n.º 4580 de 11 de julho de 1918: Fixa o vencimento do conservador e restaurador do Museu Regional de Aveiro em 300\$ anuais, p. 124.
  - Decreto n.º 4645 de 13 de julho de 1918: Cria o lugar de herborizador do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, com o vencimento anual de 360\$, p. 246.
  - Decreto n.º 4683 de 14 de julho de 1918: Restaura o lugar de desenhador no MEP, suprimindo um dos lugares de preparador e aumenta os vencimentos de alguns funcionários, p. 351.
  - Decreto n.º 4786 de 5 de setembro de 1918: Regulamenta os serviços da Secretaria de Estado da Instrução Pública, a que competem assuntos sobre museus etnológicos e arqueológicos, pp. 473-480.
  - Decreto n.º 4845 de 23 de setembro de 1918: Cria e organiza em Lisboa um Museu Comercial, no ISC, pp. 567 e 568, *DG*, I Série, n.º 211, de 27 de setembro de 1918, pp. 1733 e 1734 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/09/21100/17331734.pdf>).
  - Decreto n.º 5053 de 30 de novembro de 1918: Reorganiza o ensino de Belas Artes, anexando pedagogicamente o Museu Soares dos Reis à Escola de Belas Artes do Porto, pp. 897-899, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/12/27000/21642166.pdf>).
- Decreto n.º 3856 de 22 de fevereiro de 1918, introduzindo algumas alterações à Lei de Separação, *DG*, I Série, n.º 34, de 23 de fevereiro de 1918, pp. 127-131 (<https://dre.pt/application/file/405054>).
- Decreto n.º 4480 de 27 de junho de 1918, publicando os novos Estatutos e Regulamento da Academia das Ciências de Lisboa, *DG*, I Série, n.º 141, de 27 de junho de 1918 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/06/14100/10011007.pdf>).
- Decreto n.º 4650 de 14 de julho de 1918, alterando algumas disposições no Ensino Secundário e alterando os vencimentos, *DG*, I Série, n.º 157, de 14 de Julho de 1918, pp. 1314-1323, <http://dre.pt/pdf1sdip/1918/07/15702/13141323.pdf>.
- Decreto n.º 4799 de 8 de setembro de 1918, aprovando o regulamento da Instrução Secundária, *DG*, I Série, n.º 198, de 12 de setembro de 1918, pp. 1643-1679 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/09/19800/16431679.pdf>).
- Decreto n.º 5002 de 27 de novembro de 1918, regulamentando os programas das disciplinas do Ensino Secundário, *DG*, I Série, n.º 257, de 28 de novembro de 1918, pp. 2015-2034, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/11/25700/20152034.pdf>).

- Decreto n.º 5030 de 1 de dezembro de 1918, restabelecendo como ordens honoríficas laicas a Ordem de Cristo e de Santiago da Espada e remodelando a Ordem de Avis, *DG*, I Série, n.º 264 de 6 de dezembro de 1918, pp. 2113 e 2114, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1918/12/26400/21132114.pdf>).
  
- *COLP publicada no ano de 1919 Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921.
  - Decreto n.º 5338 de 22 de março de 1919: Cria o cargo de Conservador no MNAC, p. 429
  - Decreto n.º 5466 de 22 de março de 1919: Abre um crédito especial de 510\$ para pagar os vencimentos do pessoal do MEP, cujo quadro foi alterado em 1918, pelo decreto n.º 4683 de 14 de julho, p. 570.
  - Decreto n.º 5469 de 24 de março de 1919: Abre um crédito de 8500\$ no Ministério das Finanças para obras de melhoramento no MNAC, pp. 571-572. (<https://dre.pt/application/file/204372>).
  - Decreto n.º 5480 de 30 de abril de 1919: Equipara os vencimentos dos conservadores do MNAA ao do dos primeiros oficiais do MIP, pp. 578 e 579.
  - Decreto n.º 5523 de 8 de maio de 1919: Autoriza a junta administrativa da Universidade do Porto a levantar da Caixa Geral de Depósitos, um empréstimo de 25.000\$ para construção de um edifício para a faculdade de Ciências, museu, laboratório e aulas de zoologia, p. 606.
  - Decreto n.º 5732 de 10 de maio de 1919: Decreta subsídios contributivos anuais das colónias para o JZAL, p. 956 (<https://dre.pt/application/file/274904>).
  - Decreto n.º 5615 de 10 de maio de 1919: Decreta a transformação do AVG em Estação de Biologia Marítima e regulamenta o seu funcionamento, pp. 771-778.
  - Decreto n.º 5617 de 10 de maio de 1919: novo Regulamento do MIP após reorganização dos seus serviços, através do DFL n.º 5267 de 19 de março, pp. 779-784, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1919/05/09805/09610966.pdf>).
  - Decreto n.º 5689 de 10 de maio de 1919: Regula as funções técnicas e administrativas do Museu Nacional anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pp. 890-891 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1919/05/09809/10811081.pdf>).
  - Decreto n.º 5695 de 10 de maio de 1919: tabela de vencimentos do pessoal dos museus de Arte Antiga, Arte Contemporânea, Coches, etc. Estabelece formas de compensação dos parcos rendimentos dos museus e das melhorias de vencimento dos funcionários, pp. 893-895.
  - Decreto n.º 5716 de 10 de maio de 1919: Estabelece os limites do Jardim Colonial de Lisboa, relativamente ao Palácio de Belém e define quais os espaços que pertencem ao Jardim Colonial e ao Museu Agrícola Colonial, pp. 939-940.
  - Decreto n.º 5717 de 10 de maio de 1919: Regulamento do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial de Lisboa.
  - Decreto n.º 5787-3 X de 10 de maio de 1919: Cede uma cerca anexa ao Museu D. Diogo de Sousa à Câmara Municipal, que é autorizada a vendê-la e com o dinheiro da venda fazer as obras necessárias para instalação do Museu, Arquivo e Biblioteca (previstas na Portaria n.º 1428 de 29 de junho de 1918), p. 1164.
  - Decreto n.º 5787-4 C de 10 de maio de 1919: Atribui um subsídio anual de 1500\$ ao JZAL, pp. 1164-1165.
  - Decreto n.º 5827 de 31 de maio de 1919: Sobre o Museu Colonial da SGL.

- Decreto n.º 5952 de 28 de junho de 1919: Regulamento do Instituto de Medicina Legal de Coimbra, anexo à FMUC, dedicando o capítulo X ao serviço do Museu do mesmo instituto, pp. 63-72.

- *COLP publicada no ano de 1919 Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1921.

- Decreto n.º 6129 de 25 de setembro de 1919: Regulamento do Conservatório Nacional de Música, dedicando o capítulo III à biblioteca, museu e arquivo, pp. 251-261.

- Decreto n.º 6184 de 29 de outubro de 1919: Cria o Conselho do Património Artístico, junto da Direcção Geral da Fazenda Pública, com a finalidade de consultar acerca da apropriação, distribuição, destino, reconstituição e restauro dos bens de valor artístico, histórico ou arqueológico que estejam ou venham a estar na dependência do Ministério das Finanças, p. 357.

- Decreto n.º 6195 de 1 de novembro de 1919: Regulamento da fiscalização do imposto sobre objectos artísticos, isentando do seu pagamento as aquisições onerosas ou gratuitas feitas pelo Estado para os museus nacionais, regionais e municipais, pp. 377-378.

- Decreto n.º 6203 de 7 de novembro de 1919: os programas para a formação de professores primários do ensino normal, destacando por várias vezes a importância que os museus têm no ensino.

- Decreto n.º 5102 de 11 de janeiro, publicado em *DG*, I Série, n.º 11, de 17 de janeiro de 1919, pp. 106-118, publicando o 2.º Regulamento do ISC, disponível em (<http://dre.pt/pdf1sdip/1919/01/01100/01050118.pdf>).

- Decreto n.º 5240 de 13 de março de 1919, criando na Escola de Belas Artes um museu escolar de escultura comparada, *DG*, I Série, n.º 51, p. 410 (<https://dre.pt/pdf1sdip/1919/03/05100/04100410.pdf>).

- Decreto n.º 5889 de 19 de junho de 1919: reconhecendo a UAMOC como vogal correspondente da CM do CAA1, cedendo-lhe o refeitório e a sacristia para instalar o respetivo museu arqueológico e lapidar, *DG*, I série, n.º 117 de 19 de junho, p. 1634, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1919/06/11700/16341634.pdf>)

- *COLP publicada no ano de 1920 Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1922.

- Decreto n.º 6351 de 14 de janeiro de 1920: Regulamento da Escola Normal Primária de Lisboa, dedicando o capítulo VI aos museus, laboratórios, gabinetes de experimentação, etc., pp. 43-56.

- Portaria n.º 2275 de 11 de maio de 1920: Autoriza a Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas de João de Deus a vender em hasta pública uma porção de terreno anexa às suas instalações em Lisboa, para aplicar 1/3 da venda em melhoramentos no Museu João de Deus e em outros serviços, p. 504.

- *COLP publicada no ano de 1920 Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1922.

- Lei n.º 998 de 2 de julho de 1920: Autoriza a SJZA em Portugal a expropriar por utilidade pública a Quinta das Águas Boas e parte da Quinta das Laranjeiras arrendada ao conde de Burnay em 1904, pp. 1-2

(<http://dre.pt/pdf1sdip/1920/07/13700/08930894.pdf>).

- Portaria n.º 2383 de 18 de julho de 1920: Anexa o Museu Industrial e Comercial do Porto ao Instituto Superior do Comércio da mesma cidade, p. 40.

- Decreto n.º 7195 de 19 de novembro de 1920: novo regulamento do Museu de Artilharia, pp. 601-603.

- Decreto n.º 7192 de 29 de novembro de 1920: Aprova o Regulamento do Museu Agrícola Colonial, pp. 589-592.

- Decreto n.º 7037 de 17 de outubro de 1920, criando e organizando a Administração Geral das Estradas e Turismo, *DG* n.º 209, I Série, de 17 de outubro de 1920, p. 1387, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1920/10/20900/13851391.pdf> - consulta efetuada no dia 22 de outubro de 2012).

- *COLP publicada no ano de 1921 Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923.

- Decreto n.º 7240 de 21 de janeiro de 1921: Regula as funções técnicas e as condições administrativas dos Museus das Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra e do Porto, no seguimento da autonomia dada ao Museu Nacional (de História Natural) anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pelo decreto 5689, p. 18. (<http://dre.pt/pdf1sdip/1921/01/01400/00350036.pdf>).

- Decreto n.º 7276 de 28 de janeiro de 1921: Decreta a continuidade em funções dos Diretores dos Museus das Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto, após a aposentação como professores, e caso estejam em condições para tal, p. 35.

- Decreto 7355 de 29 de janeiro de 1921: Aprova o Regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, pp. 109-123.

- Decreto n.º 7324 de 17 de fevereiro de 1921: Decreto que introduz modificações no ensino nas Faculdades de Ciências, reconhecendo a importância dos museus nas práticas de especialização dos Doutorandos, p. 82.

- Decreto n.º 7325 de 17 de fevereiro de 1921: Autoriza o estabelecimento de um observatório astronómico e de um jardim botânico, pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, de p. 82.

- Decreto n.º 7330 de 18 de fevereiro de 1921: Aprova a concessão de subvenções diferenciais mensais aos funcionários do Jardim Colonial e do Museu Agrícola Colonial, p. 84.

- Decreto n.º 7343 de 19 de fevereiro de 1921: Cede, por arrendamento de 30\$ anuais, a galeria inferior e loja contíguo da ala norte do claustro da Sé Nova de Coimbra, à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, para instalação dos laboratórios do Museu Mineralógico e Geológico, p. 101.

- Portaria n.º 2650 de 24 de fevereiro de 1921: comissão para fazer a separação dos bens da Sé de Coimbra que devem ser transferidos para o MMC dos que devem manter-se em uso no culto, p. 144 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1921/02/04000/01950195.pdf>).

- Decreto de 7442 de 11 de abril de 1921: Aprova a transferência de 5000\$ para satisfazer o aumento de subsídio concedido ao Aquário Vasco da Gama, no ano económico de 1920-1921, p. 489.

- Portaria n.º 2729 de 4 de maio de 1921: Manda que o Diretor do Museu Regional de Évora aceite a colaboração do grupo Pró-Évora na instalação do museu no Palácio Amaral, com a supervisão do CAA, p. 563.

- Decreto n.º 7497 de 12 de maio de 1921: Regulamento do MGV, pp. 599-600.

- Portaria n.º 2743 de 17 de maio de 1921: Autoriza a Confraria do Santuário do Bom Jesus do Monte, de Braga, a levantar dos seus fundos, por empréstimo, a quantia



de 8.479\$00, 30 acções de 60\$ e 4 de 100\$00, para obras de reconstrução da Casa das Estampas e do Museu-Arquivo e na instalação de um pequeno observatório meteorológico, p. 697.

- Lei n.º 1175 de 1 de junho de 1921: Cria em Abrantes, o Museu Regional D. Lopo de Almeida, p. 635, *DG*, I Série, n.º 111, de 1 de junho de 1921, p. 276 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1921/06/11100/07760776.pdf>).

- Decreto n.º 7556 de 17 de junho de 1921: Aprova o mapa de reforço das dotações para despesas diversas de vários museus, pp. 671-676.

- Decreto n.º 7558 de 18 de junho de 1921: Regulamento da Instrução Secundária. No capítulo XIV do Regulamento, *Das excursões escolares e visitas de estudo*, são valorizados os museus no âmbito do ensino, pp. 676-692.

- *COLP publicada no ano de 1921 Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923.

- Decreto n.º 7668 de 13 de agosto de 1921: Regulamento da Faculdade de Farmácia da UC, incluindo como instalação anexa um museu de História Natural, p. 87.

- Decreto n.º 7700 de 5 de setembro de 1921: Regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, incluindo como instalação anexa um museu de Farmacognosia, p. 133.

- Lei n.º 1152 de 23 de abril de 1921, estabelecendo em todas as localidades de interesse turístico, Comissões de Iniciativa, *DG*, n.º 84, I Série, de 23 de abril, p. 635, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1921/04/08400/06350636.pdf> - consulta efetuada em 22 de outubro de 2012).

- Decreto n.º 7623 de 30 de julho de 1921, determinando a reserva de uma sala na Casa do Cabido, para acondicionar o Tesouro da Colegiada, na sequência da instalação da Caixa Geral de Depósitos naquele imóvel, *DG*, n.º 155, I Série, de 30 de Julho de 1921, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1921/07/15500/10011001.pdf> - consultado no dia 12 de abril de 2012).

- *COLP Publicada no ano de 1922 Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1924:

- Decreto n.º 7970 de 14 de dezembro de 1921: Regulamento do Museu Regional de D. Lopo de Almeida, pp. 19-20. *DG*, I Série, n.º 10, de 16 de janeiro de 1922 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1922/01/01000/00360038.pdf>).

- *COLP Publicada no ano de 1922 Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1924:

- Lei n.º 1315 de 16 de agosto de 1922: Aumenta o quadro de pessoal do MGV com um guarda, sendo o seu vencimento conforme o artigo 3.º do decreto n.º 2284-G de 16 de Março de 1916, p. 136.

- Decreto n.º 8410 de 6 de outubro de 1922, criando o Museu Regional de Chaves, *DG*, I Série, n.º 209, de 6 de outubro, pp. 1086 e 1087 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1922/10/20900/10861087.pdf>).

- Decreto n.º 8424 de 10 de outubro de 1922: Cria o Museu de Arqueologia Histórica na Universidade do Porto, p. 358.

- Decreto n.º 8427 de 10 de outubro de 1922: isenta da contribuição de registo o edifício das Figuras, adquirido pela Câmara Municipal de Viana do Castelo por

35.000\$00, para instalação do Museu de Arte Regional e da Biblioteca Pública Municipal, p. 360.

- Decreto n.º 8447 de 24 de outubro de 1922: alterações no Regulamento do Museu de Artilharia, pp. 448-449.

- Decreto n.º 8526 de 25 de setembro de 1922: Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, dedicando a secção II do capítulo IV ao museu escolar, pp. 550-578 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1922/12/25200/14271456.pdf>).

- *COLP Publicada no ano de 1923, Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1925.

- Decreto n.º 8583 de 8 de janeiro de 1923: Aprova e manda executar o Regulamento literário do Colégio Militar, dedicando o capítulo XIX aos estabelecimentos anexos, incluindo um museu de ciências naturais, um jardim botânico e um museu geográfico, pp. 56-68.

- Decreto n.º 8630 de 9 de fevereiro de 1923: Decreta a disposições pelas quais se passa a reger a Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 103-104.

- Decreto n.º 8920 de 16 de junho de 1923: Decreta a cedência precária e gratuita da antiga Igreja de S. Bernardo (coro de cima, de baixo, duas sacristias, pequeno quintal com 50 metros quadrados) à Câmara Municipal de Portalegre, para instalação do Museu Distrital, p. 469.

- Decreto n.º 8939 de 20 de junho de 1923, cedendo à UAMOC a Casa do Capítulo do Convento de Cristo, para instalação do seu museu, in *DG*, I Série, n.º 131, de 20 de junho de 1923, p. 688 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1923/06/13100/06880688.pdf>).

- *COLP Publicada no ano de 1923, Segundo Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1926.

- Decreto n.º 9050 de 11 de agosto de 1923: Equipara vencimentos de pessoal do AVG (Naturalista Diretor, Naturalista Assistente e Preparador) aos dos professores ordinários, primeiros assistentes e preparadores das universidades, p. 131.

- Diploma de 6 de setembro de 1923: Regulamento do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, com uma secção dedicada aos preparadores e encarregados dos gabinetes, laboratórios e museus, pp. 199-227.

- *COLP Publicada no ano de 1924, 1.º Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1926.

- Decreto n.º 9527 de 22 de março de 1924: Cria o Museu Regional de Vila Real, p. 309, *DG*, I Série, n.º 64, de 22 de março de 1924, (<http://dre.pt/pdf1sdip/1924/03/06400/04250425.pdf>).

- Portaria n.º 3976 de 2 de abril de 1924: Determina que o Museu Industrial e Comercial do Porto seja imediatamente anexado ao Instituto Superior de Comércio e que seja de vez transferido do Palácio de Cristal para aquele instituto, p. 365.

- Decreto n.º 9746 de 29 de maio de 1924: Regulamenta o provimento dos lugares de Conservadores dos museus de arte, p. 570-571 (<https://dre.pt/application/file/543461>).

- Decreto n.º 9730 de 26 de maio de 1924: Transfere o Gabinete de Numismática do Palácio da Ajuda para a Casa da Moeda, a fim de o mostrar à curiosidade do público e dar-lhe mais segurança, p. 561 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1924/05/11600/07580759.pdf>).

- Portaria n.º 4091 de 16 de junho de 1924: Determina o horário de abertura ao público do Museu de Numismática da Casa da Moeda e Valores Selados e do Gabinete Especial de Numismática do Palácio Nacional da Ajuda, p. 606.

- *COLP Publicada no ano de 1924, 2.º Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1927:
  - Decreto n.º 10002 de 9 de agosto de 1924: Aumenta as gratificações do pessoal do Museu de Artilharia, p. 96.
  - Lei n.º 1700 de 18 de dezembro de 1924: Decreta a criação, organização e funcionamento do CSBA em articulação com os Conselhos de Arte e Arqueologia, pp. 697-703 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1924/12/28100/18581863.pdf>).
  
- *COLP Publicada no ano de 1925, Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1927:
  - Portaria n.º 4360 de 14 de fevereiro de 1925: Regulamento da AAP, pp. 211-215.
  
  - Decreto n.º 11192 de 29 de outubro de 1925, aprovando um crédito especial para conclusão de obras na UC, *DG*, I Série, n.º 233 de 29 de outubro, pp. 1354 e 1355 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1925/10/23300/13541355.pdf>).
  
- *COLP Publicada no ano de 1926, Primeiro Semestre*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1929:
  - Decreto n.º 11603 de 22 de abril de 1926: Decreta a emissão de selos na Madeira, cuja parte dos lucros das vendas remetem para a Câmara Municipal do Funchal para uso exclusivo na criação, instalação e manutenção do Museu Regional, p. 307 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1926/04/08600/04350436.pdf>).
  
  - Decreto n.º 11445 de 13 de fevereiro de 1926, regulamentando a Lei n. 1700 de 18 de dezembro de 1924, *DG* n.º 34, I Série, de 13 de fevereiro de 1926, pp. 135-147 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1926/02/03400/01350147.pdf>).
  
  - Decreto n.º 12492 de 14 de outubro de 1926, organizando os serviços das três Universidades, *DG*, I Série, n.º 229, de 14 de outubro de 1926, pp. 1553 e 1554. (<https://dre.pt/application/file/159433>).
  
  - Decreto n.º 15209 de 17 de março de 1928, criando na cidade de Guimarães o Museu Alberto Sampaio, *DG*, I Série, n.º 65, de 20 de março de 1928, p. 555 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1928/03/06500/05550555.pdf> - consultado no dia 10 de abril de 2012).
  - Decreto n.º 21448 de 4 de julho de 1932, *DG* n.º 156, I Série, de 6 de julho de 1932, p. 1394. Atribui à coleção de numismática da Ajuda a designação de Secção Numismática D. Luís I (<http://dre.pt/pdf1sdip/1932/07/15600/13941394.pdf>).
  
  - Decreto n.º 23240 de 21 de novembro de 1933, *DG* n.º 266, I Série, da mesma data, pp. 2029-2033, oficializando a Fundação Casa de Bragança (<https://dre.pt/application/file/325410>).
  
  - Decreto-Lei n.º 25601 de 11 de julho de 1935, determinando a passagem das coleções do Rei D. Carlos da Liga Naval Portuguesa para o AVG-EBM: <http://dre.pt/pdf1sdip/1935/07/15800/09980998.pdf>

- Decreto-Lei n.º 38079 de 5 de dezembro de 1950, criando um Instituto de Biologia Marítima subordinado à Direcção-Geral da Marinha, e restituindo ao AVG a sua mera condição de aquário: <http://dre.pt/pdf1sdip/1950/12/24900/11391141.pdf>

## BIBLIOGRAFIA

AA.VV., CUSTÓDIO, Jorge (Coord.) et Al., *100 Anos de Património: Memória e Identidade: Portugal 1910-2010*, Instituto de Gestão do Património, Lisboa, 2010.

AA.VV., *António A. Gonçalves: Homenagem do «Instituto de Coimbra»*, Separata de «O Instituto», Coimbra Editora limitada, Coimbra, 1946.

AA.VV., *Atas do Colóquio: Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional*, Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional da Cultura, 2012.

AA.VV., *Cem anos de Antropologia em Coimbra 1885-1985*, Museu e Laboratório Antropológico, Coimbra, 1985.

AA.VV., *A cidade de Lisboa elege a sua 1.ª Vereação Republicana: 1908-2008: Comemoração do 1.º Centenário*, Museu da Cidade / Direcção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, outubro de 2008, 2.ª edição.  
(<http://www.museudacidade.pt/Lisboa/historia-lisboa/Documents/A%20cidade%20de%20Lisboa%20elege%20a%20sua%201.%C2%AA%20Verea%C3%A7%C3%A3o%20Republicana.pdf>).

AA.VV., *Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Os primeiros 75 anos: 1911-1986*, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto, 2000.

AA.VV., «Instituto Botânico “Dr. Júlio Henriques”», in *O Instituto: jornal científico e litterario*, 1925, vol. LXXII, pp. 246-265.

AA.VV., *Jardim Botânico da Ajuda*, A.A.J.B.A. / Livros Horizonte, Lisboa, dezembro de 1999.

AA.VV., *Missão Botânica: Angola 1927-1937*, Imprensa da Universidade de Coimbra, fevereiro de 2005.

AA.VV., *Rede de Património de Portalegre: edificado, móvel e imaterial, Museu Municipal: História do Edifício e do Museu*, Publicações da Fundação Robinson n.º 16, Fundação Robinson, Portalegre, maio de 2011.

AA.VV., *A República, os Museus e o Património* [ciclo de conferências], Câmara Municipal de Coimbra, 2011.

AA.VV., *Revista da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918, vol. VII.

AA.VV., *Universidade(s): História, Memória, Perspectivas, Actas I do Congresso História da Universidade 7.º Centenário, 5 a 9 de Março de 1990*, Comissão Organizadora do Congresso, Coimbra, 1991.

AA.VV., *Universidade(s): História, Memória, Perspectivas, Actas 2 do Congresso História da Universidade 7.º Centenário, 5 a 9 de Março de 1990*, Comissão Organizadora do Congresso, Coimbra, 1991.

ABREU, Maria Helena Matos Ribeiro, *O Edifício da Sociedade Martins Sarmento*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996.

IDEM, *Dar Voz às Pedras – Uma proposta de remodelação do Museu Martins Sarmento* (dissertação para obtenção de grau de Mestre), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002.

ABREU, Sónia Matos et Al., *Museu de Francisco Tavares Proença Júnior: Roteiro das colecções*, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2006, 1.ª ed.

A.F.B., *Roteiro da Cidade de Évora e breve noticia dos seus principaes monumentos*, segunda edição, Typographia Minerva, Évora, 1881.

ALARCÃO, Adília, et Al., *Museu Nacional Machado de Castro: Roteiro*, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2005.

ALEGRIA, António Miguel, «O Museu de Évora e o seu Público / Rupturas, Inovações e Continuidades (1915/1999)», in *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, Évora, 2001, II Série, n.º 5, pp. 363-379.

ALMAÇA, Carlos, *Museu Bocage: Ensino e Exibição*, Museu Bocage / Museu Nacional de História Natural, Lisboa, 2000.

IDEM, *Museus de Zoologia e investigação científica*, col. «Cadernos de Museologia», Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa, 1985, n.º 2.

IDEM, Carlos, *A natural history museum of the 18th Century: The Royal Museum and Botanical Garden of Ajuda*, Museu Nacional de História Natural / Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico (Museu Bocage), Lisboa, 1996.

ALMEIDA, António Manuel Passos, «Contributos ao Estudo da Museologia Portuense no Século XIX. O Museu do Coleccionador João Allen e o Museu Municipal do Porto», in *Ciências e Técnicas do Património*, Revista da Faculdade de Letras / Universidade do Porto, Porto 2006-2007, I Série, vol. V-VI, pp. 31-55.

IDEM, *Museu Municipal do Porto: Das origens à sua extinção (1836-1940)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Janeiro, 2008.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, et Al., *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Câmara Municipal / Serviços de Arqueologia, Barcelos, 1991.

IDEM, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Câmara Municipal de Barcelos, Barcelos, fevereiro de 2007.

ALMEIDA, Fernando de, *Museu e Diocese de Castelo Branco*, Edição de Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, Novembro, 1973.

ALMEIDA, Fortunato de, «Dr. Augusto Mendes Simões de Castro», in *O Archeologo Português*, ed. Museu Ethnológico Português, Imprensa Nacional, Lisboa, 1919-1920, vol. XXIV, pp. 3-13.

ALMEIDA, José de, «Ensino Agrícola Colonial», in *Brotéria*, Série Mensal – Fé – Ciências – Letras, Numero Especial do XXV Aniversário da sua criação, Caminha, 1927.

ALMEIDA, Maria José de, «Museu arqueológico de São João de Alporão (Santarém): uma experiência de gestão municipal de coleções de arqueologia», in *O Arqueólogo Português*, Série IV, 20, 2002, pp. 191-198.

ALMEIDA, Maria Mota, *A Realidade Museológica no Concelho de Sintra: contributo para o seu estudo*, Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Mário Canova de Magalhães Moutinho, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes, Lisboa, 2006.

AMARAL, Raquel Filipa de Almeida, *Modelos didácticos na Museologia e Ensino da Botânica na Universidade de Coimbra*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

ANTUNES, Miguel Telles, «História Antiga e Património da Academia das Ciências de Lisboa», in *Museologia.pt (Dossiê Museus de Ciência)*, nº 4, Edição do Instituto Português dos Museus e da Conservação, 2010, pp. 166-185.

ARNAUD, José Morais e FERNANDES, Carla Varela, *Roteiro da exposição permanente / Museu Arqueológico do Carmo*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2002.

Associação dos Arqueólogos Portugueses, *Arqueologia e História*, AAP, Lisboa, 1927 – 1928, vols. V e VI.

Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus, «Jardim-Escola João de Deus, em Lisboa», in *Boletim de Propaganda*, Imprensa Nacional de Lisboa, Abril-Junho de 1915, Ano V, n.º 20.

ATHAÍDE, Luis Bernardo Leite d', *As secções de arte e etnografia do Museu de Ponta Delgada (Dr. Carlos Machado)*, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, 1944.

Idem, «Organização de Museus em Ponta Delgada», in *Revista Michaelense*, Ed. Ayres Jacome Corrêa, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, Ano 4, n.º 3, pp. 1238-1259.

AZEREDO, Álvaro de, «Descrição dos “ex-libris” existentes no Museu Etnológico Português – 1.ª série», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, S. 1, vol. 22, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1919), pp. 69-88.

AZEVEDO, Pedro A. de, VASCONCELOS, J. L. de e PEREIRA, F. Alves, «Miscellanea», Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 10, n.º 10-12 (Out.-Dez. 1905), pp. 396-405.

AZEVEDO, Pedro A. de, «Moedas romanas provenientes de Olisipo (Pertencentes ao Museu Ethnologico)», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 16, n.º 1-12 (Jan.-Dez., 1911), pp. 94 e 95.

AZEVEDO, Pedro A. de, «Miscelanea archeologica», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 16, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1911), pp. 194-229.

AZEVEDO, Pedro A. de e VASCONCELOS, José Leite de, «Miscelânea», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 17, n.º 1-9 (Jan.-Set. 1912), p. 157-195.

AZEVEDO, Pedro A. de, «Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, Lisboa, S. 1, vol. 18, n.º 7-12 (Jul.-Dez. 1913), pp. 108-129.

IDEM, *Ibidem, Ib.*, S. 1, vol. 19, n.º 1-6 (Jan.-Jun. 1914), pp. 46-83.

IDEM, «Monumentos Nacionais», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 19, n.º 1-6 (Jan.-Jun. 1914), pp. 180-187.

BAIÃO, Joana Margarida Gregório, *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e Contributos no Panorama Historiográfico, Museológico e Patrimonialista em Portugal*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialização em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, junho de 2014.

IDEM, *Museus de Museus. Uma reflexão. Proposta para uma definição.*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, fevereiro de 2009.

BANDEIRA, José, MEDEIROS, Margarida e REIS, Vítor dos, *A República e a Modernidade* [catálogo], Presidência do Governo dos Açores / Direcção Regional da Cultura / Museu Carlos Machado, novembro de 2010.

BARBOSA, Álvaro José, «Habitar o património: o caso do Convento de Cristo», in *Máthesis*, 2009, n.º 18, pp. 177-193.

BARREIROS, Manuel de Aguiar (Cónego), *Catálogo e Guia do Tesouro da Sé Primaz de Braga*, Ed. de Marques Abreu, Porto, 1954.

BARROS, Luís Aires (Coord.), *Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa*, col. Tesouros e Arquivos das Bibliotecas Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa / Edições INAPA, Lisboa, 2001.



BASTO, Artur de Magalhães, *Memória Histórica da Academia Politécnica do Pôrto*, Universidade do Porto, 1937.

BESSONE, Silvana et AL, *De Picadeiro a Museu – De Museu a Picadeiro: Catálogo: Exposição comemorativa do 90.º Aniversário da Fundação do Museu Nacional dos Coches: 23 de Maio a 31 de Dezembro de 1995*, Instituto Português de Museus / Museu Nacional dos Coches.

BETTENCOURT, Ana Maria dos Santos, et AL, *D. Diogo de Sousa: Regional Museum of Archaeology : guide*, IPM, Braga, 2005.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, *Guia de Évora e seus Arredores*, Publicações da Biblioteca Nacional de Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1923.

BOCAGE, J. V. Barbosa du, *Instruções Práticas sobre o modo de colligir, preparar e remetter productos zoológicos para o Museu de Lisboa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862.

BORGES, Artur Goulart de Melo, «Dispersão da arte sacra eborense no post-República», in *Eborensia: Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*, Évora, 2003, Ano XVI, n.º 31, pp. 151-162.

BOTELHO, João Alpuim, «Luís Augusto de Oliveira e o Museu de Viana do Castelo: o maior mecenas de um Museu Municipal português», in *Cadernos Vianenses*, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2007, Tomo 40, julho de 2007, pp. 309-330.

IDEM, *Panorama museológico do Alto Minho*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa / FCSH, Lisboa, outubro de 2007.

BOTO, (Monsenhor Cónego) Joaquim Maria Pereira, «Museu de Faro», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 2, n.º 6-7 (Jun.-Jul. 1896), p. 167.

IDEM, *Promptuario analytico dos carros nobres da Casa Real Portuguesa e das carruagens de gala*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909, Tomo I.

BRANDÃO, José Manuel, «O acervo colonial das “Comissões Geológicas” de Portugal (1857-1918). Nota preliminar», in BRANDÃO, José M. et AL (Editores), *Colecções e museus de Geologia: missão e gestão*, Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, Coimbra, 2010, pp. 113-120.

BRANDÃO, José Manuel, «Um aspecto particular do apoio dos Serviços Geológicos Portugueses ao Ensino Secundário das Geociências: oferta de colecções didácticas», *Idem, Ibidem*, pp. 434-350.

BRANDÃO, José M., «As colecções arqueológicas do Instituto Geológico e Mineiro», in *O Arqueólogo Português*, 1999, Série IV, n.º 17, pp. 111-122.

BRANDÃO, José Manuel, «Uma intervenção na “Sala de Arqueologia Pré-histórica” do Museu Geológico (Lisboa)», in *Ciências e Técnicas do Património: Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, 2008-2009, I Série, vol. VII-VIII, pp. 93-106.

BRANDÃO, José Manuel, «O “Museu de Geologia Colonial” das Comissões Geológicas de Portugal: contexto e memória», in *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, dezembro de 2010, vol. 3, n.º 2, pp. 184-199.

BRANDÃO, José Manuel, «Museu Geológico: lugar de memórias históricas e científicas», in *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Porto, 2010, volume 1, pp. 163-174.

BRIGOLA, João Carlos, «Coleccionismo e ‘anticomania’ – a actividade museológica de Frei Manuel do Cenáculo (1750-1814)», in *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, Évora, 2000, II Série, n.º 4, pp. 249-263.

IDEM, «Colecções, gabinetes, jardins botânicos e museus em Portugal: o testemunho dos viajantes estrangeiros (1750-1900)», in *Leituras, Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, n.º 3, abril - outubro de 1998.

BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII* [Texto Policopiado], Tese de Doutoramento em História, Universidade de Évora, 2000, 1.º vol.

BRIGOLA, João Carlos, «Espírito colecionador», in *História*, Janeiro, 2002, III Série, Ano XXIV, n.º 41, pp. 64-67.

BRIGOLA, João Carlos, TEIXEIRA, Madalena Braz, NABAIS, António, e PEREIRA, Fernando António Baptista, «Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal – Breve história da legislação sobre política museológica em Portugal», in *Lugar em Aberto*, Revista da APOM, APOM, Lisboa, 2003, n.º 1, I Série, pp. 32-45.

BRITES, Geraldino, «O Museu Zoologico da Universidade», in *Ilustração Portuguesa*, O Século, Lisboa, 3 de abril de 1911, n.º 267, pp. 435-440.

BRITO, Francisco Nogueira de (Texto Literário), *Roteiro Ilustrado de Lisboa e Arredores*, Ed. do Guia de Portugal Artístico, Lisboa, 1935.

BRUNO, Cristina, «Impressões de viagem: um olhar sobre a museologia portuguesa», in *Museologia e Comunicação*, col. Cadernos de Sociomuseologia – Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1996, n.º 9, pp. 89-98.

CABRAL, João, *Anais do Município de Leiria*, 2.ª ed. revista e aumentada, Câmara Municipal, Leiria, 1993, 2.º vol., pp. 181-192.

CABRAL, João Paulo, *Gonçalo Sampaio. Vida e obra. Pensamento e acção*, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, junho de 2009.

CAETANO, Joaquim Oliveira e ALEGRIA, António, «Nascer na convulsão – os primeiros anos do Museu de Évora, in *Eborensia: Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*, Évora, 2003, Ano XVI, n.º 31, pp. 163-178.

CALDAS, Padre António José Ferreira, *Guimarães: Apontamentos para a sua História*, Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1996, 2.ª edição, Parte I, pp. 80-90.

CALLAPEZ, Pedro e BRANDÃO, José Manuel, «Da Filosofia Natural à Modernidade: dois séculos de colecionismo geológico (e paleontológico) na Universidade de Coimbra», in *Livro de Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, Universidade de Coimbra, 26 a 29 de outubro de 2011, pp. 1063-1078 (disponível em <http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/1839/1/35567.pdf>).

CANÊLHAS, M.ª Graça Salvado, *Museus portugueses de História Natural: perspectiva histórica*, col. «Cadernos de Museologia», Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa, 1983, n.º 1.

CAMPOS, Eduardo Manuel Tavares, *Cronologia de Abrantes no século XX*, Câmara Municipal de Abrantes, Abrantes, 2000.

CARDOZO, Mário, «As comemorações da inauguração do edifício da Sociedade Martins Sarmiento», in *Revista de Guimarães*, SMS, janeiro a junho de 1967 (1-2), n.º 77, pp. 115-194.

CARDOZO, Mário, «Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento», in *Revista de Guimarães*, SMS, janeiro a junho de 1951, (1-2), n.º 61, pp. 405-486.

CARDOZO, Mário, «Museus de Arte e Museus de Arqueologia como instituições de cultura e de pedagogia elementar», comunicação apresentada na 3.ª Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Porto, setembro de 1962, Separata da Revista *MVSEV*, Segunda Série, n.º 5, 1963, Porto, 1963.

CARDOZO, Mário, *Museus e Monumentos Nacionais no Desenvolvimento do Turismo*, comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Turismo, IV Secção, Lisboa, 1936.

CARDOSO, Nuno Catharino, *Arte Portuguesa III: Museus Portugueses: Descrição do que há de mais notável e belo nos museus portugueses regionais e municipais e no Museu Nacional Soares dos Reis do Porto, acompanhada de diversas gravuras*, Edição do Autor, Lisboa, 1935.

CARDOSO, Nuno Catharino, *Arte Portuguesa XVIII: Museus de Lisboa: Rápida descrição do que existe de mais notável nos vinte e quatro museus da Capital, estudo acompanhado de várias gravuras elucidativas*, Edição do Autor, Lisboa, 1937.

«Carlos Reis», in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. I, n.º 4, Lisboa, 1941.

CARNEIRO, Paula Dias et Al., *Museu Nacional de Soares dos Reis: Roteiro da Coleção*, IPM, Lisboa, 2001, 1.<sup>a</sup> ed.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de, «Doutor Luis Carrisso», in *Revista da Faculdade de Ciências*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1936, vol. VI, pp. 384-389.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de, «O Ensino da Botânica e o Jardim Botânico», in *O Instituto: Revista Científica e Literária*, Imprensa da Universidade, Coimbra, Maio de 1918, vol. 65.º, n.º 5, pp. 261-274. (<http://bdigital.bg.uc.pt/periodicos/show.asp?i=3675-1&p=2>)

CARVALHO, Rómulo de, *O material etnográfico do Museu Maynense da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa, 2000.

IDEM, *Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa*, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1993.

CARRILHO, António Jorge Botelho, *O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique (subsídios para a sua história)*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Departamento de História da Universidade de Évora, Lagos, 2003.

CARRISSO, Luiz, «Instituto Botânico “Dr. Júlio Henriques”», in *O Instituto*, 1925, vol. 72, n.º 3, pp. 247-265.

CASEIRO, Carlos, *A Casa Grande do Mar: edição comemorativa do Primeiro Centenário do Aquário Vasco da Gama*, Estar Editora / Aquário Vasco da Gama, setembro de 1998.

CASTELO-BRANCO, Fernando, «Subsídios para a história do Museu da Associação dos Arqueólogos», in *Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1993, Série X, Volume III.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, «Recordar D. Fernando de Almeida na sequência da passagem do centenário do seu nascimento», in *Estudos de Castelo Branco: Revista de Cultura*, Nova Série, n.º 4, janeiro de 2005.

CASTRO, Eugenio de, *Guia de Coimbra: publicação oficial da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra*, F. França Amado Editor, Coimbra, s.d., [193\_].

*Catálogo do Museu da Artilharia*, Typographia Bayard, Lisboa, 1910.

*Catálogo do Musêu da Artilharia*, Tipografia Palhares, Lisboa, 1913.

*Catalogo do Musêu da Artilharia*, Lisboa, 1916, 7.<sup>a</sup> edição.

*Catálogo do Museu Militar (Antigo Museu da Artilharia)*, Tipografia d'O Sport de Lisboa, 1930, 10.<sup>a</sup> edição.

*Catálogo do Museu Regional de Viana do Castelo: I: Secção de Arqueologia*, Viana do Castelo, 1956.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000, 2.<sup>a</sup> ed.

CHARNECA, Maria Armanda Paixão dos Santos, *Uma rede de museus para Abrantes: Museu D. Lopo de Almeida: passado, presente e futuro*, Tese de Mestrado de Museologia e Museografia, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2005.

CHAVES, Luís, «A colecção de “milagres” do Museu Etnológico Português», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, S. 1, vol. 19, n.º 1-6 (Jan.-Jun. 1914), pp. 152-176.

IDEM, «A colecção de “milagres” do Museu Etnológico Português», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, S. 1, vol. 20, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1915), pp. 214-219.

IDEM, «Descrição dos “ex-libris” existentes no Museu Etnológico Português – 2.<sup>a</sup> série», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, S. 1, vol. 22, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1919), pp. 69-88.

IDEM, «Os “ex-votos” esculpidos do Museu Etnológico Português», in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, Lisboa, S. 1, vol. 19, n.º 7-12 (Jul.-Dez. 1914), pp. 290-300.

IDEM, «Os registos de santos», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 22, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1917), pp. 345-385 / S. 1, vol. 23, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1918), pp. 81-103 / S. 1, vol. 25, 1921-1922, pp. 141-178.

IDEM, «Visitas de estudo: I – O Museu de Mafra», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Portuguez, 1916, Série 1, vol. 21, pp. 231-234.

CHICÓ, Mário Tavares, «Estudo à cerca da Organização do Museu da Cidade de Lisboa», in *Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, 1.º Trimestre de 1943, n.º 15, pp. 37-63.

COELHO, (Major-General) Adelino de Matos, *Museu Militar do Buçaco: edição comemorativa do Centenário 1910-2010*, Direcção de História e Cultura Militar do Exército / Quartzó Editora, setembro de 2010.

COELHO, José Maria Afonso, «A Primeira República e a Igreja Católica quanto à liberdade de ensino (1910-1926)», in *Eborensia: Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*, Évora, 2003, Ano XVI, n.º 31, pp. 45-76.

Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu, *Viseu: antiga e nobilíssima cidade de Portugal*, s.l., s.n., 1931.

Comissão de Homenagem Posthuma ao Grande Escriitor Camillo Castello Branco, *Camillo homenageado: o escriptor da graça e da belleza*, "Minerva" da Cruz, Sousa & Barbosa, Vila Nova de Famalicão, 1920.

*Convento de St.º António – Capela das Onze Mil Virgens*, col. Alcácer do Sal, Gabinete de Informação e Relações Públicas – Câmara Municipal de Alcácer do Sal, s/d.

CORDEIRO, Isabel e CARVALHO, Anabela (Coord.) et Al., *Museu do Abade de Baçal: Bragança*, Instituto Português de Museus, 1994, 1.ª ed.

CORREIA, José António de Oliveira, *Moura: Culturas e Mentalidades*, Câmara Municipal de Moura, 1997.

CORREIA, Vergílio, *Arte e Arqueologia*, Lisboa, 1920.

CORTEZ, Fernando Russell, *A Academia Real de Belas-Artes e a protecção do património artístico, seu resultado na criação dos museus portugueses*, Sep. Rev. Belas-Artes, 4-6, Lisboa, 1984, pp. 79-95.

COSTA, Alfredo Augusto de Oliveira Machado e, *Escola Politécnica de Lisboa: O Museu Mineralógico e Geológico*, col. Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa 1837-1937, Faculdade de Ciências, Lisboa, 1937.

IDEM, *Escola Politécnica de Lisboa: a VII Cadeira e os seus professores*, col. Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa 1837-1937, vol. XI, Faculdade de Ciências, Lisboa, 1937.

COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da, *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010): Espaços, momentos, museografia*, Tese de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade de Museologia e Património Cultural, orientada pelos Doutores José Manuel dos Santos Encarnação e José Maria Amado Mendes, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

COSTA, A. Celestino da, *O Aquário Vasco da Gama: Estação de Biologia Marítima: Relatório referente aos anos de 1913 a 1917, apresentado na sessão de 21 de Novembro de 1917*, Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, Lisboa, 1918.

IDEM, *O Aquário Vasco da Gama: Estação de Biologia Marítima: Relatório apresentado à Comissão Oceanográfica na Sessão de 1 de Dezembro de 1921 e referente aos anos 1917 a 1921*, Lisboa, 1922.

COSTA, J. G. Ferreira da, *Lisboa: Guia ilustrado de carteira*, Livraria Enciclopédica, Lisboa, 1930.

COSTA, Maria Madalena Gagean Formigal Cardoso da, *A Colecção de Escultura do Museu de Aveiro – historial, proveniência e constituição*, GAAC, Coimbra, 2010.

IDEM, «Museus e educação no período do “Estado Novo”: o papel de João Couto (1928-1964)», in *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*, 2011, Ano VII, n.º 7, pp. 5-34.

IDEM, «O Museu da Sé de Coimbra», in *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, Câmara Municipal, Coimbra, 2004, vol. XXXVII, pp. 45-192.

COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da Costa, *Os Museus e o ensino industrial: Percursos e colecções*, Tese de Mestrado em Museologia, FLUP / Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2006.

COUTO, João, «A ampliação do Museu das Janelas Verdes», in *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Ed. Secretariado de Propaganda Nacional, Lisboa, Fevereiro, 1943, n.º 13, vol. 3.º.

IDEM, «Eng.<sup>o</sup> Duarte Pacheco», in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. III, n.ºs 9-10, Lisboa, 1944.

IDEM, *As exposições de Arte e a Museologia*, Lisboa, 1950.

IDEM, «Justificação do arranjo de um Museu», in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa, 1950, vol. II, n.º 1.

IDEM, «Luís Keil», in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa, 1949, vol. I, n.º 4.

IDEM, *Museus das Cidades*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943.

IDEM, «Notas para a história da ampliação do Museu das Janelas Verdes», in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Lisboa, 1939, vol. I, n.º 1.

CRUZ, P. Belchior da, «Museu Municipal de Bragança», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 3, n.º 3-4 (Mar.-Abr. 1897), pp. 99-100.

CRUZ, P. Belchior da, «Museu Municipal da Figueira da Foz», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 2, n.º 10-11 (Out.-Nov. 1896), pp. 234-236.

IDEM, «Museu Municipal da Figueira da Foz», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 3, n.º 12 (Dez. 1897), p. 299-301.

IDEM, «Museu Municipal da Figueira da Foz», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 5, n.º 6 (1899-1900), pp. 177-184.

CUNHA, Pedro José da, *A Escola Politécnica de Lisboa: breve notícia histórica*, col. Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa 1837-1937, vol. I, Faculdade de Ciências, Lisboa, 1937.

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2008.

DAVID, Celestino, *Évora Encantadora: Impressões: Arte: História*, Livraria e Papelaria Nazareth, Évora, 1923.

IDEM, «O Grupo Pró-Évora: Páginas comemorativas do 25.º aniversário 1919-1944 (Sua origem e fundação, fases por que tem passado, espírito e obras)», in *A Cidade de Évora*, Comissão Municipal de Turismo, junho – setembro de 1944, Ano II.

DIAS, Jaime Lopes, «O Museu da cidade de Lisboa», in *Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, 1.º e 2.º trimestres de 1942, Ano III, n.º 11 e 12, pp. 35-49.

DIONÍSIO, Sant'Anna, *Museu-Biblioteca de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, 1947.

Direção Geral de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal – Ano de 1919 – Capítulo IV – Instrução Pública*, Imprensa Nacional, Lx., 1922.

ESPANCA, Túlio, «As antigas colecções de pintura da Livraria de D. Frei Manuel do Cenáculo e dos extintos conventos de Évora», in *A Cidade de Évora*, Comissão Municipal de Turismo, Março – Junho, 1949, Ano VI, n.ºs 17-18.

IDEM, «Espólio Artístico de Cenáculo», in *A Cidade de Évora*, Comissão Municipal de Turismo, Janeiro-Dezembro, 1955-1956, Anos XII-XIII, pp. 227-265.

IDEM, *Évora: guia histórico-artístico*, Comissão Municipal de Turismo de Évora, 1949.

IDEM, «Subsídios para a História da Biblioteca Pública de Évora (1804-1904)», in *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 1980-1981, Anos XXXVII-XXXVIII, n.º 63-64.

Estado Maior do Exército, *Museu Militar: Roteiro*, Lisboa, 1979.

*Évora: excursão promovida pelo jornal “O Comércio da Ajuda”*, Lisboa, setembro, 1933.

*Évora: excursões na cidade e arredores*, Bertrand, Lisboa, 1929.

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, *Instituto de Zoologia “Dr. Augusto Nobre: Guia do Museu*, Porto, 1986.

FARIA, Alberto Cláudio Rodrigues, *A Colecção de Desenho Antigo da Faculdade de Belas-Artes de Lisboa (1830-1935): tradição, formação e gosto: volume III Elementos biográficos dos artistas da Colecção*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008, pp. 163 e 164 (acedido em 5 de dezembro de 2014):

[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7883/4/ULFBA\\_TES%20324\\_3.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7883/4/ULFBA_TES%20324_3.pdf)

FELGUEIRAS, Margarida Louro, «Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica», in *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-São Paulo, jan./abr. 2011, vol. 11, n.º 1 (25), pp. 67-92.



FERNANDES, Abílio, *Lembrando alguns funcionários do Museu, Laboratório e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*, Separata do Anuário da Sociedade Broteriana, Ano L, Dezembro, 1984.

FERNANDES, Isabel Maria (Coord.) et Al., *Museu de Alberto Sampaio: Roteiro*, Instituto dos Museus e da Conservação, Março de 2010, 2.<sup>a</sup> impressão.

FERREIRA, Ana Margarida e CARDOSO, Ana Paula (Coord.), *Sociedade Arqueológica da Figueira 1898-1910: Centenário* [catálogo], Câmara Municipal da Figueira da Foz / Museu Municipal Dr. Santos Rocha, 1999.

FERREIRA, António Matos, «Cenário ideológico da implantação da República», in *Eborensia: Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*, Évora, 2003, Ano XVI, n.º 31, pp. 7-18.

FERREIRA, J. Bethencourt, «Estação de Biologia Marítima da Foz do Douro», in *Naturalia*, Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, Julho-Dezembro, 1937, Ano II, vol. II, n.º 1, pp. 15-24.

FERREIRA, Maria Emília de Oliveira, *História dos Museus Públicos de Arte no Portugal de Oitocentos, 1833-1884*, Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2001, 2 vols.

FIGUEIREDO, José de, «O Museu Nacional de Arte Antiga», in *Atlantida: Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil*, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, Ano I [1915], vol. I, n.º 2.

FRANÇA, José-Augusto, *Museu Militar: pintura e escultura*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, s.l., s.d. [1996].

FREIRE, Luciano, *Museu Nacional dos Coches (e de Indumentaria dos seculos XVII, XVIII e XIX): Catalogo descritivo e ilustrado*, Edição Oficial, Lisboa, 1923.

FREITAS, Joaquim de Mello, *Feixe de motivos porque na parte nobre do convento de Jesus d'Aveiro se deve instalar um museu districtal ou municipal*, Campeão das Províncias, Aveiro, 1911.

GARCIA, Arnaldo Cardoso Ressano, *Escola Politécnica de Lisboa: A cadeira de Desenho e os seus professores*, col. Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa 1837-1937, vol. X, Faculdade de Ciências, Lisboa, 1937.

GARCIA, João Carlos, «Notas e Recensões: o distrito de Bragança em 1876 numa carta de D. António Xavier Pereira Coutinho», in *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, Porto, 1987, I Série, Vol. III, pp. 243-248, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1506.pdf>.

GARCIA, Luís Pinto, «O Museu de Castelo Branco: Breve História: Descrição Sucinta», in *Estudos de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1962, n.º 6, pp. 107-139.

IDEM, «Um Museu e um Director, Um corpo e uma alma», Separata de *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, Edições Império, Lisboa, 1962.

GARRADAS, Cláudia, *A colecção de arte da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto: génese e história de uma colecção universitária*, Dissertação de Mestrado em Estudos Artísticos – Especialização em Estudos Museológicos e Curadorias, Orientação da Professora Doutora Lúcia Almeida Matos, Faculdade de Belas Artes, Universidade do Porto, Porto, 2008, vol. I.

GIL, F. Bragança (Coord.) e CANELHAS, Maria da Graça Salvado, *Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: passado / presente, perspectivas futuras: 150.º aniversário da Escola politécnica, 75.º aniversário da Faculdade de ciências*, [s.n., s.l, s.d].

GOMES, Marques, *Historia do Museu Regional de Aveiro (1911-1921)*, Of. tip. do «Campeão das Províncias», Aveiro, 1921.

IDEM, *D. Manoel Corrêa de Bastos Pina: Bispo de Coimbra, Conde de Arganil: Esboço biographico*, Minerva Central, Aveiro, 1897.

IDEM, «Museu Regional de Aveiro», in *Ilustração Moderna*, publicação mensal, Imprensa Marques Abreu, Limitada, Porto, Maio, 1926, 1.º Ano, n.º 1, 2.ª ed. / Junho, 1926, 1.º Ano, n.º 2, 2.ª ed. / Julho, 1926, 1.º Ano, n.º 3, 2.ª ed. / Setembro, 1926, 1.º Ano, n.º 5, 2.ª ed.

GOMES, Joaquim Ferreira, *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX*, Museu Nacional da Ciência e da Técnica, Coimbra, 1979.

GOMES, Maria Fernanda Daniel Lopes, *Os Museus e o Ensino das Ciências Naturais: O Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*, Tese de Mestrado em Geociências, Departamento de Ciências da Terra / Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1999.

GONÇALVES, António Manuel, *Alberto Souto e o Museu de Aveiro*, Comunicação apresentada ao II Colóquio Português de Arqueologia, Separata de Actas do II Colóquio Português de Arqueologia, Lvcerna, vol. III, Porto, 1963.

IDEM, *Museus de Lisboa: Guia*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, outubro, 1960.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, janeiro/junho, 1985, vol. 1, n.º 1, pp. 147-184.

IDEM, «Colecções africanas do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, Julho-Dezembro, 1985, vol. 1, n.º 2, pp. 485-521.

IDEM, «Coleções Angolanas do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra», comunicação apresentada na Sociedade de Geografia de Lisboa, no âmbito da Comemoração do Meio Milénio da Descoberta do Congo, 1983.

IDEM, «A crise do Museu Etnológico Português (1911-1913)», in *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1993-1994, Série IV, 11/12, pp. 43-72.

IDEM, *A Igreja e a cultura em Portugal, Museus e Museologia*, Universidade Católica Portuguesa, Grande Jubileu do Ano 2000, Lisboa, 2000.

IDEM, *Museologia e Etnologia em Portugal, instituições e personalidades* [Texto policopiado], Universidade Nova de Lisboa, 1997.

IDEM, *Museus de Coimbra: da I Exposição Distrital à organização do Museu Machado de Castro*, Sep. das «Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica», Coimbra, 1980.

IDEM, «Museu Etnológico Português (1893-1914). Um projecto nacional e uma tentativa de conjugação disciplinar», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, n.º 6, pp. 197-209.

IDEM, «Museu e Laboratório Antropológico 1772-1978», guião de exposição temporária inaugurada em 29 de Novembro de 1978, realizado por ocasião do colóquio APOM “Os museus universitários”.

IDEM, *Para a história dos Museus Locais em Portugal: a propósito da criação do Museu de Lorvão*, col. Estudos e Materiais, Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Etnologia, Lisboa, 1984, n.º 5.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa / Rio de Janeiro, s.d., volumes II, V, VI, XI, XII, XVI, XIX, XXI, XXVI, XXX, XXXVIII.

GUEDES, Isabel Maria Teixeira Faria de Ferreira, *O Museu de S. Roque no Limiar do Século XXI: nova programação museológica*, Tese de Mestrado em Museologia e Museografia orientada por Fernando António Baptista Pereira e Carlos Amado, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

GUERRA, L. de Figueiredo da, «A Exposição de Vianna do Castelo», in *O Archeologo Português*, MEP, Lisboa, Out.-Nov. de 1896, S. 1, vol. 2, n.º 10-11, pp. 269-272.

IDEM, *Guia de Vianna do Castello*, Typografia Commercial «A Aurora do Lima», 1923.

*Guia do Forasteiro no Porto e Provincia do Minho, Illustrado com gravuras dos principaes monumentos da cidade*, F. Lopes, Porto, s.d. [19 \_ \_].

*Guia de Lisbôa*, Proturismo – Empresa Promotora de Turismo, Tipografia do Anuário Comercial, Lisboa, 1923.

*Guia do Porto Illustrado*, Ed. Empreza dos Guias “Touriste” I, Porto, 1910.

*Guia de Portugal: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Texto integral que reproduz a 1.<sup>a</sup> edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927, Fundação Calouste Gulbenkian, dezembro, 1991, vol. 2.

*Guia de Portugal: Beira: Beira Litoral*, FCG, abril, 1993, 3.<sup>o</sup> Vol., Tomo I, 3.<sup>a</sup> ed.

*Guia de Portugal: Beira: Beira Baixa e Beira Alta*, FCG, março, 1994, 3.<sup>o</sup> Vol., Tomo II.

*Guia de Portugal: Entre Douro e Minho I – Douro Litoral*, FCG, outubro, 1994, 4.<sup>o</sup> Vol, Tomo I.

*Guia de Portugal: Entre Douro e Minho II – Minho*, FCG, maio, 1996, 4.<sup>o</sup> Vol., Tomo II.

*Guia de Portugal: Trás-os-Montes e Alto Douro: Vila Real, Chaves e Barroso*, FCG, Julho, 1995, 5.<sup>o</sup> Vol. Tomo I, 3.<sup>a</sup> ed.

*Guia de Portugal: Trás-os-Montes e Alto Douro*, FCG, Julho, 1995, 5.<sup>o</sup> Vol. Tomo II.

*Guia e Roteiro da Cidade: as belezas de Lisboa e seus arredores*, Correia Pinto, Lisboa, s.d. [19\_ \_].

*Guia turístico de Portugal*, s.l., 1932.

GUIMARÃES, Francisco José Salgado, *O Museu de Arqueologia Martins Sarmiento*, Sep. da «Revista de Guimarães», vol. LXXXVIII, Companhia Editora do Minho, Barcelos, Abril, 1979.

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde), «Catalogo do Museu Archeologico», in *Revista de Guimarães*, Janeiro a Junho de 1901 (1-2), n.º 18, pp. 38-72.

GUIMARÃES, Luís de Oliveira, *Júlio Dantas: uma vida, uma obra, uma época*, Romano Torres, Lisboa, 31 de Maio de 1963.

HELENO, Manuel, «Museu Numismático da Casa da Moeda», in *O Archeologo Português*, 1924, vol. 26, pp. 343-345.

HENRIQUES, Júlio Augusto, *A Cadeira de Botânica na Universidade*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1892.

IDEM, *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1876.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Col. Minerva História n.º 2, Livraria Minerva, Coimbra, março de 1989.

INSO, Jayme do, *O Museu de Marinha*, Conferência Promovida pela Comissão de Estudos Militares da Sociedade de Geografia de Lisboa, realizada na mesma Sociedade no dia 29 de Abril de 1949, Separata de *Anais de Marinha*, 1950, n.º 13.

IDEM, *O Museu de Marinha*, Separata dos *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1967, abril-junho de 1967, n.ºs 4 a 6.

IICT, *Jardim-Museu Agrícola Tropical – Itinerário de uma visita guiada*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território / Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Lisboa, 1993.

Instituto Português de Museus, *Museu do Abade de Baçal: Bragança*, I.P.M, Lisboa, 1994, 1.ª ed.

JACOB, João Manuel Neto (Coord.), *Abade de Baçal: Cinquentenário da morte: exposição* [catálogo], Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal / Câmara Municipal de Bragança, Bragança, 1997.

IDEM, «O Museu do Abade de Baçal: ontem, hoje e amanhã», in AFONSO, Belarmino (Dir.), *Brigantia*, vol. XVI, n.º 1/2, pp. 1-157; Jan./Abr./1996, pp. 127-143.

KEIL, Alfredo, *Collecções e Museus de Arte em Lisboa*, Livraria Ferreira & Oliveira Lda., Lisboa, 1905.

KEIL, Luís e SANTOS, Reinaldo dos Santos, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Portalegre I*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943.

LACERDA, Aarão de, *Arte Portuguesa I: O Museu de Grão Vasco*, Edição do Autor, Coimbra, 1917.

LAMBERTINI, Michel'angelo, *O Museu Instrumental e as minhas relações com o Estado*, Lisboa, 1913.

LAMEIRA, Francisco, *A Igreja do Antigo Convento de Santo António dos Capuchos*, ed. CMF, 1998.

LARANJO, F. J. Cordeiro, *Museu de Lamego*, col. Cidade de Lamego, Câmara Municipal, Lamego, 1991, n.º 5.

LARCHER, Tito, «Estudos de Regionalismo I: A divisão provincial em Portugal» (1926), in Arquivo Distrital de Leiria, *Estudos de Regionalismo I e II (Reedição facsimilada)*, Arquivo Distrital de Leiria, Outubro, 2006.

LEAL, Ernesto Castro, «República portuguesa, secularização e novos símbolos (1910-1926)», in *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, FLUP, Porto, 2010, III Série, vol. 11, pp. 121-134 (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9009.pdf>).

LEANDRO, Sandra, *Joaquim de Vasconcelos: Historiador, crítico de arte e museólogo*, Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, junho de 2008.

LEMOS, Francisco Sande, «Museus de Arqueologia: guetos do passado ou encruzilhadas do futuro», in *O Arqueólogo Português*, ed. do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1999, série IV, vol. 17.

LEITE, Ana Cristina (Coord.), *Guia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro*, Câmara Municipal de Lisboa, Outubro, 2005.

LEITE, Joana Reis Correia, *Contributo do Museu Nacional de História Natural para a divulgação do património geológico: caracterização do público do Departamento de Mineralogia e Geologia*, Mestrado em Património Geológico e Geoconservação, Escola de Ciências da Universidade do Minho, Outubro, 2009.

LIBERATO, Maria Cândida e MOURA, Isabel, «*Zamiaceae* no Jardim-Museu Agrícola Tropical», in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, n.º 49, Lisboa, 2003, pp. 51-62.

LIMA, Américo Pires de, «O Jardim Botânico da Faculdade de Ciências», in *Trabalhos do Instituto de Botânica «Dr. Gonçalo Sampaio»*, Sep. do Jornal do Centro Universitário n.ºs 9-10 de 28 de Maio de 1949, Imprensa Moderna, Porto, 1949.

LIMA, J. Fragoso de, «Aspectos da Romanização no território português da Bética», in *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1951, Nova Série, 1, pp. 171-211.

[http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o\\_arqueologo\\_portugues/serie\\_2/volume\\_1/romanizacao.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_2/volume_1/romanizacao.pdf)

LIMA, Magalhães e MAGALHÃES, Cruz, *Rafael Bordalo Pinheiro: moralizador político e social / O Museu Rafael Bordalo Pinheiro*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925.

*Lisboa: Portugal: Exposição Portuguesa em Sevilha 1929*, Ed. Soc. Iniciativa de Turismo, Lisboa.

LOPES, Manuel, *No interior do Museu de Marinha: um olhar aprofundado sobre um dos museus mais antigos de Portugal*, Mestrado em Ciências da Cultura, Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras / Departamento de Estudos Anglísticos, 2009.

LOUREIRO, Carlos, «O Museu Comercial e Industrial do Porto (1883-1899)», in SILVA, Armando Coelho Ferreira da, SEMEDO, Alice (coord.), *Coleções de Ciências Físicas e Tecnológicas em Museus Universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Secção de Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2005, pp. 185-201.

M., R., «*Museu Nacional de Arte Contemporânea: antes e após a sua recente remodelação integral*», in *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Ed. Secretariado Nacional de Informação, Cultura, Popular e Turismo, Lisboa, 1945, n.º 24, vol. 4.º.

MACEDO, Diogo de, «O Museu Grão-Vasco de Viseu», in *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Ed. Secretariado Nacional de Informação, Cultura, Popular e Turismo, Lisboa, Natal, 1944, n.º 22, vol. 4.º.

MACHADO, António, «Dr. Augusto Pereira Nobre», in *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1946, vol. XXXI, n.º 1, pp. 208-219.

MACHADO, António, *O Instituto de Zoologia e a Estação de Zoologia Marítima Dr. Augusto Nobre*, Publicações do Instituto de Zoologia «Dr. Augusto Nobre» da Faculdade de Ciências do Porto, Imprensa Portuguesa, Porto, 1941.

MACHADO, João L. Saavedra, «Subsídios para a história do Museu Etnológico do D.<sup>or</sup> Leite de Vasconcelos», in *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1965, Nova Série, Tomo 5, n.º 1, pp. 51-448.

MAGALHÃES, Justino Pereira de, «A Sociedade Martins Sarmento, uma instituição secular ao serviço da educação e da cultura. – Um apontamento sobre sua fundação», in *Revista de Guimarães*, 1995, n.º 105, pp. 271-288.

MANAÇAS, Vítor Manuel Teixeira, *Museu Nacional de Arte Antiga: uma leitura da sua história 1911-1962*, Universidade Nova de Lisboa, 1991, I volume.

MANOEL, C. da Camara, «A archeologia em Evora», in *O Archeólogo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (Jan.-Fev. 1897), S. 1, vol. 3, n.º 1-2, pp. 61-63.

MANOEL, C. da Camara, «Joaquim Possidonio Narciso da Silva», in *O Archeólogo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (Abr.-Mai. 1896), S. 1, vol. 2, n.º 4-5, pp. 113-115.

MANOEL, Caetano da Camara, *Atravez A Cidade de Évora ou Apontamentos sobre A Cidade de Evora e seus Monumentos*, Minerva Commercial, Évora, 1900.

MANOEL, Caetano da Câmara, *Atravez a cidade de Evora ou apontamentos sobre a cidade de Evora e seus monumentos*, Minerva Comercial, Évora, s.d. [1935].

MARQUES, Luís António, *História da Colecção Seixas*, Separata dos *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, Janeiro-Março, 1970.

MARTINS, Ana C. N., «O Museu Archeologico do Carmo e a descentralização cultural no século XIX», in *O Arqueólogo Português*, 1999, Série IV, 17, pp. 559-595.

MARTINS, Ana Cristina, «Museu Arqueológico do Carmo: A Celebração da Memória», in ARNAUD, José Morais, FERNANDES, Carla Varela e MESQUITA, Vitória, *Construindo a Memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2005.

MARTINS, António Jorge Fidalgo, *Sociedade Martins Sarmento – Instituição Secular de Educação e de Cultura* (dissertação para obtenção de grau de Mestre), Universidade do Minho, Braga, 2000.

MATEUS, Amílcar, *A Estação de Zoologia Marítima “Dr. Augusto Nobre”*, Separata de *Naturalia*, Vol. VIII, fasc. III-IV, Coimbra, 1962.

MATOS, Ana Maria Cardoso de, «Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial», in *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996 (2.º-3.º), vol. XXXI (136-137), pp. 397-412.

MATOS, Ana Cardoso de, BERNARDO, Maria Ana e SANTOS, Ana Luísa, «A Sociedade Propaganda de Portugal e o Congresso de Turismo de 1911», in *Actas do Congresso Internacional I República e Republicanismo*, Assembleia da República, Lisboa, 2010, pp. 393-403. Disponível em:

<http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4456/1/ACM%20MAB%20Provas%20para%20rever.%202012.12.07.pdf> – consulta efetuada em 22 de outubro de 2012.

MATOS, Ana Cardoso de e SANTOS, Maria Luísa F. N. dos, «Os Guias de Turismo da cidade de Évora no contexto do turismo contemporâneo (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)», in *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 2001, II Série, n.º 5, pp. 381-405.

MEIRELES, Maria José Queirós, «A Colegiada de Guimarães e a Exposição de Arte Ornamental de 1882», in MARQUES, Alexandra (Dir.), *Boletim de Trabalhos Históricos*, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2010 / 2011, Série III, vol. I, pp. 22-35.

MENESES, Maria de Fátima de Faria Pinto de, *Museus e Ensino* [Texto Policopiado]: *uma análise histórica sobre os museus pedagógicos e escolares em Portugal (1836-1933)*, Tese de mestrado em Museologia e Património, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

MENESES, Maria de Fátima Pinto de, «Museus e ensino em Portugal – os museus escolares dos Colégios Jesuítas», in *Estudos de Castelo Branco: Revista de Cultura*, junho de 2006, Nova Série, n.º 5, pp. 163-189 / julho de 2007, Nova Série, n.º 6, pp. 175-210.

MOGARRO, Maria João, «Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX)», in *Educatio Siglo XXI*, 2010, vol. 28, n.º 2, pp. 89-114.

MOITA, Irisalva, *Museu da Cidade Lisboa. Guia do Museu da Cidade*, Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Cultura, Departamento de Património Cultural, Divisão de Museus, Lisboa, 1991.

MOREIRA, Francisco de Almeida, *Museu Regional de Grão-Vasco: Viseu: Catálogo e Guia Sumário*, Tipografia Sequeira Limitada, Porto, 1921.

IDEM, *Museu Regional de Grão-Vasco: Catálogo*, 2.ª edição actualizada, Viseu, 1934.

MOREIRA, Isabel M. Martins, *Museus e Monumentos em Portugal 1772-1974*, col. Temas de Cultura Portuguesa, Universidade Aberta, Lisboa, 1989, n.º 14.

Museu do Abade de Baçal, *Boletim do Museu do Abade de Baçal*, 9 de Abril de 1998, Ano I, n.º 1.



*Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra: Notas*, Typ. Auxiliar d'Escritorio, Coimbra, 1911.

Museu de Aveiro, *Roteiro do Museu de Aveiro*, 1960.

Museu Carlos Machado, *1.º Encontro das Instituições Museológicas dos Açores 1994 – (Comunicações)*, Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, 1996.

*Museus Industriaes e Commerciaes, Escolas Industriaes e Escolas de Desenho Industrial*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885.

Museu Machado de Castro, *Secção de Arte e Arqueologia – Catálogo-Guia*, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1941.

Museu Machado de Castro, *Secção de Ourivesaria – Catálogo-Guia I*, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1940.

Museu de Marinha, *Museu de Marinha: Guia para uma primeira visita*, Museu de Marinha, Lisboa, 1986.

«Museu militar» in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (Jan. 1902), S. 1, vol. 7, n.º 1, pp. 26-27.

Museu Municipal de Santarém (Org.), *S. João de Alporão na História, Arte e Museologia: Exposição: Catálogo*, 1.ª Ed., Câmara Municipal, Santarém, 1994.

Museu Nacional de Arte Antiga, *Museografias* [folheto de exposição], Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, 2008.

Museu Nacional de Arte Antiga, *Museus de Lisboa*, Lisboa, 1958.

*Museu Nacional de Arte Antiga: Lisboa*, As Grandes Coleções, Hirmer Verlag GmbH, Munique, Alemanha, 1999.

Museu Nacional de Arte Contemporânea, *Catálogo-Guia*, Lisboa, Abril de 1945.

Museu Nacional dos Coches, *D. Amélia: uma rainha um museu*, Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus, 2006.

*6 Museus de Portugal*, Ed. Luiz Reis Santos, Lisboa, 1936.

Museu Rafael Bordalo Pinheiro, *Guia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro*, Imprensa Municipal, Lisboa, 1927.

Museu Regional de Aveiro, *Sessão de Arte: 16 de Janeiro de 1916: Feixe de notícias – Conferencia do dr. Egas Moniz – Com um prefacio d'Almeida d'Eça*, Empresa Gráfica A Universal, Porto, 1916.

Museu Regional de Grão Vasco, *Roteiro / Museu Regional de Grão Vasco de Viseu*, Viseu, 1958.

«Museus», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (Dez. 1897), S. 1, vol. 3, n.º 12, pp. 279-280.

(O) *Muzeu Nacional de Bellas-Artes: apontamentos*, Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez-Americano, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1892.

NABAIS, António, «A arqueologia e os museus locais/regionais», in *O Arqueólogo Português*, 1999, Série IV, 17, pp. 73-79.

NEVES, F. Ferreira, «Subsídios para a história do Museu de Arte em Aveiro», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1975, vol. XLI.

NOBRE, Augusto, «A Estação de Zoologia Marítima da Universidade do Porto», in *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias: Congreso de Sevilla*, Eduardo Arias, Madrid, 1917.

IDEM, *Fauna marinha de Portugal: I – Vertebrados (mamíferos, reptis e peixes)*, Companhia Editora do Minho, Porto, 1935.

IDEM, *Instituto de Zoologia da Universidade do Porto*, Separata dos «Anais do Instituto de Zoologia da Universidade do Porto», vol. 1, Porto, 1924.

IDEM, «O Laboratorio Marítimo de Leça da Palmeira», in *Annaes de Sciencias Naturaes*, Abril de 1896, vol. III, pp. 123-127.

NOGUEIRA, J. F. Henriques, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Typographia Social, Lisboa, 1851 (1.º volume) / Typographia do Progresso, Lisboa, 1855 (2.º volume). Disponíveis no sítio de internet da Biblioteca Nacional de Portugal (Biblioteca Nacional Digital) em:

[http://purl.pt/6742/4/sc-14522-p/sc-14522-p\\_item4/sc-14522-p\\_PDF/sc-14522-p\\_PDF\\_24-C-R0150/sc-14522-p\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/6742/4/sc-14522-p/sc-14522-p_item4/sc-14522-p_PDF/sc-14522-p_PDF_24-C-R0150/sc-14522-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf) e  
[http://purl.pt/6742/4/sc-14523-p/sc-14523-p\\_item4/sc-14523-p\\_PDF/sc-14523-p\\_PDF\\_24-C-R0150/sc-14523-p\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/6742/4/sc-14523-p/sc-14523-p_item4/sc-14523-p_PDF/sc-14523-p_PDF_24-C-R0150/sc-14523-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf)

*Nova Enciclopédia Larousse*, Círculo de Leitores, Lda. e Larousse, maio de 1997 (vol. 6); dezembro de 1997 (vol. 11); dezembro de 1998 (vol. 19);

*Novo Guia do Viajante em Lisboa e seus arredores, Cintra, Collares, e Mafra, ornado com algumas vistas dos principaes monumentos de Lisboa*, J. J. Bordalo, Lisboa, 1853.

OLIVEIRA, João Braz, *Modelos de Navios existentes na Escola Naval que pertenceram ao Museu de Marinha: apontamentos para um catalogo*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.

OLIVEIRA, João Ferreira Craveiro Lopes de, *História da Sociedade de Geografia de Lisboa*, [Trabalho não terminado nem publicado, 1944].

OLIVEIRA, Maria Helena (Coord.), *100 Anos do Museu de São Roque 1905 – 2005*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Museu de São Roque, Julho, 2005.

OLIVEIRA, Maria Helena (Coord. Geral), MORNA, Teresa Freitas, *Museu de São Roque: Roteiro*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Museu São Roque, Lisboa, dezembro de 2008, 2.<sup>a</sup> edição.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *História de Portugal volume III – Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Editorial Presença, Lisboa, Setembro, 1998, 13.<sup>a</sup> edição, pp. 356-364.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *Ensaio de Maçonaria*, Col. Referências, Quetzal Editores, Lisboa, 1988.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de e FERNANDES, Isabel Maria, «Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa», in *Cadernos de Arqueologia*, Universidade do Minho / Museu D. Diogo de Sousa, Braga, 1984, Série II, 1, pp. 109-134.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, «Documentos para a História do Museu de D. Diogo de Sousa. II. (1905-1918)», in *Cadernos de Arqueologia*, 1985, Série II, 2, pp. 179-194.

IDEM, «Documentos para a história do Museu de D. Diogo de Sousa. III», in *Cadernos de Arqueologia*, Universidade do Minho / Museu D. Diogo de Sousa, Braga, 1986, Série II, 3, pp. 171-195.

ORTIGÃO, António de Macedo Ramalho, *Museu Marítimo anexo ao Departamento Marítimo do Sul: Catálogo*, Faro, 1931.

OZORIO, José, *Guia de Santarem*, J. Cardoso da Silva Editor, Santarem, 1923.

PALHINHA, Ruy Telles, *Escola Politécnica de Lisboa: a IX Cadeira e os seus professores*, col. Primeiro Centenário da Fundação da Escola Politécnica de Lisboa 1837-1937, vol. V, Faculdade de Ciências, Lisboa, 1937.

PASSOS, Carlos de, *Guia Histórica e Artística do Porto*, Casa Editora de A. Figueirinhas Lda., Porto, 1935.

«(Os) Peixes: Impressões do Aquário d'Algés», in *Ilustração Portuguesa*, Edição semanal do Jornal O Século, Lisboa, 19 de Janeiro de 1914, II Série, n.º 413, pp. 73-77.

*Pequena guia de Lisboa*, Typographia da Casa Catholica, Lisboa, 1892.

PEREIRA, Carlos (Dir.), *Relação dos exemplares vivos e preparados, modelos de aparelhos e barcos de pesca, etc., existentes no Aquário Vasco da Gama: Estação de Biologia Marítima quando da exposição realizada em Julho de 1915*, Papelaria Fernandes & C.<sup>a</sup>, Lisboa, 1915.

PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal, Dicionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, vol. III – D-K, João Romano Torres & C.<sup>a</sup> – Editores, Lisboa, 1907, p. 1017.

PEREIRA, Félix Alves, «Catálogo do Museu Etnológico Português, in *O Archeologo Português*, Museu Etnológico Português, (1921-1922), S. 1, vol. 25, pp. 251-287.

PEREIRA, F. Alves, «Museu Municipal de Castello Branco», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (Jan.-Jun. 1908), S. 1, vol. 13, n.º 1-6, pp. 117-118.

PEREIRA, F. Alves e VASCONCELOS, José Leite de, «Necrologia Francisco Tavares de Proença Júnior», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (1919/20), S. 1, vol. 24, p. 293-300 + il.

PEREIRA, Fernando António Baptista, «Museus de Arte», in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.), *Iniciação à Museologia*, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, pp. 189-199.

PEREIRA, G., *Museu Nacional de Bellas-Artes: aspecto geral*, 5.ª edição, Lisboa, 1908.

PEREIRA, Gabriel, «Museus», in *O Universo Illustrado: Semanário de Instrução e Recreio*, 1877, Primeiro Anno, pp. 309-311.

Idem, «A Collecção Numismatica do Sr. Ferreira Carmo (do Porto)», *Ibidem*, pp. 339 e 340.

PEREIRA, Isabel, «Museus e colecções de arqueologia: conceitos e programas», in *O Arqueólogo Português*, ed. do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1999, série IV, vol. 17.

PEREIRA, Isabel, *Museu Municipal: notícia histórica*, Câmara Municipal, col. Cadernos Municipais, Figueira da Foz, 1986, n.º 17.

PEREIRA, Isabel e CARDOSO, Ana Paula (Coord), *Museu Municipal Dr. Santos Rocha: Centenário (1894 – 1994)*, Câmara Municipal da Figueira da Foz (Serviços Culturais / Museu), 1994.

PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva, «O Museu Archeológico do Algarve (1880-1881), Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX», dissertação apresentada no Curso de Conservador de Museu no ano de 1973, in *Anais do Município de Faro*, 1979 e 1980, n.º IX e X, pp. 159-286 e 125-218.

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho, *Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Modernidade, Colonização e Alteridade* [Texto Policopiado], Tese de Doutoramento em Antropologia Social, ISCTE, Lisboa, 1999.

PEREIRA, Rogério Dias, *Apontamentos para a História do Jardim e Museu Agrícola do Ultramar*, Lisboa, dezembro de 1970 (Actualizado até 1993).

IDEM, *O Museu Agrícola Tropical*, Ministério da Educação / Instituto de Investigação Tropical, Lisboa, 1984.

PERES, Damião (Dir.), *História de Portugal*, Edição Monumental Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade, Portucalense Editora, Barcelos, 1935, vol. VII.

PIMENTEL, Alberto, *Guia do Viajante no Porto*, Lello, Porto, s.d. [19\_ \_].

PIMENTEL, Cristina, *O Sistema Museológico Português (1833 – 1991)*, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Janeiro de 2005.

PINHEIRO, Joaquim Gil, *Roteiro de Lisboa, historico, hydrographico, chorographico, archeologico e estatistico*, Brasil, S. Paulo, Março, 1905.

PINTO, Augusto Cardoso, «Os legados do Dr. José de Figueiredo e de D. Tília Dulce Machado Martins», in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, 1939, vol. I, n.º 1, Lisboa, pp. 21-25.

IDEM, «Relatório acêrca dos inventários do Museu das Janelas Verdes», in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Lisboa, 1944, vol. III.

PINTO, Jaime Nogueira, *Nobre Povo: os Anos da República*, A Esfera dos Livros, Lisboa, Setembro de 2010, 1.ª ed.

PINTO, José Manuel Soares e MARQUES, Júlio Fonseca, *Catálogo da Galeria de Minerais José Bonifácio d'Andrada e Silva*, Museu Mineralógico e Geológico / Museu de História Natural, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1999.

PIRES, A. Thomaz, «Catalogo do Museu Archeologico de Elvas», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (Ago.-Dez. 1901), S. 1, vol. 6, n.º 8-12, pp. 209-236.

PONTES, Teresa, *Museologia da Arte [Texto Policopiado]: conceitos e práticas de José de Figueiredo*, Tese de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova da Lisboa, 1999.

PORFÍRIO, José Luís (Coord.), *Museu de Arte Antiga*, Editorial Verbo, Lisboa, s.d.

PORFÍRIO, José Luís (Coord. de texto), *O Museu Nacional de Arte Antiga Lisboa*, Instituto Português de Museus, Electa, Lisboa-Milão, 1994.

PORTELLA, Manuel Maria, «Archeologia», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (Mar.-Abr. 1897), S. 1, vol. 3, n.º 3-4, pp. 98-99.

PORTUGAL, Idalina, *O Museu da Revolução da I República Portuguesa nas páginas de O Século, 1910-1913*, Sep. da «Revista da Biblioteca Nacional», 1993, n.º 1.

PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal: Generalidades: Lisboa e Arredores*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 30 de novembro de 1924, 1.º Vol.

QUADROS, João Jeronimo Lobo de, «Archeologia indiano-portuguesa», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (Jul.-Set. 1903), S. 1, vol. 8, n.º 7-9, p. 177-184.

QUEIRÓS, José, *Museu de Mafra*, Imp. Libanio da Silva, Lisboa, 1911.

RAMALHO, Robélia de Sousa Lobo, *Guia de Portugal Artístico – Lisboa – Jardins, Parques e Tapadas*, volume II, Lisboa, 1935.

RAMALHO ORTIGÃO, *O Culto da Arte em Portugal*, António Maria Pereira, Lisboa, 1896.

RAMOS, A. Jesus, «A Igreja e o regime republicano em Portugal», in *Eborensia: Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*, Évora, 2003, Ano XVI, n.º 31, pp. 19-44.

RAMOS, Luciano Justo, *Leiria e Tito Larcher*, col. Cadernos Culturais, n.º2, Câmara Municipal de Leiria, s.d. [1970].

RAMOS, Paulo Oliveira, «Breve história do Museu em Portugal», in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.), *Iniciação à Museologia*, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, pp. 30-31.

REIS, Pedro Batalha, *O Museu Numismático Português*, sep. da revista “O Coleccionador”, Lisboa, 1934.

RENDEIRO, Humberto Filipe Simões, *Parcerias, receitas próprias e mecenato: desafios para a gestão museológica – O Museu de Francisco Tavares Proença Júnior: um estudo de caso*, Dissertação de Segundo Ciclo em História, Especialização em Museologia, Orientada pela Professora Doutora Irene Vaquinhas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

Repartição das Reaes Cavalariças, *Museu dos Coches Reais: Catalogo dos Carros Nobres*, Lisboa, 1907.

RIBEIRO, Agostinho (Coord.), *Museu de Lamego: Roteiro*, IPM / Museu de Lamego, 1998, 1.ª ed.

RIBEIRO, J. Nunes, «Museu Regional de Évora», in *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Ed. Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Lisboa, 1946, n.º 30, vol. 5.º.

RODRIGUES, Francisco António Amado, *Uma Nova Rede de Museus para o Exército Português*, Mestrado em Museologia e Museografia, Universidade de Lisboa / Faculdade de Belas Artes, Lisboa, junho de 2005.

RODRIGUES, Luís Alexandre, «Algumas notas sobre a acção do Grupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na Região de Bragança», Separata de *Brigantia: Revista de Cultura*, vol. XIV, N.º 1/2, janeiro – junho, 1994.

RODRIGUES, M. Conceição, «O Museu Arqueológico do Carmo: Primeiro museu arqueológico de Lisboa», in *Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses / Edições Colibri, Lisboa, 2000, vol. 52.

RODRIGUES, Paulo Simões, «O Conde Athanasius Rackzinski e a historiografia da arte em Portugal», in *Revista de História da Arte*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011, n.º 8, pp. 264-275, disponível em [http://iha.fcsh.unl.pt/uploads/RHA\\_8\\_VA1.pdf](http://iha.fcsh.unl.pt/uploads/RHA_8_VA1.pdf).

ROQUE, Maria Isabel, «Museologia oitocentista do património religioso em Portugal», in *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*, Edição Rui Oliveira Lopes, novembro de 2010, Ano VI, n.º 6, pp. 117-145.

ROSA, José António Pinheiro e, «História do Museu Arqueológico Infante D. Henrique», in *Anais do Município de Faro*, Faro, maio, 1969, vol. 1.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, «Joaquim de Vasconcelos e a valorização das artes industriais», in *Actas do Colóquio Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos*, Faculdade de Letras / Universidade do Porto, 1996, pp. 229-238. (disponível em formato digital no Repositório Aberto da Universidade do Porto: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9253> - Consulta efetuada em 20 de junho de 2013).

*Roteiro dos Museus dos Açores*, Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional da Cultura, dezembro de 2005.

RUIVO, José da Silva, *Catálogo das moedas do Museu de Leiria*, Colecção Cidade de Leiria, Câmara Municipal, Leiria, 1995, vol. 2.

RUIVO, José et Al., *Museu de Leiria, Catálogo da Exposição*, Câmara Municipal de Leiria / Pelouro da Cultura, 1997.

SALVADO, António, *A componente etnológica do Museu Tavares Proença Júnior*, Separata de Jornadas da Beira Interior – Jornal do Fundão, 2.º vol., 1986. <http://pt.scribd.com/doc/51845452/A-componente-etnologica-do-Museu-Tavares-Proenca-Junior-por-Antonio-Salvado> (consulta efetuada no dia 6 de Março de 2013).

SANTOS, Luís Reis, «O Museu Alberto Sampaio de Guimarães», in *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Ed. Secretariado de Propaganda Nacional, Lisboa, outubro, 1943, n.º 7, vol. 3.º.

SANTOS, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos, *Aspectos da Museologia em Portugal no século XIX – Lisboa*, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes / Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1996.

SANTOS, Paula Mesquita, *Os museus de arte de Lisboa e Porto e a sua relação com as artes industriais e o ensino artístico no século XIX*, Separata da Revista Museu, Círculo Dr. José de Figueiredo, Lisboa, 2000, IV Série, n.º 9.

SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos, *Museus da Faculdade de Ciências do Porto*, Sep. Bol. Cultural da Câmara Municipal do Porto, Porto, 1963, n.º 26.

Secretaria de Estado da Cultura, *Roteiro do Museu do Abade de Baçal: Bragança*, Direcção Geral do Património Cultural / Museu do Abade de Baçal, Bragança, 1979.

«(A) Separação dos Museus Nacionais de Arte Antiga», in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Lisboa, 1944, vol. III.

SEMEDO, Alice, «Da invenção do museu público, tecnologias e contextos», in *Revista da Faculdade de Letras*, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2004, I Série, vol. III, pp. 129-136.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, «Discurso pronunciado na Associação dos Arqueólogos Portugueses por ocasião da sessão inaugural do Museu da Cidade», in *Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1922, vol. I.

IDEM, *Inventário Artístico de Portugal V – Distrito de Leiria*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1954.

SERRA, Carlos, *António Augusto Gonçalves* [Texto Policopiado]: *O Percurso Museológico*, Tese de Mestrado em Museologia e Património Cultural, Universidade de Coimbra, 2002.

SERRA, J. A., *Acerca de Museus de «História Natural»*, Sep. de «Revista Portuguesa de Zoologia e Biologia Geral», Lisboa, 1961, vol. 3, n.º 1/2, pp. 25-62.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal: Vol. XI: Portugal da Monarquia para a República*, Editorial Presença, Lisboa, 1991, 1.ª edição.

SILVA, Armando Coelho F. e CENTENO, Rui M. S., *Museu da Região Flaviense: Da Idade dos Metais à Romanização: Roteiro da Exposição*, Edições Etnos, Chaves, 2005, 3.ª edição (<https://museusdechaves.wordpress.com/servico-educativo/roteiros-das-coleccoes/> / [http://issuu.com/jorgeleite/docs/roteiro\\_mrf?e=1397774/3127361](http://issuu.com/jorgeleite/docs/roteiro_mrf?e=1397774/3127361) - 24 de março de 2015).

SILVA, Fernando Emygdio da, *História do Jardim Zoológico de Lisboa 1884-1964: os movimentados oitenta anos da sua meritória existência*, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa, 1965.

SILVA, João Carlos Pereira Ribeiro da, *O Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real entre o Passado e o Futuro*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural, área de especialização em Museologia e Património Cultural, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor José Maria Amado Mendes, Coimbra, 2005.



SILVA, Mário, «Apontamento histórico sobre Museus Tecnológicos em Portugal», in *Subsídios para a História da Ciência e da Técnica Portuguesas*, col. Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, Coimbra, 1971, n.º 1.

SILVA, Raquel Henriques da, «Os Museus: História e Prospectiva», in PERNES, Fernando (Coord.), *Panorama da cultura portuguesa no séc. XX*, Fundação de Serralves, Porto, 2002, vol. 3, pp. 65-108.

SILVA, Sara Dinis Mendes da, *Realidade Museológica no Arquipélago da Madeira – da génese à actualidade*, Tese de Mestrado orientada por Mário Moutinho e António Nabais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2003.

SIMÕES, Paulo Fernando Pereira Fabião, *A Paisagem Cultural do Buçaco: A Singularidade de um Território Turístico e de Lazer*, Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15105/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado\\_PauloFSimoes.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15105/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado_PauloFSimoes.pdf)

Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim Comemorativo do V Centenario da Tomada de Ceuta*, Tipografia Universal, Lisboa, 1915.

IDEM, *Sociedade de Geografia de Lisboa: 1875-2000 / Comemoração dos 125 anos*, SGL, Lisboa, 2000.

SOEIRO, Teresa, «Um Museu Municipal para Penafiel 1884-1974», in *Portvgalia*, 1994, Nova Série, vol. XV, pp. 83 a 134.

SOUSA, Acácio de, VINAGRE, Ana Bela, MATTOSO, José (pref.), *Tito Larcher: A Luta do Filantropo Austero e Erudito*, Ministério da Cultura / IANTT, Arquivo Distrital de Leiria, 1997.

SOUSA, D. José Luís de Saldanha Oliveira e, «Instituto Superior de Agronomia – Da sua organização e das sucessivas reformas por que tem passado desde 1852, ano da sua fundação, até à data presente», in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, Lisboa, 1920, Ano I, n.º 1, II Edição.

SOUSA, J. M. Cordeiro de, «Relação de alguns retratos recolhidos no «Depósito de S. Francisco» em 1834, in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Lisboa, 1941, vol. II, n.º 5, pp. 37-39.

SOUSA, Nestor de, OLIVEIRA, António Manuel de e OLIVEIRA, Margarida Teves de, *Igreja do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada: Núcleo de Arte Sacra do Museu Carlos Machado*, Direcção Regional da Cultura (Açores), Angra do Heroísmo, 2006.

SOUTO, Alberto, *Museu de Aveiro: Notícia Sumaríssima*, Typografia Nacional, Aveiro, 1926.

TAVARES, Abade José Augusto, «Colecção Arqueológica», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, 1921-1922, S. 1, vol. 25, pp. 128-133.

TAVARES, C. N., *Jardim Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa: Guia*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1967.

TEIXEIRA, Madalena Braz, «Os primeiros museus criados em Portugal», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, Janeiro-Junho, 1985, vol. 1, n.º 1, pp. 185-239.

TELES, Ricardo Micael, *Velha Cidade de Goa*, Tip. Rau & Irmãos, Nova Goa, 1922.

TRINDADE, Maria Helena (Superv.) et Al, *Michel'angelo Lambertini 1862 – 1920*, Instituto Português de Museus / Museu da Música, Lisboa, 2002.

TRINDADE, Maria Helena et Al, *Museu da Música: roteiro*, Museu da Música, Lisboa, 2002.

TUDELA, Ana Paula e TRINDADE, Maria Helena (Coord.), *Tempos e contratempos: Expectativas e realidade na criação de um museu instrumental durante a 1.ª República* [Catálogo de exposição], Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, 2011.

VALE, José Augusto da Costa Picas do, *Museu de Marinha – Contributos para a definição de um projecto cultural*, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 2009.

VALE, José Picas do, *Museu de Marinha: Guia do Visitante*, Museu de Marinha, Lisboa, 1997.

VALENTE, Vasco, *O Museu Nacional Soares dos Reis*, Associação Cultural «Amigos do Porto», s.d.

VASCONCELOS, Augusto de, *Museus Escolares (sua necessidade, organização e funcionamento)*, Livraria Civilização, Porto, 1918, 2.ª edição aumentada.

VASCONCELLOS, Joaquim de, «Conferência», in *O Instituto: Revista Científica e Literaria*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1916, vol. 63, n.º 6, pp. 291-305.

VASCONCELLOS, José Leite de, «Catálogo do Museu de Beja» in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, (jan. 1895), S. 1, vol. 1, n.º 1, pp. 19-20.

IDEM, «Collecção ethnographica do Sr. M. d'Azuaga», *Idem, Ibidem*, pp. 20-28.

IDEM, «Museu Municipal em Villa-Real (Tras-os-Montes)», *Id., Ib.*, pp. 37-43.

IDEM, «Excursão archeologica a Alcacer-do-Sal», *Idem*, Lisboa, (mar. 1895), S. 1, vol. 1, n.º 3, pp. 65-92.

IDEM, «Inscrição romana de Beja», *Idem*, Lisboa, (abr. 1895), S. 1, vol. 1, n.º 4, pp. 110-112.

IDEM, «Museu archeologico de Alcacer do Sal», *Idem*, Lisboa, (fev. 1895), S. 1, vol. 1, n.º 2, pp. 46-47.

IDEM, «Museu Archeologico da Bibliotheca de Evora», *Id.*, (dez. 1896), S. 1, vol. 2, n.º 12, pp. 282-284.

IDEM, «Museu em Villa Real», *Id.*, (out.-nov. 1896), S. 1, vol. 2, n.º 10-11, p. 272.

IDEM, «Museu Municipal de Bragança», *Id.*, (jan.-fev. 1897), S. 1, vol. 3, n.º 1-2, pp. 48-58.

IDEM, «Museu Municipal de Braga», *Id.*, (mar.-abr. 1897), S. 1, vol. 3, n.º 3-4, p. 78-80.

IDEM, «Museu Ethnologico Português», *Id.*, (mai.-jun. 1897), S. 1, vol. 3, n.º 5-6, pp. 113-115.

IDEM, «Excursão archeologica ao Sul de Portugal», *Id.*, (jan.-jun. 1898), S. 1, vol. 4, n.º 1-6, pp. 103-134 + il.

*Id.*, «Museu Municipal de Bragança», *Id.*, *Ib.* pp. 153-155.

*Id.*, «Discurso da inauguração do Museu de Cenaculo em Beja em 1791», *Id.*, (out.-dez. 1898), S. 1, vol. 4, n.º 10-12, pp. 283-287.

*Id.*, «O Museu de Estacio da Veiga», *Id.*, (jun. 1902) S. 1, vol. 7, n.º 6, p. 157.

*Id.*, «Archeologia Bracaraugustana. Inscrições romanas. – Projecto de Museu», *Id.*, *Ib.*, p. 157.

IDEM, «Archeologia Bracaraugustana», *Id.*, (out.-dez. 1903) S. 1, vol. 8, n.º 10-12, pp. 296-299.

*Id.*, «Museu de Braga (Projecto)», *Id.*, (jan. – fev. 1905), S. 1, vol. 10, n.º 1-2, pp. 15-16.

*Id.*, «Museu do patriarchado», *Id.*, (out.-dez. 1905), S. 1, vol. 10, n.º 10-12, p. 322-335.

*Id.*, *Plano Summario do Museu Ethnologico Português*, s.d. [28 de julho de 1906].

*Id.*, «Chronica», *Id.*, (jan.-abr. 1907), S. 1, vol. 12, n.º 1-4, pp. 125-127.

*Id.*, «Esculpturas prehistoricas do Museu Ethnologico Português», *Id.*, (jan.-dez., 1910), S. 1, vol. 15, n.º 1-12, pp. 31-39.

*Id.*, «Museu Municipal de Castello Branco», *Id.*, *Ib.*, pp. 120-124.

- Id., *Visita do Museu Ethnologico Português (nos Jeronymos, Belem)*, s.d. [1911].
- Id., «Sello inquisitorial do sec. XVII», *Id.*, (jan.-dez. 1911), S. 1, vol. 16, n.º 1-12, p. 95.
- Id., «Crónica», *Id.*, (jan.-set. 1912), S. 1, vol. 17, n.º 1-9, pp. 204-207.
- Id., «Chronica», *Id.*, (jul.-dez. 1913), S. 1, vol. 18, n.º 7-12, pp. 205-207.
- Id., «Excursão arqueológica à Extremadura Transtagana», *Id.*, (jul.-dez. 1914), S. 1, vol. 19, n.º 7-12, p. 300-323.
- Id., «Marcos miliários do Museu Etnológico Português», *Id.*, 1914, S. 1, vol. 19, pp. 249-251.
- Id., *Historia do Museu Ethnologico Português: 1893-1914*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1915.
- Id., «Por Tras-os-Montes», *Id.*, (jan.-dez., 1917), S. 1, vol. 22, n.º 1-12.
- Id., «Coisas Velhas», *Id.*, *Ib.*, pp. 107-169.
- Id., «Coisas Velhas», *Id.*, (jan.-dez. 1918), S. 1, vol. 23, n.º 1-12, pp. 356-369.
- Id., *Sinopse do Museu Etnológico Português*, Tipografia Minerva, Famalicão, 25 de novembro de 1919.
- Id., *Boletim de Etnografia*, Museu Ethnologico Português, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920, n.º 1.
- Id., «Estelas discoides antigas do Museu Etnológico Português», *Id.*, 1919-20, S. 1, vol. 24, pp. 291-293.
- Id., «Excursão arqueológica», *Id.*, *Ib.*, p. 301-303.
- Id., «Objectos arqueológicos de Alcoutim», *Id.*, 1920-21, S. 1, vol. 24, pp. 198-202.
- Id., «Figuras de bronze antigas do Museu Ethnologico Português», *Id.*, (1923-1924), S. 1, vol. 26, pp. 29-36.
- Id., «Mós de carácter primitivo», *Id.*, (1925-1926), S. 1, vol. 27, pp. 55-57.
- Id., «Miscelânea», *Id.*, (1938), S. 1, vol. 30, pp. 181-186.
- Id., «Coisas Velhas», *Id.*, *Ib.*, pp. 205-209.
- Id., *Plano Summario do Museu Ethnológico Português*, sl/sd.
- VASCONCELLOS, José Leite de e PEREIRA, F. Alves, «Chronica», in *O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, S. 1, vol. 13, n.º 7-12 (jul.-dez. 1908), pp. 380-384.

VASCONCELLOS, José Leite de, AZEVEDO, Pedro A. de, CHOFFAT, P., «Miscelânea Arqueológica», *Id.*, (jan.-dez. 1916), S. 1, vol. 21, n.º 1-12, p. 343-366.

VENTURA, António, *Cem anos de turismo em Portalegre* [edição bilingue], Col. Publicações da Fundação Robinson n.º 14, Fundação Robinson, Portalegre, 2009.

*Idem*, *Uma história da Maçonaria em Portugal 1727 – 1986*, Círculo de Leitores, 2013.

VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, *História de Portugal Volume XII A Primeira República (1910-1926), História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, Editorial Verbo, Novembro, 2001, 2.ª Edição.

*Viana do Castelo: Guia de Turismo*, Sep. do «Anuário do Distrito de Viana do Castelo», v. 2, Viana do Castelo, 1933.

VILHENA, (D.) Thomaz d'Almeida de (Coord.), *Guia Ilustrada de Lisboa e suas circumvisinhanças*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1891.

VITORINO, Pedro, *Os Museus de Arte do Porto (Notas Históricas)*, col. Subsídios para a História da Arte Portuguesa, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930, n.º XXIX.

IDEM, *O Museu do Porto*, Separata da «Revista de Guimarães», Tip. Minerva Vimaranesense, Guimarães, 1934.

*Id.*, *Pillement no Museu do Porto*, Tip. Minerva Vimaranesense, [s.l.], 1936.

*Id.*, *Mosteiro de Arouca: o Museu*, Typografia Popular, Figueira da Foz, 1937.

*Id.*, *Acêrca de João Pedro Ribeiro*, Separata do «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», Tip. Leitão, Porto, 1938, vol. 1, fasc. 4.

*Id.*, *Brandão o coveiro do Museu Municipal do Porto: 1.ª esporada*, Porto, 1939.

### **Publicações periódicas**

*O Algarve*, 10 de maio de 1914.

*Alma Nova: Revista de ressurgimento nacional*, III Série, Lisboa, Abril de 1922, N.º 1, pp. 3-5: «Romagens d'Arte: No Museu de Arte Contemporânea e no “Atelier” de Columbano».

*Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1946, vol. XXXI, n.º 1.

*Anais do Município de Faro*, maio, 1969, vol. 1; 1979 e 1980, n.º IX e X.

*Anais do Instituto Superior de Agronomia*, Lisboa, 1920, Ano I, n.º 1, II Edição.

*Annaes de Sciencias Naturaes*, Abril de 1896, vol. III.

*Anuário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Antiga Academia Politécnica): Anos Lectivos de 1911-1912 a 1913-1914*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.

*Anuário da Universidade de Coimbra, Ano lectivo de 1912-1913*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1913; *Ano Lectivo de 1913-1914*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1914; *Ano Lectivo de 1914 – 1915*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915; *Ano Lectivo de 1917-1918*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1918; *Ano Lectivo de 1919 – 1920*, Imprensa Académica, Coimbra, 1920.

*Anuário da Universidade de Lisboa: Ano Lectivo de 1914-1915*, Imprensa Lucas, Lisboa, 1915.

*O Archeologo Português*, Museu Ethnographico Português, Lisboa, Série I: (jan. 1895), vol. 1, n.º 1; (fev. 1895), vol. 1, n.º 2; (mar. 1895), vol. 1, n.º 3; (abr. 1895), vol. 1, n.º 4; (Abr.-Mai. 1896), vol. 2, n.º 4-5; jun.-jul. 1896, vol. 2, n.º 6-7; Out.-Nov. de 1896, vol. 2, n.º 10-11; (dez. 1896), vol. 2, n.º 12; (Jan.-Fev. 1897), vol. 3, n.º 1-2; Mar.-Abr. 1897, vol. 3, n.º 3-4; (mai.-jun. 1897), vol. 3, n.º 5-6; (Dez. 1897), vol. 3, n.º 12; (jan.-jun. 1898), vol. 4, n.º 1-6; (out.-dez. 1898), vol. 4, n.º 10-12; 1899-1900, vol. 5, n.º 6; (Ago.-Dez. 1901), vol. 6, n.º 8-12; (Jan. 1902), vol. 7, n.º 1; (jun. 1902), vol. 7, n.º 6; (Jul.-Set. 1903), vol. 8, n.º 7-9; (out.-dez. 1903), vol. 8, n.º 10-12; (jan. – fev. 1905), vol. 10, n.º 1-2; (out.-dez. 1905), vol. 10, n.º 10-12; (jan.-abr. 1907), vol. 12, n.º 1-4; (Jan.-Jun. 1908), vol. 13, n.º 1-6; (jan.-dez., 1910), vol. 15, n.º 1-12; (jan.-dez. 1911), vol. 16, n.º 1-12; (jan.-set. 1912), vol. 17, n.º 1-9; (jul.-dez. 1913), vol. 18, n.º 7-12; (jan.-jun. 1914), vol. 19 n.º 1-6; (jul.-dez. 1914), vol. 19, n.º 7-12; 1914, vol. 19; (jan.-dez. 1915), vol. 20, n.º 1-2; (jan.-dez. 1916), vol. 21, n.º 1-12; (jan.-dez., 1917), vol. 22, n.º 1-2; (jan.-dez. 1918), vol. 23, n.º 1-12; jan.-dez. 1919, vol. 22, n.º 1-12; (1919/20), vol. 24; 1920-21, vol. 24; (1921-1922), vol. 25; (1923-1924), vol. 26; 1924, vol. 26; (1925-1926), vol. 27; (1938), vol. 30; Nova Série: 1951, 1; 1965, Tomo 5, n.º 1; Série IV: 1993-1994, 11/12; 1999, vol. 17; 2002, n.º 20.

*Arqueologia e Historia*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa: 1922, vol. I; 1927-1928, vols. V e VI; 2000, vol. 52.

*Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1975, vol. XLI.

*Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, Câmara Municipal, Coimbra, 2004, vol. XXXVII.

*Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus: Boletim de Propaganda*, Imprensa Nacional, Lisboa, abril-junho de 1915, Ano V, n.º 20.

*Atlantida: Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil*, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, Ano I [1915], vol. I, n.º 2.

*O Bejense*: 14 de maio de 1913, n.º 100; 28 de maio de 1913, n.º 102; 4 de junho de 1913, n.º 103; 19 de novembro de 1913, n.º 127; 20 de janeiro de 1915, n.º 188; 27 de janeiro de 1915, n.º 189; 10 de março de 1915, n.º 195; 18 de agosto de 1915, n.º 218; 6

de dezembro de 1917, n.º 332; 11 de abril de 1918, n.º 349; 18 de abril de 1918, n.º 350; 7 de maio de 1922, n.º 357; 8 de julho de 1926, n.º 727; 17 de março de 1927, n.º 753.

*Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa: janeiro-junho, 1985, vol. 1, n.º 1; julho-dezembro, 1985, vol. 1, n.º 2.

*Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Lisboa: 1939, vol. I, n.º 1; 1941, vol. I, n.º 4; 1941, vol. II, n.º 5; 1944, vol. III; 1949, vol. III, n.ºs 9-10.

*Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa: 1950, vol. II, n.º 1; 1949, vol. I, n.º 4.

*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*: 28.ª Série, Junho, 1910, n.º 6; 28.ª Série, Dezembro, 1910, n.º 12; 29.ª Série, Julho, 1911, n.º 7; 29.ª Série, Agosto, 1911, n.º 8; 29.ª Série, Dezembro, 1911, n.º 12; 31.ª Série, Fev. – Mar., 1913, n.ºs 2-3; 31.ª Série, Ago. – Set., 1913, n.ºs 8-9; 32.ª Série, Julh. – Ago., 1914, n.ºs 7-8; 34.ª Série, Jan. – Mar., 1916, n.ºs 1-3; 45.ª Série, Mar. – Abr., 1927, n.ºs 3-4.

*Brotéria*, Série Mensal – Fé – Ciências, Letras, Número especial do XXV Aniversário, Caminha, 1927.

*Cadernos de Arqueologia*, Universidade do Minho / Museu D. Diogo de Sousa, Braga: 1984, Série II, 1; 1985, Série II, 2; 1986, Série II, 3.

*Cadernos Vianenses*, Câmara Municipal de Viana do Castelo, julho de 2007, tomo 40.

*A Capital*, Lisboa, Anno 7: 10 de Janeiro de 1917, n.º 2300; 11 de janeiro de 1917, n.º 2301.

*Ciências e Técnicas do Património*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, I Série: 2004, vol. 3; 2006-2007, vols. V-VI; 2008-2009, vols. VII-VIII.

*A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, Comissão Municipal de Turismo, Évora: junho-setembro de 1944, Ano II; março-junho de 1949, Ano VI, n.ºs 17-18; janeiro-dezembro, 1955-1956, Anos XII-XIII; 1980-1981, Anos XXXVII-XXXVIII, n.º 63-64; 2000, II Série, n.º 4; 2001, II S., n.º 5;

*O Despertar*: Ano IV, n.º 380, Coimbra, 20 de novembro de 1920; Ano IV, n.º 381, Coimbra, 24 de novembro de 1920; Ano IV, n.º 384, Coimbra, 4 de dezembro de 1920; Ano IV, n.º 386, Coimbra, 11 de dezembro de 1920; Ano IV, n.º 388, Coimbra, 18 de dezembro de 1920; Ano V, n.º 426, Coimbra, 7 de maio de 1921; Ano V, n.º 427, Coimbra, 11 de maio de 1921; Ano V, n.º 431, Coimbra, 25 de maio de 1921; Ano V, N.º 441, Coimbra, 29 de junho de 1921.

*Diário de Notícias*, 4 de janeiro de 1914; 11 de janeiro de 1914; 13 de janeiro de 1914;

*Eborensia: Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*, Évora, 2003, Ano XVI, n.º 31.

*Educatio Siglo XXI*, 2010, vol. 28, n.º 2.

*Estudos de Castelo Branco: Revista de Cultura*, I Série: 1962, n.º 6; Nova Série: janeiro de 2005, n.º 4; junho de 2006, n.º 5; julho de 2007, n.º 6.

*O Heraldo, Semanário Republicano e Democrático*, 31 de outubro de 1915; 22 de novembro de 1915; 5 de dezembro de 1915.

*História*, janeiro de 2002, III Série, ano XXIV.

*Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*, 2010, Ano VI, n.º 6; 2011, Ano VII, n.º 7.

*Ilustração Portuguesa, O Século*, Lisboa: 7 de dezembro de 1903, n.º 5; 21 de novembro de 1910, n.º 248; 9 de janeiro de 1911, n.º 255; 20 de fevereiro de 1911, n.º 261; 3 de abril de 1911, n.º 267; 17 de abril de 1911, n.º 269; 11 de novembro de 1911, n.º 303; 18 de dezembro de 1911, n.º 304; 25 de dezembro de 1911, n.º 305; 1 de abril de 1912, n.º 319; 3 de junho de 1912, n.º 328; 1 de julho de 1912, n.º 332; 14 de julho de 1913, n.º 386; 27 de outubro de 1913, n.º 401.

*Ilustração Portuguesa, O Século*, Lisboa, II Série: 19 de janeiro de 1914, n.º 413; 23 de março de 1914, n.º 422; 19 de abril de 1915, n.º 478; 5 de junho de 1916, n.º 537; 7 de agosto de 1916, n.º 546; 21 de agosto de 1916, n.º 2 de julho de 1917, n.º 593; 9 de abril de 1917, n.º 581; 25 de novembro de 1918, n.º 666; 12 de abril de 1920, n.º 738; 19 de junho de 1920, n.º 752; 6 de setembro de 1920, n.º 759; 18 de dezembro de 1920, n.º 774; 9 de abril de 1921, n.º 790; 6 de agosto de 1921, n.º 807; 21 de novembro de 1921, n.º 248; 5 de agosto de 1922, n.º 859; 26 de maio de 1923, n.º 901; 25 de agosto de 1923, n.º 914; 20 de outubro de 1923, n.º 922.

*Ilustração Moderna*, publicação mensal, Imprensa Marques Abreu, Limitada, Porto: Maio, 1926, 1.º Ano, n.º 1, 2.ª ed.; Junho, 1926, 1.º Ano, n.º 2, 2.ª ed.; Julho, 1926, 1.º Ano, n.º 3, 2.ª ed.; Setembro, 1926, 1.º Ano, n.º 5, 2.ª ed.

*O Instituto: Revista Científica e Literária*, Coimbra: 1918, vol. 65, n.º 5; 1925, vol. 72, n.º 3; 1946, vol. 108.

*Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, abril-outubro de 1998, Série 3, n.º 3.

*O Lidador*, 14 de junho de 1913.

*A Lucta*, 12.º Ano, Numero 3938, terça-feira, 9 de janeiro de 1917: «Associação das Escolas Moveis e Jardins-Escolas João de Deus Realisa-se, depois d'amanhã, a inauguração do Museu João de Deus e do primeiro Jardim Escola».

*A Lucta*, 12.º Ano, Numero 3940, Lisboa, quinta-feira, 11 de janeiro de 1917: «JOÃO DE DEUS - Homenagem á memoria do grande poeta e educador - Foram hoje solenemente inaugurados o Jardim-Escola e o Museu João de Deus».

*A Luz do Operário: Semanário Socialista*, domingo, 16 de agosto de 1925, Ano XXXII, 3.ª Série, n.º 122.



*Matriz* 19, Boletim Interno da INCM, INCM S.A., março, 2013. (<https://www.incm.pt/portal/arquivo/matriz/201303.pdf> - consultado dia 1 de janeiro de 2016).

*Memórias e Estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra*, Série I, N.º 1, Fasc. 1, Imprensa da Universidade, Coimbra, janeiro de 1924.

*A Nação*, Ano LXX, n.º 16:699, Quinta-feira, 11 de Janeiro de 1917: «ECHOS».

*A Nação*, Ano LXX, N.º 16:700, Sexta-feira, 12 de Janeiro de 1917: «A Consagração á Bondade».

*A Nação*, Ano LXX, N.º 16:701, Sabbado, 13 de Janeiro de 1917: «Jardim-Eschola e Museu João de Deus».

*Naturalia*, Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, Julho-Dezembro, 1937, Ano II, vol. II, n.º 1.

*Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Caetano Alberto da Silva, Lisboa: 30 de janeiro de 1910, n.º 1119; 28 de fevereiro de 1910, n.º 1122; 20 de outubro de 1910, n.º 1144-45; 10 de janeiro de 1911, n.º 1153; 20 de abril de 1911, n.º 1163; 20 de abril de 1912, n.º 1199; 30 de Novembro de 1912, n.º 1221; 10 de maio de 1913, n.º 1237; 30 de agosto de 1913, n.º 1248; 10 de março de 1914, n.º 1261; 10 de abril de 1914, n.º 1270; 30 de dezembro de 1914, n.º 1296.

*A Ordem, Diario Catholico*, Anno I, Numero 281, Lisboa, Terça-feira, 9 de janeiro de 1917: «NOVOS EDIFICIOS - Museu e Jardim Escola “João de Deus” - É depois de amanhã a sua inauguração official».

*A Opinião Diario Republicano Conservador*, Primeiro Anno, n.º 278, Quarta-feira, 10 de Janeiro de 1917: «Escolas João de Deus».

*O Panorama: Jornal Litterario e Instructivo*, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, I Série: 6 de maio de 1837, n.º 1; 25 de agosto de 1838, n.º 69; 1 de setembro de 1838, n.º 70; 9 de fevereiro de 1839, n.º 93; 16 de fevereiro de 1839, n.º 94; 8 de julho de 1854, III Série, vol. III, n.º 27.

*Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, outubro, 1943, n.º 7, vol. 3.º; 1943, n.º 13, vol. 3.º; 1944, n.º 22, vol. 4.º; 1945, n.º 24, vol. 4.º.

*Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1899-1908; Nova Série, 1994, vol. XV.

*Revista da Armada*, março de 2004, n.º 373.

*Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, dezembro de 2010, vol. 3.

*Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-São Paulo, jan./abr. 2011, vol. 11, n.º 1 (25).

*Revista da Faculdade de Ciências*, Universidade de Coimbra: 1936, vol VI.

*Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, n.º 6.

*Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, Universidade do Porto, 1987, I Série, Vol. III.

*Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmento, outubro a dezembro de 1891 (4), n.º 8; abril a setembro de 1899 (2-3), n.º 16; janeiro a junho de 1900 (1-2), n.º 17; janeiro a junho de 1901 (1-2), n.º 18; janeiro a março de 1907 (1), n.º 24; abril a setembro de 1924 (2-3), n.º 34; janeiro a junho de 1951 (1-2), n.º 61; janeiro a junho de 1967 (1-2), n.º 7; 1995, n.º 105.

*Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*: 1.º e 2.º trimestres de 1942, Ano III, n.º 11 e 12; 1.º Trimestre de 1943, Ano IV, n.º 15.

*Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, Publicação da Sociedade Carlos Ribeiro, Direcção de Ricardo Severo e Rocha Peixoto, Typographia Occidental, Porto, 1893, volume II.

*Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, Publicação Trimestral, Typographia Occidental, Porto, 1896, II Série, n.º 8, vol. 4.º, n.º 16.

*Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, Publicação Trimestral, Typographia Occidental, Porto, 1898, II Série, n.º 12, vol. 5.º, n.º 12.

*Revista de Turismo*, Lisboa: 20 de janeiro de 1917, Ano I, n.º 14; 5 de março de 1917, Ano 1, n.º 17; janeiro e fevereiro de 1920, ano IV, n.º 86 a 88;

*Terras de Bragança*, Domingo, 31 de Janeiro de 1921, n.º 4, Ano I.

*O Universo Ilustrado: Semanário de Instrucção e Recreio*, 1877, Primeiro Anno.

## **Webgrafia**

AMARAL, Ana Rita, MARTINS, Maria do Rosário e MIRANDA, Maria Arminda, *O contexto museológico da antropologia na Universidade de Coimbra: Uma síntese histórica (1772-1933)*,

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/ocontexto/ocont](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/ocontexto/ocont) (consulta no dia 17 de novembro de 2013)

BAILARIM, Susana, in <http://lelodeconcorvo.blogspot.pt/2012/04/as-investigacoes-de-abade-tavares.html>.

BENSAÚDE, Alfredo, *Das notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, Técnica, 1949.

<http://alfredobensaude.ist.utl.pt/content/pdf/5130cfae4179750dad5267f0a4doc.pdf>  
(consulta no dia 29 de novembro de 2013).

Biografia de Aarão Ferreira de Lacerda:

[http://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?P\\_pagina=1006697](http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1006697)

Biografia de Adelino Samardã:

<http://arepublicano.blogspot.pt/2011/03/adelino-samarda.html>

Biografia de Anselmo Braancamp Freire:

<http://www.leme.pt/biografias/f/freire/>

Biografia de Anselmo Ferraz de Carvalho:

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/CARVALHO\\_anselmoferrazde#carv](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CARVALHO_anselmoferrazde#carv)

Biografia de António Augusto da Rocha Peixoto:

[http://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?P\\_pagina=1004207](http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004207)

Biografia de António José Gonçalves Guimarães:

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/GUIMARAES\\_antoniojosegoncalves](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/GUIMARAES_antoniojosegoncalves)

Biografia de António José Torres de Carvalho:

<http://osgrandeselvenses.blogspot.pt/2007/03/antnio-jos-torres-de-carvalho.html>

Biografia de António Tomás Pires:

<http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=424>

Biografia de Augusto Filipe Simões:

<http://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/AugustoFilipeSimoes>

Biografia de Augusto Pires Celestino da Costa:

<http://www.fm.ul.pt/pub/2010/links/pdfs/professoraugustopirescelestinodacosta.pdf>

Biografia de Augusto Vieira da Silva:

<http://ihc.fcsh.unl.pt/pt/recursos/biografias/item/4472-silva-augusto-vieira-da-1869-1951>

[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N48/N48\\_master/N48.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N48/N48_master/N48.pdf)

Biografia de Bernardo Aires:

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/AIRES\\_Bernardo#AIRESbernardo](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/AIRES_Bernardo#AIRESbernardo)

Biografia de Casimiro Freire:

<http://www.joaodeus.com/associacao/biografias.asp?id=2>

Biografia de Eusébio Tamagnini Barbosa de Matos Encarnação:

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/ENCARNACAO\\_eusebiobarbostamagninidematos](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/ENCARNACAO_eusebiobarbostamagninidematos)

Biografia de Francisco da Fonseca Benevides:

[http://www.infopedia.pt/\\$fonseca-benevides](http://www.infopedia.pt/$fonseca-benevides)

Biografia de Joaquim Possidónio Narciso da Silva:

<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4221413> (30 de dezembro de 2013).

Biografia de João Alves dos Reis Júnior:

<http://repositorio-tematico.up.pt/bitstream/10405/23108/1/AN2-N143-P131.png>

<http://repositorio-tematico.up.pt/bitstream/10405/23187/1/AN2-N216-P235.png>

Biografia de João Marques da Silva Oliveira:

[http://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?P\\_pagina=1000881](http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1000881)

Biografia de Joaquim José de Sousa Fernandes

[http://www.cm-vnfamaliao.pt/arquivo\\_municipal\\_alberto\\_sampaio\\_fundos](http://www.cm-vnfamaliao.pt/arquivo_municipal_alberto_sampaio_fundos)

Biografia de José Amadeu dos Reis Castro Portugal:

[http://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?P\\_pagina=1006495](http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1006495)

Biografia de José Duarte Ramalho Ortigão:

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=25764](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=25764) (30/12/2013).

Biografia de José Joaquim da Silva Pereira Caldas:

[http://www.infopedia.pt/\\$pereira-caldas](http://www.infopedia.pt/$pereira-caldas)

Biografia de José Vicente Barbosa du Bocage:

<http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=693&id=23333&idSeccao=5104&Action=noticia>

Biografia de Júlio Augusto Henriques:

[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/henriquesjulioaugusto#henriquesjulioaugusto](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/henriquesjulioaugusto#henriquesjulioaugusto)

Biografia de Sebastião de Magalhães Lima:

<http://www.arqnet.pt/dicionario/magalhaeslima.html>

<http://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/MagalhaesLima.pdf>

Biografia de Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher:  
<http://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1034993> (30/12/2013).

BRANDÃO, José, «Bacharel António Sousa Torres (1876-1958): contributos de um “naturalista-geólogo” para a organização dos acervos geológicos das Faculdades de Ciências do Porto e Lisboa», comunicação apresentada no Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências, realizado em Coimbra de 26 a 29 de Outubro de 2011.  
<http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/1526/1/35040.pdf>

BRANDÃO, José Manuel, «Para uma historiografia dos Colaboradores estrangeiros das antigas “Comissões Geológicas”», in *A Terra: Conflitos e Ordem*, 2008.  
<http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/423/1/32892.pdf>

BRANDÃO, José Manuel, «O “Museu Colonial” das Comissões Geológicas de Portugal. Emergência e memória científica».  
[http://web.letras.up.pt/aphes29/data/5th/JoseManuelBrandao\\_Texto.pdf](http://web.letras.up.pt/aphes29/data/5th/JoseManuelBrandao_Texto.pdf).

CUNHA, Ricardo Miguel Marques da, *Apointamentos sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Caridade da Igreja Paroquial de S. Nicolau*,  
<http://www.paroquiassaonicolau.pt/pdf/construcao/irmandadeSaoNicolau.pdf>

Igreja de Santa Maria do Castelo (Abrantes):  
[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3365](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3365)

MARTINS, Conceição Andrade, «Biografia do MOPCI Elvino de Brito», in *Academia.edu* -  
[http://lisboa.academia.edu/Concei%C3%A7%C3%A3oAndrademartins/Papers/1481742/Biografia\\_do\\_MOPCI\\_Elvino\\_de\\_Brito](http://lisboa.academia.edu/Concei%C3%A7%C3%A3oAndrademartins/Papers/1481742/Biografia_do_MOPCI_Elvino_de_Brito) (consulta efetuada no dia 4 de Agosto de 2012).

Museu da Sociedade Martins Sarmento, *A secção Albano Belino – Catálogo da Exposição*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 2005 –  
<http://www.csarmento.uminho.pt/docs/sms/exposicoes/CatalogoBelinoWeb.pdf>

PONCELET, François, «Regards actuels sur la muséographie d’entre-deux-guerres», in *CeROArt, Conservation, exposition, Restauration d’Objets d’Art, Revue électronique*, 2008, n.º 2. URL: <http://ceroart.revues.org/565>

SANTOS, Diana Gonçalves dos, *Carlos Reis e o Culto da Paisagem: Impressões Lumínicas e Cromáticas da Natureza*,  
<http://www.apha.pt/boletim/boletim3/pdf/DianaSantos.pdf> (acedido em 4 de dezembro de 2014)

«Sessão de 15 de julho de 1909», in *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa 1909*, pp. 412 e 413:  
[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/ActasSCML/1909/1909\\_master/Actas\\_1909.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/ActasSCML/1909/1909_master/Actas_1909.pdf)

Sessão da Câmara dos Deputados de 26 de dezembro de 1911, in *Diário da Câmara dos Deputados, 19.ª Sessão (Nocturna), em 26 de Dezembro de 1911*, disponível em <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd>.

Sessão da Câmara dos Deputados de 12 de março de 1913, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 55.<sup>a</sup> Sessão Ordinária do 3.º Período da 1.<sup>a</sup> Legislatura 1912 -1913, em 12 de Março de 1913, <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd>.

Sessão da Câmara dos Deputados de 26 de março de 1913, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 59.<sup>a</sup> Sessão Ordinária do 3.º Período da 1.<sup>a</sup> Legislatura 1912 -1913, em 26 de Março de 1913, <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd>.

Sessão da Câmara dos Deputados de 31 de março de 1913, in *Diário da Câmara dos Deputados*, 52.<sup>a</sup> Sessão Ordinária do 3.º Período da 1.<sup>a</sup> Legislatura 1912 -1913, em 31 de Março de 1913, <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid:r1.cd>.

SIMÕES, Carlota, CASALEIRO, Pedro e MOTA, Paulo Gama, «O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra: uma colecção científica do Século das Luzes», disponível em formato digital em [http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/museu/omuse#tex](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/museu/omuse#tex).

#### **Sítios de Internet de museus e outras instituições culturais<sup>1852</sup>:**

Aquário Vasco da Gama: <http://aquariovgama.marinha.pt/>

Biblioteca Digital do Fundo Antigo da Universidade de Coimbra:  
<http://almamater.uc.pt/>

Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, «[Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia - comemoração dos 80 anos da sua criação 1933-2013](http://memoriasgaiensesbibliotecadegaia.blogspot.pt/2013_12_01_archive.html)», in [http://memoriasgaiensesbibliotecadegaia.blogspot.pt/2013\\_12\\_01\\_archive.html](http://memoriasgaiensesbibliotecadegaia.blogspot.pt/2013_12_01_archive.html)

Casa de Camilo Castelo Branco:  
<http://www.camilocastelobranco.org/index2.php?co=8&tp=3&cop=22&LG=0&mop=24&it=paginas>

Direção Geral do Património Cultural / Matriznet: <http://www.matriznet.dgpc.pt>

Fundo Bibliográfico Antigo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa:  
<http://www.fc.up.pt/fa/?p=fbib&item=368>

Jardim Botânico da Universidade de Coimbra:  
[http://www.uc.pt/jardimbotanico/O\\_Jardim\\_Botanico\\_da\\_UC](http://www.uc.pt/jardimbotanico/O_Jardim_Botanico_da_UC)

Jardim Zoológico de Lisboa: <http://www.zoo.pt/site/ozoo.php?contentid=27&subid=32>

Mosteiro da Batalha (notas biográficas de James Murphy e William Beckford):  
<http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=255>  
<http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=256>

---

<sup>1852</sup> Todos os sítios foram acedidos no dia 24 de março de 2015 para verificação de disponibilidade das informações.

Museu do Abade de Baçal (Bragança): <http://www.mabadebacal.com/>

Museu de Alberto Sampaio (Guimarães): <http://masampaio.culturanorte.pt/>

Museu Arqueológico do Carmo: <http://www.museuarqueologicodocarmo.pt/>

Museu de Artes Decorativas (Câmara Municipal de Viana do Castelo):  
<http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/mad-apresentacao>

Museu da Cidade (Lisboa): <http://www.museudacidade.pt/OMuseu/Paginas/default.aspx>

Museu Carlos Machado: <http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/museu/historia.aspx>

Museu D. Diogo de Sousa (Braga):  
<http://museus.bragadigital.pt/ddsouza/>

Museu de Évora: <http://museudevora.imc-ip.pt/>

Museu de História Natural do Funchal:  
[http://www.cm-funchal.pt/ciencia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=220:museu-de-historia-natural-do-funchal&catid=106:museu-de-historia-natural-&Itemid=351](http://www.cm-funchal.pt/ciencia/index.php?option=com_content&view=article&id=220:museu-de-historia-natural-do-funchal&catid=106:museu-de-historia-natural-&Itemid=351)

Museu de Lamego: <http://www.museudelamego.pt/>

Museu Geológico (Laboratório Nacional de Energia e Geologia):  
<http://www.lneg.pt/MuseuGeologico/MuseuGeologico/salas>

Museu de Marinha: <http://museu.marinha.pt/>

Museu Maynense (ACL): <http://www.acad-ciencias.pt/wordpress/museu-maynense-2/>

Museu Militar de Lisboa:  
<http://www.exercito.pt/sites/MusMilLisboa/Paginas/default.aspx>

Museu Municipal de Arqueologia Pedro Nunes (Alcácer do Sal): <http://www.cm-alcacerdosal.pt/PT/Visitar/MuseuseMonumentos/Paginas/MuseuPedroNunes.aspx>

Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Câmara Municipal): <http://www.cm-figfoz.pt/index.php/cultura/2014-03-20-16-23-51/museus>

Museu Municipal de Faro:  
<http://www.cm-faro.pt/menu/215/museu-municipal.aspx>

Museu Municipal de Portalegre:  
<http://www.cm-portalegre.pt/pt/atividade-municipal/cultura/museus>

Museu Nacional de Arqueologia: <http://www.museuarqueologia.pt/>

Museu Nacional de Arte Antiga: <http://www.museudearteantiga.pt/>

Museu Nacional de Arte Contemporânea (Museu do Chiado):  
<http://www.museuartecontemporanea.pt/pt/museu/historia>

Museu Nacional dos Coches: <http://www.museudoscoches.pt/>

Museu Nacional Machado de Castro: <http://www.museumachadocastro.pt>

Museu Nacional de Soares dos Reis: <http://www.museusoaresdosreis.pt/>

Museu de Numismática de Vila Real (Câmara Municipal): <http://museu.cm-vilareal.pt/>

Museu Rafael Bordalo Pinheiro: <http://museubordalopinheiro.cm-lisboa.pt>

Museu da Região Flaviense: <https://museusdechaves.wordpress.com/o-museu/historia/>

Museu Regional de Beja – Rainha D. Leonor: <http://www.museuregionaldebeja.pt/>

Museu de São Roque: <http://www.museu-saoroque.com/>

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA: Forte de Sacavém):  
<http://www.monumentos.pt/>





---

**Contactos:**  
Universidade de Évora  
**Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA**  
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94  
7002-554 Évora | Portugal  
Tel: (+351) 266 706 581  
Fax: (+351) 266 744 677  
email: [iifa@uevora.pt](mailto:iifa@uevora.pt)